

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

INDEPENDÊNCIA E MORTE:
Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)

HELIO FRANCHINI NETO

Brasília
2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HELIO FRANCHINI NETO

INDEPENDÊNCIA E MORTE:
Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, na área de concentração de História Social, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em História.

ORIENTADOR: Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Brasília
2015

HELIO FRANCHINI NETO

INDEPENDÊNCIA E MORTE:
Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, na área de concentração de História Social, como requisito à obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto - PRESIDENTE

Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza

Prof. Dr. Eugênio Vargas Garcia

Prof. Dra. Neuma Brilhante

Prof. Dr. Marco Aurélio de Paula

Prof. Dr. Thiago Tremonte (SUPLENTE)

À pequena Sophie, filha adorada, que
veio ao mundo na mesma época desta obra
e muito a inspirou.

A Vica, meus pais, Beli e Thorsten.

A Oliveiros Ferreira.

RESUMO

O objetivo da presente Tese é analisar o processo de Independência brasileira sob a ótica da confrontação política e do enfrentamento militar, ou seja, a “Guerra de Independência brasileira”. O processo que levou à emancipação brasileira foi marcado pela incerteza, instabilidade e ausência de uma identidade nacional pré-existente. A Revolução do Porto deu a largada à disputa entre múltiplos projetos de organização do Reino português, que foram se afunilando na disputa entre as duas capitais. Todas as Províncias foram obrigadas a optar entre as duas e, ao final, em muitas delas permaneceu o impasse, que derivou em guerra. A presente tese avalia a construção e desenvolvimento do confronto político, a mobilização no Rio de Janeiro e em Lisboa e o desenrolar das batalhas em três teatros de operação: Bahia, Norte e Cisplatina. Conclui-se que as operações militares, que mobilizaram mais de 50 mil soldados, particularmente no Norte-Nordeste, são dado-chave para a compreensão do fato de o Brasil ter permanecido unido, ao contrário da América Espanhola.

SUMMARY

The aim of this thesis is to analyze the course of Brazil's Independence from the perspective of the political confrontation and military operations, known as the "Brazilian War of Independence". The process that led to the Brazilian emancipation was marked by uncertainty, instability and the absence of a pre-existing national identity. The Porto Revolution of 1820 led to disputes between multiple projects for the organization of the Portuguese Kingdom, which were gradually funneled into the dispute between the two capitals. All provinces were compelled to choose between the two and, in the end, many of them remained under political impasses, which drifted into war. This thesis evaluates development of the political confrontation, the mobilization in Rio de Janeiro and Lisbon and the conduct of battles in three operating theaters: Bahia, North and Cisplatin. It concludes that the military operations, which mobilized more than 50 thousand soldiers, particularly in the North-Northeast, are key to understanding the fact that Brazil have remained united, unlike the Spanish America.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Independência. Conflito político. Guerra.

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| I – REVISÃO HISTÓRICA E MARCO CONCEITUAL | 15 |
| 1. ECOS DE UMA GUERRA DESCONHECIDA..... | 15 |
| 2. OS MORTOS ESQUECIDOS..... | 28 |
| 3. UMA HISTÓRIA POLÍTICO-MILITAR DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA | 38 |
| II – O BRASIL DE 1822 | 44 |
| 1. O BRASIL EM 9 DE JANEIRO DE 1822 | 45 |
| 2. AS PROVÍNCIAS ENTRE LISBOA E O RIO DE JANEIRO..... | 64 |
| III –A CONSTITUINTE LUSO-BRASILEIRA..... | 75 |
| 1) A CONVOCAÇÃO DAS CORTES GERAIS..... | 76 |
| 2) AS CORTES EM SEUS PRIMEIROS MOMENTOS..... | 94 |
| 3) REGENERAÇÃO-REBELIÃO-RECOLONIZAÇÃO..... | 106 |
| IV – UMA REBELIÃO ARMADA: A FORMAÇÃO DAS “PROVÍNCIAS COLLIGADAS” | 137 |
| 1) O FICO E O ENFRENTAMENTO MILITAR..... | 139 |
| 2) AS “PROVÍNCIAS COLLIGADAS” | 181 |
| 3) DA REBELIÃO À INDEPENDÊNCIA | 206 |
| V – A MOBILIZAÇÃO MILITAR..... | 227 |
| 1) A MOBILIZAÇÃO MILITAR BRASILEIRA | 227 |
| 2) DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO | 259 |
| VI – GUERRA NO CENTRO ESTRATÉGICO: BAHIA | 287 |
| 1) A SITUAÇÃO POLÍTICA BAIANA E OS PRIMEIROS CONFRONTOS | 288 |
| 2) DA INDECISÃO À ADESÃO..... | 311 |
| 3) DA GUERRA REGIONAL À GERAL | 326 |
| 4) O CERCO A SALVADOR E AS OFENSIVAS PORTUGUESAS..... | 349 |
| 5) A GUERRA DE POSIÇÃO E O IMPASSE TERRESTRE..... | 363 |
| 6) A MARINHA ROMPE O CERCO | 376 |
| 7) A INCORPORAÇÃO DA BAHIA AO IMPÉRIO | 392 |

| | |
|---|------------|
| VII – O TEATRO DE OPERAÇÕES NORTE | 397 |
| 1. O PIAUÍ E A GUERRA DO FIDIÉ. | 398 |
| a) A Província do Piauí, a Revolução do Porto e a ordem militar..... | 399 |
| b) A mudança dos ventos: a revolta em Parnaíba..... | 412 |
| c) Fidié toma a ofensiva e os revoltosos se retiram..... | 416 |
| d) A sustentação do conflito pelas outras Províncias: a participação do Maranhão, Pará e Ceará..... | 421 |
| e) Revolta em Oeiras e a Batalha do Jenipapo | 431 |
| 2) MARANHÃO: a Fidelidade a toda prova. | 447 |
| a) Preparando os novos tempos: o Maranhão no início dos anos 1820..... | 447 |
| b) A adesão à Revolução do Porto | 454 |
| c) O contra-ataque e o caminho para Caxias | 466 |
| d) A luta em Caxias: a resistência de Fidié | 478 |
| e) A incorporação do Maranhão à Independência..... | 484 |
| 3) PARÁ: o início e o fim de um Processo..... | 489 |
| | |
| VIII – CISPLATINA: O CONFLITO NO SUL | 516 |
| 1) A SITUAÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA | 516 |
| 2) ENTRE LISBOA E RIO DE JANEIRO | 529 |
| 3) O CERCO A MONTEVIDÉU..... | 542 |
| 4) A PARTIDA DAS TROPAS PORTUGUESAS..... | 557 |
| | |
| IX – O PÓS-GUERRA E O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA | 560 |
| 1) CONJUNTURA BRASILEIRA E AS AÇÕES DE PORTUGAL E REINO UNIDO | 562 |
| 2) O DESENVOLVER DAS NEGOCIAÇÕES..... | 590 |
| | |
| CONCLUSÃO..... | 612 |
| | |
| FONTES | 627 |

INTRODUÇÃO

O primeiro inconveniente, que se segue desta medida (*a Independência do Brasil*), he a continuação da guerra com os Portuguezes, a que ja não podemos chamar guerra civil; porque he feita entre duas nações independentes. Mas este inconveniente, além de não ser novo, visto que essa guerra ja existia, e de um modo mais ruinoso para o Brazil, sendo-lhe feita a titulo de amizade, he elle de muito menos consideração, do que a anarchia que se deveria seguir ao estado de incerteza, em que os povos se achavam, e continuariam a soffrer, a não se adoptar ésta medida da Independencia¹.

O processo político-militar da Independência do Brasil, em 1821-1823, é o objetivo do presente trabalho, que pode também ser denominado de Guerra de Independência do Brasil. “Guerra” parecerá uma designação um tanto estranha para processo político normalmente visto – salvo por breves registros localizados, como na Bahia – como disputa sem violência, um “divórcio pacífico”. Uma guerra ainda assim, como se pretende demonstrar, e uma etapa indispensável da Independência, sem a qual não seria possível compreender nem o processo de emancipação, nem a forma tomada pelo Império do Brasil, após ela.

Como é da natureza das guerras, não há como separá-la da política, sendo necessário olhar esses dois aspectos, a fim de evitar uma mera descrição de ações militares, sem sentido histórico próprio. No caso brasileiro, essa conjugação do político com o militar é ainda mais necessária. A Independência brasileira é aqui tratada como processo não linear, ao contrário da imagem do caminho quase “automático” da Colônia para um Império unificado em torno de D. Pedro, e fundamentado em uma ideia pré-existente de identidade nacional.

A visão não linear da emancipação brasileira é essencial para dar conta das diferenças importantes no interior da sociedade portuguesa, seja em suas concepções políticas e na relação com Lisboa, seja no próprio relacionamento entre as Províncias. Mais importante ainda, havia uma dicotomia entre distanciamento e aproximação de interesses entre as Províncias, particularmente entre o Norte² e o Sul do Reino do Brasil.

¹ In: Correio Braziliense, dezembro de 1822. In: Brasiliana USP. www.brasiliana.usp.br

² Exclusivamente para fins de referência, o “Norte” será citado, ao longo do texto, como “Norte-Nordeste”, de modo indicar que as duas regiões se inseriram em movimentos particulares no processo, mas mantinham características regionais

É praticamente impossível tratar todas as regiões como se o processo tivesse se desenrolado de forma homogênea, com as mesmas visões e interesses do Rio de Janeiro. Pelo contrário, muito atuava contra a unidade, fosse a favor de Lisboa, fosse a favor do Rio de Janeiro. Não havia certezas, não havia homogeneidade. Não houve, principalmente, um conluio que englobou toda a elite do Reino em torno de projeto comum e facilmente negociado.

Há, desse modo, uma dupla tarefa a ser realizada na interpretação da independência brasileira como Guerra de Independência: reavaliar o processo político, recuperando as dissonâncias e a complexidade do processo, e inserir o componente militar nesse contexto. O primeiro é mais amplo, porém se beneficia do grande número de estudos, que têm permitido à historiografia avançar de maneira importante na pesquisa sobre o período.

O aspecto propriamente militar sofre pela falta de estudos ou, pelo menos, pela falta de conexão entre os diversos estudos regionais e o processo geral, impedindo um quadro mais amplo das operações militares do período. Pretende-se, assim, recuperar os fatos/desdobramentos históricos envolvendo as batalhas registradas entre 1822 e 1823, em busca de interpretação histórica desses movimentos que se relacione com o processo de Independência e com a construção do Estado brasileiro. A guerra de independência seria, nesse contexto, o “elo perdido” da formação territorial brasileira, contradizendo a imagem de emancipação pacífica e feita exclusivamente pelas elites.

A presente Tese inicia-se com breve recapitulação histórica, revisão historiográfica e da metodologia empregada no trabalho. Na sequência, faz-se exposição do quadro geral da realidade sócio-política do Reino do Brasil, em 1822, a fim de se conhecer o campo, as condições, os atores e os motivos da Guerra. Desdobra-se a seção em duas partes, uma relativa ao estado do Brasil no início de 1822, população, atividades econômicas e, especialmente, a relação entre as Províncias e os dois polos de poder, Lisboa e Rio de Janeiro.

O quadro geral é complementado pela apresentação do “casus belli”, no capítulo seguinte, da disputa política entre Lisboa e Rio de Janeiro, conformada na “Constituinte da Discórdia”, os trabalhos das Cortes Gerais portuguesas. Como se pretende demonstrar, a controvérsia constitucional que levou à Independência, constitui caso típico de disputa política que será “continuada por outros meios”, para se utilizar a expressão clausewitziana.

O quarto capítulo dedica-se ao momento em que a disputa Rio de Janeiro – Lisboa se consolida, marcada, temporalmente, pelo Fico, em 9 de janeiro de 1822. Foi o momento da revolta, já com enfrentamentos militares e esforços, dos dois lados, de fortalecer sua posição, política e militarmente. Aos poucos essa revolta evoluiu para uma disputa mais acirrada, que afunilou os múltiplos projetos existentes no Reino na opção entre Rio de Janeiro e Lisboa, e, finalmente, levou à Independência e à guerra. Nesse momento, será importante voltar-se aos planos dos dois lados, às capacidades iniciais e projetos.

Os capítulos seguintes se concentrarão no desenrolar da política e da guerra nos diversos pontos do Reino do Brasil. O Capítulo 5 se dedica à mobilização militar de uma perspectiva geral, tanto por Lisboa, quanto pelo Rio de Janeiro. Volta-se à estrutura militar que existia no Brasil, em 1821, aos reforços enviados por Portugal e à mobilização, dos dois lados.

Os três capítulos seguintes tratam dos principais “teatros de operação” da Guerra de Independência: Bahia, Norte (Ceará-Piauí-Maranhão-Pará) e Cisplatina. Os capítulos não se restringem às operações militares: buscam também apresentar o processo político. A guerra de Independência foi essencialmente diacrônica, correndo em diferentes formas nos diversos pontos do território do então Reino do Brasil. Em algum momento, contudo, cada um dos teatros de operação foi se incorporando no processo geral, que teve na Marinha do Brasil um importante elemento centralizador.

O último capítulo tratará brevemente do fim da guerra e da construção da paz, ou, pelo menos, da estabilização do “projeto brasileiro”, ou seja, a incorporação de todas as Províncias ao Império. O ponto de partida será a conjuntura brasileira pós-guerra e as negociações com Portugal. A paz com Portugal, não significou, necessariamente, paz no interior do Império, pois no Norte e Nordeste, onde a maior parte da guerra se desenrolou, e cujo território foi, em grande medida, conquistado por D. Pedro, as contestações subsequentes ligaram-se – temporalmente e substantivamente – ao processo de emancipação política. Esse foi o caso do Pará, reocupado por Cochrane em 1824 e, em tópicos mais conhecidos, a Confederação do Equador ou a Guerra da Cisplatina.

Após todo esse percurso, ainda no último capítulo e na conclusão do trabalho será possível referir-se ao significado dessa guerra e à construção do mito da Independência pacífica. Esse processo incluiu também a construção de uma afirmação nacionalista que pretendia reduzir o conflito à resistência de algumas tropas

portuguesas lá estacionadas. Diminuiu-se, assim, o fato de que boa parte do Norte-Nordeste permaneceu com Portugal, inclusive com a adesão à Constituição portuguesa, o que transforma sua incorporação ao Império em uma conquista.

As medidas do Governo imperial contra os portugueses, tal como o Decreto de 18 de julho de 1822³ e outros que confiscavam bens e mandavam prender os dissidentes, fez com que muitos partidários de Lisboa fugissem ou procurassem, *ex post facto*, se passar por independentistas de primeira hora. Ademais, o relacionamento ambíguo entre D. Pedro e as elites locais, entre a promessa inicial de autonomia e a posterior concentração de poderes no Rio de Janeiro, também influenciou na construção da imagem pacífica. Esses serão alguns dos elementos para uma maior compreensão dessa dupla via – negação no centro e “minimização” no Norte-Nordeste – que alimentou o mito.

A construção dessa história político-militar da Independência brasileira fundamenta-se na revisão de fontes históricas primárias e secundárias, como determinado pelo método histórico. Dois processos foram realizados paralelamente. Foi realizada a revisão da bibliografia disponível sobre o período histórico, em parte comentada no próximo capítulo. Como aponta Jurandir Malerba⁴ a emancipação brasileira é um dos temas mais estudados pela historiografia nacional, de modo que a oportunidade de se observar múltiplas interpretações daquele processo político caminha passo a passo com o risco de omissão de fontes e fatos, esquecidos ou intencionalmente deixados de lado.

Papel importante em termos de fontes secundárias diz respeito às obras regionais, pesquisas acadêmicas ou livros, que se dedicaram a se aprofundar em alguns dos elementos da guerra. Esse tipo de estudo é bem corrente no Norte e Nordeste do País. Pesquisadores como Luiz Henrique Dias Tavares⁵, André Roberto de Arruda Machado⁶, Adilson Júnior Ishihara Brito⁷, Hendrik Kraay⁸, Shirley Nogueira⁹, Marcelo

³ “Concede anistia geral para as passadas opiniões políticas; ordena o distintivo – Independência ou Morte – e a saída dos dissidentes”.

⁴ MALERBA, Jurandir. “Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c 1980-2002)”. In: *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Organização de Jurandir Malerba. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 21.

⁵ DIAS TAVARES, Luís Henrique. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁶ 2006.

⁷ BRITO, Adilson Junior Ishihara. “A ‘invasão de desertores’: as representações senhoriais sobre a ‘soldadesca’ na Independência”. In: *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, vol. 20, nº 2, pp. 161-174, jul/dez, 2004.

Cheche Galves¹⁰, e Luísa Moraes Cutrim¹¹, dentre outros a serem citados ao longo do presente estudo, realizaram importantes avanços na compreensão do período de 1822-1823 na Bahia, Sergipe, Maranhão, Grão-Pará. Uma vez que o objetivo da presente tese é aprimorar os fatos da guerra de 1822-1823 em uma perspectiva global, inserindo-os no processo político de longo prazo, as pesquisas que se debruçaram em cada pormenor de uma Província ou evento do período desempenham função importante de fonte para os capítulos em que se relata o desenrolar da guerra em cada ponto do País.

Não se dispensou, cabe frisar, mesmo nos casos regionais, pesquisa de fontes primárias, documentos disponíveis sobre o período, sejam eles registros, atas, cartas, decretos, artigos em jornais, proclamações e narrativas de atores ou testemunhas da época. Foram realizadas pesquisas no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, por meio do Projeto Resgate, nos arquivos das Forças Armadas brasileiras, Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e nos arquivos diplomáticos do Brasil, da Áustria e da França. No primeiro caso, a pesquisa das fontes portuguesas se beneficiou largamente das facilidades oferecidas pelo projeto “Resgate”, que disponibilizou versões eletrônicas dos arquivos. A correspondência diplomática austríaca estava disponível, por sua vez, na Biblioteca Nacional, ao passo que as do Reino Unido e dos Estados Unidos da América foram obtidas por meio de coletâneas documentais.

Ademais da pesquisa presencial junto aos arquivos, os serviços de atendimento à distância do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional representaram uma fonte rápida de busca documental. Cabe forte elogio a estas instituições por manterem serviços muito eficientes no atendimento à distância, que muito contribuem para a pesquisa sobre a História brasileira

⁸ KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o ‘recrutamento’ de escravos na Guerra da Independência na Bahia”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 109-126, 2002. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid (acesso em 26/06/2013).

⁹ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009. www.dominiopublico.gov.br/ (acesso em 23/11/2012)

¹⁰ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao Público Sincero e Imparcial: imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. www.historia.uff.br/stricto/td/1199.pdf (acesso em 15/12/2012).

_____. ‘Aderir’, ‘jurar’ e ‘aclamar’: o Império no Maranhão (1823-1826). In: *Almanack*. Guarulhos, nº 1, p. 105-118, 1º semestre de 2011.

¹¹ CUTRIM, Luísa Moraes. “João Rodrigues de Miranda: relações com as Cortes Portuguesas e disputas políticas na província do Maranhão (1821-1822)”. In: *II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista*. Universidade Estadual do Maranhão, 2011.

Os relatos de atores ou testemunhas dos eventos, muito utilizados pela historiografia nacional, também merecem destaque. Os escritos de Maria Graham¹², do representante diplomático austríaco no Rio de Janeiro, Barão de Mareschal, e, em menor escala, o relato do Almirante Cochrane¹³, talvez sejam os mais presentes na historiografia nacional. Juntou-se a essa lista de testemunhos do “calor do momento” as narrativas do Padre Paixão e Dores¹⁴ (capelão do Almirante Cochrane), de Vasconcelos de Drummond (assessor de Bonifácio), do Conde de Palmela, de Militares portugueses – Avilez, Madeira e Fidié¹⁵ – dentre os demais documentos, destacados na primeira parte da bibliografia.

Há de se reconhecer que, em comparação a períodos anteriores, a pesquisa de fontes primárias é hoje muito facilitada pelo gigantesco processo de digitalização de meios em curso. Grande parte dos documentos e obras da época citados ao longo da presente tese foram adquiridos eletronicamente.

Nesse processo, deve-se destacar os documentos disponibilizados no Projeto Resgate/UnB, Google Books, Brasiliana/USP, Centro de Estudos Históricos da Universidade de Nova Lisboa, seção de obras raras do sítio eletrônico do Senado Federal, coleção de leis e decretos da Câmara dos Deputados, página do Parlamento português, Fundação Biblioteca Nacional do Brasil e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste último caso, cumpre registrar que todos os números da Revista do IHGB, desde 1838, estão disponíveis eletronicamente e trazem em seus volumes não apenas artigos sobre a Independência brasileira, mas também a reprodução de inúmeros documentos da época. Todas as edições da Revista do IHGB foram pesquisadas, em busca dessas informações. Fontes eletrônicas esparsas são mencionadas nas obras relacionadas na bibliografia.

¹² GRAHAM, Maria. *Diary of a Voyage to Brazil*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown & Green, 1824. In: <http://fr.scribd.com/doc/65591366/Journal-of-a-Voyage-to-Brazil-1821-1823-Maria-Graham>. Acesso em 19/11/2013.

_____. *Esboço biográfico de Dom Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1938. In: Biblioteca Nacional, acervo digital: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_060_1938.pdf (acesso em 03/06/2013)

¹³ COCHRANE, Thomas John. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

¹⁴ PAIXÃO E DORES, Frei Manoel Moreira da. *Diário do Capelão da esquadra de Lord Cochrane*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1938. In: Biblioteca Nacional, acervo digital: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_060_1938.pdf (acesso em 03/06/2013)

¹⁵ FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária Fortuna de um Soldado Portugues*. Terezina: FUNDAPI, 2006.

Pesquisar um tema tão estudado como a Independência é sempre um risco. Há toda sorte de pesquisas, teses e descobertas de documentos, de modo que o novo trabalho sempre se vê ameaçado de ter omitido algum ponto ou de ter deixado de lado, voluntária ou involuntariamente, um autor. Nenhum autor pode pretender esgotar o tema. O objetivo do presente trabalho, ao fim e ao cabo, é o de conjugar os avanços já registrados e reorganizá-los, com a adição de fontes documentais em grande medida conhecidas, em uma interpretação do processo de Independência do Brasil que incorpore o conflito político e as operações militares.

I – REVISÃO HISTÓRICA E MARCO CONCEITUAL

1. ECOS DE UMA GUERRA DESCONHECIDA

Em 19 de fevereiro de 1822, estouraram por diversos locais de Salvador confrontos violentos entre tropas portuguesas e revoltosos, populares e militares, que resistiam à substituição do Governador de Armas da Bahia, Brigadeiro Manoel Ribeiro, pelo Brigadeiro Madeira de Melo. Na confusão dos confrontos, marinheiros portugueses invadiram o Convento da Lapa e assassinaram a golpes de baioneta a sóror Joana Angélica. A religiosa não foi a única vítima naquele dia, no qual tropas de um mesmo Exército lutavam pró ou contra à liderança de Madeira de Melo, ainda que ambos os lados ainda estivessem ligados às “Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes” da Nação Portuguesa, que funcionavam desde 1821 e haviam obtido a adesão de todo o Reino do Brasil.

Joana Angélica tampouco seria a última vítima do processo político-militar, entre 1821 e 1823, que aos poucos foi dividindo as sociedades do Reino em projetos de poder distintos e diversos, e que a partir de 1822 passou a se afunilar na opção entre o Rio de Janeiro ou Lisboa. Um processo complexo e caótico, que não tinha resultado assegurado por antecipação e que terminou na construção do Império do Brasil, na forma territorial como o conhecemos.

Pouco mais de um ano, em 13 de março de 1823, o Governador de Armas da Província do Piauí, Major João José da Cunha Fidié, marchando entre Parnaíba e Oeiras (Piauí) com “pequeno número de tropas”¹⁶, encontrou-se em Campo Maior com partidários da Independência, cerca de dois mil soldados e milicianos liderados pelo Capitão Luiz Rodrigues Chaves. No que ficou conhecido como a “Batalha do Jenipapo”, o próprio Fidié¹⁷ sustentou terem as forças brasileiras perdido muitos homens, além de terem sido feitos 542 prisioneiros. Muitas dessas centenas de baixas¹⁸

¹⁶ Expressão utilizada pelo próprio Fidié. In: FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária Fortuna de um Soldado Português*. 3ª. Edição. Teresina: FUNDAPI, 2006.

¹⁷ 2006, p 119.

¹⁸ O conceito de “baixas”, que voltará a ser tratado neste capítulo, compreende mortos (em combate e em outras circunstâncias), feridos e prisioneiros.

eram de simples sertanejos, arregimentados de última hora, não treinados e desequipados. Os mortos do Jenipapo, mais uma vez, não eram os primeiros nem seriam os últimos do conflito. Mas o que se passou em Campo Maior, já não se restringia a confrontos esporádicos, a revoltas sem motivos. Em 1823, já havia um combate com objetivos definidos, opondo o Reino de Portugal ao Império do Brasil, mesmo que as forças brasileiras não estivessem, ainda, organizadas em um Exército efetivamente nacional, nem formassem, tampouco, unanimidade dentre as elites e os povos das diferentes regiões do novo Estado.

A “crua guerra dos vândalos” na Bahia, expressão utilizada por Dom Pedro na Fala do Trono de 1823¹⁹, durou até julho de 1823, envolvendo milhares de tropas e provocando milhares de baixas. Na batalha do Pirajá, em 8 de novembro de 1822, falou-se em mais de 200 mortos, apenas do lado que defendia as Cortes de Lisboa²⁰. Também em 1823, em 28 de julho, após ultimatos, a chegada de Cochrane e a invasão do interior maranhense por milhares de tropas pró-D. Pedro²¹, o Maranhão aderiu ao novo Império²². Não sem violência foi a vez, em seguida, do Pará, em 15 de agosto de 1823, englobando enfim todo o Norte ao novo Estado brasileiro. Na Cisplatina, Província anexada ao Império Português, a retirada de todos os efetivos portugueses e a entrada do General Lecor em Montevideú ocorreu apenas em 14 de fevereiro de 1824.

Esses fatos são apenas os elementos relativamente mais conhecidos da Guerra de Independência do Brasil, que se passou entre 1822 e o primeiro semestre de 1823, e que esteve intrinsecamente ligada ao processo político que se iniciou com a Revolução do Porto, em 1820, a partida de D. João VI, em 1821, e o funcionamento das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.

Em todo o Reino do Brasil, os ânimos começam a se exacerbar já nos fins de 1821, explodindo no ano seguinte série de refregas de múltiplas facetas, algumas delas disputas locais de poder, outras relacionadas com o aparecimento de ideias autonomistas ou independentistas não ligadas ao Rio de Janeiro (como em Pernambuco), e,

¹⁹ Incorporada em ata da *Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, de três de maio de 1823.

²⁰ In: Luiz Henrique Dias Tavares, 1977, p. 190. A avaliação de “mais de 200 inimigos” é do comandante brasileiro, Pierre Labatut. Segundo DIAS TAVARES, o diário “Espelho” ampliou esse número para 375.

²¹ Composta, em sua maioria, por tropas cearenses, piauienses e pernambucanas. Uma das narrativas mais conhecidas desse episódio é a de ARARIPE, Tristão de Alencar. “Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão”. Publicado originalmente em 1885. In: www.institutodoceara.org (acesso em 02/07/2013). Os documentos sobre a mobilização e seus pormenores serão tratados com maior pormenor no Capítulo VII.

²² A capitulação ocorreu em 28 de julho de 1823, o juramento da Independência, em 3 de agosto de 1823.

finalmente, entre portugueses pró-Cortes e aqueles que foram gradativamente voltando seu apoio ao Príncipe Regente D. Pedro, por convicção ou conveniência (constitucionalistas defensores do Reino Unido, partidários de Dom Pedro ou mesmo republicanos).

Em disputa estavam projetos sobre nova organização do Estado português, em discussão nas Cortes Gerais de Lisboa. Convocadas após a Revolução do Porto, de 1820, as Cortes tinham como objetivo dotar o país de uma Constituição liberal, rompendo com o Antigo Regime. O movimento que as impulsionara, o “Vintismo”, tinha também a ambição de promover a “regeneração” portuguesa, noção dúbia, o desejo de um retorno a estado anterior de glória que tinha, principalmente, projeto de recentralização política em Lisboa²³. Inicialmente apoiada pelos portugueses do Reino do Brasil, as Cortes aos poucos foram sendo vistas como uma ameaça aos interesses de setores brasileiros. Para esses grupos, com o desenrolar dos trabalhos constituintes, “regeneração” passou a soar “recolonização”.

A largada da marcha conflitiva foi dada por Lisboa, em setembro de 1821, ao emitir Decretos – recebidos no Brasil apenas em dezembro de 1821 – que modificavam a estrutura governamental no Reino do Brasil. Criavam Províncias, cuja autonomia em relação ao Rio de Janeiro praticamente anulava a entidade política unificada do Reino do Brasil, e determinavam o regresso de D. Pedro à Europa²⁴. Os decretos foram imediatamente adotados pela maior parte das Províncias brasileiras. Alguns grupos no centro-sul do Reino, no entanto, reagiram à medida e começaram a se mobilizar em torno do Regente, D. Pedro, para resistir a algumas das disposições daqueles Decretos. Esses grupos, que liderariam o processo que resultou no rompimento, ainda permaneciam fieis a D. João VI e não poderiam ser associados a ideias de independência que circulavam no Norte do Reino do Brasil.

Outra das medidas adotadas pelas Cortes com relação à organização política brasileira, e que teve forte impacto público, foi a nomeação de Governadores de Armas – comandantes provinciais das tropas, que respondiam diretamente a Lisboa. Os Governadores de Armas, ao final, tiveram papel-chave na batalha política e militar em

²³ Vide SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (c. 1780-1830)”. In: *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Organização de Jurandir Malerba. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 233. O tema será tratado com pormenor no capítulo III.

²⁴ A viagem do Príncipe, cabe registrar, foi suspensa pelas Cortes em 23/07/1823, até a promulgação da Constituição. In: Dom João VI (1822), *Carta de Lei. Permite a permanência de Dom Pedro no Brasil*.

torno do Reino do Brasil²⁵. Sua ligação direta com Lisboa suscitou conflitos e a utilização de forças vindas de Portugal alimentaram o imaginário brasileiro contra as Cortes, reforçando a propaganda da “recolonização”, como se observa, tempos depois, em discursos na Assembleia Constituinte brasileira²⁶, por exemplo, dos Deputados Henriques de Resende (20 de junho de 1823)²⁷ e Marianno Cavalcanti (21 de junho de 1823)²⁸.

A recepção dos Decretos das Cortes no Rio de Janeiro provocou grande confusão. Um “vulcão”, como disse o representante diplomático do Governo francês na capital carioca²⁹, mas não necessariamente seguindo uma só tendência, tal como a historiografia nacionalista brasileira tradicional procurou mitificar, como se o Brasil estivesse naturalmente unido em torno do Rio de Janeiro desde sempre.

Com o regresso da Corte a Lisboa, em abril de 1821, D. Pedro havia sido incumbido por seu pai para desempenhar-se como Regente, em teoria com poderes totais sobre o Reino, apoiado em uma estrutura de poder construída desde 1808. Era um administrador ainda um tanto indeciso³⁰, sem necessariamente contar com apoio de todas as regiões, muitas das quais se viam distantes, física e politicamente do Rio de Janeiro³¹. Para um observador crítico como o Almirante Cochrane, em 1821, o herdeiro

²⁵ O Correio do Rio de Janeiro, nº 143, de 03 de outubro de 1822, ao tratar das investidas das Cortes contra o Brasil, se refere, em dado momento, à figura do Governador de Armas: “*Contra a experiencia não ha argumentos, e se faltasse a de tres seculos, demasiado lhe serviria a dos Avilezes, Carretis, Regos, Madeiras &c.*”.

²⁶ In: *Diários da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. In: <http://books.google.com> (acesso em 15/02/2013)

²⁷ “(...), Sr. Presidente, ainda está muito fresco na memoria de todos um dos principaes agravos de que nos queixávamos das Cortes Portuguezas: a independência dos Governadores das Armas”.

²⁸ Sobre a independência dos Governadores das Armas do Governo da Província: “*foi este, Sr. Presidente, um dos pomos de discórdia entre o Brasil e Portugal, de sorte que as Cortes de Lisboa decretarão este principio, o systema inherente foi logo considerado como um monstro, ou hydra de três cabeças, pois que dividindo em três partes as funções administrativas, e fazendo-as independentes umas das outras (em vez do nexa e harmonia da Administração) a desintelligencia entre as Authoridades respectivas, dando azo a dissensões, abusos e conflitos (...)*”.

²⁹ Comunicação de 17/11/1821. Arquivos diplomáticos do Quai d’Orsay, tomo 20 CP/1 (1820-1822), microfilme P/16776.

³⁰ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 126.

³¹ Os debates das Cortes portuguesas de 12 de março de 1822 exemplificam essa heterogeneidade, ao se discutir se o Brasil deveria ter apenas um Governo central, ou mais de um (esse tema, aliás, será utilizado pelos partidários de Dom Pedro como exemplo da tentativa das Cortes de partir o Brasil, a fim de facilitar a “recolonização”) e quem poderia representar o interesse geral do Reino. Segundo um dos participantes do debate, Deputado Ribeiro de Andrade, “*o Brazil he dividido em duas divisões do norte e sul. He verdade que uns diferem dos outros (...)*”. Já o Deputado Pinto de França pergunta: *Em que estado pois estão os nossos irmãos do Brazil? Desunidos entre si?*”.

não passava, até fins de 1821, de “um Governador do Rio de Janeiro”³², com capacidades muito limitadas de atuação.

Lúcia Bastos Pereira das Neves³³ chama atenção, igualmente, para o fato de que “as províncias no Norte manifestaram sua clara adesão às cortes e recusaram qualquer subordinação, tanto política quanto econômica, ao Rio de Janeiro”. A ideia do dissenso entre as Províncias, com a ameaça da anarquia, foi uma presença constante nos discursos de Dom Pedro e dos círculos cariocas e paulistas que passaram a o acompanhar. Junto com a ameaça de “recolonização” das Cortes, o temor à anarquia foi muito utilizado para justificar a centralização em torno da figura de Dom Pedro³⁴.

Havia diferenças patentes na forma como os debates e questões políticas da época eram percebidos e tratados nas regiões brasileiras. A heterogeneidade das posições no Reino brasileiro ocorria também nas Cortes³⁵. Os deputados pernambucanos e fluminenses, presentes nas Cortes no segundo semestre de 1821, aprovaram os controvertidos Decretos de setembro. Para eles, essas medidas eram compatíveis com a manutenção da integridade do Império português e a recém-adquirida autonomia provincial. Mesmo os baianos defenderam a extinção dos poderes do Rio de Janeiro³⁶. Em torno desse debate, giravam teorias sobre “integracionismo”³⁷, que defendiam uma soberania “una e indivisível”, na qual a integração deveria ser total (ou seja, o poder concentrado em Lisboa), adotando-se um modelo político-administrativo que pudesse garantir a unidade, e sobre a autonomia das Províncias. Ou seja, a própria concepção do novo Estado português estava em questão³⁸.

³² Cochrane, 2003. p. 34. Também Lustosa se refere à fraqueza do Regente. In: LUSTOSA, Isabel. *Dom Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 117.

³³ PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Bastos. “Estado e política na Independência”. In: *O Brasil Imperial*, volume I: 1808-1831. Organização Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 121.

³⁴ Vide, por exemplo, representação apresentada pela Câmara do Rio de Janeiro ao Príncipe, a qual demanda sua permanência no Rio de Janeiro, exigida para a “*salvação da Pátria, que está ameaçada do iminente perigo de divisão pelos partidos*”. O referido documento foi anexado em carta de Dom Pedro a Dom João VI, datada de 09/01/1822, e presente na compilação de Cartas e demais ofícios ao Rei.

³⁵ BERBEL, Márcia Regina. “Capítulo 5 - Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/1822)”. In: MALERBA, Jurandir. *A Independência brasileira: novas dimensões*. Organizador Jurandir Malerba. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 190.

³⁶ Berbel, 2006, p. 190

³⁷ BERBEL, Márcia Regina. “A Constituição Espanhola no mundo Luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Índias*, 2008, vol. XVIII, nº 242, 225-254. www.revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/641/707. Último acesso em 12/07/2012. P. 188.

³⁸ Como aponta Loureiro: “*Desde o princípio, Pará e Maranhão se alinharam com os europeus, em detrimento ao poder no Rio de Janeiro, reconhecendo na Europa e nas Cortes, a fonte do verdadeiro poder. Podemos entender, então, que as disputas regionais do Brasil eram retratadas nas Cortes, o que mostrava que não havia um claro projeto político único para as províncias americanas*”.

A situação mudou com a chegada dos deputados paulistas, com instruções que enunciavam “uma nova forma de unidade para a nação portuguesa, que incluiria as demandas pela autonomia provincial”³⁹. O grupo paulista, ressaltando-se, buscava fundamentalmente preservar seus interesses, relacionados ao Rio de Janeiro, aos quais se adicionavam visões sobre a Administração do Reino. Esse posicionamento não era diferente, nem melhor, do que o de outros setores regionais que buscavam autonomia ou se colocavam a favor de Lisboa. Ainda assim, o papel dos deputados paulistas, em associação com alguns representantes de outras regiões, deu o tom do que se tornaria a resistência pró-Rio de Janeiro, nas Cortes.

Existem controvérsias sobre a influência desse “projeto paulista”. Heitor Loureiro⁴⁰ e André Roberto de Arruda Machado⁴¹ salientam como mesmo os paulistas não mantinham posições necessariamente homogêneas, sendo que o primeiro autor sublinha o fato de que “a imagem de um Bonifácio que as vésperas da Independência, tira da cartola um projeto para o Brasil, com apoio das Províncias do Centro-Sul” seria um dos mitos criados pela historiografia brasileira do século XIX. O cientista que se tornaria patriarca de fato não representava o único grupo das elites do centro-sul (ou, ainda que minoritárias, de outras regiões) que buscavam manter a relevância política adquirida pelo Rio de Janeiro após os anos de presença da Corte. Era, porém, visto como figura central do processo.

Grupos liberais fluminenses também resistiam ao Regente, exercendo o poder local a partir da Câmara Municipal⁴². Setores mineiros que apoiaram o “Fico” depois contestaram a centralização em torno de Dom Pedro, desenvolvendo, inclusive, “a ideia de separar Minas do príncipe e das Côrtes”⁴³. A historiografia recente⁴⁴ tem, assim,

³⁹ Berbel, 2006, p. 192.

⁴⁰ LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. “A Independência Brasileira: considerações historiográficas”. In: *Ibéria revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos*. Ano III, nº 13, Juiz de Fora, março-junho/2010. http://www.academia.edu/1821825/A_INDEPENDENCIA_BRASILEIRA_CONSIDERACOES_HISTORIOGRAFICAS (acesso em 16/05/2013). P. 29.

⁴¹ MACHADO, André Roberto de Arruda. *A Quebra da Mola Real das Sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. P. 56.

⁴² CALDEIRA, Jorge, “Introdução”. In: ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002. . P. 29

⁴³ DIAS TAVARES, Luis Henrique. “A Independência como Decisão da Unidade do Brasil”. In: *Luso-Brazilian Review*. Vol. 12, nº 1 (Summer, 1975), pp. 58-64. www.jstor.org/stable/3512926. P. 63

⁴⁴ Machado (2006) e Lustosa (2000). Vide também, dentre outros:

- PEDREIRA, Jorge Miguel. “Capítulo 1 – Economia e Política na explicação da independência do Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (organizador). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

conferido destaque à dissensão também no centro-sul, ademais da multiplicidade de projetos que se desenvolviam nas Províncias. Apontar esses dados será importante para entender algumas variáveis pouco exploradas nas pesquisas – como o papel da força militar na construção da unidade.

O fato, entretanto, é que o projeto de Bonifácio⁴⁵, mesmo que não único, terminou por ser o fundamento conceitual – a partir de uma concepção de unidade “brasileira” – de convergência das resistências centro-sulinas. Nomeado em janeiro de 1822 para o Ministério do Regente, “em pouco menos de seis meses, o ministro havia conseguido reunir forças políticas importantes do país em torno de seu projeto”⁴⁶. Havia um efetivo “centro de forças” em funcionamento.

A ideia do “plano paulista” ou dos grupos do centro-sul já estava em debate no próprio período. Acusações de que paulistas, fluminenses e mineiros haviam se juntado ao Príncipe herdeiro contra as Cortes é encontrada nas atas da constituinte portuguesa, por exemplo, nos discursos de Borges Carneiro (25 de maio de 1822⁴⁷) e de Sarmento (5 de junho de 1822⁴⁸) ou no relato feito por Francisco Maximiliano de Souza, comandante da expedição portuguesa impedida por D. Pedro de desembarcar no Rio de Janeiro, também registrado nas atas das Cortes Gerais, em 29 de maio de 1822⁴⁹. Em proclamação enviada ao General Madeira, em 4 de novembro de 1822⁵⁰, 655 cidadãos baianos demandavam que o Governador de Armas bloqueasse os Portos do Rio de

- NEVES, Lúcia Bastos P. “Parte 2 – A Vida Política. In: *História do Brasil Nação: 1808/2010. Volume 1: Crise Colonial e Independência (1808-1830)*. Coordenação: Alberto da Costa e Silva. Direção: Lilia Moritz Swarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. P. 96.

⁴⁵ “Plano” aqui utilizado como expressão mais ampla, fundamentada em dois documentos, as instruções de José Bonifácio aos deputados paulistas presentes (*Lembranças e apontamentos do governo provisório para os senhores deputados da Província de São Paulo*) e o Manifesto dos paulistas a Dom Pedro (*Representação*, de 03/01/1822). Segundo Lustosa (2000: 20), “o projeto de José Bonifácio para o Brasil contemplava aspectos econômicos e sociais que passavam ao largo do discurso dos liberais. (...) Politicamente, José Bonifácio jamais se confundiu com os liberais. Ele acreditava que o Brasil só poderia se organizar ‘com governo forte, sob a forma monárquica’, e lutaria sempre para garantir uma maior parcela de poder para o Executivo”.

⁴⁶ Jorge Caldeira. In: Bonifácio, 2002, p. 29.

⁴⁷ *He evidente que não e, pelo contrario devemos apressar-nos a mostrar por obras e por decretos ao Brazil quão liberal he o governo que lhe preparamos, e quão fallazes e absurdas as instigações dos áulicos e oligarchas do Rio de Janeiro e de S. Paulo.*

⁴⁸ (...) nós temos um exemplo recente do perigo de semelhantes associações, pôde-se dizer, sem fazer a ninguem injuria, que o principio da desharmonia com o Brazil, nasceu da junta de S. Paulo, a qual não usando do direito de petição que lhe competia (...).

⁴⁹ *Não entrarei em reflexões sobre o que julgo do estado político do Rio de Janeiro, pois a minha pequena demora me não deu lugar a poder conhecer com a exactidão que desejava, até que ponto se estende o plano, que começou a por-se em prática em 9 de janeiro; penço com tudo poder segurar, que he só particular a S. Paulo, e não geral ao Brazil, a adopção do systema proclamado no Rio, aonde igualmente julgo que o espirito publico não combina com o do governo (...).*

⁵⁰ Documento incluído no conjunto de “Documentos Diversos sobre a Bahia”. Biblioteca Nacional, arquivo MS 512 (67) nº 1330. Microfilme.

Janeiro, Pernambuco e Alagoas. Ao oferecer as razões para tanto, acusam os partidários da “facção bonifácia” de atentar contra a ordem constitucional portuguesa.

Os deputados continentais, é importante frisar, muitas vezes se referiam aos portugueses americanos como “brasileiros”, uma imagem homogeneizante que se consolidou aos poucos. Se antes os Deputados do Reino do Brasil se referiam como representantes de suas respectivas províncias, ao longo de 1822⁵¹, encontra-se ao longo das atas das Cortes a referência a “brasileiros”⁵², tanto por parte de europeus, quanto de americanos. O tema da nacionalidade brasileira será mencionado, com maior pormenor, no próximo capítulo.

Aos poucos, então, as ações e posturas adotadas tanto por Lisboa quanto pelo Rio de Janeiro, foram fazendo com que uma parte dos representantes brasileiros (notadamente aqueles do Centro-Sul) chegassem a entendimentos sobre o apoio ao Príncipe. As Cortes, como já sugerido, aproximaram com seus atos considerados “recolonizadores” muitas tendências brasileiras dispersas. Posteriormente, a convergência se deu pelo acordo de convocação da Constituinte brasileira, já em um contexto muito mais tenso. Meses depois, fortalecido pelo desenrolar das ações políticas e militares, D. Pedro dispensou esses acordos, o que provocou a volta dos conflitos regionais, a partir de fins de 1823.

A centralização advogada por Bonifácio em 1821 também foi muito conveniente a D. Pedro, que com ela adquiriu um plano e um caminho para defender a Coroa portuguesa. O Fico representou o fim da indecisão de D. Pedro e sua aproximação com projetos centro-sulistas que buscavam a manutenção do Rio de Janeiro como uma das capitais do Império. Essa aproximação de projetos não significou, necessariamente, harmonia entre os partidários de Dom Pedro ou de outros setores das elites brasileiras que resistiam às medidas de Lisboa. A presença do regente criou no Rio de Janeiro, de todo modo, um efetivo polo de resistência às Cortes, com apoio de São Paulo e Minas

⁵¹ Machado, 2006, p. 56.

⁵² Vide, por exemplo, a Proclamação de 13/06/1821 das Cortes Gerais aos “Habitantes do Brasil” (In: Biblioteca do Senado), na qual o novo Parlamento se dirige, textualmente, aos “brasileiros”. Nos diários das Cortes portuguesas, há igualmente referências contínuas aos “brasileiros” (por exemplo, em 12/03/1822, em intervenção do Dep. Lima, Ata das Cortes, p. 449), “brasilienses”. Também o General Avilez, em seu relatório às Cortes (por exemplo, na p. 33) utiliza as expressões “portugueses” e “brasileiros” como os dois lados da contenda. In: (AVILEZ. Jorge d’Avillez Juzarte de Souza Tavares) *Participação, e documentos dirigidos ao Governo pelo General Commandante da tropa expedicionária, que existia na Província do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa: e remetidos pelo Governo às Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Versão eletrônica oferecida pela Universidade de Nova Lisboa. In: http://www.fcsh.unl.pt/ceh/p_up_ferr fontes_prim_expansao.html (acesso em 08/07/2013)

Gerais, ademais de um renitente Pernambuco. A partir dele, ampliou-se em revolta e conflito a disputa entre as “malditas Cortes”, expressão utilizada por D. Pedro⁵³, e os “facciosos” (termo normalmente aplicado ao grupo em torno do Regente).

O ponto central do que veio a seguir é que, ao optar pela permanência e, posteriormente, pela independência, Dom Pedro não teve em torno de si os brasileiros de todas as Províncias, nem mesmo de todas as elites. Mesmo nos casos em que as Províncias se perfilaram a seu lado, a conjuntura não oferecia ao Príncipe grande conforto. Em Minas Gerais ou São Paulo, os acordos foram alcançados após negociações difíceis, muitas vezes frágeis e que se romperam nos anos seguintes.

Fora do núcleo centro-sulino, a situação era ainda mais precária. Ao reportar a Lisboa a partida da Divisão Auxiliadora, que até 12 de janeiro de 1822 permanecera no Brasil, o General Avillez afirmou que após o retorno de Dom João VI à Lisboa “se desenvolveu hum forte partido em algumas Províncias, que advogava pela sua emancipação”⁵⁴. O General português restringiu esse sentimento ao Rio de Janeiro, apontando que os cariocas teriam se atribuído a representação das outras Províncias uniformizando, “não se sabe com que principio, seus desejos com as outras Províncias, que não tem mostrado tal desejo”. Procurava, ainda, explicar as motivações do Rio de Janeiro, por ter “existido alli a Séde do Governo, e por estar em posse de huma parte da Familia Real: não querendo por estes motivos descer da categoria de Metropole de hum grande Império”.

Já com o avançar do processo de Independência, muitas Províncias ainda optaram pelas Cortes, por razões diversas. O processo envolvia interesses locais, disputas regionais, diferenças com o Rio de Janeiro ou proximidade com Lisboa. No quadro geral⁵⁵, ao terminar o ano de 1822, o Centro-Sul e o Sul haviam reagido positivamente à aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822. A adesão de Pernambuco se deu oficialmente em 8 de dezembro de 1822, mas a Província já enviara representantes para a Constituinte brasileira em setembro. As comunicações de Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe chegaram apenas no início de 1823, quando fortes combates já se desenrolavam em outras regiões brasileiras.

⁵³ Em carta ao pai.

⁵⁴ Avillez, 1822, p. 3.

⁵⁵ Lúcia P. Bastos Neves, 2009, p. 129.

No Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Cisplatina e Bahia, além de pontos espalhados por todo o Reino, houve lutas que se iniciaram com cores locais e afunilaram, por pressão externa, na opção entre Lisboa ou Rio de Janeiro. Praticamente todas as Províncias se viram envolvidas no combate ocorrido em torno desses seis territórios. O acesso a Goiás e ao Mato Grosso era muito dependente da navegação do Prata, o que tornava estratégica a Cisplatina, até o fim da Guerra em mãos portuguesas. A Bahia se colocava entre Pernambuco e o Rio de Janeiro, sofrendo os pernambucanos as ameaças das forças portuguesas instaladas em Salvador. Essa, aliás, era a estratégia do lado português, ao concentrar a maior parte de suas forças na rica e estratégica Bahia, tomando-a como base de apoio para as operações em todo o Norte-Nordeste⁵⁶, região de prioridade máxima para Lisboa, cogitando-se, inclusive, a separação do Norte brasileiro, preservado por Lisboa, do novo Império declarado por Dom Pedro⁵⁷.

Mesmo as Províncias que aos poucos foram aderindo ao Rio de Janeiro não se viram livres do conflito, participando diretamente dos confrontos que se desenrolavam nas Províncias vizinhas. O Ceará e a Paraíba, por exemplo, estiveram envolvidos diretamente nos conflitos no Piauí⁵⁸, ao passo que São Paulo contribuiu com tropas para a guerra na Cisplatina⁵⁹. O resto do Brasil que não se aproximou voluntariamente do polo do Rio de Janeiro foi unido pela negociação, pela força ou pela combinação das duas. Uma parte das Províncias não “aderiu” à Independência. Foi, praticamente, conquistada pelo e para o Império.

O tema da Guerra torna-se, então, estudo necessário para a compreensão seja da unificação do Norte com o Sul do país, seja da relação de Dom Pedro com os diferentes setores das sociedades do Reino, que tinham como principal elemento de união

⁵⁶ Conforme instrução emitida por Lisboa ao General Madeira. In: BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos para a História da Independência*. Rio de Janeiro: Gráfica da Biblioteca Nacional, 1923. No mesmo sentido, cite-se o já mencionado documento à Junta Provisória da Bahia (pró-Lisboa) de 655 cidadãos da Província, de 04/11/1822, solicitando o bloqueio dos portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas. Em Ofício de resposta, de 14/11/1822, o General Madeira indica que suas instruções com relação à esquadra são a de preservar o porto de Salvador como “ponto de apoio” para expedições militares no Brasil e, secundariamente, apoiar às outras Províncias cujos Comandantes demandem auxílio. In: Biblioteca Nacional, *Documentos Diversos sobre a Bahia*. Ref. I – 31-6-7. Rolo MS 512 (67), nº 1330.

⁵⁷ Esse tópico será explorado no Capítulo sobre a Revolta.

⁵⁸ Vide o trabalho de Araripe, 1885. Conforme reporta o Diário do Governo português nº 2, de janeiro de 1823, as Cortes de Lisboa, ainda insistiam tratar o Império brasileiro como caso de “províncias dissidentes”, reconhecendo em estado de “rebelião” as Províncias do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo. As Cortes, nesse momento, retiram o direito de representação dessas Províncias, até que retornem à legítima obediência ao Governo constitucional.

⁵⁹ O envio de tropas de São Paulo ao Sul é mencionado pelos Deputados Paula Mello e Ribeiro Andrada em intervenções na Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil do Rio de Janeiro, em 17/06/1823.

ideológica, em primeiro lugar a fidelidade ao Rei, em segundo, uma ainda frágil noção (mais concentrada no centro-sul) de unidade territorial formada pela elevação da Colônia a “Reino Unido”. A força e a violência estiveram presentes em todo o período 1821-1823.

O primeiro momento de força é a tentativa de fazer Dom Pedro embarcar de volta a Lisboa, logo após o Fico, decisão que redundou na ampliação das resistências contra Lisboa. O Regente garantiu sua posição em operação militar confusa que terminou com a expulsão da Divisão auxiliadora. Em conjunto com o programa político paulista, a força adquirida nesse processo permitiu, no início de 1822, a mencionada instauração de um polo de poder no Rio de Janeiro, que só aos poucos começou a tentar exercer sua autoridade centralizadora, sem que tivesse sido planejada, necessariamente, a Independência. A ruptura de D. Pedro com as Cortes era clara no primeiro semestre de 1822. Também eram patentes os planos de reunir o Reino em torno do Regente, que se fortaleceria e preservaria a liderança bragantina. Daí a se falar em ruptura com D. João VI era programa diverso, apoiado por alguns, porém não planejado.

O processo militar teve igualmente, a partir do Fico, diferentes etapas. As disputas entre portugueses, de cá e de lá, foram se metamorfoseando em revolta e rebelião (como em 19 de fevereiro, na Bahia), enquanto D. Pedro se definia e tentava consolidar seu centro político carioca. Uma vez tornado um polo de contraposição às Cortes, mas ainda sem forças para comandar seus apoiadores nas Províncias, o Regente – e depois Imperador – viu seus partidários organizarem as próprias forças e lutarem contra aquelas dos Governadores de Armas. Uma fase já de guerra aberta. Não havia, ainda, um quartel-general. Essa mobilização descoordenada caracterizou a maior parte das operações militares na Independência brasileira, em episódios como a já citada Batalha do Jenipapo.

As forças brasileiras, deve-se ressaltar, não enfrentavam apenas focos de resistência de portugueses “perdidos” em terras americanas. Em primeiro lugar, havia regiões inteiras ou importantes setores da sociedade, que resistiam a D. Pedro, política e militarmente. As tropas que se mantiveram ao lado das Cortes eram experientes. A maior parte dos comandados pelo Major João José da Cunha Fidié, que venceu a Batalha do Jenipapo, era de nativos das terras brasileiras⁶⁰. Não eram únicos⁶¹. Já no

⁶⁰ DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. “A Milícia em Armas: o soldado brasileiro da guerra de Independência”. Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Internacional de História Militar. Rio de

avançado 5 de maio de 1823, em pleno funcionamento da Assembleia Constituinte brasileira, o Deputado Martins Bastos apontava ser

“inegavel que não pequeno numero de cidadãos, desvairados, e o que mais he, ainda menos attenciosos a seus verdadeiros interesses, tem cahidos em erros de opinião pelo que respeita á sagrada causa da Independencia (...)”⁶².

Quando Martins Bastos proferiu seu discurso, a maior parte das operações militares continuava a ser levada por grupos locais, mas já havia uma centralização de comando, especialmente na Bahia e na atuação da Marinha.

Em 1º de agosto de 1822 iniciou-se formalmente a guerra, que aos poucos alcançou os territórios do Império. Menciona-se o 1º de agosto por se tratar da data de expedição de dois Decretos, um que tornava inimigas todas as tropas portuguesas que estivessem no Brasil sem consentimento do Regente, e outro no qual o Regente explicava as causas da “guerra travada contra Portugal”. A linguagem de Dom Pedro no primeiro documento é a de uma declaração formal de guerra, cumprindo essa etapa formal para a definição do conflito:

(...) III – Que no caso de não quererem as ditas Tropas obedecer a estas ordens, e ousarem desembarcar, sejam rechaçadas com as armas na mão, por todas as Forças Militares da 1ª e 2ª Linha, e até pelo Povo em massa; pondo-se em execução todos os meios possíveis para, si preciso fôr, se incendiarem os navios, e se metterem a pique as lanchas de desembarque.

IV - Que si apesar de todos estes esforços, succeder que estas Tropas tomem pé em algum Porto ou parte da Costa do Brazil, todos os habitantes que o não poderem impedir, se retirem para o centro, levando para as mattas e montanhas todos os mantimentos e boiadas, de que ellas possam utilizar-se; e as Tropas do Paiz lhes façam crua guerra de postos e guerrilhas, evitando toda a occasião de combates geraes, até que consigam ver-se livres de semelhantes inimigos. (...)

Cinco dias depois foi publicado o conhecido Decreto de 6 de agosto de 1822, dirigido às Nações amigas. O futuro Imperador aos poucos construiu Forças Armadas

Janeiro, setembro de 2011. In: www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/.../30.pdf (acesso em 04/07/2013). P. 14

⁶¹ “Na luta entre brasileiros e portugueses, é interessante observar que, embora pareça ser um paradoxo, brasileiros lutaram pela causa portuguesa ao mesmo tempo em que portugueses optaram pela independência do Brasil”. Carlos Roberto Carvalho Daróz, 2011, p. 14.

⁶² In: *Diários da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*. Martins Bastos aponta que a maior parte desses cidadãos estaria “a mor parte sofrendo os horrores dos cárceres e prisões (como que assim exigia a segurança do Império), outros fugitivos ou expatriados”.

mais coesas e o conflito se tornou uma Guerra liderada pelo Rio de Janeiro, a partir de um comando central. Marca dessa fase será a entrada em cena da Marinha Brasileira.

As operações militares foram concentradas geograficamente, como era comum nas guerras da época. Desenrolaram-se no Norte-Nordeste, ademais da Cisplatina. Somente um ano e cinco meses após os graves conflitos em Salvador, em 1822, as forças do General Madeira deixaram Salvador em direção a Portugal, em dois julho de 1823. Conforme apontado anteriormente, ainda seria necessário concretizar a incorporação do Maranhão, Pará e Cisplatina. No último caso, o fim do conflito foi seguido, poucos meses depois, por nova guerra. Talvez seja possível dizer que se desenrolou no sul do Brasil uma guerra que se iniciou em 1822 e só terminou em 1828, com a criação do Uruguai. A tarefa de garantir a adesão de todas as Províncias ao Rio de Janeiro terminou, de todo modo, apenas no segundo semestre de 1823.

Ao terminarem as operações militares, Laurentino Gomes⁶³, em obra não-acadêmica, mas um dos poucos que se refere a números completos, fala de 3 a 5 mil mortos na Guerra de Independência. Apenas na Bahia, um ano e quatro meses de operações militares mobilizou aproximadamente 16 mil brasileiros e 15 mil portugueses. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno⁶⁴ indicam que a guerra no Brasil mobilizou número de combatentes maior do que o das guerras de libertação da América espanhola, ainda que o número de baixas tenha sido menor no caso brasileiro. Aliás, a menor mortandade do caso brasileiro costuma ser erroneamente apontada como a prova de uma independência pacífica.

Como já mencionado, a visão do processo de emancipação brasileira exposta até aqui parecerá um tanto fora do lugar. Falar de uma Guerra de Independência do Brasil, ou de uma guerra no processo de independência, contrasta fortemente com a imagem predominante de uma Independência brasileira pacífica, de um “divórcio amigável”. Distancia-se, também, das visões da emancipação como um entendimento entre elites nacionais, homoganeamente resistentes à “recolonização” das cortes.

Quando muito, são recordadas as histórias de Joana Angélica e a da moça que se vestiu de soldado para lutar pela Independência, Maria Quitéria, a meros exemplos folclóricos regionalizados de um período. Na Bahia muito se fala da guerra, comemora-se o dois de julho, porém de uma perspectiva puramente localizada. O regionalismo

⁶³ 2010, p. 163.

⁶⁴ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. P. 31.

também tende a isolar os acontecimentos no Piauí, no Maranhão, no Pará e na Cisplatina. São limitadas, desse modo, as obras que se debruçam na estimativa total das operações, das baixas, ou do número total de tropas.

Com isso, encontram-se dificuldades no conhecimento do efetivo impacto desses eventos no processo histórico. A Guerra foi fundamental para a Independência? O Brasil teria surgido de qualquer maneira? Teria se mantido unido? Havia chances de um sucesso português? O que teria acontecido, nesse caso? São essas as perguntas que um melhor conhecimento das operações militares do processo de independência poderiam responder. Talvez seja possível, de todo modo, adiantar, que o Brasil como o conhecemos hoje, nas dimensões e territórios atuais, teve na Guerra um pilar fundamental. É preciso conhecê-la e reconhecê-la.

2. OS MORTOS ESQUECIDOS

“É todavia curioso que a ação decisiva dos militares brasileiros ainda permaneça ausente das Histórias que analisam a História do movimento pela independência política do Brasil”⁶⁵.

Os meses de mobilização militar – parte essencial da construção do Estado brasileiro – tiveram sua importância diminuída em trabalhos importantes, cujo foco se voltou a outros elementos do processo de emancipação. Não tendo havido guerra, ou mesmo isolando as operações militares do processo político, as razões unidade brasileira – tema bem resumido na pergunta de Kenneth Maxwell⁶⁶ – *por que o Brasil foi diferente?* – foram sendo buscadas em diferentes argumentos. O primeiro momento da construção do Estado brasileiro e, principalmente, a manutenção da unidade territorial na passagem do Reino do Brasil para o Império brasileiro, tem sido, assim, constantemente assolado por um fantasma de origem. Fantasma com capacidade de mutação, que provoca um forte impacto nas possibilidades de análise daquele período histórico.

O mito de uma Independência pacífica, e essa é uma interessante peculiaridade da história brasileira, se origina no próprio Governo e nas elites nacionais da época.

⁶⁵ DIAS TAVARES, Luis Henrique. “A Independência como Decisão da Unidade do Brasil”. In: *Luso-Brazilian Review*. Vol. 12, nº 1 (Summer, 1975), pp. 58-64. www.jstor.org/stable/3512926. P. 61.

⁶⁶ MAXWELL, Kenneth. “Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Carlos Guilherme Mota (organizador) – 2ª edição. São Paulo: Editada SENAC, 2000.

Lúcia Bastos Pereira das Neves⁶⁷ sublinha que a “lenda rosada” da emancipação foi gestada no próprio momento, citando notícia do Diário do Governo, de fevereiro de 1823, no qual se fala que a independência se deu “sem ter passado pelos horrores da guerra civil e da anarquia”. Visão semelhante é observada no discurso de coroação de D. Pedro, em 12 de outubro de 1822, nesse momento talvez expressando em sua mensagem um desejo de que a guerra civil, já em curso, não tivesse sequência.

Tom fortemente diferente, no entanto, é observado na Fala do Trono de 1823, que inaugurou a Assembleia Constituinte brasileira, na qual apenas parte das Províncias estava representada⁶⁸. Toda a primeira parte do discurso do Imperador foi voltado a relatar a situação no País e mostrar o esforço de guerra, com a construção das forças, estabelecimento do Exército e da Marinha. Os discursos do Regente-Imperador em 1822-1823, eram, no mínimo, ambíguos.

Lúcia Bastos Pereira das Neves⁶⁹ ressalta, então, que a “lenda rosada” foi mantida pela historiografia do século XIX. Se a mitologia nacional ou nacionalista se faz, desde a segunda hora, fundamentada no divórcio amigável, naturalmente a historiografia que se seguiu no século seguinte, replicaria a imagem. Sustentou-se essa imagem inicialmente no oficialismo monárquico ou mesmo no período republicano. Jorge Miguel Pedreira⁷⁰ frisa como, a partir da década de 1830 e, principalmente, após a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, foi sendo construída concepção de história que enfatizava a continuidade em detrimento da ruptura. Na visão do autor, o importante, na década de 1830, “era, em grande medida, construir a ideia de um Brasil ‘estável, unido e denso’”. A guerra, os desentendimentos entre as regiões e a incerteza do processo não tinham muito lugar nessa concepção

Varnhagen⁷¹ é rotineiramente citado como o exemplo maior dessa historiografia nacionalista do século XIX. Sua História Geral do Brasil dedicou poucas páginas à Independência, nas quais se observa a visão de um País já com dimensão definida e com um sentimento de identidade. Partidário da emancipação como reação às Cortes, o autor

⁶⁷ 2011, p. 100, e 2009, p. 98.

⁶⁸ Na primeira sessão preparatória, em 18/04/1823, estavam presentes representantes de: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Paraíba do Norte, Pernambuco, Santa Catarina, Alagoas e Matogrosso. In: *Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, 1823.

⁶⁹ 2009.

⁷⁰ Jorge Miguel Pedreira, 2006, p. 7

⁷¹ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: E. E. H. Laemmert, 1857. Disponibilizado em Google Books, http://books.google.com.br/books?id=GI0OAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (acesso em 20/06-2013)

registrou⁷² expressões da época no sentido de que “sem igualdade de direitos concedidos aos povos do Brazil, seria impossível manter a união”. Há breves menções, no texto, sobre as dificuldades das Províncias do Norte em “chegarem aos influxos” de “heroísmo” do Príncipe⁷³. O autor também cita, em breve passagem, a resistência de Madeira e das tropas portuguesas, e o fato de que Paraíba e Alagoas “cederam à força dos acontecimentos” em aderir à Independência, ao passo que o Maranhão e o Pará submeteram-se pelo “grito” de Cochrane e o Piauí se viu obrigado a submeter-se por meio de uma “digníssima rendição” de Fidié.

Apesar de reconhecer problemas no Norte, Varnhagen sustentou que “foi a idea, a palavra, o verbo quem sujeitou o norte do Brazil”⁷⁴. Não há a palavra “guerra”, o historiador omite ou relativiza quase tudo relacionado a ela. A menção à possibilidade de desintegração do Reino é colocada a fim de valorizar a figura de Dom Pedro, opção contra a anarquia, no contexto do processo maior que resulta a Independência. Ainda em sua visão, a emancipação brasileira já estava consumada desde 1808. Deveu-se a Dom Pedro a manutenção da integridade do País, e “deveu-lhe a monarchia, que foi symbolo de ordem no interior, e de confiança no exterior”.

É bem verdade que, no estudo dedicado à Independência⁷⁵, Varnhagen registrou muitos dos percalços, incertezas e movimentações políticas do período. Anotada pelo Barão do Rio Branco e por e Álvaro Lins, o livro permanece como fonte essencial sobre o período. Ainda assim, observa-se no historiador o mesmo padrão de concentrar suas atenções no Rio de Janeiro, separando o curso da construção política da Independência do que se passou nas Províncias, estas relegadas na obra a capítulo separado, quase um anexo, que as compartimentaliza e não oferece uma visão ampla do que se passava no Reino. O processo de explicação da unidade é muito limitado. Mesmo com o registro das operações militares, o primeiro dos grandes historiadores brasileiros foi também um dos grandes contribuintes do mito da Independência rosada. Seu modelo de reconhecer algum problema no Norte do Brasil, de mencionar ligeiramente os combates na Bahia ou em outros pontos restritos, mas de minimizar qualquer influência desses fatos no processo político será repetido por grande parte da historiografia que se segue.

O mito pacífico também se adaptou muito bem às evoluções historiográficas de boa parte do século XX, ainda que estudos sobre que incluíssem as operações militares

⁷² 1857, p. 433.

⁷³ Idem, p. 432.

⁷⁴ Idem, p. 437.

⁷⁵ *História da Independência do Brasil*. 3ª. Edição São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

no processo de Independência, ou que reconhecessem a guerra, tenham sido elaborados, como no caso de José Honório Rodrigues⁷⁶.

Obras de importante destaque na historiografia, no entanto, não mencionam o tema. Em 1922, no centenário a Independência, foi publicada a primeira edição de uma das maiores obras de referência da emancipação brasileira, o estudo de Oliveira Lima sobre o “*Movimento da Independência*”⁷⁷. Conforme aponta Lúcia Bastos Pereira das Neves⁷⁸, para o autor, “a presença da corte possibilitou a criação de um Estado soberano que forjou peculiar civilização na América. A Independência, um desquite amigável, na expressão do autor, construiu um novo Estado, sem, contudo, destruir as bases desse legado”. Mesmo alguns historiadores militares dedicaram pouca atenção às operações na Independência⁷⁹.

Muitos dos estudos voltados para os aspectos econômico-sociais e para o desenvolvimento do capitalismo internacional, também acabaram por favorecer, em parte, a ideia da Independência sem guerra. Sérgio Buarque de Holanda⁸⁰, ao tratar da desagregação da herança colonial, chegou a estimar o 7 de setembro como um episódio de “guerra civil” entre portugueses, mas se voltou, principalmente, aos aspectos da “transação” do processo.

Caio Prado Júnior, em seu “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, voltou-se à crise do sistema colonial brasileiro e às suas contradições internas⁸¹, momento em que se consolidou a formação nacional brasileira. Um pouco mais a frente⁸², o autor destacou o papel da maçonaria em oferecer “alguma consciência a uma ação que, sem ela, embora continuasse a existir, teria sido certamente cega e desorientada”. Já em seu outro estudo sobre a “*Evolução Política do Brasil*”, Prado Júnior descreveu cenário de “arranjo político” entre as classes senhoriais, de “manobras de bastidores” que resulta

⁷⁶ RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2002.

⁷⁷ LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência, 1821-1822*. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Deve-se também destacar sua obra sobre a presença de Dom João no Brasil, publicada em 1909.

⁷⁸ 2009, p. 100.

⁷⁹ Vide, por exemplo, SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010, e MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

⁸⁰ BUARQUE de HOLANDA, Sérgio (direção). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. 1º Volume: O Processo de Emancipação. 2ª Edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

⁸¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Coleção Intérpretes do Brasil. Coordenação de Silvano Santiago. Volume III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002. P. 1454.

⁸² FERNANDES, Florestan. *Revolução Burguesa no Brasil*. Coleção Intérpretes do Brasil. Coordenação de Silvano Santiago. Volume III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002. P. 1461.

na emancipação brasileira como uma “simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro”⁸³.

Florestan Fernandes igualmente se dedicou à evolução do capitalismo brasileiro. Em sua aclamada obra sobre a “Revolução Burguesa no Brasil”⁸⁴ estimou ter sido a Independência a primeira grande revolução social brasileira, apesar de as tensões que afetavam a sociedade colonial não atingirem “a ordem social interna de modo bastante profundo para colorir esse processo de modo mais dramático”. O sociólogo avaliou que, por essa razão, muitos estudiosos diminuiriam o “valor histórico e sociológico” do processo emancipatório, em razão de fatos que “atestam a persistência daquela ordem social de forma inabalável, e na inexistência de mobilização das massas para a luta política”. Com base nessa visão, estimou Fernandes, esses historiadores “concluem que a Independência representou uma transação política pacífica, inteligente e segura da casa de Bragança”. A crítica de Fernandes, entretanto, se dirige à negação do caráter socialmente revolucionário da Independência e não à reflexão em si da visão “pacífica” do processo.

A evolução historiográfica a partir dos anos 1970-1980, quando se avançou o debate sobre a separação entre o processo que levou à Independência e a formação nacional do País, permitiu, enfim, estabelecer as bases para se colocar o mito da Independência pacífica em xeque. Os estudos dessas novas gerações trazem novas perspectivas para a análise da Independência, como aponta Jurandir Malerba⁸⁵, segundo o qual “a historiografia começou a atentar para a complexidade daquele fenômeno histórico (a Independência)”. Expandiu-se, assim, o campo da análise relacionada ao processo emancipatório, dentro do qual devem ser incluídos outros aspectos, “como a construção do Estado imperial e a formação da nação brasileira”.

Consolidou-se a imagem da Independência como “momento inicial de um longo processo de ruptura”, no qual se avança ainda mais em romper com a visão homogeneizante do “nacionalismo” pré-existente⁸⁶. O olhar sobre a Independência passou a refletir de maneira mais aprofundada a temática da Nação e da Unidade, a fragmentação política e social existente no Reino, o longo processo de construção da nacionalidade. Muitas dessas novas interpretações se concentraram, assim, nos “*por quês*” da Independência ou na formação da nacionalidade brasileira, ou conforme

⁸³ In: MACHADO, 2006, p. 10.

⁸⁴ 2002, p. 1521.

⁸⁵ 2006, p. 27.

⁸⁶ Lúcia Bastos Neves, 2009, p. 101

Malerba⁸⁷ no *caráter* e no *sentido* da Independência. Ampliaram-se os métodos e os objetos de análise, como é o caso de Isabel Lustosa⁸⁸, que explorou as disputas políticas na imprensa entre 1821 e 1823, concentrando-se nos diários do Rio de Janeiro.

Outros estudos olharam para causas ou para o processo político, observando a heterogeneidade das tendências e dos projetos existentes no Reino do Brasil do início dos anos 1820. O trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias⁸⁹ (2005) foi essencial para a compreensão do processo de “interiorização” da Metrópole em volta da Corte carioca e os interesses dos primeiros grupos que se juntaram em volta de D. Pedro e lançaram, já no início de 1822, o bloco das “Províncias Colligadas”, como se verá no Capítulo IV. O processo de “interiorização”, no entanto, foi muito concentrado no Centro-Sul do Reino, não bastando como explicação para o resto do Brasil, particularmente as áreas ricas e mais populosas do Nordeste e do Norte. Os estudos de Evaldo Cabral de Mello⁹⁰ (2001 e 2005), por sua vez, contribuíram para a ruptura de uma história exclusivamente voltada ao centro-sul, como se as dinâmicas de todo Reino tivessem seguido a mesma lógica ou traduzissem as mesmas perspectivas. Nem todas as regiões tiveram a sensação de metrópole interiorizada.

André Roberto de Arruda Machado⁹¹ insurgiu-se exatamente contra o fato de as grandes interpretações continuarem a repercutir uma cronologia “supostamente vivenciada sincronicamente por todos os habitantes do território que depois passou a compreender o Império brasileiro”. No caso de Isabel Lustosa⁹², por exemplo, as disputas jornalísticas relatadas traduzem fundamentalmente o clima do Rio de Janeiro, representativo do processo político do centro-sul, mas não de todo o Reino. As disputas entre os grupos de Ledo e Bonifácio, e outras tramas passadas na Corte são importantes para a compreensão do período, mas insuficientes em uma perspectiva nacional. A construção do Estado brasileiro exige uma visão mais ampla, do que se passou em todo o território.

⁸⁷ 2006, p. 20.

⁸⁸ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Dom Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁸⁹ SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. “A interiorização da metrópole”. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª Edição. São Paulo: Alameda, 2005.

⁹⁰ MELO, Evaldo Cabral de. “Frei Caneca ou a outra independência”. In: *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Organização de Evaldo Cabral de Melo. São Paulo: E. 34, 2001.

_____. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2005.

⁹¹ 2006, p. 42.

⁹² 2000.

Muitos dos novos estudos voltaram-se também à distinção entre a construção do Estado e a formação da identidade nacional, rompendo com a imagem, presente nas escolas historiográficas de até meados do século XX, de uma ideia de nação que antecederia a Independência. Em importante estudo, István Jancsó e João Paulo G. Pimenta⁹³ apontaram que a análise da documentação do período indica o desenvolvimento do Estado brasileiro “em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro”.

A construção nacional brasileira, segundo os autores⁹⁴, se deu por um longo processo de aglutinação de pequenas “peças de um mosaico” que formaram uma identidade nacional:

O Brasil, por seu tudo, é o país, enorme mosaico de diferenças, cujas peças mal se acomodavam no império emergente do rompimento com Portugal, a partir de então “pátria mãe” e não mais “reino irmão”, mudança de significado que estabeleceu a precisa alteridade na qual pôde se refletir a identidade nacional brasileira.

Consciente da heterogeneidade regional e identitária, essa geração de autores passou a explorar razões alternativas pelas quais o País manteve sua unidade. Fernando Novais⁹⁵ focou sua análise na crise do sistema colonial, explicada pelo autor como o “conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles europeias”. Refletindo sobre esse trabalho, Luiz Felipe de Alencastro⁹⁶ ecoou a noção do pacto entre elites na independência, mas com a particularidade de ressaltar a fragmentação do território do Reino Brasileiro. Alencastro defendeu a hipótese de que a manutenção do tráfico negreiro, que exigia maior coordenação entre as elites, foi responsável pela unidade. Já José Murilo de Carvalho, destacou a

⁹³ JANCÓS, István & PIMENTA, João Paulo G.. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Carlos Guilherme Mota (organizador) – 2a edição. São Paulo: Editora SENAC, 2000. P. 131

⁹⁴ 2000, p. 174.

⁹⁵ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Segunda edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1983. P. 13

⁹⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Resenha sobre o livro de Fernando Novais – *Brasil e Portugal na Crise do Antigo Sistema Colonial*. In: *Revista Novos Estudos*, nº 59, março de 2001, p.221.

homogeneidade ideológica da elite política brasileira como elemento-chave da manutenção da unidade, ao facilitar o entendimento das elites do Reino⁹⁷.

Esse conjunto de análises avançou de maneira fundamental na compreensão da conjuntura político-econômico-social de 1821-1823 e no longo processo da formação nacional brasileira. Ainda assim, surgiram, com as novas teses, algumas dúvidas sobre as próprias soluções encontradas para explicar a unidade nacional. O estudo de Jorge Miguel Pedreira⁹⁸ foi importante para a revisão da imagem de crise no sistema colonial, analisando os diferentes intercâmbios comerciais entre os Reinos portugueses, e com outros países. E chegou à conclusão⁹⁹ de que “pode-se dizer que a crise do antigo sistema colonial nunca existiu. Nem no domínio econômico (mercantil), nem no domínio político-ideológico pode-se encontrar, no caso do império português manifestações dessa crise”. Para o autor, a crise do processo emancipatório brasileiro teve um “caráter essencialmente político”.

Uma revisão semelhante ainda não foi realizada propriamente no caso de nova hipótese explicativa da unidade por comunhão de interesses em temor ao “haitianismo”, fundamento da interpretação de Alencastro. O “haitianismo” explica alguma convergência pós-Guerra, terminada a opção portuguesa. Mas, se o temor efetivamente era da revolta escrava, o melhor não teria sido ficar com Portugal e utilizar as tropas para coibir eventuais explosões dos cativos? Segundo Jorge Miguel Pedreira¹⁰⁰, esse seria o cálculo de alguns deputados europeus, para quem a importância da escravatura “acabaria por frustrar” os partidários da autonomia brasileira, pois este Reino continuaria dependente de Portugal para sustentar o tráfico de escravos, e as “elites brasileiras não ousariam desencadear uma revolta de escravos semelhante à do Haiti”.

Estivessem os portugueses certos ou errados em seu cálculo, o temor quanto aos escravos existia, porém não pode ser a única explicação daquele primeiro momento de construção de unidade, entre 1822-1823. As Províncias que não ficaram com o Rio de Janeiro tinham as forças portuguesas para lhes apoiarem contra eventuais sublevações. Já no avançar da guerra, os próprios portugueses tentaram insurgir os escravos contra os “patriotas” de Dom Pedro. Não fosse a guerra de Independência, e o processo de

⁹⁷ 2008, p. 229: (...) “sugerimos a hipótese de que a manutenção da unidade nacional, a consolidação de um governo civil, a redução do conflito nacional, como também a limitação da mobilidade social e da mobilização política no Brasil, em contraste com a fragmentação, o caudilhismo, a instabilidade política e a maior mobilização nos outros países da América Latina, se deviam em parte à maior unidade ideológica da elite política brasileira em comparação com suas congêneres dos outros países”.

⁹⁸ 2006.

⁹⁹ *Idem.*, p. 75.

¹⁰⁰ 2006, p. 93.

unificação pela conquista, haveria força suficiente para conter o medo do “haitianismo” naquelas províncias que haviam ficado com Portugal. O temor da “anarquia”, conforme já mencionado e como será pormenorizado no capítulo sobre as Cortes portuguesas, era ao mesmo tempo preocupação real e parte do discurso centralizador organizado no Rio de Janeiro, caminhando em par com a ameaça da “recolonização”. Mas não se referia, necessariamente, à uma rebelião de escravos.

Havia, de fato, temor com a repetição do que se passava na América Espanhola, com a memória do “terror” francês, e, especialmente, com o “desgoverno”. Era, como se verá, algo mais amplo, no qual se inseria o “haitianismo”. Não se pretende negar a importância que o temor às revoltas escravas causava nas elites, nem seu papel aglutinador dessas elites, inclusive durante a guerra. É de se reconhecer, entretanto, que outros elementos estavam em jogo e que o “haitianismo”, por mais que seja peça do quebra cabeças político daquela época, não é suficiente para explicar a adesão do Norte-Nordeste do Brasil ao Rio de Janeiro.

Poucos estudos, desse modo, se dedicaram a analisar as operações militares nesse contexto de emancipação. Não apenas sobre o impacto da Guerra em si, mas, principalmente o significado dela como evolução das capacidades de D. Pedro em lidar com os diversos setores e projetos brasileiros naquele primeiro momento da construção do Estado. Seu momento de força contra a Assembleia Constituinte de 1823, por exemplo, coincide com o ápice de suas capacidades militares, com o fim da guerra na Bahia e as subsequentes incorporações das Províncias do Norte. Conforme aponta Jurandir Malerba¹⁰¹:

Conforme procurei mostrar, na última década os estudos sobre a independência avançaram significativamente no que respeita à discussão sobre nação, no conhecimento das implicações do período joanino sobre a independência, a composição social dos partidos e facções políticas, os debates nas cortes de Lisboa, o debate político na imprensa, sobre as dimensões simbólicas do poder e, em alguma medida, no conhecimento da participação popular das camadas populares no processo, particularmente no que se refere aos escravos.

(...) parece-me, que, nos próximos anos, os historiadores da independência deverão se voltar para esses e outros temas ultimamente negligenciados. Assim, necessita-se de mais pesquisas sobre a participação popular na Independência. O papel diferenciado das diversas províncias, particularmente Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pará, merece maior atenção. Talvez em função do *cultural turn* nos estudos históricos dos últimos

¹⁰¹ 2006, p. 45.

anos, muito pouco se avançou em campos mais “tradicionais”, mas igualmente importantes, como, por exemplo, na história militar do período¹⁰².

De fato, é preciso se avançar na história militar do período, reforçando as linhas de pesquisa que, nas últimas décadas, procuram romper com o mito da Independência rosada e eliminar um efeito “pernicioso”, sugerido por Sônia Regina de Mendonça¹⁰³, de secundarização das guerras de independência ocorridas entre 1822-1824.

O presente trabalho, portanto, tem como objetivo exatamente apresentar narrativa oposta à multiforme imagem da Independência pacífica. Pretende-se ampliar o conhecimento do processo, a partir de perspectiva do conflito, político e militar. Busca-se oferecer visão de conjunto da contenta política com as operações bélicas. Cabe ressaltar que não se pretende, nesse processo, romper com as visões desenvolvidas pela nova historiografia sobre a independência. Pelo contrário, a tese que se sustenta aqui é a de que, com a depuração do mito metamorfoseado do divórcio amigável, será reforçada a teoria apresentada por esses autores, de que as peças do mosaico brasileiro não foram juntadas por nacionalismo prévio, incompatível com a multiplicidade de identidades que existia no Reino.

A guerra, impondo vontades ou rompendo impasses é elemento que facilita o entendimento daquele primeiro momento de construção da unidade territorial na ausência de uma efetiva identidade “brasileira” e em meio a diferenças importantes entre as regiões do Reino. A conformação do espaço territorial servirá de referência para esse longo processo identitário, inclusive no que veio imediatamente depois, as revoltas de antigos aliados contra um D. Pedro centralizador, que continuou a utilizar a força para manter a unidade.

A guerra é, portanto, um dos pilares que faltava nas construções historiográficas sobre a unidade nacional. Volta-se ao processo da emancipação, rompendo-se a imagem sincrônica de um conflito que se aguça até o sete de setembro de 1822, data a partir da qual, salvo em pontos localizados, marca o início da história de um país com território definido. Um Império brasileiro de fato foi construído ao longo de 1822, mas seus contornos não eram certos. Tivesse a sorte da guerra sido outra, poderiam existir hoje, outras configurações estatais que não a atual.

¹⁰² Grifo nosso.

¹⁰³ MENDONÇA, Sonia Regina de. “Independência do Brasil em Perspectiva Historiográfica”. In: *Revista Pilquen. Sección Ciencias Sociales. Dossier Bicentenario*. Año XII, nº 12, 2010. P. 3.

A hipótese desenvolvida, desse modo, é a de que a unidade do Estado brasileiro, nas dimensões físicas e políticas que passamos a conhecer ao longo de nossa história, encontra na Guerra¹⁰⁴ de 1822-1823 uma das razões centrais. Esse conflito se iniciou como uma revolta, teve um “*casus belli*” estabelecido – o combate entre projetos para o Reino em disputa nas Cortes Gerais – que aos poucos se polarizou (em algumas Províncias essa polarização veio de fora) entre Cortes e a figura de D. Pedro. Desenvolveu-se ao longo de 1822 em guerra civil, que se transformou em guerra nacional. Essas operações levaram à garantia ou à conquista, pelo Rio de Janeiro, de todo o território do antigo Reino do Brasil.

Se a Guerra terminou em 1823, com a vitória de D. Pedro, seus efeitos no longo prazo não devem ser minimizados. Longe de conformarem compartimentos estanques, de razões distintas, a compreensão da Guerra de Independência poderá também servir para aproximar Primeiro Reinado e Regência, particularmente as revoltas desse segundo período, e inseri-los mais corretamente no que José Murilo de Carvalho¹⁰⁵ conceituou como o período de “acumulação primitiva de poder”.

3. UMA HISTÓRIA POLÍTICO-MILITAR DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Falar em operações militares ou guerra na Independência do Brasil tem significado entrar em terreno da subjetividade. Parâmetros muito imprecisos são utilizados nos julgamentos sobre natureza do conflito. Relega-se o tema a relativismo no qual a localização dos confrontos (para alguns apenas na Bahia) ou comparação do número de baixas entre o caso português e o espanhol (ou norte-americano) são considerados suficientes para desestimar a visão de uma guerra brasileira. Mesmo ao estudar o conflito baiano no contexto da Guerra, Sérgio Armando Diniz Guerra Filho¹⁰⁶ sustenta que “fome, doenças, deserções e, principalmente, desordens preocuparam mais

¹⁰⁴ Conceito que não se limita às batalhas e ao número de mortos e feridos, como se verá abaixo.

¹⁰⁵ CARVALHO, Jose Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite Imperial. Teatro de Sombras: a política Imperial*. 4a Ed. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2008.

¹⁰⁶ GUERRA FILHO. Sérgio Armando Diniz. *O Povo e a Guerra: participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004. www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/O_Povo_e_a_Guerra.pdf (acesso em 05/07/2011).P. 13.

o comando do Exército Libertador que as mortes em batalhas pela posse da Bahia”, como se esses elementos não fossem característicos também de outros conflitos.

Faz-se necessário, assim, retroceder um pouco ao próprio conceito de Guerra e sublinhar algumas de suas características. A definição tradicional de Clausewitz¹⁰⁷ da guerra como continuação da política por outros meios¹⁰⁸, com seus componentes de violência, probabilidade e motivação política¹⁰⁹, é pertinente ao se estudar o caso brasileiro. Em primeiro lugar, como se apresentará no Capítulo III, pelo fato de que se tratou efetivamente de uma disputa política que se desdobrou em conflito e na guerra. Em segundo pelo simples fato de que a visão clausewitziana foi elaborada exatamente nesse período (poucos anos depois), refletindo o que ele havia observado nas Guerras napoleônicas e nas operações subsequentes.

O trabalho de Quincy Wright¹¹⁰ é particularmente interessante na questão das características da guerra, nos parâmetros de classificação dos conflitos armados. Ainda que, conforme apontado anteriormente, os números não devam ser o único elemento para o julgamento da existência ou não de uma Guerra de Independência brasileira, é importante ter em mente elementos mais precisos tecnicamente para qualquer avaliação dessas estatísticas.

Wright¹¹¹ precisa batalha como um “período de contato direto contínuo de forças armadas, no qual pelo menos um dos lados está engajado em ofensiva tática”. Anteriormente ao século XX, de acordo com o estudioso, as batalhas, via de regra, eram eventos identificáveis, raramente durando mais de um dia, dificilmente ultrapassando 30 quilômetros de extensão e não envolvendo, salvo exceções, mais de 100 mil homens. Registrando, no mínimo, mil baixas nas batalhas terrestres e 500 baixas, nas navais. Baixas, segundo o autor, incluem mortos, feridos e prisioneiros. Ainda no caso dos mortos, não se distingue os falecimentos decorrentes da ação violenta de um opositor ou aquele advindo de uma doença que atinge, por exemplo, o acampamento de um dos lados. Na verdade, Wright¹¹² relata que até o século XIX, as baixas militares por doenças ultrapassavam a casa dos 50-60% do total.

¹⁰⁷ CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Hertfordshire: Wordsworth, 1997.

¹⁰⁸ Clausewitz (p. 5) fala também que “*war therefore is an act of violence intended to compel our opponent to fulfil our will*”.

¹⁰⁹ A política é o centro da definição clausewitziana (p. 13): “*thus, the political object, as the original motive of the war, will be the standard for determining both the aim of the military force and also the amount of effort to be made*”.

¹¹⁰ WRIGHT, Quincy. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

¹¹¹ 1988, p. 5.

¹¹² Idem, p. 50.

O autor continua sua classificação¹¹³ estabelecendo campanha militar como um “conjunto de operações militares dentro de um período limitado e coordenado por um plano estratégico sob o controle de um único comando”. Até o fim do século XIX, as campanhas raramente ultrapassavam seis a oito meses; envolviam mais do que dois ou três exércitos de 50-100 mil homens cada; e, tiveram, no mínimo, mil baixas.

O estudioso norte-americano chega, por fim, à determinação da “guerra”¹¹⁴. Não estabelece, nesse caso, números precisos para o conceito, pois seria “mais difícil identificar guerras do que batalhas ou campanhas”. Na verdade, a guerra está mais envolvida, sustenta o autor, a aspectos legais e políticos:

O começo e o fim de um estado de guerra legalmente reconhecido pode ser evidenciado por declarações formais, reconhecimentos e tratados, mas as hostilidades que se prolongam bastante para serem consideradas como guerra, propriamente, podem ocorrer sem que haja definição de começo e fim, exceto o primeiro e o último ato de guerra. (...) As batalhas e as campanhas de uma guerra estão associadas pela continuidade de direção política de cada um dos beligerantes e a permanência de um grande objetivo estratégico, pelo menos por parte de um dos estados participantes.

Luigi Bonaparte¹¹⁵, aponta a continuação das pesquisas de Wright por outros autores, que também procuraram oferecer parâmetros para a inclusão de um confronto na lista de batalhas ou guerras. Cita Richardson e seu número mínimo de 317 mortos para que o combate entre na lista. Outro autor mencionado é D.J. Singer, para quem o limite inferior deveria ser de mil mortos para que se possa falar verdadeiramente em uma guerra. Note-se que o primeiro autor citado por Bonaparte está falando em “batalha”, ao passo que o segundo trata de “guerra”.

Como se verá os eventos registrados no Brasil de 1822-1823 ultrapassam os limites propostos por esses autores. Ainda assim, é preciso ter sempre em conta, nessa reflexão, a avaliação de Christian Godin¹¹⁶ sobre os números da guerra, e a passagem de José García Caneiro¹¹⁷ sobre a relação entre guerra e política, respectivamente:

Um conflito armado é necessariamente mortífero, e a morte em massa é a imagem imediata que nós temos da guerra. Dito isto, a História nos oferece um

¹¹³ Idem., p. 6

¹¹⁴ Idem., p. 7.

¹¹⁵ BONAPARTE, Luigi. *A Guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. P. 27.

¹¹⁶ GODIN, Christian. *La Guerre*. Nantes: Éditions du Temps, 2006. P. 13.

¹¹⁷ CANEIRO, José García. *La racionalidad dela guerra. Borrador para una crítica de la razón bélica*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000. P. 65.

quadro contraditório sobre essa questão: Maratona fez 200 mortos, Waterloo, 30 mil. Na Batalha de Agnani, na Renascença, houve apenas uma vítima, morta por uma queda de cavalo. Nem o resultado nem a intensidade de uma guerra se mede pelo número de seus mortos¹¹⁸.

O que define a realidade da guerra é exatamente a presença nela do elemento político, e não a maior o menor intensidade do conflito. Deste ponto de vista, a guerra napoleônica (de aniquilação) e as escaramuças do século XVIII (de objetivo limitado) são ambas reais, porque são (ambas) políticas¹¹⁹.

Ainda sobre aspectos técnicos da guerra, é importante ter presente as características dos modos de combate de um período, evitando anacronismos da comparação com tecnologias posteriores. No caso da Independência brasileira será preciso recordar, principalmente, dois elementos: (i) concentração dos combates – as ações militares, como observado nas Guerras napoleônicas, não mantinham linhas de frente muito extensas, normalmente se concentrando em pontos estratégicos bem determinados; ii) o papel da Marinha, haja vista a dependência de praticamente todo o país em seus contatos com o mundo exterior, pelo meio naval.

Os dados técnicos dos estudiosos militares são, desse modo, instrumentos essenciais para a análise histórica dos eventos de 1822-1823. Não se deve inferir com isso que o presente estudo poderá se resumir ao mero registro das operações. A história militar tradicional, de fato, sofreu críticas por seu caráter restrito aos desenvolvimentos do campo de batalha. A própria evolução da historiografia do século XX se confunde com a crítica à história política e, dentro desta, à história militar.

Conforme apontam Guy Bourd  e Hervé Martin¹²⁰, a história política sofreu ao longo do século XX ataques virulentos a partir da Escola dos Annales, que via nela um contra modelo-histórico, a concentra o excessiva no eventual, seu papel legitimador do poder. A história “ampliada e em profundidade” de Bloch e Lebvre colocou as estruturas profundas e mecanismos ocultos, a longa dura o, as massas e a multidisciplin riedade contra uma narrativa linear, descritiva, limitada   resenha de crises no centro do poder, batalhas decisivas. Nos Annales, a vida política se torna mero

¹¹⁸ *Un conflit armé est nécessairement meurtrier, et la mort en masse est l'image immédiate que nous avons de la guerre. Cela dit, l'Histoire nous offre sur cette question un tableau contrasté : Marathon fait 200 morts, Waterloo, 30.000.   la bataille d'Agnani, durant la Renaissance, il n'y eut qu'une seule victime tuée par une chute de cheval... Ni le résultat, ni l'intensit  d'une guerre se mesurent au nombre de ses morts.*

¹¹⁹ *Lo que define la realidad de la guerra es exactamente la presencia en ella del elemento político y no la mayor o menor intensidad del conflicto. Desde este punto de vista, la guerra napole nica (de aniquilamiento) y las escaramuzas del siglo XVIII (de objetivo limitado) son ambas reales por que son políticas (...).*

¹²⁰ BOURD , Guy & MARTIN, Hervé. *Les  coles Historiques*. Paris: Points, 1997. P. 364.

reflexo das forças profundas da história. Atingida junto com a política nessa evolução historiográfica, a história militar foi por muito tempo relegada a círculos especializados do meio castrense.

A história política e a militar, no entanto, têm ressurgido nas últimas décadas. Bourdê e Martin¹²¹ recordam que nas últimas décadas historiadores como René Rémond lograram ultrapassar a oposição entre a história social e a política. Rompeu-se com a mera crônica dos eventos, aceitando-se, por outro lado, que não existe necessariamente uma incompatibilidade entre o eventual e o longo-prazo. Ultrapassou-se, principalmente, a confusão entre uma forma com que se tratava, anteriormente, a história política, e o fato de que os fenômenos políticos têm relevância no curso histórico.

Esse novo momento, como resumem os dois citados autores¹²², é de uma mutação a uma “nova história política”, que não se interessa exclusivamente pelos grandes homens, que integra todos os atores, trabalha sobre uma base ampliada de dados. Mantém-se atenta ao evento, mas também aos movimentos de grande amplitude (por exemplo, as ideologias) e à estruturas duráveis. A nova história política não mais se acantona na crônica eventual, ela satisfaz, agora, as principais aspirações que motivaram “a revolta justificada contra a história política tradicional”.

A história militar seguiu esse mesmo caminho de ampliação metodológica e conceitual, em grande medida harmonizando-se com aquele conceito de Wright de que a guerra está associada, fundamentalmente, à “permanência de um grande objetivo estratégico”. Esse objetivo terá impactos sociais, políticos, culturais, assim como será influenciado por eles. A Guerra continua, ainda que violenta, a ser uma expressão social e não pode nem deve ser isolada desse contexto.

É nesse sentido que a recente história militar vem se adaptando, tornando-se interdisciplinar, de acordo com cada tema ou problema. “Mais do que a guerra, a história militar pode numa perspectiva globalizante se ocupar de inúmeros problemas, caracterizando seu campo pelo conjunto de ações/manifestações do poder militar, o que transcende ações que envolvam operações das forças armadas”¹²³. Marcos Guimarães

¹²¹ Idem. p. 367.

¹²² Idem, p. 373

¹²³ SANCHES, Marcos Guimarães. “A Guerra: problemas e desafios do campo da História Militar Brasileira”. In *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Ano 66 – nº 94 Especial – 2007 e 2008. (www.ighmb.gov.br, acesso em 19/03/2013). P. 5.

Parente¹²⁴ sustenta que análise histórica sobre a Guerra não redundante, necessariamente, na História Tradicional. Hoje é possível ampliar a compreensão para além da Batalha e os eventos políticos diretamente relacionados a ela. Para o autor, “as novas metodologias desenvolvidas na ciência histórica recente permitem alcançar as múltiplas interfaces da História Militar, tais como a social, institucional, cultural, econômica, tecnológica, religiosa, sociológica ou política, dentre tantas outras”. A opção metodológica por uma análise estruturada em um modelo de história militar – fundamentado, logicamente, na “nova história militar” – se deve, portanto, ao fato de que ela permite conferir maior destaque às operações militares, sem cair na “história batalha”. Volta-se a atenção a elementos normalmente passados ao largo pela história social ou mesmo política, sem, contudo, tem como objetivo ater-se a eles.

O fundo dessa análise é destacar elementos que permitem, como sugerido por Jurandir Malerba¹²⁵, incorporar a dimensão militar aos novos estudos sobre a Independência. O que se pretende, portanto, é jogar luz a um dos possíveis pilares da construção da unidade brasileira, a vitória das forças pró-Imperador na Guerra contra Portugal.

O processo de emancipação brasileiro, por outro lado, teve como particularidade o fato de que a guerra e a política continuaram a caminhar lado a lado, em regiões distintas e com intensidades distintas. Se a pesquisa de um evento ou período histórico relacionado a uma guerra, a Guerra do Paraguai, por exemplo, requer, hoje, a utilização das novas metodologias que observam o fenômeno militar dentro de seu contexto sócio-político, o caso da Independência do Brasil exige ir um pouco mais além. A prova da existência da guerra não se dará apenas pela descrição de combates. Deve-se mostrar a função que o aspecto militar teve naquele processo.

É preciso, ao fim e ao cabo, caminhar tanto a análise político-social da Independência com o desenrolar dos eventos militares. Não é possível avaliar o que se passou militarmente, por exemplo, no Piauí, sem acompanhar as disputas nas Cortes, a situação nas Províncias Colligadas e as particularidades da Província e de sua região. A visão deve ser mais ampla que a militar. Por essa razão, mais do que uma história militar da Independência do Brasil, o presente estudo se dedica à história “político-militar” desse processo. Guerra e política se mesclaram naquele Brasil de 1822-1823.

¹²⁴ PARENTE, Paulo André Leira. “A construção de uma nova História Militar”. In: *Revista Brasileira de História Militar*. Ano I, Edição Especial de Lançamento. Dezembro de 2009. www.historiamilitar.com.br/Artigo1RHBM0.pdf (acesso em 10/05/2013). P. 3.

¹²⁵ 2006, p. 45.

II – O BRASIL DE 1822

No sul a Independência foi “Te-Deum”, beija-mão, applauso, luminaria, flores, fitas e proclamações. No Norte, sítio e trincheira, fome e peste, sangue e morticínio. Aqui a adesão, lá a guerra”. *Coronel Simplício Dias da Silva (militar e proprietário do Piauí)*¹²⁶.

O palco em que se desenrolou a independência e a guerra era composto, em 1822, por um Reino pertencente ao Império português, vinculado à Coroa e não mais ao território europeu. Tinha 18 Províncias, registrando-se que o Pará fora temporariamente retirado da entidade pelas Cortes e estava diretamente ligado à Lisboa. Cada parte desse território experimentou as transformações das três primeiras décadas do século XIX – tanto aquelas particulares ao Império, quanto as mundiais – de maneiras muito diversas.

O Reino do Brasil não era homogêneo, vivia entre canais de conexão interna, alguns elementos de união e muitas realidades distantes que, por seu desenvolvimento territorial e histórico, levava muitos comentaristas a falarem, ainda no século XIX, em “Brasis”. Mesmo antes da polarização entre Lisboa e o Rio de Janeiro, prenunciando a diferença de visões entre os dois lados do Atlântico, avaliava o deputado Soares Franco¹²⁷ que

o Brasil é um paiz nascente e povoado de habitantes de diversas cores, que se aborrecem mutuamente; a força numérica dos brancos é muito pequena e só Portugal os pôde socorrer eficazmente em caso de qualquer dissensão interna ou ataque externo. As Capitánias não se podem auxiliar mutuamente, por estarem separadas por sertões immensos; de modo que aquelle paiz não fórma ainda um reino inteiro e continuo, necessita em consequência de sua união com Portugal por meio da Carta Constitucional, que fará felizes ambos os paizes.

O presente capítulo procura, nesse sentido, contextualizar o cenário no qual se desenvolveu a emancipação política (e as operações militares que contribuíram para a

¹²⁶ Hermínio de Brito Conde. In: FIDIÉ, op. cit., p. 17.

¹²⁷ In: ARAGÃO E VASCONCELLOS. *Memorias sobre o Estabelecimento do Imperio do Brazil ou Novo Imperio Luzitano*. Annaes da Biblioteca Nacional. Volume XLIII-IV, 1920-1921. Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1931. P. 110.

manutenção da unidade) não o restringindo, entretanto, ao Rio de Janeiro. É preciso conhecer, ainda que minimamente, as características do território, da população e da economia brasileiras, de modo a compreender o complexo xadrez da política do Reino. Desse breve exercício, será importante ter presente dois elementos: a importância estratégica do Norte-Nordeste e a difícil relação deste com o Centro-Sul. É a partir desses dados que se deve analisar a disputa política verificada nas Cortes, e o pêndulo que se criou entre Lisboa e o Rio de Janeiro.

1. O BRASIL EM 9 DE JANEIRO DE 1822

Muito antes do Reino Unido, o território brasileiro era composto por uma série de colonizações portuguesas que se desenvolviam com relativa autonomia e ligadas diretamente a Lisboa. No final do século XVIII, a colônia que se tornaria o Reino do Brasil, em 1816, era “um vasto deserto pontilhado de pequenos núcleos de povoamento”¹²⁸.

Ao comentar a situação política antes da chegada da família Real, em 1808, aponta John Armitage¹²⁹ que o Vice-Rei, estabelecido no Rio de Janeiro, era a maior autoridade na Colônia. Seu poder político, no entanto, era limitado, sendo plenamente exercido apenas na Capitania em que se encontrava. De resto, a administração, segundo o autor, ficava por conta de Capitães Gerais, nomeados por triênios, que “recebiam as suas instruções da Corte de Lisboa, a qual era responsável”.

Essa foi, também, a avaliação de Silvestre Pinheiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros de D. João VI, que em Parecer às Cortes, em 1822, afirmava que o “povo” do Brasil¹³⁰ “não possui esta generalíssima ideia de um Governo geral no Brasil”¹³¹. Silvestre Pinheiro defendia, nesse momento já tenso da relação entre o Rio de Janeiro e Lisboa, a quebra do Executivo brasileiro em mais de uma representação. Stuart B.

¹²⁸ RIOS, José Arthur. “Estrutura agrária brasileira na época da Independência”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 298, janeiro-março de 1973. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 04/12/2013). P. 296.

¹²⁹ ARMITAGE, John. *História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador Dom Pedro Primeiro, em 1831*. Rio de Janeiro, J. Vileneuve, 1837. In: Brasileira USP, Coleção . In: www.brasiliana.usp.br (acesso em 20/04/2013). P. 2.

¹³⁰ Entendido aqui na acepção da época da palavra, que se relacionava com a divisão nobreza-clero-povo.

¹³¹ “Estado Político do Brasil. Informações às Cortes Portuguezas por Silvestre Pinheiro Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal”. In: *Documentos para a História da Independência*. Rio de Janeiro: Gráfica da Biblioteca Nacional, 1923. p. 39.

Schwartz¹³² igualmente apontou para a multiplicidade e as diferenças em que se encontravam as terras portuguesas nas Américas. Segundo o autor, “os ingleses tinham razão quando falavam, nos séculos XVII e XVIII, dos “Brasis”, pois havia de fato mais de uma colônia”.

Mesmo com a tentativa de centralização política no Rio de Janeiro, a partir da transferência da Capital do Vice-Reino, em 1763, a realidade daquelas terras brasileiras era muito distinta de local para local e se diferenciava na forma como as regiões se relacionavam com Lisboa. Essa relação ambíua entre o poder central e o poder local, ou regional, é importante para a compreensão das reações locais à proclamação da Independência e das razões pelas quais uma guerra foi necessária para construir o Estado brasileiro entre 1822-1823.

As mudanças vistas na colônia eram parte do conjunto de reformas que ocorria em Portugal, e na Europa, na segunda metade do século XVIII, e que tinha importante foco no fortalecimento do Estado e na aplicação de novas metodologias de gestão. De Lisboa, o Marquês de Pombal procurava modernizar o Estado português e ampliar o controle sobre o Brasil. Em 1759, foi extinto o regime de capitanias hereditárias, com a incorporação do Brasil aos domínios da Coroa. Pouco depois, com a ampliação da importância econômica do Centro-Sul (ainda que o Nordeste permanecesse o polo econômico), a capital do Governo-Geral foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, a fim de marcar o controle sobre todo o território.

O processo reformista do mundo português, impulsionado por Pombal, muito influenciou os grupos políticos que se formavam naqueles fins do século XVIII. As gerações seguintes, também influenciadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro de D. João VI, tinham no “reformismo ilustrado” ou no “despotismo esclarecido” base de reflexão e de ação política que impactava diretamente na organização da colônia. “Em boa medida, a abertura às ideias políticas e econômicas que estavam para ser discutidas em diferentes cantos da Europa ao longo da segunda metade do século XVIII deve ser considerada como um fator-chave na execução de reformas coloniais”¹³³.

Não apenas as reformas políticas e econômicas levadas a cabo por homens como Souza Coutinho eram importantes. Formavam também as ideias e percepções de grupos

¹³² SCHWATZ, Stuart B.. “ ‘Gente da terra braziliense da nasção’. Pensando o Brasil: a construção de um povo”. In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Carlos Guilherme Mota (organizador) – 2a edição. São Paulo: Editora SENAC, 2000. P. 112.

¹³³ CARDOSO, José Luís & CUNHA, Alexandre Mendes. “Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808)”. In: *Revista Tempo*, vol 17, nº 31, 2011. In: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v17n31/04.pdf> (acesso em 13/04/2015). P. 88 .

importantes vivendo em Portugal e no Brasil, a conhecida “geração de 1790”, da qual pertencia José Bonifácio. O tipo de projeto apresentado por Bonifácio, por exemplo, nas instruções aos Deputados paulistas nas Cortes (vide próximo Capítulo), revela a influencia desse grupo formado em torno de Souza Coutinho e que ainda tinha a união do Império português como ideia central.

Fisicamente, a colonização no Brasil se concentrava fundamentalmente na costa entre Pernambuco e Rio de Janeiro, onde estavam as colônias de exportação, as instituições governamentais e a massa de escravos utilizada na lavoura. “Nessas áreas, os modelos culturais e os estilos europeus predominavam”¹³⁴. Para além, no interior e nas periferias, a estrutura social e de governo se distinguiam, “ou, pelo menos a cronologia separava essas regiões do resto do Brasil”. Schwartz aponta, como exemplo, que o Maranhão fora entre 1621-1777 uma colônia fundamentalmente separada, com seus governantes e mesmo seu Bispo se reportando diretamente a Lisboa, em vez de Salvador. Situação parecida se dava no Sul, cujas capitânicas escapavam do controle dos governadores então residentes na Bahia. “A organização social variava, então, conforme a época e o lugar, assim como variava o número relativo de europeus, africanos e pessoas indígenas de origens diversas”.

Isso não significa dizer que inexistiam fatores de aproximação, para além do sentimento de pertencer à “nação” portuguesa. A dinâmica luso-brasileira aos poucos desenvolveu rotas internas e meios de comunicação, de comércio e de movimentação no território. Caio Prado Júnior¹³⁵ registrou do desenvolvimento das vias de comunicação e transporte entre as Capitânicas. Reconheceu o papel do mar e dos rios como vias privilegiadas, mas também apontou a existência de caminhos que, por exemplo¹³⁶, levavam bestas criadas em Sorocaba para toda a colônia. Um comércio de bens e víveres se desenvolveu entre as regiões brasileiras, ampliando em volume especialmente no início do século XIX, o que também contribuiu para que, nesse época, se começasse a ver a colônia, os “Brasis”, com contornos de unidade¹³⁷.

¹³⁴ Essa visão também é compartilhada, por exemplo, por FROTA: “a própria distribuição da população apresentava-se irregular concentrando-se nas áreas férteis de Pernambuco, em torno de Salvador, Rio de Janeiro com ramificação para São Paulo e o planalto mineiro ainda produtor de ouro, a linha da costa do Maranhão ao Pará e os pampas sulinos convergindo interesse para Montevideú”. In: FROTA, Guilherme de Andréa. *A Marinha do Brasil nas Lutas da Independência*. Palestra realizada em Soamar, São Paulo. São Paulo: Marinha do Brasil, 1986. P. 6.

¹³⁵ 2002, p. 1332.

¹³⁶ Idem, p. 1350.

¹³⁷ PIMENTA, João Paulo G. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. In: *Almanack Braziliense*, nº 3, maio de 2006. In: http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/almanack_03_1322177388.pdf (acesso em 10/04/2015). P. 74.

A base da ocupação, no entanto, continuou compartimentada, marcando, principalmente, duas regiões principais: o Norte-Nordeste e o Centro-Sul. O próprio Prado Júnior aponta que essa realidade veio de duas circunstâncias geográficas particulares¹³⁸, que realizam convergência em direção ao interior, a partir das quais o território do Nordeste brasileiro,

“desde o Maranhão à Bahia, onde as linhas de penetração, partindo respectivamente da costa leste e norte, e embora conservando uma direção mais ou menos perpendicular a ela, acaba unindo-se no interior e completa com isto uma série de circuitos que se estendem, passando por ele, entre uma e outra”.

A maior parte da população estava concentrada no litoral, vivendo entre o campo e as poucas cidades existentes. Entre os núcleos em cada região, havia “grandes extensões despovoadas”. No sul, a mineração havia permitido uma investida para o interior, em Minas Gerais. O Nordeste continuava, no entanto, a figurar como a área mais importante da colônia, apesar da mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.

Marcelo de Paiva Abreu e Luiz Aranha Correia do Lago¹³⁹ falam de uma população brasileira entre 4,5 e 4,8 milhões. Ressaltam que os números são muito imprecisos, em razão da falta de dados sobre a época. Em outro trabalho de levantamento de dados sobre a população brasileira, Maria Luíza Marcílio¹⁴⁰ precisa que o Brasil teria, em 1819, 4,4 milhões de habitantes (incluindo 800 mil “índios errantes”) e, em 1823, aproximadamente 4,8 milhões. Terceira em termos de população em 1819 (477.912), a Bahia era a unidade mais populosa em 1823 (671.922). Minas Gerais tinha 631.885, em 1819, e 640.000, em 1823. Já o Rio de Janeiro, 510.000, em 1819, e 451.548, em 1823.

¹³⁸ “Em primeiro lugar a configuração geral do território brasileiro, limitado por uma linha costeira que muda abruptamente de direção na altura de 50° Lat. S, passando de NO a NE. O outro fator de convergência das linhas penetradoras é o curso dos rios, e pois, a orientação do relevo, que dirigiram a marcha do povoamento, e que apresentam esta peculiaridade de se aproximarem nas cabeceiras das bacias respectivas.” Idem, p. 1333.

¹³⁹ PAIVA ABREU, Marcelo de & CORREIA DO LAGO, Luiz Aranha. “A economia brasileira no Império, 1822-1889. In: *Textos para Discussão, n° 584*. Departamento de Economia PUC-Rio, 2010. In: <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td584.pdf> (acesso em 20/11/2013). P. 2.

¹⁴⁰ MARCÍLIO, Maria Luíza. “Crescimento Histórico da População Brasileira até 1872. IN: www.cebrap.org.br. Acesso em 18/02/2013. P. 10.

Essas estimativas coincidem com dado publicado pelo Correio Braziliense de setembro de 1822¹⁴¹, que coloca o total da população em 4,48 milhões. A Bahia, nesta lista, aparece com 592 mil habitantes (e proporção de livre/escravos em 1:0,4¹⁴²), Rio de Janeiro com 706 mil, Minas Gerais com 621 mil, Pernambuco com 647 mil, Maranhão com 462 mil. O Correio Braziliense não especificava, no entanto, outras Províncias.

O dado mais importante para efeitos do presente estudo diz respeito à distribuição regional da população. Marcílio¹⁴³ divide o País em Norte (Amazonas e Pará), Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), Leste (Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro), Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás) e Sul (São Paulo, Paraná¹⁴⁴, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Nesse conjunto, o Leste era a região mais populosa em 1819 e 1823 (respectivamente, 1.807.638 e 2.003.570), seguido do Nordeste (1.110.203 e 1.258.296).

Em termos de visualização dessa distribuição territorial, com base nas macro-regiões atuais, o que se observa é que o Nordeste (incluindo Bahia e Sergipe) era em 1819 e 1823 (respectivamente, 1.703.111 e 2.050.218) mais populoso do que o Sudeste (1.512.995 e 1.541.648). A região Norte (englobando o que hoje é o Norte e o Nordeste), onde a Independência se desenrolou com “sítio e trincheira”, nos termos do Coronel Simplício Dias era, dessa forma, a mais populosa do Brasil. Na proporção publicada pelo Correio Braziliense, em setembro de 1822, também o Norte-Nordeste tinha vantagem sobre o sul, com algo em torno de 100 mil habitantes a mais.

Essa colônia também era “ao mesmo tempo multicultural e mestiça”¹⁴⁵. Os homens livres não formavam grupo coeso, não sendo homogêneos nem na origem, nem na posição que figuravam na sociedade. Havia toda uma classe de proprietários, altos funcionários, militares, profissionais liberais; uma espécie de classe média de pequenos comerciantes, contadores, despachantes, etc; e, um tipo de classe média baixa, com seus mecânicos, marceneiros, ourives, etc¹⁴⁶. A proporção desses diferentes componentes não permite vislumbrar um país com grande classe média (na medida em que se pode

¹⁴¹ Vol XXIX, nº 172, p. 332. In: Brasileira USP, acervo digital.

¹⁴² Para, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais tinham a mesma proporção. Maranhão e Goiás tinham proporção mais alta, com 1:0,8.

¹⁴³ Idem, p. 11.

¹⁴⁴ Parte integrante de São Paulo até 1854. Foi separado pela autora para fins comparativos.

¹⁴⁵ COSTA E SILVA, Alberto. “Capítulo I”, *História do Brasil Nação: 1808/2010. Volume 1: Crise Colonial e Independência (1808-1830)*. Coordenação: Alberto da Costa e Silva. Direção: Lilia Moritz Swarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. P. 57

¹⁴⁶ Costa e Silva, idem, p. 57

usar o termo para a época), mas tampouco se pode imaginar um Reino cruamente dividido entre senhores e escravos.

Entre homens livres e escravos havia mestiços que se somavam a negros livres ou libertos e brancos pobres para formar uma classe baixa, esta na maior parte das vezes esquecida por observadores que “só enxergavam senhores e escravos”. Esse grupo sem face era essa massa popular “que dava força às manifestações políticas de rua nas quais se expressava o crescente sentimento de nacionalidade”¹⁴⁷.

O registro sobre essa massa popular é importante para o processo de 1821-1823, pois quem ganhasse politicamente esse grupo, teria uma poderosa ferramenta política nas cidades brasileiras, como se observará nos desenvolvimentos ocorridos no Rio de Janeiro (Janeiro/fevereiro de 1822) e no Nordeste. Essa massa popular dependia de “incentivos”, de ideias, para se mobilizar. Assim, a propaganda política teve lugar importante na disputa política. Uma ideia essencial a se ter em mente no que diz respeito à disputa política entre as Cortes de Lisboa e o Rio de Janeiro.

Em meio às camadas de identidade que permeavam a colônia brasileira, é inegável que existiam problemas de relacionamento entre os nascidos na Europa e os nascidos na América. Maria Graham¹⁴⁸, que passou pelo Nordeste e viveu no Rio de Janeiro, no período da Independência, registrou em seu diário a existência de divisões entre os originários do Brasil e aqueles nascidos em Portugal. Segundo a autora, os “portugueses europeus são extremamente ansiosos em evitar casamentos com os nascidos no Brasil, e preferem entregar suas filhas e fortunas ao mais insignificante escriturário de origem europeia do que ao mais rico e meritório brasileiro”¹⁴⁹. Evaldo Cabral de Mello, de sua parte, aponta como, em Pernambuco, no contexto da revolta de 1817, havia clara estranheza entre os “filhos do Brasil” e os europeus¹⁵⁰.

É bem verdade que, no Rio de Janeiro, essas diferenças já se amainavam nos fins da década de 1810, com o processo de enraizamento e integração que da Corte no Centro-sul. Uma evolução que influenciou o processo iniciado com a Revolução do Porto, em 1820 e que muito contribuiu para a noção de igualdade de Reinos e de cidades (Lisboa e Rio de Janeiro), o eixo da disputa entre projetos políticos

¹⁴⁷ Idem, p. 70

¹⁴⁸ 1824, p. 126.

¹⁴⁹ “The European Portuguese, are extremely anxious to avoid intermarriage with born Brazilians, and prefer giving their daughters and fortunes to the meanest clerk of European birth, rather than to the richest and most meritorious Brazilian”.

¹⁵⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *A educação pela guerra: Leituras cruzadas de história colonial*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

constitucionais e motivador da organização de um pólo de poder em torno de Dom Pedro.

Também pesou na formação dos partidos pós-1821 o fato de que os traços de divisão social entre europeus e americanos não se refletiam como barreira incontornável – e talvez essa seja uma particularidade interessante da história luso-brasileira – nos canais de acesso ao Poder. Alguns brasileiros tiveram acesso a cargos de Conselheiros de Reis, na Magistratura, na administração colonial, movimento que se intensificou na presença da Corte no Rio de Janeiro.

O mais importante é que essa diferença entre americanos e europeus, apesar de presente, não se tornou forte o bastante para se transformar em identidade nacional dos “brasileiros” e servir de fator político que se tornasse o principal impulsionador da imagem de um Brasil unido contra os “portugueses” e que caminhava diretamente para a Independência. Havia diferenças de nascimento, inclusive no acesso aos empregos públicos, mas elas variavam de Província em Província, nunca sendo absolutas. Tampouco conformaram, na forma como ocorreu a Independência, o elemento impulsionador, ainda que, após a guerra, o “antilusitanismo” tenha se tornado fator político importante.

Essa diferença de origem de fato foi observada nos debates da Independência, mas foi no avançar do conflito entre as Cortes e o Rio de Janeiro, entre a disputa real e as ações de propaganda, que a diferença se acentuou, muitas vezes não necessariamente ligada ao nascimento, mas, sim, à opção política. No Norte-Nordeste, o “antilusitanismo” pós-guerra de fato foi intenso, assim como permaneciam muitos grupos pró-Portugal, ainda que discretos.

A separação entre “portugueses” e “brasileiros”, desse modo, não foi o motor do processo de emancipação. Na verdade, a pesquisa histórica¹⁵¹ tem indicado como a identidade nacional brasileira foi sendo construída aos poucos, sobre uma base de múltiplas identidades, fundamentadas em imagens locais, regionais e gerais. Iniciou-se, certamente, naquele processo colonial descrito por Schwartz, passando por todo processo de emancipação, cujos impactos não devem ser minimizados em termos de formação nacional, pela primeira tentativa de construção de um corpo unitário e como

¹⁵¹ Vide os trabalhos mencionados na parte 2 da introdução da presente Tese.

resultado da guerra, ainda com D. Pedro I, para culminar no projeto Saquarema¹⁵² e na consolidação da identidade brasileira.

Nas atas das Cortes de Lisboa ou na Constituinte do Rio de Janeiro, nas referências documentais citadas por Maria Graham¹⁵³, Almirante Cochrane¹⁵⁴, nos relatos dos Generais Madeira¹⁵⁵ e Avillez¹⁵⁶, dentre muitos outros, observa-se exatamente essa presença de uma multiplicidade de imagens. Há referências a “brasileiros”, “portugueses da América”, imagens locais restritas a “pernambucanos ou paulistas”, ou atribuições a que todos pertenciam à mesma comunidade “portuguesa”. Mesmo com o avançar da Independência, na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, as imagens ainda eram heterogêneas. Nos discursos dos deputados Alencar¹⁵⁷ (em 19 de junho de 1823) ou Carneiro de Matos¹⁵⁸ (em 20 de junho de 1823), a referência de pertencimento à Nação portuguesa foi marcada pela imagem da ruptura da Independência, considerada a adoção de um novo pacto social e a formação de uma nova Nação. Outros personagens da época¹⁵⁹, se viam apenas como “brasileiros”, ou utilizaram a referência ao Brasil como parte de Portugal¹⁶⁰.

¹⁵² Vide ROHLOFF de MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

¹⁵³ 1938.

¹⁵⁴ 2003.

¹⁵⁵ In: *Officios e Documentos dirigidos ao Governo para serem presentes as Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa e a Sua Magestade o Senhor Dom João VI, pela Junta Provisoria do Governo da Provincia da Bahia, com a data de 8 e 13 de março de 1822*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013)

Vide também: *Officios e Cartas dirigidos ao Governo pelo Governador das Armas da Provincia da Bahia com as datas de 7 e 9 de julho deste anno e que forão presentes às Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013)

¹⁵⁶ 1822.

¹⁵⁷ *O que eramos nós inda no principio do anno passado? Todos formávamos uma sociedade, a que se chamava Nação Poetugueza: todos eramos membros dessa família, todos gozávamos dos direitos de Cidadao Portugez. Que succedeo depois? Os membros dessa mesma família, que habitavão esta parte da Nação, chamada Brasil (...), reconhecendo os recursos extraordinários, que tinham dentro de si para sustentar sua Independencia, e agravados finalmente das Cortes de Portugal, que nada menos querião do que escravizalos, romperão os laços sociaes, que os união a Portual, proclamarão sua Independencia, e formarão um novo Pacto, uma nova sociedade, e uma nova família, a que chamarão – Nação Brasileira”.*

¹⁵⁸ *O Braisl era um Reino, que formava huma parte integrante da Nação Porgugueza. (...) O nome que então tínhamos de Brasileiros não significava como hoje uma qualidade de ordem política, indicava somente o lugar do nascimento. (...) Deixamos de ser Portugezes e passamos a ser Brasileiros, desde que pela insurreição do Brasil se dissolveo o antigo Pacto Social que nos ligava á Monarquia Portugeza, e proclamamos a nossa Independencia, constituindo-nos em uma nova Nação, distincta e separada absolutamente da Portugeza por um novo Pacto Social.*

¹⁵⁹ Como o deputado Rodrigues de Carvalho, em sessão da Assembleia do Rio de Janeiro de 20/06/1823.

¹⁶⁰ As Atas do mês de junho da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro de 1823 são interessante exemplo do registro do debate sobre a nacionalidade brasileira.

Os trabalhos de István Jancsó e João Paulo G. Pimenta¹⁶¹ são de grande importância para essa constatação de que os portugueses que viviam no Brasil eram ligados a múltiplas referências, pátria local (Rio de Janeiro, Bahia, etc), país (Brasil) e nação (portuguesa). O elemento de união era o Rei, que definia toda a nação portuguesa, “um espaço de governo e jurisdição”. Seguiu-se uma segunda camada, do “paiz”, que eram as regiões, a realidade de pernambucano, paulista, cearense, etc.

Com o desenvolvimento das relações entre as Capitâneas, ainda que as distâncias subsistissem, e o processo de centralização da administração, iniciado pela Coroa na segunda metade do século XVIII, surgiu, gradualmente, uma terceira identidade, a americana, fundamentada na “ideia de América”, a qual, segundo João Paulo G. Pimenta, começava a fazer sentido tanto para os colonos, quanto para a administração portuguesa, esta que adiantou-se em tratar o “Brasil” como elemento único. Essa política de unidade administrativa, começou “a extrapolar, ainda que em contornos mal-definidos, os limites das reciprocidades estabelecidas entre monarca e súditos”¹⁶². Conforme avalia João Paulo G. Pimenta os efeitos dessa terceira identidade se intensificaram após o início do século XIX:

(...) nos quatorze anos que antecedem a independência, há uma reconfiguração de uma identidade luso-americana anteriormente já existente, agora progressivamente reforçada, politizada e cristalizada pela transformação da América em sede da monarquia. Os fundamentos de tal identidade não só eram plenamente compatíveis com a pluralidade identitária que, tradicionalmente, alicerçava a nação portuguesa, como também pareciam reforçar a perspectiva de complementariedade de espaços segundo os ditames do Reformismo Ilustrado.

Existiam, assim, três “camadas” de identidade que interagem na América portuguesa no período da Independência, portuguesa, americana e local (mineiros, baianos, etc). A interação entre essas camadas variava de região para região e resultou em posicionamentos diferentes no processo de Independência. A visão da unidade “luso-americana” ainda estava em construção, mais acelerada no Centro-Sul do que no Norte-Nordeste. No primeiro caso, beneficiava-se do fato de a sede da Monarquia tratar de seus domínios americanos em conjunto, como unidade. a proximidade com o Governo, que via o Brasil como “Reino Unido” (tema explorado abaixo), e a disputa

¹⁶¹ 2000.

¹⁶² João Paulo G. Pimenta, 2006, p. 74.

política com Lisboa – incluindo as referências dos próprios europeus aos “brasileiros”, em geral – favoreceu a incorporação de uma ideia de nacionalidade.

Ali, a metrópole se “interiorizou”, desenvolveram-se novas relações econômicas, políticas e sociais relacionadas especialmente com o novo status do Rio de Janeiro, de capital portuguesa, a partir de 1808. Além do comércio, estimulado pela ampliação da população e da própria estrutura da capital, cargos públicos, antes distantes e de difícil alcance para os nascidos nas Américas, passaram a ser acessíveis; o status social de vários grupos foi elevado, inclusive com promoções à condição de nobreza. A dinâmica da nova vida metropolitana, que influenciava todo o centro-sul, tinha impactos na visão política dos habitantes da região e nos interesses a serem defendidos, que foram o motor da reação às Cortes Gerais, a partir do início de 1822.

No Norte-Nordeste a evolução em direção ao Brasil foi mais lenta, heterogênea nos diferentes setores da sociedade, resultado numa dinâmica complicada da relação com Rio de Janeiro e com Lisboa, como se verá abaixo. Também influíam os interesses locais, as disputas de poder pelo governo e organização das Províncias. A avaliação dos três teatros de operações da Guerra de Independência mostrará essa heterogeneidade. Algumas partes do que se tornou o Império brasileiro, desse modo, viram a emergência de uma identidade nacional de forma mais rápida do que outras, a partir do processo de emancipação.

A presença da Corte ao Rio de Janeiro foi, portanto, momento definidor da vida da colônia, depois Reino Unido, mas teve impactos heterogêneos nas regiões brasileiras. Ela trouxe aos domínios portugueses na América novos tipos sociais (a aristocracia reinol), cuja influência alteraria muitas das características da realidade carioca e das Províncias vizinhas. Muito do que era o Brasil de antes, entretanto, se mantinha.

A elevação do Brasil a Reino, conformando o “Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves” foi a culminação desse processo de construção da terceira “camada” de identidade, modificando politicamente a realidade da América portuguesa e criando uma unidade antes inexistente. Ainda que as características sociais permanecessem em certa medida inalteradas, a criação do Reino do Brasil é legal e simbolicamente um elemento formador.

Muito se discute sobre as motivações da medida. A interpretação mais corrente é a de que a transformação política da colônia se deu por sugestão de Talleyrand, a fim de

reforçar a posição de Portugal nas negociações no Congresso de Viena (1815)¹⁶³. Folheto anônimo “sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a saída d’El-Rei de Lisboa em 1807 até o presente”, escrito em Londres, em 1º de junho de 1822¹⁶⁴, atribui a ideia aos representantes diplomáticos da legação portuguesa, que teriam inicialmente agido sem instrução, com o objetivo de “zelar pela conservação da integridade da monarquia e pela sua prosperidade”, o que exigia mudanças no “systema”. Esses diplomatas teriam sondado as grandes potências, que não se opuseram. A proposta teria sido, em seguida, apresentada ao Governo português, que a incorporou e executou.

Para André Roberto de Arruda Machado¹⁶⁵ todo o processo de transmigração da Corte, abertura dos portos e elevação do Brasil a Reino Unido eram parte de esforços que vinham sendo realizados desde o século XVIII, “com o intuito de preservar a Monarquia e ampliar o seu poder, frente a um sentimento generalizado de crise”. De fato, a decisão de elevar o Brasil a Reino Unido, muito mais do que simples artimanha diplomática, para um caso pontual, se encaixa com maior harmonia no processo de construção das estruturas de poder para transformar o Rio de Janeiro em efetiva Capital do Império português. A medida reforçava, especialmente, a decisão de Dom João VI de permanecer no Brasil. Com a nova medida, o Rei (naquela época ainda Regente) não governaria a partir de uma colônia, nem transmitiria ordens a Lisboa de uma colônia, mas, sim, de uma entidade hierarquicamente igual ao território europeu.

A partir de 1815, então, não era mais um território luso-americano que abrigava temporariamente a Coroa portuguesa. O Brasil passou a ser um Reino, territorialmente delimitado e autônomo, diretamente vinculado ao Rei. A Carta Lei de 16 de dezembro de 1815¹⁶⁶ tornou, assim, uma abstração anterior (o conjunto das colônias brasileiras) em uma entidade jurídica concreta, ainda que heterogênea, marcada por fatores de aproximação e distanciamento político, econômico e social.

É interessante, nesse particular, observar a linguagem utilizada na Carta de 16 de dezembro de 1815¹⁶⁷. Um primeiro elemento que chama a atenção é a caracterização da

¹⁶³ Lúcia Bastos Pereira das Neves, 2009, p. 113

¹⁶⁴ “Considerações sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a saída d’El-Rei de Lisboa em 1807 até o presente”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume XXVI, 1863. <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/08/2014). P. 146.

¹⁶⁵ 2006, p. 54

¹⁶⁶ A íntegra da referida Carta está disponível no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados do Brasil: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-39554-16-dezembro-1815-569929-publicacaooriginal-93095-pe.html>

¹⁶⁷ D. João por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves etc. Faço saber aos que a presente carta de lei virem, que tendo constantemente em meu real animo os mais vivos desejos de fazer

área elevada a Reino, qualificada por termos como “vastidão”, “copia e variedade dos preciosos elementos de riqueza”. Ainda no consideranda, é também interessante observar a justificativa apresentada de reconhecer “vantajosa aos meus fieis vassallos em geral uma perfeita união e identidade entre os meus Reinos”. Na expressão da “*perfeita união e identidade*” subjaz a noção de igualdade política que se estava estabelecendo entre Brasil e Portugal no seio do Império, também expressada, simbolicamente, pela modificação da titulação do Estado.

Juridicamente, a elevação “à dignidade, preeminência e denominação de Reino do Brasil” marcou a emancipação o Brasil de Portugal. Os dois Reinos passaram a se ligar, em termos de igualdade, à Coroa, esta a entidade que encarnava a soberania, exclusiva do Rei, que também atuava como elemento centralizador e unificador de todo o Império português¹⁶⁸. A nova estrutura do Império não deixou o Brasil com papel jurídico menor. Sua elevação não o relegava a um papel equivalente ao Reino dos Algarves, fórmula ultrapassada, mas, sim, era inspirada no modelo de Reino Unido europeu, se via entre Inglaterra e Irlanda, ou Suécia e Noruega¹⁶⁹.

O editor do Correio Braziliense, Hipólito José da Costa, também seguiu essa interpretação quando afirmou, em abril de 1820, que “todo o sistema de administração está hoje arranjado por tal maneira que Portugal e Brasil são dois estados diversos, mas sujeitos ao mesmo rei...”¹⁷⁰. A mesma noção pode ser igualmente encontrada em trecho de carta de Dom João VI às Cortes, antes de sua partida a Lisboa¹⁷¹:

prosperar os Estados, que a providencia divina confiou ao meu soberano regimen; e dando ao mesmo tempo a importancia devida a vastidão e localidade dos meus dominios da America, a copia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que elles em si contém: e outrosim reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fieis vassallos em geral uma perfeita união e identidade entre os meus Reinos de Portugal, e dos Algarves, e os meus Dominios do Brazil, erigindo este aquella graduação e categoria politica que pelos sobreditos predicados lhes deve competir, e na qual os ditos meus dominios ja foram considerados pelos Plenipotenciarios das Potencias que formaram o Congresso de Vienna, assim no tratado de Alliança, concluido aos 8 de Abril do corrente anno, como no tratado final do mesmo Congresso: sou portanto servido e me praz ordenar o seguinte:

I. Que desde a publicação desta Carta de Lei o Estado do Brazil seja elevado a dignidade, preeminencia e denominação de - Reino do Brazil-.

II. Que os meus Reinos de Portugal, Algarves e Brazil formem d'ora em diante um só e unico Reino debaixo do titulo - Reino Unido de Portugal e do Brazil e Algarves.-

III. Que aos titulos inherentes a Coroa de Portugal, e de que até agora hei feito uso, se substitua em todos os diplomas, cartas de leis, alvarás , provisões e actos publicos o novo titulo de - Principe Regente do Reino Unido de Portugal e do Brazil e Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa de guiné e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia Persia, e da India etc.-

¹⁶⁸ Como sustentam Yancsó & Pimenta, 2000.

¹⁶⁹ NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. “Autonomia e Separatismo”. In: Clio – Revista de Pesquisa Histórica. Nº 30.1, 2012. <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/260> (acesso em 15/05/2013). P. 2

¹⁷⁰ In: Varnhagen, 1957, p. 28.

¹⁷¹ In: Varnhagen, 1957, p. 22.

Se vos conservais na obediência ao rei, irei (...), mas sempre estará também uma pessoa real no Brasil, pois bem vêem que o Brasil não há de já agora ser colônia, e desconfiarão sempre que se deixava o menos pelo mais; e, para sossegarem, é preciso que contem com a união do reino do Brasil.

A nova estrutura do Império modificou, assim, a relação de forças políticas e transformou uma identidade ainda fluida, a “americana”, em noção concreta e juridicamente estabelecida. Ainda que as reações em cada região a essa nova realidade tenham sido distintas, a criação do Reino Unido foi elemento central na controvérsia entre americanos, de nascença e de adoção, e europeus, nas Cortes de Lisboa. Já antecipando o motivo principal da contenda entre brasileiros e portugueses, que motivou o “casus belli” da Independência (tratado no próximo capítulo), Hipólito José da Costa complementou a citação acima de D. João VI dizendo que

“a residência do soberano em um deles será sempre motivo de sentimento para o outro, a não se fazer mais alguma coisa. Nesses termos, a mudança de el-rei para a Europa trará consigo a mudança do lugar dos queixosos, mas não remédio dos males...”.

O elemento que se deve reter da organização legal de 1815 diz respeito, portanto, à simbologia de igualdade entre o Brasil e Portugal, sentida fundamentalmente na Capital fluminense e em seu entorno imediato. Feito pela própria Coroa, esse princípio foi visto nos debates das Cortes, na maior parte das vezes nas vozes de representantes de Províncias do Centro-Sul. Assim, ao passo que outras regiões do Brasil, como se verá abaixo, tinham em seu interior visões múltiplas de unidade e proximidade com o Rio de Janeiro ou com Lisboa, a capital manteve uma visão de maior unidade e de igualdade na relação entre Brasil e Portugal. O centro do poder no Rio de Janeiro enxergava unidade onde, em grande medida, as Cortes, apoiadas por elementos do Norte-Nordeste ainda viam diferença.

Não será exagerado dizer que, apesar das hesitações, D. Pedro herdou, como membro dessa Coroa, essa imagem centralizada e de autonomia do Reino do Brasil, ainda que ela permanecesse, na prática, precária e mais ligada ao terreno legal e à visão da “cabeça” do Estado. Era tanto realidade quanto projeto. Em carta dirigida a Dom João VI, datada de 19 de junho de 1822¹⁷², diz o Príncipe Regente:

¹⁷² Registrada na Ata das Cortes de 26/08/2013

Portugal he hoje em dia um Estado de quarta ordem, e necessitado, por consequência dependente; o Brazil he de primeira, e independente alqui que a união sempre he procurada pelos necessitados, e dependentes, ergo a união dos dois hemisférios deve ser (para poder durar) de Portugal com o Brazil, e não desde com aquelle, que he necessitado e dependente.

Também em 18 de setembro de 1822, poucos dias após o Grito do Ipiranga, ao estabelecer em Decreto a bandeira do novo Estado, Dom Pedro reforçou essa ideia de unidade, ligada à noção anterior do estabelecimento do Reino Unido:

Havendo o Reino do Brasil, de quem sou Regente e Perpétuo Defensor, declarado sua Emancipação Política, entrando a ocupar na Grande Família das Nações o lugar que justamente lhe compete como Nação Grande, Livre e Independente; sendo por isso indispensável que ele tenha hum Escudo Real D'Armas, que não só o distingão das Armas de Portugal e Algarves até agora reunidas, mas que sejam características desde rico e vasto continente; e Desejando Eu que se conservem as Armas que a este Reino forão dadas pelo Senhor Rei Dom João VI, Meo Augusto Pay, na Carta de Ley de 13 de Maio de 1816 e ao mesmo tempo Rememorar o primeiro Nome que lhe foi imposto no seu feliz Descobrimento e Honrar as dezenove Províncias compreendidas entre os Grandes Rios, que são seus limites naturaes e lhe formão sua integridade que eu Jurei sustentar (...).

Note-se, nessa passagem, como Dom Pedro, já depois de 7 de setembro, ainda não se refere ao Brasil como Império, nem se proclama Imperador¹⁷³. O ainda Regente mostrou, principalmente, a herança do Reino Unido de 1815 ao referir-se às dezenove Províncias, a maior parte das quais ainda não havia aderido à emancipação política e muitas das quais fariam uma opção contrária a seu Governo. A imagem do Brasil “entre os Grandes Rios, que são seus limites naturaes e lhe formão sua integridade”, como dissera o Regente, era ainda um projeto, um conceito que confirma o impacto da medida adotada por D. João VI em 1815.

Setores das elites políticas pertencentes ao círculo mais próximo da Capital compartilhavam essa tendência unitária¹⁷⁴ e tiveram nela uma das bases para a elaboração, em conjunto com o Regente, do projeto político emanado do Rio de Janeiro,

¹⁷³ Esse tópico, da efetiva data da Independência, será mencionado no Capítulo sobre a Revolta do Rio de Janeiro, onde se narra a evolução política da emancipação.

¹⁷⁴ Vide, por exemplo, as “Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo para seus Deputados”, de outubro de 1821, elaborada por José Bonifácio. O primeiro item dessas instruções fala em “integridade e indivisibilidade do Reino Unido”. No item sobre negócios do Brasil, o documento estabelece a visão de um governo-geral executivo de “união central” do Brasil.

contra as Cortes de Lisboa. Essa proximidade de visões decorria, em grande medida, de interesses particulares de grupos do Centro-Sul, que convergiam para a defesa do Rio de Janeiro como capital. As decisões das Cortes, em setembro de 1821, ao tentarem, dentre outras medidas, dividir o Executivo no Brasil e colocar os tribunais brasileiros em subordinação às instâncias de Lisboa tiveram impacto direto na formação do pólo de resistência do Rio de Janeiro, inicialmente não-independentista. O que se quebrava, na prática, era a autonomia do Reino.

Mesmo no centro-sul, é bem verdade, havia referências múltiplas nos debates sobre o futuro do Reino. Havia projetos de autonomia regional, também buscada pelas Províncias do Norte (neste caso, como se verá abaixo, em relação ao próprio Rio de Janeiro). Não se observava, assim, homogeneidade de projetos e de concepções de como lidar com a crise política que vivia o Reino português pós-Revolução do Porto. A elevação do Brasil a Reino Unido, de todo modo, era forte elemento na imagem daquele território que deveria ser administrado a partir do Rio de Janeiro, por D. Pedro. Pensando em sua herança política, dificilmente o Regente trabalharia com a hipótese de não Governar sobre todo o Reino, sobre o qual tinha, inclusive, os poderes conferidos por D. João VI. O Rio de Janeiro, era propício para o pensamento “unitário” do Brasil, ao contrário do que se passava nas Províncias do Norte-Nordeste.

Finalmente, cabe voltar-se à economia brasileira, para se dar conta da realidade que se vivia naquele início de século XIX. A chegada da Corte “acelerou a circulação de mercadorias. Os negócios se ativaram, a agricultura aumentou principalmente depois que se estabeleceu prêmio aos agricultores que aclimassem no país novas espécies ou promovessem plantas nativas de outras regiões”. As exportações aumentaram e circulação de navios multiplicou-se, passando, no porto do Rio de Janeiro, de 90 entradas, em 1808, para 442, em 1810¹⁷⁵. A abertura e a presença da Corte estimularam novos estilos de vida, maior urbanização no Centro-Sul e a chegada de novas ideias.

Mas o impacto econômico e social, como o político, não era o mesmo em todas as regiões e reforçava a heterogeneidade das posições políticas. No Norte-Nordeste, como se verá no capítulo VII, muitos agricultores se aproximaram dos vintistas portugueses por compartilharem reação contra a abertura dos portos e a presença dos comerciantes ingleses, considerados prejudiciais aos negócios.

¹⁷⁵ José Arthur Rios, 1973, p. 296.

Essa diferença de perspectiva econômica entre o Centro-Sul e muitos setores agrícolas do Norte tinha grande importância política no Brasil das primeiras décadas do século XIX, pois, ademais de área mais populosa (como visto mais acima), o Nordeste era também a principal região de produção das mercadorias exportadas pelo Reino. À época da Independência, “o setor primário certamente respondia por grande parte do produto interno e das exportações, com predominância da agropecuária”¹⁷⁶. Com o ouro de Minas Gerais já sem força e o café do Rio de Janeiro e São Paulo ainda incipiente, o açúcar mantinha-se como o principal produto de exportação naquele início de 1820.

Pernambuco e Bahia respondiam por mais da metade das exportações de açúcar. As exportações de algodão ainda eram relativamente baixas, mas a produção estaria concentrada em Alagoas e Pernambuco. O fumo era produzido especialmente na Bahia, com Minas Gerais e Rio Grande do Sul respondendo, principalmente, pelo consumo interno. Pedro de Almeida Vasconcelos¹⁷⁷ aponta que Salvador era ponto importante para as exportações brasileiras, competindo com o Rio de Janeiro:

Em 1796 e 1797 a Bahia era ainda o maior porto exportador da Colônia, sendo superado pelo porto do Rio de Janeiro no período de 1798-1807 (considerando as exportações mineiras), mas essa posição ainda foi recuperada nos anos de 1808 e 1809; o Rio de Janeiro voltou a liderar nos anos de 1810 e 1811 (ARRUDA, 1980, p.141-142). No total das exportações, no período de 1796-1811, as do porto do Rio de Janeiro alcançaram o valor de 51.481.200\$957, enquanto as de Salvador atingiram 40.792.002\$972 (Idem, p.142). Em 1796, o ouro contava por 48% das exportações do porto do Rio de Janeiro. Esse percentual caiu para 18,5% em 1806 (Idem, p.157).

Os próprios representantes baianos no Rio de Janeiro procuravam destacar essa importância político-econômica da Bahia. Como o fez o deputado Montesuma, em 28 de agosto de 1823, na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, na qual afirmou que “todo Mundo vê que a Bahia fica como um centro comum do nosso Imperio tanto para o Norte como para o Sul, além de oferecer pela qualidade do seu Commercio muitas

¹⁷⁶ Paiva Abreu & Correia do Lago, 2010, p. 5.

¹⁷⁷ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “Salvador, rainha destronada? (1763-1823)”. In *História* (São Paulo), v. 30, n° 1, p. 174-188, jan-jun 2011. In: www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a08.pdf . Último acesso em 02/09/2013. P. 180

facilidades de transportes de qualquer parte para ali; o que não sucede para São Paulo”¹⁷⁸.

A comparação entre Salvador e Rio de Janeiro chama a atenção para um problema temporal e proporcional observado na historiografia sobre a Independência com relação à Capital do Reino. Toda a atenção é voltada às movimentações no Centro-Sul, aos pequenos detalhes das discussões, dos periódicos, da multiplicidade de grupos. Para as demais Províncias perdem-se os detalhes, elas são tratadas geralmente de maneira acessória, quando muito para uma breve reflexão sobre a preservação da do Império. Há, claramente, um desbalanceamento nessa História.

Os trabalhos regionais, por sua vez, concentrados apenas em porção do território, acabam muitas vezes por apresentar algumas aparentes incongruências comparativas. O já citado estudo de Pedro Almeida Vasconcelos reforça a importância de Salvador, cidade que seria, em 1817, a praça comercial mais importante do Brasil. Mesmo com o novo status do Rio de Janeiro, o autor sustenta que existia “um equilíbrio entre as duas cidades, o que foi alterado cada vez mais, após a independência e a centralização realizada no Rio de Janeiro”.

A importância do Recife, por outro lado, é sustentada por Maria do Socorro Ferraz Barbosa¹⁷⁹, para quem Pernambuco representava, para o Norte-Nordeste, a mesma importância política que o Rio de Janeiro mantinha sobre o Sul:

“Na correspondência entre os presidentes de províncias do Norte ou de governadores, durante os anos 1819, 1820, 1821 e a presidência da Província de Pernambuco, percebe-se ser esta província um centro de poder para o qual convergiam informações e pedidos (...)”.

Pernambuco, de fato, era Capitania, depois Província, de grande relevância política e econômica, que apresentava desenvolvimento histórico particular, calcado na experiência da guerra contra os holandeses (1630-1654). A cultura política pernambucana desenvolvera, com base nessa experiência, forte identidade local e tendência à autonomia, que se fundava na ideia (não correta) de que haviam sido exclusivamente os locais que haviam expulsado os holandeses. Essa visão regional,

¹⁷⁸ In: *Diários da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. In: <http://books.google.com> (acesso em 15/02/2013). Sessão de 28 de agosto de 1823.

¹⁷⁹ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. “Liberais constitucionalistas entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa”. In: *Revista Tempo*, vol. 12, nº 24. Niterói, 2008. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042008000100006 (acesso em 02/09/2013)

como apontam os estudos de Evaldo Cabral de Mello¹⁸⁰, seriam de grande importância para a compreensão das ações e posturas da Província no período 1821-1823.

Independentemente das disputas de importância entre uma ou outra cidade, o fato é que Salvador e Recife, para o Norte-Nordeste, representavam pontos de convergência econômicos e políticos importantes do Reino do Brasil. Sem contar as Províncias mais ao Norte, Maranhão e Pará, cuja ligação física com Lisboa era facilitada pela própria natureza, como cita o diário “O Conciliador”, de 15 de maio de 1822¹⁸¹: “pela direção dos ventos, e correntes, pode-se ir a Lisboa, e voltar, enquanto navegando para o Rio de Janeiro, apenas se teria chegado à meia travessa”. No mesmo sentido, sublinha Monsenhor Joaquim Chaves¹⁸² que:

A navegação à vela do norte para Portugal era fácil, suave, segura, permanente e abundante. O mesmo não se dava com a navegação do norte para o Rio de Janeiro. Em certas épocas do ano as viagens por mar, entre o norte e o sul, tornavam-se difíceis e arriscadas. Por causa dos ventos contrários ou das calmarias, do Pará a Pernambuco, desde maio até dezembro, gastavam-se 3 meses na viagem, e às vezes 5 ou 6, e assim progressivamente, para a Bahia e para o Rio.

O próprio Varnhagen¹⁸³ reconheceu a relevância estratégica da Bahia, ao relatar debate – logo após a notícia da Revolução do Porto – entre Tomás Antônio e Dom João VI. A discussão girou em torno do envio do Conde Vila Flor à Bahia, cuja designação era considerada “justa e acertada; e, se não o fizer, expõe-se a perder a Bahia e principiar a revolução no Brasil”. De fato, a adesão da Bahia às Cortes lisboetas foi um marco para a adesão brasileira à revolução vintista.

O Nordeste, desse modo, era naquela época região muito mais importante política e economicamente para o Reino do Brasil do que veio a ser caracterizado posteriormente na historiografia da Independência. Por sua localização, população e economia, toda aquela região configurava, à parte da Capital do Reino, um território estratégico. E, nessa região, Salvador e Recife despontavam como cidades centrais, com a primeira ganhando maior relevância. No turbilhão político que se desatou a partir de 1821, entre Lisboa e o Centro-Sul do Reino do Brasil, quem dominasse essas duas cidades, teria a vantagem sobre todo o Nordeste brasileiro. E, em todos os casos, o mar

¹⁸⁰ MELLO, Evaldo Cabral de, 2014.

¹⁸¹ In: GALVES, 2006, p. vii

¹⁸² CHAVES, Monsenhor Joaquim. *O Piauí nas lutas de independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005. P. 29

¹⁸³ 1957, p. 24.

era o ponto chave para o controle estratégico. A Marinha teria, assim, um papel vital na preservação da região nas mãos de um poder político.

Também se observam pontos estratégicos do Reino brasileiro no Pará (entrada do Amazonas) e na Cisplatina (entrada do Prata). Já nos avançados anos em que se passou a Guerra do Paraguai (1964-1970), as memórias do Visconde de Taunay¹⁸⁴ sobre a Retirada da Laguna indicam as dificuldades de acesso ao centro do Brasil por terra. Pode-se imaginar como toda essa área territorial do País dependia do transporte fluvial, que vinha pelo sul, na rede hidrográfica do Prata, ou pelo norte, com os rios da bacia amazônica. Quem dominasse as entradas desses rios garantiria, no longo prazo, todo o centro brasileiro.

O Piauí se conformava como outro ponto estratégico no Norte-Nordeste. Como aponta Prado Júnior¹⁸⁵, tratava-se de entroncamento entre as diversas vias de comunicação interna do Norte e do Nordeste, centralizando-se na Capital Oeiras. Era o Piauí importante rota para o Maranhão e a principal fonte de abastecimento de toda a região. O Monsenhor Joaquim Chaves¹⁸⁶ sustenta que a posição geográfica da Província despertava a atenção de Lisboa, pois, “estrategicamente falando, o Piauí teria muita importância nesse plano (*projeto português de manutenção do Norte-Nordeste, separando-o do Centro-Sul independente*¹⁸⁷). Segundo o estudioso, a Província oferecia comunicações por terra com o Ceará, com a Bahia e com Pernambuco, “onde o movimento dos independentes era bem forte”. A Província também era o principal fornecedor de carnes para a região, de modo que, “firmar-se militarmente nele seria cortar o abastecimento de carnes para os rebeldes e ficar em posição de poder atacá-los por terra, numa contra-ofensiva, se o movimento independente ali enfraquecesse”.

Um último elemento que fortalece a tese da maior proximidade relativa do Norte-Nordeste com Lisboa pode ser visto na própria dinâmica de expansão da Revolução do Porto no Reino brasileiro. Seu início no Pará e subsequente espraiamento para a Bahia, para então chegar ao Rio de Janeiro pareceu seguir a própria dinâmica da navegação entre Europa e América, e das diferenças temporais sentidas nas diferentes regiões brasileiras. Do ponto de vista geográfico, se o Reino do Brasil era distante de Lisboa, como a imagem convencionalizada, é preciso sublinhar como algumas regiões eram

¹⁸⁴ TAUNAY, Visconde de. *A Retirada da Laguna*. Coleção Obra-Prima de Cada Autor. São Paulo: Martin Claret, 2005.

¹⁸⁵ 2002, p. 1336.

¹⁸⁶ 2005, p. 29

¹⁸⁷ Esse tópico será desenvolvido no Capítulo III, na seção referente à estratégia portuguesa.

mais distantes do que outras, e muitas vezes mais distantes entre si do que de Lisboa. E não se tratou de mera característica física, sem consequências para o processo de construção do Estado brasileiro.

Em termos estratégicos, portanto, é conveniente avançar elementos que serão desenvolvidos nos próximos Capítulos: os principais confrontos entre tropas pró-Lisboa e pró-Rio de Janeiro ocorreram em três dos cinco pontos mais geograficamente sensíveis do Reino (Bahia, Piauí-Maranhão e Cisplatina), ao passo que os outros dois não viram combates por estarem mais seguros para os lados da contenda: o Pará para os portugueses e o Rio de Janeiro para os independentistas. Em todos esses pontos estratégicos a mobilização envolveu também as regiões do entorno. Poucas Províncias ficaram de fora do conflito. E quem dominou o mar garantiu a vantagem maior no conflito que se desenvolveu na região.

Observada essa primeira perspectiva geográfica, percebe-se desde já que as batalhas da Guerra de Independência brasileira parecem menos casuísticas, menos restritas à imagem de poucas tropas e alguns reinóis que resistiram a um movimento nacional. Com os elementos estratégico, populacionais, econômicos, já parece lógico que, formado um polo contrário no Rio de Janeiro, Lisboa concentrasse suas atenções no Nordeste.

Confirmada a importância da região Norte, resta saber como e por que a política regional se dividiu entre Rio de Janeiro e Lisboa. A política, como visto, não estava apartada da realidade social e cultural do Reino, “a desunião, por assim dizer, geográfica precisava ser compensada com a união política”¹⁸⁸. Os fatores de aproximação e distanciamento se opunham já antes do imbróglio com as Cortes, inclusive nos projetos anteriores de autonomia ou mesmo de independência, mas foram intensificados por estas. Em muitas regiões brasileiras, a posição de Lisboa não ficou completamente desprotegida nos debates que levaram ao processo emancipatório. E havia razões fortes, anteriores ao vintismo, para que houvessem resistências ao Rio de Janeiro

2. AS PROVÍNCIAS ENTRE LISBOA E O RIO DE JANEIRO

¹⁸⁸ Nizza da Silva, 2012, p. 12.

É preciso insistir na ideia-chave de que as disputas políticas que se desenvolveram no Reino do Brasil, entre 1821 e 1823, foram experimentadas de formas distintas entre o Centro-Sul e o Norte-Nordeste, e mesmo dentro de cada uma dessas regiões, partes de um mesmo Reino, mas com realidades políticas distintas, ambientes estratégicos diversos. O Reino Unido, como visto, oferecia a imagem de unidade, melhor tratada na capital do que nas Províncias. O advento das Cortes e o regresso do Rei a Portugal, no entanto, fizeram avançar o processo de recuperação da antiga posição de Lisboa, e tendiam a ampliar as diferenças entre Norte-Nordeste e Centro-Sul. Enquanto aquela primeira região retomava em sua inteireza os contatos com Lisboa, livrando-se, de certa maneira, das pressões fiscais do Rio de Janeiro, o segundo experimentava o temor da decadência político-social.

Essa diferença com relação a Lisboa era causada pelo desenvolvimento desigual das Províncias e pela antiga relação destas com um Rio de Janeiro que havia se tornado metrópole. Para o Rio de Janeiro, o que as Cortes terminaram por propor era uma regressão difícil, após o processo de “metropolização”¹⁸⁹ que transformara a cidade desde 1808, mas principalmente após 1815. Oliveira Lima¹⁹⁰ nos resume a situação da cidade, ao longo desses anos:

O Rio de Janeiro em 1821 era uma cidade absolutamente *sui generis*. Colônia de Portugal até um lustro antes, não parecia uma cidade portuguesa: tinha todo o exotismo do Novo Mundo dentro da sua moldura tropical e americana, encaixilhando um arremedo de cidade peninsular, de ruas estreitas à moda árabe e chácaras de recreio à moda inglesa. (...) Centro de escravidão, parecia por esse lado o Rio de Janeiro uma cidade africana... (...) Em 1822, por ocasião da independência, o Rio de Janeiro tomara porém o aspecto de uma cidade bastante cosmopolita na feição europeia.

Em termos simbólicos, o Rio de Janeiro era uma cidade que vira, em 1818, a coroação de um Rei, em cerimônia com forte componente de reiteração da unidade e unanimidade do povo em torno do soberano, poucos meses após a ameaça de desagregação da Revolução de 1817, iniciada em Pernambuco¹⁹¹. O retrocesso a uma situação menor, especialmente na intensidade que as Cortes pretendem aplicar após os decretos de setembro de 1821, era difícil de ser aceito.

¹⁸⁹ SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino”. In: *O Brasil Imperial*, volume I: 1808-1831. Organização Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 73

¹⁹⁰ 1997, p. 58

¹⁹¹ Iara Lis Schiavinatto, 2009, p. 81.

O próprio General Avillez¹⁹², em memória que apresentou ao Rei D. João VI sobre a retirada da Divisão Auxiliadora do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1822, tratou dessa questão. Sustentou que após a partida de Dom João VI formou-se um “partido” que defendia a emancipação, cujo foco era o Rio de Janeiro “por ter existido ali a Séde do Governo, e por estar em posse de huma parte da Família Real; não querendo por estes motivos descer da categoria de Metrópole de hum grande Imperio”.

As mudanças no Rio de Janeiro também impactaram no seu entorno regional imediato, naquele processo denominado por Maria Odila Leite da Silva Dias¹⁹³ de “interiorização da metrópole”. Mesmo assim, o processo não foi uniforme nem mesmo no Centro-Sul do Brasil. Luiz Adriano Borges, em trabalho sobre a política de São Paulo no período 1821-1823¹⁹⁴, aponta como a posição dos deputados paulistas nas Cortes e a visão das lideranças da Província sobre a reorganização do Estado português se harmonizavam com seus interesses econômico, seja na venda de seus produtos (dentre os quais o açúcar e mulas), seja pela cadeia econômica desenvolvida com o Rio de Janeiro. Esse tema que será retomado no próximo capítulo (vide pg 166), mas mesmo no caso paulista, havia divergências e disputas internas que não apontavam para uma homogeneidade de pensamento e posição política. José Bonifácio, durante sua atuação no processo que levou à Independência, procurou continuamente coordenar esses interesses, inicialmente com a negociação (por exemplo, na redação das instruções aos deputados paulistas nas Cortes) ou com a força (vide último capítulo).

No caso de Minas Gerais, a aproximação com o Regente foi igualmente ambígua¹⁹⁵, entremeando-se apoios e críticas. À histórica conexão de Minas com um Rio de Janeiro que havia se tornado Capital da colônia em razão do ciclo do ouro, adicionou-se a incorporação mineira à dinâmica político-econômico-social da Corte, mas de forma heterogênea. De um lado, um grupo de comerciantes mineiros sentiu-se “à margem do processo de reconhecimento das elites e pendeu para o liberalismo constitucional, postulando o livre-comércio e a autonomia local”¹⁹⁶. Esse era o grupo

¹⁹² 1822, p. 2.

¹⁹³ 2005.

¹⁹⁴ BORGES, Luiz Adriano. “Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência”. In: *Almanack*. Guarulhos, n.06, p. 61-80, 2º semestre de 2013. In: www.almanack.unifesp.br (acesso em 15/07/2015).

¹⁹⁵ Pascoal (2008: 151), por exemplo, transcreve citação de Saint-Hilaire, quem “acompanhou os conflitos em Minas, em 1822, entre membros da junta governativa, desejosos de permanecer fiéis a Portugal, e D. Pedro (...)”.

¹⁹⁶ Iara Lis Schiavinatto, 2009, p. 79.

que se distanciava de D. Pedro e se aproximava das concepções e projetos de setores do Norte-Nordeste, por exemplo, em Pernambuco.

De outro lado, o sul mineiro transformou-se em um dos maiores abastecedores da Corte, estabelecendo-se um interesse material comum na região¹⁹⁷. A perda de importância do Rio de Janeiro ao longo de 1821-1822 ameaçava sensivelmente a organização do comércio, de modo que “o destino econômico e político da sociedade que surgia no sul de Minas se ligou ao da Corte”¹⁹⁸.

Minas Gerais, assim como São Paulo, constituía o círculo expandido da Capital, influenciando e influenciado o Rio de Janeiro. A posição do Centro-Sul, especialmente do Rio de Janeiro, Capital ao mesmo tempo da Coroa portuguesa e do Reino do Brasil, entidade ligada à soberania da Coroa (e não a Lisboa), tornava difícil a composição com as visões portuguesas das Cortes, que pretendiam reunificar a direção do Império em Lisboa, deixando as demais cidades em situação hierarquicamente menor. Esse foi o elemento central de uma disputa política que se radicalizou, se transformou em propaganda (a ameaça de “recolonização”) e impulsionou a formação da oposição no Rio de Janeiro. Tudo isso ocorria no Rio de Janeiro, espraiando-se ao Centro-Sul, especialmente em São Paulo, ao passo que Minas ainda vacilava¹⁹⁹ entre posições pró-Dom Pedro ou pró-Cortes.

A realidade política do Norte-Nordeste brasileiro, por sua vez, mudara em menor intensidade com a chegada da família real, ao contrário da realidade carioca. A elevação a Reino Unido, também alterou a percepção nordista do que era aquele conjunto político português nas Américas, sem, porém, ser sentido como o fora no Centro-Sul. Com a retomada dos laços com Lisboa, findas as disputas napoleônicas, a região viu reforçadas suas ligações com a Europa²⁰⁰.

Conforme apontado na sessão anterior, a relação do Norte-Nordeste era muito diferente do Centro-Sul em termos de proximidade física, econômica e social com

¹⁹⁷ PASCOAL, Isaías. “Fundamentos econômicos da participação política do sul de Minas na construção do Estado brasileiro nos anos 1822-1840”. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n2 (33), p. 133-157, agosto de 2008. P. 137.

¹⁹⁸ Idem, p. 151

¹⁹⁹ Na memória apresentada por Avillez (1822), é anexado artigo do “Semanário Cívico” da Bahia, de 7/03/1822 (nº 53), no qual o autor afirma que “Mas vemos, que Minas não reconhece mais o Príncipe, pelo que está praticando (...)”.

²⁰⁰ Vide Lúcia Bastos Pereira das Neves, 2011, p. 82 : “Decorridos os primeiros anos da administração joanina e finda a invasão do território português pelas tropas francesas, algumas províncias, como começavam a ser denominadas as capitânias, articularam-se novamente a Lisboa, em função, sobretudo, de interesses econômicos e comerciais, como eram os casos do Pará, do Maranhão e mesmo da Bahia, cujas redes mercantis distinguiam-se daquelas do Centro-Sul e permaneciam bastante dependentes das casas de comércio portuguesas”.

Lisboa, sendo natural que a política também expressasse essa relação. Ana Lúvia de Aguiar de Sena²⁰¹ exemplifica essa distinção ao comparar, no caso do Maranhão, as noções de fidelidade ao Império português entre o Norte e o Sul, sendo que o primeiro se aproximava com as Cortes²⁰². O mesmo sentido pode ser observado na versão completa do já citado trecho do diário “O Conciliador”²⁰³, na avançada data de 15 de maio de 1822:

“Quem desconhece ser mais interessante para as províncias do Norte do Cabo de S. Roque obedecer antes a Portugal que ao Rio de Janeiro? Os imensos sertões que entre si medeiam, as faz crer em tão longínqua distância, como se ali fosse um outro mundo. Que dificuldade para daqui se obter uma graça ou um recurso. Pela direção dos ventos, e correntes, pode-se ir a Lisboa, e voltar, enquanto navegando para o Rio de Janeiro, apenas se teria chegado à meia travessa. (...) Haverá porventura, alguém tão louco, que troque o certo, pelo duvidoso? Acaso não temos nós já os nossos direitos declarados, a nossa propriedade garantida, e o que é mais apreciável, os nossos nomes de homens livres inscritos, nas bases da constituição que abraçamos e juramos?”²⁰⁴

A realidade política do Norte-Nordeste parecia, assim, se aproximar mais de outras colônias americanas (distantes do centro do Poder) do que da experiência que se vivia no Rio de Janeiro ou em São Paulo e Minas Gerais. A relação entre a Capital e o Norte-Nordeste tinha problemas, especialmente em função da centralização do poder no Rio de Janeiro, que afetou a autonomia local, anteriormente vivida pelas colônias mais afastadas da Capital do Vice-Rei.

Essa nova dinâmica centralizada no Rio de Janeiro suscitou ressentimentos locais, que passavam a ver a Corte como “nova metrópole”²⁰⁵. Isso sem contar a intensificação na cobrança dos impostos, necessários ao financiamento do Governo no Rio de Janeiro e fundamentalmente recolhidos no Norte-Nordeste. Nesse sentido, a boa acolhida da Revolução do Porto no Maranhão fez com que “comerciantes e agricultores

²⁰¹ SENA, Ana Lúvia Aguiar de. *As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa: espaço do cidadão maranhense na resolução de suas querelas*. II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. São Luís, 2011. P. 8

²⁰² “No Maranhão, o posicionamento dos habitantes da província estava diretamente ligado à noção de fidelidade ao Império português. Ao contrário das províncias do Centro-Sul, as do Norte posicionavam-se em conformidade com os deputados portugueses, pois existia maior estreitamento das relações com Portugal do que com o Rio de Janeiro, então sede administrativa do Brasil”.

²⁰³ In: Marcelo Cheche Galves, 2010, p. Vii.

²⁰⁴ “*O Conciliador*”, nº 88, 15/05/1822. In: Marcelo Cheche Galves, 2010, p. Vii.

²⁰⁵ Vide Lúcia Bastos Pereira das Neves, 2011, p. 82

maranhenses tivessem esperança na extinção dos impostos cobrados pela manutenção da Corte portuguesa no Brasil”²⁰⁶.

Setores da população Norte brasileiro, assim, alimentavam desejo de autonomia com relação ao Rio de Janeiro, que tinha componentes econômicos e políticos, estes relacionados às ideias liberais que já se difundiam pelo Reino Unido. Caso interessante desse processo foi a Revolução Liberal pernambucana de 1817, motim causado pela prisão de militares liberais no Recife, em 6 de março de 1817, que terminou por se alastrar pela cidade e pela região. Foi então proclamado um governo provisório, de cunho liberal, autonomista e republicano. A rebelião é vista por Lúcia Bastos Pereira das Neves²⁰⁷ como exemplo de momentos de tensão do jogo político entre o Rio de Janeiro e as Províncias, evidenciando “um conflito entre o centralismo da corte fluminense e o seu desejo de um autogoverno provincial”.

Também Evaldo Cabral de Mello²⁰⁸ defende que o federalismo pernambucano não se ligava à visão de unidade nacional, propugnando que a soberania fosse dada às Províncias. A ideia de Independência que circulava naquela Província e influenciava outras regiões era distinta do processo que efetivamente correu no Rio de Janeiro e redundou na Independência do Brasil. O processo de adesão pernambucana a D. Pedro será estudado no capítulo sobre as revoltas contra as Cortes, mas é importante frisar aqui como Cabral de Melo insiste nas diferenças entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul. Os elementos trazidos por Mello são importantes para se reter o tema da autonomia regional, conceito que foi essencial para que o Rio de Janeiro obtivesse o apoio das Províncias mais distantes, e que aos poucos será abandonado, já no Império, em favor da centralização.

Outro interessante laboratório sobre as relações interprovinciais brasileiras, já no avançado do processo de emancipação, em 1822, são as próprias Cortes de Lisboa. Em meio às disputas sobre a construção do Estado português, e a crise envolvendo o balanceamento político entre os dois lados do Atlântico (cujos meandros serão explorados no próximo Capítulo), os Deputados europeus e americanos representaram no Parlamento a complexidade das relações entre as regiões do Reino do Brasil. Em 6 de março de 1822, afirmava o baiano Lino Coutinho que as províncias do Brasil “são

²⁰⁶ Ana Livia de Aguiar de Sena, 2011, p. 8.

²⁰⁷ 2009, p. 110.

²⁰⁸ In: Nizza da Silva, 2012, p. 11.

outros tantos Reinos, que não tem ligação uns com outros, não conhecem necessidades geraes, cada um governa-se por leis particulares de municipalidade (...)”.

Também a sessão de 12 de março de 1822 registra, em sua ata, discussão sobre a estrutura política do Reino brasileiro. Em discussão estava a organização do Poder Executivo no Reino, seu estabelecimento em uma ou mais representações no território brasileiro. As posições²⁰⁹, que não refletiam uma simples divisão entre europeus e brasileiros, variavam entre a defesa da centralização no Rio de Janeiro e a possibilidade de se criar mais de uma instância de poder, o que, na prática, significaria a partição política do Reino Unido, que tinha o Brasil juridicamente unitário, segundo seu ato de elevação. Desnecessário dizer que esse tipo de discussão foi visto pelo Rio de Janeiro como exemplo do movimento de “recolonização” das Cortes, ao passo que os setores lisboetas ou mesmo do Norte-Nordeste, mantiveram uma desconfiança das intenções do grupo apoiador de Dom Pedro.

O tema do estabelecimento das delegações do Executivo no Reino do Brasil continuou em discussão nas Cortes, nos meses seguintes, em meio às rugas entre Lisboa e Rio de Janeiro, às mútuas acusações e à disputa política, que teve no conceito de recolonização (explorado no próximo capítulo) o “mote” do pólo estabelecido em torno de D. Pedro. Ao longo desses debates, continuaram a ser levantadas as diferenças regionais existentes no Reino brasileiro, como exemplificam as falas dos deputados

²⁰⁹ *O Sr. Ribeiro de Andrada: O Brasil quer ter um centro de Governo entre si; porém a questão deve versar onde deve ser este centro; quero dizer, se nas províncias do sul ,ou do norte. Portanto divo, que se deve já dar começo a esta decisão; porque se não viessem os Deputados que faltão, deixaríamos perder o Brazil!*

(...)

O Sr. Lino Coutinho: (...) A mim quem me deu a procuração foi os habitantes da Bahia: como posso eu pois saber as vontades particulares dos povos que ainda qui não tem os seus representantes? (...) Disse-se que se pôde considerar o Brazil dividido em duas sessões do norte e sul; e como aqui estão Deputados do Norte e do sul, ergo forme-se uma Comissão composta de uns e outros.

(...)

O Sr. Villela: Diz-se que muitas querem uma única autoridade central no Brazil. Por outra parte, o mesmo Principe Real, em outras Cartas tem dito que as províncias do sul e do norte, o tinham abandonado, e não querião reconhecer sua autoridade... e agora querem! Eu não entendo isso, e parece-me que aqui ha alguma contradição.

(...)

O Sr. Castelo Branco: Deve haver um centro comum no Brazil; mas em separado de cada província: cada província deve ter os recursos necessários, e separados para se acomodarem os interesses de cada uma delas. Em um paiz habitável, todos os povos que habitão aquelle paiz tem os mesmos costumes. Em povos como os do Brazil que he separado por caudalosos rios, e vastíssimos desertos, certamente deve haver rivalidade, cuja rivalidade nasce da sua mesma situação, e das diferentes produções do Brazil, e até das mesmas circunstancias fysicas do Brazil. Por conseguinte seria uma temeridade que nós fossemos estabelecer um centro comum no Brazil; e seria não menos temeridade que nós fossemos separar aquelle de Lisboa!

Serpa Machado, em 18 de junho de 1822²¹⁰, e Bispo do Pará, já em 10 de agosto de 1822²¹¹.

Em se tratando de debates constituintes, é possível encontrar também na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro as referências à separação Norte-Sul. Já no avançado de 16 de junho de 1823, os deputados Xavier de Carvalho e Carneiro da Cunha mencionavam casos envolvendo as Províncias do Norte, no primeiro a influência dos portugueses sobre eles²¹², no segundo, as desconfianças daquela região ao Governo de Dom Pedro, além de menção ao “sofrimento” por que passou o Norte no processo de emancipação²¹³.

Pelo tom dos discursos registrados nas Atas das Cortes portuguesas, com resquícios também encontráveis na subsequente Constituinte brasileira, fica claro que os europeus (e americanos que os apoiavam), tentavam intensificar essa distinção norte-sul, ao passo que os aderentes ao Centro-Sul e a D. Pedro a minimizavam. A imagem da unidade/desunião foi também elemento de propaganda a ser utilizado por cada um dos lados. Com a vitória do Centro-Sul e da visão homogeneizadora, foi natural o esforço de

²¹⁰ *A integridade existe na verdadeira união, mas em nada a destroe haver uma ou duas delegações do poder executivo, para satisfazer a necessidade dos povos; (...) Quem lançar os olhos ás cartas geográficas do Brazil, conhecera claramente que pela grande distancia que ha entre o norte, e o sul, seria conveniente que houvesse mais de uma delegação.*

²¹¹ *Eu approvo a doutrina do artigo (mais de uma delegação do Executivo), porque justamente esta he a vontade dos povos do Brazil, e o reputo como um arbítrio dictado por summa sabedoria; mas a respeito do que se diz, de haver uma ou duas delegações do poder executivo, calculando os incommodos, e as vantagens, tudo isto se poderia aplanar, collocando a delegação n'um sitio mais commodo; mas apezar disso me parece que haja duas delegações pelo menos. Pará, Maranhão, Rio Negro Matto, Grosso, e Goiaz, esta porção chamada antigamente paíz do Amazonas, está muito longe de qualquer centro que se possa crear. He por está razão que eu me inclino a que haja pelo menos duas delegações: na minha província, essa he a vontade geral. Eu recebi cartas, em que me dizem que para o commercio, não ha ali nenhuma communicação com o Brazil; por isso approvo os dois centros de poder executivo, e os julgo análogos com o sentimento dos povos.*

²¹² *Ora, os Povos principalmente os do Norte, por falta de noções politicas e com consequencia de ideias de terror e desconfiança que lhes tem infundido os nossos inimigos, os inimigos da independencia do Brasil, estão em conhecida fraqueza, vacilação e sustento. Desconfião que se lhes preparão os ferros do antigo, e tão justamente detestado Despotismo: que se lhes querem lançar cadeas douradas com o nome lisonjeiro da Independencia.*

²¹³ *Sr. Presidente quando se apresentou o Projecto para a nova organização dos Governo Provincias eu fui de parecer, que por ora não convinha, que as Juntas actuaes fossem inteiramente destruídas, julgando mais acertado concluir primeiro a Constituição; porque garantindo ella os direitos do Cidadão, seria necessariamente o verdadeiro antidoto, que poderíamos aplicar ao estado de desconfiança em que se achão todas as Provincias do Imperio. O motivo em que fundei minha opinião foi o conhecimento que tenho dos Povos das Provincias do Norte, os quaes tendo sofrido mais, do que os das outras, devem por um principio bem claro zelarem, e apreciarem muito mais um bem, que tão caros lhes tem custado. Estas desconfianças hão de infalivelmente existir, em quanto existirem as causas que as motivão (...) Eu poderia mostrar algumas cartas, que atestão estas desconfianças das Provincias; mas não o julgo preciso, porque só pode negar-se esta verdade por opposição caprichosa. Alem disso, um escritor veemente desperta os ânimos com os seus alertas, e pinta o Rio de Janeiro, como o foco do despotismo; ora neste estado julgo sumamente perigoso que alguma Provincia por um zelo extranho de sua liberdade se desligue, e queira opor-se a qualquer deliberação desta Assembléa.*

diluir os problemas de separação, de forma a deixar incontestes a noção de unidade brasileira. A mesma *rationale* possivelmente motivou o mito da Independência pacífica, também construído a posteriori.

Pelas características físicas e econômicas descritas na seção anterior, pela briga propagandística no seio das Cortes portuguesas, observa-se, de todo modo, a existência de relação complicada de proximidade e distância entre as Províncias do Norte-Nordeste e aquelas do Centro-Sul. Esses elementos não apontam nem para a versão nacionalista de um Brasil unido inequivocamente em torno de D. Pedro, nem para a ideia de indiferenciação entre portugueses americanos ou europeus, a partir da qual a Independência não passaria de entendimento entre elites formadas homoganeamente e com interesses iguais. Jancsó e Pimenta²¹⁴ procuram tratar dessa questão da perspectiva da formação nacional brasileira, como já expressado na introdução do presente trabalho²¹⁵. Também Varnhagen²¹⁶ fala em multiplicidade de projetos e conceitos para o Brasil conturbado de 1821-1822²¹⁷.

Os múltiplos projetos despertados no Brasil, a partir do início das discussões, após a Revolução do Porto, sobre o novo Estado a se construir (diferentemente da manutenção da ordem antiga das coisas), podem ser observados também por outro ângulo, igualmente essencial para o processo de emancipação: a chegada da Corte real, suas consequências políticas imediatas e ao longo da revolução liberal foram experimentadas de formas distintas entre os habitantes do Brasil. No primeiro momento

²¹⁴ 2000.

²¹⁵ *A análise atenta da documentação revela que a instauração do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro. Essas identidades políticas coletivas sintetizavam, cada qual à sua maneira, o passado, o presente e o futuro das comunidades humanas em cujo interior eram engendradas, cujas organicidades expressavam e cujos futuros projetavam. Nesse sentido, cada qual referia-se a alguma realidade e a algum projeto de tipo nacional.*

²¹⁶ 1957, p. 77.

²¹⁷ *Os que no Brasil se ocupavam de política se viram então mui desconformes em opiniões. Em uns predominavam os sentimentos em favor da monarquia pura, em outros da constitucional, não faltando já alguns que se inclinavam à democracia e republicanismo. E cada uma destas três comunhões fracionava-se, ainda, inclinando-se uns à união com Portugal, outros à independência. É necessário ter-se em conta o jogo desencontrado destes três elementos, para explicar para o diante muitos fatos e o como umas vezes se apoiavam de um modo e outras de outro. De modo que estavam verdadeiramente em jogo cinco partidos. Quando o príncipe parecia de acordo com as Côrtes, apoiavam-no os próprios democratas unionistas, e se lhe opunham alguns monarquistas independentes. E, vice-versa, a harmonia de sentimentos em favor da Independência veio depois a fazer militar muitos ultrademocratas ao lado de ultramonarquistas; ou vice-versa, quando um novo elemento, o da ambição, ou os instintos da vingança por ela se não haver realizado, converteram monarquistas em demagogos.*

da transformação do Brasil em Reino Unido, a relação ambígua entre as Províncias não se colocava como questão existencial, salvo em situações específicas (como na revolta de 1817), pois o centro do Poder legítimo encontrava-se no Rio de Janeiro. A situação mudou com a Revolução do Porto e com toda a discussão sobre como reorganizar o Império português. Esse será o momento da multiplicidade de projetos – e de disputa sobre quem exerce o poder legítimo – em seu estado mais puro, que recai na emancipação e na guerra.

A ideia da divisão entre Norte-Nordeste e Centro-Sul, ou entre Norte e Sul, poderia dizer respeito, assim, à distinção da vivência histórica dessas duas áreas. O “Norte” brasileiro sempre se manteve como território administrado à distância, colônia ou parte do Reino, ao passo que Rio de Janeiro e, porque não dizer, Lisboa, experimentaram versões de centro e de periferia. Enquanto as duas capitais passaram a disputar a primazia política sobre o Reino do Brasil (conflito que degradingola em um “casus belli”), o Norte-Nordeste teve de lidar com uma situação mais complexa, reagindo às suas tradicionais ligações com esses dois polos, ademais de sua própria reflexão sobre a questão da autonomia ou independência.

Talvez seja possível, por essa razão, sugerir que o Norte-Nordeste esteve em situação mais parecida com as colônias espanholas nas Américas em seu processo de independência, do que com o Centro-Sul brasileiro. Em Portugal, a revolução era liberal, mas – como se verá – também “regeneradora”, que tinha dentre seus elementos o projeto de restabelecimento da primazia política lisboeta. No Brasil, a reação foi ao mesmo tempo liberal e conservadora, centralista (Dom Pedro) e descentralizadora (setores fluminenses, pernambucanos...).

É interessante notar como as ideias liberais da Revolução do Porto se espalham com grande facilidade no Norte-Nordeste e engendram diferentes ideias de autonomia-independência, da vinculação às Cortes lisboetas (até determinação militar do Rio de Janeiro), dos projetos autonomistas aderentes a D. Pedro, até a ideais republicanos. Algo semelhante, possivelmente, com o que se passou na América Espanhola, com elementos de desagregação em razão da indefinição de um projeto comum. A união, no caso brasileiro, teve muitos fatores, mas centrais foram a presença de D. Pedro (e da legitimidade “real” que trazia) e o uso da força política e militar, que ele adquiriu ao longo do período 1822-1823.

Nesse contexto, aos múltiplos elementos de diferença, um dado político marcava a União: como apontam Jancó e Pimenta²¹⁸, portugueses de todas as espécies, já se vendo como brasileiros ou não, tinham na coroa portuguesa o elemento de unificação. Juridicamente o Brasil era uma unidade, algo que alguns círculos do Centro-Sul tomavam como base de seu planejamento. As províncias tinham resistências, e gostavam da autonomia.

É preciso reiterar, então, que a questão que se colocou em 1822, na verdade, era quem representava, no Brasil, essa união real. Lisboa e Rio de Janeiro haviam sido capital e não queriam deixar de sê-lo. Em torno dessa disputa o Império português mergulhou numa guerra civil de moldes bem “tradicional”, impulsionada pela disputa entre dois grupos políticos pela primazia do poder em um território, com membros das elites e do povo tomando partido para os dois lados.

O Norte-Nordeste precisou definir posição quanto à alternativa que se configurou, tornando-se o território da disputa. Cada Província foi, ao fim e ao cabo, terreno para uma luta entre dois pólos de Poder, que se disputavam em torno dos projetos políticos que se discutiam nas Cortes ou que se desenvolviam em reação a essas. Cada uma, em dado momento, tomou ou foi obrigada a tomar partido. E a que pendia para um deles só poderia ser retomada pelo outro com firme negociação, com a força militar ou com ambas.

Grande parte do Norte brasileiro pendeu para Lisboa, em razão do histórico que pesava sobre ela, sobre sua posição nas terras brasileiras, sobre sua relação com Lisboa e com o Rio de Janeiro. Setores importantes do Norte continuaram a ver as Cortes em sua faceta liberal, ao contrário dos gritos de “recolonização” propagandeados no Sul, ao mesmo tempo em que mantinham antigas desconfianças com relação ao Rio de Janeiro, coletor de impostos e centro da Monarquia absolutista entre 1808 e 1821. Mesmo após a unificação em torno de Dom Pedro I, muitas desconfianças subsistiram, marcando o longo processo de consolidação da identidade brasileira.

²¹⁸ 2000, p. 137.

III –A CONSTITUINTE LUSO-BRASILEIRA

Oficialmente denominada “Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes”, a Constituinte de 1821-1822 foi o centro do debate político português, aglutinando projetos e interesses diversos que, em dado momento, entraram em choque no que disse respeito ao Reino do Brasil e levaram ao conflito político-militar que se tornou o motivo imediato da emancipação brasileira. O exercício constituinte de 1821-1822 foi, ao mesmo tempo, um momento de esperança para os grupos que simpatizavam com os projetos liberais – o projeto de elaboração de Constituição, nos moldes das idéias que circulavam no Ocidente pós-Napoleônico – e marco de processo de distanciamento entre tendências que acabaram aos poucos se orientando em direção a dois polos, o Rio de Janeiro e Lisboa.

Esse conflito envolveu, principalmente, a disputa pela liderança política no interior do Império, particularmente na organização do Reino do Brasil e do próprio centro do poder português. A Independência do Brasil relacionou-se, assim, à “disputa, entre portugueses e brasileiros, pela hegemonia no interior do vasto império luso-brasileiro”²¹⁹. Os dois lados que se formaram na contenta procuraram demonstrar sua legitimidade política perante o outro, o que se deu em discussões técnicas constitucionais, em debates ideológicos e na difusão da propaganda política. Para o estudo desses elementos, após relato do processo de estabelecimento e dos trabalhos das Cortes, utiliza-se como base a trinca conceitual REGENERAÇÃO-REBELIÃO-RECOLONIZAÇÃO.

O presente capítulo avaliará a significação, desenvolvimentos políticos e impactos das Cortes Gerais. Estará concentrado nos trabalhos desta e no conflito entre o Rio de Janeiro e Lisboa, no “casus belli” da Independência. Os impactos desse conflito sobre o Reino do Brasil e o processo que levou à Independência serão tratados no Capítulo seguinte.

²¹⁹ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “O Império Luso-Brasileiro redefinido: o debate político da Independência (1820-1822). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 387, abril-junho de 1995. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 04/12/2013). P. 306

1) A CONVOCAÇÃO DAS CORTES GERAIS

As Cortes portuguesas foram convocadas após a Revolução do Porto de 24 de agosto de 1820. O “vintismo”, como ficou conhecido o movimento liberal que surgiu no Porto, não chegou a constituir algo uniforme. Ainda assim, espalhou-se pelos territórios europeus e americanos do Reino de Portugal. Inspirados no modelo francês²²⁰, os revolucionários mostravam-se inicialmente moderados, proclamando a “liberdade regrada pelas leis”, a introdução de reformas guiadas “pela razão e pela justiça” e a criação de um governo provisório que chamasse Cortes para fazerem uma Constituição capaz de assegurar “os direitos dos portugueses”. “Não renegam, antes perfilam, a religião católica e a monarquia”²²¹.

O movimento contagiou Portugal rapidamente e estabeleceu, com sua chegada em Lisboa, em 1º de outubro de 1820, uma “Junta Provisional do Governo Supremo do Reino”. Esse órgão foi o impulsionador das reformas, com claro corte liberal, e diretamente relacionado ao estabelecimento de processo constituinte. O movimento por trás da Junta se movia por solução pacífica e propunha o estabelecimento de “órgão da Nação” (as Cortes) que, diferentemente das Cortes tradicionais, “deveriam expressar a soberania da nação e redigir uma Constituição elaborada pelos deputados eleitos”²²². Em 10 de novembro de 1820 foi publicada a lei eleitoral (emendada em 22 de novembro de 1820), que estabeleceu, conforme sua inspiração na legislação espanhola, o sufrágio universal, com Deputados eleitos a cada 30 mil habitantes. As eleições foram realizadas em 10 de dezembro de 1820 e as Cortes Gerais instaladas poucas semanas depois, em 26 de janeiro de 1821²²³.

Observa-se desde os primeiros momentos do vintismo a clara intenção de convocar um Poder Constituinte. Desde o início do século XVII, a palavra constituição

²²⁰ “E a dignidade e a regeneração prefiguram-na à luz de um modelo importado de matriz francesa, não muito claro, susceptível de substituir o absolutismo vigente, no qual o imperante, além de se dizer soberano das riquezas dos seus vassallos, defensor da justiça e distribuidor das mercês, exercia o poder amparado no procônsul inglês Beresford, cujo mando impiedoso estimulava a xenofobia e o patriotismo”. In: RAMOS, Luís A. de Oliveira. *A Revolução de 1820 e a Revolução Francesa*. 1985. In: www.ler.letras.up.pt (Acesso em 25/04/2012). P. 132.

²²¹ Ramos, 1985, p. 131.

²²² Berbel, 2008, p. 228.

²²³ In: SOBRINHO, Antonio de Araújo de Aragão Bulcão. “A Bahia nas Côrtes de Lisboa de 1821”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol 226, janeiro-março de 1955. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 15/12/2013). P. 232. SOBRINHO também lista, na p. 234, os nomes de todos os Deputados brasileiros eleitos para as Cortes, muitos dos quais não chegaram a estar presentes nas discussões em Lisboa.

já estava presente no ideário luso-brasileiro, registrada como “um estatuto, uma regra, na perspectiva de um ordenamento político, pautado na prática do direito consuetudinário, corporificadas na antiga constituição”²²⁴. “Constituições” era termo utilizado nos meios eclesiásticos “para designar conjunto de leis, preceitos e disposições que regulavam uma instituição como seu estatuto orgânico”²²⁵.

O movimento vintista trouxe em seu ideário a ruptura dessa antiga concepção constitucional. Esse objetivo encontrou, naquele momento, limites e contradições, como no próprio termo das “Cortes” que seriam convocadas. Falava-se em novas, em “diferentes” Cortes, mas a imagem do órgão do antigo regime ainda estava lá. Eram contradições de um período de transformação, que nem por isso deixava de ter consciência da ruptura vintista e da opção constitucionalista. Uma transição entre o antigo e o novo, inédito, o que “fez com que em muitas situações prevalecessem soluções arcaizantes, em outras, tipicamente modernas e também de compromisso”²²⁶.

Outro dado fundamental para o período foi a inspiração direta que o vintismo sofreu do processo constitucional que ocorria na vizinha Espanha e da Constituição de Cádiz, de 1812. Não se tratou, contudo, de mera cópia do processo espanhol²²⁷. As circunstâncias, especialmente a relação entre os grupos de representantes portugueses da Europa e das Américas, eram diferentes e foram refletidas no processo português. As regras eleitorais, por exemplo, foram inicialmente estabelecidas apenas para o lado europeu. Ainda assim, as instruções da Junta Provisória estabeleciam como base da representação nacional a igualdade em ambos os hemisférios, sendo que a proporcionalidade passava a ser o total de indivíduos da Nação²²⁸.

Consolidada em Portugal, a revolução em pouco se espalhou para as províncias brasileiras. O movimento, entretanto, manteve uma dinâmica distinta entre as duas macro-regiões brasileiras, com a primeira adesão ocorrida no Pará (em 1º de janeiro de 1821), espraiando-se para a Bahia (em 10 de fevereiro 1821) – ponto estratégico da revolução – e para o resto do Brasil, chegando ao Rio de Janeiro. O vintismo foi

²²⁴ In: Lúcia Bastos Pereira das Neves, 2009, 184.

²²⁵ Idem, p. 184.

²²⁶ Ainda segundo o autor, “nem todas as sociedades em que se deu algum tipo de revolução eram integralmente revolucionárias, e nem todos os revolucionários pautavam-se pelo mesmo ideário. In: WEHLING, Arno. “Constitucionalismo e engenharia social no contexto da independência”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 150 (363), abril-junho de 1989. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 25/11/2013). P. 192.

²²⁷ O movimento português “avançou propostas originais, sempre elaboradas diante da experiência anterior e paralela, verificada cotidianamente nos domínios vizinhos e, no que se refere à América, diante da crescente desagregação do Império espanhol”. Berbel, 2008, p. 225.

²²⁸ Berbel, idem, p. 231.

particularmente atrativo para as populações do Norte-Nordeste. Como visto acima, essa região mantinha laços relativamente mais próximos com Lisboa, retomados ao fim das guerras napoleônicas, e reclamava da centralização política e das cobranças de impostos exigidos do Rio de Janeiro. Muitos no Norte-Nordeste também compartilhavam a antipatia com relação à abertura dos Portos, principalmente ao comércio inglês. Por impostos ou pelo comércio aberto, esses grupos se aproximavam no impulso pela mudança, tendo a volta da Corte para Lisboa um elemento importante, como se verá abaixo.

O Rio de Janeiro fora alertado da conjuntura sensível de Portugal mesmo antes da chegada das notícias do movimento do Porto²²⁹. Já havia preocupações anteriores com o estado político de Portugal²³⁰, como exemplifica parecer de Tomás Antônio de Villanova Portugal, de 6 de junho de 1820, no qual estimava que o Rei “se ache em huma crise arriscada”²³¹.

Também a Coroa britânica, implicada na política interna do território europeu de Portugal e que mantinha o Marechal Beresford como chefe do Exército em Portugal (e efetivo governante em Lisboa), se preocupava com a fragilidade política portuguesa. O Chanceler do Reino Unido, Visconde Castlereach enviou ofício, em 5 de maio de 1820, ao representante diplomático britânico no Rio de Janeiro, Edward Norton, comentando-lhe a precária situação política no Portugal europeu, ligada ao fato de “uma nação acostumada em se ver a sede do Império”, e que colocava os “interesses” de D. João VI “no mais sério perigo”²³². Castlereach determinou ao diplomata britânico que evitasse levantar o assunto antes da chegada do Duque de Palmella ao Rio de Janeiro, mas indicava que as obrigações dos tratados bilaterais não permitiam que a Coroa britânica “ficasse em silêncio”.

²²⁹ Segundo Varnhagen, “não tomou de sobressalto a notícia da revolução a el-rei nem aos ministros, mas sim a ideia da regência de pactuar com a revolução, convocando, por conselho de Palmela, as Côrtes, sem ter para isso autorização. 1957, p. 20.

²³⁰ Vide, por exemplo, a “Carta de um fiel vassalo a El Rei D. João VI, relatando o estado do Reino de Portugal sob o governo regencial e pedindo a volta de S. M.”. In: *Documentos para a História da Independência*. 1923, p. 5.

²³¹ “(...) porque estando todas as Nações inquietas; he muito possível que Portugal se inquiete também”. Tomás Antônio se mostra particularmente preocupado com o “contágio” de Portugal com o que se passava na Espanha. In: “Revolução Liberal Portuguesa. Parecer de Thomas Antonio de Villanova Portugal sobre os meios de tolher seu desenvolvimento” In: *Documentos para a História da Independência*. 1923, p. 145.

²³² Ofício do Visconde Castlereach a Edward Norton, em 5 de maio de 1820. Arquivo diplomático do Foreign and Commonwealth Office, F.O. 63/227. In: WEBSTER, C. K. (Ed). *Britain and the Independence of Latin America (1812-1830)*. Select documents from the Foreign Office Archives. Vol. I. London: Oxford University Press, 1938. P. 196.

O objetivo da Coroa britânica era de que membro da família Real, preferencialmente D. Pedro, fosse enviado a Portugal, para administrar a situação. Nesse projeto, os britânicos estariam intimamente associados a Palmella²³³. Encontrariam resistência, no entanto, na própria figura de D. João VI, preocupado com a manutenção de sua autoridade e desconfiado das intenções do filho. Em respostas de 31 de maio e 25 de outubro de 1820, Edward Norton confirmou essa resistência do Rei. Na segunda missiva, sobre a situação em Portugal e a necessidade de reverter o movimento com o envio do Príncipe, Norton relatou a preocupação de D. João VI: “e se o povo o aclamar (Rei) quando ele chegar lá?” (medo de que fosse acusado de trair sua palavra, de que voltaria para Lisboa quando a paz voltasse)²³⁴.

As preocupações de autoridades portuguesas e britânicas foram reforçadas pela presença do Marechal Beresford no Rio de Janeiro. O militar viajara à Corte exatamente para solicitar mais poderes, em meio às insatisfações dos metropolitanos com a conjuntura portuguesa, governada por um oficial estrangeiro. A ausência de Beresford de Lisboa, na visão de Varnhagen, facilitou “o aliciamento dos principais chefes das tropas do Minho”²³⁵.

A notícia da Revolução do Porto em si chegou ao Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1820, já com a informação do sucesso do movimento em Lisboa e a capitulação da Junta do Governo de Portugal, esta “por sua parte com as ideias em voga e convocando as antigas Côrtes da monarquia”²³⁶. D. João VI e seus Ministros realizaram, no início de setembro de 1820, série de consultas²³⁷ sobre o evento, buscando estabelecer uma estratégia para lidar com o vintismo.

Desde os primeiros encontros, Ministros e Conselheiros de D. João VI tenderam a concordar com a necessidade de confirmar a convocação das Cortes, mesmo que essa medida fosse considerada ilegal por alguns (a convocação devia ser feita pelo Rei). Houve apoio a que D. João promettesse seguir para Portugal ou enviar membro da família real, a fim de acompanhar o novo processo político. O Rei continuou a resistir ao envio de D. Pedro, mas, em 28 de outubro de 1820, emitiu Carta Régia autorizando a convocação das Cortes²³⁸.

²³³ Como sugerem as correspondências diplomáticas britânicas. In: Webster, 1938, p. 206.

²³⁴ Ofícios de Edward Norton a Castlereach, F.O 63/227 e 63.229. Webster, 1938, p. 203.

²³⁵ Varnhagen, 1957, p. 20.

²³⁶ Varnhagen, 1957, p. 20.

²³⁷ Varnhagen registra ofícios já em 02/09/1820 e em 10/09/1820. 1957, p. 20.

²³⁸ No documento, D. João também sublinha o tema da igualdade entre os Reinos: “Assegurando aos meus vassallos do Reino de Portugal e Algarves, que, concluídos êsses trabalhos, de forma que satisfaçam

Durante todo o período entre novembro de 1820 e fevereiro de 1821 continuaram no Governo as discussões sobre como lidar com o movimento²³⁹. Os partidos se dividiam entre a resistência à convocação das Cortes, ainda tidas como ilegalmente constituídas, e a estratégia de cooptá-las, com o Rei assumindo a liderança do movimento constitucional, administrando-o de acordo com os interesses da Coroa. A ida a Portugal do Rei ou do Príncipe regente era parte essencial dessa estratégia de controle e desde o primeiro momento se estabeleceu, apesar das resistências de D. João VI, que membro da Coroa, se não o Rei, estaria presente em Lisboa. Essa presença real, cabe frisar, havia sido prevista pela própria Carta Régia de 1815, quando da elevação do Brasil a Reino Unido.

Palmella foi um dos principais defensores de que D. João VI assumisse liderança das reformas, limitando os efeitos do movimento em Portugal. Chegando ao Rio de Janeiro em 23 de dezembro de 1820, após ser testemunha²⁴⁰ e agente do que se passara em Lisboa (tendo sido inclusive um dos inspiradores da ideia de Convocação das Cortes²⁴¹), o recém-nomeado Ministro defendeu que a Revolução do Porto mostrava a

ás minhas parternais vistas, com a dignidade devida, terão na Europa para os governar a minha real pessoa, ou um de meus filhos ou descendentes, assim como também outro no Brasil, para a consolidação da união e vantagens recíprocas do reino unido, que mutuamente se aumenta e se defende”. In: Varnhagen, 1957, p. 22.

²³⁹ Varnhagen detalha muitas dessas discussões no seu primeiro capítulo da História da Independência do Brasil. Também há importante coleção de documentos sobre o período na coletânea *Documentos para a História da Independência, 1923*.

²⁴⁰ Em carta ao Presidente da Junta Provisional de Lisboa, Palmella frisa que “não sendo provável que outra qualquer pessoa possa informar El-rei tão detalhadamente e tão exatamente como eu, do que aconteceu entre nós, e do estado em que se acham actualmente as cousas”. In: PALMELLA, Duque de. *Despachos e Correspondência do Duque de Palmella*. Tomo Primeiro: desde 9 de abril de 1817 a 25 de janeiro de 1825. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851. In: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, http://books.google.fr/books?id=IMDAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:06tseqmN7Fw6IvTc7gD8bO&hl=pt-PT&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false (último acesso em 06/01/2014). P. 140.

²⁴¹ Segundo Palmella, “avaliando comtudo a disposição dos ânimos n’este Reino, e atenta a urgência das circunstancias, abalancei-me, quando os Membros da Regencia me consultaram, a aconselhar como único expediente exequível a immediata convocação dos Tres Estados do Reino. D’este meu voto existem ainda algumas, posto que poucas, testemunhas, que assistiram na reunião convocada pela Regencia no 1º de Setembro em casa do Cardeal Patriarcha, onde eu mesmo dictei a Proclamação que n’esse dia saú a luz”. In: Palmella, 1851, p. “X”.

urgência de medidas para melhorar a situação no Reino²⁴², devendo o Rei tomar as rédeas do movimento²⁴³, limitando os efeitos do vintismo na política portuguesa.

Na visão do Duque, era necessário que “Portugal viesse a gosar de uma liberdade moderada sob a fôrma da Monarchia Representativa, com um Codigo constitucional outhorgado pelo Soberano, e não conquistado pela insurreição”. Essa ideia da monarquia constitucional, outorgada pelo Rei, foi a base de toda a reflexão do Ministro de D. João VI, que reiteradas vezes lhe escreveu aconselhando medidas rápidas para conter o movimento do Porto²⁴⁴. Para garantir a execução do projeto, estimava Palmella necessária a presença em Lisboa de membro da família real, o próprio soberano ou seu herdeiro, D. Pedro²⁴⁵. É interessante observar que a relação entre os Reinos de Portugal e Brasil, na visão de Palmella, era distinta do “unitarismo” presente nas Cortes de Lisboa: o Ministro propunha a reunião de representantes do Reino do Brasil na Corte do Rio de Janeiro, a fim de deliberar sobre reformas²⁴⁶.

²⁴² “Senhor, a revolução não é na minha opinião o resultado de causas peculiares á Nação portuguesa. As queixas que têm chegado ao meu conhecimento sobre a administração da justiça, ou da fazenda, ou a triteza ocasionada pela prolongada ausência de V.M. contribuem para excitar entre os povos algum descontentamento, mas este nunca teria chegado a desenvolver-se, nem a produzir os efeitos que desgraçadamente presenciamos, se os portugueses não tivessem sido excitados pelo exemplo dos hespanhores, pela tendência geral de todas as Nações da Europa para a fôrma de Governo Representativo, e emfim pela conspiração universal que existe contra os antigos Governos, e pela espécie de exaltação que se apoderou de quase toda a geração actual”. 1851, p. 144

²⁴³ Escrevendo a D. João VI em 02/01/1821, afirma o Duque que: “Porém, Senhor, os factos que presenciei desgraçadamente em Portugal, e a idéa que formei do estado da opinião publica na ilha da Madeira, na Bahia e n’esta própria capital, me obrigam a declarar positivamente a V. M., que não há nem um só instante a perder para adoptar medidas firmes, decisivas, análogas ao espirito do tempo quanto fôr compatível com a honra e segurança do Throno”. Idem, p. 142

²⁴⁴ Em 05/01/1821, Palmella envia parecer sobre a necessidade de D. João VI assumir a mudança constitucional. Um de seus argumentos é o seguinte: “reproduzirei aqui o paralelo que lhe apresentei entre a sorte d’El-Rei de França e a do Sr. D. Fernando VII. O primeiro com a concessão de uma Carta Constitucional limitada conseguiu até agora manter em França a tranquillidade, aplacar os partidos, conciliar os ânimos, satisfazer ao mesmo tempo os interesses revolucionários e os da antiga nobreza, emfim conter os progressos da democracia, dificuldades que pareciam quase insuperáveis em 1814, época da sua restauração. O segundo com um systema diametralmente oposto, com uma politica sempre vacilante, com a desconfiança em que poz a todos os seus vassallos, excitou nos seus estados uma geral reacção a favor da Constituição democrática que os mesmos hespanhoes d’antes aborreciam e acabou por se ver obrigado a aceitar submissamente e sem restricções aquella mesma Constituição que é oposta ás baes fundamentais do systema monarchico. Idem, p. 145.

²⁴⁵ “Finalmente, acrescentaria V.M. que o seu Augusto Filho e sucessor da Corôa iria com a maior brevidade a Lisboa presidir ás Côrtes, sancionar em seu Real Nome a Constituição, cujas bases eram concedidas por V. M., e consolar aquelles povos da prolongação, necessária por agora, da ausência de V.M”. Idem, p. 147.

²⁴⁶ A isto conviria acrescentar que para prova da sinceridade dos desejos de V.M., e para que os seus vassallos do Brasil e dos demais Dominios ultramarinos não deixassem de gosar de todas aquellas vantagens concedidas aos portuguezes, que fossem compatíveis com a sua diferente situação, V.M. passava imediatamente ordem aos Governadores do Brasil e demais capitánias, para que nomeassem um certo numero de indivíduos conspícuos pela sua representação, ou conhecimentos, a fim de se reunirem em tal época na Côte do Rio de Janeiro, e serem por V.M. consultados sobre os melhoramentos que fossem susceptíveis as instituições e administração do Reino do Brasil e das Colonias. Idem, p. 147.

Havia, logicamente, aqueles que resistiam às ideias apresentadas por Palmella. Tomás Antônio Vila Nova Portugal manteve longa correspondência particular com D. João VI²⁴⁷. Em uma de suas cartas (datada de 6 de janeiro de 1821)²⁴⁸, reagiu ao parecer do Conde de Palmella, de datado do dia anterior, sobre a importância do Rei liderar a promulgação da Constituição. Para Vila Nova Portugal, isso poderia equivaler a uma rendição aos revolucionários, acarretando, com isso, riscos à união de Brasil e Portugal.

Tanto Palmella quanto Tomás Antônio compartilhavam, por outro lado, a preocupação do que se passaria caso a Revolução chegasse às Províncias brasileiras antes de a Corte tomar as rédeas da agenda política. A urgência por medidas, solicitada por Palmella, justificava-se não apenas para conter a revolução em Portugal, mas também para evitar seu espraiamento pelo Brasil²⁴⁹. Em carta a D. João VI, Silvestre Pinheiro, outro Conselheiro do Rei, estimava inevitável que o movimento chegasse ao Brasil. Sua preocupação, nas missivas, não era evitá-lo, mas definir meio como lidar com ele, procurando, dentre outras medidas, apresentar ao Rei como eram distintas as posições sobre como realizar essa reação²⁵⁰.

A relação entre os Reinos de Portugal e Brasil tornou-se, desde o início, objeto de grandes preocupações dos conselheiros de D. João VI. As reflexões voltavam-se particularmente aos meios de se preservar a unidade do Império. Havia, já nesse momento, temores quanto à relação entre os Reinos, dependendo de como se levasse a reestruturação do Estado português²⁵¹. Também se refletia sobre a própria relação

²⁴⁷ Algumas dessas correspondências estão incluídas nos *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 173.

²⁴⁸ 1957, p. 21

²⁴⁹ “Finalmente V.M. não deve perder de vista que se a revolução de Portugal se prolonga, a tranquilidade do Brasil está muito ameaçada (...)”. Idem, p. 143. Em 26/01/1820: “(...) para evitar uma revolução no Brasil é urgentíssimo apagar o incêndio que se ateou em Portugal: a esse fim único a este fim primeiro que tudo, é necessário que se apliquem os disvellos de V.M.: o problema que oferece n’este momento a Monarchia portugeza é perigoso e complicado, mas tudo deve ceder no instante actual á consideração da absoluta necessidade de sufocar a revolução portuguesa, antes que se torne brasileira também”. Palmella, 1851, p. 157.

²⁵⁰ “Si escrevi a V.S., que este despacho me era particularmente agradável nas actuaes circumstancias, é porque ele me proporciona os meios de sahir decorosamente’este paiz e d’esta corte antes daqui se verificar a explosão que há muito se receia, e que agora, depois de feita a revolução em Portugal, é impossível que não realise dentro em muito pouco tempo. E é tanto maior este receio, quanto são desvairados e até diametralmente opostos os muitos pareceres, que depois das noticias chegadas da Europa têm feito subir á presença de Sua Magestade pessoas de todas as classes e todas as gradações, que o mesmo Senhor tem servido de querer ouvir sobre tão importante assumpto”. In: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Cartas sobre a Revolução do Brazil pelo Conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira. In: In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LI, Primeiro Folheto de 1888. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 11/12/2013). P. 239.

²⁵¹ Como já citado anteriormente, afirmava já em 1819 Hipólito José da Costa que “todo o sistema de administração está hoje arranjado por tal maneira que Portugal e o Brasil são dois Estados diversos, mas sujeitos ao mesmo rei; assim, a residência do soberano em um dêles será sempre motivo de sentimento

interna das Províncias, onde também havia elementos de desagregação ou de hostilidade contra o Rio de Janeiro²⁵², o que poderia levar à fratura do Reino. Essa resistência, cabe sempre ressaltar, não significava um sentimento anti-brasileiro; o Rio de Janeiro, nesse momento, além de ser o centro de coleta de impostos, representava o Antigo Regime.

Nesse sentido, as decisões de D. João VI, publicadas no período, realçavam a necessidade de se adaptar as medidas à realidade brasileira, tal como no decreto de 23 de fevereiro de 1821, que enviava o Príncipe Real a Lisboa. O texto falava em convocação de “outras Côrtes no Rei de Janeiro”, o que, segundo Varnhagen, significava o estabelecimento de “duas constituições e duas capitais, habitadas estas alternativamente pelo soberano e pelo herdeiro da Coroa”²⁵³. Silvestre Pinheiro relata que alguns conselheiros recomendavam o estabelecimento de duas constituintes, uma em Lisboa e outra no Rio de Janeiro²⁵⁴. Interessante observar que foi este o efetivo resultado político no conflito que se estabeleceu posteriormente, a partir de 1822.

Ademais de seus Conselheiros, D. João VI continuava a receber gestões de representantes diplomáticos, especialmente os britânicos, que continuavam a defender o envio de membro da Coroa a Lisboa. As instruções do Visconde de Castelreach ao representante diplomático do Reino Unido no Rio de Janeiro sublinhavam²⁵⁵, inclusive, que D. João não deveria se fiar a “chamada” Santa Aliança para eventual recuperação de Portugal: “eu sempre trabalhei para acordar Seus Ministros (de D. João VI) para avaliação justa sobre o caráter ilusório daquela Liga como recurso”. O Chanceler britânico também indicava que os tratados com o Reino Unido não se aplicariam, por se tratar de tema interno de Portugal. A despesa era exclusiva do Rei, o que mostra que a Coroa britânica mantinha-se atenta aos desenvolvimentos em Portugal e à proteção de seus interesses, mas não dirigia ou determinava o processo.

para o outro, a não se fazer mais alguma coisa. Nestes termos, a mudança do eel-rei para a Europa trará consigo a mudança do lugar dos queixosos, mas não remédio dos males. In: Varnhagen, 1957, p. 28. “Mas, depois das ocorrências da Bahia, principalmente, no plano do novo regime era perigoso, e ameaçava o fracionamento do Brasil

²⁵² “Mas, depois das ocorrências da Bahia, principalmente, no plano do novo regime era perigoso, e ameaçava o fracionamento do Brasil, confederando-se a Portugal algumas províncias, para entrarem no gôzo de mais direitos constitucionais do que os que lhe eram oferecidos por Tomás Antônio. Varnhagen, 1957, p. 40.

²⁵³ 1957, p. 39.

²⁵⁴ “Entretanto que outros concordando em sua Sua Alteza Real é, que deve ir presidir aos trabalhos do Congresso Nacional, são de parecer, que pela sua parte um congresso particular do Brazil, debaixo da immediata direção de Sua Magestade, formalize uma constituição, que lhe seja apropriada, bem que conforme aos princípios que servirem de base ás instruções que Sua Alteza Real houver de levar para de acordo dirigir os trabalhos das côrtes geraes da monarchia em Lisbôa”. PINHEIRO, Silvestre. “Cartas sobre a Revolução do Brazil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LI, 1º Folheto de 1888. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013). P. 239.

²⁵⁵ F.O. 63/227, ofício de 15 de novembro de 1820. In: Webster, 1938, p. 203.

Sobre as constituintes em Lisboa e no Rio de Janeiro, tema tratado pelos Conselheiros do Rei, o representante diplomático britânico no Rio de Janeiro, concordava, em 14 de março de 1821²⁵⁶, com a avaliação da necessidade de duas constituintes, uma para Portugal, outra para o Brasil. Em sua avaliação, a partir da capital carioca, a revolução ainda era essencialmente portuguesa, com pouca influência sobre a população em geral. Mas alertava para o caráter de retorno da supremacia de Portugal no Reino, o que seria ruim para a união: já haviam sido detidos dois sujeitos que mencionavam a Independência. Mas ainda não era aquele processo liderado por D. Pedro.

Ainda no primeiro momento da Revolução do Porto, uma das maiores preocupações dos conselheiros de D. João foi com a possível chegada da revolta à Bahia. Em novembro de 1820 começaram a circular notícias sobre riscos de manifestação de parte da tropa aquartelada em Salvador²⁵⁷. Chegou-se, nesse contexto, a preparar o envio do Conde de Vila Flor à Bahia, ainda que essa decisão tenha sofrido a resistência do Conde dos Arcos. Para Tomás Antônio, o envio de Vila Flor deveria ser decidido em conjunto com outras ações de contenção da tropa e de reforço da economia local.

A Bahia, como visto no Capítulo anterior, era ponto estratégico do Brasil por sua posição geográfica, econômica e política, mesmo com o Rio de Janeiro como capital do Reino. Os assessores do Rei temiam que um triunfo do movimento na Bahia redundaria em todo o Nordeste influenciado pelo vintismo²⁵⁸. Vê-se, nessa preocupação, o papel que exercia a Bahia na política do Reino.

As ideias desenvolvidas pela Corte em reação à Revolução do Porto, são particularmente importantes, desse modo, para se compreender os objetivos posteriormente desenvolvidos por D. Pedro. Temas como a preservação da unidade brasileira, a relação com o Parlamento em Lisboa, ou a convocação de Cortes também no Brasil foram muito debatidos entre D. João e seus conselheiros, incluindo o próprio

²⁵⁶ F.O. 63/227, ofício de 14 de março de 1820. In: Webster, 1938, p. 204.

²⁵⁷ In: Varnhagen, 1957, p. 23.

²⁵⁸ Segundo Tomás Antônio, em parecer ao Rei: “torno a restituir à real presença de V.M. os papéis que me fez a honra de mandar com o voto do Conde dos Arcos. Éle nada diz de razões: diz que não, porque entende que não, e contenta-se com impugnar. Portanto, o que V.M. tem decidido, de ir o Conde de Vila Flor é muito justo e acertado; e, se o não fizer, expõe-se a perder a Bahia e principiar a revolução no Brasil. É conhecida de V.M. a manobra da Bahia; todo mundo conhece e teme, e pergunta porque não se dá providência. Precisa, pois, dar as providências já ponderadas, - e não perder tempo, porque eles não o perdem, e ainda não há notícias do batalhão 12”. In: Varnhagen, 1957, p. 24.

D. Pedro²⁵⁹, que nesse momento passou a opinar sobre os temas do Reino²⁶⁰. Pode-se estimar que esses debates muito influenciaram as percepções do futuro Imperador, mesmo que ele mantivesse, ao contrário de seu pai, ideais liberais que o aproximavam dos grupos que demandavam uma Constituição portuguesa. Foi acompanhado, como se verá abaixo, por outros grupos também herdeiros de algumas tradições dos conselheiros “esclarecidos” do Rei, especialmente na tradição de homens como D. Rodrigo de Souza Coutinho, como mencionado no capítulo anterior, sobre a geração de 1790.

O tempo da revolução andava mais rápido, porém, que as considerações – e vacilações – de D. João VI e de seus Conselheiros. Em 1º de janeiro de 1820, o Pará declarou sua adesão às Cortes²⁶¹. Pouco mais de um mês depois, foi a vez da Bahia. O movimento baiano registrou, já no seu início, a violência que marcaria todo o processo político da época. O processo revolucionário iniciou-se na Bahia em 10 de fevereiro de 1821, promovido por Cipriano Barata²⁶² e alguns militares²⁶³, que mobilizaram suas tropas e marcharam para a Praça do Palácio, dando vivas à Constituição e às Cortes. Soldados fiéis ao Governo, liderados pelo Governador de Armas, Felisberto Caldeira, ensaiaram resistência e entraram em breve combate com os revoltosos, o que resultou na morte de dez soldados legalistas (dentre eles o comandante da tropa, Major Hermógenes) e de alguns civis, ademais de cerca de 20 feridos graves²⁶⁴.

Vencidas as resistências, o Governador, Conde da Palma, e Caldeira Brant partiram para o Rio de Janeiro. Proclamou-se a Constituição na Câmara de Salvador, providenciando-se, em 12 de fevereiro de 1821, ofício dirigido a D. João VI sobre a adesão da Bahia ao movimento do Porto. O teor do documento apresentava, desde o

²⁵⁹ Parecer de Villanova Portugal. In: Documentos para a História da Independência, 1923, p. 184.

²⁶⁰ Consultado por D. João sobre Decreto contendo as bases da Constituição que se elaboraria em Lisboa, em 22/02/1821, D. Pedro avalia: “Senhor – Lei nenhuma terá vigor, sem ser proposta pelo rei, em Córtes, as quais devem ser consultivas, quero dizer, terem o direito de discutir a proposta real, a qual, decidida pela pluralidade de votos, será sancionada pelo rei. (...) Mandar as bases da Constituição, é reconhecer a convocação destas Córtes; reconhecida aí, está reconhecido o governo, e é indecoroso a V. Majestade. O reconhecimento é uma vergonha certa, e ser ou não ser admitida uma probabilidade é incerto; portanto, neste caso, o melhor é ir pelo incerto do que não pelo certo. – Pedro”. In Varnhagen, 1957, p. 37.

²⁶¹ João Francisco de Madureira Pará publicou, em 1822, longa memória sobre os acontecimentos de 1º/01/1821. Seguindo o tom liberal da época, o autor acusa “a tirania dos opressores da minha Pátria”. In: PARÁ, João Francisco de Madureira. “O Despotismo Desmascarado ou a Verdade Denodada. Decidido ao Memorável dia 1º de janeiro de 1821, em que a Província do Grão-Pará deo princípio à Regeneração do Brasil oferecido ao Soberano Congresso da Nação Portuguesa. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822. In: http://books.google.fr/books/about/O_despotismo_desmascarado_ou_A_verdade_d.html?id=ICk0AQAIAAJ&redir_esc=y. (acesso em 08/01/2016). P. 10.

²⁶² Idem, p. 65.

²⁶³ Varnhagen cita como líderes, os três comandantes dos corpos de linha, Manuel Pedro de Freitas Guimarães, Francisco José Pereira e Francisco de Paula Oliveira. 1957, p. 260.

²⁶⁴ Anotação feita por Rio Branco no livro de Varnhagen, 1957, p. 260.

início, proximidade ideológica com Lisboa, que o distanciava das soluções que vinham sendo cogitadas no Rio de Janeiro, especialmente aquela de dois congressos para Portugal e Brasil²⁶⁵. Partiram também comunicações a Lisboa, informando da adesão e solicitando tropas para garantirem a segurança do movimento²⁶⁶. Como se observa, a situação política na Bahia não era, nem se tornou posteriormente, mera oposição brasileiros x portugueses. Era mais complexa e exigia, a todo o tempo, a utilização de tropas.

A notícia da vitória do vintismo na Bahia foi recebida no Rio de Janeiro antes das informações sobre o Pará²⁶⁷ e causou forte impacto. O Rei e seus conselheiros continuavam a discutir medidas relacionadas à Revolução, principalmente o retorno da Corte – ou de parte dela – à Portugal. Até então, a tendência era o envio de D. Pedro, conforme as considerações de Palmella e de Tomás Antônio²⁶⁸. Em reunião de emergência do conselho do Rei, Palmella insistiu na publicação urgente das bases da Constituição que se faria em Portugal, como medida antecipatória de possíveis revoltas na Capital e reação às notícias da Bahia. Foram assim emitidos de Decretos em 18 e 23 de fevereiro de 1821²⁶⁹, o primeiro sobre a convocação de procuradores das cidades e vilas do Brasil. Seu impacto foi restrito, haja vista, inclusive, a resistência de D. Pedro às medidas. Quando chegaram na Bahia, antes da notícia do movimento no Rio de Janeiro, esses decretos foram rejeitados, atitude que reforçou a resistência de setores baianos à Coroa²⁷⁰.

Aos poucos, porém, nas casas, nas ruas, na emergente imprensa carioca²⁷¹, os liberais e as tropas começaram agitar-se. O movimento revolucionário estourou no Rio

²⁶⁵ Varnhagen, idem., p. 46.

²⁶⁶ Segundo Oliveira Lima, as Cortes logo responderam ao pedido, “despachando para lá tropas com que a província lograsse resistir à capital, caso esta reagisse. Ainda segundo o autor, que cita Maria Graham, a combinação de tropas de primeira e segunda linhas, de ordenanças e de civis dispostos a combates poderia chegar a 19 mil homens, incluindo os corpos de cidades como Cachoeira, Pirajá, etc. 1997, p. 67.

²⁶⁷ Devido, como apresentado no Capítulo II, à distância e as dificuldades de navegação entre o Norte do Brasil e o Rio de Janeiro.

²⁶⁸ Havia, por outro lado, a questão da ida ou não, com D. Pedro, da Princesa Leopoldina, então grávida. A própria Princesa resistiria à ideia da separação, que tinha como objetivo político manter o herdeiro de D. Pedro em terras brasileiras. O próprio Silvestre Pinheiro resume o debate da época, em carta a D. João em janeiro de 1821: “Mas mesmo entre estes mesmos homens moderados é grande a discrepância dos votos, porque uns aconselham Sua Magestade, que, deixando o Brazil confiado a uma regência, como a que em 1807 ficou encarregada do governo de Portugal, regresse quanto antes a aquelle reino, afim de ali dirigir os progressivos successos da revolução e manter os direitos da sua real corôa: outros são de parecer, que, commettendo este cuidado a Sua Alteza Real o príncipe herdeiro, Sua Magestade (dizem uns) se aplique a impedir, que no Brazil se não faça inováção, emquanto nas côrtes de Portugal se não ultima o edificio da nossa constituição de toda a monarchia”. Silvestre Pinheiro, 1888, p. 239.

²⁶⁹ Concedendo bases para a futura Constituição.

²⁷⁰ Varnhagen, 1957, p. 46.

²⁷¹ O tema da movimentação na imprensa é tratado por Lustosa, 2000.

de Janeiro em 26 de fevereiro de 1821, liderado pelos padres Marcelino José Alves Macamboa e Francisco Romão Gois²⁷², que se colocaram à frente da tropa reunida no Rossio²⁷³. A participação política dos militares apenas terminaria em 1822, quando parte dela aderiu ao Príncipe, parte foi expulsa. Na opinião de Oliveira Lima, Macamboa “desempenhou divinamente o seu papel”²⁷⁴, colocando-se à frente das tropas e do povo na reclamação de que D. João VI jurasse a Constituição que viesse a ser preparada em Lisboa. Reagiu, inclusive, às primeiras tentativas de D. Pedro de remediar a situação, insistindo o Príncipe em evitar uma total vinculação do Brasil à constituinte portuguesa²⁷⁵.

Assumindo maior iniciativa, D. Pedro pôs-se à frente do movimento. Havia uma ambiguidade nessa participação, restando indefinidas as causas de seu ímpeto. Para alguns, como Oliveira Lima, D. Pedro o fez “no interesse imediato e egoísta da sua dinastia e também com a preocupação mais larga de que ele se não tornasse anárquico”²⁷⁶. A ambiguidade do Príncipe, entre seu liberalismo e tendências centralizadoras e realistas, esteve presente em toda sua vida após sua entrada nos negócios do Reino²⁷⁷.

A postura de D. Pedro foi, também, objeto de comentários do representante diplomático britânico, Edward Thorton. Pouco antes de estourar o movimento no Rio de Janeiro, em fins de janeiro de 1821²⁷⁸, Thorton mencionou a resistência do Rei em enviar D. Pedro a Lisboa, em parte em razão das desconfianças do pai em relação ao filho. Thorton dizia que Príncipe havia se portado muito bem até então, “respeitoso e obediente”. Mas estimava que D. Pedro era

jovem, em última instância não-instruído e sem experiência nos negócios, impetuoso e caloroso em seu caráter, buscando ardentemente por ação mais por curiosidade do que sabedoria, e ocupando seu ócio, ao qual está condenado, nas mais violentas e ruidosas diversões.

²⁷² In: Nizza da Silva, 2004, p. 1014.

²⁷³ Segundo Varnhagen, comissão dos revoltosos foi enviada à Quinta de São Cristóvão para “prevenir ao príncipe o que ia suceder, e porventura também para o convidar a vir colocar-se ‘à frente do movimento’”. 1957, p. 44.

²⁷⁴ 1997, p. 79.

²⁷⁵ Idem, p. 79.

²⁷⁶ Oliveira Lima, 1997, p. 78.

²⁷⁷ As atitudes do Príncipe são mais profundamente exploradas nas biografias escritas sobre ele, dentre as quais se pode destacar o trabalho de Isabel Lustosa, *Dom Pedro I: um herói sem nenhum caráter*, op. cit., 2006.

²⁷⁸ F.O. 63/227, ofício de 31 de janeiro de 1821. In: Webster, 1938, p. 205.

Thorton alertava, pouco depois²⁷⁹, para as influências que D. Pedro vinha sofrendo, as quais o fariam caminhar para algo que seria, na visão do diplomata, contra seu interesse, referindo-se aos riscos de desmembramento do Reino.

Com as pressões da tropa e do povo reunidos nas ruas, e por intermédio de D. Pedro²⁸⁰, D. João VI jurou a Constituição em 26 de fevereiro de 1821²⁸¹. O soberano também nomeou novos Ministros e Altos Funcionários. A revolução do Porto chegava ao Rio de Janeiro com o apoio fundamental da tropa.

A partir da adesão da Capital, se sucederam incorporações das demais regiões do Reino, no ritmo em que andavam as comunicações da época, e em meio a crescentes turbulências políticas²⁸², em grande medida motivadas pelo próprio estado confuso que o mundo português entrou com a revolução e o que André Roberto de Arruda Machado chamou de “a quebra da mola real das sociedades”²⁸³, a estrutura que vigorava no Antigo Regime.

Em cada localidade em que se proclamou a adesão à revolução foram formadas Juntas Governativas, cujos moldes não eram muito distintos daqueles que existiram na América Espanhola, e reuniram-se as Câmaras. Esses órgãos se tornaram pontos essenciais dos desenvolvimentos políticos, discutindo propostas, apresentando ideias e, principalmente, debatendo a posição política a se adotar com relação às grandes disputas que foram emergindo no seio do Império português.

O papel das Câmaras locais foi igualmente essencial na política da Independência²⁸⁴, mas não se pode vê-las como uma instituição homogênea, desde cedo

²⁷⁹ Webster, 1938, p. 206.

²⁸⁰ Nizza da Silva registra escrito do próprio D. Pedro sobre sua participação nos eventos de 26/02/1821: “chegou finalmente o grande dia 26 de Fevereiro, em que tive a felicidade de servir de mediano entre meu pai e a nação e de me constituírem regeneradora da pátria”. In: Nizza da Silva, 2004, p. 1015.

²⁸¹ O Decreto de D. João, escrito por D. Pedro, dizia o seguinte: “havendo eu dado todas as providências para ligar a Constituição que se está fazendo em Lisboa com o que é conveniente ao Brasil, e tendo chegado ao meu conhecimento que o maior bem que posso fazer aos meus povos é desde já aproar essa mesma Constituição que ali se está fazendo, e recebe-la no meu reino do Brasil e nos mais domínios da minha coroa. Os meus ministros e secretários de Estado, a quem este vai dirigido, o façam assim constar, expedindo aos tribunais e capitães-gerais as ordens competentes. Palácio do Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1821 (o decreto é emitido em 26/02/1821, mas sai com data de 24/02/1821). In: Varnhagen, 1957, p. 45.

²⁸² Conforme sustenta Varnhagen, “sua sorte ficou desde logo dependente do resultado da grande luta que veio a travar-se entre os governos centrais de Lisboa e do Rio de Janeiro”. 1957, p. 46.

²⁸³ 2006.

²⁸⁴ “No interior e a partir das Câmaras brasileiras, surgiu toda uma dinâmica que ao longo de 1822-1823 investiu a figura real de uma determinada soberania, porque estas declaravam a sua “adesão” a D. Pedro sob a condição de que ele se comprometesse e fizesse uma constituição brasileira. (...) A opção pela Câmara enquanto lugar e canal que expressasse sua adesão a D. Pedro significava, por parte das elites, recorrer às maneiras estabelecidas e cristalizadas de reconhecer e entender o poder local, evitando o surgimento de alguma outra instituição ou modo de representação que dilatassem o sentido da

independentista e com uma identidade nacional clara. Eram tempos fluidos e dizer que muitas dessas Câmaras não apoiaram, em 1821-1822, o projeto encarnado por D. Pedro não significa classificá-las de anti-patrióticas, mesmo por que ainda era controversa a posição de D. Pedro como “patriota” brasileiro.

A adesão da Corte do Rio de Janeiro não redundou, em seu primeiro momento, em decisão efetiva sobre a volta da Corte à Lisboa, mesmo com a chegada, em 7 de março de 1821, de ofício das Cortes (de 15 de janeiro) solicitando o regresso do Rei²⁸⁵. D. João seguia em conferências com seus conselheiros e com o Príncipe, inclusive buscando entender o que se passara e quem eram os responsáveis por aquela nova realidade política²⁸⁶. As decisões eram feitas com informações truncadas, parciais e recebidas com diferenças grandes de tempo, em razão das distâncias. Paralelamente, intensificam-se os debates sobre as próximas medidas políticas em proclamações, jornais, em clubes e na maçonaria.

Após muitas vacilações entre retornar a Portugal ou enviar D. Pedro, também em 7 de março de 1821 foi emitido decreto no qual o Rei decidia sua partida e determinava que o Príncipe Real seria encarregado dos Negócios do Brasil²⁸⁷. No mesmo dia, outros importantes Decretos foram publicados: (i) sobre a Convocação de eleições para as Cortes²⁸⁸ – as Capitâneas, já transformadas em Províncias, recebiam instruções sobre o formato das eleições, num total de 72 Deputados²⁸⁹, dos quais, pode-se antecipar, apenas 46 efetivamente chegaram a Lisboa²⁹⁰; (ii) sobre a tropa brasileira - igualando

legitimidade e, no limite, da liberdade. Em decorrência disto, a Câmara assegurava à elite local a manutenção da sua força e a erigia à condição de um interlocutor capital para os interesses dos grupos de Minas-Rio-São Paulo, capitaneados pela corte carioca”. In: CARVALHO SOUZA, Iara Lis. “A adesão das Câmaras e a figura do imperador”. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, nº 36. São Paulo, 1998. IN: www.scielo.br (acesso em 05/06/2012). P.s. 2 e 3.

²⁸⁵ Varnhagen, 1957, p. 47

²⁸⁶ Alguns conselheiros de D. João atribuíram o movimento a “aventureiros” portugueses, despachados pelas Cortes, para provocar a revolução no Brasil. Referindo-se à essa imagem, afirmou o Deputado Vergueiro, em 22/08/1823, na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro: “O Brasil não aderiu a Portugal por causa desses aventureiros; aderiu porque amava a sua liberdade; e não foi por solicitações de Portugal”.

²⁸⁷ “Decreto de 7 de Março de 1821: Trata do regresso d'El-Rei para Lisboa ficando o Principe Real encarregado do Governo Provisorio do Brazil”. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821, Página 27 Vol. 1 pt. II (Publicação Original)*. In: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39236-7-marco-1821-569073-publicacaooriginal-92357-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39236-7-marco-1821-569073-publicacaooriginal-92357-pe.html) (acesso em 16/01/2014)

²⁸⁸ “Decreto de 7 de Março de 1821: Manda proceder á nomeação dos Deputados ás Côrtes Portuguezas, dando instruções a respeito”. In: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39239-7-marco-1821-569077-publicacaooriginal-92359-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39239-7-marco-1821-569077-publicacaooriginal-92359-pe.html) (acesso em 16/01/2014)

²⁸⁹ In: Sobrinho, 1955, p. 233.

²⁹⁰ In: BARRETO, Dalmo. “Da Independência à Constituinte”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. nº 312, julho-setembro de 1976. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013). P. 313.

os soldos desta com aqueles da tropa portuguesa²⁹¹, medida destinada a reforçar a unidade das Forças, mas que também redundava em uma elevação do status dos militares brasileiros, o que repercutiria nos momentos políticos posteriores.

D. João resistiu, porém, a tomar providências práticas para sua partida, com Silvestre Pinheiro na linha de frente da resistência. O representante diplomático dos EUA no Rio de Janeiro, P. Sartoris, relatou a Washington²⁹² que D. João VI havia inclusive confidencialmente instruído assessores a criarem impedimentos às preparações para a partida, gerando uma série de ordens e contra-ordens nas preparações dos navios que muito atrasaram a partida.

D. Pedro teria descoberto, segundo o diplomata norte-americano, o estratagema, e teria mesmo concordado com partidários da partida em mobilizar a população, o que ocorreu em 20 de abril de 1821. Antes disso, cabe registrar, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro já havia enviado ao soberano documento em que insistia no pedido de que El-Rei não se ausentasse do Rio de Janeiro²⁹³. Pediam os Deputados que o Rei ficasse, como pediriam depois a D. Pedro. Alguns elementos locais se mobilizavam, de sua parte, contra a partida do Rei, alertando para os riscos que isso poderia trazer, inclusive no que diz respeito à unidade do Reino. Como aponta Lúcia Bastos Pereira das Neves²⁹⁴, os portugueses instalados no Rio de Janeiro tinham em mente o

exemplo da independência das colônias espanholas para defender a permanência do rei, considerando preferível conservar um grande poder no Novo Mundo do que se sujeitar à condição de satélite de terceira ou quarta ordem de alguma potência no Velho.

No dia 19 de abril 1821, os ânimos estavam agitados²⁹⁵. Fora convocada, para o dia seguinte, reunião de eleitores da Comarca, que elegeriam os Deputados para as Cortes e que terminou em revolta e acelerou os eventos. A decisão da convocação dos eleitores – considerada “desastrosa” por Nizza da Silva – fora de Silvestre Pinheiro²⁹⁶.

²⁹¹ “Decreto de 7 de Março de 1821: Augmenta os soldos dos officiaes de Major a Alferes”. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821, Página 40 Vol. 1 pt. 1 (Publicação Original)* <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39240-7-marco-1821-569080-publicacaooriginal-92361-pe.html> (acesso em 16/01/2014)

²⁹² Ofício de 12 de maio de 1821. In: MANNING, Willian R. (organizador). *Diplomatic Correspondence of the United States Concerning the Independence of the Latin-American Nations*. Vol. II. New York: Oxford University Press, 1925. In: www.archive.org/pdf (acesso em 16/09/2014). p. 712.

²⁹³ In: Varnhagen, 1957, p. 48.

²⁹⁴ 2011, p. 82.

²⁹⁵ Varnhagen, 1957, p. 52.

²⁹⁶ Conforme apontam Oliveira Lima, 1997, p. 88, e Nizza da Silva, 2004, p. 1015.

O Governo procurou, inicialmente, controlar os ânimos dos militares e evitar agitações no sábado de aleluia, 21 de abril de 1821, quando parte da tropa se reuniria em cerimônia fúnebre a um falecido general, e pretendia que no dia anterior, fosse reiterado o juramento de 26 de fevereiro²⁹⁷. O ouvidor da comarca, entretanto, mudou o local de encontro, da Igreja de S. Francisco de Paula para a Praça do Comércio²⁹⁸, e antecipou a reunião dos eleitores do dia 22 para o 21, sábado de aleluia. Nesse dia, pela manhã, haviam sido publicadas novas resoluções de D. João, sobre sua partida, sobre as eleições e sobre a regência.

Segundo um relato de época²⁹⁹, os grupos reunidos reagiram às decisões de D. João VI e à ausência de novas medidas, como a constituição de uma Junta Provisória no Rio de Janeiro. Em meio à crescente aglomeração de pessoas, exigiram que antes de sua partida, D. João VI adotasse provisoriamente a Constituição espanhola³⁰⁰. Organizaram, então, Comitiva³⁰¹ que se dirigiu a São Cristóvão e, após longa entrevista, obtiveram do Rei a assinatura de Decreto³⁰² no qual o soberano jurava a Carta da Espanha, deixando sem efeito as resoluções de 26 de fevereiro de 1821³⁰³.

²⁹⁷ Varnhagen, 1957, p. 52.

²⁹⁸ Nizza da Silva, 2004, p. 1015.

²⁹⁹ “Memoria sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de abril de 1821 na Praça do Commercio do Rio de Janeiro, escripta em Maio do mesmo anno por uma testemunha presencial. Offerecida ao Instituto em Sessão de 16 de Março de 1839 pelo Sócio José Domingues de Atahide Moncorvo” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXVII, parte primeira, 1864. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 14/12/2013).

³⁰⁰ “N’estas circunstancias, inde que as medidas de iludir o povo estivessem traçadas, como se havia de sahir do Brazil sem algum receio da parte de um povo oprimido e saqueado? (...) Lavrou por toda a cidade a noticia de que a junta eleitora ia deliberar sobre um novo governo, e que el-rei queria, que o Brazil ficasse regido por pessoas da sua confiança. (...) Finda a leitura, o povo em geral, como se estivesse concertado entre si o que devia fazer, exclamou a uma só voz, e com uma unanimidade rara nas comoções políticas: ‘queremos a constituição hespanhola interinamente’. Todo aquele ajuntamento parece ter uma só boca, uma só idéa. Os clamores augmentando em todo o salão, muitos membros da junta tomaram a palavra para socegar, e os eleitores mais adictos ás novas opiniões, depois de terem apreciado em silencio o espirito do seu corpo, vendo que o partido realista estava comprimido por um terror pânico, julgaram chegada a ocasião de se aproveitarem do ardor popular”. Testemulha presencial, op. cit., p. 276.

³⁰¹ “Então, sem terem protestado contra a chamada violência em que se viam, passaram a lavar um termo de juramento á mesma constituição hespanhola, e nomearam 5 eleitores d’entre o seu corpo (...) Este auto, que deveria ser assignado por mais de 160 pessoas, levou muito tempo em se aprontar”. Idem, p. 278.

³⁰² Decreto de 21 de Abril de 1821: Manda adoptar a Constituição Hespanhola, enquanto não vigora a nova encarregada ás Côrtes de Lisbôa. Havendo tomado em consideração o termo de juramento, que os Eleitores Parochiaes desta Comarca, a instancias e declaração unanime do Povo della, prestaram á Constituição Hespanhola, e que fizerem subir á minha Real Presença, para ficar valendo interinamente a dita Constituição Hespanhola, desde a data do presente até a installação da Constituição em que trabalham as Côrtes actuaes de Lisboa, e que eu Houve por bem jurar com toda a minha Côrte, o Povo e Tropa, no dia 26 de Fevereiro do anno corrente: Sou servido ordenar, que de hoje em diante se fique estricta e litteralmente observando neste Reino do Brazil a mencionada Constituição Hespanhola, até o momento em que se ache inteira e definitivamente estabelecida a Constituição, deliberada, e decidida pelas Côrtes de Lisboa. Paço da Boa Vista aos 21 de Abril de 1821. Com a rubrica de Sua Magestade”. In: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821, Página 69 Vol. 1 pt. II (Publicação Original) In:

Apesar de a audiência com o Rei ter passado sem maiores problemas³⁰⁴, a demora da representação agitou os ânimos na Praça do Commercio³⁰⁵. Nova mobilização de tropas³⁰⁶ e de populares³⁰⁷ enviou uma segunda comitiva a São Cristóvão e procurou impedir a saída de D. João do Brasil³⁰⁸. Por volta das 4 horas da madrugada de 22 de abril, com muitas pessoas já tendo deixado a Praça do Comércio, tropa do Brigadeiro Carretti, despachada por Jorge Avilez (recém-nomeado Governador de Armas) e comandada pelo Major Peixoto, abriu fogo contra os civis, provocando várias mortes³⁰⁹.

[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39450-21-abril-1821-569678-publicacaooriginal-92905-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39450-21-abril-1821-569678-publicacaooriginal-92905-pe.html) (acesso em 17/01/2014)

³⁰³ D. João VI “acolheu a deputação com urbanidade, e ouvindo novamente o seu conselheiro, fiel ao espírito do régio aviso lido pelo ouvidor da comarca, expediu um decreto que depositou nas mãos dos emissários da junta eleitoral” (...) Este decreto é a peça mais importante de todos os sucessos d’este dia: El-rei reconhecia o poder legislativo que a junta tinha assumido (...)”. *Ibid*, p. 279

³⁰⁴ “N’este tempo, sahia da quinta de S. Christovão a deputação dos 5 eleitores, portadora do memorável decreto que deixou transcripto, e el rei apenas o rubricára mandou aos quarteis da tropa, comunicar-lhe que acabava n’aquelle momento de jurar a constituição de Hespanha interinamente. O guarda-roupa ajudante d’ordens J.M. Berquô levou esta participação aos quarteis do campo de Sant’Ana, e naturalmente havia de ser repetido pelos outros; os chefes chamaram os soldados e depois de os inteirar da ordem, com toda a tranquilidade os mandaram retirar”. *Idem.*, p. 282.

³⁰⁵ “Entretanto que isto se passava na real quinta de S. Christovão, o povo na Praça do Commercio estava sumamente inquieto pela demora da deputação, e n’esta incerteza muitos homens entraram, espalhando voz de que as tropas estavam em armas nos quarteis”. *Idem.*, p. 280.

³⁰⁶ “A divisão de Portugal, que tanta parte tomára no juramento da constituição no dia 26, agora, por uma aberração celebre dos seus mesmos princípios, estava reunida no Rocio, contra aquella mesma causa que tinha proclamado; e os batalhões do paiz também receberam ordem superior para se lhe incorporar”. P. 286.

³⁰⁷ “Antes de se levantar a sessão decidiu-se que fosse uma nova deputação, composta do general José de Oliveira Barbosa, desembargador do paço José Albano Fragoso e o coronel Faro, levar a el-rei o resultado das deliberações”. *Idem.*, p. 287.

³⁰⁸ “Continuando a demora dos deputados, circulam novos rumores de que Sua Magestade retinha a deputação, e pretendia embarcar aquella mesma madrugada; muitos moveis que tomaram a direção da esquadra parecia confirmar este boato, não faltava quem os visse, e quem testemunhasse outros preparativos que a fantasia magnificava. Então muitos sediciosos levantaram a voz de que tudo estava perdido, e que se embaraçasse a sahida do seu soberano até se consolidar o novo estado de cousas. Ouviram-se mesmo homens que pediram o desembarque dos dinheiros e cofre públicos, e inda mesmo dos empregados que tinham espoliado as partes nas suas diferentes repartições”. *Idem.*, p. 281.

³⁰⁹ A 6ª. Companhia do batalhão de caçadores de Portugal, tendo á sua testa o major graduado Peixoto, apresentou-se na frente da porta do edificio em linha de batalha com 25 filas de frente, e deu para dentro uma descarga de 50 tiros, e logo dobrando filas entraram no salão, e carregaram á baioneta calada os cidadãos desacomodados que se achavam dentro. O primeiro que caiu morto foi Miguel Feliciano de Sousa (...). O desembargador José Clemente Pereira foi traspasado de baionetas (...) Outras pessoas do povo foram indiscinctamente mortas, e um numero maior, lançando-se ao mar com precipitação, encontrou nas ondas a morte que evitava (pp. 287-288) (...) O gazeteiro tornou, pois, a cahir em nova inadvertência quando avançou á face de toda a cidade que se acharam muitas armas, e que estavam em deposito, sem declarar onde. A tropa dividiu-se em duas brigadas, uma composta da tropa de Portugal, que se foi postar no largo do Paço, e a outra da tropa do Brasil, que estacionou no largo do Rocio. Na noite d’este dia 22 retirou-se a quarteis a cavalaria e infantaria; porém ficaram em cada um dos sobreditos lugares um batalhão de caçadores e um parque de artilheria, fazendo sempre o serviço de campanha até o dia 26, em que Sua Magestade fez-se de vela para os seus Estados da Europa. *Idem.*, P. 288

A confusão foi determinante para que o Rei se visse obrigado a efetivamente partir a Lisboa. Os eventos de 20-21 de abril de 1821, alteraram, no entanto, mais do que a presença ou não do Rei no Brasil ou o próprio registro de um embate entre tropas nativas e europeias. Na visão de Beatriz Nizza da Silva³¹⁰,

é preciso procurar entender a atuação de D. Pedro no episódio que antecedeu imediatamente a partida de D. João VI para depois se poder avaliar o seu grau de oposição ao constitucionalismo das Cortes e se compreender o seu papel no processo da independência do Brasil. Refiro-me aos acontecimentos de 21 de abril de 1821.

Na confusão que se seguiu, em 22 de abril de 1821, D. João retomou em parte sua autoridade e voltou atrás de seu juramento da Constituição da Espanha. Expediu novo Decreto³¹¹ nomeando D. Pedro como “Príncipe Regente do Reino do Brasil”. D. Pedro recebeu, pelas instruções do Rei, poderes para Governar, podendo nomear Ministros, realizar a administração do Reino e mesmo “fazer guerra defensiva” contra algum inimigo que atacasse o Brasil e as circunstâncias não permitirem a chegada de novas instruções³¹². Caso algo acontecesse com o Príncipe, sua sucessão ficava definida na pessoa de D. Leopoldina.

³¹⁰ 2004, p. 1015

³¹¹ “Decreto de 22 de Abril de 1821: Encarrega o Governo do Brazil ao Principe Real constituido Regente e Lugar-Tenente d’El-Rei”. (...) Hei por bem e Me praz encarregar o Governo Geral e inteira administração de todo o Reino do Brazil ao Meu Muito amado e prezado filho, D. Pedro de Alcantara, Principe Real do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, constituindo-se o Regente e Meu Lugar-Tenente, para que com tão preeminente titulo e segundo as Instruções, que acompanham a este Decreto e vão por Mim assignadas, governe na Minha ausencia e em quanto pela Constituição se não estabelece outro systema de Regimem, todo este Reino com sabedoria e amor dos Povos (...) In: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821, Página 71 Vol. 1 pt. II (Publicação Original). In: www.senado.gov.br.

³¹² Nas instruções de D. João VI: “O Príncipe real do Reino Unido toma o título de Principe Regente e meu logar-tenente no governo provisorio do Reino do Brasil de que fica encarregado.(...) O principe imperial tomara as suas resoluções em conselho, formado pelos ministros d’Estado e seus secretarios d’Estado interinos (...) O Principe real tera todos os poderes para a administração da justiça, fazenda e governo economico : podera commutar ou perdoar pena de morte aos réos que estiverem incursos nella por sentença ; resolvera todas as consultas relativas a administração publica. Provera todos os logares de letras e officinas de justiça ou fazenda quando estiverem vagos, ou venham a vagar, assim como todos os empregados civis ou militares, entrando logo, por seu decreto os nomeados no exercicio e fruição dos seus lugares officiais ou empregos (...) Igualmente provera todos os beneficios curados ou não curados e mais dignidades ecclesiasticas, a excepção dos bispados. (...) Podera fazer guerra defensiva contra qualquer inimigo, que atacar o Reino do Brazil, si as circunstancias forem tão urgentes que se torne de summo prejuizo aos meos fieis vassallos deste Reino o esperar as minhas ordens,e pela mesma razão, e em iguais circunstancias, podera fazer treguas ou qualquer tratado provisorio com os inimigos do Estado (...)”. In: REBOUÇAS, Antonio Pereira. *Recordações Patrioticas (1821-1838). Recordações da vida Patriótica do Advogado Rebouças, compreendida nos acontecimentos políticos de Fevereiro de 1821 a Setembro de 1822; de Abril a Outubro de 1831; de Fevereiro de 1832 e de Novembro de 1837 a Março de 1838*. Rio de Janeiro : Typ. G. Leuzinger Filhos, 1879. In: Biblioteca do Senado Federal. Seção de Obras Raras. In: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242446> (acesso em 16/01/2014). Pp. 89 e 90.

Apesar da amplitude dos poderes transmitidos por D. João VI a D. Pedro, desde os primeiros meses o mesmo desalinhamento que ocorreu entre o Rei e os revolucionários cariocas se repetiu com o Regente, no próprio Rio de Janeiro e, mais grave ainda, nas Províncias do Norte-Nordeste. O caminho do Regente, de autoridade teórica a líder de um polo que passou a disputar a liderança política do Reino e proclamou a Independência, todo o tempo com apoio na força militar, será o tema do Capítulo IV. Antes disso, é preciso compreender o que levou D. Pedro e os grupos que se aliaram a ele assumirem uma resistência aberta às Cortes, ou seja, o que faziam as Cortes.

Em 26 de abril de 1821, após treze anos de permanência no Brasil, o Rei partiu de volta para Portugal. Chegou a Lisboa em julho de 1821, marcando o fim da primeira fase do processo revolucionário e dos trabalhos das Cortes Gerais. A situação explosiva no Brasil não se amainaria pelas atitudes das Cortes, mesmo quando os trabalhos se limitavam a aspectos técnicos sobre como organizar o Estado.

2) AS CORTES EM SEUS PRIMEIROS MOMENTOS

Feita a revolução no Brasil, partindo o Rei de volta a Portugal e enviados os primeiros representantes brasileiros para as Cortes, desenvolveu-se, aos poucos, um equilíbrio relativo entre europeus e americanos, no seio do processo de construção do novo Estado Português. No primeiro momento, o processo constituinte desenrolou-se de forma aparentemente tranquila, ainda que, durante todo o funcionamento das Cortes, a representatividade não tenha sido equânime entre portugueses e brasileiros.

No início das Cortes, pelas declarações de Lisboa aos habitantes do Brasil, a tendência era de aproximação dos interesses³¹³. A decisão do Parlamento em Lisboa, de aceitar os Deputados brasileiros como iguais na Assembleia Constituinte, era medida única, que havia sido rejeitada pelos ingleses quando da Independência norte-americana,

³¹³ Conforme aponta Oliveria Lima: “O que convinha a Portugal na situação criada era evitar os atritos e não provocá-los, proceder com magnanimidade e não com intolerância. Ora as Cortes foram levadas pela corrente de opinião apaixonada que as governava, e depois de uma curta fase de expansão que se pode crer sincera porque era uma explosão do liberalismo, primaram em demonstrar nas suas relações com o Brasil falta absoluta de tino e de previsão. Sua política consistiu em jogar com os ideais de liberdade com vista em recolonizar o Brasil, apesar do antagonismo dessas atitudes e como se a liberdade não devesse ser a mesma em qualquer latitude e sob qualquer céu na órbita da civilização”. 1997, p. 34

ou não-cumprida pelos espanhóis³¹⁴. As Cortes também “não levaram em conta o óbvio da existência do Reino do Brasil, no dizer de Jefferson, mais populoso, mais rico, mais forte, e tão sábio quanto a Metrópole”³¹⁵.

Houve, ademais, casos de maior moderação, em meio aos conflitos que aos poucos foram surgindo e que buscavam entendimento com os representantes brasileiros. Assim registrou Antônio Carlos de Andrada, Deputado nas Cortes por São Paulo. Em carta de 20 de março de 1822 a seu Martim Francisco³¹⁶, Antônio Carlos relatava o momento já do conflito, com as iradas reações das Cortes à notícia do Fico e da representação enviada por D. Pedro à assembleia. Recordava, porém, que antes desse momento,

“o Congresso parecia querer seguir a vereda da justiça, e de facto tinha nomeado huma Comissão Especial para remediar os gravames, de q. se queixava o Brasil, de q. fui membro; o relatório te informará do resultdo. O d.to relatório bem q. desculpe ao Congresso he m.to moderado, e no fim concede quase tudo q. o Brasil pode desejar. Não sei se assim mesmo agradará”.

O principal documento de orientação do processo constituinte foram as “Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa”, texto de orientação dos trabalhos das Cortes, aprovado em 9 de março de 1821. Curto e elaborado pelas Cortes de Lisboa após o juramento constitucional de D. João VI, o texto trazia declaração de direitos e as definições gerais sobre as bases políticas e constitucionais para a organização do Estado. As Bases eram claras no que diz respeito à unidade: “a nação portuguesa é a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios” (sessão II, art. 16).

As interpretações do conceito de unidade, porém, variaram entre os dois lados do hemisfério. O tema se inseria, especialmente, na reflexão sobre como estruturar o novo Estado português. Inspirada no contexto histórico vivido pela Europa naquelas primeiras décadas do século XIX, a base dessa reflexão era claramente liberal. Apesar de todas as contradições que poderia ser apontadas de liberalismo que se estabelecia em país comparativamente atrasado, recém-saído do antigo regime, havia, ainda assim, uma ideologia divulgada, valores que se buscava conformar em um Estado. Havia, também,

³¹⁴ LACOMBE, Américo Jacobina. “A Constituinte Brasileira”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 298, janeiro-março de 1973. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/10/2013). P. 128.

³¹⁵ Lacombe, 1973, p. 128.

³¹⁶ In: *Documentos para a História da Independência*. 1922, p. 44.

consciência do que se passara no resto da Europa, e do estado em que se encontravam as terras da América, nos EUA, no norte, e as convulsões nos territórios hispânicos³¹⁷.

Não se pretende aqui julgar se esse quadro conceitual se aplicava ou poderia ser aplicado na realidade daquela nação portuguesa. O fato é que muitos deputados compartilhavam uma base ideológica. Uma das ideias mais frequentes que se registra nas Atas da Constituinte era a rejeição ao “despotismo”, expressão da crítica ao regime anterior, traduzida em referências aos “corcundas”³¹⁸. Nos discursos dos Deputados portugueses, nota-se recorrente utilização dos conceitos de “liberdade” e “constituição”, e de rejeição do despotismo. Em contraposição às imagens anteriores à época³¹⁹, a versão vintista de liberdade se transformou em elemento central da vida do homem, em sua atuação social, na organização institucional ou mesmo na vida privada. “A palavra confundiu-se com o próprio movimento revolucionário português de 24 de agosto de 1820”. Também se observavam referências sobre a liberdade de imprensa, o habeas corpus³²⁰, a estrutura jurídica do Estado, o voto secreto. Na Sessão de 12 de agosto de 1822, foi aprovado capítulo sobre os “direitos e deveres individuais dos Portuguezes”³²¹.

No que se refere ao tema da “constituição”, apesar da contraposição de termos arcaicos com modernos, as atas das Cortes mostram, para além do risco do anacronismo, consciência dos Parlamentares de que ali se estava debatendo e aprovando a reestruturação, do Estado Português, fundamentada na idéia de representação e

³¹⁷ Vide referência ao tema da “anarquia” no fim do presente capítulo.

³¹⁸ NEVES, Lúcia Bastos P. “A ‘Guerra de Penas’: os impressos políticos e a independência do Brasil”.

In *8Tempo*, Agosto de 1999. www.historia.uff.br. Acesso em 15-06-2012. P. 7

³¹⁹ “Registrado num dicionário da época – a faculdade, que a alma tem de fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, como mais quer – ao qual recorriam ainda alguns folhetos, como as reflexões filosóficas sobre a liberdade e a igualdade: a absoluta faculdade de fazer tudo, quanto se quer, sem responsabilidade, e sem relação a coisa alguma, sem dever, e sem lei”. In: NEVES, idem, p. 7.

³²⁰ Nas sessões de fevereiro de 1822.

³²¹ Registrado na Ata das Cortes Geraes de 12/08/1822:

“TITULO I: Dos direitos e deveres individuais dos Portuguezes.

Art. 1. A Constituição politica da Nação portugueza tem por objecto manter a liberdade, segurança, e propriedade de todos os Portuguezes. Passou-se ao artigo immediato concebido nestes termos:

Art. 2. A liberdade do cidadão portuguez consiste em não ser obrigado a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ella não prohibe. A conservação desta liberdade depende da exacta observancia das leis. Foi approvedo com a suppressão das palavras do cidadão portuguez, e com a mudança da expressão ser obrigado, para serem obrigados.

(...)

Art. 10. A lei he igual para todos. Não se devem por tanto tolerar privilegios do fôro nas causas civeis ou crimes, nem commissões especiaes. Esta disposição não comprehende as causas que pela sua natureza pertencerem a juizos particulares, na conformidade das leis.

Art. 19. Todo o Portuguez deve ser justo. Os seus principaes deveres são, venerar a religião; amar a patria; defendela com as armas, quando for chamado pelas leis; obedecer á Constituição, e ás leis; respeitar as autoridades publicas; e contribuir para as despesas do Estado.”

legitimidade popular³²². Essa noção de representação popular não vinha, apenas, do ideário liberal. Havia expressões claras de que aquele era um movimento “popular”, no que isso pode ser aplicado aos padrões da época.

As Cortes debatiam, enfim, um modelo constitucional³²³. Todo esse conjunto de ideias e a própria mobilização revolucionária acabava por redundar na construção de nova legitimidade do Estado português, que garantiu ao movimento significativo apoio popular. Ainda que sejam parte da história brasileira, as Cortes não são comumente vistas como uma constituinte brasileira. Ocorre, porém, que ali estivera representada a população portuguesa que vivia em um Reino Unido a Portugal, cuja autonomia estava estabelecida e que influenciou diretamente os trabalhos dos Constituintes, sendo, aliás, um dos principais desafios na engenharia constitucional. Se a Assembleia Constitucional de 1823 do Rio de Janeiro é a primeira Constituinte do Brasil “Independente”, as Cortes de 1821-1822 poderiam ser consideradas a primeira Constituinte do Brasil.

Outra questão importante foi o fato de as Cortes não terem se restringido apenas ao exercício constituinte. Tornaram-se um foro de debates gerais, ampliando suas funções, recebendo demandas e pedidos de toda sorte. Mais do que órgão constituinte,

³²² Essa claridade pode ser observada, por exemplo, no próprio registro inicial do funcionamento das Cortes, em 26/01/1821:

“Illustres Representantes da Nação Portuguesa: (...) Em vossas mãos, Senhores, está ao presente a sorte desta Magnanima Nação, a felicidade da nossa chara e commum Patria. O illustrado zelo e patriotismo dos Portugueses a confiou á vossa virtude e sabedoria: elles não se acharão enganados em sua escolha, nem serão illudidos em suas esperanças. Sobre estes fundamentos he que deve erigir-se o magestoso edificio da Constituição Portugueza; a qual, tendo em vista os sagrados direitos da Liberdade Civil, da Propriedade, e da Segurança individual do Cidadão, ha de traçar com mão segura e firme a linha invariavel de demarcação que deve separar para sempre entre si - a Ley e o Arbitrio - o Poder e o Despotismo - a Liberdade e a Licença - a Obediencia e a Escravidão.”

³²³ Vide, por exemplo, a declaração, em 11/03/1822, do Deputado Castello Branco Manoel:

“A Constituição não he um corpo de legislação para que deva ou possa comprehender todas as leis particulares, que devem fazer o bem da nação, para que he constituída. Ella deve só conter as bazes geraes, que afiancem a liberdade e propriedade do cidadão: deve, conforme o nosso systema marcar a divisão dos poderes, e designar em geral quaes são as attribuições, que cada um delles competem, sem dever em particular enumeralos.

E continua o Deputado:

Desde o dia 24 de Agosto a Nação portugueza se regenerou. Em que consistiu esta regeneração? Em reasumir a si toda a soberania, que n'ella reside essencialmente. Este foi o principio deduzio da mudança da Nação portugueza; e he também uma consequência deste mesmo principio, que desde esse momento a soberania, que de facto existia em toda a sua extensão no chefe da Nação ficou suspensa; uma vez que a Nação reasumiu a soberania, uma vez que ella nomeou os seus Representantes para fazerem um pacto social, onde se marcasse o exercicio dessa mesma soberania; este attributo, que era de ElRei, desde esse momento deixou de existir nelle; ElRei podia dizer que não queria annuir a esse pacto; podia dizer que o adoptava, ou não: e se assim o não fizesse, se o não consentisse, deixaria a Nação de ser livre? Uma Nação ainda que tenha sido escrava, he sempre livre; uma vez que declare que ella o quer ser: muito embora os déspotas forgem algemas para prendela, á voz da Nação ellas devem necessariamente despedaçar-se.

as Cortes desempenharam, no fim, papel de centro político do Império português, recebendo “petições e memorandos que foram dirigidos tanto por cidadãos individuais quanto por grupos mais ou menos organizados”³²⁴. Esse ativismo era ao mesmo tempo um problema, pois foi no extrapolar de suas funções que se ampliou a influencia política dos diferentes grupos, especialmente os unitários portugueses (que serão pormenorizados mais abaixo), voltados a garantir o vínculo do Brasil com Lisboa, da forma que fosse mais vantajosa à regeneração portuguesa³²⁵.

Deve-se olhar com cautela, no entanto, a imagem de que as Cortes se ocupavam mais com o governo do Brasil do que com os artigos da Constituição. Até mesmo em dias de grande controvérsia entre brasileiros e portugueses eram seguidos de debates mais técnicos sobre a organização estatal. A “recolonização” brasileira não era o objeto central daquele Parlamento. O debate era sobre como estruturar todo o Estado português. Para alguns, era preciso uma estrutura homogênea, unitária e concentrada em Lisboa; esses eram os “unitários”. Outros tentavam adaptar a Constituição à realidade do Império, composto por partes distintas, dois Reinos importantes e vários outros territórios. Apesar das críticas possíveis à atuação das Cortes em 1822, as Cortes eram assembleia representativa, à qual haviam aderido voluntariamente por todas as partes do Império. As próprias Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa afirmavam esse conceito³²⁶.

As Cortes iniciaram seus trabalhos com promessa de unidade e de igualdade. Abrigaram posições variadas sobre a organização do Estado português, inclusive a questão brasileira, e lograram, por certo tempo, manter sua legitimidade aceita por todos, reforçando o projeto unitário³²⁷. Até as diferenças com alguns grupos presentes

³²⁴ In: Malerba, 2006, p. 86.

³²⁵ “Na verdade, se as Cortes de Lisboa se tivessem restringido ao seu papel de constituintes, e não tivessem chamado a si o governo mediante uma série desastrosa de decretos, provavelmente não teria ocorrido a separação do Reino Unido. (...) Foi esse extrapolar de funções, tornado possível porque D. João VI e seu ministério se limitavam a assinar os actos emanados das Cortes, que deu azo a que as sessões fossem mais ocupadas a discutir como o Brasil iria ser governado do que com o debate acerca dos próprios artigos da futura Constituição”. In: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. “D. Pedro e o Processo de Independência do Brasil”. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 1011-1018. In: www.ler.letras.up.pt (acesso em 29/03/2012). P. 1017

³²⁶ *ART 21 - Somente à Nação pertence fazer a sua Constituição ou lei fundamental, por meio de seus representantes legitimamente eleitos. (...) Quando aos que residem em outras três partes do mundo, elas lhes tomará comum, logo que pelos seus legítimos representantes declarem ser esta a sua vontade*. In: Berbel, 2008, 234

³²⁷ “O Bispo do Pará e os deputados do Maranhão, que chegaram mais tarde, votaram em geral com os deputados de Portugal, e Martins Bastos e Luís Paulino, eleitos aquêle pelo Rio de Janeiro e este pela Bahia, nem sempre se associaram nas votações com os outros seus conterrâneos, nos primeiros passos de armas, que foram providenciais para se estabelecer uma espécie de harmonia entre os deputados de

no Reino do Brasil ficarem mais claras e o Centro-Sul e alguns setores de outras Províncias reagirem³²⁸.

O exercício prático de organizar o Estado português trouxe muitas dificuldades. Havia desafio claro de distribuir o exercício do Governo entre territórios distantes, dificuldade que permeou praticamente todos os trabalhos. Requeria-se – ao menos segundo a relativa aproximação política entre brasileiros e portugueses, lograda nas primeiras etapas da Constituinte – organizar um Estado dual, que atendesse às aspirações de dois grupos cujos propósitos, sob a capa do liberalismo, não eram necessariamente coincidentes. As diferenças não se colocavam, inicialmente, em termos abertos.

É bem verdade que a chegada tardia da maior parte dos deputados brasileiros, que não estavam presentes nos primeiros meses da Constituinte, contribuiu para que os primeiros momentos não fossem tão atribulados. Ao mesmo tempo, alguns representantes de Províncias do Norte-Nordeste, que chegaram primeiro, não tiveram grandes dificuldades de se adaptar a muitas das ideias em debate. Compartilhavam com seus colegas europeus as restrições ao Rio de Janeiro, que ainda representava o Antigo Regime e mantinha política comercial que desagradava esses setores, particularmente pela abertura dos portos e a ação dos comerciantes ingleses. A crise econômica vivida em Portugal (particularmente entre os comerciantes do Porto, que muito apoiaram o vintismo) e a concorrência inglesa fez com que os comerciantes portugueses europeus tivessem participação direta nos trabalhos das Cortes, como aponta Antônio Penalves Rocha³²⁹, recorrendo aos deputados constituintes para buscar um reequilíbrio da relação comercial. Esse reequilíbrio não significava, necessariamente, uma “recolonização”, mas favorecia o lado europeu. O tema será retomado mais abaixo.

Em fins de 1821 e início de 1822 já se mostravam aparentes algumas desavenças, mas sem indicar a possibilidade de ruptura. Apenas a partir de meados de 1822, após as intensas discussões do primeiro semestre, é que os debates das Cortes foram registrando constância maior de confrontos, e não mais apenas desacordo técnico³³⁰. Já em agosto de 1822, com a notícia da convocação da Assembleia Geral e

províncias distantes, e quase sem nexo entre si (*harmonia*), que depois veio a ser aproveitada em favor da integridade na declaração da Independência”. In: VARNHAGEN, 1957, p. 72.

³²⁸ Em 17/08/1822, já no contexto de dissensos fortes entre Lisboa e o Rio de Janeiro, as Cortes emitiram Proclamação aos Povos do Brasil, defendendo a união.

³²⁹ 2009.

³³⁰ Conforme sustenta Paulo Gonçalves: “No projeto constitucional estaria traçada uma estratégia, cujas intenções pressupunham a recolocação da proeminência portuguesa no contexto do Reino Unido. A

Constituinte no Rio de Janeiro, os Deputados começam a debater a própria permanência dos representantes das Províncias do Centro Sul na constituinte portuguesa.

Houve momentos em que as propostas foram debatidas de forma mais técnica ou conceitual. Um exemplo pode ser encontrado nas discussões dos artigos referentes às “revisões” processuais, o estabelecimento de um ou mais Tribunais superiores no Império, que se arrastou por dias, principalmente entre janeiro e março³³¹, sem uma solução definitiva. Nesse período, no Brasil, D. Pedro já declarara que ficava. A questão dos recursos era particularmente importante, pois o anúncio da extinção dos tribunais no Rio de Janeiro foi um dos elementos de destaque na construção da imagem da ameaça de recolonização, o elemento mobilizador do polo brasileiro.

Não se tratava de questão ligada apenas ao prestígio da Capital brasileira ou da distribuição de poder entre Europa e América. A medida das Cortes poderia causar o desemprego de centenas de servidores, o que certamente influenciou setores das elites cariocas diretamente beneficiadas pela burocracia a resistirem e a buscarem apoio em D. Pedro. Essa imagem, aliás, era conveniente ao lado português, que utilizou o argumento de que a causa brasileira estava ligada a interesses particulares e não a disputa legítima pela organização do Estado. De todo modo, a ameaça de desemprego nos Tribunais e em outras instâncias administrativa colocava-se na direção do desmantelamento da estrutura governamental no Rio de Janeiro, o que confrontava diretamente aqueles que já não viam o Brasil mais como um ente dependente de Lisboa.

Observa-se nas atas das Cortes Gerais que o tema dos Tribunais superiores não se restringia, no entanto, a uma disputa de poder ou de proteção de empregos. Havia também uma questão conceitual em sua origem: alguns Deputados defendiam que o Tribunal Superior deveria ser apenas um, estabelecido em Portugal, de modo a permitir uma harmonia jurídica das decisões superiores. Se a última instância do Judiciário fosse múltipla, múltiplas seriam as decisões e não haveria possibilidade de evitar o dissenso.

pesquisa revelou que à polémica constante do debate deste projecto não se sucedeu uma coerente reformulação do texto constitucional. (...) No que respeita ao Brasil, esta cisão nem sempre será coincidente, ou seja, verificamos que muitos liberais de índole mais democrática, assumirão as atitudes de maior inflexibilidade. Seja como for, os assuntos brasileiros penderão entre a moderação e a inflexibilidade, seja da parte de portugueses, seja da parte dos americanos. Amiúde estes últimos expressavam as suas divergências internas, dificultando todo o processo de afirmação das ideias defensoras de uma maior autonomia para o Brasil”. In: GONÇALVES, Paulo Frederico Ferreira. As Cortes Constituintes (1821-1822) e a Independência do Brasil. Dissertação de Mestrado. Porto, Universidade Portucalense, 1997. In: <https://alpha.sib.uc.pt/?q=content/cortes-constituintes-1821-1822-e-independ%C3%A2ncia-do-brasil> (acesso em 13/03/2013). Pp. 11 e 14.

³³¹ Vide as atas das Cortes Gerais do período.

A unidade do Reino exigiria a permanência de apenas um tribunal superior³³². A Justiça somente poderia ser válida se aplicada igualmente a todos os súditos.

O primeiro grupo se apoiava, assim, em uma visão “unitária” para o Estado português, fundada na defesa do exercício da soberania de forma homogênea em todo o território. Representava parte da burocracia/nobreza de Lisboa, voltada à recuperação do status anterior da cidade. Também se juntavam a essa tendência representantes do comércio da capital e do Porto, que, haviam perdido espaço com a abertura dos Portos e, particularmente, com a ação dos comerciantes ingleses no Reino do Brasil³³³. Como mencionado logo acima, essa posição sobre o comércio aproximava esses núcleos europeus de setores das elites no norte do Brasil também críticos à política comercial do Rio de Janeiro.

Outros setores eram advogados da duplicidade da Corte, uma delas sediada no Reino do Brasil. Os “dualistas” eram em sua grande maioria representantes das Províncias brasileiras, que pretendiam manter as instituições criadas por D. João VI no Brasil. O argumento mais utilizado pelo dualismo era a distância entre Brasil e Portugal, ou mesmo dentro do Brasil, para que houvessem provisões mais bem adaptadas à realidade brasileira³³⁴. As instruções dos Deputados de São Paulo para as Cortes, redigidas por José Bonifácio, eram claras nessa necessidade de respeito à integridade e indivisibilidade do Reino, e à igualdade entre os cidadãos. Dessa forma, as leis deveriam levar em consideração as circunstâncias especiais brasileiras “de clima e de povoação”.

Mesmo quando os deputados quase convergiram para apenas um tribunal, como ocorreu em 4 de março de 1822, não havia consenso: para os defensores do Rio de Janeiro, a eventual corte deveria manter uma representação proporcional entre portugueses e “brasileiros”. Para “portugueses”, o mérito deveria prevalecer, sem distinção do lugar. Essa segunda posição minimizava a influência de que os europeus poderiam ter sobre a definição desse “mérito” dos representantes. A discussão sobre as revisões foi sendo arrastada ao longo dos meses, para pouco depois ser engolfada pela disputa política.

³³² Conforme afirmava, em 4 de fevereiro de 1822, o Deputado Camello Fortes.

³³³ O tema é desenvolvido por Antonio Penalves Rocha (2009). Luiz Adriano Borges (2013, p. 78) trata brevemente desse tema, que será também explorado no Capítulo VII.

³³⁴ Também na defesa desse dualismo pode ser citado o Deputado Lino Coutinho, em resposta à intervenção citada do Deputado Camello Fortes, sobre o caso das revisões, no dia 4 de fevereiro de 1822.

Não foi apenas no caso das revisões que revelava as dificuldades de se definir modelo que atendesse a dualistas e unitários, ou seja, os partidários de se concentrar o poder em Lisboa ou em dividi-lo entre a capital europeia e o Rio de Janeiro. No tema eleitoral, as regras gerais de voto eram relativamente consensuais, mas acabavam esbarrando no problema geográfico. A definição das Comarcas e dos procedimentos eleitorais tinham de levar em conta as diferenças físicas entre os dois países e as amplas distâncias brasileiras. Alguns deputados estimavam que o próprio sistema eleitoral deveria ser distinto no Brasil. Uma posição inaceitável para os unitários.

Situação semelhante ocorreu nas discussões sobre a organização da administração local no Brasil³³⁵, tópico com grande repercussão nas terras brasileiras e interpretado como ameaça à unidade do Reino, capitaneada pelo torno do Rio de Janeiro. Nesse debate, observa-se, além dos critérios técnicos e especialmente a questão da distância, ensaios de moderação que buscavam uma composição entre os dois lados do Atlântico. O Deputado Pessanha, por exemplo, afirmava em 13 de fevereiro de 1822 que, “visto estarem os povos do Brasil muito distantes das Cortes e do Rei, he necessário que haja ali quem ouça as suas queixas, e as dirija ao Congresso e ao throno, e quem vigie na execução da justiça”. Pessanha defendeu maior poder aos Governadores de cada Província, postura que entrou em confronto com as aspirações de D. Pedro e do grupo que o apoiava.

Cabe ressaltar, porém, que essa resistência do Príncipe herdeiro à quebra de seu poder como Regente não era compartilhada por todas as elites que viviam no Brasil. A heterogeneidade entre as posições do Norte-Nordeste e Centro-Sul, não se excluindo obviamente as diferenças existentes também no interior dessas regiões, é perceptível no tópico do estabelecimento de uma ou mais delegação de poder no Brasil. No Norte e no Nordeste, muitos deputados pendiam para o lado português e se opunham a uma

³³⁵ Como nos aponta o Deputado Sarmento, em intervenção de 05/06/1822, registrada na Ata das Cortes de Lisboa:

“Parece-me que vamos a tratar das juntas administrativas, pelo que diz respeito a Portugal, porque as attribuições das do Brazil, seguramente terão muito differente organização. Parece-me que olhando para a extenção do nosso Reino, e a facilidade de suas communicções com a capital, ainda mesmo quando este projecto fosse bem entendido para Hespanha, não pôde ter logar em Portugal. Ellas se estabelecerão em Hespanha, talvez por motivos muito particulares do tempo, em que se fez a Constituição em Cadiz. Eu li a discussão que houve sobre este particular, e faz admirar que os Deputados de Hespanha, depois de terem considerado o perigo dessas juntas, votassem a favor dellas. Sem duvida que podem Ter funestas consequências, até para a representação nacional: nós temos um exemplo recente do perigo de semelhantes associações, pôde-se dizer, sem fazer a ninguem injuria, que o principio da desharmonia com o Brazil, nasceu da junta de S. Paulo, a qual não usando do direito de petição que lhe competia, tratou o Congresso com a liberdade fraternal, fundada certamente na mesma origem da representação nacional; este exemplo he util para nos guiar em objectos desta natureza”.

concentração de poder no Rio de Janeiro. Lúcia Bastos Pereira das Neves³³⁶ aponta, efetivamente, que,

“após a euforia inicial, as capitanias logo descobriram que somente eram lembradas por ocasião do lançamento de novos impostos. Como resultado, a centralização a partir do Rio de Janeiro levou a um declínio da autonomia local, gerando melindres e resistências nas chamadas pequenas pátrias (...) que passaram a ver a Corte com ressentimento (...)”.

Nesse quadro de interesses e posições heterogêneas, era inevitável, assim, ter de enfrentar a realidade do Império dividido. Desde o início dos trabalhos, foram adotados procedimentos para tratar especificamente da questão brasileira. Uma Comissão foi encarregada de discutir especificamente as provisões para o Reino do Brasil. Em muitos casos, talvez para evitar a ampliação da controvérsia no Plenário, temas sensíveis (como o recebimento das cartas de D. Pedro sobre o “Fico”) não eram discutidos e imediatamente remetidos à Comissão.

A divisão da Regência brasileira suscitou forte controvérsia, mas começava a se desenrolar já no contexto da crescente intransigência entre os dois lados. Em julho/agosto, as discussões sobre a divisão do Brasil em mais de um centro de poder ganham intensidade muito mais política do que técnica. A hipótese de quebra do poder no Brasil se tornou ameaça direta a D. Pedro, já que a possibilidade de divisão do Executivo era absolutamente incompatível com o projeto adotado por D. Pedro, como se verá abaixo.

A Comissão chegou a voltar atrás, em declaração em 17 de junho 1822³³⁷ e no seu projeto para o Reino do Brasil, apresentado em 31 de agosto de 1822³³⁸. Nesse

³³⁶ 2011, p. 82.

³³⁷ Comissão encarregada da redacção dos artigos addicionaes que devem completar a Constituição portugueza, e consolidar a união dos dois Reinos, e mais estados que tornão o imperio Luso-brazilero, depois de maduras reflexões, e ter ouvido aos Srs. deputados do Brazil, e ter examinado a representação da camara do Rio de Janeiro, e do vice presidente do governo de Minas Geraes, e mesmo as cartas da junta provisional de Pernambuco, convenceu-me que o systema de unidade inteira dos dois Reinos he quasi de absoluta impossibilidade: que a legislatura a respeito de certos negocios deve de necessidade ser diversa em cada um dos respectivos Reinos: e que o Poder executivo não póde obrar no Brazil sem uma delegação permanente e ampla; e que todas as suas ramificações devem ser independentes immediatamente de Portugal. Na Constituição de um imperio composto de partes tão heterogeneas, e oppostas, como são Portugal e o Brazil, ha necessariamente duas cousas mui distinctas, que merecem consideração, e duas classes de lei que se não podem confundir sem o motor abuso, e risco. Os dois Reinos de Portugal e Brazil, considerados independentemente das suas relações mutuas, tem particualres interesses, particular existencia; e as leis relativas a esta existencia são as que chamamos leis do regimen interior de cada Reino. Considerados porém os dois Reinos em suas relações mutuas, e com o imperio portuguez, de que ambos são partes, e o qual formão pela sua conjucção, tem relações de commercio, reciproca protecção, e outras; e ás leis que as regulão chamamos leis geraes, e de regimen

momento, porém, essa e outras discussões já estavam evitadas pela inflexibilidade de lado a lado, que impedia a reflexão sobre mecanismos constitucionais capazes de dar conta da particularidade do Reino que se pretendia estabelecer a partir das Cortes Constituintes.

O trabalho técnico das Cortes, portanto, trazia em si dificuldades práticas, como a estrutura das eleições ou da administração do Reino, ou mesmo da unidade ou não do Governo. Muitos deputados, brasileiros e portugueses, sustentaram, ao longo dos meses de 1822, a necessidade de se evitar a discórdia, de não dar força às ideias de que Portugal pretendia “recolonizar” o Brasil. Havia, no plano constituinte, soluções possíveis, ou ao menos a consciência de que era preciso estabelecer mecanismos para lidar com a dualidade. Houve textos mais balanceados, como o projeto de Relações Comerciais entre os Reinos, apresentado em 15 de março de 1822, e que não continha disposições ameaçadoras de uma “recolonização” do Brasil. A questão não era, entretanto, jurídica ou mesmo econômica. Era política³³⁹.

commum. He evidente que as leis geraes, interessando a ambos os Reinos, devem ser feitas por legislaturas communs a ambos, pois de outro modo será um sujeito ao poder absoluto do outro, o que he contra os principios constitucionaes admittidos. As leis porém do regimento interior são de outra natureza, e outra deve ser a providencia a seu respeito. O Reino do Brazil he muito arredado do de Portugal; a sua localidade e circunstancias o differncião essencialmente de qualquer regimen, e systema europeu; e tudo isto exige que haja um meio legal de fazer essas leis, e de as fazer executar; he mister por uma parte que os conhecimentos locaes contribuão á confecção da lei, e por outra, que haja um meio de supprir o espaço de tempo que necessariamente mediaria entre o conhecimento das precisões do Brazil, e o momento em que as leis adoptadas por um Congresso único em Portugal poderião chagar ao seu seio. Além destas razoes: como poderia prosperar o Brazil, onde ha tudo a crear em todos os ramos, faltando a mola prima que deve dar impulso ás grandes empresas? Como não sofferá muito o paiz, privando-se de dois em dois annos de setente a oitenta pessoas conspicuas em saber e costumes, e sito para tomarem uma constante minoridade, pelo menos actualmente? Como sobrecarregar o Brazil da despeza enorme que lhe custa uma deputação numerosa, e que apezar das vacancias

Os Congressos, ou Cortes especiaes de cada Reino de Portugal, e Algarve, e do Brazil, legislarão sobre o regimento interior, e que diga sobre tudo especialmente respeito ÁS províncias , e terão além disto as attribuições designadas no capitulo 3.º do projecto do Constituição, á excepção das que pertencerem ás Cortes Geraes do Imperio Luso-brasiliano.

Na capital do Brazil haverá uma delegação do Poder executivo, que exercerá todas as attribuições do poder Real, á excepção das que abaixo vão designadas. Esta delegação será confiada actualmente ao successor da coroa, e para o futuro a elle, ou a uma pessoa da casa reinante, e na sua falta a uma regencia.

³³⁸ “CAPITULO II.

Da delegação do poder executivo no Brazil.

Art. 102 - a Haverá no reino do Brazil uma delegação do poder executivo encarregada a uma regencia, que residirá no lugar mais conveniente que a lei designar. Della poderão ficar independentes algumas províncias e sujeitas immediatamente ao Governo de Portugal.

Art. 102 - b A Regencia de Brazil se comporá de cinco membros, um dos quaes terá presidente, e de 3 Secretarios; nomeados um e outros pelo Rei ouvido o Conselho de Estado. Os Príncipes e Infantes (art. 109) não poderão ser membros da Regencia.”

³³⁹ “Nas cortes portuguesas de 1821 e 1822, a diversidade dos projetos para a unidade do império dividiu os deputados do Brasil e também os de Portugal. Conflitos e tentativas de acordos ocorreram entre representantes de províncias do mesmo reino e de reinos diferentes. Todos pretendiam a unificação de leis, mercados e padrões político-administrativos, ou seja, buscavam integrar pela via da unidade nacional

As Cortes portuguesas terminaram seu trabalho Constituinte em 4 de novembro de 1822, com a promulgação de Constituição que ainda incluía o Reino do Brasil como sua parte. Não bastassem desconhecerem a legitimidade de D. Pedro³⁴⁰, as Cortes ainda tinham a seu lado grupos importantes em várias Províncias do Norte e do Nordeste, inclusive das Juntas Provisórias do Pará, Maranhão e Bahia, dentre outros. Dos 141 Deputados que assinaram a Constituição portuguesa em novembro de 1822, 36 eram representantes de Províncias brasileiras³⁴¹, sendo que alguns ainda permaneceram no exercício de seu mandato após a Constituinte, já nas Cortes Ordinárias do Reino.

Em termos jurídicos, portanto, houve no Brasil, de 1822-1823, uma efetiva divisão legal do País, entre uma área que estava ligada à declaração de soberania de D. Pedro e outra onde vigorava a Constituição portuguesa. Dois Estados, ambos defendendo que sua posição era legítima, ambos buscando conquistar o território do outro, dentro dos quais haviam partidários de todas as tendências, muitos dos quais se declaravam para um lado, sem excluir a virada para outro³⁴². Preocupações nesse

aquele complexo que o sistema colonial havia soldado anteriormente e construir um Estado nacional na dimensão do império. Tratava-se de uma tarefa difícil e, até aquele momento, inédita”. BERBEL, op. cit., 2006, p. 183.

³⁴⁰ Armitage recorda os diversos decretos e proclamações das Cortes de Lisboa visando a anular as medidas de D. Pedr. Em 19/09/1822, por exemplo, um Decreto das Cortes (i) declarava ilegal a convocação da Assembleia Constituinte do Brasil; (ii) mandava processar os responsáveis pela sua convocação; (iii) declarava o Governo de São Paulo em desobediência – e por isso se constituído independente, um crime contra o direito; (iv) destituía as atribuições do Príncipe, estabelecendo uma regência nomeada por Lisboa; (v) ordenava novamente a viagem do Príncipe a Lisboa, caso contrário ele seria excluído da sucessão; (vi) que o Comandante militar que obedecesse ao Príncipe seria considerado traidor; e, mais importante (vii) **que o Governo empregasse todos os meios a seu alcance para cumprir aquelas determinações**. Em 03/10/1822, um outro Decreto proibiu as comemorações do aniversário de D. Pedro em Portugal. In: Armitage, 1837, p. 62.

³⁴¹ In: LUZ SORIANO, Simão José da. “*História de El-Rei Dom João VI, Primeiro Rei Constitucional de Portugal e do Brasil*”. Lisboa: Typographia Universal, 1866. Cópia pertencente à Universidade da Califórnia. In: <http://books.google.com> (acesso em 05/12/2013). P. 95. Vide também o relato do Visconde de São Leopoldo, que em sua memória das Cortes, afirma ter assinado a Constituição e reprovado a decisão de outros Deputados de São Paulo, além da Bahia, de abandonarem as Cortes em 05/10/1822. O Visconde menciona que, “depois d’esta divergência, e retirada de toda a mais deputação de S. Paulo, d’ella só restava eu no congresso”. In: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo. “Memórias do Visconde de S. Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, compiladas e postas em ordem pelo Conselheiro Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXXVII, Parte Segunda, 1874. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 15/01/2014). P. 41

³⁴² Conforme registrado em ata da sessão da Assembleia Constituinte brasileira, de 02/08/1823, reclamava o Deputado Carneiro da Cunha: “Parece espantoso que depois de ter a Nação Brasileira declarado solemnemente a sua Independencia ainda se pertenda insinuar duvidas sobre esta declaração principalmente em escriptos públicos! Todavia nada há mais certo. No Diario do Governo se publicou ontem debaixo do artigo – Noticias Nacionaes – uma Proclamação do Rei de Portugal como se ele ainda dominasse no Brasil. Talvez pareça isto a alguns escrúpulo de mais, mais eu estou persuadido que he necessário manifestar muito claramente que não temos ligação alguma com Portugal desde que nos separámos, e que sera eterna nossa separação (Apoiado) e que não admitimos que pessoa alguma tenha nem se quer a lembrança de dar a suspeitar o contrario (Apoiado Apoiado). Por estes princípios eu vi com

sentido, sobre a situação nas Províncias, sobre o humor das elites e dos demais setores da sociedade eram claras nos discursos dos agentes políticos brasileiros e portugueses, conforme registra a documentação da época³⁴³. Uma típica situação de guerra, como de fato se desenrolou naquele processo de emancipação brasileira.

3) REGENERAÇÃO-REBELIÃO-RECOLONIZAÇÃO

Se a técnica constitucional foi perdida nos debates, qual era a disputa política que a engolfou? Quando se reuniram, em 21 de janeiro de 1821, as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes não representavam apenas uma parte do Reino português, ou uma entidade da qual o Brasil fazia parte como instituição menor, como uma colônia que havia sido antes de 1808 ou, mais precisamente, antes de 1816.

Na verdade, os deputados reunidos em Lisboa buscavam elaborar Constituição para o Estado português, composto pela união dos Reinos, dentre os quais figurava,

espanto que um Artigo privativo de Portugal se inserisse com o título de Noticias Nacionaes como se este paiz fizesse parte daquele Reino, e formássemos com os seus filhos uma só Nação”.

³⁴³ Veja-se, por exemplo, discurso do Deputado Fernandes Pinheiro, em 15/07/1823. Naquela sessão da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, estava em discussão projeto de Lei Marcial, que reagia a legislação portuguesa anti-independência e estabelecia punições às províncias que se colocassem contra o Imperador. Naquele momento, é preciso registrar, para evitar que os elementos retóricos do Deputado confundam o leitor com uma imagem de unidade nacional que ainda não existia, Maranhão, Pará e Cisplatina ainda estavam do lado português, sob os auspícios da nova constituição de Portugal. A luta na Bahia terminara há poucos dias, mas apenas seria comunicada à Assembleia em 17/07/1823. Ainda assim, diz o Deputado:

“Passo ao assumpto; para convencerem de intempestivo este Projecto ate o artigo 8º, era preciso que começassem por demonstrar ser impossível, pelo menos difícil de verificar-se a hypothese do artigo 1º, mas tao longe de o provarem, infelizmente já o experimentamos, quando as duas Provincias primogênitas da Independencia Brasilica foram abafadas e aterradas por facções desorganizadoras, por hum estranho delírio, á ponto que derão sérios cuidados aos amigos da Sagrada Causa; o que uma vez aconteceu, he possível ainda succeder, tanto mais quanto neste mesmo recinto se tem declamado, que em varias Provincias do Imperio ainda pululão partidos e desconfianças, e nós sabemos que o solo Brasilico não esta de todo purgado de peçonhentos reptis, que espreitam occurrencias favoráveis para levantar o colto; ora, da possibilidade de acontecerem sublevações, nasce a necessidade de legislar e precaver.

(...)

He verdade, Srs., que as nossas Provincias, que tem abraçado a causa da independência deste Imperio, se achão felizmente reunidas e decididas a não soffrer mais o domínio Portuguez: Nós temos disto um exemplo bem decisivo no desenvolvimento do mais heroico patriotismo sustentado com os maiores sacrificios pelos meos dignos Patricios, os Bahianos. Porem a povoação delas he homogenia? Não se compõem ella de muitos Europeos, que chorão ainda pelas cebolas do Egypto, e por um impulso cego do amor do ninho, tudo quanto há em Portugal e de lá vem, he sempre melhor? Não desejão estes no fundo dos seus corações que a roda desande? Ignora isto Portugal? Poderá ele olhar com indiferença para tão grande perda e sofre-la-há com resignação? Não nos illudamos, Portugal deve estar convencido que nada póde pela força das suas armas, e por isso recorrerá á intriga, pond em execução a machiavellica máxima – *divide et impera*”.

desde sua elevação em 1816, o Reino do Brasil. Já existia, portanto, uma entidade política que situava o Brasil como um todo, “autônomo”, parte da Nação portuguesa. O Império de Dom João incluía, dentre outras possessões, dois Reinos: i) um saindo de um período de regressão (e de quase transformação em colônia) e que tentava se restabelecer; ii) outro com uma confiança recém-adquirida por ter sediado, por treze anos, a Corte e por ter sido, em 1816, elevado à condição de Reino Unido.

Apesar de a Revolução do Porto ter-se espreado pelo Reino Brasileiro e ter adquirido a legitimidade de corpo representante da “nação” portuguesa, o movimento europeu teve dificuldades para incorporar essa nova realidade do Reino Unido. Também sofreu com o fato de que as diferentes partes do vasto Estado português viviam realidades distintas, a serem adaptadas dentro dos novos valores liberais. Os vintistas tiveram, principalmente, dificuldades em trabalhar com realidade na qual as visões vindas do Brasil não se restringiam a interesses específicos, como manter os empregos nos Tribunais do Rio de Janeiro. Havia núcleos pensantes a partir dos quais foram elaborados projetos de organização política do Reino do Brasil e do próprio conjunto do Império português. Alguns, como em Pernambuco, eram mais liberais e descentralizadores. Outros eram influenciados pela antiga tradição de pensadores do Estado ligados à Coroa, nos moldes de D. Rodrigo de Souza Coutinho, que desenvolveu reflexão sobre a posição brasileira no Império. A influência da “Geração de 1790” pode ser observada no “projeto paulista” elaborado por José Bonifácio.

Reconhecendo-se, de todo modo, a multiplicidade de projetos existentes naquele Império português que tentava organizar-se em 1821-1822, o fato é que a disputa político-ideológica que se estabeleceu especialmente a partir de 9 de janeiro de 1822, entre Rio de Janeiro e Lisboa, pautou todo o processo que levou à emancipação brasileira e à guerra que se seguiu a ela.

O estopim do conflito foi a emissão dos Decretos de 29 de setembro de 1821³⁴⁴, expedidos pelas Cortes ao Reino do Brasil, e recebidos no Rio de Janeiro apenas em dezembro daquele ano. Muitas ideias e incertezas pairavam sobre o Reino desde a Revolução do Porto e partida da família Real. Diferenças já se faziam presentes entre os dois lados do Atlântico. Os próprios Conselheiros do Rei estavam conscientes das dificuldades.

³⁴⁴ O Decreto sobre as Juntas Provisórias, de acordo com o Barão do Rio Branco, em nota à obra de Varnhagen, foi emitido em 29/09/1821 e convertido, em 01/10/1821, em “carta de lei”. Por essa razão podem existir diferenças nas citações aos Decretos das Cortes, entre setembro e outubro daquele ano. In: Varnhagen, 1957, p. 66.

Ainda assim, os Decretos de setembro deram início ao efetivo curso de formação do polo do Rio de Janeiro que, como já afirmado, não foi o único centro político do Brasil, mas se tornou aquele que passou a influenciar as Províncias, ao obrigá-las a posicionarem-se a favor ou contra D. Pedro. O primeiro Decreto estabelecia Juntas Provisórias de Governo nas Províncias, compostas por 5-7 membros, e transferia o poder militar a Governadores de Armas diretamente ligados a Lisboa. As duas medidas quebravam o poder centralizado no Rio de Janeiro. Politicamente, a medida era aceitável para muitos setores do Norte-Nordeste, exasperados com a centralização da capital carioca.

Quem mais perdia com o Decreto era efetivamente D. Pedro e os grupos que tinham seus planos fundamentados na centralização, como agricultores que forneciam às Cortes, funcionários públicos cujo emprego dependia da manutenção de estruturas do Executivo no Rio de Janeiro e outros beneficiários em termos políticos, econômicos e sociais da capital do Reino em terras brasileiras. É interessante observar, por outro lado, que as Juntas Provisórias, estopins do Fico e à confrontação Rio de Janeiro-Lisboa, só foram abolidas no segundo semestre de 1823³⁴⁵.

O segundo Decreto ordenava a volta do Príncipe Real a Portugal. Chegando a este país, Dom Pedro “passaria a viajar incógnito às côrtes e reinos de Espanha, França e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes e adesão ao sistema constitucional, que para esse fim S.M. houver por bem nomear”. O tom do documento, e dos comentários realizados nas Cortes sobre ele, foi considerado pelo lado brasileiro como uma afronta à dignidade do Príncipe.

As duas medidas significavam, na prática, o desmantelamento da estrutura de Governo estabelecida no Rio de Janeiro, conforme uma das próprias motivações do vintismo, que via a presença da família Real no Brasil como motivo da decadência portuguesa. As Cortes, assim, transformavam o Reino do Brasil em mera notação jurídica, uma vez que o poder passaria a ser concentrado de acordo com visão unitária, principalmente no que diz respeito a seu aspecto militar.

Independentemente de suas motivações técnico-jurídicas, ou mesmo ideológicas, os Decretos significavam, fundamentalmente que a igualdade havia se tornado um problema de organização política do Império. A discórdia envolveu, assim, percepções distintas da realidade e estrutura do Império português. Quase um ano depois da

³⁴⁵ Decreto sobre a abolição das Juntas é discutido na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro apenas em 2/9/1823, mas não foi aprovado.

proclamação da Independência, em um contexto em que se fazia necessário afirmar a unidade do lado brasileiro e a legitimidade da causa de D. Pedro, recordava o Deputado França³⁴⁶ os motivos que teriam levado à reação contra as Cortes. O parlamentar insistia, especialmente, no problema decorrente de os representantes portugueses terem legislado sobre o Brasil sem a completa participação dos Deputados brasileiros. Aqueles grupos que se opuseram às Cortes após os Decretos de 29 de setembro de 1821, liberais ou não, questionavam a legitimidade de algumas capacidades de representação da Constituinte portuguesa.

Desenvolveu-se, assim, junto com os diferentes projetos que envolviam o Reino do Brasil e a própria estrutura da Coroa portuguesa, uma ruptura conceitual que aflorou e se transformou. Após um primeiro momento em que a crítica aos corcundas fazia unanimidade “transoceânica”, o ano de 1822 vê o surgimento dessas contradições:

“Diante de iniciativas consideradas arbitrárias e despóticas tomadas pelos liberais portugueses, as elites brasileiras, ainda que divididas por concepções diversas, tenderam a unir-se em torno de um clima de crescente animosidade contra as Cortes que, por sua vez, interpretavam essas manifestações igualmente como a expressão de uma oposição ao ideário liberal”³⁴⁷.

A discórdia veio com a própria noção de “Regeneração”, conceito-chave para a compreensão do tom dos Decretos de setembro de 1821, do vintismo e do próprio funcionamento das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes. Por esse conceito, os revolucionários do Porto buscavam a institucionalização de um novo regime, o projeto de transformar Portugal em Estado de fundamento liberal, calcado na elaboração de uma Constituição.

Ao mesmo tempo, pretendiam, por esse movimento liberal, “regenerar” o País, ou seja, retornar a um estado anterior de suposta glória. Pelo manifesto dirigido à nação, em janeiro de 1821, atribuía-se, como mencionado acima, o estado precário de Portugal à presença da Família Real no Rio de Janeiro e à abertura dos portos do Reino do Brasil

³⁴⁶“Todos nós sabemos, e o devemos confessar, que em quanto as Cortes de Portugal guardarão em seus debates e resoluções as regras da Justiça Política á respeito dos Direitos individuaes do nosso território, nem uma só palavra se ouviu já mais entre nós a respeito da separação. (apoiado) Della somente se trataou depois que as mesmas Cortes nos quizerão dar em sua Constituição a Boceta de Pandora em que se continham os males de um funesto presente da continuação de uma escravidão Política, colorado com o nome de Liberdade, que somente quadrava bem á situação dos Povos de Portugal, e Algarve”. In: *Atas da Assembleia Constituinte do Império do Brasil*, Sessão de 03/09/1823.

³⁴⁷ Lúcia Bastos Pereira das Neves, 1999, p. 1.

ao comércio³⁴⁸. Esses elementos mostravam o prelúdio de dificuldades com os setores, do Centro-Sul do Brasil, que se beneficiavam da presença da Corte no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, como se verá nos capítulos VI a VIII, essa mesma visão aproximava o vintismo de setores do Norte-Nordeste brasileiro. Mais uma vez observa-se a contradição entre o novo e o antigo daquele momento de transição histórica na Europa e em Portugal.

A regeneração portuguesa, de origem europeia, tinha claro sentido de recuperação de seu status prévio à mudança da Corte para o Brasil. Buscava a precedência anterior³⁴⁹, sem esconder certo estado de “irritação” contra a situação política do Reino³⁵⁰, de ser governado à distância, com as ordens vindas do Brasil e, até 1820, com a presença de um representante inglês à frente dos negócios. Conforme aponta Oliveira Ramos³⁵¹:

Quer dizer, os patriotas lusiadas, com o monarca no Rio e os ingleses presentes na Metrópole, consideravam ferida a dignidade e a autonomia do País. Admitia-se a necessidade de experimentar diferente modelo de governação e diferente regime.

O “rancor”, conforme expressão de Lúcia Bastos Pereira das Neves³⁵², de setores portugueses com a nova realidade do Império (que chamavam de “governo tupinambá” a administração no Brasil) alimentava a ideia de decadência e a necessidade de

³⁴⁸ In: RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou Historia dos Principaes Acontecimentos Politicos da Provincia do Pará, desde o anno de 1821 até 1835*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1865. In: Google Books, http://books.google.fr/books/about/Motins_politicos_ou_Historia_dos_princip.html?id=5Q9QAAAAYA_AJ&redir_esc=y (acesso em 15/12/2014). P. 2

³⁴⁹ Em documento anônimo, elaborado em Londres e datado de 04/06/1822, afirma seu autor: “publicada a Carta de lei de 16 de Dezembro de 1815, sem dar providencia alguma para cimentar por vínculos de igualdade de prerrogativas, e de interesses recíprocos a união dos dois reinos: logo uma nuvem negra de desgosto geral cobriu os corações dos habitantes de Portugal, vendo no governo todas as disposições de o reduzir a estado de colônia, quando se elevava o Brasil á graduação de reino; e esta humiliação se fazia tanto mais sensível a Portugal, quando ele acabava de restaurar a corôa ao seu legitimo soberano com tão grandes sacrificios; o que o fazia credor de prêmios e não de degradações”.

In: ANÔNIMO. “Considerações sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a sahida d’El-Rei de Lisboa em 1807 até ao presente (indicando algumas providencias para a consolidação do reino unido)”. Londres, 04/06/1822. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXVI, 1863. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 03/01/2014). P. 147

³⁵⁰ “(...) a documentação dos arquivos privados, o noticiário, o debate de imprensa e o exame dos panfletos que circulavam em profusão permite, no entanto, concluir que não se raciocinava, em Portugal, em termos de equilíbrio, mas em função do estado de irritação reinante contra o Brasil, que crescia sob o governo benemérito de D. João”. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. “Portugal no seu esforço de independência e autonomia do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 249, outubro-dezembro de 1960. <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 03/12/2013). P. 41.

³⁵¹ 1985, p. 134.

³⁵² 2011, p.

recuperação, de regeneração. O movimento trazia em si a necessidade de reverter a decadência da antiga Corte. Ou seja, de recuperar a liderança. Esse tom oculto da regeneração esteve inicialmente reprimido, por ainda estar em desenvolvimento ou por questões “estratégicas”, a necessidade de ganhar adesões e de evitar que os “corcundas” pudessem reagir. Não se deve, logicamente, atribuir a todos aqueles do lado português a mesma intenção velada. Tampouco se deve estimar que o tom de recuperação da precedência anulasse completamente as ideias liberais e os projetos constitucionais.

O quadro era mais complexo, mas tom político da regeneração portuguesa trazia em si esse problema existencial na relação entre a antiga Lisboa, a ser recuperada, e o novo Rio de Janeiro. A Proclamação das Cortes de 13 de junho de 1821 já mostrava uma certa dicotomia entre “portugueses” e “brasileiros”, interessante para as reflexões sobre a nacionalidade brasileira. O documento utilizava expressões como “mutuos interesses”, referia-se a “vossos deputados”. Em grande medida as Cortes tinham o Brasil como ente unificado, mas distinto. Concretizavam o discurso do “outro”³⁵³, algo que ainda não existia no Brasil, como visto no Capítulo anterior. De fora, em Lisboa, havia “brasileiros”; no Reino do Brasil, essa identidade ainda não estava presente.

Observa-se, nesse sentido, descompasso no que poderia ser tido como a “hierarquia” das representações. Os representantes portugueses arrogam para si, em alguns casos, um tom de superioridade, possivelmente uma maneira de compensar a centralização do poder no Rio de Janeiro, na década anterior. Alguns deputados ensaiavam justificativas para sua defesa da precedência européia. Buscavam, fundamentalmente, recolocar Lisboa como único centro de poder.

Essa era a fatura do vintismo que se apresentava aos brasileiros, cujo pagamento seria a predominância da visão regeneradora de Lisboa. Na sessão de 6 de março de 1822, o Deputado Guerreiro procurou dar unidade a uma gama de temas, tais como a “igualdade” dos Reinos (que ele parece negar) e a falta de vários dos representantes brasileiros. Ao tratar desses assuntos, transmitiu a imagem que o “regenerador” tinha do processo em curso em Portugal: por terem sido os primeiros a reagir contra o despotismo, os europeus teriam precedência. Na lógica do parlamentar, ao aderirem a

³⁵³ Vide, por exemplo, o seguinte trecho da mencionada Proclamação das Cortes: “Lançai os olhos pela historia, e vereis qual tem sido o resultado da luta dos partidos, e das facções. O estrago, a assolação, e a morte, companheiras inseparáveis da anarchia, e da guerra civil, foi sempre e está sendo ainda hoje a sorte dos paizes, em que as paixões fomentarão a desunião, e a discordia entre os seus concidadãos. (...) Habitantes do Brazil! Continuai a imitar a moderação, que nesta época memoravel tem manifestado vossos irmãos”.

este movimento, os brasileiros haviam aceitado as determinações das Cortes, como elas viessem³⁵⁴.

Essa concepção de precedência portuguesa chocou-se, logicamente, com o reverso da ideia, a noção de igualdade que mobilizava os brasileiros. Para muitos dos representantes brasileiros, os debates constitucionais relacionavam-se com o trabalho de manter o status recém-adquirido, simbolizado, especialmente, pela elevação do Brasil a Reino Unido, em 1815. Volta-se aqui às consequências da elevação brasileira, juridicamente desvinculado a Portugal em si, ligado diretamente à Coroa. Como aponta Nizza da Silva³⁵⁵, havia diferença em como portugueses e brasileiros encaravam a elevação do Brasil, sendo que os primeiros o viam como um simples formalismo “sem conteúdo”. Os setores do Centro-Sul brasileiro, por sua vez, trabalhavam a partir da experiência recente, da preparação da Capital carioca para o bom funcionamento de um Governo nos moldes utilizados em Portugal pré-Revolução do Porto, com todas as consequências políticas, econômicas, sociais e culturais.

A realidade do Reino Unido simboliza, em grande medida, o tom de igualdade pelo qual alguns deputados brasileiros buscavam garantir os desenvolvimentos da estrutura governamental e social ocorridos no Rio de Janeiro ao longo da presença da família real³⁵⁶. Muitos portugueses instalados no Reino do Brasil, especialmente no Centro-Sul, não estavam dispostos a perder as conquistas políticas recentes,

³⁵⁴ “As províncias do Continente europeu forão as primeiras que proclamárão a nova ordem de cousas, que espancarão o despotismo, e fizerão reassumir à Nação os seus direitos, direitos de que gozará no princípio da monarquia; as províncias do Continente europeu regularião a marcha de sua regeneração, segundo exigião os seus interesses, porém lembrar-se-ão que em outro Continente vivião seus irmãos, que gemião nos mesmos males, e que por interesses recíprocos virião a gozar do benefício da mesma regeneração política. (...) Por consequência as províncias do Continente europeu, quando fizerão a sua regeneração attenderão a si, attenderão ás suas circunstancias; a sua representação foi legitima desde o principio, porem desde o seu principio não tinha direito de legislar para as provincias do Continente americano; mas quando uma dellas declarou adherir á causa das províncias do continente europeu, quando reconheceu as Cortes de Portugal, quando jurou obediência á Constituição, quando affiançou com juramentos esta promessa, não reconheceu a legitimidade desta representação nacional? Não se sujeitou a obedecer a estas determinações?”

³⁵⁵ 2012, p. 2.

³⁵⁶ Observe-se, por exemplo, o discurso do Deputado Andrada registrado nas atas das Cortes, em 18/06/1822:

“Se o Brazil não he mais colonia, nada deve ao nobre Preopinante, nem á Commissão de que he membro; nem elle, nem a Commissão tem direito de escravizarem os seus iguaes; embora lhes não falte vontade, falta-lhes poder. Ao Congresso mesmo não tem o Brazil que agradecer; elle nada tem feito a seu prol, a este respeito; já tudo estava feito. De mais, o Congresso que he a representação de ambos os Reinos irmãos não tem direito para sacrificar os interesses de um ao bem exclusivo do outro; e menos para degradar o Brazil da igualdade que lhe deu a natureza, e que a sua coragem lhe conservará. Se o Brazil não he mais colonia; se o não será jamais, deve-o a si mesmo, deve-o á natureza que o fez chegar ao estado de virilidade, que faz cessar necessariamente a tutela interessada de metropoles desconfiadas, bem máo grado dellas. A passagem da Corte para o Brazil acelerou sem duvida a epoca da maioridade do Reino do Brazil”.

fundamentadas na ideia de igualdade e de independência recebida da elevação a Reino Unido³⁵⁷. Maria Graham, que testemunhou parte dos eventos, sustentou que haveria no Brasil, à época, a ideia de que a presença anterior da Corte no Rio de Janeiro induziria as Cortes a tratar do Brasil como parte integral da nação portuguesa³⁵⁸. Nas discussões sobre as medidas das Cortes se observa, por exemplo, muitos discursos de representantes brasileiros de que as medidas adotadas por aquelas somente seriam aplicáveis quando da aprovação de todos os Deputados do Brasil.

As Cortes foram acusadas, na disputa com o Rio de Janeiro, de terem violado esse princípio de igualdade e de terem legislado para o Brasil sem ter a legitimidade para tanto³⁵⁹. O Deputado Pereira da Cunha, por exemplo, realizou na Constituinte carioca, em 11 de agosto de 1823, longa proclamação sobre os fatos que levaram à Independência. Nela, os constituintes brasileiros relatam o “convite” aos brasileiros para entrarem “como parte principal da nação em um novo Pacto Social”, que depois havia se transformado em “mãos tratos” contra os brasileiros, em tentativas de divisão e de “recolonização”. Para o Deputado, não contentes com as “odiosas deliberações”, as Cortes portuguesas “declararam guerra ao Brasil”, “e ultimamente propuzeram às Nações Estrangeiras trocar por Exercitos parte do Territorio Brasileiro para poderem subjugar a outra parte”. Sustentava, então, a liderança de D. Pedro e as ações para se

³⁵⁷ Como se registra em outro discurso do Deputado Andrada, em 10/06/1822, nas Cortes Portuguesas:

“Quando o Brazil adheriu á causa da regeneração, estava lá a séde da Monarquia, e ninguem se persuadia que houvesse de saír, pelo menos sem que se subtituissem as necessarias autoridades para a completa expedição de todos os negocios do Brazil. A mudança da séde da Monarquia causou algum estremecimento, principalmente nas provincias do Sul. Abusou-se cá da liberdade da imprensa para deprimir o Brazil. O soberano Congresso começou a legislar para lé na boa fé de sua incondicionada adhesão. O projecto de Constituição apresentou o Brazil reduzido a provincia de Portugal. Tudo isto excitou graves murmurações, limitadas com tudo pela esperança que os seus Deputados, esclarecendo o soberano Congresso sobre os interesses e vontade geral do Brazil, obterião melhoramentos. Alguns Europeos, menos ligados ao paiz, contradisserão as opiniões dos Brasileiros: despertárão-se por isso as rivalidades antigas, que crescêrão ao maior gráo onde a tropa europea apoiava um dos partidos. (He por isso que em Pernambuco não se restabeleceu a possivel tranquillidade em quanto não safu a tropa: o mesmo há de acontecer á desgraçada Bahia). A voz da união principiou a afroxar, porque os Brasileiros, recordando com o horror o antigo despotismo europeu, temião caír outra vez debaixo delle: alguns se lembravão evitalo pela separação; porém a maioridade, entrando nella os mais sensatos, preferia altamente a união, esperando obtela com reciprocas vantagens”.

³⁵⁸ *It was fondly hoped, that the presence of Brazilian deputies, the importance of the country, and the consideration that it had been the asylum of the government during the stormy days of the revolutionary war, would have induced the cortes to have considered it no longer as a colony, but as an equal part of the nation, and that it might have retained its separate courts, civil and criminal, and all the consequent advantages of a prompt administration of the laws.* In: Graham, 1824, p. 76.

³⁵⁹ Em ata de 24/05/1823 da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, recordava o Deputado Dias sobre as razões da resistência contra as Cortes: “Foi então que a salvação publica nos dictou que deveramos reassumir nossos inauferíveis direitos, pelas mesmas Cortes de Portugal confessados, quando anunciarão que as Bases da Constituição obrigavão desde logo á sua obervancia os Reinos de Portugal e Algarves, mas ao Brasil só depois de comparecerem seos Representantes”.

contrapor àquelas medidas inequânimes, registrando os “sacrifícios” da Bahia e das tropas das outras Províncias “que os auxiliaram”.

Para setores das elites da capital carioca e das Províncias mais próximas, como se viu no Capítulo precedente, era preciso resistir às tentativas das Cortes de diminuir a importância política e social adquirida pelo Reino do Brasil. Essa postura também foi vista em parecer de analista anônimo que escreveu de Londres, em 4 de junho de 1822, ao Príncipe Regente³⁶⁰. O autor anônimo teria sido, segundo Oliveira Lima³⁶¹, o Marquês de Barbacena, que estava em Londres nesse período. Em tom conservador, o texto delineiava plano para o Reino Unido de Brasil e Portugal, no qual D. Pedro era colocado como a figura central da união, necessária para a preservação da integridade do Reino e da própria Monarquia³⁶². A base de reflexão era exatamente a necessidade de se manter a igualdade dos dois lados do Império Português, estimando as perdas de cada lado de uma eventual separação, ou do não respeito daquela isonomia.

Ademais de insistir na integridade do Reino do Brasil e na necessidade de se enfrentar a anarquia, é interessante o ponto levantado pelo autor sobre a importância de se obter a legitimação do poder do Regente pelas Câmaras locais³⁶³. O autor anônimo

³⁶⁰ “Considerações sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a saída d’El-Rei de Lisboa em 1807 até o presente (indicando algumas providências para a consolidação do reino unido)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXVI, 1863. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> (acesso em 03/01/2014).

³⁶¹ LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil (1808-1821). Segundo Volume. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1908. In: <http://www.yumpu.com/pt/document/view/12657111/dom-joao-vi-no-brazil-1808-1821> (acesso em 27/01/2014).

³⁶² “Que o ponto fundamental para segurar a prosperidade e mesmo a existência não só do magnífico reino do Brasil, mas de toda a monarchia, consiste em conservar aquelle reino na sua integridade, prestando todos os seus habitantes a devida e necessária obediência a S.A.R o príncipe regente. (...) Que é a unidade de um poder executivo hereditário, e não a do corpo legislativo, que pôde perpetuar a união dos dois reinos. Porém, esta unidade só se pôde effectuar, residindo o soberano em um reino e o príncipe herdeiro da corôa no outro; pois só por este modo o rei se pôde reproduzir em duas pessoas com os mesmos direitos, e com idênticos interesses na prosperidade e perpetua união dos dois reinos. É portanto indispensável formar uma lei fundamental de união sobre este principio, e estabelecendo uma igualdade de direitos, prerrogativas e vantagens em ambos os reinos, e regulando a sua administração de maneira, que algum d’elles seja de peso ao outro; mas antes se coadjuvem mutuamente em tudo que for de comum interesse. (...) O plano da união dos dois reinos que acabo de propor; e cuja adopção procurei infructuosamente promover desde 1815, quando dependia somente do governo de o pôr em pratica; vejo que a providencia, que sempre protege a monarchia, o vai promovendo agora, ainda que por circumstancias extraordinárias e violentas. El-rei acha-se em Portugal, e o príncipe real no Brasil, apesar de tantos esforços que fizeram para o impedir pessoas que lhes importa mais os seus interesses particulares do que os da monarchia”. 1863, P. 173, 176 e 182.

³⁶³ “Estas resoluções fazendo-as ratificar pelas diversas camaras das províncias do Brasil; e ajuntando o protesto do regente de as aprovar e manter: hão certamente produzir um grande efeito em Portugal; e o governo do Brasil, seguindo este plano com firmeza e energia, põem-se na melhor posição possível para fazer recahir sobre as intrusas côrtes, toda a reponsabilidade dos males que sofrer Portugal: quando ao mesmo tempo se o reino do Brasil se consolida na sua integridade, debaixo de um regimen monarchico: deve necessariamente ter a maior preponderância no continente americano; e Portugal ainda quando por

procurava, particularmente, enfatizar a importância da manutenção do vínculo político entre Brasil e Portugal, já em um contexto no qual a independência era tema abertamente discutido³⁶⁴. Um de seus argumentos era o comercial³⁶⁵, ideia que não teria escapado, também, outros atores brasileiros, principalmente no Norte-Nordeste, onde se deu a resistência à D. Pedro, por razões anteriores (os problemas de relacionamento com o Rio de Janeiro da Corte) e daquele momento (a legitimidade do liberalismo vintista).

Tom semelhante sobre a questão da igualdade e da importância do Brasil foi observado, alguns meses antes desse projeto anônimo ser escrito, nas proclamações realizadas por José Bonifácio e por outras autoridades paulistas, nas instruções aos Deputados paulistas nas Cortes³⁶⁶, de 10 de outubro de 1821, e na Representação ao Príncipe dirigida pelo Senado da Câmara e Clero de São Paulo, de 31 de dezembro de 1821. Nos dois documentos, o norte da posição paulista nas Cortes se fundamentava claramente na noção de igualdade entre os Reinos. As instruções aos Deputados paulistas tinham como 2º ponto dos “Negócios da União” a defesa da “igualdade de direitos políticos, e dos civis, quanto o permitir a diversidade dos costumes e território, e das circunstâncias estatísticas”. Seguiu a reflexão sobre onde seria a sede da Monarquia, se em um local ou alternativamente, “para que assim possa o rei mais depressa e por turno satisfazer reciprocamente as saudades de seus povos”. O último ponto da seção sustentava a importância de se manter a igualdade da representação nas Cortes, entre o Reino de Portugal e o Ultramar.

Três meses depois, ao terminar o ano de 1821, a retórica dos paulistas foi mais contundente, já influenciada pela notícia dos Decretos das Cortes, de setembro de 1821. A Representação relatava atitudes históricas que exemplificariam como os “portugueses

intrigas e violências atrozes da facção se venha a separar: não poderá tal separação durar por muito tempo”. 1863, p. 182

³⁶⁴ “Que Portugal separado do Brasil ficaria privado da principal base da sua prosperidade e poder, é uma verdade de tal evidencia, que só póde ser contestada por loucos ou por facciosos inimigos da minarchia (...) Que o Brasil separado de Portugal perde muitos meios de aumentar progressivamente a sua prosperidade e poder, e fica exposto a bastantes perigos, é também uma verdade fácil de demonstrar. Acresce mais, que se da separação dos dois reinos podem provir grandes desvantagens ao Brasil; não lhe resulta certamente d’ella vantagem alguma. Passo a exhibir as provas d’estas proposições”. Idem, p. 163.

³⁶⁵ “Ora que a união de Portugal e das mais possessões portuguezas nas diversas partes do globo podem, debaixo de um bem entendido regimen, contribuir muito ao aumento progressivo da prosperidade e poder do Brasil: é uma asserção que quase se prova pelo seu simples enunciado – três milhões de consumidores seguros dos gêneros do Brasil que contém Portugal e ilhas adjacentes: numero que uma boa administração póde mais que duplicar; e ajudando a estes os habitantes das possessões portuguezas de Africa e Asia; são recursos que fariam grande falta ao Basil se fosse d’elles privado”. Idem., p. 163.

³⁶⁶ “Lembranças e Apontamentos do Governo provisório da Província de São Paulo para seus Deputados”. In: Bonifácio, 2002, p. 125

nascidos no Brasil prezaram sempre sua independência”³⁶⁷. Os paulistas também acusavam as Cortes de legislarem sobre o Brasil sem esperar os representantes deste, incluindo no projeto de Constituição disposições que buscariam “escravizar este riquíssimo país, e reduzi-lo a mera colônia”. Acusavam, igualmente, a constituição das Juntas Provisórias como instrumento para “enfraquecer-nos, dividir-nos em partidos e desligar as províncias; a fim de melhor imperarem sobre cada uma”. E criticavam, especialmente, o constante envio de tropas portuguesas ao Reino do Brasil. Para a representação de São Paulo, “os brasileiros, real senhor, estão persuadidos de que é por meio de baionetas que se pretende dar lei a este Reino”.

Hélio Viana³⁶⁸ relata que o Deputado Antônio Carlos Andrada³⁶⁹ entrevistou-se com o Príncipe em 9 de novembro de 1821, e “em consequência, em carta ao pai, do mesmo dia, advogou a reciprocidade de direitos dos portugueses e brasileiros, e a igualdade da representação política do Brasil, relativamente a Portugal, nas referidas ‘Instruções’ defendidas”. Semanas depois, no início de dezembro, chegam ao Rio os Decretos das Cortes. Para Viana, nesse momento, os “patriotas” (termo que não refletia, na verdade, o que era o grupo em torno de D. Pedro) que buscavam a manutenção da igualdade política entre os dois Reinos teriam compreendido que os atos das Cortes significavam a “extinção do laço de união”.

Ao reiterarem sua crítica aos Decretos das Cortes, os paulistas enviaram ao Regente a deputação liderada por José Bonifácio, destinada a convencê-lo a permanecer. Nos argumentos utilizados para o “Fico”, conformou-se o centro da visão política que sustentaria a posição do polo do Rio de Janeiro, tanto na defesa da igualdade, quanto na visão da centralização do poder nas mãos do Príncipe Regente.

Reforçar o primeiro elemento, da igualdade, foi o principal argumento na imagem construída da ameaça da “Recolonização”. Por trás desse projeto paulista ou “centro-sulino”, é importante resgatar uma linha de reflexão sobre a organização do Estado português e o papel do Brasil nesse processo. Como aponta Maria Odila Leite da

³⁶⁷ “Com efeito, o generoso Brasil, que tão francamente se prestou a fazer causa comum com Portugal, vendo iludida a sua boa-fé e ultrajado o seu decoro nacional, reconhece hoje seu erro, e à vista de procedimentos nunca esperados, parece fazer amadornado, podendo apenas acreditar tão absurdas disposições a seu respeito. Os paulistas, porém, não podendo por mais tempo disfarçar seu justíssimo ressentimento, são os primeiros que ousam levantar sua voz e protestar contra atos inconstitucionais, com que se pretende iludir e escravizar um povo livre, cujo crime é haver dado demasiado crédito a vãs promessas e doces palavras”.

³⁶⁸ VIANA, Hélio. “José Bonifácio e os Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 260, julho-setembro de 1963. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013). P. 166.

³⁶⁹ Antônio Carlos Ribeiro Andrada Machado e Silva, irmão de José Bonifácio.

Silva Dias³⁷⁰, a “elite burocrática” formada por Portugal (que contava com a presença de muitos brasileiros, atraídos pelo serviço ao Rei), especialmente aquela da geração de 1790, trabalhava intensamente em projetos de organização social do Império, tendo sempre a centralização como fundamento de suas reflexões:

Estadistas como D. Rodrigo de Souza Coutinho ou o Conde da Barca tinham como missão precípua a tarefa da fundação de um novo Império que teria como sede o Rio de Janeiro e que deveria impor-se sobre as demais capitanias. E para esse trabalho contaram com a colaboração e o empenho dos ilustrados brasileiros.

Talvez seja precipitado incluir todos os “ilustrados” brasileiros e os outros setores das elites do Reino na ação desse grupo, fundamentalmente ligado a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Lúcia Bastos P. Neves distingue, no grupo centro-sulino próximo a D. Pedro, uma “elite coimbrã”, de brasileiros formados em Coimbra e influenciados por um “ideal reformador cosmopolita moldado pelas pragmáticas, ainda que mitigadas, Luzes portuguesas”, capazes de se aproximar do liberalismo sem se distanciar do Rei. Esse era o caso de José Bonifácio, Hipólito José da Costa ou José da Silva Lisboa, os quais ecoariam muitas das visões dos conselheiros do Rei que enfrentaram o vintismo em seu primeiro momento, em 1821, como visto na primeira parte do presente capítulo. Eles pensavam no Império português, e no Reino do Brasil como um todo, unificado sob um só comando³⁷¹.

Outro grupo, na interpretação de Neves, era a “elite brasiliense”, majoritariamente nascida no Brasil e “menos doutrinados por vias formais e mais abertos às ideias do pensamento francês”. Esse conjunto, de homens como Gonçalves Ledo, Diogo Feijó e Cipriano Barata, era pouco vinculado à noção de império luso-brasileiro de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Tendia a ser, como se vê nas posturas que adotou em relação ao Rio de Janeiro e, posteriormente, às Cortes, mais localistas (como o caso de Barata, primeiro anti-Coroa, depois pró-D. Pedro e finalmente revolucionário), mais liberais e mais descentralizadores. Muitos deles seriam acusados, feita a independência, de republicanos, facciosos ou revolucionários.

³⁷⁰ 2005, p. 33.

³⁷¹ Em carta a D. Pedro, de 23/01/1822, Caetano Pinto defende as ideias propostas por Bonifácio em janeiro de 1822, e sublinha que “hé necessário empregar todos os meios de reunir o Brasil no mesmo systema”. In: *Documentos para a Historia da Independencia*, 1923, p. 374.

A reação contra as medidas das Cortes não atingiam apenas aqueles setores do Centro-Sul, mas tampouco foram unânimes nesta região. Como sustentado no presente trabalho, muitos grupos da elite do Norte-Nordeste resistiram abertamente ao Rio de Janeiro, atitude que não se iniciou com o conflito com as Cortes, mas que o precedia, na desconfiança da centralização feita na capital carioca. Havia, ademais, uma ideologia para sustentar esse grupo, ligada ao vintismo e à legitimidade da Coroa.

Dado importante: não se tratavam de simples grupelhos portugueses, mesmo que não fossem majoritários. Todos os residentes do Reino do Brasil eram cidadãos de Portugal, apesar das diferenças já sentidas entre os nascidos na Europa e os nascidos na América. A diferença entre “portugueses” e “brasileiros” era algo ainda em construção, em grande medida nas reações e distinções vistas nas próprias Cortes. Mas, muitos no Brasil, com a distancia física e temporal, tanto de Lisboa quanto do Rio de Janeiro, sustentaram a ideia da Constituição liberal portuguesa. Para esses grupos, a “Regeneração” mantinha o tom propalado em 1820-1821, sem as bases “ocultas” dos continentais.

Em contraste com a Proclamação escrita por Bonifácio, o Ofício encaminhado por 655 cidadãos da Bahia ao Governador de Armas, General Madeira, em 4 de novembro de 1822³⁷², sustentou a da causa vintista, demandando providências das autoridades locais contra os “facciosos” do sul. O documento reconhecia a “mudança gradual da opinião pública a favor da rebelde e antissocial facção bonifácia”, mas defendia a necessidade de medidas para inverter essa ordem. Segundo os signatários, “é da maior necessidade e urgente precisão, para segurança desta Província e de todas as mais do Brasil (tanto as unidas á Constituição como as dissidentes) tornarem aos seus deveres, deles apartadas, por venaes assalariados”. “Os facciosos do Brasil não admitem razões (...). É preciso estabelecer a Constituição no Brasil tendo-a em uma mão e em outra a espada”.

O documento ainda refletia sobre posições em outras Províncias, por exemplo a manutenção da praça de Montevideú, e demanda a Madeira medidas para o bloqueio dos portos de Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. Na visão dos signatários, “é infalível que virá ordem de El Rei para bloquear as Províncias rebeldes não fazendo mais Vossa Excelência do que adiantar-se em medida de tanta transcendência”. É interessante notar que a Proclamação paulista, supramencionada, foi assinada por 11

³⁷² Citado anteriormente.

membros do legislativo paulista, ao passo que a proclamação bahiana, quase um ano depois, era apoiada por 655 cidadãos.

Se alguns setores brasileiros não variaram seu apoio ao vintismo, outros se movimentaram entre os dois polos do conflito. Círculos republicanos ou defensores da autonomia regional se colocaram num primeiro momento ao lado do vintismo, contra a centralização do Rio de Janeiro. Inverteram de lado, ao longo de 1822, ao resistir às medidas adotadas pelas Cortes sobre o Reino do Brasil. Aproximaram-se, com isso, de D. Pedro, ainda que se tratasse muito mais de uma aliança de conveniência do que de convicção. Essa fragilidade apresentou sua fatura logo no processo subsequente à Independência, e continuou a influenciar a política brasileira até meados da década de 1840, quando se completa o que José Murilo de Carvalho, como já citado, alcunhou de “acumulação primitiva do poder”.

Exemplo desse movimento pendular foi a situação do baiano Cipriano Barata. Luís Henrique Dias Tavares³⁷³ analisa o manifesto publicado por Barata após seu retorno ao Brasil, em 1823, cujo objetivo era apresentar um “dezenano para Brasileiros, e Europeos Residentes no Brasil”. Aponta que o baiano foi um dos principais articuladores, na Bahia, do levante militar que concedeu o apoio às Cortes, em 1821, afastando a Província do Rio de Janeiro, “exatamente por ser a cidade em que estava o rei absoluto D. João VI”³⁷⁴. Ao analisar a vinculação de Barata ao movimento liberal-constitucional em voga em Portugal, Dias Tavares sublinha não ser possível saber se o representante baiano

“defendia a posição dos que já preferiam separar a Bahia de Portugal e do Rio de Janeiro – ou se estava na posição daqueles que consideravam suficiente apoiar a queda do odiado sistema despótico, deixando para depois as Cortes de Lisboa realizarem a sagrada missão de construir a ordem liberal-constitucional igualmente válida para Portugal e Brasil”³⁷⁵.

Dessa posição anti-Rio de Janeiro e autonomista, Barata transitou, ao longo dos debates nas Cortes, para a resistência às medidas que passaram a ser vistas como a “recolonização” do Reino do Brasil. Aproximou-se do grupo dos paulistas e outros partidários da igualdade entre os Reinos, fugindo com aqueles de Portugal, em fins de

³⁷³ DIAS TAVARES, Luiz Henrique. “Uma Leitura do *Manifesto* de Cipriano Barata à Bahia em 1823”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 149, Nº 360, julho-setembro de 1988. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013). P. 269.

³⁷⁴ Idem, p. 272.

³⁷⁵ Idem, p. 273.

1822. Já de volta ao Brasil, publicou seu Manifesto, crítico às Cortes e no qual sustentava que a Constituição de Portugal (que havia sido assinada, em 23 de julho de 1822, por outros representantes brasileiros) “só he própria para os portugueses”.

No momento da publicação do Manifesto, em 1823, já se observavam em Pernambuco resistências à “exagerada concentração de poder executivo central em uma só pessoa, o imperador Pedro I e num só ponto do Brasil”. Cipriano Barata manteve-se fiel às suas convicções liberais e autonomistas e lutou contra a centralização, que remetia às primeiras movimentações contra o Rio de Janeiro, em 1821, e que haviam sido amainadas pelo conflito contra as Cortes. Liberado das Cortes lisboetas, voltou, já em 1823, à sua luta antiga contra o Rio de Janeiro centralizador, representando a Bahia e suscitando preocupações inclusive de Mareschal, representante diplomático austríaco³⁷⁶.

Era, portanto, tarefa difícil aglutinar todas essas diferentes tendências que tiveram como elemento homogeneizador, ao longo de 1822, a reação contra as Cortes (e o fato destas tratarem todos eles como “brasileiros”). A mera sensação de injustiça cometida pelas Cortes muitas vezes não se fazia suficiente para mobilizar a formação de uma resistência em torno do Rio de Janeiro e aproximar os múltiplos projetos em uma causa comum, ao menos no que diz respeito aos grupos que resistiam às Cortes³⁷⁷. Mesmo a crescente participação de variados setores da população nas ruas, ainda não havia, na maior parte de 1821-1822, uma única tendência capaz de se impor, seja do lado português, seja de algum dos projetos brasileiros.

D. Pedro se tornou, assim, figura central para a solução “brasileira”, na medida em que para ele convergiam interesses diversos que tinham em comum a aversão à ameaça de “recolonização”, ou perda de espaço do Rio de Janeiro. Com a legitimidade de herdeiro da Coroa, negociou o apoio de grupos da capital e das Províncias, o que, com a exceção de Rio de Janeiro e São Paulo, normalmente terminou apenas com arranjos provisórios ou rejeições. A base do projeto desenvolvido pelo polo do Rio de

³⁷⁶ Em 09/06/1823, escreveu Mareschal: *Plusieurs députés de la Province de Bahia sont déjà connus, quoiqu'ils n'aient point encore les actes nécessaires pour prendre leurs places ; quelques uns sont bons, mais il y en a un qui est le plus violent des Démocrates ; c'est le député Barata qui a déjà siégé aux Cortes de Lisbonne et est à présent à Pernambouc ; il a refusé la croix de commandeur du nouvel ordre, que le Gouvernement lui avoit donné dans l'espoir de le gagner et a publié à Pernambouc un manifeste à ses Constituans, où il cherche à inculquer que la Constitution de Portugal est la meilleure possible et que les Cortes de Lisbonne ont montré autant de sagesse dans sa rédaction que d'erreurs dans leur conduite envers le Brésil.* In : Mareschal, Correspondência Diplomática. In : RIHGB, 1976, p. 228.

³⁷⁷ Lembrando-se, sempre, que setores da sociedade brasileira, especialmente no Norte-Nordeste, de origens variadas (brasileiros e portugueses), permaneceram ao lado das Cortes até o fim da guerra e a conquista militar.

Janeiro foi aquela dos herdeiros de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Eles desenvolveram uma organização política com traços de centralização e de autonomia regional. Orientaram a construção do Império Brasileiro, inclusive no momento em que a força armada, a guerra, foi necessária para garantir aquele projeto unitário e centralizador.



D. Pedro, por Simplício Rodrigues de Sá - Museu Imperial de Petrópolis

Não eram os únicos, no entanto, a terem projeto político para o Brasil, de modo que a disputa continuou internamente, durante e após a resolução do problema externo que uniu provisoriamente as diferentes tendências. Nesse momento, a partir do segundo semestre de 1823, D. Pedro já tinha força militar capaz de impor seu projeto aos resistentes, o que não foi, cabe dizer, tarefa fácil, como se verá no último capítulo desta tese.

Para os setores brasileiros que se mobilizavam já desde o fim de 1821 contra as Cortes, ter o Príncipe Regente a seu lado era, desse modo, fundamental. Mesmo que alguns grupos resistissem a D. Pedro por sua representação de “antigo regime”, a

presença do Regente no Rio de Janeiro reforçava em muito a legitimidade da causa “brasileira”, inclusive no plano internacional. Ao enviar agentes diplomáticos à Buenos Aires, Londres, Paris e Viena, José Bonifácio, desde janeiro de 1822 Ministro dos Negócios Estrangeiros, buscou realizar a dupla tarefa de adquirir meios necessários para a defesa do Reino Unido e justificar as ações de D. Pedro como meios de preservar a Coroa no Brasil e “os direitos da augusta casa de Bragança”³⁷⁸.

É preciso, dessa forma, refletir criticamente sobre imagem convencionalizada de que as grandes potências pretendiam proteger as monarquias europeias nas Américas, ou seja, favorecendo Lisboa e Madri. A luta que se travou foi entre Cortes liberais de Lisboa e o Representante da Coroa, e ambos buscaram o apoio político das principais potências europeias. Mas, seria mesmo aos olhos, por exemplo, de Viena, mais interessante se colocar ao lado das Cortes liberais, ao passo que o Regente representava exatamente a legitimidade muito mais próxima da ideologia que eles advogavam?

A simpatia de Mareschal pelo Príncipe Regente é conhecida, mas não chegou a se traduzir em apoio oficial de seu Governo a D. Pedro (tampouco estavam ausentes atritos, como se mencionará no Capítulo IX). Muitos ofícios enviados pelo diplomata austríaco à sua capital³⁷⁹ davam conta, porém, do fato de que a presença do herdeiro da Coroa interessava a monarquia austríaca, a ponto de manter representante diplomático no Rio de Janeiro, mesmo que este continuasse, ao até o reconhecimento da Independência, com o status “consular” e se referisse, em seus documentos, ao “Príncipe Regente”. Após relatar os acontecimentos militares em curso no Brasil (e que serão tratados nos próximos capítulos), Mareschal estimava que aquele momento político (ele escrevia em 30 de janeiro de 1823), favorecia a causa brasileira, pelo curso da guerra na Bahia e na Cisplatina, pela situação positiva em Pernambuco e no Centro-Sul³⁸⁰. Não há menção ao Piauí, Maranhão ou Pará. Continuam em outros ofícios as

³⁷⁸ “Instruções de José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, encarregado de negócios em Paris”. In: “Instruções 1822-1840”. *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*. Ano 7, nº 12, primeiros semestre, 2008. In: Fundação Alexandre de Gusmão, www.funag.gov.br (acesso em 04/03/2012). P. 17.

³⁷⁹ In: “Correspondência do Barão Wensel de Mareschal com o Príncipe de Metternich. Rio de Janeiro, abril 1823”. Lata 349, Arquivo do IHGB. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 313, outubro-dezembro de 1976. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 13/11/2013).

³⁸⁰ Em 30/01/1823 : *En tout je crois pouvoir assurer Votre Altesse d'après mes faibles lumières, que la route de LL.AA.EE. n'a jamais été dans une meilleure position et que si surtout, elle est moralement appuyée par l'assentiment des grandes puissances, ce qui flatteroit infiniment l'amour propre des Brésiliens, elle a toutes les chances d'un succès complet*. Idem., p. 159.

referências ao apoio ao Príncipe³⁸¹ e, principalmente, gestões para que este adote um modelo de Governo aceitável à monarquia austríaca. Mareschal via o “triunfo desse princípio (a monarquia) na América Portuguesa como um contrapeso bem desejável ao Republicanismo revolucionário”³⁸².

Também observou-se nas atitudes de Reino Unido, Prússia e Áustria tendência mais favorável à causa brasileira. Não por ser brasileira, mas por ser a de D. Pedro, representante real. Consciente dessa tendência, o próprio Conde de Palmella, Chanceler após a derrocada do vintismo na Vilafrancada, nas instruções que enviou ao Representante em Londres sobre o não reconhecimento da Independência, disse que D. Pedro tinha simpatia das potências por exatamente resistir às Cortes liberais³⁸³. Contra os liberais, Palmella tinha dificuldades em atacar D. Pedro. Com a volta de D. João VI, como se verá no último capítulo, a situação era outra.

Nos planos interno e internacional, portanto, ao longo de todo o processo entre 1821-1823, a participação do Príncipe na causa brasileira era essencial para que o projeto de unificação e centralização em torno do Rio de Janeiro funcionasse.

Um pouco mais complexa, porém, é a definição das razões da decisão de Dom Pedro de se vincular aos resistentes a Lisboa. Oberacker Jr.³⁸⁴, contestou a tese de

³⁸¹ Em 24/02/1823, Mareschal comenta em novo despacho sinais de problemas políticos ao Príncipe, com a resistência de Pernambuco à causa monárquica e a influência do “partido de Ledo” que se agitaria e teria mesmo em contato com a divisão portuguesa que ocupava Montevidéu. O grupo de Ledo, na opinião do diplomata, iria “fomentar novos problemas”, contando com o apoio de parte da Assembleia Constituinte. Para Mareschal o “momento da crise” havia chegado, mas havia muitas chances dele passar bem, sendo aquele o momento no qual “o assentimento de uma das grandes potências europeias será o mais necessário e o mais útil à causa da Realeza; este apoio moral decidirá a questão em um instante, pois é sobre esse ponto que os dois partidos fixam igualmente suas opiniões”. Idem. p. 171

³⁸² *L'usage que se Prince fera des avantages dont il jouit, ne saurait, sous aucun rapport, nous être indifférent. Si la forme du Gouvernement sous lequel sera réunie cette masse de pays, formant une grande moitié du Continent de l'Amérique Méridionale est un objet de la plus haute importance pour la prospérité de ces Pays et pour les intérêts de la dynastie qui doit les gouverner ; elle l'est, aussi, pour les Gouvernements Européens et pour ceux, surtout, qui, comme le nôtre, regardant le maintien du principe monarchique comme condition indispensable de la stabilité de tout ordre social, verraient dans le triomphe de ce principe dans l'Amérique Portugaise un contre poids bien désirable à ce républicanisme révolutionnaire dont l'introduction générale, dans le nouveau monde réagirait, tôt ou tard, d'une manière funeste sur les destinées de l'Europe.* Idem., p. 214

³⁸³ N'uma palavra, não pôde ocultar-se aos Soberanos da Europa, que o estabelecimento de Estados independentes na America, os quaes todos tendem mais ou menos proximamente a converter-se em democracias, é contrario diametralmente aos seus interesses; e que a resistência do Principe Real ás desassissadas ordens das Côrtes de Lisboa, se era justificada em quanto triumphava em Portugal a facção jacobinica, se torna agora totalmente imperdoável, porque a revolução acabou em Portugal e começou no Brasil. Parece que Mr. Canning e o embaixador austríaco em Londres, fallaram n'este mesmo sentido ao Marechal Felisberto, e o persuadiram da necessidade de promover a conciliação dos interesses portugueses e brasileiros. Palmella, 1851, p. 253.

³⁸⁴ OBERACKER JR., Carlos H. . “Por que D. Pedro declarou a Independência do Brasil”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nº 349, outubro-dezembro de 1985. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013).

Octávio Tarquínio de Souza, biógrafo de Dom Pedro, segundo o qual o Príncipe Regente teria se “abrasileirado”, naturalmente tomando a posição a favor dos “brasileiros”. Também Graham³⁸⁵ relata que, tendo “passado sua vida, desde os onze anos, no Brasil, estava ele (D. Pedro) fortemente ligado e desposara calorosamente seus interesses”.

À tese de um nacionalismo de adoção, que muito contribui para o mito da Independência pacífica, contrapõe-se a lenta evolução do Regente em direção ao conflito com as Cortes e à Emancipação, processo “penoso”, “apesar de ser impelido pelo desejo de glória e fama”. D. Pedro digladiou-se entre duas vontades, uma pessoal e uma política, a primeira a favor do regresso a Lisboa, a segunda destinada a “conservar no Brasil a monarquia e seus privilégios”³⁸⁶.

A pesquisa de Oberacker Jr. contrastou os vários indícios de desejo pessoal do Regente em regressar a Lisboa³⁸⁷, com uma crescente consciência da importância política de sua presença no Reino do Brasil. Já em junho de 1821, segundo o autor, D. Pedro teria se convencido “que deveria sacrificar o seu mais fervoroso desejo particular de voltar para a Europa”³⁸⁸. Mareschal relatou ter se referido, em conversa com José Bonifácio, ao título imperial adotado por D. Pedro, ao que o Ministro brasileiro lhe interrompeu para dizer que o Príncipe Regente não havia adotado, mas “forçado a adotar” o título de Imperador³⁸⁹.

Seja na acepção daqueles que vêem D. Pedro um “brasileiro novo”, seja na visão contrária, do sacrifício pessoal do Regente em torno de interesse político, o que transcende as interpretações é o conflito com as Cortes. Numa de suas correspondências³⁹⁰, Mareschal informou seu Governo que D. Pedro “embarcaria sem hesitar para Lisboa e se colocaria mesmo à mercê de seus inimigos”³⁹¹. Mais do que a

³⁸⁵ 1938, p. 81.

³⁸⁶ Oberacker Jr., 1985, p. 16.

³⁸⁷ O autor cita (vide pp. 16-18), dentre outros documentos, as correspondências dos diplomatas Mareschal (Áustria) e Flemming (Prússia), ofícios de militares brasileiros e, principalmente, cartas do próprio Príncipe Real a seu pai, indicando o desejo de regressar a Portugal. Numa dessas correspondências citadas, Mareschal teria informado a seu Governo que Dom Pedro “embarquerait sans hesiter pour Lisbonne et se mettrait de même à la merci de ses ennemis”.

³⁸⁸ Idem, p. 20.

³⁸⁹ “Mr. D’Andrada m’écoula avec la plus grande attention et le plus vif intérêt montrant continuellement son assentiment et sa satisfaction, excépté à la phrase de la dépêche réservée où il est dit « du titre Impérial que Mgr. Le Prince Régente s’est décidé à prendre », où il m’interrompit vivement, en disant : « à prendre non, Dieu le sait, jamais il ne l’auroit fait, il fut forcé à l’accepter, il ne l’a pas pris », ajoutant du reste : « ce point (voulant dire le titre d’Empereur) est la base fondamentale, c’est la clef de l’Efficace ; sans lui rien, jamais, jamais (...)”. In : Marechal, Correspondência, RIHGB, 1976, p. 212.

³⁹⁰ Oberacker Jr, 1985, p. 19.

³⁹¹ « Embarquerait sans hesiter pour Lisbonne et se mettrait de même à la merci de ses ennemis ».

hesitação ou não em partir, o que chama a atenção é a referência aos “inimigos” de D. Pedro. Nesse sentido, meses depois da decisão de ficar e já no intenso conflito entre Lisboa e Rio de Janeiro, justificava-se o Príncipe em carta a seu pai, de 19 de junho de 1822³⁹²:

Circunstancias politicas do Brazil fizeram que eu tomasse as medidas que já participei a Vossa Magestade; outras mais urgentes forçarão-me por amor á Nação, a Vossa Magestade, e ao Brazil, a tomar as que Vossa Magestade verá dos papeis officiaes que somente a Vossa Magestade remetto. Por eles verá Vossa Magestade o amor que os Brasileiros honrados lhes consagrão á sua **sagrada**, e inviolável Pessoa, e ao Brazil, que a providencia divina lhes deu em sorte livre, e que não quer ser escravo de Lusos-Hespanhoes quaes os infames déspotas (Constitucionaes in nomine) dessas facciosas, horrorosas, e pestíferas Cortes.

A referência à “sagrada e inviolável” pessoa de D. João VI é muito indicativa dos limites do constitucionalismo do Regente e da reação ao que ele percebeu como “humilhações” recebidas pelo pai e por ele mesmo ao longo de 1821, nos pronunciamentos da tropa portuguesa presente no Rio de Janeiro. Em várias de suas declarações, D. Pedro procurou manter D. João longe da disputa³⁹³. Sua briga era com as Cortes. A tese de Oberacker Jr. é a de que o que mais contribuiu para o “Fico” foi a “invasão do poder real pelas Cortes, apesar de ele fingir concordar com as usurpações do Parlamento lisboeta”. D. Pedro tomou cuidado em não declarar seu pai como adversário: considerava-o *in cárcere constitutus*, “visto não ter aquella liberdade de acção que hé dada ao Poder Executivo”. Essa postura teve impactos diretos na forma gradual como se consumou a independência, como se verá no próximo capítulo.

Escrevendo ao pai após ter declarado a Independência, em 22 de setembro de 1822³⁹⁴, D. Pedro reiterou suas acusações contra as Cortes, contra a recolonização ameaçada, a captividade de D. João VI, e, interessadamente, deixou entrever também sua relação pessoal com o processo, no que confirma em parte as teses de que o Príncipe se viu pessoalmente atingido pelas atitudes das Cortes, principalmente no que diz respeito aos Decretos de 29/09/1821:

³⁹² Registrada na Ata do Diário das Cortes, em 26/08/1822.

³⁹³ Vide, por exemplo, o Decreto do Príncipe de 1º de Agosto, “sobre a defesa do Brasil ante possíveis ataques de tropas vindas de Portugal”, cujo parágrafo 1º determina “considerar Sua Magestade El-Rey o Senhor Dom João Sexto = in cárcere constitutus = visto não ter aquella liberdade de acção que hé dada ao Poder Executivo”. In: Documentos para a História da Independência, op. cit., p. 390.

³⁹⁴ In: Varnhagen, 1957, p. 151.

O Brasil será escravizado, mas os brasileiros não; porque, enquanto houver sangue em nossas veias, há de correr, e primeiramente hão de conhecer melhor o Rapazinho, e até que ponto chega a sua capacidade, apesar de não ter viajado pelas côrtes europeias. (grifo nosso).

A Regeneração, desse modo, impulsionou D. Pedro a uma reação, que se conjugou com setores instalados no Reino do Brasil, que participavam do ideário liberal do vintismo, mas de uma perspectiva geográfica e temporal distinta, que foi adaptada no caso dos herdeiros de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Desse casamento nasceu um projeto de Império português, e depois de Estado brasileiro, consumado principalmente na pena de José Bonifácio e que configurou o polo carioca da disputa contra as Cortes. O mote desse grupo, em contraste com a “Regeneração” dos vintistas, era a reação à “Recolonização”.

Como afirmado anteriormente, independentemente dos múltiplos projetos políticos que existiam no Brasil em 1821-1823, a definição do projeto Pedro-Bonifácio se tornou referência que atraía ou repelia os demais, em contraposição ao polo de Lisboa³⁹⁵. Entre esses dois centros de gravidade tiveram de revolver os demais atores, aproximando-se ou afastando-se por identidade ideológica, negociação, ameaça ou pela guerra.

Antônio Penalves Rocha³⁹⁶ questiona se houve, de fato, uma ação “recolonizadora” por parte dos portugueses. O autor reconhece³⁹⁷ que a noção de recolonização foi criada e veiculada, a partir de 1822³⁹⁸, pelo grupo de D. Pedro. Seu surgimento teve origem na percepção de que havia ameaça à autonomia da parte brasileira do Reino Unido. Não há dúvidas de que os vintistas procuravam reconcentrar o poder em Lisboa e, com isso, quebrar a influência do Rio de Janeiro.

Para Penalves Rocha é difícil, no entanto, comprovar efetiva ação “recolonizadora”, no sentido de eliminar juridicamente o Reino Unido do Brasil e retorná-lo à situação anterior a 1808. Como sustentaram os partidários da causa

³⁹⁵ Como aponta Arno Wehling, “Podemos, entretanto, nos beneficiar da discussão, constatando a vitória de um “centro político” que evoluiu de defensor do Reino Unido a adepto da monarquia constitucional, isolando recolonizadores de um lado e republicanos federalistas de outro. Ao aduzirmos a isto um “centro geográfico”, - as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro – e a liderança dos proprietários rurais neste processo, temos traçado os limites do constitucionalismo brasileiro e justificado porque esta ou aquela fórmula política foi preferida a outra qualquer. 1989, P. 195.

³⁹⁶ ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: História de uma invenção historiográfica*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

³⁹⁷ Idem, p. 12.

³⁹⁸ A primeira menção do termo, segundo o autor, se deu na “Representação do povo do Rio de Janeiro, de 20/05/1822”.

brasileira à época, as ações das Cortes “equivaliam” a uma nova colonização³⁹⁹, o que não era exatamente “recolonização”⁴⁰⁰. Nas atas das Cortes os próprios Deputados europeus fazem referência ao tema da “recolonização”, preocupados com os efeitos políticos do conceito⁴⁰¹.

O fato, de todo modo, é que na disputa política entre Rio de Janeiro e Lisboa o mote da “Recolonização” ganhou ímpeto, e foi capaz de expressar com mais força a causa do Centro-Sul. Na “Manifestação” do Príncipe Regente, de 1º de agosto de 1822⁴⁰², foram apresentadas as “causas da guerra travada contra o Governo de Portugal” (tema que também será tratado no próximo capítulo). D. Pedro aludia às medidas das Cortes, aquelas que se arrogaram “o direito tyrannico de impor ao Brazil um artigo de nova crença”, a partir das quais se justificou a reação brasileira. O Regente menciona, dentre outros, que: (i) legislou aquele Congresso sobre o Brasil “sem esperar pelos seus Representantes”; (ii) “negou-lhe (*ao Brasil*) uma Delegação do Poder Executivo”; (iii) “recusou-lhe um centro de união, e de força, para o debilitar”; (iv) “decretou-lhe Governos sem estabilidade, e sem nexos, com três centros de atividade diferentes, insubordinados, rivaes e contradictorios, destruindo assim a sua categoria de Reino”; (v) excluiu de facto os Brasileiros de todos os Empregos honoríficos, e encheu vossas Cidades de bayonetas Europeas”.

Os tópicos mencionados pelo Regente, não chegam a justificar, a partir das pesquisas de Antônio Penalves Rocha, efetiva ameaça de “recolonização” brasileira, mas confirmavam a disputa existente no Reino Unido. Quem tivesse a primazia sobre o Brasil, controlaria o território vasto e estratégico. Os dois lados, assim, tentaram garantir para si todo o Reino ou ao menos parte dele (como buscaram as Cortes, já no avançado do conflito, como será apresentado no Capítulo V).

³⁹⁹ Na representação que José Bonifácio apresentou ao Príncipe, em janeiro de 1822, fala-se que as Cortes queriam “condenar astuciosamente o Brasil a ser outra vez colônia”. In: José Bonifácio de Andrada e Silva, 2002, p. 138.

⁴⁰⁰ Idem, p. 19.

⁴⁰¹ Como afirmou o Deputado Andrade, em 10/08/1822:

“O Brazil tem desconfiado que Portugal o quer colonizar; he necessário em consequencia que desapareça esta idea , e eu creio que com este projecto nós a teremos feito desaparecer, e teremos dado a prova de que não tratamos de modo algum de colonizar o Brazil, como falsa, e malisiosamente se suppõe, se não que pelo contrario o queremos conservar, e tratar como irmão. E effectivamente temos feito uma Constituição liberal, tão igual para nós, como para os nossos irmãos do Brazil , e parecia que só por este facto lhes tínhamos dado a maior prova que lhe podíamos dar, de que longe de pensar em taes idéas de colonisação, os temos tratado como irmãos, e assistido com todos os auxílios que nós prestamos a nós mesmos na nossa regeneração”.

⁴⁰² “*Esclarece os Povos do Brazil das causas da guerra travada contra o Governo de Portugal*”. In: Câmara dos Deputados, http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_35.pdf (acesso em 10/12/2013)

Os europeus tentaram garantir sua vantagem com a reafirmação dos princípios e percepções da “Regeneração”. Os brasileiros, de sua vez, transformaram a reação à “Recolonização” na causa da Independência. Um mote, inclusive, que foi capaz de mobilizar variados setores da população, tornando todo o processo não apenas um arranjo entre elites, mas, um conflito relativamente popular, especialmente no processo militar no Norte-Nordeste.

Na dicotomia “Regeneração” vs “Recolonização” tem-se o conflito político que motivou a guerra, o *casus belli* da Independência do Brasil. Ao se observar a Constituinte de 1821-1822, é preciso ter em mente como a origem dessa disputa que se polarizou entre Lisboa e Rio de Janeiro tinha elementos de atração e repulsão dos dois lados, no que diz respeito aos demais setores do mundo português, especialmente no Reino do Brasil.

O polo do Rio de Janeiro não surgiu homogeneamente em todos os lados. Muitas Províncias resistiram aos dois, ou não estavam envolvidas diretamente na disputa, de modo que a necessidade de optar por um dos dois não nasceu dentro delas, mas veio de fora. O “casus belli” da Independência Brasileira não se limitou, por outro lado, à briga de “brasileiros”, entendidos como todos os habitantes do Reino, com identidade já formada, contra as Cortes. Tratou-se de um processo longo e, mesmo com alguma segurança do apoio a Dom Pedro no Centro-Sul, sem garantias nem sobre a viabilidade do Império, nem sobre a unidade do Reino do Brasil.

O Fico, em 9 de janeiro de 1822, deu largada à corrida pela legitimidade disputada entre os dois polos, como se verá no próximo capítulo. Ao se estabelecerem os polos de Lisboa e do Rio de Janeiro, cada Província “mui separadamente”, viu seu destino “dependente do resultado da grande luta que veio a travar-se entre os governos centrais de Lisboa e do Rio de Janeiro”⁴⁰³. É preciso completar a passagem do autor para dizer que em cada Província se desenvolveu o mesmo conflito, com cores locais e com tendências distintas de acordo com as regiões brasileiras e suas realidades com relação aos dois polos. Muitos “portugueses” vivendo no Brasil optaram por D. Pedro, e muitos “brasileiros”, simpáticos ao liberalismo das Cortes, ficaram ao lado delas. A guerra foi o caminho para se romper os impasses.

⁴⁰³ Varnhagen, 957, p. 46.

Em termos práticos, as duas concepções Regeneração-Recolonização derivaram, ao iniciar-se o conflito, em dois outros conceitos importantes, a “Rebelião” e a “Anarquia”. Eles também deram o tom da Guerra.

Do lado português, se as Cortes regeneradoras eram o legítimo Poder Constituinte (este na concepção moderna do termo), então a reação de Dom Pedro e das Províncias do Sul só poderia ser uma reação ilegítima: era a Rebelião, a formação de “partidos”, da “dissidência” e a expressão mais usada e de forte carga política na época: os “facciosos”⁴⁰⁴ (a mesma expressão foi usada por brasileiros, para caracterizar as Cortes como “facciosas” contra o Rei e a unidade do Império português).

A ideia de rebelião é fundamental para entender as atitudes do lado português, especialmente dos representantes desse poder que estavam presentes no Brasil⁴⁰⁵. Pelas origens do vintismo ou pela própria distancia física e temporal, os Deputados portugueses aferram-se à percepção de que a resistência às suas medidas, que se concentrou a partir de 9 de janeiro de 1822 no polo do Rio de Janeiro, inseria-se na lista daquelas outras revoltas ocorridas em território português, por exemplo em Pernambuco, em 1817. As atas das Cortes Gerais mostram, ao longo de 1822, um reforço do sentimento português de que enfrentavam uma rebelião, localizada e com elementos claros⁴⁰⁶.

⁴⁰⁴ Na ata das Cortes de Liboa de 29/08/1822, debatiam os Deputados a permanência ou não dos representantes das Províncias brasileiras após a notícia de convocação da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro. Em meio aos debates, reagia o Deputado Villela contra parecer da Comissão do Brasil a favor de sancionar as Províncias “rebeldes”:

“O Sr. Villela: - Não posso também consentir em outro principio por me parecer perigoso, e he que se devão reputar rebeldes as provincias do Sul do Brazil por obedecerem ao Principe Real, quando a sua autoridade he legitima, e foi mandada conservar alí por estas mesmas Cortes até á publicação dos artigos addicionaes á Constituição. E na verdade, taxar de rebellião o procedimento das provincias que obedecem ao Principe Regente, e conservar alí a sua autoridade, he querer sacrificar esta, chamando os povos á desobediência”.

⁴⁰⁵ Em 15/07/1823, ainda no contexto da Guerra de Independência, lembrava o Deputado Henriques de Rezende, na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro:

“Para com os Portuguezes ha com efeito Povos revoltados, por que assim nos julgão; para nós não os há, e nem hé provável que haja; porque Brasileiros huma vez separados de Portugal, jamais se lhe tornarão a unir”.

⁴⁰⁶ No diário de 18/6, registram a Presidência das Cortes registra na Ata que:

“Havendo chegado ao conhecimento do Governo, não só pelas participações da policia, mas também por informações extrajudiciaes, a existencia de uma facção anarquica e dezorganizadora, que conspirava contra a ordem publica, e systema constitucional, empregando para isso os meios infames de corromper, e desencaminhar a opinião com pasquins, proclamações, e outros papeis incendiarios, que apparecêrão affixados nas esquinas desta Capital, e della forão mandados a differentes e notaveis terras do Reino, de espalhar noticias falsas, e idéas, que aterravão os incautos, e pacificos cidadãos, e de desacreditar as decisões do Congresso, e actos do Governo, soltando continuamente contra deputados, ministros, e empregados publicos, uma infinidade de invectivas, e calumnias atrozés, e vendo o Governo as funestas consequencias que de se o mal não atalhar de pronto em sua origem, se poderião seguir, resolveu empregar todo o cuidado e vigilancia para descobrir os autores de tão terrível trama”.

No início de 1822, as Cortes haviam estabelecido a origem da rebelião: o Rio de Janeiro e São Paulo⁴⁰⁷. Em alguns casos Pernambuco e Minas Gerais eram mencionados. Em outros, a referência foi mais genérica, às “províncias do Sul”. Não significa, com isso, dizer que não havia “patriotas brasileiros” em outras Províncias, mas o fato é que muitas delas foram citadas como favoráveis às Cortes⁴⁰⁸. O polo carioca, envolvendo o Centro-Sul brasileiro, foi tratado tanto por portugueses⁴⁰⁹ quanto pelos próprios representantes centro-sulinos⁴¹⁰ como o centro da resistência, apesar de alguns atores brasileiros terem se esforçado em eliminar a imagem de um grupo pequeno de Províncias contra as Cortes, enfatizando o que seria uma “unanimidade

⁴⁰⁷ Por exemplo, acusam São Paulo, respectivamente, os Deputados Sarmiento (em 05/06/1822) e Moura (em 29/05/1822):

“Parece-me que vamos a tratar das juntas administrativas, pelo que diz respeito a Portugal, porque as attribuições das do Brazil, seguramente terão muito differente organização. Parece-me que olhando para a extensão do nosso Reino, e a facilidade de suas communicações com a capital, ainda mesmo quando este projecto fosse bem entendido para Hespanha, não póde ter lugar em Portugal. Ellas se estabelecerão em Hespanha, talvez por motivos muito particulares do tempo, em que se fez a Constituição em Cadiz. Eu li a discussão que houve sobre este particular, e faz admirar que os Deputados de Hespanha, depois de terem considerado o perigo dessas juntas, votassem a favor dellas. Sem duvida que podem Ter funestas consequências, até para a representação nacional: nós temos um exemplo recente do perigo de semelhantes associações, póde-se dizer, sem fazer a ninguem injuria, que o principio da desharmonia com o Brazil, nasceu da junta de S. Paulo, a qual não usando do direito de petição que lhe competia, tratou o Congresso com a liberdade fraternal, fundada certamente na mesma origem da representação nacional; este exemplo he util para nos guiar em objectos desta natureza”.

“Daquella junta, senhores, he que vem a origem de todo mal, a ella se deve a alucinação em que estão todas as autoridades do Rio de Janeiro, e infeliz Principe D. Pedro de Alcântara; os Príncipes sempre são infelizes e desgraçados quando tem máos conselheiro á roda de si”.

⁴⁰⁸ Como aponta o Deputado Gyrão, em 29/08/1822:

“Eu levanto-me para fazer algumas distincções nesta melindrosa questão, porque tenho ouvido dizer sempre Brazil, Brazil, Brazil, e eu quero fazer distincção de algumas provincias do Brazil que tem recusado obedecer ao Principe, como o Pará, Maranhão, Alagoas, e Bahia. Senhores, nós temos necessidade de um factio bem provado para decidir esta questão. Falando com franqueza, digo que estou persuadido que algumas provincias do Brazil querem lá Cortes, e querem lá um centro de união, mas he necessario um factio que não deixe duvida nenhuma”.

⁴⁰⁹ Como outro exemplo, na sessão de 10/06/1822, as Cortes registram a seguinte declaração:

“A Commissão especial dos negocios estrangeiros politicos do Brazil com a maior magoa se vê obrigada hoje a chamar a attenção desta augusta Assembléa para os dolorosos acontecimentos, que no sul do Brazil tem deslustrado a marcha magestosa, e brilhante da nossa regeneração politica; só o dever, hoje bem penoso, da obediencia póde determinar a Commissão a traçar o luctoso quadro da representação nacional insultada, calumniadas as suas puras intenções, vilipendiados os seus decretos, e dilacerados debaixo da mais hypocrita apparencia do patriotismo os doces laços da livre, e espontanea união, com que se havião colligado todas, ou quasi todas as partes da grande, e generosa Nação portugueza. S. Paulo, Rio de Janeiro, e Minas Geraes, são as provincias, cujas auctoridades superiores, esquecidas dos seus deveres, e do titulo e fins da sua criação, parecem ter dado o exemplo terrivel da insubordinação, e preparado, ou verificado os ultimos acontecimentos do Rio de Janeiro. Estes acontecimentos são já bem conhecidos; e por isso a Commissão se julga desobrigada de os repetir, e passa a expor sómente a parte de responsabilidade, que por elles cabe a cada uma das auctoridades acima indicadas”.

⁴¹⁰ O próprio D. Pedro, na Proclamação de 1º de Agosto de 1822 (“Eslarece os Povos do Brazil das causas da guerra travada contra o Governo de Portugal”) reconhece que “então as Provincias Meridionaes do Brazil, coligando-se entre si, e tomando a attitude majestosa de um Povo, que reconhece entre os seus direitos os da liberdade, e da própria felicidade, lançaram os olhos sobre Mim, o Filho do seu Rei, e seu Amigo (...)”. In: Brasil. Decretos e proclamações, p. 126.

brasileira”⁴¹¹. Os documentos dos dois lados confirmam a imagem que gradualmente se estabeleceu da disputa política entre dois polos, Lisboa e Rio de Janeiro.

Como ocorrera em 1817, a tendência portuguesa foi a de enfrentar o problema com a repressão. As Atas das Cortes registram, ao longo de 1822, à medida em que o conflito político se agudiza e confrontos esparsos já são registrados (por exemplo, na Bahia, em fevereiro de 1822), a crescente radicalização do discurso e referência à utilização da força pelos Deputados de Lisboa⁴¹².

Essa percepção também ocorreu no caso dos grupos que, vivendo no Brasil, mantiveram seu apoio à ideia liberal-constitucional das Cortes e não se aproximaram de D. Pedro e do projeto centro-sulista (nem mesmo da conciliação com alguns grupos liberais, na convocação da Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro). O já citado Ofício de 4 de novembro de 1822, dos 655 cidadãos portugueses ao General Madeira,

⁴¹¹ Em 23/08/1822, o Deputado Andrada tenta reagir à singularização das províncias do Sul como responsáveis pela “dissidência”:

“Rasgou-se porém o véo, os nobres Preopinantes o declararão, he preciso levar o ferro e o fogo ao Brazil (Não: disserão alguns Srs. Deputados). Sim (continuou o Orador), he preciso levar o ferro e o fogo ao Brazil, e he preciso perante nós, e que nós o autorizemos. Não o conseguirão. Se se quer declarar guerra ao Brazil, he preciso antes declarar-se (o que tenho muitas vezes dito) que a representação dessas provincias dissidentes, se acha vaga. Que quer dizer estarmos aqui ouvindo insultos a cada momento? Rasgue-se o véo: não podemos ser Representantes. Sermos Portuguezes, irmãos da mesma familia, vivermos unidos, convenio; mas não para consolidar a desgraça das nossas provincias. Não he uma só provincia dissidente, he uma grande parte das provincias brasileiras que está em dissidencia; se se quer mandar-lhe a guerra, despeção-nos; aqui estamos em ferros. isto basta para prefacio”.

⁴¹² Um dos Deputados mais vocais com relação ao Brasil, Borges Carneiro afirmou em discurso nas Cortes Portuguesas, em agosto de 1822 (in: Rodrigues, 2002, p. 20):

“Responde-se a isso que não devemos tratar de subjugar e escravizar povo algum. Pois quê? Têm os aristocratas e os demagogos do Brasil o direito de apoiar com toda força os seus partidos e nós não teremos o de apoiar o nosso, que tanto o reclama, e que tão numeroso era e ainda é? Mesmo quando me queiram provar que a vontade do partido da desunião é a mais geral e que se poderia já confundir com a vontade do povo, eu chamarei essa vontade a dos ilusos e alucinados pelos periódicos e pelos pseudoprofetias. Há vontades dos povos prematuras, verdes, distantes da madureza, titubeantes, excitadas pelos maus pregadores, pelos agentes dos facciosos, contrárias aos interesses desses mesmos povos: vontades com as quais não deve condescender o governo mesmo o mais liberal. A verdadeira vontade do povo é guardar seu juramento, estar sujeito à dinastia de Bragança, ser parte do grande Império lusitano, ser membro daquele que já desde 1817 fora instituído Reino Unido, título que o povo não quer que se destrua. Se em uma cidade, provincia ou vila aparecem vontades que querem rescindir o pacto já jurado, não se deve permitir. Deve-se, pelo contrário, castigar prontamente os cabeças deste cisma e apagar o fogo do incêndio, porque assim convém ao todo e aos membros que desse todo são parte”.

No mesmo sentido, afirmava o Deputado Girão, em 10/08/1822:

“Chegarão também ontem noticias de Pernambuco, que eu me não persuado sejam verdadeiras, porém que assegurarão que adherira ás suggestões do Rio de Janeiro: logo aquellas provincias não querem obedecer ás Cortes. Pernambuco une-se a ellas; para quem lemos de legislar? Além disso pegão em todas as palavras dos decretos e ordens das Cortes, e as interpretarão, dizendo que se dirigem a coloniza-los; para que nos temos de estar a matar? Em uma palavra, não haja syllogismos que possam convencelos, se não os syllogismos de aço ; se tivéssemos deis mil homens disponíveis, que podersemos mandar áquellas provincias, talvez ficassem convencidos, e os decretos das Cortes seriam respeitados; mas se não temos essa força, para que havemos de fazer leis, que não sendo respeitadas, nos hão de tornar objectos de escarneo?”

relacionava diretamente a postura de Pernambuco e Alagoas aos acontecimentos de 1817. Essa rebelião era exemplo de como se deveriam resolver questões envolvendo “facciosos”. Eles estavam, em 1822, muito concentrados no Centro-Sul, mas avançavam para o Norte-Nordeste, território estratégico, no qual se destacava a Bahia.

A opção pela força não ficou, no caso do Norte-Nordeste, apenas no plano dos discursos. Era preciso, na visão das Cortes, reagir e utilizar os setores sociais e as estruturas existentes no Reino do Brasil, que apoiavam Lisboa, na repressão aos facciosos. Em muitos casos, as Cortes acabaram sendo responsabilizadas pelos atos dos Chefes Militares portugueses estacionados no Brasil, que passam a reprimir violentamente as manifestações autonomistas. O caso do General Madeira, na Bahia, foi o mais notório: as escaramuças de fevereiro de 1822 terminaram com saldo trágico e com a criação de um dos primeiros mitos da Independência brasileira, a Sórora Maria Angélica. Os brasileiros resistiam, portanto, à ameaça da suposta recolonização, ao passo que os portugueses enfrentavam uma rebelião.

Um último dado importante da disputa política: como lidar com a instabilidade dentro do Reino do Brasil. Se o Rio de Janeiro, no avançar da disputa, tinha claro o conflito com as Cortes, sua relação com os setores do Reino ainda resistentes à liderança de Dom Pedro aglutinava a ameaça da “recolonização” com o temor à “Anarquia”. Essa imagem é igualmente central para o processo de consolidação da unidade do Estado brasileiro naqueles primeiros momentos de sua existência.

A “recolonização” se tornou aos poucos a imagem do “inimigo externo”, contra o qual se fez a guerra. O temor à “anarquia” não apenas serviu de catalisador de grupos antes dispersos e pouco homogêneos em seus projetos, como se tornou, após a expulsão das tropas portuguesas, a “ameaça interna”, o segundo desafio da unidade, necessariamente ligado ao primeiro. Um desafio que continuaria vivo nas duas décadas seguintes à Independência.

Note-se que o problema da anarquia não era sinônimo do medo do “haitianismo”. Não se pode, logicamente, diminuir os temores de setores das elites brasileiras ao potencial de agitação de escravos, ex-escravos e as classes mais pobres da sociedade. O folheto anônimo, provavelmente escrito por Barbacena em Londres, em 4 de junho de 1822, trata diretamente do problema potencial das rebeliões escravas⁴¹³,

⁴¹³ “Lembre-mos que pretender civilizar o Brasil, e promover sua prosperidade e segurança, transplantando para ele a negraria da Africa, é um absurdo o mais extravagante e nocivo. Cada nova importação de escravos, são novos combustíveis que se acumulam no vulcão! Não nos esqueçamos

sugerindo, inclusive, que reorganizado o Estado e as FFAA portuguesas após as Cortes, poderia o Brasil receber auxílio dos militares portugueses contra “qualquer sério levantamento de negros, que ainda mais se devem temer, em quanto o incêndio revolucionário não se extingue inteiramente no continente americano”⁴¹⁴. Essa menção ao aporte português contra o risco do “haitianismo” levou muitos atores europeus a desestimarem que o movimento em torno de D. Pedro teria pouco sucesso, pois o Brasil “continuará a precisar de Portugal para sustentar o tráfico de escravos e as elites brasileiras não ousariam desencadear a revolução” (de escravos)⁴¹⁵

A preocupação com a anarquia era, no entanto, mais ampla, ainda que incluísse a questão escrava. Era um conceito político, referindo-se principalmente ao exercício soberano do poder. Voltava-se para a unidade do poder político, tendo os exemplos do que se passara na Revolução Francesa e na independência das colônias espanholas das Américas.

Para os liberais e outros membros europeus das Cortes, a anarquia era a resistência ao vintismo. Borges Carneiro, nas Cortes lisboetas, utiliza-o para caracterizar a “rebelião” no Centro-Sul, contra a qual o Governo deveria agir, aproveitando-se do fato de que, segundo o Deputado, “temos no Brazil grandíssimo partido por nós”⁴¹⁶. A palavra era rotineiramente utilizada também na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro.

Observa-se, nesses registros, que o conceito servia para acusar o lado opositor como responsável pela instabilidade política, pela fragmentação e pela violência. Para os elementos mais conservadores, a anarquia era o principal produto das revoluções

também, que os cruzadores ingleses, hão de aproveitar-se da desordem em que se acha a monarchia, para commetter depredações nos navios de escravatura; e agora não haverá negociações que os faça pagar quinhentas a seiscentas mil libras que lhe fez pagar o tratado de Vienna de 1815”. In: Anônimo. “Considerações sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a sahida d’El-Rei de Lisboa em 1807 até o presente”. *Brasiliana USP*, p. 172.

⁴¹⁴ Idem, p., 166.

⁴¹⁵ Pedreira, 2006, p. 93.

⁴¹⁶ Em discurso registrado na ata das Cortes de 23/08/1822: “Nada de delongas: trata-se de se acudir algumas províncias do Brazil que existem em perfeita anarquia ate ao ponto de de haver formado um batalhão ligeiro, a quem to dá uma relação de Europeos, com a nota chupa: o miserável Europeo que traz esta nota, mais cedo ou tarde, leva facada, ou paulada, e he então que o manhoso e malvado director «e a p piái)de com o seu batalhão. E soffrerem-se tantas indignidades por mera apathia e inaptidão, eis o que não se póde comprehender. Temos no Brazil grandissimo partido por nós; porém não o apoiamos quando o podíamos fazer, e o deixamos esmorecer e assassinar”. Dois meses antes, em 18/06/1822, já havia acusado o Deputado: “todas as noticias nos segurão do estado perigoso e anarquico que existe em Pernambuco. Parece-me que se deve excitar o Governo para que mande vir toda a junta preza para responder com as suas cabeças; pois verdadeiramente he ella a culpada de todas estas desgraças, cuja responsabilidade tomou sobre si, quando rejeitou a força militar que alli se mandava para segurar a tranquillidade publica”.

liberais, do que se viu na França após 1789, das convulsões. Essa referência era diretamente realizada no caso do já mencionado parecer não-assinado, escrito em Londres, em junho de 1822, possivelmente escrito por Barbacena⁴¹⁷. No texto, a ameaça de anarquia seria, naquele momento de junho de 1822, o principal risco para o Brasil, ainda mais por estar sendo alimentada, segundo o autor, pelo partido das Cortes⁴¹⁸. A “Representação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, pedindo a convocação de uma Assembleia Geral das Províncias do Brasil”, de 23 de maio de 1822, também acusava Portugal de dividir o Brasil para melhor o dominar, alimentando o “mal da divisão” entre os brasileiros⁴¹⁹. Para os signatários da representação, a Constituinte seria o melhor remédio contra a desunião.

Problema relacionado à disputa pela predominância política no Reino do Brasil, sobre o qual a situação da América espanhola era exemplo de lutas intestinas e fragmentação, o discurso sobre a anarquia foi se afunilando, do lado do Rio de Janeiro, à ameaça de divisão do Brasil. Já foi exposto como o projeto de D. Pedro e de Bonifácio, por diversas razões, fundava-se, dentre outros elementos, na manutenção da unidade (o mesmo poderia ser dito do projeto das Cortes). Na disputa política que se seguiu entre Rio de Janeiro e Lisboa, muitos grupos regionais tiveram dúvidas sobre como se posicionar, entre o vintismo liberal e um híbrido de Antigo-Regime com liberalismo centrado na figura de D. Pedro, que tinha como bandeira a reação à

⁴¹⁷ “Quanto a commoções internas e anarchia, que é o que o Brasil mais póde temer, só a poderão produzir indiscripções e falta de união da parte dos seus habitantes que tem que perder, e são interessados em evitar tão grande mal. Os muitos exemplos dos horrores e desgraças com que a revolução franceza, e as outras que ella gerou em diferentes paizes tem assolado a Europa por trinta anos: fazem assás ver, que constituições representativas improvisadas, particularmente por meio de revoluções, devem sempre ter aquelles terríveis efeitos. Os que figuram ordinariamente em taes ocasiões para legislar sobre a felicidade dos povos, são homens audazes com as cabeças cheias de teorias, que reduzidas a pratica, produzem mais mal do que bem: tanto mais, que poucos obram de bôa fé, e a maior parte são guiados por paixões e fins particulares. Querer pois equilibrar por garantias as paixões e vistas interessadas, ou para melhor dizer a colisão dos diversos interesses dos homens, com a mesma precisão com que se equilibram as forças de uma machina, será sempre uma chimera que produzirá fataes consequências. A garantia da ordem social são as leis; mas par que estas se mantenham sempre em vigor é indispensável que o executivo (particularmente em um governo monarchico) tenha superioridade (...)”. P. 167.

⁴¹⁸ “A facção das côrtes tem assás feito ver quanto procura por todos os meios retalhar e republicanizar o Brasil. Já ficam referidas n’esta memoria provas bastantes d’esta asserção. As grandes calamidades que taes tentativas tem já causado, e podem ainda causar áquelle reino, são obvias, quando se considera, que a sua povoação contém tanto vadio, e um grande mosaico de diferentes cores. É sobre os que tem que perder que o maior peso d’aquellas calamidades há de recahir. – Accresce, que não faltam potencias, que já calculam com a anarchia e dissolução d’aquelle reino, para d’ahi tirarem partido. (...) o único remédio é formarem uma muralha á roda do throno do regente todos que tem que perder, e empregarem todos os meios para conservar a ordem publica, a obediência ao príncipe, e assim a integridade do reino”. Idem, pp. 173-174.

⁴¹⁹ In: *Documentos para a Historia da Independência do Brasil*. 1923, p. 380

recolonização. Como avaliava o Deputado Nogueira da Gama, em 26 de maio de 1823⁴²⁰:

O desgraçado estado das Provincias do Brasil devido em grande parte ao monstruoso e péssimo systema dos Governos Provisorios, principados no começo da nossa regeneração Politica, e no meio da maior efervescência dos espíritos, sancionados machiavelicamente pelas Cortes de Portugal, e por estas ultimamente arranjados, só com o infernal fim de nos dividir, dilacerar, e escravizar. (...) Em quase todas as Provincias do Imperio do Brasil, principalmente nas que ficão ao Norte, existem partidos: a força dos cruéis inimigos da nossa Santa Causa, e que se achão entre nós, he considerável; não nos alucinemos; não demos passos em vão; temos a combater o partido das Cortes de Portugal; temos a combater o partido dos Republicanos que sustentão e apregoão a separação de todas as Provincias em Republicas independentes, mas confederadas entre si, á imitação dos Estados Unidos da America; temos a combater o partido dos admiradores da Constituição de Portugal, e que a dezejão adoptar, ficando porém em Estados separados, e só ligados a Portugal por laços federativos; temos a combater o partido de diversas seitas de Carbonarios, de Jardineiros, e de outras que infelizmente existem no Brasil; temos finalmente de combater o partido dos Anarchistas. E será em uma tal crise proveitoso o remédio que se propõem?

A anarquia ganhou centralidade na medida em que a Guerra de Independência avançou e o principal elemento de união foi transitando da legitimidade política, disputada com as Cortes, para o uso da força (em todo o Norte brasileiro). A questão reapareceu no momento seguinte da expulsão das tropas portuguesas, em todo o Norte do novo Império, com a Confederação do Equador e outras revoltas. Possivelmente influenciou a negociação do reconhecimento da Independência com Portugal e esteve presente, como um problema de origem, até o início da década de 1840.

Separadas, ao fim, pelas idéias opostas de regeneração-rebelião *versus* recolonização-anarquia, as “malditas Cortes”, conforme se referiu D. Pedro em carta a seu pai, acabaram se transformando, mais do que um foro de debates de projetos e idéias, em uma fonte de discórdia e no *casus belli* da Guerra de Independência do Brasil. Não logram superar o distanciamento político e, pior ainda, se tornaram, do lado brasileiro, o principal símbolo da ameaça portuguesa. O conflito estava armado, seu móvel bem estabelecido e os dois lados dispostos ao confronto⁴²¹. Assim se desenrolou

⁴²⁰ In: Diário da Assembleia do Rio de Janeiro.

⁴²¹ Segundo José Honório Rodrigues, “a maioria, nas cortes, porém, defendia a guerra para submeter o Brasil, tendo como ponto de apoio as províncias onde a deslealdade predominava. Os portugueses se

a Guerra, com a emancipação brasileira só terminando, efetivamente, no segundo semestre de 1823. Por essa época, até mesmo a política portuguesa tomara outros rumos, com a recuperação dos poderes executivos por D. João VI, na Vilafrancada, em maio de 1823. Portugal e Brasil já eram, no entanto, dois países.

animaram muito com o que chamavam de dissidências, como se pode ver nos debates das cortes e na literatura panfletária da época. Qualquer divergência interna era tida como dissidência...”. In: Rodriguez, 2002, p. 17.

IV – UMA REBELIÃO ARMADA: A FORMAÇÃO DAS “PROVÍNCIAS COLLIGADAS”

O processo político que resultou na Independência do Brasil e na unificação do antigo Reino em Império caminhou apoiado na força armada. Ela não apenas garantiu que houvesse um centro organizado de poder no Rio de Janeiro, como foi essencial para que o caso brasileiro se diferenciasse daquele da América espanhola, na medida em que o Brasil terminou uno. Sem o pilar militar, restariam incompletas as explicações sobre a unidade brasileira.

Ao longo dos três capítulos anteriores, procurou-se estabelecer uma base analítica a partir da qual é possível compreender que a hipótese da Guerra de Independência do Brasil não foi a construção de visões nacionalistas frágeis, ou de grupos regionais que procuravam chamar a atenção à importância de suas regiões. Despida de seus ranços patrióticos, a imagem da guerra se torna muito mais interessante do ponto de vista histórico, pois os clarões dos combates fazem luz às entranhas da política.

Como visto, o Brasil daquele primeiro quarto de século XIX era um complexo de agrupamentos humanos com vínculos entre si e entre Portugal, variando de acordo com as distâncias e as possibilidades de transporte da época. As grandes regiões tinham dinâmica própria nesse cenário, entre uma Lisboa tradicional e um Rio de Janeiro renovado, nova capital do Império, que foi boa para uns, mas vista com desconfianças por outros. E, mais importante, o peso regional era muito distinto do que se tornou o Brasil depois: o Nordeste tinha um peso muito maior em termos de população e economia.

As ideias e conceitos de identidade variavam entre alguns que se viam já como brasileiros, outros como portugueses da América, alguns apenas como Portugueses. Não havia uma imagem exclusiva. Europeus e americanos se diferenciavam em determinados aspectos, se juntavam em outro. O sentimento de diferença era mais sentido nas camadas mais pobres da população, não por já desenvolverem uma

identidade nacional, mas por restrições ao acesso a determinadas estruturas sociais e, em grande medida, pela diferenciação que os nascidos em Portugal faziam dos americanos.

Alguns movimentos tentaram captar essa noção, mas a complexidade das relações sociais do período não permite falar em um movimento natural de consciência nacional que se uniu a D. Pedro e já tinha claro o caminho da emancipação pelos “brasileiros”. As raízes da Independência do Brasil foram múltiplas, de sentimentos nativistas de alguns, das particularidades culturais que em uma das dimensões passaram a diferenciar brasileiros e portugueses, da efetiva descolonização, em 1815, com a criação do Reino Unido. Nem seguiram um processo único, linear, previsível.

A idéia da Independência brasileira não surgiu de repente, da insatisfação de Dom Pedro e das elites ligadas a ele, e da impossibilidade de composição com as Cortes reunidas em Lisboa. Circulava em alguns setores brasileiros, muitos deles distantes do Rio de Janeiro (física e politicamente), inspirados, inclusive, no que se passava no resto das Américas, nos EUA e na América Espanhola. Mas a forma como se desenrolou o efetivo processo de emancipação teve Dom Pedro como protagonista. Foi a partir do polo de poder do Rio de Janeiro – político, militar e ideológico – é que se deu a emancipação do Brasil na forma como a conhecemos, no formato em que conhecemos.

Como se viu no capítulo anterior, a revolução do Porto ganhou legitimidade, inclusive popular (especialmente no Norte-Nordeste), no primeiro momento. Depois, algumas de suas atitudes e medidas começaram a afetar grupos heterogêneos, absolutistas ocultos, burocratas esclarecidos (herdeiros de D. Rodrigo de Souza Coutinho), nativistas brasileiros e muitos daqueles que tinham no Reino Unido a noção de um novo patamar de poder e de igualdade no seio do império português.

Da reação desses grupos formaram-se, ao fim, dois polos que passaram a disputar o poder, Rio de Janeiro e Lisboa. Cada um acabou por se fundamentar em um modelo de legitimidade: a constitucional, para as Cortes, a “brasileira”, construída aos poucos, pelo Rio de Janeiro. O grupo que se reuniu em torno de D. Pedro não representava um sentimento unânime de brasilidade e de legitimidade do Regente. Nem as Cortes eram apenas o mal encarnado.

A vantagem de D. Pedro foi a de capturar o imaginário de parte das elites e de boa parte da população, a reação à “recolonização”. Não se tratou, entretanto, de um processo automático e, por algum tempo, o constitucionalismo liberal dos vintistas manteve seu apelo sobre parcelas da população. Outros grupos aproximaram-se do Rio de Janeiro por conveniência, mas, ainda assim, colocaram obstáculos posteriores ao

projeto unificador de D. Pedro. Todo esse processo requereu mão forte para garantir que o novo poder centrado no Rio de Janeiro atingisse todos os territórios do Reino estabelecido em 1815.

Dos debates constituintes de Lisboa, nos voltamos agora para o território brasileiro, onde a marcha dos acontecimentos, paralela aos debates nas Cortes, adquiriu tom político-militar. A largada do conflito foi a decisão do Príncipe Regente de ficar no Rio de Janeiro. A partir dela, como se verá abaixo, iniciou-se a corrida, dos dois lados, por adesões das outras Províncias.

Enquanto não garantisse o Rio de Janeiro e o Centro-Sul, D. Pedro via-se arriscado em sua própria capacidade de desenvolver um projeto político. Desde este primeiro momento, a ação política intra-reino já estava em ação, na busca de apoios e seguindo o projeto centro-sulista de manutenção da unidade do Reino. É o processo que se iniciou de construção das “Províncias Colligadas”, as primeiras a aderir, muitas vezes após enfrentamentos militares, em contrapartida a silêncios (intencionais ou causados pela distância) e rejeições de outras Províncias.

Uma vez forte no seu ponto de apoio carioca e em ativa busca pela conquista das demais regiões, D. Pedro elevou o tom da com as Cortes, ampliando o conflito. Já antes do 7 de setembro havia uma guerra em desenvolvimento, que poderia ser inicialmente tratada como guerra civil, ocorrendo em vários pontos do território, especialmente na Bahia (mas não por isso apenas baiana). A emancipação brasileira nasceu entre armas.

1) O FICO E O ENFRENTAMENTO MILITAR

Em sua narrativa de serviços, Thomas Cochrane afirma que, no segundo semestre de 1821, D. Pedro, “se bem que Regente nominal do Brasil, veio a encontrar-se, na realidade, pouco mais que Governador do Rio de Janeiro”⁴²². A avaliação de Cochrane é compartilhada por outros, por exemplo, Varnhagen e Mareschal⁴²³, ainda

⁴²² 2003, p. 34

⁴²³ Em análise sobre os ofícios de Mareschal, afirma Figueira de Melo que “partira d. João VI para Lisboa com a família real e a sua corte, deixando atrás de si a população da capital brasileira diminuída, e uma situação financeira das mais melindrosas. Recusaram as capitâneas do Norte obedecer á Regencia instituída pelo rei, pautando o seu proceder pelas decisões das Côrtes de Lisboa. Em Pernambuco crescia a animosidade entre Portuguezes e Brasileiros. A autoridade do príncipe regente limitava-se unicamente ás províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Sancta Catharina, Rio Grande do Sul, Cisplatina (ainda que ahí diminuida) e Minas Geraes, já trabalhada esta ultima por comoções politicas.... extrema era a

que este último relativize a dureza da análise do Chefe da Esquadra brasileira, ao estimar que o Centro-Sul reconhecia o Regente.

O agente diplomático austríaco no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1821, recordava a situação do Príncipe, que das Cortes não tinha recebido nenhuma ordem, nenhuma orientação, achando-se sem dinheiro e sofrendo constantemente com atos de oposição a sua autoridade, os quais eram aplaudidos pelas assembleias. Nessa situação, afirma Marechal, o resultado era a “anarquia a mais completa” e o “isolamento absoluto de todas as províncias”⁴²⁴. A análise de Mareschal foi compartilhada, posteriormente, pelo Barão do Rio Branco, em seu *Esboço da História do Brasil*⁴²⁵.

Na verdade, mesmo no Rio de Janeiro a posição do Regente era precária. A partida de D. João, como visto no capítulo anterior, havia sido precedida de significativa convulsão social no Reino e no Rio de Janeiro, como mostraram os eventos de 21-22 de abril de 1821, na Capital carioca.

A partida do Rei marcou também o início das iniciativas de D. Pedro em fazer-se Governante efetivo de um Reino em ebulição. Com gabinete Ministerial nomeado por D. João VI e liderado pelo Conde dos Arcos, o Regente não podia ir muito além do esforço de manter uma administração funcionando, ao mesmo tempo em que tentava ganhar a confiança do povo e, principalmente, da tropa baseada no Rio de Janeiro. Tentava controlar, de alguma maneira e sem muito sucesso, a aplicação das decisões do Rei, vindas de Lisboa⁴²⁶. E ainda tinha que se esforçar para cortar despesas, haja vista o “decadente estado das finanças em que actualmente se acha esta Provincia”⁴²⁷.

fermentação política no Rio de Janeiro: republicanos, independentes, absolutistas, recolonizadores (apoiados estes nas tropas portuguesas), agitavam-se”. In: FIGUEIRA MELLO, Jeronymo de A.. “A Correspondencia do Barão Wenzel de Marschall (Agente diplomático da Austria no Brasil de 1821 a 1831). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVII, Parte I, 1914. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 29/11/2013). P. 170

⁴²⁴ *Le Prince Régent n'a reçu depuis le départ du Roi, ni de S.M., ni des Cortes, aucun ordre, aucune direction quelconque ; sans troupe, sans argent, que peut-il faire, surtout lorsque tous les actes en opposition avec son autorité, ont été hautement approuvés et applaudis par l'assemblée qui a usurpé tous les pouvoirs ; le résultat en est l'anarchie la plus complete, l'isolement absolu de toutes les provinces*. In: Figueira Mello, 1914, p. 234.

⁴²⁵ “A desunião das províncias já tinha sido alcançada em parte com a instalação das juntas provinciais. Em breve, a autoridade do regente só se estendia sobre o Rio de Janeiro e as províncias meridionais e centrais; e, em algumas delas, o regente encontrava alguma resistência nas juntas, pois quase todas queriam ter um papel independente. In: Barão do Rio Branco, “*Esboço da História do Brasil*”. In: *Obras do Barão do Rio Branco VIII: estudos históricos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. P. 98.

⁴²⁶ Por exemplo, pela PORTARIA do [secretário de estado do Reino e Mercês], Inácio da Costa Quintela, determinando o envio pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, ao ministro e secretário de estado dos negócios da Marinha [Joaquim José Monteiro Torres], uma relação dos despachos remetidos do Rio de Janeiro para a real assinatura, ficando suspensa a sua resolução em conformidade com a circular da Regência do Reino de 7 de Maio de 1821, e em consequência da ordem das Cortes Gerais e

Do Norte-Nordeste, D. Pedro tinha muito pouco a esperar, mesmo que existisse potencial apoio de alguns grupos que não necessariamente simpatizavam com o vintismo, principalmente no interior. A adesão daquelas regiões às Cortes traduziu-se, ao longo de 1821, na formação de governos provisórios ou juntas governativas, que se relacionavam, em sua maioria, diretamente com Lisboa⁴²⁸. As antigas restrições de setores do Norte-Nordeste à centralização do Rio de Janeiro tinham agora a força do movimento constitucional, de suas relações econômicas privilegiadas com a Europa, da resistência ao absolutismo. Não se limitava esse movimento a setores menores dos comerciantes portugueses: ainda não havia “causa brasileira”. Mais ainda, descentralizadores, republicanos e outras tendências tinham reservas quanto a um Rio de Janeiro que em grande medida continuava a representar o Antigo Regime⁴²⁹.

Sem o apoio do Norte-Nordeste, com dificuldades mesmo em áreas do Centro-Sul, como em Minas Gerais, D. Pedro enfrentava, assim, dura crise política e econômica, causada pela partida da família real, pela expansão do vintismo no Brasil, e pela interrupção do envio de tributos do Nordeste⁴³⁰. Ao longo do segundo semestre de 1821, D. Pedro “deixara de ser o ídolo dos constitucionais portugueses – se é que algum dia o foi integralmente – e ainda não era bem o ídolo dos constitucionais brasileiros”⁴³¹. O Governo entrou numa espécie de “marasmo”⁴³², no qual “mal se podia saber onde

Extraordinárias de Portugal, de 28 de Julho do mesmo ano. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx. 287, D. 20282.

⁴²⁷ Um exemplo foi a decisão de cortes nas folhas de pagamento de pessoal em desvio de função, como se vê na CARTA do [secretário de estado da Marinha no Rio de Janeiro], Manoel Antônio Farinha ao rei [D. João VI], sobre as determinações do príncipe regente D. Pedro em cortar da folha de pagamentos desta província a todos os oficiais que são desta repartição mas que estão servindo no Reino. Em 19 de junho de 1821. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx. 287, D. 20277. Vide também OFÍCIO do [secretário de estado do Negócios da Guerra no Brasil], Carlos Frederico de Paula, ao [ex-secretário de estado da Guerra], Manoel Martins Pamplona Corte Real, sobre a chegada dos oficiais da província de Pernambuco no Rio de Janeiro e a determinação do príncipe regente D. Pedro em remeter para Portugal todos os officas que não estejam ligados diretamente ao Rio de Janeiro; informando a sobrecarga de despesas que tem havido com a oficialidade, sendo este o motivo de não ter pago os ordenados dos militares que estavam em Pernambuco. Em 16 de novembro de 1821. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx. 288, D. 20371.

⁴²⁸ In: Lúcia Bastos P. das Neves, 2011, p. 93

⁴²⁹ Avilez, em intento de reforçar a causa portuguesa, acusa o Rio de Janeiro de estar por trás da decisão do Fico e acusa os habitantes do Rio de Janeiro que, “erigindo-se em Representantes das outras Províncias, uniformizáráo, não se sabe com que principio, seus desejos com as outras Provincias, que não tem mostrado tal desejo”. In: Avilez, 1822, p. 3.

⁴³⁰ Segundo Varnhagen (1957, p. 77), apenas Pernambuco continuou a enviar sua cota. No mesmo sentido, Figueira Mello afirma que “diversa da de Pernambuco era a atitude da Bahia para com o Governo do Príncipe Regente ; e, além do mais, não mandava dinheiro, o que devia constituir motivo de queixa bastante grave”. 1914, p. 191

⁴³¹ Oliveira Lima, 1997, p. 175.

⁴³² Varnhagen, 1957, p. 84.

verdadeiramente residia a autoridade suprema”. Mareschal⁴³³ registrou a espera que havia sobre o recebimento de informações de Portugal e da situação política que se definiria após esse momento.

As notícias da chegada de D. João VI em Lisboa foram recebidas no Brasil apenas em agosto de 1821, num momento em que as Províncias do Norte estavam praticamente sem comunicação com o Rio de Janeiro, conforme a avaliação de Mareschal⁴³⁴. Vivendo entre os múltiplos partidos⁴³⁵, o primeiro momento de D. Pedro era de não contar com apoio efetivo de nenhuma facção, ainda que mantivesse a atração de ser o herdeiro da Coroa, tendo presente que o vintismo se apoiava na monarquia constitucional. A relação era, fundamentalmente, paradoxal. Por ser príncipe, tinha força política, mas sofria também com desconfianças pelo fato de, apesar de sua adesão ao constitucionalismo, ser representante da Coroa. Levantava, com isso, suspeitas de liberais e grupos de maior influência lusitana. A autoridade do Regente estava desbalanceada, o que impactava negativamente em seu exercício. E o Conde dos Arcos era a maior representação das desconfianças de diversos setores, a ponto de Varnhagen⁴³⁶ sugerir que o Ministro deixava a todos descontentes, os portugueses, por acharem que ele era demasiadamente afeto ao Brasil; os brasileiros, não vendo no Conde um “natural” do Reino.

A precariedade da situação de D. Pedro ficou visível na “Bernarda” de 5 de junho de 1821. Notícias chegadas da Bahia davam conta da organização de forças (2.500 homens) para apoiar os constitucionais, ao mesmo tempo em que aportavam rumores de artigos nos jornais da Bahia acusando o Príncipe de ser o responsável pela ação da tropa na convulsão de 21 de abril⁴³⁷. Armitage⁴³⁸ também se referiu à acusação de que D. Pedro fora o mandante da operação, influenciado pelo Conde dos Arcos, que teria “excitado a ambição do Príncipe”. Seja ou não verdade, as referências ao confronto em abril e da atuação controversa do Ministro enfraqueciam o Governo.

Entre boatos de que D. Pedro mandaria prender os supostos agitadores e as reações destes em acusar o Governo pelas mortes no episódio de abril, a cidade do Rio de Janeiro alarmou-se. Naquele momento, andavam "os soldados em correrias pelas

⁴³³ In: Figueira Mello, 1914, p. 210.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ Conforme aponta Oliveira Lima, havia partidários da monarquia absoluta, da monarquia constitucional, da república unitária, da república federativa, do dualismo e da independência. 1997, p. 111.

⁴³⁶ 1957, p. 76.

⁴³⁷ Figueira Mello, 1914, p. 177

⁴³⁸ 1837, p. 22.

ruas principais da cidade, comprando pólvora e balas; fecharam-se as casas; barricadas se erguiam no interior das lojas, temendo-se que fossem saqueadas”⁴³⁹. Em relato a Metternich, Mareschal relata que desde o dia anterior sabia-se da sedição, com proclamações correndo de mão em mão⁴⁴⁰.

O Governador de Armas, General Avillez, teria alertado o Conde dos Arcos, o que resultou em troca de acusações entre os dois sobre o alvo efetivo da sedição, pois cada um via o outro como o alvo. A vantagem, ao fim do caso, ficou com Avillez, que se aproximou da tropa e adotou uma atitude mais rígida contra o Príncipe. Já o Conde dos Arcos sofreu as consequências de uma impopularidade que, do lado dos europeus, se relacionava à percepção de que ele desenvolvia um plano para preservar o Brasil da influencia das Cortes e da constituição. Mareschal sugere, de sua parte, a existência desse plano⁴⁴¹.

Em pouco a tropa se mobilizou naquele 5 de junho. Os eleitores se reuniram e demandaram a demissão do Conde dos Arcos, o juramento das bases da Constituição e a nomeação de nova Junta Governista. Registra Mareschal que a tropa formada por originários do Reino permanecia tranquila e, até ali, impassível, mas teriam se mobilizado com apenas uma palavra do Regente⁴⁴². As diferenças entre os grupos “portuguêses” e o “brasileiros” aos poucos se intensificava e dava mostras de que poderia ter consequências políticas⁴⁴³.

D. Pedro, porém, aceitou e reiterou suas declarações de que governara por obrigação, podendo deixar o cargo no momento em que lhe fosse solicitado. Nomeou nova composição para o Governo, liderada por Pedro Álvares Diniz, com membros que não haviam participado da sedição. Perdeu o Ministro-Chefe deixado por seu pai, mas

⁴³⁹ Figueira Mello, 1914, p. 180.

⁴⁴⁰ Figueira Mello, 1914, p. 180.

⁴⁴¹ 17/06/1821, p. 183 e, se possível, restabelecer o poder monárquico. “Le plan dont je n’aurai pu m’empêcher de regarder la réussite comme heureuse pour la maison de Bragance et ce pays, qui auroit pu être le refuge de la famille Royale en cas de besoin ; ne pouvoit s’exécuter qu’en se débarassant des troupes Portugaises ; il a échoué, et le fait a prouvé que le Comte d’Arcos n’étoit point une tête assez forte pour le suivre dans tous ses détails, et manquoit absolument le caractère dans le moment de l’exécution. Figueira Mello, 1914, p. 183

⁴⁴² Figueira Mello, idem, p. 178.

⁴⁴³ “Bem diversa era então a atitude, que tinham em publico Portuguezes e Brasileiros: ‘Os Portuguezes moram quase todos na cidade, ocupando a maior parte dos empregos públicos; são os únicos, sobretudo depois dos últimos acontecimentos, que falam francamente e dizem as suas opiniões; os Brasileiros são reservados, medrosos, têm realmente elevado grau de fleugma e de apathia’. Com isso, aponta Mareschal, era difícil verificar qual era verdadeiramente a opinião pública naquele momento. In: Figueira Mello, 1914, p. 186.

ganhou, por outro lado, maior ascendência sobre o novo Governo, pela saída da figura forte do poder⁴⁴⁴.

Isso significava pouco, haja vista a prontidão da tropa portuguesa em mantê-lo bem alinhado com o vintismo. Na avaliação do representante britânico no Rio de Janeiro, os eventos de 5 de junho, levados a cabo por uma “pequena parte da força militar portuguesa”, provocaram “uma grande mudança material na forma desse Governo”, “uma mudança que talvez não tenha tido tanta consequência em si, mas no modo pelo qual ocorreu”⁴⁴⁵. A ação mostrava uma postura mais “vintista” dos oficiais, com o claro objetivo de limitar o poder do Príncipe.

Uma relativa tranquilidade voltou ao Rio de Janeiro⁴⁴⁶, enquanto as movimentações políticas continuavam a agitar-se por baixo dessa aparência de calma⁴⁴⁷. Paralelamente, as disputas fora da capital, na Bahia e em Pernambuco, tornavam-se cada vez mais violentas. Avillez, em seu relato sobre a saída da Divisão Auxiliadora do Rio de Janeiro, afirma que tinha conhecimento das movimentações emancipadoras (fala em “independência política”) em “clubs” e outros meios secretos⁴⁴⁸. Mareschal, por sua vez, avaliava que a única saída que restava às contínuas movimentações da tropa portuguesa era a utilização da tropa brasileira a favor do Príncipe, mas “nenhum português ousaria propô-lo”⁴⁴⁹ (a chegada dos Decretos de setembro eliminou, porém, essa resistência). O diplomata austríaco, em fins de 1821⁴⁵⁰, apontava que os habitantes do interior, com menor relação direta com Portugal, estavam mais decididos e dariam, eles, marcha aos acontecimentos, sendo mais difícil reprimi-los.

A prisão e deportação do Conde dos Arcos impactaram em D. Pedro como uma verdadeira humilhação. Antes mesmo, portanto, que fossem dadas as ordens das Cortes para que o Regente voltasse, já havia elementos da potencial discordância do Príncipe com as Cortes. Durante todo aquele período, porém, a política do príncipe foi de composição com as tropas portuguesas aqui sediadas, comparecendo a banquetes e

⁴⁴⁴ “As desconfianças de ser o príncipe um juguete do conde dos Arcos mudaram de objeto, e a Juncta, que o substituiu, caído aquele do poder, já era suspeita de ser um instrumento passivo do príncipe”. Figueira Mello, *idem*, p. 185.

⁴⁴⁵ Ofício de 11 de junho de 1821. F.O. 63/227. In: Webster, 1938, p. 210.

⁴⁴⁶ “A calma, diz Marschall, vai renascendo”. Figueira Mello, 1914, p. 186

⁴⁴⁷ “Tanto na Bahia, onde a situação continuava no mesmo pé, como no Rio de Janeiro, parecia-lhe que os diferentes partidos se observavam e esperavam o efeito da chegada do rei a Portugal... ‘entre temps on peut dire qu’il n’y a ici aucun Gouvernement, le Prince n’a point de pouvoir, la Junte non plus, la véritable force est dans la troupe, qui grâce a Dieu ne l’exerce pas pour le moment’”. Figueira Mello, 1914, p. 194

⁴⁴⁸ 1822, p. 5

⁴⁴⁹ “(...) aucun Portugais n’osera jamais le proposer”. Figueira Mello, *idem*, p. 188.

⁴⁵⁰ Figueira Mello, *idem*, p. 229

bailes promovidos pela oficialidade⁴⁵¹. Tinha medo do futuro que o aguardava e expressava publicamente desejo de ir embora para Portugal, conforme manifestou em carta a D. João datada de 21 de setembro:

“peço a V.M., por tudo que há de mais sagrado, me queira dispensar deste emprego, que seguramente me matará, pelos contínuos e horrorosos painéis que tenho, uns já à vista, e outros, muito piores, para o futuro, os quais eu tenho sempre diante dos olhos (...)”.

O Príncipe, dessa forma, “procurava convívio com os oficiais da Divisão” (Auxiliadora) e tentava afiançar seu constitucionalismo⁴⁵², em meio a incertezas que se relacionavam ao futuro do Reino e à própria situação da monarquia. Naquele tempo de comunicações lentas, muitos rumores corriam, até de renúncia de D. João VI⁴⁵³, fomentando ainda mais as movimentações políticas.

Nada disso passou ao largo da atenção de D. Pedro. Nem as reações diversas entre constitucionais, corcundas e brasileiros às notícias de Decretos das Cortes que sucessivamente chegavam ao Rio de Janeiro ao longo de 1821, nos quais o risco de uma divisão do Brasil já era percebido por alguns setores. O primeiro grupo, dos constitucionais, que envolvia portugueses não nobres, simpatizava com as medidas liberalizantes e anti-aristocráticas. Absolutistas e brasileiros tendiam a se chocar com as Cortes, por diferentes razões, sendo que estes temiam pelo fim da Regência.

Essas movimentações políticas por vezes abalavam a tranquilidade aparente na Capital do Reino, como nos tumultos de 18 de setembro de 1821, entre críticos e apoiadores das Cortes. A partir de setembro começam também a surgir em número importante jornais, panfletos e proclamações, tais como o *Revérbero Constitucional Fluminense* (setembro de 1821), o *Espelho* (outubro de 1821) e *A Malagueta* (dezembro de 1821)⁴⁵⁴. Ficavam cada vez mais patentes as divisões entre um “partido brasileiro” e um “partido português” (o que não significava, necessariamente, divisão entre “brasileiros” e “portugueses”), como registrou Mareschal, que também apontava a já

⁴⁵¹ Lustosa, 2000, p. 121.

⁴⁵² Oberacker Jr., 1985, p. 18. Vide também o parecer de Mareschal: *Le Prince Royal cherche visiblement, surtout depuis cette époque, à établir qu'il est franchement constitutionnel, qu'il l'a été dès l'origine et qu'il a supporté avec effet la cause des Côrtes*. Mareschal, In : Figueira Mello, 1914, p. 216.

⁴⁵³ Idem, p. 216

⁴⁵⁴ In: Neves, 2002, p. 50.

existente ideia, de alguns grupos minoritários, de declarar D. Pedro Imperador do Brasil⁴⁵⁵.

É preciso, assim, ter cautela com a posição de D. Pedro nesse período, sua aproximação com a tropa portuguesa, seu constitucionalismo português e seu público desejo de partir, pouco se importando com o destino do Reino. O próprio Mareschal sugere, em dado momento, desconfiar que o Príncipe dissimulava sua verdadeira posição⁴⁵⁶. É de se questionar o quanto ele efetivamente desejava partir, e o quanto era jogo de cena. Pois, se a situação de D. Pedro não era boa na Capital do Reino e no Norte-Nordeste, sua presença no Brasil, por outro lado, era uma garantia de continuidade do poder da Coroa num Reino marcado pela forte agitação política e risco de esfacelamento, além da possibilidade de recuperação da legitimidade do Rio de Janeiro⁴⁵⁷. Mesmo frágil, D. Pedro mantinha a possibilidade de liderar um movimento de construção da unidade e da estabilidade, como sugeria Mareschal⁴⁵⁸:

Se o Príncipe deixar o país, o que ele frequentemente afirma pessoalmente ter vontade, os partidos não se veriam impedidos por nada, e uma guerra civil e a expulsão dos europeus poderiam ser a sequência do primeiro imprevisto; o canhão está carregado, não falta que uma fagulha que o acenda.

⁴⁵⁵ Offício de 24 de outubro de 1821: Continuam a ser pregados cartazes sediciosos, parecendo provir de dous partidos; os primeiros afixados acusavam o Príncipe Regente de se tornar independente com os Brasileiros e os generaes Caula e Avilez, Pedro Alvares Diniz e o Marquez d'Angeja, e outros vários juizes, todos portugueses, de chefiarem a conjuração; esses cartazes chamavam os Portuguezes, especialmente o batalhão n. 3, ás armas; os outros cartazes provinham de um partido brasileiro, e exortavam a sacudir o jugo das Côrtes e da soldadesca, dizendo que o Brasil queria uma Constituição, leis e um Soberano, mas nunca um Príncipe absoluto; e tinham assim ares de mostrar ao Príncipe Regente que não podia fazer nada de melhor do que pôr-se á frente deles brasileiros e declarar-se independente: não indicavam contudo o nome do Príncipe. In: Figueira Mello, 1914, p. 225.

⁴⁵⁶ *Le Prince Régent montre toujours un grand désir de sortir de la position vraiment bien pénible où il se trouve ; je le crois entièrement étranger aux projets que le parti Portugais voulait lui attribuer ici ; son plus grand tort est son espèce d'enthousiasme – révolutionnaire qui ne paraît pas encore haïsser ; c'est ce qui me fait souvent croire qu'il dissimule, mais cette dissimulation seroit bien soutenue, son ignorance explique beaucoup et sa présomption doit être nourrie par son entourage qui est d'une médiocrité incroyable (...)*. In : Figueira Mello, 1914, p. 229.

⁴⁵⁷ “A coroa atuava porém como um imã muito mais forte do que qualquer outro prestígio, e a União tinha de brotar da implantação da monarquia ou antes da transformação liberal dessa instituição tradicional, como brotaria a desunião dos constantes atropelos constitucionais das Províncias Unidas (do Prata), agrupadas pelo pacto do estatuto de 1816. (...) No Brasil, em 1821, um observador estrangeiro como Mareschal notava que não havia entre as províncias unanimidade, nem sequer tendências comuns. (...) A felicidade do Brasil foi não haver naufragado o princípio da autoridade e ir a nau do Estado, revelando maior capacidade de resistência à medida que ia deixando atrás de si os escolhidos que a ameaçavam”. Oliveira Lima, 1997, p. 38

⁴⁵⁸ *Si le Prince quitte le pays, ce dont il montre même dans son intérieur fréquemment l'envie, les partis ne seront plus retenus par rien, et une guerre civile et l'expulsion des Européens peut être la suite du premier incident imprévu ; la mine est chargée, il ne faut que l'éticelle qui l'allume.* Figueira Mello, 1914, p. 187.

O Regente provavelmente conhecia essa avaliação, pois havia participado das discussões logo no início do vintismo no Brasil, recordando-se que ofereceu pareceres sobre a partida da Corte e sobre a atitude do Rei com as Cortes (vide capítulo III, primeira parte). Mareschal sugere que o Conde dos Arcos, enciumado da influencia de Palmella sobre o jovem Príncipe⁴⁵⁹, trabalhara para ganhar maior ascendência sobre D. Pedro. Sua saída abriu espaço para a volta de ideias como as de Palmella, que em pouco seriam encabeçadas por José Bonifácio.

O futuro “Patriarca da Independência” já se encontrava, nesse segundo semestre de 1821, na ação política. O Governo provisório de São Paulo, que reconhecia D. Pedro⁴⁶⁰, emitiu, em 9 de outubro de 1821, as já mencionadas “Lembranças e Apontamentos” à deputação de São Paulo nas Cortes. O documento constituía efetivo programa político para o Império português e para o Reino, fundado ao mesmo tempo na unidade política e no fortalecimento das Províncias⁴⁶¹. O documento foi enviado a D. Pedro com uma carta, possivelmente escrita por José Bonifácio, na qual pedia que o Regente não deixasse o Brasil⁴⁶². O Príncipe evitou comprometer-se e não publicou a carta, como lhe havia sido solicitado. Mas havia tomado conhecimento de um projeto político para o Reino.

Também houve iniciativas de tentar ganhar o Príncipe diretamente, apresentando-lhe reflexões sobre a conveniência de sua permanência. Mareschal, como já relatado acima, registra, em 12 de julho de 1821, acusações de “brasileiros” contra a facção “portuguesa” (entendida aqui como partidária das Cortes), por quererem obrigar o Príncipe a partir. Para o diplomata austríaco, o partido “brasileiro” (ou seja, pró-Rio de Janeiro)

“poderia(m) ter razão, pois eles o temem agora e creem não ser mais mestres se ele (D. Pedro) tiver partido; - mas essa partida seria, da minha maneira de pensar, um grande mal para Portugal e para o Brasil; o grande laço entre esses dois países é certamente a ligação comum à casa de Bragança”⁴⁶³.

⁴⁵⁹ In: Figueira Mello, idem, p. 196.

⁴⁶⁰ Houve, no caso de São Paulo, revolta de soldados em Santos, em 1821, contra o Governo. Tratava-se, principalmente, de questão envolvendo o pagamento de soldos, que foi rapidamente resolvida. In: Figueira Mello, 1914, p. 204.

⁴⁶¹ In: SOUZA, Otávio Tarquínio de. *José Bonifácio*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. P. 126.

⁴⁶² Oberacker Jr., 1985, p. 19.

⁴⁶³ Grifo nosso. *Les Brésiliens accusent la faction Portugaise d'ici, de vouloir à toute force faire partir le Prince ; ils pourroient avoir raison, car ils le craignent encore et croiront être plus les maîtres s'Il était parti ; - mais ce départ seroit d'après ma manière de voir un grand mal pour les affaires en Portugal et*

O Príncipe Regente reagiu a essas iniciativas pressionado por Avilez. Em 4 de outubro de 1821, o Governador das Armas do Rio de Janeiro demandou que D. Pedro declarasse ao povo seu juramento constitucional. No mesmo dia, D. Pedro publicou proclamação aos Fluminenses⁴⁶⁴, na qual sustentava que “nunca serei perjuro, nem á religião, nem ao Rei, nem á Constituição”. Ameaçava, também, declarar “guerra despiedada, e cruelíssima, a todos os perturbadores do socego publico, a todos os Anticonstitucionaes”. A linguagem dura da guerra já estava ali presente, com a diferença de que, em poucos meses, estes perturbadores seriam os membros das Cortes e a tropa portuguesa.

D. Pedro também registrou em carta a D. João, do mesmo 4 de outubro⁴⁶⁵, que “a Independencia tem se querido abrir comigo e com a tropa”, sem efeito, por sua “honra, e ella he maior que todo o Brasil”. Um mês depois, em outra carta, o Regente registrava que

Aqui está tudo em perfeito cocego e promete duração; nas outras Provincias já não he tanto e em Pernambuco estão quazi em huma perfeita anarchia, por que já la não querem Portuguezes Europeos, e o Batalhão 2 do Algarve está dentro do Quartel pronto para defender-se no caso de ser atacado por eles que só por fora são Constitucionaes; he em geral o estado da Provincia de Pernambuco huma das mais interessantes da America, e que por consequência há de dar o exemplo as mais, que por vontade ou por necessidade e vergonha o hão-de tomar⁴⁶⁶.

Com base nas movimentações antecedentes e na situação delicada no Rio de Janeiro e nas Províncias, é preciso olhar com cautela com a imagem dos Decretos das Cortes como indutores da modificação de todas as tendências políticas do momento, como sugere Varnhagen⁴⁶⁷. Os ingredientes da crise já estavam presentes ao longo de

pour le Brésil ; le grand lien entre les deux pays est certainement l'attachement commun à la Maison de Bragance (...). In : Figueira Mello, 1914, p. 200.

⁴⁶⁴ In: Avilez, 1822, p. 39.

⁴⁶⁵ In: “CARTAS (cópias) do príncipe regente D. Pedro, ao rei [D. João VI] sobre várias matérias relativas a situação política - administrativa nas relações entre o Brasil e Portugal”. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_017, Cx 288, D. 20405. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 26/03/2015).

⁴⁶⁶ In: “CARTAS (cópias) do príncipe regente D. Pedro, ao rei [D. João VI] sobre várias matérias relativas a situação política - administrativa nas relações entre o Brasil e Portugal”. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_017, Cx 288, D. 20405. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

⁴⁶⁷ 1957, p. 89.

todo o ano de 1821, desde as discussões entre D. João VI e seus assessores, antes da partida a Lisboa, passando pelos grupos que também falavam de constituinte brasileira, resistiam ao risco da partida de D. Pedro e, em alguns casos, pensavam seriamente na Independência. Era a instabilidade previsível em um período de reconstrução do Estado português, o qual, como visto, incluía uma disputa política entre duas capitais, Rio de Janeiro e Lisboa.

É incontestável, entretanto, o impacto dos Decretos de 29 de setembro em termos de propulsão da marcha dos eventos, e da grande ruptura política. O “Fico”, em 9 de janeiro de 1822, foi o momento em que se lançou o conflito entre Lisboa e Rio de Janeiro, inicialmente conflito mais político do que militar, no qual D. Pedro não atacava a soberania representada pelo pai, mas, sim, o Governo das Cortes. A tradução dessa disputa em guerra veio rápido, poucos meses depois.

Quando o brigue de guerra *Infante D. Sebastião* aportou no Rio de Janeiro⁴⁶⁸, em dezembro de 1821, a capital do Reino, politicamente agitada há meses, entrou em “ebulição”, conforme as palavras do representante diplomático francês⁴⁶⁹. Para os setores que se beneficiavam da presença do Príncipe e da manutenção do Rio de Janeiro como um dos centros de poder do Império português, a notícia dos Decretos era trágica: marcava a diminuição da importância da capital⁴⁷⁰, e a “regeneração” de Lisboa, como visto no Capítulo anterior. A Revolução do Porto, as Cortes e a partida da família Real afetaram diretamente os interesses daqueles que se beneficiavam do Rio de Janeiro como capital portuguesa.

Havia interesses econômicos, derivados do fornecimento de produtos à capital e da dinâmica econômica que ela motivava⁴⁷¹. Socialmente, o Rio de Janeiro pós-1808 era

⁴⁶⁸ Moreira de Azevedo sublinha que foi o Brigue *Infante D. Sebastião* e não o *Infante D. Miguel* que trouxe, em 09/12/1821, os Decretos das Cortes. In: AZEVEDO, Moreira de. “O 9 de Janeiro de 1822. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Dr. Moreira de Azevedo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXXI, 1868. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 08/12/2013). P. 34. Também o Ministro da Guerra, Carlos Frederico de Caulla, registra ter sido o *Infante D. Sebastião*. In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 367.

⁴⁶⁹ Já citado no capítulo 1 do presente trabalho. In: Arquivos Diplomáticos do Quai d’Orsay.

⁴⁷⁰ Como registra Mareschal em ofício de 16/12/1821, com a chegada das notícias de Lisboa, muitos diplomatas acreditados no Rio de Janeiro, inclusive dos EUA e da Holanda, partiram da capital carioca. In: Figueira Mello, 1914, p. 239.

⁴⁷¹ “Entre as capitânicas que sofreram impactos imediatos podemos destacar a de Minas Gerais, que desde o período colonial brasileiro mantinha uma intensa produção de gêneros de primeira necessidade, funcionando como entreposto comercial com outras localidades, como o Rio de Janeiro. (...) A decadência da mineração havia produzido em algumas regiões da capitania uma precoce atividade produtiva voltada para o abastecimento interno, o que justifica a existência de um dos maiores planteis de escravos do país, mesmo após o declínio das atividades mineratórias. (...) Com vantagens devido à sua localização geográfica, com divisa ao sul com São Paulo e Rio de Janeiro e acesso aos caminhos abertos

outro, como visto no capítulo II, oferecendo acesso político-econômico-social aos locais e aos de fora que ali haviam se instalado. A própria sobrevivência econômica do Rio de Janeiro estava em jogo, inclusive no que diz respeito às rendas enviadas pelas Províncias e ao fato de que centenas de funcionários públicos poderiam potencialmente ficar desempregados, com a extinção dos Tribunais⁴⁷² (tema que continuou a ser discutido ao longo de 1822, como visto na segunda parte do capítulo anterior). Também estava em questão os interesses políticos, a importância de se estar próximo ao poder, afetando não apenas a posição política local, mas igualmente a posição sobre a condução dos assuntos do Reino do Brasil, tema importante para muitos grupos, como os de Bonifácio de de Ledo.

Em resumo, a diminuição da importância do Rio de Janeiro afetava interesses e posições de toda ordem, muitos que derivaram em projetos políticos distintos, mas que se viram aproximados pelo temor dos danos da diminuição da importância política do Rio de Janeiro. O risco não era novidade: os próprios Conselheiros de D. João VI haviam alertado para o fato de que o balanço entre as duas capitais deveria ser fino o bastante para evitar a ruptura, de um lado ou de outro. Lisboa queria voltar ao que era antes, com todos os interesses envolvidos aí. O Rio de Janeiro não queria perder o que alcançara.

As Cortes, no entanto optaram por tentar reunificar o poder em Lisboa e, com esse ato, deram início ao conflito. Alguns testemunhos de época ou as memórias de participantes⁴⁷³ dão conta desse impacto:

para exploração, a Comarca do Rio das Mortes obteve destaque como responsável pela comercialização com as capitânicas vizinhas, com o abastecimento do sul de Minas, bem como entreposto comercial de outras vilas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.(...) A situação também desagradou o centro-sul de Minas, pois o mesmo mantinha uma relação comercial com o Rio de Janeiro que a favoreceria caso apoiasse D.Pedro, o que de fato ocorreu. (...) O primeiro grupo não era favorável à volta de D.Pedro para Portugal, com medo que o Brasil voltasse a ter que se subordinar a Portugal como no período colonial; o segundo tinha medo da extinção de órgãos administrativos superiores, ligados à regência de D. Pedro, que retirariam dos mesmos poderes locais. In: DELFIM, Maria Elisa Ribeiro. *Viva a Independência do Brasil!: a atuação da elite política sanjoanense no processo de Independência (1808-1822)*. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei, 2011. In: <http://www.ufsj.edu.br/porta12-repositorio/File/pghis/DissertacaoMariaElisa.pdf> (acesso em 10/02/2015). P. 103.

⁴⁷² Mareschal em 16/12/1821: (...) *le départ de la Cour et l'extinction des tribunaux jettera dans la misère et le désespoir huit cent familles ; on paraissait d'abord vouloir empecher de vive force le départ du Prince* (...). In: Figueira Mello, 1914, p. 241.

⁴⁷³ Vide também as intervenções, na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro, dos Deputados Pereida da Cunha e Costa Aguiar, ambas em 27/05/1823, nas quais recordam os impactos negativos dos Decretos, sendo considerados estes a “origem dos males”. In: *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Rio de Janeiro*.

O Projeto das Cortes é claro; eles querem que cada Província do Brasil esteja diretamente em relação com Lisboa como centro comum que creio ruim, porque não haveria, em geral, ponto de união nem de relações entre as diferentes províncias suficiente para evitar o temor a uma sublevação espontânea e geral, e não havendo centro comum, fica-se privado, assim, de um ponto central de apoio, de onde se poderia enviar mais prontamente que da Europa o socorro ao ponto ameaçado⁴⁷⁴.

Destruíam esses decretos as instituições civis creadas pelo rei, apeavam o Brasil da sua categoria politica, roubavam-lhe as prerrogativas de que gozára, e entregavam-no á mercê de aventureiros ou a lugas e guerras civis⁴⁷⁵.

Sr. Presidente, eu sempre considerei o Decreto de 29 de Setembro como o pomo fatal da discórdia, lançado por mãos iníquas só para nos dilacerarmos; a multiplicada divisão dos poderes e a sua reciprova independência, erão elementos destinados a fermentação da anarchia, todos os Brasileiros patriotas assim sempre pensarão, e hoje não podem pensar de outra maneira⁴⁷⁶.

O Brasil de num golpe despojado não só do do Poder Legislativo, como taõ bem da, posse do seo Rei, e até já decretado a perder o Herdeiro da Coroa, que fazia o arrimo às suas esperanças, e já reputado como paiz indecorozo para a habitação da Realeza. A extincção do Poder Executivo, e mesmo daquelles meios, com que todas as Províncias concorriaõ a manter e esplendor o throno, degradadas assim da cathegoria de Reino. A extincção dos Tribunaes Supremos, ficando os povos privados dos antigos recursos, que tinhaõ aos sus Negocios, assim cerno os Empregados publicos dos meios de subsistencia, com que mantinhaõ milhares de pessoas innocentes. A desunião das Provincias decretada naõ só dentre humas ás outras, como taõ bem d'entre as proprias authoridades constituídas em cada huma delas⁴⁷⁷.

O General Avillez, em seu relatório às Cortes⁴⁷⁸, reconheceu exatamente que os Decretos de Setembro propiciaram momento importante para o partido “brasileiro”, pois na ordem de retorno de D. Pedro “encontrarão hum campo vasto para fazer manobrar a seu bel prazer a desconfiança, a maledicência, a perfídia, o odio contra as Cortes

⁴⁷⁴ *Le projet des Cortês est clair; ils veulent que chaque province du Brésil soit directement en rapport avec Lisbonne comme centre commun je le crois mauvais, parce qu'il n'y avoit en général, point assez d'union ni de relations entre les différentes provinces pour faire craindre un soulèvement spontané et général, et qu'en n'ayant point de centre commun, on se prive ainsi d'un point central a porté, d'où l'on auroit pu envoyer plus promptement que de l'Europe des secours sur le point menacé.* Marechal. In: Figueira Mello, 1914, p. 220.

⁴⁷⁵ Moreira de Azevedo, 1868, p. 34

⁴⁷⁶ Deputado Moniz Tavares. Discurso na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro. In: Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Rio de Janeiro, em 26/05/1823.

⁴⁷⁷ GAMA, Bernardo Jose da, (Visconde de Goyana). *Memoria sobre as Principaes Cauzas, por que deve o Brasil reassumir os seus direitos e reunir as suas Provincias. Offerecida ao Principe Real por B.J.G.* 1º Anno da Regeneração do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822. In: Senado Federal, <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/185625> (acesso em 06/02/2014). P. 37.

⁴⁷⁸ In: Avillez, 1822, p. 6.

Geraes”. Em uma das muitas cartas e panfletos impressos no início de 1822 pela Imprensa Nacional (no contexto da campanha pública pela causa brasileira), cidadão com pseudônimo de “Patricio afeiçoado”, escreveu longa carta ao Deputado brasileiro às Cortes Fagundes Varella, reagindo à notícia dos Decretos das Cortes⁴⁷⁹. Acusando Fagundes Varella de “egoísta” e “frouxo”, o autor atacou diretamente a decisão de determinar a partida de D. Pedro, outra medida prevista nos Decretos⁴⁸⁰:

Vemos tratar-se como questão preliminar, a questão do regresso de S.A.R proposta por hum dos nossos Deputados, quando o interesse da cauza Nacional exigia, que d’ella se não tratasse antes da reunião em Cortes de todos os Deputados dos Dominios Portuguezes; questão tão mal proposta quanto foi mal defendida, e assim mais a abolição dos tribunaes da Côrte do Rio de Janeiro.

O “Patrício afeiçoado” tentou também contradizer a ideia de que as Províncias não respeitavam o Regente e insistia na tese, depois defendida pelo “polo brasileiro”, de que o único vínculo do Brasil com Portugal “he a igualdade com que se o tratar”⁴⁸¹. Sustentava interesse de manter a união, desde que Portugal não “desrespeitasse” o Reino e retirasse a estrutura governamental ali presente. Defendia, ainda, que a capital da Monarquia deveria permanecer no Rio de Janeiro. Por todas essas razões, repreendia o Deputado Fagundes Varella pelo fato de os brasileiros não protegerem a causa brasileira, abrindo as portas a “huma guerra de irmãos, que não deixarão de aproveitar as Potencias Estrangeiras para fazer aquisições no Brasil, de que já vêmos indícios”⁴⁸².

As declarações dos atores brasileiros da época revelam como a imagem da “recolonização”, tratada no Capítulo III, foi se consolidando no imaginário brasileiro. Construiu-se, nessa imagem, cenário anterior na qual a tranquilidade reinaria e teria sido quebrada pela decisão das Cortes e materializada nos Decretos e pronunciamentos da tropa. Reforçava-se, com isso, a estratégia discursiva de que o lado brasileiro apenas se “defendeu”. Essa narrativa, que tinha como pano de fundo interesses econômicos, políticos, sociais ameaçados no Rio de Janeiro, foi construída pelos vencedores da disputa política e da guerra.

⁴⁷⁹ MENDONÇA, José Alves Ribeiro de. (editor). “Carta que ao Ilustre Deputado o Senhor Luiz Nicolao Fagundes Varella escreveu hum Zellozo Patriota dada á luz por José Alves Ribeiro de Mendonça. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. In: *Brasiliana USP*, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/2/search?&fq=dc.subject%3APol%C3%ADtica%5C+e%5C+governo%5C+%5C+%5C+S%C3%A9c.%5C+XIX%5C+%5C-%5C+Brasil&fq=dateissued.year%3A1822> (acesso em 24/02/2014).

⁴⁸⁰ Idem, p. 6.

⁴⁸¹ Idem, p. 8

⁴⁸² Idem, p. 11.

O impacto dos Decretos (e seu papel aglutinador do lado brasileiro) foi, ainda assim, inegável. Eles impulsionam a convergência de grupos heterogêneos, que viram nas Cortes uma ameaça comum. Foi o momento, assim, propício para a união entre o Regente e o projeto encabeçado por Bonifácio. Os decretos sobre as Províncias e os Governadores de Armas repercutiram no Regente e em todos aqueles que viam a necessidade de o Reino manter-se unido, ademais da questão da manutenção da igualdade política do Centro-Sul com relação a Lisboa, como visto no capítulo anterior. A ordem de partida do Príncipe, atingiu D. Pedro em seu lado pessoal, na sua condição de representante de uma secular casa monárquica.

A primeira reação de D. Pedro, registrada pelo Ministro da Guerra, Carlos Frederico de Caula⁴⁸³ (e também em carta a D. João VI, de 10 de dezembro de 1821⁴⁸⁴), não foi de revolta, ao contrário do que sustentou Maria Gaham⁴⁸⁵. Segundo o Ministro da Guerra, ao ler os Decretos das Cortes, D. Pedro consultou os Ministros sobre o que deveria fazer e recebeu como resposta “unânime” que deveria cumprir as ordens⁴⁸⁶. O Regente ordenou, então, que se publicassem os documentos no dia seguinte e que se aprontasse a Fragata *União*, o quanto antes, para que pudesse partir. Queria que no prazo de 60 dias contatos do dia 10 de dezembro estivesse instalado o Governo e, ele, embarcado.

Ainda segundo o Ministro da Guerra, ao passo que os ânimos começaram a agitar-se no Rio de Janeiro, D. Pedro manteve, por um tempo, a resolução de partir. Recusou-se, porém, a tratar do tema com seus Ministros, limitando-se aos expedientes do dia a dia. É de se perguntar se essa resolução e o silêncio que se seguiu entre D. Pedro e os Ministros demonstrava firmeza na decisão do Regente, ou a busca por ganhar tempo, para preparar outra solução. Já em 15 de dezembro de 1821, o Regente informava ao pai, em carta⁴⁸⁷, as gestões dos representantes de Minas e São Paulo, que lhe teriam dito:

⁴⁸³ In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 367.

⁴⁸⁴ In: “CARTAS (cópias) do príncipe regente D. Pedro, ao rei [D. João VI] sobre várias matérias relativas a situação política - administrativa nas relações entre o Brasil e Portugal”. In: Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx 288, D. 20405.

⁴⁸⁵ Em seu diário, em 09/01/1822, Graham sustenta que o Decreto das Cortes ordenando o retorno de D. Pedro *excited the most lively indignation not only in His Royal Highness, but in the Brazilians from one end of the kingdom to the other*. 1824. P. 173.

⁴⁸⁶ De Caula sustenta ter ainda acrescentado: “veremos a comoção que fazem no Publico; ante-vejo que será grande”. Idem, p. 367.

⁴⁸⁷ In: “CARTAS (cópias) do príncipe regente D. Pedro, ao rei [D. João VI] sobre várias matérias relativas a situação política - administrativa nas relações entre o Brasil e Portugal”. In: Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx 288, D. 20405.

“ou vai (D. Pedro), e nós nos declaramos independentes, ou fica, e então continuamos a estar unidos, e seremos responsáveis pela falta de execução das ordens do Congresso: e de mais tanto os Inglezes Europeos como os Americanos Inglezes nos protegem na nossa independência no caso de hir S. A.”.

Pessoalmente, D. Pedro se declarava pró-Cortes (“Torno a protestar às Cortes e a S. Mag. Que só a força será capaz de me fazer faltar ao meu dever, o que me será o mais (?) censsível neste Mundo”), mas o fato colocar a referência aos mineiros e paulistas em sua carta não era sem intenção.

Nesse sentido, o diplomata austríaco no Rio de Janeiro⁴⁸⁸ estimava, em 16 de janeiro de 1822, que no estado em que as coisas se encontravam, o único meio de se conservar a união entre os Reinos seria o estabelecimento da sede da monarquia no Brasil, caso contrário se passaria nas terras brasileiras o mesmo que no resto das Américas. Mareschal advogava junto à Corte austríaca que a presença do Príncipe era a única chance de se restabelecer a ordem, restabelecer a unidade e manter a união com Portugal. E exercia influencia sobre D. Pedro por meio da Princesa, esta também envolvida nas movimentações políticas que ocorriam⁴⁸⁹. A mesma ideia, registre-se, pode ser encontrada nas representações de representantes cariocas enviaram a D. Pedro, em janeiro de 1822, e que foram incluídas como anexos das Cartas do Príncipe a seu pai⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ *Dans l'état présent des choses, je crois pouvoir affirmer sans hésiter, qu'il n'y a plus qu'un moyen pour conserver l'union d'une manière durable, c'est l'établissement du siège de la Monarchie au Brésil ; du momento où cela n'est pas, ce paus se retrouve dans la même position que le reste de l'Amérique et suivra la même marche. (...) Je crois pouvoir ajouter que le rappel du Prince Régent amenera probablement de suite cette séparation pour la plus grande partie de ce Royaume ; au lieu qu'en le laissant ici et en l'appuyant de toutes manières il y aurait peut être encore une possibilité de rétablir l'ordre, de ramener les différentes provinces à son centre commun et de prolonger la dépendance du Brésil de la mère patrie.* In: Figueira Mello, 1914, p. 235.

⁴⁸⁹ Em carta a Schaffer, em 08/01/1822, Leopoldina afirma que “o Principe está decidido, mas não tanto quanto eu desejaria. Os ministros vão ser substituídos por filhos do Paiz, que sejam capazes. O Governo será administrado de um modo análogo aos Estados Unidos da America do Norte”. In: “Cartas Ineditas da 1ª. Imperatriz D. Maria Leopoldina (1821-1826)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXV, Parte 2, 1912. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/11/2013). P. 114

⁴⁹⁰ Representação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em 29/01/1822: “(...) sim, se os Politicos disseram, que o Navio que trouxe ao Brasil o Senhor Dom João Vi alcançaria entre os antigos Gregos maiores honras do que esse, que levou Jason, e os Argonautas a Colcos, o Povo do Rio de Janeiro julga, que o Navio, que reconduzir Sua Alteza Real, aparecerá sobre o Tejo com o Pavilhão da Independencia do Brazil”. Fala do Juiz de Fora José Clemente Pereira, Presidente do Senado da Câmara, também em janeiro de 1822: “Senhor – a sahuda de V.A.R dos Estados do Brazil será o Decreto fatal, que sancione a independência deste Reino!”. In: DE ALCÂNTARA, Dom Pedro. *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade, o Senhor Dom João VI*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Exemplar mantido pela Universidade de Harvard. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013). Ps. 14 e 23, respectivamente.

Se o Ministro da Guerra registrou que apenas em 9 de janeiro de 1822, após a Representação da Câmara e do Povo do rio de Janeiro, D. Pedro manifestou sua decisão de ficar, o relato do representante diplomático da França retrocedeu essa decisão do Regente para semanas antes. Segundo o despacho de 11 de janeiro de 1822, o Coronel Malet registra ter conversado com o Príncipe em 27 de dezembro, quando este lhe comentou estar disposto a aceitar a demanda dos habitantes do Rio de Janeiro e suspender seu regresso até que as Cortes e o Rei tivessem determinado efetivamente a forma de governo do Reino⁴⁹¹.

O diplomata francês sublinhou, ainda, que a Princesa Leopoldina teria tido papel importante nesse contexto, e falado com “*beaucoup de vivacité*” das dificuldades de partir grávida para uma viagem de retorno à Europa. Em nova carta a D. João VI, datada de 2 de janeiro de 1822, D. Pedro já começava a mudar o tom de sua postura, como se tivesse reagindo às pressões locais. Declarou que “farei todas as diligencias por bem para haver socego, e para ver se posso cumprir os decretos 124 e 125, o que me parece impossível, porque a opinião é toda contra por toda a parte”⁴⁹².

D. Pedro parecia querer ficar, mas ainda não dava mostras de incorporar um projeto completo sobre o futuro do Reino. As semanas entre 9 de dezembro 1821 e 9 do mês seguinte foram importantes nessa conversão. Segundo Varnhagen, no meio da agitação, foi mostrada ao Príncipe carta de Tomás Antônio a um amigo, Antônio Soares de Paiva, na qual “lhe dizia que o mesmo príncipe, se quisesse salvar seu pai e aos reinos de Portugal e do Brasil, e também a si próprio, não devia por forma alguma deixar o Brasil”⁴⁹³. Para o Coronel Malet, diplomata francês, em despacho de 11 de janeiro de 1822, o Príncipe Regente era apenas em aparência reticente: “não contava se submeter às ordens e retornar a Portugal”, esperando aparecer um pretexto, que ele aproveitou na primeira ocasião que apareceu para atrasar sua partida⁴⁹⁴.

⁴⁹¹ (...) *le Prince Regent m'avait dit le 27 du même mois (dezembro de 1822) qu'il étoit disposé a se prêter á la demande des habitants de cette capitale et a retarder son retour en Europe jusqu'à ce que le Roi et les Cortes a qui l'on adresseroit des remontrances a ce sujet, eussent statué définitivement sur la forme de gouvernement qu'il étoit convenable de donner au Brésil.* In: França, Arquivos Diplomáticos, op. cit.

⁴⁹² In: Moreira de Azevedo, 1868, p. 38.

⁴⁹³ Varnhagen, 1957, p. 93.

⁴⁹⁴ (...) *il eut evidente, Mon seigneur, que le Prince qui a si peu a se louer des Cortes de Lisbonne, n'a compté se rendre a leurs ordres et retourner en Portugal que tant qu'il n'a pu apercevoir aucun moyen aucun faux fuyant pour eluder ces dispositions, et qu'il a saisi avec ardeur le première occasion qui lui a été offerte pour retarder son départ et pour gagner du temps.* In: Arquivos Diplomáticos do Quai d'Orsay.

Essa ocasião resultou da mobilização de cariocas, paulistas e mineiros. No Rio de Janeiro, a resistência aos Decretos de setembro se organizou rapidamente, com a formação de “clubs” e com a mobilização da maçonaria⁴⁹⁵, entidade que seria responsável pela concepção ou discussão de muitas das iniciativas que se adotaram no Rio de Janeiro e que resultaram na Independência. Em 12 de dezembro de 1821, José Clemente Pereira, juiz de Fora do Rio de Janeiro, escrevia a Lisboa para alertar, como fizera o próprio Regente, como visto acima, para a “comoção” que a perspectiva de partida do Regente causava na cidade e as movimentações para evita-la⁴⁹⁶:

“esta cidade ficou em huma grande comoção pela partida de Sua Alteza Real, motivada muito principalmente pela desconfiança geral, que se tem concebido, de que o novo sistema de Juntas Provisórias de Governo, com Generaes encarregados do Governo das Armas independentes delas tendem a dezunir o Brazil para o reduzir ao antigo estado de Colonia, e a tirar-lhe sua liberdade de commercio”.

Clemente Pereira confirmava que o motivo dessa tensão eram os Decretos das Cortes, que incluíam também a decisão de abolição dos Tribunais. Em novo ofício, de 31 de dezembro de 1821⁴⁹⁷, o Juiz de Fora carioca reforçava a reação à partida do Príncipe e a mobilização de Minas Gerais e São Paulo. Apesar de todas as gestões, Clemente Pereira realçava, ao mesmo tempo, que a vontade geral permanecia a de manter o vínculo com Portugal.

“eu posso assegurar a V. Exa. que a vontade dominante he de manter huma estreita união com a Mae Patria e sustentar a Constituição, sempre que se conceda ao Brazil a permanência de hum Chefe do Poder Executivo que seja

⁴⁹⁵ “Todas as moderadas tendências da parte dos brasileiros pensadores mudaram de repente (devido à ordem de partida do Príncipe). De um dia para outro, viu-se extraordinariamente alentada a pequena minoria dos clubes que ousara acenar tão cedo com a Independência”. In: Varnhagen, 1957, p. 93.

⁴⁹⁶ OFÍCIO do juiz de Fora (do RJ), José Clemente Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Joaquim José Monteiro Torres, sobre o cumprimento da portaria, emitida pela secretaria de estado dos Negócios do Brasil para reunir os eleitores de Paróquia, a fim de proceder a eleição da Junta Provisória; informando da comoção que esta cidade fica pela partida de sua alteza real, príncipe D. Pedro; da desconfiança do povo sobre o novo sistema de juntas provisórias com generais, encarregados do governo das armas, levando o Brasil ao antigo estado de colônia, tirando a sua liberdade de comércio; e requerendo que o voto geral para os negócios do Brasil fossem regulados, por meio das instruções dada pela Junta Provisória de São Paulo. Em 12 de dezembro de 1821. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx. 288, D. 20391.

⁴⁹⁷ OFÍCIO do juiz de Fora do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira ao [secretário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa], João Batista Felgueiras, sobre a opinião pública que pede ao príncipe regente que suspenda o seu retorno à Corte de Portugal, enquanto suplicam ao soberano Congresso pela sua permanência no Brasil; informa também que a vontade dominante é manter a estreita relação com Portugal. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx. 288, D. 20401

Delegado ao Lugar Tenente do Rey em Portugal e pelo menos huma Deputação permanente das Cortes, com poderes competentes, e os mesmos Tribunaes que ficarem considerados ou se criarem em Portugal”.

Por outro lado, conforme alertava o Juiz de Fora, algumas Províncias principavam a descobrir “hum tom de independência fortificando-se e preparando suas tropas”. Isso se passava em Pernambuco e em algumas partes de Minas Gerais, que não queriam cumprir os Decretos das Cortes. Em Minas, inclusive, se estaria preparando, segundo Clemente Pereira, a cunhagem de moeda provincial. Essas ameaças independentistas, como se percebe, se colocavam tanto contra Lisboa, quanto contra o Rio de Janeiro. Não eram necessariamente parte do processo que efetivamente levou à Independência.

Nesses fins de 1821, ainda não estava presente no Rio de Janeiro o representante britânico. Henry Chamberlain havia sido designado e recebido instruções, datadas de 31 de dezembro de 1821, as quais, anteriores aos impactos dos Decretos de setembro no Brasil, davam conta da situação do Reino. Em sua viagem, Chamberlain passaria por Pernambuco e Bahia, onde deveria

aprender o exato pé pelo qual as Províncias brasileiras de Portugal continuarão a ser governadas, e até onde pode existir intenção de restabelecer o monopólio de comércio, ou quais medidas poderão estar em cogitação para evitar os perigos que ameaçam a total separação entre as possessões europeias e transatlânticas da Monarquia portuguesa⁴⁹⁸.

O interessante das instruções é que, ao contrário da imagem mais comum, o representante britânico não pretendia interferir diretamente no processo político brasileiro. A ordem era para proteger os interesses comerciais britânicos, mas manter-se “distante de toda interferência nas dissensões políticas no Reino do Brasil”⁴⁹⁹.

O representante diplomático francês, por sua vez, observou todo o processo no Rio de Janeiro. Informou Paris que, nas semanas depois de 9 de dezembro de 1821,

⁴⁹⁸ (...) you will endeavour to learn the exact footing on which it is likely that the Brazilian Provinces of Portugal will continue to be governed, how far the intention may exist on the part of the Mother Country of replacing them in the situation of Colonies with a monopoly of trade to Portugal, or what measures may be in contemplation to avert the dangers which threaten of a total separation between the European and Transatlantic possessions of the Portuguese monarchy. Marquis of Londonderry to Henry Chamberlain, em 31 de dezembro de 1821. FO 63/245. In: Webster, 1938, p. 212.

⁴⁹⁹ (...) you will also bear in mind the necessity of keeping aloof from all interference in the political dissensions which may be connected with late events at those places. (...) but it is essential that you should exert your utmost influence while there to prevent the commercial interests of His Majesty's subjects trading to those Out Ports from being injured by these dissensions.

alguns indivíduos, ameaçados pela partida do Príncipe, começaram a percorrer a cidade com representações sobre a necessidade de se conservar a presença de D. Pedro. Essas movimentações eram expressadas de igual maneira nos jornais e nos diversos panfletos que apareciam no Brasil desde o início da Revolução do Porto, como registra a compilação feita por José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcelo Basile⁵⁰⁰. A tropa não estava distante dessa movimentação⁵⁰¹, e as diferenças entre soldados que simpatizavam com os partidos português e brasileiro se intensificavam.

Surgiram, assim, as primeiras mobilizações de cariocas⁵⁰², ao mesmo tempo em que eram enviadas representações aos Governos de São Paulo e Minas, para que estes gestionassem junto ao Príncipe⁵⁰³. Um dos partidários da permanência de D. Pedro, o Coronel Francisco Maria Gordilho, ficou responsável de conversar com o Príncipe, para saber se, “vindo representações dos governos de S. Paulo e Minas, e havendo representações do povo e tropa do Rio de Janeiro, resolveria a sua ficada no Brasil”⁵⁰⁴. D. Pedro não apenas não teria obstado o envio dos emissários, como teria reagido à proposta:

asseverára a Gordilho que, se as representações que lhe fossem dirigidas convenientemente, assumiria a responsabilidade de desobedecer às côrtes; e apesar de haver-lhe dito Paes Leme o fim que levava-o a S. Paulo, não estorvára D. Pedro a sua viagem⁵⁰⁵.

Todas essas condições foram cumpridas, mas não sem algumas dificuldades prévias, principalmente no caso de Minas Gerais. Essa Província, como já sugerido, se mostrou contraditória em seus sinais com relação ao Rio de Janeiro desde meados de

⁵⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia & BASILE, Marcello (organizadores). *Às armas cidadãos! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. 1ª. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

⁵⁰¹ “Assim principiou a alimentar-se huma aversão á Divisão auxiliadora, a qual não estava ao alcance de dissipar huma impressão tão sinistra”. In: Avilez, 1822, p. 7.

⁵⁰² (...) “ligou-se o capitão-mór José Joaquim da Rocha com seu irmão o tenente-coronel graduado do batalhão de caçadores e com outros brasileiros, e fizeram elle e os seus continuas reuniões, conciliábulos, nos quaes trataram de sobrestar a partida do príncipe. Tornou-se a casa do letrado Rocha, á rua d’Ajuda 137 esquna do becco do Proposito, o centro das reuniões politicas, frequentadas entre outros, pelo coronel Francisco Maria Gordilho, depois marquez de Jacarepaguá, Luiz Pereira da Nobrega, Pedro Dias Paes Leme, depois marquez de Quexeramobim e o franciscano, frei Francisco de Sampaio”. In: Moreira de Azevedo, 1868, p. 35.

⁵⁰³ “Enviaram os patriotas a S. Paulo com officios e cartas endereçadas a Martim Francisco e a José Bonifacio, membros d’aquelle governo, e para informal-os dos negócios do Rio, a Pedro Dias, que, dando-lhe azas o patriotismo, transpôs em poucos dias a distancias que nos separa d’aquella província do sul; e a Minas o tenente Paulo Barbosa da Silva depois mordomo da casa imperial, ao qual disse o príncipe que, se fosse feliz n’essa missão, ficaria seu amigo”. Idem, p. 36

⁵⁰⁴ Idem, p. 35.

⁵⁰⁵ Idem, p. 36.

1821, hora aproximando-se dele, hora se distanciando. Em outubro de 1821, Villa Rica chegara a instalar uma Junta Provisória e deu ordens que terminavam por estabelecer uma efetiva autonomia tanto do Rio de Janeiro quanto de Lisboa⁵⁰⁶. Minas Gerais, ainda assim, terminou por enviar seu apoio à permanência do Príncipe, assim como São Paulo.

O apoio paulista foi mais claro. A Província já pendia pelo Príncipe e por sua permanência, e reagira aos Decretos das Cortes. A única “novidade” para os paulistas foi saber que o Rio de Janeiro também se mobilizava pelo Fico⁵⁰⁷. Como apontado no Capítulo anterior⁵⁰⁸, apesar de não haver homogeneidade absoluta nos interesses e posicionamentos das principais lideranças da Província, a proximidade econômica e política com o Rio de Janeiro e a correspondente distância de Lisboa fazia com que as visões sobre a reorganização do Estado português aproximassem os paulistas do núcleo que aos poucos foi se formando em torno de D. Pedro. Como aponta Luiz Adriano Borges⁵⁰⁹:

Os três pontos fundamentais que a bancada paulista defendeu – autonomia, a manutenção do Rio de Janeiro como centro do poder e o livrecomércio – estavam ligados aos interesses comerciais de sua província, da mesma forma que os deputados portugueses defendiam os interesses da elite mercantil e industrial de Lisboa. A opção pelo Rio de Janeiro se explicita quando se olha para as conexões mercantis entre as duas regiões, além da ligação administrativa que surge quando da vinda da família real.

Uma primeira representação paulista de apoio a D. Pedro, de 24 de dezembro de 1821, foi recebida no início de janeiro de 1822⁵¹⁰ e publicada no dia 8, por ordem do Príncipe⁵¹¹. Outro documento, datado de 31 de dezembro chegou dias depois, com

⁵⁰⁶ *Le fait est que dans le moment présent cette responsabilité directe, vu la distance, est entièrement illusoire, et que par cette déclaration ils se trouvent réellement indépendants de Rio de Janeiro et de Lisbonne.* Mareschal, em 24/10/1821. In: Figueira Mello, 1914, p. 223.

⁵⁰⁷ Octávio Tarquínio de Sousa, 1988, p. 135.

⁵⁰⁸ Vide p. 71.

⁵⁰⁹ 2013, p. 78.

⁵¹⁰ Varnhagen indica que esse documento chegou em 31/12/1821, ao passo que Moreira de Azevedo sustenta que a data seria a de 01/01/1822. Ainda segundo Azevedo, D. Pedro escreveu no dia seguinte a D. João, afirmando que “hontem pelas 8 horas da noite chegou de S. Paulo um próprio com ordem de me entregar em mão própria o officio que ora remeto incluso, para que Vossa Magestade conheça e faça conhecer ao soberano congresso quaes são as firmes tenções dos paulistas e por ellas conhecer quaes são as geraes do Brasil”. In: Moreira de Azevedo, 1868, p. 39.

⁵¹¹ Varnhagen, 1957, p. 94.

declaração do Senado da Câmara e dos representantes do Clero⁵¹². Nele estavam resumidas as principais ideias paulistas sobre o problema da representação nas Cortes de Lisboa, apontando para a suposta “ilegalidade” das medidas já tomadas em Portugal, dada a ausência dos Deputados brasileiros, especialmente na questão dos tribunais e a ordem de partida do Príncipe⁵¹³. A preparação da segunda representação incluiu o envio de Deputação com três representantes⁵¹⁴, dentre os quais José Bonifácio, que faria gestões junto a D. Pedro⁵¹⁵. Foi nesse contexto que o Patriarca se tornou Ministro.

O projeto político do polo carioca teve, então, seu momento de gênese. O apoio vindo das Províncias vizinhas significava também a possibilidade de contar com forças militares, o que efetivamente se passou após o “Fico”. Posteriormente, com o apoio do Rio Grande do Sul⁵¹⁶ e, ainda que um tanto mais frágil, de Pernambuco, D. Pedro teria a seu lado toda a região sul do Reino brasileiro, não a mais rica, nem a mais populosa, mas ainda assim uma ponta de lança para defender o projeto político.

Secundado, portanto, por Minas Gerais e São Paulo, em meio às movimentações e tensões do processo, o Príncipe Regente respondeu, em 9 de janeiro de 1822, a representação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Revelou, então, sua decisão de permanecer no Brasil. Era o “dia do Fico”.

Segundo o Coronel Maler⁵¹⁷, representante francês, D. Pedro não consultou seus Ministros sobre o tema, o que coincide com o relato do Ministro da Guerra, mencionado

⁵¹² In: SÃO PAULO. *Representações que, à Augusta Presença de Sua Alteza Real o Principe regente do Brasil, Levarão o Governo, Senado da Câmara, e Clero de S. Paulo; por meio de seus respectivos Deputados; com o Discurso, que, em Audiência Pública do dia 26 de Janeiro de 1822, dirigio em nome de todos ao Mesmo Augusto Senhor, o Concelheiro José Bonifácio d'Andrade e Silva, Ministro, e Secretário d'Estado dos Negocios do Reino, e Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. In: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03890400#page/1/mode/1up> (acesso em 18/02/2014)

⁵¹³ “Os Brasileiros, Real Senhor, estão persuadidos de que he por meio de baionetas que se pretende dar a lei a este Reino (...) a noticia da extinção dos Tribunaes do Rio de Janeiro, a da retirada dos Vasos de guerra, e os Decretos de vinte e nove de Setembro vierão pôs o cumulo á nossa desesperação. Ordenão que V.A.R. vá quanto antes para Portugal, deixando o Reino do Brasil sem centro comum de governo, e união, e tornando-o dependente de Lisboa em todas as suas relações, e negócios; qual vil Colonia sem contemplação”. Idem P. 6.

⁵¹⁴ José Bonifácio, Coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, e Marechal José Arouche de Toledo Rendon.

⁵¹⁵ Os três Deputados assinam também uma proclamação: “(...) e sendo para os Paulistas indubitavel, que Sua Magestade fora forçado a chama-lo para Portugal, desobedecer a taes Ordens he hum verdadeiro acto de obediência filial. Seria acaso a felicidade de seus súbditos da Europa? Quem mais dela precisa que os habitantes do seu Brasil? Serião os interesses futuros de Sua Augusta Familia? Estes mesmos requerem imperiosamente, que V.A.R. conserve para a Serenissima Caza de Bragança o vasto, fértil, e grandioso Reino do Brasil”. In: São Paulo, *Representações*, p. 13.

⁵¹⁶ No próprio 09/01/1822, o Coronel Manoel Carneiro da Silva Fontoura, escreveu representação a D. Pedro, pedindo que ficasse, em nome da Provincia do Rio de Janeiro. In: D. Pedro, *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade*, p. 28. Ainda houve, no Rio Grande do Sul, instabilidades com relação ao apoio a D. Pedro, a serem tratadas na próxima seção.

⁵¹⁷ No já citado despacho de 11/01/1822.

acima. Após uma primeira proclamação um tanto vaga, que não satisfez os brasileiros, D. Pedro modificou a fórmula para a célebre “diga ao povo que Fico”⁵¹⁸. Informou seu pai dessa decisão, por carta do mesmo dia, na qual descreveu todo o processo. A missiva chegaria a Lisboa apenas dois meses depois⁵¹⁹. Sugere Moreira de Azevedo que a data do Fico teria sido deliberadamente escolhida, para servir de paralelo com o dia da chegada dos Decretos das Cortes⁵²⁰. Em seu discurso naquele dia, D. Pedro destacou os termos “União” e “Tranquilidade”, referências que continuaria a utilizar nos tempos posteriores⁵²¹. Eles foram conceitos centrais do projeto do polo carioca.

O “Fico” não foi apenas uma proclamação, foi um ato político que derivou em confronto militar que durou quase um mês, até a saída da Divisão Auxiliadora. Não se deve subestimar o clima de tensão, o risco de desencadeamento da violência e, principalmente, o caráter político da guerra, o potencial de que a força pudesse ter sido usada para inverter a decisão do Regente. Todos esses elementos estavam presentes.

O enfrentamento militar entre o grupo de D. Pedro e as tropas portuguesas, apoiadas estas por elementos da sociedade carioca, iniciou-se em 11 de janeiro de 1822. O próprio Regente apresentou a seu pai sua versão “oficial” sobre o início do conflito, explicando que à tarde daquele dia, o General Avilez foi aos quartéis dos Batalhões 11 e 15 (duas unidades de sentimento fortemente português e pró-Cortes) e afirmou aos soldados “que estava dimitindo do Governo de Armas, e que assim elle sentia muito deixar um comando”. Os soldados teriam reagido com vivas ao “General Constitucional” e, a partir desse momento, iniciado a mobilização, que à noite já significava um levantamento em armas, ao qual se juntou, também, o Batalhão de Artilharia.

D. Pedro informava que, naquela noite, estava no Teatro de São João. Recebeu a notícia de que os soldados da Divisão Auxiliadora, em grupos de 20-30, haviam saído pelas ruas, “a quebrarem as vidraças, quebrando, e apagando as luminárias com páos, e dizendo: esta cabrada leva-se a páo”. Em resposta, D. Pedro sustentou ter chamado o

⁵¹⁸ O tema das declarações do Regente é mencionado em nota de Hélio Viana à obra de Varnhagen. In: Varnhagen, 1957, p. 94.

⁵¹⁹ D. Pedro, *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade*.

⁵²⁰ 1868, p. 40. O autor também faz um relato pormenorizado da evolução desse processo no dia 9/01/1822, entre o pedido de audiência do Senado a D. Pedro e as duas versões do discurso do “Fico” que teriam sido proferidos pelo Príncipe. Segundo Moreira de Azevedo, a primeira versão teria sido dúvida e causado má impressão; a segunda, mais clara causou “vivo contentamento e expansiva alegria dos brasileiros” (p. 48).

⁵²¹ Por Exemplo, em anexo a carta enviada a D. João, de 02/02/1822. In: *Cartas e mais peças officiaes*, p. 13.

Brigadeiro Carretti (que posteriormente lutou do lado português) e dado ordens para que medidas fossem tomadas contra os amotinadores⁵²². Naquela noite, Avilez não estava no Teatro, do qual era, no entanto, frequentador assíduo⁵²³. Sua ausência era, no mínimo, suspeita.

A agitação não provinha, porém, apenas de Avilez. Uma briga (seguida de ameaças) que ocorrera pouco antes, no próprio teatro, entre o Tenente-Coronel José Maria da Costa, português do 11º Batalhão, e o Tenente-Coronel José Joaquim de Lima e Silva. O episódio colocou o 11º Batalhão em alerta⁵²⁴. No relato a seu pai, D. Pedro manteve linguagem legalista e relatou ter dito a Carretti que se os militares fizessem desordens, ficariam responsáveis perante o Rei e às Cortes “por qualquer ultraje”. Em outro ponto de sua carta, afirmou que estava trabalhando pela união com Portugal e que nem os “desvarios” da Divisão Auxiliadora atrapalhariam esse processo. D. Pedro acusou os militares portugueses de ter conspirado para realizar esse levantamento. Indicou, então, que a tropa brasileira, as milícias e o povo, reagiram rapidamente e também se colocaram em armas, não aceitando se desarmar até que a Divisão auxiliadora assim o fizesse.

O primeiro relato de D. Pedro procurou neutralizar, de certa forma, a dramaticidade daquele primeiro momento, que, envolto em confusão, avançou para a concentração de forças opostas. Maria Graham⁵²⁵ diz que, logo após o Fico, a linguagem dos soldados portugueses era muito violenta (“most violent”) falando-se em levar o Príncipe à força para Lisboa. Segundo a observadora britânica, ambos os partidos se tornavam cada vez mais radicais. De sua parte, o Coronel Malet, diplomata francês, informou que “a maior parte dos habitantes da cidade se refugiou no campo, (...) a consternação foi geral entre os oficiais portugueses”⁵²⁶. Depois de passado o conflito, em outra carta, D. Pedro relatou o sofrimento familiar da crise, resultante do envio da Princesa e dos filhos para fora da Capital, por temores dos combates e de um eventual sequestro. Esta viagem improvisada, terminou na morte do frágil filho de D. Pedro, João Carlos. Como relata a seu pai, “a divisão auxiliadora, pois foi a que assassinou o meu filho e neto de Vossa Magestade. Em consequência, é contra ella que

⁵²² In: *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade*, p. 7.

⁵²³ Oliveira Lima, 1997, p. 204

⁵²⁴ Varnhagen, 1957, p. 98

⁵²⁵ 1824, p. 180.

⁵²⁶ Despacho de 16/11/1822. In: Arquivos Diplomáticos do Quai d’Orsay.

levanto minha voz⁵²⁷. A própria situação da família do Regente, assim, dá conta da tensão e da confusão por qual passou o Rio de Janeiro em 11-12 de janeiro de 1822.

Avilez⁵²⁸ contra-atacou as acusações de D. Pedro dizendo que o conflito desatado era plano combinado do partido brasileiro. Essa visão é, em parte, compartilhada pelo representante diplomático francês⁵²⁹. O Comandante da Divisão Auxiliadora diz que já na manhã do dia do “Fico”, o Comandante do 2º Regimento de Cavalaria Miliciano, Coronel Bello, havia formado seus esquadrões em um lugar chamado “Campinho”, medida que teria sido seguida por outras forças brasileiras. Outros 600 paisanos teriam se aprontado a saquear o Arsenal da Artilharia. Eram, segundo Avilez, medidas preparatórias para o dia do Fico⁵³⁰. Em manifesto aos cidadãos do Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1822, o General defendeu que a tropa portuguesa apenas reagia às provocações brasileiras⁵³¹, e que ele foi procurado pelos corpos portugueses para que se mantivesse no comando e restabelecesse a disciplina da tropa, que estava muito baixa⁵³².

Numa linguagem também legalista, de adesão às Cortes e acusação contra os “facciosos”, Avilez disse que os opositores das Cortes passaram a alimentar “huma aversão à Divisão Auxiliadora”, de modo a suscitar uma revolta e provocar sua retirada antes da chegada de nova divisão de Portugal, que vinha render a tropa portuguesa. Na estimativa do General, esta força, somada com a da Divisão Auxiliadora, inviabilizaria qualquer projeto “anti-constitucional”. O Governador das Armas sugeria também que o partido brasileiro manipularia o Príncipe Regente⁵³³ e afirmava que o povo estaria igualmente à mercê desses pequenos grupos: “como a plebe he sempre irreflexivel, e aprende tudo sem exame, facilmente acharão nella hum instrumento eficaz para levar adiante os seus planos”⁵³⁴. Avilez diz ter solicitado sua saída do cargo, em 10 de janeiro de 1822, e pedido ao Ministro da Guerra seus passaportes. Depois desse evento, sustentou, teriam seus subordinados se dirigido a seu quartel e solicitado que ele

⁵²⁷ In: Moreira de Azevedo, 1868, p. 56.

⁵²⁸ In: Avilez, 1822, p. 7.

⁵²⁹ Em despacho de 16/01/1822. In: Arquivos Diplomáticos do Quai d’Orsay.

⁵³⁰ Avilez, 1822, p. 12.

⁵³¹ In: *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade*, p. 60.

⁵³² Avilez, 1822, p. 14

⁵³³ Em 1821, cabe recordar, o representante diplomático britânico estimava que D. Pedro sofria “influências” importantes, sem precisar de qual tendência. In: Webster, 1938, p. 93.

⁵³⁴ Avilez, 1822, p. 7.

continuasse no Comando, o que ele teria aceitado, segundo registra em seu documento, para defender a causa Constitucional⁵³⁵.

Seja qual lado iniciou o confronto, a sublevação dos soldados dos Batalhões 11 e 15 desencadearam processo distinto daquele visto em 5 de junho de 1821, quando a tropa brasileira ficou estática. A circunstância era outra. Às notícias da mobilização dos batalhões portugueses, D. Pedro procurou transmitir imagem de calma, tendo permanecido no Teatro até o fim da apresentação, momento em que deu ordens para que as forças de 1ª e 2ª linha se mobilizassem, como medida de precaução. Partiu, depois, para São Cristóvão, de onde continuou a expedir ordens e mobilizar apoios.

Falou, inicialmente, com o Comandante do 3º Batalhão de Caçadores, que lhe jurou fidelidade⁵³⁶. Segundo Oliveira Lima⁵³⁷, tratava-se potencialmente de arдил do Comandante. Os Caçadores teriam plano combinado com a Divisão Auxiliadora para sequestrar o Regente e embarcá-lo à força para Portugal. Essa notícia teria sido responsável pela decisão de D. Pedro de enviar sua esposa e filhos para fora do Rio de Janeiro, como relatado acima. O 3º Batalhão terminou mantendo-se neutro até a partida da Divisão Auxiliadora, à qual se juntou. Na noite de 11 de janeiro de 1822, seus oficiais mais rebeldes foram bloqueados pelas forças brasileiras.

O irmão de Avillez, Capitão de mesmo nome pertencente ao 3º de Caçadores, foi preso e posteriormente liberado para entregar uma mensagem ao General. Segundo José Honório Rodrigues, o General Oliveira Álvares, partidário de D. Pedro, teria dito ao Capitão, já no campo de Santa Ana, que “o Sr. está habituado a calcular e pode, de um golpe de vista, avaliar quantos milhares de homens aqui estão armados, municados e ansiosos por combater”. A mensagem era a de que, para evitar o derramamento de sangue, a Divisão não seria atacada, mas qualquer movimento hostil dessa seria respondido com o combate⁵³⁸. Rodrigues ainda registra comentário do Coronel Manuel Joaquim Meneses, segundo o qual, se o ataque português tivesse ocorrido naquela noite, a tropa brasileira teria perdido, ainda que, depois, o “furor do povo” seria vitorioso⁵³⁹.

Sob o temor da ofensiva da Divisão Auxiliadora, as tropas leais a D. Pedro mobilizaram-se com a velocidade das crises populares, incluindo os regimentos dos Henriques e de Pardos, a Brigada de Artilharia Montada (o corpo militar mais bem

⁵³⁵ Idem, p. 14. Oliveira Lima registra relatos de outros autores, segundo os quais a demissão não teria se dado senão no dia 12/01/1822. 1997, p. 204.

⁵³⁶ Varnhagen, 1957, p. 99.

⁵³⁷ 1997, p. 206.

⁵³⁸ 2002, p. 187.

⁵³⁹ Idem, p. 187

organizado do Rio de Janeiro, segundo José Honório Rodrigues) e grande parte da tropa miliciana. Eram não apenas elementos “brasileiros”, mas também portugueses como o citado General Oliveira Álvares, que inicialmente comandou a tropa favorável a D. Pedro⁵⁴⁰. Pouco depois, com o avançar da confrontação, Álvares foi substituído pelo General José Joaquim Curado, mais antigo dos militares presentes no Rio de Janeiro, nascido na América portuguesa e veterano das campanhas do sul. Curado seria nomeado, pouco depois, responsável pela defesa do Rio de Janeiro.

O grosso dos partidários do Rio de Janeiro agruparam no Campo de Sant’Ana. Outro grupo correu, naquela noite, para as cavalaria da Casa Real. Tiveram sucesso em obter montaria e três peças de artilharia, às quais se juntaram, posteriormente mais duas peças⁵⁴¹. O Coronel Luís da Nóbrega também mandou buscar munições e cartuchos escondidos na casa do Capitão José Maria da Silva Bitencourt, ganhando no caminho apoio de uma Companhia de Polícia militar, que acompanhou os partidários de D. Pedro e aprisionou uma patrulha da Divisão Auxiliadora.

Avilez, tentando ganhar a vantagem tática, posicionou sua tropa no Morro do Castelo⁵⁴², ponto a partir do qual poderia controlar toda a cidade. Mais vulnerável do ponto de vista militar, o Campo de Sant’Ana, escolhido pelos brasileiros, tinha a vantagem de facilitar chegada de apoios de todas as direções. Maria Graham relatou tensão e alerta que transmitiam os soldados e populares⁵⁴³.

Não esperando essa reação brasileira, o General português cometeu, na avaliação de José Honório Rodrigues⁵⁴⁴, o erro de não levar provisões suficientes ao Morro do Castelo, sem contar que o local era desprovido de fontes de água. O Comandante da Divisão Auxiliadora estabeleceu seu comando no Batalhão nº 11. Segundo seu relato às Cortes, teria tomado as providências necessárias “não só para precaver, que se rompesse o fogo, como também para evitar toda a desordem, e ultraje, que se pudesse fazer aos habitantes, e suas propriedades”⁵⁴⁵.

⁵⁴⁰ Varnhagen, 1957, p. 99.

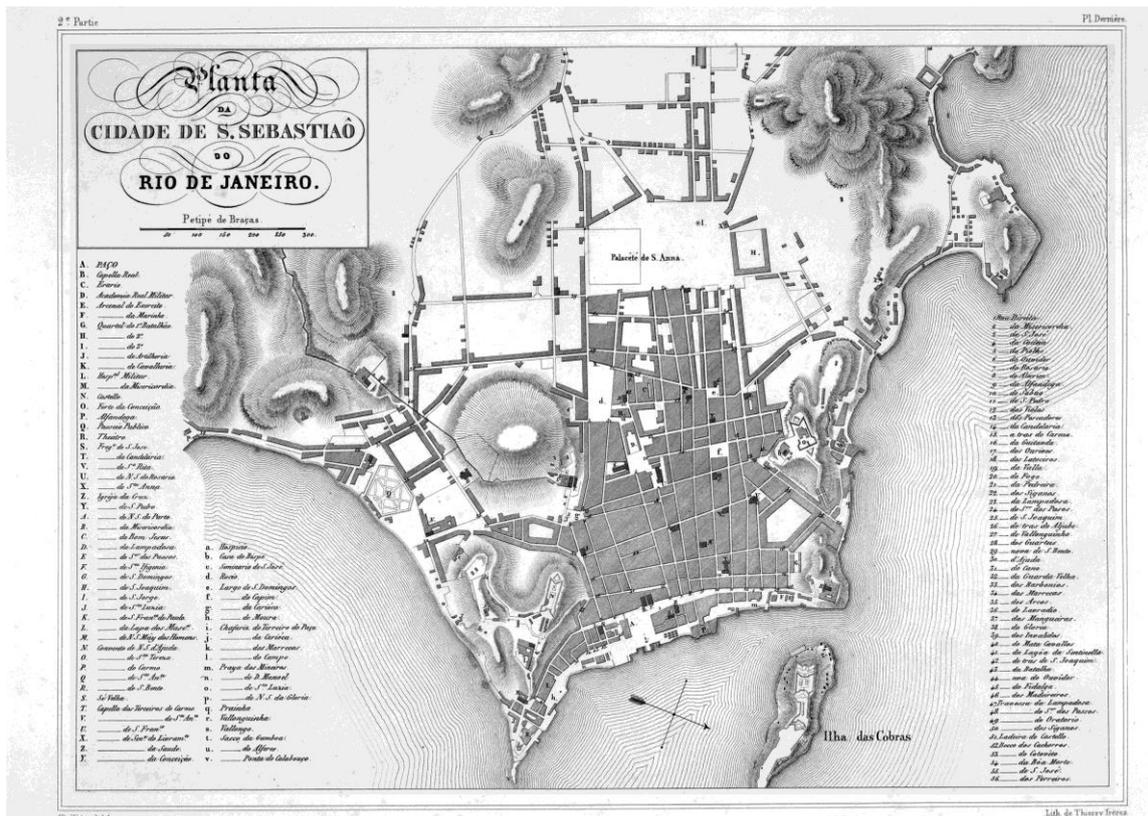
⁵⁴¹ Segundo Varnhagen, os responsáveis por essa peripécia teria sido o Capitão José Januário Lapa. 1957, p. 99.

⁵⁴² Segundo José Honório Rodrigues, o relato de Avilez às Cortes é tão impreciso que ele sequer menciona o posicionamento de tropas no Morro do Castelo.

⁵⁴³ Após ter visitado o Campo, avaliou Graham: “fiquei bem impressionada com o ambiente que encontrei no campo, e melhor ainda à medida que o dia passava, porque demorei-me algum tempo para assegurar-me de que tudo se resolveria sem derramamento de sangue, salvo duas ou três pessoas mortas, acidentalmente, durante a noite”. In: Rodrigues, 2002, p. 189.

⁵⁴⁴ Idem, p. 188.

⁵⁴⁵ Avilez, 1822, p. 15.



Debret – In: Brasiliana USP

Após as medidas de combate, o Comandante da Divisão Auxiliadora dirigiu-se, na madrugada do dia 12 de janeiro, a São Cristóvão, para falar com o Regente. Segundo relatos, D. Pedro recebeu Avillez na varanda, frente a todos, e atacou-lhe: - “Isto que é disciplina?”. O General teria se limitado a responder “Senhor!”, ao que retrucou o Regente: - “Qual, Senhor, nem meio Senhor”⁵⁴⁶. O Comandante da Divisão Auxiliadora teria então afirmado que “tudo estava sossegado”, mas que se fazia necessário que a tropa brasileira se desarmasse. D. Pedro, então, teria sentenciado:

- Eu é que a mandei armar e não se há de desarmar sem que os outros se desarmem. Eu vou já tratar de os mandar pela barra afora e a vosmecê também, porque não estou para aturar maroteiras de ninguém, muito menos do general e a outros dessa laia.

Tratou-se de linguagem dura para um Príncipe que há poucos meses ainda vacilava sobre qual partido tomar. Seja ou não preciso o registro da conversa (muitos diálogos do período foram refeitos ou inventados nos relatos históricos posteriores), a

⁵⁴⁶ José Honório Rodrigues, 2002, p. 185.

linguagem de D. Pedro a partir de daquele momento tornou-se crescentemente assertiva e belicosa, principalmente após a expulsão da Divisão Auxiliadora e da recusa ao desembarque das tropas substitutas, em março seguinte. A conversa com Avilez foi, ademais, a reedição, com resultado distinto, daquele diálogo de 5 de junho do ano anterior, quando D. Pedro jurou as bases da Constituição portuguesa⁵⁴⁷. Após o encontro de 12 de janeiro de 1822, D. Pedro e Avillez voltaram-se aos preparativos de cada um dos lados da contenda.

Na manhã do dia 12, a tensão pairava no ar e a possibilidade de estourar um confronto não era pequena. O Coronel Malet informou Paris ter percorrido o Rio de Janeiro à cavalo, pela manhã⁵⁴⁸. Encontrou os portugueses, em seu cálculo uns 700 homens, pela metade da vila e das principais elevações que a dominavam, tendo visto uma bateria de artilharia a cavalo de 8 peças, todas minuciadas e com os fogos acendidos. Os brasileiros, teriam no Campo de Santa Ana, algo em torno de 3 mil homens de infantaria, um esquadrão de cavalaria e 6 canhões. A partir das 10 horas da manhã, foram recebidos reforços de tropas de Milícias a cavalo, além da chegada de muitos cidadãos armados precariamente.

Os números da mobilização variam muito de autor a autor⁵⁴⁹: Maria Graham falou entre 4 e 6 mil brasileiros, José Bonifácio registrou 6 mil, Tobias Monteiro e D. José de Almeida estimam 10 mil mobilizados, número também utilizado por Varnhagen⁵⁵⁰. Do lado português, variam também os cálculos, entre os 700 soldados mencionados pelo Coronel Malet (representante diplomático francês) e por Maria Graham, 1,5 mil segundo despacho do representante diplomático norte-americano e 2 mil, de acordo com Tobias Monteiro e Varnhagen. Em sua *Participação e Documentos Dirigidos ao Governo*⁵⁵¹, Avillez inclui anexa *Representação* ao Príncipe Regente relativo à saída da Divisão na qual reclama que as embarcações disponibilizadas “só podiam conter 988 pessoas; constando esta Divisão de 1673, além do trem de

⁵⁴⁷ Varnhagen, 1957, p. 79.

⁵⁴⁸ Despacho de 16 de janeiro de 1822. (...) *D'es la pointe du jour j'ai mené à cheval et j'ai parcouru la vile pour voir ce qui se passait et connaitrê moi-même la position des troupes: j'ai trové les Portugais occupant, avec a peu près 700 hommes la moitié de la ville et les principales hauteurs que le dominent, ils avoit une batterie d'artillerie à cheval de 8 pièces de canon bien attellées et moche allumé. Les troupes Brésiliennes avoient a peu près 3000 hommes de l'infanterie, um Escadron de cavalerie et 6 pièces de canon; Elles occupaient le fórum de la Place Sta. Ana dont toutes les avennis étaient soigneusement gardés a peu près 10 heures, les troupes Brésilieenes a reçu un certain nombre de compagnies de Milices à cheval qui son armés de la campagne.*

⁵⁴⁹ José Honório Rodrigues, 2002, p. 1888

⁵⁵⁰ 1957, p. 100.

⁵⁵¹ 1822, p. 67.

artilheria”, de modo que a aproximação de 1,7 mil soldados do lado português parece a mais correta.

Tendo-se em conta que o Rio de Janeiro tinha àquela época aproximadamente 80 mil habitantes⁵⁵², entre as estimativas mais conservadoras e as mais amplas temos que, somando brasileiros e portugueses, entre 6% e 15% da população da cidade se viu envolvida no confronto militar. Apenas para se ter uma dimensão, e com as devidas precauções das diferenças temporais, a mobilização de 12 de janeiro de 1822 equivaleria, no Rio de Janeiro de 2010 (6,3 milhões de habitantes, segundo o censo do IBGE), a entre 365-945 mil habitantes mobilizados e em armas, no centro do Rio de Janeiro.

Paralelamente, no próprio dia 12, foram despachados emissários para Minas Gerais e para São Paulo, com pedidos de tropas escritos de próprio punho por D. Pedro⁵⁵³, os quais foram atendidos na velocidade possível dos transportes da época. São Paulo enviou aproximadamente 1.100 soldados, dos quais apenas metade havia retornado à Província em 17 de junho de 1823⁵⁵⁴. Posteriormente, D. Pedro, reconhecendo o “socorro” das tropas da região, criou uma Guarda de Honra do Imperador, composta por três esquadrões, um do Rio de Janeiro, um de São Paulo, e um de Minas Gerais.

Os números dão a dimensão da mobilização no período, mas são menos representativos da situação militar. Experientes (em muitos casos veteranos das guerras napoleônicas), treinadas e em posição estratégica, as tropas de Avillez perfaziam uma força militar significativa, que poderia ter controlado a situação, tivessem resolvido utilizar a força. O resultado poderia ter sido um conflito sangrento, não muito distante do que se passou na Bahia, em fevereiro de 1822.

A mobilização pró-D. Pedro, rápida e em número significativo, teve grande participação popular, conferindo-lhe maior força política. Ao contrário de episódios

⁵⁵² Segundo cálculos, referentes a 1821, apresentados por ALGRANTI, Leila Mezan. “Tabernas e Botequins: Cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821)”. In: *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, no 2, p. 25-42, jul/dez 2011. In: www.revistaacervo.an.gov.br (acesso em 26/02/2014). P. 26. Soares calcula a população total do Município do Rio de Janeiro, em 1821, com freguesias urbanas e rurais em aproximadamente 116 mil. In: SOARES, Luiz Carlos. O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007. In: www.books.google.fr (acesso em 26/02/2014). O trabalho de Marcelo de Paiva Abreu e Luiz Aranha Correa do Lago, citado no capítulo II do presente, fala em 112 mil habitantes cariocas, o que incluiria as áreas rurais. Utiliza-se, assim, a primeira estatística, referente à população urbana.

⁵⁵³ Oliveira Lima, op. cit., 1997, p. 199.

⁵⁵⁴ Conforme discurso do Deputado Paula Mello na Assembleia do Rio de Janeiro em 17/06/1823. In: *Atas da Assembleia Constituinte*.

anteriores, contaram os brasileiros também com a determinação do Príncipe Regente, que surpreendeu as tropas portuguesas. Justificando-se posteriormente ter “evitado o derramamento de sangue”, a decisão de Avillez de não combater teria se relacionado com a consciência de um erro de percepção da conjuntura por parte do General. Armitage⁵⁵⁵ sugere, de sua parte, que Avillez teria se “embaraçado” com a oposição brasileira e “receoso de offender o Príncipe, e vacilante por não ter recebido ordens positivas das Côrtes”. Por isso resolveu capitular.

O fato é que Avillez não se encontrava mais num Rio de Janeiro parecido com aquele de junho de 1821. Os partidários da manutenção da importância da capital carioca haviam se mobilizado politicamente e os Decretos das Cortes haviam modificado a direção dos ventos políticos, principalmente em setores anteriormente indecisos. Ao contrário do segundo semestre de 1821, D. Pedro não hesitou em mobilizar a tropa naquele janeiro de 1822. Politicamente, portanto, a partida fora perdida por Avillez.

Ainda no dia 12, após avaliar a situação, Avillez enviou emissários ao outro lado. E encaminhou, do Quartel do Batalhão nº 11, ofício ao Regente no qual afirma que

“(…) querendo poupar quanto esteja da sua parte a efusão de sangue, rogão (as Tropas de Portugal) a V.A.R., que com a maior brevidade possível dê as Ordens necessárias para o seu alojamento na Praia Grande, donde sahirão para embarcar logo que cheguem de Portugal as Tropas, que devem rendelos”⁵⁵⁶.

Não está claro, todavia, se foi o próprio Avillez quem suscitou a ideia de transposição da Divisão Auxiliadora para o outro lado da baía, ou se veio ultimato do lado de D. Pedro nesse sentido, que o General apenas replicava em sua comunicação. De todo modo, foram rapidamente prontadas embarcações suficientes para transportar a Divisão, que partiu da praia de D. Manoel para o outro lado da baía, instalando-se em alojamentos nos Quarteis da Armação e edifícios adjacentes, improvisados para servirem de caserna provisória⁵⁵⁷. A saída da Divisão Auxiliadora do Rio de Janeiro foi a primeira vitória político-militar de D. Pedro.

A instalação da Divisão na Praia Grande iniciou mês de contínua movimentação política e militar, até a saída definitiva dos militares portugueses. As decisões foram ocorrendo simultaneamente. Na medida em que foram se reforçando as defesas contra

⁵⁵⁵ 1837., p. 44.

⁵⁵⁶ In: Moreira de Azevedo, 1868, p. 58.

⁵⁵⁷ Como registrado pelo próprio Príncipe em carta a D. João VI. In: Moreira de Azevedo, 1868, p. 56.

ações militares, avançaram-se as providências políticas. Quatro dias após o confronto, em 16 de janeiro de 1822, D. Pedro nomeou novo Gabinete ministerial, com José Bonifácio como Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros⁵⁵⁸. Segundo Octávio Tarquínio de Sousa⁵⁵⁹, Bonifácio ainda não se encontrava no Rio de Janeiro e foi alcançado por D. Pedro, no dia 18, em Sepetiba, onde o Príncipe lhe comunicou a nomeação. Bonifácio a teria recusado, no primeiro momento, como de praxe. Concordou em seguida.

A chegada de José Bonifácio no Ministério marcou o processo de aproximação entre os dois personagens, ao longo de janeiro de 1822, e foi simbólica do lançamento do projeto do polo do Rio de Janeiro, do representante “liberal” da Coroa com o brasileiro herdeiro de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Um projeto de governo monárquico, com as Províncias unidas. O tom daquele processo histórico de 1822 é muito relacionado com a liderança dessas duas figuras⁵⁶⁰, mesmo que outras personagens, de diferentes tendências, também tenham feito parte do movimento político. A heterogeneidade das posições, inclusive entre D. Pedro e Bonifácio, gradualmente reapareceria, a partir de 1823, levando a conflitos políticos (vide Capítulo IX).

A agitação com relação à tropa portuguesa de Praia Grande, por sua vez, continuou ao longo de todo mês. Foram emitidas várias ordens para que Divisão embarcasse, com intensa troca de correspondência entre o comando da Divisão e o Governo do Rio de Janeiro⁵⁶¹. Os atrasos, normalmente explicados por razões logísticas (falta de embarcações, do pagamento de soldos, etc), eram vistos como meras desculpas de Avillez, pretextos para esperar a chegada de novas tropas ou para a preparação de uma ofensiva contra o Regente. A cidade permanecia “em sobressalto, e quase

⁵⁵⁸ Os outros Ministros eram: Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, Ministro da Guerra; Martim Francisco (irmão de Bonifácio), Ministro da Fazenda; Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Ministro da Justiça; e, Manuel Antônio Farinha, Ministério da Marinha.

⁵⁵⁹ 1988, p. 141.

⁵⁶⁰ Varnhagen sustenta que “a entrada principalmente de José Bonifácio no ministério veio a dar-lhe mais unidade, o que foi de grande consequência para a marcha que seguiram os negócios. 1957, p. 101.

⁵⁶¹ Parte dessa correspondência pode ser encontrada anexa ao OFÍCIO do [secretário de estado da Guerra], Cândido José Xavier, ao [secretário das Cortes Gerais e Extraordinárias], João Batista Felgueiras, remetendo os ofícios enviados pelo secretário de estado dos Negócios da Guerra no Rio de Janeiro, [Joaquim de Oliveira Álvares] sobre o regresso ao Reino da Divisão Auxiliadora; o impedimento do desembarque das tropas que chegaram ao Rio de Janeiro. Em 26 de maio de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx 289, D. 20478.

diariamente, principalmente ao pôr do sol, se experimentavam alarmas, e corriam notícias de um próximo desembarque”⁵⁶².

Os partidários do Rio de Janeiro procuravam, enquanto isso, aprimorar seus mecanismos de defesa, manter prontidão e reforçar suas capacidades. O velho e respeitado General Curado, que saíra da aposentadoria para comandar as forças no Campo de Sant’Ana, liderou esses esforços. Parte da Marinha havia optado por D. Pedro, o que garantia a segurança da baía. Com oficiais e marinheiros predominantemente de origem europeia, a adesão dessas embarcações permanecia, no entanto, pouco confiável.

Nesse estado de espírito correu, em 6 de fevereiro de 1822, a notícia de um ataque da tropa de Avillez. Houve grande agitação na cidade, com os habitantes correndo pelas ruas, os sinos e cornetas tocando. Uma grande mobilização de armas que incluiu o próprio José Bonifácio a cavalo, na frente das tropas.

Avillez, em sua representação às Cortes, desdenha do episódio e acusa Bonifácio⁵⁶³. Diz que a agitação decorreu do simples fato de a Fortaleza Villa Galhã ter dado três tiros, o que poderia ter ocorrido, segundo o General, por combinação com o próprio Ministério, talvez, “porque naquele dia devia o Senhor José Bonifácio de Andrada fazer sua gloriosa aparição armado em Cavalleiro”. Segundo acusou seu Comandante, a Divisão Auxiliadora ainda não havia partido por manipulações do próprio D. Pedro, que teria encontrado na situação uma “pedra de escândalo, que sérvio de facho para incendiar, dividir, e attrahir sobre nós a aversão pública”.

Dando continuidade ao relato em que procura se colocar como vítima, Avillez reclamou, igualmente, dos emissários do Regente que chegavam à caserna da Divisão para, em sua visão, “seduzir os Soldados, para que desertassem dos seus Corpos, a fim de dissolver a Divisão”⁵⁶⁴. Houve, de fato, inúmeros pedidos de baixa, encaminhados pelo Ministério da Guerra, que foram resistidos por Avillez, normalmente com pretextos burocráticos⁵⁶⁵. Em 24 de janeiro de 1822, ao reportar ao Ministro da Guerra essas dificuldades, o General sustentava que a tropa estaria pronta para partir, mas deixava

⁵⁶² Varnhagen, 1957, p. 102

⁵⁶³ 1822, p. 18.

⁵⁶⁴ Idem, p. 17.

⁵⁶⁵ Também sublinha que “desgraçadamente, se V.A. não se digna a acceder á nossa humilde supplica, permitta-nos ao menos, para descargo de nossa responsabilidade, o mais reverente protesto (como desde já o fazemos) perante as Cortes Geraes pelas consequencias, que podem resultar de desligar para sempre os Soldados da obrigação de servir á defesa de sua Patria.

ameaça em forma de pedido para que o Príncipe “não lhe faça hostilidade alguma”⁵⁶⁶. Dezenas de soldados (mas poucos oficiais) terminaram por aderir ao Regente e foram de grande utilidade nos combates que se seguiram pelo Reino.

No plano discursivo, desse modo, continuou naquele período a disputa entre o General e D. Pedro pela imagem da legitimidade, cada qual procurando convencer que apenas se defendia de ofensas do outro lado. Avillez adotou, como visto, um tom crescentemente de lamento, reclamando da desonra das ofensivas brasileiras. Omitiu, em seus relatos, resistências ao embarque, como o protesto de oficiais portugueses contra a ordem de que embarcassem em 4-5 de fevereiro de 1822, pois “era contra sua honra”⁵⁶⁷. Estava se defendendo e, ao mesmo tempo, procurava favorecer a narrativa das Cortes, de atribuir a D. Pedro e aos grupos centro-sulinos o papel de “facciosos”. Cada um dos relatos oficiais já se dispunha, conscientemente ou não, dentro da disputa de legitimidade entre Lisboa e o Rio de Janeiro.

D. Pedro também elaborou sua narrativa que, ao contrário de Avillez, era de crescente segurança. Da vacilação, aparente ou não, vista até mesmo no dia do “Fico”, ele passou a elevar o tom do discurso. Em meio às contínuas declarações de apoio que chegavam da região (por exemplo, representação de deputação de Minas Gerais, em 15 de fevereiro de 1822) o Regente relatou todos os seus atos ao pai, pedindo que fossem reportados às Cortes⁵⁶⁸. Mostrava, com isso, sua força política, referindo-se às medidas da Corte como a “hydra do despotismo”, repetindo em diversas passagens os questionamentos à legitimidade das Cortes em legislar sobre o Brasil.

No caso da Divisão Auxiliadora, D. Pedro reclamou ao pai, em carta de 29 de janeiro de 1822, que a unidade militar “está cada mais insubordinada, e visto este seu anticonstitucional modo de proceder, já tenho navios prontos para a levarem: espero,

⁵⁶⁶ “A Divisão está prompta a retirar-se á Europa toda a vez, que se não ultraje, nem degrade da honra, e reputação, que tem merecido perante as Cortes, e seu Soberano: muito pouco deve ser o tempo, que há de decorrer, até que chegue a Expedição, que deve render a esta; entretanto rogão a Vossa Alteza não lhe faça hostilidade alguma, pois que ella há de evitar toda a ocasião de discórdia, logo que pedio ocupar este acantonamento, aonde prometem conservar a tranquilidade, e a disciplina militar”. In: D. Pedro, *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade*, p. 71.

⁵⁶⁷ Varnhagen, 1957, p. 103.

⁵⁶⁸ Por exemplo, em carta de 16/02/1822: “Meu Pay, Meu Senhor – Dou parte a Vossa Magestade, que tendo annuido como era minha obrigação, ás respeitosas representaçoens do Brazil; e sendo n’ellas exijida a creação de hum Conselho de Estado, convenci-me, que assim como atendia, quanto á minha ficada, também devia anuir quanto á creação do dito conselho, visto ser em utilidade Publica; e determinei-me a creal’o, atentas ás razoens fortíssimas dadas pelas trez Provincias; e eu entender que era para a felicidade geral da Nação, em que eu estou prompto a trabalhar athe á morte”. In: D. Pedro, *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade*, p. 86.

que saia até 4 do mez que vem, o mais tardar”⁵⁶⁹. Após novas acusações mútuas, relatou o Príncipe, em 12 de fevereiro, que

“cansado de aturar desaforos á Divisão Auxiliadora, e faltas de palavra, assim como a de no dia 5 deste me prometerem ficarem embarcados no dia 8 (...) ordenei embarcarem (dia 9 de fevereiro), e se não executarem amanhã, começolhe a fazer fogo (...) começaram a embarcar no dia que determinei (...) e Ordenei que no dia 14 ou 15 sahissem barra fora acompanhado das duas Corvetas *Liberal*, e *Maria da Gloria*”.

De fato, a pressão sobre os militares portugueses aumentou significativamente e a partida não teve mais como ser retardada. Em 1º de fevereiro de 1822, editais do Intendente da Polícia mandavam cortar toda a comunicação com a Praia Grande, Armação, S. Domingos e imediações⁵⁷⁰. Com restrições nos soldos e mesmo no acesso a víveres, os oficiais da Divisão Auxiliadora pediram um pagamento adiantado, mais transportes e a possibilidade de os soldados visitarem o Rio de Janeiro brevemente, para os arranjos da viagem. O relato de D. Pedro mencionado acima foi escrito em meio às ações do Príncipe Regente de ir pessoalmente à baía, a bordo da fragata *União*, de onde enviou o ultimado a Avillez. Esse momento foi imaginado, com exageros de cores nacionalistas e pouco relacionadas com o efetivo processo da época, no quadro de Oscar Pereira da Silva, “D. Pedro a bordo da Fragata União”:

⁵⁶⁹ P. 11.

⁵⁷⁰ Varnhagen, 1957, p. 103.



D. PEDRO ORDENANDO AVILEZ A PARTIR. Quadro de Oscar Pereira da Silva.

A Divisão Auxiliadora iniciou finalmente seu embarque, completando-o e partindo em 15 de fevereiro de 1822. O primeiro movimento militar estava encerrado. Resultou, na avaliação do Conde de Gestas, representante francês, no fortalecimento do polo do Rio de Janeiro, de modo que a França, recomendava o diplomata, deveria manter relações amigáveis com D. Pedro⁵⁷¹.

⁵⁷¹ *Tous les evenemens successifs portent a croire que Rio de Janeiro restera le centre du nouvel Empire Brézilien a la tête duquel sera le Prince Regent (...) Je crois donc devoir insister de nouveau sur l'importance d'entretenir des relations amicales avec ce pays qui offre tant de ressources au coimmerce français. Son nouveau ministre est très disposé a retablir les plus promptement possible des rapports directs avec des puissances continentales. Despacho de 1902-1822. In : Arquivos Diplomáticos do Quai d'Orsay.*

D. Pedro ganhou duplamente nos episódios de 11-12 de janeiro de 1822 e na retirada da Divisão Auxiliadora. No plano militar, venceu a confrontação (ou o “jogo do frango” como se costuma tratar esse tipo de desafio). A ausência de efetivo combate no Rio de Janeiro não deve ser suficiente para diminuir a importância de D. Pedro ter logrado resistir militarmente, como o fez. No plano político, ganhou apoios e transmitiu mensagem muito distinta da vacilação anterior. Adquiriu tom discursivo mais firme, capaz de construir uma narrativa de proteção do Reino e da própria Coroa contra as “malditas Cortes”, além de fortalecer a imagem do elemento “brasileiro” que resistia à tentativa de recolonização.

Foi a partir dessa base e com as ideias vistas no capítulo anterior, que entrou em ação o projeto do “polo do Rio de Janeiro” na disputa política. Dele se consolidou a disputa com as Cortes, vista no Capítulo anterior, que terminou na Independência e na guerra necessária para a garantia da unidade brasileira.

Resolvido o primeiro problema militar, a política continuou, com apelos de autoridades brasileiras às Cortes Gerais, em busca de mudanças nas medidas relacionadas ao Brasil, e com medidas práticas de D. Pedro. No primeiro caso, as comunicações a Lisboa pretendiam alertar para a necessidade de revogação dos decretos de setembro e de nova forma de lidar com a questão brasileira. Duas cartas exemplificam essas gestões. A primeira, do Juiz de fora do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, era dirigida ao Secretário das Cortes e relatava acontecimentos de 12 de janeiro⁵⁷². A carta indicava, principalmente, a determinação do grupo formado em torno de D. Pedro, com a possibilidade de suspensão da partida dos deputados mineiros às Cortes. Como alertava Clemente Pereira “concluo, informando a V. Exa que se o Soberano Congresso negar a estas Províncias o que lhe vão pedir, parece inevitável o resultado de huma decedida separação de Portugal: que tal he a opinião dominante!!!!”.

A segunda missiva era do Senado da Câmara do Rio de Janeiro e se destinava a D. João VI⁵⁷³. Demandava diretamente a revogação do decreto de 29 de setembro de

⁵⁷² OFÍCIO do juiz de fora do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, ao [secretário das Cortes Gerais e Extraordinárias], João Batista Felgueiras, sobre os acontecimentos ocorridos nas províncias de São Paulo e Minas Gerais; sobre a provável suspensão da saída dos deputados mineiros até o resultado do soberano congresso acerca das pretensões do Brasil; e os desagradáveis acontecimentos do dia 12 de Janeiro principiados pelas inconsiderações da Divisão Auxiliadora; informando que é inevitável a separação de Portugal, se o congresso negar o pedido das províncias. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_017, Cx 289, D. 20421.

⁵⁷³ CARTA do senado da Câmara da cidade do Rio de Janeiro ao rei [D. João VI], solicitando a revogação dos decretos de 29 de setembro de 1821, instituindo um sistema de governos provisórios no Brasil com poderes divididos, e a força militar independente dos governos e sujeita a Portugal; deixando o

1821 (“que encheria o Brasil dos males que deveria trazer consigo a separação de Portugal”) e afirmava que o Reino do Brasil (na verdade, naquele momento, falavam apenas pelas “Províncias Colligadas”) faria “guerra implacável” a qualquer outro governo que não o constitucional. O pedido de revogação se sustentava na “absoluta necessidade para salvar a Nação Portugueza da perda inevitável do Brasil”. Como apontado no Capítulo anterior, a visão desses atores era a de igualdade entre Rio de Janeiro e Lisboa, de modo que não poderia haver hierarquia entre o Rio de Janeiro e Lisboa, como seria a consequência do “unitarismo” constitucional que prevalecia nas Cortes. As ameaças de ruptura, no entanto, serviam como alerta, mas ainda estavam longe de representar risco imediato.

Enquanto essas cartas e ofícios eram escritos e enviados, no Rio de Janeiro medidas práticas eram tomadas por D. Pedro para reforçar a legitimidade da capital carioca. Já no próprio dia 16 de fevereiro de 1822, um dia depois da partida de Avillez, D. Pedro convocou o Conselho de Procuradores. Escrito por José Bonifácio, o Decreto de convocação⁵⁷⁴ remetia-se ao Decreto de D. João VI, de 7 de março 1821, que havia nomeado D. Pedro Regente e lhe conferido os poderes para administrar o Reino. Vinculava-se, assim, na legitimidade anterior, conferida pelo Rei. O texto falava da necessidade de manter um centro de união, sem o qual o Brasil ficaria “exposto aos males da anarquia, e da guerra civil”. Convocava Conselho de Procuradores Geraes das Províncias do Brazil, “para aconselhá-lo, examinar projetos de reforma, propor medidas para o bem do Reino Unido e prosperidade do Brasil e para advogar pelas utilidades de cada Provincia respectiva”. O Conselho de Procuradores foi importante predecessor da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (a convocação desta ocorreu após sua segunda reunião, como se verá abaixo) e sua convocação deu início efetivo à busca de apoios nas demais Províncias.

Enquanto a reorganização política do Reino dava seus primeiros passos, D. Pedro relatou ao pai, em 14 de março, a situação no Rio de Janeiro:

“desde que a Divizão Auxiliadora sahio, tudo ficou tranquillo, seguro, e perfeitamente adherente a Portugal mas sempre conservando em si hum grande

Brasil ao príncipe regente [D. Pedro]; permitindo que as suas províncias se continuem a reger pelos governos que escolheram; declarando que o Brasil só aceitará um governo constitucional e que fará guerra implacável a qualquer outro; e que pretende sair no pacto social com condições iguais a Portugal; quer ser irmão deste e não filho. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_017, Cx 289, D. 20430.

⁵⁷⁴ In: D. Pedro, *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade*, p. 87.

rancor a essas Cortes, que tanto tem segundo parece, buscado aterrar o Brazil, arrazar Portugal, e entregar a Nação á providencia”.

Já se via, desde janeiro de 1822, a longa batalha discursiva entre os dois lados do Atlântico, entre os polos de Lisboa e do Rio de Janeiro, nos termos que foram pormenorizados no capítulo anterior.

Naquele início de 1822, ainda foi necessária mais uma ação de resistência do Rio de Janeiro, para que o Regente efetivamente adquirisse território a partir do qual irradiou seu projeto de organização política do Reino. Na já citada carta de 9 de março de 1822, D. Pedro relatou que, no mesmo dia, apareceu no Rio de Janeiro a Esquadra que trazia novas tropas portuguesas, comandadas pelo Brigadeiro Francisco Maximilano de Souza.

As forças deveriam render a Divisão Auxiliadora, conforme planejamento que fora realizado ainda em 1821⁵⁷⁵, e que não tinha relação com os conflitos que cresciam no Reino do Brasil. Deveriam ter partido em período anterior, ainda em 1821, levando aproximadamente 1.200 homens, mas ocorreram atrasos recorrentes na organização dos transportes⁵⁷⁶. A esquadra que os levou ao Brasil incluía a nau *D. João VI*, a Fragata *Real Carolina*, duas charruas e dois transportes⁵⁷⁷.

Essa esquadra cruzou, na altura de Abrolhos, com os navios que levavam Avillez e a Divisão Auxiliadora de volta a Portugal. Seus comandantes tomaram, nesse momento, conhecimento da situação no Rio de Janeiro. O grupo passou em seguida por Pernambuco. À esquadra de Maximiliano havia se juntado transporte que levava Avillez, doente, que não obteve licença para desembarcar na Província. A Junta de Pernambuco dispensou a permanência de tropas auxiliares. Como se verá na próxima seção, Pernambuco também havia registrado, em fins de 1821, situação militar parecida

⁵⁷⁵ AVISO do [secretário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa], João Batista Felgueiras, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Joaquim José Monteiro Torres, ordenando o envio de dois batalhões para o Rio de Janeiro, e o retorno das tropas que lá se encontram atualmente. Em 21 de agosto de 1821. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_017, Cx. 287, D. 20293.

⁵⁷⁶ PORTARIA do secretário de estado da Guerra, Cândido José Xavier, ordenando ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, [Joaquim José Monteiro Torres] que apronte a expedição que vai para o Rio de Janeiro até 24 de Novembro, remetendo relações dos praças que compõem a mesma”. Em 30 de outubro de 1821. A lista das tropas contém 175 homens de artilharia, 537 oficiais e soldados em cada um dos dois regimentos e 541 no regimento de infantaria nº 3. Previsão era que partissem em 24 de novembro. Várias providências para a preparação das embarcações. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx. 288, D. 20259.

⁵⁷⁷ Oliveira Lima, 1997, p. 219 e Varnhagen, 1957, p. 109. O Barão do Rio Branco, em anotação de rodapé da obra de Varnhagen, registra terem sido as charruas *Conde de Peniche*, *Orestes* e *Princesa Real*, e dois transportes, *Fênix* e *Sete de Março*, conduzindo os batalhões de infantaria nº 3 e 4, uma companhia de artilharia e outra de condutores.

com aquela do Rio de Janeiro, tendo logrado a retirada do Batalhão do Algarve, ali sediado. A completa adesão pernambucana a D. Pedro, contudo, ainda era um longo caminho.

Ao chegar no Rio de Janeiro, em 9 de março, o General Maximiliano recebeu imediatamente a ordem de estacionar os navios entre as fortalezas da Barra. Mal as embarcações tinham sido avistadas, D. Pedro enviou ordens para que as fortalezas impedissem sua entrada na baía, mesmo se fosse necessário usar a força. Apenas no dia seguinte, após conversas dos comandantes com o Príncipe, é que os navios puderam fundear próximos a fortaleza de Boa Viagem, vigiada pela esquadra leal a D. Pedro⁵⁷⁸. Segundo o Secretário da Guerra instalado no Rio de Janeiro, o desembarque fora impedido “à vista do abalo e sensibilidade em que ainda se achávão os ânimos deste Povo em consequência dos últimos e memoráveis acontecimentos que aqui tiveram lugar”⁵⁷⁹. Na comunicação ao pai, seguindo o tom do confronto político com as Cortes e a propaganda em favor da legitimação do polo carioca, afirmou D. Pedro ter mandato fundear a nova esquadra “fora da barra, por o povo estar mui desconfiado de tropa que não seja Brasileira, e tem razão, porque huma vez, que os Chefes hão de obedecer ás Cortes actuaes, temem a sua ruina total”⁵⁸⁰.

Poucos dias depois, em 14 de março, o Príncipe relatou que

“naquela mesma noite vierão os Commandantes a terra, e se portarão bem, escreverão hum protesto, que remeto incluzo impresso: no outro dia entrarão para o pé da Fortaleza de Santa Cruz para se municiaem de viveres, e voltarem o mais tardar até 26 deste”⁵⁸¹.

Em seu trabalho de legitimação, sustenta D. Pedro que

se desembarcasse a tropa, imediatamente o Brazil se desunia de Portugal, e a independência me faria aparecer bem contra minha vontade por ver a

⁵⁷⁸ Anotações do Barão do Rio Branco. In: Varnhagen, 1957, p. 109.

⁵⁷⁹ OFÍCIO do [secretário de estado dos Negócios da Guerra no Rio de Janeiro], Joaquim de Oliveira Álvares, ao [secretário de estado da Guerra], Cândido José Xavier, sobre a presença da nau e esquadra comandada pelo chefe de Divisão Comandante de Esquadra, Francisco Maximiliano de Sousa; explicando razões do impedimento do desembarque das tropas; remetendo mapa dos oficiais inferiores e soldados que passaram voluntariamente para os corpos da guarnição do Rio de Janeiro; informando que os restantes regressam a Lisboa com os ordenados pagos e as comedorias de costume; remetendo correspondência sobre o bom comportamento dos comandantes da esquadra e da Tropa, que contrasta com a conduta do intruso general e mais comandantes da Divisão Auxiliadora. Em 21 de março de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx 289, D. 20451.

⁵⁸⁰ D. Pedro, *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade*, p. 67.

⁵⁸¹ Idem, p. 90.

separação; mas sem embargo disso, contente por salvar aquella parte da Nação a mim confiada, e que está com todas as mais forças trabalhando em utilidade da Nação, honra e gloria, de quem a libertou pela elevação do Brazil a Reino, d'onde nunca descera”⁵⁸².

Mais uma vez, a ameaça de separação parece algo mais retórica do que efetiva. O objetivo era obter mudanças nas Cortes. Ainda assim, Mareschal⁵⁸³ estimou, em carta também 14 de março de 1822, que D. Pedro não tinham mais como recuar perante as Cortes, o que tornava o processo arriscado, não pela efetiva vontade de emancipação, mas pela dinâmica do conflito entre Rio de Janeiro e Lisboa. O diplomata austríaco ainda se mostrava preocupado pela relação do Regente com a “facção brasileira”, temeroso de que esta se servisse do Príncipe apenas como instrumento para seus objetivos.

Nos momentos chave, porém, quando sentiu os ventos a seu favor, D. Pedro deu início a percurso que aos poucos foi se refinando e se tornando um projeto, de monarquia constitucional, mas com poderes nele concentrados. Muitos dos que supostamente o “influenciavam” aos poucos foram sendo afastados, com o gradual ganho de poder do Imperador. A guerra foi necessária para garantir que o Império tivesse o mesmo traçado territorial do antigo Reino do Brasil. Depois, D. Pedro continuou a servir-se das Forças Armadas para, após 1823, eliminar as facções que suscitavam as preocupações de Mareschal, assim como para evitar desmembramentos no Norte-Nordeste.

D. Pedro também resistiu, em março de 1822, à Divisão do General Maximiliano, cujas forças não eram suficientes para uma operação contra o Rio de Janeiro. O Regente, ao final, não autorizou o desembarque e ordenou a partida da esquadra, que obedeceu às suas ordens.

Talvez o maior resultado do episódio, além da mensagem política enviada às Cortes, tenha sido que muitos soldados portugueses passaram para o lado brasileiro. Varnhagen fala em 400 soldados que mudaram de lado, mas Rio Branco, em anotação à obra, precisa que 894 oficiais e soldados se voluntariaram ao serviço do Príncipe⁵⁸⁴. O mapa das tropas que permaneceram no Brasil, informado no supracitado ofício do Secretário da Guerra no Rio de Janeiro, enviado a Lisboa em 21 de março de 1822, foi

⁵⁸² Idem, p. 90.

⁵⁸³ In: Oliveira Lima, 1997, p. 219.

⁵⁸⁴ 1957, p. 111.

de 394 soldados, dos aproximadamente 1.200 que haviam aportado com o Almirante Maximiliano.

D. Pedro logrou também obter a Fragata *Real Carolina*, mais tarde renomeada *Paraguacu*. Sua força militar cresceu em número e em capacidades marítimas, mas isso ainda não significou tranquilidade em termos de segurança do polo do Rio de Janeiro. Parte dessa tropa voluntária era de pouca confiança, especialmente os marinheiros, que nas primeiras ações na Bahia se recusaram a combater.

Vencedor em duas ocasiões na resistência contra a tropa armada portuguesa, o Rio de Janeiro ainda se mostrava temeroso de eventual ataque português diretamente contra o Rio de Janeiro. Foram, assim, elaborados planos militares de defesa da cidade. Um deles, do General Curado, previa hipóteses de ataque e os meios de defesa. Calculava em 10 mil homens a tropa necessária para defesa, precisando, com isso, contar com forças das Províncias vizinhas, que já as haviam fornecido. Aos 79 anos, Curado era o Governador de Armas do Rio de Janeiro e apresentava, também, medidas para a coesão interna do Rio de Janeiro. Propunha o juramento ao Regente dos corpos de 1ª, 2ª e 3ª linhas, ademais de civis, na presença do Príncipe Regente, para que todos fossem bem persuadidos de que os transgressores seriam castigados⁵⁸⁵.

Outro plano defensivo, apresentado a D. Pedro, em 4 de abril de 1822, foi a “*Memoria sobre a maneira de cobrir militarmente a cidade do Rio de Janeiro de qualquer ataque, que uma expedição inimiga tentasse desembarcando ao sul da barra da mesma cidade*”⁵⁸⁶. Segundo a Memoria, o “projeto de agressão do inimigo” dependeria de determinar precisamente um “teatro da guerra”, “para contar com os pontos de desembarque, comunicações para o interior, meios de subsistência nos Lugares ocupados”. Vislumbraram-se três pontos ao sul da barra do Rio de Janeiro: i) a praia de Copacabana, ii) “desde a ponta da Ioatinga, entrando em pequena embarcação pela Barra da Lagôa de Jacarépaguá (...)”; iii) entrando pela Ilha Grande na bahia de Septyba athe perto da Ilha da Madeira, em lanchas e embarcações meudas”⁵⁸⁷.

Para os elaboradores do plano, o 3º ponto era o mais conveniente, “se o Commandante da Expedição inimiga for hum General prudente, e que portanto não

⁵⁸⁵ Rodrigues, 2002, p. 28.

⁵⁸⁶ “*Memoria sobre a maneira de cobrir militarmente a cidade do Rio de Janeiro de qualquer ataque, que uma expedição inimiga tentasse desembarcando ao sul da barra da mesma cidade*”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVII, Parte II, 1914. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 15/01/2014).

⁵⁸⁷ Idem, p. 31.

queira arriscar o exito de sua empresa á sorte de um golpe de mão (...)”⁵⁸⁸. Analisados os caminhos e estratégias possíveis, o documento passava a oferecer também soluções para a defesa do Rio de Janeiro, projetando linhas de trincheira, obras necessárias para o reforço de fortalezas e outras posições de resistência. Também eram apresentados cenários de movimentação tática das tropas, de acordo com as hipóteses de ofensiva do inimigo. Uma providência logística proposta era a de retirar para o interior “todos os gados, cavalgadas, escravos, em geral todos os meios de subsistência e recursos, logo que os navios inimigos apareçam sobre a Costa”⁵⁸⁹. O plano não mencionava a ação espiões do lado português, mas sabe-se que estes operaram no Rio de Janeiro, a favor do partido português, tendo inclusive advertido Madeira da partida da expedição de Labatut em direção à Bahia, em julho de 1822.

Observa-se, já nesses primeiros momentos de consolidação da posição do Regente no Rio de Janeiro, que a movimentação política que terminou com a Independência brasileira caminhou paralelamente às iniciativas militares de defender o Rio de Janeiro e de adquirir as capacidades de garantir a unidade do Reino, pela negociação ou pela força. Esse duplo trilho marcou todo o ano de 1822, até que a Guerra se tornasse aberta em determinados pontos do Reino, especialmente na Bahia. O caminho até a Declaração da Independência viu mobilizações e proclamações militares. Se ações do Regente não poderiam ter ocorrido sem o núcleo centro-sulino, tampouco poderiam prescindir de ao menos indicações de que contava com algum apoio nas outras regiões, ainda que em alguns casos se tratasse de uma minoria da elite local.

2) AS “PROVÍNCIAS COLLIGADAS”

Desde sua declaração pública de permanência no Rio de Janeiro, o discurso de D. Pedro apresentou como temas recorrentes, ademais da reação às Cortes, a necessidade de se enfrentar a ameaça à anarquia ou à dissolução do Reino. Esse temor, tratado no Capítulo anterior, foi argumento importante para o desenvolvimento do plano de unificação do Reino em torno do Regente e liderado pelo Rio de Janeiro. Para alcançar esse projeto, D. Pedro precisava, ao mesmo tempo, do apoio das Províncias, ou

⁵⁸⁸ Idem, p. 34.

⁵⁸⁹ Idem, p. 42.

de ao menos um grupo delas a partir do qual estabelecesse base de lançamento para a conquista, pela negociação ou pela força, de todo o Reino. Foi esse segundo cenário que se apresentou e, em muitos dos casos, a adesão ao Regente não significou necessariamente estabilidade política ou ausência de questionamentos sobre essa decisão.

Desde que fora nomeado Ministro, José Bonifácio entendeu que era necessário trabalhar pela união das Províncias⁵⁹⁰. Rio de Janeiro, São Paulo e Minas formaram o que à época se denominou as “Províncias Colligadas”⁵⁹¹, base essencial do polo do Rio de Janeiro.

O partido brasileiro tentava mostrar, em suas declarações, uma “unidade” já existente, como se houvesse consenso em torno da liderança do Rio de Janeiro⁵⁹². Por vezes as declarações traziam em si, sutilmente, os limites dessas afirmações de consenso, como no caso do Correio do Rio de Janeiro, de João Soares Lisboa, em 8 de maio de 1822. Ao reagir contra o parecer da Comissão de Assuntos brasileiros das Cortes Portuguesas sobre a permanência de D. Pedro no Rio de Janeiro, o jornalista enfatizava os argumentos relacionados à igualdade e à ordem do partido brasileiro (vide Capítulo III) e referia-se uma ideia de “Soberano Povo do Brasil”. Soares Lisboa sublinhava, porém, o direito das “cinco Províncias já unidas”, mostrando que o argumento da unidade ainda não alcançava, na prática, o apoio desejado ao Rio de Janeiro⁵⁹³.

⁵⁹⁰ Segundo Octávio Tarquínio de Sousa, naquela época, as notícias que chegavam ao Rio de Janeiro não eram auspiciosas. 1988, p. 149.

⁵⁹¹ Como registrado na Representação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro em sua representação de 22/05/1822, na qual solicitava a convocação de uma Assembleia Geral das Províncias do Brasil In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 378. D. Pedro também utiliza o termo em seu Manifesto de 1º/08/1822, que “*Esclarece os Povos do Brazil das causas da guerra travada contra o Governo de Portugal*”.

⁵⁹² Vide, por exemplo, passagem de representação da Câmara do Rio de Janeiro, enviada em anexo a carta de D. Pedro a D. João VI, em 02/02/1822: “O Povo do Rio de Janeiro, conhecendo bem, que estes são os sentimentos de seus Coirmãos Brasileiros, protesta á face das Nações pelo desejo, que tem, de ver realizada esta união tão necessária, e tão indispensável para consolidar as bases da prosperidade nacional (...) As Províncias do Brazil, aparecendo nas pessoas de seus Deputados em roda do Throno do Principe Regente, formarão huma liga de interesses comuns, dirigindo sempre a marcha das suas providencias segundo a perspectiva das circumstancias (...)”. In: *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade*, p. 85.

⁵⁹³ “He inconcebível o motivo porque o Soberano Congresso queira arrancar dos braços dos Portuguezes do Brasil ao Idolo do seu Culto Politico! Por ventura esteve, ou está no querer, e poder do Soberano Congresso fazello? Quem lhe concedeo esse direito? Consentirá o Soberano Povo do Brasil, e principalmente o das cinco Províncias já unidas, em tal violência, menoscabando sua dignidade?”. In: *Correio do Rio de Janeiro*, nº 25, 8 de maio de 1822. In: Google Books, http://books.google.fr/books?id=FzxKAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (acesso em 17/03/2014).

Do ponto de vista do Reino como um todo, a situação de D. Pedro ainda era precária:

Trabalhadas por tendências particularistas, algumas delas dominadas por elementos portugueses ainda muito poderosos, outras seduzidas por um liberalismo simplório que esperava mais das Cortes de Lisboa do que da Regência do Rio de Janeiro, cumpria ao governo central agir sem demora para desfazer equívocos e desmarcar ambiciosos⁵⁹⁴.

Na verdade, a adesão a D. Pedro ao longo de 1822 foi, no máximo, parcial⁵⁹⁵. Como afirmado anteriormente, o Reino brasileiro se dividiu em muitas tendências, aos poucos convergindo, por vontade ou por coação, na opção entre duas tendências, as “Províncias Colligadas” (o polo do Rio de Janeiro), e as Províncias Constitucionalistas, que apoiavam Lisboa, concentradas principalmente no Pará e no Maranhão, nas que contavam com apoio também em outras áreas. Bahia, Piauí, Pernambuco e a Cisplatina foram palcos dos mais intensos conflitos políticos, decorrentes dos choques entre grupos de tendências distintas. Nas demais regiões a situação era a mesma, e em cada uma houve oscilação entre os dois lados, a partir das “áreas de influência” que possuíam em cada Província⁵⁹⁶.

O Príncipe Regente enfrentou, em primeiro lugar, problemas no seio das próprias “Províncias Colligadas”, em Minas Gerais e em São Paulo, onde disputas internas abriam o risco de uma guerra civil⁵⁹⁷ e poderiam ameaçar o apoio ao Rio de Janeiro. O Regente foi obrigado a se envolver diretamente nos negócios das duas Províncias. Para buscar conciliação local, teve de realizar visitas às duas Províncias.

Entre março e abril de 1822, D. Pedro fez sua famosa visita a Minas Gerais. O episódio se iniciara ainda em fevereiro de 1822. Enquanto delegação mineira visitara o Regente para lhe prestar apoio, em 15 daquele mês, estourou em Vila Rica pronunciamento liderado pelo Tenente-Coronel Pinto Peixoto e inspirado pelo juiz-de fora Cassiano Esperidião de Melo Matos, que pretendia redirecionar a Província ao

⁵⁹⁴ Octávio Tarquínio de Sousa, 1988, p. 149.

⁵⁹⁵ Em ofício de 11/01/1822, no qual comentava o “Fico”, o Coronel Malet, representante diplomático francês, afirmou que “ce qu’on vient de faire a Rio de Janeiro est le produit et le fruit de l’interêt personnel de la part du plus grand nombre, le resultat de l’aversion pour les Cortes (...), mais qu’il n’existe pas de vrai élan en faveur du Prince”. In: Arquivos Diplomáticos do Quai d’Orsay.

⁵⁹⁶ Conforme mencionado por Martha Victor Vieira. In: VIEIRA, Martha Victor. “Cunha Mattos em Goiás: os conflitos de jurisdição entre o Governo das Armas e o Governo civil (1823-1826)”. In: Revista Territórios & Fronteiras. Cuiabá, vol. 5, nº 2, julho-dezembro 2012. In: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/search/titles?searchPage=3> (acesso em 10/03/2014). P. 225.

⁵⁹⁷ Rodrigues, 2002, p. 177.

apoio das Cortes⁵⁹⁸. Os revoltosos assumiram o poder invocando atribuições autônomas. Desde o início, o risco maior que se estabeleceu foi o de uma luta armada entre as diferentes facções. Como em todos os momentos desse período político brasileiro, o risco do confronto estava presente em Minas Gerais.

Ao receber as informações da revolta, D. Pedro, avaliando a gravidade da situação, decidiu gerir a crise pessoalmente, partindo para Minas Gerais em 25 de abril. Nos diversos ofícios que expediu ao longo da viagem⁵⁹⁹, o Regente expressou claramente que seu objetivo era lidar com “contradições que todos os dias observava no Governo Provisório de Minas Gerais”, as quais o convenciam de sua pouca adesão⁶⁰⁰. Já em Vila Rica, proclamou o Príncipe:

Mineiros: as convulsões políticas, que ameaçavam esta Província fizeram huma impressão tal me Meu Coração, que ama verdadeiramente o Brasil, que Me obrigarão a vir ente vós fazer-vos conhecer qual era a liberdade de que ereis senhores, e quem erão aquelles, que a proclamavão a seu modo, para extorquirem de vós riquezas e vidas (...)⁶⁰¹.

D. Pedro incluiu em seu documento uma interessante comparação, com tom de ameaça: “se Me acreditardes seremos felizes, quando não, grandes males nos ameaçam. Sirva-nos de exemplo a Bahia”.

A visita rendeu os efeitos políticos desejados e D. Pedro alcançou o apoio completo da Província. Ao longo do período em que o Regente esteve em Minas, Câmaras de várias Comarcas (Sabará, São João D’El Rey, Vila Nova da Rainha, Barbacena, Villa Rica) enviaram representações de apoio e adesão⁶⁰². Essas representações, entregues a D. Pedro quando de sua estada em Vila Rica, mostram uma proximidade das visões dessas localidades com o Rio de Janeiro, de resistência ao “violento modo de proceder” das Cortes, à situação dos Governadores de Armas, aos riscos da quebra da união política e à anarquia, reconhecendo, ao mesmo tempo, as

⁵⁹⁸ Oliveira Lima, 1997, p. 267

⁵⁹⁹ As representações foram compiladas em número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1904. In: “Excursão do Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara à Província de Minas Geraes em março e abril de 1822”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXVII, Parte I, 1904. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013).

⁶⁰⁰ Em representação enviada ao Governo Provisório de São Paulo. Idem, p. 55.

⁶⁰¹ Idem, p. 37

⁶⁰² In: “Excursão do Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara à Província de Minas Geraes em março e abril de 1822”. Pp.12 a 17.

diferenças que haviam entre as posições das distintas Províncias⁶⁰³. Confirmavam, principalmente, como os interesses da região convergiam pela manutenção do status adquirido pelo Rio de Janeiro desde 1808, com todos seus impactos políticos, econômicos e sociais.

Ainda na capital Mineira, o Regente despachou as últimas ordens para a pacificação da Província, incluindo a movimentação de tropas e a punição dos responsáveis pela instabilidade⁶⁰⁴. Mandou também diversas comunicações às outras Comarcas, para tratar da adesão dessas. Foi, ainda, determinada a realização de reunião dos Ouvidores e outras autoridades, em 20 de maio de 1822, para a eleição dos 7 membros da Junta Provisoria do Governo da Provincia, “removendo o mesmo Governo logo a duvida, que póde suscitar-se de ser, ou não precisa a nomeação de novos Eleitores”⁶⁰⁵.

Ao deixar Minas Gerais, em fins de abril de 1822, D. Pedro havia vencido uma nova batalha, que lhe garantia importante apoio político e financeiro, evitando o risco de guerra civil. Na interpretação de Varnhagen⁶⁰⁶, a viagem foi um momento de transformação importante no ânimo do Príncipe, que se “abrasileirava” definitivamente. Despindo-se das cores nacionalistas do autor, no momento em que a viagem ocorreu, D. Pedro já se encontrava de fato em um conflito com as Cortes, tendo estabelecido seu projeto de união do Reino do Brasil em torno do Rio de Janeiro. Logo após, em 4 de maio, como será visto na próxima seção, D. Pedro emitiu o Decreto do “cumpra-se”, ordenando que toda ordem vinda de Lisboa fosse chancelada pelo Regente. Em 13 de maio, o Príncipe foi nomeado “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”.

A viagem a Minas Gerais se inseriu, assim, em processo político já em curso, mas acelerou as decisões. A expedição mineira constituiu, ao mesmo tempo, o exemplo de contradição inicial, entre apoio e resistência ao Rio de Janeiro, resolvida pela negociação com os diferentes grupos da elite mineira, alguns dos quais, como visto no

⁶⁰³ No documento enviado pela Câmara de São João Del Rey, reconhecem os representantes que estavam “as Províncias divididas e sem obediência, porque nenhuma delas póde arrogar-se o direito de superioridade, nos oferece de antemão o triste espetáculo da debilidade e impotência (...)”. Sobre o Governador de Armas, afirma o mesmo documento que “não he menos prejudicial ao Brasil a independência do Governador das Armas, sem sujeição alguma ao Governo, e unicamente responsável ás Côrtes pelo bem, ou mal que fizer: por semelhante disposição se levanta entre nós hum novo Colosso de Despotismo”. Idem, p. 28.

⁶⁰⁴ O primeiro decreto de D. Pedro em Vila Rica é a suspensão de Cassiano Esperidião de Mello Mattos e sua intimação para apresentar-se à Corte do Rio de Janeiro. Idem, p. 34.

⁶⁰⁵ Idem, p. 53.

⁶⁰⁶ 1957, p. 115. Para sustentar sua avaliação, Varnhagen cita carta de D. Pedro ao Pai, de 26/04/1822, a qual traria um tom muito distinto das anteriores,

Capítulo II, não se mostravam favoráveis ao Rio de Janeiro. A visita terminou por dar ao Regente grande popularidade e, ao ultrapassar resistências, oferecer importante reforço a sua causa.

Em São Paulo, onde a adesão ao Príncipe era mais clara, a viagem veio já no segundo semestre e se fez necessária para eliminar foco de instabilidade decorrente de sublevação na cidade contra Martim Francisco de Andrada, iniciada em 23 de maio 1822. Conhecida como a “Bernarda de Francisco Inácio”⁶⁰⁷, o episódio decorria de problemas de relacionamento entre as elites locais, mas manteve-se por alguns meses como foco de preocupação, após José Bonifácio ter ordenado devassa sobre o motim do dia 23 e a ocorrência de novos episódios de disputa política entre os envolvidos. D. Pedro, concentrado em providências para o envio de forças à Bahia⁶⁰⁸, não logrou debelar as reações de parte da elite paulista contra os Andradas. No confronto que se instalou, Martim Francisco foi expulso da Província.

Recebendo protestos de apoio de várias Comarcas⁶⁰⁹, D. Pedro partiu para São Paulo em 14 de agosto de 1822, para apaziguar os ânimos e punir os responsáveis. Foi nesse contexto que chegaram ao Rio de Janeiro notícias de Lisboa e das atitudes das Cortes contra o Regente, que se tornaria o momento da ruptura. Na viagem a São Paulo, observa-se que, ao mesmo tempo em que tomava medidas que redundariam, ao fim, na declaração da Independência total do Brasil, o Regente se via obrigado a trabalhar continuamente para garantir a unidade mesmo dentro das Províncias Colligadas.

O Rio Grande do Sul foi outra Província partidária de D. Pedro que sofreu com a instabilidade política. Declarações oficiosas de apoio a D. Pedro foram feitas em janeiro de 1822, no Senado do Rio de Janeiro, por parte do Coronel Manuel Carneiro da Silva e Fontoura. O chefe da Junta Provisória do Rio Grande, General João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun⁶¹⁰ ratificou, em março, a entrada gaúcha nas “Províncias Colligadas”⁶¹¹. Saldanha chegara ao Rio Grande em 1816 e participara das operações

⁶⁰⁷ Vide: LACOMBE, Américo Jacobina. “A Constituinte Brasileira”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 298, janeiro-março de 1973. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/10/2013). P. 132

⁶⁰⁸ Varnhagen, 1957, p. 125

⁶⁰⁹ Por exemplo, representações de Sorocaba, em 29/07/1822, e de Taubaté, em 17/08/1822. In: “Excursão do Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara à Província de S. Paulo, em agosto e setembro de 1822”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXVII, Parte I, 1904. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013). P. 84.

⁶¹⁰ A qual também era composta pelo Marechal-de-Campo João de Deus de Menna Barreto e pelo Brigadeiro Félix José de Matos.

⁶¹¹ In: José Honório Rodrigues, 2002, p. 210. O Decreto de adesão, de 12/03/1822, encontra-se na série de documentos publicados pela Revista do IHGB sobre a história do Rio Grande do Sul. In: “Documentos

militares na Cisplatina. Fora nomeado Governador da Província por D. João VI e, a partir de 1º de outubro de 1821, assumira o Governo provisório.

Após, entretanto, a convocação da Assembleia-Geral Constituinte do Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1822 (a ser tratada na próxima seção), Carlos Saldanha expressou discordância com a medida, solicitou que a Junta de Governo pedisse demissão e ameaçou partir para Montevidéu, onde se concentravam tropas portuguesas. Acusou D. Pedro de alterar o sistema político com a convocação⁶¹² e declarou-se “cheio de mágoa”. Nesse mesmo contexto, enfrentou oposição do General Marques, de origem local, que tentou expulsá-lo, sem sucesso⁶¹³. Em 15 de julho de 1822, a Junta aceitou a demissão de Saldanha e, em 8 do mês seguinte, D. Pedro enviou carta régia mandando retirá-lo de Porto Alegre⁶¹⁴. O General optou por partir da Província em direção a Portugal. Sua saída consolidou a posição do Rio Grande em apoio ao Regente.

Registrou-se, em 1823, nova instabilidade na Província, relacionada ao processo constituinte. Algumas tropas se declararam favoráveis ao fortalecimento dos poderes do Imperador contra a Assembleia Constituinte. Reagiam aos debates constitucionais que ocorriam no Rio de Janeiro, o que dá uma demonstração do clima político tenso que permanecia no Brasil, mesmo com a unificação avançada e a guerra quase ganha (já vitoriosa na Bahia, faltando o Maranhão, Pará e Cisplatina). A insurreição em Porto Alegre foi logo terminada, reiterando-se as juras de fidelidade ao Príncipe. Sua ocorrência foi muito debatida nas sessões da Assembleia Geral e Constituinte do Rio de Janeiro, entre julho e setembro de 1823⁶¹⁵.

O apoio gaúcho a D. Pedro foi fundamental para a sustentação, junto com São Paulo, do confronto na Cisplatina. Sem esse membro das “Províncias Colligadas”, o extremo sul brasileiro, que conformava também a entrada principal para o centro do Reino, para Goiás e Mato Grosso, estaria ameaçado. A questão Cisplatina será pormenorizada no Capítulo VIII.

relativos à História da Capitania, depois Província, de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. Compilação do Barão Homem de Mello. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLII, Parte I, 1879. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> (acesso em 10/10/2013). P. 122.

⁶¹² Rodrigues, 2002, p. 210.

⁶¹³ Relatório de Mareschal. In: Figueira Mello, 1923, p. 232.

⁶¹⁴ RIHGB, Documentos sobre a História do Rio Grande do Sul, p. 127.

⁶¹⁵ Conforme a Ata da Assembleia Geral e Constituinte de 21/07/1823 : “sendo presente á Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil que na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul houvera uma junção de Tropa e vivas anti-constitucionaes, e até se fizera e assignara uma Acta com arrogação de Direitos dos Representantes da Nação Brasileira em matéria de Constituição”. Ordena esclarecimentos.

Afora o centro-sul, o principal aliado de D. Pedro em 1822 foi Pernambuco, um caso de apoio ainda mais complexo do que o das “Províncias Coligadas”. A Província, rica e situada em posição estratégica, era tradicionalmente palco de intensas movimentações políticas, sempre com um componente militar, como ocorrera em 1817. A Revolução que estourou naquele ano causara muitas mortes, desorganização da produção e descrédito ideológico⁶¹⁶.

Boa parte das lideranças pernambucanas viram muito positivamente o novo constitucionalismo português, decorrente da Revolução do Porto⁶¹⁷. Havia uma questão de princípio, da ideologia liberal, e também pelo fato de a Revolução do Porto ter permitido a libertação dos presos políticos de 1817, que estavam na Bahia. Esse foi o caso de Gervásio Pires Ferreira, comerciante nascido em Pernambuco, preso acusado de participar da revolta de 1817⁶¹⁸, e que se tornaria, na sequência, Presidente da Junta Governativa, após a queda do General Luiz do Rego. Havia uma aliança potencial entre os autonomistas pernambucanos e as Cortes de Lisboa, a qual permitiria o isolamento das pretensões centralizadoras do Rio de Janeiro. Pelo menos no início do processo, Pernambuco favorecia Lisboa.

A Província era, na época da Revolução do Porto, comandada pelo General Luiz do Rego, que se encontrava no poder desde que fora enviado à Província para reprimir a Revolução de 1817. O próprio Governador das Armas de Pernambuco conta sua história em “Memória Justificativa”⁶¹⁹, que publicou em Lisboa, em 1822. Luís do Rego afirmou que sua administração se iniciou em momento de tal instabilidade política, marchado por um “theatro de vinganças”⁶²⁰, que “de certo se não admirará dos muitos inimigos que ali grangeei”. Essa teria sido, segundo o General, a base dos desentendimentos que se seguiram. Para seus adversários, logicamente, o Governador das Armas era representação do Despotismo, lá enviado para terminar com revolução que resultou em dezenas de prisões e de abusos.

Luiz do Rego tentou se legitimar, no seu relato, pela demonstração de que estava muito envolvido em lidar com a estabilização da Província, quando da chegada da

⁶¹⁶ Maria do Socorro Ferraz Barbosa, 2008, p. 112.

⁶¹⁷ Idem, p. 104

⁶¹⁸ Maria do Socorro Ferraz Barbosa analisa a controvertida acusação contra Gervásio Pires, cujo processo foi contestado pelo acusado.

⁶¹⁹ REGO BARRETO, Luiz. *Memoria Justificativa sobre a conducta do Marechal de Campo Luiz do Rego Barreto, durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco, Presidente da Junta*. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822. Coleção da Harvard College Library. In: Google Books, <http://books.google.com> (acesso em 10/02/2013)

⁶²⁰ Idem, p. 4.

Revolução do Porto. Pouco depois chegaram as notícias da adesão da Bahia. O General procurou adaptar-se rapidamente ao novo momento, aproximando-se do vintismo. Apontou, em seu relato, que, ao contrário do que se passou em outras Províncias, nas quais se colocavam obstáculos à circulação de livros, não havia impedimentos de seu Governo aos debates das novas ideias⁶²¹. Em sua visão havia, porém, um conflito irreconciliável entre grupos políticos pernambucanos, desde os acontecimentos de 1817, tema sobre o qual dirigira ofícios ao Congresso e ao Rei. O General sustentava que “tomei logo o partido que me pareceu mais digno e mais análogo ao caracter de que me achara revestido (...) declarei que era absolutamente impossível que o Brazil seguisse outro destino que não fosse o de Portugal”⁶²². E refere-se aos acontecimentos na Bahia, como causa que “aconselhava circunspeção”⁶²³. Luiz do Rego registra em seu relato que o povo do Recife o teria apoiado.

Após ter jurado a Constituição, em 28 de maio de 1821, o Governador convocou eleições para as Cortes, que se realizam no mês seguinte. Na sequência, convocou, em 30 de agosto de 1821, o Conselho Constitucional Governativo da Província, que o elegeu presidente da Junta. Segundo Maria do Socorro Ferraz Barbosa⁶²⁴, o General “tentava, através do Conselho, legitimar suas ações”, as quais procuravam, ao mesmo tempo, aderir a Lisboa sem romper com D. João VI, de quem esperava obter apoio contra seus adversários da disputa pelo governo local.

O Governo de Pernambuco enfrentava, porém, a oposição contínua dos liberais e republicanos⁶²⁵. Quando da chegada da notícia do juramento constitucional de D. João VI, em 26 de março de 1821, foram registrados movimentos oposicionistas tentando derrubar o Governo e aliciar a tropa. O Tenente-Coronel Francisco de Albuquerque Melo foi preso nesse episódio⁶²⁶. Em julho de 1821, Luiz do Rego sofreu tentativa de assassinato⁶²⁷.

⁶²¹ Idem, p. 25.

⁶²² Idem, p. 27.

⁶²³ P. 28

⁶²⁴ 2008, p. 105.

⁶²⁵ Conforme ofício de Mareschal, de 24/10/1821., 24/10/1821 (PARA PERNAMBUCO) “*le rapport de l’Ouvridor de la ville du Recife (Pernambouc) em date du 22 Septembre et la proclamation du Gouvernement provisoire dont le Général Luiz do Rego étoit président prouvent que quoique les insurgés avoient déjà commencé les hostilités, ils n’avoient poit encore osez prononcer le mot d’indépendance et coloraient leur révolte du prétexte de faire renvoyer le Gouverneur et le Commandant Portugais ; il ne serait pas même étonnant s’ils avoient reussis depuis á se rendre maitre de la ville, que le Gouvernement établi par eux se déclara responsable aux Cortes (...)*”. In : Figueira Mello, op. cit., p. 227.

⁶²⁶ Varnhagen, 1957, p. 290.

⁶²⁷ Vide seu relato, p. 33, e Varnhagen, 1957, p. 291.

A libertação dos presos da Revolução de 1817, no início de 1821, adicionou mais ingredientes na equação pernambucana⁶²⁸, com a volta de atores como Gervásio Pires Ferreira à Província. O retorno desses elementos marcou o ressurgimento de pretensões autonomistas⁶²⁹, que se chocavam com a administração de Luiz do Rego, mesmo que este tenha tentado se mostrar relativamente conciliador⁶³⁰, atitude destinada, possivelmente, a lhe garantir a permanência no poder. A eleição dos Deputados que representariam Pernambuco nas Cortes Gerais não foi suficiente para evitar os confrontos políticos.

Luiz do Rego organizou sua eleição a chefe da Junta Provisória como reação à revolta em Goyana, ao norte do Recife. A cidade era, na época, importante centro comercial e agrícola, mas tivera problemas com o Governo de Recife, inicialmente em consequência da revolta de 1817, depois por causa dos projetos de Luiz do Rego de modernização da produção de artesanato produzido na cidade⁶³¹.

O movimento de Goyana foi ao mesmo tempo político e militar. Reagia, principalmente, contra o Governo de Recife, visto como representante do Antigo Regime. Em disputa estava o poder local. Os goyanenses instalaram, em 29 de agosto de 1821, Governo Constitucional Temporário, presidido por Francisco de Paula Gomes dos Santos, e apoiado por aproximadamente 600 soldados de milícia e corpos locais⁶³². Intimaram, nesse processo, Luiz do Rego a deixar a Província. A Junta pretendia instalar um sistema igual àquele da Bahia ou do próprio Rio de Janeiro, identificando o Governador como inimigo das Cortes.

Seguiram-se, nos dias seguintes, troca de proclamações e ofícios entre Recife e Goyana⁶³³, com alguns intentos de conciliação⁶³⁴, complicados pelo próprio fato de que Luiz do Rego procurava manter-se no poder, em meio às crescentes tensões entre os dois partidos. Os dois lados também enviaram correios às outras Comarcas e às Províncias vizinhas, pedindo apoio. Luiz do Rego recebeu apoio da Paraíba e da Bahia.

⁶²⁸ O próprio Luiz do Rego se defende, em sua memória, dizendo que estava tudo em boa ordem “até que chegarão a Pernambuco muitos dos Presos, que se achavão na Bahia por causa da revolta de 1817”. P. 33.

⁶²⁹ In: SANTOS DA SILVA, Luiz Geraldo. “O avesso da independência: Pernambuco (1817-24)”. In: *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Organização de Jurandir Malerba. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Capítulo 10. P. 345.

⁶³⁰ Vide, por exemplo, a p. 36 da memória do General.

⁶³¹ Vide Maria do Socorro Ferraz Barbosa, 2008, p. 113.

⁶³² Maria Graham, 1824, p. 97.

⁶³³ Registrado por Luiz do Rego. Segundo o General, a resposta de Goyana fora uma intimação para que deixasse a Província. P. 53.

⁶³⁴ A Junta de Recife, segundo Luiz do Rego, ofereceu aos rebeldes uma completa pacificação, atuando “na maior moderação”. Op. cit., p. 53. Vide também Varnhagen, 1957, p. 293.

O General sustenta que as embarcações inglesas e francesas que se encontravam em Recife estavam também prontas a intervir, caso seus nacionais estivessem ameaçados⁶³⁵.

A Bahia enviou, em 30 de setembro de 1821, 350 soldados a bordo da Fragata *Príncipe D. Pedro*⁶³⁶. Essa tropa, segundo relato da época⁶³⁷, era composta por “348 homens composto de igual nº de brasileiros e de europeus (para evitar ciúmes, desconfiança e rivalidades que existem entre uns e outros)”. Os relatos subsequentes registram não se ter conhecimento, na Bahia, dos motivos da sublevação, nem por que Goyana teria se insurgido contra obedecer a Capital, haja vista que esta também tinha jurado a Constituição. O documento dá conta também que teria sido um “folheto impesso no Rio de Janeiro em língua francesa” como o responsável pelo reaparecimento das movimentações políticas. Seguem-se, nas informações, justificativas da Junta da Bahia para o auxílio contra Goyana, sempre com vistas a manter a “paz” na Província e evitar o alastramento de ideias que poderiam incentivar problemas como os ocorridos na América Espanhola (mencionada explicitamente). A rivalidade entre “europeus” e “americanos” estava, segundo os documentos, crescendo, alimentada pelo contexto pós-revolução do Porto. Tomava, aos poucos, uma cor política que não tinha antes.

A reação de Goyana contou, de sua parte, com a adesão de tropas estacionadas na Comarca e em outras freguesias, inclusive no Recife⁶³⁸, conseguindo atingir aproximadamente 2 mil homens em suas colunas⁶³⁹. Nesse processo, houve uma tendência de adesão de tropas de origem local a Goyana, e de divisão entre as tropas “portuguesas”. Luiz do Rego acusou seus opositores de mobilizarem a população e as tropas a partir de denúncias falsas, como a de que haveria uma lista de mais de duzentas pessoas que seriam proscritas, incluindo todos os antigos presos que haviam voltado da Bahia. Os rumores davam conta também que as tropas brasileiras não eram “afeiçoadas” a Rego, e que este teria prendido algumas delas nas igrejas do Recife⁶⁴⁰.

⁶³⁵ Ofício da Junta Provisional de 1º/10/1821. Anexo ao relato de Luiz do Rego, p. 139.

⁶³⁶ Luiz do Rego, pp. 56 e 72. Rio Branco, na obra de Varnhagen, registra que 200 soldados eram da legião de caçadores da Bahia, comandados pelo Major Joaquim de Sant’Ana Brito, e 150 da legião constitucional lusitana, comandados pelo Major Dordaz.

⁶³⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. SANTOS, Antonio Pio dos. “Comunicações a D. João VI dando conta das informações obtidas nos barcos recém chegados, sobre Portugal”. Rio de Janeiro: [s.n.], 1821. 5 f. In: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1289253/mss1289253.pdf (Acesso em 22 de junho de 2015).

⁶³⁸ Segundo Luiz do Rego, “forão tentados os officiaes de todos os Corpos; não os achando dispostos a entrar em desordens, passãrão os revoltosos a aliciar os officiaes interiores, e soldados; destes poucos se lhes mostrarão affectos; e por fim depois de repetidas, e malogradas diligencias, variou-se de plano; por quanto os mulatos, e negros, com quem se podia contar para auxiliarem o tumulto, erão poucos (...)

⁶³⁹ José Honório Rodrigues, 2002, p. 192.

⁶⁴⁰ Segundo o relato de Luiz do Rego, p. 45.

O próprio General reconheceu que parte da tropa, mesmo de origem europeia, aderiu aos revoltosos, tendo outros corpos, como o 3º Batalhão de Caçadores e o Batalhão do Algarve, permanecido fieis a Recife. Também teriam ficado com Luiz do Rego parte dos habitantes da capital pernambucana e de Olinda, e algumas das tripulações de navios que estavam ancorados no porto. A cidade foi fortificada, em preparação para o ataque de Goyana⁶⁴¹.

Na avaliação do próprio Luiz do Rego, o que ocorreu foi uma “guerra”, mas não de “Nação a Nação, em que a destruição de huma convem sempre á outra; he huma guerra entre Portuguezes, cujo resultado será funesto a todos”⁶⁴². Em princípio, o Governo de Recife planejou ofensiva contra Goyana, justificada por dois motivos⁶⁴³: (i) “amedrontar o partido nascente, a quem mostras de brandura parecião sinaes de fraqueza”; (ii) “porque importava persuadir aos habitantes do Recife que o Governo entendia em sua segurança”. A primeira ação foi a de preparar ataque aos rebeldes, porém as tropas partiram com ordens de evitar a iniciativa do confronto. Ao fim, a Junta governista optou por recuar o que, segundo Luiz do Rego, teria atrapalhado o moral da tropa governista, que perdeu com isso seu ímpeto inicial⁶⁴⁴.

Em meio às hesitações de Recife, Goyana tomou a ofensiva, partindo do norte e do sul, em movimento para sitiar a cidade. Os primeiros combates ocorreram em 21 de setembro de 1821, em Vila de Olinda, iniciados pelos de Goyana, cujo quartel-general estava em Berberibe. Tratou-se uma ação de “reconhecimento” ou de “demonstração de força” sobre Recife e Olinda, a qual foi rechaçada pelas tropas de Luiz do Rego, com o resultado total de 16 mortos, 7 feridos e 35 prisioneiros, todos estes dos revoltosos⁶⁴⁵. Combate paralelo se desenrolou na área dos Afogados, ao sul da cidade. Na conta de

⁶⁴¹ “(...) tornou-se em fim a resolução de entregar ás armas a defesa, e segurança da Capital. Os habitantes correrão a ellas; os Capitães dos navios portuguezes, surtos no Porto, offerecerão as suas tripulações; reforçou-se Olinda como huma das chaves do Recife, este se guarneceo em suas cercanias de ligeiras fortificações de campanha: fatal necessidade! Os habitantes da mesma Capital, no centro da paz, debaixo dos auspícios de hum Governo, afortunadamente o mais liberal, virão-se em estado de cerco, sempre armados, sempre em serviço: de repente quase apparecerão todos Soldados; e com gosto soffrião todos os trabalhos, e fadigas, na certeza de que erão indispensaveis para sua segurança, das suas famílias, e bens”. Luiz do rego, p. 68.

⁶⁴² Idem, p. 138.

⁶⁴³ Idem, p. 54.

⁶⁴⁴ “Estas tropas, como todas as que marchão ao inimigo, quando avançarão sobre Goyanna hião cheias de entusiasmo, e de valor; e se isto houvesse acontecido, de certo combaterião como denodo, e brio; ou antes (e isto he o mais provavel) não acharião inimigos com quem combater. Mas desde que receberam ordem de retirar-se, tudo mudou; e este era o receio que eu tinha, e o que por vezes expuz á Junta, logo que se mandou gente armada na direção de Goyanna. Os soldados perderão a força moral; crerão que a retirada provinha da superioridade do inimigo (...)”. Idem, p. 59.

⁶⁴⁵ Hélio Viana, em anotação à obra de Varnhagen. 1957, p. 294.

Luiz do Rego, eram aproximadamente 200 inimigos. As duas ofensivas falharam, resultando em novas mortes e feridos⁶⁴⁶.

Maria Graham chegou ao porto do Recife no dia seguinte ao confronto⁶⁴⁷. Relatou em seu diário um estado de tensão na cidade, após os ataques a Olinda. Todas as lojas estavam fechadas e grande parte das famílias mais ricas haviam empacotado seus bens, depositando-os em residências de ingleses (que dificilmente seriam importunados). Os dias seguintes, segundo a autora, foram mais calmos, mas, em vários momentos, Graham indica ter cruzado, ao longo de seus passeios, com soldados e barricadas. Também menciona grande falta de víveres, em razão do cerco. Novos corpos milicianos percorreriam a cidade fechando lojas e preparando para a retomada dos combates.

De 30 de setembro para 1º de outubro estourou novo confronto, na povoação dos Afogados, seguindo até o Aterro, onde bateria de canhões defendia a entrada do Recife. Houve número significativo de mortos, a maior parte deles do lado dos Goyanenses. Luiz do Rego sustentou que a carnificina só não foi maior por que ele teria feito “pontaria alta”, ação que ele qualifica de “generosa”⁶⁴⁸. Um terceiro combate ocorreu no mesmo dia⁶⁴⁹.

A entrada em Recife se tornou, porém, inviável, pela resistência da capital pernambucana e pelo reforço recebido, no dia anterior, das tropas vindas da Bahia. Reforços da Paraíba também teriam sido possíveis, por decisão do Governador desta Província, mas os despachos de Recife foram interceptados e utilizados para a mobilização da população paraibana, que impediu a cooperação entre as duas capitais⁶⁵⁰.

⁶⁴⁶ “Eu recebi este officio (do lado Goyanense) quando marchava para oppor-me a alguma gente armada, que tentava entrar no Recife da banda dos Affogados (arrabalde ao sul da villa) E como sabia que o Commandante de Olinda não perseguiria os rebeldes, deixei de responder na certeza que era falço o que expunha o dito Governo sobre a continuidade do fogo da nossa banda, e fui a onde a necessidade me chamava. (...) Tive a fortuna de desalojar cousa de 200 homens que occupavão o dito arrabalde, e que aleivosamente romperão o fogo contra alguma da nossa gente, matando hum estimável cidadão, que em companhia de alguns officies, tinha ido com o fim de tranquillisar o tumulto. (...) O fogo dos Affogados foi ouvido em Olinda, e os inimigos supuserão que era desordem interna: exultarão por hum momento, e fizeram nova, mas infructuosa tentativa”. Idem, p. 70.

⁶⁴⁷ 1824, p. 98.

⁶⁴⁸ 1822, p. 72.

⁶⁴⁹ Varnhagen, 1957, p. 295.

⁶⁵⁰ “Tinha a Junta dado parte da sua instauração ao Governador da Paraíba do Norte: este sabendo dos sucessos de Goyana, officiou á mesma Junta, oferecendo a sua cooperação para o que fosse necessário a bem da causa Publica. (...) Os inimigos interceptarão os officios, e os abrirão; entenderão-se com os seus sectários naquela Província, e tratarão de paralisar os movimentos das tropas, que delá virião, servindo-se das artes da intriga. Na verdade o Governador, como elle mesmo me comunicou, vio-se desobedecido”. Luiz do Rego, 1822, p. 73.

Com o impasse militar, foram retomadas, então, as conversações. Em encontro ocorrido na povoação de Berberibe, chegou-se a termo em 5 de outubro de 1821, com o acordo ratificado quatro dias depois. Nesse mesmo período, apesar da tendência ao acordo, nova revolta estourou no sul de Pernambuco, contra Goyana, mas o movimento foi sufocado e relativa estabilidade voltou à Província. Em 26 de outubro foi eleita nova Junta provisória⁶⁵¹, após terem sido recebidas ordens de Lisboa para a eleição de novo Governo e convocando Luiz do Rego de volta a Portugal.

O episódio da guerra civil pernambucana terminou com a partida de Luiz do Rego para Lisboa, em 26 de outubro, e a instalação de uma nova Junta⁶⁵². Gervásio Pires assumiu o poder, permanecendo nele até 16 de setembro de 1822. Mareschal registra, em 16 de novembro de 1821, que mais de 500 europeus haviam deixado Recife⁶⁵³, junto com a saída do Batalhão do Algarve, como se verá abaixo.⁶⁵⁴

Prisioneiro de 1817, representante de grupos autonomistas que tinham Luiz do Rego como adversário do Constitucionalismo, Gervásio Pires não se via naturalmente atraído ao Rio de Janeiro. Desconfiava deste⁶⁵⁵, mesmo após com as repercussões negativas dos Decretos de Lisboa, de setembro de 1821. O comerciante enviava sinais contraditórios à capital do Reino. A Junta de Pernambuco apoiou o “Fico” e declarou sua oposição ao envio de novas tropas portuguesas ao Reino⁶⁵⁶. Gervásio, por meio de emissário, enviou agradecimento a D. Pedro por sua decisão de ficar.

Recusou-se, no entanto, a enviar os representantes ao Conselho de Procuradores, aguardando decisão das Cortes sobre a medida. Ao responder essa recusa, D. Pedro interessadamente se declarava, em Portaria, que “achando-se á testa do Governo das Províncias Austaes do Brazil, e confiando que as Septentrionaes em breve se lhe haõ de unir...”⁶⁵⁷. Também indicava que não havia incompatibilidade entre o Conselho e as Cortes, tendo em vista que o primeiro não seria destinado a “fazer leys”.

⁶⁵¹ Idem, pp. 74-75.

⁶⁵² Varnhagen, 1957, p. 295

⁶⁵³ In: Figueira Mello, 1914, p. 231.

⁶⁵⁴ O diplomata austríaco mantinha, em fins de 1821, opinião ainda favorável a Luiz do Rego, estimando que as Cortes, “após ter começado o incêndio por meio dos decretos revolucionários, priva o partir do português de seu apoio, no momento de ainda maior perigo”. O diplomata austríaco também avalia ser inconcebível como as Cortes conseguiram em tão pouco tempo “desorganizar inteiramente o país e criar uma raiva profunda contra o nome português e um espírito de independência que creio impossível segurar por muito tempo” In: Figueira Mello, 1814, p. 228.

⁶⁵⁵ In: Maria do Socorro Ferraz Barbosa, 2008, p. 118.

⁶⁵⁶ Conforme registra Portaria do Príncipe Regente de 27 de maio de 1822, publicada no Correio Braziliense de setembro de 1822, vol. XXIX, nº 172, p. 1. In: Brasiliana Usp.

⁶⁵⁷ Mencionada na mesma Portaria de D. Pedro de 27 de maio de 1822.

Posteriormente, Gervásio também reagiu negativamente à convocação da Assembleia-Geral Constituinte do Rio de Janeiro, dando mostras de distanciamento de D. Pedro. A ambiguidade esteve presente em todo o primeiro semestre de 1822, período crucial no que resultou ser a Independência do Brasil. Não se pode descartar que uma terceira via, de emancipação, mas fora dos planos do Rio de Janeiro, estivesse também em gestão.

No Rio de Janeiro, a situação pernambucana preocupava o Governo. O polo em torno de D. Pedro tinha consciência da posição estratégica desta Província, por sua influencia sobre demais, por sua riqueza e capacidade de fornecer recursos, e por sua proximidade com a Bahia, onde já se estabelecera o principal ponto da resistência portuguesa. José Bonifácio decidiu, então, enviar Antônio de Meneses de Vasconcelos Drummond à Província, que lá permaneceu entre fevereiro de junho de 1822, a fim de trabalhar pela adesão pernambucana. Paralelamente, Felisberto Caldeira Brant, que se encontrava em Londres, manteve correspondência com Gervásio Pires. Brant aconselhou o Presidente da Junta a aproximar-se do Rio de Janeiro, por, “neste momento de crise o que sobretudo convém é a estreita reunião com o Rio”⁶⁵⁸.

A opção de Pernambuco pelo Rio de Janeiro ainda era incerta, mas cresciam as pressões de diferentes setores em favor de D. Pedro. Durante reunião da Câmara do Recife, no Palácio do Governo, em 1º de junho de 1822, muitos populares e tropas se aglomeraram no entorno, enquanto ocorriam os debates que resultaram em indicação clara de apoio a D. Pedro. Ao recordar a evolução pernambucana na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, em maio de 1823⁶⁵⁹, o Deputado Gama afirmou que

“foi publico que as tropas e Povo d’aquela Provincia, não podendo mais suportar a conducta ambígua do Ex-Governador e Gervasio Pires Ferreira por desobedecer tanto á Lisboa como ao Rio de Janeiro, tomarão a resolução de pegar em armas no 1º de junho, e de o obrigar a declarar-se aderido ao systema Brasilico (...)”.

O parlamentar também comentava que, mesmo assim, Gervásio resistiu à chegada o Decreto do Rio de Janeiro convocando a Assembleia Constituinte, mas a tropa “pegou em armas” para mandar fixar os editais. O Governador de Pernambuco foi acusado de perseguir os partidários do Rio de Janeiro nas semanas que se seguiram, ainda mostrando-se vacilante sobre a adesão. Em 19 de julho de 1822, a Junta lançou

⁶⁵⁸ Em 16 de junho de 1822. In: Nizza da Silva, 2012, p. 11.

⁶⁵⁹ Ata da Assembleia Geral e Constituinte de 16/05/1823.

proclamação ao povo às armas, para defender a Província de qualquer investida militar, sem diferenciar as tropas de Lisboa ou do Rio de Janeiro⁶⁶⁰. O órgão provincial declarava considerar os conflitos na Bahia como um caso de “guerra civil”.

Vieram, então, novas pressões contra a Junta, que terminaram por provocar a demissão do Governador de Armas português. Em 1º de setembro, debate convocado pelo Governo decidiu pelo apoio, ainda limitado⁶⁶¹, às tropas de D. Pedro lideradas por Labatut. Indeciso entre os dois polos que disputavam a primazia do poder no Império português, Gervásio Pires acabou por perder o poder poucos meses depois, em novas agitações políticas. O novo Governo era francamente favorável a D. Pedro. Em 8 de dezembro de 1822, no mesmo dia da batalha do Pirajá, na Bahia, foi finalmente anunciada a adesão pernambucana à Independência.

Pernambuco teve uma vantagem nesse confuso processo de aproximação com o Rio de Janeiro: não mais contava com a presença de tropas portuguesas que pudessem repetir o que se passou na Bahia. Pouco antes da decisão de D. Pedro de “ficar”, em fins de 1821, as autoridades pernambucas haviam obtido a retirada do Batalhão de Algarve, movimento relacionado com as agitações que já ocorriam desde a chegada do vintismo e o conflito que se seguiu. Nos últimos capítulos de suas memórias, Luiz do Rego acusa os revoltosos de Goyana de, desde o princípio, terem trabalhado por sua expulsão e pela do Batalhão⁶⁶².

As tropas baianas que haviam apoiado Luiz do Rego partiram logo após o fim do confronto com Goyana. O Batalhão do Algarve, ou 2º Batalhão, estava previsto de também embarcar e ser posteriormente substituído, como já haviam determinado as Cortes lisboetas. Esse processo de saída contou, porém, com a resistência de muitos portugueses que residiam na Província. À notícia de seu embarque, em 29 novembro de 1821, circulam fortes rumores de que prisioneiros seriam também levados nos navios. Surgiram desentendimentos entre soldados dos Batalhões dos Henriques e do Algarve, com tiros disparados de lado a lado. A cidade se mobilizou para obrigar o embarque, que foi feito no mesmo dia, tendo os soldados recebido três meses de soldo adiantados. Essa condição, financiada pela Província, foi essencial para a partida.

⁶⁶⁰ José Honório Rodrigues, 2002, p. 206.

⁶⁶¹ Idem, p. 207.

⁶⁶² “O objetivo dos levantados era, sem modificação alguma, entrarem no Recife á mão armada, estabelecerem ali hum Governo á sua feição, principiando desde logo as suas medidas por embarcar-me, e ao Batalhão do Algarve”. 1822, p. 64

Nas semanas seguintes, muitos portugueses ligados a Luiz do Rego deixaram Pernambuco em direção à Bahia. Outros ainda se viram animados com a chegada, em 24 de dezembro 1821, do Governador de Armas José Maria de Moura, que tinha consigo algumas tropas⁶⁶³. Surgiram, como aponta José Honório Rodrigues, temores de que os militares chegavam para sufocar os movimentos tendentes ao Rio de Janeiro, com a volta de Luiz do Rego. Novas mobilizações populares aconteceram, novos confrontos e mortes se registraram, após um sargento português abrir fogo contra a população⁶⁶⁴. Após debates, a Junta pernambucana deliberou por não aceitar o desembarque das tropas que ainda se encontravam nos navios portugueses. Foram pagos novos soldos, para que as tropas partissem.

Como visto na seção anterior, Pernambuco também resistiu, em fevereiro de 1822, ao desembarque de tropas que vinham ao Brasil substituir a Divisão Auxiliadora, parte das quais deveriam ser desembarcadas na Província. Essa medida evitou que a situação da Província seguisse o mesmo curso da Bahia, caso no qual teria sido muito difícil a D. Pedro unificar o Nordeste às “Províncias Colligadas”. As mobilizações militares na Província, ao mesmo tempo, ofereceram ao Príncipe-Regente a oportunidade de utilizar-se dessa tropa já preparada para a guerra que se desenrolaria em território baiano.

A situação instável da Província, a ausência de tropas portuguesas, a atitude das Cortes portuguesas – que provocaram uma reaproximação dos deputados pernambucanos com o projeto do Rio de Janeiro – e as negociações levadas a cabo por José Bonifácio lograram, por fim, a obter o mencionado apoio da Província em favor de D. Pedro.

O movimento pernambucano em direção ao Príncipe não foi, portanto, semelhante àquele ocorrido em Minas Gerais ou em São Paulo. Requereu tempo mais para se concretizar na plena adesão da Província ao Rio de Janeiro. Entre Lisboa e o Rio de Janeiro, como apontam Octávio Tarquínio de Souza⁶⁶⁵ e de Maria do Socorro Ferraz Barbosa⁶⁶⁶, Pernambuco continuou a tentar ganhar tempo, manteve-se ambíguo, “jogando com pau de dois bicos”, conforme a expressão utilizada por José Bonifácio na época⁶⁶⁷. Isso sem contar nas ideias sobre a terceira via, que significava o

⁶⁶³ Rodrigues, 2002, p. 195.

⁶⁶⁴ Idem, p. 196.

⁶⁶⁵ 1988, p. 149.

⁶⁶⁶ 2008, p. 122.

⁶⁶⁷ In: Octávio Tarquínio de Sousa, 1988, p. 149.

distanciamento das duas capitais, em prol da autonomia ou emancipação local. O movimento de aproximação não foi, assim, impulsionado por um sentimento natural de vinculação com o Príncipe:

Entre os dois centros de poder, a Junta presidida por Gervásio Pires prestigiou, em todos os seus atos, as cortes, o rei, enfim, Lisboa; entretanto, sentia-se desamparada na sua política contrária à Independência defendida pelo Rio de Janeiro. Da província saíam tributos que alimentavam os cofres para pagamento da polícia e da iluminação do Rio de Janeiro. Os grandes proprietários não eram atingidos por essa política de arrocho fiscal. Talvez seja compreensível a retirada do apoio da elite secundária, constituída pelos pequenos e médios proprietários, ao governo Gervásio Pires. Sem o suporte de Lisboa, este grupo passou a apoiar o Rio de Janeiro. Contanto apenas com os comerciantes, Gervásio Pires se tornou alvo fácil da política do Rio de Janeiro e de eventuais motins dos militares.

O apoio a D. Pedro contra as Cortes não significou, por fim, plena adesão pernambucana ao projeto político do Regente, depois Imperador. Os conflitos entre centralistas e autonomistas continuam, mesmo que a aproximação marcasse certa conformação com o projeto do Rio de Janeiro⁶⁶⁸. A instabilidade política permaneceu viva ao longo de 1822-1824, como mostra, por exemplo, ofício da Junta Provisória de Pernambuco, de 6 de março de 1823, sobre conflito com o Governador das Armas, Pedro da Silva Pedrozo⁶⁶⁹.

Em 21 de fevereiro de 1823, em meio à guerra na Bahia, a disputa entre a Junta e Pedrozo descambou em conflito armado entre tropas, e retirada da primeira do Recife. Pedrozo mobilizou, segundo a Junta, entre 300 e 400 homens, mas terminou por se render e ser preso, assim como auxiliares diretos. Sua tropa, no entanto, continuou a “fazer fogo vivíssimo” por mais um dia, resultando em mais de 5 mortos e “alguns” feridos. Muitas das medidas da Junta para a disciplina da tropa, informava, tinha como objetivo evitar “a preponderância do Partido Europeu”, sobre o qual a Junta alertava para o retorno do “inimigo” (vide Capítulo IX sobre a influência portuguesa).

O Rio de Janeiro teve, inclusive, dificuldades em exercer seu poder na Província, até porque durante meses os esforços de D. Pedro e da própria Província estavam

⁶⁶⁸ Santos da Silva, 2006, p. 349.

⁶⁶⁹ “Ofício da Junta Provisória de Pernambuco comunicando a José Bonifácio de Andrada e Silva os acontecimentos do dia 21 de fevereiro de 1823, em que houve revolta na tropa chefiada por Pedro da Silva Pedrozo”. Em 6 de março de 1823 In: Biblioteca Nacional. Acervo digital - http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_13_14/cmc_ms618_13_14.pdf (acesso em 31/07/2015)

concentrados na guerra em curso na Bahia. Tanto Mareschal⁶⁷⁰, quanto Condry Raguél, Cônsul dos EUA no Rio de Janeiro⁶⁷¹, reportaram a fragilidade política da situação pernambucana, assim como o diário pró-Lisboa *O Conciliador do Maranhão* que em 15 de março de 1823 registrava: “alli (em Pernambuco) a desordem já não he entre Constitucionaes, e Independentes: nem entre Europeos e Brasileiros; mas sim entre a populaça de côr, e os brancos de qualquer naturalidade (...)”

O período pós-Independência, adicionalmente, foi marcado por um distanciamento crescente entre a promessa de autonomia provincial apresentada por D. Pedro na convocação da Assembleia Constituinte (principal elemento de aproximação de Pernambuco com o Rio de Janeiro) e a centralização prática que ocorreu ao longo do período de unificação do Brasil. As contradições no apoio político pernambucano ao Imperador ficaram patentes nos debates da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro. Transformaram-se em conflito aberto, em 1824, com a Confederação do Equador, movimento que, em conjunto com as revoltas do mesmo período no Maranhão e no Pará, ameaçou a unidade brasileira que há poucos meses havia sido conquistada pelo novo Imperador. Esse tema voltará a ser tratado no último Capítulo.

Apesar de todos os problemas, Pernambuco forneceu apoio logístico e militar determinante para a vitória das forças brasileiras no Nordeste e participou ativamente da guerra na Bahia, desde pelo menos a chegada de Labatut à Província, em 29 de agosto de 1822. Teria sido, é bem verdade, difícil aos pernambucanos recusarem esse apoio, uma vez mostrada sua posição pró-Rio de Janeiro. Com tendências independentistas, ainda que não ligadas ao que se passava no Centro-Sul, a Província acabou vinculando

⁶⁷⁰ Marechal escreve, em 14/05/1823, sobre Pernambuco: *Cette Province est toujours dans un état de désordre; une faction succède à l'autre et elles s'accusent réciproquement, les Gama ont été remplacés par les Albuquerque que dans ce moment occupent exclusivement toutes les places de quelque importance; toutes ces factions reconnoissent l'Empereur, mais aucune n'obéit; cette ordre de choses durera tant que l'expulsion des Portugais de Bahia ne permettra point de s'occuper plus sérieusement de ce point important, et tant que la forme des Gouvernemens Provinciaux ne sera point changée; heureusement l'intérieur de la Province est tranquile et ne prend point de part aux désordres de la Capitale.* In: Mareschal, *RIHGB*, 1976, p. 205.

⁶⁷¹ *From Pernambuco we learn that the place is in a very unsettled state, and that the authorities have refused to receive the new Governor sent by the Emperour, and to execute the decree confiscating Portuguese property. I am also informed by an American who was lately at the headquarters of General Labattut near Bahia. that wTien some reinforcements were sent to that officer from Pernambuco, he was given to understand, that they were to be considered as sent for the purpose of assisting to extirpate the Portuguese from Brasil, and amounting to no pledge to stand by the existing system. It is also thought that the besieging army, after they shall have succeeded in taking Bahia, will be found to advance sentiments towards the Emperour very different from those, which have been professed, whilst they stood in need of his money, arms and troops, and in fact unless the doctrines and principles of "The Holy Alliance," which have been to a certain extent adopted here, be abandoned, it will require no prophet to foretell the results.* Ofício de 8 de março de 1823. In: Manning, 1925, p. 754.

seu destino ao do Rio de Janeiro ao entrar em confronto contra as Cortes portuguesas, as quais passaram a qualificar os pernambucanos de “facciosos”⁶⁷². Por sua posição estratégica no Reino, uma vitória portuguesa na Bahia e, na sequência, em Pernambuco, teria praticamente garantido todo o Norte-Nordeste ao polo de Lisboa. Pernambuco tendia a se tornar, assim, o alvo principal das forças portuguesas, caso fossem resolvidos os problemas na Bahia, como sugeriu Caldeira Brant a Gervásio Pires, na já citada carta de 11 de junho de 1822⁶⁷³.

Essa ameaça também foi relatada pelo próprio Labatut, que em 9 de janeiro de 1823 enviou ofício à Província, no qual menciona arranjos da esquadra portuguesa para o bloqueio de Recife (o tema será retomado no Capítulo VI). O Comandante das forças brasileiras recomendava que as autoridades pernambucanas se acautelassem e tomassem as medidas convenientes⁶⁷⁴. Em outro documento, Labatut relatava notícias de Lisboa, sobre o envio de reforços ao Brasil, que tenderiam ir para a Bahia, mas que poderiam eventualmente atacar a Paraíba, Alagoas e Pernambuco. Mais uma vez o General recomendava vigilância.

O Rio de Janeiro, com seus aliados mineiros, paulistas, gaúchos e pernambucanos enfrentou a oposição vintista. Do lado contrário às “Províncias Colligadas” estavam principalmente Pará, Maranhão, Piauí, a Bahia e, na Cisplatina, a

⁶⁷² Pernambuco foi rotineiramente apontada pelos Deputados em Lisboa como exemplo maior da ameaça “facciosa” vista no Brasil. Parecer da “Comissão das Infracções de Constituição” das Cortes Ordinárias de Liboa, em janeiro de 1823, afirmou que “de quantas Provincias do Brazil, fora do alcance do Rio de Janeiro, derão exemplos de rebelião, nenhuma o há dado tão escandaloso e temporão como Pernambuco. Fecharão as Cortes Constituintes os olhos ao despejo violento, a que os Pernambucanos obrigarão as tropas de Portugal mas não podem hoje as Cortes metter no escuro do silencio tudo quanto se há passado nessa infeliz Provincia desde os dias 1 e 2 de Junho, quando se celebrou um auto de Vereação, e outro de Juramento (que forão presentes á Comissão) nos quaes se proclamou a Regencia e Protectorato do Principe real”. In: Diário do Governo, nº 10, 11 de Janeiro de 1823. In: Diário do Governo de Lisboa, p. 59.

⁶⁷³ “De certo o primeiro ataque (dos soldados portugueses que seriam mandados por Lisboa para a Bahia) será sobre Pernambuco e a cabeça que mais se deseja cortar é a de V. Exa.”. In: Nizza da Silva, 2004, p. 11.

⁶⁷⁴ “Madeira tendo notícia, que está a vir de Inglaterra huma Galera com armamento para Pernambuco, assim como mais trez embarcassoens com o mesmo gênero, e outros de igual necessidade para a defesa dessa Provincia, sabendo mais aquelle déspota, que Pernambuco armava trez embarcassoens para bater as dele, que fasem o bloqueio dessa Barra, manda a Curveta – Dez de Fevereiro – a Regenerassam – e o Brigue – Audaz – reforçar o bloqueio dessa Cidade: a primeira monta 24 peças, a segunda 22 ditas de 12, e o Brigue 18 de calibre 12 a 9; o que julgo do meu dever fazer sciente a VV.EE para se acautelarem, e tomarem as medidas convenientes. (...) Depois que recebi huma carta do Capitam, meu Ajudante de Ordens, Ignacio Gabriel Monteiro, meu Enviado à presença de VV.EE., naum tenho mais noticias dessa Provincia; apenas algumas a vulso, colhidas de bastantes Europeos, que tem sido pretextados pela Brigada de Itapoã, e Coronel Barão da Torre, que também em toda vigilância. Esses Europeos tem vindo fugindo em varias jangadas, e por varias veses, das Alagóas, Maçayó, e Porto de Pedras, e todos procurando a Cidade da Bahia para se unirem com os seus, sequazes do Madeira. Em 09/01/1823. In: Diario da Junta do Governo. Pernambuco, nº 1, 8 de fevereiro de 1823. In: Biblioteca Brasileira e Guita José Midlin, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06003410> (acesso em 19/05/2014).

cidade de Montevidéu. Nos dois primeiros casos, como já visto anteriormente, o partido das Cortes era muito mais forte, sendo o posicionamento dos habitantes “diretamente ligado à noção de fidelidade ao Império português”⁶⁷⁵, tendo mantido essa posição até os ultimatos e as mobilizações militares, no segundo semestre de 1823. O já citado parecer da “Comissão de Infracções de Constituição” do parlamento lisboeta registrou, em janeiro de 1823, seu “louvor” às Províncias do Maranhão e Piauí, por resistirem ao Rio de Janeiro. No caso do Maranhão, mencionava a Comissão terem sido rejeitadas as iniciativas de emissário de D. Pedro, “que lá foi convidar os Povos para a guerra civil”⁶⁷⁶.

Piauí-Maranhão e Bahia foram os principais palcos da disputa política e militar no Norte-Nordeste. Antes de a guerra se iniciar, as Províncias já viviam intensamente as atribuições políticas do período. A Bahia, desde o início do vintismo, era ponto determinante dos rumos do Brasil, junto com o Rio de Janeiro, como se viu no Capítulo II. O Piauí, como também já apresentado, era centro estratégico de passagem no Norte-Nordeste, além de importante abastecedor de carnes. As duas Províncias se viram fortemente divididas, não havendo apenas opção unânime pelo Brasil.

Nas demais Províncias do Reino do Brasil, situações conflituosas apareceram, dando conta da agitação política que se encontrava o território português. Não existiu apenas uma tendência nesses territórios, ao contrário do que a historiografia tradicional aponta e qualifica como exemplo de uma brasilidade pré-existente.

No Ceará⁶⁷⁷, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, a adesão a D. Pedro ocorreu paralelamente ao caso pernambucano. Essas Províncias também se mostraram

⁶⁷⁵ Sena, 2011, p. 5. Um exemplo de expressão de apoio às Cortes pode ser encontrado, também, na “Memória sobre o Decadente Estado da Lavoura e Comércio da Província do Maranhão e outros ramos públicos, que obstão à prosperidade e aumento de que é susceptível”, escrita por Manoel António Xavier ao Marechal Luis Paulino, em 27/11/1822, a qual apresenta iniciativas que as Cortes deveriam tomar para o desenvolvimento econômico da Província. In: XAVIER, Manoel António, “Memória sobre o Decadente Estado da Lavoura e Comércio da Província do Maranhão e outros ramos públicos, que obstão à prosperidade e aumento de que é susceptível”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 231, abril-junho de 1956. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013). P. 305.

⁶⁷⁶ In: Diário do Governo, nº 10, 11 de Janeiro de 1823. In: Diário do Governo de Lisboa, p. 59.

⁶⁷⁷ Sobre a evolução da política cearense ao longo do ano de 1821, artigo de Braz da Costa Rubim, apesar do tom nacionalista brasileiro típico da metade do século XIX, é útil registro sobre os acontecimentos da Revolução do Porto e da relação com D. Pedro. Rubim registra levantamento militar em 14/04/1821, para pressionar o Governador a jurar a Constituição, o que ocorre em 18/04/1821. Segue-se o mesmo padrão de instabilidades políticas, com distanciamento da Província com o Rio de Janeiro. Esse processo é revertido ao longo de 1822. In: RUBIM, Braz da Costa. “Memoria sobre a Revolução do Ceará em 1821”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXIX, Parte Segunda, 1866. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013).

indecisas e convulsionadas⁶⁷⁸, como se passava em todos os cantos do Reino. Em Alagoas, ainda em fevereiro de 1822, havia sido reiterada, pela Junta Provisória, a adesão a Lisboa, com informação de que a Província estava no maior

“socego, e na mais perfeita harmonia, sem que até agora, depois que se soavão n’ella os Echos da nossa Incomparavel, e Gloriosa Regeneração se tinham manifestado aquelles sintomas maléficis, e assustadores, que de ordinário costumam assaltar o Corpo social nas tranzições de um para outro sistema”⁶⁷⁹.

Em maio-junho de 1822, a Junta alagoana ainda se recusava a cumprir as ordens de D. Pedro⁶⁸⁰ e sustentava que a Província estava tranquila e em apoio às Cortes⁶⁸¹. A situação seria revertida ainda em junho de 1822, com a mudança da posição alagoana em prol de D. Pedro, ainda que mantendo a fidelidade a D. João VI⁶⁸².

Também na Paraíba houve tumultos e desordens. Ao contrário do Rio de Janeiro, a Província cumpriu o Decreto de 29 de setembro das Cortes e procedeu à eleição de nova Junta de Governo, em fevereiro de 1822. Na informação sobre o pleito⁶⁸³, a Junta paraibana reafirmava sua fidelidade a D. João VI e às Cortes. Relatava,

⁶⁷⁸ Ofício da Legação espanhola de 12/07/1821, de José Maria de Pando a D. Eusebio de Bardaxi y Azara, registra-se que no Rio de Janeiro “reina la mayor confusion y que el Principe Real está completamente desacreditado”, ao passo que no Ceará “no se havia procedido a celebrar las elecciones por temor de movimiento de las facciones (...) Gran numero de personas huyen de aquel suelo, temerosas de las convulsiones que se aguardan”. In: “Nos Archivos de Hispanha, relação dos manuscritos que interessam ao Brasil”. Organizada por Pedro Souto Maior. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo nº 81 (1917), 1918. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013). P. 224.

⁶⁷⁹ OFÍCIO da Junta Provisional do Governo da província de Alagoas ao presidente do Congresso Nacional sobre o cumprimento do decreto relativo à eleição do novo governo da província, o sossego e tranquilidade pública, e a aderência ao sistema constitucional. Em 7 de fevereiro de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_004, Cx. 7, D. 504.

⁶⁸⁰ OFÍCIO da Junta Provisional do Governo da província de Alagoas ao presidente do Congresso Nacional a enviar cópia de decretos do príncipe regente do Brasil, D. Pedro, relativos ao alistamento de voluntários nas tropas de linha e ao Conselho de Estado no Rio de Janeiro composto pelos procuradores gerais das províncias, que a mesma Junta não deu cumprimento por estarem em contravenção com o poder legislativo das Cortes Constituintes. Obs.: ofício nº 1. Anexo: decretos e ofício (cópias) 6 de maio de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_004, Cx. 7, D. 509.

⁶⁸¹ OFÍCIO da Junta Provisional do Governo da província de Alagoas ao presidente do Congresso Nacional sobre o sossego e tranquilidade pública da província e a aderência ao sistema constitucional. Em 22 de junho de 1822 In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_004, Cx. 7, D. 516.

⁶⁸² OFÍCIO da Junta do Governo Civil e Militar da província de Alagoas ao secretário de estado do Reino [Filipe Ferreira de Araújo e Castro] a enviar cópia das actas sobre a aclamação solene do príncipe D. Pedro de Alcântara por Regente e Perpétuo Protector e Defensor do Brasil de modo a evitar-se uma guerra civil e demissões de empregados públicos europeus civis e militares que se transportam para Lisboa. Em 11 de julho de 1822 In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_004, Cx. 7, D. 519

⁶⁸³ Conforme relata a própria Junta em “CARTA da Junta Provisória do Governo da Paraíba, ao rei [D. João VI], sobre a eleição e composição dos membros da dita Junta; e sobre ter pedido ajuda a Pernambuco para dar cabo ao tumulto que se desencadeou no Batalhão de Infantaria de Linha contra o

porém, tumulto na tropa de linha da Província, motivada por disputa entre comandantes militares, que tinha descambado em princípio de revolta. Na opinião da Junta paraibana, a revolta fora causada pelos “inimigos da Ordem, das Cortes e de El’Rey”, motivados pela ordem de 8 de dezembro de 1821 (eleição da Junta) os quais, ainda que em número pequeno, haviam ganhado adesão de parte da tropa. A Junta tentou recorrer a Pernambuco, o que não foi possível, pois, segundo o relato, Pernambuco se encontrava na “maior convulsão, e desordem”, e já em “guerra civil”.

A revolta terminou por se amainar, mas a agitação continuou, com movimentações em outras localidades e muitas disputas políticas. Em março, a Junta registrava um “amplo movimento a favor da Independência”⁶⁸⁴, dizendo, ao mesmo tempo, que a maior parte do povo permanecia fiel a Lisboa. Essa tendência independentista, no entanto, não se relacionava com o Rio de Janeiro (recordando-se, ainda, que em março, no próprio Rio de Janeiro, ainda não estava formada por completo a causa da Independência), que praticamente não é mencionado no documento da Junta paraibana. A causa independentista, ali, era influenciada e seguia o caso pernambucano, como reconhecia a própria Junta, que registrava também a mobilização de indígenas. Houve ações do Comandante das Armas para tentar impedir os tumultos, sem sucesso.

Em abril de 1822 a situação paraibana se agravou, influenciada pela crescente separação entre partidários de Lisboa e do Rio de Janeiro em Pernambuco. Entrava em cena, também, a causa do Rio de Janeiro, com decretos do Príncipe Regente sendo recebidos na Província⁶⁸⁵. A Junta registrava que muitos europeus se portavam como “superiores” sobre os “brasileiros”, o que agravava a agitação política. O tom da comunicação, apesar da reiteração de fidelidade já era outro, e mostrava tendência de distanciamento de parte dos paraibanos de Lisboa.

O caminho não seria, no entanto, rápido. Aos poucos, seguindo as influências de Pernambuco e em meio ao conflito que já engolfava toda a região, a Paraíba moveu-se

seu comandante e ajudante”. Em 6 de fevereiro de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3459.

⁶⁸⁴ CARTA da Junta Provisória do Governo da Paraíba, ao rei [D. João VI] sobre o amplo movimento político existente na Paraíba e Pernambuco, contrário ao governo Constitucional e a favor da independência. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3470.

⁶⁸⁵ CARTA da Junta Provisória do Governo da Paraíba, ao rei [D. João VI], remetendo dois decretos do príncipe regente e informando do desgosto que assola a Paraíba, por temer o retorno ao antigo sistema colonial; e das rivalidades crescentes entre brasileiros e europeus, principalmente em Pernambuco. Em 2 de abril de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3473.

em direção ao Rio de Janeiro. A Província terminaria por contribuir nas operações militares no Norte-Nordeste, inclusive com tropas.

O caso cearense, de sua parte, será pormenorizado no Capítulo VII, pela influência que teve sobre a situação no Piauí. Vizinhas das Províncias mais ativas (Maranhão, Pernambuco, Bahia), as regiões do Norte-Nordeste foram muito influenciadas por essas Províncias⁶⁸⁶. O apoio a D. Pedro tardou em muitos desses casos, sendo a Independência brasileira reconhecida pelo Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte apenas no início de 1823.

Em Sergipe, Rio Branco anota na obra de Varnhagen⁶⁸⁷ que o Brigadeiro Pedro Vieira tentou juntar forças “para disputar o passo em Vila Nova, ao sul do São Francisco”, em favor dos portugueses. Foi impedido por forças comandadas por Labatut, que se encontrava no trânsito em Pernambuco, para atacar a Bahia. Numa operação militar, portanto, garantiu-se a adesão de Sergipe ao Rio de Janeiro. Mesmo com a adesão, entretanto, sua situação manteve-se precária ao longo de todo o período da Guerra, estando a Província, assim como suas vizinhas, entre os dois grandes teatros de operação do Piauí e da Bahia.

Ao final, todas essas Províncias participaram ativamente do esforço de guerra, com soldados, suprimentos e, no já mencionado caso do Ceará, com parte de seu território envolvido nos combates concentrados no Piauí, os quais também incluíram as incursões no Maranhão. Toda a região estava inserida, assim, nas operações militares.

Em outras regiões a situação foi parecida. Em Goiás existia uma divergência entre a Comarca do Sul e a Comarca do Norte⁶⁸⁸. O sul goiano era parte da zona de influência do Rio de Janeiro, ao passo que o norte aproximava-se, por suas relações sociais e econômicas, do Pará e da Bahia. Ao longo de 1821-1822, as notícias dos acontecimentos em outras regiões repercutiam na Província e motivaram tentativas de golpe contra o Governador de Armas. Houve, inclusive, movimento separatista da

⁶⁸⁶ A “Comissão de Infracções da Constituição”, do Parlamento português registra, em janeiro de 1823, a opção dessas Províncias pelo Rio de Janeiro. Sobre o Ceará, recorda ofício de 12/07/1822, na qual a Junta cearense informa a deposição do Governador das Armas, Francisco Ferreira de Sousa, e posterior aproximação com o Rio de Janeiro. Sobre a Paraíba (então “Parahiba do Norte”), sublinha que, “tendo em Pernambuco ruim vizinho, tem-lhe seguido as pizadas (...) de há muito não se corresponde o Governo dessa Província com o de Lisboa (...) com data de 22 de Julho escreveo a Junta dessa Província um officio ao nosso Governo, só para dar-lhe parte que havia mandado aos povos eleger hum Procurador para o Conselho de Estado do Rio”. Relativamente a Alagoas, menciona a Comissão ofício de 15/07/1822, que “arvorou abertamente o estendarte da rebelião, unindo-se ao Rio” e destituindo todos os funcionários europeus civis e militares, que foram expulsos da Província. In: Diário do Governo, nº 10, 11 de Janeiro de 1823. In: Diário do Governo de Lisboa, pp. 59 e 60.

⁶⁸⁷ 2002, p. 273.

⁶⁸⁸ Martha Vieira, 2012, p. 225

Comarca do Norte, em setembro de 1821, pelo qual se procurava estabelecer um Governo autônomo.

O Decreto das Cortes de setembro de 1821, que estabeleceu as Juntas Provisórias e o cargo de Governador das Armas, ampliou a instabilidade política⁶⁸⁹. Criou, em Goiás, uma fricção entre os setores civil e militar, em momento de crise de autoridade. A Província pendeu, por fim, por D. Pedro, mas a situação permaneceu instável ao longo de 1822. Em 1823, foi necessário o envio de um novo Governador de Armas, o General Cunha Mattos, “para proteger as fronteiras e inibir o avanço de ideias e de tropas militares que pudessem ameaçar a autoridade do Príncipe Regente e o projeto de unidade do território brasileiro”⁶⁹⁰.

O Mato Grosso passou por conflito semelhante ao de Goiás, entre as duas tendências derivadas das influências do norte e do sul, respectivamente entre Vila Bela e Cuiabá. A primeira continuava a favor de Lisboa, ao passo que Cuiabá favoreceu D. Pedro, apesar de oposições dentro mesmo da cidade⁶⁹¹. As Cortes de Lisboa registram, ainda em 6 de agosto de 1822, a renovação do juramento, em favor de Lisboa, do Governador das Armas de Mato Grosso, Antonio José Claudino de Oliveira Pimentel⁶⁹². A adesão da Província ao Império foi recebida no Rio de Janeiro apenas em janeiro de 1823, mas a divisão se manteve até agosto do mesmo ano, quando a incorporação de Vila Bela ao Império permitiu um Governo de união.

Também no Espírito Santo observaram-se movimentações políticas, com forte tendência a D. Pedro. O Diário do Governo de Lisboa, registrou em 19 de janeiro de 1823, informação da nomeação do Coronel Joaquim de Sousa Pizarro como Governador de Armas daquela Província. Pizarro viajaria ao Espírito Santo para tomar posse, mas, ainda na Bahia, recebeu a informação de que a Província aderira ao Rio de Janeiro. O militar resolveu, então, permanecer na Bahia e aguardar instruções de Lisboa⁶⁹³. No Diário do Governo de Lisboa, de 6 de fevereiro 1823, por fim, foi informado que Santa Catarina havia nomeado o Joaquim Xavier Curado como seu procurador no Rio de Janeiro, passando, assim, a ser incluída no rol das Províncias “dissidentes” do Governo de Lisboa⁶⁹⁴.

⁶⁸⁹ Vieira, *idem*, p. 226

⁶⁹⁰ *Idem.*, p. 226.

⁶⁹¹ In: Rodrigues, 2012, p. 181.

⁶⁹² Ata das Cortes Gerais de 06/08/1822.

⁶⁹³ Diário do Governo, n° 25, 19/01/1823. P. 176.

⁶⁹⁴ Diário do Governo, n° 34, 06/02/1823. P. 234.

Das Províncias do Reino do Brasil à época da Independência, portanto, apenas quatro (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) apoiaram D. Pedro de maneira imediata, ainda no início de 1822, enquanto duas, Maranhão e Pará, se mantiveram oficialmente do lado das Cortes ao longo de todo o período, apesar das disputas internas. As demais Províncias, enfrentando disputas políticas internas, foram aos poucos favorecendo do Rio de Janeiro, por interesse ou por pressão. Praticamente todas elas se viram posteriormente envolvidas na continuação da guerra, que se concentrou geograficamente em quatro Províncias estratégicas, Bahia, Piauí-Maranhão e Cisplatina.

Cada Província do Reino do Brasil, portanto, sofreu com a radicalização do processo político desde fins de 1820 (em lugares como Pernambuco, o processo era anterior), que aos poucos foi se afunilando na opção pelo Rio de Janeiro ou por Lisboa. Os projetos dos dois polos em disputa englobavam todo o Reino, ainda que a disputa chegasse, em muitos casos, de fora e se aglutinasse a questões locais e regionais.

Não se previa, num primeiro momento, solução que levasse à divisão do Brasil⁶⁹⁵. Como se verá no próximo Capítulo, avançado o conflito, o lado português chegou a cogitar a partição. Essa opção nunca esteve presente nos planos brasileiros, como se viu nos discursos de D. Pedro sobre a manutenção da unidade, da ordem, e de combate à anarquia. Isso motivou as negociações, as proclamações, os ultimatos e o movimento militar, peças essenciais para a compreensão da particularidade brasileira de ter se mantido unida em um só Estado. Esse quadro complexo, não pode ser resolvido apenas com acordos. Precisou da força.

3) DA REBELIÃO À INDEPENDÊNCIA

“Nós não dissimulamos jamais as dificuldades e previmos, há muito tempo, a emancipação do Brasil como uma consequência necessária e inevitável da Revolução Portuguesa. Nada neste evento, portanto, nos surpreendeu e concebemos perfeitamente que o Brasil se tenha visto forçado a proclamar sua

⁶⁹⁵ Por exemplo, no já mencionado Decreto de convocação do Conselho de Procuradores, de 16/02/1822, D. Pedro justifica sua permanência no Brasil “por quanto de outro modo este rico, e vasto Reino do Brazil ficaria sem um centro de união, e de força, exposto aos males da anarquia, e da guerra civil, e desejando Eu para utilidade geral do Reino Unido, e particular do bem do povo do Brazil, ir d’antemão dispondo, e arrigando o systema constitucional, que elle merece, Eu jurei dar-lhe, formando desde já um centro de meios, e de fins, com que melhor se sustente, e defenda a integridade, e liberdade deste fertilíssimo, e grandioso paiz”. In: *Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, Ata da Sessão de 28/05/1821.

independência. Concebemos igualmente que o Príncipe Regente, em seu interesse, como naquele de sua Casa Real, visto o estado de detenção que se encontra sua Majestade fidelíssima em Lisboa, não poderia nem deveria se opor; talvez o único meio que ele tinha a sua disposição para conservar uma parte tão preciosa dos Estados de seu pai o Rei, era de proteger a emancipação, se colocando à frente do Governo”. *Metternich, em ofício de fevereiro de 1823 a Mareschal*⁶⁹⁶.

O processo que levou à Independência do Brasil começou politicamente com os decretos das Cortes de 29 de setembro de 1821, que empurraram Dom Pedro e setores da elite centro-sulina a se unirem, ação simbolizada pelo “Fico”. Seguiram-se atos militares de resistência e expulsão da Divisão Auxiliadora e rechaço da esquadra do Almirante Maximiliano. Na medida em que essas duas dimensões, política e militar, foram se desenvolvendo ao longo de 1822, os atos e a linguagem de D. Pedro se tornaram mais assertivos, mais diretos. Não foi apenas o discurso do Regente que passou a tratar abertamente do conflito com as Cortes e da avaliação de que D. João VI se encontrava incapaz de agir⁶⁹⁷. Negociações políticas, propaganda, medidas de construção e de uso de Forças Armadas se juntam às palavras.

Gradualmente, D. Pedro construiu sua posição como polo de poder e figura central de projeto de união do Reino em torno do Rio de Janeiro. Em teoria, seu discurso atingia todo o Reino; na prática, ainda ficaria por meses circunscrito aos limites das “Províncias Colligadas”. Logo após as ocorrências de janeiro-março de 1822, D. Pedro realizou sua viagem a Minas Gerais, a fim de debelar potencial revolta na Província. Um dos temas que movimentavam a política no reino, nesse contexto, era

⁶⁹⁶ « Nous ne nous en sommes jamais dissimulé les difficultés et nous avons prévu, depuis longtemps, l’émancipation du Brésil comme une conséquence nécessaire et inévitable de la Révolution Portugaise. Rien dans cet évènement n’a donc eu lieu de nous surprendre, et nous concevons parfaitement, que le Brésil ne se soit vu forcé par les circonstances, à proclamer son indépendance. Nous concevons également que Mgr. Le Prince Régent, dans son intérêt, comme dans celui de sa maison, vu l’état de détention dans lequel se trouve Sa Majesté très fidèle, à Lisbonne, ne pouvait ni ne devait s’y opposer ; que peut-être même le seul moyen qu’il avait à sa disposition de conserver une partie aussi précieuse des Etats du Roi son Père, était d’en protéger l’émancipation en se maintenant à la tête du Gouvernement ». Metternich ainda afirma que « nous reconnaissons, enfin, que pour le maintien du principe monarchique contre les progrès de la Démocratie Universelle dans le nouveau monde, il est d’un haut intérêt pour tous les Gouvernements légitimes, que le Brésil, en proclamant son indépendance, soit resté soumis volontairement à l’héritier présomptif de la Couronne ». In : Mareschal, ofício de 28/02/1823. In : *RIHGB*, 1976, p. 215.

⁶⁹⁷ Em instrução a Felisberto Caldeira Brant, de 12/08/1822, Bonifácios lista dentre os motivos das medidas adotadas por D. Pedro “considerar Sua Majestade El-Rei o sr. d. João Vi em estado de coação e cativo, sendo por isso indispensável que S.A.R. tente salvá-lo deste afrontoso estado de péssimo exemplo às dinastias estrangeiras. In: *Cadernos do CHDD*, 2008, p. 20.

convocação do Conselho de Procuradores. Em comunicação à Junta Provisória de Pernambuco, Bonifácio explicava que o Conselho

fora criado não para fazer leis, por que estas eram da competência exclusiva da assembleia dos representantes da nação, ‘mas para julgar as que se fizessem nas Cortes de Lisboa, onde por desgraça sobejas vezes se entende que sem distinção pode servir no Brasil a legislação acomodada ao terreno de Portugal’⁶⁹⁸.

A convocação do Conselho de Procuradores pode ser vista como medida pela qual o Rio de Janeiro colocava-se como intermediário entre Lisboa e o resto do Reino do Brasil. Tentava posicionar-se, naquele momento, como o centro político do Reino, ainda ligado a Lisboa, apesar do crescente clima de confrontação entre D. Pedro e as Cortes. Mesmo no Decreto do “Cumpra-se”, de 4 de maio 1822, é possível notar que o conflito entre Lisboa e Rio de Janeiro não significava a ruptura no diálogo. A medida formalizava a posição do Príncipe de Líder no Reino, mas as Cortes ainda eram o ponto de origem das leis, mantendo-se a interpretação que Bonifácio havia oferecido à Junta pernambucana.

Uma nova medida veio ainda em maio de 1822. Da maçonaria – ponto de encontro e de negociação de boa parte do processo político que se desenrolou no Rio de Janeiro – partiu a ideia, no início de maio de 1822, de proclamar D. Pedro “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”. O título significava, na prática, que o Regente se tornava “Generalíssimo” das tropas que lhe eram fieis, rogando a si o papel de chefe militar do projeto encampado pelo Rio de Janeiro. Assim interpretava o representante diplomático britânico⁶⁹⁹, para quem o título e os posteriores decretos de agosto sobre as tropas portuguesas (a serem tratados mais abaixo) mostravam o desejo de D. Pedro de assumir esse papel militar.

Para Armitage⁷⁰⁰, o estabelecimento desse título relacionou-se à chegada de notícias de além-mar sobre instruções do Governo português a seus Consulados, para impedir a exportação de armamentos e munições para o Brasil. Segundo o autor, a medida que teria sido recebida pelos brasileiros como “uma declaração de guerra”. A

⁶⁹⁸ VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. “Administração Provincial em Minas Gerais”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. A. 160, número 403, abril-junho de 1999. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 16/11/2013). P. 280.

⁶⁹⁹ Ofício de Chamberlain para George Canning. Em 10 de fevereiro de 1823. F.O. 63/258. In: Webster, 1938, p. 216.

⁷⁰⁰ 1837, p. 55.

proibição de fato se inseria nos já avançados conflitos na Bahia (vide Capítulo VI), e após os episódios da Divisão Auxiliadora e da Esquadra do General Maximiliano, de modo que as Cortes avançavam nas medidas cada vez mais duras contra o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que os debates parlamentares, como visto no Capítulo III, também adquiriram tom de conflito cada vez mais intenso. A data escolhida para a nomeação de D. Pedro como Defensor Perpétuo, o 13 de maio de 1822, coincidia com o aniversário de D. João VI, adquirindo, além de apoio ao Regente, a simbologia de apoio à Coroa e contra as Cortes.

José Maria Lisboa opôs-se inicialmente à proposta de conferir o título de “Protetor e Defensor Perpétuo”, temeroso de que pudesse ser interpretado como uma “agressão” pelas Cortes, em momento próximo à apresentação de parecer que preparava a Comissão parlamentar das Cortes responsável pelas relações com o Reino do Brasil. Não se equivocou José Maria Lisboa dos riscos da interpretação que se faria em Portugal. Em Lisboa, essas atitudes brasileiras eram inseridas na visão portuguesa de ver as medidas do Rio de Janeiro como “facciosismo”, dissidência. O título de “Defensor Perpétuo”, ao final, procurava reforçar a unidade do Reino em torno de D. Pedro e enviar mensagem de força contra as Cortes.

Ainda naquele mês de maio de 1822, outras notícias de Lisboa e das Províncias (especialmente da Bahia), conjugadas com a própria implantação do projeto do Rio de Janeiro, agravaram a situação política. No mesmo 4 de maio, chegam ao Rio de Janeiro despachos das Cortes Gerais, dentre os quais se incluía a cópia de parecer da Comissão Especial sobre Brasil, que fora apresentado em 18 de março anterior. O órgão das Cortes refletia no seu texto as críticas às “Províncias Colligadas”, atacava o facciosismo e tentava legitimar a Constituinte portuguesa pela adesão brasileira ao vintismo. Era a lógica do polo de Lisboa, que conforme visto no Capítulo III.

Segundo o Correio do Rio de Janeiro⁷⁰¹, a chegada daquele parecer da Comissão sobre o Brasil motivou uma grande festa no Rio de Janeiro, pois os rumores eram os de que o documento aceitava as demandas brasileiras⁷⁰². O Correio, pelo contrário, tentava demonstrar que parecer era fundamentalmente negativo à causa brasileira, passando a

⁷⁰¹ Em 8 de maio de 1822. In: Soares Lisboa, 1822, p. 99.

⁷⁰² “Em noite do mesmo dia os habitantes desta Corte illuminarão espontaneamente suas cazas; houverão bandas de musica instrumental pelas ruas quase toda a noite; grande profuzão de goguetes ao ar em muitos e diferentes lugares da Cidade; abriu-se o Theatro, e se representou a Comedia intitulada As Minas de Polonia. Perguntamos a alguns varões illustres se sabião, porque nós ignorávamos, a que se dedicavão as publicas demonstraçoens de regozijo, e me responderão huns que não sabião, e outros que era por ter o Soberano Congresso annuido ás pretençoens do Brasil, como constava do Parecer da Commissão especial”. Idem, p. 99.

responder parágrafo a parágrafo as afirmações da Comissão. Destacava, especialmente, a incompatibilidade das leis que se faziam em Portugal à realidade brasileira⁷⁰³. Eram necessárias, defendia o jornal, medidas mais harmônicas com o Reino do Brasil, que as regras fossem também tratadas no Rio de Janeiro.

Nesse contexto já movimentado, foram se intensificando os movimentos para a convocação da Constituinte o Rio de Janeiro, com a campanha na imprensa, nos clubs, na maçonaria. A ideia, como visto no Capítulo III, fora cogitada pelos próprios Conselheiros de D. João VI, quando este ainda estava no Brasil e continuava a circular nos grupos pró-Rio de Janeiro. Com a formação das Províncias Colligadas e a confrontação com as Cortes, a questão voltou a ganhar força.

Em 18 de maio de 1822, o Correio do Rio de Janeiro publicou proposta de convocação de Assembleia Constituinte, que foi também defendida pela Câmara, em manifesto de 23 de maio de 1822. A ideia sugerida inicialmente era a de “examinar se a Constituição, que se fizer nas Cortes Geraes de Lisboa, he no seu todo adaptável ao Brazil”⁷⁰⁴. O texto justificava a convocação da Assembleia como a única possibilidade de manutenção da união das Províncias, e mesmo do Brasil com Portugal. Fazia duras críticas às medidas das Cortes, citando os decretos de setembro de 1821 como evidência das más-intenções portuguesas. Deixava claro, também, que o Rio de Janeiro mantinha pretensões de continuar como centro, ou um dos centros, do Império português. Alvo de especial crítica dos signatários do manifesto era o General Madeira, acusado de usurpar o poder na Bahia e de massacrar os brasileiros⁷⁰⁵. O manifesto pedia, inclusive, o reforço da Marinha e do Exército para enfrentar aquele problema.

Foi convocada, então, em 1º de junho de 1822, a primeira reunião do Conselho de Procuradores, realizada em no dia seguinte⁷⁰⁶, com representantes de Rio de Janeiro e Cisplatina. Estavam ausentes, portanto, os Conselheiros de São Paulo e Minas Gerais. A urgência dos eventos, principalmente a necessidade de convocar Assembleia Constituinte, como explicou o Regente, levou-o a reunir o Conselho antes da chegada

⁷⁰³ “(...) Leitores que reflexionem com madureza nas seguintes palavras = SYSTEMA EUROPEO = Systema europeu!!! Como he isto? O systema europeu he e sempre foi dominar Colonias! E serão essas as pertenções do Soberano Congresso Luzitano?”. Idem, p. 99.

⁷⁰⁴ In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 378.

⁷⁰⁵ Idem, p. 282.

⁷⁰⁶ As atas do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil (1822-1823) foram reunidas em publicação do Senado Federal, em 1973. In: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS1-Conselho_dos_Procuradores_Gerais_das_Provincias_do_Brasil_1822-1823.pdf (acesso em 10/02/2015)

desses Procuradores⁷⁰⁷. D. Pedro realizou discurso no qual explicava sua permanência no Brasil, “porque então conheci que a vontade dos Povos era não só útil mas necessária para sustentar a integridade da Monarquia em geral, e mui principalmente do grande Brasil de quem sou filho”. Foram, na oportunidade, empossados os Conselheiros presentes.

No dia seguinte, em 3 de junho de 1822, o Conselho emitiu parecer de que o sistema europeu não era adaptável ao americano. Gonçalves Ledo foi quem apresentou a proposta de constituinte, retomando a fórmula da independência do Governo brasileiro com relação a Lisboa e de sua união diretamente à soberania do Rei⁷⁰⁸. Na representação enviada ao Regente⁷⁰⁹, o Conselho dos Procuradores afirmava que “o Brasil, Senhor, quer ser feliz (...) para preenche-lo (esse desejo) é-lhe indispensável um Governo”. As Cortes foram acusadas de quererem a “recolonização” (o Congresso de Lisboa “perdeu o Norte”), além de ameaçar com a força “as ricas províncias deste Continente”. Apareceu, assim, o registro da intenção dos grupos ligados a D. Pedro de “estabelecer o seu governo e sua independência”. Não se tratava de uma ruptura total⁷¹⁰. A independência que se discutia era a “independência moderada”, que se fundava no próprio modelo de reino unido: a soberania permaneceria com a Coroa.

D. Pedro acabou por convocar a Assembleia-Geral brasileira no mesmo dia. O Decreto de convocação da “Assembleia luso-brasiliense”, de 3 de junho de 1822⁷¹¹, se bem que voltado à relação com Portugal e à necessidade de “manter uma justa igualdade de direitos” entre os Reinos, fazia referência à Constituinte como ato “necessário e urgente para a mantença da integridade da monarquia portuguesa, e justo decoro do brasil”. A unidade do Reino era mais uma vez declarada como objetivo claro do grupo em torno de D. Pedro. De todo modo, funcionou em atrair grupos inicialmente resistentes Rio de Janeiro, mas que se distanciavam das Cortes em razão das medidas vistas como “recolonizadoras”.

⁷⁰⁷: “Não querendo portanto demorar nem um só instante, nem tampouco faltar em coisa alguma ao que os Povos desejam, e muito mais quando são vontades tão razoáveis, e de tanto interesse não só ao Brasil, como a toda a Monarquia Convenci-me de que hoje mesmo devia instalar este meu Conselho de Estado apesar de não estarem ainda reunidos os Procuradores de três Províncias (...)”. Atas do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil (1822-1823), p. 44.

⁷⁰⁸ In: Lacombe, 1973, p. 129.

⁷⁰⁹ Atas do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil (1822-1823), p. 46.

⁷¹⁰ “O Brasil quer independência, mas firmada sobre a União bem entendida com Portugal, quer enfim apresentar duas grandes famílias regidas pelas suas leis particulares, presas pelos seus interesses, e obedientes ao Mesmo Chefe”.

⁷¹¹ In: *Documentos para a História da Independência*. 1923, p. 378.

A convocação da Assembleia Constituinte, em 3 de junho 1822, foi o ato principal para congregar, nesse primeiro momento, as diferentes visões, que já variavam entre a centralização e a descentralização do poder no Reino do Brasil. Foi exercício de conciliação política de D. Pedro. É difícil dizer se se tratou de efetiva tentativa de congregação dos grupos brasileiros, ou apenas uma mobilização tática, favorável à autonomia provincial, para arregimentar apoio à causa monarquista⁷¹².

Dias depois, em 19 de junho, o Regente emitiu instruções para as eleições dos representantes das Províncias. D. Pedro igualmente evitava falar em ruptura completa, justificando sua posição na imagem de igualdade entre os Reinos: “o Brasil não quer atentar contra os direitos de Portugal, mas desdoura que Portugal atente contra os seus: o Brasil quer ter o mesmo rei, mas não senhores nos deputados do Congresso de Lisboa”⁷¹³. Nas sessões seguintes do Conselho, a convocação da constituinte foi reforçada com argumentos de que D. Pedro não poderia legislar para o Reino e, uma vez que as medidas da Cortes de Lisboa não eram mais aceitáveis, caberia instituir corpo legítimo para legislar.

A partir da convocação da Assembleia Geral Constituinte, ultrapassou-se o ponto de algum tipo de barganha com as Cortes⁷¹⁴. A medida consumou a ruptura das “Províncias Colligadas” com o Parlamento lisboeta, o que, de certa forma, representava uma declaração de Independência. Mas de “Independência Moderada”, como os próprios dirigentes do Rio de Janeiro continuavam a insistir. Não haveria entendimento com as Cortes, salvo pela aceitação de aplicar o projeto de Reino centralizado no Rio de Janeiro.

Tal foi o teor das instruções de José Bonifácio aos que designou como “representantes diplomáticos” brasileiros em Londres, Paris e Viena⁷¹⁵, em agosto de 1822, após a publicação do Decreto de D. Pedro “às nações amigas”. Bonifácio os instruía a expressar que o Rio de Janeiro não mais reconhecia a autoridade das Cortes e

⁷¹² Escrevendo em 17/03/1823, após a abertura da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, Mareschal afirma que os irmãos Andrada já teriam um plano de Constituição pronto e aprovado pelo Príncipe, o que seria necessário para implementar princípios de garantia da estabilidade e ser reconhecido pelas potências. Pouco mais tarde, em 26/04/1823, o mesmo Marechal estima que “pela natureza do país e pela disposição geral da população, a causa Real ganhará progressivamente pelo seguimento (político), e retornaremos pouco a pouco à Monarquia pura”. In: Correspondência Mareschal, RIHGB, 1976, pp. 183 e 198.

⁷¹³ In: Vinhosa, “Administração Provincial em Minas Gerais”, 1999, p. 281.

⁷¹⁴ Na opinião de José Silva Lisboa, o decreto de 03/06/1822 foi “o primeiro passo para a emancipação do Brasil e sua separação de Portugal”. In: VIANNA, Hélio. “A Independência e o Império”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 263, abril-junho de 1964. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/10/2013). P. 175.

⁷¹⁵ In: *Cadernos do CHDD*, 2008, pp. 16 a 28.

procurava, assim, o reconhecimento da “independência política”, insistindo em que não se buscava uma “independência absoluta” do Reino. O Chanceler brasileiro aludia, nos despachos a Londres e a Paris, à importância de se “obter desse governo o reconhecimento da independência política deste Reino do Brasil e da absoluta regência de S.A.R.⁷¹⁶, enquanto Sua Majestade se achar no afrontoso estado de cativo⁷¹⁷ a que o reduziu o partido faccioso das cortes de Lisboa”. É de se perguntar se a reversão desse estado de cativo seria também capaz de reverter a decisão do Rio de Janeiro, o que parecia ser o caso. A questão se colocou diretamente após a Vilafrancada, em 1823, golpe contra as Cortes que reintegrou D. João VI ao poder total. Nesse avanço de 1823, porém, o Brasil já era totalmente independente, mas o conceito usado por Bonifácio voltaria a ser lançado, do lado português, nas negociações sobre o reconhecimento do Império brasileiro, como se verá no último capítulo do presente trabalho.

Havia, de todo modo, sentido jurídico e político nessa postura sobre a “independência política” ou “independência moderada”. Recorde-se, nesse particular, que a elevação a Reino Unido significava, juridicamente, que o Brasil deixava de vincular-se diretamente a Portugal, para se tornar ente unificado, que se colocava em igualdade com a porção europeia do Reino português. A soberania não era portuguesa, mas do Rei, da Coroa, conforme o modelo de monarquia absoluta. A imagem da soberania originária da nação, do povo, estava presente naquele momento, e foi utilizada pelos partidários do Rio de Janeiro para justificar a convocação das Cortes brasileiras, as únicas que seriam capazes de efetivamente representar o Brasil. Mas, em termos jurídicos do Reino Unido, a soberania portuguesa, independentemente de sua origem, estava consumada no Chefe de Estado. Também nas instruções aos representantes diplomáticos brasileiros, Bonifácio também justificava a “independência moderada” como meio de preservação da monarquia.

O Rio de Janeiro rompeu, assim, com as Cortes, com o Governo, mas não com o Estado português. A citada representação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, de 23 de maio de 1822, igualmente justificava a convocação da Constituinte como meio de manutenção da união com Portugal. Daí a “Independência moderada”, voltada à autonomia organizacional e em reação à forma como Lisboa tentava reorganizar o

⁷¹⁶ A referência monárquica, como visto no Capítulo III, era importante argumento do lado brasileiro, como o próprio Palmela reconheceu, em 1823, nas citadas instruções aos representantes diplomáticos portugueses na Europa.

⁷¹⁷ Grifo nosso.

Império português, cujo resultado era, na visão do Rio de Janeiro, “recolonização” do Brasil⁷¹⁸.

A Constituinte brasileira, não era, ademais, uma ideia nova. Em seu manifesto de 5 de agosto de 1822, D. Pedro recordou que o próprio D. João VI, em 18 de fevereiro de 1821, havia convocado uma Constituinte brasileira. D. Pedro tentava mostrar que apenas retomava projeto de seu pai. Esse era o projeto do Rio de Janeiro, como podia ser observado, por exemplo, nas instruções de Bonifácio para a representação paulista nas Cortes, de 1821.

Veio, posteriormente, o momento da ruptura, que não foi necessariamente planejado. O passo da independência moderada para a emancipação completa do Brasil ocorreu entre maio e agosto de 1822, com a agudização do conflito com as Cortes a tal ponto que, mesmo não desejando a separação, esta se tornou inevitável. Um conflito cristalizado, particularmente, nas ações relacionadas à Bahia e à resistência do General Madeira ao Rio de Janeiro.

Os acontecimentos na Bahia, cabe sublinhar, muito influenciaram as atitudes no Rio de Janeiro ao longo de abril-junho de 1822, inclusive o próprio 7 de setembro. Armitage⁷¹⁹ indica que, em junho, D. Pedro havia expedido ordens para que Madeira embarcasse com a tropa para a Lisboa, louvando a atitude daqueles que haviam resistido ao Governador de Armas português (já estava constituída, nesse momento, a Junta de Cachoeira, pró-D. Pedro, como se verá no Capítulo VII). A recusa do General foi tomada pelo Regente como afronta direta e desafio à consolidação de seu poder.

O representante diplomático francês no Rio de Janeiro sugeriu que D. Pedro foi muito influenciado no caso da Bahia pelos grupos do Rio de Janeiro e por José Bonifácio. Em despacho de 1º de junho de 1822, afirmava que “fizeram o Príncipe a adotar o projeto de enviar forças à Bahia para atacar as tropas europeias que estão lá aquarteladas; se faz em segredo alguns preparativos”. É interessante notar a avaliação do diplomata francês que, além de se mostrar temeroso da violência que essa ação poderia provocar, era crítico do que estimava ser uma falta de moderação do lado brasileiro. Afirmava que seria mais recomendável esperar o efeito das medidas conciliadoras que vinham de Lisboa (correios recebidos no Rio de Janeiro, datados de 1º

⁷¹⁸ Em carta a D. João VI, de 14/03/1822, D. Pedro afirma que “os Brasileiros, e eu somos Constitucionaes, mas Constitucionaes, que boscamos honrar o Soberano por obrigação de súbditos, e para nos honrarmos a nós, por tanto a raiva he só a essas facciosas Cortes, e não ao systema de Cortes deliberativas, que esse systema nasce com o homem, que não tem alma de servil, e que aborrece o Dispotismo”. In: *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade*, p. 89.

⁷¹⁹ 1837, p. 56.

de abril), mas esta não seria a maneira de ver do Príncipe nem de Bonifácio, que não ajudaria nem a “conter nem a acalmar” D. Pedro⁷²⁰. A relação do diplomata francês com D. Pedro, como se verá no Capítulo IX, não era muito boa, particularmente do lado brasileiro.

De todo modo, a referência feita pelo representante da França poderia ser interpretada como mais um indício de que, nos meados de 1822, a disputa entre as Cortes e o Rio de Janeiro já estava tão adiantada que era difícil reverter o processo, mesmo com alguns sinais de conciliação. Essa era a opinião, crítica ao Rio de Janeiro, de Antônio Luis Pereyra, representante diplomático espanhol no Rio de Janeiro⁷²¹. Em despacho em data posterior, de 29 de julho de 1822⁷²², o diplomata comenta a saída das tropas de Labatut para a Bahia, estimando que

esse simples fato (o envio da expedição) bastará a convencer que o Brasil não trabalha mais como parte da Monarquia Portuguesa, e que se há algum tipo de união, trata-se puramente de aparência de palavras equívocas e conceitos inteiramente contraditórios.

Os passos do confronto foram se seguindo. Em 1º de junho de 1822, D. Pedro publicou uma “Proclamação”⁷²³ “recomendando vigilância sobre os que estão atraído a causa da liberdade do Brasil”. O documento tratava da ameaça das facções contra o Brasil e reiterava o desejo de independência moderada. A publicação ofereceu momento, principalmente, para que D. Pedro anunciasse e justificasse sua decisão de partir para a ofensiva contra os partidários das Cortes no Brasil. Sem menção explícita aos partidários das Cortes, o Regente “aconselhava” aos que não seguiam seu

⁷²⁰ *On a fait adopter a ce prince le projet d'envoyer quelques forces à Bahia pour attaquer les troupes europeenes qui y sont em garison; on fais en secrét quelques préparatifs. Je suis tr'es affecté: on va très certainement ruiner cette ville florissante em y réprendre beaucoup de sang et je pense que d'après les dernières nouvelles de Lisbonne que nous avons reçu em date du 1er avril, il serait plus concevable de patienter em l'attente de l'effet des mesures conciliantes qu'on été adoptée par la très grande majorité des Cortes à l'égard du Brésil; malheureusement ma manière de voir n'est pas celle de ce jeune Prince et M. de Andrada en plus porte a entraîner S.A.R vers ces mesures qu'a contenir et à le calmer.* In: *Arquivo Diplomático do Quai d'Orsay*.

⁷²¹ Os comentários do diplomata mostram claramente uma resistência às ações do Rio de Janeiro, que se chocavam com as Cortes Portuguesas, naquele momento próximas à Madri, como se verá no próximo capítulo.

⁷²² *Este hecho solo bastará á convencer que el Brasil no obra ya como parte de la Monarquia Portuguesa, y que si hay, aun alguna classe de unión es puramente aparência de palavras equivocadas, y conceptos enteramente contradictorios.* In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 426.

⁷²³ In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 389.

sistema a se retirarem do Brasil, frisando, porém, que não havia distinção entre brasileiros e portugueses⁷²⁴.

D. Pedro mostrava, nesse período, segurança em enfrentar os refratários ao Rio de Janeiro e emitia sinais mais claros de emancipação, ainda que, mais uma vez, o problema fosse com as Cortes e não com o Rei. Em carta a D. João VI⁷²⁵, em 17 de junho de 1822, afirmava que “o Madeira na Bahia tem feito tirannias, mas eu vou já polo fóra ou por bem, ou á força de miseria, fome, e mortes feitas de todo o modo possivel, para salvar a innocente Bahia”. O Regente ainda insistia na independência moderada, buscando o apoio do pai⁷²⁶.

D. Pedro modificou sua opinião em outra carta, de 19 de junho de 1822, tornando-se mais direto ao afirmar que “uma vez que o Brazil todo está persuadido desta verdade eterna (a união é de Portugal com o Brasil e não o contrário), a separação do Brazil he inevitável, a Portugal não buscar todos os meios de se conciliar com ele por todas as fôrmas”. Era praticamente um ultimato às “facciosas, horrorosas e pestíferas” Cortes, um dos últimos ensaios de manter a união, mas que demorou para chegar a Lisboa e, nessa dissonância exercida pela distância, foi recebida⁷²⁷ em um ambiente também tenso, que buscava reagir ao que via como a rebelião no Brasil.

O *Correio do Rio de Janeiro*, dentre outros periódicos, seguia uma reflexão próxima à de D. Pedro em seu artigo de 3 de julho de 1822⁷²⁸. Silva Lisboa defendia que o Brasil devia relacionar-se com Portugal com “estricta justiça” e, sendo “parte integrante da Monarchia Portugeza, não devendo romper a sua união, senão quando visse que aquella parte da Nação, aonde existe o Governo Geral e Commum, não desejaria absolutamente atender ao que a outra parte exige com razão”. Para o *Correio do Rio de Janeiro* a conclusão, em julho de 1822, era a de que nada mais se poderia esperar das Cortes de Lisboa e que os ajustes deveriam ser feitos no próprio Brasil. Apoiava, assim, a Constituinte brasileira. No dia seguinte⁷²⁹, novo artigo atacava Madeira por ter desobedecido às ordens de D. Pedro. Sublinhava que o Príncipe teria reagido a essa informação dizendo que Madeira “não me ha de fazer, mais do que

⁷²⁴ “Quem diz – Brasileiro – diz Portuguez – e prouvera a Deos q. quem dissesse - Portuguez – dissesse Brasileiro”. Idem, p. 389.

⁷²⁵ Registrada na Ata da sessão de 26/08/1822 das Cortes de Lisboa.

⁷²⁶ “Os honrados Brazileiros preferem a morte á escravidão, vós não sois menos; tambem o devia fazer para comnosco entoardes vivas á independencia moderada do Brazil, ao nocco bom e amavel Monarca ElRei o Senhor D. João VI, e á nossa assembléa geral e legislativa do reino do Brazil”.

⁷²⁷ Apenas em fins de agosto de 1822.

⁷²⁸ In: *Correio do Rio de Janeiro*, nº 66, 03/07/1822. 1822, p. 278.

⁷²⁹ In: *Correio do Rio de Janeiro*, nº 67, 04/07/1822. 1822, p. 281.

fizeram os Avilezes e Carretis de quem sofri quanto se sabe”. O articulista também criticava as Cortes por apoiarem a junta da Bahia “em sua rebelião contra o Príncipe”. Isso seria um “desprezo” ao Príncipe, voltando a inferir o caminho da Independência como uma proteção contra as Cortes.

No caso da Cisplatina houve igualmente medidas de D. Pedro. Em 20 de julho de 1822⁷³⁰ foi publicado Decreto mandando a Divisão de Voluntários Reais, estacionada naquela Província sulina, a regressar a Portugal. Duas semanas depois, em 9 de agosto, D. Pedro confirmou o Barão da Laguna no comando das tropas brasileiras na “Província de Montevidéu”. Assim como a Bahia, ainda que em menor escala, a Cisplatina era estratégica, por dominar a entrada do Prata, por ser a primeira linha de defesa contra a Províncias Unidas (Argentina) e pelos temores de que houvesse combinações para a junção das forças de Madeira e de D. Álvaro da Costa (comandante das tropas portuguesas na Cisplatina), os quais de fato existiram. D. Pedro, pelo que se observa, expediu ordens para a saída de todas principais forças portuguesas no Brasil (Rio de Janeiro, Bahia, Cisplatina), o que mostra um desígnio tático de enfrentar primeiro os potenciais centros da resistência militar.

Nesse clima de ruptura com as Cortes, chegou ao Rio de Janeiro, 27 de julho de 1822, navio com correspondências, pelas quais se soube do envio de reforço das Cortes às tropas do General Madeira. A medida fora tomada apesar de requerimento dos Deputados brasileiros pela suspensão de envio de militares ao Brasil, que foi rejeitado⁷³¹.

Com essa notícia e tendo como pano de fundo o confronto na Bahia⁷³², D. Pedro emitiu, em 1º de agosto de 1822, Decreto em que “declara inimigas as Tropas mandadas de Portugal”. Em linguagem ainda cautelosa para não atacar a monarquia portuguesa, D. Pedro voltou-se contra as Cortes e sustentou que elas continuavam “no mesmo errado systema, e a todas as luzes injusto, de recolonizar o Brazil, ainda á força d’armas”. Sublinhava já ter declarado a Independência Política do Brasil, com a convocação da Assembleia Geral e reiterava sua contrariedade com o estado de “prisioneiro” de D. João VI.

⁷³⁰ In: www.camara.gov.br

⁷³¹ In: Varnhagen, 1957, p. 127.

⁷³² Em decreto de 15/06/1822, D. Pedro determinou a saída de Madeira da Bahia, com toda a tropa de Portugal. Dois dias depois, em 17/06/1822, o Príncipe emite Proclamação em que “convida os Povos da Bahia a reconhecerem a sua autoridade”. Nesse documento, D. Pedro afirma que “os honrados Brasileiros preferem a morte á escravidão, vós não sois menos; também o deveis fazer para comnosco entoardes Vivas á Independencia moderada do Brazil”. In: www.camara.gov.br

Ainda assim, a declaração era clara medida de guerra, oficializando o conflito. O Regente estabeleceu que seriam reputadas “inimigas todas e quaisquer Tropas, que de Portugal, ou de outra qualquer parte forem mandadas ao Brazil, sem prévio consentimento Meu, debaixo de qualquer pretexto que seja”. Mais forte ainda, determinava que não sendo respeitada sua ordem, fossem as tropas rechaçadas com as armas em mão, “por todas as Forças Militares da 1ª e 2ª Linha, e até pelo Povo em massa”. Se, ainda assim, não se obtivesse o resultado desejado, estabelecia D. Pedro que todos os habitantes se retirassem para o centro (do Reino), “levando para as mattas e montanhas todos os mantimentos e boiadas, de que ellas possam utilizar-se; e as Tropas do Paiz lhes façam crua guerra de postos e guerrilhas”. Assim se deu, por exemplo, na própria Bahia e no teatro de operações Piauí-Maranhão-Ceará.

O Decreto era acompanhado de parecer de Gonçalves Ledo⁷³³, que, como se sabe, atuava não apenas publicamente na construção do polo do Rio de Janeiro (apesar das diferenças com Bonifácio, que ficariam patentes mais tarde), mas também por meio da maçonaria. Ledo sustentava depender a segurança do Brasil de “sua defesa interna e externa”. Sublinhava a importância da Marinha e defendia a convocação de pardos e “pretos”. Já antecipando o 7 de setembro, Gonçalves Ledo também advogava que a união das Províncias viria da “franqueza e sinceridade do Ministério” e nasceria “sobretudo da Acclamação de V.A.R. Imperador do Brasil”. A ideia de fazer D. Pedro Imperador ganhava grande impulso em setores como aquele representado por Gonçalves Ledo. Segundo Hélio Viana, já em 3 de junho 1822⁷³⁴ esse grupo havia pedido a Independência total do Reino, proposta ainda recusada pelo grupo de Bonifácio e pelo próprio Regente⁷³⁵.

D. Pedro mandou publicar justificativas de sua atitude de declarar guerra às Cortes. A primeira, no próprio 1º de agosto, era interna, o Manifesto em que “Esclarece os Povos do Brazil das causas da guerra travada contra o Governo de Portugal”. Nele, D. Pedro recordava o percurso da Revolução do Porto até aquele momento e acusava as Cortes de já terem dado sinais de guerra, “e um começo real de hostilidades”, após terem ameaçado completamente a estabilidade do Reino. Nesse quadro, alertava o Regente para o perigo da anarquia, das facções e lutas nas Províncias. E afirmava, de

⁷³³ In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 391.

⁷³⁴ 1964, p. 176.

⁷³⁵ D. Pedro ainda resistiu a essas pressões, como se pode ver no próprio decreto da Assembleia Geral e Constituinte, onde expressa o desejo de “manter a integridade da monarquia portuguesa para qual se convocava essa ‘assembleia luso-brasiliense’”. In: Viana, 1964, p. 175.

maneira interessante, que os brasileiros, “já sois um Povo Soberano; já entrastes na grande sociedade das nações independentes”. A expressão é interessante, pois vai além da “independência moderada” até então defendida.

No mesmo 1º de agosto, em Manifesto “aos povos deste Reyno”⁷³⁶, D. Pedro repetiu os argumentos sobre as atitudes das Cortes e o risco de anarquia. Neste manifesto, o Regente deixou claro que o movimento era fundamentalmente das Províncias Colligadas, ao que convidava, após prometer socorro à Bahia, as Províncias vizinhas a auxiliarem militarmente os baianos, em mais uma indicação de que o conflito baiano não era apenas regional:

Valentes Mineiros, intrépidos Pernambucanos defensores da liberdade Brazilica, vôai em socorro dos vossos vizinhos irmãos: não he a causa de uma província, he a causa do Brazil, que se defende na Promogenita de Cabral.

D. Pedro também mostrou postura crítica à Revolução do Porto e às Cortes (envolvidas nos “mares das revoluçoens”), fazendo referência, inclusive, às medidas de Lisboa de tentar frear a importação de armas pelo Reino do Brasil, a qual, como visto, havia impulsionado a declaração de D. Pedro como “Defensor Perpétuo”. Ainda no manifesto, o Regente apontava que sua decisão de ficar, além de contemplar as expectativas das Províncias sulinas, permitia salvar “deste modo a Realeza, neste grande Continente Americano, e os reconhecidos direitos da Augusta Casa de Bragança”. Ligava essa preservação a promessas de avanços na organização do Reino, inclusive com a emissão de regras para a agricultura, educação, dentre outros. Prometia, ainda, a proteção das Províncias. No final, explicitava o projeto do Rio de Janeiro:

“Não se ouça pois entre vós outro grito que não seja – UNIÃO DO AMAZONAS AO PRATA – não retumbe outro écho que não seja – INDEPENDENCIA. – Formem todas as nossas Províncias o feixe mysterioso, que nenhuma força póde quebrar”.

A publicação dos decretos foi discutida em sessão do Conselho dos Procuradores das províncias, que leu os documentos e aprovou sua emissão. Também no Conselho foi aprovada a viagem de D. Pedro para São Paulo, pois deveria “pessoalmente acudir” a Província, “que apresentava sintomas de insurreição”⁷³⁷.

⁷³⁶ Publicado no *Correio Braziliense* de outubro de 1822, vol. XXIX, nº 173, p. 417. In: Brasiliana USP.

⁷³⁷ As atas do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil (1822-1823), pp. 48 e 51.

Segundo o representante diplomático francês⁷³⁸, em ofício de 6 de agosto, os dois decretos de 1º daquele mês “causaram grande sensação” no Rio de Janeiro. O diplomata diz ter se encontrado com D. Pedro naquele período, que lhe teria dito estar “muito satisfeito da forma como vão os negócios do Brasil”. O Regente antecipou-lhe o manifesto às Potências Estrangeiras. Bonifácio, de sua parte, lhe teria dito que a questão na Bahia iria bem.

O terceiro manifesto apareceu em 6 de agosto de 1822, dirigido “às Nações estrangeiras”. Conformava nova justificativa das atitudes do Rio de Janeiro, agora dirigida ao público externo. Procurava legitimar o Brasil dentro do concerto de nações, fazendo com que os outros Estados enviassem representantes diplomáticos, cuja presença era mais um símbolo do reconhecimento da “independência política” brasileira. Na avaliação de Varnhagen, tratava-se de um documento pouco diplomático, excessivo, o que facilitou seu combate pelo lado português⁷³⁹.

À publicação do manifesto seguiu-se, em 12 de agosto de 1822, a já mencionada emissão de uma série de instruções aos representantes diplomáticos brasileiros em Buenos Aires, Paris, Londres e Viena. Em todas elas os diplomatas eram ordenados a defender a causa brasileira contra as “ameaças” das Cortes, que na visão do Rio de Janeiro manteriam D. João VI em estado de cativo. José Bonifácio ainda insistia em impulsionar o reconhecimento apenas da “independência política” do Brasil, o que não significava, escreveu, “separação absoluta de Portugal”, desejando D. Pedro manter “toda a grande família portuguesa reunida politicamente debaixo de um só chefe, que ora é o sr. D. João VI, o qual, porém, se acha privado da sua autoridade e oprimido pela facção dominadora das Cortes”⁷⁴⁰. Essa instrução confirmava, mais uma vez, a ideia de que o Brasil, como Reino, continuaria ligado à soberania representada pelo Rei, mas seu Governo não era ligado a Lisboa, estando o Rio de Janeiro em pé de igualdade com aquela capital.

A causa esposada por Bonifácio pretendia que as potências reconhecessem o Brasil como independente politicamente, enviassem diplomatas e estabelecessem um comércio direto. A Gameiro Pessoa, em Paris, Bonifácio informava que o Brasil estava “resolvido a fechar os seus portos a qualquer potência que não quiser reconhecer nele o

⁷³⁸ Ofício de 06/08/1822. In: Arquivo diplomático do Quai d’Orsay.

⁷³⁹ 1957, p. 129.

⁷⁴⁰ Instrução a Caldeira Brant. In: Cadernos do CHDD, 2008, p. 22.

mesmo direito que têm todos os povos de se constituírem em Estados independentes”⁷⁴¹. O Chanceler brasileiro também pedia gestões para a substituição do Cônsul francês no Rio de Janeiro, Coronel Malet, “por sua péssima conduta e sentimentos contrários ao sistema brasileiro”.

Nas instruções a Buenos Aires, em meio a ordens para acompanhar as ações dos Governos locais e influenciar os partidos em favor do Rio de Janeiro, seguiu proposta de que se promovesse em Buenos Aires “uma confederação ou tratado ofensivo e defensivo com o Brasil”⁷⁴², para que ambos se opusessem aos “manejos” dos europeus. A iniciativa, que não prosperou, possivelmente se destinava a assegurar o flanco sul contra um ataque de Buenos Aires, em meio às operações para a unificação do Brasil, que incluíam instabilidades na Cisplatina. Bonifácio ao menos logrou manter a fronteira sul relativamente estável entre 1822-1824, antes que se reiniciassem os tradicionais confrontos entre brasileiros e seus vizinhos no Prata, já em 1825.

Foi em meio a essa série de Proclamações e Decretos, na efervescência dos debates e do conflito contra as Cortes, que D. Pedro partiu para São Paulo, em 14 de agosto de 1822⁷⁴³. Tinha de lidar, como já exposto, com problema local no seio das Províncias Colligadas, mas que poderia ameaçar a unidade destas. Pouco antes de deixar a capital, o Regente havia recebido notícia de novos Decretos das Cortes, elaborados em fins de maio e início de junho, que reagiam à notícia do rechaço, em março, da expedição de Francisco Maximiliano⁷⁴⁴. Nas Cortes, o Regente foi tratado por Borges Carneiro como “rapazinho”, expressão que atingiu particularmente D. Pedro. Segundo Varnhagen, a reação do Príncipe foi a de quase declarar a Independência antes de partir⁷⁴⁵.

Em 28 de agosto de 1822, chegam novas ordens das Cortes, que, se bem aceitavam a permanência de D. Pedro no Rio de Janeiro, até a publicação da Constituição, determinavam série de medidas de investigação contra São Paulo e Rio de Janeiro, e declaravam nulo o decreto do Príncipe que convocara o Conselho de Procuradores. Também traziam registros das Cortes com acusações diretas contra o

⁷⁴¹ Idem, p. 17.

⁷⁴² Idem, p. 14.

⁷⁴³ O tema foi novamente discutido no Conselho de Procuradores, em 12 de agosto de 1822. In: Atas do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil (1822-1823), p. 51.

⁷⁴⁴ Varnhagen, 1957, p. 132.

⁷⁴⁵ O autor utiliza como base Manifesto de Bonifácio de 14/08/1822, no qual se afirma que “tendo o Brasil, que se considera tão livre como o Reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar solenemente a sua Independência (...)”. 1957, p. 133.

Regente. Como se vê ao longo de todo o processo, as reações de cada lado se davam não entre o que se passava em Lisboa e no Rio de Janeiro no mesmo momento, o mesmo no mesmo mês, mas, sim, atos adotados a partir de notícias defasadas e muitas vezes imprecisas.

Além das medidas diretas contra o Rio de Janeiro, havia novas notícias do reforço da Bahia como ponta de lança da causa portuguesa no Reino. Em despacho coincidentemente de 7 de setembro de 1822 (quando o Rio de Janeiro ainda não conhecia o Grito do Ipiranga), o Coronel Malet⁷⁴⁶ relatou à Chancelaria francesa notícias de Lisboa recebidas na semana anterior, vindas por navio, de novos reforços para a Bahia. A informação que circulava era a de que o projeto era “transportar sucessivamente vários batalhões à Bahia e de expedir todas as forças disponíveis para a Costa do Brasil”. As notícias davam conta de que o Governo português havia conseguido mobilizar soma considerável para a preparação da campanha, no cálculo do diplomata francês chegando a 250 mil francos.

Ainda de acordo com o diplomata francês, essas notícias circulavam nos dias anteriores provocando nova “efervescência” na capital carioca. Determinaram, segundo o conhecimento do agente diplomático, a decisão de enviar correspondências ao Príncipe, para que ele voltasse rapidamente.

Na sessão de 2 de setembro, o Conselho de Procuradores registrou os temores de envio de novas tropas de Portugal e os “insultos dirigidos ao Nosso Augusto Defensor”⁷⁴⁷. Foram tomadas as primeiras medidas de mobilização tropas do Exército e da Marinha, e de embargo de fundos da Companhia de Vinhos do Douro, “a título de represália”. Um dos Conselheiros ficou encarregado de apresentar, em conjunto com os Conselheiros Militares, “projeto de campanha”. Ao fim, no entanto, a decisão foi a de aguardar a decisão de D. Pedro⁷⁴⁸, antes de se iniciar qualquer operação militar.

Foram então despachadas cartas ao Regente de Bonifácio, de Antônio Carlos (esta de Lisboa) e da Imperatriz⁷⁴⁹. D. Pedro foi alcançado pelo Major Cordeiro, em 7 de setembro de 1822, às margens do Rio Ipiranga e, em reação às notícias, declarou a completa Independência brasileira. Era uma medida que atingiria, no máximo, as Províncias Colligadas. O Brasil ainda não era todo independente.

⁷⁴⁶ Despacho de 07-09/1822. In : Arquivos Diplomáticos do Quai d’Orsay.

⁷⁴⁷ In: Atas do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil (1822-1823), p. 52

⁷⁴⁸ *Je sais qu’on debate dans ce même conseil les mesures à prendre pour se mettre sur la défensive, mais qu’on a jugé convenable d’attendre le retour de S.A.R em cette ville a fin de les adopter.*

⁷⁴⁹ In: Vianna, 1964, p. 172

As palavras exatas da reação do Regente continuam a ser motivo de controvérsia, assim como no caso do Fico. Francisco de Castro Canto e Mello, auxiliar de D. Pedro presente na viagem, sustentou que após ler os despachos do Rio de Janeiro, o Regente gritou: “É tempo!... Independencia ou morte!...Estamos separados de Portugal!”⁷⁵⁰.

Segundo Hélio Viana⁷⁵¹, há diferentes versões das palavras de D. Pedro, algumas menos solenes daquela relatada por Canto e Mello. É certo, porém, que o então-Regente declarou “- Estamos separados de Portugal!”. Viana frisa que a expressão já aparecia na Proclamação aos paulistanos de 8 de setembro de 1822, de modo que é certo que surgiu naquele contexto, mesmo não tendo sido proferida no exato momento do “grito do Ipiranga”. Também ao longo daquele 7 de setembro, foi estabelecido o motivo “Independência ou Morte”.

D. Pedro fez então meia volta para São Paulo, onde permaneceu por mais três dias e foi aclamado no teatro da cidade, tendo despachado emissários à capital carioca para informar sua decisão. Regressou ao Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1822, onde também foi celebrada a emancipação brasileira.

Os efeitos do 7 de setembro se limitam, inicialmente, à declaração da Independência⁷⁵². D. Pedro continuou a se referir como Regente do Reino do Brasil até 12 de outubro, quando foi oficialmente aclamado como Imperador do Brasil. Foi nesse momento que formalizou a constituição de uma unidade soberana⁷⁵³. Ao receber as notícias que chegavam do Brasil, o Chanceler britânico George Canning evitou, no primeiro momento, enviar instruções claras a seu representante no Rio de Janeiro, pois se tratava de questão “muito extensa e complicada em sua natureza para ser resolvida e

⁷⁵⁰ In: “Memoria sobre a declaração de independência, escripta pelo major Francisco de Castro Canto e Mello, gentil-homem da imperial câmara, comendador da ordem de Christo, official da do Cruzeiro e cavaleiro da de Aviz, etc. Anexo à biografia do “Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel”, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLI, Parte Segunda, 1878. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 23/10/2013). P. 340.

⁷⁵¹ 1964, p. 171.

⁷⁵² Segundo Hélio Viana, a atitude de D. Pedro em reação às cartas que havia recebido foi a “declaração, apenas verbal, da independência do Brasil, já claramente mencionada no discurso de Joaquim Gonçalves Ledo, procurador-geral pela província do Rio de Janeiro, perante D. Pedro, pronunciado a 3 de junho. 1964, p. 176.

⁷⁵³ Segundo Hélio Vianna, “a aclamação de 12 de outubro marcou efetivamente o começo do Império, com a declaração então feita por D. Pedro I, de aceitar o título que lhe era oferecido, de imperador. Um decreto do dia seguinte determinou que do ‘dia 12 começara a correr no calendário brasileiro a era da Independência e do Império, que se deveria sempre acrescentar nos diplomas publicados em seu imperial nome ou assinados pela mão imperial’. 1964, p. 174

decidida em pouco espaço de tempo”⁷⁵⁴. Canning dizia esperar, no entanto, que a independência não “levasse a uma guerra entre os dois ramos da monarquia portuguesa”, e que em nenhuma circunstância, D. Pedro deveria perceber qualquer ato hostil ou sentimentos não-amigos de parte do Governo britânico⁷⁵⁵. O Reino Unido, assim, tinha simpatia por D. Pedro, mas ainda estudava como se posicionar. Era mais expectador do que impulsionador do movimento.

Em 1º de dezembro de 1822, foi realizada a coroação do novo Imperador. É interessante apontar para a decisão de se declarar D. Pedro Imperador e não Rei do Brasil. Em instrução de 24 daquele mês⁷⁵⁶, o Chanceler que substituíra José Bonifácio, Luís José de Carvalho Melo, explicava ao encarregado de negócios do Brasil na França que a escolha do título de Imperador possuía três razões: “certa delicadeza com Portugal”; “por ser conforme às idéias dos brasileiros”; e “para anexar ao Brasil a categoria que lhe deverá competir, no futuro, na lista das outras potências do continente americano”.

Vasconcellos de Drummond, conselheiro de Bonifácio, atribuiu exclusivamente ao Patriarca a ideia de criar o Império, que “foi adotada pelo príncipe com exclusão de outra qualquer”⁷⁵⁷. Outros Conselheiros de D. Pedro, segundo Drummond, teria resistido ao título, por achar que poderia embaraçar o processo de reconhecimento do Brasil, o que de fato existiu, como se verá no Capítulo IX. Bonifácio teria se decidido sobre o título antes de setembro e teria dito a Drummond que “um título pomposo se acomodava mais com um nobre orgulho dos brasileiros do que outro qualquer”.

O título, ao final, tinha uma dupla vantagem: representava a força do vasto território que D. Pedro governaria, e aglutinava a legitimidade monárquica com a popular. Sua inspiração era Napoleão, que sempre ressaltara o caráter “eletivo” de sua ascensão ao Império. D. Pedro, com isso, procurava significar que seu poder, mantendo a Casa de Bragança no poder, também vinha da escolha da população.

⁷⁵⁴ (...) *too extensive and complicated a nature to be solved and decided upon, in the short space of time which has elapsed since the receipt of those Despatches.* Ofício de 18 de novembro de 1822. F.O. 63/214. In: Webster, 1938, p. 213.

⁷⁵⁵ (...) *may not lead to a protracted war between the two branches of the Portuguese monarchy, and that in any case the Prince Regent has not to apprehend any hostile act or unfriendly feelings on the part of His Majesty's Government.*

⁷⁵⁶ In: *Cadernos do CHDD*, 2008, p. 32.

⁷⁵⁷ 2012, p. 107.



Coroação de D. Pedro I – por Jean Baptiste Debret – Palácio do Itamaraty - Brasília

Três dias após a Coroação de D. Pedro como Imperador do Brasil, o Conselho de Procuradores reuniu-se para tratar da situação com Portugal e decidir se,

(...) à vista da conduta posterior do Congresso, e Ministério de Lisboa convinha, ou não, antecipar hostilidades contra o Reino de Portugal apesar do prazo dos quatro meses assinados na Proclamação ordenada na Sessão de quinze de outubro⁷⁵⁸

A decisão do Conselho de procuradores foi afirmativa, “que a Guerra se fizesse de fato; procedendo-se desde já no sequestro de todas as propriedades, Direitos e Ações que os súditos daquele Reino têm nesse Império”.

Ao representante britânico, Bonifácio havia indicado, em 22 de novembro, que a declaração formal não viria antes de findo o ultimatum dos quatro meses, “mesmo que nos consideremos já em estado de hostilidades com as tropas (portuguesas)⁷⁵⁹. Também comentou com o diplomata britânico que “há algum tempo” havia sido enviado convite

⁷⁵⁸ In: Atas do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil (1822-1823), p. 56.

⁷⁵⁹ (...) we shall not declare war against her until the end of the four months, but we already consider ourselves in a state of hostilities with her troops and with her ships of war, and we will not lay down our arms until she has acknowledged our Independence”. Chamberlain to Earl of Bathurst. Em 22 de novembro de 1822. F.O. 63/247. In: Webster, 1938, p. 215.

ao Almirante Cochrane, para chefiar a Marinha brasileira. Para o Chanceler brasileiro, o Rio de Janeiro passaria, em breve, de ser “bloqueado”, para “bloqueador”.

A guerra estava, portanto, declarada “de fato”, como havia sido prometida, desde 1º de agosto de 1822, na medida de D. Pedro contra as tropas portuguesas. As ações no terreno já confirmavam a situação. A guerra estava em curso e se tornaria, de fato e formalmente, uma realidade, a ponto de o *Correio Braziliense* de outubro de 1822⁷⁶⁰ dedicar uma de suas sessões ao tema da “Guerra de Portugal ao Brazil”, na qual registrava as ações na Bahia e o fato de que Maranhão e Pará se mantinham fortemente a favor de Lisboa, enquanto em Montevideu tropas resistiam à causa do Rio de Janeiro.

O Brasil, naquele momento, estava dividido e o Império alcançava porção ainda pequena do território do antigo Reino. Na maior parte das Províncias permanecia indecisão, em diferentes graus. Em outras localidades, desenvolviam-se os combates. A unificação ainda exigia ação, que passava da política para a militar.

Em 14 de janeiro de 1823, Decreto de D. Pedro estabeleceu limitações à entrada de portugueses para residir no Reino, exigindo juramento prévio ao Império. Na justificativa do ato, o Imperador sustentava que:

Por quanto, depois dos opressivos e injustos procedimentos de Portugal contra o Brasil, que motivarão a sua Independencia Política, e absoluta separação, seria contradictoria com os princípios proclamados, indecorosa, e até arriscada a admissão franca dos Subditos de Portugal em hum Paiz, com o qual aquelle Reino se acha em guerra” (grifo nosso).

A Guerra da Independência do Brasil já estava concretizada.

⁷⁶⁰ Vol. XXIX, n° 173, p. 488. In: *Brasiliana USP*.

V – A MOBILIZAÇÃO MILITAR

1) A MOBILIZAÇÃO MILITAR BRASILEIRA

Os preparativos de guerra são essenciaes por mais fraco que se suponha o inimigo; e se a força armada he necessária a qualquer Governo, que deseja fazer-se respeitar, muito mais he precisa a um Governo novo, a quem até falta o respeito habitual, que resulta do costume. Por isso louvamos muito, que o Ministerio do Rio de Janeiro se tenha já aplicado á formação de uma força naval, não menos do que á de um exército de terra⁷⁶¹.

Cada uma das etapas do processo político que levou à decisão da emancipação do Brasil foi acompanhada de ações diplomáticas e militares, sem as quais a posição do Regente, depois Imperador, teria sido muito fragilizada. A história da Independência não terminou no 7 de setembro ou no 12 de outubro de 1822. Nessas datas, ainda eram poucas as Províncias que estavam seguramente ao lado de D. Pedro. Como já visto, muitas adesões ocorreram meses depois. Ao longo de todo esse período restou clara a resistência de outras Províncias, utilizando-se a força como recurso habitual, fosse pelas tropas portuguesas, fosse de uma combinação de forças de além-mar, de elites e parte das sociedades locais.

Consumada a separação, fundamentalmente a ruptura com a soberania representada pela Coroa (o Reino do Brasil, como visto, já era autônomo), ainda restava fazer a união do novo Estado. Se no longo prazo havia de se construir uma nova identidade, brasileira, D. Pedro tinha uma tarefa mais imediata: estabelecer o Império em todo o território do antigo Reino. Não era uma tarefa fácil, nem existia uma “consciência nacional” pré-existente que facilitasse a tarefa. Havia movimentos iniciais, primeiros ensaios de se falar em “brasileiros”, em reação às posições das Cortes, que, ainda assim, tinham mais adesão no Centro-Sul do que no Norte-Nordeste. D. Pedro logrou fazer-se representante de um grupo que capturou o imaginário popular, transformando uma ainda desforme noção de diferença, feita por portugueses de além-mar, em identificação de uma causa, a brasileira. Na luta que se seguiu, era previsível

⁷⁶¹ Correio Braziliense, edição de dezembro de 1822. P. 597.

que uma imagem embrionária de nação “brasileira” começasse a se fazer presente. Um processo que seria ainda longo e não automático.

Foi preciso mobilizar, em primeiro lugar, uma diplomacia nascente para obter o apoio, ou ao menos a neutralidade, das potências do período⁷⁶². A atividade foi essencial tanto para evitar o favorecimento a Lisboa, quanto para obter os insumos necessários para auxiliar a política, pelas armas. Foi necessário comprar navios, armas, pólvora e, em dado momento, recrutar tropas estrangeiras.

As Cortes se opuseram ativamente a essa ação diplomática. Encaminharam instruções para que os Consulados portugueses impedissem a exportação ao Brasil de armamentos e munições, com o risco de confisco e prisão⁷⁶³. As gestões portuguesas ao longo de 1822 lograram reter parte da venda de petrechos de guerra do Reino Unido para o Brasil, mas a medida acabou sendo contornada, pelo trabalho de Felisberto Caldeira Brant, em Londres⁷⁶⁴, ou pelo contrabando. E por suprimentos adquiridos nos EUA, onde a influência portuguesa era restrita⁷⁶⁵. D. Pedro precisou desses insumos para organizar Forças Armadas capazes de dar o apoio necessário à unificação brasileira.

Ao longo de todo 1822, o Regente liderou esforço de preparação da tropa. Já no contexto da expulsão da Divisão Auxiliadora se iniciaram os trabalhos de organização de uma força armada capaz de defender o Rio de Janeiro, inclusive com a elaboração de planos contra eventual invasão portuguesa. A tarefa não foi fácil, como sustentou o próprio Imperador em sua primeira fala do trono, ao abrir a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, em 8 de maio de 1823⁷⁶⁶. D. Pedro relatou um Exército que “não tinha nem armamento capaz, nem gente nem disciplina”. De fato, a estrutura que o então Príncipe tivera a sua disposição no episódio do Fico era limitado, como visto anteriormente, tendo sido às pressas organizado um Exército incipiente sob o Comando do General Curado.

D. Pedro sofria, nesse primeiro momento, com o fato de que forças armadas presentes no Reino do Brasil naquele período ainda estavam no processo de opção entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Muitos nascidos em Portugal aderiram a D. Pedro, ao passo

⁷⁶² Sobre a gestão de José Bonifácio à frente do Ministério de Negócios Estrangeiros do Brasil, vide ANJOS, João Alfredo dos. *José Bonifácio: primeiro Chanceler do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

⁷⁶³ Armitage, 1837, p. 55.

⁷⁶⁴ Caldeira Brant tinha instruções de Bonifácio para arregimentar mercenários e para adquirir embarcações. In: Despacho de 12/08/1822, AHI 268/01/14. In: *Cadernos do CHDD*, 2008, p. 19.

⁷⁶⁵ Rodrigues, 2002, p. 30.

⁷⁶⁶ In: Ata da Assembleia Geral e Constituinte, dia 08/05/1822.

que as fileiras dos partidários das Cortes foram compostas por muitos brasileiros, como no caso da tropa do Major Fidié, no Piauí e Maranhão, em sua maioria de praças brasileiros⁷⁶⁷. A balança inicialmente pendia para o lado português, em termos da qualidade das forças de primeira linha que permaneceram com Lisboa..

A estrutura militar do Império Português, especialmente no Brasil, era naquela época complexa, descoordenada e sofria com as distâncias⁷⁶⁸. Em fins do século XVIII e início do XIX, o Exército português foi reformado sob a orientação do Conde de Shaumburg-Lippe⁷⁶⁹. Esse impulso reformista se iniciara com o Governo do Marquês de Pombal, durante o qual teriam se evidenciado “certos objetivos geopolíticos e princípios estratégicos” que requereram uma reorganização da estrutura militar⁷⁷⁰.

Em Portugal, as relações com a Espanha e com França eram as mais sensíveis, tendo consequências diretas no território americano e nas disputas incessantes por áreas do continente. Muito influenciado por esses riscos, o Governo realizou nova reforma em 1806, na tentativa de reforçar a qualidade das tropas portuguesas⁷⁷¹. Não houve tempo, porém, de terminar o trabalho. A invasão napoleônica, em 1808, e a retirada da Corte ocorreram em meio aos esforços de recrutamento e organização militar.

A força armada portuguesa adquiriu, por outro lado, grande experiência e capacidade ao longo de seis anos de guerra peninsular, na qual contou com o auxílio de forças britânicas. Vencido o conflito, o Exército português foi reduzido aos números de tempo de paz, com aproximadamente 40 mil homens, conforme Portaria de 29 de outubro de 1814⁷⁷². Nova alteração foi realizada pelo Alvará de 21 de fevereiro de 1816, que reorganizou o Exército de Portugal⁷⁷³, elevando-o a 57 mil homens⁷⁷⁴. Parte da força de primeira linha foi enviada ao Reino do Brasil, a partir de 1815.

A reforma militar ocorrida nessas décadas também se deu na colônia americana de Portugal, em reação às ameaças igualmente provenientes da Espanha, na fronteira sul

⁷⁶⁷ In: Daróz, 2011, p. 14.

⁷⁶⁸ Vide Magalhães, 2001, p. 239.

⁷⁶⁹ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. “Exército, Milícias e Ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações”. In: Revista Da Cultura, ano VIII, nº 14, 2008. In: www.funab.org.br (acesso em 21/05/2013). P. 28.

⁷⁷⁰ Idem, p. 26.

⁷⁷¹ In: SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Coleção Temas Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999. P. 497.

⁷⁷² Segundo Carlos Selvagem, eram 40.840 soldados e 5.640 cavalos, afora a guarda real e polícia de Lisboa e do Porto. 1999, p. 530.

⁷⁷³ In: *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1816*, Página 9 Vol. 1. In: www.camara.gov.br

⁷⁷⁴ 57.227 homens e 6.772 cavalos, ademais da reorganização das estruturas militares, com ampliação dos efetivos em cada regimento de infantaria, artilharia e cavalaria. In: Carlos Selvagem, op. cit., p. 531.

da colônia brasileira, e da França⁷⁷⁵. Ocorrendo paralelamente ao ciclo do ouro em Minas Gerais, as ameaças externas levaram à mudança da capital colonial para o Rio de Janeiro e, dentre outros, ao restabelecimento da Capitania de São Paulo⁷⁷⁶. As autoridades coloniais receberam instruções para o desenvolvimento da defesa meridional da América portuguesa.

As primeiras reformas nas forças militares foram realizadas, em 1767, sob orientação do Tenente-General João Henrique Böhm, auxiliar do Conde Lippe⁷⁷⁷, e por Jacques Funck, este perito em fortalezas⁷⁷⁸. A base da força militar portuguesa no Brasil era composta, essencialmente, por nascidos no território americano, à exceção dos oficiais superiores. Continuava a ser um exército português, apesar de ser essencialmente composto por locais, que eram portugueses e não “brasileiros”. Ainda assim, contingente de aproximadamente 2 mil homens chegaram com o General Böhm ao Rio de Janeiro, em 1767, como parte dos esforços de reforma. Adriana Barreto de Souza⁷⁷⁹ sublinha como as mudanças alteravam as perspectivas, tanto na colônia (com novos postos de trabalho), quanto para oficiais europeus, que vinham ao Brasil buscar melhorias em suas carreiras.

Na parte organizacional, em Portugal e na colônia do Brasil, foram adotados os princípios de organização militar prussiana, substituindo a antiga estrutura de “terços” pelos “regimentos”, estes compostos por batalhões e organizados de acordo com as armas de cavalaria, infantaria e artilharia. A tropa foi então organizada em três linhas. A 1ª linha era profissional e melhor treinada. A 2ª. linha era composta pelas tropas de milícia, numerosas e recrutadas amplamente nas freguesias onde se baseava a unidade, composta por brancos, negros, libertos e outros. Eram pouco treinadas, mas ainda assim mantinham formação permanente, organizada em batalhões (cavalaria, infantaria e artilharia) e sujeita à disciplina militar. Na 3ª linha estavam as ordenanças, todos os homens livres entre 18 e 60 anos de idade, mobilizados temporariamente, normalmente

⁷⁷⁵ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José, 2008, p. 28.

⁷⁷⁶ DE LUCENA, Ana Priscilla Barbosa. Os Corpos Militares na Capitania de São Paulo: um esboço acerca da organização e situação das Tropas de 1ª Linha (1760 -1820). In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. In: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Paineis/Ana%20Priscilla%20Barbosa%20de%20Lucena.pdf> (acesso 28/05/2014). P. 2

⁷⁷⁷ Daróz, 2011, p. 4.

⁷⁷⁸ Ana Priscilla de Lucena, 2008, p. 2.

⁷⁷⁹ DE SOUZA, Adriana Barreto. “A metamorfose de um militar em nobre: trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro joanino”. In: *Revista Tempo*, nº 24, 2007. In: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a04v1224.pdf> (acesso em 25/8/2015).

para ações de segurança pública⁷⁸⁰. Tecnicamente, a 1ª linha defendia o território contra ataques externos, a 2ª linha cuidava da segurança interna e servia de reserva da 1ª linha. As ordenanças ficavam responsáveis pela segurança local⁷⁸¹.

A chegada da Corte, em 1808, alterou significativamente a situação das Forças Armadas no Brasil. Mudou a estrutura e mudaram as necessidades. No longo período brasileiro da Corte, as ações militares continuaram a se concentrar em ameaças externas provenientes da Espanha e da França napoleônica. As operações foram intensas na Bacia do Prata, culminando com a incorporação da Banda Oriental, depois Cisplatina, após a Guerra contra Artigas, em 1816 (vide Capítulo VIII). Os militares também agiram em casos de conflitos internos, especialmente a Revolução pernambucana de 1817, que mobilizou mais de 8 mil soldados.

No Norte, foi organizada expedição punitiva – com apoio inglês – contra a Guiana Francesa, em dezembro de 1808. A força terrestre era composta essencialmente por tropas do Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (duas companhias de granadeiros e duas de caçadores), apoiadas por Corveta inglesa e 8 navios brasileiros⁷⁸². Vencida a resistência francesa, Caiena foi ocupada e a Guiana Francesa entregue aos portugueses, em 12 de janeiro de 1809, permanecendo sob a bandeira de Portugal até 1818⁷⁸³.

A realização dessas operações fundamentou-se na transformação que se realizou nas forças presentes na Colônia, depois Reino do Brasil. D. João empreendeu uma série de adaptações para transformar o Rio de Janeiro em centro militar. Em 1810 foi criada a Academia Real Militar, destinada a formar oficiais. Nos anos subsequentes, entre 1811 e 1815, foram construídos hospitais militares, fábricas de suprimentos militares e arsenais⁷⁸⁴.

A criação, em 1815, do Ministério da Guerra no Brasil foi importante etapa de consolidação de estrutura governamental autônoma para aquele território que logo depois seria transformado em Reino. A existência de órgão dessa natureza no Rio de

⁷⁸⁰ Daróz, 2011, p. 4. Vide também SANTOS, Francisco Ruas. “A Independência do Brasil do ponto-de-vista militar terrestre. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 298, janeiro-março, 1973. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 23/09/2013). P. 149.

⁷⁸¹ Daróz, 2011, p. 4.

⁷⁸² In: “O Exército na História do Brasil”. Volume 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrecht, 1998. P. 18.

⁷⁸³ Idem, p. 19.

⁷⁸⁴ Tal como a inauguração de novas oficinas na fábrica de armas da Fortaleza de Santa Cruz, estabelecida pelo Conde da Cunha, em 1765. In: BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000. P. 32

Janeiro “representava a subordinação de todas as Forças Terrestres, antes dispersas, com os vice-reis e capitães-generais das capitanias, a um centro comum”⁷⁸⁵. Os arsenais e, principalmente, a inspetoria militar – responsável pelo estabelecimento dos procedimentos – também fortaleceram a unidade do comando. Este continuou a sofrer, entretanto, com dificuldades de eficácia operacional. A evolução, ainda assim, foi perceptível.

Ademais da Corte, havia estrutura de arsenais e estabelecimentos militares em algumas Capitanias, mas limitadas e de pouca eficiência. Neuma Rodrigues relata⁷⁸⁶ que o General Cunha Mattos, posteriormente Governador de Armas de Goiás, ao ser enviado a Pernambuco em 1817, foi nomeado “Inspetor do Trem” da então capitania, responsável pelos arsenais, depósitos e fábricas. Cunha Mattos tentou criar um laboratório pirotécnico para a produção de pólvora, até então fornecida pelo Rio de Janeiro, e realizou grande esforço de racionalização e reorganização logística. A escassez dos recursos disponíveis e ruzgas com o aparato civil do Governo local limitaram a iniciativa do General.

No que diz respeito à tropa, houve reorganização e o início de processo de maior integração entre portugueses e brasileiros, com a admissão dos segundos na 1ª linha. Foram criadas diversas unidades. O Rio de Janeiro, em fins da década de 1810, contava com o Estado-Maior do Exército, um Conselho Supremo Militar, Secretaria de Governo, Inspetorias de Tropas, Milícias e Arsenal, Real Corpo de Engenheiros e fortalezas.

A 1ª linha, que guarnecia a capital, era composta por três regimentos de infantaria, o 1º Regimento de Cavalaria do Exército e o Regimento de Artilharia da Corte. A 2ª linha tinha 15 regimentos de infantaria e duas brigadas ligeiras, distribuídas na capital e no entorno⁷⁸⁷. Com o retorno, em 1818, da força que lutara em Pernambuco contra a Revolução de 1817⁷⁸⁸, esta tropa foi reorganizada no 1º de Granadeiros, 2º de Caçadores, 1º, 2º e 3º de Fuzileiros, ademais de uma Legião de Mato Grosso e o 9º de Artilharia⁷⁸⁹. Foi criado, no Rio de Janeiro, o 1º Regimento de Cavalaria

⁷⁸⁵ Arno e Maria José Wehling, 2008, p. 30.

⁷⁸⁶ RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2008. In: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5134/1/2008_NeumaBRodrigues.pdf?origin=publication_detail (acesso em 06/05/2014). P. 125.

⁷⁸⁷ Dároz, 2011, p. 6.

⁷⁸⁸ Segundo Armitage composta por quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia. 1837, p. 13.

⁷⁸⁹ Barroso, 2000, p. 36

(posteriormente o Regimento de Dragões da Independência) e organizados corpos que prestavam apoio ao Paço (Guardas Reais e Arqueiros da Guarda Real)⁷⁹⁰.

Ao longo do período, novas unidades foram também estabelecidas no Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Negro, Maranhão, Sergipe e no Espírito Santo, ademais da Divisão do Rio Doce, em Minas, e de um novo esquadrão de cavalaria, em São Paulo⁷⁹¹. A força militar em São Paulo foi reorganizada, passando a ter 3 batalhões de infantaria, 2 batalhões de caçadores, 4 esquadrões de cavalaria, 2 baterias de artilharia a cavalo e 1 companhia de artilheiros-cavaleiros⁷⁹².

Nas tropas de milícias, Gustavo Barroso menciona a criação de batalhões de “pedrestres”, de dragões, de pretos e pardos, e de policiais na Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Goiás, Mariana, Rio Pardo e Ouro Preto, além de um interessante Regimento de “Lanceiros Guaranis”, integrado por índios, na área das Missões⁷⁹³. Em Pernambuco, após a Revolução de 1817, iniciada por militares, foram reestruturados os quadros da tropa de linha e da milícia⁷⁹⁴.

A partir de 1815 iniciou-se a chegada de importantes unidades de 1ª linha de Portugal, tropas experientes das guerras napoleônicas. Vinham ao Brasil para reforçar a segurança da Corte ou para lidar com questões de defesa mais prementes do Reino. Para o Rio de Janeiro, chegou em 1817 a Divisão Auxiliadora, comandada por Avilez. Batalhões importantes também foram enviados para Pernambuco, Bahia⁷⁹⁵ e Piauí⁷⁹⁶. Dos elementos já apresentados nos capítulos anteriores, vê-se rapidamente que foram essas tropas que compuseram a base da resistência à Independência do Brasil. A Divisão de Voluntários d’El Rei, comandada pelo General Lecor e contando com quase 10 mil homens, foi enviada, em 1815, à Cisplatina, para reforçar as 5 mil tropas brasileiras⁷⁹⁷, então comandadas pelo General Curado (que em seguida voltou para o Rio de Janeiro).

A organização militar do Reino do Brasil no início da década de 1820 contava, portanto, com um número importante de homens engajados na 1ª (tropa profissional), 2ª (milícias) e 3ª (ordenanças), entre nascidos no Brasil e em Portugal. Havia diferenças de tratamento entre brasileiros e portugueses, a ponto de, segundo Armitage⁷⁹⁸, o

⁷⁹⁰ Ana Priscilla de Lucena, 2008, p. 6.

⁷⁹¹ Barroso, 2000, p. 36

⁷⁹² Ana Priscilla de Lucena, 2008, p. 6.

⁷⁹³ Barroso, 2000, p. 33.

⁷⁹⁴ In: Neuma Rodrigues, 2008, p. 127.

⁷⁹⁵ O 12º Batalhão, comandado por Madeira, era parte da Divisão Auxiliadora. In: Rodrigues, 2002, p. 50.

⁷⁹⁶ Daróz, 2011, p. 5.

⁷⁹⁷ Rodrigues, 2002, p. 51.

⁷⁹⁸ 1837, p. 13.

Comandante Militar português, Vicente Antônio de Oliveira, ter representado ao Rei pedindo que aos brasileiros não se concedesse posto mais alto do que o de Capitão.

A solicitação, relata Juvêncio Saldanha Lemos⁷⁹⁹, foi realizada em 1817 e se relacionava com a Revolução Pernambucana, na qual participaram muitos soldados e oficiais brasileiros. O pedido não prosperou oficialmente, até por que muitos oficiais superiores eram portugueses nascidos no Brasil. D. João a teria aplicado informalmente, com o alto comando permanecendo, nos anos seguintes, em mãos de nascidos em Portugal. As desconfianças entre os originários dos dois lados do Atlântico apenas cresceram nos anos seguintes. Subsistiam, também, diferenças salariais, que só foram eliminadas por D. João VI pouco antes de sua partida de volta a Portugal, num intento de aproximar as forças e unificá-las. A iniciativa não era suficiente, contudo, para eliminar as percepções de diferença. A integração das forças era, assim, precária e heterogênea.

Segundo publicação do Exército Brasileiro⁸⁰⁰, havia no Brasil de 1820, na 1ª linha, 7 regimentos, 17 batalhões, 8 corpos e 3 companhias de infantaria; 5 regimentos, 8 esquadrões e 1 companhia, na cavalaria; e 2 brigadas, 2 baterias e 1 companhia de artilharia, ademais de 2 batalhões, 4 corpos e 2 companhias de artilharia de costa. Eram 150 fortalezas para a defesa do Reino, especialmente ao longo da costa⁸⁰¹. No caso do armamento, a base da infantaria continuava a ser a espingarda de pederneira 19mm Tower & Brown Bess, com baioneta triangular, além de clavinas da mesma marca, calibres 17mm e 19mm. Os sabres e espada variavam entre oficiais e sargentos, que também utilizavam pistolas, além das lanças para a cavalaria. Na artilharia, a base eram os canhões de bronze de calibre entre 85mm e 14mm, de alma lisa e carregamento pela boca⁸⁰².

Tomando-se como base um batalhão de médio de 800 oficiais e soldados, chega-se à conta preliminar de pelo menos 30 mil soldados de 1ª linha presentes no Reino do Brasil no ano de 1822, os quais ainda seriam reforçados, com o desenrolar da guerra de Independência. Esse valor, sem contar os efetivos que lutaram do lado de Portugal, se aproxima do número estabelecido em 1824 pela reorganização militar empreendida por D. Pedro, o primeiro esforço de estruturar e racionalizar as Forças imperiais. Esta

⁷⁹⁹ LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. P. 160.

⁸⁰⁰ In: "O Exército na História do Brasil". Volume 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrecht, 1998. P. 34.

⁸⁰¹ Idem, p. 35.

⁸⁰² Barroso, 2000, p. 101.

reforma estabeleceu, para todo o Império, a 1ª linha com 27 batalhões de infantaria (incluindo 2 de caçadores estrangeiros), 7 regimentos de cavalaria e 17 corpos de artilharia (12 de “posição” e 5 “montados”), num total de 30 mil efetivos⁸⁰³. As unidades de 2ª e 3ª linha eram muito mais numerosas e heterogêneas. Segundo Nelson Werneck Sodré, foram previstos na lei, para a 2ª linha, 4 regimentos de infantaria, 52 batalhões de caçadores e 26 regimentos de cavalaria ligeira⁸⁰⁴.

José Honório Rodrigues⁸⁰⁵ oferece um número um pouco distinto daquele apresentado pela publicação do Exército brasileiro, sobre as tropas luso-brasileiras naquele início de década de 1820. Com fundamento nas reformas militares de 1810 e 1816, menciona uma 1ª linha constituída por um Estado-Maior General, um Corpo de Engenheiro, 24 regimentos de Infantaria, 12 batalhões de caçadores, 12 regimentos de Cavalaria, 4 regimentos de Artilharia, 4 companhias de artilheiros condutores, um Batalhão de Artífices Engenheiros, uma Companhia de Guias e o Estado-Maior dos Praças. Nas milícias, haveria 48 regimentos, ao passo que as ordenanças seriam distribuídas em 24 distritos.

Dentre as forças presentes no Brasil, Rodrigues aponta que, em março de 1822, a Cisplatina contava com 8.129 homens e 3.763 cavalarianos. Destes 3.678 eram da Divisão de Voluntários Reais⁸⁰⁶. A maior parte dos soldados era de batalhões de São Paulo, Rio Grande do Sul e do Rio Pardo, mas havia também contingente pernambucano. Na Bahia em fins de 1822, segundo os números oficiais portugueses⁸⁰⁷, apenas o General Madeira contava com 8.621 homens, dos quais 4.247 de 1ª linha (3.540 do Exército de Portugal e 707 baianos), e 4.374 milicianos.

As diferenças nos valores totais entre a publicação oficial e o quadro de Rodrigues são relacionadas principalmente a diferenças no agrupamento das tropas em regimentos e batalhões. De fato, como aponta Juvêncio Saldanha Lemos⁸⁰⁸, as unidades militares das três linhas no Brasil eram numeradas dentro de suas guarnições, alguns de acordo com as Províncias, resultando em uma heterogeneidade marcante: “as organizações de cada um desses corpos eram dissimilantes, nenhum laço unia essas diversas unidades, que não pareciam pertencer ao mesmo exército e antes constituírem exércitos diversos”.

⁸⁰³ In : Daróz, 2011, p. 17.

⁸⁰⁴ 2010, p. 116.

⁸⁰⁵ 2002, p. 50.

⁸⁰⁶ 2002, p. 217.

⁸⁰⁷ Conforme publicado no Diário do Governo de 07/01/1823, p. 40.

⁸⁰⁸ 1996, p. 168.

Essa complexidade não impactou apenas nos aspectos organizacionais das forças militares da época, mas foi uma das causas das incertezas e confusões suscitadas na guerra, demandando tempo para se saber, em cada Província, de qual lado estavam as unidades. Sem o comando central que aos poucos foi se formando no Rio de Janeiro, na época da Independência, é possível que a instabilidade do período tivesse agravado essa heterogeneidade militar, contribuindo para o esfacelamento do Reino. Indícios desses riscos estão no momento imediatamente posterior à Independência, a Confederação do Equador, as revoltas no Maranhão e no Pará, a cisão da Cisplatina. O próprio estudo do período da Regência, na década de 1830, deve levar em conta essas diferenças iniciais do processo de emancipação, e o uso da força armada na conquista da unidade do Império.

Ao debruçar-se sobre os efetivos que se encontravam no Brasil naquele momento prévio à Independência, Rodrigues chegará a um número, contanto a 1ª e 2ª linha, de 54 a 57 mil homens engajados nas forças terrestres, o qual não se distancia dos cálculos feitos a partir dos números mencionados pela publicação do Exército brasileiro. Com isso, mais de 50 mil soldados e milicianos se encontravam no Brasil no período. No cálculo de Rodrigues aproximadamente 8 mil eram portugueses⁸⁰⁹, grande parte dos quais lutou ao lado de Lisboa, reforçados por tropas brasileiras e por outros efetivos que foram enviados ao longo de 1822-1823. Os números foram se inflando ao longo da guerra, como se verá abaixo.

Para além dos números, os relatos de época coletados no trabalho de Juvêncio Saldanha Lemos⁸¹⁰ dão conta de um Exército de baixa qualidade e pouco treinamento, de importância secundária na política de então. Essa avaliação, transmitida por observadores estrangeiros, como oficiais alemães e ingleses que passaram pelo Rio de Janeiro no período, deve ser relativizada. Em primeiro lugar, havia diferenças significativas entre as tropas presentes no Brasil. Os corpos que haviam chegado de Portugal possuíam experiência das guerras napoleônicas. Mesmo no lado brasileiro, a heterogeneidade da organização também repercutia na qualidade da tropa. Organizados ou não, muitos oficiais e soldados possuíam experiência de combate, principalmente no sul do país⁸¹¹.

⁸⁰⁹ Rodriguez, 2002, p. 50.

⁸¹⁰ 1996, pp. 170 e seguintes.

⁸¹¹ Magalhães transcreve citação do Almanack da Vila de Porto Alegre, de 20/07/1808, o qual afirma que “a tropa miliciano desta capitania é seguramente a melhor do mundo, para o país em que estamos, muito valente e desembaraçada; S.A.R dela pode confiar tudo; a maior parte dos soldados são pobres e casados,

Tendo como fundamento o quadro militar até o início dos confrontos, é preciso ressaltar que a 1ª linha das forças terrestres ficou em sua maioria ao lado das Cortes. Essa foi a maior dificuldade enfrentada pelo polo do Rio de Janeiro. Muitos portugueses, por outro lado, optaram pelo Rio de Janeiro, como aproximadamente 460 soldados da Divisão Auxiliadora⁸¹², que pediram baixa ainda quando a unidade se encontrava no Rio de Janeiro. Numa segunda leva, quase 400 soldados das forças do Brigadeiro Maximiliano, em março de 1822, desembarcaram na capital carioca para engajar-se ao lado de D. Pedro.

Uma terceira incorporação de efetivos portugueses ocorreu já com a guerra quase no seu final, após a rendição na Bahia. Eram prisioneiros militares portugueses, que permaneciam em território brasileiro e a quem foi oferecida incorporação nos corpos do Rio de Janeiro. A medida suscitou forte controvérsia na imprensa e, especialmente, na Assembleia Geral e Constituinte. Ao longo de julho de 1823, os Deputados brasileiros debateram longamente o status a ser conferido aos militares portugueses que se encontravam detidos. Para alguns, eram prisioneiros de guerra. O Deputado Alencar não os considerava como tal, nem como espiões, mas apenas como “indivíduos que não aderiram à causa do Brasil”⁸¹³. Já o Sr. Andrada Machado, no mesmo dia, defendia aplicar as leis da guerra⁸¹⁴, e considerava os militares portugueses, desse modo, prisioneiros de guerra. Na votação do dia, venceu-se que os soldados seriam considerados prisioneiros, aplicando-se a “lei da guerra”, estendendo-se a discussão, na sequência, a como retirá-los do país.

D. Pedro, entretanto, resolveu pela incorporação dessas mesmas tropas ao Exército brasileiro, medida resistida pela Assembleia Constituinte. O caso se tornou exemplo dos atritos crescentes que havia entre o Imperador e esse corpo legislativo, ao longo de 1823, como se verá no Capítulo IX. As tropas foram, ao final, incorporadas, mas só foram utilizadas posteriormente à Guerra de Independência.

As forças terrestres tiveram, na Independência, o apoio decisivo da Marinha, cuja transformação de Marinha portuguesa em Marinha imperial também exigiu considerável esforço do Rio de Janeiro.

e no seio das suas famílias tratam das suas ariculturas, ou daqueles modos de vida que cada um tem; se há guerra, elles prontamente e com gosto marcham às fronteiras”. 2001, p. 243

⁸¹² Daróz, 2011, p. 14.

⁸¹³ Ata da Assembleia Geral, em 02/07/1823. P. 372.

⁸¹⁴ “Quando uma parte da Nação entra em guerra com a outra, ainda que estas duas partes não estejam separadas em Nações diferentes, he de absoluta necessidade considerarem-se como taes ou dous Partidos contrários e observarem-se as Leis da Guerra”.

O Almirante Armando de Senna Bittencourt⁸¹⁵ aponta que a força naval portuguesa não era desprezível naquele início de século XIX, como se convencionou avaliar a partir de alguns testemunhos de época (vide, na seção abaixo, comentários do Secretário da Marinha portuguesa às Cortes, em fins de 1822). Segundo Bittencourt⁸¹⁶, no fim do século anterior, a Marinha de Portugal era de tamanho relevante mesmo na Europa e possuía alto grau de operacionalidade. As instabilidades políticas do início do século XIX afetaram a força, mas, em 1807, a Marinha portuguesa “ainda representava um poder notável, e sua captura foi um dos propósitos frustrados da invasão de Portugal pelas forças comandadas por Junot”.

Tampouco era desprezível a frota portuguesa que deixou Portugal, em 29 de novembro de 1807, transportando a Corte para o Brasil⁸¹⁷. Entre os navios que partiram no próprio dia 29 e aqueles que se seguiram nos dias seguintes, a esquadra totalizava 23 navios de guerra e 31 mercantes. Eram 8 naus⁸¹⁸, 4 fragatas⁸¹⁹, 5 brigues⁸²⁰ e vários navios menores⁸²¹ (publicação da Marinha do Brasil dá conta de um número menor de fragatas e alguns bergantins⁸²²). Na Nau *D. Henrique* foi embarcada a Academia Real de Guardas-Marinha, com aluno, mestres e sua biblioteca.

Como no caso do Exército, a presença da Corte implicou a criação de toda uma estrutura de Comando, logística e formação da Marinha no Rio de Janeiro. A capital carioca transformou-se no centro do Comando terrestre e naval português. Estabeleceu-se um Conselho do Almirantado, uma Indendência, Contadoria, Quartel-General,

⁸¹⁵ BITTENCOURT, Armando de Senna. “Da Marinha de Portugal forma-se uma Marinha para o Brasil, 1807 a 1823”. In: http://www.casadatorre.org.br/FORMA-SE_A_MARINHA_DO_BRASIL.pdf (acesso em 02/05/2014).

⁸¹⁶ Idem, p. 2.

⁸¹⁷ Os pormenores da organização e da partida da Corte de Lisboa, em 1807, são apresentados por Lilia Moritz Schwarcz em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. Lilia Moritz Schwarcz com Paulo Cesar de Azevedo e Angela Marques da Costa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁸¹⁸ Navio de primeira linha, fortemente armado, com em média 70-90 canhões.

⁸¹⁹ Navios de três mastros, com média de 40-50 peças de artilharia, mas com excelente manobrabilidade e velocidade. Era um dos tipos de embarcação mais utilizados no início do século XIX.

⁸²⁰ Navios de dois ou três mastros, rápidos e armados em média com 20 peças.

⁸²¹ Bittencourt, p. 2.

⁸²² Dentre os principais navios, menciona a publicação: Nau *Príncipe Real* (90 peças), Nau *Conde D. Henrique* (74 peças), Nau *Rainha de Portugal* (74 peças), Nau *Medusa* (74 peças), Nau *Príncipe do Brasil* (74 peças), Nau *D. João de Castro* (64 peças), Nau *Afonso de Albuquerque* (64 peças), Nau *Martim de Freitas* (64 peças), Fragatas *Minerva*, *Golfinho*, *Urânia*, os Brigues *Voador*, *Lebre*, *Vingança*, *Condessa de Resende* e *São Boaventura* (este um bergantim-correio), Escunas *Curiosa*, *Furão e Ninfa*, e Charruas *Thétis* e *Princesa da Beira*. Posteriormente partiram a Fragata *Princesa Carlota* e a Charrua *São João Magnânimo*. Alguns navios permaneceram em Portugal e acabaram utilizadas pela ocupação de Junot. In: *História Naval Brasileira*. Segundo Volume, Tomo II, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1979. Pp. 326-330. A relação também é encontrada em MADALENO GERALDO, José Custódio. “A Transferência da Família Real para o Brasil: suas consequências”. In: *Revista Militar*, nº 2472, Lisboa, janeiro de 2008. In: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=257 (acesso em 12/05/2014).

Academia de Guardas Marinha, uma Brigada Real (Fuzileiros Navais) e uma Biblioteca⁸²³.

A Marinha contava com menor participação dos nascidos no Brasil do que o Exército. Os brasileiros, logicamente, integravam a Armada portuguesa. Rio de Janeiro, Salvador e Belém possuíam estaleiros capazes de construir embarcações militares, tendo existido um também em Alagoas, em 1818, cuja vida foi efêmera. Outros portos do Nordeste conservavam capacidades de armação, ainda que limitadas. A Bahia⁸²⁴, na época, era centro importante por causa de suas madeiras. Entre 1810 e 1822, foi reduzido o número de embarcações militares construídas no Brasil: sete navios, as fragatas *Dom Pedro I*, *Real Leopoldina*, *Diana*, *União*, a Corveta *Dez de Fevereiro* e o lugre *Maria Teresa*⁸²⁵. A maior parte dessas unidades foi posteriormente incorporada à esquadra brasileira.

A esquadra que voltou com D. João VI a Portugal contava com uma nau, uma fragata, três charruas, uma corveta, um brigue, um iate e quatro transportes. Permaneceu no Brasil, ao longo de toda a Costa, uma força considerável, capitaneada por seis naus, quatro fragatas e um brigue⁸²⁶. Outros elementos navais chegaram depois, para missões e para a rotação rotineira que se fazia na Marinha, a maior parte dos quais permaneceram fiéis a Lisboa. Quando a Esquadra que transportava Labatut e sua tropa passou pela Bahia, em agosto de 1822, o Comandante da força portuguesa, Joaquim Maria Bruno de Moraes, tentou interceptá-la na altura do Morro de São Paulo com três Corvetas e dois Brigues⁸²⁷. Não houve combate, pois a força brasileira tinha outro objetivo, o desembarque das tropas que lutariam contra Madeira. Observa-se, enfim, que a força naval presente no Brasil no início da década de 1820 ainda era importante e seria rapidamente colocada em uso pelos dois lados, como se verá abaixo.

A partir dessa realidade militar heterogênea, D. Pedro teve de organizar a força que sustentou a construção de sua base no Rio de Janeiro, que combateu na guerra de Independência e que assegurou a unidade territorial do Império brasileiro com base no anterior traçado do Reino do Brasil.

⁸²³ Magalhães, 2001., p. 238

⁸²⁴ Mendonça, 2010, p. 238.

⁸²⁵ Idib, p. 238.

⁸²⁶ Rodrigues, 2002, p. 65. Embarcações que partiram para o Brasil com a Corte realizavam também missões individuais, daí a diferença entre os números apresentados na chegada do Rei, em 1807, e na sua saída, em 1821.

⁸²⁷ In: *História Naval Brasileira*. Volume Primeiro, Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1975. P. 16

Naquele período de 1822-1823, um dos maiores desafios do Regente, depois Imperador, foi exatamente organizar Forças Armadas eficientes. No caso do Exército, foi necessário “mobilizar os novos batalhões, necessários para combater os portugueses”⁸²⁸. A tropa a disposição do Rio de Janeiro era fundamentalmente a 2ª linha, a Milícia. Muitas unidades dessa força foram convertidas em 1ª linha. Na aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822, o Exército Brasileiro regular (1ª linha), unificado e ainda comandado pelo General Curado contava, no Rio de Janeiro, com aproximadamente 4.500 homens, provenientes do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo⁸²⁹.

Outros efetivos lutaram nas Províncias ainda sem estarem incorporados oficialmente ao comando central, tornando parte da guerra um combate “sem quartel general”, como se deu no Norte. Na Bahia, principal ponto estratégico brasileiro, a guerra iniciou-se desse modo, mas em poucos meses passou a ser conduzida sob o comando unificado do Rio de Janeiro. Aquelas tropas “semi-regulares” são recordatório de que, paralela e simultaneamente a todo o processo no Rio de Janeiro, do Fico à Assembleia Geral e Constituinte, se desenrolavam disputas e lutas nas Províncias brasileiras.

As necessidades militares de D. Pedro eram muito maiores do que o disponível no início de 1822. Para a construção de força militar efetiva, D. Pedro adotou, ao longo de todo o período de 1822-1823, medidas de organização militar que são parte indissociável do processo de emancipação. O processo que resultou na Independência do Brasil foi também um processo militar. O Príncipe envolveu-se pessoalmente no esforço militar, trabalhando sobre a organização das unidades, na administração, finanças e planejamento. Na preparação da esquadra que combateria Madeira, em 1823, Cochrane⁸³⁰ relatou ter acompanhado D. Pedro em inspeção dos navios, mostrando-se atento a cada detalhe. No decurso dessa visita,

serviu-se o Imperador várias vezes da expressão ‘atacar a força parlamentar portuguesa’, e não era coisa menos singular, por dar a entender que o Governo brasileiro não fazia guerra ao Rei de Portugal ou à nação portuguesa, mas às Cortes somente; o que era distinção sem diferença, pelo que tocava à conduta das hostilidades.

⁸²⁸ Daróz, 2011, p. 10.

⁸²⁹ Daróz, 2011, p. 23

⁸³⁰ 2003, p. 43

Em outro exemplo da atuação direta de D. Pedro, o *Correio do Rio de Janeiro*⁸³¹ noticiou, em 4 de julho de 1822, a demissão do Ministro da Guerra, por suposta ineficiência. Segundo o relato, D. Pedro teria ordenado que o Ministro instrísse o arsenal do Exército a embarcar caixões, possivelmente para a primeira expedição à Bahia. Tendo o Regente ido conferir o trabalho no dia seguinte, “achou tudo no primitivo estado, e perguntando a cauza de se não ter cumprido o que Mandara fazer, lhe responderão que não tinham recebido ordem alguma”. A D. Pedro, o Ministro desculpou-se “dizendo que se tinha esquecido”. O Regente administrava com muita proximidade as medidas militares em curso, envolvendo-se pessoalmente em muitos dos preparativos.

Analisando-se a lista de Decretos, Proclamações e Editais publicados ao longo de 1822 e do primeiro semestre de 1823⁸³², constata-se que número significativo das medidas publicadas no período teve relação com as Forças Armadas ou com as operações contra os partidários de Lisboa. Eram medidas de diversa ordem, sobre pessoal, logística, organização da força, aquisição de equipamentos, de incorporação de soldados ou ultimatoss às forças portuguesas. Em 2 de maio de 1822, a Secretaria da Guerra foi separada dos Negócios Estrangeiros, por Decreto, conferindo maior autonomia à administração dos assuntos militares. O decreto foi publicado um mês antes da convocação do Conselho de Procuradores das Províncias, em 1º de junho. Neste mesmo dia, D. Pedro emitiu Proclamação “recomendando vigilância sobre os que estão atraíndo a causa da liberdade do Brasil”, em referência direta ao General Madeira. Em 15 de junho, Carta Régia de D. Pedro ordenou a Madeira que se retirasse da Bahia, no que não foi atendido. Mais um mês dessa proclamação e partia, em 14 de julho, a esquadra levando Labatut para lutar na Bahia.

Muitas medidas eram puramente operacionais. Em 8 de maio de 1822, nos esforços para dar maior homogeneidade às forças terrestres, Decreto de D. Pedro elevou o número de praças nas companhias dos Batalhões da Corte. Foram expedidas outras ordens sobre organização, vencimentos da tropa e material. Foram modificados, após a Independência, as golas, canhões e penachos, com um exagero nas cores nacionais⁸³³. Em 10 de novembro de 1822, D. Pedro entregou à tropa suas novas bandeiras e

⁸³¹ Edição nº 67, de 04/07/1822, p. 281.

⁸³² A lista está disponível eletronicamente na página da Câmara dos Deputados do Brasil. Também pode ser observada na obra *Coleção das Leis e Decretos do Império do Brasil*.

⁸³³ Barroso, 2000, p. 39. Vide, por exemplo, os Decretos de 18/09/1822 (determina o tope nacional, um escudo de armas).

declarou-se, na oportunidade, “generalíssimo do Exército”⁸³⁴. A medida teve impacto nos políticos da época e suscitou desconfiças, posteriormente expressadas, em 1823, nos debates constituintes sobre a organizaçaõ das Forças Armadas. A relaçaõ entre o Imperador e seus grupos apoiadores já não se mostrava fácil, agravando-se em 1823.

Foi reformado o sistema de voluntariado, com a diminuiçaõ do engajamento de 8 para 3 anos, conforme o Decreto de 30 de janeiro de 1822⁸³⁵, que se justificava pela “urgente necessidade que há, nas actuaes circumstancias”, em preencher a 1ª. linha da guarniçaõ da Corte. Rodrigues menciona essa decisãõ como uma das medidas mais importantes para a consolidaçaõ de D. Pedro no Rio de Janeiro⁸³⁶. Outros Decretos sobre o serviço militar brasileiro foram publicados em 8 (sobre o Batalhaõ da Brigada da Marinha) e 20 de maio (sobre os corpos de Milícia de Minas Gerais), e 10 de julho. O Decreto de 4 de dezembro de 1822, estabeleceu promoções gerais no Exercito imperial, em cada Província, até o posto de Coronel⁸³⁷. O fluxo de voluntários foi importante, mas não suficiente, de modo que foi necessário instituir o recrutamento, normalmente de indivíduos de má-conduta⁸³⁸

Também se recorreu aos veteranos: em 5 de outubro de 1822, por sua vez, Edital da Secretaria de Negócios da Guerra⁸³⁹ se dirigiu aos soldados da 1ª. e 2ª. linha que haviam participado da expediçaõ em Pernambuco, em 1817, que já haviam dado baixa e haviam decidido, em 1822, a “tomar de novo as Armas e formar um Corpo de Guerrilhas para a defesa da Patria”. O Governo central conclamava essas forças a se incorporarem como voluntários ao Batalhaõ de Granadeiros da Corte, uma vez que o corpo de guerrilha não era compatível com as medidas de defesa.

Vê-se, nesse edital, como a guerra mobilizava diversos setores da sociedade do novo Império, não se limitando às elites. Situações equivalentes se passaram em todo o Brasil. O mesmo documento revela também o esforço do Rio de Janeiro em centralizar o comando, em organizar uma força regular, mais treinada e disciplinada. A guerra no Nordeste mostraria a importânciã dessa sistematizaçaõ, quando comparado o caso do Piauí, pouco organizado, com o da Bahia. Nas medidas de 4 de janeiro e de 5 de fevereiro de 1823 vê-se outro sinal claro dos impactos da guerra: foram publicados dois

⁸³⁴ Magalhães, 2001, p. 249.

⁸³⁵ In: Coleçaõ de Leis do Império do Brasil - 1822, Páginã 4 Vol. 1 pt II (Publicaçãõ Original). In: www.camara.gov.br (acesso em 19/05/2014)

⁸³⁶ 2002, p. 78.

⁸³⁷ In: *Coleçaõ das Leis e Decretos*, p. 40.

⁸³⁸ Daróz, 2011, p. 11.

⁸³⁹ In: *Coleçaõ das Leis e Decretos*, p. 11.

decretos sobre extensão do soldo, respectivamente, dos oficiais e inferiores do Exército, e dos marinheiros, às viúvas e órfãs daqueles que haviam morrido ou se ferido em ação, durante a “luta da independência”⁸⁴⁰.

Foram criadas, nesse processo, novas unidades militares. Em 25 de julho de 1822, Decreto do (ainda) Príncipe Regente estabeleceu uma Guarda Cívica, como mencionada no Capítulo IV (primeira parte). Em outubro, foram reforçados os quadros dos três batalhões de fuzileiros da Corte e organizado um batalhão de Caçadores dos Henriques. Foram igualmente criadas três baterias a cavalo⁸⁴¹. Em decreto de 12 de novembro de 1822⁸⁴², D. Pedro, justificando o fato de não serem “ainda suficientes para o serviço das Fortalezas deste Porto, e das Linhas de defesa dos pontos da Costa, os Corpos de Artilharia existentes na Corte, e convindo por tanto aumentar o número de taes Corpos” cria um novo Batalhão de Artilharia de Posição, “composto de Pretos Libertos, pagos e regulado segundo o Plano”⁸⁴³. Em 18 de novembro foi criado novo Batalhão de Caçadores da Corte.

A mais conhecida unidade militar da época foi o Batalhão do Imperador, que se tornou posteriormente Batalhão da Guarda Presidencial e que hoje se alterna com os Dragões da Independência na proteção da Presidência da República. D. Pedro reuniu soldados no campo de Santa Ana, em outubro de 1822, a fim de selecionar pessoalmente a tropa para integrar a nova unidade. Para atrair voluntários, estabeleceu regalias para a nova unidade⁸⁴⁴. Pronta, a tropa foi oficialmente criada em 18 de janeiro de 1823⁸⁴⁵, por Decreto, composta por um Estado-maior e seis companhias, totalizando 735 homens.

O principal objetivo da unidade, comandada por Joaquim de Lima e Silva (tio do futuro Duque de Caxias) foi combater na Bahia⁸⁴⁶, para onde foi enviada ainda no início

⁸⁴⁰ In: *Coleção de Provisões do Conselho Supremo Militar e de Justiça do Império do Brasil, de 1823 a 1856*. Publicadas por ordem do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1861. Senado do Brasil. Coleção de Obras Raras. In: www.2senado.gov.br (acesso em 10/05/2014). P. 8.

⁸⁴¹ In: Magalhães, 2001, p. 247.

⁸⁴² In: *Coleção de Decretos e Leis*, p. 19.

⁸⁴³ Vide também Barroso, p. 42.

⁸⁴⁴ In: Barroso, 2000, p. 42.

⁸⁴⁵ Gustavo Barroso menciona a data de 13/01/1823, mas o dia correto é 18/01/1823, como se vê na *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1823*, Página 8 Vol. 1. In: www.camara.gov.br.

⁸⁴⁶ Conforme determina o próprio Decreto: “Querendo dar á Provincia da Bahia mais uma prova do quanto Tenho em consideração proporcionar os meios de a tornar livre da oppressão, com que as tropas luzitanas pretendem dar-lhe a lei pela força, e abafar seus patrióticos sentimentos, declarados francamente pela sagrada causa do Brazil; e julgando portanto que muito convirá enviar-lhe um reforço de tropas escolhidas, commandadas por officiaes, cujo prestimo, e mais boas qualidades sejam do Meu immediato conhecimento: Hei por bem Crear, para aquelle fim, e para continuar a fazer parte do Exercito deste

de 1823. O Batalhão do Imperador foi um dos primeiros a entrar em Salvador, em 2 de julho de 1823, tendo lá permanecido até novembro do mesmo ano⁸⁴⁷. Sua criação mostra, fundamentalmente, como a batalha pela Bahia não se limitou a uma guerra regional. Ainda que sustentada em grande parte pelos baianos, as operações contaram com a participação de tropas de várias localidades do nordeste e do sul, demonstrando seu caráter estratégico para a segurança de todo o Brasil⁸⁴⁸.

Um Regimento de Estrangeiros foi, por sua vez, criado em 8 de janeiro de 1823, composto por três Batalhões, dos quais apenas um foi efetivamente estabelecido no período. O processo de recrutamento desses militares foi complexo e demandou todo um jogo diplomático de José Bonifácio, para contornar as restrições impostas por muitos países europeus contra o recrutamento de seus soldados no estrangeiro.

Desde meados de 1822 o Governo do Rio de Janeiro tinha tomado a decisão de buscar tropas estrangeiras para reforçar as linhas brasileiras e compensar as dificuldades decorrentes tanto do alistamento insuficiente quanto da confiabilidade das tropas brasileiras. Na Marinha os incidentes foram mais claros de resistência de praças e oficiais a entrar em combate contra seus companheiros, que haviam ficado ao lado de Lisboa. Os mercenários estrangeiros eram solução interessante e poderiam, no plano de Bonifácio, ser utilizados posteriormente para a colonização do interior do país.

Foi nessa circunstância que o Chanceler brasileiro emitiu, em 12 de agosto de 1822, instruções para Caldeira Brant “ajustar alguns regimentos irlandeses, ou de qualquer outra nação onde for mais fácil este recrutamento”. Reconhecendo as dificuldades impostas por alguns países europeus a esse tipo de iniciativa, Bonifácio indicava que o recrutamento deveria ser feito sob o “disfarce de colonos e (em) condições favoráveis ao Tesouro Público deste reino, devendo estes soldados vir logo armados e equipados”⁸⁴⁹.

Foram também enviadas, na mesma data, ordens similares ao representante do Brasil em Viena, Jorge Antônio Schaeffer, para que ajustasse uma “colônia rural-militar

Imperio, um Batalhão do Imperador - e composto de officiaes e mais praças escolhidas nos outros corpos desta guarnição, na conformidade do plano, que baixa com este, assignado por João Vieira de Carvalho, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra.

⁸⁴⁷ Conforme informação do próprio Exército Brasileiro. In: <http://www.1bg.eb.mil.br/historico/historico.html>

⁸⁴⁸ No Capítulo IV, na seção sobre a situação das Províncias, menciona-se a participação de soldados de várias localidades brasileiras na batalha contra Madeira. Na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, em 04/06/1823, o Deputado Cruz Gouveia recordava em discurso, por exemplo, que a Paraíba havia, por requisição da Junta de Pernambuco, enviado aproximadamente 200 soldados para reforçar as tropas brasileiras na Bahia. In: Atas da Assembleia Geral e Constituinte.

⁸⁴⁹ In: *Cardernos do CHDD*, 2008, p. 23.

que tenha pouco mais ou menos a mesma organização dos cossacos do Don e do Ural”⁸⁵⁰. Essa colônia seria composta tanto por atiradores, “sob o disfarce de colonos”, que serviriam tanto como militares, s por seis anos, quanto por puros agricultores, que em tempos de guerra poderiam servir “à maneira de cossacos, ou milícia armada”. Às duas classes foram prometidas terras no norte de Minas Gerais. O número máximo de voluntários deveria ser de 4 mil, e os militares viriam com uniforme de cossacos, “havendo as alterações que este clima exige; conservando, porém, sempre o sabre, pistola, espingarda e lança”.

A organização do primeiro batalhão estrangeiro foi iniciada em 1823, primeiramente integrado por suíços de Nova Friburgo, além de irlandeses, prussianos e outras variadas nacionalidades. Em estudo sobre os estrangeiros no Primeiro Reinado, Juvêncio Saldanha Lemos aponta que pouco de notável se passou com a unidade em 1823. Os quadros ainda eram restritos, e desfrutavam de pouco prestígio: “ridicularizado pelos militares brasileiros, cumpria despercebidamente suas guardas e dava trabalho às patrulhas disciplinares noturnas, na zona do porto”. A situação se inverteu, segundo Saldanha Lemos, a partir de 1824, com a chegada dos prussianos. Mas já eram outras as guerras, como na Cisplatina.

A principal ação de recrutamento para a Marinha ocorreu nos portos de Londres e Liverpool, no inverno europeu de 1822-1823, por ação de Felisberto Caldeira Brant e de seu vice-Cônsul, Antônio Meirelles Sobrinho⁸⁵¹. Em janeiro de 1823, a primeira leva de 125 marinheiros e 6 oficiais partiram de Liverpool, seguido por outro grupo de 45 homens. Ao longo do processo, José Honório Rodrigues⁸⁵² menciona aproximadamente 500⁸⁵³ oficiais e marinheiros ingleses contratados para a Marinha do Brasil, em 1823, dentre os quais estavam Cochrane, Taylor e Greenfell, os nomes mais conhecidos.

O americano David Jewett foi o primeiro estrangeiro a entrar no serviço brasileiro, em 6 de outubro de 1822. Taylor encontrava-se no Rio de Janeiro naquela época, com navio de sua propriedade, o *Maypu*. Foi contratado por D. Pedro e sua

⁸⁵⁰ Idem, p. 25-26.

⁸⁵¹ In: VALE, Brian “English and Irish Naval Officers in the War for Brazilian Independence”. *Irish Migration Studies in Latin America*, vol. 4, n° 3, July 2006. In: http://irlandeses.org/0607_102to114.pdf (acesso em 28/05/2014). P. 104-105.

⁸⁵² 2002, p. 148.

⁸⁵³ Rodrigues (2002, p. 150) menciona 450 oficiais. O número de 500 vem do trabalho de Guilherme Andrea Frota. In: FROTA, Guilherme de Andrea. “Organização Militar do Império do Brasil em decorrência da Emancipação Política (07/09/1822)”. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro. In: <http://www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/36.pdf> (acesso em 22/05/2014). P. 2.

embarcação renomeada *Caboclo*. No comando da Fragada *Ipiranga*, o norte-americano atuou na Cisplatina e na Bahia, para onde levou o Batalhão do Imperador⁸⁵⁴. Oficiais franceses, como o Conde Jacques de Beaupaire ou Delamare, nacionais irlandeses e alemães também estiveram presentes na Marinha Imperial.

O Exército contou igualmente com a participação de estrangeiros afora o Batalhão de Estrangeiros, principalmente oficiais franceses e alemães que participaram do esforço de guerra⁸⁵⁵. Pierre Labatut já vivia no Rio de Janeiro antes de 1822, após lutar na Independência da América espanhola. Foi recrutado para a causa brasileira e recebeu o comando das tropas brasileiras na Bahia, até maio de 1823, quando revolta dentro do comando de suas forças levou-o à prisão (como se verá no Capítulo VII). José Honório Rodrigues atribui a Labatut o sucesso – organizacional e operacional – do Exército que lutou na Bahia, o qual, apesar de todas as dificuldades, logrou vencer o General Madeira. O autor é particularmente crítico do adversário de Labatut, Felisberto Caldeira⁸⁵⁶.

Apesar das injustiças cometidas contra Labatut, especialmente uma segunda destituição, em 1829, o oficial foi reincorporado ao Exército e morreu, aclamado, na Bahia, em 1849. Esse padrão de conduta com os estrangeiros se repetiu com muitos casos durante a década de 1820 (inclusive com Cochrane), quando os portugueses voltaram a ter força junto a D. Pedro. Os oficiais eram acusados de traição, não viam as promessas do Governo brasileiro cumpridas, mas, antes de partirem, terminaram reincorporados para atuar em situações como a Confederação do Equador ou a Guerra da Cisplatina. Os registros históricos, por outro lado, são raros sobre a vida dessas personagens, a maior parte dos quais permanece praticamente desconhecida dos brasileiros, como no caso do francês Jacinto Hipólito Guion, o alemão John Bloem ou mais um francês, Theodoro Beaupaire, que era membro da Marinha portuguesa e aderiu ao Rio de Janeiro ainda no início dos confrontos de 1822.

Com esse conjunto de decisões e incorporações, foram aos poucos sendo preenchidos, entre 1822 e 1823, os claros na 1ª e 2ª linha. O esforço de guerra contou, também, com participação popular importante. Se é historicamente controversa a influência ou não da população que vivia no Reino sobre as decisões políticas da emancipação brasileira, resta claro que o povo em geral, especialmente no Norte-

⁸⁵⁴ Rodrigues, 2002, p. 153.

⁸⁵⁵ Idib, p. 170.

⁸⁵⁶ 2002, p. 261.

Nordeste, atuou intensamente nas operações militares. Em alguns casos, contra o Rio de Janeiro, ainda que, ao longo de 1822, D. Pedro tenha logrado a colocar-se como líder da causa “brasileira” e com isso arregimentar a maioria dos nascidos no Brasil.

Além dos soldados, o oficialato de D. Pedro contou com muitos brasileiros e portugueses. Rodrigues⁸⁵⁷ relata que na transição entre D. João e D. Pedro havia no Reino aproximadamente 200 brigadeiros e generais, dos quais 91 portugueses e algo como 44 cuja nacionalidade não era conhecida. Havia 10 estrangeiros confirmados, três ingleses, três uruguaios, dois franceses, um escocês e um suíço. A grande maioria desses oficiais aderiu a D. Pedro. O General baiano Luís Paulino de Oliveira Pinto da França é tido como o único Oficial-General “brasileiro” que optou pelo lado português, mas, com a fluidez das posições na época, o quadro foi mais complexo, com muitos nascidos no Brasil lutando do lado dos Constitucionalistas lisboetas, como se passou no Piauí e no Maranhão.

Além de unidades regulares criadas por D. Pedro, houve casos de corpos organizados localmente e improvisados, como no caso da “Flotilha de Itaparica”, navios adaptados que lutaram na Bahia sob o comando do conhecido “João das Botas”. Além dos Batalhões dos Henriques, muitas milícias de “pretos e pardos” se formaram em todo o Brasil⁸⁵⁸. Escravos foram também admitidos na Marinha Imperial, a partir de 25 de fevereiro de 1823⁸⁵⁹. No acampamento de Pirajá, na Bahia, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque havia arregimentado tropas de índios armados com flechas, “provavelmente motivados pela alimentação que poderiam obter junto às tropas”. Corpos de jagunços e de couraças lutaram em vários pontos Nordeste. Houve, por fim, uma mobilização de simples camponeses, agricultores e outros homens ligados às elites locais, no Nordeste, que lutaram sem treinamento e sem equipamento, e morreram anonimamente em batalhas como a do Jenipapo, no Piauí, como se verá no Capítulo VII.

Relativamente à Marinha, havia permanecido no Brasil, além de embarcações, uma estrutura de comando, herdada dos tempos de Corte. Havia órgãos comuns com o Exército⁸⁶⁰, um Conselho do Almirantado, Indendência, Contadoria, Quartel-General,

⁸⁵⁷ 2002, p. 59

⁸⁵⁸ Daróz, 2011, p. 12.

⁸⁵⁹ BROTHERHOOD, Karina. “Trabalho e organização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na década de 1820. In: Revista Navigator, nº 3, 2006. In: http://www.revistanavigator.com.br/navig3/art/N3_art1.pdf, acesso em 05/04/2014. P. 7.

⁸⁶⁰ In: Magalhães, 2001, p. 238.

Academia de Guardas-Marinha⁸⁶¹ e uma Brigada Real⁸⁶². Uma intendência também fora criada em Santa Catarina, em 1817, para apoiar as operações no sul⁸⁶³. Segundo Brian Vale, observadores estrangeiros eram críticos do funcionamento desse aparato burocrático, tido como lento e ineficaz, mas o exame dos arquivos mostra “uma maquinaria eficiente e bem administrada”⁸⁶⁴. Essa estrutura de comando foi importante para a organização da força naval do Rio de Janeiro, principalmente a partir da nomeação do Capitão-de-Mar-e-Guerra Luis da Cunha Moreira como Ministro da Marinha, em 28 de outubro de 1822. Nascido no Brasil, o futuro Visconde do Cabo Frio precisou trabalhar em várias frentes para adquirir financiamento, embarcações e principalmente, praças e oficiais para se incorporarem na nova força.

Viu-se que D. Pedro, no episódio da Divisão Auxiliadora, teve a sua disposição a Fragata *União* (posteriormente renomeada *Ypiranga*) e as Corvetas *Liberal* e *Maria da Glória*. Na verdade, a *Maria da Glória*, segundo manuscrito do Arquivo Público brasileiro⁸⁶⁵, partiu em 1º de janeiro de 1822 para missão na costa brasileira. A Corveta regressou ao Rio de Janeiro em 9 de fevereiro, encontrando a *União* e a *Liberal* bloqueando a Praia-Grande, onde estavam as tropas de Avilez. Cinco dias depois, as duas Corvetas acompanharam o comboio dos sete navios que levavam a Divisão Auxiliadora de volta a Portugal. Dois transportes que as acompanhavam, levando tropas portuguesas, escaparam da escolta e rumaram para Salvador, reforçando as tropas de Madeira⁸⁶⁶. Mais um exemplo das dificuldades que o Rio de Janeiro enfrentava quanto à lealdade dos marinheiros portugueses.

O Rio de Janeiro tinha também à disposição a barca a vapor *Bragança* e três pequenas canhoneiras⁸⁶⁷. Havia, ainda, o Brigue *Real Pedro*, o Brigue-Escuna *Real*, 13 Escunas – das quais 7 estavam no Prata – e, aproximadamente 20 navios-transporte e canhoneiras⁸⁶⁸. Na passagem da Esquadra transportando as tropas do General Francisco Maximiliano de Sousa, em fevereiro de 1822, viu-se que a Fragata *Real Carolina* foi

⁸⁶¹ Que formava os oficiais navais.

⁸⁶² Hoje Fuzileiros Navais.

⁸⁶³ Idem, p. 238.

⁸⁶⁴ VALE, Brian. *Una guerra entre ingleses*. 1ª Edição. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2005. P. 32.

⁸⁶⁵ “Descrição dos factos de Marinha, que se deram desde que se projectou a Independência do Imperio do Brasil, até o final da luta (Manuscrito copiado do Archivo Publico)” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXXVII, Parte Primeira, 1874. <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013). P. 195.

⁸⁶⁶ Bittencourt, p. 4.

⁸⁶⁷ Rodrigues, 2002, p. 65.

⁸⁶⁸ In: MARINHA DO BRASIL. “A Marinha Imperial e a Independência do Brasil”. In: www.mar.mil.br (acesso em 12/01/2012).

conquistada pelo Rio de Janeiro e mais tarde renomeada *Paraguaçu*. Essa embarcação, junto com uma charrua, fez importante serviço de buscar os soldados pernambucanos em Montevideu e levá-los ao Recife, reforçando os quadros que lutavam contra Madeira. Esse trânsito entre Montevideu e as outras Províncias não foi planejado apenas do lado brasileiro. Madeira manteve permanente correspondência com o General Álvaro da Costa, com quem planejou ações contra o Rio de Janeiro e uma eventual transferência das forças portuguesas em Montevideu para a Bahia⁸⁶⁹.

O núcleo inicial da Marinha do Brasil contava, assim, com duas Fragatas, a *União* e a *Real Carolina*, as Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, além de alguns Brigues, Escunas, Navios-Transporte e Canhoneiras. A Nau *Martim de Freitas*, que se encontrava em reparos no arsenal do Rio de Janeiro, foi incorporada posteriormente, em 10 de novembro de 1822. A data é registro importante para a Marinha do Brasil, pois foi na Nau, rebatizada *Pedro I*, que se hasteou pela primeira vez a bandeira do Império. Em termos formais, foi nesse momento em que nasceu a Marinha brasileira.

Havia também um Batalhão da Brigada Real da Marinha, antecessor dos atuais Fuzileiros Navais. Em 24 de outubro de 1822, Decreto de D. Pedro reorganizou a unidade, que passou a se denominar Batalhão de Artilharia da Marinha. Contava com 54 oficiais, 74 sargentos, 71 cabos e 3.759 soldados artilheiros, além de músicos⁸⁷⁰. Aproximadamente mil homens operaram nos navios da esquadra, outros em fortalezas e outros estabelecimentos.

Com essa Marinha ainda em processo de formação, D. Pedro foi capaz de enviar Labatut à Bahia, em julho de 1822, com uma força naval comandada pelo Almirante Rodrigo de Lamare. Eram apenas quatro navios, a Fragata *União*, as Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal* e Brigue *Reino Unido*. A maior parte da tripulação se recusou, porém, a combater, ameaçando uma rebelião. Em registro do Diário do Governo de Lisboa⁸⁷¹, em 24 de janeiro de 1823, o Ministério português da Marinha informa a criação de Conselho de Guerra para o Capitão-Tenente Augusto José de Carvalho, que servira a bordo da Corveta *Maria da Glória*, navio da esquadra que levou Labatut à Bahia. O oficial recusou-se a continuar na Marinha brasileira, regressando a Lisboa, onde foi julgado pela participação ao lado dos “facciosos”, ou seja, dos brasileiros.

⁸⁶⁹ In: *História Naval Brasileira*, 1975, p. 17.

⁸⁷⁰ In: Alba Carneiro Bielinski, *Os Fuzileiros Navais na História do Brasil*, op. cit., p. 29.

⁸⁷¹ Diário do Governo de Lisboa nº 21, em 24/01/1823. Op. cit., p. 143

A insegurança com relação ao corpo naval disponível foi, assim, questão de alta sensibilidade, exemplificada também pelo episódio da guarnição da Escuna *Maria Teresa*, que, dirigindo-se a Montevideu, sofreu revolta que prendeu o Comandante e terminou com a entrega do navio aos portugueses⁸⁷². Tanto a oficialidade quando os praças eram quase exclusivamente europeia.

Segundo Guilherme de Andrea Frota⁸⁷³, a composição inicial da Marinha brasileira tinha 10 almirantes, 13 Capitães-de-Mar-e-Guerra, 22 Capitães-de-Fragata, 27 Capitães-Tenentes, 18 Primeiros-Tenentes, 42 Segundos-Tenentes, 14 Guardas-Marinhas. Ao todo, eram 115 oficiais e 19 aspirantes, número insuficiente, mesmo não se tendo em conta as desconfianças que poderiam surgir sobre a confiabilidade desses oficiais no combate contra seus camaradas que haviam optado por Lisboa.

Ademais da proteção do Rio de Janeiro e das operações relacionadas à Bahia, a nascente Marinha brasileira desempenhou funções em praticamente todo o Brasil. As embarcações saíram para levar emissários a diversas Províncias, na busca pela adesão ao Rio de Janeiro. Realizaram importantes operações, ao longo de todo o ano de 1822, na Cisplatina. Esquadras foram enviadas a essa Província para pressionar as tropas portuguesas a se retirarem⁸⁷⁴, ou para enviar reforços ao Barão da Laguna, que comandava o cerco brasileiro a Montevideu. A Marinha esteve ativa ao longo de todo o ano de 1822, e tornou-se decisiva em 1823, para finalizar a guerra e garantir a adesão de todas as Províncias ao Império.

O impulso maior para a formação de uma Marinha brasileira mais organizada e bem equipada foi dado em fins de 1822 e início de 1823, com a compra de novos meios, a chegada de Cochrane e o recrutamento de estrangeiros. Entre a adesão de navios da Marinha portuguesa, a construção de embarcações nos estaleiros brasileiros e os esforços de compra de meios e de equipamentos no exterior, especialmente no Reino Unido e nos EUA, D. Pedro logrou, em 1823, a organizar uma Marinha forte.

Em 2 de abril de 1823, partiu para a Bahia esquadra comandada pelo Almirante Cochrane, composta pelos principais navios à disposição do Império. Cochrane menciona, em sua *Narrativa de Serviços*⁸⁷⁵, o Decreto de 19 de março de 1823, pelo qual ficavam assignadas a seu serviço a *Nau Pedro I*, as Fragatas *União* (*Ypiranga*),

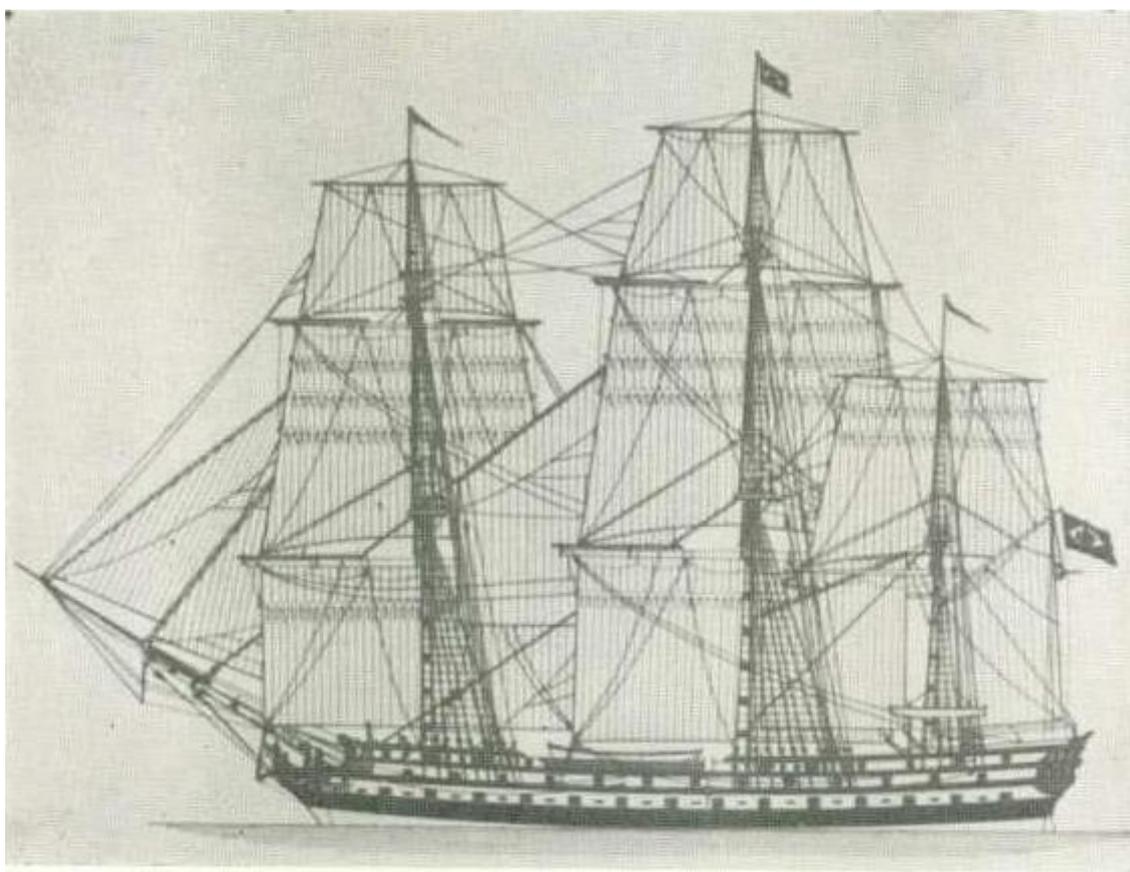
⁸⁷² In: FROTA, Guilherme de Andréa. *A Marinha do Brasil nas Lutas da Independência*. Palestra realizada em Soamar, São Paulo. São Paulo: Marinha do Brasil, 1986. P. 7

⁸⁷³ 1986, p. 8

⁸⁷⁴ Vide, por exemplo, menção ao tema no supracitado manuscrito publicado pela *RIHGB*, sobre a Marinha brasileira. 1874, p. 198.

⁸⁷⁵ 2003, p. 45.

Niterói e *Real Carolina* (depois *Paraguassú*), as Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, o Brigue *Guarani*, e as Escunas *Real* e *Leopoldina*. O Almirante registra em página posterior, entretanto, ter partido em 3 de abril, com apenas quatro embarcações, a *Pedro I*, a *Ypiranga*, a *Maria da Glória* e a *Liberal*⁸⁷⁶, ademais do apoio logístico do *Guarani* e da *Real*. Cochrane avaliava positivamente a situação daqueles quatro navios, especialmente a *Pedro I*, mas desconfia da qualidade da marinhagem. Elogiava também a situação da *Maria da Glória*, navio de origem norte-americana que não era necessariamente o mais apropriado para o serviço, mas que contava com parte da tripulação de origem francesa e era comandada por Beaupaire⁸⁷⁷. Posteriormente se uniram à esquadra na Bahia a Fragata *Niterói*, os Brigues *Cacique* e *Caboclo*, o Brigue-escuna *Rio da Prata*, os quais ainda estavam em preparação, quando da partida de Cochrane.⁸⁷⁸



Nau Pedro I, capitanea de Lorde Cochrane

⁸⁷⁶ Idem, p. 54.

⁸⁷⁷ Idem p. 41. Cochrane ainda registra que a *Maria da Glória* foi originalmente construída nos EUA por encomenda chilena. Ainda em Buenos Aires, no caminho ao Chile, os donos da embarcação enviaram pedido de complementação de pagamento, que foi recusado. O capitão do navio decidiu, então, partir e, chegando ao Rio de Janeiro, vendeu-o a D. Pedro.

⁸⁷⁸ A relação apresentada por Cochrane (2003, p. 200) coincide com aquela mencionada pelo manuscrito publicado, em 1874, pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

O Capelão da Esquadra de Cochrane⁸⁷⁹, registra ter a esquadra partido em 1º de abril (e não no dia 3, como diz o Almirante), relacionando diretamente 9 navios (*Pedro I*, *Ypiranga*, *Real Carolina*, *Niterói*, *Maria da Glória*, *Liberal*, *Guarany*, *Leopoldina* e um Brigue-escuna não nomeado), ainda que três deles tivessem partido posteriormente. Totalizavam 278 canhões e aproximadamente 2 mil marinheiros.

A esquadra de Cochrane não incluía toda a Armada. Outras embarcações foram sendo incorporadas ao longo de 1823 ou já estavam a serviço, em outras localidades. Excluídas as presas realizadas por Cochrane, e incorporadas já no fim das operações (como o Brigue *Maranhão*, ex-*Infante Dom Miguel*), a Marinha brasileira esteve integrada, ao final do período, pelas seguintes embarcações e marinheiros, que serviram em diferentes pontos do Brasil, especialmente na Bahia, Maranhão-Pará e Cisplatina⁸⁸⁰:

PRINCIPAIS NÚMEROS DA MARINHA DO BRASIL EM 1823

| NAVIO | TRIPULAÇÃO (praças) | CANHÕES |
|---|---|---|
| Nau <i>Pedro I</i> | 600 (800 depois das medidas de Cochrane na Bahia) | 74 (de calibre 32, 24 e 18), tendo chegado a 82 |
| Fragata <i>União</i> (depois <i>Ypiranga</i> ou <i>Piranga</i>) | 360 | 50 ⁸⁸¹ |
| Fragata <i>Real Carolina</i> (depois Paraguassú) | 300 | 46 |
| Fragata <i>Niterói</i> (ex- <i>Sucesso</i> , também chamada <i>Nitheroy</i> ou <i>Nichteroy</i>) | 300 | 42 |
| Fragata <i>Thetis</i> (ou <i>Tetis</i>) | 300* | 47 |
| Corveta <i>Maria da Glória</i> (ex- <i>Horácio</i> ⁸⁸²) | 200 | 28 |
| Corveta <i>Liberal</i> (ex- <i>Gaivota</i>) | 200 | 22 |
| Brigue <i>Bahia</i> ⁸⁸³ | nd | 20 |
| Brigue <i>Caboclo</i> (ex- <i>Maipú</i> , comprado de David Jewett) | 150* | 18 |
| Brigue <i>Leopoldina</i> (depois <i>Cacique</i>) | 150 | 16 |
| Brigue <i>Guarany</i> (ex- <i>Nightingale</i> , navio mercante britânico) | 150 | 16 |
| Brigue <i>Real João</i> | nd | 16 |
| Brigue <i>Diligente</i> | nd | 16* |

⁸⁷⁹ 1937.

⁸⁸⁰ A estimativa de praças e canhões é realizada com base em Paixão e Dores (1938, p. 190), Rodrigues (2002, p. 123), no manuscrito publicado na *RIHGB* de 1874 (p. 200), Bittencourt (p. 5), Dias Tavares (1977, p. 128) e Andrea Frota (1986, p. 2). Os dados técnicos sobre os navios provêm do sítio eletrônico Navios Brasileiros, (www.naviosbrasil.com.br), do sítio eletrônico Three Decks (www.threedecks.org) e de MENDONÇA, Mário F. & VASCONCELOS, Alberto. Repositório de nomes dos navios da esquadra brasileira. 3ª edição. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1959. Vide também OFÍCIO do capitão de Mar e Guerra graduado, Rodrigo Martins da Luz ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Inácio da Costa Quintela, remetendo informação sobre o estado dos navios que ficaram no Rio de Janeiro e no Rio da Prata. Em 13 de maio de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_17, Cx. 291, D. 20584.

⁸⁸¹ 62, segundo Guilherme de Andrea Frota.

⁸⁸² Adquirida originalmente pelo Chile, nos EUA.

⁸⁸³ Ex-*Colonel Allen*, transportou Cochrane ao Rio de Janeiro e foi adquirido por D. Pedro.

| | | |
|---|--------------------|-----------|
| Brigue-Escuna <i>Atlante</i> (adquirido por Labatut em 1823, na Bahia) | <i>nd</i> | 14 |
| Brigue-Escuna <i>Real Pedro</i> | 150 | 14 |
| Brigue <i>Cacique</i> (antes <i>Reino Unido</i>) | 150* | 14* |
| Barca <i>Bragança</i> (primeira embarcação a vapor da Marinha do Brasil) | <i>nd</i> | <i>nd</i> |
| Brigue-Escuna <i>Rio da Prata</i> (antigo <i>Leopoldina</i>) | <i>nd</i> | 10 |
| Escuna <i>Real</i> | <i>nd</i> | 10* |
| Escuna <i>Catarina</i> | <i>nd</i> | 10* |
| Escuna <i>Cossaca</i> | <i>nd</i> | <i>nd</i> |
| Escuna <i>Carlota</i> | <i>nd</i> | 10* |
| Brigue-Escuna <i>Independência ou Morte</i> | <i>nd</i> | 18 |
| Escuna <i>Atalante</i> | <i>nd</i> | 10 |
| Charrua <i>Luci</i> | <i>nd</i> | <i>nd</i> |
| Charrua <i>Lucônia</i> ⁸⁸⁴ | | |
| Flotilha do Uruguai ⁸⁸⁵ - Escunas e barcos armados: <i>Seis de Fevereiro, D. Álvaro da Costa, D. João Mascarenhas, D. Pedro I, Dom Sebastião, Kalmuka, Manuelina e Velha de Diu</i> | <i>nd</i> | 10+ |
| Flotilha de Itaparica, liderada por João das Botas e composta pelos barcos armados <i>Pedro I, Dona Leopoldina, Maria da Gloria, Dona Januaria, Paula Marianna, S. Francisco, Cachoeira e Vinte e Cinco de Junho</i> ⁸⁸⁶ | 373 ⁸⁸⁷ | 19 |
| Balandra <i>Ana de Jesus Maria</i> | <i>nd</i> | 1 |
| Corpo da Brigada Real (Fuzileiros Navais) | 4.000 + | - |

* - Estimativa realizada com base nas embarcações de mesma categoria

É preciso ressaltar, da lista apresentada, que nem todos navios foram utilizados nas mesmas operações ou ao mesmo tempo. Como é corriqueiro em organizações militares, alguns navios se encontravam em manutenção ou incapacitados de utilização, outros em missões distintas. Cochrane tinha uma importante esquadra a sua disposição (vide Capítulo VI), mas viu tão pouca utilidade em algumas unidades que decidiu transformá-las em “burlotes”, ou seja, navios incendiários que eram jogados sobre os inimigos.

A Marinha brasileira que saiu da Guerra de Independência era significativa, mesmo em comparação com algumas congêneres europeias (excluindo, logicamente, a esquadra britânica). Vale⁸⁸⁸ menciona 28 navios e 382 canhões em 1823, número equivalente ao apresentado no quadro acima no que diz respeito aos navios (o autor não

⁸⁸⁴ Em fins de 1823, esta Charrua transportou José Bonifácio e outros deputados para o exílio.

⁸⁸⁵ A maior parte aderiu à Independência em novembro de 1822.

⁸⁸⁶ CALMON DU PIN E ALMEIRA, Miguel. “Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia em Prol da Regência e do Imperio de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro I e da Independência Política do Brazil”. Bahia, Typographia Nacional, 1823. In: Biblioteca Nacional, Hermeroteca Digital Brasileira. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=130605&pasta=ano%20182&pesq=> (acesso em 19/10/2014).

⁸⁸⁷ A publicação da MARINHA DO BRASIL, *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência*, inclui outros 9 barcos e eleva os marinheiros a 710. Op. cit., p. 12.

⁸⁸⁸ 2006, p. 106.

leva em conta a “Flotilha de Itaparica”, que lutou na Bahia). O cálculo do número de canhões é mais variável, normalmente pelo fato de se contarem apenas as principais embarcações (Naus, Corvetas, Fragatas e Brigues), variando entre os 380 mencionados por Vale e um número máximo de 500 bocas de fogo. Ao longo de todo o período persistiram problemas com o recrutamento de oficiais e marinheiros.

Mais importante para o período, como mencionado acima, a Marinha não parou de se expandir a partir de 1823. Já em 1824, a Armada tinha 48 navios e 620 canhões. Mais um ano e, em 1825, eram 65 navios, com 690 canhões, e outras 31 pequenas lanchas armadas. Estava essa força composta de uma Nau, 6 Fragatas, 5 Corvetas, 18 Brigues, 19 Escunas (“goletas”) e 16 pequenas canhoneiras. Dessas embarcações, as 6 Fragatas tinham menos de 8 anos de idade, ao passo que as Corvetas variavam bastante no período de construção. Outras embarcações estavam em construção nos arsenais do Rio de Janeiro, Pará e Bahia⁸⁸⁹. Algumas outras, como foi o caso da Corveta *Carioca* e do Brigue *Maranhão*, foram incorporadas, em 1823, a partir da captura de navios portugueses pela Esquadra de Cochrane. Foram, ao todo, 62 embarcações apresadas, conforme relação da Comissão de Presas da Marinha brasileira, utilizada para o cálculo das indenizações correspondentes⁸⁹⁰.

Da Marinha portuguesa, portanto, veio a base da Armada, mas, no período 1822-1825, a Marinha brasileira mais do que duplicou de tamanho, por meio das aquisições, apresamentos e contratação de novos corpos de marinha, no Brasil e no exterior. Tornou-se, nessa época, segundo a avaliação de Brian Vale⁸⁹¹, a força naval mais poderosa das Américas (incluindo os EUA).

Todos esses esforços para a construção do Exército e da Marinha brasileiros não enfrentaram apenas o desafio organizacional e de recrutamento. Sofrendo com severas dificuldades financeiras, o Rio de Janeiro precisava encontrar recursos para financiar os soldos, as requisições de materiais e a aquisição dos equipamentos no exterior.

⁸⁸⁹ Idem, p. 33.

⁸⁹⁰ “Mappa dos navios apresados pela Esquadra Brasileira durante a guerra da independência do Brasil, desde 21 de Março de 1823 a 12 de Fevereiro de 1824, com designação de seus valores e mais circunstancias abaixo designadas que serviram de base para a partilha da quantia de 252:351\$656, votada para indemnização das mesmas presas pelos reclamantes que foram julgados com direitos a ellas, de conformidade com a Lei nº 834 de 16 de Agosto de 1855 e Decreto nº 1708 de Dezembro do mesmo anno”. Organizado por Garcez Palha, com bse em original existente no arquivo da Contadoria de Marinha. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo L, 3º Folheto de 1887, 1887. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 18/12/2013). P. 267. Outro documento relacionado ao tema é a RELAÇÃO dos navios da praça de Lisboa que foram tomados ou destruídos pela esquadra ou governo do Rio de Janeiro. Em 23 de abril de 1825. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx. 293, D. 20787.

⁸⁹¹ 2005, p. 31.

A conta da guerra de unificação brasileira foi paga localmente, pelos partidários do Rio de Janeiro, em praticamente todas as Províncias. Para preparar as Forças Armadas, recorreu-se aos impostos alfandegários e contribuições das Províncias que apoiavam D. Pedro. Para a força enviada contra Madeira, em julho de 1822, D. Pedro recorreu a empréstimo de quatrocentos contos⁸⁹². Poucos meses depois, também fundamentando na mobilização financeira no Brasil, José Bonifácio enviou ofício a Caldera Brant, em Londres, com autorização de recursos para acertar a compra de 2 fragatas armadas (oferecidas pelo Capitão Thompon) e para o recrutamento de mercenários⁸⁹³. Grande parte da mobilização financeira feita no Rio de Janeiro resultou em significativa dívida interna, fundamentalmente recaída no Banco do Brasil⁸⁹⁴.

Também em 30 de julho de 1822, por meio de Decreto, foi ordenada a contratação de outro empréstimo “para fazer face às mais urgentes despesas do Estado”. Outras coletas foram realizadas posteriormente. O representante diplomático dos EUA, Condy Raguet⁸⁹⁵, avaliava que o maior peso do esforço de guerra coube ao Rio de Janeiro, apesar das serias dificuldades de dinheiro enfrentadas (“este Governo está fortemente destituído de meios para levar uma guerra em Província distante, de onde está separado por estradas intransitáveis”). O diplomata tinha informações de que “nem um dólar foi ainda contribuído por qualquer das Províncias”.

Esses recursos, logicamente, diziam respeito aos preparativos militares nacionais, concentrados no Rio de Janeiro. Nas Províncias, a maior parte do esforço financeiro da guerra foi realizado pelos locais. Não apenas o Rio de Janeiro, mas em todas as Províncias, dos dois lados da contenda, foram realizadas subscrições com o fim de levantar recursos. Como visto anteriormente, o Batalhão de Algarve havia partido de Pernambuco, em fins de 1821, com três meses de soldo adiantado, pago pelos pernambucanos. O mesmo se passou com a Divisão Auxiliadora, no Rio de Janeiro.

No caso da Marinha, foi lançado, por Decreto de 28 de janeiro de 1823, programa de contribuições voluntárias para a organização e a aquisição de meios. Tratou-se de contribuição paga mensalmente pelos cidadãos da Capital e de outras cidades do Império, que teve D. Pedro I e D. Leopoldina como primeiros investidores. O projeto previa que “em cada cidade, vila ou julgado, a respectiva câmara nomeará agentes, que promovam este donativo, e um tesoureiro que o receba; além destes,

⁸⁹² In : Varnhagen, 1957, p. 126.

⁸⁹³ Ofício de 4/10/1822. In: www.obrabonifacio.com.br.

⁸⁹⁴ José Honório Rodrigues, 2002, p. 317.

⁸⁹⁵ Despacho de 25 de novembro de 1822. In: Manning, 1925, p. 752.

nomeará arrecadadores, pelos quais se repartirão as ruas, ou bairros (...)”⁸⁹⁶. A subscrição tinha validade de três anos e foi muito exitosa, inclusive com a contribuição de entidades coletivas, permitindo a aquisição de navios de guerra, principalmente nos EUA e no Reino Unido.

Mareschal comentou, em 10 de fevereiro de 1823⁸⁹⁷, a mobilização por recursos para a Marinha, que estaria sendo realizada por “um preço módico e acessível a praticamente todo indivíduo”. Registrou que a Província de Campos ofereceu-se para equipar toda uma fragata. O diplomata austríaco também informou sua Capital que oficiais portugueses que recusaram a servir na armada brasileira foram reenviados a Lisboa e menciona aspectos da organização da força terrestre. Disse que foram formados vários batalhões nas Províncias, “o que aumenta a ação e a força do Governo nesses pontos”.

Mais importante, Mareschal ressaltou como o oferecimento de oficiais para a Guarda de Honra do Imperador, vindos das elites de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, criava um novo vínculo entre essas famílias provinciais e a pessoa do soberano. Essa nova vinculação contribuiu para o reforço do poder central do Imperador, diminuindo, ao longo de 1822, as possibilidades de revoltas próximas ao Rio de Janeiro, como aquela de Minas Gerais, em fevereiro-abril de 1822.

Por fim, ademais da organização das forças e da busca por seu financiamento, o Príncipe-Regente, depois Imperador, emitiu uma série de proclamações contra as forças portuguesas e seus partidários, deixando patente a guerra que se fazia, como se mencionou, anteriormente, no caso das duas proclamações, de 1º de junho de 1822 e de 15 de junho de 1822, contra Madeira.

Como visto no fim do Capítulo anterior, após a Proclamação de 1º de agosto de 1822, que declarava inimigas as tropas portuguesas no Brasil, D. Pedro emitiu inicialmente, em 18 de setembro de 1822⁸⁹⁸, “uma amnistia geral para as passadas opiniões políticas”. A medida vinha, entretanto, condicionada, excluindo aqueles que estivessem presos ou em processo judicial, e determinava que todos os aderentes passassem utilizar braçadeira com o mote “Independência ou Morte”. Todos aqueles

⁸⁹⁶ In: LEITÃO DE CARVALHO, General E.. “Forças Armadas”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 195, abril-junho de 1947. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 24/11/2013). P. 7.

⁸⁹⁷ Ofício nº 3, de 10/02/1823. In: *RIHGB*, 1973.

⁸⁹⁸ Decreto de 18/09/1822. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1822*, Página 46 Vol. 1 pt II. www.camara.gov.br

que não aceitassem a causa brasileira tinham 4 meses para abandonar o país. Se resistissem, seriam “processados sumariamente”.

Novo ultimato apareceu em 21 de outubro de 1822. D. Pedro afirmava em proclamação aos Portugueses que “toda a força he insuficiente contra a vontade de hum povo”, e reiterava o prazo de quatro mezes para que os portugueses presentes no Brasil escolhessem entre a continuação de uma “amizade”, que significava aderir ao Império, “ou a guerra mais violenta, que só poderá acabar com o reconhecimento da Independencia do Brasil, ou com a ruina de ambos os Estados”⁸⁹⁹. D. Pedro também adotou medidas alfandegárias contra Portugal, pelo Decreto de 30 de dezembro de 1822⁹⁰⁰, com a justificativa de que

“havendo Portugal pela cruenta e injusta guerra que faz ao Brazil rompido os antigos laços de amisade, que reciprocamente prendiam ambos os Estados, e por conseguinte perdido o direito a continuação de favores mais que graciosos”.

Uma das medidas mais contundentes – e mais representativas do estado de guerra entre o novo Império e o Reino de Portugal – foi a emissão de regras para o curso contra os navios portugueses⁹⁰¹. Nos vários artigos do Alvará, foram estabelecidos os parâmetros para a atividade, inclusive no que diz respeito ao traje a ser utilizado pelos corsários. Justificava-se D. Pedro pela necessidade e justiça de se repelir “por todos os modos os ataques que o Governo de Portugal, instigado pelo seu demagogico Congresso”, autorizando, assim, aos nacionais e estrangeiros armarem corsários que, “durante a presente lide com aquelle Reino, se empreguem igualmente contra as suas propriedades”.

No mesmo tom da guerra que se passava, estimava a medida que os corsários, “tendo attenção ao glorioso motivo da presente guerra, preferirão em todas as occasiões hostilizar os navios de guerra inimigos, seus transportes e correios”. A medida causou sensação em Portugal, como se vê no Diário do Governo de 3 de fevereiro de 1823, na qual a Secretaria de Negócios da Marinha informava que “serão adotadas as medidas de segurança, que as circunstancias lhe permitirem”⁹⁰².

⁸⁹⁹ In: *Coleção de Decretos e Leis*, p. 14.

⁹⁰⁰ In: *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1822*, Página 106 Vol. 1 pt II (Publicação Original). In: www.camara.gov.br

⁹⁰¹ Alvará de 30 de dezembro de 1822. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil - 30/12/1822*, Página 108 Vol. 1 pt II. In: www.camara.gov.br

⁹⁰² In: *Diário do Governo*, nº 29, dia 03/02/1823, p. 216.

O Imperador ainda expediu, em 14 de janeiro de 1823, Decreto⁹⁰³ com condições para admissão dos súditos de Portugal, pois

“depois dos opressivos e injustos procedimentos de Portugal contra o Brasil, que motivaram a sua Independencia Politica, e absoluta separação, seria contradictoria com os principios proclamados, indecorosa, e até arriscada a admissão franca dos subditos de Portugal em um paiz, com o qual aquelle Reino se acha em guerra” (grifo nosso).

Pelo decreto, os portugueses deveriam comparecer perante um juiz, para “prestar fiança”. No caso de pretender instalar-se definitivamente no Brasil, deveria a pessoa apresentar-se à Câmara do local e jurar fidelidade à causa do Brasil.

Inserida nesse contexto belicoso, também a Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro procurou adotar medidas de apoio às forças brasileiras em guerra no Norte-Nordeste e de pressão sobre as Províncias que ainda resistiam a aderir. Em 30 de junho de 1823⁹⁰⁴ foi debatido projeto de Lei em que se declarava que todas

“as Povoações deste Imperio já declaradas pela sua Independência, que sem serem coactas por força militar, se desunirem, fazendo causa comum com Portugal, ficarão fora das leis ordinárias, para serem tratadas militarmente na forma declarada nos artigos seguintes”.

O texto era duro, prevendo até a pena de morte para os brasileiros que se rebelassem. Votado em regime de urgência, o projeto dá conta do frágil estado no qual se encontravam até mesmo as adesões políticas já feitas ao Rio de Janeiro. Mostra também como havia resistências não negligenciáveis ao Império, e a importância do uso da força militar nesse processo.

O que prevaleceu na retórica e nos atos, portanto, foram os ultimatos e proclamações pela adesão ou pela partida do Brasil, com a exigência de juramentos à causa brasileira. E sempre com o Imperador, e o Governo, deixando claro o estado de guerra que se encontrava o Império contra Portugal. Com o processo emancipatório em marcha, entre mobilizações políticas e militares, havia, ao fim de 1822, um Brasil independente. Não era, porém, o Brasil que conhecemos hoje, nem havia garantias de que ele terminasse unido.

⁹⁰³ In: *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1823*, Página 6 Vol. 1 (Publicação Original)

⁹⁰⁴ Ata da Assembleia Geral e Constituinte do Rio de Janeiro, p. 333.

As adesões, como já ressaltado, vieram em fins de 1822 e início de 1823, não sem atritos nas Províncias. Uma parte do antigo Reino, no entanto, resistia à aderir à Independência, levando a guerra aos pontos estratégicos do Brasil. Para solucionar esse conflito e unificar o Brasil, D. Pedro utilizou a força que preparou ou que aderiu a ele. As operações militares mobilizaram milhares de soldados, para enfrentar os partidários das Cortes, os quais também se esforçavam em resistir ao movimento do Rio de Janeiro.

2) DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO

A esta mesma sabedoria, e ás medidas de conciliação, com que haveis procurado manter a integridade do Reino Unido, e estreitar os laços fraternais, que nos ligão com os Portuguezes do Brazil, deverão, eu o espero, as províncias dissidentes o retorno da sua tranquillidade, e dos bens que só podem esperar da união com os Portugueses da Europa. Este assumpto, Senhores, provoca recordações, que muito custão ao meu coração⁹⁰⁵.

Ao título de “Províncias Colligadas”, estabelecidas pelo Rio de Janeiro no primeiro semestre de 1822, Lisboa retrucou com a acusação contra as “Províncias Dissidentes” ou “Províncias Rebeldes”. O primeiro termo foi utilizado frequentemente nas Cortes de Lisboa⁹⁰⁶, ao passo que o segundo se tornou oficial por lei do Governo português: aprovada em 14 de janeiro de 1823 e publicada dez dias depois⁹⁰⁷, a medida das Cortes declarava “rebeldes” as Províncias que desobedeciam a Constituição portuguesa, “ou reconhecem o rebelde Governo do Rio de Janeiro”.

As Cortes incluíram nesse grupo rebelde as Províncias do Ceará, “Parahiba do Norte”, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo, contra os quais era retirado o direito de representação no Parlamento português. Eram, principalmente, os dois impulsionadores do polo carioca, Rio de Janeiro e São Paulo, além das Províncias próximas de Pernambuco, outro foco de fortes críticas dos deputados. Havia, especialmente, cuidado de limitar a estimativa de adesões ao Rio de Janeiro, a fim de mostrar que não havia maioria a favor de D. Pedro. Mas a preocupação maior dos

⁹⁰⁵ Discurso do Rei, D. João VI, em 04/11/1822, na última Sessão das Cortes Geraes, Extraordinárias, e Constituintes. In: Atas das Cortes de Lisboa.

⁹⁰⁶ Vide, por exemplo, ata da sessão das Cortes de 10/01/1823. In: Diário do Governo, p. 55.

⁹⁰⁷ In : Diário do Governo, nº 24, 24/01/1823, p. 143.

parlamentares portugueses foi a situação do nordeste brasileiro, considerado a zona central e estratégica do Reino. Ele foi o objeto de maior disputa.

A lei de 14 de janeiro de 1823 oficializava, do lado português, a guerra contra o Rio de Janeiro. A distinção semântica poderá ter obscurecido um pouco essa realidade, mas o fato é que a decretação da “rebelião” estabelecia um curso claro de ação: os rebeldes ou eram convencidos a ceder, ou seriam vencidos com o uso da força. Como ocorrera em Pernambuco, em 1817. A mesma lógica era seguida pelo Governo português. Muitas vezes não se falava em guerra, pois consideravam que o Brasil ainda era parte de Portugal, como declarava a própria constituição portuguesa. Não se deixou, porém, de tomar as medidas possíveis, na época, para conter a rebelião. As Cortes portuguesas chegaram a cogitar, inclusive, do estabelecimento de uma Regência para o Brasil, como se observa nos debates das Cortes portuguesas de janeiro e fevereiro de 1823⁹⁰⁸. Alguns Deputados estimavam mais conveniente o envio de um General com plenos poderes para subjugar os “facciosos”⁹⁰⁹. Muitas vezes continuavam a propugnar o reforço das tropas e a continuidade da luta. A questão era determinar quais eram essas medidas possíveis para o Governo de Lisboa.

Todas as decisões das Cortes e do Governo eram aprovadas também por deputados brasileiros que ainda se encontravam em Lisboa. Alguns, como o Bispo do Pará ou o Deputado Pinto de França⁹¹⁰, permaneceram nas Cortes até o fim da unificação, e apoiaram as medidas de força.

Não faltaram, é bem verdade, vozes de conciliação dos dois lados do Atlântico, algumas das quais escondiam, no entanto, o intento de adquirir preponderância política sobre o outro polo. Medida nesse sentido foi a aceitação de permanência de D. Pedro no Brasil, publicada em 23 de julho de 1822. A decisão reconhecia o “Fico” e estabelecia que o Príncipe ficaria provisoriamente no Rio de Janeiro, até a publicação da Constituição. O gesto, entretanto, vinha com elementos dificilmente aceitáveis para as Províncias Colligadas, a sujeição dessas não apenas ao Rei, mas também às Cortes, sendo os Secretários de Estado nomeados pelo Rei. Quando da aprovação da medida, a Constituinte brasileira já havia sido convocada, as notícias da Bahia eram de guerra, e a esquadra com Labatut já havia partido. D. Pedro já não tinha mais como voltar a trás no

⁹⁰⁸ Conforme registraram as atas das sessões das Cortes nesse período.

⁹⁰⁹ Conforme observado na sessão de 07/02/1823. In: Diário do Governo, nº 34, 08/02/1823, p. 249.

⁹¹⁰ “Nada mais posso dizer: em fim, algumas Províncias do Brazil romperão a união: com razão a magoa se manifesta; mas aonde deve, Senhores, conduzir-vos a magoa? Á segurança do nosso bem obrar, á justiça para com as outras Províncias, esta justiça está no Parecer da Comissão; approve-se este parecer”. Diário do Governo, nº 36, em 11/02/1823, p. 269.

seu enfrentamento com as Cortes, nem os outros ventos de Lisboa possibilitavam um retorno da confiança a elas.

Outro exemplo conciliatório foi o caso do Deputado Fonseca Rangel, que em discurso nas Cortes, em 10 de fevereiro de 1823, contra-argumentou a posição do Deputado Moura, que defendia aumento da força armada portuguesa, inclusive para ser enviada ao Brasil⁹¹¹. Fonseca Rangel propôs em sua fala a aprovação de indicação que suspendia as ações militares no território brasileiro e buscava caminhos para o entendimento. É interessante notar que, nesse discurso, Fonseca Rangel foi crítico da posição da Santa Aliança, não entendendo o Portugal vintista como próximo daquele mecanismo diplomático europeu. As posturas de conciliação, ao longo de 1822 e início de 1823 eram, entretanto vozes minoritárias.

Para todos os efeitos, em janeiro de 1823, no momento da oficialização da “rebeldia”, as Cortes já estavam adiantadas nas medidas militares contra o Rio de Janeiro. A guerra estava em curso. Começara, na prática, em julho de 1822, com a partida da esquadra que levava Labatut para a Bahia. Como se viu acima, já em 1º agosto de 1822, D. Pedro havia declarado as forças portuguesas oficialmente “inimigas”. Essas declarações tinham consequências precisas.

Antes mesmo de julho, a tensão e o clima de confronto estava no ar em Lisboa. O ano de 1821 dera proeminência aos constitucionais, como se viu na primeira parte do Capítulo IV, mas incluiu medidas das Cortes que mostravam no mínimo um receio com o que se passava no Brasil. Após fevereiro de 1822, como menciona Luís Henrique Dias Tavares⁹¹², Madeira passou a solicitar de Lisboa mais reforços às suas forças, “para conservar o Brasil”. Em outra correspondência, em 10 de setembro de 1822, Madeira dizia que “o Brasil, Senhor, já não pode recuperar-se, e conservar-se senão pela

⁹¹¹ “Parece-me que em vão se fará o que diz o Sr. Moura para aumentar a Força, se por outro lado lhe franqueamos portas para a diminuição, pelo modo que ponderou o Sr. Silveira, isto he mandando frequentes expedições para o Brasil, o que não reprovoo em quanto se tratar de ir proteger os bons Portuguezes da Bahia e de outras Provincias fieis, para que salvem suas pessoas e cabedais; mas reprovoo, e reprovarei sempre que se empreenda neste momento empregar o fogo e ferro para subjugar o Brazil; por que nos he impossivel dispor prudentemente de gente e de dinheiro para essa empresa sublime e árdua: ofereço por isso para ser unido á indicação do Sr. Moura, e com ella remetida á Commissão esta propozicão que remeto para a meza. (O Sr. Bernardo da Silveira havia dito que fizera uma indicação de suspensão das tropas da Bahia) Xavier Monteiro também foi contra a suspensão do envio de tropas para a país, “porque além de ser contra a Dignidade Nacional o perder assim um Reino, era dar a entender á Santa Alliança, que nós receávamos das suas tentativas”. In: Diário do Governo de Lisboa, nº 36, 11/02/1823, p. 274

⁹¹² 1977, pp. 53 e 58.

força”⁹¹³. Os debates sobre o envio de tropas ao Brasil, ao longo de 1822-1823, foram em parte motivados por esses pedidos e informações.

Como no lado brasileiro, o “Fico” e a expulsão da Divisão Auxiliadora deram a largada à dinâmica confrontacionista. Com o lapso temporal das distâncias, que tanto influenciou o processo, Antônio Carlos descreveu a seu irmão, José Bonifácio, em 20 de março de 1822⁹¹⁴, as negativas reações das Cortes. Comentou um clima tenso, de mobilização contra D. Pedro, não se falando em outra coisa “senão em destituílos e polos em juízo”. As Cortes tomaram o Fico como uma declaração de guerra, segundo Antônio Carlos, e “pareciam querer seguir a vereda da justiça”. Foi formada uma Comissão Especial, mas a presença dos brasileiros ainda foi capaz de segurar as posições mais radicais, como informa Antônio Carlos, pois o relatório “he mto moderado, e no fim concede quase tudo q. o Brasil pode desejar”.

A contenção dos partidários de um confronto com o Rio de Janeiro foi ficando, entretanto, cada vez mais difícil. O Visconde de São Leopoldo relatou a expulsão da Divisão Auxiliadora em suas memórias de Deputado das Cortes Portuguesas por São Paulo, como um dos momentos mais tensos. Segundo o parlamentar⁹¹⁵, na sessão de 15 de abril de 1822, após o recebimento de cartas de Avilez sobre o Fico e as medidas contra a Divisão Auxiliadora, “rompeu esse dia entre os deputados grande explosão de cólera”. Borges Carneiro, segundo o Visconde de São Leopoldo, sugeriu “se chamarem as tropas de Montevidéo sobre o Rio, para castigar e obrigar o príncipe a cumprir o decreto das côrtes, que ordenára sua retirada do Brasil”. Nesse contexto, muitos parlamentares sustentaram a retirada das tropas da Cisplatina para apoiar os comandantes de outras regiões, mas houve oposição de brasileiros e de portugueses, pois isso significaria “deixar a praça para a Espanha”.

Oliveira Lima⁹¹⁶ também conta a reação dos parlamentares portugueses na sessão das Cortes de 23 de maio de 1822, quando foi lida a “participação” do General Avilez. O documento foi exaltado e motivou protestos de apoio dos Deputados mais radicais, que quiseram utilizar o caso para influenciar o envio de novos reforços à Bahia. Ainda presentes nas Cortes, os Deputados brasileiros lograram sustar a publicação do documento de Avilez com a “expressão de agrado” das Cortes.

⁹¹³ In: *História Naval Brasileira*, Primeiro Volume, Tomo I, 1975, p. 17.

⁹¹⁴ In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 44.

⁹¹⁵ 1874, p. 23.

⁹¹⁶ 1997, p. 318.

Quando se avalia posteriormente a política da época, conclui-se que a presença nas Cortes dos deputados brasileiros que simpatizavam com o Rio de Janeiro, contrapondo-se aos vintistas unitários e exaltados, teve como consequência, voluntária ou não, dar tempo a que o Rio de Janeiro se organizasse e se formasse como polo político e militar.

Não impediu, contudo, a mobilização militar em Portugal, que ocorria em paralelo com os discursos. Na ata de 22 de maio de 1822, encontra-se registro do Deputado Lino Coutinho criticando as medidas militares em curso em Lisboa. Mencionava, particularmente, a publicação de editais para o fretamento de navios para conduzir os soldados à Bahia⁹¹⁷. Os ânimos estavam por demais exaltados e as ações portuguesas já indicavam a concentração de forças no Norte-Nordeste, principalmente na Bahia, como se verá abaixo, renunciando a estratégia portuguesa de reforçar suas posições naquela região, antes de avançar sobre as Províncias Colligadas.

As ações militares das Cortes correram, assim, paralelamente e na mesma direção do confronto político. Como afirma o Visconde de São Leopoldo,

“desde muito se verificava, que os debates relativos aos negócios do Brasil corriam, não com a frieza própria para descobrir a verdade, mas com acrimonia e rancor, filhos do choque de paixões”⁹¹⁸.

Ainda segundo o parlamentar, “por toda a parte circulam vozes de que o Brasil se achava então despedaçado pela desunião; e muitos factos, ao longe mal esclarecidos ou desfigurados, vinham dar consistência a esses boatos”⁹¹⁹.

Às notícias da guerra civil na Bahia, indica o Visconde de São Leopoldo que, em meio de 1822, o movimento da maioria dos deputados foi em favor de enviar tropas adicionais para reforçar o General Madeira. Borges Carneiro falava em enviar uma expedição de 10 mil homens ao Brasil⁹²⁰. Alguns meses depois, o Deputado Girão

⁹¹⁷ “Diz-se que não devemos receiar cousa alguma, porque o Governo nada mais faz do que aprontar-se para dar providencias no caso de serem necessárias, entre tanto os editaes estão afixados na praça, por ordem do Governo para se afretarem navios, e para conduzir soldados á Bahia. Senhores, enganemo-nos: ou a desordem está na Bahia, ou não; senão está, a junta governativa tem assumido os seus poderes, as suas regalias, e a cousa vai bem; senão tem sido asssim, então a fermentação está em seu auge, e seiscentos homens não fão lá fazer cousa alguma. In: Ata de 22/05/1822, das Cortes Gerais e Constitucionais da Nação Portuguesa, p. 240.

⁹¹⁸ 1874, p. 34.

⁹¹⁹ Idem, p. 39.

⁹²⁰ Idem, p. 28.

questionava a capacidade de se enviar um corpo de 10 mil homens ao Brasil⁹²¹, mas o debate seguia.

No momento do discurso de Girão e entre contínuos debates nas Cortes sobre a mobilização de forças e ameaças de guerra contra o Brasil, no entanto, já corriam avançadas medidas para o reforço das tropas que defendiam as Cortes no Brasil. Desde os primeiros debates, ficou claro que o Governo vintista visava, ao longo de 1822, três objetivos⁹²²: conter os independentes, proteger as pessoas e os bens dos portugueses, e guardar os brancos da gente servil. A declaração do estado de “rebelião”, em janeiro de 1823, oficializava, portanto, o fim do processo de consolidação da posição portuguesa em favor da guerra no Brasil, para eliminar os “rebeldes”.

Para alcançar esses objetivos, foi mobilizado, ao longo de 1822, número limitado, mas ainda assim não negligenciável, de meios e de soldados, enviados ao Brasil para reforçar as tropas que já lá estavam e que cumpriam o papel principal de resistir às ações do polo do Rio de Janeiro. Como visto na seção anterior, tropas no Maranhão, Pará, Piauí, Bahia e Cisplatina apoiaram Lisboa.

Combateram do lado português aproximadamente 20 mil homens. Eram cerca de 3 mil soldados na Cisplatina. Fidié contava, na Batalha do Jenipapo, com uma unidade de 1500-2000 homens, e contou com contínuos reforços enviados pelo Maranhão e pelo Pará (tema que será explorado no Capítulo VI). Na Bahia, com será pormenorizado abaixo, a força variou, entre fins de 1822 e o início de 1823, entre 8-10 mil homens, sem contar a Marinha. Aquele número não inclui as forças do Maranhão e do Pará, além de outros corpos que estavam do lado de D. Pedro, mas se mostravam de confiança duvidosa⁹²³ e que poderiam ter mudado de posição, de acordo com a tendência que se apresentasse mais vantajosa. Não se tratava, tendo em conta a realidade da época, de uma força desprezível ou secundária.

Além das tropas já presentes no Brasil, as forças portuguesas receberam reforços de Lisboa. O envio dessas tropas é demonstração do esforço das Cortes e de suas capacidades. Em sessão das Cortes Gerais de 5 de agosto de 1822, o Deputado Bastos fez intervenção sobre a necessidade de se preparar para a guerra. Decidiu-se, no debate, pelo levantamento de empréstimo, “para fins mui diversos, sendo o principal o habilitar

⁹²¹ In : Ata das Cortes Gerais, em 10/08/1822.

⁹²² Conforme o relato de Rodrigues, 2002, p. 60.

⁹²³ Vide os casos na Marinha Brasileira, de oficiais e praças que se recusaram a combater os portugueses.

o Governo para a guerra do Brasil”⁹²⁴. No mesmo sentido, como mencionado no Capítulo anterior, o representante diplomático francês no Rio de Janeiro registrou, em 7 de setembro, notícias chegadas de Lisboa dando conta dos planos de mobilização portuguesa, para “transportar sucessivamente vários batalhões à Bahia e de expedir todas as forças disponíveis para a Costa do Brasil”. Mais importante ainda, o despacho dava conta de que o Governo português havia conseguido mobilizar soma importante para a preparação da campanha, no cálculo do diplomata francês chegando a 250 mil francos.

Um primeiro reforço para os portugueses na Bahia veio de tropas da Divisão Auxiliadora, expulsa do Rio de Janeiro, que cruzou com a esquadra do Brigadeiro Maximiliano (vide Capítulo IV, primeira parte), na Costa da Bahia. Dois navios que transportavam a Divisão Auxiliadora desgarraram-se da esquadra na altura de Abrolhos e lograram a chegar, a Salvador, após perseguição dos brasileiros⁹²⁵. Transportavam o Brigadeiro Carretti e parte do Batalhão nº 15, o mesmo que havia se revoltado no Rio de Janeiro, logo após o “Fico”. Chegando na capital baiana, Carretti manteve conversas com Maximiliano e com Madeira. Em 27 de março de 1822, desembracam em Salvador 166 soldados⁹²⁶.

Em 7 de agosto de 1822, Madeira recebeu 620 soldados do 2º Batalhão do 1º Regimento de Infantaria Portuguesa⁹²⁷. Esse reforço fora acompanhado da chegada de novos elementos navais, passando Madeira a contar com as Corvetas *Dez de Fevereiro*, *Regeneração*, *Restauração* e *Conceição Oliveira* (depois *Constituição*), e os Brigues *Audaz* e *Prontidão*⁹²⁸. A Fragata *Constituição* estava sendo, na época, aparelhada e armada no arsenal da Bahia e entraria em serviço posteriormente. Foram estas algumas das embarcações que saíram naquele início de agosto de 1822 para fazer frente à esquadra brasileira comandada pelo Almirante Lamare, como se verá no Capítulo VII.

Logo depois, em outubro de 1822, chegou à Bahia importante esquadra portuguesa, que passou a ser comandada pelo Almirante João Félix Pereira de Campos.

⁹²⁴ In: *Atas das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 05/08/1822.

⁹²⁵ In: “Descrição dos Factos de Marinha, que se deram desde que se projectou a Independência do Imperio do Brasil, até ao final da luta”. In: *RIHGB*, 1874, p. 196.

⁹²⁶ In: Dias Tavares, *Independência do Brasil na Bahia*, 1977, p. 62.

⁹²⁷ In: ARAÚJO PINHO, “A Guerra da Independência. Crônica de toda a campanha (Transcrição do poema PARAGUAÇU por Ladislau dos Santos Titara). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 278, janeiro-março de 1968. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013). P. 41.

⁹²⁸ Anotação do Barão do Rio Branco, que indica, também, que a Sumaca *Conceição* juntou-se posteriormente à esquadra portuguesa. In: Varnhagen, 1957, p. 272.

Eram dez navios de guerra que transportavam três batalhões de reforço para Madeira e comporiam a base da defesa naval portuguesa. Foi a essa esquadra que se dirigiram, em novembro, os 655 cidadãos da Bahia, solicitando medidas para o bloqueio dos portos de Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro. Segundo José Honório Rodrigues, a esquadra portuguesa fundeada na Bahia passou a ter, então, os seguintes elementos⁹²⁹:

| NAVIO | TRIPULAÇÃO (praças) | CANHÕES |
|---|------------------------|---------|
| Nau <i>D. João VI</i> | 750 | 88 |
| Fragata <i>Constituição</i> | 350 | 55 |
| Fragata <i>Pérola</i> | 300 | 44 |
| Charrua <i>Grande</i> | 220 | 28 |
| Corveta <i>Dez de Fevereiro</i> | 180 | 25 |
| Corveta <i>Restauração</i> | 160 | 24 |
| Corveta <i>Princesa Real</i> | 160 | 22 |
| Corveta <i>Regeneração</i> | 160 | 22 |
| Corveta <i>Capypso</i> | 160 | 22 |
| Corveta <i>Leal Portuguesa</i> | 150 (valor aproximado) | 18 |
| Brigue <i>Audaz</i> | 150 | 18 |
| Brigue <i>Prontidão</i> | 100 | 16 |
| Brigue <i>Duque da Vitória</i> | 120 | 16 |
| Brigue <i>Vinagre</i> | 100 | 12 |
| Brigue <i>S. Guálter</i> | 180 | 26 |
| Brigue <i>D. Afonso</i> | 140 | 20 |
| Brigue <i>Flor do Tejo</i> | 140 | 20 |
| Brigue <i>Conde da Palma</i> | 140 | 20 |
| Brigue <i>Bizarria</i> | 130 | 18 |
| Escuna <i>Príncipe do Brasil</i> | 60 | 12 |
| Escuna <i>Emília</i> | 60 | 8 |
| Sumaca <i>Conceição Oliveira</i> | 50 | 6 |
| Pequenas lanchas armadas e barcas-canhoneiras | 1.000 | |
| TOTAL: | 4.960 | 540 |

Os números apresentados por Rodrigues, na verdade, incluem todas as embarcações que estiveram em operação na Bahia ao longo do período 1822-1823. Os números foram, aos poucos, se incrementando. O mapa das embarcações informado pelo Almirante João Félix a Lisboa, em 22 de dezembro de 1822⁹³⁰, listava 12 navios⁹³¹

⁹²⁹ Rodrigues, 2002, p. 69.

⁹³⁰ OFÍCIO do (chefe de divisão e comandante da Esquadra), João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, sobre operações da Esquadra sob o seu comando e enviando o mapa geral do estado dos navios. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 275 D. 19178. Arquivo da Biblioteca Nacional.

e 1.826 marinheiros, os quais se dividiam em atividades de proteção do Porto de Salvador, bloqueio do Recôncavo e ações em áreas próximas, por exemplo, em Pernambuco. Esse número, porém, não incluía as pequenas lanchas e canhoneiras, nem tropas de fuzileiros.

As forças navais portuguesas, como registrava seu próprio comandante, iam “aumentando-se diariamente”. Em documentos posteriores de João Félix e do General Madeira, são encontrados registros da operação de outras embarcações que aquelas 12 mencionadas no mapa de dezembro de 1822, dentre as quais Escuna *Kossaca* e Bergantim *Infante D. Sebastião*⁹³², a Corveta *6 de Fevereiro*⁹³³ e a Fragata *Pérola*⁹³⁴. Em 31 de março de 1823, 15 navios também levaram reforços a Madeira, como se verá no próximo Capítulo, alguns dos quais se uniram à esquadra.

Esses dados não incluíam, tampouco, outros navios que lutaram ao lado das Cortes e que estavam a serviço em outras áreas do Brasil, como no Maranhão e no Pará. A relação das embarcações portuguesas na Bahia também variou um pouco ao longo do período. Da relação da Marinha brasileira apresentada por Brian Vale, na seção anterior, observa-se que alguns navios capturados não constam da relação apresentada por Rodrigues, como foi o caso da Corveta *Carioca* (antiga Charrua *Leal Portuguesa*), da escuna *Emilia* (depois *Pará*), da charrua *Gentil Americana*⁹³⁵ e do Brigue *Maranhão*, antes *Infante D. Miguel*, apresados em 1823.

Essas diferenças não afetaram o núcleo base da esquadra portuguesa na Bahia e dizem respeito à chegada de novas embarcações ao longo do primeiro semestre de 1823, ou à rotação de navios. O *Diário do Governo de Lisboa*, por exemplo, registra informação, de 26 de dezembro de 1822⁹³⁶, do Capitão-Tenente Izidoro Fransisco Guimarães, que comandava a Corveta *10 de Fevereiro*, a qual, segundo o Capitão, havia

⁹³¹ Nau D. João Vi, Fragata Constituição; Corveta Dez de Fevereiro; Corveta Regeneração; Corveta Calípo; Corveta Princesa Real; Bergantim (Brigue) Audaz; Bergantim Prontidão; Charrua Orestes; Charrua Emília; e Sumaca Conceição.

⁹³² OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, sobre a guerra da independência na Baía. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19213. Arquivo da Biblioteca Nacional.

⁹³³ CARTA do (governador das Armas da Província da Baía), Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei (D. João VI), sobre as notícias vindas do Rio de Janeiro do reforço dos insurrectos e apelando para o reforço da Armada e ajuda de Lisboa, sem o qual considera que o Brasil se perderá. 23 de março de 1823. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19212. Arquivo da Biblioteca Nacional.

⁹³⁴ OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, sobre a evolução da guerra de independência, o reforço da esquadra da Baía e solicitando aumento da força marítima e mais meios de manutenção. Em 2 de fevereiro de 1823. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19246. Arquivo da Biblioteca Nacional.

⁹³⁵ Construída e armada no Pará, com 10 canhões.

⁹³⁶ Sessão das Cortes de 21/02/1823. In: *Diário do Governo*, nº 46, 22/02/1823, p. 361.

substituído a Corveta *Calipso* no bloqueio do porto de Pernambuco. Izidoro registrava, a propósito, que “os Brasileiros tem declarado guerra aberta a todos os Europeós” e comentava as fortes movimentações dos dois lados, em meio a contínuos rumores de reforços de Portugal (falavam em 4 mil homens) e da mobilização brasileira. O bloqueio a Pernambuco teria, segundo o Capitão, impedido a saída de reforço de 600 praças para Labatut.

Com o gradual incremento, as tropas portuguesas na Bahia atingiram entre 9 e 10 mil soldados, em abril de 1823. Madeira tinha 8.621 soldados em 14 de dezembro de 1822, 8.073, em 14 de fevereiro 1823, e quase 10 mil em 1º de abril de 1823, após a chegada, nesta última data, de novo reforço português⁹³⁷. Esses números não incluíam, cabe registrar, os praças da Esquadra do Almirante José Félix Pereira de Campos. Somados, Marinha e Exército portugueses na Bahia possuíam, portanto, aproximadamente 15 mil soldados.

Nesse processo de concentração de tropas, houve várias discussões sobre mudanças no comando, com indicações de que o Ministro da Guerra estaria insatisfeito com a atuação de Madeira. Chegou-se a cogitar a substituição deste pelo General Luiz do Rego (ex-Governador de Armas de Pernambuco, que ainda estava ativo em Portugal) ou pelo Brigadeiro João Carlos Saldanha de Oliveira e Daun, que não aceitou a tarefa⁹³⁸. Madeira permaneceu no posto até o final.

Marechal registrou⁹³⁹, em 8 de abril de 1823, a chegada do último reforço português, em 1º de abril. Relatou notícias não oficiais de novos reforços portugueses que teriam chegado à Bahia, uma força de 3 mil homens, aos quais se somaria uma segunda expedição. O número foi posteriormente corrigido, em 26 de abril, para 1.500 homens, que seriam comandados pelo “Comodoro” Vasconcelos, “que dizem o melhor oficial da Marinha portuguesa”. Carlos Selvagem⁹⁴⁰ precisa esse número para 1.700 soldados, dos batalhões de infantaria nº 3, 4, 5 e um batalhão misto de caçadores do 1º e 4º, ademais de alguns canhões. A expedição com essa tropa, composta por 11 navios comboiados pela Fragata *Pérola*, chegou a Salvador em 29 de março de 1823.

Ao comentar o evento, Mareschal dizia temer, com os reforços, um efeito político de descrédito ao Rio de Janeiro, mesmo que não estimasse a força militar

⁹³⁷ Anotação do Barão do Rio Branco à obra de Varnhagen, 1957, p. 272.

⁹³⁸ In: Notícias de Lisboa, 27/02/1823. In: Diário do Governo, nº 51, 28/02/1823, p. 404.

⁹³⁹ *RIHGB*, 1976, p. 191.

⁹⁴⁰ 1999, p. 541.

portuguesa uma ameaça⁹⁴¹. Também Selvagem⁹⁴² avalia que o reforço “desmoralizou o campo inimigo”, mas sugere que o efeito político foi maior do que aquele apontado por Mareschal: naquele momento, havia discórdia nas tropas brasileiras, cujos ataques a Salvador haviam sido repelidos. É preciso ressaltar que Mareschal escrevia já em abril de 1823, quando as ofensivas de Madeira no Pirajá e na Ilha de Itaparica – momentos chave na guerra – haviam falhado e o movimento de cerco a Salvador estava adiantado, após meses de duros combates.

A derrota portuguesa na Bahia já se mostrava provável, porém não era tão certa a derrota de Portugal em todo o Brasil. Madeira mantinha-se, apesar do estado crítico em que se encontrava a cidade, e ainda resistiu por três meses. Apenas com a chegada da esquadra de Cochrane, foi possível romper o impasse. A Marinha, como se verá no Capítulo VI, foi o elemento decisivo.

Com o desenrolar da guerra, foi cogitada uma eventual retirada de Salvador e concentração das forças pró-Lisboa no Maranhão. Havia também planos alternativos para a retirada das forças de Montevidéu para reforçar a Bahia, o que poderia alterar o equilíbrio alcançado. Essa ideia é encontrada, por exemplo, em debate sobre esse tópico ocorre nas Cortes portuguesas em janeiro de 1823, a partir de documentos recebidos da Bahia. Em um deles, os comerciantes portugueses de Salvador propunham combinar as forças navais da Cisplatina e da Bahia. O *Diário do Governo* português registrou⁹⁴³ declaração de que, na impossibilidade de a esquadra portuguesa impedir a saída dos navios brasileiros (que iriam bloquear o porto de Montevidéu) do Rio de Janeiro, “deverá seguir imediatamente a fim de retribuir-lhes a guerra, que S.A.R ordena por seu Decreto de 1º de Agosto se faça aos Soldados Europeós”. Os portugueses tinham, como se vê, aquele decreto como uma declaração de guerra.

O que se percebe, especialmente, é que os reforços que estavam disponíveis em Portugal foram enviados para o Brasil, mas concentraram-se na Bahia. Nas outras Províncias onde se passou a Guerra de Independência, as forças portuguesas compunham-se principalmente de tropas que já se encontravam no terreno antes de 1822. Muitas delas eram compostas por brasileiros, consequência da complexidade de

⁹⁴¹ Quand aux opérations possibles des troupes portugaises je ne pense pas qu'elles puissent présenter le moindre danger, quelque soient les renforts, la garnison de Bahia sera confinée dans les murs de cette ville, ou au moins limitée à un circuit très circonscrit. In : *RIHGB*, 1976, p. 192.

⁹⁴² 1999, p. 541.

⁹⁴³ In: *Diário do Governo*, 15/01/1823, p. 82.

um tempo onde duas legitimidades, a constitucional de Lisboa e a “brasileira” do Rio de Janeiro lutavam e demandavam adesão de todas as Províncias.

Essa constatação traz de volta a pergunta sobre as razões de concentrar as forças na Bahia, o que, ressalve-se, não diminui a importância dos combates que ocorreram no Piauí-Maranhão e na Cisplatina, nem a resistência no Pará. Ao avaliar as medidas portuguesas, José Honório Rodrigues, estima que “não era possível fazer mais esforço para conservar a Bahia, que Portugal considerava uma praça indispensável à sustentação da guerra e ao impedimento da Independência”⁹⁴⁴. Como apresentado no Capítulo II do presente trabalho, a Bahia era, junto com Pernambuco, centro comercial não apenas do Nordeste, mas, em grande medida, de todo o Brasil. Concentrava também significativa população, além de estar em um ponto central do território brasileiro, recordando-se que o transporte naquela época era realizado fundamentalmente por via marítima.

A pergunta que se segue a essa consideração estratégica sobre a Bahia é a da existência ou não de uma estratégia militar portuguesa no Brasil. A declaração de “rebeldia” das Províncias, como visto, trouxe em si uma metodologia de combate, como se passara em Pernambuco, em 1817. Parecia tratar-se, inicialmente, de uma rebelião nos moldes conhecidos na história portuguesa. Com o Norte (Pará e Maranhão) a seu lado, os portugueses tinham possibilidade de manter em suas mãos as áreas mais importantes do Brasil da época, o Norte-Nordeste. Do Piauí e da Bahia era possível, em primeiro lugar, lidar com as Províncias do Nordeste que haviam optado pelo Rio de Janeiro, ou se mostravam indecisas, incluindo-se igualmente nesse caso as áreas ao norte de Mato Grosso e Goiás. Como se viu no capítulo anterior, das pequenas Províncias do Nordeste havia seguido Pernambuco, com a exceção de Sergipe, que foi submetida por Labatut, logo depois de sua chegada.

As forças portuguesas no Piauí e na Bahia possibilitariam um cerco a essas Províncias. Em teoria, reforçar a Bahia significava tanto lidar com as forças que combatiam em território baiano, com o apoio das Províncias Colligadas, quanto preparar o avanço sobre Pernambuco e as demais Províncias nordestinas. No Piauí, as forças portuguesas recebiam reforços do Maranhão e do Pará. Cabe recordar aqui a já mencionada avaliação do Coronel Simplício Dias, que lutou contra as tropas de Fidié, sobre a posição do norte do Brasil em relação ao sul⁹⁴⁵:

⁹⁴⁴ 2002, p. 69.

⁹⁴⁵ In: Fidié, 2006, p. 17.

“distanciava-o o meio; isolava-o destino divergente; separavam-no profundas discordancias ethnicas. (...) O Norte era então o Principal do Brasil, dous terços da atividade útil, o que os portuguezes mais guardavam e onde acumulariam seus elementos de resistencia”.

As forças portuguesas reunidas na Bahia em tese não se limitariam, portanto, a defender apenas a Província. Como mencionado anteriormente, nas instruções ao chefe da esquadra portuguesa⁹⁴⁶, que chegou na Bahia em outubro de 1822, o Rei português determinava que o principal objetivo da Expedição era

“a conservação da Província da Bahia, como hum ponto essencial para a conservação da tranquillidade do Brazil e da sua adherencia ao Governo de Portugal, com tudo o Commandante em Chefe da Esquadra prestatá apoio, e protecção aos Commandantes das outras Províncias q. assim lho requerem, ou que elle entender q. necessitão dela, pôsto que, por impossibilidade lhe não seja requerido, não exceptuando a Província d’Angola, em quanto esta protecção for combinavel com o fim principal da segurança da Bahia”.

A Província da Bahia era, portanto, a ponta de lança de projeto das operações militares portuguesas no Brasil. Já em junho de 1822, o *Correio Braziliense* frisava que o fim dessas expedições à Bahia não seria senão o de “formar ali um ponto de apoio, de onde saíam depois a atacar os lugares, que se supõem mais obnoxios à dominação de Lisboa”⁹⁴⁷.

Centro da estratégia portuguesa, era previsível, assim, que a Bahia se tornasse também o centro das operações contrárias, promovidas pelo Rio de Janeiro. Daí a guerra ter-se concentrado na Província, não significando, com isso, que tenha sido uma operação localizada ou uma guerra regional. A guerra foi “nacional”, ou seja, se desenvolvido num território específico, como era comum às operações militares da época, mas nela se jogavam cartas relacionadas ao controle do próprio Reino do Brasil.

A estratégia portuguesa transformou-se ao longo de 1822-1823, à medida em que o conflito avançou. Num primeiro momento, as ações militares portuguesas eram “generalistas”, ou seja, mobilizavam todos os corpos disponíveis para lutarem contra os facciosos, de acordo com as táticas que cada comandante local houvesse por bem empregar. Assegurando o Norte-Nordeste, os portugueses poderiam voltar-se para o sul, onde contavam, inclusive, com a guarnição da Cisplatina.

⁹⁴⁶ In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 45.

⁹⁴⁷ In: Diégues, 2004, p. 282.

Com o avançar da guerra, parece ter-se desenvolvido um segundo objetivo, mais limitado, de conservar apenas parte do território. Essa estratégia melhor se adaptava à conjuntura interna de Portugal, que enfrentava também outros desafios estratégicos, principalmente com relação à Espanha. Essa ameaça europeia foi determinante para a derrota portuguesa, no primeiro semestre de 1823, mas é questão pouco explorada pela historiografia brasileira e será tratada abaixo. Em 1823, as Cortes concentram seus esforços em garantir ao menos uma parte do Brasil, especialmente o Norte-Nordeste. A acusação de que as Cortes pretendiam dividir o Brasil é encontrada na memória de Cochrane, que relaciona seus serviços, “primeiramente, em pôr fora do Brasil as forças navais e militares dos portugueses, frustrando-lhes assim a projetada ocupação das Províncias do Norte”⁹⁴⁸.

Existiu efetivamente um plano português de dividir o Brasil? Na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, o Deputado Pereira da Cunha afirmava⁹⁴⁹, em 12 de julho de 1823, “que Portugal inquietou-se nas Províncias do Norte, e a necessidade instou que as Cortes empenhassem suas forças com maior vigor para evitar o progresso de uma reação”. Continua o parlamentar: “que fez demais o Ministerio de Lisboa? Estendeo esta horrível providencia contra o brioso Povo da Bahia (...) Quer Portugal considerar a Bahia como Provincia sua”.

Oliveira Lima registra em nota de seu *O Movimento da Independência*⁹⁵⁰ carta de Felisberto Caldeira Brant a José Bonifácio, de 5 de julho de 1822, na qual mencionava um “desígnio do partido europeu”, de estabelecer entre a Bahia e o Pará uma zona de união com Portugal. Brant também mencionava na carta o crescente ódio de algumas camadas da população dessa zona ao elemento português. José Honório Rodrigues cita, por sua vez, discurso do Deputado Francisco Soares Franco nas Cortes portuguesas, em 21 de setembro de 1822, na qual defendia a guerra contra o Brasil, citando o caso da guerra na América do Norte, onde, apesar da vitória dos EUA, o Reino Unido havia “conservado a honra nacional” e guardado “seis províncias ao Norte, das quais se separaram e que tão uteis lhe são”. Por essa razão, dizia Soares Franco que “combatendo com honra e com glória, conservaremos algumas províncias ao norte do

⁹⁴⁸ 2003, p. 30.

⁹⁴⁹ In : *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*.

⁹⁵⁰ 1997, p. 408.

Brasil; faremos um comércio útil com as outras, se imperiosas circunstâncias as separarem, e o Império português se conservará grande e florescente”.⁹⁵¹

Rodrigues também mencionacarta de Caldeira Brant a Bonifácio⁹⁵², de junho de 1822, na qual cita informações de negociantes portugueses, vindos do Maranhão e do Pará e dirigidas a colegas em Londres. Uma delas falava que “uma vez assassinado Gervásio (Pires Ferreira), causa principal da desobediência de Pernambuco, desde a Bahia até o Pará todos se uniriam a Portugal”. Em sentido parecido, ao comentar as batalhas no Piauí, e a situação estratégica desta Província, Joaquim Chaves⁹⁵³ menciona plano português para preservar uma parte do território brasileiro, “recriando o Estado do Maranhão, que compreenderia as Províncias do Pará, do Maranhão e do Piauí”.

As declarações de parlamentares e negociantes portugueses se traduziram em ordens aos comandantes militares no Brasil. Não se falava em um “grande desígnio” de construir um Reino no Norte. Eram, porém, claras as instruções no sentido conservar aquelas terras nas mãos de Lisboa. Essas ordens foram mencionadas, em primeiro lugar, por Fidié, Comandante das forças no Piauí. Em seu *Vária Fortuna de um Soldado Português*, Fidié registrou que, no momento de sua partida de Portugal para o Piauí, “sua Magestade me ordenou muito positivamente, que me mantivesse, dizendo-me – mantenha-se! Mantenha-se!”.

Madeira igualmente recebeu ordens para conservar a Bahia e auxiliar as demais Províncias do Norte, como mencionado nas instruções ao Comandante da Esquadra que chegou em outubro de 1822⁹⁵⁴. Em ofício de 14 de novembro de 1822, no qual relata encontro com representantes dos 655 cidadãos que haviam solicitado bloqueios navais contra portos brasileiros, Madeira justificava a Lisboa não poder atender ao pedido, pelo fato de que suas instruções tinham

“o fim primário conservar a ocupação do porto desta cidade como um ponto de apoio a quaesquer expedições que se transportem no Brasil, a quem secundariamente devo dar todo auspício que das outras Províncias me sejam pedidas pelos seus respectivos comandantes ou que eu entender necessitem”⁹⁵⁵.

⁹⁵¹ In : Rodrigues, 2006, p. 17

⁹⁵² Idem, p. 18.

⁹⁵³ Monsenhor Joaquim Chaves, 2006, p. 29.

⁹⁵⁴ Vide *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 45.

⁹⁵⁵ In: Biblioteca Nacional, *Documentos diversos sobre a Bahia*, rolo MS 512 (67), nº 1330.

Para cumprir essas ordens, dizia Madeira, não era possível deslocar a esquadra da Bahia.

Oficialmente, Portugal manteve o reclamo de todo o território do Reino até o final do processo emancipatório brasileiro e não apenas de uma parte. Essa posição, no entanto, derivou muito do fato de que a guerra ter sido, em 1823, favorável aos brasileiros. Se as negociações sobre o reconhecimento, em 1824-1825, tivessem ocorrido com regiões brasileiras ainda controladas por Lisboa, é de se cogitar que dificilmente os portugueses teriam aceitado ceder essas áreas no processo negociador. Haveria, nessa hipótese, a chance de mais de um Estado no território que se tornou o Império do Brasil, até por que algumas forças que se reuniram ao lado de D. Pedro mostraram posteriormente, no Pará, Maranhão e no episódio da Confederação do Equador, que o apoio não era tão certo quanto a mitologia nacionalista da Independência buscou construir. Sem a expulsão das tropas portuguesas e a conquista dos territórios, a sorte do Brasil poderia ter sido distinta.

Nesse contexto, a análise da estrutura de tropas utilizadas pelo lado português nas Províncias brasileiras, bem como de sua estratégia político-militar suscita outra questão importante para a imagem da “independência rosada”: a efetiva capacidade das Cortes em conter a Independência pela força. A imagem que subsiste é a de um Portugal sem recursos, incapaz de mobilizar meios. Essa imagem serviu para se desestimar muitas das declarações registradas no lado português, sobre mobilização de contingente importante para envio no Brasil.

A visão da fragilidade portuguesa é efetivamente encontrada em alguns relatos da época. Descrição feita pelo Secretário de Estado da Marinha às Cortes, em 10 de setembro de 1822⁹⁵⁶, sobre o estado da Marinha portuguesa é rotineiramente utilizada nas avaliações que desestimam a existência da Guerra de Independência ou de seu papel no processo de unificação brasileira. Naquela data, o Secretário da Marinha de Portugal afirmou que “a vossa Marinha está reduzida a quase zero”. Mencionava a idade das embarcações, algumas com mais de 30 anos de serviço. Sua relação de unidades dava conta de 3 naus, 4 fragatas, 4 corvetas e três bergantins.

Os números são, entretanto, incompatíveis com as informações da Marinha portuguesa no Brasil, que apenas na Bahia contava com uma força superior. O relato do Secretário da Marinha portuguesa, em 10 de setembro de 1822, deve ser assim visto

⁹⁵⁶ José Honório Rodrigues, 2002, p. 67.

com cautela. Possivelmente se referia às forças disponíveis em Lisboa, ainda que ele faça menção ao Bergantim (Brigue) *Audaz*, que estava na Bahia. Tampouco se deve descartar uma utilização política dos números, diminuindo-os para sensibilizar as Cortes a aprovarem novos recursos. A avaliação da autoridade portuguesa sobre sua Marinha, a propósito, dizia respeito ao debate nas Cortes sobre a criação de um Conselho Naval, que orientaria as ações da Marinha Portuguesa. O Secretário de Estado era contra a medida.

A imagem de fraqueza de meios e mesmo da vontade do lado português deve ser relativizada, ainda que seja inegável que os reforços enviados ao Brasil tenham se mostrado insuficientes. Havia, efetivamente, restrições, tornando muitas das declarações dos Deputados portugueses sobre o Brasil e as Províncias Colligadas ameaças no vazio.

Os problemas, no entanto, não se resumiam à falta de meios. Em contraposição à mencionada referência ao quadro negativo apresentado pelo Chefe da Marinha Portuguesa, os debates sobre o orçamento do Exército e da Marinha, entre janeiro e fevereiro de 1823, mostram importante esforço dos parlamentares portugueses em reforçar a estrutura militar do país, que enfrentava ameaças tanto no Brasil quanto na Europa. O *Diário do Governo* de Lisboa registrou, em 3 de janeiro de 1823⁹⁵⁷ sustentação do Deputado Borges Carneiro sobre a necessidade de se “acudir ao restabelecimento da Marinha com socorros extraordinários”, para enfrentar os “adversários” no Brasil, aprontando uma esquadra e “armando corsários”.

A tese de Borges Carneiro ganhou apoios nas discussões, em 1º de fevereiro de 1823, sobre o orçamento militar para 1823⁹⁵⁸. Iniciou-se o debate com exposição do Ministro da Guerra, pormenorização dos gastos⁹⁵⁹ e avaliação geral do orçamento das Forças Armadas, que naquele ano consumiam boa parte da renda do Estado português⁹⁶⁰. Defendia o Ministro da Guerra o reforço da Marinha “que he a que há de conservar-nos a integridade do território nacional, e os grandes interesses commerciaes”, e sustentava um retorno a uma força de 30 mil homens em território europeu.

⁹⁵⁷ Nº 26, de 03/01/1823, p. 189

⁹⁵⁸ Diário do Governo, nº 29, 03/02/1823, p. 211.

⁹⁵⁹ O orçamento é dividido em parcelas, para batalhões, hospitais, etc, e cada uma delas vai sendo aprovada individualmente (Diário do Governo, nº 31, 5/02/1823). O mesmo procedimento é feito com o orçamento da Marinha.

⁹⁶⁰ “Se pois considerarmos a renda nacional, achamos no orçamento ser ella de 7.734:800\$, e gastar-se com o Exercito 4.418:700\$, isto he, quase duas terças daquela receita”. Idem, p. 212.

As proposições do Ministério da Guerra de reforço das forças militares foram apoiadas pelos parlamentares⁹⁶¹. Muitos Deputados estimam, porém, que seria necessário permitir ampliação do Exército maior que a proposta⁹⁶², retornando a seu tamanho de 1814. Nos debates posteriores, o número a que se chegou foi o de elevar o Exército a 60 mil soldados⁹⁶³, ainda que alguns parlamentares mostrassem preocupação com o meios financeiros para tal mobilização. No debate sobre o orçamento da Marinha, na mesma época, os Deputados foram perguntados se “deve a força da Marinha ser a maior possível, que as circunstâncias possam permittir?” A resposta foi positiva.

Havia, entretanto, controvérsias sobre as prioridades operacionais para os militares portugueses. Alguns Deputados, como Bernardo da Silveira, defendiam um foco nos acontecimentos no Brasil. Outros, entretanto, concentravam-se nos problemas estratégicos europeus e, em particular, da Península Ibérica. Aqui se encontra uma questão fundamental para a questão do envio de tropas para combater no Brasil. Se havia meios, ainda que limitados, e uma estratégia (inicialmente apenas combater os rebeldes, depois, manter o Norte-Nordeste), a pergunta que se faz é por que o Governo português não mobilizou todos os recursos que possuía para garantir o Brasil?

Ademais da ausência de um efetivo consenso sobre como lidar com o caso brasileiro, as próprias sessões das Cortes portuguesas de fevereiro de 1823 mostram a razão: a preocupação com a ameaça de que a guerra que se aproximava da Espanha, vinda da França, se alastrasse para Portugal e ameaçasse o sistema vintista. O *Correio Braziliense* de dezembro de 1822⁹⁶⁴ fazia referência à ameaça francesa e à situação da Espanha, e ao tratado entre Lisboa e Madri de apoio militar conjunto, além de criticar a

⁹⁶¹ Um dos Deputados sustenta que os portugueses devem se defender: “Mas tenho notado com bastante admiração que quando se trata de aumentar o número de defensores da nossa liberdade, há sempre grande oposição, e quando se tratar de aumentar o numero dos opressores, há sempre grande disposição de vontades”. Idem, p. 229.

⁹⁶² “O Sr. Pinto de França tendo observado, que nada mais se podia exigir do Sr. Ministro de Estado, por que elle havia satisfeito com as mais prontas e meudas informações, disse, que não concordava com o numero das praças que elle propunha, e que julgava indispensável, que fosse muito maior, defendendo, que nem por isso augmentava a despeza, o que mostrou em um longo discurso”. Idem, p. 212.

⁹⁶³ Vide, por exemplo, debates na sessão de 24/02/1823. In: Diário do Governo, nº 48, 25/02/1823. Op. cit., p. 377. Nessa sessão, o Deputado Bernardo da Silveira lembrou que o Exército português contava com ao menos 56 mil homens em 1810, número que tinha de ser alcançado, dentre outras pela necessidade de se enviarem “expedições” ao Brasil.

⁹⁶⁴ Vol XXIX, nº 175, p. 620. In: Brasileira USP.

estratégia portuguesa para o Brasil, que permanecia de reconquista⁹⁶⁵. A situação, na visão do Correio Braziliense era grave para Portugal, pois,

entrando Portugal na ruínosa guerra do Brasil, que forças são as que lhe restam para auxiliar a Hespanha; ou, por outras palavras, debelar o inimigo nos Pyreneos, em vez de se defender em Almeida ou Elvas?

Se em janeiro de 1823 os deputados portugueses ainda se mostravam decididos a enfrentar D. Pedro e os “facciosos”, em fevereiro, as ameaças vindas da Espanha ganharam proeminência. Mais do que o Brasil, os vintistas portugueses tiveram, no primeiro semestre de 1823, uma ameaça muito mais próxima e “existencial”.

Toda a discussão do orçamento militar de 1823 é pautada por esse tema. O Rei Luís XVIII anunciou, em 28 de janeiro de 1823, o envio de força militar à Espanha. O Exército, que seria composto por 100 mil soldados, era comandado pelo Duque de Angoulême. Buscava conter os liberais espanhóis, cujo “furor pelo Governo popular dominante na Península”, como registra Armitage⁹⁶⁶, causava apreensão no monarca francês, temeroso de que o movimento se espalhasse pela França. A invasão francesa ocorreu em 6 de abril de 1823, com a justificativa de “salvar este paiz da anarchia a que o precipitavão os seus representantes”⁹⁶⁷. Fernando VII foi deposto do trono espanhol em 23 de maio, fato que repercutiu imediatamente em Lisboa, onde quatro dias depois estourou a Vilafrancada, movimento que acabou com o vintismo.

Nas Cortes portuguesas, a situação espanhola foi vista com apreensão a partir do início de fevereiro de 1823. O temor era de que o conflito atingisse Portugal, onde o vintismo mantinha laços de identidade com os liberais espanhóis, apesar das tradicionais tensões que existiam ente os dois países. Na sessão de 3 de fevereiro de 1823, ao discutirem o aumento das forças disponíveis para o Exército português⁹⁶⁸, o Deputado Borges Carneiro comentava as ameaças vindas da Espanha e sustentava que a

⁹⁶⁵ Na visão do jornal, a força portuguesa se restringia à Bahia, em conflito, e à dominação do Maranhão e do Pará, os quais estariam submetidos à tropa, contra a vontade dos povos. Esse segundo tópico será tratado no Capítulo VII. Sobre o avanço da guerra, o jornal dizia que “logo que o Brasil se desembarasse das forças Portuguezas, que estão na Bahia, pôde formar um exercito no Piauí, que pela vizinhança do Maranhão lhe cortará todas as communicações com o interior, em cujo estado nem as forças Portuguezas se poderaõ ali manter, nem quando o pudessem, valeria a pena de o fazer”. Como se verá nos próximos capítulos, o conflito foi mais complexo, mais longo e caótico, mas as conexões entre o Norte e o Nordeste estavam claras.

⁹⁶⁶ 1837, p. 75.

⁹⁶⁷ Armitage, 1837, p. 75.

⁹⁶⁸ Diário do Governo, nº 29, 03/02/1823, p. 213.

verdade he que ao presente essa nação está intimamente ligada com a nossa pelo vinculo do interesse reciproco; e por isso nada temos a temer, e tudo a esperar dela (...) digo que a Nação Hespanhola está ameaçada (...) Devemos preparar-nos para a defesa, assim como os nossos inimigos se preparão para o ataque.

Borges Carneiro foi secundado por outros parlamentares, como no caso do Deputado Moura que, “mostrando o quanto os inimigos da liberdade trabalham para destruir o Systema, que actualmente rege a Peninsula”, disse que o seu voto seria por que a força armada fosse a maior possível⁹⁶⁹. Moura havia pedido, em sessão posterior das Cortes⁹⁷⁰, que a Comissão de Diplomacia opinasse sobre a necessidade de formação de um corpo de reserva de 20-25 Batalhões de tropas ligeiras e sobre o estado das negociações de Tratado defensivo com a Espanha. Também solicitava avaliação sobre formação de guarda nacional. Havendo a invasão da Espanha pela França, estimava necessário lutar contra as ameaças de desestabilização interna. Também questionava sobre os meios para pagar as tropas e os suprimentos.

Na sessão de 14 de fevereiro de 1823⁹⁷¹, o mesmo parlamentar insistiu em que o “objeto desta aggressão (da França) não he simplesmente a Hespanha, que he também Portugal, e que para se fazer opposição a tal procedimento he necessário a união”. O Ministro da Guerra, na mesma sessão, concordou com o Deputado Moura de que uma aggressão contra a Espanha seria feita igualmente contra Portugal, insistindo na cooperação com a Espanha, mas também em conversações diplomáticas com a Inglaterra⁹⁷². O Ministro estimava que as forças portuguesas poderiam ser elevadas a 50 mil soldados, aos quais poderiam se juntar outros 7 mil de milícias, e recomendava que não se marchasse sobre os Pirineus com essa força⁹⁷³. A estratégia seria defensiva, sustentando o Ministro confiança em seus soldados – “obedientes e aguerridos” – o que se comprovaria por diferentes situações, por exemplo, pelos que “acabavão de dar esses bravos da expedição que há poucos dias sahio para a Bahia”.

Temerosos com seu futuro, alguns Deputados estimam ser necessário sustar o envio de reforços ao Brasil, a fim de liberar forças adicionais para enfrentar a anunciada

⁹⁶⁹ Idem, p. 214.

⁹⁷⁰ “He por tanto necessário que os Portuguezes verdadeiros patriotas tenham por inimigo das suas instituições, e por consequente da sua independência o primeiro soldado Francez que puzer o pé ao Sul dos Pirineos: e neste caso he da mais imperiosa necessidade não só organizar a força material para a defesa, mas também procurar os meios de prover a sustentação dos defensores”. Diário do Governo, nº 36, 11/2/1823, p. 272.

⁹⁷¹ In: Diário do Governo, nº 44, 20/02/1823, p. 339.

⁹⁷² Idem, p. 341.

⁹⁷³ Idem, p. 341.

invasão francesa da Espanha. Nesse contexto, o Deputado Castelo Branco propôs, em 10 de fevereiro de 1822, que, “atentas as circunstancias actuaes se diga ao Governo, que suspenda a sahida da expedição para a Bahia”⁹⁷⁴. O pedido não foi, entretanto, aprovado, assim como não foi a proposta de conciliação com o Brasil apresentada, no mesmo dia, pelo Deputado João Francisco de Oliveira⁹⁷⁵, por meio da qual se suspenderiam as hostilidades.

Nos debates de 20 de fevereiro de 1823⁹⁷⁶, em meio a vários pedidos de mobilização e de referências aos franceses como “inimigos”, o Chanceler português mencionou tratativas com os espanhóis para uma aliança defensiva. Não seria o estabelecimento de defesa coletiva, mas conforme informava a autoridade, “de fixar o minimum deste socorro (apoio militar mútuo), e o modo de o dar”. As negociações não caminhavam bem, mas, na opinião do Chanceler, quando o socorro se tornasse necessário, desapareceriam as dificuldades por parte do Governo espanhol. Parecer que o Deputado Moura havia proposto na mesma sessão, com medidas militares, não chegou a ser aprovado.

A crise e a ameaça de guerra na Península Ibérica estavam, assim, patentes. Ficava claro, nos debates, que a situação exigia maior atenção naquele momento. O problema se dava no fato de que o período era também particularmente importante no Brasil, com a consolidação do cerco a Salvador, centro estratégico português, após a Batalha do Pirajá, em novembro de 1822.

O Vintismo se viu tendo de atuar, portanto, em duas frentes, no Brasil e na Espanha, o que restringiu a possibilidade de concentrar seus já limitados recursos em apenas um lado. Tentou levar os dois ao mesmo tempo, falhando duplamente. Mas possuía, em teoria, capacidade de enviar reforços adicionais ao Brasil, devendo-se, assim, relativizar aquela imagem tradicional de um Portugal fraco e incapaz de agir contra o Rio de Janeiro.

É interessante notar, nesse debate sobre a ameaça de invasão francesa, que os Deputados portugueses expressavam opiniões sobre a Santa Aliança que contrapõem a imagem comum de que esse mecanismo do século XIX teria ficado ao lado de Portugal e contra o Brasil, ao longo do processo de emancipação. Em sessão das Cortes, o

⁹⁷⁴ Diário do Governo, nº 36, 11/02/1823, p. 277.

⁹⁷⁵ Idem, p. 278

⁹⁷⁶ Sessão de 20/02/1823. In: Diário do Governo, nº 45, 21/2/1823, p. 351

Deputado Pato Moniz afirmou⁹⁷⁷, ante as notícias da possível invasão, que “eu nunca me persuadi que os déspotas, ou esse monstro político denominado Santa aliança ousasse commetter semelhante guerra”. Também Borges Carneiro atacou aquele mecanismo diplomático europeu, uma vez que

“por elle (o manifesto da guerra contra a Espanha) os Santos Alliados se erigem em reguladores do mundo, para não permitirem que nação alguma possa restabelecer suas antigas Constituições (...) em fim estabelecem o poder absoluto dos Reis, e mais nada (...)”⁹⁷⁸.

Apenas com a volta de D. João VI a aproximação com a Santa Aliança se tornaria favorável a Portugal. E também ao Brasil, pois nos dois lados havia representantes de monarquias que aquele arranjo procurava defender.

A situação espanhola continuou a demandar atenção das autoridades de Lisboa por longos meses, como se vê nas Instruções de Palmella (que voltara a ser Ministro dos Negócios Estrangeiros) para o Conde de Villa-Real, representante português em Londres⁹⁷⁹. Nas instruções, datadas de 25 de agosto de 1823, Palmella mencionava resolução britânica de enviar esquadra ao Tejo para apoiar D. João VI (que retomava o poder) e determinava que Villa-Real buscasse garantir a medida⁹⁸⁰. O foco era a resolução da situação interna portuguesa, o combate aos vintistas e a situação na Espanha⁹⁸¹.

O Brasil, segundo Palmella, era “o segundo em importância”. O Chanceler referia-se a instruções enviadas ao rio de Janeiro, com o objetivo de “remediar, se ainda fôr tempo, e do modo que é possível, os terríveis males que ocasionaram as intrusas Côrtes, e evitar a scisão total dos dois Reinos”⁹⁸². Palmella sustentava que a evacuação da Bahia, centro da estratégia das Cortes, era planejada por D. João VI, mas havia ocorrido antes do recebimento das instruções a Madeira. Esperava, ainda assim, que tal notícia cause impacto positivo no Rio de Janeiro. D. João VI, segundo as instruções,

⁹⁷⁷ In: Diário do Governo, nº 36, 11/2/1823, p. 275.

⁹⁷⁸ Diário do Governo, nº 44, 20/02/1823, p. 339.

⁹⁷⁹ In: PALMELLA, 1851, p. 249.

⁹⁸⁰ “Debaixo d’este ponto de vista pois deverá V. Exa. empregar continuas diligencias directa e indirectamente, para convencer aquelle Ministerio da necessidade de sustentar sincera e publicamente a actual ordem de cousas de Portugal”. Idem, p. 250.

⁹⁸¹ “Esse e só esse (providas e progressivos melhoramentos fundados sobre as nossas antigas leis, usos, e costumes) é o verdadeiro caminho da prosperidade publica; mas para trilhar com segurança é necessário deixar acalmar as paixões, terminar a guerra civil na Hespanha, ouvir as opiniões dos Governos principaes da Europa, e dar tempo a que se forme também em Portugal uma opinião permanente e moderada”.

⁹⁸² Idem, p. 252.

“não quer nas actuaes nem promover com demasiada precipitação as negociações com seu Augusto Filho, nem tão pouco mostrar-se apathico e indifferente”⁹⁸³. Palmella apresentava, então os argumentos portugueses para a reconciliação, mencionando, como citado no Capítulo III, que a resistência de D. Pedro havia tido sentido, no período vinista, “em quanto triumphava em Portugal a facção jacobinica”. Naquele segundo semestre de 1823, segundo o Chanceler, não havia mais justificativa para a medida. A intenção de Palmella, pelo que se pode interpretar do documento, era a de tentar reaproximar os dois países, mencionando ele que D. Pedro também era herdeiro do trono português.

O novo Chanceler português registrou, em outro documento a Villa-Real⁹⁸⁴, de 20 de outubro de 1823, a reviravolta na política portuguesa com relação à guerra no Brasil. No ofício, solicitava que o diplomata persuadisse o Governo inglês a apoiar D. João VI

“em todo apoio possível, menos o da força armada; pois que El-Rei meu Senhor renuncia positivamente a esse meio de submeter o Brasil, e só mandaria para lá tropas portuguesas para auxiliar o Principe Real a comprimir alguns levantamentos parciais, no caso que o mesmo Principe o requeresse”.

A renúncia ao uso da força ocorreu já com a guerra praticamente ganha do lado brasileiro, ainda que faltasse a evacuação das tropas portuguesas da Cisplatina. A menção à medida de D. João VI revela, porém, que, antes dessa decisão, havia a aplicação do uso da força contra o Rio de Janeiro, pelas Cortes.

A curiosa referência a um auxílio militar a D. Pedro e a própria assinatura de Palmella nas instruções chama atenção ao segundo elemento que complementa a instável conjuntura da Península Ibéria e que provavelmente sustou o incremento das forças portuguesas no Brasil: a “VilaFrancada”, o golpe promovido por D. Miguel contra as Cortes, que permitiu a D. João VI recuperar o poder absoluto em 27 de maio de 1823, ou seja, quatro dias após a queda de Fernando VII na Espanha. Segundo Valentim Alexandre⁹⁸⁵, o regime vintista teria caído, em grande medida, por sua incapacidade de resolver a questão brasileira.

⁹⁸³ Idem, p. 252

⁹⁸⁴ Idem, p. 275.

⁹⁸⁵ ALEXANDRE, Valentim. “A desagregação do Império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826)”. In: *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º), 309-341. In: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223290651A0nXZ4uu3Yj11RW5.pdf> (acesso em 27/05/2014). P. 310.

O movimento reacionário foi precedido por guerra civil iniciada por rebelião do Conde do Amarante, no norte de Portugal, que aos poucos foi se espalhando pelo país⁹⁸⁶. Notícia sobre o levantamento de Amarante foi registrada no segundo suplemento ao *Diário do Governo* de Portugal, de 28 de fevereiro de 1823. Nos dias seguintes, os debates parlamentares mostravam as reações e muitas proclamações de militares em favor das Cortes⁹⁸⁷. Cada passo do conflito era acompanhado, seguido de medidas ou declarações para preservar o sistema constitucional. Os planos de Amarante não funcionaram como previsto e ele encontrou resistências, especialmente por parte do General Luiz do Rego, chegando a um impasse.

A guerra civil monopolizou a atenção dos vintistas e, concentrados nos problemas internos, os Deputados portugueses pouco se voltam à questão brasileira. As vozes que surgiram sobre esse tema já eram menos belicosas e até resignadas. No *Diário do Governo*, de 3 de março de 1823⁹⁸⁸, um artigo tratava da suposta recusa do General Saldanha em assumir as tropas na Bahia. O texto assumia que o plano português – o qual, segundo o articulista, era das Cortes, não do Governo – não era mais efetivo, nem se fossem mandados à Bahia 10 mil homens. Estimava o autor que a expedição para a Bahia era “para salvar a face do Ministério”.

Entrementes, as Cortes, receosas da posição política de um regimento estacionado em Lisboa (o 23º de infantaria), determinaram seu deslocamento para a localidade de Almeida. No meio do caminho, em Vila Franca, ocorreu pronunciamento com vivas ao “Rei absoluto”, ao qual se juntou D. Miguel. Em meio à confusão política e a desconfianças contra D. Miguel, D. João VI acabou por dirigir-se também a Vila Franca e a assumiu o movimento. De volta a Lisboa, dissolveu as Cortes e nomeou novo Ministério. Era o fim do período vintista⁹⁸⁹ e do impulso de enfrentar a “rebelião”, ou seja, a guerra, no Brasil.

De regresso ao Governo, os absolutistas viram uma chance de se reabrirem as vias de aproximação com o Imperador D. Pedro I, herdeiro da Coroa. Em 16 de julho de 1823, Palmella registrou a decisão de D. João VI de enviar emissários ao Rio de Janeiro, “com ordem expressa para fazerem cessar o derramamento de sangue que desgraçadamente resulta de guerra civil entre dois povos”. D. João VI falava em “guerra

⁹⁸⁶ In: *Diário do Governo de Portugal*, nº 51, em 28/02/1823, p. 405.

⁹⁸⁷ Vide, por exemplo, a sessão 1º/03/1823. In: *Diário do Governo*, nº 53, 03/03/1823, p. 418.

⁹⁸⁸ *Idem*, p. 420.

⁹⁸⁹ Carlos Selvagem, 1999, p. 543.

civil”, mas, com a Independência, o que se passava já era uma guerra nos moldes mais clássicos.

A classificação utilizada pelo Rei de Portugal, ao mesmo tempo em que serve de mais uma prova da existência da guerra, é indicativa da fluidez do período, ao contrário do “determinismo” com que posteriormente se passou a ver o processo emancipatório brasileiro. Como aponta Alexandre⁹⁹⁰, sobre o lado português,

na época tinha-se a questão do império como ponto em aberto: para uns a separação do Brasil não era ainda um dado adquirido; para outros, conscientes da irreversibilidade do processo de emancipação do reino americano, havia em todo caso que negociar as condições do reconhecimento do novo Estado.

Apesar do tom conciliatório recuperado pela Vilafrancada, a relação com o Brasil não foi necessariamente melhor, ainda que tenha interrompido a dinâmica da violência. As autoridades portuguesas chegaram a debater novo recurso às armas, em 1824, como mostram respostas a pedido de parecer feito por Palmella, em 1º de janeiro 1824 (vide Capítulo IX⁹⁹¹). Num dos pareceres, o Conde Suberra concluía que “o Brasil de facto está n’hum estado de guerra com Portugal” e que “o estado político do mesmo Brasil não parece ser, nem sólido, nem oferecer confiança a qualquer negociação”⁹⁹². Na visão de Suberra, portanto, os combates haviam cessado – com vitória brasileira – mas a guerra não havia terminado.

No Brasil, as notícias da Vilafrancada foram acompanhadas atentamente pelas autoridades brasileiras, não se formando, necessariamente, uma opinião favorável a ela⁹⁹³. Ainda assim, mesmo antes do 27 de maio de 1823, algumas facções brasileiras haviam começado a se mobilizar pela reunião das duas Coroas. Mareschal, em despachos de 26 de abril⁹⁹⁴ e 14 de maio de 1823⁹⁹⁵, citava notícias chegadas de Lisboa sobre a insurreição do Conde de Amarante e estimava, no segundo documento, que a

⁹⁹⁰ Idem, p. 309.

⁹⁹¹ *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 85.

⁹⁹² Idem, p. 96.

⁹⁹³ Vide, por exemplo, as intervenções dos Deputados nos debates sobre o que fazer com as tropas portuguesas que estavam na Bahia, finda a Guerra. A fala do Deputado Henriques de Rezende, em 30/08/1823, é claramente contrária à volta do absolutismo provocado pela Vilafrancada.

⁹⁹⁴ In: *RIHGB*, 1976, p. 194.

⁹⁹⁵ Idem, p. 206.

dispersão das Cortes lisboetas poderiam suscitar complicação adicional à questão do Brasil, pois haveria propostas de restabelecimento da união⁹⁹⁶.

O segundo ofício de Mareschal foi elaborado poucos dias depois da publicação, em 6 de maio, por D. Pedro, de artigo no jornal *O Espelho*⁹⁹⁷ em que procurava exatamente desestimar a possibilidade da reunião dos dois Estados. Segundo o Imperador,

nós não vamos tirar utilidade alguma com a união a Portugal, porque apesar dele ser a cabeça da Europa, como lhe chama o nosso padre António Vieira, contudo não tem pernas, nem braços, nem tronco de corpo, e por isso cabeça sem corpo não governa.

As declarações de D. Pedro, no entanto, devem ser vistas com cautela, assim como no período de 1821, no vai e vem de seu posicionamento sobre as Cortes (vide Capítulo III). Ainda assim, era forte o partido contra algum tipo de negociação com Portugal que não fosse pelo reconhecimento da Independência brasileira, como se verá no último Capítulo.

O mais importante é observar como a Vilafrancada retirou o ímpeto português de lutar, apesar das pressões continuadas de alguns setores. Seus resultados demoraram a chegar ao Brasil, produzindo efeitos apenas meses depois. Fidié permaneceu ativo no Maranhão, no primeiro semestre de 1823, e apenas abandonou a luta em após receber as notícias da retomada do poder absoluto por D. João VI e das tentativas de conciliação. Em São Luís, após notícias de capitulação de Itapicuru-Mirim para os independentistas, foram tomadas medidas de reforço das defesas, mas a notícia da Vilafrancada diminuiu o ímpeto da resistência e abriu caminho para a chegada de Cochrane, que obrigou a adesão maranhense, após ultimato aos governantes da Província. Ainda assim, mesmo com o fim das ordens de combate, não foi concluída a unificação brasileira. Pará e Maranhão foram de toda maneira conquistados, assim como Montevidéu, que permanecia cercada pelas tropas brasileiras.

⁹⁹⁶ *Le même jour un bâtiment de Lisbonne apporta la nouvelle des progrès rapides du Comte d'Amarante de l'ajournement et de la dispersion des Cortes de Lisbonne et de la très grande probabilité d'une contre-révolution dans cette ville, pour le 25 Avril, jour de naissance de la Reine ; cette nouvelle ne peut manquer de faire dans les premiers moments une impression favorable, tant sur le public que sur l'Assemblée, mais il m e semble que si le fait à réellement lieu, il pourroit en naître une complication nouvelle pour la question du Brésil ; beaucoup de personnes pensent ici que l'on acclamera de suite le Prince à Lisbonne, pour avoir la chance de rétablir l'union.*

⁹⁹⁷ In: <http://maltez.info/respublica/portugalpolitico/acontecimentos/1823.htm>

Tendo presente o quadro político-militar do lado português, é importante ressaltar que uma guerra não é perdida, necessariamente, por ausência de meios ou de objetivo militar. Mesmo existindo estes, o caráter político do conflito marca sua imprevisibilidade. No Vietnã, não faltaram suprimentos para as tropas norte-americanas, nem estratégias de combate em grande medida eficientes, como se deu na resistência à ofensiva norte-vietnamita no Tet de 1968. A forma como se desenrolaram as batalhas, a engenhosidade de um comandante, um golpe de sorte de outro, poderá estabelecer um ritmo da guerra que favorecerá um dos contentores mesmo que as forças estivessem distribuídas.

Observando-se os meios mobilizados por brasileiros e portugueses entre 1822-1823, o que se observa é um movimento contraditório do lado português quanto à guerra. A decisão inicial foi a de combater. Houve relativo equilíbrio das forças, mas a vantagem em número de tropas, ao longo do conflito, passou a pesar a favor do lado brasileiro. Portugal tinha recursos limitados, mas não tão limitados como se convencionou afirmar. Suas capacidades, no entanto, foram ainda mais restringidas, no início de 1823, por ameaça mais direta, na Espanha, que abriu o risco de uma segunda linha de frente. Vindo a VilaFrancada, retornam os princípios e os atores anteriores à Revolução do Porto, com uma concepção distinta do relacionamento entre Portugal e Brasil. Mas, neste momento, a separação estava por demais avançada.

O resultado da Guerra de Independência do Brasil deveu-se, principalmente, à condução das operações militares em si, da mobilização contra a Divisão Auxiliadora no Rio de Janeiro, da expulsão do Batalhão do Algarve, em Pernambuco, da rápida mobilização e envio das tropas comandadas por Labatut, em julho de 1822, da vitória em Pirajá e das operações até a vitória na Bahia, do erro tático de Fidié de atacar Parnaíba, da bem estabelecida estratégia naval de Cochrane, dentre outros atos militares. Mesmo com muitos problemas, faltas de recurso e disputas dentro do Exército brasileiro – o que será explorado nos próximos capítulos – a ação armada foi eficiente, contando com importante participação e sacrifícios da população, especialmente no Norte-Nordeste.

D. Pedro venceu, fundamentalmente, por ganhar a batalha política contra as Cortes, em grande parte do Brasil, logrando posicionar-se como o representante dos “brasileiros”. Ganhou, com isso, o apoio da grande massa da população que se sentia distante de Portugal, mas que não necessariamente possuía uma identidade nacional brasileira. Beneficiou-se, também, das disputas internas em Portugal e da dinâmica

européia daquele momento. Ainda assim, D. Pedro venceu e unificou o país, pois conduziu forças capazes de impor-se no campo de batalha. Um dos efeitos do mito da Independência pacífica do Brasil foi o de menosprezar os atores da guerra, deixando-os ao largo de uma história que, em maior ou menor grau, eles contribuíram para criar.

VI – GUERRA NO CENTRO ESTRATÉGICO: BAHIA



O Primeiro passo para a Independência da Bahia – Por Antônio Parreiras - Palácio do Rio Branco - Salvador

A Bahia, conforme antecipado nos capítulos anteriores, foi chave nas operações militares que definiriam quem controlaria cada uma das Províncias do então Reino do Brasil. Dos momentos iniciais de adesão baiana às Cortes de Lisboa, em fevereiro de 1821, até o 2 de julho de 1823, não se interromperam os conflitos, que tiveram, em suas primeiras facetas, cores de disputa local pelo poder civil e militar, transformadas depois em uma rebelião interna. Um terceiro momento, já em reação aos confrontos de fevereiro de 1822, foi o processo de adesão ao Rio de Janeiro. Chegou-se, então, à guerra, última etapa, que foi inicialmente local e, na sequência, geral, envolvendo estratégias do Rio de Janeiro e de Lisboa para todo o Brasil.

Sem qualquer reparo à memória nutrida na Bahia sobre sua “Independência” e o papel dos baianos nessa luta, é preciso frisar: a guerra na Bahia não foi um conflito regional. Naquela Província, entre 1822-1823, Lisboa e o Rio de Janeiro se enfrentaram política e militarmente, cada uma apoiando-se nas forças que dispunha na região e cada uma tentando conectar o conflito aos outros teatros do conflito. De Salvador, o General Madeira manteve estreito contato com D. Álvaro da Costa, na Cisplatina, e com Fidié, no Piauí, este último tendo cogitado, em um momento, ir em auxílio às tropas

portuguesas na Bahia. Tampouco a guerra na Província se limitou a luta restrita aos habitantes locais. Do lado do Rio de Janeiro, lutaram baianos, pernambucanos, cariocas, paraibanos e muitos outros, inclusive estrangeiros, personificados pelos dois Chefes militares de terra e mar, respectivamente Labatut e Cochrane. A Bahia, por sua posição estratégica entre o Norte e o Sul, por seu peso econômico, social e político, foi, portanto, o teatro central do grande conflito pelo qual se desenrolou a Guerra de Independência e a construção da unidade do Brasil hoje existente.

1) A SITUAÇÃO POLÍTICA BAIANA E OS PRIMEIROS CONFRONTOS

A Bahia, como já afirmado, era uma das Províncias centrais para a economia, sociedade e para a política da Colônia, posteriormente Reino do Brasil. Capital colonial até 1763, o porto e a cidade da Bahia (Salvador) haviam se transformado, ao final do século XVIII, em ponto de comércio importante. Muitos comerciantes de “grosso trato” habitavam a cidade, de onde partiam suprimentos, produzidos localmente ou importados, para Portugal, para a África e para outras Províncias brasileiras. Para estas últimas, como aponta Luís Henrique Dias Tavares⁹⁹⁸, iam escravos, tecidos europeus, armas, pólvora, chumbo, ferragens e aguardente. O recôncavo baiano também se beneficiava desse comércio intraprovincial, de modo que a Bahia, conforme observado no Capítulo II, tinha importância próxima do Rio de Janeiro em termos de comércio. Fernando Diéguas⁹⁹⁹ reforça essa percepção da defesa da Bahia como um ponto da estratégia geral das Cortes, já no processo que levou à Independência, e não apenas como uma resistência local:

A Bahia é a pedra angular no edifício das pretensões portuguesas. Bastião colonialista mais próximo do Rio de Janeiro, é percebida como um dique à interferência de D. Pedro e ao alastramento da revolução para o norte do país. Dominando a Bahia, poderia o partido português usá-la como plataforma para a recuperação do resto do Brasil (...)

⁹⁹⁸ DIAS TAVARES, Luís Henrique. *História da Bahia*. 11ª Edição. São Paulo: Editora da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. P. 200.

⁹⁹⁹ 2004, p. 146.

A Bahia também refletia as movimentações políticas daqueles fins de século XVIII e início do XIX, as quais ganhavam cores próprias em razão das particularidades locais, tendo existido ali “uma constelação saturada de tensões com intensos desdobramentos na conturbada conjuntura que antecedeu e sucedeu a independência”¹⁰⁰⁰. A Província foi palco da sedição de 1798, muito comentada na História do Brasil, e sentiu os impactos das guerras napoleônicas. Esquadras inglesas e francesas passaram pela Bahia, em 1805 e 1806, exigindo víveres e recursos financeiros dos habitantes de Salvador, sob a ameaça de bloqueio¹⁰⁰¹. D. João VI decidiu pela abertura dos Portos ao passar por Salvador, em 28 de janeiro de 1808.

A mudança da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, como visto na segunda parte do Capítulo II, não significou alteração sensível do modo como se governava o Norte-Nordeste do Brasil. A centralização era mantida, agora a partir do Rio de Janeiro, com uma ampliação da coleta de impostos sobre toda a região. Em muitos casos, como se verá no Capítulo sobre o Maranhão e Pará, a ampliação da presença inglesa prejudicou setores econômicos do Norte, que estavam tradicionalmente ligados ao comércio com Lisboa. Essa queixa foi igualmente importante na mobilização anti-Rio de Janeiro e aproximação com Lisboa, no início do vintismo.

As ideias autonomistas que perpassaram a região – o que não significava necessariamente independentistas – muito se relacionavam a essa situação tensa com relação à capital do Reino e aos vínculos tradicionais com Lisboa. As ligações comerciais com Lisboa não foram necessariamente compensadas pelo Rio de Janeiro e, findas as guerras napoleônicas, restabeleceram-se as rotas entre o Norte-Nordeste e Portugal. Ao contrário da realidade anterior, na qual Lisboa concentrava as operações políticas e econômicas, a situação pós-1815 via-se fraturada entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Essa duplicidade não pode ser esquecida no momento de se analisar como o processo de Independência – e a guerra – se desenrolaram na Província.

A insatisfação de determinados grupos econômicos com o Rio de Janeiro, a circulação de ideias, inclusive sobre a autonomia provincial, e a influência dos acontecimentos na Europa, tudo contribuía para preparar o terreno da mudança. O impulso político veio de fora, e se adaptou na Bahia, como nas outras Províncias. A Revolução de 1817 teve ligações na Bahia, mas não houve uma adesão baiana. Ainda

¹⁰⁰⁰ SOUZA FILHO, Agemiro Ribeiro de. “Projetos políticos na revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822)”. In: *Almanack Braziliense*. Nº 07, maio de 2008. P. 104.

¹⁰⁰¹ DIAS TAVARES, 2008, p. 209

assim, muitos dos revoltosos pernambucanos foram presos na Bahia, tais como Frei Caneca e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Essa circunstância, segundo Luís Henrique Dias Tavares¹⁰⁰², foi essencial para a adesão baiana à Revolução do Porto, uma vez que essa medida, tomada em 10 de fevereiro de 1821, teria sido gestada em contatos dos prisioneiros pernambucanos de 1817 com militares e civis de Salvador¹⁰⁰³.

Conforme apontado no Capítulo III, já em novembro de 1820 começavam a circular notícias sobre riscos de manifestação de parte da tropa aquartelada em Salvador¹⁰⁰⁴, tendo em conta que as notícias do movimento do Porto haviam atingido a Bahia no mês anterior. Viu-se também como a Corte tinha o controle da Bahia como elemento central para conter o espraiamento da Revolução do Porto no Reino do Brasil. A decisão do envio do Conde de Vila Flor a Salvador sofrera a resistência do Conde dos Arcos e de Tomás Antônio, para quem a ida de Vila Flor deveria ser decidida em conjunto com outras ações de contenção da tropa e de reforço da economia local. Ponto estratégico do Brasil, os assessores do Rei temiam que triunfo do movimento na Bahia redundaria em todo o Nordeste influenciado pelo vintismo¹⁰⁰⁵.

Esse debate, como visto, ocupou demasiado tempo e, na demora do envio do Conde de Vila Flor, abriu-se a oportunidade que os revolucionários precisavam. O movimento pró-Revolução do Porto planejou o levante para ocorrer antes da substituição do Governador, Conde da Palma, pelo novo designado pelo Rio de Janeiro, Conde de Vila Flor. Comandados por Manuel Pedro de Freitas Guimarães, Francisco José Pereira e Francisco de Paula de Oliveira, movimento militar eclodiu em 10 de fevereiro de 1821. Partindo do Forte de São Pedro, os revoltosos ainda se mostraram indecisos nos seus primeiros momentos, até surgir a proclamação do Tenente-Coronel Freitas Guimarães, deixando clara sua adesão ao constitucionalismo vintista¹⁰⁰⁶. A participação de Freitas Guimarães, que se tornou muito popular com o movimento e

¹⁰⁰² 2008, p. 224.

¹⁰⁰³ Segundo Dias Tavares, esses entendimentos teriam sido consequência de medidas autorizadas pelo Governador Drancisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma, em reação a relatório sobre as condições dos detentos. Visitas foram permitidas, sendo Frei Caneca um dos mais assíduos visitantes. *Idem*.

¹⁰⁰⁴ In: Varnhagen, 1957, p. 23.

¹⁰⁰⁵ Segundo Tomás Antônio, em parecer ao Rei: “torno a restituir à real presença de V.M. os papéis que me fêz a honra de mandar com o voto do Conde dos Arcos. Êle nada diz de razões: diz que não, porque entende que não, e contenta-se com impugnar. Portanto, o que V.M. tem decidido, de ir o Conde de Vila Flor é muito justo e acertado; e, se o não fizer, expõe-se a perder a Bahia e principiar a revolução no Brasil. É conhecida de V.M. a manobra da Bahia; todo mundo conhece e teme, e pergunta porque não se dá providência. Precisa, pois, dar as providências já ponderadas, - e não perder tempo, porque eles não o perdem, e ainda não há notícias do batalhão 12”. In: Varnhagen, 1957, p. 24.

¹⁰⁰⁶ Dias Tavares, 2008, p. 225.

resultou em sua nomeação como Governador das Armas, deve ser sublinhada em razão dos acontecimentos posteriores.

Houve breve ensaio de resistência do Governador, Conde da Palma, que determinou que o Marechal Felisberto Caldeira reprimisse os revoltosos. Estes, incluindo muitos brasileiros e portugueses, se reuniram na Praça da Câmara, tomando posições de combate nos arredores, nas ruas do Rosário de João Pereira, Alfitos, Campo Grande e enseada da Camboa¹⁰⁰⁷. Caldeira determinou que o Major Hermógenes Francisco de Aguilar Pantoja avançasse, o que fez pela rua das Mercês. Um choque ocorreu na rua do Rosário, morrendo o próprio Major Hermógenes, além de outros soldados. Em suas Recordações, Antônio Pereira Rebouças¹⁰⁰⁸ registra, no entanto, a circulação de notícias de que Caldeira havia tentado parlamentar duas vezes com os revoltosos, na segunda das quais houve o confronto e a morte do Major Hermógenes, que estaria apenas apoiando o avanço de Felisberto Caldeira.

Dado o resultado desse primeiro combate, as forças pró-Governo se recolheram e Caldeira dirigiu-se ao Palácio do Governo. A situação se mostrava desfavorável ao Conde da Palma e, após reunião da oficialidade, decidiu-se pela aclamação da Constituição, a fim de “evitar uma conflagração geral com perda de muitas vidas, como reporta Antônio Rebouças¹⁰⁰⁹. O Governador compareceu à Câmara Municipal, onde, presentes as principais autoridades da cidade, foi realizado auto de aceitação do sistema constitucional “que a metrópole propuzesse”.

Foi nomeada, imediatamente, uma Junta Governativa, tendo sido aclamado presidente o Desembargador Luís Manuel da Moura Cabral. Havia também representantes da agricultura, do clero, das Forças Armadas e profissionais liberais, como o médico Lino Coutinho¹⁰¹⁰. Assim como em Portugal, a Junta “jurou obediência a D. João VI”, medida comunicada a Lisboa por carta enviada ao Rei¹⁰¹¹. Alguns dos presos pernambucanos, ou baianos como Felisberto Caldeira, não concordaram com essa postura, tendo o último proposto que “se fizesse logo a independência”, no que foi apoiado por alguns militares nascidos no Reino. Caldeira teria, na sequência,

¹⁰⁰⁷ Dias Tavares, *idem*, p. 225.

¹⁰⁰⁸ REBOUÇAS, Antonio Pereira. *Recordações Patrióticas (1821-1838)*. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1879. Biblioteca do Senado – Obras raras. In: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242446> (acesso em 01/10/2014). P. 8

¹⁰⁰⁹ 1879, p. 9.

¹⁰¹⁰ José Honório Rodrigues, 2002, p. 222.

¹⁰¹¹ A íntegra do documento pode ser encontrada em AMARAL, Braz do. *Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional*. Coletânea de Documentos. Salvador: EDUFBA, 2005. P. 34.

desaparecido por alguns meses¹⁰¹². Sua atitude parecia, naquele momento, mais reativa ao vintismo do que a algum sentimento “brasileiro” já existente.

Uma das primeiras medidas do novo Governo foi enviar, em 18 de fevereiro de 1821, comunicado a Lisboa, participando ao “governo supremo de Portugal” expressões da “mais sincera adesão” e de juramento à Constituição¹⁰¹³. Encaminhou também ofício ao Governador de Pernambuco, Luís do Rêgo, no dia 21 de fevereiro, o que Varnhagen descreve como “adulatório ofício”, exaltando as suas proezas guerreiras e acrescentando estar certa de que ele, governador, “como brioso português, se achava animado dos mesmos sentimentos que todo Portugal, e contribuiria cooperando pela felicidade da Nação”¹⁰¹⁴.

A Junta também pediu – e aqui há um elemento determinante para o conflito posterior – o envio de tropas portuguesas que pudessem sustentar o novo regime. A solicitação estava já no ofício de 18 de fevereiro de 1821, mas, segundo Varnhagen¹⁰¹⁵, teria havido uma vacilação da Junta entre fevereiro e abril daquele ano. Após as notícias dos acontecimentos no Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1821 (vide capítulo III), os constitucionalistas baianos reforçaram o pedido. Temia-se, desde o início, a reação do Rio de Janeiro, naquele momento o principal adversário do constitucionalismo. Apesar do juramento a D. João VI, as desconfianças eram significativas contra o centro do Império.

Um dos resultados práticos da adesão baiana foi a ruptura política e financeira da Bahia com o Rio de Janeiro¹⁰¹⁶. Uma ruptura que permaneceu por vários meses, mantendo-se a Província distante do Regente D. Pedro, até pelo menos o fim do primeiro semestre de 1822, apesar de movimentações como as de Felisberto Caldeira no sentido contrário. Este, que no primeiro momento da revolta liberal havia permanecido ao lado do Governador da Província, ou seja, ao lado do Rio de Janeiro, manteve esse apoio em todo o período, posteriormente na figura de D. Pedro.

O pedido do envio das tropas foi prontamente atendido por Lisboa, que, em 26 de maio de 1821, anunciou a partida da Legião Constitucional Lusitana, composta por dois batalhões de Infantaria e uma companhia de Artilharia, compreendendo 1.184

¹⁰¹² Dias Tavares, 2008, p. 227.

¹⁰¹³ Varnhagen, 1957, p. 264

¹⁰¹⁴ Idem.

¹⁰¹⁵ 1957, p. 264.

¹⁰¹⁶ Souza Filho, 2008, p. 103. Vide também Varnhagen, 1957, p. 264.

homens¹⁰¹⁷. O transporte dessa tropa foi pago pelos comerciantes da Bahia. A Legião Constitucional aportado em Salvador em agosto de 1821¹⁰¹⁸.

Os impactos da chegada da nova tropa portuguesa, em conjunto com a proximidade da Junta (apesar de composta por brasileiros) com Lisboa, foi chave para o conflito que se seguiu. Os soldados que chegavam tinham relação mais estreita com a Revolução do Porto e pouca ou nenhuma ligação familiar com os habitantes da Bahia¹⁰¹⁹. Não haviam passado tempo anterior no Brasil, como ocorrera com a Divisão Auxiliadora, no Rio de Janeiro, com os Voluntários Reais, estacionados na Cisplatina ou com o próprio Batalhão nº 12, estacionado em Salvador e comandado pelo então Tenente-Coronel Luiz Inácio Madeira de Mello. Essa distância das novas tropas influenciaria tanto postura dos outros militares de origem europeia que ali estavam, quanto o relacionamento com as tropas “brasileiras” e com as elites locais.

Como apontado no Capítulo V, havia na tropa ressentimentos com o favorecimento de oficiais de origem europeia, que D. João VI tentou mitigar, em 1821, com a promoção da isonomia de soldos. Ainda assim, ao longo de 1821-1822, enquanto grupos civis se distanciavam de Lisboa pelas razões que serão observadas abaixo, os soldados de origem brasileira – a maior parte composta de mulatos e pardos¹⁰²⁰ – “observavam consternados o fato de os seus pares europeus terem alcançados as melhores promoções em reconhecimento ao apoio decisivo que a tropa prestou ao sucesso da Revolução Constitucionalista”¹⁰²¹.

Portugueses de origem americana ou europeia, cabe frisar, participaram igualmente no movimento liberal que aderiu à Revolução do Porto. O próprio sentido do serviço militar, segundo Henrik Kraay¹⁰²², mudou: antes uma obrigação que advinha da própria “captura” de recrutas, tornava-se então um serviço patriótico, que atraiu voluntários em número importante, cujos fins eram cada vez mais políticos. No mesmo período em que as Cortes iniciavam a adoção de medidas para reconcentrar a direção do Império português em Lisboa (as quais também gradativamente alienavam diversos

¹⁰¹⁷ José Honório Rodrigues, 2002, p. 223

¹⁰¹⁸ Hendrik Kraay, 2006, p. 313.

¹⁰¹⁹ Dias Tavares, 1977, p. 18.

¹⁰²⁰ “A desconsideração dos militares portugueses á gente de cor nos corpos constituídos de brasileiros era questão velha, desde tempos coloniais, quando batalhões e regimentos de brancos não retribuía continência feita pelo Regimento dos pardos (4º de Milícias), fazendo o mesmo com os dos pretos (Henriques). PELEGRINO, Humberto. “História Militar da Independência (Circunstâncias e contradições)”. In: *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Nº 326, janeiro-março, 1980. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20www.ihgb.gov.br>, acesso em 19/03/2013) P. 287.

¹⁰²¹ Souza Filho, 2008, p. 108.

¹⁰²² 2006, p. 313.

setores da sociedade instalada no Reino Brasil), cresceu o número de voluntários para o serviço militar na Bahia.

O ano de 1821 foi, ainda assim, bastante conturbado, com o agravante da presença crescente das tropas vindas da Europa¹⁰²³. Logo no início do processo revolucionário, Lisboa ordenara que Sergipe fosse incorporada à Província da Bahia. O Governador sergipano resistiu à ordem e teve sua prisão decretada. Um destacamento de 200 soldados foi enviado pela Junta baiana, logrando a adesão sergipana. Os soldados retornaram a Salvador em maio de 1821. A medida suscitou “grande indignação do Rio de Janeiro”¹⁰²⁴.

Também nos meses posteriores à adesão baiana às Cortes, diferenças entre visões liberais presentes em Salvador começaram a se verificar. Já em maio de 1821 surgiam boatos, vindos de Lisboa, de que seriam adotadas medidas que poderiam afetar a liberdade comercial da capitania¹⁰²⁵. Esse ponto mobilizava grande parte das elites agrárias da Província, principalmente do interior, gerando uma contraposição com o “partido da Praia”, grupo também importante, composto principalmente por comerciantes portugueses instalados em Salvador e que se sentiam prejudicados pela liberalização do comércio, a partir de 1808. Economicamente se moldava uma incompatibilidade entre o interior baiano, com a cidade de Cachoeira como o principal ponto de convergência da produção agrícola, e o comércio de Salvador.

Mas não era apenas sobre comércio ou as diferenças entre militares que sustentava as disputas locais. Na verdade, várias questões se faziam presentes ao mesmo tempo. De uma perspectiva mais ampla, era a própria relação entre os modelos de como seria o novo Estado e a relação de Lisboa com o Reino do Brasil que se colocava. Hendrik Kraay¹⁰²⁶ aponta que, com a notícia da Revolução do Porto, em outubro de 1820, “surgiu uma dialética entre patriotas de classe baixa, mais radicais e exaltados, e os mais moderados da classe média e alta”. Se as movimentações contra a Corte absolutista, em 1821, haviam causado tensão política importante, os desdobramentos da agitação influenciavam toda a sociedade baiana, cujos interesses e aspirações aos poucos foram se definindo de acordo com as ideias e opções em jogo.

¹⁰²³ Guerra Filho, 2004, p. 20.

¹⁰²⁴ José Honório Rodrigues, 2002, p. 224.

¹⁰²⁵ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “A guerra da Bahia”. In: *2 de julho: A Bahia na Independência Nacional*. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014)

¹⁰²⁶ 2006, p. 312.

Ao longo de 1821 e do início de 1822, as diferentes visões foram se afunilando não em partidos propriamente ditos, mas em tendências¹⁰²⁷. Francisco Sierra y Mariscal¹⁰²⁸, que presenciou o movimento constitucional na Bahia e circulou pela cidade de Salvador, agrupou as diferentes tendências em três grupos principais: um “partido europeu”, que defendia a estreita união com Portugal e seria o principal apoiador, no período subsequente, de Madeira; um “partido aristocrata”, “de alguns senhores de engenho, alguns empregados públicos e de mui poucos eclesiásticos”, que queriam um “governo independente de Portugal, com uma Constituição e duas Câmaras”; e, um “partido democrata”, composto por grande parte do clero e empregados públicos, além da maioria dos senhores de engenho (“porque é o partido das revoluções e com elas se veem livres dos seus credores”), que almejava “governos provinciais independentes”.

A mesma avaliação dos “três partidos” foi apresentada pelo próprio General Madeira¹⁰²⁹, que era mais crítico aos dois outros que não aqueles dos “naturaes de Portugal”, aos quais se vinculavam “alguns dos naturaes do Paiz”, partido “puramente constitucional”. O segundo era o dos “poderosos”, com posses e empregos de representação, “ligados aos togados do Rio de Janeiro, que querem a Constituição, em que como Lords figurem independentes do Governo de Portugal, e por isso trabalham para a separação”. Um terceiro partido, dos que “pelas suas posses, ou empregos, não hombrêão com aquelles” (do segundo partido), querem uma independência republicana, em que figurem só os naturaes do Paiz”.

Observa-se, nessas estimativas, que um partido de “independência” efetiva era apenas o terceiro, minoritário. O segundo partido, que agrupava especialmente as elites do interior da Província, aproximava-se daquelas visões de setores, por exemplo, do Rio de Janeiro, que haviam proposto o “Fico” de D. Pedro e propugnavam pela “Independência parcial”, ou seja, a autonomia (e a manutenção dos ganhos da presença da Corte no Rio de Janeiro, por treze anos) do Reino¹⁰³⁰. Essa proximidade, naquele

¹⁰²⁷ “Não há partidos políticos definidos em programas e organizações”. In: Luiz Henrique Dias Tavares, 1977, p. 19

¹⁰²⁸ In: CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia & BASILE, Marcello (organizadores). *Às armas cidadãos! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. 2012, p. 13.

¹⁰²⁹ Em ofício de 26 de fevereiro de 1822. In: “Offícios e Documentos dirigidos a’s cortes pelo Governador das Armas da Província da Bahia, em data de 7, e 17 de Março deste anno”. In: *Cartas e mais Peças Officiaes dirigidas a Sua Magestade o Senhor D. João VI pelo Principe Real, o Senhor D. Pedro de Alcântara*, p. 199.

¹⁰³⁰ Em anotação de 4 de novembro de 1821, Maria Graham também sublinha que a concentração de poderes em Lisboa (principal objetivo daquele polo, como visto no Capítulo III) era problemático para muitos brasileiros: “the extreme inconvenience of having the supreme courts of justice so far distant as

primeiro momento, ainda não era suficiente para aproximar o segundo partido do Regente instalado no Rio de Janeiro.

Apesar das desavenças e das divisões desde a origem do vintismo, os baianos lograram manter a Junta Governativa em funcionamento ao longo de 1821. Antônio Pereira Rebouças¹⁰³¹, que se tornou importante observador e anotador do período, diz que a Junta foi por algum tempo “aceita com geral satisfação” e não “deixára de corresponder ao entusiasmo que em principio se lhe manifestara”. Realizaram-se, em 3 de setembro de 1821, as eleições para os representantes da Bahia às Cortes. Foram eleitos 8 Deputados, dentre os quais Lino Coutinho e Cipriano Barata.

Essa boa disposição com a Junta Governativa teria permanecido, sustenta Rebouças, se “não fosse a dependência em que se pusera para com os partidários da Revolução Portuguesa”. Essa acusação da submissão da Junta é recorrente do lado brasileiro. Varnhagen avalia que a Junta era “composta por homens de bem e com boas intenções, mas quis tomar sobre si demasiadas responsabilidades, as quais foram aumentando o número de seus inimigos”¹⁰³². No mesmo sentido, reporta Maria Graham¹⁰³³ sentimento crítico à Junta, especialmente em razão de atos considerados “arbitrários”. Os opositores falavam “abertamente em independência”. Essa agitação, segundo Graham, “sempre excita a indignação popular”, tornando o clima político tenso.

Ainda assim, a Junta continuava a operar, como o fez, inclusive com nova eleição, em 1º de fevereiro de 1822, após a chegada dos Decretos das Cortes de setembro de 1821. A crítica da dependência da Junta com relação a Lisboa deve ser observada com cautela, pois acaba por eclipsar a trama que se passava no momento, relacionada muito mais com as disputas pelos espaços de poder entre os grupos locais do que entre partidários de Lisboa ou do Rio de Janeiro.

Foi no plano militar que ficaram mais evidentes as desavenças entre os projetos de cada um dos grupos políticos que circulavam por Salvador entre 1821 e 1822. Como já mencionado, todo o debate político era agravado pela presença das tropas portuguesas, pouco relacionadas com a sociedade local e em crescente rivalidade com os soldados de origem brasileira.

Lisbon must be more and more felt as the country increases in population and riches”. In: *Diary of a Voyage to Brazil*, 1824, p. 150.

¹⁰³¹ 1879, p. 16

¹⁰³² 1957, p. 265.

¹⁰³³ Em anotação de 3 de novembro de 1821. 1824, p. 149.

Duas movimentações importantes ocorreram no segundo semestre de 1821 e trouxeram à tona o conflito político que se gestava na Província. A primeira se relacionou exatamente com o envio de novas tropas portuguesas para reforçar as guarnições da Bahia. Em junho de 1821, no mesmo período em que o desembarque em Salvador do Conde dos Arcos, então Ministro da Regência de D. Pedro que havia sido obrigado a partir do Rio de Janeiro (vide Capítulo IV, primeira parte), foi impedido¹⁰³⁴ (marcando a distância com a Capital carioca), as tropas de origem “brasileira” se movimentaram com a notícia da partida de Portugal da Legião Constitucional. Aconteceram, nesse momento, os primeiros enfrentamentos entre portugueses e brasileiros, avaliando o Cônsul francês que não fosse a firmeza do Comandante do 12º Batalhão (que era Luiz Inácio Madeira de Mello), “composto por 400 portugueses, uma nova revolução teria eclodido, o governo teria sido parcialmente renovado e a República proclamada pelos brasileiros”¹⁰³⁵.

Esse era o sinal do descontentamento crescente de alguns setores, mantendo-se na tropa de origem local o intento de fazer mudanças, “mas lhe faltava os recursos necessários para tornar tal anseio em efetiva realidade”. Ao longo do período, “Salvador continuava a vivenciar toda sorte de insultos, desatinos e hostilidades”¹⁰³⁶.

Uma nova tentativa de ação dos militares locais ocorreu em 3 de novembro de 1821 e mostrou o acirramento das disputas. Mais uma vez a organização e os meios dos revoltosos era limitada, até mesmo pelo fato de ainda faltar o apoio decisivo da maior parte das elites da Província, mesmo aquelas insatisfeitas com a atuação da Junta. O Barão de Mareschal¹⁰³⁷, ao relatar que também na Bahia as determinações das Cortes eram cada vez mais mal recebidas, aponta que o movimento foi organizado por milícias e resistido pelas tropas portuguesas. Segundo o diplomata austríaco, a opinião dos intitulos “brasileiros” estaria de tal forma pronunciada, que os chefes dos corpos militares não mais esconderiam suas críticas à Junta.

O pronunciamento de 3 de novembro envolveu Felisberto Caldeira e outros oficiais brasileiros de alta patente. Antônio Rebouças, já envolvido nas articulações

¹⁰³⁴ Varnhagen, 1957, p. 265.

¹⁰³⁵ Apud Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 15.

¹⁰³⁶ SIQUARA SILVA, Marcelo Renato. *Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. In: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/Independ%C3%Aancia-ou-morte-em-Salvador.pdf> (acesso em 25/09/2014). P. 42.

¹⁰³⁷ Ofício de 22/11/1821. In: Figueira Mello, 1914, p. 240.

políticas baianas, criticou o movimento, sustentando que os mais “prudentes” preferiam esperar que o descrédito da Junta aumentasse, predispondo a opinião pública a favor dos “brasileiros”. Outros, segundo o advogado, “os que mais do que pelos sentimentos brasileiros, eram movidos por causas pessoais de animadversão a alguns dos membros da Junta, propugnavam às cegas que fosse a mesma junta derribada tumultuariamente e á viva força militar”¹⁰³⁸. Essa opção passou a crescer na população, que esperava a demissão da junta, e teria pressionado os revoltosos a avançarem o movimento. Rebouças envolveu-se no caso e participou de reuniões em quartéis e outros locais.

Maria Graham conta que já na manhã de 3 de novembro chegou a notícia de que as tropas estavam se aquartelando¹⁰³⁹. Antes do meio-dia, os militares revoltosos, junto com civis que os apoiavam, ocuparam o prédio da Câmara e se dirigiram ao Palácio do Governo para exigir a dissolução da Junta Governativa¹⁰⁴⁰. Era esperada, na operação, a atuação da Legião de caçadores, “o mais numeroso e decidido corpo militar de guarnição da praça”¹⁰⁴¹. A Legião, no entanto, permaneceu aquartelada, influenciando o desenrolar movimento.

A reação portuguesa foi rápida, com a mobilização das tropas, especialmente do Batalhão nº 12, comandado por Madeira. Em pouco, o Palácio do Governo foi cercado e os revoltosos presos¹⁰⁴². Ainda assim, muitas escaramuças ocorreram naquele dia, com registros de mortes dos dois lados¹⁰⁴³. Os presos foram posteriormente enviados a Lisboa e lograram serem liberados e enviados de volta ao Brasil, a partir de abril de 1822¹⁰⁴⁴. Muitos serviriam de ponte nos contatos com o Rio de Janeiro e a aproximação com D. Pedro.

O episódio de 3 de novembro de 1821 deve ser olhado com cautela. Havia insatisfação com as Cortes e com a Junta. Isso não significava propriamente o símbolo de uma causa “brasileira” preexistente e expressão de uma nacionalidade já consolidada, como poderia sugerir relatos como o de Rebouças. Aqueles eram tempos fluídos, de indecisão e de ações que, em um caminho não necessariamente planejado desde o início, terminou no que viria a ser o Brasil independente. Luiz Henrique Dias

¹⁰³⁸ 1879, p. 17

¹⁰³⁹ 1824, p. 150.

¹⁰⁴⁰ Luiz Henrique Dias Tavares, 2008, p. 232.

¹⁰⁴¹ Rebouças, 1879, p. 18.

¹⁰⁴² Rebouças, 1879, p. 22.

¹⁰⁴³ Maria Graham sustenta que teriam sido 3 os mortos. In: *Diary of a Voyage to Brazil*, 1824, p. 150. Dias Tavares (2008, p. 233), por outro lado, menciona “vários soldados brasileiros”.

¹⁰⁴⁴ Oliveira Lima, 1997, p. 274.

Tavares¹⁰⁴⁵ avalia que “se havia uma conspiração no sentido do reconhecimento da autoridade do Príncipe D. Pedro, na sua condição de regente do Brasil – conspiração da qual é episódio o novembro 3, 1821 – não ia além disso”. Ou seja, existia essa conspiração, mas ainda não avançava para um apoio à separação do Brasil de Portugal como ocorreu em 7 de setembro de 1822. Mesmo no Rio de Janeiro essa ideia estava muito distante.

Foi um terceiro e muito mais grave episódio militar que efetivamente deu início à ruptura entre grupos baianos, um conflito local que se expandiu e se vinculou, posteriormente, à disputa entre Rio de Janeiro e Lisboa. Um tema aparentemente burocrático – uma questão de precedência entre oficiais superiores, como sublinha Oliveira Lima¹⁰⁴⁶ – serviu para que as disputas políticas se transformassem em um conflito aberto.

Em 15 de fevereiro de 1822, chegou ao porto de Salvador o navio *Leopoldina*, trazendo correio com Carta Régia que promovia Madeira a Brigadeiro e nomeava-o Governador das Armas. A substituição de Freitas Guimarães por Madeira, apesar de medida que poderia passar por rotineira, trazia em sua essência um problema político grave. Correspondia às medidas das Cortes de ampliação de seu controle sobre as Províncias do Brasil, em detrimento da regência presente no Rio de Janeiro ou mesmo da autonomia regional buscada pelas Províncias. Os Governadores de Armas, pelos Decretos de setembro de 1821, passavam a responder diretamente a Lisboa. À parte o episódio de 3 de novembro de 1821, o nome de Madeira não havia tido destaque nas movimentações políticas subsequentes à adesão baiana à Revolução do Porto.

A notícia agravava o quadro já inflamado pelos Decretos das Cortes de Setembro de 1821, que no Rio de Janeiro levaram ao “Fico”. Também na Bahia grupos mais próximos ao Rio de Janeiro ou com projetos autonomistas reagiram às medidas. Apesar de desconfianças, a Junta baiana determinou a implementação dos Decretos e procedeu, conforme determinado, a uma nova eleição. Em 1º de fevereiro de 1822, a nova Junta tomou posse, com Francisco Vicente Viana como presidente. Salvo um representante, todos os demais eram brasileiros. A Junta protestou seu apoio ao Rei e à Constituição e “reservou suas palavras mais carinhosas para o príncipe real”.

¹⁰⁴⁵ 1977, p. 27.

¹⁰⁴⁶ 1997, p. 274.

A ambiguidade do comportamento da Junta seria colocada a prova poucos dias depois, com a notícia da nomeação do novo Governador das Armas. Varnhagen¹⁰⁴⁷ culpa Madeira diretamente pelo que se passou a partir de 15 de fevereiro e pela guerra na Bahia, supostamente por “desejo e ambição”. Madeira, de sua parte sustenta que resistiu em cumprimento às instruções de Lisboa¹⁰⁴⁸, que transmitira ordens de reforço das medidas de manutenção da ordem em pontos do Norte-Nordeste brasileiro. Como se verá no próximo Capítulo, a mesma foi a orientação de D. João VI a Fidié, enviado ao Piauí. Não havia equívoco de que Lisboa pretendia resistir no Norte-Nordeste às agitações que se iniciavam no Centro-Sul. O próprio Madeira informou Lisboa, em ofício de 7 de março de 1822, que a preservação da causa constitucional no Reino do Brasil tinha em Salvador – e, em continuidade, no Recôncavo, um dos pontos estratégicos mais importantes a serem defendidos.

A substituição do Governador das Armas era, portanto, sensível, como aparentemente sabia o próprio Madeira. Em seu ofício às Cortes de 7 de março de 1822, o General afirmou que a notícia de sua nomeação já circulava desde o dia 11 de fevereiro, a partir do qual os “revolucionários” teriam começado a se agitar e Madeira a se preocupar com a possibilidade de uma “guerra civil”¹⁰⁴⁹. Na versão do General, foram seus opositores que iniciaram movimento que levou ao conflito, e isso já antes do dia 15 de fevereiro, quando “principou o partido revolucionário a buscar a maneira de a embarçar, bem persuadido de que elle perderia muito para os seus intentos, uma vez que a força armada deixasse de estar debaixo do seu influxo”.

O Brigadeiro acusou o suposto “partido revolucionário” ou “independente” de estar em ação havia algum tempo, influenciado também pelos atos do Rio de Janeiro e

¹⁰⁴⁷ 1957, p. 406.

¹⁰⁴⁸ Em ofício de 7 de julho de 1822, registra o General que “no dia vinte e seis do passado fundeu neste Porto o Bergantim Audaz, cujo Commandante me entregou as Ordens de Vossa Magestade sobre a minha conservação e das Tropas do meu Commando neste ponto até á ultima extremidade; o que eu executarei com o mesmo Patriotismo que até hoje, e empregarei todos os esforços para conservar esta importante parte do Brazil”. In: *Offícios e Cartas dirigidos ao Governo pelo Governador das Armas da Provincia da Bahia com as datas de 7 e 9 de julho deste anno e que forão presentes às Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013). P. 5.

¹⁰⁴⁹ “Senhor – Quando por algumas cartas, e folhas, que aqui chegarão, vindas por um navio estrangeiro, no dia 11 de Fevereiro pretérito, se espalho a noticia, que EIRei me tinha despachado para Governador das Armas desta Provincia, exaltarão-se os espíritos inimigos da ordem, e principiárão sem reboço a convocar partido, a fim de se oporem á execução da minha posse: receei logo as tristes consequências de uma guerra civil; porque eu bem via como o geral dos naturaes do Paiz estava ufano, julgando-se com forças suficientes para fazerem, que a sua vontade fosse lei absoluta”. Ofício de 7 de março de 1822. In: “Offícios e Documentos dirigidos a’s cortes pelo Governador das Armas da Provincia da Bahia, em data de 7, e 17 de Março deste anno”. In: *Cartas e mais Peças Officiaes dirigidas a Sua Magestade o Senhor D. João VI pelo Principe Real, o Senhor D. Pedro de Alcântara*, p. 199.

de Pernambuco, que agiam para obrigar as tropas portuguesas a partir. Madeira tinha, é bem verdade, os exemplos de junho e de novembro de 1821 para falar em movimentações dos partidos resistentes a seguir estritamente as ordens de Lisboa. Menciona, também, movimentações dos “revolucionários” em evitar que as tropas que já haviam saído de Pernambuco e que deveriam em breve partir do Rio de Janeiro aportassem em Salvador, mas sustentava que os militares não seriam influenciáveis por essas proclamações.

Para Madeira, o líder de todas essas movimentações revolucionárias era o General Freitas Guimarães. Atribuiu-lhe, então, a culpa pelo imbróglio envolvendo sua nomeação ao Governo das Armas. Os documentos de época, registra Dias Tavares¹⁰⁵⁰ dão, no entanto, versões alternativas, de que Freitas Guimarães teria aparecido em público apenas no dia 18 de fevereiro, não estando presente nos primeiros momentos do conflito. Alguns o acusaram de estar doente ou mesmo “insano”. José Bonifácio estimou que teria se portado “como um miserável sem juízo e sem coragem”. Seja qual tenha sido a causa, é duvidoso que Manoel Pedro Freitas Guimarães estivesse na liderança da tropa brasileira entre 15 e 18 de fevereiro de 1822.

Consciente dos obstáculos a sua posse, Madeira tentou agir rápido. Para alcançar o posto para o qual fora designado, deveria enfrentar o fato de que Freitas Guimarães era oficial popular, um dos líderes da revolução liberal que levou à adesão às Cortes e, além disso, nascido no Reino. A primeira medida do General nomeado, em 15 de fevereiro de 1822, foi encaminhar ofícios às unidades militares e à Junta, para quem solicitou o reconhecimento de sua autoridade. Madeira se movimentou para obter o apoio dos demais altos oficiais portugueses¹⁰⁵¹, o que obteve no dia 16 de fevereiro. Aproveitou-se, especialmente, do fato de que alguns comandantes das tropas portuguesas mantinham “notória insatisfação” em relação a Manoel Pedro¹⁰⁵².

Na versão da própria Câmara de Salvador¹⁰⁵³, em documento de 16 de março de 1822, foi essa articulação militar de Madeira e a apresentação de sua Carta Régia ao Senado da Câmara, para que fosse registrada e aceita, que deslanchou o movimento de resistência. Nessa visão, os “brasileiros” teriam sido pegos de surpresa pela medida, não havendo preparações anteriores para resistir à nomeação. Antônio Rebouças também sustenta terem sido as forças portuguesas as primeiras a se mobilizarem em apoio a

¹⁰⁵⁰ 1977, p. 30.

¹⁰⁵¹ Dias Tavares, 1977, p. 29.

¹⁰⁵² Marcelo Siquara, 2012, p. 57

¹⁰⁵³ Representação da Câmara da Bahia, transcrita em Dias Tavares, 1977, p. 164.

Madeira, sendo que “o aparato das forças dos batalhões portugueses não o deixava duvidar”¹⁰⁵⁴. A agitação que se encontrava Salvador, naquele início de 1822, torna as duas versões possíveis ou mesmo não contraditórias. Cada lado, posteriormente, procurou atribuir a ofensiva ao outro, buscando legitimar, assim, sua posição como uma reação em legítima defesa.

Os conflitos políticos na Bahia cresciam e tomavam forma de disputas abertas, ainda que a oposição a Madeira não levasse, necessariamente, a um apoio “natural” a D. Pedro. Havia partidários de todas as tendências, mas naquele fevereiro de 1822, o problema principal estava no processo de reforço do unitarismo das Cortes, que aos poucos foram aproximando as tendências contrárias. Era, como se pretende insistir, um desenrolar de eventos não necessariamente conduzentes a um resultado pré-determinado, a Independência. Ainda se tratava de um caso local ou, no máximo, de um problema entre a Bahia e as Cortes

Pegos de surpresa (como sugerem os brasileiros) ou não (como defende Madeira) pela chegada do correio de 15 de fevereiro, militares e civis “brasileiros” reagiram à medida e se colocaram francamente em oposição à nomeação de Madeira em substituição ao popular Freitas Guimarães. Esses oficiais¹⁰⁵⁵ mobilizaram-se principalmente no Forte de São Pedro e nos quartéis de Palma e Mouraria. Circulavam também pelas ruas, colhendo assinaturas contra o reconhecimento da Carta Régia que nomeava Madeira¹⁰⁵⁶.

O principal argumento para a resistência voltava-se à legalidade da nomeação. Os opositores diziam que a Carta Régia não estava em conformidade com as leis portuguesas¹⁰⁵⁷, faltando sua passagem pela “chancelaria” e os selos necessários. A deficiência é atribuída por Madeira a mero stratagem de seus opositores. O General tentou, no dia 16 de fevereiro, agilizar o reconhecimento de sua autoridade pelo Senado da Câmara, mas a ausência de vereadores atrasou uma decisão¹⁰⁵⁸.

¹⁰⁵⁴ 1879, p. 27.

¹⁰⁵⁵ Segundo Dias Tavares os Capitães Joaquim Jozé Rodrigues e Joaquim Satyro da Cunha, o 1º Tenente Jozé Pedro de Alcântara, o Tenente Jozé Joaquim Leite, o Alferes Pedro Jacome, o Cadete João Primo, o Major miliciano Jozé Antônio da Silva Castro, o cirurgião do 2º regimento Sabino Vieira, o bacharel em Direito Francisco Gomes Brandão, o padre Lourenço da Silva Magalhães (vigário de São Pedro) e o escrivão do Senado da Câmara Francisco de Paula de Athayde. 1977, p., 31

¹⁰⁵⁶ Idem, p. 32.

¹⁰⁵⁷ Vide Rebouças (1879., p. 27), e a Carta da Junta Governativa da Bahia, de 8 de março de 1822 (In : Dias Tavares, 1977, p. 150).

¹⁰⁵⁸ Dias Tavares, 1977, p. 32.

Mesmo quando o parlamento local conseguiu se reunir, houve hesitação. Pressionada pelos dois lados, a Câmara tinha dificuldades para tomar uma decisão. Crescia, ademais, a discussão sobre a legalidade da nomeação. A Junta Governativa chegou a entrevistar-se com Freitas Guimarães, em 17 de fevereiro, quando este afirmou que entregaria o poder assim que Madeira se achasse com seus documentos em ordem e já empossado pelas autoridades Governamentais¹⁰⁵⁹. A mesma posição foi apresentada à Junta Provisória, que em relato às Cortes sobre os acontecimentos daquele fevereiro de 1822¹⁰⁶⁰, se dizia “comprimida entre os vaivéns de partidos violentamente declarados” a favor ou contra Madeira. A Junta tinha recebido notícia de que Freitas Guimarães estaria disposto a ceder “logo que o seu sucessor apresentasse o seu competente título e fosse legalmente empoçado”.

Com as movimentações militares ampliando-se e o perigo de um conflito iminente, a solução foi a arbitragem, realizada em 18 de fevereiro, no Palácio de Governo. Madeira reclamou “amargamente das intrigas que se armavam contra ele”¹⁰⁶¹. O General também teria sugerido que “nenhum perigo de effusão de sangue” existia no caso de sua nomeação, e colocou restrições às opções apresentadas no encontro. Mas havia, segundo a própria Junta, dúvidas sobre as consequências dessa medida. Entre as posições extremadas, optou-se por solução de compromisso segundo a qual Madeira seria reconhecido Governador das Armas, mas ficaria ligado a uma Junta Militar, presidida por ele e composta por 7 membros, dentre os quais estaria Freitas Guimarães. A medida foi aprovada por todos e aceita por Madeira, “que a tudo cedia, a bem da salvação da Província”. Foi lavrada ata na madrugada de 19 de fevereiro.

Enquanto a articulação política se movia para a intermediação no Palácio de Governo, a situação no campo beirava a explosão. Desde 16 de fevereiro estava claro o quadro que opunha as tropas a favor ou contra Madeira:

Estão pela posse de Madeira de Melo a Legião Constitucional Luzitana, aquartelada nas fortalezas do Barbalho e de Santo Antônio Além do Carmo; (o 12º Batalhão fora deslocado para a Piedade) e a Cavalaria, aquartelada em São Bento. Estão igualmente com Madeira de Mello os marujos portugueses dos navios surtos no porto.

¹⁰⁵⁹ Carta da Junta Governativa da Bahia, de 8 de março de 1822.

¹⁰⁶⁰ Documento transcrito em Dias Tavares, 1977, p. 152.

¹⁰⁶¹ “Ata Lavrada no Palácio de Governo Constituindo uma Junta Militar”. In: Dias Tavares, 1977, p. 145.

Estão pela manutenção de Freitas Guimarães os oficiais e soldados do regimento de Artilharia, aquartelados no forte de São Pedro, do 1º e do 2º de infantaria, aquartelados na Palma e na Mouraria¹⁰⁶².

Também apoiavam os portugueses comerciantes, caixeiros, e navios mercantes. Muitos navios desembarcaram sua tripulação para reforçar as tropas pró-Madeira, as quais também contaram, segundo o General¹⁰⁶³, com “muitos indivíduos dos Regimentos de Milícias”, que “se portarão com muito zelo”. Ou seja, não apenas as tropas de 1ª linha, mas parte da Milícia e de outros corpos, fundamentalmente compostos por nascidos na Província, ficaram com Madeira. Esses elementos circulavam nas ruas de Salvador já em 17 de fevereiro, e “passaram a afrontar com expressões grosseiras e sarcásticas todos aqueles que fossem identificados como partidários do brigadeiro Manuel Pedro”¹⁰⁶⁴.

O forte de São Pedro tornou-se o principal ponto dos opositores de Madeira, para onde se dirigiram muitos civis e, no dia 18, o próprio General Freitas Guimarães. Antônio Rebouças¹⁰⁶⁵ relata ter passado na unidade militar, em 18 de fevereiro, que estava em “uma quase absoluta inacção, não vendo pelo estado em que se achavam os parques de artilharia, que houvesse a menor disposição, mesmo para defesa no caso de ser necessário repellar qualquer agressão hostil”. Dias Tavares¹⁰⁶⁶, no entanto, coloca em dúvida essa versão, e aponta para a presença de mais de 500 civis no forte, com relatos de que muitos deles estavam armados. Ainda assim, as medidas dos partidários de Freitas Guimarães, segundo seus apoiadores, eram defensivas.

No dia anterior, em 17 de fevereiro, já haviam ocorrido movimentações. O Trem da artilharia (a logística de armas e munições), com dois canhões, se posicionou junto com os opositores de Madeira, instalando-se no Quartel dos Aflitos. Madeira acusou essas movimentações de serem preparativos para ataques ao 12º Batalhão ou à Cavalaria portuguesa. Em seu ofício de 7 de março, indicava que na noite do 17 de fevereiro, “os Corpos desta Cidade destacarão dos seus Quartéis piquetes com sentinelas

¹⁰⁶² Humberto Pelegrino, 1980, p. 292.

¹⁰⁶³ Ordem do dia de 25 de fevereiro de 1822. In: “Offícios e Documentos dirigidos a’s cortes pelo Governador das Armas da Província da Bahia, em data de 7, e 17 de Março deste anno”. In: *Cartas e mais Peças Officiaes dirigidas a Sua Magestade o Senhor D. João VI pelo Principe Real, o Senhor D. Pedro de Alcântara*, p. 199.

¹⁰⁶⁴ Marcelo Renato Siquara Silva, 2012, p. 57

¹⁰⁶⁵ 1879, p. 28.

¹⁰⁶⁶ 1977, p. 34.

avançadas”¹⁰⁶⁷. Ainda segundo Madeira, forças “brasileiras” saíram do Forte de São Pedro e do quartel da Legião de Caçadores e se postaram nas imediações do 12º Batalhão, impedindo, inclusive a passagem de oficiais desta unidade.

A Representação da Câmara de Salvador, no entanto, sugere que foram os aderentes a Madeira os primeiros a se mobilizar:

“a noite do dia 16 para o dia 17 não só dormirão abarcados, mas com armas e municados os corpos que obedeciam a este ultimo Brigadeiro (Madeira), principiando os outros a fazer o mesmo no dia 17 para o dia 18. Isto bastou para encher a cidade de mui justificado terror os pais de família começarão desde logo a abandonar as moradas, procurando uns a solidão dos campos, outros as vilas e Reconcavo e a cidade ficou quase despovoada”¹⁰⁶⁸

A reunião no Palácio de Governo, para dar início às negociações, se desenrolava, portanto, em perigoso quadro militar (um “arraial de campanha”¹⁰⁶⁹) que dividia os militares presentes em Salvador. Todos os lados se movimentavam em pontos da cidade para fortalecer suas defesas.

Não foram necessárias mais de duas horas após o acerto no Palácio de Governo, constituindo a Junta Militar, para que o confronto estourasse e se tornasse incontrolável. Segundo os relatos “brasileiros”, na noite do dia 18 de fevereiro, soldados do 12º, aparentando agressividade, foram vistos próximos ao Quartel onde estava o Trem de Artilharia, aparentemente marchando em direção à rua do Rosário de João Pereira, onde residia Freitas Guimarães. As sentinelas da defesa disparado para o alto¹⁰⁷⁰.

Pouco depois, na manhã de 19 de fevereiro, o Tenente-Coronel Francisco Jozé Pereira, que comandava as forças do 12º, avançou sobre o Quartel dos Aflitos, onde estava o Trem da Artilharia. Ao atacar o quartel da Legião de Caçadores, segundo Madeira, o Capitão Pereira foi ferido pelo “fogo mui vivo sobre ele”. De acordo com o Governador das Armas¹⁰⁷¹, os Caçadores tentaram matar um segundo emissário, o Tenente Silva, razão pela qual o Tenente-Coronel do 12º ordenou o ataque, ação que teria sido “executada com muito valor”, tendo sido feridos, dentre outros, os Capitães Caldas e Aragão. As tropas do Trem resistiram, mas terminaram se rendendo.

¹⁰⁶⁷ In: *Cartas e mais Peças Officiaes dirigidas a Sua Magestade o Senhor D. João VI pelo Principe Real, o Senhor D. Pedro de Alcântara*, p. 208

¹⁰⁶⁸ Representação da Câmara de Salvador, de 16 de março de 1822. In: Dias Tavares, 1977, p. 165.

¹⁰⁶⁹ Dias Tavares, 1977, p. 36.

¹⁰⁷⁰ Dias Tavares, 1977, p. 35.

¹⁰⁷¹ 1822, p. 211. Ordem do dia de 25 de fevereiro de 1822.

Ao mesmo tempo iniciaram-se ataques aos quartéis da Palma e da Mouraria. Ocorreram combates em todas as proximidades dessas unidades. Foram intensos nas proximidades da rua da Palma, onde se aquartelava o 1º Regimento. As forças portuguesas lograram avançar, cercando os revoltosos em seu quartel. O ataque teve sucesso e venceu a resistência. Uma parte dos que defendiam o quartel fugiu para o Forte de São Pedro, oferecendo resistência também no Campo da Pólvora. Outra parte foi capturada.

Paralelamente, as tropas portuguesas agiram sobre o quartel da Mouraria, marchando pela rua João Pereira e enfrentando os revoltosos com a baioneta. Capturaram duas peças de Artilharia postadas próximo à Igreja do Rosário e o Convento das Mercês¹⁰⁷². O ataque continuou sobre o quartel, conduzido por parte da Legião Constitucional. Os comandantes da unidade, Capitão Vieira e o Tenente-Coronel Balthazar da Silva, ordenaram aos soldados que permanecessem imóveis, mas, ante a situação que se apresentava, o Alferes Pedro Jacome e o Tenente Jozé Joaquim Leite realizaram disparos contra a Legião, numa tentativa de resistência¹⁰⁷³. Não tendo muito sucesso, os revoltosos saíram pelas janelas do quartel, e se dirigiram para as roças do Tororó e para o Forte de São Pedro.

Foi no contexto dos combates próximos à Mouraria que houve a invasão do Convento da Lapa. Os soldados lutando ao lado de Madeira foram impedidos na entrada da clausura pela Sórora Joana Angélica, abadessa do Convento, cujo regulamento impedia o contato das freiras Concepcionistas com homens. Ao forçar a entrada, os soldados atingiram Joana Angélica e o capelão, Padre Daniel da Silva Lisboa.

Há diferentes versões sobre a hora em que ocorreu essa invasão, se no início ou no final da manhã de 19 de fevereiro¹⁰⁷⁴. Independentemente do momento exato do combate, Joana Angélica morreu no dia seguinte, 20 de fevereiro, em razão dos ferimentos. Seria transformada em “mártir” no imaginário baiano sobre a Guerra da Independência. Segundo a versão de autores brasileiros, os soldados portugueses encontravam-se muitos embriagados, e “davam-se a excessos: casas particulares atacadas, insultos a brasileiros e seus familiares”¹⁰⁷⁵. Madeira é mais comedido, mas ainda assim, reconheceu que houve excessos contra particulares e contra o Convento da

¹⁰⁷² Conforme o relato de Madeira (1822, p. 211), na ordem do dia de 25 de março de 1822.

¹⁰⁷³ Dias Tavares, 1977, p. 43.

¹⁰⁷⁴ Há diferentes testemunhos, como aponta Dias Tavares, 1977, p. 43

¹⁰⁷⁵ Humberto Pelegrino, 1980, p. 288.

Lapa, “de que se seguirão alguns desastres”¹⁰⁷⁶. É interessante registrar que, em nota à sua obra¹⁰⁷⁷, José Honório Rodrigues aponta que a tropa que invadiu o Convento seria composta, em sua maior parte, por soldados de origem “brasileira”, pertencentes às tropas de Madeira.

Observando-se o movimento sobre os quarteis da Palma e da Mouraria e sobre o Forte de São Pedro, é de se perguntar se houve coordenação militar prévia, do lado de Madeira, para os ataques. O General sustenta ter se mobilizado apenas após ter recebido a notícia dos confrontos próximos ao Quartel dos Aflitos, iniciados pelos partidários de Freitas Guimarães. Daí colocou em movimento o grosso das tropas. Dias Tavares¹⁰⁷⁸, no entanto, aponta a convergência dos batalhões portugueses, “de São Bento à praça da Piedade, de São Bento à praça do Palácio, do Barbalho e de Santo Antônio Além do Carmo ao Campo da Pólvora, à Palma e à Mouraria”, dando indícios de plano militar bem planejado e executado. É difícil supor que Madeira, oficial experimentado das guerras peninsulares, não tivesse diferentes planos de ação, mapeando os pontos dos revoltosos e com a definição de táticas para a operação.

Após as vitórias sobre os quarteis da Palma e da Mouraria, a ofensiva voltou-se ao Forte de São Pedro. A operação iniciou-se paralelamente às demais e também foi rápida. Já na manhã do dia 19 de fevereiro, a unidade estava cercada. Segundo Madeira¹⁰⁷⁹, depois de conduzir os feridos dos combates no centro de Salvador, “não tive mais a reear dentro da Cidade, reuni as forças na Piedade, e mandei de tarde intimar ao Forte”. O General preparou, também, o bombardeio e ataque ao Forte, procurando reforçar o cerco.

Dentro do Forte, a situação não era favorável, “um ambiente de confusão, sobre o qual se destacavam milicianos e civis armados”¹⁰⁸⁰. Com limitações logísticas e de homens, os líderes do movimento passaram a discutir o que fazer. No processo, Freitas Guimarães, que estava no Forte, solicitou aos emisários de Madeira mais tempo, medida que permitiu (mesmo que não tivesse sido essa a intenção) a organização da retirada.

¹⁰⁷⁶ “No furor dos ataques se não podem evitar alguns acontecimentos: não há ouvidos para a moderação, muitos dos Soldados dos Batalhões, e Cavallaria, desesperados mais do fogo, que das casas de muitos particulares se lhes fazia (até de um Convento de Freiras da Lapa) do que mesmo do da Tropa facciosa, arrombãrão algumas daquelas, de que se seguirão alguns desastres”. Ordem do dia de 25 de fevereiro de 1822. In: “Offícios e Documentos dirigidos a’s cortes pelo Governador das Armas da Província da Bahia, em data de 7, e 17 de Março deste anno”. In: *Cartas e mais Peças Officiaes dirigidas a Sua Magestade o Senhor D. João VI pelo Príncipe Real, o Senhor D. Pedro de Alcântara*, p. 199.

¹⁰⁷⁷ 2002, p. 232.

¹⁰⁷⁸ 1977, p. 39.

¹⁰⁷⁹ Na mesma ordem do dia de 25 de fevereiro de 1822. P. 211

¹⁰⁸⁰ Dias Tavares, 1977, p. 46.

Alguns oficiais ainda defenderam a resistência, ao passo que outros voltavam-se para a fuga, opção que foi ganhando vulto quase que naturalmente, por parte de milicianos e civis. Ainda no dia 19 de fevereiro, alguns elementos pularam a muralha e “tomaram a estrada para o Rio Vermelho, de onde prosseguiram para Itapuã”¹⁰⁸¹.

A retirada ampliou-se no dia 20 de fevereiro, sendo percebida pelas tropas lusitanas. Madeira conta que, ao perceber o movimento,

“vi que a minha moderação, e a suspensão de hostilidade, que eu tinha praticado durante a manhã, e na tarde, e noite antecedente, não era batante para obrigar a guarnição a obrar como eu lhe intimei; e mandei ao segundo Batalhão da Legião Constitucional Lusitana, que marchasse pela estrada das Brotas em direção ao sitio do Bom Gosto, para evitar que continuasse a fugir a guarnição, e para evitar, que alguma grande porção dela podesse manobrar sobre as nossas posições”¹⁰⁸².

Ordenou, na tarde do dia 20 de fevereiro que se apertasse o cerco e que se avançasse sobre os revoltosos. Nessa ação, soldados que ainda estavam no forte tentaram auxiliar os companheiros que se retiravam e realizaram fuzilaria sobre os lusitanos, matando um soldado e ferindo outro.

A ação portuguesa, ao final, foi pouco efetiva, pois grande parte dos revoltosos conseguiu fugir. Na noite de 20 de fevereiro, chegou a Madeira comunicação da rendição do forte, que foi ocupado no dia seguinte. Restavam apenas alguns soldados e oficiais, além de Freitas Guimarães. Todos foram presos e, um mês depois, Freitas Guimarães foi enviado para Lisboa. Madeira tinha, finalmente, o controle militar da cidade.

Estima-se que foram mais de 100 os mortos naqueles acontecimentos, em torno de 60 do lado dos revoltosos, e aproximadamente 40, do lado de Madeira¹⁰⁸³. Seria o equivalente, apenas para se ter uma dimensão, ao número de mortos dos combates no dia da queda da Bastilha, na França, em 14 de julho de 1789¹⁰⁸⁴. José Honório Rodrigues eleva essa conta para 200 mortos e feridos, além de todos os prejuízos materiais em casas e outros edifícios¹⁰⁸⁵. A fuga dos corpos militares contrários a Madeira foi desordenada, com a exceção de um destacamento, que partiu para o norte,

¹⁰⁸¹ Dias Tavares, 1977, p. 49.

¹⁰⁸² Conforme a já citada Ordem do dia de 25 de fevereiro de 1822, p. 213.

¹⁰⁸³ Varnhagen, 1957, p. 268.

¹⁰⁸⁴ Conforme a versão oficial, da Presidência da República da França. In: <http://www.elysee.fr/la-presidence/la-fete-nationale-du-14-juillet/>

¹⁰⁸⁵ 2002, p. 235.

em direção do Açu da Torre, área controlada pela família Pires de Carvalho e Albuquerque¹⁰⁸⁶.

Mais do que o número exato de mortos ou da retirada subsequente, a confrontação decorrente da nomeação de Madeira, foi ponto de ruptura. Como sublinha Dias Tavares:

“Coloquei em evidência o episódio da nomeação do Brigadeiro Luiz Inácio Madeira de Mello para Governador das armas – e sua subsequente posse, pelas armas, nesse posto – porque localizo no conflito que daí resultou a mais séria e profunda rutura na já então combatida, mas persistente associação liberal constitucionalista, de brasileiros e portugueses”.

De fato, o episódio marcou o início do conflito num dos pontos mais estratégicos do Reino do Brasil, causando a divisão entre grupos e impulsionando o gradual afunilamento das opções entre Lisboa e Rio de Janeiro.

A avaliação de Dias Tavares de que o episódio de fevereiro de 1822, na Bahia, constituiu a “mais séria e profunda rutura” na associação liberal entre brasileiros e portugueses deve, no entanto, ser relativizada ou, no mínimo, qualificada. O que se passava na Bahia se passava também em todo o Reino, concomitantemente, o que tornava a situação ainda mais incerta para o Rio de Janeiro, que ainda se construía como o “polo” alternativo a Lisboa. Não estavam, portanto, separados claramente “brasileiros” e “portugueses”, pois esse processo ainda se encontrava em maturação, como mostra o próprio fato de que a Junta Governativa, pró-Lisboa, continuava a ser composta por nascidos no Brasil. Eram interesses, políticos e econômicos, e mesmo diferenças culturais e sociais que serviam de ingredientes para o clima de conflito, separando partes de uma mesma sociedade em tendências políticas.

A confrontação entre tropas – supostamente “brasileiras” vs “portuguesas” – tampouco constituiu uma exclusividade da Bahia. Ocorreria em Pernambuco, ocorria em período quase concomitante no Rio de Janeiro, com a mesma seriedade, e ocorreria depois em Províncias como a Cisplatina, o Piauí e outras. Ainda assim, como avaliou Tobias Monteiro, a situação na Bahia poderia “embaraçar a unidade nacional”¹⁰⁸⁷.

Em resumo, os confrontos em Salvador, em fevereiro de 1822, foram, fundamentalmente, uma disputa local, entre grupos da Província que reagiam de formas distintas às medidas das Cortes, ainda sem uma relação direta com a causa que se

¹⁰⁸⁶ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 18.

¹⁰⁸⁷ Apud Dias Tavares, 1977, p. 18

gestava no Rio de Janeiro. Os desentendimentos no seio do liberalismo baiano opunham, em alguns casos, tendências de cores locais, autonomistas, contra outras mais ligadas a Lisboa, sem que isso significasse um movimento natural de apoio ao Rio de Janeiro. Como frisou Dias Tavares, sobre a Bahia, “não há partidos políticos definidos em programas e organizações”¹⁰⁸⁸. E não havia, principalmente, a imagem da “causa brasileira”, que ainda se gestava nesse mesmo período.

É de se lembrar, naquele momento, que D. Pedro apenas oficializara sua opção de “ficar” no mês anterior, em janeiro de 1822, e ainda se via as voltas com a ameaça das tropas portuguesas na própria capital do Reino. A constituição da causa “brasileira”, a partir da oposição do Rio de Janeiro às Cortes de Lisboa, era ainda um projeto em construção. O conflito que se estabeleceu na Bahia pautou a evolução do conflito político entre o Rio de Janeiro e as Cortes, como se viu no Capítulo IV. As ações de Madeira se tornaram o principal exemplo da imagem da “recolonização”, argumento central da campanha do Rio de Janeiro pelo apoio político nas diversas Províncias do Reino. O curso dos acontecimentos no Rio de Janeiro, entre a expulsão da Divisão Auxiliadora, em fevereiro de 1822 e o Grito do Ipiranga, registrou referências constantes às ações de Madeira, até que a confrontação se transformasse em guerra aberta, a partir do segundo semestre daquele ano.

Por todos esses elementos, os confrontos em Salvador de fevereiro de 1822 não constituem o momento da opção de parte das elites baianas pelo Rio de Janeiro, como sugere Dias Tavares, mas apenas o início desse movimento de aproximação. Na verdade, os grupos que se reuniram em Cachoeira, a partir de fevereiro de 1822, passaram a ter com o Rio de Janeiro um inimigo comum, que facilitava o diálogo com D. Pedro. As desconfianças sobre o Rio de Janeiro e a postura de D. Pedro, apesar de sua postura liberal, estavam ainda presentes no seio dos grupos na Bahia, elemento que não pode ser esquecido.

Aos poucos, a aliança foi construída, até que, num período de quatro-cinco meses, as movimentações se afunilaram na opção entre o Rio de Janeiro ou Lisboa, dando início à guerra de Independência, guerra que não se limitou às elites, mas mobilizou todo o conjunto da população baiana e de outros pontos do Norte-Nordeste. Essa ampla participação se deu por motivos e interesses diversos, que depois se

¹⁰⁸⁸ 1977, p. 19.

separaram e se desdobraram nas diferentes revoltas registradas ao longo de todo o processo de consolidação da unidade brasileira.

2) DA INDECISÃO À ADESÃO

O período de consolidação do “polo do Rio de Janeiro”, que culminou na convocação da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, correspondeu também à fase de definição do conflito na Bahia, ou, como aponta Dias Tavares¹⁰⁸⁹, ao “período de alternativas”. As movimentações políticas de todos os lados foram múltiplas. Os grupos de Cachoeira ainda estavam indecisos, observando o que se passava em Salvador, ao passo que o Rio de Janeiro dialogava com os dois lados. Paralelamente, surgiam declarações de D. Pedro demandando a partida das tropas portuguesas.

A declaração de Cachoeira de adesão a D. Pedro, em 25 de junho de 1822, marca a decisão, as alianças construídas. Com a exacerbação das diferenças entre os diversos expoentes do constitucionalismo, “membros das classes senhoriais na Bahia renovaram as suas expectativas objetivando não apenas a consecução dos princípios constitucionais, como também a conquista do poder dirigente”¹⁰⁹⁰, por meio da aproximação com D. Pedro. Assim como a convocação da constituinte pelo Rio de Janeiro constituiu a ruptura com as Cortes, a declaração de Cachoeira de 25 de junho definiu o conflito na Bahia. Com a chegada das tropas enviadas pelo Rio de Janeiro, em agosto de 1822, consolidou-se também o caráter amplo da guerra.

Em Salvador, após os embates de 19-21 de fevereiro de 1822, o clima continuou tenso e houve dificuldades para se retornar à normalidade. Havia, como reportou a Junta de Salvador, em 13 de março de 1822, uma “aparente tranquilidade”, que suscitava ansiedade e sobressaltos na própria Junta e na população¹⁰⁹¹.

Madeira esforçou-se para recuperar a segurança e tranquilidade na cidade. O conflito político estava aberto e se traduzia em explosões localizadas de conflito, causadas pelos dois lados, mas geralmente com violência maior por parte dos

¹⁰⁸⁹ 1977, p. 19

¹⁰⁹⁰ SOUZA FILHO, Agemiro Ribeiro. “Entre a Bahia e o Rio de Janeiro: articulações políticas e o reordenamento do poder no tempo da Independência (1821-1823). In: *Revista Binacional Brasil Argentina*. Vol. 1, nº 2, p. 33 a 53. Vitória da Conquista, dezembro de 2012. In: <http://periodicos.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1962> (acesso em 30/09/2014). P. 35.

¹⁰⁹¹ In: “*Offícios e Documentos Dirigidos ao Governo, para serem presentes às Cortes Geraes, e Constituintes da Nação Portuguesa*”. Offícios de 8 e 13 de março, p. 42.

partidários das Cortes, que tinham a seu lado a força militar. O recurso às pedras ou a assassinatos tornou-se comum¹⁰⁹². Em procissão da irmandade de São José, um grupo de meninos atirou pedras no cortejo, composto em sua maior parte por militares, comerciantes e caixeiros¹⁰⁹³. Os primeiros consideraram o caso uma ofensa, estimando que os meninos teriam sido pagos por seus adversários. Reagiram, então, com brutalidade. O caso foi, inclusive, informado às Cortes.

Para muitas famílias essa situação tornou-se, ao fim, insuportável. Muitos habitantes (os que podiam) optaram por abandonar suas casas para “irem vagar pelos campos”¹⁰⁹⁴, deixando as ruas da cidade vazias. Iam, em sua grande maioria, para as vilas do Recôncavo, apesar dos apelos do Governador das Armas, da Junta Governativa e da Câmara Municipal para que os habitantes voltassem às suas casas. Seguiam o mesmo caminho dos militares que haviam se retirado, em fevereiro. Madeira havia tentado, inclusive, perseguir esses elementos, enviando expedições de cavalaria para os arredores da cidade de Salvador. Ocorreram vários combates, “com perdas significativas, sem qualquer sucesso real em razão da extrema mobilidade desses grupos armados”¹⁰⁹⁵.

O confronto foi se espraiando pelo interior, inclusive pelo fato de que unidades militares e parte das sociedades também do Recôncavo ainda se mostravam favoráveis às Cortes. Madeira manteve, ainda, contato com comandantes militares do interior da Bahia. Em 21 de abril, no entanto, o General fora informado da carência de tropas em Cachoeira para manter a lealdade às Cortes¹⁰⁹⁶. A ação desses elementos pró-Cortes no interior da Bahia reforçava a oposição a Salvador, inclusive da população em geral, e ampliava a possibilidade de um entendimento dos grupos presentes no Recôncavo com o Rio de Janeiro¹⁰⁹⁷.

Cioso da potencial fraqueza da causa das Cortes, Madeira despachou prontamente, após os ocorridos de fevereiro, solicitações a Lisboa para o reforço de sua tropa. Era necessário o reforço dos batalhões, inclusive 50 artilheiros e 24 praças

¹⁰⁹² Siquara, 2012, p. 64.

¹⁰⁹³ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 19.

¹⁰⁹⁴ Siquara, 2012, p. 61. Vide também Calmon, 1923, p. 197.

¹⁰⁹⁵ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 19.

¹⁰⁹⁶ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 38.

¹⁰⁹⁷ “Assim como a barca canhoneira lusitana, estacionada no porto da Villa da Cachoeira, servia de incentivo á propaganda patriótica, também a numerosa ordenança, reunida na mesma Villa da Cachoeira ao comando do capitão-mór Fiuza, no intuito de fazer policia preventiva, de qualquer movimento popular, sérvio para que os patriotas attrahissem ao seu partido essa multidão de habitantes (...). In: Antônio Pereira Rebouças, 1879, p. 38.

artífices engenheiros, como relatou em 17 de março de 1822¹⁰⁹⁸. Enquanto não chegavam essas forças, caixeiros e outros grupos da cidade ofereceram homens e recursos, mostrando que parte dos habitantes da cidade estavam ao lado das Cortes¹⁰⁹⁹. Esses grupos, inclusive, financiariam grande parte do esforço de guerra.

Foi nessa circunstância, o envio de pedido de novas tropas de Lisboa, que o Governador das Armas da Bahia expôs sua visão sobre a posição estratégica da Província e da cidade de Salvador: a Bahia, na concepção do General, era a ponta de lança portuguesa para todo o Nordeste¹¹⁰⁰. Com instruções para conservar-se em Salvador, Madeira tinha também a possibilidade de contemplar a ofensiva contra o Recôncavo. As Cortes, como se viu, reagiram positivamente às solicitações de Madeira e passaram a enviar, na medida das possibilidades, soldados, equipamentos e elementos de Marinha.

Em meio a todas essas medidas, Madeira procurou transformar seu poder de fato em poder legítimo. Esforçou-se para ganhar aquela parte da população que havia permanecido relativamente neutra nos confrontos. Uma anistia foi proposta para os soldados e oficiais de patente inferior, assim como oferecido “pão e etapa para os soldados do esquadrão de Cavalaria¹¹⁰¹”. Procurava, também, colher apoios, na forma de manifestos de lealdade às Cortes. Quanto aos “facciosos”, estimava que apenas a força os venceria¹¹⁰². Essas expressões continuaram a ser apresentadas ao longo de todo o conflito, como na proclamação, mencionada no Capítulo III, de 655 cidadãos que iam além de apoiar o General e demandavam que se passasse à ofensiva contra os “facciosos”. O General teve menos sucesso, como visto, em segurar as grandes famílias em Salvador, muitas das quais ainda indecisas politicamente, mas decididas a recolher-se para o interior.

Madeira precisava, principalmente, reforçar a legitimidade de seu poder, para o que era necessário a realização de seu juramento perante a Câmara Municipal. O

¹⁰⁹⁸ Documento transcrito in Dias Tavares, 1977, p. 142.

¹⁰⁹⁹ Siquara, 2012, p. 65.

¹¹⁰⁰ “Na carta que hoje escrevo a El-Rei, pondero as nossas circunstancias e rogo as providências que se tornão da primeira necessidade. (...) Por tanto, melhor, cumpre-me informar a vossa Magestade que a Cidade da Bahia, pela sua situação geographica, pelo seo commercio, população e outras particularidades, é um daqueles portos do Brasil que muito convem conservar para assegurar a estabilidade do Reino. (...) A importância do seo recôncavo torna ainda mais interessante a cidade e a Província; porém de conservação dele está dependendo a cidade. Quando o espírito da desordem chega ao ponto a que desgraçadamente tem sido elevado nesta Província pelos facciosos em que tanto abunda, não há outro recurso para se restabelecer a tranquilidade o poderem respirar livremente os cidadãos honrados e pacíficos, senão a força”. Apud Dias Tavares, 1977, p. 141.

¹¹⁰¹ Dias Tavares, 1977, p. 55.

¹¹⁰² Conforme o já citado ofício de 17 de março de 1822.

Governador das Armas oficiou o órgão em 27 de fevereiro, mas as dúvidas continuavam sobre a legalidade de sua Carta Régia. No dia 2 de março, no entanto, o Legislativo de Salvador acabou cedendo, oferecendo a ratificação da Carta e permitindo o Juramento. Madeira estava legalmente empossado.

O novo Governador das Armas obtivera o que buscava, mas os parlamentares enviaram a Lisboa documento de tom crítico¹¹⁰³, que concluía com a avaliação de que a retirada das tropas europeias “é de absoluta necessidade para conseguirmos tranquilidade e prosperidade”. Também a Junta Governativa, acusada de “fazer o jogo dos portugueses”, deu sinais de atritos com o Governador das Armas em seu relato sobre os acontecimentos de fevereiro de 1822, ao referir-se que a “funesta experiência” do 19-20 de fevereiro de 1822, “depõe contra a inteira experiência do poder militar nestas remotas Províncias¹¹⁰⁴”.

Os desentendimentos entre as autoridades civis e militares em Salvador continuaram a se registrar naquele primeiro semestre de 1822, sem que isso redundasse, cabe frisar, em apoio ao Rio de Janeiro. A Junta Governativa continuava leal a Lisboa, mas registrava seu descontentamento com algumas medidas, principalmente aquelas vindas de Madeira. Disputas entre o poder civil e o militar ocorreriam também em outras Províncias do Norte, como se verá no próximo Capítulo. Em nenhum momento a Junta desobedeceu às ordens de Lisboa, apesar de ventilar, em maio-junho de 1822, ideias simpáticas a D. Pedro, especialmente após a aclamação desde como Defensor Perpétuo do Reino do Brasil.

Mais um episódio de fricção ocorreu quando parte das tropas da Divisão Auxiliadora, que em fevereiro haviam partido do Rio de Janeiro, chegaram à costa baiana, em 18 de março de 1822, lideradas pelo Brigadeiro Caretti. Como se recorda, à altura de Abrolhos, Carretti encontrara-se com a esquadra do General Maximiliano, que se dirigia ao Rio de Janeiro para substituir a Divisão Auxiliadora. Depois desse encontro, Carretti dirigiu-se, no navio *São José Americano*, à Capital baiana¹¹⁰⁵. O clima em Salvador era delicado, pois três dias antes ocorrera o mencionado episódio do apedrejamento durante a procissão de São José¹¹⁰⁶.

A primeira comunicação de Caretti foi dirigida à Junta Governativa, que evitou adotar uma decisão e transferiu-a para o Governador das Armas. Este replicou à Junta,

¹¹⁰³ Transcrito em Dias Tavares, 1977, p., 173.

¹¹⁰⁴ Carta da Junta Governativa da Bahia. In: Dias Tavares, 1977, p. 161.

¹¹⁰⁵ Humberto Pelegrino, 1980, p. 289.

¹¹⁰⁶ Dias Tavares, 1977, p. 62.

em tom forte, desestimando as preocupações legais do órgão e apontando para a necessidade de reforço da guarnição¹¹⁰⁷. Pressionada, a Junta autorizou, em 26 de março de 1822, o desembarque de 166 soldados. A medida provocou novas movimentações nas ruas de Salvador, agudizando o conflito e reforçando a decisão de muitas famílias de deixarem a cidade.

Poucas semanas depois, não foi no plano da segurança, mas na esfera política que ocorreu um momento político-chave do processo de construção da aliança de grupos políticos baianos com o Rio de Janeiro. No início de maio, chegou consulta das Cortes sobre a manutenção de representação ou de representações do Executivo no Reino do Brasil. A questão trazia em si o elemento central de da disputa política que perpassava todo o Reino, pois colocava luz não apenas sobre a concepção que cada Província tinha da organização política do império português, mas também recordava que, no Rio de Janeiro, D. Pedro reclamava exatamente essa delegação de poder, exclusiva e pela Regência, dentro da concepção que as “Províncias Colligadas” mantinham sobre os negócios do Reino do Brasil. Indiretamente, portanto, a consulta das Cortes chamava a atenção para a causa que a capital carioca esposava e permitia aos baianos a refletir sobre suas opções.

A primeira medida da Junta Governativa da Bahia, em 8 daquele mês, foi a de transmitir a consulta para as diferentes Câmaras Municipais. Foram convocadas reuniões em várias vilas do interior, para discutir a consulta e a mobilização se iniciou. Pouco tempo depois, chegou a notícia da aclamação de D. Pedro como “Defensor Perpétuo”. Em mais alguns dias, foi recebida a convocação da Constituinte brasileira. Eram medidas que poderiam mobilizar os atores simpáticos ao Rio de Janeiro ou orientar os opositores das Cortes em direção à capital carioca, como de fato ocorreu por toda a Província¹¹⁰⁸.

Em Salvador, as discussões registraram, de fato, indícios de simpatia a D. Pedro e mesmo sugestões de adesão ao Rio de Janeiro. Na imprensa, o “*Constitucional*”, dirigido por Montezuma, apoiava essa opção¹¹⁰⁹, mas era atacado por diários de tendência contrária. O *Constitucional* funcionaria até agosto de 1822, quando foi destruído, já no contexto da guerra aberta. Até então, o periódico logrou funcionar, mesmo com o processo de reforço da autoridade das Cortes via Governador das Armas,

¹¹⁰⁷ Dias Tavares, 1977, p. 62.

¹¹⁰⁸ Vide Agemiro Ribeiro de Souza Filho, 2012, p. 36 e Dias Tavares, 1977, p. 81.

¹¹⁰⁹ Vide Varnhagen, 1957, p. 270, e Dias Tavares, 1977, p. 76.

o que de certa forma mostra uma continuidade, naquele momento, da fluidez das opiniões e opções. Posteriormente, não havia mais espaço para dissenso.

Enquanto as Cortes consultavam as Províncias, o Rio de Janeiro havia lançado proclamações aos mesmos destinatários, conclamando pelo apoio a D. Pedro. Essas medidas começavam a chegar à Bahia e ganharam maior força em junho, quando chegaram cartas de D. Pedro à Junta e a Madeira, determinando a este que partisse com a tropa portuguesa. As movimentações já estavam agitadas quando chegaram esses documentos.

Houve rumores em Salvador, no início de junho, de que o Senado da Câmara poderia pronunciar-se a favor de D. Pedro. Em primeiro daquele mês, a Câmara havia determinado “cumprir e registrar” portaria de Bonifácio para empregar os meios necessários para a aclamação de D. Pedro¹¹¹⁰. Pouco depois, passou-se a registrar uma presença ostensiva de tropas de Madeira no entorno do Parlamento. Uma reunião, convocada para 12 de junho, trataria da questão, mas não pode ser realizada. Dias Tavares¹¹¹¹ aponta a inexistência de documentação específica, mas sugere que o Recôncavo estaria no aguardo da movimentação na capital para depois se proclamar.

Madeira, de sua parte, reconheceu que havia uma tendência à adesão de D. Pedro. Ao informar as Cortes da adesão de Pernambuco a D. Pedro, em 1º de junho, o General afirmou¹¹¹² que “o mesmo se teria feito em toda esta Província se aqui não estivera a Tropa de Portugal”. Madeira reiterou, nesse contexto, que sua tropa “he em pequeno numero, e não póde acudir a qualquer parte sem comprometer a segurança da Cidade, que he o que mais interessa conservar”.

Ou seja, Madeira revelava muito em pouca frase: a situação política se mostrava desfavorável, mas havia meios de garantir a situação de Salvador, objetivo principal. Registre-se, nesse particular, a importância do porto de Salvador para as exportações que vinham do interior da Província. Se os grupos de Cachoeira tinham como limitar o acesso de produtos alimentícios da Província a Salvador, Madeira teria como restringir o comércio para fora da Bahia, do qual toda a Província dependia. Mas faltavam, como aponta o General, tropas para a ofensiva sobre os “facciosos”. Elas chegariam em poucas semanas, e se iniciaria a primeira fase da guerra.

¹¹¹⁰ Agemiro Ribeiro de Souza Filho, 2012, p. 37

¹¹¹¹ 1977, p. 81.

¹¹¹² Ofício de 7 de julho de 1822. In: *Offícios e Cartas dirigidos ao Governo pelo Governador das Armas da Provincia da Bahia com as datas de 7 e 9 de julho deste anno e que forão presentes às Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*, p. 4.

A agitação em Salvador foi controlada. Ainda assim, ao longo de todo o período de junho-agosto de 1822, houve expressões em Salvador de favorecimento da causa do Rio de Janeiro. Em 18 de julho, o Tenente-Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque publicou proclamação em favor do Rio de Janeiro. Madeira oficiou à Junta para que preparasse uma resposta¹¹¹³, mas não se limitou às reações políticas e durante esse período deu início às preparações militares para a guerra. Enquanto o Governador das Armas adotava suas providências, o clima em Salvador fazia com que mais habitantes deixassem a cidade.

Não foi, no entanto, a situação em Salvador que impulsionou os atos subsequentes. Em 14 de junho, dois dias depois de a Câmara de Salvador não ter logrado reunir-se, a Câmara de Santo Amaro respondeu à consulta das Cortes, defendendo a existência de apenas um centro do Poder Executivo no Brasil, e que este fosse exercido por D. Pedro. Não se tratava de uma reação a Madeira, apenas a resposta ao ofício que chegara de Salvador. Ainda assim, o posicionamento era claro e chegou a provocar, no dia 17 de junho, reação dos soldados portugueses da cidade, sem maiores consequências¹¹¹⁴. O episódio era, principalmente, o sinal para as demais vilas se posicionarem, o que ocorreria em menos de duas semanas.

Em Cacheira e em outras vilas do Recôncavo baiano, os fugitivos de fevereiro de 1822 e outros atores encontraram-se e procuraram posicionar-se sobre aquele processo que se desenvolvia naquela Bahia, e naquele Reino do Brasil, do primeiro semestre de 1822. O caminho iniciado com a consulta das Cortes impulsionou a decisão. Como aponta Agemiro Ribeiro de Souza Filho, a incapacidade do Governador das Armas e da própria Junta em dialogar com as lideranças rebeldes reforçou ainda mais o distanciamento destas com as Cortes e facilitou a aproximação com D. Pedro.

O movimento em direção à proclamação das vilas do Recôncavo contou, desde o início, com contatos com o Rio de Janeiro. Como apresentado ao longo de todo o presente trabalho, a opção não era simples nem automática, como sugere a visão de uma nacionalidade brasileira pré-constituída. As desconfianças de muitos grupos políticos e econômicos do Norte e do Nordeste ainda eram grandes com relação ao Rio de Janeiro, mas também cresciam, paralelamente, com relação a Lisboa. Para alguns, a opção seria algo alternativo, a república, ou algum arranjo de descentralização de poder. Parte dessas aspirações autonomistas foram sendo aos poucos contempladas ou prometidas

¹¹¹³ Varnhagen, 1957, p. 271

¹¹¹⁴ Dias Tavares, 1977, p. 83.

pelo Rio de Janeiro, principalmente a convocação da Constituinte, facilitando a aproximação, ainda que precária.

Desde o início, o grupo em torno de D. Pedro tinha a consciência da importância da Bahia para seus projetos. Herdaram, possivelmente, essa concepção dos conselheiros de D. João VI, que acompanharam o início do processo de espraiamento da Revolução do Porto no Brasil (vide Capítulo III). As notícias dos acontecimentos de fevereiro de 1822 chegaram a D. Pedro no início de março. As informações chegavam aos poucos, no momento em que o Regente se aprontava para partir para sua viagem a Minas Gerais (vide Capítulo IV, segunda parte), evento capital para sua consolidação no seio das “Províncias Colligadas”. O caso da Bahia teve de esperar a volta do Regente ao Rio de Janeiro, mas a partir desse momento, se tornou um dos tópicos centrais da política do Regente e passou a simbolizar a ação das Cortes no Brasil¹¹¹⁵.

A primeira manifestação pública sobre a Bahia foi uma missa no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1822, em homenagem aos mortos em 19-20 de fevereiro. Os baianos presentes nas Cortes organizaram duplo movimento político em torno do Rio de Janeiro: enviaram uma Comissão ao Paço, para reconhecimento do Regente, e solicitaram uma demonstração pública de apoio deste, que ocorreu por meio da missa na Igreja de São Francisco de Paula, na qual compareceram o Príncipe e D. Leopoldina¹¹¹⁶. Articulações, envio de cartas, proclamações e outros documentos, públicos ou secretos, continuaram pelo período. Os contatos seriam reforçados, posteriormente, com a chegada à Capital carioca dos prisioneiros do movimento baiano de 3 de novembro de 1821, que haviam sido libertados em Lisboa. Muitos deles, inicialmente constitucionais, voltavam ao Brasil com forte sentimento contrário às Cortes, e seriam peça importante na consolidação dos laços com D. Pedro¹¹¹⁷.

Ao Rio de Janeiro, como se viu, interessava que todas as partes reconhecessem sua autoridade e que, seguindo o exemplo do que ocorrera na própria Capital, as tropas portuguesas deixassem o Reino. Lembrando-se que, ainda nesse momento, também no Rio de Janeiro o movimento político era incerto, ganhando maior direção com a Convocação da Constituinte. Ainda assim, havia poucos indícios do movimento de Independência, na forma como ocorreu em 7 de setembro. Tudo fluía no Reino do

¹¹¹⁵ CALMON MONIZ DE BITTENCOURT, Pedro. “A evolução para a Independência”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 94, vol. 148, 1923. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/10/2014). P. 198.

¹¹¹⁶ Dias Tavares, 1977, p. 73.

¹¹¹⁷ Vide Agemiro Ribeiro Souza Filho, 2008, p. 44.

Brasil e, do Rio de Janeiro, via-se uma enxurrada de movimentações, na própria Capital e em todas as Províncias, cada uma enviando mais de um tipo de sinal.

Após essas primeiras articulações, e tendo presente os acontecimentos de fevereiro de 1822, em Salvador, o Rio de Janeiro decidiu iniciar preparativos para o envio de missão militar. Registros da situação na Bahia e a necessidade de reagir aparecem já nas primeiras sessões do Conselho de Procuradores. Na sessão de 15 de junho de 1822¹¹¹⁸, foi apresentada carta dirigida ao Conselho, pelo Brigadeiro Domingos Alves Branco, solicitando “socorros” à Bahia. A decisão foi a de que D. Pedro enviasse Carta Régia ao General Madeira, para que deixasse o cargo e partisse para Portugal com suas tropas. Outra Carta Régia seguiria para a Junta de Governo, para, em caso de desobediência de Madeira, “retirar para o interior todo o Povo”.

Na mesma sessão, foi entregue a Gonçalves Ledo a tarefa de redigir manifesto aos povos do Brasil. A José Bonifácio coube escrever outro, para as nações estrangeiras. Ambos foram publicados tempos depois, como visto no Capítulo IV, no início de agosto de 1822. Três dias depois, em 18 de junho, nova sessão aprovou o envio de forças e munições para apoio às forças que resistiam ao General Madeira. Também foi instruído ao Ministro da Guerra elaborar plano de operações. Foram essas medidas que impulsionaram, em 14 de julho, a partida da Esquadra com Labatut, forças e insumos.

Apesar dos contatos permanentes da Regência com o Recôncavo, para obter sua adesão, e a preparação militar, D. Pedro fez também algumas sinalizações a Madeira, na esperança de convencê-lo a aderir ou a partir. O caso mais interessante ocorreu já no contexto da exacerbação do conflito, em julho de 1822, a visita de Vasconcelos de Drummond por Salvador¹¹¹⁹.

Drummond era próximo a José Bonifácio e chegou a Salvador após passagem em Pernambuco, para contatos políticos. Já era de seu conhecimento, nesse momento, o objetivo central de Bonifácio de “apertar a Bahia” (para onde convergia a estratégia de Lisboa de manutenção de territórios no Brasil) entre o Rio de Janeiro e Pernambuco¹¹²⁰. Ao aportar na capital baiana, no início de julho de 1822, Drummond foi apreendido por soldados portugueses, acusado de “agente” do inimigo, e levado a Madeira.

¹¹¹⁸ *Atas do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil (1822-1823)*, p. 48.

¹¹¹⁹ O relato da missão encontra-se em Vasconcelos de Drummond, 2012, p. 88.

¹¹²⁰ 2012, p. 70.

Vasconcelos de Drummond, no entanto, era conhecido do Governador das Armas da Bahia, em razão de experiência comum anterior, em Santa Catarina¹¹²¹. Por isso, permaneceu, em sua estada em Salvador, na própria residência de Madeira, com quem circulou e pode colher quantidade importante inteligência sobre as capacidades militares dos portugueses. Segundo seu relato, a Junta de Governo da Bahia era composta por “bons brasileiros que só tinham como já disse o defeito da fraqueza”. Apontava que ela tinha pouca liberdade de ação, apenas repetindo as decisões de Madeira. O interlocutor tentou convencê-la a posicionar-se contra Lisboa, ou ao menos emigrar para o Recôncavo, onde já ocorrera a adesão das vilas ao D. Pedro. “Esta proposta transpassou de medo os membros da Junta”, diz Vasconcelos Drummond, segundo o qual, apenas um o Padre José Cardoso, concordou com a ideia¹¹²².

O emissário chegou a publicar artigo nesse sentido no “Constitucional”, o que, segundo registrou, teria acelerado a partida do novo diretor do Diário, Corte Real (Montezuma já havia deixado Salvador), para o Recôncavo, e a de Drummond para o Rio de Janeiro. Ainda no campo brasileiro, Vasconcelos de Drummond registra ter mantido constante correspondência com o Recôncavo, recebendo “importantes informações, que deviam ser levadas confidencialmente ao conhecimento de José Bonifácio e das quais muito dependia o bom êxito da causa”¹¹²³.

Presente na casa de Madeira, ainda que sem instruções específicas, Vasconcelos de Drummond tentou negociar com o General. Iniciou as sondagens com a esposa de Madeira, D. Joana, quem, segundo ele, “tremia pela sorte de seu marido”. Foi-lhe oferecido, em troca da entrega da cidade e do envio da tropa de volta a Portugal, um posto de Tenente-General e uma soma “avultada para poder contentar a todos, e aos oficiais que ficassem com ele um posto de acesso”¹¹²⁴. A reação de D. Joana à proposta, segundo o autor, teria sido favorável. Mas foi rejeitada por Madeira. Vasconcelos de Drummond ainda tentou mais uma gestão, diretamente ao General¹¹²⁵, que também rejeitou, mesmo sabendo da situação a que deveria enfrentar:

¹¹²¹ 2012, p. 88.

¹¹²² 2012, p. 92.

¹¹²³ 2012, p. 93. Vide também, p. 101: “às 8 horas (de 15 de agosto de 1822) eu já estava com ele (José Bonifácio), entreguei os papeis, e eram tais e tão minuciosos que nada faltava para que se pudesse conhecer por eles o verdadeiro estado da Bahia. Do Recôncavo as informações e os ofícios secretos e confidenciais do benemérito desembargador Gondim. Da cidade da Bahia, os mapas e o estado completo da força armada de mar e terra e dos hospitais. A força de cada navio, seu armamento, artilharia, munições de boca e de guerra, etc. Enfim, o estado moral e as desavenças que reinavam entre os adversários”.

¹¹²⁴ 2012, p. 95.

¹¹²⁵ 2012, p. 96.

Agradeceu-me pela confiança que tinha nele, pois que era necessário que fosse ilimitada para lhe fazer semelhante proposta. Que não se iludia, que conhecia perfeitamente a posição em que se achava, que era a de uma vítima; que a contenda era entre o pai e o filho, que todavia não queriam essa contenda, e que ele, Madeira, como instrumento forçado, qualquer que fosse o resultado, havia de forçosamente sucumbir; que era militar, estava no seu posto e nele aguardava o seu fim desastroso, mas que jamais fugiria da sua sorte à custa de sua honra.

O autor menciona que um segundo emissário foi posteriormente enviado por Bonifácio para falar com Madeira, com a mesma proposta de promoção e recursos financeiros¹¹²⁶. Mais uma vez a proposta foi recusada. Vasconcelos de Drummond sugere que Madeira tinha uma rivalidade com o Coronel Pereira, que havia, no início de 1821, sublevado o 12º Batalhão a favor das Cortes, enquanto Madeira permanecera, inicialmente, a favor do Governador, Conde da Palma. Essa rivalidade chegava a conspirações para depor o Governador das Armas, o que não ocorreu pelo número de “pretendentes” ao posto, que não se entenderam. Nessa conjuntura, avalia Vasconcelos de Drummond, Madeira tinha pouca margem de negociação¹¹²⁷.

A falta de ressonância da voz do Rio de Janeiro em Salvador contrastou com a adesão do Recôncavo. Com a consulta das Cortes, já havia, em primeiro lugar, a proclamação de Santo Amaro por D. Pedro, de 14 de junho. Poucos dias depois, em 21 de junho, ocorreu próximo a Cachoeira uma reunião secreta entre proprietários, lavradores e militares, para discutir a proclamação de D. Pedro como “Defensor Perpétuo”¹¹²⁸. Neste encontro, a data para a Aclamação do Regente havia sido escolhida para 27 de junho, conforme informação do próprio Conselho Interino de Governo da Bahia, em relato redigido por Miguel Calmon du Pin e Almeida, em 18 de junho de 1823¹¹²⁹. Foram também adotadas providências para a avaliação das forças disponíveis e de seus equipamentos, arrecadação de pólvora e de chumbo. Segundo o Conselho Interino, somente “em presença d’estes dados”, seria adotada “uma resolução definitiva acerca do Rompimento”.

¹¹²⁶ 2012, p. 97.

¹¹²⁷ 2012, p. 98.

¹¹²⁸ In: Dias Tavares, 2008: p. 236.

¹¹²⁹ CALMON DU PIN E ALMEIRA, Miguel. “Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia em Prol da Regência e do Imperio de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro I e da Independência Política do Brazil”. Bahia, Typographia Nacional, 1823. In: Biblioteca Nacional, Hermeroteca Digital Brasileira. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=130605&pasta=ano%20182&pesq=> (acesso em 19/10/2014)

O relatório menciona que uma “grosseira mentira”, da qual acreditaram dois partidários, que a transmitiram por um terceiro, precipitou a proclamação. Segundo Pedro Calmon¹¹³⁰, foi uma carta de Montezuma, proprietário do “Constitucional” de Salvador, que impulsionou o movimento em Cachoeira. A comunicação chegou na cidade em 24 de junho e aconselhava que se acelerasse a proclamação de D. Pedro, antes que os “portugueses” de Salvador o tentassem. Dias Tavares¹¹³¹ estima ser essa versão improvável, pois os portugueses da capital baiana não eram favoráveis à medida. Para o autor, “é todavia possível que essa versão tenha aparecido para ocultar motivos outros ainda desconhecidos”. Antônio Rebouças¹¹³², em opinião próxima ao relato do Conselho Interino, testemunhou ter dado pouco crédito à informação constante na carta. Estimou, de todo modo, que ela servira de importante estímulo para a decisão.

Também em 24 de junho, estava concentrada no sítio de Belém, próximo a Cachoeira, tropa comandada pelos grandes proprietários e Coronéis José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão, e Rodrigo Antônio Falcão Brandão¹¹³³. No dia seguinte, esses dois oficiais enviaram documento à Câmara de Cachoeira pedindo uma reunião urgente¹¹³⁴. Os Coronéis também mobilizaram aproximadamente 100 homens, que se instalaram na Praça Municipal. A eles se juntaram outros elementos civis e militares.

“Cachoeira em armas esperava o grande acontecimento”¹¹³⁵.

Às nove horas da manhã do dia 25 de junho, após missa na Igreja de Nossa Senhora do Rosario, a reunião da Câmara aclamou D. Pedro “Defensor Perpétuo e Protetor do reino do Brasil”. Foram imediatamente expedidas mensagens a Salvador¹¹³⁶ e às vilas da Província¹¹³⁷, comunicando a decisão. No primeiro momento, não houve, em Cachoeira, referência à Independência do Brasil¹¹³⁸. Este ainda não era o projeto, como confirma Antônio Rebouças¹¹³⁹, para quem o plano era que a aclamação “se procedesse sem nenhum aparente symptoma de rompimento revolucionário”. À proclamação de Cachoeira, em 25 de junho, seguiram-se medidas semelhantes em

¹¹³⁰ 1923, p. 215.

¹¹³¹ 1977, p. 85

¹¹³² 1879, p. 40.

¹¹³³ Dias Tavares, 2008, p. 236.

¹¹³⁴ Idem.

¹¹³⁵ Pedro Calmon, 1923, p. 215.

¹¹³⁶ Antônio Rebouças, 1879, p. 53.

¹¹³⁷ Agemiro Ribeiro de Souza Filho, 2008, p. 39.

¹¹³⁸ 1977, p. 87.

¹¹³⁹ 1879, p. 46.

Maragogipe, Santo Amaro e São Francisco. Iniciava-se o processo de adesão do Recôncavo ao Rio de Janeiro.

A reação de Salvador foi a de tratar Cachoeira como revoltosa e, já no próprio dia 25 de junho, houve confronto militar com canhoneira portuguesa que estava próxima à cidade, como se verá na próxima seção. As notícias dos acontecimentos em Cachoeira, em 25 de junho, chegaram rapidamente a Salvador, por meio de comunicações dos próprios “revoltosos”, mas encontraram reação dura na Capital baiana. Foi emitida, em 17 de julho, proclamação da Junta contra a decisão de Cachoeira, a qual conclamava os “patriotas a tomarem para o caminho da ordem”¹¹⁴⁰.

De sua parte, Madeira acusou Cachoeira de cometer “toda a sorte de insultos contra os Europeos”¹¹⁴¹ e sustentou que a canhoneira “se achava ali para socorrer quem quisesse retirar-se”. Uma das principais acusações era de que os “facciosos” armavam “pretos e mulatos”. Registrava também as proclamações em S. Francisco, Santo Amaro, Maragogipe e avaliava ser “provável que aconteça o mesmo em outras partes”. O Governador de Armas mencionou, por outro lado, ter recebido apoios, elogiando a posição de Jaguaripe, “donde se conclue que se as Auctoridades fossem em toda a parte virtuosas, o Povo não se teria revoltado”¹¹⁴².

Em outro ofício enviado dois dias depois¹¹⁴³, o Governador das Armas da Bahia informou a Junta do recebimento dos ofícios do Rio de Janeiro, inclusive da ordem de D. Pedro de retirada das tropas portuguesas. Disse que não cumpriria nenhuma das instruções, com a justificativa que só reconhecia o Congresso e D. João VI. O documento ainda dava conta do envio importante correspondência com outros Governadores de Armas, com Pernambuco, com Lecor e com Carlos Saldanha, além de Francisco Maximiliano e Avillez (que não as recebeu, por já ter partido). Madeira buscava articular-se, por todo o Reino, para resistir ao Rio de Janeiro. O tom de suas comunicações não deixava dúvidas de que o conflito agora era inevitável e que ele partiria para a guerra. Ao iniciar-se o mês de julho, com grande parte do Recôncavo a favor do Rio de Janeiro e com escaramuças já em curso, a guerra se delineava.

¹¹⁴⁰ Pedro Calmon, 1923, p. 286.

¹¹⁴¹ Ofício a Lisboa, em 7 de julho de 1822 *Offícios e Cartas dirigidos ao Governo pelo Governador das Armas da Provincia da Bahia com as datas de 7 e 9 de julho deste anno e que forão presentes às Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013). P. 4.

¹¹⁴² P. 5.

¹¹⁴³ 1822, p. 9.

O incidente da canhoneira despertou nas autoridades de Cachoeira a consciência de que eram necessárias medidas práticas para organização de uma estrutura administrativa. Temia-se, fundamentalmente, a “anarquia” na Província¹¹⁴⁴. Era preciso organizar um poder civil e militar. A primeira medida ocorreu já no dia 26 de junho de 1822, com a instalação de uma Junta Interina, Conciliatória e de Defesa¹¹⁴⁵, “destinada a conciliar entre si e defender de qualquer agressão os habitantes desta Villa”¹¹⁴⁶.

A importância da organização do poder civil e militar cresceu ainda mais com a consequente adesão das vilas do Recôncavo ao Rio de Janeiro e a caótica mobilização militar que se seguiu. Como reconheceu o próprio Governo Interino, em seu relatório de junho de 1823, houve confusão ampla na região, em decorrência da revolta política e da mobilização militar, sentido-se ameaça do “horror da verdadeira, e já existente anarchia militar”¹¹⁴⁷. Esse temor incluía, naturalmente, as preocupações dos proprietários com as tensões existentes em uma sociedade escravista. Ainda assim, é preciso salientar que o temor da anarquia era mais amplo e relacionado ao processo de ruptura política, que trazia em si o risco da desorganização geral da sociedade.

A Junta transformou-se, em julho seguinte, em “Comissão de Administração da Caixa Militar”, que “passou a exercer as atribuições de um Governo civil e militar para todas as vilas que defendiam”¹¹⁴⁸. Segundo o relato de Antônio Rebouças¹¹⁴⁹, a mudança foi demandada por Caldeira Brandt, Miguel Calmon du Pin e Almeida e pelo Major Antonio Maria da Silva Torres, que formavam deputação das vilas de Santo Amaro e São Francisco. Rebouças diz que a medida não trazia grandes alterações, pelo qual foi aceita¹¹⁵⁰.

¹¹⁴⁴ Vide Agemiro Ribeiro de Souza Filho, 2008, p. 40.

¹¹⁴⁵ “Com effeito, em uma grande reunião, que teve immediatamente logar na manhã do dia 26, mesmo na casa do padre Navarro, ao largo do hospital de S. João de Deos, se decidio que fosse creado um governo; e, por indicação do advogado Rebouças, que teria a denominação de “JUNTA INTERINA, CONCILIATORIA E DE DEFEZA”, significando sua existencia, méramente provisoria, o intuito de conciliar os animos e de manter a causa da patria a todo o transe contra quem quer que hostilmente a aggreddisse; e se comporia de 5 membros: o Presidente, o Secretario e 3 vogaes”. In: Rebouças, 1879, p. 53

¹¹⁴⁶ Dias Tavares, 1977, p. 88.

¹¹⁴⁷ “(...) sim, cada Villa cuidava em si, e a consideração de si símente fez aparecer o egoísmo entre ellas. Os Commandantes Militares eram independentes entre si; e a idéa de independência passando d’estes para os Chefes de pequenos Corpos, as Companhias denovo creadas, produzio a geral insubordinação, que aguardava o horror da verdadeira, e já existente anarchia militar”. In: *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia*. In: Miguel Calmon du Pin de Almeida, 1823, p. 3.

¹¹⁴⁸ Marcelo Siquara, 2012, p. 75.

¹¹⁴⁹ 1879, p. 67-68.

¹¹⁵⁰ “Effectivamente, a Junta Interina Conciliatoria e de defesa, com a denominação de Commissão de Administração da Caixa Militar, continuou a governar no termo da Cachoeira, como se não tivesse mudado de nome”. 1879, p. 71.

Em agosto, a fim de consolidar a organização política das vilas pró-Rio de Janeiro, foi formado um Conselho Interino do Governo da Bahia, integrando 17 vilas, que entrou em funcionamento em 6 de setembro de 1822, quando ainda se tratava da adesão ao Rio de Janeiro, mas não da Independência, pois o apoio continuava a ser dado a D. João VI¹¹⁵¹. Para Marcelo Siquara, mesmo em reduzido espaço de tempo as vilas lograram uma articulação política capaz de dar corpo a um governo unificado e “uma maior racionalização de medidas que permitissem o emprego de ações mais concretas no teatro de operações”¹¹⁵². Um Conselho de Representantes inaugurou seus trabalhos em 22 de setembro, seguido da criação de uma Junta de Fazenda. Em 19 de outubro, criou-se uma casa da Moeda em Cachoeira¹¹⁵³.

A criação da Junta de Defesa e do posterior Conselho Interino do Governo da Bahia, em agosto de 1822, foi também relevante como posicionamento político com relação ao próprio Rio de Janeiro. Havia uma consciência, como aponta Vasconcelos de Drummond¹¹⁵⁴, de que a Junta de Cachoeira “tinha forças para se defender dos ataques que porventura os portugueses tentassem contra ela”. Mas “só do Rio de Janeiro podia a Junta tirar os recursos que precisava para ganhar a vitória”. A constituição de uma organização de poder civil era considerada necessária para compensar a proeminência que o Rio de Janeiro tenderia a adquirir do ponto de vista militar, mesmo que as autoridades baianas tivessem também um papel importante na organização e suprimento das tropas que combateriam Madeira. Desse modo, segundo Agemiro Ribeiro de Souza Filho,

“a efetivação do Conselho Interino de Governo em Cachoeira pode ser compreendida como a construção de um espaço de experiência que não apenas cumpriria função proeminente na expulsão das tropas lusitanas estacionadas na capital da província, como auxiliaria os representantes da classe senhorial no aprofundamento dos laços políticos com o projeto de monarquia constitucional para o Império do Brasil orquestrado a partir do Centro-Sul”¹¹⁵⁵.

A proclamação em Cachoeira e nas outras vilas terminou, assim, com a indecisão que prevaleceu entre fevereiro e julho de 1822. A opção a D. Pedro não era

¹¹⁵¹ “Consistia o plano em ser o conselho governativo composto de tantos membros quanto em numero fossem as villas, que tivessem aclamado a Regencia do Principe D. Pedro d’Alcantara, logar-tenente d’El-Rei D. João VI no Brazil, elegendo cada uma dela o seu representante e tendo por sede a villa da Cachoeira”. Antonio Rebouças, 1879, p. 81

¹¹⁵² 2012, p. 75.

¹¹⁵³ Pedro Calmon, 1923, p. 280.

¹¹⁵⁴ 2012, p. 91.

¹¹⁵⁵ 2008, p. 46

natural, como mostrara o próprio início da Revolução do Porto na Bahia. Mas os interesses entre os grupos baianos aos poucos foram se distanciando de Lisboa. O Rio de Janeiro, com suas medidas inicialmente conciliatórias e descentralizadoras (como a convocação da Constituinte), tornou-se atrativo para grupos da elite baiana, “sedentas por ocuparem política e militarmente os espaços de poder existentes”¹¹⁵⁶. Enquanto o Rio de Janeiro sinalizava com essas vantagens, as Cortes e Madeira adotavam atitudes de afastamento e indisposição ao diálogo com essas mesmas lideranças.

Como no resto do Reino, medidas das Cortes impulsionaram mais a adesão ao Rio de Janeiro por interesses imediatos do que por efetiva simpatia à causa de D. Pedro. Esse fator, cabe sempre recordar, foi responsável pelas instabilidades posteriores, ainda no primeiro Reinado ou na Regência. À diferença das “Províncias Colligadas”, no entanto, esse processo de opção por D. Pedro enfrentou resistência importante, como se passaria em outros pontos do Norte-Nordeste. Na forma como se desenrolaram os eventos na Bahia, as declarações do Recôncavo a favor de D. Pedro, em fins de junho, foram uma declaração de guerra:

“Dali por diante, os lados favoráveis à prevalência das Cortes de Lisboa e os que defendiam a autoridade do príncipe regente encontraram-se dispostos a se enfrentar belicamente antes de uma possível reconciliação. Enquanto Madeira de Mello recebeu novos reforços militares mandados pelas Cortes lisboetas, batalhões sob a direção da classe senhorial foram organizados e soldados das milícias e voluntariados começaram a ser dispostos em pontos estratégicos para impedirem o assédio da tropa inimiga”¹¹⁵⁷.

3) DA GUERRA REGIONAL À GERAL

O início dos combates entre os grupos do Recôncavo e o General Madeira foi imediato à proclamação de Cachoeira. Na própria tarde do dia 25 de junho de 1822 estouraram naquela vila combates entre os partidários do Rio de Janeiro e elementos portugueses que ainda se encontravam na cidade. Foi uma fuzilaria rápida, mas que se tornou mais grave com o ataque da canhoneira portuguesa postada frente a Cachoeira.

¹¹⁵⁶ Agemiro Ribeiro de Souza Filho, 2008, p. 46.

¹¹⁵⁷ Agemiro Ribeiro de Souza Filho, 2008, p. 46

Antônio Rebouças¹¹⁵⁸ relata que logo após o ato religioso de aclamação de D. Pedro, as tropas que estavam na frente da Igreja Matriz foram alvos dos tiros da canhoneira. As primeiras descargas feriram um soldado de cavalaria. Houve uma reação desorganizada, de alguns militares e civis treinados, que passaram ao cais e tentaram usar seus fuzis contra a embarcação. As ações da canhoneira, ainda que de impacto limitado¹¹⁵⁹, continuaram nas horas e dias seguintes, trazendo confusão e apreensão dentre os “brasileiros”. Algumas defecções foram registradas dentre as ordenanças¹¹⁶⁰, o que mostra o quão eram ainda frágeis as bases da adesão ao Rio de Janeiro. O alvo principal dos tiros foram as casas do Juiz de Fora e do Presidente da Câmara. Tal era a falta de organização do lado brasileiro que parte da tripulação da canhoneira chegou a desembarcar e cercar a casa do Juiz de Fora, para que apagasse as luminárias acendidas em homenagem à proclamação daquele dia¹¹⁶¹. Do dia 26 ao dia 28 de junho a ação da canhoneira continuou.

Do lado brasileiro, o comando das tropas em Cachoeira foi dado ao Coronel José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão. Foram organizados corpos de emergência e um velho canhão foi desenferrujado para enfrentar a canhoneira¹¹⁶². Mas a ação brasileira continuou vacilante até o dia 28 de junho, quando surgiram notícias de que nova embarcação portuguesa em direção à cidade. O rumor de sua chegada mobilizou os defensores da cidade, que posicionaram a peça de artilharia disponível e, com outras armas, passaram a atacar sistematicamente a canhoneira. Não havia mais tempo a perder.

Enquanto os tiros eram trocados dos dois lados, as autoridades civis da Junta de Defesa mantinham reuniões sobre as próximas medidas de defesa. Pouco depois das 11 horas daquela noite de 28 de junho, chegou à Câmara a notícia de que a bandeira branca havia sido arvorada na embarcação portuguesa¹¹⁶³. Dois tiros da velha peça em posse dos cachoeirenses haviam atingido a canhoneira, afetando sua navegação¹¹⁶⁴. Os partidários do Rio de Janeiro abordaram o navio e prenderam 27 pessoas. A barca foi desarmada, sendo as peças de artilharia posteriormente distribuídas para as defesas na

¹¹⁵⁸ 1879, p. 49

¹¹⁵⁹ Rebouças, 1879, p. 50.

¹¹⁶⁰ Idem.

¹¹⁶¹ Rebouças, 1879, p. 49.

¹¹⁶² Idem, 1879, p. 60

¹¹⁶³ Rebouças, 1879, p. 63.

¹¹⁶⁴ In: RABELO, Alberto. “O Papel de Chachoeira nas Lutas de Independência”. In: “2 de julho: A Bahia na Independência Nacional”. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014). P. 58.

própria Cachoeira, nas Fortalezas na Ponta da Saubara, Paraguaçu (esta construída pelos holandeses)¹¹⁶⁵, São Francisco e Santo Amaro.

Nas primeiras semanas da adesão das vilas do Recôncavo, foram registrados confrontos esporádicos e desorganizados como o episódio da canhoneira de Cachoeira. Eram as primeiras expressões do conflito que se iniciava, as quais poderiam ser classificadas como momentos de arranjo, de separação das forças, até então ainda inseridas em ambiente caótico, com partidários das duas capitais ainda muito misturados. O temor das ações de Madeira por mar, no Recôncavo, estaria presente em todo o conflito, como se verá abaixo. Entre ações espontâneas das vilas em prol do Rio de Janeiro e as primeiras movimentações portuguesas, os comandantes dos dois lados iniciaram a organização de suas forças e colocaram em marcha seus respectivos planos de ação.

A batalha pela Bahia caracterizou-se, em toda sua fase regional e nas primeiras etapas da fase geral, por uma guerra de movimento. Se os dois lados realizaram diversos movimentos táticos, as forças de Madeira realizaram a maior parte das ofensivas, principalmente por mar, atacando todo o entorno do Recôncavo, ao passo que os brasileiros concentraram muito de sua ação estratégica (no plano tático, as movimentações eram mais espalhadas) nas estradas a Salvador.

Os brasileiros planejaram organizar a resistência nas vilas do Recôncavo, cortar as vias de comunicação com Salvador, especialmente o fornecimento de víveres, e preparar um eventual avanço sobre a capital. Este último movimento ainda parecia muito distante. O objetivo era duplo, ofensivo e defensivo, de “impor o bloqueio de gêneros alimentícios e, ao mesmo tempo, impedir as ações dos bandos de desertores e quilombolas, espremidos nas matas do entorno da cidade, contra as vilas e propriedades do Recôncavo”¹¹⁶⁶. Essa estratégia era a mesma adotada, no século XVII, contra os holandeses, fundamentada na guerrilha¹¹⁶⁷. A Junta de Salvador, ainda no início do confronto, chegou a questionar os moradores do Recôncavo sobre sua tentativa de “esfomear” a capital. Rotas de tráfico de alimentos e de mercado negro foram mantidas

¹¹⁶⁵ Alberto Rabelo, 2010, p. 58.

¹¹⁶⁶ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 22.

¹¹⁶⁷ Humberto Pelegrino também aponta a estratégia baiana como semelhante àquela empregada contra os holandeses, em 1624, predominando a guerra de guerrilha. 1980, p. 293

entre as duas regiões, ainda que não de maneira suficiente para abastecer a cidade¹¹⁶⁸, que terminou recebendo a maior parte dos suprimentos pelo mar.

Uma dos pontos positivos para os brasileiros nesse primeiro momento de ajuste, na avaliação de Pedro Calmon¹¹⁶⁹, foi ter logrado unidade de comando, entregue ao Tenente-Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque¹¹⁷⁰, o que permitiu a distribuição de forças em alguns pontos estratégicos da região. Os números eram limitados, tendo a Junta de Cachoeira reunido não mais de 1.500 homens¹¹⁷¹, em sua maior parte milicianos do Recôncavo e corpos que haviam fugido de Salvador após os combates de fevereiro anterior. Eram, inicialmente, dois batalhões de milícias, aos quais se juntaram, gradualmente, uma Companhia de Cavalaria de São Francisco, cerca de 30 soldados do 1º Regimento de Linha (fugidos de Salvador), 50 praças da Vila de São Francisco e algo como 100 elementos de Cachoeira¹¹⁷².

Segundo o relato do Conselho Interino de Governo da Bahia, às proclamações de adesão ao Regente D. Pedro, “organizaram-se diversos Corpos armados á expensas d’alguns Cidadãos”¹¹⁷³. Foram estabelecidos novos batalhões¹¹⁷⁴ e outros tipos de unidades, como os de “Mavorte” e “Bellota”¹¹⁷⁵. O Batalhão dos Periquitos foi organizado no mesmo contexto por José Antonio da Silva Castro. O nome veio de parte de seu uniforme, que era verde¹¹⁷⁶. Os Periquitos tornaram-se uma das unidades mais conhecidas da guerra e contaram com a presença de Maria Quitéria – voluntária que se vestiu com roupas masculinas para lutar na Guerra de Independência – em suas linhas. No lado da Marinha, o português João das Botas, mestre de reparos em embarcações de

¹¹⁶⁸ “Os produtos consumidos na Capital tinham a sua origem no Recôncavo e em outras regiões do Brasil. Ou seja, Salvador não produzia os alimentos necessários a sua subsistência. (...) Qualquer tipo de alteração no seu abastecimento logo se constituía em um problema de primeira ordem. Por isso mesmo, com a instalação do cerco à Capital e a ocupação de importantes áreas produtoras de alimentos, a Junta de Governo passou a questionar se os moradores do Recôncavo pretendiam “esfomear a capital, interceptando (a cada dia) os gados (e outros gêneros) que vem alimentar os seus habitantes”? (...) Entre os anos de 1821 e 1823, estes gêneros de primeira necessidade tiveram o seu preço elevado consideravelmente. (...) A escassez de alimentos vivenciada em Salvador fez com que alguns comerciantes do Recôncavo se sentissem atraídos pelos altos preços então praticados na Capital. Apesar da existência de proibições e de uma série de exigências para a realização do comércio entre o Recôncavo e a Capital, a possibilidade de obtenção de elevados lucros impulsionou a realização desse tipo de transação. No entanto, vale salientar que o comércio realizado entre esses espaços ocorreu em pequenas proporções”. In: Siquara, 2012, p. 81.

¹¹⁶⁹ 1923, p. 218.

¹¹⁷⁰ Vide também José Honório Rodrigues, 2002, p. 239

¹¹⁷¹ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 22.

¹¹⁷² José Honório Rodrigues, 2002, p. 239.

¹¹⁷³ In: *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia*. In: Miguel Calmon du Pin de Almeida, 1823, p. 3.

¹¹⁷⁴ Rebouças fala em “companhias”. 1879, p. 73.

¹¹⁷⁵ Alberto Rabelo, 2010, p. 58.

¹¹⁷⁶ Antonio Rebouças, 1879, p. 72.

Salvador, tentou, inicialmente, sabotar os navios portugueses em Salvador. Descoberto, fugiu para o Recôncavo e posteriormente artilhou alguns barcos com peças improvisadas, transformando-os em uma pequena esquadra que fortificou a Ponta de Nossa Senhora. Tentava, com isso, fechar o caminho para o interior da Baía de Todos os Santos¹¹⁷⁷.

Apesar dos intensos esforços, as tropas eram, na estimativa de José Honório Rodrigues¹¹⁷⁸, “bisonhas, mal-armadas e mal-abastecidas, sem treinamento”. A participação popular não pode ser diminuída em todo o processo da Independência do Brasil e menos ainda na guerra, particularmente no caso da Bahia. Os interesses entre diferentes grupos sociais divergiam, mas a mobilização contra Madeira os uniu, ainda que temporariamente, contribuindo também para o início de uma identidade nacional, que ainda levaria tempo para se consolidar.

Do ponto de vista logístico, desde os meses anteriores, havia no Recôncavo ações improvisadas para a organização logística das tropas, tal como a organização de uma oficina de munições por parte de José Antonio da Silva Castro, dentro de sua própria casa, em São Félix. Essas movimentações foram a base das tentativas seguintes de organização, que incluíram o levantamento de empréstimo na região, pelo Coronel Pimentel, em 3 de agosto.

Finalmente, em 21 de agosto de 1822, fundou-se em Cachoeira um Trem militar, um serviço de inspeção de comissariados e unidades médicas¹¹⁷⁹. Rotas de comunicação aos poucos foram instaladas entre as vilas do Recôncavo. Todo o chumbo de igrejas e dos engenhos foi confiscado para a preparação de munições. Quando o Conselho de Representantes das vilas do Recôncavo se reuniu, em 22 de setembro de 1822, já estava em marcha a preparação militar das tropas pró-Rio de Janeiro. Todas essas medidas logísticas foram pormenorizadas a D. Pedro no Relatório da Junta Interina de Governo, elaborado por Miguel Calmon du Pin e Almeida, em 18 de junho de 1823¹¹⁸⁰.

¹¹⁷⁷ Alberto Rabelo, 2010, p. 58.

¹¹⁷⁸ 2002, p. 239.

¹¹⁷⁹ Pedro Calmon, 1923, p. 279.

¹¹⁸⁰ A relação de medidas logísticas é bem detalhada. Sobre o Trem de Cachoeira, o Relatório menciona que, em seus primeiros oito meses de funcionamento, foram fornecidos 250 mil cartuxos de espingarda “193 quintaes e 18 libras de Polvora; 80 quintaes 2 arrobas e 26 libras de ferro; 35 quintaes de chumbo; 579 ballas de artilharia; 536 espingardas; 201 espadas; 19.377 Pederneiras; 2.040 espoletas; 676 lanternetas, além de mil outros objetos” (p. 8). Registra, ainda, a entrega de “4.579 calças; 1.605 fardas prontas; 2.002 pares de sapato; 1.548 camisas; 1.907 mantas; 5.591 saccos; 1.271 covados de panos de lã de diferentes cores e espécies, para Fardas e cartuxame de peça; 5.671 varas de panno de algodão, e linho para camisas e calças (...)”. In: *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia*. In: Miguel Camon du Pin e Almeida, 1823, p. 8

Mesmo com o número limitado de homens e suprimentos, as primeiras movimentações brasileiras foram relativamente bem sucedidas. Foram enviadas tropas para as colinas do Cabrito e de Pirajá, próximas a Salvador, além de Nazareth, Funil, Barra do Paraguaçu e outros pontos do Recôncavo. Esse conjunto de atos transcorreu, principalmente, ao longo de julho e agosto de 1822, antes, portanto, da chegada dos reforços do Rio de Janeiro e da passagem do comando ao General Labatut.

O quadro geral das forças naquele início de confronto, no entanto, favorecia o lado português. Madeira tinha em Salvador e em pontos aos arredores, tropas como o Batalhão Lusitano e o 12º, experientes, aguerridas e fortemente partidárias das Cortes. Contava também com o apoio de parte importante da população de Salvador, não apenas de um grupo restrito de comerciantes, como na imagem criada pela literatura nacionalista brasileira, ademais de muitos dos barcos e marinheiros presentes no porto.

Vasconcelos de Drummond¹¹⁸¹, que espionou para José Bonifácio o estado das forças do Governador das Armas da Bahia, compartilhava a avaliação da vantagem militar de Madeira, mas apontou contradições e supostos equívocos nas manobras do General português, que

“estava concentrado na cidade da Bahia, onde os recursos de toda a espécie iam escasseando de dia em dia. Tinha o mar livre e uma esquadra à sua disposição, mas essa esquadra nunca soube tirar partido da liberdade do mar e limitou a sua ação em evitar as ocasiões de encontro ou de fugir em vista do inimigo”.

Madeira, de sua parte, movimentou-se para fortalecer a ocupação e a administração da Capital baiana¹¹⁸². A mobilização militar foi intensa, o que contribuiu ainda mais para o aumento da temperatura política. Como afirmava o diário *O Constitucional* em sua última edição, em 21 de agosto de 1822¹¹⁸³:

“cá toda a cidade em armas, aparatos bélicos, amontoação de tropas, e mais tropas, armamento de vasos, Esquadra na Barra, destacamentos nos subúrbios, e que em vez de mitigarem as lagrimas dos infelizes habitantes da cidade, pelo contrario os exasperam (...)”

¹¹⁸¹ 2012, p. 98.

¹¹⁸² Marcelo Siquara, 2012, p. 79.

¹¹⁸³ *O Constitucional*. Número 58, 21 de agosto de 1822. In: Biblioteca Nacional, Hermeroteca Digital Brasileira. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749630&pasta=ano%20182&pesq=> (acesso em 20/10/2014). P. 3

Em 29 de outubro, após várias ações militares e um dia depois da chegada de Labatut, Madeira enviou carta ao Recôncavo, propondo negociações, mas com pouca abertura a um efetivo entendimento. Em 5 de novembro, o Governador de Armas acusou as vilas do Recôncavo de sedição¹¹⁸⁴.

O Governador das Armas da Bahia dispunha, nesse primeiro momento, em torno de 3 mil soldados (dos quais 300 voluntários locais), além dos elementos de Marinha, como informou em carta a D. João VI de 11 de novembro de 1822¹¹⁸⁵. Era um número, segundo Madeira, suficiente para a defesa da cidade, mas não para ampliar as ações sobre o Recôncavo. Sustentava que, até meados do ano, teria sido relativamente fácil reprimir os “facciosos”, que desenvolviam um “foco de revolução” na cidade¹¹⁸⁶. Depois de 19 de fevereiro, o Governador das Armas passou a pedir insistentemente por mais forças, para agir sobre o Recôncavo, mas não foi atendido. Com o fortalecimento dos revoltosos e o apoio do Rio de Janeiro, sem a contrapartida de Lisboa, Madeira explicava por que não havia conseguido “parar a insurreição”.

Com o avanço da revolta, novas medidas de recrutamento e treinamento foram adotadas em Salvador para o reforço dos corpos militares. Aos editais de solicitação de voluntários, o adestramento da tropa tornou-se atividade cotidiana:

“A partir do segundo semestre de 1822, o número de treinamentos semanais fora acrescido. Todos os dias – com duração entre 2 e 5 horas – os portugueses ocupavam as praças públicas para promoverem evoluções militares que os adestrassem no manejo das armas”¹¹⁸⁷.

Madeira também trabalhou, desde o início, na logística e na fortificação de Salvador e dos acessos à cidade¹¹⁸⁸. A capital baiana, como sublinha Sergio Roberto Dentino Morgato¹¹⁸⁹, está situada em ponto estratégico da Baía de Todos os Santos. Naquela época, o lado ocidental era protegido pela ausência de locais de possível

¹¹⁸⁴ Pedro Calmon, 1923, p. 282.

¹¹⁸⁵ CARTA do governador das Armas da Província da Baía, Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei (D. João VI), relatando os acontecimentos na Baía e expondo os motivos por que não se conseguiu parar a insurreição. Projeto Resgate: AHU_ACL_CU_005, Cx 274 D. 19142 – 11 de novembro de 1822. Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹¹⁸⁶ “Quando esta Província principou a dar mostras de querer a sua independência, bem como as demais d’este Reino, herá fácil opôr hum obstáculo ao seo desenvolvimento, e a Nação conseguiria por meio de pequenos sacrifícios conservar esta porção de seu território, por em então existia na cidade o foco da revolução e hum grande partido suspirava pelo momento de poder desenvolver-se, trabalhou-se em separar as nossas tropas que chegarão apenas para guardar a Cidade; eu conheci o risco que nós corríamos de dividir a nossa pequena força”.

¹¹⁸⁷ Marcelo Siquara, 2012, p. 77.

¹¹⁸⁸ Dias Tavares, 1977, p. 100.

¹¹⁸⁹ 2010, p. 67.

desembarque; do outro lado as “águas eram mansas”, mas a características físicas do local “tanto facilitam como dificultam o acesso”. Bem protegida por mar, a cidade também era de defesa terrestre relativamente fácil, com uma estrada ligando-a ao interior, a estrada das Boiadas, que passava por região alta. Salvador preparou-se efetivamente para eventual cerco com todo tipo de defesa, trincheiras e fortificações. Dentro da cidade, algumas residências foram transformadas em pontos de aquartelamento, ao passo que a Igreja dos Aflitos transformou-se em parque de artilharia¹¹⁹⁰. Árvores foram abatidas, particularmente nos subúrbios da cidade, para uma “melhor visualização de possíveis movimentações promovidas pelas forças brasileiras”.

Madeira também esperava reforços, os quais em pouco tempo efetivamente começaram a aportar. Em 7 de agosto de 1822, chegou a Salvador esquadra portuguesa trazendo 620 soldados de infantaria, 100 de cavalaria e 50 de artilharia. Também chegaram algumas unidades de Marinha. Era reforço importante, que, como se viu no capítulo IV, não teria apenas consequências nas batalhas na Bahia, mas impulsionaria a decisão de D. Pedro para o 7 de setembro. Essas relações entre o que se passava nas províncias estratégicas e no Rio de Janeiro mostram como não havia guerras exclusivamente regionais, ou “guerras de Independência”, mas um conflito que, no fundo, aos poucos aglutinava conflitos inicialmente locais em um mesmo processo, o confronto entre o Rio de Janeiro e Lisboa.

Madeira receberia uma leva ainda mais importante de reforços em outubro de 1822, quando aportou em Salvador a esquadra do Almirante José Félix Pereira de Campos, com 10 navios e 3 Batalhões. Em 14 de dezembro de 1822, segundo o relatório apresentado às Cortes em 7 de janeiro de 1823¹¹⁹¹, o Governador das Armas da Bahia tinha na guarnição de Salvador 8.621 soldados. A primeira linha possuía 3.540 homens do Exército de Portugal e 707 da própria Bahia (ou seja, nascidos na América); a milícia (em sua maioria “brasileira”) era composta por 4.374 soldados, 746 do Regimento de Artilharia e 2.628 dos Batalhões de Infantaria. Em mapa de tropas de 23 de março de 1823¹¹⁹², madeira registrava 4.014 soldados de primeira linha e 2.233 da segunda linha, totalizando 6.247 homens. O mapa não incluía forças auxiliares e

¹¹⁹⁰ Marcelo Siquara, 2012, p. 78.

¹¹⁹¹ Sessão das Cortes de 6/01/1823. In: Diário do Governo, nº 40, 07/01/1823, p. 41

¹¹⁹² CARTA do (governador das Armas da Província da Baía), Inácio Luís Madeira de Melo, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar, Inácio da Costa Quintela, remetendo mapas das forças de 1ª e 2ª linha da Província da Baía. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19236. Arquivo da Biblioteca Nacional.

unidades esparças, de modo que o número era maior. Também chegariam, em março, novos reforços, como se verá abaixo. Os números do Exército português não incluem, vale dizer, os elementos de marinha e tropas que ainda estavam posicionadas em outras localidades da Província.

Com essa relação de forças, a fase regional da guerra na Bahia teve no lado português, como mencionado acima, o essencial da iniciativa de combate, mantendo-se desde o início em “atitude hostil”, e com rápido progresso¹¹⁹³. A primeira resposta de Madeira ao episódio da canhoneira em Cachoeira foi o fechamento do acesso marítimo ao Rio Paraguaçu, o que “impedia, assim, o fluxo de comunicações e fornecimentos provenientes daquele estuário, tradicional caminho de saída de vasta porção do Recôncavo e do Sertão”¹¹⁹⁴. Era uma tentativa de golpe econômico, que não teve o sucesso esperado, pois os partidários do Rio de Janeiro passaram a utilizar o Porto de São Domingos de Saubara, ao norte de Cachoeira. A Junta de Salvador registrou¹¹⁹⁵, inclusive, que o Cônsul e comerciantes britânicos teriam gestionado para continuar o comércio com o Recôncavo, o que lhes foi negado por Madeira, pois se tratava de situação de “guerra”.

O quadro das operações da fase regional da guerra baiana¹¹⁹⁶ caminhou, na sequência, para a concentração em duas zonas principais de combate, ainda que lutas esporádicas e limitadas tenham sido registradas em toda a Província. Observando-se, o mapa da região, será fácil notar que esses dois eixos, se relacionavam com o controle da Bahia de Todos os Santos, dos acessos a Salvador e das rotas de suprimentos para os dois lados da contenda.

¹¹⁹³ *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia*. In: Miguel Calmon, 1823.

¹¹⁹⁴ Jorge Calmon, 2010, p. 43.

¹¹⁹⁵ OFÍCIO da Junta Provisória do governo da Baía ao (secretário de estado dos Negócios do Reino), Filipe Ferreira de Araújo e Castro, sobre a redução da sua autoridade ao recindo da cidade e linhas de defesa, a deserção de soldados e empregados civis e falta de bens de primeira necessidade. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 273, D. 19128 – 26 de outubro de 1822. Arquivo da Biblioteca Nacional.

¹¹⁹⁶ Dias Tavares, 1977, p. 93.



ILUSTRAÇÕES 63 E 64

Fonte : EXÉRCITO BRASILEIRO. *O Exército na História do Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrecht, 1998.

A primeira zona de confronto envolvia o próprio Recôncavo, onde “grande numero de Barcas armadas bloqueavam os portos do nosso mar interior, hostilizando as Ilhas”¹¹⁹⁷. Essa ação se deu especialmente do outro lado da Baía, envolvendo a Ilha de Itaparica, o “Funil” (um “braço de mar entre Itaparica e Encarnaçã”¹¹⁹⁸) e a entrada do rio Jaguaripe. Incluíam também as cidades de Jaguaripe e Nazareth, esta última, zona de

¹¹⁹⁷ *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia*. In: Miguel Calmon du Pin de Almeida, 1823, p. 4.

¹¹⁹⁸ Pedro Calmon, 1923, p. 218.

abastecimento de farinha de mandioca para Salvador. Já em agosto de 1822, os comerciantes da cidade haviam suspenso o envio da farinha para a capital¹¹⁹⁹. A necessidade de garantir os suprimentos para Salvador desde o início obrigou Madeira a realizar expedições para o interior baiano¹²⁰⁰. Além das necessidades logísticas, o lado português estimava que o bloqueio do Recôncavo, “impedindo os insurretos a exportarem açúcar, sua principal fonte de recursos para pagar as despesas da guerra”¹²⁰¹, seria o melhor meio de sufocar os oponentes.

A Ilha de Itaparica, vista no mapa, permitia um importante controle de toda a parte sul do Recôncavo. Em 10 de julho de 1822, um grupo de 80 soldados da Legião Lusitana, comandados pelo Capitão Joaquim José Ferreira, conhecido como “Trinta Diabos”, invadiu a ilha a partir de canhoneira que estava estacionada perto da povoação do local¹²⁰². O objetivo da missão era duplo: reagir às movimentações a favor do Rio de Janeiro, a partir de denúncia de português baseado na Ilha e inutilizar os canhões da Fortaleza de São Lourenço. Após cumpridas as tarefas, os portugueses se retiraram.

Na visão de muitos historiadores da guerra na Bahia¹²⁰³, a decisão de apenas realizar incursão na ilha, ao invés de destruir a Fortaleza ou guarnecê-la com tropa reforçada, foi um dos erros estratégicos mais importantes de Madeira. O Governador das Armas da Bahia não teria inicialmente compreendido a importância estratégica da Ilha e, quando o compreendeu, “os portugueses pagaram caro a falta de visão do seu chefe militar”¹²⁰⁴, pelas derrotas que se sucederam.

À incursão de 10 de julho seguiram-se, de fato, novos ataques à região. Um grupo de brasileiros comandados pelo Capitão Antonio de Sousa Lima, ao contrário da tropa da Legião Lusitana, conseguiu passar para a Ilha de Itaparica e se instalar. Eram apenas 12 homens. No dia 29 de julho, flotilha portuguesa tentou avançar sobre Nazaré, a partir do Funil. Os poucos homens do Capitão Souza Lima armaram uma emboscada, se postando nos “matos próximos, praias, atrás das árvores”¹²⁰⁵. O combate se iniciou cedo naquele dia, tendo durado até a tarde. Aos poucos, habitantes da região foram se adicionando à resistência.

¹¹⁹⁹ Agemiro Ribeiro de Souza Filho, 2008, p. 46.

¹²⁰⁰ Vasconcelos de Drummond, 2012, p. 90.

¹²⁰¹ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 23.

¹²⁰² CALMON, Jorge, 2010, p. 43.

¹²⁰³ Vide, por exemplo, Braz do Amaral e Jorge Calmon.

¹²⁰⁴ Miguel Calmon, 1823, p. 43.

¹²⁰⁵ MORGATO, Sérgio Roberto Dentino. “Os combates de Itaparica e Pirajá”. In: “2 de julho: A Bahia na Independência Nacional”. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014). P. 67.

Vasconcelos de Drummond relata¹²⁰⁶, sobre sua passagem em Salvador naquele período, ter conversado com um Major que teria sido o responsável pela primeira expedição ao Funil. Este lhe contou que a expedição naval não tivera problemas até a chegada no local, quando, na estreita passagem do Funil, “se vira de repente assaltado por todos os lados de uma fuzilada tão viva e tão certa que era impossível tentar um desembarque ou continuar a viagem”. A sua tropa, contou o Major¹²⁰⁷, “caía morta e ninguém via o inimigo”. As forças portuguesas sofreram, assim, com o fato de suas canhoneiras terem encalhado na maré vazante e enfrentaram fogo intenso dos brasileiros, que tiveram poucas perdas em razão da boa cobertura e da chegada de reforços.

A vitória no Funil constituiu importante vitória dos partidários do Rio de Janeiro na manutenção da zona sul do Recôncavo baiano e da Ilha de Itaparica¹²⁰⁸. A partir dela, foram enviados novos elementos das forças de Cachoeira, que lograram, inclusive, a adesão de vilas da região¹²⁰⁹. Madeira insistiu, ao longo de todo o conflito, nos ataques à região. No dia 8 de setembro, o Coronel Falcão Brandão repeliu tentativa de desembarque português na praia de Saubara, “fazendo ao inimigo danos sérios”¹²¹⁰. Mais ao sul, ainda em agosto, foi repellido um ataque português a Marau¹²¹¹.

Itaparica não sairia, no entanto, dos planos de Madeira. Em 13 de outubro o Brigue *Audaz*, a Barca *Constituição* e quinze canhoneiras atacaram a trincheira no Porto de Dantos, na Ilha. A resposta veio principalmente de duas peças em Manguinhos, resultando em um tiroteio de mais de cinco horas. “Sem nada conseguir, e temerosa da pontaria dos ilhéus, os comandados de Madeira retiraram-se”¹²¹². Em 21 de outubro, a notícia da proclamação da Independência foi celebrada em Itaparica, com a aclamação de D. Pedro. Dois dias depois, uma esquadra portuguesa com 17 navios atacou a

¹²⁰⁶ 2012, p. 90.

¹²⁰⁷ Segundo Braz Amaral, o comandante teria sido, na verdade, o Capitão Taborda. In: BRAZ DO AMARAL, “A Bahia na Independência Nacional”. In: “2 de julho: A Bahia na Independência Nacional”. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014) . P. 36. Sergio Roberto Dentino Morgato (op. cit, p. 67), por sua vez, sustenta que o comandante da expedição teria sido o Capitão português “Trinta Diabos”.

¹²⁰⁸ “Foi a victoria, havida no Funil, a de maior consequência, depois da tomada da barca lusitana no porto da Cachoeira”. Antonio Rebouças, 1879, p. 75.

¹²⁰⁹ Antonio Rebouças, 1879, p. 76.

¹²¹⁰ Pedro Calmon, 1923, p. 279.

¹²¹¹ ARAÚJO PINHO, José Wanderley de. “A Guerra da Independência. Crônica de toda a Campanha (transcrição do poema PARAGUAÇU por Ladislau dos Santos Titara)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. volume 278, janeiro-março, 1968. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/09/2014).

¹²¹² Pedro Calmon, 1923, p. 282.

ilha¹²¹³. Na madrugada de 23 de outubro de 1822, as fortificações de Itaparica romperam forte barragem de fogo, que durou cinco horas, com muitas baixas de lado a lado¹²¹⁴. A nova ação portuguesa também foi repelida¹²¹⁵.

Os episódios da fase regional da guerra no Recôncavo se caracterizaram, ao final, “por pequenos episódios, ocupações de pontos, assaltos, guerrilhas”, entremeados por ações de maior vulto. Eram, ainda assim, episódios com importantes consequências estratégicas e que registraram importante número de baixas dos dois lados.

As estratégias de bloqueio tanto de Madeira quanto dos partidários do Rio de Janeiro tiveram, por outro lado, efeito limitado: os portugueses não sufocaram os produtores de açúcar do Recôncavo, nem o corte do abastecimento de Salvador atingiu, naquele momento, os soldados e portugueses, que se abasteciam por via marítima, “a partir da Colônia do Sacramento”¹²¹⁶. Era a população pobre da capital baiana quem sofria com a falta dos gêneros provenientes do interior.

A segunda zona de operações da fase regional, na qual os partidários do Rio de Janeiro tiveram sucesso, foi o posicionamento de forças no caminho para Salvador. Esse se transformaria, posteriormente, no eixo principal da batalha pela Bahia. Em 9 de julho, o comandante das forças do Recôncavo, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque tomou ponto na “estrada das boiadas”, posicionando suas fileiras a poucos quilômetros das primeiras trincheiras portuguesas¹²¹⁷.

Poucos dias depois, em 18 do mesmo mês, Pires de Carvalho moveu-se para a localidade da Torre de Pirajá¹²¹⁸, região que hoje é um bairro de Salvador. Sua tropa era limitada, aos poucos chegando a 500 homens, com as contribuições de várias vilas do Recôncavo¹²¹⁹. Ao chegar à localidade, Pires de Carvalho, posteriormente Visconde do Pirajá, emitiu proclamação aos habitantes da Bahia em favor de D. Pedro. O militar conclamava os habitantes de Salvador a abandonarem a cidade, dizendo que “as provisões estão cortadas”¹²²⁰.

Nesse mesmo período, partiu da Vila de São Francisco o alferes Francisco de Faria Daltro com contingente do 1º Regimento de Linha. O Alferes ocupou local

¹²¹³ O Brigue *Audaz*, a barca *Constituição* e outras 15 lanchas, segundo informação em “*A Marinha nas Luctas de Independência*”, 1880, p. 21.

¹²¹⁴ *Idem*, p. 21.

¹²¹⁵ José Honório Rodrigues, 2002, p. 240.

¹²¹⁶ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 23.

¹²¹⁷ Pedro Calmon, 1923, p. 279.

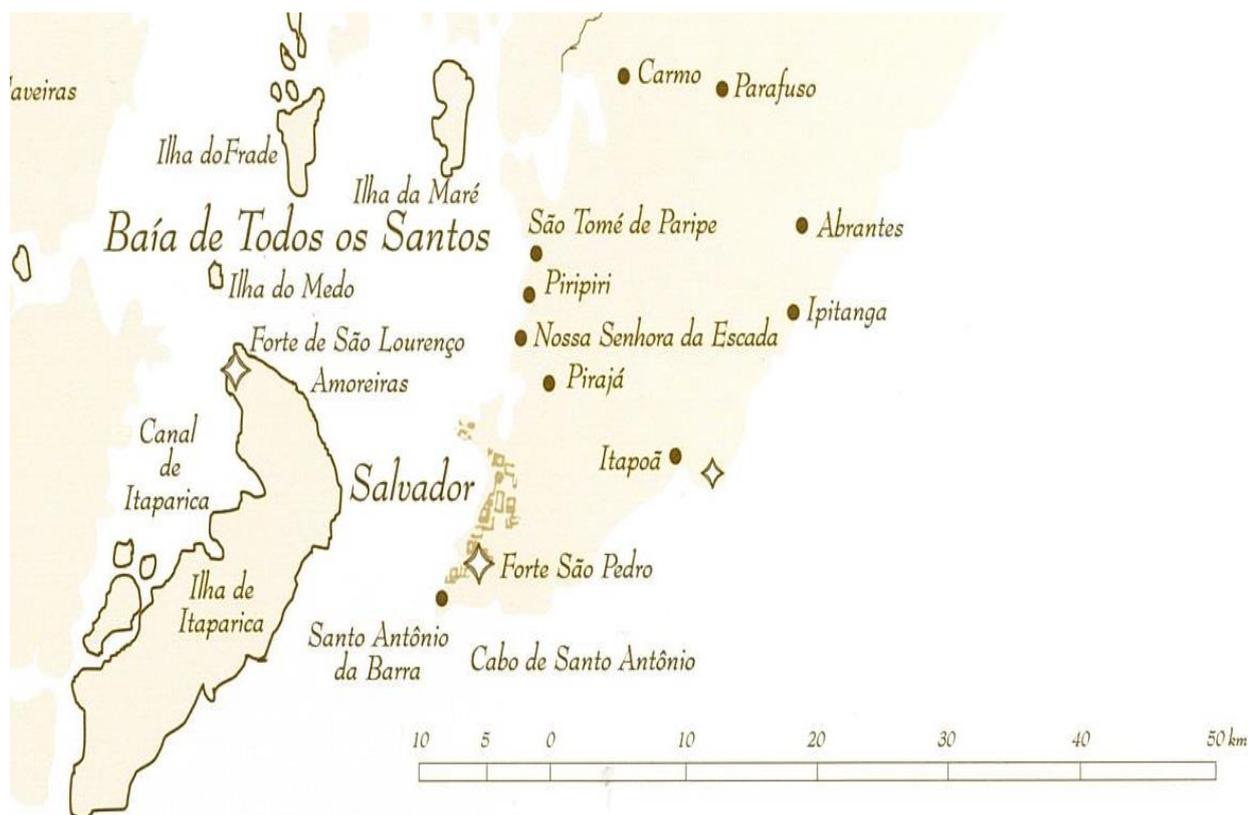
¹²¹⁸ Pedro Calmon, 1923, p. 279.

¹²¹⁹ In: José Wanderley de Araújo Pinho, 2010, p. 40.

¹²²⁰ *Idem*, p. 40.

chamado Coqueiro, também na região de Pirajá. Outros pontos ao longo de Pirajá foram ocupados, incluindo a instalação de um trem em Capuame¹²²¹. Com o passar das semanas, corpos do Batalhão de Periquitos, de Belona e de Mavorte, da milícia de Santo Amaro, e até mesmo uma “Companhia de Couraças”, comandados pelo Padre Sé Maria Brayner¹²²², foram se incorporando às linhas em Pirajá. Paralelamente, em 18 de agosto, o Coronel Falcão Brandão, estabeleceu-se em ponto lateral próximo ao Cabrito com 70 soldados¹²²³. O Tenente-Coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão levou na sequência reforço a essas tropas, acampando com um Batalhão de Caçadores¹²²⁴. As tropas no Cabrito também receberiam reforços.

O resultado geral dessas movimentações foi a concentração de tropas em duas posições-chave da rota Recôncavo-Salvador, principalmente nas imediações do Cabrito e de Pirajá. Ao final, “a linha de cerco ia do Cabrito até Itapuã”¹²²⁵, cuja localização pode ser vista no mapa abaixo:



¹²²¹ In: José Wanderley de Araújo Pinho, 2010, p. 40.

¹²²² Sergio Roberto Dentino Morgato, 2010, p. 68.

¹²²³ Pedro Calmon, 1923, p. 279.

¹²²⁴ Argolo Ferrão foi, posteriormente, General destacado do Exército Brasileiro. In: Sergio Roberto Dentino Morgato, 2010, p. 67.

¹²²⁵ Sergio Roberto Dentino Morgato, 2010, p. 67.

No supramencionado ofício a Lisboa de 26 de outubro de 1822, a própria Junta de Salvador indicou a situação do cerco. Informava que, além de Salvador, apenas Porto Seguro e Jacobina permaneciam fiéis. Seu poder estava, assim, restrito:

“ao recinto da Cidade e linhas de defesa, que se estendem dêz de o Forte de São Pedro até á Soledade, não se podendo gozar bem d’aquelle espaço dos subúrbios, nos quaes acontecem quazi diariamente accidentes funestos e Ararações (?) de pequenos combates”.

Madeira é mais uma vez criticado pelos historiadores brasileiros por não ter impedido a formação da linha Cabrito-Itapuã. Na avaliação de Pedro Calmon¹²²⁶, o Governador das Armas errou a deixar

“que as tropas brasileiras se adensassem em Pirajá, quando o seu primitivo núcleo era um grupo de afoutos caçadores. Errou depois, permitindo que se formasse outro grande quartel em Itapoan. Uma vez, porém, os dous formados, ainda errou de os não separar ocupando com avançadas e trincheiras o centro, que posteriormente, foi tomado pelo Batalhão do Imperador, vindo do Rio”.

Cabe dizer, é bem verdade, que no momento inicial, como havia indicado o Governador das Armas a D. João VI, na carta de 11 de novembro de 1822, fora considerado temeroso dividir a tropa entre Salvador e o Recôncavo, uma vez que ela ainda não era suficiente para todas as operações (os reforços posteriores abririam essa possibilidade, como de fato ocorreu ao longo de novembro de 1822 e fevereiro de 1823).

Adicionalmente, toda a movimentação brasileira sofreu com os atritos das forças de Madeira, “em lidas periódicas”¹²²⁷. As forças portuguesas haviam aberto trincheiras em pontos próximos e de lá partiam para operações. Em 7 de setembro de 1822, por exemplo, ocorreu ataque ao engenho de São João, próximo ao Cabrito, que foi

¹²²⁶ 1923, p. 287.

¹²²⁷ In: José Wanderley de Araújo Pinho, 2010, p. 44.

rechaçado¹²²⁸. Pouco depois foi o porto de Cabrito o alvo de incursão, no que resultou na morte de mais de dez portugueses¹²²⁹.

A resposta brasileira vinha também com ataques, como aqueles do índio Bartolomeu, em 19 de setembro, que assaltou os portugueses com a utilização de arcos e flechas¹²³⁰. Segundo Dias Tavares, a maior confrontação do período aconteceu em 27 de setembro, em Conceição-Jequitaia. Anna Bittencourt¹²³¹, citando o poema “Paraguaçu”, de Ladislau de Santos Titara, aponta que o embate ocorreu em 21 de setembro, quando os portugueses atacaram o Engenho Conceição. O contra-ataque brasileiro os fez recuar até a área do Forte de São Joaquim da Jequitaia, muito próximo do centro de Salvador.

Anna Bittencourt reproduz também relatório do Sargento-Mór Pedro Ribeiro Araújo¹²³² sobre outra ação militar de grande envergadura, em outubro, na qual seis canhoneiras e duas outras lanchas de Madeira atacaram local denominado “Plataforma”, praia próxima a Pirajá. Foi realizada uma grande movimentação de pessoal e de “emboscadas”, além da utilização de apenas uma peça brasileira, para fazerem frente às “ballas de calibre de 18 e 12”. A forte artilharia obrigou os brasileiros a recuarem “para detraz das grandes e fortes Cazas de Plataforma”. Continuando o combate, de acordo com o Sargento-Mor:

“deixei-os gastarem a pólvora a seu gosto, e com muita dificuldade entrei com outra peça de calibre 3 em riba de um carro por entre os chuveiros de ballas, que felizmente eu, o carro e os Camaradas, não foram tocados dellas por levarmos toda atenção quando as peças davão fogo, entrei enfim com ella para resguardar a Caza, postei-a debaixo dos arcos e deixei que elles fizessem um vivo fogo na Caza, onde estaavamos abarracados com a gente toda em resguardo; atirarão elles até uma hora da tarde; jantamos ao som das ballas, umas nos cantavão por cima, outras que nos batiam na frente, assim estivemos até que cessou o fogo dessa Canalha, e quando a maré se poz baixa mar, uma Canhoneira quase em seco mandei-lhe fazer fogo por duas peças de calibre de 3 e apesar de lhe dar muitos tiros só tive o gosto de ver empregar duas ballas, uma que furou o costado e uma e huma que a vi quase a pique, porem os Ladrões

¹²²⁸ In: José Wanderley de Araújo Pinho, 2010, p. 41

¹²²⁹ Idem, p. 42.

¹²³⁰ Idem, p. 41.

¹²³¹ Offício de Pedro Ribeiro Araújo ao Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. Pirajá, 24 de outubro de 1822. Reproduzido em: BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. “Um Héroe na Campanha da Libertação da Bahia: a vida do Sargento-Mór Pedro Ribeiro de Araujo”. In: Ilustração Brasileira, ano 4, nº 34, 1923. In: Hermeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107468&pasta=ano%20192&pesq=jequitaia> (acesso em 19/10/2014). P. 114

¹²³² Idem, p. 114.

entrarão a tocar a bomba e a botar agoa com os baldes para fora, e meterão os remos com tanta força que forão encalhar para a parte de lá da Penha (...).”

Nesse contra-ataque, um português foi abatido pela segunda bala. A movimentação brasileira continuou na Penha, onde as canhoneiras se reabasteciam e alguns portugueses foram mortos. O relato do Sargento-Mor destaca, na operação, a participação do Tenente Artilheiro Maxado, e conta terem sido buscados novos reforços no Cabrito, para continuar a atuação na Plataforma, de onde “fez vivo fogo ao clarear do dia e elles tão bem responderão com outros”.

Ao fim de uma hora de combate, as posições brasileiras perdidas no dia anterior foram recuperadas. Na movimentação seguinte, os portugueses enfrentaram uma emboscada de soldados postados na Ilha da Joana, comandados pelo Alferes Farias, que “mataram-lhe quatro que huns imigrados da Penha os virão desembarcar”. O Sargento-Mor Ribeiro Araújo posteriormente suspendeu o combate e retirou seus homens para as bases, levando feridos, inclusive um que “teve arrebetado o osso da coxa por uma bala”.

No seu relato ao Visconde de Pirajá, em 24 de outubro de 1822, o Sargento-Mór Ribeiro Araújo reclama da falta de pólvora e de munições, além de cirurgiões e de botica, de modo que “quantos enfermos se entregarem ao Cirurgião, podemos contar com elles na sepultura”. O relatório termina com a informação do envio de presos para o Engenho Novo e o enterro de três pessoas (dois homens e uma mulher), uma das quais “o Alferes Farias com razão lhe deu muitas bayonetadas”.

Ainda em 26 de outubro, na véspera da chegada de Labatut ao Engenho Novo, onde fixaria seu Quartel-General, uma ofensiva portuguesa de “vulto agigantado” ocorreu sobre a linha brasileira próxima a Pirajá, tendo sido resistida¹²³³. Foi a última operação das forças brasileiras sobre o comando do Visconde do Pirajá. Esses atritos na linha Pirajá-Itapoã, ao fim, provocaram Madeira a pensar em um plano para romper a situação. Era o prelúdio para a Batalha do Pirajá¹²³⁴.

Mesmo com a formação de um cerco rústico, a incapacidade de avançar sobre Salvador e o temor de ataque organizado do Governador de Armas (o qual teria grandes chances de destruir as forças brasileiras) deixava claro que, naquela relação de forças, Madeira teria, no longo prazo, a vantagem. Também contribuía para as limitações brasileiras o baixo número de tropas e a grande necessidade de sua utilização em

¹²³³In: José Wanderley de Araújo Pinho, 2010, p. 44.

¹²³⁴Vide Pedro Calmon, 1923, p. 287.

diversos locais. A distribuição das tropas brasileiras se tornava uma questão de difícil solução. Os pedidos vinham de todos os lados, mas o comando não tinha como atendê-los¹²³⁵.

A maioria dos corpos se dirigiu à linha que pretendia cercar Salvador, a partir de Pirajá. Permanecia, no entanto, o medo com a atuação de canhoneiras enviadas por Madeira ao Recôncavo, que agiam como no episódio de Cachoeira, em 25-28 de junho. Para conter essa ameaça que foi criada, em novembro de 1822, a “Flotilha” de canhoneiras e lanchas brasileiras, destinadas a proteger a região. A força, como mencionado anteriormente, foi impulsionada por João das Botas, barqueiro português que aderiu ao Rio de Janeiro e armou o *Pedro Primeiro*. A ele se somaram outras 8 embarcações (*Leopoldina, Maria da Gloria, Januarina, Paula Marianna, S. Francisco, Cachoeira e Vinte e Cinco de Junho*), que utilizavam 19 peças de diferentes calibres e 373 praças, entre soldados e marinheiros¹²³⁶. Outras embarcações, teriam se juntado a essa esquadra, atingindo 710 marinheiros, ainda que essa versão seja de mais difícil confirmação¹²³⁷. De todo modo, a flotilha de João das Botas desempenharia importante função na segurança do Recôncavo e auxiliaria os esforços brasileiros em negar a Madeira uma de suas principais táticas, a atuação das canhoneiras diretamente sobre as vilas do Recôncavo.

Mesmo com avanços como a criação da Flotilha, era essencial contar com o apoio do Rio de Janeiro. Já no início dos combates da fase regional da luta pela Bahia, a Junta de Cachoeira escreveu a D. Pedro, em 5 de julho de 1822: “ajudai-nos senhor que somos súditos devotados de Vossa Alteza”¹²³⁸. O Rio de Janeiro, porém, não havia esperado o pedido de Cachoeira para enviar auxílios. Os preparativos para a escolha de tropas, concentração de material e organização de uma esquadra já estavam avançados naquele início de julho de 1822.

¹²³⁵ “Representante os interesses da outra banca da Bahia, os da zona sanct’amarense requeriam um campo de concentração no Acupe, que protegeria Sancto-Amaro, São Francisco e a Saubara. Protestavam os de Cachoeira: si o campo era a salvação de lá, de cá seria a ruína; porque as canhoneiras portuguesas voltariam á pilhagem e do Acupe não poderiam proteger as barras do Jaguaripe e Paraguaçú, deixando, mais, Itaparica descoberta ao assalto”. In: Pedro Calmon, 1923, p. 280.

¹²³⁶ In: Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia. In: Miguel Calmon du Pin de Almeida, 1823, p. 12.

¹²³⁷ A obra “*A Marinha de Guerra do Brasil na Luta da Independência*” (1880, p. 21) amplia esse número, colocando-o em 18 embarcações, com a inclusão de 9 “baleeiras”, chegando os marinheiros a 710.

¹²³⁸ Humberto Pelegrino, 1980, p. 292

Segundo Humberto Pelegrino¹²³⁹, o primeiro militar aventado para comandar as forças nacionais na Bahia, o denominado “Exército Pacificador”, foi o Brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto. Alves Branco era próximo a alguns dos chefes da luta na Bahia e reclamou, na Assembleia Constituinte, em 1823, de ter sido “preterido no seu desejo de ser o escolhido para comandar a tropa”¹²⁴⁰. Centrado na consolidação do poder de D. Pedro José Bonifácio teria repellido a “indicação de militar que já alcançasse a Bahia comprometido com aqueles orgulhosos senhores-de-engenho, escravos e terras. Ao contrário, precisava de militar que só conhecesse o poder do príncipe”¹²⁴¹. Vê-se, nessa ação, como os interesses de grupos dirigentes das Províncias, de ampliar seu poder, não necessariamente coincidia com a visão do Rio de Janeiro.

A escolha recaiu, ao final, em Pierre Labatut, que havia lutado nas guerras de libertação da América espanhola, tinha fama por seus feitos militares, e vivia no Brasil anteriormente aos eventos de 1822. A mudança para Labatut teria sido defendida pelo padre Francisco Sampaio, próximo a José Bonifácio. Um general estrangeiro convinha à tática elaborada pelo polo do Rio de Janeiro, de centralização do poder, mas se mostraria custosa no processo de consolidação da Independência e no relacionamento com as elites baianas. Labatut já partia à Bahia com fricções políticas nos bastidores de sua missão. E não demoraria muito para que esse peso se fizesse excessivo para a continuidade de seu comando.

¹²³⁹ 1980, p. 292.

¹²⁴⁰ Dias Tavares, 1977, p. 115.

¹²⁴¹ Idem.



General Pierre Labatut¹²⁴²

Em 14 de julho de 1822, quase dois meses antes da Declaração de Independência do Brasil, Labatut partiu à Bahia em esquadra comandada pelo Chefe de Divisão Rodrigo Antonio de Lamare. Compunham a força a Fragata *União*, as Corvetas *Maria da Gloria* e *Liberal*, e o Brigue *Reino Unido* (depois *Cacique*)¹²⁴³, conforme mencionado nos capítulos anteriores. Levavam cerca de 200 homens do 4º regimento de Milícias da Corte (em sua maioria soldados negros, os “Libertos do Imperador”¹²⁴⁴), uma companhia do 1º batalhão de Caçadores, e vários oficiais, todos sob o comando do Brigadeiro Pedro Labatut, num total de 298 homens¹²⁴⁵. Mais importante ainda, trazia uma carga militar significativa, composta por 5 mil carabinas, 500 clavinas, centenas de

¹²⁴² In: <http://osheroisdobrasil.com.br/herois/labatut-o-general-da-independencia/attachment/labatut/>

¹²⁴³ Vide Capítulo V. A referência à partida da esquadra de Lamare encontra-se também em “Independência do Imperio do Brasil: descrição dos factos de Marinha, que se deram desde que se projectou a Independência do Imperio do Brasil até o final da luta”. Manuscrito copiado do Arquivo Público. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. volume XXXVII, Primeira Parte, 1874. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/09/2014). P. 197

¹²⁴⁴ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 23

¹²⁴⁵ Pedro Calmon fala em 260 soldados e 34 Oficiais. 1923, p. 277.

sabres e pistolas, além de 2 mil lanças para a cavalaria¹²⁴⁶. Era material que os baianos partidários do Rio de Janeiro, como o Sargento-Mór Ribeiro Araújo, precisavam.

A viagem da esquadra foi tranquila até as proximidades da Baía de Todos os Santos. Lá, nos dias 5 a 8 de agosto, De Lamare encontrou-se com frota portuguesa que cruzava na entrada da barra¹²⁴⁷. Eram entre 10 e 12 navios, os quais incluíam¹²⁴⁸ a Corveta *Dez de Fevereiro* e o Brigue *Audaz*. Madeira, de acordo com outra fonte¹²⁴⁹, tivera conhecimento por seus informantes da chegada da esquadra e havia destacado a *Dez de Fevereiro*, o *Audaz*, além das Corvetas *Regeneração*, *Restauração*, o Brigue *Promptidão* e a escuna *Conceição* para tentar obstar a passagem de De Lamare e Labatut.

A esquadra brasileira foi avistada em 4 de agosto, a 15 milhas da ponta de Santo Antônio. Uma tempestade impediu o confronto direto, auxiliando De Lamare, que tinha instruções para evitar o combate¹²⁵⁰:

Durante os dias 5, 6, 7 e 8 continuarão á vista as duas forças; a da Bahia anciosa por um combate em que a superioridade numérica assegurava fácil triunfo e o chefe Lamare peado pela rigorosa obrigação de antes de tudo pôr a salvo os soldados de Labatut, único socorro com que contavão os patriotas do Reconcavo, e impossibilitado de aceitar a lucta com um inimigo muito mais numeroso, e tendo seus navios tripolados por marinheiros do mesmo paiz que seu adversário e no mais deplorável estado de disciplina¹²⁵¹.

Os relatos da viagem da esquadra de De Lamare são envoltos em ameaças de revolta de parte da tripulação, que era de origem europeia e tinha dificuldades de manter-se na disciplina necessária. Também havia oficiais do Exército que já confabulavam contra Labatut, continuando os problemas que já haviam se apresentado quando da escolha do General para comandar o Exército Pacificador¹²⁵².

As dificuldades foram tais que De Lamare não pode cumprir as instruções de tentar bloquear a Bahia com sua esquadra, após o desembarque das tropas de Labatut. Em reunião com seus oficiais, em 7 de setembro de 1822, o Chefe da Divisão optou por

¹²⁴⁶ Pedro Calmon, 1923, p. 278.

¹²⁴⁷ Pedro calmon, 1923, p. 278

¹²⁴⁸ *Independencia do Imperio do Brasil: descripção dos factos de Marinha, que se deram desde que se projectou a Independencia do Imperio do Brasil até o final da luta*”. In; RIHGB, 1874, p. 298

¹²⁴⁹ *A Marinha de Guerra do Brasil na Luta da Independência*, 1880, p. 9.

¹²⁵⁰ Idem, p. 12.

¹²⁵¹ Idem, p. 9.

¹²⁵² Idem, p. 11.

voltar ao Rio de Janeiro¹²⁵³. Uma sublevação chegou a ocorrer nessa viagem de retorno, na altura de Alagoas. A revolta se deu na *União* e na *Liberal*, mas foi logo abafada. Os chefes do movimento ficaram presos na *Maria da Gloria*, até a chegada ao Rio de Janeiro, onde foram processados¹²⁵⁴.

Com as dificuldades com relação à tripulação e com um objetivo que não era o de enfrentar a esquadra portuguesa, Labatut acordou com os oficiais a bordo seguir para o norte, acima da Bahia¹²⁵⁵. Desembarcou em Maceió, em 21 de agosto de 1822¹²⁵⁶. As forças nacionais seguiram, em seguida, para o Recife, onde encontraram dificuldades nas negociações com a Junta liderada por Gervásio Pires (vide Capítulo IV, segunda parte). Labatut relatou a José Bonifácio¹²⁵⁷ ter sido “mal recebido” por Gervásio e acusou este de ser “republicano”. Ao fim, como se viu, a pressão pela adesão ao Rio de Janeiro terminou com a concordância de Gervásio em apoiar o Exército Pacificador. As forças de Labatut também passaram, nesse contexto, por Sergipe, garantindo a adesão da Província ao Rio de Janeiro.

O elemento mais importante na passagem por Pernambuco e Alagoas foi, apesar das resistências, o destacamento de tropas. Cerca de 700 soldados comandados pelo Major José de Barros Falcão Lacerda se incorporaram ao Exército Libertador, aos quais se juntaram, também, 200 soldados da Paraíba¹²⁵⁸. A guerra na Bahia exigiria um esforço de recrutamento ainda maior, e incluiria forças de várias Províncias do Brasil, incluindo Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas. Esse dado reforça o caráter nacional – e não regional – da luta.

Com o reforço das tropas da região, Labatut partiu para a Bahia. O interesse e a necessidade do General em instalar-se no comando das forças anti-Madeira era tamanho que Labatut adiantou-se à marcha das tropas pernambucanas e atravessou o território entre Pernambuco e Bahia com apenas um ajudante. Atingiu o Engenho-Novo, na estrada das Boiadas, em 28 de outubro de 1822, assumindo o comando do Exército Pacificador, em substituição a Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. Proclamou,

¹²⁵³ O registro da reunião, realizada a bordo da *União*, em Pernambuco, em 7 de setembro de 1822, encontra-se transcrito em: *A Marinha de Guerra do Brasil na Luta da Independência*, 1880, p. 13.

¹²⁵⁴ *Independencia do Imperio do Brasil: descripção dos factos de Marinha, que se deram desde que se projectou a Independencia do Imperio do Brasil até o final da luta*. 1874, p. 298

¹²⁵⁵ As instruções eram de descer na Bahia. Labatut enviou ofício para De Lamare solicitando a mudança no trajeto. Este consultou, então, os oficiais, que concordaram. In: *A Marinha de Guerra do Brasil na Luta da Independência*, 1880, p. 11.

¹²⁵⁶ Pedro Calmon, 1923, p. 278.

¹²⁵⁷ Ofício de 26/12/1822. In: Biblioteca Nacional. *Documentos Relativos aos Acontecimentos da Província da Bahia, de 1822*. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (67) – nº 1330.

¹²⁵⁸ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 23.

no dia seguinte, em 29 de outubro, manifesto conclamando os “bons e leais portugueses” à obediência¹²⁵⁹. Intimação também foi enviada a Madeira, para que se retirasse com suas forças.

As forças político-militares que apoiavam D. Pedro na Bahia tinham agora dois “focos centralizadores”: um, “civil-administrativo”, em Cachoeira; outro, militar, no Engenho-Novo¹²⁶⁰. O primeiro era composto por forças locais, o segundo, encabeçado por um representante direto do Rio de Janeiro, com instruções específicas do Imperador, mas circundado por elementos militares locais. A combinação era, no mínimo, delicada.

Labatut relatou ao Rio de Janeiro série de providências desde a sua chegada, para o aprimoramento das forças que encontrara. Havia elementos positivos na organização das forças baianas, como os pontos de defesa já estabelecidos na linha Pirajá-Itapoã, que foram rapidamente aproveitados pelo General: “lancei mão dos mesmos pontos de defesa, e acampamento, tomados antes da minha chegada, por serem próprios, e pelo conhecimento que do terreno deles tinham os seus defensores”¹²⁶¹. Com a chegada das tropas do Recife e de Maceió, em 2 de novembro seguinte¹²⁶², foram destacados 300 soldados para Itapoã. As forças no Cabrito e em Pirajá ultrapassaram mil soldados. Era um número, ainda assim, baixo para a estimativa de Labatut: “nem mais de dous mil eram os enfileirados em todas as primeiras linhas”.

O chefe das forças brasileiras realizou nova organização dessas forças, criando duas “Divisões”: uma à direita, sobre a estrada das Boiadas, composta fundamentalmente pelas tropas baianas que estavam em Pirajá, foi entregue a Barros Falcão de Lacerda, promovido por Labatut a Coronel, em 3 de novembro de 1822¹²⁶³. Lacerda assumiria a Divisão três dias antes da batalha do Pirajá. A Divisão da esquerda, na área de Itapuã, foi entregue ao “pessoal da Torre”, sob o comando de Felisberto Caldeira. Uma terceira força seria posteriormente utilizada para fechar o centro, composta essencialmente pelas tropas do Batalhão do Imperador, que chegaria ao teatro de operações em 1823.

¹²⁵⁹ In: Sérgio Roberto Dentino Morgato, 2010, p. 70.

¹²⁶⁰ Pedro Calmon, 1923, p. 278.

¹²⁶¹ Apud Pedro Calmon, 1923, p. 281.

¹²⁶² A movimentação das tropas é relatada em ANONIMO, *Exposição dos Serviços Prestados pelo Coronel José de Barros Falcão de Lacerda, em diferentes épocas e provincias do Imperio, desde 1788 até 1848, com especialidade nos anos de 1817, 1821, 1822, 1823 e 1824. Por um Contemporâneo*. Pernambuco: Typographia M. F. de Faria, 1849. In: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?&fq=dc.subject%3ALacerda%2C%5C+Jos%C3%A9%5C+de%5C+Barros%5C+Falc%C3%A3o%5C+de> (acesso em 22/10/2014)

¹²⁶³ *Exposição dos Serviços Prestados*, 1849, p. 9. Vide também Sérgio Roberto Dentino Morgato, 2010, p. 70.

A nova disposição do Exército Pacificador, melhorava a organização das forças pró-Rio de Janeiro, mas não resolvia as deficiências e carências imediatas. Faltava praticamente todo tipo de recurso financeiro, material e homens treinados; “as tropas eram ralas e bisonhas”, sendo visível a desproporção de forças com as do general português¹²⁶⁴. Era preciso ampliar o recrutamento, encontrar recursos, armar e treinar novas forças.

4) O CERCO A SALVADOR E AS OFENSIVAS PORTUGUESAS

Mal tinha iniciado as medidas de organização do Exército Pacificador, Labatut enfrentou o ataque de Madeira. Este, sofrendo com o fechamento do acesso ao interior pelos brasileiros e com o atrito causado pelo encontro constante das forças opostas, “procurou uma decisão em força na ação que se chamou combate do Pirajá”¹²⁶⁵. O relato que chegou às Cortes, em Portugal, foi efetivamente o de que Madeira “já sofria com alguma impaciência a constrangida inacção de suas tropas”¹²⁶⁶, pelo qual planejou o ataque a Pirajá, onde se concentrava grande parte das forças brasileiras. A localidade, ademais, era muito próxima ao Engenho-Novo, onde estava instalado o Quartel-General de Labatut. Aproveitando-se dos reforços que haviam chegado de Portugal, em outubro, o Governador das Armas planejou um grande ataque.

O plano de Madeira envolvia ataque combinado de centro e flanco. No centro, duas colunas realizariam a ofensiva: uma força de 1.500 homens do 12º Batalhão, comandados pelo Coronel Victorino José de Almeida Serrão, atacaria Pirajá e o Cabrito pela estrada das Boiadas, enquanto 400 soldados do Tenente-Coronel Joaquim Antonio d’Almeida iriam pelo no caminho de São Braz¹²⁶⁷. O relato a Lisboa levado pelo navio *Conceição* informa, por outro lado, que teria sido o Coronel Gouveia Ozório o destacado para atacar o Engenho do Cabrito. Osório seria, na verdade, o comandante de toda a operação¹²⁶⁸. Paralelamente, uma força de 300 soldados e marinheiros¹²⁶⁹,

¹²⁶⁴ Pedro Calmon, 1923, p. 282.

¹²⁶⁵ Humberto Pelegrino, 1980, p. 293.

¹²⁶⁶ In: Diário do Governo, nº 8, 9 de janeiro de 1823, p. 48.

¹²⁶⁷ Pedro Calmon, 1923, p. 284.

¹²⁶⁸ In: Araújo Pinho, 1968, p. 47.

¹²⁶⁹ Segundo o próprio Almirante João Felix Pereira, em ofício às Cortes de 9 de novembro de 1822, publicado no Diário do Governo, nº 9, de 10 de janeiro de 1823, p., 50. Kendrik Kraay cita o número de

comandados pelo próprio Chefe da Divisão naval portuguesa, João Felix Pereira, atacaria no flanco, pelo mar, por Itacaranha e Plataforma, com vistas a atingir a retaguarda do inimigo. Reforços estavam previstos para a segunda parte da luta.

As forças brasileiras que resistiriam ao ataque de Madeira eram de aproximadamente dois mil homens¹²⁷⁰, compostos por forças baianas, pernambucanas e cariocas. Labatut havia recebido, em 5 de novembro, reforços do Capitão Manuel Francisco da Costa, com armas e pólvora. Ainda assim, as forças brasileiras eram limitadas. Mas o comandante-geral do Exército Pacificador não estava no Engenho Novo no momento da ação¹²⁷¹.

Foram cerca de oito horas de combate, durante os quais “operou-se em ambas as frentes um movimento decisivo e geral de ofensiva”¹²⁷². Na manhã de 8 de novembro de 1822, o Batalhão 12º de José Pereira avançou sobre o caminho de Itapoã, onde enfrentou os 400 homens de Felisberto Gomes Caldeira¹²⁷³. Os portugueses, no entanto, retrocederam. No Cabrito, Almeida Serrão avançou sobre o território, aproveitando-se do desembarque da divisão naval e colocam os brasileiros em situação difícil. Cerca de 400 portugueses se dirigiram aos acampamentos de Pirajá.

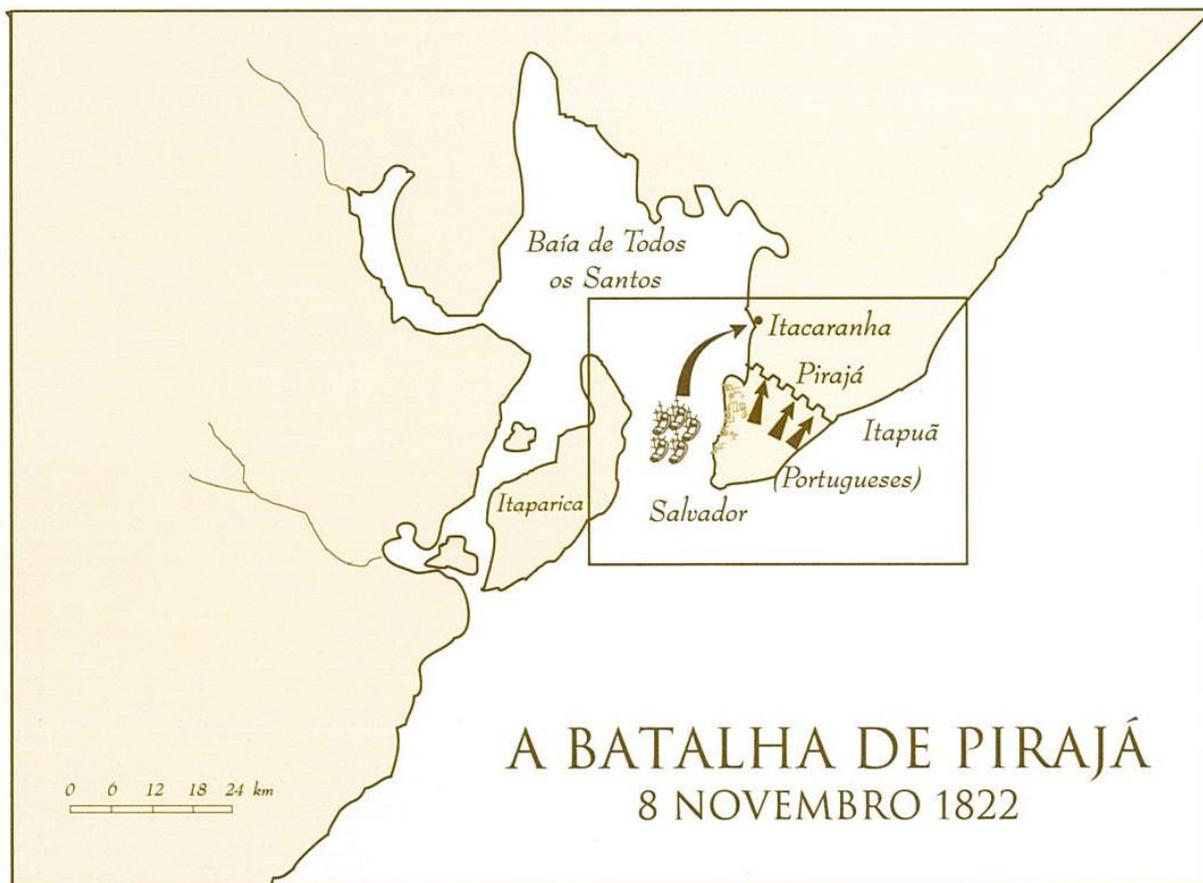
550 marinheiros na ação. In: KRAAY, Hendrik, “Erro Vitorioso”. In: Revista de História, 2011. In: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/erro-vitorioso> (acesso em 15/10/2014).

¹²⁷⁰ Vide: Pedro Calmon, 1923, p. 284, José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 46 e Varnhagen, 1957, p. 274.

¹²⁷¹ Dias Tavares, 1977, p. 124.

¹²⁷² Pedro Calmon, 1923, p. 284.

¹²⁷³ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 47.



Fonte :

EXÉRCITO BRASILEIRO. *O Exército na História do Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrecht, 1998.

A resistência brasileira foi intensa, mas, com os ataques de flanco, os portugueses chegaram a ocupar Pirajá, colocando-se como ameaça sobre o Engenho-Novo. Uma contra-ofensiva brasileira permitiu a retomada do arraial, mas a situação foi agravada com a chegada de importante reforço português:

Os portugueses, que lançavam na conquista e desbarato do arraial baiano-brasileiro todas as suas forças, salvo aquelas que mandaram para Rio Vermelho no Itapoã, para entreter, impedindo vir em socorro de Pirajá, as forças da ala das Armações, reforçaram as colunas e à direita e à esquerda atacaram – em Dendezeiras, em Cabrito; e ainda a Itacaranha enviam forças que surpreenderam os baianos¹²⁷⁴.

Na esquerda e no próprio centro, a situação das forças do Exército Pacificador se tornava cada vez mais precária. Segundo José Wanderley de Araújo Pinho¹²⁷⁵, Labatut, que não estava no Engenho-Novo, chegou a expedir ordem para que se escondesse o tesouro das forças brasileiras. Buscou, também, meios de mobilizar forças de reserva,

¹²⁷⁴ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 48.

¹²⁷⁵ P. 49.

que não estavam na luta, para reforçar as linhas brasileiras. Com os atrasos na mobilização das reservas, com as munições limitadas, as forças do Exército Pacificador chegaram a um ponto no qual efetivamente estiveram a ponto de cederem aos soldados de Madeira.

Segundo o relato tradicional da história da Batalha do Pirajá, foi nesse momento que ocorreu o episódio do cabo Luiz Lopes. Com o avanço das tropas portuguesas, Lopes, que era corneteiro, teria recebido a ordem dar o toque de retirada, mas equivocou-se e tocou “avançar cavalaria e degolar”. O efeito desse erro teria sido duplo: os brasileiros recobram a força e o inimigo, “crendo que atrás das nossas linhas galopasse todo um esquadrão, parou na carga, titubeante”¹²⁷⁶. Forças do batalhão pernambucano investiram sobre as tropas de Madeira e os fez retroceder, “por um lado até á Lapinha e pelo outro até á praia de Escada”.

O episódio pitoresco do cabo Lopes e do erro da corneta é, na avaliação de Dias Tavares, “uma injustiça à memória dos oficiais e soldados brasileiros que em Pirajá sustentaram suas posições e defenderam o Exército ainda em formação”¹²⁷⁷. De fato, nem o relato de Labatut ao Conselho Interino, em 9 de novembro de 1822¹²⁷⁸, nem as notícias publicadas no Diário do Governo de Lisboa mencionam o que teria sido o golpe de sorte das forças brasileiras. Labatut refere-se aos esforços das tropas pernambucanas, cariocas e da Bahia.

O próprio Comandante do Exército Pacificador destaca a importância do comando do Coronel Barros Falcão¹²⁷⁹ e do fato de que, apesar dos ataques portugueses e recuos brasileiros, as forças pró-Rio de Janeiro souberam resistir a ataque de mais de oito horas a posições fixas: “quando tiveram de recuar, recuaram em ordem, concentraram as forças, enrentaram o inimigo, bateram-no”¹²⁸⁰. Barros Falcão posteriormente lutou do lado rebelde da Confederação do Equador. Isso, mais o fato de que suas tropas eram originárias de vários pontos do País (e não apenas baianas)¹²⁸¹ poderá ter contribuído para a criação de uma lenda alternativa, na figura do corneteiro.

¹²⁷⁶ Pedro Calmon, 1968, p. 285.

¹²⁷⁷ 1977, p. 123.

¹²⁷⁸ Idem, p. 123.

¹²⁷⁹ Ofício no qual Labatut elogia a atuação de Barros Falcão na Batalha do Pirajá pode ser encontrado em *Exposição dos Serviços Prestados pelo Coronel José de Barros Falcão de Lacerda, em diferentes épocas e províncias do Imperio, desde 1788 até 1848, com especialidade nos anos de 1817, 1821, 1822, 1823 e 1824. Por um Contemporâneo*. P. 23.

¹²⁸⁰ Dias Tavares, 1977, p. 124.

¹²⁸¹ José Honório Rodrigues, 2002, p. 249.

O ataque pela esquerda do 12º Batalhão de Madeira também teria sido, segundo Dias Tavares, um erro tático, por ter enfraquecido o avanço sobre o centro (Pirajá) e permitido um espaço para que Barros Falcão contra-atacasse e abrisse uma fissura na ofensiva portuguesa. Hendrik Kraay¹²⁸² menciona, também, que nesse momento do ataque à esquerda, chegou ao campo de batalha uma formação de cavalaria brasileira, comandada pelo Major Pedro Ribeiro de Araújo, a qual teria sido a responsável por aproveitar a brecha na linha portuguesa e permitir a virada do jogo.

Um dos relatos que chegou a Lisboa, por outro lado, culpou o Chefe da Divisão Naval, Felix Pereira, “a julgar-se pelo resultado”, por não ter logrado um desembarque eficiente de suas forças, por volta das 4 horas da manhã de 8 de novembro. Segundo essa versão, o Almirante demorou excessivamente em desembarcar a tropa, enfrentando resistência do inimigo, ao invés de desembarcar “livremente” na praia da “Tacarenha”¹²⁸³.

João Félix Pereira relatou a Lisboa, em 9 de novembro¹²⁸⁴, que seu objetivo era desembarcar os homens para atacar o Cabrito, “a fim de cortar o caminho do inimigo”. Antes de chegar à praia do Cabrito, no entanto, ao passar por “Tocaranha”, sofreu ataque de duas peças de artilharia e forte fuzilaria. O fogo foi respondido por duas barcas. As embarcações portuguesas, segundo o Almirante, de fato sofreram com a maré, mas, após a troca de tiros, foi feito o desembarque: “vendo os inimigos esta resolução, todos fugirão, e se concentrarão pelo mato, donde continuáram a fazer alguns tiros, abandonando as ditas peças de que ficámos senhores”.

A marcha continuou até o Cabrito, “sem encontrar oposição alguma”, onde foram capturadas duas outras peças. Surgiram, no entanto, as emboscadas, tendo as forças portuguesas realizado ações de busca dos inimigos e “ahi matarão algús destes que encontrarão armados”. Três soldados brasileiros foram presos. Segundo Felix Pereira, por volta das 3 horas, recebeu anúncio de retirada, o que fez, sem ter sofrido, segundo ele, baixas nas suas forças.

Dentre muitas teorias sobre o resultado da Batalha do Pirajá, uma que não pode ser deixada de lado é a de que, como em toda batalha, houve erros e acertos dos dois lados. Muitos elementos de sorte e acaso influenciaram o desfecho, mas, no fim, foi – como normalmente é – a eficiência das tropas de um dos lados que ultrapassou em parte

¹²⁸² Hendrik Kraay, 2011.

¹²⁸³ In: Diário do Governo, nº 8, 9 de janeiro de 1823, p. 48.

¹²⁸⁴ Diário do Governo, nº 9, de 10 de janeiro de 1823, p., 50.

a eficiência da outra e conseguiu desequilibrar a conflagração em seu favor e mudar o ritmo do confronto. Entre o Corneteiro Luiz Lopes, o erro do 12º Batalhão ou de Felix Pereira, é preciso, mesmo nas visões historiográficas que diminuem a relevância da guerra na Independência do Brasil, reconhecer os resultados alcançados pelas tropas Exército Pacificador.

A Batalha do Pirajá resultou, enfim, no reforço do cerco sobre Salvador e limitou as capacidades de manobra do Governador das Armas. Como aponta Humberto Pelegrino¹²⁸⁵, Pirajá não esgotou, militarmente, “nenhum dos dois partidos”, mas “demonstrou que as cristas de uma série de colinas pelas quais passava a única estrada de serventia para a península onde ficava a cidade, dominadas pelo Exército Pacificador, representavam posição forte fácil defesa”. Os brasileiros consideraram o episódio vitória importante.

Menos conhecidos, os relatos¹²⁸⁶ do lado português também falavam em vitória, com importantes perdas brasileiras em vidas e equipamentos. De todo modo, do lado das forças pró-Rio de Janeiro, o resultado do Pirajá foi um grande fortalecimento da moral da tropa. O “número de adesões à causa patriota, por ter o Exército brasileiro improvisado derrotado os soldados treinados da metrópole, aumentou consideravelmente”¹²⁸⁷.

As estimativas são muito variáveis sobre o número de mortos e feridos. Labatut mencionou “mais de 200 inimigos” mortos e dezenas de feridos¹²⁸⁸. No poema Paraguaçu, uma das referências do episódio, menciona-se 53 mortos encontrados na estrada do Pirajá ao Bate-fôlha, sendo que o total dos mortos excedera 130, com mais de 200 feridos¹²⁸⁹. Do lado brasileiro, segundo esta fonte, os mortos teriam sido 1 carioca, 9 baianos, 2 pernambucanos, além de 13 feridos na primeira linha; entre milicianos, teriam sido 15 feridos e “alguns mortos”.

Do lado português, pelas notícias publicadas em Lisboa¹²⁹⁰ relatou-se a perda de “70 e tantos homens” mortos e feridos, “tendo porém os contrários sofrido grande derrota, perdendo muita gente”. Outro relato no Diário do Governo de Lisboa fala em

¹²⁸⁵ 1980, p. 301.

¹²⁸⁶ Diário do Governo, números 7, de 8 de janeiro de 1822, e 9, de 10 de janeiro de 1823, pgs. 39 e 50.

¹²⁸⁷ Hendrik Kraay, 2011.

¹²⁸⁸ Dias Tavares, 1977, p. 124. Vide também *Exposição dos Serviços Prestados pelo Coronel José de Barros Falcão de Lacerda, em diferentes épocas e provincias do Imperio, desde 1788 até 1848, com especialidade nos anos de 1817, 1821, 1822, 1823 e 1824. Por um Contemporâneo*, p. 24.

¹²⁸⁹ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 51.

¹²⁹⁰ Diário do Governo, nº 7, 8 de janeiro de 1823, p. 39

64 mortos e feridos, além de muitos mortos do lado brasileiro, e a apreensão de artilharia.

No conjunto, as estimativas das baixas poderiam ficar entre 100-200 mortos, além de número próximo a esse de feridos e capturados. Foi uma batalha intensa, mas não o término da ofensiva de Madeira sobre as forças pró-Rio de Janeiro. Na linha Pirajá-Itapoã, continuaram ataques e contra-ataques ao longo de todo o mês de novembro. A tensão permaneceu constante no período e espalhou-se para toda a Província.

Os ofícios dos Comandantes brasileiros a Labatut e à Junta Interina dão conta de um clima de apreensão sobre potenciais novos ataques portugueses. Logo em 9 de novembro, colunas das tropas de Madeira atacaram as linhas brasileiras, passando por Brotas até Pituba¹²⁹¹. O Batalhão dos Periquitos resistiu ao avanço, expulsando os portugueses. Pouco depois, em ofício de 16 de novembro de 1822 ao Governo Interino, Labatut relatou¹²⁹² ter visitado as defesas no Forte, no reduto da Ponta da Barra, Sanbará e Jagoaripe. Indicou que o plano de defesa era cobrir toda a linha de cerco com pequenos destacamentos. No caso de ataques, estas se deslocariam para pontos mais fortes, e forças “flaqueadoras” se movimentariam de acordo com o ataque inimigo.

No Recôncavo, as informações eram de barcos inimigos cruzando constantemente a Baía de Todos os Santos. Comunicação da vila de Nazareth, de 16 de novembro de 1822, falava em 300 homens e duas peças prontas para a defesa, “achando-se agora mais exaltado o ódio, e desconfiança contra os Europeus, nesta Povoação (...)”¹²⁹³. Em 20 e 26 de novembro de 1822, Miguel Calmon du Pin de Almeida escreveu a Labatut informando de “indícios” que Madeira atacaria a costa, indicando também os preparativos para de defesa de Cachoeira. Calmon du Pin pedia pólvora a Labatut, “visto que daqui tem sahido, e continua a sair frequentemente para fornecimento dos Pontos avançados”. Em 24 de novembro, Cachoeira resistiu a um ataque de barcas portuguesas¹²⁹⁴.

O reforço do Exército Pacificador para enfrentar Madeira precisou incluir, como se observa no pedido de Miguel Calmon du Pin e Almeida, desenvolvimento importante na qualidade e organização das tropas e da logística. Labatut, desde o início, reclamou

¹²⁹¹ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 52.

¹²⁹² In: Biblioteca Nacional. *Documentos Diversos sobre a Bahia*. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (65) nº 1318-1323.

¹²⁹³ Idem.

¹²⁹⁴ Pedro Calmon, 1923, p. 289.

do treinamento das tropas que encontrou na Bahia, ainda que reconhecesse o valor com que baianos e pernambucanos lutaram no Pirajá. Desde o primeiro momento, foram empreendidos novas ações de recrutamento e organização de novos batalhões.

A batalha de Pirajá, como visto, ofereceu bom momento para a ampliação do recrutamento, e Pedro Calmon aponta que “voluntários accorriam do sertão do São Francisco, de Jacobina ou Lavras, da fronteira mineira, do Sul, de todos os pontos, enquanto a deserção, nas fileiras portuguesas, crescia dia a dia”. Era gente de todas as classes, pobres ou membros da elite, mobilizados por diferentes motivos, em reação às atitudes das tropas portuguesas, por interesses materiais ou pela mobilização política que contaminava toda a sociedade local.

Por diversos mecanismos de recrutamento, voluntário ou forçado, as tropas do Exército Pacificador foram crescendo. Ademais dos elementos locais, vieram tropas da Bahia, Pernambuco¹²⁹⁵, Minas Gerais, Alagoas¹²⁹⁶, Ceará, Sergipe e do Rio de Janeiro. Um comunicado do Ministério da Marinha informou Labatut, em 6 de dezembro de 1822, de novos “socorros” à Bahia, com a inclusão de novas tropas de Minas Gerais e do Espírito Santo¹²⁹⁷. Um terceiro contingente de pernambucanos ainda chegaria em maio de 1823, um mês depois de ter aportado o Batalhão do Imperador.

Com novos soldados, o Comandante do Exército Pacificador organizou Batalhões e aprimorou o treinamento. Foi formado um “Batalhão da Pitanga” (4º Batalhão do Exército Pacificador), comandado por um pernambucano. A Vila de Inhambupe organizou o “Batalhão de Voluntários da Princesa D. Maria da Glória¹²⁹⁸”. Unidades foram estabelecidas no Recôncavo, como em Jequeriçá, vila de São Francisco, Itapicurú, Santo Amaro e em Cachoeira.

Muitas destas unidades se dedicaram à defesa local, contra as incursões de Madeira sobre a Baía de Todos os Santos¹²⁹⁹. Outra parte foi colocada na linha de cerco sobre Salvador. Labatut fortificou o Cabrito, a Plafatorma e outros pontos com novos batalhões e artilharia. Na Ilha da Maré, “chave dos pequenos archipelagos interiores”,

¹²⁹⁵ No Diário do Governo de Pernambuco (nº 7, 8 de abril de 1823) foi reproduzido Ofício de Labatut, de 30/01/1823, agradecendo aos préstimos de Pernambuco, onde o Capitão Ignacio Gabriel Monteiro de Barros, em treze dias, requisitou e obteve do Governo provisório 600 soldados e armamento. Registrava a chegada do reforço.

¹²⁹⁶ Conforme informação do Deputado Cruz Gouveia. In: Ata da Assembleia Geral e Constituinte de 4 de junho de 1823.

¹²⁹⁷ José Honório Rodrigues, 2002, p. 251.

¹²⁹⁸ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 54.

¹²⁹⁹ Pedro Calmon, 1923, p. 288.

foi postada tropa de 400 soldados de artilharia. O Major José Leite Pacheco levou batalhão de 500 praças para fixar-se na área de Itapoã.

Ao final, conforme a distribuição realizada por Labatut em duas Divisões (a da direita comandada pelo Coronel Barros Falcão Lacerda, a da esquerda, pelo Coronel Felisberto Gomes Caldeira), o Exército Pacificador contava com 12 Batalhões de infantaria, 3 Batalhões e duas companhias de artilharia, e dois Esquadrões de Cavalaria¹³⁰⁰. Dentre as unidades mais conhecidas, o estavam o Batalhão do Imperador, vindo do Rio de Janeiro, o Batalhão nº 3 (Periquitos) e o Batalhão nº 5 (dos Henriques). A 5ª Brigada de Artilharia tinha Batalhões com nomes de Cidades ou Províncias, como os da “Bahia”, “de Pernambuco”, “de Maceió”, além da Cia de Artilharia de Nazaré e Cachoeiras, e a Cia de Montebrechas de Pernambuco. Esse é mais dado demonstrativo da amplitude das tropas que participaram das operações militares na Bahia.

São variáveis as informações sobre o número total de soldados mobilizados nesse processo. Em novembro de 1822, as forças estavam equilibradas em 8 mil soldados de cada lado, mais forças de Marinha¹³⁰¹. Humberto Pellegrino¹³⁰² fala em 14.317 homens, 8 navios e 242 bocas de fogo para partidários do Rio de Janeiro. Rio Branco¹³⁰³, em comentário à obra de Varnhagen, menciona

“7.039 homens fazendo o assédio da cidade (Salvador), 739 no Engenho Novo; 1.034 em São Tomé e Costa; 966 em Passé, Marré e Bôca do Rio; 2.547 em Itaparica e 710 na flotilha de Itaparica, num total de 14.405, dos quais 11.000 seriam efetivamente combatentes”.

Todas as estimativas ultrapassam, de todo modo, 10 mil soldados no Exército Pacificador em fins de 1822 e início de 1823. Do lado português, com os reforços que ainda chegaram em 1º de abril de 1823, os números variaram igualmente entre 10 e 15 mil homens¹³⁰⁴, incluindo a Marinha, como visto no Capítulo V. Somadas, as forças dos dois lados chegavam a 30 mil homens.

Parte dos esforços de Labatut de recrutamento local incluíram, em dado momento, a formação de companhias de libertos ou de escravos¹³⁰⁵. Foi criado um batalhão de libertos dos engenhos dos Teixeiras Barbosas, e duas outras unidades teriam

¹³⁰⁰ In: Dias Tavares, 1977, p. 126.

¹³⁰¹ Rio Branco, nota à obra de Varnhagen, 1957, p. 272.

¹³⁰² 1980, p. 302.

¹³⁰³ In: Varnhagen, 1957, p. 272

¹³⁰⁴ 10.500 segundo Humberto Pellegrino, 12 mil, segundo Ubiratan Castro de Araújo (2010, p. 25)

¹³⁰⁵ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 23.

sido formadas com libertos de Santo Amaro. José Honório Rodrigues¹³⁰⁶ levanta a dúvida se o Batalhão dos Libertos se distinguia do Batalhão dos Henriques, composto também por libertos e mais conhecido historicamente. O mapa das unidades apresentado por Dias Tavares¹³⁰⁷ mostra, no entanto, que o Batalhão dos Libertos era o de nº 9, da 3ª Brigada da 2ª Divisão (a da esquerda), ao passo que o dos Henriques era o de nº 5, da 4ª Brigada da 2ª Divisão.

A incorporação de escravos suscitou forte controvérsia e fricção entre Labatut e os proprietários de engenho. Além de requisitar recursos e víveres, o Exército Pacificador, com a libertação de escravos para o serviço do exército, provocou um “fato político novo e revolucionário na Bahia”¹³⁰⁸. A guerra e a mobilização militar acabaram sendo uma força desorganizadora da economia açucareira da região¹³⁰⁹, o que igualmente alimentou as diferenças entre Labatut e o Governo Provisório. A participação de libertos e escravos é tema importante na história da Independência do Brasil não apenas pelos impactos que tinha sobre vários aspectos políticos e sociais, mas também para realçar a contribuição dessa população aos esforços da guerra. Não foi um confronto limitado a elites. A agitação política de 1821-1823 e a guerra mobilizou amplos setores da sociedade portuguesa residente no Reino do Brasil.

A logística dessas tropas foi outro tema problemático. Em vários ofícios de Labatut ou de outros oficiais¹³¹⁰, observa-se constantes pedidos de envio de peças de artilharia, de pólvora¹³¹¹, fardamento¹³¹² e mantimentos. Em 14 de dezembro de 1822, Antonio de Souza e Lima escreveu relato¹³¹³ severo das dificuldades logísticas enfrentadas:

“eu me vejo sacrificado no meio de huma guarnição de mil homens, passando, como agora 6 dias sem ter o que lhes dar á comer, e sendo eles precisos para o serviço da defeza da Patria, são privados de todos os meios de buscarem a sua subsistência (...) como é possível impor leis militares a homens á quem falta todo armamento?”.

¹³⁰⁶ 2002, p. 251.

¹³⁰⁷ 1977, p. 126.

¹³⁰⁸ Ubiratan Castro de Araújo, 2010, p. 24

¹³⁰⁹ Idem.

¹³¹⁰ Biblioteca Nacional. *Documentos Diversos sobre a Bahia*. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (65) nº 1318-1323.

¹³¹¹ Além do ofício de Miguel Calmon du Pin e Almeida, documento de José Marcelino dos Santos, postado na Barra do Garcez, ao Conselho Interino, pedia urgentemente munição.

¹³¹² Ofício da Villa de São Francisco, em 15 de outubro de 1822, segundo o qual a tropa na vila estava “a quasi inteira nuderz”. Idem.

¹³¹³ In: Biblioteca Nacional. *Documentos Relativos aos Acontecimentos da Província da Bahia, de 1822*. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (67) – nº 1330.

Muitas dessas deficiências foram superadas, ao menos em parte¹³¹⁴. Para esse desenvolvimento da força de combate, era preciso, antes de mais nada, recursos financeiros. A guerra custava caro e a mobilização dos grupos apoiadores do Rio de Janeiro não se mostrava suficiente para atender as necessidades do Exército Pacificador. Um golpe de sorte, ou uma boa ação de inteligência, favoreceu Labatut: foram descobertos recursos enterrados nos engenhos da Cachoeirinha e Passagem, de propriedade de portugueses que haviam deixado o local. O ouro e outros recursos seriam “o suficiente para contornar todas as despesas de maior urgência até o fim da guerra”¹³¹⁵.

Com os ganhos do Exército Pacificador em força e capacidade de operação, aos poucos as ofensivas de Madeira foram perdendo efeito e houve uma inversão na tendência dos ataques. À parte as escaramuças quase diárias ao longo da linha e no Recôncavo, ainda novembro e início de dezembro a iniciativa foi de Madeira.

Em 19 de novembro, mais de 300 escravos foram usados em uma ofensiva portuguesa. Como aponta José Wanderley de Araújo Pinho, “era a segunda vez que Madeira usava de escravos como combatentes naquela campanha”, pois, com o aperto do sítio, “parecia útil aos lusos usar dos negros como cunhas para debilitar o assédio baiano”¹³¹⁶. Após os ataques, 51 escravos, foram fuzilados a mando de Labatut, para “atalhar pelo terror o grande perigo desse estratagema dos portugueses”¹³¹⁷. O caso seria mais um elemento da sensibilidade política que representava a questão escravista no meio da Guerra, tendo Labatut ampliado suas fricções com líderes locais pela forma como lidava com a questão. Os escravos não seriam os únicos a serem utilizados, pelos dois lados, no esforço de guerra: ofício de Porto Seguro ao Governo Provisório de Cachoeira, de 10 de dezembro de 1822, falava em índios rebelados em Trancoso, “cujo movimento consta-nos ser produção de alguns Europeos”.

Nova ação portuguesa sobre Pituba, a partir da estrada das Brotas, ocorreu alguns dias depois, em 24 de novembro, também sem efeito. Mais seis dias e, em 30 de novembro, uma ofensiva com aproximadamente 200 brasileiros caiu sobre o Engenho

¹³¹⁴ O ofício de Miguel Calmon du Pin e Almeida de 26 de novembro de 1822 indica que Cachoeira estava recebendo mantimentos, salvo farinha.

¹³¹⁵ Pedro Calmon, 1923, p. 282. Vide também Dias Tavares, 2008, p. 241.

¹³¹⁶ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 53.

¹³¹⁷ Cerca de 20 mulheres também foram presas, mas não teriam sido fuziladas. Idem. Vide também Pedro Calmon, 1923, p. 290.

da Conceição e a trincheira portuguesa da Mangueira¹³¹⁸. Os choques duraram mais de quatro horas. Os portugueses receberam auxílio e, reforçados, forçaram a retirada brasileira. As tropas de Madeira resistiram a outro choque poucos dias depois, em combate de mais de duas horas¹³¹⁹. No início de dezembro de 1822, Joaquim Pinco C. da Gama¹³²⁰ relatava que “continuadas e fortes guerrilhas nos fazem muito ao caso, mas dias se passam que não as temos, o que nos causam grande desprazer”.

Enquanto o cerco a Salvador aos poucos se tornava um conflito estático (mas nem por isso menos intenso), no Recôncavo, confirmando os temores brasileiros, Madeira ordenou série ataques da esquadra, especialmente sobre Itaparica e na barra do Paraguaçu, não muito distante de Cachoeira. Para tanto, além dos 400 marinheiros envolvidos no bloqueio do Recôncavo, Madeira destacou 100 soldados do Exército, conforme registrou o Almirante João Félix em 2 de fevereiro de 1823¹³²¹. Os registros mostram intensa atividade das forças pró-Lisboa no Recôncavo, com manobras regulares e preparativos para diferentes assaltos na região, em dezembro de 1822 e janeiro de 1823. A necessidade de gêneros alimentícios era a principal motivação para o General Português investir sobre o Recôncavo, ademais dos aspectos estratégicos de controle da Baía e de Itaparica¹³²². João Félix registra que, paralelamente, embarcações portuguesas teriam partido para Pernambuco, em busca de navios de suprimento.

Foram realizadas três incursões sobre Itaparica. As defesas brasileiras na ilha haviam sido reforçadas a ponto de atingirem mais de 3 mil homens, a maior parte dos quais ilhéus¹³²³, comandados pelo português Antônio de Souza Lima. Foram cavadas trincheiras e colocada artilharia no Morro de São Paulo e no Forte de São Lourenço. A Flotilha de João das Botas também já estava em operação, oferecendo importante meio de defesa.

As novas medidas surpreenderam os portugueses, que não esperavam tal resistência, como reconheceu o Almirante João Félix em relatório sobre a operação de 8 de janeiro¹³²⁴, no qual disse ter assaltado “a Ilha de Itamapica no lugar de Amoreira” por

¹³¹⁸ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 55.

¹³¹⁹ Idem.

¹³²⁰ Biblioteca Nacional. *Documentos Diversos sobre a Bahia*. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (65) nº 1318-1323.

¹³²¹ OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, sobre a adesão dos povos da Baía à insurreição, a falta de viveres para as tropas, o bloqueio da Baía e os insucessos dos assaltos à Ilha de Itaparica. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 275 D. 19178. Arquivo da Biblioteca Nacional.

¹³²² Sérgio Roberto Dentino Morgado, 2010, p. 74

¹³²³ Sérgio Roberto Dentino Morgado, 2010, p. 74. Vide também Pedro Calmon, 1923, p. 292.

¹³²⁴ Anexo ao Ofício do Almirante de 2 de fevereiro de 1823, supracitado.

três vezes, mas encontrou uma “defeza não esperada muito diferente do que tinham informado á V. Exa e ao Sr. General”.

Os primeiros ataques ocorreram ainda em dezembro, por exemplo, no dia 23, quando esquadra de barcos portugueses atacaram a ilha. O principal ataque de Madeira sobre Itaparica ocorreu em 7 de janeiro de 1823. Foram mobilizados 1,2 mil homens, mais os Brigues *Audaz* e *Prontidão*, a escuna *Emília*, a barca *Constituição*, além de várias canhoneiras e navios armados, ultrapassando 40 embarcações¹³²⁵. Os brasileiros haviam sido alertados da possibilidade do ataque e se prepararam para a defesa.

Na manhã do dia 7 de janeiro, um barco e um lanchão portugueses aproximaram-se para um reconhecimento e foram atingidos por tiros do Forte de São Lourenço. Uma hora e meia depois, toda a esquadra de João Felix avançou, fazendo e sofrendo forte barragem por grande parte do litoral itaparicano¹³²⁶. A fuzilaria impediu a manobra das barcas canhoneiras. Na terceira tentativa, diz João Félix que seu escaler foi furado com bala de fuzil e seu patrão ferido. João Félix relata ter chegado a desembarcar em Itaparica.

Os portugueses sofreram, ao mesmo tempo, o acossamento da Flotilha de João das Botas, que teria apreendido dez barcas portuguesas¹³²⁷. Dois outros navios foram afundados e seus comandantes mortos. À uma da tarde, a esquadra portuguesa retirou-se. As forças de Madeira tentaram, às três horas da tarde, desembarque alternativo sobre Mocambo e Amoreiras. Foram novamente repelidos, com perdas tão significativas que uma das embarcações não teria podido escapar por falta de tripulantes. Alguns ataques ainda ocorreram ao longo de 8 de janeiro, mas, no dia seguinte, a esquadra de João Felix tinha se retirado definitivamente.

No ataque de 7 de janeiro, o Almirante João Félix registra¹³²⁸ 5 mortos, seis marinheiros feridos gravemente e seis não gravemente, num total de 17 baixas na ação portuguesa. Esse número foi maior, consequência das ações anteriores e do atrito entre as duas forças, mas dificilmente se chega à estimativa de Pedro Calmon¹³²⁹, que fala em duzentos mortos do lado português. O total das baixas, dos dois lados, poderá ter chegado a esse valor.

¹³²⁵ Varnhagen, 1957, p. 275

¹³²⁶ Pedro Calmon, 1923, p. 292.

¹³²⁷ Idem.

¹³²⁸ Relato feito a bordo da Nau D. João VI, em 8 de janeiro de 1823. Anexo ao ofício de 2 de fevereiro de 1823, supramencionado.

¹³²⁹ 1923, p. 292.

O revés português em Itaparica, segundo Varnhagen¹³³⁰, desprestigiou Madeira, ampliando desavenças com João Felix. O insucesso significava a perda quase definitiva da capacidade de controlar a Baía de Todos os Santos e avançar sobre outras defesas os partidários do Rio de Janeiro, em ensaios de romper o cerco a Salvador.

Madeira ainda insistiu em operações no Recôncavo, como a ação de 28 de janeiro, sobre a foz (“barra”) do Paraguaçu. Nove embarcações portuguesas realizaram o ataque, e foram resistidas pela Flotilha de João das Botas e por unidades de terra¹³³¹. Foi no contexto de uma das operações no Paraguaçu, em abril de 1823, que atuou Maria Quitéria¹³³², a qual também participou de outras ações na linha de Itapõa. Quitéria recebeu, por seus serviços, o soldo de Alferes de linha (nunca efetivamente pago) e a condecoração do Cruzeiro¹³³³. Uma nova operação sobre Itaparica ainda teria ocorrido em 30 de janeiro, também sendo repelida¹³³⁴.

Após as malfadadas ofensivas de Madeira em janeiro de 1823, a situação naval na região inverteu-se a favor dos brasileiros¹³³⁵. Mesmo antes da chegada da esquadra de Cochrane, a Flotilha de João das Botas realizou constantes operações sobre barcos portugueses na região. Muitos foram capturados e várias barcas portuguesas terminaram destruídas, ainda que as maiores unidades se mantivessem. João das Botas foi posteriormente promovido a Capitão por Cochrane. Comandou um combate de fricção, que desgastava o inimigo, provocava perdas dos dois lados, mas não era decisivo. As principais embarcações portuguesas ainda eram fortes e poderiam, em teoria, representar uma ameaça estratégica para toda a força brasileira.

O insucesso das iniciativas de Madeira diminuíram a margem de manobra militar do Governador das Armas e exacerbaram o conflito político no interior da administração portuguesa da Bahia, que estava para estourar. A situação não era muito diferente do lado brasileiro, no que diz respeito às tensões internas. Nesse contexto, com o fim das principais ofensivas de Madeira sobre a linha Pirajá-Itapõa e sobre o Recôncavo, a guerra na Bahia concentrou-se ainda mais na batalha de cerco, perdendo a característica de guerra de movimento. O cerco efetivamente se fechava, mas ainda levaria todo o 1º semestre de 1823 para alcançar o objetivo da rendição de Madeira.

¹³³⁰ 1957, p. 275

¹³³¹ Vide Sérgio Roberto Dentino Morgado, 2010, p. 50.

¹³³² Dias Tavares, 2008, p. 243

¹³³³ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 69.

¹³³⁴ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 62.

¹³³⁵ Vide Sérgio Roberto Dentino Morgado, 2010, p. 75.

5) A GUERRA DE POSIÇÃO E O IMPASSE TERRESTRE

Engana-se quem estima que, após as batalhas de Pirajá ou de Itaparica, as forças de Madeira foram definitivamente derrotadas. Por falta de recursos ou por falta de decisão de seu chefe, houve de fato uma suspensão das grandes ofensivas portuguesas, mas não o fim das batalhas. Pelo contrário, no cerco a Salvador ou ao longo da Baía de Todos os Santos, as operações militares continuaram intensas por todo o 1º semestre de 1823, ao mesmo tempo em que ocorriam as batalhas no Piauí-Maranhão e na Cisplatina. Em conjunto, essas operações envolviam, direta (como campo de batalha) ou indiretamente (com o envio de tropas e apoio logístico), praticamente todo o Norte-Nordeste e partes do Sul do Brasil. O quadro que o Rio de Janeiro observava, naquela época, era de conflagrações em pontos estratégicos de todo o novo Império.

Depois de dezembro de 1822, os portugueses continuaram a tentar romper a linha brasileira sobre Salvador. Além de novos reforços de tropas, Madeira contou com a mobilização de cidadãos da capital baiana que ainda o apoiavam. Foi nesse contexto que apareceu a já mencionada petição de 655 cidadãos que pediam o bloqueio dos portos do Rio de Janeiro e de Pernambuco¹³³⁶. A petição fora assinada ainda em novembro, após a batalha do Pirajá e trazia uma reflexão ampla dos partidários das Cortes sobre toda a situação do Brasil. O sítio aos portos dos “facciosos” não era apenas uma punição, mas parte de concepção de como tratar do problema político do Brasil como um todo. As respostas de Madeira, em 14 e 19 de novembro de 1822¹³³⁷, foram negativas, mas não justificadas pelas derrotas sofridas. Suas instruções eram de conservar Salvador e seu porto, “como um ponto de apoio a quaisquer expedições que se enviem ao Brasil”. A prioridade era a de proteger a ponta de lança consolidada em Salvador. A reconquista do Brasil caberia a outras tropas.

O avançar dos confrontos sobre a linha de cerco e os insucessos nos ataques ao Recôncavo, no entanto, degradaram o entendimento de Madeira com outros militares portugueses, com a própria Junta de Salvador e com parte de seus apoiadores, insatisfeitos com a não concretização do bloqueio do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

¹³³⁶ In: Biblioteca Nacional. *Documentos Relativos aos Acontecimentos da Província da Bahia, de 1822*. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (67) – nº 1330.

¹³³⁷ Idem.

Como visto mais acima, o Governador de Armas possuía rivais dentro de suas forças, que se mobilizaram, ao longo de 1823.

A situação com a Junta era também difícil, tendo o desprestígio de Madeira se ampliado com a fuga de dois dos seus membros. Um exemplo da dissonância entre o poder militar e civil em Salvador, naquele início de 1823, pode ser observado em ofício da Junta a Lisboa¹³³⁸, de 12 de fevereiro de 1823, que comentava a situação militar. Após a batalha de Pirajá, a Junta registrava o ataque a Itaparica, de 7 de janeiro, e o avanço do cerco, sobre o qual “os dissidentes continuarão a atacar frequentemente nossas linhas de defesa”. Mencionou “consideráveis” ataques em 24 e 29 de dezembro. É nesse momento em que se mostra a exasperação do poder civil:

(sobre os ataques “consideráveis” dos “facciosos”) “a junta não pode participar as circunstâncias destas operações militares que se fazem sem conhecimento seu nem os resultados de que tem apenas notícias vagas que correm sempre desencontradas e duvidosas”.

A fragilidade da Junta pioraria ainda mais com a chegada de novas instruções de Lisboa, de 12 de fevereiro de 1823, que davam amplos poderes a Madeira. Com a piora do cerco a Salvador, o Governador das Armas declarou a cidade “praça de guerra bloqueada e sitiada”¹³³⁹, em 9 de maio de 1823. Quase 10 mil civis foram evacuados e todo o poder se concentrou nas mãos de Madeira. O resultado, no entanto, foi ainda pior, com a perda de apoio político.

A Junta chegou a cogitar a substituição do Governador de Armas, medida que também foi debatida em Lisboa, com a tentativa de nomeação, em 7 de fevereiro de 1823, do ex-Governador de Armas do Rio Grande, João Carlos de Oliveira, que recusou o encargo. As Cortes manteriam a intenção de substituir o comandante da Bahia, mas não lograram encontrar um nome. Em 18 de maio, Madeira assumiu autoridade sobre João Felix, comandante da Esquadra, concentrando todo o poder civil e militar¹³⁴⁰.

Em 2 de junho, o Governador das Armas nomeou nova Junta, que exigia ações agressivas, as quais não eram mais possíveis. Ao fim, coube a Madeira conduzir todo o processo que resultou na derrota. Mesmo com a situação militar, política e de víveres

¹³³⁸ In: Biblioteca Nacional. *Documentos Relativos aos Acontecimentos da Província da Bahia, de 1822*. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (67) – nº 1330.

¹³³⁹ José Honório Rodrigues, 2002, p. 260.

¹³⁴⁰ Pedro Calmon, 1923, p. 305.

cada vez mais precária em Salvador, havia, ainda assim, forças terrestres e navais treinadas e capazes de resistir a um cerco, como o fizeram por mais de seis meses¹³⁴¹.

Do lado brasileiro, o aprimoramento da situação logística e do recrutamento não resultou em ganhos imediatos nas trincheiras, deixando espaço para que a frustração e as rusgas também se aflorassem e colocassem o esforço de guerra em risco. Não é de se descartar que, bem informado como era, Madeira contasse com as dissidências internas do Exército Pacificador para resistir e, eventualmente, ganhar espaço. Também se deve refletir, do ponto de vista da historiografia, se as visões que colocam a Batalha do Pirajá como praticamente o último evento de importância da guerra até o 2 de julho, não buscariam desviar a atenção do fato que as operações posteriores foram mais intensas, mais mortíferas, porém sem sucesso e com a queda de Labatut.

Ao Exército Pacificador de fato coube as principais ofensivas sobre o cerco a Salvador. Nos ataques de fins de novembro início de dezembro de 1822, as forças pró-Rio de Janeiro avançaram sobre a linha portuguesa e, no fim do ano, já estavam em Brotas, Graça, Cabula e no Engenho da Conceição, cada vez mais próximos do centro de Salvador. Sofreram alguns contra-ataques, mas o grosso das movimentações foi dos brasileiros. Ofensivas dos dois lados ocorreram ao longo de dezembro, especialmente nos dias 3, 19, 21¹³⁴² e 24¹³⁴³ (este conforme mencionado pela junta). Foram movimentações que envolviam centenas de homens, duravam algumas horas e terminavam invariavelmente com ao menos uma dezena de baixas de cada lado.

O Diário de Governo de Lisboa registrou, com base em informações do Bergantim *Portuguez*, combate de 3 de dezembro de 1822, segundo o qual 900 “insurgentes” atacaram “alguns postos (...) os quaes foram completamente batidos, deixando no campo 11 mortos, e mais de 40 feridos”¹³⁴⁴. A ação é confirmada por Madeira¹³⁴⁵, que diz ter sido atacado na ala esquerda. As forças portuguesas, indicou, repeliram a ofensiva e não teriam perdido ninguém. Ainda assim, o ataque, no contexto da situação crítica em Salvador, mostrava a necessidade de reforçar as tropas portuguesas, o que foi mais uma vez pedido pelo Governador de Armas. Madeira

¹³⁴¹ Vide Sérgio Roberto Dentino Morgado, 2010, p. 74.

¹³⁴² José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, pp. 56 e 57.

¹³⁴³ Este mencionado pela Junta de Salvador.

¹³⁴⁴ Diário do Governo de 17 de fevereiro de 1823, nº 41, p. 313.

¹³⁴⁵ CARTA do governador das Armas da Província da Baía, Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei (D. João VI), relatando os confrontos ocorridos na Baía contra as tropas do general Labatut. Em 14 de dezembro de 1822. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 275 D. 19169. Arquivo da Biblioteca Nacional.

registrava, em oposição, que as forças pró-Rio de Janeiro estavam sendo constantemente reforçadas.

Labatut foi criticado, ao longo desse período, pelo que era considerada uma “falta de iniciativa” sobre o cerco¹³⁴⁶. Os principais oficiais do Exército Pacificador e o próprio Governo Provisório escreveram comunicações contra Labatut¹³⁴⁷. Mareschal registrou a disputa¹³⁴⁸, relatando o envio de uma missão ao Rio de Janeiro para solicitar a saída de Labatut. O diplomata informava desconhecer decisão de D. Pedro sobre o caso. Estimava que aquele tipo de conflito era “frequente em todo país”, mas a distância dificultava um julgamento por parte do Rio de Janeiro.

O Governo Provisório da Bahia enviou, em 16 de dezembro, um ofício ao Rio de Janeiro solicitando providências contra o chefe do Exército Pacificador, com a justificativa de que ele ultrapassaria o poder militar. Labatut foi acusado de “despótico e ligeiro”, e não respeitoso das leis e costumes locais. O exemplo oferecido é a suspensão, por ordem do Comandante, da execução de um escravo que teria matado seu Senhor. Em contrapartida, foi recordado o episódio o qual Labatut executou 51 escravos que lutavam do lado português. A moral da tropa, segue o ofício, estaria baixa pela desonra e pelo fato de ocorrerem muitos castigos e fuzilamentos.

Em resposta, Labatut escreveu a Bonifácio, em 26 de dezembro de 1822, com informações sobre o cerco a Salvador, especificando as operações de 3 e 21 de dezembro, quando morreram “algumas dúzias de inimigos”. Diz que seguia conduta própria, tentando satisfazer a todos. Reconhecia esforços severos de disciplina, mas justificou-os pela falta de organização e defesa frágil que encontrara. Naquele momento em que escrevia, “disciplinei a tropa e tenho conseguido em repetidos ataques vantagens contra o inimigo”. Segundo o Comandante, o pior eram as ingerências de Cachoeira nos planos militares e, principalmente as intrigas políticas, inclusive entre alguns líderes baianos e inimigos de Bonifácio, que pretendiam derrubar o patriarca da Independência. Por essa razão, Labatut informava não estar seguindo as ordens do Governo Provisório.

Do ponto de vista militar, Labatut tinha alguma razão para manter-se relativamente cauteloso nas operações sobre o cerco. Recebera ofício do Rio de

¹³⁴⁶ Em ofício de 17 de dezembro de 1822, Miguel Calmon du Pin e Almeida, um dos conspiradores contra Labatut, o acusa de não explorar os pontos do Beira-Mar do Recôncavo, “essenciaes à defeza da Província”. In: Biblioteca Nacional. *Documentos Relativos aos Acontecimentos da Província da Bahia, de 1822*. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (67) – nº 1330.

¹³⁴⁷ Em 16, 17 e 19 de dezembro de 1822. Idem.

¹³⁴⁸ Ofício de 4 de abril de 1823. In: *RIHGB.*, 1976, p. 184

Janeiro¹³⁴⁹, datado de 6 de dezembro, prometendo novos reforços de tropas cariocas, mineiras e capixabas, além de material. O ofício ordenava a continuidade da guerra, mas era claro na necessidade de cautela e cuidado na preparação da retirada dos portugueses e entrada em Salvador. José Wanderley de Araújo Pinho¹³⁵⁰ cita outra instrução de D. Pedro, ainda mais expressa, para que a ação se desse mais pela fome resultante do cerco do que de “encontros parciais, provocações e sortidas, numa guerra de extermínio”.

Apesar da cautela ordenada e das disputas de Labatut com autoridades baianas, o fim de 1822 e início de 1823 foi de uma guerra de encontros ora parciais, ora gerais e muitos de extermínio. Dois dias após o ofício a Bonifácio, o Comandante do Exército Pacificador lançou um ultimato aos habitantes de Salvador para que se rendessem e para que as tropas de Madeira partissem. Prometia apoio para essa retirada e garantia a partida de todos os portugueses. Caso contrário, seriam todos passados “à espada”. No mesmo período, em 30 de novembro, Labatut propôs, por carta, que o 1º Batalhão da Legião Constitucional mudasse de lado (“deixe de ser cúmplice nos crimes desse malvado Madeira”), oferecendo a incorporação ao Exército brasileiro e quantidade em dinheiro para os oficiais e soldados. O Comandante do 1º Batalhão, no entanto, recusou a proposta, enviou a carta a Madeira, que a transmitiu a Lisboa. As cortes publicaram a carta e a informação da recusa, dando esta como exemplo da “fidelidade dos verdadeiros Portugueses”¹³⁵¹.

O ultimato de Labatut a Salvador tinha objetivo militar claro, de preparar uma ofensiva no dia 29 de dezembro de 1822. Estava previsto, nesse dia, o juramento da Constituição portuguesa pela sociedade e tropa de Salvador, o que conferia ao ataque simbologia ainda maior. Reunidos no centro da cidade, os militares pró-Lisboa estariam relativamente distraídos, o que facilitaria o ataque. Após o início da artilharia, duas Brigadas brasileiras atacaram as trincheiras. Na estrada das Boiadas, tropas avançadas de Labatut chegaram próximos à Lapinha, onde foram contidos pela cavalaria de Madeira¹³⁵². A Divisão da esquerda atacou por Brotas.

A ampla mobilização não logrou, mais uma vez, romper as linhas portuguesas. Madeira fora alertado, pouco antes, do início do ataque e conseguiu organizar sua

¹³⁴⁹ In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 421

¹³⁵⁰ 1968, p. 63

¹³⁵¹ A carta foi publicada no Diário do Governo de 29 de janeiro de 1823, nº 25, p. 175.

¹³⁵² Sergio Roberto Dentino Morgado, 2010, p. 74.

defesa. Muitos marinheiros também desembarcaram, nesse momento, para reforçar as linhas de Madeira¹³⁵³:

“(…) avisado em tempo por um fiel escravo dos Teixeiras Barbosas, Madeira dispoz rapidamente as suas forças. Todas as ruas e praças próximas á raia periclitante fôrmo atulhadas de infantaria, cavalaria, canhões, principalmente as linhas de Itapoan e Conceição engrossadas fortemente, copiosamente municidas e prontas para fuzilarem ao primeiro sinal”¹³⁵⁴.

Dois relatos de Labatut, de 30 de dezembro de 1822¹³⁵⁵ e de 9 de janeiro de 1823¹³⁵⁶, dão conta do ocorrido naquele dia. Ambos são boa descrição dos combates, sendo o primeiro mais pormenorizado, escrito para Cachoeira. O segundo inclui, também, relato de uma resposta militar de Madeira no Recôncavo, ocorrido no dia 8 de janeiro de 1823:

Participo a V. Excias que os nossos inimigos foram atacados hontem pela Irapoã, e por mim na Conceição. Tive a satisfação de vêr morrer três officiaes e alguns soldados, e de duas vezes os ver fugir para as suas trincheiras, onde não sahirão mais por ouvirem trovejar a nossa artilharia e vendo a Cavalaria que lhes apresentei. Apenas tenho de lamentar a perda de hum Soldado Caçador do Rio de Janeiro, e hum do Major José Antônio, e três feridos. Na Itapoã, matarão hum official maroto e alguns soldados; mas por imprevidência do valente Tenente Aguiar que por duas vezes havia feito conhecer seu valor aos inimigos, foi morto um furriel, hum soldado e o mesmo Tenente.

No dia 29 do passado mez, e anno, dia, em que o infame Madeira, e sua Tropa jurou sua Constituissam, mandei atacar a Cidade por todas as suas trincheiras, assistindo eu em pessoa; tiveram elles, duzentos e tantos entre mortos e feridos; e nossa perda constou de quatro mortos e cinco levemente feridos: o que bem prova que a Provenincia nos auxilia. Hontem, e antes de hontem atacaram Itaparica com imensas barcas, dous Brigues, e duas Escunas; porem o resultado tem sido o elles hirem hindo para a Cidade com as barcas cheias de feridos, e mortos.

Na segunda comunicação, ao Governo de Pernambuco, Labatut também menciona notícias de que vários “europeus”, estariam fugindo de diversas partes do Nordeste em direção a Salvador. Também à Junta de Recife o Comandante do Exército

¹³⁵³ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 59.

¹³⁵⁴ Pedro Calmon, 1923, p. 290.

¹³⁵⁵ In: Biblioteca Nacional. *Documentos Relativos aos Acontecimentos da Província da Bahia, de 1822*. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (64) – nº 1317

¹³⁵⁶ In: *Diario da Junta do Governo*. Pernambuco, nº 1, 8 de fevereiro de 1823. In: Brasiliana USP, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06003410> (acesso em 19/05/2014).

Pacificador alertava para o risco de ataques da esquadra portuguesa, recomendando aos pernambucanos “se acautelarem, e tomarem as medidas convenientes”¹³⁵⁷.

O alerta era importante, pois, apesar das ofensivas, renovadas em janeiro, Madeira resistia e ainda mantinha capacidades de ação marítima, mesmo que sua relação com João Felix se deteriorasse e a Flotilha de João das Botas ganhasse espaço. A mobilização dos brasileiros era igualmente dificultada por diversas limitações enfrentadas pelo Exército. Aproximadamente mil soldados estavam doentes¹³⁵⁸, fora de combate. Muitos morreriam ao longo do cerco por motivos alheios aos combates. Essas mortes, cabe sublinhar, são parte das baixas da guerra e, como apresentado no Capítulo I, por muitos séculos representaram uma das principais razões de óbito nos conflitos por todo o mundo. Não devem ser tratadas, portanto, como algo fora da guerra.

Sem precisar a data do ocorrido, por outro lado, Mareschal¹³⁵⁹ registra informação possivelmente relacionada aos ataques de 29 de novembro, segundo as quais os brasileiros teriam perdido 150 homens. O insucesso teria, ainda, provocado deserções, inclusive de índios que integravam as tropas brasileiras. Para complicar um pouco mais a situação, havia notícias imprecisas sobre a chegada de reforços para Madeira. Alguns biatos falavam em 5 mil homens.

Para antecipar-se à chegada do reforço, Labatut tentou realizar outro ataque geral, em 9 de fevereiro de 1823. Deslocou engenheiros para preparar novos abrigos e trincheiras, mas a falta de munições e outros materiais, e o número de doentes, o fizeram aditar a mobilização¹³⁶⁰. Decidiu esperar a chegada do Batalhão do Imperador, que vinha do Rio de Janeiro comandado por José Joaquim de Lima e Silva (trazendo, como porta bandeira, o Tenente Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias).

A chegada o Batalhão do Imperador exigiu toda uma operação militar à parte¹³⁶¹. Os navios trazendo a tropa carioca passariam não muito distantes da área de operações, o que acarretava riscos para o transporte. Labatut, segundo seu próprio relato, simulou, entre 9 e 15 de fevereiro, uma grande ofensiva sobre a linha portuguesa, de modo a desviar a atenção do inimigo¹³⁶². Em 15 de fevereiro, o que era para ser uma simulação tornou-se um ataque efetivo, em Conceição e em Itapoã, onde morreram 50

¹³⁵⁷ Ofício de 16 de janeiro de 1823. Diário do Governo de Pernambuco, nº 3, 18 de fevereiro de 1823.

¹³⁵⁸ Sérgio Roberto Dentino Morgado, 2010, p. 74.

¹³⁵⁹ Ofício de 17 de março de 1823.

¹³⁶⁰ Sérgio Roberto Dentino Morgado, 2010, p. 76.

¹³⁶¹ Mareschal registra, em 30 de janeiro de 1823, a partida da expedição, com duas Fragatas, duas Corvetas, dois “Schooners” e um transporte. Correspondência. In: RIHGB, 1973, p. 163.

¹³⁶² Pedro Calmon, 1923, p. 295.

portugueses. O plano, ao fim, funcionou e o Comodoro Jewet realizou o desembarque em 22 de fevereiro. O Batalhão do Imperador seria colocado no centro da linha de cerco, com a criação da Brigada do Centro¹³⁶³, com Quartel-General em Cangurungu, próximo a Pirajá.

Os meses de fevereiro e março de 1823 registraram combates diários e novas ações terrestres e navais, neste caso, antes da chegada de Cochrane, com a Flotilha de João das Botas. Houve confrontos mais importantes nos dias 2 e 25¹³⁶⁴ de fevereiro, promovidos pelos portugueses, sendo que, no segundo caso, uma grande coluna dos soldados de Madeira atacaram a linha brasileira. Os brasileiros avançaram sobre as defesas portuguesas no dia 18.

Em ofício de 23 de março de 1823¹³⁶⁵, Madeira informou Lisboa da chegada do Batalhão do Imperador e das notícias de que “de toda parte do Brazil”, tem se propagado o “systema da Independência”. A situação descrita pelo Governador das Armas era crítica:

“O inimigo ocupa desde 26 de fevereiro a nossa frente e pode dizer-se que desde então existe hum perpetuo tiroteio. Isto nos tem incomodado muito, e não temos infelizmente tropas suficientes para nos bater e desalojar: já aconteceu que o resto (pode assim diserse de hum dos nossos Batalhões chegou a ser comandado por hum Tenente”.

Em documento anexo à carta de Madeira, de 3 de março de 1823, indicava-se que os brasileiros haviam conseguido se postar diretamente frente às alas do centro e da esquerda, e que suas avançadas estavam alcançando as tropas de Madeira com tiros de fuzil, o que as obrigava a se manterem “acantonadas ao longo da linha”. “tem um Serviço assaz violento” e “a multidão dos nossos doentes sustentão quase diariamente hum tiroteo com os inimigo”s. Muitas baixas ocorriam, efetivamente, por doenças. Mas grande parte dessas doenças, segundo Madeira, decorrentes da “fadiga” dos combates permanentes. Muitas das mortes por doença, portanto, se relacionavam com a guerra.

¹³⁶³ Sérgio Roberto Dentino Morgado, 2010, p. 76.

¹³⁶⁴ CARTA do (governador das Armas da Província da Baía), Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei (D. João VI), sobre as lutas pela independência do Brasil na Baía. Em 15 de fevereiro de 1823. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19212. Arquivo da Biblioteca Nacional. Vide também José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, pp. 66 e 67.

¹³⁶⁵ CARTA do (governador das Armas da Província da Baía), Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei (D. João VI), sobre as notícias vindas do Rio de Janeiro do reforço dos insurrectos e apelando para o reforço da Armada e ajuda de Lisboa, sem o qual considera que o Brasil se perderá. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19212. Arquivo da Biblioteca Nacional.

Ao longo de seu relato, Madeira reitera que teria sido possível resolver a situação no início de 1822, mas faltaram-lhe as tropas.

“Logo, torno a repetir o que muitas vezes tenho ditto, he preciso atacar fortemente a revolução, he preciso atacar o sistema em geral; he preciso fazer n’esta Provincia huma campanha rápida e deciziva, e bloquear estreitamente o Rio de Janeiro”. Para tanto, Madeira voltava a pedir tropas, para o que “não há hum instante a perder”.

A situação reportada era, assim, crítica. Sem reforços, as perspectivas eram negativas. Adicionalmente, avaliava Madeira que a nova esquadra (que havia transportado o Batalhão do Imperador) poderia ameaçar a força marítima portuguesa, fundamental para a manutenção da cidade. Nesse cenário, como de fato ocorreu, a perda da via marítima seria determinante para a derrota portuguesa.

As continuas demandas de Madeira por reforços foram apenas em parte, e minimamente atendidas. Em 31 de março chegou reforço de tropas, mas seria o último. Eram 15 embarcações e 1.315 soldados¹³⁶⁶, reforço importante, mas, ao mesmo tempo, um problema logístico ao Governador das Armas, que teria que encontrar recursos para suprir as necessidades dessa tropa. Na avaliação de Mareschal¹³⁶⁷, diplomata austríaco no Rio de Janeiro, o reforço não seria suficiente para reverter o quadro, mas poderia afetar o moral da tropa brasileira, ao alongar o conflito.

Em abril-maio de 1823, os combates em geral foram menos intensos¹³⁶⁸, mas havia tiroteios constantes entre as duas trincheiras¹³⁶⁹, além de enfrentamentos navais. Houve grande ofensiva promovida por Labatut em 3 de maio de 1823, precedida de forte combate de uma companhia de libertos brasileiros no dia anterior¹³⁷⁰. Forças brasileiras marcharam pelas estradas das Boiadas e da Cabula, no primeiro caso o batalhão pernambucano de Barros Falcão e, no segundo, os Periquitos comandados pelo Major Silva Castro. Outro contingente, que incluía o Batalhão do Imperador, iria para Conceição¹³⁷¹. Em pouco tempo de ofensiva os combates se ampliaram para toda a linha, incluindo a estrada das Brotas, onde o Coronel Felisberto Gomes Caldeira

¹³⁶⁶ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 69.

¹³⁶⁷ Offício de 26 de abril de 1823. 1973, p. 194.

¹³⁶⁸ Mareschal registra, em 11 de março de 1823, que, na Bahia, *Madeira et Labatut sont toujours em présence, sans entreprendre rien d’essentiel e sans pouvoir le faire*. Correspondência Diplomática. In : *RIHGB*, 1976, p. 178.

¹³⁶⁹ José Wanderley de Araújo Pinho, 1968, p. 68.

¹³⁷⁰ Pedro Calmon, 1923, p. 296.

¹³⁷¹ Pedro Calmon, 1923, p. 296

conseguiu alguns avanços. O combate representou, dentre outras características, o batismo de fogo do futuro Duque de Caxias, que estava na ala central da linha brasileira¹³⁷².

A ofensiva brasileira cobrou novas perdas à tropa de Madeira e deteriorou as condições da força que defendia Salvador. Ainda assim, não rompeu o cerco. Após ter resistido ao ataque das forças pró-Rio de Janeiro, Madeira tomou a já mencionada medida de declarar Salvador em Estado de Sítio e avançar sobre a Junta Governativa. Os suprimentos estavam limitados, ampliando-se a penúria dos que permaneciam na cidade. Mas o cerco resistia, tendo os oficiais brasileiros consciência das dificuldades de tomar uma cidade em posição estratégica, de fácil defesa, “guarnecidas por tropas experientes e habituadas à guerra”¹³⁷³.

A situação do lado pró-Rio de Janeiro se mostrava também sensível politicamente, apesar de um avanço importante do ponto de vista militar: em 25 de abril, chegava ao teatro de operações a Esquadra de Cochrane, que terminaria por ser o fator de ruptura do impasse. O importante a destacar é que já a partir de sua chegada, Cochrane manteve contatos com os comandantes terrestres e procurou coordenar suas ações, a fim de ampliar o cerco e romper o impasse¹³⁷⁴. No dia seguinte à ofensiva de Labatut de 3 de maio, houve enfrentamento naval, abrindo o novo capítulo da guerra. As manobras navais serão tratadas na próxima seção.

A nova oportunidade militar representada pela nova Esquadra chegava, no entanto, no momento de conflito político interno ao Exército Pacificador. A ação de 3 de maio foi a última grande operação comandada por Labatut. Poucos dias depois, iniciou-se convulsão interna no comando: em 17 de maio, o Frei João Maria Brayner, que comandava o “Esquadrão dos Vaqueiros do Pedrão”, encontrou-se com Labatut para alertá-lo sobre revolta planejada pelo Coronel Felisberto Gomes Caldeira e pela oficialidade de parte da 2ª Divisão¹³⁷⁵. As desavenças que haviam se iniciado ainda no Rio de Janeiro, em julho de 1822, e se exacerbado a partir de dezembro do mesmo ano, inclusive com os chefes das duas Divisões, agora ameaçavam se traduzir em ação.

Labatut ainda tinha a força do comando do Exército e mantinha respeito por suas qualidades militares. Não ignorava várias movimentações de militares e civis contra sua autoridade e estimou que era preciso agir. Convocou o Coronel Gomes Caldeira para

¹³⁷² Pedro Calmon, 1923, p. 297.

¹³⁷³ Sérgio Roberto Dentino Morgado, 2010, p. 77

¹³⁷⁴ Pedro Calmon, 1923, p. 296. Vide também José Honório Rodrigues, 2002, p. 260.

¹³⁷⁵ José Honório Rodrigues, 2002, p. 260.

conferência no quartel de Barros Falcão, e lá prendeu-o e enviou-o a Itaparica¹³⁷⁶. Também ordenou a prisão do Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, que fora o líder das forças pró-Rio de Janeiro até a chegada do militar francês. Carvalho e Albuquerque, segundo José Honório Rodrigues, estava em trânsito pela região, nomeado para ser Governador de Armas no Ceará, e conspirava com outros oficiais contra Labatut.

Para reforçar sua autoridade, Labatut oficiou ao Coronel José Joaquim Lima e Silva, que fazia parte do Comando central, a apoiar o movimento e avançar sobre a 2ª Brigada da 2ª Divisão. Lima e Silva, que era próximo a Labatut, mas estaria junto com os revoltosos, decidiu reunir um conselho de oficiais para discutir a medida. Na visão do Coronel Lima e Silva, o ataque à 2ª Brigada poderia significar uma guerra civil entre brasileiros e fortalecer a posição do inimigo¹³⁷⁷.

A reunião dos oficiais, realizada no acampamento de Pirajá, em 21 de maio de 1823, terminou com a decisão de não acatar as ordens de Labatut¹³⁷⁸. Segundo a ata elaborada naquele dia, apareceram no encontro oficiais da 2ª Divisão (a da esquerda), que informaram, de sua parte, a decisão de prender Labatut e seu secretário. O conselho dos oficiais decidiu oficializar esses fatos ao Rio de Janeiro e ao Governo Provisório de Cachoeira, mas não resistiu à medida.

Labatut foi preso e, posteriormente, enviado a Maragojipe e depois, em setembro, para o Rio de Janeiro. Não seria o fim de seus serviços e o comandante francês seria reabilitado para combater a Confederação do Equador. Sofreu novo desprestígio, porém terminou reconhecido e morreu no Brasil, em 1849. Felisberto Gomes Caldeira foi libertado em 22 de maio. No trajeto de Itaparica às linhas de cerco, os barcos que transportavam o Coronel brasileiro, todos da Flotilha de João das Botas, foram atacados por barcas portuguesas. Os brasileiros tiveram vantagem, capturando duas canhoneiras, dois canhões, 25 espingardas e oitenta sacos de pólvora¹³⁷⁹.

A destituição de Labatut iniciou movimento de disputa pelo comando, entre os Coronéis Barros Falcão, Gomes Caldeira e Lima e Silva. O Governo Provisório de Cachoeira agiu rapidamente e, em 24 de maio, nomeou Lima e Silva comandante provisório. Assumindo o cargo no dia 27 de maio de 1823, o novo comandante publicou

¹³⁷⁶ José Honório Rodrigues, 2002, p. 261.

¹³⁷⁷ Dias Tavares, 2008, p. 244.

¹³⁷⁸ A íntegra da ata pode ser encontrada no documento de nº 30, anexo à *Exposição dos Serviços Prestados pelo Coronel José de Barros Falcão de Lacerda (...)*, 1849, p. 41.

¹³⁷⁹ Dias Tavares, 2008, p. 245.

ordem do dia noticiando o fato, conclamando as tropas à obediência e dando vivas à “Assembléia constituinte da nação brasileira”¹³⁸⁰. Lima e Silva também escreveu a Cochrane, narrando os acontecimentos e remetendo cópia de sua nomeação. Em seu relato da guerra, Cochrane não se refere ao episódio¹³⁸¹. Uma proclamação aos portugueses de Salvador foi igualmente emitida pelo novo líder do Exército Pacificador, para que se rendessem, garantindo aos proprietários da Província que permaneciam na cidade a manutenção de suas posses.

Para a retomada das ofensivas sobre Salvador, Lima e Silva empreendeu reorganização das forças¹³⁸², criando um Estado Maior, duas Divisões e quatro Brigadas, além de duas Brigadas de artilharia e cavalaria¹³⁸³. Os Coroneis Barros Falcão e Gomes Caldeira foram mantidos, respectivamente, nas 1ª e 2ª Divisões. Os Batalhões, inseridos nas Brigadas, foram reorganizados em 9 unidades, incluindo uma de “crioulos”, formada em Nazaré, e uma de negros livres. Por essa época, os números do Exército Pacificador haviam se alterado, somando 10.139 homens, mais as unidades marítimas¹³⁸⁴. A intenção do novo comandante do Exército Pacificador, segundo Pedro Calmon¹³⁸⁵, era seguir o plano militar originalmente desenhado por Labatut.

Já no imediato momento depois de assumir o comando, Lima e Silva empreendeu ofensiva geral sobre Salvador, em 3 de junho de 1823, com mais de 900 soldados. A 2ª Divisão atacou por Brotas e São Pedro:

“a primeira coluna vai flanqueada pela artilharia, com alas apoiadas em esquadrão de cavalaria à retaguarda adestrado pelo Tenente-Coronel França que o comanda. A segunda coluna tem também à retaguarda outros esquadrões, e assim a terceira”¹³⁸⁶.

As tropas brasileiras chegaram a avistar a cidade e estiveram muito próximas à romper a linha. Na manobra, segundo o relatório de campo do Coronel Felisberto Gomes Caldeira, também foram realizadas a ocupação de pontos na Pituba e no Alto da

¹³⁸⁰ Dias Tavares, 2008, p. 245.

¹³⁸¹ *Narrativa de Serviços no Libertar-se o Brasil da Dominação Portuguesa*, 2003.

¹³⁸² “Em consequência desta nomeação tomei o dicto comando no dia 20 de Maio: no dia seguinte organizei o exercito, e nos subsequentes cuidei na ordem, no fornecimento, na disciplina e até na moral das tropas, reconhecendo em poucos dias um sensível melhoramento, com satisfação minha, dos officiaes empregados á testa das repartições e dos diversos comandantes, que me têm ajudado com inteira honra e intelligencia”. Ofício de 6 de julho de 1823, transcrito em Pedro Calmon, 1923, p. 316.

¹³⁸³ Dias Tavares, 2008, p. 246.

¹³⁸⁴ Dias Tavares, 2008, p. 246.

¹³⁸⁵ 1923, p. 301.

¹³⁸⁶ Relatório de 4 de junho de 1823, cuja íntegra se encontra transcrita em Pedro Calmon, 1923, p. 307.

Areia, avançando-se a linha brasileira. Gomes Caldeira narra que o encontro do inimigo na altura de Brotas foi severo. Seus oficiais

“bateram o inimigo de maneira tal, que deixou (o inimigo), em breve tempo, a povoação das Brotas, e ensanguentada a praça, carregando, quando menos, cinco corpos, que se viram morrer, entre os quaes foram alguns arrastados, o que se conheceram pelos signaes que deixaram sobre a terra, e precipitadamente se foi apadrinhar com as trincheiras até onde foi perseguido”.

Os portugueses, segundo o Coronel brasileiro, tentaram contra-ataque com 800-1.000 soldados sobre a retirada da coluna dos Majores Argolo e Alcantara, na povoação do Rio Vermelho, mas foram resistidos.

O resultado sobre o inimigo dessa grande operação não foi possível de ser computado, “porém em proporção do que sofremos não póde deixar de ser grande, até mesmo porque muitos se viram cair sendo logo conduzidos, por notícias, que já tive hoje da cidade consta de haverem muitos feridos e mortos”. Em seu relatório, o Comandante do Exército Pacificador, Coronel Lima e Silva, informou que o resultado “nos foi de reconhecida vantagem”¹³⁸⁷. Na ordem do dia de 7 de junho de 1823, Lima e Silva destacou a “boa ordem e coragem com que foi executada a Avançada”, a “firmeza sustentada na Acção” e a boa ordem da retirada¹³⁸⁸. Elogiou o soldado pernambucano Francisco Luiz, de 14 anos, que ficou “retido no campo entre nossos inimigos”, mas reagiu e matou 4 portugueses, dentre os quais um Oficial.

A ordem do dia de 7 de junho de 1823 informava, também, que as forças pró-Rio de Janeiro haviam perdido 4 mortos, 19 feridos graves, 14 feridos leves e quatro “extraviados”. Do lado inimigo, houve

“considerável perda: ficaram mortos no campo muitos; e as paiolas occuparam-se em grand numero e por largo espaço de tempo na condução dos feridos. De toda a sua Guarda avançada na Cruz do Cosme, que foi apprehendida pelo Batalhão nº 3, debaixo do comando do Sr. Sargento Mór José Antonio da Silva Castro, só escaparam com vida dous Soldados, que ficaram prisioneiros, um dos quaes morreo já no Hospital de suas feridas”.

¹³⁸⁷ Offício de 6 de julho de 1823, também transcrito por Pedro Calmon, 1923, p. 316.

¹³⁸⁸ In: Brasil, Diário do Governo, nº 18, de 21 de julho de 1823. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=706752&pagfis=843&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> (acesso em 19/8/2015). Vide também José Honório Rodrigues, 2002, p. 263

Nos dias seguintes, ainda haveria registro de pequenas escaramuças nas linhas do cerco, como ocorrera em 10 de maio, quando uma sentinela brasileira foi alvejada, precipitando um avanço de todo o batalhão, rompendo a “trincheira á arma branca, esvaziou-a de portugueses, matando a ferro 16, inclusive o chefe da posição”¹³⁸⁹. Foi preciso que os oficiais tomassem providências para que se limitassem esses avanços sem comando.

O cerco, enfim, não havia sido rompido, mas servira para desgastar até o limite das forças de Madeira. Naquele fim de maio e início de junho, a situação de Salvador já estava perdida, como reconheciam as próprias autoridades militares, por exemplo, no caso dos víveres: “Não há em toda a Cidade da Bahia farinha de trigo nem de mandioca de que se possa lançar mão: o gênero de que há ainda mais abundância he Carne Salgada”¹³⁹⁰.

A Esquadra de Cochrane era o último elemento para fechar a cidade. Em ofício de João Félix a Madeira, de 19 de maio de 1823, o chefe da Esquadra portuguesa se dizia persuadido de que a esquadra inimiga teria vantagem e poderia entrar no porto e queimar os navios. A situação estratégica parecia, assim, perdida. Sem o mar, não havia esperança e Madeira passou a tratar da retirada, transmitindo essa solicitação a Lima e Silva em 30 de junho de 1823. Já estavam em andamento os preparativos para o embarque. A ruptura veio, assim, pelo mar.

6) A MARINHA ROMPE O CERCO

A entrada em cena, em 1º de maio de 1823, da Esquadra brasileira comandada por Thomas Cochrane levou a que o bloqueio sobre Salvador se consolidasse e forçasse a rendição de Madeira. A Marinha rompeu, efetivamente, o cerco, e ofereceu às forças brasileiras vantagem estratégica determinante. É preciso, ainda assim, inserir sua atuação dentro de contexto que não implique na diminuição do papel dos outros elementos que participaram da guerra, seja no apoio político, seja no logístico e,

¹³⁸⁹ Relatório do Quartel de Pirajá. In: Pedro Calmon, 1923, p. 310.

¹³⁹⁰ Ofício de Joaquim Epifanio de Vasconcellos, para João Félix e Madeira, em 17 de maio de 1823. Anexo ao OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, relatando os combates havidos com o inimigo na Baía, enviando relação dos mortos e feridos e sobre a sua demissão de comandante. Em 26 de maio de 1823. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19263. Arquivo da Biblioteca Nacional.

principalmente, no combate aos partidários das Cortes de Lisboa por via terrestre. Em sua Narrativa de Serviços, Cochrane apresenta a estratégia militar brasileira de forma a realçar o papel de seus serviços. O “Primeiro Almirante do Brasil” argumenta que:

Viu S. M. Imperial que, sem armada, o desmembramento do Império – pelo que respeitava às províncias do Norte – era inevitável; e a energia do Seu Ministro Bonifácio em preparar uma esquadra, foi tão louvável quanto o havia sido a sagacidade do Imperador em determinar que ela se criasse¹³⁹¹.

De fato, como apresentado ao longo do presente trabalho, havia o temor de que as Províncias, principalmente as do Norte-Nordeste, não aderissem ao Império (o que é distinto de se falar em “desmembramento”) e quebrassem o território do Reino do Brasil, sobre o qual D. Pedro pretendia soberania, em detrimento das Cortes de Lisboa. A Esquadra era fundamental para o transporte de tropas e de suprimentos, e para agir sobre o principal ponto de apoio dos setores pró-Lisboa: o acesso ao mar, lembrando-se sempre que, no Norte, era em muitos casos mais fácil chegar a Lisboa do que ao Rio de Janeiro.

Não se deve colocar, porém, como faz Cochrane no caso da Bahia, Maranhão e Pará, a ação da Esquadra como absoluta na vitória. Ela foi complementar. Rompeu um cerco sobre Salvador que já era desfavorável às forças de Madeira. Foi a pressão última para alcançar a conquista do Maranhão, que, no entanto, já estava igualmente ameaçado por terra, com o cerco sobre Caxias e o avanço das forças pró-Rio de Janeiro sobre São Luís. No caso do Pará, quando Grenfell apareceu no porto de Belém, já não havia Governo português em Salvador ou em São Luís, tornando a resistência inútil.

Cochrane, deve-se lembrar, escreveu seu relato para cobrar dívida que o Império tinha com ele. Era natural que buscasse engrandecer seu papel. As versões históricas sobre a Independência que se seguiram terminaram, no entanto, por diminuir seu olhar sobre os esforços terrestres, em favor da versão simples do rápido efeito da Esquadra. Ela se adapta melhor à imagem da “Independência Pacífica” do Brasil. Mas não se presta à análise dos efetivos desenvolvimentos da construção do Brasil naquele processo que resultou na emancipação e que se apoia tanto no Exército quanto na Marinha.

Com a causa de Lisboa quase perdida em vários pontos do Norte-Nordeste em razão dos combates terrestres, Cochrane e a Esquadra tiveram o papel de acelerar o fim dos impasses. Foi, por essa razão, estrategicamente fundamental a criação da Esquadra e

¹³⁹¹ In: *Narrativa de Serviços ao Libertar-se o Brasil da Dominação Portuguesa*, 2003, p. 36.

sua ação. Na Bahia, seu papel foi essencial, portanto, para completar o esforço que já vinha sendo realizado, com muitas perdas, pelo Exército Pacificador. Relativizar seu papel não deve ser visto como uma diminuição dele. Significa, apenas, valorizar também o desempenho de outros atores.

A construção de uma esquadra forte era matéria conhecida no Rio de Janeiro, que se mobilizava para tanto, como visto no Capítulo V. Em dezembro de 1822, o *Correio Braziliense* defendia o esforço de se transformar a capacidade das forças navais da recém-criada Marinha de Guerra do Império (lembrando-se que a primeira vez que a bandeira do Império foi arvorada deu-se em 10 de novembro de 1822, na *Nau Pedro Primeiro*¹³⁹²):

(...) julgamos que as forças navaes do Brasil se não devem limitar aos pequenos esforços, que se precisam agóra, para contender com a mesquinha esquadra de Portugal: requer-se outrossim, que se preparem d'ante maõ vasos, muniçoens e gente, para constituir tal marinha de guerra, que sirva para proteger eficazmente o Brazil, nas futuras dificuldades, que se lhe suscitarem, e não poucas prevemos nós¹³⁹³.

O primeiro grande alvo, presente nos cálculos das autoridades do Rio de Janeiro, era a Bahia¹³⁹⁴. Havia, no entanto, o duplo desafio a ser enfrentado por D. Pedro e por Bonifácio: faltavam meios e faltava pessoal confiável. O episódio da Esquadra de De Lamare, que levava Labatut à Bahia e regressara ao Rio de Janeiro por ter sido incapaz, pela indisciplina militar, de realizar o bloqueio a Salvador, estava muito presente nos cálculos militares do Imperador¹³⁹⁵.

A mobilização em torno dos recursos incluiu subscrições, compras de navios e de material. Foi eficiente em construir o núcleo da Esquadra brasileira, que se iniciou

¹³⁹² Vide Capítulo V.

¹³⁹³ *Correio Braziliense*, edição de dezembro de 1822, p. 597.

¹³⁹⁴ “Ao assumir Cochrane, após algumas divergências de ordem hierárquica e financeira pronto contornadas, o comando da esquadra brasileira com o posto de primeiro-almirante (21 de março de 1823) era a Bahia, conforme sabemos o núcleo mais forte de resistência à Independência. Não obstante o denodo de Oliveira Botas (o famoso João das Botas) no fustigar as forças navais portuguesas, em especial cortando-lhes as tentativas de reabastecimento no Recôncavo, nada podia a pequena esquadilha (uma escuna, oito barcas-canhoneiras e nove baleeiras) para fora de Itaparica. Desde outubro de 1822 não eram mais as forças portuguesas ‘os navios mercantes armados em guerra’ da crítica de Barcacena. Poderosos reforços haviam chegado de Lisboa, reforços sempre antecipados por Caldeira Brant em suas cartas a José Bonifácio. In: Max Justo Guedes, 1973, p. 210.

¹³⁹⁵ “Temos a impressão de que para esta decisão de José Bonifácio (de contratar Cochrane com vantagens não menores do que tivera em outras partes das Américas) contribuiu o fiasco de 4 de agosto de 1822, quando estiveram frente a frente a Divisão Naval de Rodrigo de Lamare, encarregada de levar Labatut e sua tropa em socorro dos patriotas baianos, e a Força do Capitão-de-Fragata Bruno de Moraes, encarregado por Madeira de sair com os navios portugueses estacionados na Bahia para barrar o desembarque daquelas tropas”. In: Max Justo Guedes, 1973, p. 207.

com a adesão de membros da Marinha – e de tripulações – a D. Pedro, no início de 1822. Cresceram, posteriormente, os meios navais à disposição do Rio de Janeiro, por diferentes meios, da aquisição no Brasil ou no estrangeiro, à captura, como visto no Capítulo V.

Paralelamente, era preciso encontrar oficiais e marinheiros que pudessem levar o combate às forças pró-Cortes. Aproveitaram-se oportunidades que haviam aparecido no próprio Rio de Janeiro, como no caso da *Maria da Glória*, embarcação encomendada pelo Chile e que, por diferenças financeiras, foi desviada para o Rio de Janeiro. Comandou-a o Capitão francês Beaupaire. O bojo recrutamento deu-se fundamentalmente em Londres, onde foram engajados muitos oficiais e marinheiros (vide Capítulo V), que aportaram no Rio de Janeiro no início de 1823.

Os próprios partidários de Lisboa em Salvador sabiam dessas ações, como registrou a Lisboa o Almirante João Félix, em 4 de abril¹³⁹⁶, segundo o qual “o inimigo tem obrado activamente”. O Almirante dava conta de notícias da chegada de nova esquadra do Rio de Janeiro, “para cujo fim tem mandado fazer hum recrutamento de Maruja em todos os portos que ficão para o Sul”. Ainda estimava que a esquadra de Salvador seria superior, apesar de difíceis condições logísticas. Ainda assim, segundo João Félix, era imprescindível ampliar a força disponível, com reforços de Lisboa.

Como narrado na seção anterior (referência também será feita no Capítulo sobre Cisplatina), em fins de 1822 e início de 1823, havia um núcleo da Marinha Brasileira um pouco mais coeso do que no episódio de De Lamare, em agosto de 1822. Em fevereiro de 1823, o Comandante Jewett teve sucesso em desembarcar o Batalhão do Imperador, que lutaria na linha de cerco a Salvador, ainda que a esquadra¹³⁹⁷ tivesse sido obrigada, pela ação naval inimiga, a modificar o local da chegada. Jewett já havia realizado ação naval para o Império sobre a Cisplatina, em fins de 1822 (vide Capítulo VIII).

¹³⁹⁶ OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, sobre a evolução da guerra de independência, o reforço da esquadra da Baía e solicitando aumento da força marítima e mais meios de manutenção. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19246. Arquivo da Biblioteca Nacional.

¹³⁹⁷ A esquadra de Jewett que levou o Batalhão do Imperador foi composta pelas Fragatas *União* e *Real Carolina*, pelas Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, pelo Transporte *Ânimo Grande*, pelo Brigue-Escuna *Real* e pela Escuna *Leopoldina*. In: Nota introdutória ao diário do Frei Paixão e Dores. In: Frei Paixão e Dores, 1938, p. 185.

Mesmo com a chegada de novos meios e de oficiais estrangeiros, faltava, ainda, um líder para as novas forças navais brasileiros. O primeiro contato com Thomas Cochrane, conhecido marinheiro das guerras napoleônicas e das independências na América espanhola, foi realizado por meio do Cônsul brasileiro em Buenos Aires, em correspondência de 4 de novembro de 1822¹³⁹⁸. Foram feitas promessas importantes de dinheiro e honrarias, as quais suscitariam longa querela entre o Almirante e o Governo brasileiro, após sua chegada ao Brasil.

Em comunicado para Viena¹³⁹⁹, Mareschal afirmou ter escutado de José Bonifácio que Cochrane era o “homem que se precisava”. Pelo bom entendimento entre o Ministro e o Almirante, Bonifácio esperava tal sucesso do escocês a ponto de estimar que, em seis meses, Cochrane estaria em frente ao Tejo. Livrando-se do que via como um exagero da autoridade brasileira, Mareschal concordava que o cerco à Bahia não traria dificuldades, pois, a esquadra portuguesa poderia ter bons marinheiros (e em grande número), mas seus oficiais, em contrapartida, “são pouca coisa”.

¹³⁹⁸ A íntegra do documento foi transcrita pelo próprio Cochrane em sua *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 37.

¹³⁹⁹ Ofício de 4 de abril de 1823. In: *RIHGB*, 1976, p. 190



Thomas Cochrane – por James Ramsay

Conta Cochrane que, insatisfeito com sua situação no Chile, considerava partir para a Grécia, para lutar do lado dos independentistas daquele país. Terminou por aceitar a proposta brasileira, que lhe prometia, segundo as informações do Cônsul em Buenos Aires, no mínimo as mesmas vantagens que os Governos da América Espanhola lhe haviam oferecido¹⁴⁰⁰. Acompanhado de 11 oficiais ingleses e espanhóis¹⁴⁰¹ (incluindo Greenfell, Sheperd e Clewley), Cochrane chegou ao Rio de Janeiro em 13 de março de 1823. Por essa época, deve-se lembrar, operações terrestres importantes ocorriam ao longo de toda a linha de cerco sobre Salvador. Montevideú também estava sitiada e o Piauí (no que envolvia Ceará, Maranhão e Pará) conflagrado.

O trabalho inicial do novo Comandante dividiu-se na preparação da Esquadra e na resolução de disputas burocráticas com o Ministério brasileiro. Cochrane relata ter

¹⁴⁰⁰ Max Justo Guedes, 1973, p. 207.

¹⁴⁰¹ Diário do Frei Paixão e Dores. Nota introdutória, 1938, p. 182.

ficado satisfeito com a Nau *Pedro Primeiro* e com a Fragata *Piranga*¹⁴⁰². A *Maria da Glória* não o impressionou como navio, mas possuía, em sua avaliação, boa tripulação, ao contrário das outras embarcações, que eram de “mui questionável qualidade, - compondo-se da pior classe de portugueses, com quem a porção brasileira da gente mostrava evidente repugnância a misturar-se”¹⁴⁰³. A situação da marinhagem, sua confiabilidade e treinamento, seria problema permanente para a Esquadra.

Entre as inspeções da Esquadra que se aprontava, Cochrane envolveu-se na primeira disputa com o Governo. As promessas financeiras não foram imediatamente atendidas e a posição hierárquica oferecida tampouco correspondia ao acordado. Contra as promessas, ofereceu-se ao escocês apenas um Posto de Almirante português¹⁴⁰⁴, com baixo salário. Ameaçando deixar o serviço, em gestões junto a José Bonifácio, Cochrane logrou reverter a situação, receber o que pretendia. Para ele foi criado, em 26 de março de 1823, o cargo de “Primeiro Almirante”¹⁴⁰⁵, que só por Cochrane seria usado. Era uma solução para evitar conflitos hierárquicos com outros Almirantes brasileiros, mas que teve como resultado, reconhecido pelo próprio Cochrane, rugas com o Ministro da Marinha, Luís da Cunha Moreira¹⁴⁰⁶. Após a guerra e principalmente no julgamento das presas navais (principal fonte de renda dos marinheiros), Cochrane – transformado em Marquês do Maranhão – se indisporia ainda mais com as autoridades brasileiras, vindo a escrever sua *Narrativa de Serviços* como peça de justificativa da cobrança da dívida que estimava ter o Brasil para com ele.

Finalmente, em 21 de março de 1823, o Primeiro Almirante Thomas Cochrane arvorou sua bandeira no navio capitânia, a Nau *Pedro Primeiro*. Um decreto do Ministro da Marinha, de 19 de março de 1823, determinava que a Nau, as Fragatas *União* (posteriormente *Piranga*), *Niterói*, *Real Carolina* (depois *Paraguaçu*), as Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, o Brigue *Guarani* e as Escunas *Real* e *Leopoldina* ficassem sob as ordens do Comandante-em-Chefe da Esquadra, que poderia escolher as embarcações que viajariam com ele na próxima expedição.

Em 29 de março, foi publicada Proclamação de D. Pedro, determinando o bloqueio a Salvador, por terra e por mar. A esquadra tinha seu destino e suas ordens.

¹⁴⁰² *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 40.

¹⁴⁰³ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 41.

¹⁴⁰⁴ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 45

¹⁴⁰⁵ Ofício do Ministro da Marinha, Luís da Cunha Moreira, em 26 de março de 1823. Transcrito na *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 49.

¹⁴⁰⁶ *Idem*, p. 45.

Segundo Mareschal¹⁴⁰⁷, o projeto de Cochrane era chegar à Bahia e, aproveitando-se do efeito surpresa de sua chegada para avançar sobre a esquadra portuguesa. Na mesma comunicação, Mareschal estimava improvável que os navios ingleses e franceses respeitassem o bloqueio.

As instruções de Cochrane eram, na verdade, mais amplas: determinavam que a esquadra realizasse “rigoroso bloqueio” ao porto de Salvador, “destruindo, ou tomando todas as forças portuguesas, que encontrar, e fazendo todos os danos possíveis aos inimigos deste Império”¹⁴⁰⁸. O Primeiro Almirante terminou por não utilizar todos os meios disponíveis. Temeroso com a qualidade de algumas embarcações e de suas tripulações, decidiu levar alguns navios para servirem apenas como “burlotes” (para incendiar as embarcações inimigas), como foi o caso dos brigues *Real* e *Guarani*. Privilegiou, nas operações navais, a utilização da Nau *Pedro Primeiro* e da *Maria da Glória*.

A esquadra contou, por fim, com 9 embarcações: a Nau *Pedro Primeiro*, Fragatas *Piranga* (comandada por Jewett), *Real Carolina* (Manoel Gonçalves Lima) e *Niterói* (John Taylor), Corvetas *Maria da Glória* (Beaurepaire), Brigues *Guarani* (Antonio Joaquim Couto) e *Real* (Justino Xavier), e pela Escuna *Leopoldina* (Francisco de Sá Lobão)¹⁴⁰⁹. Eram aproximadamente 2 mil marinheiros e 280 peças de artilharia. Segundo Cochrane, a *Piranga* (*Paraguaçu*) e a *Niterói* se juntaram depois à esquadra. O Frei Paixão e Dôres¹⁴¹⁰ também informa que o Brigue *Guarani* atrasou em sua partida porque dois oficiais ingleses ficaram em Santa Cruz, aguardando que o Ministério da Marinha que lhes “passasse” suas patentes, para justificar o serviço ao Império.

Após solenidade de partida, que contou com a presença dos Imperadores a bordo da *Pedro Primeiro*, a esquadra de Cochrane finalmente partiu para a Bahia em 3 de abril de 1823. A partir desse momento, inicia-se o relato do Capelão da Esquadra, Frei Paixão e Dôres, que manteve diário sobre a operação¹⁴¹¹. O Capelão relata um trajeto calmo, mas com algumas dificuldades de ventos. Também menciona o esforço de

¹⁴⁰⁷ Ofício de 4 de abril de 1823. In: *RIHGB*, 1976, p. 184

¹⁴⁰⁸ Instruções do Ministro da Marinha, Luís da Cunha Moreira, de 30 de março de 1823. Transcrito na *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 50.

¹⁴⁰⁹ A listagem é baseada na *Narrativa de Serviços* de Cochrane (2003, p. 53) e no Diário do Frei Paixão e Dôres (1938, p. 189).

¹⁴¹⁰ 1938, p. 191.

¹⁴¹¹ O Frei Manoel Moreira da Paixão e Dôres, conforme registra no início de seu diário, passou 17 anos em serviço na Armada portuguesa, tendo participado das operações em Pernambuco, em 1817. Havia se retirado do serviço por questões de saúde, mas foi chamado de volta para integrar a nova esquadra brasileira. 1938, p. 189.

aproximação entre oficiais ingleses e brasileiros¹⁴¹². Houve poucas novidades, salvo alguns feridos por acidentes¹⁴¹³. Cochrane buscava trabalhar na coesão da esquadra, com ordens para que os navios navegassem mais aproximados. Também eram realizados diversos treinamentos de tiro, para adestramento. Dois marinheiros ingleses foram punidos por roubarem dinheiro de um português¹⁴¹⁴. Um navio norte-americano que se dirigia a Salvador foi interceptado e obrigado a fazer meia volta¹⁴¹⁵.

A Bahia foi avistada em 1º de maio de 1823, dois dias antes da última grande operação terrestre comandada por Labatut e antes da crise que levou à sua prisão. Segundo Max Justo Guedes¹⁴¹⁶, Cochrane desde o início passou a cruzar frente a Salvador com a esquadra brasileira, “como que desafiando João Félix”. Um confronto entre as duas esquadras se tornou questão de tempo. Frei Paixão e Dores registra em seu diário, por esses dias, intensa preparação de munições e outros “preparativos bellicos”, os quais, segundo sua informação, teriam se concluído em 3 de maio¹⁴¹⁷.

Não foram, ao final, necessários mais de três dias após a chegada de Cochrane à Bahia e, em 4 de maio de 1823, encontraram-se as esquadras brasileira e portuguesa nas proximidades da costa baiana.

¹⁴¹² Idem, g. 192.

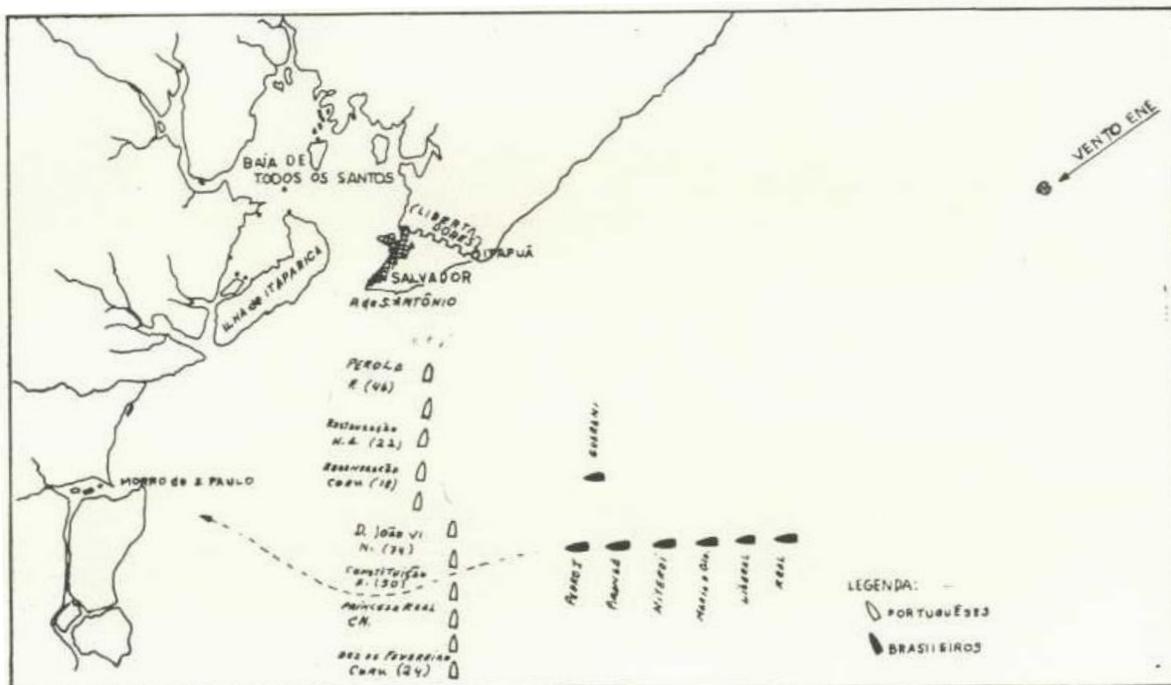
¹⁴¹³ Idem, p. 195.

¹⁴¹⁴ Idem, p. 198.

¹⁴¹⁵ 25 de abril de 1823, 1938, p. 200.

¹⁴¹⁶ 1973, p. 212.

¹⁴¹⁷ 1938, pp. 202-203.



Combate Naval de 4 de maio

In: GUEDES, Max Justo. “A Marinha nas Lutas da Independência”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 298, janeiro-março de 1973. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013).

Às 6 horas da manhã, Cochrane recebeu a informação de que três navios “grandes” haviam sido avistados. Eram, na verdade, 13 embarcações da esquadra portuguesa, que mantinham posição no sentido norte¹⁴¹⁸, em direção a Salvador, avistadas por volta das 8h00. Pouco depois, informou Cochrane o Almirante português “formou linha de batalha para nos receber”¹⁴¹⁹.

Segundo o relato do Almirante João Félix, de 26 de maio de 1823¹⁴²⁰, a esquadra saiu completa em 30 de abril. Nada aconteceu até o dia 4, quando foram avistadas as 7 embarcações de Cochrane:

“A nossa Esquadra estando formada em duas Columnas, assim como hera a ordem em que Navegava, mandei fazer sinal de encurtar as distancias, e a Columna de Sotavento para seguir para vante cingindo o Vento para depois virando no outro bordo (quando para isso se lhe fizesse sinal) ganhar barlavento do inimigo metendo-o entre dois fogos, em quanto a Columna de barlavento hia arribando incencivelmente para dar áquela a posição vantajosa para esse fim”.

¹⁴¹⁸ *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência*, 1874, p. 29.

¹⁴¹⁹ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 54.

¹⁴²⁰ OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, relatando os combates havidos com o inimigo na Baía, enviando relação dos mortos e feridos e sobre a sua demissão de comandante. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19263. Arquivo da Biblioteca Nacional.

Foram dadas as ordens e começaram as manobras, dos dois lados, em preparação para o combate. Os navios brasileiros vieram em diagonal (vide mapa acima) e tentaram cortar a linha portuguesa, aproveitando-se de uma brecha para atacar os quatro navios da retaguarda. Cochrane repetiu, nessa ação, “a mesma manobra tantas vezes executada por Nelson com o mais feliz êxito, porem manobra que depende de circunstancias de disciplina e valor”¹⁴²¹. Segundo o Frei Paixão e Dorez¹⁴²², a manobra deixou Cochrane satisfeito, a ponto de lhe dizer, pouco antes do encontro dos navios, “*Sr. Cura, metade de la Escuadra inimiga és nuestra, por que me voi cortar sua linea*”. A situação da linha portuguesa prometia, de fato, uma vantagem importante a Cochrane.

Pouco depois das 11h00 começaram os ataques. Depois do meio dia, Cochrane atacou a *Princesa Real* (3º navio da coluna), dando uma descarga de artilharia. O Frei Paixão e Dorez¹⁴²³ relatou ter visto um marinheiro português ser morto por um tiro de bacamarte, uma vez que as duas embarcações trocaram forte fuzilaria.

O Comandante da *Princesa Real*, Francisco de Borja Pereira e Sá, registrou¹⁴²⁴ a seus superiores em Lisboa que, vendo que a *Pedro Primeiro* intentava “passar impunemente pela minha popa”, deu um grito de “Viva a Constituição” e mandou romper fogo, o que principiou “um terrível fogo de artilharia com bala e metralha e de mosquetaria”. Evitando um desembarque, a *Princesa Real* continuou o fogo de artilharia, que, após um tempo, passou a não ser respondida pelo *Pedro Primeiro*. Pereira e Sá informou ter tentado perseguir a nau inimiga, mas sofreu ataque da Fragata *Ipiranga* (ou *Piranga*, ex-*União*), que lhe provocou sérios danos. Foram aproximadamente 10 minutos de combate, segundo Pereira e Sá, que resultaram em 5 mortos e 12 feridos dentre a tripulação da *Princesa Real*¹⁴²⁵.

A retirada mencionada pelo Comandante da *Princesa Real* se deu em razão de Cochrane ter constatado, já no início do combate, estar acompanhado apenas pela Fragata *Ipiranga*. O fogo lançado pela Nau, segundo Cochrane era de má qualidade. Para piorar a situação, parte da tripulação se revoltou: dois dos marinheiros

¹⁴²¹ *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência*, 1874, p. 29.

¹⁴²² 1938, p. 204.

¹⁴²³ 1938, p. 206.

¹⁴²⁴ “Parte oficial do capitão tenente comandante da charrua ‘Princesa Real’. Combate de 4 de Maio de 1823”. Transcrito em *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência*, 1874, p. 72.

¹⁴²⁵ Número confirmado pela “Relação dos Mortos e feridos que houverão a bordo da Charrua Princesa Real no Combate que teve no dia 4 de maio”, em 22 de maio de 1823. Documento anexo ao relato supramencionado do Almirante João Félix.

responsáveis por transportar a pólvora interromperam o fornecimento e ainda impediram que os demais cumprissem a instrução¹⁴²⁶.

O Almirante brasileiro ficou, na verdade, sem possibilidade de ação tanto em sua embarcação, quanto com relação às demais, perdendo-se o efeito de sua manobra tática. À parte a *Ipiranga*, as outras embarcações haviam perdido capacidade de combate pela recusa da marinhagem em manobrar contra a esquadra portuguesa. Segundo relatou o Almirante João Félix, os outros navios da esquadra brasileira ficaram a distancia e “por isso infelizmente tão bem escaparão”. Apesar dos esforços dos oficiais, a tripulação chegou a ameaçar entregar os navios, se houvesse insistência. Sem o reforço, Cochrane suspendeu a ação e se retirou¹⁴²⁷, por volta das 16h00, beneficiando-se de um temporal que impediu qualquer possibilidade de contra-ataque da esquadra portuguesa:

“(…) continuar a ação em circunstâncias tais não era cousa em que se pensasse; e como o inimigo tinha mais do dobro de força numérica, não me considerei justificado em prosseguir tentando, com perigo maior, o que futura oportunidade se poderia obter por menos”.

Ao fim do encontro, a esquadra brasileira tinha dezessete mortos e vários feridos, aos que se somaram os 5 mortos e 12 feridos da *Princesa Real*. As avarias não foram grandes do lado brasileiro, mas atingiram fortemente a *Princesa Real*, do lado português. A batalha não fora decidida, mas suspensa, do lado brasileiro, pela recusa dos marinheiros em lutar, e, do lado português, pela desvantagem tática e pelas avarias sofridas. A esquadra portuguesa chegou a avistar os navios de Cochrane no dia seguinte, sem confronto. Contrariado, Cochrane enviou informações a vários interlocutores, inclusive a José Bonifácio, a fim de explicar o ocorrido

O principal resultado da batalha naval de 4 de maio de 1823 foi, na verdade, uma mudança de estratégia por parte de Cochrane, visando, particularmente, evitar as dificuldades decorrentes da marinhagem que se recusou a lutar. O Almirante procurou, em primeiro lugar, estabelecer uma base de operações, ao que foi escolhido o Morro de São Paulo, ponto estratégico da Ilha de Tinharé, ao sul da Baía de Todos os Santos. Segundo o Frei Paixão e Dôres¹⁴²⁸, a decisão contou com consulta de Cochrane com pescadores da região, sobre as qualidades do porto e a disponibilidade de práticos.

¹⁴²⁶ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 54.

¹⁴²⁷ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 55.

¹⁴²⁸ 1938, p. 207.

Em 8 de maio de 1823, a esquadra fundeou no Morro de São Paulo. Foram realizadas visitas a vila e à unidade militar da região, que constava de aproximadamente 60 homens, sem contar, no entanto, com suprimentos militares. Iniciaram-se as providências de organização da base, ao mesmo tempo em que continuaram operações de caça a navios militares e civis. Em 13 de maio, segundo o Frei Paixão e Dôres¹⁴²⁹, o *Pedro Primeiro* avistou a esquadra inimiga fundeada em Salvador. É preciso lembrar que, enquanto Cochrane e a força brasileira realizavam essa manobra, a esquadra de João das Botas continuava a fustigar as embarcações portuguesas na Baía de Todos os Santos.

Com o estabelecimento de sua base de operações no Morro de São Paulo, Cochrane adquiriu ponto de lançamento importante, que contava não apenas com a facilidade de sair à caça de presas (que foram muitas) e de pressionar Madeira e João Félix, como também oferecia um ponto defensivo eficiente. Mais importante, o Comandante da Esquadra brasileira empreendeu importante reorganização de suas forças, a fim de evitar os mesmos problemas de 4 de maio de 1823. Na reorganização, a *Pedro Primeiro* recebeu boa artilharia, e passou a contar com 82 peças e 900 homens. Os reforços a Taylor e Jewett também foram eficazes, juntando-se a chegada da *Real Carolina* (depois apenas *Carolina*)¹⁴³⁰.

Mesmo sem confiar na maior parte da tripulação portuguesa (“tenho prova suficiente desde que saído do Rio de Janeiro, de que, não há que pôr mais confiança nos portugueses, quando empregados em combater contra os seus compatriotas”)¹⁴³¹, os navios disponíveis serviam de linha ofensiva e deixavam livre a atuação de Cochrane, que optou por utilizar dois ou três navios (especialmente o *Pedro Primeiro* e a *Maria da Glória*) confiáveis, ao invés de toda a frota¹⁴³². Os brulotes estacionados ao longo da área defensiva acarretavam séria ameaça a um eventual ataque português.

O resultado da combinação defesa (Morro de São Paulo) e ação da *Pedro Primeiro-Maria da Glória* foi o efetivo fechamento do bloqueio de Salvador e a

¹⁴²⁹ 1938, p. 208.

¹⁴³⁰ Max Justo Guedes, 1973, p. 213.

¹⁴³¹ Narrativa de Serviços, 2003, p. 60.

¹⁴³² “(...) levei a esquadra ao Morro de S. Paulo, onde, transferindo dos navios ronceiros para a capitânia, os capitães, e os oficiais, com os melhores subalternos e marinheiros, se tornou assim o *Pedro Primeiro* mais eficiente do que antes era a esquadra toda; e com esta nau e a *Maria da Glória*, resolvi operar ulteriormente contra o inimigo – deixando a *Piranga* e o *Niterói*, com todos os outros navios, a cargo do Capitão Pio – por haverem os dois capitães mais antigos sido transferidos à capitânia, no comando de seus próprios oficiais e gente. In: *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 59.

supressão da vital linha de abastecimento da cidade por mar¹⁴³³. Cochrane evitou uma confrontação aberta e direta com a esquadra portuguesa, adotando postura ofensiva e ativa, de procurar momentos vantajosos para o confronto. Como relatou o Frei Paixão e Dores¹⁴³⁴, Cochrane lhe disse que

“mi Padre Capellan, usted se hai admirado que ió me volvo a salir del Puerto solamente com la Náo, Maria da Gloria y Brigue a encontrar-me com el Inimigo, dejando aqui todavia el resto de la Esquadra (...). Ahora pues me voi marchar a descobrir el Inimigo, sea em la mar, ó fondeado em su Puerto; encontrando-lo atender é um poco, si per la noche, acercando-me á sus Navios, me será posible facerle um vivo fuego, empesando a baterlos de um em um, metiendo-me per entre ellos hasta el ultimo; y poniendo-los a todos em esta confusion, los dejaré batendo-se unos a los otros, mirando todo su ruina, yá mui seguro dieste Inimigo”.

As embarcações que tentaram furar ou evitar o bloqueio foram apresadas e posteriormente se transformaram objeto de disputa entre Cochrane e o Governo brasileiro, quando a volta da influência “portuguesa” sobre D. Pedro alterou as regras do apresamento, que era uma das fontes de rendimento dos marinheiros. Conforme reportou o Primeiro Almirante, nos dias após o confronto de 4 de maio:

“Estabeleceu-se, contudo, um bloqueio rigoroso, apesar de nossas deficiências ou dos esforços praticados para levantá-lo ou evadi-lo – ainda que o inimigo era atrevido em se fiar no seu número, e quiçá não menos também por considerar como derrota o termos nós falhado recentemente.”¹⁴³⁵

A esquadra portuguesa ainda se mantinha forte, mas se mostrou pouco agressiva, ou não agressiva suficiente, no enfrentamento do bloqueio. Os navios pouco saíram do porto de Salvador, mesmo nos momentos em que as embarcações brasileiras passaram em sua frente, para reconhecimento (como ocorreu em 22 de maio). Em 26 de maio de 1823, toda a esquadra de João Félix aproximou-se do Morro de São Paulo para um ataque, que não se realizou. À retirada da frota portuguesa não se seguiu contra-ataque brasileiro, segundo Cochrane, por que “nós não estávamos em condição de tomar a iniciativa”¹⁴³⁶.

¹⁴³³ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 59.

¹⁴³⁴ 1938, p. 211.

¹⁴³⁵ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 58.

¹⁴³⁶ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 61. O Cônsul dos EUA no Rio de Janeiro avaliou, em ofício de 4 de junho de 1823, que “Lord Cochrane’s plan will probably be to avoid a battle, until his crew are better disciplined, and in the mean time to occupy himself in intercepting vessels bound into port with

Segundo o Almirante João Félix, de 26 de maio de 1823, a decisão de não sair do porto teria sido tomada em conferência com Madeira, que lhe apontou para as “tristes circunstancias da Cidade, provenientes da falta de mantimentos”. Madeira lhe disse que não teria pão para a tropa para além de 40 dias. Nesse cenário, o Governador das Armas teria ordenado que a esquadra portuguesa não mais saísse do porto, e que se abastecesse os navios com mantimentos. Era indício de que a esquadra estava sendo preparada para a retirada, o que levou João Félix a deixar o comando. O Almirante reassumiu no dia seguinte, por pressão da guarnição e, em 25 de maio, conseguiu sair do Porto com a Esquadra. As operações, no entanto, estavam muitíssimo limitadas.

A situação dos partidários de Madeira se tornou ainda mais precária no início de junho. Enquanto, no dia 3 daquele mês, o Coronel Lima e Silva realizava sua última grande ofensiva sobre as linhas de defesa terrestres, Madeira e João Félix receberam a notícia de que os brulotes que Cochrane preparava para jogar sobre a esquadra portuguesa estavam quase prontos. Essa informação, segundo um informante brasileiro que estava em Salvador, teria provocado grande “consternação” nos portugueses¹⁴³⁷. A estratégia de Cochrane era repetir o que ocorrera nos portos de Espanha (nas guerras napoleônicas) ou de Callao (no Peru, último bastião espanhol).

Enquanto Cochrane acelerava seu plano de destruição da esquadra portuguesa e mantinha as operações de cerco, Madeira e João Félix tomaram providências defensivas contra os brulotes e tentaram organizar uma ofensiva sobre o Morro de São Paulo, a fim de destruí-los. Também esse plano de ataque foi abandonado, em meio às considerações sobre uma retirada portuguesa.

Cochrane, segundo seu próprio relato, decidiu aproveitar o momento de fraqueza e partir para a ofensiva, ainda que essa fosse mais psicológica do que militar. Em 12 de junho, realizou uma patrulha noturna dentro do porto de Salvador, com o *Pedro Primeiro*. Disfarçado de embarcação inglesa (como se apresentou no encontro com um navio português), passou por toda a frota militar portuguesa que, “apinhados como estavam no meio de um cardume de embarcações mercantes”, não colocaria dificuldade em ser destruída¹⁴³⁸.

provisions, which have become so scarce and dear, that it is difficult to conceive, how Madeira can hold out much longer. In: Manning, 1925, p. 759.

¹⁴³⁷ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 65

¹⁴³⁸ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 67.

Segundo Max Justo Guedes¹⁴³⁹, a operação buscava repetir façanha de Cochrane em Callao, no Peru, quando tinha apresado a conhecida embarcação *Esmeralda*. A *Pedro Primeiro* foi acompanhada da *Carolina* e da *Maria da Glória*. A Nau encontrou, já no porto, a *D. João VI* e a *Gamboa*, que perguntaram de onde vinham. Cochrane tentou convencê-los de que eram navios ingleses, o que suscitou dúvidas do lado português e um início de reação. Após quase ficar imóvel pela ausência de vento, uma forte chuva ajudou o *Pedro Primeiro* a partir.

Ao regressar a sua base, Cochrane procurou acelerar ainda mais a finalização dos brulotes. Recebeu, enfim, notícias de que sua visita noturna teria provocado grande terror no inimigo¹⁴⁴⁰ e incentivado a decisão da retirada. Em 29 de junho, chegou-lhe a notícia de que os portugueses tencionariam deixar a Bahia, para dirigir-se a Santa Catarina ou Maranhão.

Até que se efetivasse essa decisão, continuou o Primeiro Almirante a operar, agora para impedir que as forças portuguesas apenas se transferissem para outra localidade do Reino. Ordenou à esquadra que continuasse as capturas e os ataques, ainda que não sobre o porto de Salvador¹⁴⁴¹. E que todos se mantivessem vigilantes, para impedir a saída dessa forma. Cochrane também enviou um comunicado a Madeira, com a ameaça de que não tentasse nenhuma rota que não a partida a Portugal.

O cerco e a ação sobre navios portugueses foram, ao fim, mais efetivos do que um ataque direto e de grandes proporções, ainda que este estivesse nos planos de Cochrane, em uma ofensiva sobre o porto de Salvador. Em 2 de julho de 1823, toda a força portuguesa vez vela. Eram, segundo Cochrane, 13 navios de guerra¹⁴⁴² e aproximadamente 70 navios mercantes. O *Frei Paixão e Dores*¹⁴⁴³, por sua vez, menciona em 87 navios, dos quais 17 de guerra.

Para a Província da Bahia era o fim da guerra, mas no campo naval, ainda não haviam terminado as operações. À saída do porto, a *Maria da Glória* passou a dar caça à esquadra portuguesa. A ordem era de atacar todos os navios com tropa, para que voltassem à Bahia como prisioneiros. Juntaram-se outros navios brasileiros, inclusive novas incorporações, como o *Brigue Bahia* (ex-*Comodoro Allen*, que havia transportado

¹⁴³⁹ 1973, p. 213.

¹⁴⁴⁰ “(...) comunicaram-me os meus informadores, que a façanha teve o efeito de determinar o almirante português a remover-se o mais depressa possível de uma localidade onde não podia já considerar-se em segurança”. In: *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 67.

¹⁴⁴¹ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 69.

¹⁴⁴² *Dom João VI, Constituição, Pérola, Princesa Real, Calipso, Regeneração, Ativa, Dez de Fevereiro, Audaz, Gualter, Príncipe do Brasil, Restauração e Conceição*.

¹⁴⁴³ 1938, p. 230.

Cochrane para o Brasil)¹⁴⁴⁴. O que seria uma mera retirada, transformou-se, desse modo, em um derradeiro confronto aberto. As forças portuguesas tentaram um contra-ataque contra o *Pedro Primeiro*, em 4 de julho. Segundo Cochrane, a capitânia brasileira quase foi cercada, “mas o manejo e superiores qualidades veleiras do *Pedro Primeiro* fizeram com que lhes iludisse as manobras e saísse a salvo”. Novo confronto ocorreu em 16 de julho.

Os confrontos se seguiram ao longo da primeira quinzena de julho, até se garantir que Madeira não se dirigiria ao Maranhão ou outra Província brasileira. A *Niterói* ainda seguiria a frota portuguesa por toda a travessia do Atlântico, até a embocadura do Tejo¹⁴⁴⁵. O principal resultado dos confrontos foi a captura de uma grande quantidade de navios de transporte, inclusive um de bandeira russa, que transportava militares pró-Lisboa¹⁴⁴⁶. Alguns navios foram destruídos, outros incorporados à Marinha brasileira, que com isso ganhava em tamanho e em força. Cerca de 2 mil militares portugueses foram aprisionados e ficaram na Bahia, suscitando grandes debates sobre seu futuro na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, como visto no Capítulo V. Nenhum marinheiro brasileiro pereceu nesse processo de capturas após o 2 de julho. Cochrane, por fim, desviou-se da Bahia para o Maranhão, onde chegou em 26 de julho de 1823.

A ação da esquadra, portanto, não foi tão destruidora e mortífera quanto a guerra terrestre, mas teve o condão de romper o impasse. Seria difícil imaginar o resultado de 2 de julho, ao menos nesta data, sem o eficiente bloqueio marítimo realizado pela Marinha brasileira, apesar de todos os problemas enfrentados.

7) A INCORPORAÇÃO DA BAHIA AO IMPÉRIO

Impossibilitado de se sustentar por terra e por mar na cidade da Bahia, Madeira começou a preparar a retirada, a qual, segundo sua pretensão, não seria uma rendição. O Governador das Armas esperava passar para outro ponto do Brasil, onde continuaria a cumprir suas instruções, principalmente de manter uma área segura para que um exército de Lisboa pudesse utilizar como ponta de lança sobre o Rio de Janeiro. Estava,

¹⁴⁴⁴ Max Justo Guedes, 1973, p. 214

¹⁴⁴⁵ Max Justo Guedes, 1973, p. 214.

¹⁴⁴⁶ *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 75

no entanto, pressionado por todos os lados. O Comandante do Exército Pacificador, Lima e Silva, respondeu a ofício de Madeira sobre a saída, informando que atacaria a cidade se se observassem movimentos de embarque. Este apenas seria feito tranquilamente se fosse proposta a capitulação¹⁴⁴⁷. Cochrane, pelo mar, fazia o mesmo.

Madeira evitou, no entanto, cumprir as determinações dos comandantes do cerco. Entre 1º e 2 de julho, a tropa embarcou rapidamente nos 83-87 navios presentes no porto, após um tiro da Fortaleza do Mar. Segundo o relato de Pedro Calmon, o embarque foi tão apressado (não uma retirada, mas uma “fuga”) que caixas e animais foram esquecidos no Arsenal¹⁴⁴⁸. A esquadra, com toda a tropa portuguesa e outros apoiadores de Lisboa partiu no próprio dia 2 e sofreria, como visto, com as ofensivas de Cochrane. Outra parte dos partidários de Lisboa terminou ficando na cidade, assumindo posição discreta, muitas vezes escondendo seu apoio às Cortes. Muitos desses rapidamente se declarariam favoráveis ao Rio de Janeiro, a fim de evitar as perseguições que se seguiram. Essa tentativa de apagar a posição política anterior terminou por contribuir para a imagem de que as forças pró-Lisboa eram reduzidas, facilitando as interpretações da “Independência pacífica”.

A partida de Madeira terminava com conflito que naquele início de julho estava oficialmente suspenso do lado português: D. João VI, após a Vilafrancada, determinara a Madeira a interrupção das hostilidades, conforme carta de 7 de julho de 1823, em busca de “um esquecimento do passado”¹⁴⁴⁹. O documento fora escrito, entretanto, tarde demais e não chegaria a seu destinatário.

Pouco antes de as forças de Madeira atingirem seus limites e partir, em Cachoeira, o Governo provisório foi transformado, em 25 de junho, em Governo da Província da Bahia. A nomeação, pelo Imperador, fora feita já em dezembro de 1822¹⁴⁵⁰, mas apenas em junho do ano seguinte houve condições para a posse. Com o novo Governo designado e as tropas de Madeira em retirada, moveu-se o Exército

¹⁴⁴⁷ In: Pedro Calmon, 1923, p. 313.

¹⁴⁴⁸ 1923, p. 314

¹⁴⁴⁹ Foi realizado registro na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1823, de Carta Régia do Rei que diz “E porque um dos mais funestos são (resultados dos “males da Facção” que havia em Portugal) as hostilidades e mutua agressão em que se acha a Província da Bahia, servindo de Theatro a uma guerra cruel e devastadora, que tão repugnante sempre foi ás Minhas Raes Intenções. D. João enviou ordens ao General Madeira para “uma suspensão d’armas, e termo a toda a hostilidade e guerra que se possa fazer em qualquer ponto onde chegue vosso mando, de modo que d’aquella data em diante cesse toda a efusão de sangue e todos os mais efeitos da guerra (...). Havia também instruções para evitar mais confusões entre os “dois partidos que dividiam a Província”, evitar confrontos e fazer “um esquecimento do passado”.

¹⁴⁵⁰ Dias Tavares, 2008, p. 248

Pacificador sobre Salvador. Um primeiro agrupamento de exploração, comandado pelo Coronel Antero José Ferreira de Brito, fez vistoria pontos de defesa e trincheiras abandonadas¹⁴⁵¹. Pela esquerda, a tropa avançou pelo Rio Vermelho, capitaneada por Felisberto Caldeira.

Com o caminho livre, armou-se a entrada triunfal das forças brasileiras. Primeiro entrou, em desfile, o Comandante do Exército Pacificador, seu Estado-Maior e o Comandante da Divisão da Direita, Barros Falcão¹⁴⁵². Seguiu-se o Batalhão do Imperador, o Batalhão Pernambucano, e outros. A marcha foi encerrada pelo Batalhão dos Libertos do Imperador. Alguns relatos dão conta de boa parte da tropa em situação ruim, descalços ou com fardas rasgadas pelos combates. A maior parte desses elementos foi, aos poucos, ocupando os pontos de defesa, os arsenais e outros locais militares. Eram, segundo Dias Tavares¹⁴⁵³, 8.783 soldados do Exército.

A ocupação de Salvador concluiu a guerra na Bahia e garantiu a incorporação de um dos territórios mais estratégicos do antigo Reino para o novo Império do Brasil. A campanha durara mais de um ano (quase exato, se contado a partir do 25 de junho de 1822, ou um ano e cinco meses, se contado a partir da revolta de 19-20 de fevereiro de 1822). Segundo Sérgio Roberto Dentino Morgado¹⁴⁵⁴,

“sobre mortos, feridos e desaparecidos, os números são desconhecidos, mas se contarmos os civis que foram envolvidos e considerarmos os sofrimentos e as perdas de toda a sorte, incluindo as destruições e o desmonte de fazendas, engenhos e lavouras, o capital humano, social e financeiro empenhado e perdido foi muito elevado”.

De fato, é difícil – como ocorreu em todos os teatros de operações da Guerra de Independência – precisar as perdas humanas. Segundo um ofício do Cônsul dos EUA no Rio de Janeiro, de 8 de dezembro de 1822¹⁴⁵⁵, sobre os combates na Bahia, não havia como estimar as baixas até então. Os hospitais, relatou, “têm um número muito considerável de feridos”. Mas, pela própria quantidade de baixas, estimava, “qualquer afirmação será provavelmente errônea”.

¹⁴⁵¹ Dias Tavares, 2008, p. 96. Vide também SOUZA, Antonio Moniz. “Entrada do Exército Pacificador na Bahia”. In: “2 de julho: A Bahia na Independência Nacional”. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014). P. 96

¹⁴⁵² Antonio Moniz de Souza, 2010, p. 97.

¹⁴⁵³ 2008, p. 247.

¹⁴⁵⁴ 2010, p. 79.

¹⁴⁵⁵ In: Manning, 1925.

Com base nos números mencionados ao longo do presente texto, a soma poderia ultrapassar 2 mil mortos e feridos, além de 1 mil baixas por doenças. Pela intensidade dos combates, pelo número de soldados mobilizados e pela animosidade despertada no confronto, os números do teatro de operações da Bahia de fato estariam dentro da estimativa de algo em torno de 2-2,5 mil mortos.

A fome e as doenças de fato representaram fator importante no número de baixas, mas não se pode tomar o resultado da guerra pela comparação entre mortos em combates e aquelas resultantes, por exemplo, da fome causada em Salvador pelo cerco, que em si era uma operação militar dedicada exatamente a forçar a rendição pela restrição de acesso à comida. A questão dos números das baixas foi tratada, como se recorda, no Capítulo I. A destruição material foi igualmente importante e atingiu fortemente a economia e a organização social baiana.

Apesar da vitória militar, os meses subsequentes não foram de estabilidade na Bahia. Os problemas começaram com a própria tropa, que passou a sofrer com a indisciplina. Muitos soldados eram escravos ou ex-escravos e agora se viam na situação de terem sido armados e lutado, mas não aceitos ou mesmo libertados. A solução foi a mudança progressiva na composição da tropa e a utilização de mercenários estrangeiros¹⁴⁵⁶. Antes disso, as tropas recusaram a substituição do Coronel Lima e Silva pelo Brigadeiro José Manuel de Moraes, nomeado pelo Imperador. Em 20 de agosto de 1823, houve confrontos entre soldados baianos e elementos do Batalhão do Imperador. O caso levou à demissão de Lima e Silva, que foi substituído pelo Coronel Felisberto Caldeira, que também sofreu com os problemas da tropa e terminou assassinado por soldados em 24 de outubro de 1824¹⁴⁵⁷. Um ano depois, em 25 de outubro de 1825, ocorreria o levante do Batalhão dos Periquitos¹⁴⁵⁸, movimento de insatisfação que se relacionava ainda com a desmobilização da guerra.

Em meio aos esforços de restabelecimento da ordem e consolidação do poder imperial na Bahia, as tropas de vários pontos do Império começaram deixar, gradualmente, a Província. O Batalhão do Imperador partiu para o Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1823 e as tropas pernambucanas seguiram viagem dias depois, em 27 do mesmo mês¹⁴⁵⁹. Aos poucos, a manutenção da ordem voltava a ser de responsabilidade local. Nas ruas de Salvador, os meses de cerco suscitaram

¹⁴⁵⁶ Hendrik Kraay, 2006, p. 327.

¹⁴⁵⁷ José Honório Rodrigues, 2002, p. 266.

¹⁴⁵⁸ Dias Tavares, 2008, p. 258. Vide também Hendrik Kraay, 2006, p. 328.

¹⁴⁵⁹ José Honório Rodrigues, 2002, p. 267.

ressentimentos, disputas. A participação popular ao longo da guerra também trazia a ameaça de alterações na ordem social, que suscitaram reações das classes dirigentes.

Aos poucos, portanto, às novas querelas se juntavam as antigas, as rivalidades regionais e locais, que continuaram a insuflar as contendas. Os proprietários baianos se dividiram entre partidários da adesão total ao Imperador e aqueles que defendiam a completa autonomia da Província, “que só deveria se unir ao império em defesa da segurança do Brasil”¹⁴⁶⁰. Eram os velhos problemas relacionados aos diferentes projetos políticos sobre o Brasil, que haviam sido colocados de lado pela disputa com as Cortes e pelas sinalizações do Rio de Janeiro sobre a autonomia provincial. Em breve, no entanto, chegariam também as notícias do fechamento da Constituinte do Rio de Janeiro. A Câmara de Salvador reuniu-se, em 17 de dezembro de 1823, e expressou a “profunda mágoa dos baianos pela dissolução da Assembleia Constituinte”.

A Constituição Brasileira foi, ainda assim, jurada em 3 de maio de 1824, mas em pouco o Nordeste estaria envolto em uma nova conflagração, a Confederação do Equador. D. Pedro realizaria, em 1826, uma visita à Bahia, para consolidar seu poder. Segundo Hendrik Kraay¹⁴⁶¹:

Entre julho de 1823 e início de 1825, a classe senhorial da Bahia, aliada à monarquia do Rio de Janeiro, conseguiu impor na província sua visão de uma revolução conservadora pela independência. A ordem e a estabilidade completas, todavia, lhes escaparam, e as mobilizações populares do início da década de 1820 permaneceram vivas na memória popular.

O processo de consolidação política da autoridade centralizada no Rio de Janeiro levaria tempo maior para se acimentar, como em grande parte do território brasileiro, e só se consolidaria efetivamente em fins da década de 1830. Na origem de todas essas movimentações e revoltas, estava o processo político que levou à Independência e a guerra que se desenrolaram entre 1821-1823.

¹⁴⁶⁰ Dias Tavares, 2008, p. 256.

¹⁴⁶¹ 2006, p. 330.

VII – O TEATRO DE OPERAÇÕES NORTE



Fonte:

Biblioteca

Nacional

Digital

(http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_26.jpg)

Todo o Norte do Reino do Brasil sofreu com a Guerra de Independência, mas a maior parte dessa história foi praticamente esquecida ou relegada apenas ao conhecimento regional. Enquanto a Bahia ainda é lembrada regularmente nas obras sobre a Independência, ainda que como capítulo à parte, sem consequências para o processo de emancipação em si, os acontecimentos que envolveram o Piauí, Ceará, Maranhão, Pará e outras Províncias vizinhas são quando muito mencionados ligeiramente.

Em alguns casos é citado o episódio da Batalha do Jenipapo ou a morte de mais de 250 pessoas no porão do Brigue Palhaço, no Pará, em agosto de 1823. Em casos muito especiais, quando se reconhece a guerra, os relatos são setorizados, sobre o Piauí,

sobre o Maranhão e sobre o Pará, ou selecionam, no máximo, a relação das operações entre o Piauí e o Maranhão, conexão inevitável, até por que o principal chefe português, o Sargento-Mor Fidié, deslocou-se do Piauí para o Maranhão, entrincheirando-se em Caxias, onde combateu até agosto de 1823.

Apesar da separação em seções sobre Províncias, o presente capítulo tem como objetivo ressaltar dois elementos: os combates da guerra que marcou o processo que levou à Independência envolveu todo o Norte do Brasil, relacionando-se, inclusive, com o que se passava na Bahia. Foi uma efetiva ameaça de ruptura da unidade territorial. Sem a operação militar, parte do Reino poderia ter permanecido com Lisboa, ou mesmo se fragmentado em terceiros arranjos, com áreas independentes. O relato do teatro de operações Norte é mais uma evidência de que a Independência, a forma concreta como se deu, com a justaposição do Império sobre todo o território do antigo Reino, dependeu da ação militar.

A ordem selecionada aqui, iniciando-se no Piauí, passando pelo Maranhão e pelo Pará, ocorreu em razão do desenvolvimento dos combates, e não da instabilidade e das disputas políticas que se observavam no Norte brasileiro, entre 1821-1823. Foi, na verdade, processo concomitante em todas as Províncias, o que apenas adicionou complexidade e dificuldade para, do Rio de Janeiro, lidar com múltiplas frentes que ameaçavam a fragmentação do Reino.

1. O PIAUÍ E A GUERRA DO FIDIÉ.

O episódio piauiense da Guerra de Independência do Brasil poderia ser resumido na longa marcha de Fidié, de Oeiras a Parnaíba, uma mudança de direção de volta à Oeiras, que não terminou, pois no meio do caminho, próximo à cidade de Campo Maior, houve a Batalha do Jenipapo. Após o confronto, vitorioso na batalha, mas sofrendo com deficiências estratégicas, Fidié redirecionou sua coluna para o Maranhão, chegando a Caxias, onde enfrentou cerco por quase quatro meses. Aproximadamente 700 soldados sob o comando de Fidié resistiram a piauienses, cearenses e pernambucanos¹⁴⁶², culminando com a rendição no Morro da Taboca, quando apenas 90 soldados permaneciam ao lado do Major.

¹⁴⁶² In: *Vária Fortuna de um Soldado Português*, 2006, p. 124

O percurso dessa marcha, no entanto, esconde as indas e vindas da política local, os laços de fidelidade de diferentes grupos piauienses com Lisboa e com o Rio de Janeiro, os interesses regionais e as disputas locais. Também minimizam o fato de que Fidié enfrentou rebeliões, incertezas e uma dubiedade constante de suas forças, em sua maioria de nascidos no Reino do Brasil. A dificuldade enfrentada foi exposta pelo próprio comandante: “finalmente fazer guerra em duas Províncias tão extensas, sem meios, nem tropas de confiança, com indivíduos do mesmo País, Patrícios, amigos e muitos até parentes dos revoltosos.”¹⁴⁶³. Da relativamente simples visão do conflito se desenvolve, assim, uma complexa conjuntura política que marcou o desenvolvimento do vintismo no Norte brasileiro, suas consequências sobre toda a população, os múltiplos projetos que se fizeram e, ao fim, a pressão definida externamente, vinda de fora, de se decidir entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Os apoios se dividiram, a solução encontrada para romper os impasses foi a violência.

Do lado dos apoiadores do Rio de Janeiro as dificuldades não foram menores. O apoio a D. Pedro não foi automático nem natural, como algumas obras sobre a Província procuram apresentar. Na verdade, como se verá, a influência de fora da Província, do Rio de Janeiro e do Ceará, somada a ambições particulares de famílias piauienses e, logicamente, à circulação de ideias de toda sorte, foram catalisadores fundamentais para levantar o apoio à Independência, mobilizar a população e enfrentar um conflito que cobrou muito em vida e recurso dos brasileiros¹⁴⁶⁴.

A guerra no Piauí não foi uma guerra particular, parte das “guerras de independência”, mas um episódio do movimento geral de unificação brasileira, que contou com a participação de todos os setores da sociedade, ainda que de forma heterogênea. Foi, ao fim, o primeiro capítulo de um combate que continuou no Maranhão e no Pará, e no qual se jogou praticamente o destino político de toda a região Norte.

a) A Província do Piauí, a Revolução do Porto e a ordem militar

¹⁴⁶³ Idem, p. 120.

¹⁴⁶⁴ Como aponta Hermínio de Brito Conde, “a atuação sincrônica das duas casas senhoriais do Piauí – os Dias da Silva, ao Norte, em Parnaíba, os Souza Martins, ao Sul, em Oeiras – a primeira atraindo os lusitanos, forçando-os a uma marcha de 700 quilômetros para entregar-lhe a cavalaria que enviada, como suspeita, para Oeiras ali fora auxiliar os Souza Martins a sufocar o restante da força portuguesa, estacionada na capital, é um exemplo de tática militar sobre o qual não se tem atentado devidamente”. In: Fidié, *Vária Fortuna de um Soldado Português*, Introdução, 2006, p. 15.

Como mencionado em capítulos anteriores, o Piauí, Capitania e depois Província, separada do Maranhão em 1811¹⁴⁶⁵, era uma zona de cruzamento entre o Norte e o Nordeste, e importante produtor de gado, que fornecia carne para todos seus vizinhos. O altiplano piauiense tinha a função de estabelecer a unidade da nação. Como aponta Maria do Amparo Alves de Carvalho¹⁴⁶⁶, Oeiras, estabelecida no interior piauiense, havia sido transformada em capital para servir de ponto central das comunicações entre as colônias portuguesas, entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão¹⁴⁶⁷. Era, assim, ponto estratégico para as comunicações entre o Governo central português e as Províncias do Norte, o que, no período independentista, significava também que aquele território serviria de fronteira para a passagem de tropas e de gêneros alimentícios que abasteciam a região. O Piauí conformava, em resumo, zona de trânsito estratégica para toda a região Norte.

A Província tinha como principais vilas, além de Oeiras, São João da Parnaíba, Santo Antônio de Jurumenha, Campo Maior, Marvão, Valença e Paranaguá. Ao passar pela região em 1810, Francisco Xavier Machado avaliou Oeiras como uma “pequena aldeia, em forma, sem ordem, e parece-me não ter, á excepção da câmara, uma única casa de sobrado (...) tem trezentos e cinquenta fogos, e pouco mais de dous mil habitantes”. A situação no resto do Piauí não era muito distinta, contanto com 60-70 mil habitantes, rendas anuais de 53-54 contos¹⁴⁶⁸. As forças militares eram compostas por Milícias, com dois regimentos de cavalaria, um regimento de infantaria e quatro companhias de pedestres, atingindo 5.279 praças¹⁴⁶⁹.

Onze anos depois, em 1821, a situação evoluiu e as cidades cresceram. A situação econômica do Piauí era boa em 1821¹⁴⁷⁰, fundamentada especialmente no gado, que era fornecido ao Ceará, Bahia, Pernambuco e Maranhão. Em Oeiras e Campo Maior também se produzia algodão, couro e sola. O Governo da Província tinha finanças

¹⁴⁶⁵ In: D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. “Memoria chronologica, histórica e corographica da Provincia do Piauhy”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX, 1857. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013).

¹⁴⁶⁶ ALVES DE CARVALHO, Maria do Amparo. “Batalha do Jenipapo: reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS, 2014. In: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/6740> (acesso em 11/08/2014). P. 53.

¹⁴⁶⁷ Mons Joaquim Chaves, idem, p. 29.

¹⁴⁶⁸ MACHADO, Francisco Xavier. “Memoria Relativa ás Capitánias do Piauhy e Maranhão”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 3ª Serie, nº 13, 1º Trimestre de 1854. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/01/2014). P. 56.

¹⁴⁶⁹ Idib, p. 56.

¹⁴⁷⁰ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 26.

estáveis, os principais gastos em saúde, pão, estrutura pública e, especialmente, a tropa de primeira linha.

Parnaíba se distinguia, nesse contexto, por ser o principal entreposto comercial, exportando gêneros produzidos na região e importando produtos de luxo¹⁴⁷¹. Era a cidade onde se encontravam as principais fortunas da Província, dentre eles Simplício Dias, senhor de mais de 1.200 escravos, uma sumaca e uma escuna. A cidade mantinha ligações com o Ceará, com um trânsito corrente entre as vilas dos dois lados. Com o avanço da causa do Rio de Janeiro no Ceará, era natural que as tendências desta Província se fizessem presentes em Parnaíba. Ainda assim, de acordo com Francisco Iweltman Vasconcelos Mendes¹⁴⁷², a vila também desenvolveu, desde cedo, um sentido autonomista bem característico, advindo

“de sua localização geográfica, do tipo de empresa que primitivaprimítivamente ali se formou (charqueada) e pelo fato de na sua instalação, o governo da capitania haver estipulado em Rs 14\$000 (quatorze mil réis) o imposto que deveria ser pago à Câmara Municipal pelas embarcações que atracassem no Porto das Barcas, sendo desta forma, Parnaíba, a única entre as vilas criadas que teve, de imediato, uma fonte de renda efetiva”.

Essa característica autonomista se relacionava diretamente com a família Dias da Silva, cuja atividade econômica era importante, relacionada à criação de gado, e lhes oferecia recursos para as atividades políticas que a família eventualmente decidisse se envolver. Domingos Dias da Silva e seu filho, Simplício Dias da Silva dominaram a política e a economia de Parnaíba por décadas¹⁴⁷³. Somou-se a essa relação já autônoma o fato de Simplício Dias da Silva ter viajado pela Europa, adquirido uma cultura sofisticada e de base liberal, que se refletia no modo pelo qual a família vivia. Membro da Maçonaria, Simplício Dias tinha como um de seus próximos companheiros o juiz de fora João Cândido de Deus e Silva. “Ele e Simplício Dias eram os expoentes intelectuais da Província”¹⁴⁷⁴.

Parnaíba possuía, portanto, recursos econômicos, ideias autonomistas e alguns senhores viajados, que poderiam mobilizar parte da Província para qualquer dos lados

¹⁴⁷¹ Maria do Amparo Alves de Carvalho, 2014, p.52

¹⁴⁷² MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. *Parnaíba: Educação e Sociedade na Primeira República*. Dissertação de Mestrado. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2007. In: [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Fco%20Iweltman%20Mendes\(1\).pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Fco%20Iweltman%20Mendes(1).pdf) (acesso em 15/02/2014). P. 36

¹⁴⁷³ Francisco Iweltman Vasconcelos Mendes, 2007, p. 39.

¹⁴⁷⁴ Hermínio de Brito Conde. In: Fidié, *Vária Fortuna de um Soldado Português*, Introdução, 2006, p. 20.

que escolhessem, naqueles ventos de 1821-1823. A coleta de impostos e a dominação política de Oeiras, nas mãos de originários de Portugal, também suscitavam insatisfações da vila do norte e indispunha os dois lados. Simplício Dias era, ademais, comandante da milícia, respondendo diretamente a Fidié.

Foi nesse contexto, marcado por sensibilidades e interesses locais, que se implantou o vintismo promovido pela Revolução do Porto. A situação política do Piauí entre 1821-1822, por outro lado, não era muito distinta das demais Províncias do Norte-Nordeste, mas tinha algumas particularidades. A Revolução do Porto, assim como em Pernambuco, chegou ao Piauí sem movimento de derrubada do Governador. O juramento da Constituição, na verdade, foi ordenado pelo Governo português e cumprido no Piauí¹⁴⁷⁵. O Decreto de 24 de fevereiro de 1821, aprovando a Constituição portuguesa (que estava em elaboração), chegou à Província em 4 de maio de 1821, com instruções para a publicação pelas Câmaras. Houve uma hesitação inicial do Governador, Elias José Ribeiro de Carvalho em aplicar o Decreto, motivada por gestão do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba, que sustentou a ideia de que uma revolução estaria sendo preparada, sob o falso pretexto de jurar a Constituição¹⁴⁷⁶.

Na verdade, o principal conflito que surgiu no processo de incorporação da Província no sistema constitucional português se relacionava com a manutenção em si do Governador, e não com algum tipo de antecipação do movimento da Independência. Muitas lideranças locais pretendiam seguir o exemplo de outras Províncias e instalar um Governo Provisório, retirando Elias José Ribeiro de Carvalho, ligado ao regime anterior, do poder e instalando uma Junta Provisória, na qual estariam presentes. Iniciaram-se, então, conspirações políticas, às quais, aos poucos, foram se ampliando para outros temas e outros projetos.

Essa movimentação foi reconhecida pelo próprio Governador, ao relatar, em 2 de agosto¹⁴⁷⁷, o processo de juramento da Constituição. Segundo Elias José, a Capital da

¹⁴⁷⁵ “Em consequência das Ordens de Sua Alteza Real o Príncipe Regente deste Reino do Brasil, que me forão expedidas pelo respectivo Chanceler Mor em officio de 23 de Junho próximo passado, foi celebrado nesta Cidade em nove do corrente o Auto de juramento ás Bases da Constituição Portugueza para servirem provisoriamente”. Officio de 22 de setembro de 1821, do Governador do Piauí. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1609. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁴⁷⁶ Abdias Neves, 2006, p. 53.

¹⁴⁷⁷ OFÍCIO do [governador do Piauí], Elias José Ribeiro de Carvalho, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], Inácio da Costa Quintela, sobre o juramento à constituição em que estão trabalhando as Cortes Gerais, e informando acerca do descontentamento da tropa devido ao soldo que recebem”. In: Arquivo

Província “se conservou na mais perfeita tranquillidade até o dia quatro de Maio do corrente anno esperando da Magnanimidade de Sua Magestade o fausto Decreto de 24 de Fevereiro”. Depois do juramento, no entanto, civis e parte da tropa, segundo o Governador, “tem manifestado desprazer com a forma actual de seu Governo, e trabalhão de dia, e mais de noite para seduzir a Tropa”. O principal objetivo das movimentações era a instalação de “hum Governo Provisório á semelhança da Bahia” e do Maranhão. Elias José registrava não querer fomentar nem proibir um Governo provisório, “temendo as consequências de hú motim popular, para que estes Povos estão muito inclinados”.

Havia, portanto, um conflito entre os grupos próximos ao Governador e os partidários da instalação de um governo “mais liberal”, liderado por uma Junta provisória. Elias José Ribeiro foi acusado de despotismo¹⁴⁷⁸ e passou, em agosto/setembro de 1821, a enfrentar problemas crescentes de gestão. Em 9 de setembro estourou em Oeiras movimento da tropa em favor de um Governo Provisório, que foi desbaratado. No dia seguinte, no entanto, outro movimento ocorreu em São José da Parnaíba, onde teve sucesso e, à revelia do Governador, instalou um Governo Provisório que pretendia abranger toda a Província¹⁴⁷⁹.

Após esses movimentos, Elias José Ribeiro não teve forças de continuar e finalmente cedeu o poder. Em 24 de outubro foi eleita e tomou posse a Junta Provisória do Governo do Piauí. Era encabeçada por Francisco Zuzarte Mendes Barreto, tendo o Brigadeiro Sousa Martins ficado com a vice-presidência¹⁴⁸⁰. Segundo informou a

Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1598. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁴⁷⁸ Vide, por exemplo, CARTA do tesoureiro do Cofre dos Defuntos e Ausentes do Piauí, José Félix Barbosa, ao rei [D. João VI], sobre os factos ocorridos com o juramento da Constituição Portuguesa, o anticonstitucionalismo do ex-governador do Piauí, Elias José Ribeiro de Carvalho, e as prisões efectuadas pelo governo da Província, devido ao entusiasmo e contentamento do povo com a Constituição liberal que foi aprovada e jurada. Em 2 de março de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1621. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁴⁷⁹ AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Joaquim José Monteiro Torres, ao [secretário de estado do Reino e Mercês, Inácio da Costa Quintela], ordenando remeter ao secretário de estado dos Negócios do Reino os officios do governador do Piauí, Elias José Ribeiro de Carvalho, sobre o juramento às bases da Constituição; o desvanecimento da instalação de um governo provisório no Piauí; remetendo relação dos compromissários de nove paróquias e participando ter se manifestado um desprazer com a forma actual de seu governo. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1609. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁴⁸⁰ Abdias Neves, 2006, p. 56. Vide Também D’Alencastre, 1857, p. 11.

própria Junta a Lisboa¹⁴⁸¹, a decisão foi adotada em imitação do que se passara na Capitania de Alagoas. O exemplo de outras Juntas, especialmente da Bahia e do Maranhão, também era citado para justificar o procedimento.

O processo eleitoral para o Governo Provisório ampliou o conflito. Envolveu a apresentação de diferentes candidaturas das principais famílias da Província, que entraram em choque, especialmente no caso de Sousa Martins, que pretendia assumir a Presidência da Junta. Conforme aponta Abdias Neves, após a eleição, “estava rompida a solidariedade que deve existir entre governo e governados e seus esforços principiaram a produzir efeito negativo na administração”¹⁴⁸². Também na eleição dos Deputados piauienses para as Cortes, ocorrida poucos dias antes, em 5 de outubro, foram observadas as disputas pelo poder.

Dois importantes aspectos se destacam, assim, dessa primeira controvérsia envolvendo a chegada da Revolução do Porto no Piauí. Em primeiro lugar, conflitos já existiam entre grupos das elites do Piauí, anteriores ao vintismo e, com a chegada dele, motivados pela adaptação a uma nova realidade política. Esse conflito apenas se exacerbava e obrigava os principais atores a buscarem projetos nos quais apoiar seus interesses. O segundo aspecto é a constante referência ao que se passava nas outras Províncias, que foi reconhecido pela própria Junta de Governo e que continuaria a ocorrer de maneira importante, ao longo de todo o processo político. A influência externa é ponto que se deve ter em mente no caso do Piauí.

Uma relativa calma voltou à Província, mas a coesão política piauiense continuou a se deteriorar nas eleições para nova Junta Provisória de Governo, determinada nos Decretos das Cortes de Setembro de 1821, os mesmos que provocaram, no Rio de Janeiro, o “Fico”. Os documentos chegaram a Oeiras em 4 de fevereiro de 1822. Não houve, entretanto, reação no Piauí semelhante àquela do Rio de Janeiro. Os Decretos motivaram conflito pelo poder, mas não uma reação contrária a seu espírito, que foi prontamente aceito¹⁴⁸³.

¹⁴⁸¹ CARTA da Junta Provisória do Governo do Piauí, ao rei [D. João VI], enviando o auto de instalação do referido governo em 24 de outubro daquele ano. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1603. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁴⁸² Abdias Neves, 2006, p. 55.

¹⁴⁸³ OFÍCIO do Junta Governativa do Piauí, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Inácio da Costa Quintela, sobre ter recebido a portaria que remete os Diários do Governo e as Leis publicadas, comunicando que, de acordo com as ordens recebidas, avisou os eleitores de todas as paróquias para efectuarem a eleição da nova Junta Provisória de Governo do Piauí. 11 de fevereiro de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1616. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

As eleições foram realizadas em 7 de abril de 1822, mesma data em que a Junta tomou posse¹⁴⁸⁴. Reavivaram, na verdade, as disputas entre os candidatos, especialmente no caso do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, de família importante de Oeiras, que pretendia alcançar o poder. Não tendo sido eleito para a Junta de Governo, Sousa Martins se colocou em oposição ao novo Governo, e passou a trabalhar contra este¹⁴⁸⁵.

Como em todas as outras Províncias do Reino do Brasil, a situação política no Piauí se tornou tumultuada, mesmo que permanecesse o apoio às Cortes e a fidelidade a Lisboa. Houve assassinatos políticos, como no caso de Antônio de Barros Bezerra¹⁴⁸⁶ e do Escrivão Antônio Caú¹⁴⁸⁷, os quais adicionaram lenha ao conflito político. Pasquins e proclamações foram surgindo ao longo de todo o período, tendo Oeiras solicitado ao juiz de Parnaíba, Dr. João Cândido, realizar devassa contra um pasquim de Campo Maior, que não foi realizada¹⁴⁸⁸. Uma investigação se deu em Campo Maior, em fins de 1821, para verificar denúncia de que Lourenço de Araújo Barboza, que pregava a separação do Brasil de Portugal, mantinha uma fábrica de pólvora em sua residência. Barboza foi preso em Oeiras, em 2 de janeiro de 1822, após ser chamado para prestar esclarecimentos¹⁴⁸⁹.

Da chegada das notícias do movimento do Porto e da situação na Bahia e de outras Províncias, surgiram tendências de toda ordem¹⁴⁹⁰, algumas atacando os portugueses, especialmente aqueles responsáveis pela gestão da Província¹⁴⁹¹. O aparecimento da causa do Rio de Janeiro, e a influência vinda das Províncias que gradualmente passaram a apoiar D. Pedro, foram ganhando adesões no Piauí, até ter o volume suficiente para que um movimento abertamente pró-Rio de Janeiro estourasse.

O impulso decisivo ocorreu em São João da Parnaíba, em 19 de outubro de 1822. Há controvérsias, é bem verdade, sobre as origens das ideias e do movimento que

¹⁴⁸⁴ OFÍCIO da Junta Governativa do Piauí, ao Presidente do Soberano e Augusto Congresso das Cortes, sobre as eleições feitas para a escolha dos membros da referida Junta e enviando os autos da nomeação. Em 19 de abril de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1632. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁴⁸⁵ “Começou, daí, a sua desarmonia com o Governo e a ela se deve o ter ele abraçado, desde muito cedo, a causa do partido separatista e trabalhado com maior entusiasmo pela realização da Independência – trabalho fácil porque, quando no poder, tivera a habilidade de espalhar, pela Província, muitos membros de sua família, que, em toda parte, foi a pregoeira do ódio à metrópole”. In: Abdias Neves, 2006, p. 58.

¹⁴⁸⁶ Idem, p. 32.

¹⁴⁸⁷ Abdias Neves, 2006, p. 57.

¹⁴⁸⁸ Mons. Joaquim Chaves, 2006., p. 31.

¹⁴⁸⁹ Idem, p. 32.

¹⁴⁹⁰ Idem, 2006, p. 31

¹⁴⁹¹ Vide Fidié, p. 30.

se tornou pró-Rio de Janeiro, especialmente entre os movimentos que ocorreram em Parnaíba, Oeiras e Campo Maior¹⁴⁹². Reagindo aos defensores da Parnaíba como origem do movimento, Adrião Neto¹⁴⁹³ sustenta que, já no início de 1822, o advogado Lourenço de Araújo Barbosa insuflava a Vila de Campo Maior, transformando-a “em um enorme caldeirão de ideias revolucionárias em prol da Independência”. É preciso olhar com cautela essa afirmação, pois não havia, naquele momento, um movimento claro de Independência no Rio de Janeiro, ao menos da forma como ocorreu, liderado por D. Pedro. O próprio Adrião Neto relaciona as visões de Araújo Barbosa às ideias republicanas de 1817 e o separatismo, o que não necessariamente se relaciona com o movimento que se desenvolveu no Rio de Janeiro ao longo de 1822.

Até o 19 de outubro de 1822, no entanto, os episódios, de diferentes tendências, não alteraram o fato de que, inclusive no segundo semestre de 1822, ocorreram poucas ações significativas na Província com relação ao processo que se desenrolava paralelamente no Rio de Janeiro, ainda que movimentações contrárias às Cortes de Lisboa ou ideias de separação de Portugal existissem¹⁴⁹⁴. Ao longo desse processo, por um bom tempo, não houve oposição clara entre os partidários das Cortes lisboetas e do Rio de Janeiro. Os conflitos na Bahia ou os desenvolvimentos na capital carioca chegavam por notícias incompletas, sem atrair grande atenção. “A Regência do Príncipe D. Pedro não despertara, tampouco, o mínimo interesse”¹⁴⁹⁵.

É preciso, igualmente, aludir às críticas existentes a autores como Abdias Neves e Joaquim Chaves, que formaram a linha principal de interpretação dos acontecimentos no Piauí. Esses autores muito avançaram em termos de pesquisa documental e dos dados do período, mas sua interpretação abre margem a críticas importantes quanto à

¹⁴⁹² “Embora haja uma institucionalização em torno do dia 13 de março como a data mais significativa para se rememorar a “Independência no Piauí”, é preciso considerar que, em torno desse tema, existem muitas controvérsias entre os historiadores piauienses. Há em torno desse debate uma disputa de memórias entre as três cidades piauienses em que cada uma argumenta e reivindica para si a prioridade sobre a proclamação da independência. Em Parnaíba, se rememora o dia 19 de outubro como a primeira manifestação pública de proclamação da Independência no Piauí. Em Oeiras, o 24 de janeiro foi a data na qual o governo provincial se declarou aliado a D. Pedro e em Campo Maior o 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, é considerado o momento mais importante e decisivo, no qual as tropas portuguesas desviaram seu percurso rumo à capital Oeiras, onde pretendiam reprimir o governo independente ali instalado”. Amparo, 2014, p. 191

¹⁴⁹³ “A Epopéia do Jenipapo e a polêmica criada por Renato Marques”. Ensaio. In: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=8682&cat=Ensaio> (acesso em 21/07/2014). P. 1.

¹⁴⁹⁴ Como aponta Abdias Neves, “com essa prisão (de Antônio Maria Caú) e providências que se lhe seguiram, ficou o Piauí em paz durante meses. As lutas que irrompiam fora de suas fronteiras, ensanguentando o país, chegavam aqui em descrições incompletas de cartas da Bahia e não acordavam eco”. 2006, p. 55.

¹⁴⁹⁵ Abdias Neves, 2006, p. 55.

visão “nacionalista” que deram aos fatos. Estima Paulo Gutemberg de Carvalho Souza que a versão de Abdias Neves segue o ponto de vista da Junta Provisória de janeiro de 1823, pró-Rio de Janeiro, homoganeamente “brasileira” e sem dissensões internas, tendo no “bravo do Jenipapo”¹⁴⁹⁶ uma visão do herói local. Essa história se fixa excessivamente na tradição historiográfica que “privilegia a dicotomia entre portugueses e brasileiros” e deixa de lado os conflitos no interior da sociedade piauiense¹⁴⁹⁷. Sua crítica poderia ser complementada pelas interpretações historiográficas de que, no início do século XX, uma série de obras sobre as batalhas no Norte-Nordeste surgiram como meio de valorizar a região, em um momento de predominância do Sudeste.

A dicotomia “portugueses x brasileiros” de fato deve ser relativizada¹⁴⁹⁸. Havia, como se viu, múltiplas tendências, múltiplos projetos e múltiplos conflitos no seio da sociedade brasileira em 1821-1823. O fato é que um conflito particular, entre Lisboa e Rio de Janeiro assumiu proporções maiores do que os demais em 1822-1823, transformou-se em elemento de influência e pressão sobre todas as Províncias, mesmo onde ele era estrangeiro, e culminou no conflito militar. Esta guerra se relacionou principalmente com a delimitação territorial de cada lado da contenda, tendo o Rio de Janeiro, no fim, alcançado seu projeto – por uma união da via política com a militar – de estender o Império brasileiro ao mesmo território do antigo Reino do Brasil. A crítica da

¹⁴⁹⁶ SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as narrativas da piauiensidade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008. In: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp104679.pdf (acesso em 25/07/2014). P. 177.

¹⁴⁹⁷ “Em A guerra do Fidié, Abdias se filia a uma tradição historiográfica da Independência brasileira que privilegia a dicotomia entre portugueses e brasileiros, que gozou de muita aceitação durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, por ser bem mais adaptada aos interesses das elites políticas nas províncias do Norte do país. Não é à toa que o autor fora acusado de plagiar “A Independência da Província do Maranhão: 1822-1828”, obra publicada em 1862, de autoria de Luís Antônio Vieira da Silva. Este historiador foi um dos mais legítimos representantes da elite dirigente maranhense no Segundo Império, descendente direto de políticos que dominaram a vizinha Província desde a Independência. Seu pai, o bacharel Joaquim Vieira da Silva e Sousa, teve participação destacada no movimento da Independência no Maranhão, tendo sido depois Presidente do Rio Grande do Norte. Antes de ser Senador, Conselheiro e Ministro de Estado, o historiador Vieira da Silva foi Deputado Provincial e Geral, Presidente de Província, inclusive do Piauí (1869-1870), e membro do IHGB. Tem um perfil parecido com o de Alencastre, porquanto ambos na qualidade de Presidentes de Província e membros do IHGB cuidaram de escrever uma história provincial descentralizada, mas do ponto de vista do Império”. Idem, p. 178.

¹⁴⁹⁸ Maria do Amparo Alves de Carvalho, aponta, nesse sentido: “ressalta-se que, ao falarmos da luta entre portugueses e brasileiros, queremos evidenciar que as disputas estavam acirradas entre dois domínios; não necessariamente entre brasileiros e portugueses de nacionalidade, pois tanto de um quanto de outro lado lutaram brasileiros e portugueses a favor e contra a separação entre Brasil e Portugal. O que havia era o que se poderia caracterizar atualmente de forças políticas divergentes”. In: ALVES DE CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. “A cultura material da Batalha do Jenipapo”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, RN, 22-26/07/2013. In: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371320248_ARQUIVO_Artigo-C.M.BatalhadoJenipapo_revisaofinal_.pdf (acesso em 23/07/2014). P. 5

“sobrevalorização” dos combates não se sustenta, dessa forma, pois houve combates e esses se deram para exatamente decidir o destino dos locais onde se passaram. Não há como afastá-los da unificação territorial brasileira, nem diminuir o fato de que muitos se sacrificaram no processo.

Tendo presentes esses elementos, pode-se apontar que a origem da divisão política no Piauí se relaciona com disputa intra-elites, agravada pelas incertezas e confusões do período revolucionário, que alimentou desavenças anteriores e resultou na ruptura de alguns setores com o Governo português. Não se deve desprezar os sentimentos que poderia haver com relação ao Reino do Brasil, nem a eventual atração que a causa do Rio de Janeiro já poderia suscitar em alguns grupos. Ainda assim, o início do conflito foi local e envolvia a relação da Província com as Cortes.

O projeto de algumas elites de se vincular ao Rio de Janeiro, conjugado a uma reação da população contra o “português” que via dominar a administração pública, seria processo lento. A sociedade piauiense tinha base rural, com a terra monopolizada por poucas famílias, que constituíam as oligarquias locais. Foram parte destas que, como visto, sofreram influências dos dois lados¹⁴⁹⁹. Como se verá no caso do Maranhão, apresentado abaixo, alguns grupos de grandes agricultores gradualmente alternaram seu apoio de Lisboa ao Rio de Janeiro, na esperança de alcançar maiores vantagens políticas e econômicas.

Nesse quadro instável, o Governo português indicou, desde o início do vintismo, interesse em reforçar militarmente a Província do Piauí. Foram despachados, inicialmente, carregamentos de armas e munições ao Piauí, via São Luís¹⁵⁰⁰. Revelava

¹⁴⁹⁹ CAVALCANTE, Juliana Rodrigues & DE MORAES, Maria Dione Carvalho. “Da tradição oral da Batalha do Jenipapo e dos diálogos com a política nacional de patrimônio imaterial”. In: *Revista FSA – Teresina* – nº 8, 2011. In: <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/449> (acesso em 24/07/2014). P. 51.

¹⁵⁰⁰ Listagem sobre parte desse material foi encontrada por Maria do Amparo Alves de Carvalho. Uma carga de armamento foi recebida Oeiras, em 10/04/1821, pelo Tenente Joaquim Themóteo de Brito. Dentre os múltiplos materiais, destacam-se alabardas, espingardas, sabres, espadas e machadinhas. O Material foi acompanhado do seguinte ofício: “Ilmo. Senhor Comandante da Companhia Palácio do Governo de Oeiras, 5 de novembro de 1821. Tendo-me ordenado o Ilmo. Governador que foi desta Província que lhe remetesse uma relação do Armamento, Ferramenta, e mais utensílios que se fossem precisos para a Companhia do meu comando, satisfiz ao mesmo Sr. Governador em 10 do corrente, e como não me fosse deliberado a esse respeito, tenho a bondade de remeter a V.S. A cópia da dita relação, para V.S. ter a bondade de fazer chegar ao conhecimento da Exma. Junta Provisória e ordenar-me o que for a Ima. Exma. Junta julgar conveniente. Deus Guarde. a V.S. Quartel de Oeiras, 28 de Abril de 1821”. O ofício, cabe registrar, contém datas diferentes. Possivelmente “uma cópia com essa solicitação já havia sido enviada anteriormente, porém, sem resposta, fato este que levou o Primeiro Tenente Themóteo de Brito a reenviar a mesma solicitação, visto que o governo, naquele momento, estava sob o comando da Junta Provisória, eleita naquele princípio de 1821, como consequência do movimento liberal do Porto”. In: Maria do Amparo Alves de Carvalho, 2014, p. 121.

Lisboa, com isso, uma consciência estratégica dos principais pontos sensíveis do Norte-Nordeste brasileiro:

“Há muito que a posição geográfica do Piauí havia despertado a atenção do Governo de Lisboa para o caso de uma emergência. (...) Estrategicamente falando, o Piauí teria muita importância (no plano português), pois que se comunicava por terra com o Ceará, com a Bahia e com Pernambuco, onde o movimento dos independentes era bem forte. Também o Piauí era fornecedor de carnes para essas Províncias. Firmar-se militarmente nele seria cortar o abastecimento de carnes para os rebeldes e ficar em posição de poder atacá-los por terra, numa contra-ofensiva, se o movimento independente ali enfraquecesse. (...) Se os portugueses pretendiam realmente ficar com o norte após a independência, a ocupação militar do Piauí seria então uma questão de vida ou morte para eles¹⁵⁰¹ .

A principal medida militar foi, na verdade, a escolha do Sargento-Mór João José da Cunha Fidié para assumir o Governo das Armas do Piauí. Militar com grande experiência nas guerras contra Napoleão, o Sargento-Mor lutara ao lado de Wellington nas guerras peninsulares e era considerado militar de grande qualidade. Nomeado em 9 de dezembro de 1821, foi despachado às pressas para o Piauí,

“sem ter recebido o Posto, nem a Ajuda de custo, achando-me ainda por indenizar de um e outra... (...) Parti imediatamente, por ser essa a vontade do mesmo Augusto Sr. ordenando que o Commandante da Charrua Gentil Americana me recebesse a seu bordo, e conduzisse ao Maranhão, não obstante achar-se destinada para o Pará”¹⁵⁰² .

O novo Governador de Armas do Piauí recebeu, nesse processo, instruções claras de D. João VI para manter-se no comando da Província e protegê-la das movimentações políticas que se passavam no Reino. O relato de Fidié sobre sua entrevista com D. João VI é interessante, pois se é verdade que o principal foco do conflito entre o Rio de Janeiro e Lisboa encontrava-se nas Cortes Gerais, provenientes da Revolução do Porto, a conversa do Sargento-Mor com o Rei dá conta de um D. João interessado na preservação do Norte brasileiro para Portugal. Segundo Fidié, “Sua Magestade me ordenou muito positivamente, que me mantivesse, dizendo-me – mantenha-se! Mantenha-se!”¹⁵⁰³ .

¹⁵⁰¹ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 29.

¹⁵⁰² “*Vária Fortuna de um Soldado Português*”, 2006, p. 159.

¹⁵⁰³ Idem, p. 160.

A instrução traduziu-se em declaração de Fidié ao Governo do Maranhão, quando de sua chegada em São Luís, de que “em quanto tivesse quatro homens que me obedecessem, o terreno que elles pisassem seria constitucional, e pertenceria ao Reino¹⁵⁰⁴”. À clareza das instruções de Lisboa e do Rei contrastava a interpretação de Fidié sobre a realidade no Rio de Janeiro. Em suas memórias, Fidié chancelou relato do inglês George Gardner F. L. S.¹⁵⁰⁵ no sentido de que supunha “que as notícias (do Rio de Janeiro, sobre a proclamação da Independência) se referiam a um tumulto de curta duração, opôs-se com firmeza à proclamação da Independência na cidade de Oeiras”. Foi nesse contexto que, tomando conhecimento de que a Vila da Parnaíba tinha aderido ao Rio de Janeiro, Fidié organizou tropas e marchou contra aquela Vila. Percebia, portanto, a causa de D. Pedro como precária.

O Mons. Joaquim Chaves sugere, ademais, que tantas providências por parte do Governo português, com relação a Fidié, são indicativas de que sua missão era conservar não apenas o Piauí, mas também o Maranhão¹⁵⁰⁶. Como tratado em capítulo anterior, há efetivamente indícios de que o Governo de Lisboa buscou, com o avançar do conflito, separar o Norte do Brasil do resto, mantendo-o vinculado a Portugal. Na avaliação de Maria do Amparo de Alves Carvalho, esse projeto não se traduzia, a priori, em um plano estratégico bem definido¹⁵⁰⁷.

O Sargento-Mor confirma essa interpretação em comentário que faz em sua “Vária Fortuna de um Soldado Português”, acima citada. E, interessantemente, vai além: aponta intenção o de ir além da proteção do Piauí e do Maranhão, passando à ofensiva na Bahia. Fidié, quando chegou a Parnaíba para sufocar a declaração de Independência, propôs duas ofensivas. A primeira era perseguir os “facciosos” no Ceará, enfrentando também o Governo provisório dessa Província, que apoiava Parnaíba, como se verá abaixo. Como alternativa, planejou atacar Cachoeira, na Bahia, a fim de levantar o cerco contra Salvador¹⁵⁰⁸. Esse plano foi comunicado às autoridades do Maranhão e ao General Madeira. Tivesse sido levado a cabo, havia chances de que

¹⁵⁰⁴ Idem, p. 160.

¹⁵⁰⁵ Trecho desse relato é transcrito em *Vária Fortuna de um Soldado Português*, 2006, p. 132.

¹⁵⁰⁶ 2006, p. 30.

¹⁵⁰⁷ 2014, p. 55.

¹⁵⁰⁸ “(...) também pedi ao Governador do Maranhão, e ao General Madeira, logo que cheguei à Parnaíba, e que vi a necessidade que d’isso (tropas adicionais) tinha, para pôr a cuberto, e em segurança, não só o Maranhão e o Piauí, mas habilitar-me a fazer digressão até á Cachoeira, ou Santo Amaro, como comuniquei ao Governo do Maranhão, e se conhece do Documento nº 40, a fim de obrigar Labatour, General que sitiava a Bahia, a levantar o cerco, e concorrendo d’este modo para a manutenção da Cidade da Bahia, quando mais não podesse conseguir”. In: *Vária Fortuna de um Soldado Português*. 2006, p. 160.

teria tornado a posição brasileira no Nordeste frágil, ameaçando o projeto de D. Pedro de unidade do Império com base no traçado do antigo Reino do Brasil.

O projeto de Fidié revela que o Sargento-Mor desenvolveu visão estratégica sobre a situação no Norte-Nordeste, provavelmente relacionando-se com as instruções de Lisboa, reforçando a tese de que o Governo português procurou, no conflito com o Rio de Janeiro, adotar as medidas – políticas e militares – para conservar parte importante do Brasil a seu lado. Tropas chegaram a ser mobilizadas, mas houve hesitação em São Luís, que negou autorização para que Fidié passasse à ofensiva. Essa hesitação tornou-se vantagem para os partidários do Rio de Janeiro, que puderam se organizar, principalmente no Ceará.

Todo esse drama se desenrolou a partir da chegada do Sargento-Mor a Oeiras, em 8 de agosto de 1822. Fidié tomou posse no cargo de Governador das Armas do Piauí no dia seguinte. Ao chegar à Capital piauiense, encontrou uma realidade paradoxal. A situação após a eleição da Junta de Governo, no início de 1822, havia voltado a aparentar calma, sem grandes acontecimentos. Como apontou o próprio Fidié

“tenho particular satisfação em comunicar V. Exa. que esta Província se acha tranquila observando nos Corpos Militares, e mais habitantes firme adherencia ao Systema Constitucional, e obediência a S. Mag. E ao Soberano Congresso”¹⁵⁰⁹.

A Junta de Governo também atestava a tranquilidade na Província e a “harmonia” entre o governo civil e militar¹⁵¹⁰.

As tensões continuavam, porém, a crescer, aos poucos intensificando a disputa entre elites locais, principalmente com a chegada de notícias do Rio de Janeiro e da Bahia. Em 25 de setembro de 1822, compareceram à Câmara de Parnaíba onze portugueses pedindo a remoção do Comandante do Destacamento militar. Temiam que o Comandante, de origem local, não os protegeria¹⁵¹¹. Não foram atendidos, após

¹⁵⁰⁹ OFÍCIO do major João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier, sobre a sua tomada de posse do governo das Armas, da capitania do Piauí. Em 10 de agosto de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1649. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁵¹⁰ OFÍCIO da Junta Governativa do Piauí, ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Cândido José Xavier, sobre a chegada e tomada de posse no Governo das Armas do Piauí, major João José da Cunha Fidié. Em 5 de setembro de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1659. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁵¹¹ Abdias Neves, 2006, p. 63

discussão acalourada, e em seguida lavraram protesto que deveria ser enviado para Oeiras¹⁵¹².

A cidade de Parnaíba, onde a família de Simplício Dias tinha muita influência, já se tornara um dos principais pontos de apoio da causa do Rio de Janeiro, caminhando proximamente ao Ceará. Simplício Dias e João Cândido de Deus e Silva, juiz de fora da vila, se tornariam as principais figuras pró-Independência na cidade. Outros focos de apoio a D. Pedro foram surgindo e se intensificaram com o recebimento de mensagens do Rio de Janeiro, que davam conta das medidas do Regente e das convocações feitas por ele. Foram especialmente essas medidas, em conjunto com a influência vinda do Ceará, que, recebidas em um ambiente já conflituoso, deram largada aos eventos em torno do apoio piauiense.

b) A mudança dos ventos: a revolta em Parnaíba

Quando João José da Cunha Fidié chegou a Oeiras a situação política piauiense mostrava os riscos da convulsão, mas não a ponto de deixar claro de que o conflito era iminente. As medidas do Governador de Armas, fundamentadas nas instruções que recebera, foram claras no sentido de reforçar as capacidades militares a sua disposição, reformando corpos, reforçando as milícias.

Do ponto de vista político, Fidié tomou conhecimento das tensões políticas do Piauí, mas, como se viu, parecia interpretar os movimentos facciosos como influenciados de fora da Província, razão pela qual se fazia necessário reformar as forças militares, que seriam utilizadas para cortar essas influencias estrangeiras. Enviou, assim, em 5 de setembro de 1822, ofício ao Secretário de Negócios Estrangeiros e Guerra de Portugal dando conta da “adesão dos corpos militares e da população ao sistema constitucional e a perfeita harmonia entre a sua secretaria e a Junta Governativa do Piauí”¹⁵¹³.

¹⁵¹² Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 32.

¹⁵¹³ “Ofício do governador das Armas do Piauí, major João José da Cunha Fidié, ao (secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra), Cândido José Xavier, sobre a adesão dos corpos militares e da população ao sistema constitucional e a perfeita harmonia entre a sua Secretaria e a Junta Governativa do Piauí”. Oeiras do Piauí, 5 de setembro de 1822. In: Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Piauí existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. AHU-Piauí, cx. 24. Doc 47 (AHU_CU_016, Cx. 31, D. 1659”. In: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc016/CU-Piaui.pdf> (acesso em 21/07/2014).

Independentemente das movimentações que já existiam no Piauí a favor do Rio de Janeiro ou de alguma outra ideia relacionada ao separatismo, foi efetivamente um elemento externo que precipitou os acontecimentos. Como se observou nos capítulos precedentes, o Rio de Janeiro, desde os primeiros momentos da resistência a Lisboa, havia enviado comunicações a todas as Províncias do Reino do Brasil, conclamando-as a manterem-se ao lado de D. Pedro. Muitas dessas mensagens tiveram pouco efeito no Norte, mas, somadas com a crescente mobilização na Bahia, em Pernambuco e nas Províncias vizinhas, aos poucos foram se tornando mais presentes. Fidié é especialmente crítico da influência do Ceará sobre os “facciosos” do Piauí, atribuindo-lhes a “culpa” pelo movimento em Parnaíba e mesmo em Oeiras¹⁵¹⁴.

As comunicações do Rio de Janeiro ao Piauí tiveram seu primeiro resultado prático na Parnaíba, em outubro de 1822. Já tendo conhecimento do que se passava no resto do Nordeste, os habitantes da Província receberam, em fins setembro, comunicações do Rio de Janeiro informando da convocação da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro e ordenando que o Piauí também procedesse à eleição de representantes¹⁵¹⁵. As notícias vinham também com informações sobre o que se passava no Ceará, em reação aos ofícios do Rio de Janeiro. Os mesmos documentos foram recebidos em outras vilas piauienses e em Oeiras, mas sem resultado. Na capital, a Junta Governativa decidiu que o ofício seria “metido em silêncio mediante a decisão do Soberano Congresso e de El Rei, visto o juramento a que estamos ligados¹⁵¹⁶”. Tampouco houve reação nas outras localidades.

Em Parnaíba, por outro lado, o juiz de fora Dr. João Cândido escreveu a Oeiras em 30 de setembro de 1822¹⁵¹⁷, para dar conta do recebimento dos ofícios. Cândido também relatou as consultas que o Governo do Ceará estaria fazendo sobre a eleição dos Deputados, prática que ele, João Cândido, concordava. O magistrado indicava, ainda, que a cearense vila da Granja proclamara D. Pedro Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil. Concluía que,

¹⁵¹⁴ “... ficando V. na inteligência de que esta Província, considerará como própria a defesa dos habitantes do Piauí, quando o frenesi dos sediciosos que habitam o Ceará, tentem hostilidades: - sustenta-la fiel, e obediente, por meio de trabalhoso, e particular exercer, até que sendo invadida a Província por três pontos, com forças consideráveis das Províncias vizinhas já independentes, as quais fizeram revolucionar toda a Província, e proclamara a Independência, depondo os antigos Governos Civil e Militar”. In: *Vária Fortuna de um Soldado Português*, 2006, p. 118.

¹⁵¹⁵ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 34.

¹⁵¹⁶ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 35.

¹⁵¹⁷ In: Abdias Neves, 2006, p. 63.

“a melhor, a maior, a mais rica, a mais populosa parte do Brasil tem-se declarado a favor da causa da Independência; como persuadir-nos que o resto não siga a mesma causa? Ou quererão os povos olhar de sangue-frio o seu país dividido, seguindo o Sul um sistema e o Norte outro?”.

Foi nesse espírito que se apresentou requerimento à Câmara de Parnaíba, que resultou na proclamação de 19 de outubro de 1822, pelos eleitores da Paróquia, da “Regência de Sua Alteza Real, a Independência do Brasil, e sua União com Portugal, e as futuras Cortes Constituintes do Brasil”¹⁵¹⁸. O movimento, segundo o Mons. Joaquim Chaves, era “popular”, mas o próprio pesquisador admite que “tais movimentos são geralmente insuflados por uma minoria atuante”¹⁵¹⁹, que teve poucas dificuldades em levantar o povo. Dentre os signatários estavam Simplício Dias e João Cândido.

Tanto Joaquim Chaves¹⁵²⁰ quanto Abdias Neves¹⁵²¹ apontam que a declaração de Parnaíba de 19 de outubro de 1822 vinculou a vila à Independência do Brasil. Ocorre que a distância temporal entre o Grito do Ipiranga e a chegada das notícias do Rio de Janeiro é por demais curta em comparação ao tempo que normalmente levava para a chegada de notícias. Não resta dúvidas de que a proclamação de Parnaíba procurava vincular a Província à causa carioca e que se falava em “Independência”. As referências de Parnaíba à “Independência do Brasil e sua união com Portugal” não parecem se relacionar, contudo, necessariamente à Independência total, proclamada em 7 de setembro de 1822 e tornada efetiva em 12 de outubro de 1822. Antes, como se sabe, os ofícios do Rio de Janeiro já falavam de uma “Independência moderada” ou que o Brasil já era “na prática independente”.

Parnaíba na verdade, declarou-se pela “regência de D. Pedro”, não rompendo necessariamente com Portugal. Foi apenas com a marcha de Fidié adiantada, que chegou ofício de Labatut, em 11 de janeiro de 1823, demandando a adesão do Piauí à Independência do Brasil, nesse caso, sim, àquela do grito do Ipiranga¹⁵²². A adesão à

¹⁵¹⁸ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 35

¹⁵¹⁹ “Em Parnaíba, um requerimento, que muitos assinaram, foi levado à Câmara pedindo-lhe que se cumprisse, ali, a ordem de S. Alteza Real. Havia, pois, na Vila, um movimento popular favorável ao Príncipe. Tais movimentos são geralmente insuflados por uma minoria atuante. Não foi difícil a esta liderança levar o povo à Câmara, no dia 19 de outubro, para um pronunciamento que, desta vez, seria considerado de ruptura pela Junta de Oeiras e pelo Governador das Armas” Idib, p. 35.

¹⁵²⁰ 2006, p. 35.

¹⁵²¹ “Vê-se que a 30 de setembro já se conhecia no Piauí o movimento original das margens do Ipiranga, e que o Ceará aderira à Independência”. 2006, p. 65.

¹⁵²² Referência a esse ofício foi encontrada em REIS, Amada de Cássia Campos. História e Memória da Educação em Oeiras – Piauí. Dissertação de Mestrado. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2006. In: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2006/historia_oeiras-amada.pdf (acesso em 23/07/2014). P. 41.

efetiva Independência foi realizada, por sua vez, em Oeiras, em 24 de janeiro de 1823, como se verá abaixo.

A aparente confusão em Parnaíba sobre o apoio à Regência de D. Pedro, à “Independência do Brasil e à União com Portugal” mostra que os partidários do Rio de Janeiro, apesar da importante decisão em 19 de outubro de 1822, não tinham uma clareza total do que pretendiam com a declaração. O Mons. Joaquim Chaves aponta exatamente essa inconsistência, apontando a impressão de que os independentes de Parnaíba “ainda não sabiam bem o que queriam”¹⁵²³. Segundo o autor, Simplício Dias posteriormente referiu-se a subterfúgios que teria utilizado na declaração de 19 de outubro de 1822, destinados a ganhar tempo com relação à junta em Oeiras, enquanto se organizava o apoio político-militar, em coordenação com o Ceará. Chaves estima que esse argumento apareceu posteriormente.

À indecisão somou-se possível precipitação do movimento. O próprio Barão da Parnaíba, que posteriormente liderou o movimento em Oeiras, estimou que a decisão de Parnaíba provocou a marcha de Fidié e a batalha no Jenipapo, sendo que um momento mais oportuno teria salvado vidas. Haja vista os desejos que o Barão tinha de assumir o Governo, e do fato de que ele não foi destinatário de comunicações de Parnaíba¹⁵²⁴, é necessário cautela com relação a sua avaliação ao movimento de Parnaíba. Mesmo assim, Joaquim Chaves é de parecer que a própria declaração de 19 de outubro revelava a complexidade e confusão política do período¹⁵²⁵:

(...) a meu ver, a verdade nua e crua é esta: os parnaibanos não sabiam bem o que queriam naquele 19/10/1822. E a gente tem que entender a situação deles de perplexidade e de incerteza, perdidos nesta Província central onde as notícias chegavam com grande atraso, em meio àquela confusão que ia por todo o país dividido entre partidários de D. João VI e do Príncipe Dom Pedro, ambos portugueses, e recebendo ordens contraditórias de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Pouco tempo depois da proclamação, os ventos se voltaram contra os independentistas. A primeira reação contrária se deu na própria cidade de Parnaíba, onde havia um número grande de portugueses. Estes se organizaram, enviaram cartas a São Luís, denunciando o movimento, e se armaram, convencendo, nesse processo, algumas figuras militares a os apoiarem. Os partidários do Rio de Janeiro se viram, já

¹⁵²³ 2006, p. 37

¹⁵²⁴ In: Fidié, 2006, p. 134.

¹⁵²⁵ 2006, p. 48.

nesse momento, limitados em suas capacidades de reação¹⁵²⁶. Ficava claro que não resistiriam, sozinhos, a um aparato militar maior. Despacharam, por essa razão, pedido de ajuda à Granja do Crato, no Ceará. O apoio cearense tardaria, no entanto, a chegar.

Paralelamente, ofícios sobre a proclamação de Parnaíba foram enviados a Campo Maior, Oeiras e para o Crato, no Ceará. Não encontraram eco nesse intento. Ao longo do processo, algumas outras figuras foram se movimentando discretamente em prol do Rio de Janeiro, tal como o capitão Luiz Rodrigues Chaves passou a fazer em Campo Maior¹⁵²⁷. Mas não receberam os parnaibanos apoios imediatos no resto da Província. Sua causa não parecia prosperar. O pior resultado do 19 de outubro foi, no entanto, a reação de Oeiras e de Fidié.

c) Fidié toma a ofensiva e os revoltosos se retiram

As primeiras notícias do movimento da Parnaíba atingiram Oeiras ainda em fins de outubro, por informações incompletas, vagas. A Junta e o Governador das Armas não se mobilizaram nesse primeiro momento, mas, com a confirmação do movimento, em 5 de novembro de 1822¹⁵²⁸, desencadeou-se rápida ação. A política, como em todo o Brasil de 1821-1823, não se distanciava do mundo militar.

Tendo presente suas instruções do Rei D. João VI de “manter-se” e as informações que já circulavam sobre os movimentos pró-Rio de Janeiro em outras regiões, principalmente no Ceará¹⁵²⁹, Fidié decidiu passar à ofensiva e sufocar quaisquer movimentos que pudessem ganhar vulto. Para Abdias Neves, a estratégia de Fidié foi equivocada, ao deixar Oeiras vulnerável, exposta a múltiplos ataques¹⁵³⁰. Não parecia o Governador de Armas contar com uma revolta na cidade e, se a rápida ação contra Parnaíba tivesse sucesso, asseguraria toda a Província e até poderia, como se viu, ampliar a proteção da Coroa portuguesa sobre o Ceará o mesmo sobre a Bahia. Não

¹⁵²⁶ Simplício Dias escreveu sobre essa ação portuguesa: “Bem que Comandante do Destacamento e Coronel de um Regimento de Cavalaria, de defesa nenhuma pude fazer, porque nesta Vila o número de contrários era grande, e os soldados do meu comando se acharem dispersos pelo distrito, cuja extensão é de mais de quarenta léguas, todos indecisos e aterrados”. In: Adrião Neto, 2014, p. 2.

¹⁵²⁷ D’Alencastre, 1857, p. 45.

¹⁵²⁸ Abdias Neves, 2006, p. 67.

¹⁵²⁹ Fidié, *Vária Fortuna de um Soldado Português*, 2006, p. 133.

¹⁵³⁰ 2006, p. 71.

pretendia o Governador de Armas limitar-se a Parnaíba. Era uma estratégia arriscada, mas que poderia dar frutos.

A decisão, na verdade, era de estabelecer base de operações em Campo Maior, a partir da qual operaria sobre o Piauí e também sobre o Ceará, neste segundo caso recusado pela Junta do Maranhão. Essa resposta veio apenas em 18 de janeiro de 1823, quando Fidié havia chegado a Parnaíba e os cearenses já estavam em mobilização para atacá-lo. Antes disso, em novembro de 1822, a Junta Governativa de Oeiras reuniu-se e emitiu proclamação contra os “facciosos”, autorizando Fidié a tomar todas as providências para conter a revolta e tirar do poder os civis envolvidos no episódio de 19 de outubro.

Enquanto a Junta deliberava, o Governador de Armas mobilizou tropa e milícias. Enviou ofícios a vários Comandantes, para que convergissem para Campo Maior, buscou recursos e adquiriu insumos para a ofensiva. Um emissário foi enviado a Caxias, no Maranhão, para comprar 15 arrobas de pólvora. A construção do Hospital Militar foi interrompida para que os recursos fossem reorientados para a urgente mobilização.

Naquele momento, o Piauí contava com um Batalhão de 1ª. linha, 5 regimentos de milícias (três de cavalaria, dois de Infantaria) e quatro companhia de pedestres¹⁵³¹. A maior parte dessa tropa acompanhou o Governador de Armas na marcha a Parnaíba. Das tropas que acabaram ficando em Oeiras, boa parte acabaria mudando para o lado do Rio de Janeiro, mas o número seria insuficiente para uma defesa própria. Deveriam contar com tropas de fora, especialmente do Ceará.

Fidié cita, em sua *Vária Fortuna de um Soldado Português*, passagem do livro de George Gardner, segundo a qual paralelamente às mobilizações em Oeiras, o Barão de Parnaíba (Brigadeiro Souza Martins), que já era favorável ao Rio de Janeiro, mas tinha influencia muito pequena naquele momento, enviou cartas a várias localidades dizendo que ele e alguns amigos também estavam prontos a se mobilizar. Recebeu, naquele contexto, algumas respostas, que o instavam a não perder tempo. Enquanto Fidié estava em Oeiras, a ação seria impossível, mas o cenário posterior poderia ser diferente. A segurança de Oeiras seria entregue ao Capitão Agostinho Pires, português e pró-Lisboa.

Eficiente, a mobilização do Governador de Armas resolveu-se rapidamente. Nesse meio tempo, em 12 de novembro de 1822, Fidié recebeu informação do Major

¹⁵³¹ Abdias Neves, 2006, p. 104.

Higino Xavier Lopes sobre a situação em Campo Maior¹⁵³². Até então, pouco se sabia o que ali se passara. Lopes enviava, também, dados sobre o episódio de Parnaíba. Foi com base nesses elementos que, no dia seguinte, Fidié reuniu-se com a Junta de Governo, emitindo-se a proclamação¹⁵³³ aos parnaibanos e autorizando a marcha do Governador de Armas.

Já no dia seguinte, 14 de novembro de 1822, Fidié partiu, dando início a uma lenta marcha de 660 quilômetros. Reuniu tropa de aproximadamente 1.500 homens¹⁵³⁴. Ao longo do caminho, foram juntando-se outros elementos, ampliando-se igualmente as informações sobre os “facciosos”. A Junta de Oeiras enviou, em 19 do mesmo mês, ofícios à Junta do Maranhão, para informar a decisão e pedir reforços¹⁵³⁵. Os maranhenses também responderam rapidamente, enviando o Brigue *Intante Dom Miguel* a Parnaíba, que chegou a Parnaíba antes mesmo de Fidié¹⁵³⁶.

O Governador de Armas chegou em Campo Maior em 24 de novembro de 1822, sendo recebido calorosamente por parte da população da vila¹⁵³⁷. Na presença de Fidié, a Câmara de Campo Maior reuniu-se, no dia seguinte, para reiterar o juramento a D. João VI e às Cortes de Lisboa¹⁵³⁸. Há controvérsia na interpretação sobre se essa medida foi “forçada” por Fidié ou se foi espontânea. De todo modo, Campo Maior estava, naquele momento, ao lado de Lisboa.

O Governador de Armas demorou-se alguns dias na vila, para terminar a mobilização e colher novas informações, inclusive de espões que enviara à Parnaíba. Estes traziam notícias contraditórias, algumas sugerindo que os parnaibanos se preparavam para resistir¹⁵³⁹. A informação fez com que Fidié reforçasse os pedidos de auxílio de Caxias. Ainda em Campo Maior, encontrou correios vindos de Parnaíba, que haviam ficado retidos na cidade e continham várias cartas sediciosas, que foram remetidas a Oeiras. Nestes havia também ofício de Simplício Dias, dizendo-lhe que em

¹⁵³² Abdias Neves, 2006, p. 68.

¹⁵³³ O texto da proclamação pode ser encontrado em Abdias Neves, 2006, p. 68.

¹⁵³⁴ Hermínio Brito de Conde, in: Fidié, *Vária Fortuna de um Soldado Português*, 2006, p. 20.

¹⁵³⁵ José Honório Rodrigues, 2002, p. 284.

¹⁵³⁶ Vide OFÍCIO do [comandante Militar do Maranhão], Agostinho Antônio de Faria, ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Cândido José Xavier, sobre o controle da insurreição ocorrida na vila da Parnaíba, tendo os rebeldes fugido para o Ceará com a chegada dos reforços do governador das Armas, a sua tropa e com o auxílio do brigue de Guerra Infante D. Miguel. Em 21 de dezembro de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1666. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁵³⁷ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 41.

¹⁵³⁸ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 42.

¹⁵³⁹ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 42.

Parnaíba tudo estava em sossego¹⁵⁴⁰. O movimento parnaibano, na verdade, já perdia impulso¹⁵⁴¹.

Fidié enviou, na sequência, ofícios à Parnaíba, dando conhecimento da marcha e conclamando os parnaibanos a desfazerem seu ato. A notícia da ofensiva do Governador das Armas provocou forte agitação na cidade, pânico em alguns casos. Falava-se em 6 mil homens e várias peças de campanha¹⁵⁴². Também chegavam a Parnaíba notícias da vinda de reforços de São Luís. Em 10 de dezembro de 1822, aproximou-se da cidade o Brigue *Infante Dom Miguel*, que, comandado pelo Capitão Francisco de Salema Freire Garção, aportou em Santa Rosa, distante uma légua da vila¹⁵⁴³.

Sem estrutura para resistir, sem receber o apoio pedido do Ceará, que se encontrava em meio a forte instabilidade política (como se verá abaixo), a situação dos parnaibanos se tornou insustentável. Houve sinais de arrependimento de alguns dos participantes do movimento parnaibano, ao passo que Simplício Dias se demitiu do Comando Militar de Parnaíba, por motivos de saúde. Numa tentativa de solucionar o caso, a Câmara de Parnaíba enviou a Fidié um ofício, em 27 de novembro de 1822, na qual solicitava a suspensão da marcha¹⁵⁴⁴. Os signatários sustentavam não ter negado obediência às autoridades da Província e diziam não ter planos para resistir. Segundo o documento, o movimento de 19 de outubro, era explicado da seguinte forma:

(...) se as autoridades da Vila foram obrigadas a ceder à vontade do povo, foi a fim de evitar maiores males que nos ameaçavam, visto o grande entusiasmo que se havia apoderado dos povos e para evitar as cenas de guerra civil em que arde a vizinha Província do Ceará, dividida em dois Governos Provisórios, sendo um na Vila de Fortaleza, e outro em Icó; nem se prestou, aqui, juramento algum.

O manifesto surtiu pouco efeito¹⁵⁴⁵. No início de dezembro de 1822, Fidié recebeu notícias importantes de outras cidades do Piauí e do Maranhão, que reforçavam

¹⁵⁴⁰ Idem, p. 42.

¹⁵⁴¹ “Em Parnaíba, o primeiro entusiasmo das festas da aclamação do dia 19 de outubro já havia esfriado. O povo estava decepcionado. Afinal de contas, tudo continuava como dantes, nada havia mudado. Entre os chefes começaram a surgir as mútuas recriminações. Não tinham armas, nem munição, nem soldados, nem fortificações. Que iriam fazer, se fossem atacados?” Mons Joaquim Chaves, 2006, p. 45.

¹⁵⁴² Abdias Neves, 2006, p. 74.

¹⁵⁴³ Abdias Neves, 2006, p. 77.

¹⁵⁴⁴ In: Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 47.

¹⁵⁴⁵ Conforme aponta Adrião Neto: “nem mesmo a repentina e inexplicável mudança de atitude do Senado da Câmara, abandonando os seus ideais de liberdade, posicionando ostensivamente favorável à causa lusitana, foi suficiente para garantir a tranquilidade dos protagonistas de 19 de Outubro. Acuados por meia dúzia de portugueses residentes na Vila e amedrontados com a aproximação de Fidié, não tiveram outra opção a não ser a fuga”. 2014, p. 4.

sua posição e lhe permitiam seguir a marcha. De Piracuruca, recebeu informações de fuga dos “facciosos”, ao passo que Caxias e São Bernardo (MA) enviavam ofícios oferecendo auxílio. Caxias havia sofrido com movimentações políticas, e estava administrada por um Conselho Militar Extraordinário¹⁵⁴⁶. O Governo Provisório do Maranhão, ao mesmo tempo, enviou informação a Fidié do deslocamento de tropa de linha para localidade próxima, em Carnaubas. No início de dezembro de 1823, Fidié recebeu novas peças de artilharia.

Com todos os preparativos avançados, Fidié retomou a marcha em 7 de dezembro. Partiu ele próprio no dia seguinte, levando consigo os últimos 380 soldados. Para Adbias Neves, a movimentação em direção à Parnaíba foi um segundo erro tático de Fidié, que deixava, com isso, ponto estratégico de apoio tanto à Oeiras quanto à Parnaíba¹⁵⁴⁷. Joaquim Chaves, por outro lado, estima que chegar à Parnaíba era o plano inicial do Governador de Armas, a fim de sufocar de uma vez por todas a rebelião, e estabelecer um exemplo¹⁵⁴⁸. Como visto, Fidié pretendia até ir além, entrando no Ceará.

No momento da partida de Fidié, boa parte dos líderes de Parnaíba já haviam se retirado da vila, entre 21 de novembro e 4 de dezembro de 1822¹⁵⁴⁹. Partiam para tentar reunir-se posteriormente, com maior apoio e força militar. Esse movimento incluía ações para fazer com que outras vilas também se movimentassem politicamente. Mesmo com as ações militares, a efervescência política aumentava, ao contrário do que pretendia Fidié. Ela permanecia, porém, discreta. Na prática, como já apontado, nenhuma vila aderira ao movimento de Parnaíba até fins de 1822.

Nesse período, até a retirada dos líderes do 19 de outubro, houve movimentações contraditórias por parte dos parnaibanos. De um lado, o Senado da Câmara da Vila escreveu às vilas cearenses, em 4 de dezembro, para informar da “ocupação da vila” pelo Brigue *Infante Dom Miguel*¹⁵⁵⁰. A Câmara também escreveu ao Capitão Felipe José Naves, comandante de tropa maranhense que se aquartelara em Carnaubeiras, para auxiliar Fidié, solicitando-o que não atacasse a vila. No dia 12 de dezembro, o mesmo Senado enviou outro ofício, desta feita ao Comandante do *Infante Dom Miguel*,

¹⁵⁴⁶ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 43.

¹⁵⁴⁷ 2006, p. 77.

¹⁵⁴⁸ 2006, p. 48.

¹⁵⁴⁹ Abdias Neves, 2006, p. 77.

¹⁵⁵⁰ O Ofício se encontra transcrito na obra do Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 48. Vide, também, Adrião Neto, 2014, p. 4.

pedindo-lhe que se aproximasse ainda mais de Parnaíba, para uma defesa contra eventual ataque cearense¹⁵⁵¹.

Nenhum dos pedidos foi atendido e, ao fim, Fidié continuou a marcha, entrando em Parnaíba em 18 de dezembro de 1822. Com a fuga dos principais líderes do movimento pró-Rio de Janeiro, “ali não achou a quem castigar”¹⁵⁵². Já em seu caminho fora trocando correspondências com os parnaibanos. Parnaíba sofria, especialmente, com a falta de farinha, cujo envio à cidade fora proibido pelo Maranhão¹⁵⁵³.

Uma vez na cidade, foram tomadas as providências tradicionais de juramento a D. João VI, missas solenes, revista de tropas e outras demonstrações de apoio político. Foi também determinado que o Comandante do *Dom Miguel* organizasse um reduto defensivo próximo a Parnaíba, na barra do Caju, utilizando para tanto peças e outros suprimentos do Brigue. Paralelamente, Fidié despachou novos ofícios a São Luís, pedindo reforço de armas e munições¹⁵⁵⁴. Solicitou, também, apoio maranhense para invadir o Ceará, como se viu acima. Enquanto isso se passava em Parnaíba, em 17 de janeiro de 1823, José de Sousa Coelho chegou ao Crato, no Ceará, para demandar socorros do Governo local contra Fidié¹⁵⁵⁵. Tanto o Governador de Armas quanto os revoltosos buscavam, assim, apoios externos para as próximas etapas da batalha, as quais se preparavam em vários pontos da região.

d) A sustentação do conflito pelas outras Províncias: a participação do Maranhão, Pará e Ceará

O caso do Piauí na Independência brasileira, ademais de revelar como os ventos políticos daquele momento foram heterogêneos e redundaram na guerra, é oportuno para romper a visão de um isolamento que se atribui aos combates na Guerra de Independência. Não foram, como se insiste aqui, situações isoladas, restritas à

¹⁵⁵¹ Ofício dos oficiais da Câmara da vila da Parnaíba, ao comandante do brigue Infante D. Miguel, Francisco de Salema Freire Garção. In: *Catálogo de Documentos Manuscritos avulsos referentes à Capitania do Piauí existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. AHU_Bahia, cx. 213, doc 10 (AHU_CU_016, Cx 31, D. 1664). Vide também Abdias Neves, 2006, p. 78.

¹⁵⁵² D'Alencastre, 1857, p. 45.

¹⁵⁵³ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 48.

¹⁵⁵⁴ Abdias Neves, 2006, p. 79.

¹⁵⁵⁵ José Honório Rodrigues, 2002, p. 285.

resistência de algumas tropas portuguesas. A situação era mais confusa, a batalhas mais amplas e envolvendo, normalmente, regiões inteiras. No Piauí se batalhou por praticamente todo o Norte.

Como visto acima, Fidié buscou fortemente se apoiar no Governo maranhense, tendo em conta, dentre outros fatores, sua missão de se “manter” no Piauí, servindo de escudo contra os partidários do Rio de Janeiro. Em toda sua ação, enviou ofícios à Junta Governativa de São Luís e, também, aos principais comandantes próximos à região, em Caxias e em São Bernardo. Fidié recebeu apoio rápido, seja em suprimentos de guerra e homens, seja em outras medidas de apoio. Foi proibida a venda de farinha ao Piauí, tornando a situação em Parnaíba era bem precária, como visto acima.

No plano militar, conforme citado, o “Maranhão prontificava-se ainda a prestar a Fidié todo e qualquer auxílio de tropas disponíveis naquela Província”¹⁵⁵⁶. Ao receber as notícias de Parnaíba e os pedidos de apoio de Fidié, a Junta maranhense realizou mobilização militar para ampliar os Corpos de Milícias e enviou-os para vilas próximas à fronteira¹⁵⁵⁷. Caxias recebeu 300 soldados de 1ª. linha, comandados pelo Tenente-Coronel Manoel de Sousa Pinto de Magalhães¹⁵⁵⁸. Foram também despachadas ordens para comandantes militares no interior, para que recrutassem novas tropas e organizassem suprimentos, o que ocorreu, por exemplo em Carnaubeiras, vila que atuou no apoio a Fidié quando da entrada deste na Parnaíba.

Mais do que a mobilização interna, reforçando as fronteiras com o Piauí, o Maranhão partiu em auxílio a Fidié. As tropas de Carnaubeiras e de Caxias foram postas à disposição do Governador das Armas do Piauí. Como visto, o Governo de São Luís despachou imediatamente a Parnaíba o Brigue *Infante Dom Miguel*, que servia de apoio marítimo à Província. De Caxias foram enviados suprimentos, especialmente peças de artilharia e pólvora. Já em Parnaíba, Fidié liberou o Brigue *Infante Dom Miguel* para retornar a São Luís e despachou novos pedidos, que foram atendidos, de armas e munições, que incluíam “23 cunhetes, 200 balas, 64 pirâmides, 136 lanternetas calibre 12, e 35 libras de mórões”.

A posição do Governo da Junta do Maranhão serviu, ainda do ponto de vista militar, para manter Oeiras sob pressão, após a revolta nessa cidade, em 24 de janeiro de 1823, a ser tratada na próxima seção. O projeto da nova Junta de Oeiras foi o de, em um

¹⁵⁵⁶ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 44.

¹⁵⁵⁷ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 70.

¹⁵⁵⁸ Idem, p. 70.

primeiro momento, buscar a neutralidade maranhense e não ampliar a causa da Independência para lá. Isso se observa em proclamação dos independentistas de 30 de janeiro de 1823, na qual explicavam as ordens de proibição de saída de gado para o Maranhão. No documento, a nova Junta de Oeiras diz ter rogado às autoridades maranhenses que se mantivessem neutras, o que, em sua opinião, já seria suficiente, de modo que o transporte do gado seria retomado “logo que o Governo do Maranhão declarar que nos não incomodará com nosso sistema político”¹⁵⁵⁹. Oeiras, nessa proclamação, quase reconhecia uma situação de quebra do antigo Reino do Brasil em dois Estados.

Ao mesmo tempo em que tentava neutralizar politicamente o Maranhão, Oeiras buscava aprimorar seus meios de defesa. A mobilização tinha sentido, pois, assim que soube da adesão de Oeiras à Independência, o Comandante Militar do Maranhão, Agostinho Antônio de Faria, fortificou “todos os pontos na margem do rio Parnaíba do lado do Piauí” e enviou novas levas de soldados e suprimentos para Caxias, para sua defesa¹⁵⁶⁰. Agostinho Antônio manteve, em todo esse tempo, comunicação direta com Fidié.

Com poucas tropas¹⁵⁶¹ e ainda sem os auxílios cearenses e de outras Províncias, os independentistas de Oeiras temiam ação maranhense diretamente contra eles e procuravam mecanismos de proteger sua margem do Rio Parnaíba e impedir ações inimigas¹⁵⁶². Tropas pró-Rio de Janeiro foram preparadas para guarnecer o porto de São Gonçalo. Outras providências foram tomadas para guarnecer outras passagens do Parnaíba. Ainda em 20 de fevereiro de 1823, dias antes do combate no Jenipapo e com as movimentações militares dos dois lados convergindo para Campo Maior, as autoridades de Oeiras elaboraram plano para mobilizar os recursos da vila e todos os homens que pudessem pegar em armas. Também tentaram organizar as tropas pernambucanas que vinham em seu auxílio em posições defensivas em diferentes

¹⁵⁵⁹ A proclamação se encontra integralmente transcrita em Abdias Neves, 2006, p. 102.

¹⁵⁶⁰ OFÍCIO do [comandante Militar do Maranhão], Agostinho Antônio de Faria, ao secretário de estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier, sobre a vila de Oeiras do Piauí ter aderido à independência; informando ter fortificado todos os pontos na margem do rio Parnaíba do lado do Piauí; enviando munições de guerra e armas; de soldados à vila de Caxias para defendê-la, e remetendo o ofício do governador das armas do Piauí que não está em boa situação depois da insurreição da capital de Oeiras. Em 11 de fevereiro de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 32, D. 1681. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁵⁶¹ “Alguns milicianos dos regimentos de Cavalaria e alguns policiais”. Mons. Joaquim Chaves, 2006, p.

68

¹⁵⁶² Abdias Neves, 2006, p. 106.

localidades¹⁵⁶³. Enquanto Oeiras se preocupava com a ameaça maranhense, as tropas conjuntas de piauienses e cearenses em Campo Maior e Piracuruca se preparavam para enfrentar Fidié.

O Maranhão manteve-se, assim, como um perigo permanente sobre Oeiras, desviando em muito a atenção dessas autoridades ao que se passava no Norte da Província.

O apoio maranhense aos vintistas vinha, por fim, na arena política. A Junta de São Luís manteve Lisboa informada dos episódios no Piauí desde o início da marcha de Fidié. As notícias militares eram enviadas pelo Comandante Militar do Maranhão, Agostinho António de Faria, ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra¹⁵⁶⁴. Paralelamente, em notícias públicas ou em informações enviadas às Cortes, a Junta do Maranhão emitia seus sinais de sustentação da causa portuguesa. Em 26 de fevereiro de 1823, o *Conciliador do Maranhão*, jornal de forte tendência pró-Cortes, como se verá na seção abaixo, relatou que Fidié estava fortificando Parnaíba. Na opinião do diário, “se aquele benemérito oficial encontrar a devida fidelidade, e coragem na Tropa que o acompanha talvez possa bem cedo fazer arrepender os ambiciosos, que tentam sacrificar os seus concidadãos aos horrores da Guerra”¹⁵⁶⁵.

O apoio a Fidié não se limitou, no entanto, ao Maranhão. Segundo o próprio Governador das Armas¹⁵⁶⁶, a Junta maranhense enviou também ofícios ao Pará, que respondeu positivamente. Foram enviados 200 soldados para apoiar Fidié, que se juntaram ao Governador de Armas já com a batalha adiantada, atuando no cerco a Caxias¹⁵⁶⁷. Os pormenores dessa decisão serão apresentados na seção sobre o Pará.

Para enfrentar a situação no Piauí, desse modo, o Maranhão e, em menor medida, o Pará, atenderam aos pedidos do Governador de Armas piauiense. Faltou, porém, apoio nas etapas posteriores, especialmente no cerco de Caxias, numa época em que a própria capital maranhense já se via ameaçada. Fidié menciona, em nota à sua memória, as expectativas da chegada de reforços de Portugal, em cinco navios e tropa significativa¹⁵⁶⁸. Esses reforços se relacionaram, na verdade, com as tropas que haviam

¹⁵⁶³ Abdias Neves, 2006, p. 111.

¹⁵⁶⁴ Há diferentes documentos sobre o tema no *Catálogo de Documentos Manuscritos avulsos referentes à Capitania do Piauí existentes no Arquivo Histórico Ultramarino* *Catálogo de Documentos Manuscritos avulsos referentes à Capitania do Piauí existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*.

¹⁵⁶⁵ O *Conciliador do Maranhão*, nº 170, em 26/02/1823. In: *Vária Fortuna de um Soldado Português*, 2006, p. 141.

¹⁵⁶⁶ In: *Vária Fortuna de um Soldado Português*, 2006, p. 131.

¹⁵⁶⁷ *Idem*, nota nº 63, p. 160.

¹⁵⁶⁸ In: *Vária Fortuna de um Soldado Português*, 2006, nota nº 61, p. 159.

deixado a Bahia, em 2 de julho de 1823, e que tentaram se dirigir ao Maranhão, para lá continuar a batalha. Perseguidos por Cochrane, cuja esquadra atuava exatamente para “impedir o inimigo de desembarcar tropas noutra parte”¹⁵⁶⁹, os navios não conseguiram atingir esse objetivo.

O apoio do Maranhão e do Pará, se foram rápidos, não atingiram, portanto, o nível de sustentação que Fidié necessitava para enfrentar os partidários do Rio de Janeiro. Do lado destes, pelo contrário, o auxílio tardou, principalmente em razão de instabilidades no interior do Ceará, mas quando chegou, veio em número maior. Foi com base nesse apoio das Províncias vizinhas que se desenrolou a ação militar no Piauí e no Maranhão.

Em todo o período em tela, o Ceará enfrentou dissensões internas, resultantes do processo revolucionário vintista e o caminho, gradual e não previsível, de adesão ao Rio de Janeiro. Este se fez, como em várias localidades, de forma confusa e com conflitos internos e disputas locais pelo poder. O Governo no Ceará havia se dividido em duas Juntas, uma no Icó e outra em Fortaleza. Nos dois casos ocorreram divisões entre os apoiadores das Cortes e resistentes a elas.

Em seus registros sobre o período¹⁵⁷⁰, a Câmara do Crato indicava, em 28 de setembro de 1822, preocupações sobre as eleições em Icó, para a Constituinte do Rio de Janeiro, uma vez que lá estava o Comandante Manoel Antonio Diniz, “inimigo declarado da causa do Brasil”. Dois meses depois, em 19 de novembro, a Câmara do Crato registrava a instalação do Governo provisório em Icó e necessidade de se avançar sobre Fortaleza, “visto o desorientado systema de governo provisório da capital, declarando-se contra a causa do Brasil e declarando-se inimigo de S.A.R.”¹⁵⁷¹. A oposição de elementos em Fortaleza continuava ainda em dezembro, tendo o Crato registrado os “males” dos opositores do Brasil¹⁵⁷².

O caso cearense somente se resolveu em 15 de janeiro de 1823, quando o Governo do Icó tomou posse em Fortaleza¹⁵⁷³. Mesmo após a unificação do Governo, entretanto, continuaram os problemas, a ponto de se falar em “guerra civil” no

¹⁵⁶⁹ Cochrane, *Narrativa de Serviços*, 2003, p. 74.

¹⁵⁷⁰ “Actas da Camara do Crato, de 11 de maio de 1817, até 27 de janeiro de 1823”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXV, 1862. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> (acesso em 29/07/2014). P. 52.

¹⁵⁷¹ Idib, p. 55.

¹⁵⁷² Idib, p. 57.

¹⁵⁷³ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 46.

Ceará¹⁵⁷⁴. Essa desordem impactou, em alguns casos, diretamente na marcha da tropa contra Fidié. Isso se vê, por exemplo, na ordem ao Tenente-Coronel Jozé Ferreira de Azevedo, de 4 de abril de 1823, para que interrompesse a marcha e retrocedesse a Icó¹⁵⁷⁵. As razões não são explicitadas no ofício, ordenado por Jozé Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. A situação tinha relação, no entanto, com “o estado deplorável do Crato”¹⁵⁷⁶. Havia suspeitas de que lá se “se organiza um grosso partido contra a nossa santa causa”¹⁵⁷⁷.

A adesão cearense à Independência, desse modo, se fez com marchas e contra-marchas, mobilizações contra o Rio de Janeiro as quais, mesmo sufocadas, reapareceram meses depois em alguns pontos do Norte-Nordeste, em outra roupagem, na Confederação do Equador. Foi por essas razões internas que os cearenses não puderam, num primeiro momento, partir em auxílio em massa para Parnaíba. Apenas em janeiro de 1823, as condições se tornaram propícias.

Em 24 de janeiro de 1823, mesma data em que, como se verá, Oeiras se declarou pela Independência, foi aprovado o auxílio cearense às forças pró-Rio de Janeiro no Piauí¹⁵⁷⁸. Outras movimentações, esparsas e sem comando, já estavam adiantadas, mas a grande mobilização do Ceará foi aprovada em Sessão extraordinária da Câmara apenas naquele 24 de janeiro. O Deputado Xavier Sobreira propôs diretamente o apoio às requisições piauienses, no que foi aprovado. Passando às providências militares, foi decidido que tropas do Cariri, de Inhamuns e de Villa-Nova se mobilizariam, algumas para tarefas defensivas, outras para se dirigirem a Caratiús, Marvão e Valença (no Piauí), para atuarem em favor da causa brasileira. Jozé Pereira Filgueiras, Governador das Armas do Ceará, foi nomeado Comandante da expedição, e iria acompanhado de

¹⁵⁷⁴ “A machina politica da nossa província está desorganizada. Não resta mais duvida, que a guerra civil entra a mover seus braços para dilacerar-nos”. Ofício de Jozé Pereira Filgueiras, Quartel-General da villa do Icó, 21/04/1823. In: “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piauí e Maranhão para proclamação da independência nacional”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> (acesso em 10/11/2013). P. 318.

¹⁵⁷⁵ In: “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piauí e Maranhão para proclamação da independência nacional”. 1885, p. 251.

¹⁵⁷⁶ Ofício de Jozé Pereira Filgueiras, Quartel-General da villa do Icó, 24/04/1823. “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piauí e Maranhão para proclamação da independência nacional”. 1885, p. 330.

¹⁵⁷⁷ Idem, p. 308.

¹⁵⁷⁸ In: “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piauí e Maranhão para proclamação da independência nacional”, 1885, p. 237.

Tristão Gonçalves, delegado do Governo¹⁵⁷⁹. A despesa da expedição ficaria por conta de Oeiras, “pelas circunstancias d’esta província”.

Dois dias depois, o Governo do Ceará enviou aviso à Junta Provisória do Piauí informando dos socorros. No documento, os cearenses referiram-se à fórmula utilizada por D. Pedro para marcar o projeto de extensão do novo Império a todo o território do Reino do Brasil, afirmando que “o grito da independência do Brazil tem retumbado **desde o Prata até o Amazonas** (grifo nosso), mas ainda a desgraça persegue alguns dos seus habitantes”¹⁵⁸⁰. O Governo do Ceará solicitava, então, informações mais precisas sobre a marcha de Fidié e sobre “uma inteligência do seu modo de pensar sobre a cauza do Brazil”¹⁵⁸¹. Mais importante ainda, os cearenses “certificavam” que “10.000 homens marchão na direção a Piauí, e que igual numero se dispõe para o socorro no caso de urgência”¹⁵⁸². Para evitar confusões, insistiam que essas tropas retrocederiam assim que a causa da Independência triunfasse (esse tema será mencionado no fim da seção sobre o Maranhão).

Os cearenses adotaram série de importantes medidas para mobilizar o maior número de tropas e de suprimentos para o auxílio ao Piauí. Mas a estratégia terminaria por avançar além do apoio aos piauienses, transformando-se em uma invasão do Piauí em três pontos (um pela vila de Piracuruca, outra em direção a Campo Maior e uma terceira, de cearenses e pernambucanos, que se dirigiu a Oeiras) que terminou no cerco a Caxias, já no Maranhão.

Há diferentes números sobre o total de mobilizados na marcha contra Fidié e contra o Maranhão. O próprio Governo cearense mencionava, como se viu, ter 20 mil homens disponíveis, 10 mil já em marcha e outro tanto equivalente em reserva. José Honório Rodrigues coloca o número da força combinada em algo em torno de 8-10 mil soldados¹⁵⁸³, sendo que o próprio Fidié menciona, em sua memória, que no cerco de Caxias, os inimigos chegaram a 9 mil homens¹⁵⁸⁴.

Tratava-se de tropa com baixo treinamento, improvisada, com pouca disciplina e sérias limitações de equipamento. Maria do Amparo Alves de Carvalho sublinha como as linhas pró-Rio de Janeiro utilizaram armas artesanais: muitos apenas adaptavam os

¹⁵⁷⁹ Idib, p. 238-239.

¹⁵⁸⁰ Idem, p. 241.

¹⁵⁸¹ Idem, p. 241.

¹⁵⁸² Idem, p. 242.

¹⁵⁸³ 2002, p. 288.

¹⁵⁸⁴ 2006, p. 124

instrumentos de trabalho do dia a dia agrícola em armas, “tamanha era a escassez de instrumentos bélicos adequados para tal batalha”¹⁵⁸⁵.

Os partidários da Independência enfrentaram, do outro lado, entre 1500-2000 soldados de primeira e segunda linha comandados por Fidié. Eram também nascidos nas Américas, em sua maior parte, disciplinados com cuidado pelo Governador das Armas e bem treinados. Haviam sido supridos com material do Maranhão e contavam, no momento da Batalha do Jenipapo, com 11 canhões, contra apenas 2 dos brasileiros¹⁵⁸⁶, estes que deram apenas dois tiros durante o confronto.

Os preparativos da força principal cearense tardaram, entretanto, semanas. A força não ficou pronta a tempo, por exemplo, de combater no Jenipapo ou para realizar as primeiras etapas da invasão do Maranhão. Sua partida foi aprovada em 18 de março de 1823, em sessão extraordinária, no Palácio do Governo. Ainda sem ter as notícias do Jenipapo, o Governo do Ceará classificou como risco o intento de Fidié de se dirigir a Oeiras “para submergi-la no abismo da desesperação”¹⁵⁸⁷. Já em 21 de março de 1823, as autoridades reconheciam a perda no Jenipapo (“deliberou-se, sob participações do destroço de nossas tropas auxiliaadoras, postadas no Piauí, feito pelas tropas” de Fidié)¹⁵⁸⁸, e ordenavam também o reforço das tropas na fronteira norte, que poderiam posteriormente convergir também sobre o Piauí. Apenas em 29 de março de 1823, Filgueiras e Gonçalves partiram de Fortaleza em direção ao Crato, onde se reuniram a maior parte das forças cearenses. A coluna cearense tinha como destino Oeiras.

Certa rivalidade entre piauienses e cearenses surgiu já naquele momento e, posteriormente, influenciou as visões históricas sobre o período. Cada um dos aliados, em certa medida, procurou valorizar suas ações e sublinhar equívocos do outro lado¹⁵⁸⁹. Essas diferenças, se bem que existentes, pouco alteram a visão geral do período, que mostra, essencialmente, amplo movimento militar opondo, de um lado, “brasileiros” e “portugueses” favoráveis à causa de Lisboa, contra também “brasileiros” e “portugueses”, de várias Províncias, lutando a favor do Rio de Janeiro. E não haverá como fugir do fato de que o Jenipapo foi uma derrota dos partidários de D. Pedro, ainda

¹⁵⁸⁵ 2010, p. 5.

¹⁵⁸⁶ José Honório Rodrigues, 2002, p. 288.

¹⁵⁸⁷ “Deliberação sobre a marcha do Governador de Armas”. In: “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piauí e Maranhão para proclamação da independência nacional”, 1885, p. 244.

¹⁵⁸⁸ Idem, p. 246.

¹⁵⁸⁹ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 90.

que a ação subsequente tenha mostrado a força das tropas conjuntas que cercaram Caxias.

Ademais do Ceará, a Junta de Oeiras recebeu, em 10 de fevereiro de 1823, informação de Exu, Pernambuco, de que o Capitão Manuel Carlos da Silva Saldanha marchava para apoiar os piauienses, passando pela Ribeira do Itaim¹⁵⁹⁰. A notícia era importante para a Junta independentista de Oeiras, preocupada que estava com a ameaça de invasão maranhense. Foi despachado um delegado de Oeiras, o Tenente Alexandre Bartolomeu de Carvalho para encontrar-se com a tropa, tendo ordens para leva-la para o porto de Santo Antônio, para onde já haviam sido despachados aproximadamente 100 soldados¹⁵⁹¹. Outro contingente piauiense também partira no início de fevereiro para reforçar a povoação do Poti e sua passagem no rio Parnaíba.

Se a presença do grosso das tropas cearenses e pernambucanas apenas se faria presente já no avançar da batalha, concentrando-se na invasão do Piauí e no cerco a Caxias, desde janeiro de 1823, mobilizados por lideranças piauienses e oficiais cearenses, grupos esparsos de piauienses e cearenses pró-Independência entravam em ação e buscavam alcançar a adesão de vilas piauienses à causa brasileira.

A primeira ação ocorreu em Piracuruca, em 22 de janeiro de 1823. No Ceará, o piauiense Leonardo de Carvalho Castelo Branco, que havia fugido de Parnaíba junto com os líderes do movimento pró-Rio de Janeiro, organizou tropa, que foi então dividida em duas “divisões”, uma da esquerda, outra da direita. Eram forças adaptadas, sem grande adestramento ou disciplina. A primeira divisão, liderada por Castelo Branco, rumou para Piracuruca, onde entrou em 22 de janeiro, aprisionando a pequena guarnição pró-Lisboa que lá estava. No mesmo dia foi proclamada a adesão à Independência do Brasil.

A tropa independentista deixou Piracuruca pouco depois, para reunir-se com a segunda divisão, que havia adentrado o Piauí diretamente em direção a Campo Maior. Os soldados pró-Lisboa que guarneciam a vila, recebendo a notícia da chegada das forças independentistas, revoltaram-se em 26 de janeiro. Afirmavam não querer combater os “corcundas” e demandaram a evacuação de Campo Maior, que foi realizada em 1º de fevereiro de 1823¹⁵⁹². No dia seguinte, foi proclamada a

¹⁵⁹⁰ Abdias Neves, 2006, p. 109.

¹⁵⁹¹ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 72

¹⁵⁹² Abdias Neves, 2006, p. 108.

Independência na vila, enquanto os soldados do outro partido marchavam para Poti, às margens do Parnaíba.

Leonardo Castelo Branco não continuou por muito tempo no combate, pois seria preso em 1º de março. Havia planejado atravessar o Parnaíba e ocupar a vila de São Bernardo, do lado maranhense, que julgava indefesa. Ludibriado por um oficial supostamente independentista, Castelo Branco cruzou o rio para tentar mobilizar a vila maranhense, mas acabou preso¹⁵⁹³. Enviado para São Luís, foi lá julgado e remetido para Portugal, onde foi recolhido na cadeia do Limoeiro, em 2 de junho 1823. Não seria o único dos prisioneiros pró-Rio de Janeiro remetidos a Lisboa. Suas ações em Piracuruca e na convergência a Campo Maior foram importantes em mostrar o ânimo de enfrentar, se necessário com violência, as tropas pró-Lisboa¹⁵⁹⁴. Leonardo Castelo Branco traduziu esse impulso em discurso sobre a proclamação da Independência em Piracuruca, apresentando – com certo exagero, é bem verdade – a força que deveria trazer a mudança política a favor do Rio de Janeiro:

Quereis que a vossa adesão à nossa santa e comum causa seja da força! Pois seres satisfeitos, - Ei-la: ela se apresenta. Um pé de exército de quarto a seis mil homens vai fazer o mesmo em Campo Maior; há mais um corpo de observação para conter o inimigo, a quem inquieta com contínuas correrias pela costa. Todos eles trazem os petrechos de guerra e várias peças de campanha, que tornam mais terríveis suas forças. Além destes corpos, um batalhão ligeiro de índios e brancos de mais 600 praças, destinado a cortar as relações do inimigo com o sul da província, ali plantou o seu quartel comandante pela voluntária reunião dos povos circunvizinhos.

No curto espaço de três dias tem visto crescer o duplo dos seus soldados.

Obtida a possível reunião dessas forças mencionadas, seguros da vitória, marcharemos alegres a desalojar o nosso tirano déspota do seu último mal seguro asilo...¹⁵⁹⁵

Era uma mudança importante de tom com relação ao momento anterior, da entrada de Fidié em Parnaíba sem dar um só tiro. O combate se tornava inevitável, e os

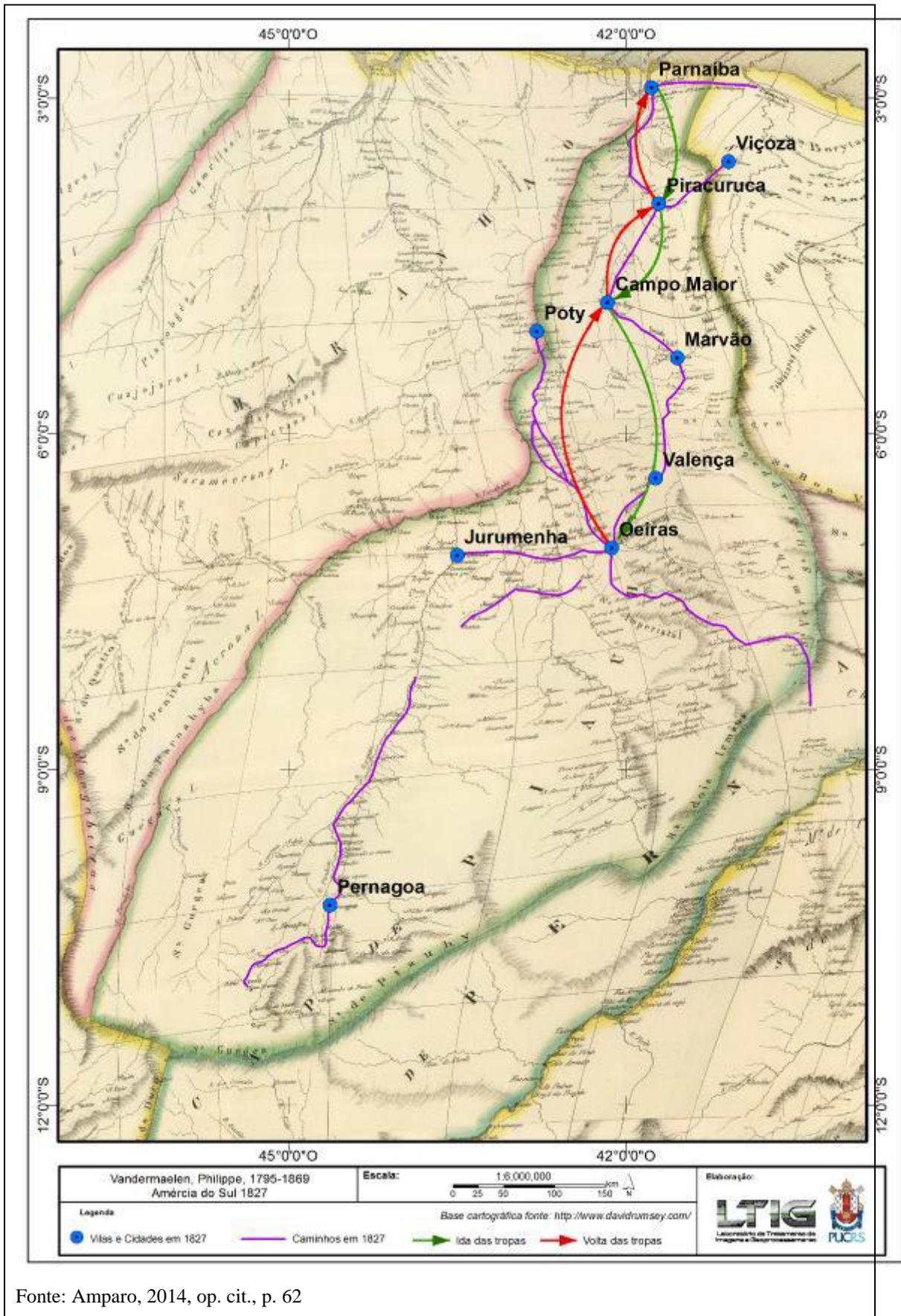
¹⁵⁹³ Abdias Neves, 2006, p. 139.

¹⁵⁹⁴ Vide AVELINO, Jarbas Gomes Machado. “Piracuruca e o curso do movimento de adesão do Piauí à Independência do Brasil”. In: <http://krudu.blogspot.fr/2012/04/batalha-do-jacare-em-piracuruca.html> (acesso em 04/08/2014).

¹⁵⁹⁵ In: BRITO, Anísio. O Município de Piracuruca (Separata do O Piauí no Centenário de Sua Independência). Piracuruca, reedição de Haroldo Barros, 2000. In: <http://www.piracuruca.com/index.php/revistas-e-livros> (acesso em 01/08/2014). P. 6.

movimentos políticos que ocorriam simultaneamente, em Oeiras, reforçariam ainda mais o conflito.

e) Revolta em Oeiras e a Batalha do Jenipapo



Fonte: Amparo, 2014, op. cit., p. 62

Com Parnaíba pacificada, no final de 1822, a ofensiva de Fidié parecia ter sido um sucesso. Várias vilas o haviam apoiado, reforços do Maranhão lhe auxiliavam. Com a negativa da Junta maranhense à operação contra o Ceará, Fidié passava ao compasso de espera. Enquanto isso, aprimorava-se a disciplina da tropa e o armamento, com os suprimentos do Maranhão¹⁵⁹⁶.

A situação continuava, porém, tensa. As movimentações no Ceará e em localidades piauienses anunciavam o risco de invasão, que efetivamente se realizou, em janeiro de 1823. Em ofício de 27 de janeiro de 1823¹⁵⁹⁷, Fidié registrou os esforços dos “sediciosos” do Ceará em “perturbar os espíritos” e informou sobre a marcha sobre Piracuruca, que, segundo ele, levaria a “anarquia” e a “sedição” não apenas ao Piauí, mas também ao Maranhão.

Foi nesse contexto que estouraram as novas proclamações de adesão ao Rio de Janeiro. A primeira delas se deu em Piracuruca, como visto na seção anterior, que precedeu por dois dias o levante em Oeiras. Este fora preparado discretamente, sob a liderança do Brigadeiro Silva Martins. O próprio Fidié reconheceu que, se num primeiro momento, quando da proclamação de Parnaíba, o Brigadeiro não tinha muita influência, suas ações e contatos renderam posteriormente frutos¹⁵⁹⁸. Silva Martins proclamou-se Presidente provisório da Província, ato que foi, posteriormente confirmado pelo Imperador.

Para o Mons. Joaquim Chaves, Fidié foi imprudente em ter deixado Oeiras com poucas tropas, uma delas, um Regimento de Cavalaria que fora transferido de Parnaíba, por suspeitas de simpatia ao movimento da Independência. Tenha sido um equívoco ou não, o Governador das Armas não esperava que a Junta no poder se mostrasse vacilante, a ponto de pouco fazer ante as movimentações políticas, discretas, mas ainda assim, perceptíveis. Ainda em 13 de dezembro de 1822, um grupo de seis homens invadiram a Casa da Pólvora, surraram a guarda e roubaram as armas lá estocadas¹⁵⁹⁹. Foi aberta uma devassa, mas sem resultado. Ainda em dezembro, as autoridades de Oeiras,

¹⁵⁹⁶ Mons Joaquim Chaves, 2006, p. 82.

¹⁵⁹⁷ OFÍCIO do governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier, sobre as notícias acerca das tropas sediciosas que marcham do Ceará para o Piauí, e solicitando o auxílio das tropas do Maranhão para defender os locais mais distantes do Piauí. Em 27 de janeiro de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 32, D. 1679. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁵⁹⁸ “Vária Fortuna de um Soldado Português”, 2006, p. 132.

¹⁵⁹⁹ Mons Joaquim Chaves, 2006, p. 52.

recomendaram ao Comandante da Guarnição que mantivesse a tropa em prontidão, mas sem instruções adicionais.

Numa tentativa de lidar com a situação, a Junta convocou na máxima urgência vários cidadãos da cidade para um encontro em 1º de janeiro de 1823, o que levou alguns conspiradores a temerem uma armadilha. A decisão fora impulsionada pelo Vigário colado de N. S. da Vitória, José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, que em 31 de dezembro de 1822 representara denunciando a ação de “pessoas incendiárias e facciosas”¹⁶⁰⁰. De fato, no desenvolvimento da sessão, foram denunciados suspeitos e aprovou-se sua prisão. Eram 12 nomes, dos quais apenas um foi efetivamente preso¹⁶⁰¹.

Poucos dias depois, a situação voltou a se movimentar com a chegada, em 11 de janeiro de 1823, de duas notícias importantes. Um correio trouxe proclamações do Rio de Janeiro e um Ofício do General Labatut, de 22 de dezembro de 1822, dando notícia da aclamação de D. Pedro e convidando o Piauí a aderir. Um dos ofícios de D. Pedro, de 3 de setembro de 1822 (que ainda não mencionava a independência), ordenava ao Piauí que bloqueasse o envio de víveres a Lisboa. A outra notícia que chegou a Oeiras, no mesmo dia, foi a do levante do contingente militar em Marvão. Temendo uma invasão, algumas autoridades de Oeiras escreveram a comandantes militares de localidades próximas, pedindo-lhes que se mantivessem atentos à situação na fronteira das Províncias¹⁶⁰².

A Junta recusou a aplicar a Proclamação de D. Pedro. Sobre a informação de Labatut, acusou-o de querer “acender (a anarquia) nesta Província, por meio de baionetas”. Escrevendo a Lisboa, no entanto, a Junta de Oeiras sublinhava¹⁶⁰³ que a ameaça não vinha da Bahia, mas, sim, do Ceará, contra quem estavam tentando se defender. Reconhecia a Junta, no entanto, a fragilidade nas defesas de uma Província “aberta, plana, pouco povoada, e com pouca tropa”. Por essa razão, Oeiras pediu, no mesmo 14 de janeiro, que Fidié regressasse à capital, pois estimava que Oeiras seria o primeiro ponto onde o inimigo atacaria, com o objetivo de dissolver o Governo e apoderar-se dos cofres públicos.

¹⁶⁰⁰ Mons Joaquim Chaves, 2006, p. 53

¹⁶⁰¹ Abdias Neves, 2006, p. 87

¹⁶⁰² Mons Joaquim Chaves, 2006, p. 56.

¹⁶⁰³ CARTA da Junta Governativa do Piauí, ao rei [D. João VI], remetendo a portaria que lhes foi expedida pelo Governo do Rio de Janeiro, em que proíbe e restringe a comunicação comercial com a Bahia e as cópias do ofício e proclamação em que fazem o convite ao Governo do Piauí para aderir à causa da independência. Em 14 de janeiro de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 32, D. 1673. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

Poucos dias depois, em 22 de janeiro de 1823, a Junta voltou a declarar-se¹⁶⁰⁴, mostrando preocupação com sua situação, especialmente, após a chegada das informações do Rio de Janeiro e de Labatut, que muito estimulavam os “facciosos”. Desta feita, a Junta optou por uma declaração pública dirigida a Cratéus e Marvão, na qual criticava a opção da Independência, avaliando que esta prejudicaria todos, (pela falta de “agricultura, artes, ciências...”), jogando-os na ignorância e ameaçando as famílias pelos resultados da luta. A proclamação era de fato um ultimado (“Não alegueis, depois, que o Governo vos não avisou, que ele bem claro vos fala”), que criticava os cearenses e recomendava aos piauienses “evita-los”.

A proclamação da Junta, que não foi seguida por nenhuma outra decisão, era insuficiente para evitar o movimento que já estava em Oeiras e que se colocou em movimento dois dias depois, no dia 24. Também recebendo informações sobre ações nas proximidades do Ceará e em outras localidades, os independentistas reuniram-se na casa do Brigadeiro Sousa Martins, onde havia um arsenal. Jagunços e agregados do Brigadeiro foram recrutados, temendo-se, num primeiro momento, uma luta contra as tropas de alguns oficiais que se mantinham pró-Lisboa¹⁶⁰⁵. Outras unidades já estavam do lado dos independentistas.

Sem maiores resistências, porém, o movimento tomou as ruas na madrugada de 24 de janeiro de 1823 e em pouco estava instalado no poder, com nova eleição de nova Junta e a proclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil. Ofícios foram despachados para várias cidades piauienses, para que seguissem o mesmo caminho, e para Lisboa. Neste caso, o novo Governo informava da destituição de Fidié do Governo das Armas e do reconhecimento do “Governo do Imperador Constitucional, e Perpetuo Defensor deste vasto Reino o Senhor D. Pedro d’Alcantara, e as Cortes Brazilienses”¹⁶⁰⁶. É interessante observar, dessa forma, que a proclamação fazia um duplo reconhecimento, a D. Pedro e à Assembleia Constituinte, colocando-os em

¹⁶⁰⁴ A íntegra da proclamação foi transcrita por Abdias Neves, 2006, p. 93.

¹⁶⁰⁵ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 59.

¹⁶⁰⁶ OFÍCIO da Junta Governativa do Piauí, aos oficiais da Câmara da Vila de Parnaíba, sobre o reconhecimento do governo de D. Pedro de Alcântara, e a instalação do novo Governo na Província do Piauí. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1677. Em 25 de janeiro de 1823 In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015). Vide também OFÍCIO do governador das Armas, tenente-coronel, Joaquim de Sousa Martins, ao capitão comandante da Primeira Companhia do Corpo de Pedestres, Roberto Vieira Passos, sobre a aclamação de D. Pedro I como imperador constitucional do Brasil e o juramento da independência pelo povo, Câmara, clero e tropas de Oeiras e as providências tomadas para se manter o juramento à independência na dita cidade e a resistência às tropas organizadas pelo ex-governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié. AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1676.

igualdade. Essa visão teria consequências importantes em fins de 1823, quando do fechamento da Assembleia Constituinte, provocando um distanciamento de grupos piauienses do Rio de Janeiro (vide Capítulo IX).

Comunicações foram igualmente enviadas ao Maranhão, neste caso buscando algum tipo de entendimento, que permitisse a continuidade do relacionamento, como visto na seção anterior. Se politicamente a nova Junta escrevia a São Luís de forma cordial, militarmente a reação foi outra, de agir defesivamente contra potencial ameaça cearense vinda do outro lado do rio Parnaíba, a ponto de as autoridades de Oeiras pouco terem se mobilizado contra a ameaça que vinha do norte, representada por Fidié. O “complexo do Maranhão”¹⁶⁰⁷, concentraria as atenções do novo Governo piauiense. Mons. Joaquim Chaves estima que se a Junta de Oeiras tivesse abandonado sua “obsessão” com a margem do Parnaíba e marchado em peso para Campo Maior, assumindo o comando de todas as tropas, o resultado militar poderia ter sido melhor.

Os efeitos do levante de Oeiras foram, sem dúvidas, mais intensos do que aqueles de Parnaíba¹⁶⁰⁸, pois o fato de a capital da Província se levantar tinha um impacto muito mais direto na política local. Também é preciso ter em conta que a conjuntura já era outra, a causa da Independência avançava, em janeiro de 1823, com objetividade e força maior, e a mobilização militar estava avançada. Não havia mais dúvida no fato de que a opção, naquele momento, já estava clara entre as Cortes lisboetas ou o Império do Brasil..

O maior efeito da proclamação foi, ao fim e ao cabo, o de impulsionar Fidié a recolocar-se em marcha, desta vez de volta para a Capital piauiense. Numa tentativa posterior de reforçar seu patriotismo a Portugal, Fidié enfatiza, em carta de 1843, que, no momento em que Oeiras proclamou-se pela Independência e no qual as forças cearenses já entravam na Província, poderia ter se retirado com o Brigue *Infante Dom Miguel*, para o Maranhão ou para outra localidade. Teria preferido, no entanto, ficar e lutar¹⁶⁰⁹.

As notícias do levante de Oeiras tardaram a chegar ao Governador das Armas, que então tomou a decisão de partir diretamente a Oeiras, para restabelecer a ordem portuguesa¹⁶¹⁰. Foi realizado, nesse processo, um conselho militar em Parnaíba¹⁶¹¹, no

¹⁶⁰⁷ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 61

¹⁶⁰⁸ Hermínio de Brito Conde. In: Fidié, 2006, p. 21.

¹⁶⁰⁹ Fidié, 2006, p. 119..

¹⁶¹⁰ D’Alencastre, 1857, p. 45.

qual Fidié e seus oficiais definiram como objetivo enfrentar os “facciosos” no interior da Província e restituir Oeiras ao “Sistema Constitucional”. O plano era passar por Campo Maior, em seguida para Conceição, a vinte léguas de Oeiras, onde a artilharia seria concentrada em preparação ao avanço sobre a capital piauiense.

Fidié precisou de tempo para terminar de organizar sua tropa e iniciar a marcha. Reconhecendo empregar “meios não triviais” para manter a disciplina da tropa (na sua maioria brasileira), o Governador de Armas mobilizou-se para reconquistar Oeiras. Reuniu, segundo ele, de “mil e tantos homens” (aproximadamente 1500), e partiu em marcha que refaria o mesmo caminho que, poucos meses antes, o havia levado a percorrer os mais de 600 quilômetros de Oeiras a Parnaíba. A coluna de Fidié partiu de Parnaíba em 1º de março de 1823, contando com o apoio de 11 peças de artilharia.

Nesse ínterim de mais de um mês, a causa da independência se espalhou pelo interior do Piauí, impulsionada também pela entrada das tropas pró-Rio de Janeiro, vindas do Ceará, em vários pontos da Província. Enquanto o novo Governo de Oeiras concentrava-se em medidas para defender-se de uma eventual invasão do Maranhão, outros grupos e líderes movimentavam-se por toda a Província. Todas as descrições desse período, como já ressaltado, dão conta de uma ação instável e caótica, na qual muitas desordens ocorreram e todos os setores da sociedade se viram envoltos. Ou seja, um clima que, como sempre, se observa em um território por onde passa uma guerra.

As manobras dos dois lados convergiram, então, para Campo Maior. De um lado, Fidié seguia linha reta, em direção a Oeiras, mas consciente de que haveria a possibilidade de enfrentar o inimigo antes de lá chegar. Do lado pró-Independência, já havia tropas em Campo Maior desde janeiro de 1823. No início de fevereiro, como se registrou, Leonardo Castelo Branco havia partido de Campo Maior para tentar negociações na Vila de São Bernardo, onde fora preso. Em 12 de fevereiro de 1823, entrou em Campo Maior o Capitão Luís Rodrigues Chaves, acompanhado de uma força de aproximadamente 180 cearenses¹⁶¹². Chaves assumiu a direção das forças no local e entrou em comunicação com Oeiras. Informou da aclamação em outras vilas próximas e

¹⁶¹¹ OFÍCIO do governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier, sobre ter convocado um Conselho Militar que deliberou abandonar a vila de Parnaíba e marchar contra os insurrectos para recuperar a cidade de Oeiras, depois de ocupar Campo Maior, e outras diligências para restabelecer o antigo governo português. Em 5 de março de 1823 In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 32, D. 1683. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁶¹² Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 65.

das medidas para reforçar a tropa com novos soldados do Ceará. O projeto era fortificar portos no Rio Parnaíba.

O Mons. Joaquim Chaves avalia que a comunicação entre o Capitão Chaves e a Junta de Oeiras foi algo confusa, o que teria levado a segunda a estimar que o “norte já estava devidamente guarnecido pelos cearenses”¹⁶¹³. Voltadas para a ameaça maranhense, as autoridades de Oeiras pouco se ocuparam, como já mencionado, com o que se passava no norte, em meio às movimentações militares e as confusões da anarquia.

Fidié, enquanto isso, marchava lentamente e dirigiu-se, inicialmente, para Piracuruca, onde supunha haver contingente cearense. Encontrou a cidade recém-esvaziada, mas, estimando que poderia atingir a retaguarda de tropas independentistas que haviam saído da vila, ordenou que destacamento de 80 homens de cavalaria reconhecessem o terreno nas proximidades da vila. Em 10 de março de 1823, esses soldados se depararam com um grupo de 45-50 independentes. Deu-se, então a primeira escaramuça entre as forças opostas, à margem da lagoa Jacaré. Seu resultado foi incerto. Abdias Neves¹⁶¹⁴ fala apenas em um soldado de Fidié morto, ao passo que o Visconde Vieira da Silva¹⁶¹⁵ menciona perdas dos dois lados, sem precisar-las.

O combate do Jacaré foi prelúdio para o combate maior, que terminaria por ocorrer em Campo Maior. A escaramuça próxima a Piracuruca, assim como a ocupação da vila reforçavam, principalmente, o ânimo das duas partes em partir diretamente para o combate. Era um espírito distinto dos enfrentamentos que haviam ocorrido no Rio de Janeiro, em janeiro de 1822, e em Recife, ainda em 1821, quando da expulsão das tropas portuguesas. Nestes, houve mobilização, mas evitou-se o combate. Em 1823, os combates tornaram-se o padrão.

Esse novo espírito culminou com a Batalha do Jenipapo, em 13 de março de 1823. Estimando que parte importante das tropas que haviam passado por Piracuruca haviam se juntado a outras que já estavam em Campo Maior, Fidié marchou em direção da Vila, acampando a dez quilômetros dela, na Fazenda Canto do Silva, em 12 de março¹⁶¹⁶. Os independentistas em breve tomaram conhecimento da marcha e procuraram se mobilizar como era possível. Não tendo notícias de reforços de Oeiras ou de Valença, o Capitão Rodrigues Chaves despachou correio ao Estanhado, para que o

¹⁶¹³ 2006, p. 67.

¹⁶¹⁴ 2006, p. 128.

¹⁶¹⁵ Apud Anísio Brito, 2004, p. 8.

¹⁶¹⁶ In: Maria do Amparo Alves de Carvalho, 2014, p. 56.

Capitão Alecrim e suas tropas se juntassem a ele. Também chegaram 80 homens do Alferes Salvador Cardoso de Oliveira¹⁶¹⁷. Algumas tropas do Ceará igualmente chegaram a tempo, muitas delas conformadas por Índios vindos de Ibiapaba¹⁶¹⁸.

Esses homens reforçariam as forças mobilizadas por Rodrigues Chaves em Campo Maior, que vivia uma situação tensa pela proximidade da marcha de Fidié. A formação independentista era precária, não passando de locais sem experiência e sem equipamento¹⁶¹⁹. Eram aproximadamente 1 mil¹⁶²⁰, incluindo agricultores e indígenas, aos quais se juntaram outros elementos, chegando a algo em torno de 2,5-3 mil homens do lado independentista¹⁶²¹. Fidié fala em uma força “seis vezes” superior a sua em suas memórias¹⁶²², mas em ofício sobre o combate de 22 de março de 1823, que escreveu no Estanhado, confirma a estimativa de 2-3 mil homens do lado dos independentistas. O número total de combatentes ficou, desse modo, em torno de 4-5 mil¹⁶²³.

Esperavam os independentistas alcançar uma importante vitória contra as forças pró-Lisboa¹⁶²⁴, antes que potenciais reforços pudessem chegar do Maranhão. Assim que tomaram conhecimento de que Fidié estava próximo, os líderes militares de Campo Maior decidiram marchar até o rio Jenipapo, local de terreno plano e rodeado por apenas uma colina. O rio estava seco naquele momento, servindo de apoio para tropas

¹⁶¹⁷ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 85.

¹⁶¹⁸ Maria do Amparo Alves de Carvalho, 2014, p. 58.

¹⁶¹⁹ “Uma luta de sertanejos vindos de várias partes do Piauí e do Ceará, ocorrida a 13 de março de 1823. Assim, em Campo Maior, quando se soube que Fidié vinha de Parnaíba, o Capitão Luis Rodrigues Chaves acelerou a mobilização na vila, para o tributo de sangue”. Cavalcante & De Moraes, op. cit., p. 53. Vide também Maria do Amparo Alves de Carvalho, op. cit., 2013, p. 11: “Nessa batalha, tomaram parte pessoas de várias categorias sociais, especialmente dos populares, vaqueiros e roceiros piauienses, cearenses e maranhenses sem preparo militar, sem armas adequadas; apenas munidos com “facões, pás, picaretas, machados, cacetes, arcos e flechas”.

¹⁶²⁰ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 87

¹⁶²¹ O número e outras informações da Batalha foram registrados por Fidié, baseado no porto do Estanhado, em ofício de 22 de março de 1823: OFÍCIO do governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier, sobre as batalhas travadas com os revoltosos adeptos da independência do Brasil; a conquista da vila de Campo Maior e as baixas havidas. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1684. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015). Vide também Abdias Neves, 2006, p. 145.

¹⁶²² 2006, p. 119

¹⁶²³ Quanto ao número de combatentes, os dados citados nos documentos históricos por Bugija Britto (1976), Wilson Brandão (2006), Monsenhor Chaves (2005) e Abdias Neves (2006) não são precisos, entretanto eles estimam que cerca de aproximadamente 5.000 (BRITTO, 1976, p. 90) combatentes tenham participado dessa batalha. Os independentes somavam-se 3.000 mil combatentes (BRANDÃO, 2006, p. 179) e os portugueses 1.600 soldados treinados. In: Maria do Amparo Alves de Carvalho, 2014, p. 59.

¹⁶²⁴ Abdias Neves, 2006, p. 130.

brasileiras, que também se camuflaram na vegetação local¹⁶²⁵. No despertar de 13 de março de 1823, reuniram-se as tropas independentistas no Largo de Santo Antônio e partiram em marcha apressada¹⁶²⁶.

Ao chegar ao rio, os independentistas viram que a margem do outro lado se bifurcava em duas estradas, separadas por aproximadamente quatro quilômetros. Para evitar surpresas, os Capitães Rodrigues Chaves e Alecrim despacharam tropas para as duas. A coluna de Fidié vinha de fato dividida pelas duas vias, com o grosso de suas tropas pela esquerda, e sua cavalaria, responsável pelo esclarecimento do caminho, avançava na direita. Foi na via da direita que os brasileiros se depararam com grupo de cavalaria de Fidié. Após violenta escaramuça, a cavalaria de Fidié recuou:

A cavalaria sempre marchava à frente para sondar os perigos e ataques pelos caminhos e fazer a comunicação com o Major Fidié e o restante da tropa. A cavalaria deveria atravessar o rio Jenipapo pela Passagem do Estreito, conhecida também como Passagem das Pedras. Entretanto, na referida passagem onde o rio era mais profundo e a cavalaria teria mais facilidade para atravessar, encontrava-se um grupo de vigias das tropas brasileiras armadas e comandado pelo cearense Capitão João da Costa Alecrim, que se chocou com a cavalaria e a mesma recuou e desapareceu rapidamente, indo ao encontro do restante da tropa que havia tomado a estrada da esquerda¹⁶²⁷.

A falta de disciplina militar do lado dos independentistas ficou evidente nesse momento, pois as tropas que estavam na estrada da esquerda romperam formação e tentaram acudir os companheiros que se batiam na outra via¹⁶²⁸, abrindo a Fidié a possibilidade de cruzar o leito do rio. Verificando essa vulnerabilidade, Fidié passou ao outro lado do Jenipapo e preparou o campo, instalando uma fortificação improvisada, organizando a linha de atiradores e sua artilharia.

O Mons. Joaquim Chaves estima que o Capitão Rodrigues Chaves, percebendo o risco da formação de Fidié, teria estimado que sua única alternativa tática era a de atacar “de todos os lados, fraccionar a tropa de Fidié num corpo a corpo violento e rápido”¹⁶²⁹. Assim, às 9:00 da manhã daquele 13 de março, Chaves passou a comandar sucessivas

¹⁶²⁵ Abdias Neves, 2006, p. 146.

¹⁶²⁶ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 88.

¹⁶²⁷ In: Maria do Amparo Alves de Carvalho, 2014, p. 211.

¹⁶²⁸ Abdias Neves, 2006, p. 147

¹⁶²⁹ 2006, p. 89.

levas de ataques frontais às linhas de Fidié¹⁶³⁰. As ondas foram sendo repelidas uma a uma, com pesadas perdas causadas pela fuzilaria e pela artilharia. As duas peças à disposição dos independentistas foram de nenhuma utilidade. Tampouco se fez efetiva a tática do comandante das tropas brasileiras, que apenas enviava soldados mal preparados para enfrentarem diretamente uma linha bem municada e bem artilhada.

Durante cinco horas seguiram-se as ondas de ataque independentistas, até as 14h00, quando se iniciou a debandada das forças independentistas. Do lado de Fidié, a situação tampouco era confortável. Cinco horas de combate sob um sol ardente haviam esgotado os soldados do Governador de Armas, que não tiveram condições de perseguir os inimigos que se retiravam¹⁶³¹. Fidié sustenta, ao contrário, ter seguido o inimigo por duas léguas, até o anoitecer, quando então acampou em Campo Maior¹⁶³².

Tendo perseguido ou não os independentistas, Fidié saía vitorioso de uma batalha que havia incluído todos os setores da sociedade local. A interpretação dos resultados da Batalha do Jenipapo segue uma linha tradicional de valorização do sacrifício dos patriotas brasileiros, com uma homenagem à sagacidade dos independentistas, que perderam o combate, mas ganharam ao impedir o inimigo de desfrutar a vitória, roubando-o todo o equipamento. Se o movimento político da Independência foi impulsionado e liderado por elites nacionais e regionais, vários de seus passos concretos para a emancipação contaram com a participação direta de outros setores da população, como se deu na Batalha do Jenipapo.

Em sua crítica à obra de Abdias Neves, Paulo Gutemberg de Carvalho Souza¹⁶³³, avalia que a narrativa da Batalha do Jenipapo procura exatamente encadear essa sequência de acertos táticos do lado de Fidié, erros militares do lado dos independentistas e o ponto final do roubo das bagagens, que teria levado o Governador de Armas a retirar-se para o Maranhão. Essa sequência estaria fundamentada essencialmente no fato de que as principais fontes daqueles acontecimentos eram portuguesas, reforçando a imagem de Fidié. O esforço do lado brasileiro teria sido o de, no início do século XX, valorizar a figura do contingente local, dos comandantes e comandados, na busca por reinserir o Norte-Nordeste no plano central da história nacional, que na época já estava concentrado apenas nas ações ocorridas no sudeste.

¹⁶³⁰ Abdias Neves, 2006, p. 147.

¹⁶³¹ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 89.

¹⁶³² 2006, p. 160, nota n° 69.

¹⁶³³ 2008, p. 184.

Independentemente das cores que se opte por dar ao episódio piauiense da guerra de Independência do Brasil, quatro fatores, ademais da participação popular no combate, devem ser ressaltados: em primeiro lugar, como sustentado ao longo do presente trabalho, não são necessárias visões nacionalistas para observar que o Norte-Nordeste eram, em 1821-1823, áreas de importância política e econômica no mínimo equivalentes ao Rio de Janeiro. Se a Independência era de alguma maneira possível naquela conjuntura, os contornos do Império só puderam englobar todo o território do anterior Reino do Brasil com a conquista exatamente das áreas setentrionais, onde se deram os combates. Como sustentado aqui, a Independência de um Brasil distinto poderia ter sido efetivamente pacífica, ainda que o processo de conflito político não indicasse, necessariamente, um caminho independentista antes de meados de 1822. A Independência do Brasil que se conhece hoje existiu pela a guerra e por ações como aquela do Jenipapo.

O combate nas proximidades de Campo Maior, em segundo lugar, pode ter tido distintos erros e acertos de cada lado, mas foi uma derrota para os independentistas. As informações dos preparativos da batalha mostram que, embora em número menor, a coluna de Fidié era significativamente melhor treinada e armada. Tinha canhões e capacidade de utilizá-los. As tropas do outro lado eram recém-mobilizadas, com muitos agricultores e camponeses, que efetivamente careciam de equipamento mínimo, adaptando-se como dava. Um choque direto como este tendia a oferecer vantagem para o lado português, mesmo que os comandantes brasileiros tivessem adotado boas opções táticas.

Em documento de 1º de abril de 1823¹⁶³⁴, a Junta de Fortaleza registrou a opinião de João Cândido, juiz da Parnaíba, segundo o qual a derrota era resultado da

“incúria e a pouca habilidade de seu comandante (das tropas no Jenipapo) Luiz Rodrigues Xaves, que, conhecendo a força do inimigo maior que a nossa, e mais bem municada e disciplinada, jamais devêra apresentar batalha campal em campo razo, e sim cansar o inimigo com continuadas guerrilhas, para que tinha bastante gente”.

Pode ser que João Cândido exagerasse nas cores por repercutir a rivalidade que se desenvolvia entre piauienses e cearenses. É significativo, no entanto, o fato de a Junta

¹⁶³⁴ In: “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piauí e Maranhão para proclamação da independência nacional”, 1885, p. 247.

de Fortaleza ter não apenas recebido a informação, como também a registrado em documento próprio. A derrota dos independentistas ocorreu.

Essa derrota brasileira teve, ademais, um custo não desprezível em vidas. As informações são, é bem verdade, imprecisas sobre o número exato de mortos. Fidié menciona números distintos em diferentes passagens de sua obra. Na primeira, fala em 542 prisioneiros e “oitenta feridos, que não puderam salvar”¹⁶³⁵. Em outra passagem¹⁶³⁶, menciona apenas que havia “derrotado completamente” as tropas inimigas, “ficando no campo muitos dos inimigos mortos e feridos”. No já citado ofício a Lisboa, de 22 de março de 1823, Fidié registrou “200 homens mortos, grande numero de feridos, e 542 homens prisioneiros” (...) “da minha tropa morreram 16 soldados, 1 Sargento, 1 Alferes e 1 Capitão, além de 60 feridos”¹⁶³⁷.

De outro lado, relato de informante do Cel. Antônio José Castelo Branco teria visto a caminhada das tropas de Fidié, que ia “com grande destroço, levando vinte e tantas redes com enfermos”¹⁶³⁸. A única fonte documental do lado brasileiro, como aponta José Honório Rodrigues¹⁶³⁹, é o supramencionado ofício da Junta Provisória do Ceará, de 1º de abril de 1823, no qual registra ofício recebido do Capitão Luiz Rodrigues Chaves, no qual se fala em 400 mortos, “sendo a maior parte do inimigo”¹⁶⁴⁰. D’Alencastre sustenta, de sua parte, que os portugueses perderam mais de 100 soldados na ação¹⁶⁴¹.

Haja vista a precariedade da organização das tropas brasileiras e a forma como enfrentaram diretamente o centro da força de Fidié, não se pode descartar que o número de baixas tenha sido efetivamente aquele apontado por Luiz Rodrigues Chaves. Esse

¹⁶³⁵ 2006, p. 119.

¹⁶³⁶ Idib, p. 143.

¹⁶³⁷ O ofício do Governador das Armas foi publicado em sua integralidade no diário O Conciliador do Maranhão, na edição 179, de 29 de março de 1823. As edições do Conciliador estão disponíveis na Hermeroteca Digital da Biblioteca Nacional (vide informação na seção abaixo, sobre o Maranhão).

¹⁶³⁸ Apud Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 91.

¹⁶³⁹ 2002, p. 288.

¹⁶⁴⁰ “Combate do Genipapo: 1º/04/1823: recebeu n’este dia o governo provisório um officio de Luiz Rodrigues Xaves, participando que no dia 13 de Março próximo passado tinham-se batido no lugar do Genipapo com João Jozé da Cunha Fidié, morrendo mais de 400 pessoas, sendo a maior parte do inimigo. A gente de Cunha Fidié era em número de 1.600, bem armados, e com 11 peças de campanha. As nossas tropas não erão tão bem armadas, e só tinham 2 peças, com as quaes derão 2 tiros, ficando ellas logo desmontadas: pelo que baterão o inimigo em guerrilha pela retaguarda, e tomarão-lhe a munição, botica e bagagem quazi toda. A nossa perda notável foi a do capitão Manoel Martins Xaves; e depois do combate entrou Cunha Fidié em Campo Maior, e a nossa tropa procurou Oeiras para municiar-se, etc. Commandavão a acção por nossa parte Luiz Rodrigues Xavez e o sargento-mór Francisco Ignacio da Costa. In: “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. “Documentos relativos á expedição cearense ao Piauí e Maranhão para proclamação da independência nacional”, 1885, p. 246.

¹⁶⁴¹ D’Alencastre, 1857, p. 47

valor dificilmente será precisado, mas não diminui o fato de que, em 13 de março de 1823, mais de quatro mil homens se bateram por mais de cinco horas, entre 5 e 10% deles sofreram baixa, em um evento estratégico da luta entre partidários de Lisboa e do Rio de Janeiro no Piauí. Outras mortes teriam ocorrido posteriormente, pela falta de médicos e estrutura para tratar os feridos que restaram em Campo Maior¹⁶⁴².

Com base nessas informações, tem-se, portanto, um quadro de 200-400 soldados mortos, dos dois lados, além de número significativo de feridos, que não terá sido muito distinto daquele primeiro. Em conjunto com os presos, o resultado do Jenipapo ultrapassaria 1 mil baixas. Os 542 presos por Fidié, e essa é passagem interessante da fluidez do momento, foram incorporados à sua coluna, após fazer novo juramento. O Governador de armas ressaltou em suas memórias este ponto, dizendo ter armado e operado com todos os prisioneiros, “como se fossem da minha mais perfeita confiança!”¹⁶⁴³. Essa tropa, ainda que dividida em diversas companhias, continuou a causar problemas por todo o restante da marcha, muitos deles desertando ao longo do caminho até Caxias. Ao rever todo o período, em seus escritos às autoridades portuguesas, Fidié valoriza o difícil trabalho que foi o de “fazer guerra em duas Províncias tão extensas, sem meios, nem tropas de confiança, com indivíduos do mesmo País, Patrícios amigos, e muitos até parentes dos revoltosos”¹⁶⁴⁴.

O último aspecto relacionado à Batalha do Jenipapo diz respeito às consequências do furto da bagagem das tropas do Governador de Armas. A interpretação tradicional dá conta de que um grupo de cearenses, atuando na retaguarda de Fidié ao longo do combate, roubou-lhe quase toda a bagagem, retirando a logística necessária para que o Governador de Armas continuasse a marcha para Oeiras. Essa “ingeniosidade” do perdedor, no entanto, não foi comprovada segundo o Mons. Joaquim Chaves. O autor aponta não existirem documentos sobre a tomada da bagagem, atribuindo o boato aos piauienses “para diminuir e ridicularizar o feito dos cearenses”¹⁶⁴⁵.

O fato é que, estando em Campo Maior, em 14-15 de março 1823, Fidié viu restritas suas opções táticas, apesar da vitória¹⁶⁴⁶. Se parte de sua bagagem foi roubada ou não, o fato é que uma outra parte dos insumos havia sido consumida na batalha.

¹⁶⁴² Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 105.

¹⁶⁴³ 2006, p. 119.

¹⁶⁴⁴ Idem, p. 120.

¹⁶⁴⁵ 2006, p. 90.

¹⁶⁴⁶ “Se ali, quase na metade do caminho entre Parnaíba e Oeiras, lhe haviam oferecido um combate tão difícil, o que não iria ele encontrar mais na frente?”. Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 90.

Recebendo informações de várias fontes, observava, também, que a vantagem que havia adquirido era relativa, pela mobilização que ocorria do outro lado. Também devem ter chegado notícias das medidas de Oeiras de fortalecimento dos pontos de passagem do Parnaíba. Com forças inimigas rodando por vários pontos de sua marcha e com a ameaça de ter sua via de abastecimento rompida, a situação de Fidié não era estrategicamente vantajosa em Campo Maior. Tampouco era viável um ataque direto a Oeiras, naquele momento pós-Jenipapo.

Em seu próprio relato de 22 de março de 1823, Fidié não menciona o roubo da bagagem, mas justifica sua decisão “por falta de farinha, assim como por outros aspectos, a necessidade de apoiar as Barcas que levo Rio assima, achei prudente vir a este lugar (Estanhado) para daqui seguir a Oeiras, conforme julgar mais conveniente”. A coluna, assim, partiu rapidamente de Campo Maior, em 16 de março, e redirecionou sua marcha à vila Estanhado, hoje União, junto ao rio Parnaíba e próximo a Campo Maior. A instalação no Estanhado, observada de um ponto de vista tático, tinha sentido por estar próxima a Caxias, principal ponto de abastecimento de Fidié, e sem se distanciar muito do objetivo principal, a volta a Oeiras. Era um bom ponto de apoio para se recuperar e se reorientar.

Uma confluência de más-notícias modificaram o curso da marcha e distanciaram Fidié de Oeiras, mesmo que, já em Caxias, ele ainda mantivesse como objetivo final recuperar a capital do Piauí¹⁶⁴⁷. De um lado, a situação em Caxias não se mostrava boa, com a atuação de alguns elementos do Piauí em vilas próximas, em conjunto com grupos independentistas maranhenses. Em 3 de abril de 1823, Fidié recebeu no Estanhado ofício da Junta de Caxias¹⁶⁴⁸ solicitando-o que revertesse sua marcha para aquela cidade. Parte da tropa que lá se encontrava havia dado mostras de insubordinação e estava sendo encaminhada para São Luís¹⁶⁴⁹, de onde se aguardavam reforços já solicitados¹⁶⁵⁰.

¹⁶⁴⁷ Vide, por exemplo, o ofício de 31 de maio OFÍCIO do [governador das Armas do Piauí], João José da Cunha Fidié, ao secretário de estado dos Negócios da Guerra, Manoel Gonçalves de Miranda, sobre os ofícios recebidos e as medidas tomadas para fortificar e defender a vila de Caxias, no Piauí, antes de seguir para a vila de Oeiras; e informando que no monte Taboca foram atacados pelos facciosos e os venceram, mas que estes querem atacar a vila e cortar as comunicações, pois esperam reforços do Ceará. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1688. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 18/01/2015).

¹⁶⁴⁸ Fidié, 2006., p. 135.

¹⁶⁴⁹ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 112.

¹⁶⁵⁰ Ofício da Junta de Caxias. In: Fidié, 2006, p. 135.

Fidié, em suas memórias, reporta apenas que “seu projeto manifesto” era seguir para Oeiras, mas que as circunstâncias, especialmente a situação de Caxias, o haviam feito mudar de ideia. Com as tropas piauienses e cearenses se movimentando por toda a Província do Piauí, já tendo ocupado Campo Maior e outras localidades, e com a situação no Maranhão também precária, a opção da retirada a Caxias, a fim de aguardar reforços, era pertinente.

Nesse meio tempo, já tendo cruzado o Parnaíba, Fidié enviou duas expedições ao Piauí, para arregimentar gado¹⁶⁵¹. Uma delas, composta por 75 homens, seguiu até a Capela do Livramento onde, em 10 de abril de 1823, foi atacada por tropas comandadas pelo Tenente Simplício Dias (não confundi-lo com o Coronel Simplício Dias, de Parnaíba). As forças de Fidié tiveram 12 mortos e 7 prisioneiros, e perderam o gado capturado. Alguns desertaram e apenas 30 retornaram ao Estanhado.

Pouco após esse combate, Fidié deu início ao movimento de sua tropa em direção a Caxias, partindo ele próprio no dia 17 de abril de 1823. Ainda em 23 de abril, força independentista bateu-se com destacamento que havia permanecido próximo ao Estanhado, do outro lado do Rio, capturando grande quantidade de equipamento¹⁶⁵². Em poucos dias, desse modo, também o Estanhado estava capturado pelos Independentistas. O mesmo se seguia em outras localidades, no que se transformaria no capítulo maranhense do teatro de operações do Norte.

A Província que Fidié abandonava ainda exigiria muito trabalho de estabilização, sofrendo com a mobilização militar e com a insegurança. Mas, após a marcha de Fidié para Caxias, o episódio piauiense da luta entre partidários de Lisboa e do Rio de Janeiro estava encerrado. Mais ainda, desde 16 de abril de 1823, ofício de D. Pedro dava plenos poderes ao Coronel Simplício Dias e ao Governador das Armas do Ceará para marcharem contra o Maranhão, como se verá logo em seguida. A guerra se tornara, assim, parte de um movimento coordenado pelo Rio de Janeiro e não mais guerra sem quartel-general, sem comando unificado. A ação no Maranhão também ocorreria paralelo com a atuação da esquadra brasileira, após a guerra na Bahia. As operações no Piauí e no Maranhão foram, por essa razão, parte de uma mesma guerra, que envolveu outras Províncias e decidiu a posse de todo o norte do Brasil.

¹⁶⁵¹ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 115.

¹⁶⁵² Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 116.

2) **MARANHÃO: a Fidelidade a toda prova.**

“Essa circunstância (*chegada de Cochrane ao Maranhão e posterior adesão, em 28 de julho de 1823*) induziu a supor-se, que a proclamação da independência na província do Maranhão era feito devido ao esforço do almirante brasileiro, quando o seu acto aliás particularizava-se á capital. (...) Havia erro de apreciação (...)”¹⁶⁵³.

Enquanto Fidié cruzava o Parnaíba em direção a Caxias, a situação na Província da Bahia ainda era incerta, sendo que apenas no mês seguinte, em maio de 1823, Cochrane chegava à costa baiana para dar início às operações navais que permitiriam a resolução do teatro de operações da Bahia. Na Cisplatina, o cerco também continuava. Principalmente em Pernambuco, mas também em várias outras Províncias, a persistência de diferenças quanto à nova organização política do Império – e mesmo a presença de adesões não totalmente “firmes” – mantinha a instabilidade em praticamente todo o Império. No Rio de Janeiro, os trabalhos da Constituinte já apontavam o conflito entre esse Parlamento e o Imperador, além das diferenças entre os diversos grupos que o cercavam.

O teatro de operações do Norte, dessa forma, não estava isolado do que se passava no resto do território pretendido Império, que ainda vivia dias de incerteza. Uma delas, exatamente pelo fato de que praticamente todo o Norte-Nordeste estava conflagrado e envolvido nas duas áreas de enfrentamento militar, na Bahia e no Piauí-Maranhão. Um avanço importante havia sido conquistado no Piauí. Mas ainda havia um caminho difícil a percorrer.

a) Preparando os novos tempos: o Maranhão no início dos anos 1820

¹⁶⁵³ ARARIPE, Tristão de Alencar. “Independência no Maranhão. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Tomo XLVIII, Parte II, 1885. P. 159.

O processo de incorporação da Província do Maranhão ao Império do Brasil é contraponto interessante entre a opção mais rápida (mas, ainda assim, tensa e dependente da mobilização militar) do Centro-Sul, passando pelo conflito aberto e intenso da Bahia. Segundo aponta Marcelo Cheche Galves, o desenvolvimento político da Província ao longo de 1821-23 foi muitas vezes visto como um “atraso na adesão”, como se apenas círculo restrito de autoridades locais tivessem se mantido aparte ou resistentes a curso natural de Independência, fundamentado em noção de identidade já estabelecida.

Na verdade, como visto ao longo do presente trabalho, a partir de múltiplos projetos políticos, duas opções de lealdade foram se aos poucos se desenvolvendo no período de 1821-1823, a primeira relacionada às Cortes, a segunda, em reação a determinadas medidas da Constituinte de Lisboa, formada no Rio de Janeiro. Da disputa entre as duas Capitais, as Províncias foram obrigadas a optar, no mais das vezes por pressões externas. Muitas voltaram-se a D. Pedro, a maior parte se dividiu e precisou de algum tipo de disputa – política ou militar – para a opção. O Maranhão e o Pará mantiveram-se, por boa parte do período, fiéis a Lisboa. É essa postura e a noção de fidelidade à opção realizada em 1821 que deve guiar a compreensão das ações maranhenses¹⁶⁵⁴.

O Maranhão era, em 1822, uma Província distante do Rio de Janeiro. Assim como nas outras unidades do Reino do Brasil, havia um processo de transformação naquele primeiro quarto de século XIX, com a ampliação das atividades econômicas e a realização de melhoramentos nas vilas, ainda que de forma lenta¹⁶⁵⁵. Como na maior parte do Norte-Nordeste da colônia, depois Reino Unido, a sociedade maranhense mantinha uma proximidade geográfica, estratégica e econômica com Portugal.

Essa proximidade havia se desdobrado, durante algum tempo, no fato de que o Grão-Pará e o Maranhão se correspondiam diretamente com Lisboa, sem passar por

¹⁶⁵⁴ “É importante frisar que o “separatismo” dentro do “Norte” derivou de motivações distintas. (...) Já no Maranhão e no Grão-Pará e Rio Negro, depois Grão-Pará, o “separatismo” tinha como base a fidelidade ao Império português. Nesse sentido, é curioso observar a recorrência com que o jornal Conciliador, que circulou no Maranhão entre 1821 e 1823, acusou as províncias do Centro-Sul de “separatistas”, por terem rompido o “pacto” que as mantinha unidas ao Império português”. Cheche Galves, op. cit, p. 16. Também conforme Aguiar de Sena (op. cit, 2011, p. 5): “No Maranhão, o posicionamento dos habitantes da província estava diretamente ligado à noção de fidelidade ao Império português. Ao contrário das províncias do Centro-Sul, as do Norte posicionavam-se em conformidade com os deputados portugueses, pois existia maior estreitamento das relações com Portugal do que com o Rio de Janeiro, então sede administrativa do Brasil”.

¹⁶⁵⁵ Cheche Galves cita as avaliações de estrangeiros que passaram pela Província e de autoridades locais que realizaram memórias sobre a realidade local. 2010, p. 30 e seguintes.

Salvador ou pelo Rio de Janeiro. A necessidade de defesa daquele território, adicionalmente, levou a que a distância não fosse apenas física, mas também administrativa, política e econômica¹⁶⁵⁶. Essa realidade favorecia a proximidade de entendimentos com Lisboa, o que contribuiu para o posicionamento mais favorável das elites maranhenses à causa constitucional portuguesa¹⁶⁵⁷ e distante do projeto que se formou no Rio de Janeiro, em 1822. Nesse sentido, é preciso registrar que o Bispo do Pará chegou a propor nas Cortes, em agosto de 1822, a criação de um centro administrativo próprio do Norte, que englobaria Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Goiás¹⁶⁵⁸. Na introdução à obra de Luiz Antonio Vieira da Silva, autor, no século XIX, de uma “História da Independência do Maranhão”¹⁶⁵⁹, Antonio Henriques leal aponta que:

Formado com o Pará por quase todo o tempo colonial um estado que não dependia do resto do Brasil, e ainda quando a monarquia veio estabelecer sua sede no Rio de Janeiro mais em contacto com Portugal do que com a corte, suas relações de commercio e de amizade, suas recordações e tradições, sua educação, tudo prendia o Maranhão á metropole.

O livro de Vieira da Silva é uma das referências para o tema da Independência no Maranhão, ainda que se insira na ideologia do século XIX, de identidade brasileira pré-estabelecida. Essa interpretação, aqui também contestada, se traduziu na imagem de que o Maranhão atrasou na adesão à Independência não por falta de compartilhamento de “identidade” e vinculação à causa da Independência, mas pela oposição de uma minoria que controlava a Província.

São Luís era uma cidade que em 1822 tinha aproximadamente 30 mil habitantes, dos quais aproximadamente 4 mil eram brancos, misturando-se, nas demais camadas, pardos, libertos e grande quantidade de escravos. Eram constantes as preocupações

¹⁶⁵⁶ GALVES, Marcelo Cheche. “Sobre lutas contra a Independência na América Portuguesa: os “portugueses” da Província do Maranhão”. Universidade Estadual do Maranhão, 2013. In: <http://fr.scribd.com/doc/151820775/Texto-Marcelo-Galves-1> (acesso em 04/12/2014). P. 4

¹⁶⁵⁷ “No Maranhão, a proximidade geográfica e estratégica com Portugal permitiu uma série de acontecimentos em favor da causa constitucional portuguesa (...)”. In: LIMA, Edyene Moraes dos Santos. Honradas Famílias: poder e política no Maranhão do Século XIX (1821-1823). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009. In: http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2009_mest_edylene_lima.pdf (acesso em 21/11/2014). P. 68.

¹⁶⁵⁸ Idem, p. 3.

¹⁶⁵⁹ VIEIRA DA SILVA, Luiz Antonio. História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828). Maranhão: Typographia do Progresso, 1862. Acervo da Universidade da Califórnia. Digitalizado pelo Google Books. In: Hathi Trust, <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b3630975;view=1up;seq=8> (acesso em 28-11-2014).

sobre os movimentos dessa população, que não ficava à parte das convulsões políticas que passavam pela Província.

A Capital do Maranhão não era, no entanto, a única vila de importância, nem a situação da Província e seus rumos político-econômicos dependia exclusivamente de São Luís. Caxias, na estimativa de Fidié¹⁶⁶⁰, era a vila mais importante da Província, ponto de comércio e de circulação no interior, ligando-se às rotas com o Piauí e demais Províncias do Norte. Como afirmou o Governador de Armas do Maranhão, Agostinho Antonio de Faria, em fevereiro de 1823¹⁶⁶¹:

“todos sabem, que a Villa de Caxias abunda em riquezas, sendo a maior parte delas pertencentes a Capitalistas desta Cidade, levadas áquelle ponto central por via do grande Commercio interior, a que serve de escala para fazer abundar os Certões da Província, em todos os gêneros, que elles não produzem”.

As culturas de algodão e de arroz foram as que mais se destacaram na Província e fizeram desenvolver novas relações com a metrópole, para além da gestão da soberania portuguesa sobre aquele território. Essas culturas, que contavam com a utilização intensiva de escravos, contribuíram para inserir “mais efetivamente a economia maranhense no mercado atlântico, situação não alterada com a extinção da Companhia, em 1778, e intensificada três décadas depois, com a ‘abertura dos Portos’”¹⁶⁶². Também havia produção de gado, na qual se destacava a vila de Bons Pastos. Com a abertura dos portos, em 1808, houve expansão da circulação naval, que passou a ser realizada não apenas por embarcações portuguesas, mas também estrangeiras. Essas últimas, em 1821, correspondiam a 56 dos 104 navios que aportaram em São Luís¹⁶⁶³.

Se o fim das guerras napoleônicas permitiu a retomada dos vínculos econômicos com a metrópole, a permanência da família Real no Rio de Janeiro e as consequências da abertura dos portos (com a chegada de novos comerciantes estrangeiros) suscitou problemas para os produtores locais. Entre novas oportunidades e desafios, a atividade

¹⁶⁶⁰ In: Fidié, 2006.

¹⁶⁶¹ In: *O Conciliador Maranhense*, edição nº 165, de 5 de fevereiro de 1822. Disponível digitalmente na Hermeroteca Digital da Biblioteca Nacional. In: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=749524> (acesso em 26/11/2014).

¹⁶⁶² Cheche Galves, 2013, p. 4.

¹⁶⁶³ Vide Cheche Galves, 2010, p. 42

econômica contribuiu, segundo Marcelo Cheche Galves¹⁶⁶⁴, de maneira importante para o desenvolvimento político da Província:

“Temas como a crescente presença dos comerciantes no financiamento da lavoura; o alto preço da escravaria – decorrência do aumento da demanda somada às pressões inglesas pelo fim do comércio de escravos; a oscilação no preço do algodão – provocada pelas variações do mercado internacional e também pela ação dos compradores das safras; e o endividamento dos agricultores, ganharam, ainda que timidamente, um espaço público.”

Esse espaço de debate em constituição não se limitava aos temas econômicos. Ainda que de forma restrita, alguns livros circulavam, inclusive sobre ideias e temas relacionados à Revolução francesa, ao liberalismo ou ao Iluminismo. Uma pequena produção cultural também se desenvolvia, normalmente relacionada à elaboração de informações sobre a geografia da Província, as quais completavam as informações fornecidas por estrangeiros que por lá viajavam, como Spix e Martius¹⁶⁶⁵.

Em contrapartida às mudanças econômicas e sociais decorrentes da chegada da família Real, o Maranhão viu sua cota de impostos aumentada. As necessidades financeiras do Rio de Janeiro, traduzidas na coleta de impostos ampliada, repercutiam na estabilidade da Província e em sua relação com o centro do poder português na capital carioca. Assim como em outras Províncias ricas do Norte-Nordeste, a presença da Corte no Rio de Janeiro teve como impacto direto o incremento da carga de tributos a serem pagos pelo Maranhão, destinados principalmente à manutenção da Corte¹⁶⁶⁶.

Os produtores maranhenses sofreram igualmente com a atuação de comerciantes ingleses, “nas áreas de exportação, importação e créditos”¹⁶⁶⁷, e que regulavam os preços do algodão. Essa presença estrangeira suscitou insatisfação e movimentos favoráveis à retomada da “soberania” portuguesa sobre aquele comércio, o que terminou

¹⁶⁶⁴ 2010, p. 54.

¹⁶⁶⁵ “Essa produção compreendia a elaboração de roteiros, memórias e compêndios, escritos a partir de um amplo espectro de preocupações: integração do Maranhão às demais regiões da então América Portuguesa e compilação / atualização das informações sobre variados aspectos da capitania, como governos, flora, fauna, hidrografia, vocabulário, agricultura, escravidão, etc.”. Cheche Galves, 2010, p. 44.

¹⁶⁶⁶ Com a transferência da família real, as capitanias do Brasil sofreram com a sobrecarga dos tributos (dízimos). Um destes impostos, a siza, foi criada pelo alvará de 3 de junho de 1809. No Maranhão, os cidadãos e a deputação nas Cortes lutam pela extinção deste tributo, que incidia sobre os bens de raiz-escravos, casas-prédios e testamentos, sendo recorrentes as reclamações nas documentações transcritas. AGUIAR DE SENA, Ana Lívia. “As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa: Espaço do Cidadão Maranhense na Resolução de suas Querelas”. II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. São Luís, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 7 a 10 de junho de 2011. In: www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/sena.pdf (acesso em 30/11/2014).

¹⁶⁶⁷ Cheche Galves, 2013, p. 6.

por mover setores maranhenses ainda mais perto de ideias próximas àquelas que seriam expressas na Revolução do Porto e nas Cortes. Em Lisboa, o movimento “soberanista” foi importante elemento do vintismo.

Esse conjunto de elementos, circulação de ideias (ainda que restrita), um espaço público incipiente (que incluía não apenas as camadas mais altas) e o crescimento da população e da atividade econômica criavam ambiente se não propício, ao menos favorável para a chegada de novos ventos. A conjuntura foi agravada, como visto, pela situação econômica frágil, causada pela queda do preço do algodão e pelas ações de comerciantes ingleses na Província, que ampliaram o endividamento dos agricultores junto aos comerciantes locais e diminuíram a disponibilidade de renda também para o pagamento dos impostos¹⁶⁶⁸.

Esses elementos nutriram, segundo informou o próprio Governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, um “sentimento de incorporação” ao novo quadro político¹⁶⁶⁹ que se apresentou em 1821. Havia, portanto, “uma ansiedade por mudanças políticas”, segundo referência da própria autoridade portuguesa. Ou, como aponta Ana Lúcia Aguiar de Sena¹⁶⁷⁰:

O movimento revolucionário vintista foi recebido com esperança pelos cidadãos maranhenses, pois se a transferência da Corte para o Brasil dinamizou a economia provincial, as notícias da Revolução do Porto fizeram com que os comerciantes e agricultores maranhenses tivessem esperança na extinção dos impostos cobrados para a manutenção da Corte portuguesa no Brasil.

A própria permanência da Corte no Brasil era ponto dessa questão¹⁶⁷¹. Ao contrário, portanto, do que se passou no Centro-Sul, onde a permanência da Corte era de

¹⁶⁶⁸ “Em 31 de janeiro de 1821, Fonseca encaminhou ofício ao ministro Thomaz Antonio de Villanova Portugal relatando o “estado miserável” da província, resultado de uma conjunção de fatores: safra ruim em 1820; queda abrupta do preço do algodão, provocada pelas inconstâncias do mercado internacional e pela ação dos mercadores “ingleses” no Maranhão; endividamento crescente dos agricultores junto aos comerciantes locais, também em situação delicada por não disporem de renda suficiente para suprir tal situação de insolvência; consequente diminuição dos rendimentos da Alfândega e da Inspeção”. Cheche Galves, 2010, p. 67.

¹⁶⁶⁹ Vide Cheche Galves, 2010, p. 66.

¹⁶⁷⁰ 2011, p. 5

¹⁶⁷¹ “O regresso do rei a Portugal parece estar no cerne da “adesão” das províncias do Norte - como Pará, Maranhão, Bahia e Pernambuco – a Revolução do Porto. Tal questão está diretamente relacionada aos custos de manutenção da Corte no Brasil, especialmente nas províncias mais distantes, em que compensações ligadas ao “enraizamento de interesses” não se faziam sentir. Com base nos mapas de receita e despesa do Maranhão para o período de 1816 a 1821, elaborados por Antonio Bernardino Pereira

interesse de importantes grupos da região (por exemplo, os funcionários públicos no Rio de Janeiro e os fornecedores da Corte, como visto no Capítulo IV), no Maranhão havia um desejo de que a família Real voltasse a Portugal, o que significaria tanto um alívio na carga de impostos quanto o reforço do centro de poder (Lisboa) que exatamente tinha maior proximidade de interesses com os grupos de poder maranhenses. A diferença entre os desejos sobre a permanência ou não da Corte no Rio de Janeiro é simbólica de como eram heterogêneos os interesses entre as regiões do Reino do Brasil e mesmo dentro das próprias regiões.

Não se deve atribuir, por outro lado, o desejo de mudança observado no Maranhão exclusivamente a razões econômicas. Como se viu acima, outros interesses e ideias também estavam presentes na Província, inclusive sobre a organização política. Marcelo Cheche Galves destaca¹⁶⁷² que as expectativas suscitadas pela Revolução do Porto eram heterogêneas:

“o acesso a cargos eletivos, a nomeações ou simplesmente ao erário, aliado a disputas comerciais, conflitos internos das tropas e rusgas pessoais produziram um mosaico de insatisfações, revestidas naquele momento por apelos constitucionais, lidos e interpretados a partir dos interesses mais distintos”.

Também circulavam ideias entre outras camadas da população, que não se concentrariam na grande lavoura, sendo mais permeáveis a outros tipos de imagens e aspirações. Como no resto do Reino do Brasil, várias imagens e aspirações convergiram na adesão à Revolução do Porto e no liberalismo das Cortes, alguns deles influenciados a tópicos econômicos, outros não. Nessa grande mistura, entre diferentes projetos, que se moveu a política portuguesa, primeiro entre múltiplas direções, depois no afunilamento entre Lisboa e Rio de Janeiro, moveu-se o Maranhão, como todas as outras Províncias.

do Lago (1822), Mathias Assunção observou que “metade - ou, às vezes, três quartos - da renda maranhense contribuía com as despesas da Corte no Rio de Janeiro”. Cheche Galves, 2011 (B), p. 4.

¹⁶⁷² GALVES, Marcelo Cheche. “Demandas provinciais nas Cortes constitucionais portuguesas: Izidoro Rodrigues Pereira, Maranhão, 1822”. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 (B). In: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312478607_ARQUIVO_ANPUH-SP.pdf (acesso em 24/11/2014). P. 4.

b) A adesão à Revolução do Porto

A novidade da Revolução do Porto chegou em São Luís no início de 1821, pelo navio *Paquete do Maranhão*, mas não resultou, inicialmente, em mudanças políticas, como ocorrera no Pará, que aderiu à Revolução em 1º de janeiro de 1821¹⁶⁷³. Desde 1819, governava a Província Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca¹⁶⁷⁴, que manteve correspondência com o Rio de Janeiro sobre aquela conjuntura, tendo recebido de Tomás Antônio de Villanova Portugal recomendações de vigilância, “para que a província não se contaminasse pelas ‘ideias perversas do tempo’”¹⁶⁷⁵.

Foi com a chegada do navio *Jequiá*, em 4 de abril de 1821, que a situação se alterou. Vinda da Bahia e tendo parado em Pernambuco, a embarcação trazia novas notícias, principalmente a adesão baiana, em 10 de fevereiro de 1821 (lembrando-se, também, que o Rio de Janeiro aderiu em 26 de fevereiro daquele ano). Informava a queda das autoridades locais e a formação de Juntas eleitas, “ampliando, sobremaneira, as possibilidades de participação/mudança na vida política”¹⁶⁷⁶. Como temiam as autoridades do Rio de Janeiro (vide Capítulo III, primeira parte), a vitória do movimento na Bahia muito influenciava as outras Províncias e assim se deu no Maranhão.

No dia seguinte à chegada da *Juquiá* ao porto de São Luís, Bernardo Pinto da Fonseca tomou a dianteira do movimento e começou a se articular para permanecer no poder. Não havia, nesse momento, informações sobre a permanência de D. João VI no Reino, nem instruções claras sobre como organizar o Governo na nova realidade revolucionária. Cada Província se adaptava da maneira como conseguia. Pinto da Fonseca enviou o Major Rodrigo Pinto Pizarro para que, no dia 5 de abril, fosse a Constituição proclamada pela tropa no quartel do Campo de Ourique. Seguiu-se, no mesmo dia 5, reunião pública no Paço do Conselho, com as principais autoridades presentes, onde se realizou a escolha de um Governo provisório, que recaiu sobre o

¹⁶⁷³ Cheche Galves, 2010, p. 63.

¹⁶⁷⁴ Sobre as relações anteriores à Revolução do Porto da política maranhense e a atuação de figuras da sociedade civil no processo revolucionário vide também CUTRIM, Luísa Moraes. “João Rodrigues de Miranda: relações com as Cortes Portuguesas e disputas políticas na província do Maranhão (1821-1822). *II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. 07 a 11 de junho de 2011*. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. In: <http://www.outrostempos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/37.pdf> (acesso em 30/11/2014).

¹⁶⁷⁵ Cheche Galves, 2010, p. 63.

¹⁶⁷⁶ Cheche Galves, 2010, p. 64.

Capitão-General. Varnhagen¹⁶⁷⁷ comparou a situação maranhense com a de Pernambuco, onde Luiz do Rêgo, que administrava a Província, permaneceu no poder aderindo à Revolução do Porto.

Pinto da Fonseca também estabeleceu, em 9 de abril de 1823, um Conselho de Governo, composto de nove membros. A partir desse momento, segundo Edyene Moraes dos Santos Lima¹⁶⁷⁸:

Durante o governo de Bernardo da Silveira no Maranhão no ano de 1821, a obrigatoriedade do juramento à Constituição era necessidade expressa dos documentos expedidos à época e no jornal oficial da província. À sociedade civil e militar cabia empenhar-se na tarefa de fazer jurar e atribuir a importância a tal ritual político. Fidelidade, obediência, amor e acatamento às decisões do Rei, entendido aqui como representante máximo da vontade do povo e em conformidade com as determinações das Cortes, eram as prerrogativas fundamentais na divulgação da ordem liberal a ser instalada no Brasil.

O apoio a seu Governo englobava parte considerável das elites maranhenses, mas havia contestações, como reconheceu o próprio Governador, em correspondências com o Rio de Janeiro, na qual menciona um “espírito de facção” que atrapalhava o “sossego público”¹⁶⁷⁹. Assim como no caso de Luiz do Rêgo, a adesão do Governador da Província e da maior parte das autoridades locais (motivadas pelo “desejo de mudança” mencionado na seção anterior) não significou unanimidade com os rumos escolhidos.

Não se tratava, no entanto, de expressões de brasilidade que surgiam, como pretenderam as interpretações nacionalistas. Na verdade, como em outras Províncias, a fidelidade a Lisboa não significava concordância com os procedimentos políticos estabelecidos localmente, nem diminuía o ímpeto das rivalidades regionais. Sobre essa base, surgiram projetos diversos sobre como organizar a política portuguesa. Antes disso, porém:

Já nos primeiros dias de abril de 1821 assistiram a uma intensa movimentação política nas ruas de São Luís. Para os opositores do governador Pinto da Fonseca, sua “adesão” ao constitucionalismo português fora uma estratégia cuja única intenção era a de permanecer no poder. Pesava contra o

¹⁶⁷⁷ 1957, p. 325

¹⁶⁷⁸ 2009, p. 67.

¹⁶⁷⁹ Cheche Galves, 2010, p. 66.

governador as inimizades que acumulara em dois anos vivendo no Maranhão e a trajetória de serviços prestados ao *ancien régime*¹⁶⁸⁰.

Pinto da Fonseca enfrentava, desse modo, oposição na Província antes da chegada do movimento liberal, exatamente por se vincular à ordem anterior. A oposição era, assim, liberal e vintista, tornando-se, ao fim, ainda mais constitucionalista (pró-Cortes), “bradando contra as prisões sem formação de culpa, por liberdade de imprensa e formas efetivamente representativas de governo”¹⁶⁸¹.

No momento da virada de Pinto da Fonseca, na reunião no Paço, as vozes contrárias defenderam a instalação de uma Junta provisória, ao invés da recondução do Governador¹⁶⁸². As forças políticas dividiram-se entre partidos pró e contra a permanência de Pinto da Fonseca¹⁶⁸³. Houve manifestações e mobilizações discretas ou secretas¹⁶⁸⁴, que terminaram, dentre outros, com devassas e na prisão de vários opositoristas, como em 12 de abril de 1821. Dois dos mais destacados opositoristas eram o Brigadeiro Antonio Falcão e o Brigadeiro-Inspetor das tropas, Manuel José Xavier Palmeirim.

As figuras de Falcão e Palmeirim são exemplificativas de que uma parte da tropa não se posicionou favoravelmente à forma como se desenrolaram os inícios da causa liberal no Maranhão. No início do século XIX, havia aproximadamente 1,3 mil soldados na Província, agrupados em oito regimentos de infantaria e um de cavalaria¹⁶⁸⁵. Outras unidades auxiliares completavam o efetivo, que foi reforçado ao longo do processo político de 1821-1822, com reforços de Portugal e com a convocação de voluntários, como se verá à frente. Para administrar o aparato militar maranhense foi nomeado Agostinho Antonio de Faria, que era membro da junta consultiva nomeada por Pinto da Fonseca¹⁶⁸⁶. Os militares eram grupo importante do processo revolucionário, em Portugal e no Brasil, e foram ativos nas disputas que se seguiram no Maranhão.

¹⁶⁸⁰ GALVES, Marcelo Cheche. “Comemorações vintistas no Maranhão (1821-1823)”. In: Revista Outros Tempos. Volume 8, número 12, dezembro de 2011 (C) – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana. P. 3.

¹⁶⁸¹ Cheche Galves, 2010, p. 69.

¹⁶⁸² Vranhagen, 1957, p. 326.

¹⁶⁸³ Cheche Galves, 2010, p. 64.

¹⁶⁸⁴ Cheche Galves, 2010, p. 74.

¹⁶⁸⁵ OLIVEIRA, Mayra Cardoso Baêta de. “As Companhias Milicianas de Pedrestres no Maranhão (Década de 1820). II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. São Luís, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 7 a 10 de junho de 2011. In: www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/sena.pdf (acesso em 30/11/2014).

¹⁶⁸⁶ Cheche Galves, 2011 (C), p. 10.

Como em outras regiões, houve medidas imediatas para tentar tranquilizar a tropa. Uma proposta de aumento dos soldos, no entanto, foi recusada por alguns soldados¹⁶⁸⁷. Em reação aos movimentos militares, foi convocada uma reunião no Paço em 13 de abril, para que se deliberasse “acerca da forma do governo”. Na véspera, entretanto, Palmerim foi preso, como mencionado acima, junto com outras figuras. Com a prisão dos principais opositores e a conquista dos mais reticentes, o Governador alcançou o apoio necessário para continuar no poder. O sufrágio foi realizado por agrupamentos (Regimento de Infantaria, Corpo de Comércio e Agricultura, Magistratura, etc), totalizando 270 votos favoráveis ao Governador, 8 favoráveis à criação de uma Junta de Governo e 2 contrários à adesão¹⁶⁸⁸.

Pinto da Fonseca foi eleito em 13 de abril de 1821, permanecendo no cargo até fevereiro de 1822. Nesse ínterim, o Governador atuou para reforçar sua legitimidade e a fidelidade da Província a Lisboa. Um dos caminhos para tanto foi o controle de meios de expressão pública, principalmente pelo estabelecimento do jornal, o *Conciliador* do Maranhão¹⁶⁸⁹. Criado em 6 de abril de 1821, a folha circulou até julho de 1823, compreendendo 212 edições. Como aponta Marcelo Cheche Galves¹⁶⁹⁰, seus redatores, padre José Antonio da Cruz Tezo e Antonio Marques da Costa Soares eram figuras ligadas a Pinto da Fonseca.

O *Conciliador* seria porta-voz da defesa das Cortes de Lisboa, atuando próximo a Pinto da Fonseca e, posteriormente, à Junta de São Luís. Tornou-se uma espécie de contraponto ao *Correio Braziliense* e aos diários pró-Rio de Janeiro (e posteriormente pró-Independência). Serviu também como veículo para a expressão de setores do comércio e da agricultura. Nos escritos do *Conciliador* se observa a postura de fidelidade ao constitucionalismo português, ao contrário de muitos outros veículos e autores, em outras regiões do Reino, que aos poucos passaram de posição semelhante de entusiasmo com a Revolução do Porto para a crítica fundada na imagem da “recolonização”. Esses elementos, concentrados especialmente na gradual vinculação a

¹⁶⁸⁷ Varnhagen, 1957, p. 326.

¹⁶⁸⁸ Cheche Galves, 2013, p. 7.

¹⁶⁸⁹ A íntegra das edições do jornal, como citado anteriormente, pode ser encontrada no acervo digital da Biblioteca Nacional, in: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=749524> (acesso em 26/11/2014). Adicionalmente, estudo sobre o *Conciliador* foi realizado por Marcelo Cheche Galves, in: GALVES, Marcelo Cheche. “Os impressos e as formas de lembrar: memórias produzidas sobre o jornal *Conciliador*, Maranhão, 1821-1823”. In: Recôncavo: Revista de História da UNIABEU. Ano 1, nº 1, Agosto-Dezembro de 2011 (A). In: <http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo/article/view/263> (acesso em 20/11/2014)

¹⁶⁹⁰ 2011, p. 70.

D. Pedro (e transformação do Rio de Janeiro em “brasileiro”), foram atacados pelo *Conciliador* por serem “facciosos” e anticonstitucionais.

O próprio D. Pedro e o modelo de Governo que estava sendo organizado na capital carioca foram criticados pelo diário. Em 22 de janeiro de 1823¹⁶⁹¹, o *Conciliador* registrou que haveria pouca “probabilidade” de que Minas Gerais, São Paulo e Goiás reconhecessem o “Imperador de veto absoluto”, contra qual estariam se insurgindo muitos “constitucionais”. Na edição de 8 de março de 1823, publicou-se artigo fortemente crítico contra o Rio de Janeiro, que era referido como “Império Despótico Oriental do Rio de Janeiro”. Com a incorporação da Província, o jornal maranhense terminou com uma imagem de “antinacional”, mas é preciso entendê-la não como uma mera antítese de sentimento nacional que existiria no Brasil, mas como resiliência na manutenção da postura de fidelidade a Lisboa¹⁶⁹².

Para além de São Luís, a adesão às Cortes também exigiu esforços para a coordenação entre as cidades da Província. A maioria apoiava Lisboa, mas havia certa autonomia na condução dos trabalhos do dia a dia. Seguiam-se, ainda assim, instruções recebidas de São Luís, especialmente no campo militar, como mostra ofício publicado no *Conciliador*, de 5 de fevereiro de 1823¹⁶⁹³, proveniente de Caxias. O Comandante Antonio Silverio Lopes relatou o cumprimento de instruções recebidas de São Luís para o alistamento de todos os indivíduos do distrito e as providências de adestramento dos mesmos, assim como diz ter feito “a fala que V.S. me ordenou”, Após a Independência, em decorrência do processo de adesão ao Rio de Janeiro, foram criadas “Juntas de Governo em importantes regiões do interior da província, como Caxias e Itapecuru, que não reconheciam a autoridade constituída na capital, São Luís, razão pela qual dirigiam-se diretamente à Corte, em um processo de “dispersão horizontal da soberania”¹⁶⁹⁴.

A oposição enfrentada por Pinto da Fonseca após a adesão não significou, portanto, apoio gradativo a uma causa “brasileira”. Esta ainda era inexistente em 1821 e

¹⁶⁹¹ Edição nº 160, de 22 de janeiro de 1823.

¹⁶⁹² Porta-voz de setores do comércio e da agricultura, o *Conciliador* manteve-se “português” até o seu fechamento. Na última edição localizada (nº 210, 16/7/1823), o jornal anunciou com entusiasmo a chegada, dois dias antes, de navios portugueses a São Luís. Fugidas da Bahia, essas tropas renovaram as esperanças de resistência e suscitaram o cancelamento da Câmara Geral, marcada para o mesmo dia, que decidiria sobre a vinculação do Maranhão ao Rio de Janeiro, efetivada apenas no final daquele mês. Fechado o jornal e confirmada a Independência, caberia ao *Conciliador* a pecha, construída ao longo dos oitocentos, de “virulento” e “antinacional”, ideia vigorosa nas interpretações que atravessaram também os noventa e que supôs a existência de um Brasil pregresso, nação una que se opôs à lusitana desde, pelo menos, a Revolução do Porto (1820). Cheche Galves, 2011, p. 70.

¹⁶⁹³ Edição nº 164. In: Hermeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶⁹⁴ 2010, p. 14

pouco avançaria ao longo de 1822. Não houve, desse modo, movimento como em outras regiões brasileiras, de grupos de poder se movendo, após a adesão inicial às Cortes, para o apoio ao Rio de Janeiro, em reação às medidas das Cortes.

Na verdade, na medida em que avançaram as notícias sobre a causa das “Províncias Colligadas” (Conselho de Procuradores, convocação da Constituinte, etc), as disputas internas foram sendo colocadas em segundo plano no Maranhão. A alternativa do Centro-Sul, “assustou produtores e comerciantes locais, cujos interesses vinculavam-se profundamente a Portugal”¹⁶⁹⁵. Continuaram, logicamente, disputas internas no Governo, por exemplo, entre a Junta e o Governador das Armas, sobre a administração da Província¹⁶⁹⁶. Mas, quando chegou o momento de tomar um partido, a grande maioria dos atores principais do Maranhão cerrou-se em sua fidelidade a Portugal, ao menos nos primeiros momentos da guerra: “se as divergências ganharam a praça pública e agitaram os meses que se seguiram, havia uma espécie de consenso quanto ao repúdio às novidades políticas do Centro-Sul”¹⁶⁹⁷.

O período Pinto Fonseca encerrou-se com a chegada dos decretos de 29 de setembro de 1821 e a determinação de eleição de uma nova Junta Governativa, realizada em 15 de fevereiro de 1822¹⁶⁹⁸. Não houve, naturalmente, reação no Maranhão aos referidos Decretos, a ao contrário do Centro-Sul, onde a contestação àquelas medidas terminou com o “Fico”. Pelo contrário, a fidelidade a Lisboa continuou inabalada ao longo de 1822 e início de 1823. Em janeiro de 1823, foram realizadas eleições para a segunda legislatura das Cortes portuguesas.

Pinto da Fonseca partiu de volta a Portugal em 28 de fevereiro de 1822, sendo substituído pela Junta Provisória presidida pelo Bispo Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré (Presidente). Também a compunham o Brigadeiro Sebastião Gomes da Silva Belford, o Chefe de Esquadra Filipe de Barros e Vasconcelos, Desembargador João

¹⁶⁹⁵ Cheche Galves, 2011 (C), p. 10.

¹⁶⁹⁶ Cheche Galves, 2011 (C), p. 10.

¹⁶⁹⁷ “(...) Ao longo de 1822, antes e após o 7 de setembro, e durante os primeiros meses de 1823, governo e opositores mantiveram-se distantes de qualquer proposta de Independência, mesmo aquela compreendida como governo autônomo dentro do Império luso-brasileiro”. Cheche Galves, 2013, p. 13.

¹⁶⁹⁸ Em cumprimento ao decreto das Cortes de 29 de setembro de 1821, Pinto da Fonseca marcou para 15 de fevereiro de 1822 as eleições dos membros que comporiam a Junta de Governo que o sucederia. Treze dias depois, deixou a província. Desde a edição de 9 de fevereiro, o *Conciliador* publicou discursos do governador em que esse agradeceu sua estada no Maranhão e recomendou o mesmo “patriotismo” aos seus sucessores. Não obstante, lembrou que o atual estado de paz derivava de sua sábia decisão, tomada após o 6 de abril, de manter-se à frente do governo da província (*Conciliador*, nº 61, 19/2/1822, p. 3). Por sua vez, o jornal recobrou o tom laudatório de suas primeiras edições com a publicação de odes, sonetos, cartas de agradecimento e uma síntese das obras deixadas por sua administração. Cheche Galves, 2011 (C), p. 8.

Francisco Leal, Tomás Tavares da Silva, Coronel de Milícias Antônio Rodrigues dos Santos e Tenente de Milícias Caetano José de Sousa¹⁶⁹⁹. Eram portugueses de origem tanto europeia quanto americana. Na visão da historiografia brasileira, os membros da Junta “cassavam ou remetiam para Lisboa as ordens que recebiam do Rio de Janeiro”¹⁷⁰⁰.

De Lisboa, vinham ordens e instruções do Governo, mas também lá atuaram os representantes maranhenses nas Cortes Gerais. A eleição dos dois deputados foi realizada em julho e agosto de 1821, tendo sido eleitos Deputados maranhenses junto às Cortes o Desembargador Joaquim Antonio Vieira Belfort e o Cônego José João Beckman Caldas. A atuação dos representantes do Maranhão nas Cortes, a partir de 8 de novembro de 1821, ficou marcada pela imagem de uma pura vinculação às posições dos parlamentares europeus. Marcelo Cheche Galves alerta¹⁷⁰¹, no entanto, para o fato de que havia uma multiplicidade de interesses, que diziam respeito também aos temas concernentes à própria gestão da Província e de suas atividades econômicas. As Cortes se tornaram o local privilegiado para a apresentação de demandas e reclamações de grupos maranhenses, que, com isso, se inseriram ainda mais no seio do constitucionalismo português.

A situação política permaneceu inalterada por boa parte de 1822, relativamente distante do movimento das “Províncias Colligadas”, dos combates na Bahia e do movimento em Províncias mais distantes. Eram recebidas, logicamente, notícias do que se passava no resto do Reino¹⁷⁰², com especial interesse na guerra na Bahia¹⁷⁰³, assim como correspondências do Rio de Janeiro, que buscava a adesão das Províncias à causa de D. Pedro. Essas tentativas de aproximação eram, como visto, rejeitadas. Os relatos que chegavam às Cortes pelos navios que passavam por São Luís davam conta, no

¹⁶⁹⁹ Varnhagen, 1957, p. 327

¹⁷⁰⁰ Varnhagen, 1957, p. 327.

¹⁷⁰¹ “No caso do Maranhão, por exemplo, o negociante Izidoro Rodrigues Pereira publicou as Advertencias Interessantes à Provincia do Maranhão (1822), síntese de uma série de demandas dos produtores e comerciantes da província endereçadas aos deputados maranhenses eleitos para as Cortes, em agosto de 1816”. 2011 (B), p. 4.

¹⁷⁰² Por exemplo, o *Conciliador* de 4 de janeiro de 1823 (nº 155) registra informações fornecidas pelo Brigue-Escuna Liberal, sobre a situação de Pernambuco e a mobilização sobre a guerra da Bahia, com as expectativas de uma nova expedição portuguesa e o envio de 600 pernambucanos para lutar do lado brasileiro. “(...) e no Recife diz-se que no caso de chegar ali Tropa de Portugal hão-de prender todos os Europeos para o que já se preparao prizões”.

¹⁷⁰³ O *Conciliador* nº 160, de 22 de janeiro de 182, reproduz extrato do *Idade d’Ouro*, de 24 de dezembro de 1822, relatando ataque dos brasileiros às linhas de defesa de Salvador, que não teve sucesso. Os atacantes, segundo o diário, “fugirão imediatamente segundo o costume; e tiveram alguma perda, que não se póde calcular por ser entre capoeiras de matto”. O *Conciliador* também reproduzia a avaliação de que “os revolucionários estão afflictos com o bloqueio; e com o medo do ataque não podem dar auxilio á meia lua do Reconcavo da Bahia”.

início de 1823, de relativa estabilidade na Província. Pelas notícias publicadas em Lisboa em 22 de janeiro¹⁷⁰⁴ e 26 de fevereiro¹⁷⁰⁵, informava-se que, na Província do Maranhão, “reinava o maior socego”.

A principal preocupação relatada em fins de 1822 e início do ano seguinte era a situação no Piauí. Após a chegada das notícias dos acontecimentos em Parnaíba, em 19 de outubro de 1822, a Junta maranhense lançou, em 11 de novembro de 1822, manifesto contrário à declaração de apoio a D. Pedro. Posteriormente, São Luís despachou homens e o Brigue *Infante D. Miguel*, para bloquear o porto de Parnaíba, como visto na seção anterior. Informava-se que tropas contrárias também estavam sendo mobilizadas.

De fato, um dos pontos em que insistiu a Junta maranhense foi no combate aos “facciosos”. Essa tarefa se deu já em fins de 1822 e início de 1823, continuando sob a direção da Junta Provisória. Aqui se observa um dos pontos interessantes do caso maranhense: não apenas se manteve a fidelidade a Lisboa, ao contrário do movimento de redirecionamento em outras Províncias, como também se partiu para a ofensiva, a fim de evitar que o movimento pró-Rio de Janeiro tivesse sucesso. Essa ação teve sua expressão jornalística no *Concilador*, que cumpriu a tarefa de mobilizar o que existia de opinião pública no Maranhão. Teve também dimensão financeira, pois foram os próprios cidadãos maranhenses quem financiaram grande parte da mobilização militar.

As principais ações da Província no combate aos “facciosos” se deram no apoio à luta de Fidié no Piauí. Foram descritas, na seção anterior, sobre o Piauí, as mobilizações na Província do Maranhão em apoio ao Governador das Armas do Piauí e no combate aos partidários do Rio de Janeiro. O combate aos “facciosos” motivou, ainda, o envio de pedido a Lisboa para o reforço das tropas portuguesas presentes na Província. Foram mil os soldados pedidos em 11 de fevereiro de 1823. Os custos de transporte e abastecimento dessa tropa seriam pagos pelos próprios maranhenses, que enviaram 1,5 mil sacas de arroz a Lisboa¹⁷⁰⁶.

Já em meio à mobilização de tropas para combater no Piauí foi realizado, em 12 de janeiro de 1823, o juramento da Constituição portuguesa. Participaram as principais autoridades civis, grande parte da tropa e dos principais comerciantes. Foi realizado um *Te Deum*, discursos, bandas de música e festejos para todas as classes¹⁷⁰⁷, “tendo-se

¹⁷⁰⁴ Diário do Governo de Lisboa, nº 19, 22 de janeiro de 1823, p. 127.

¹⁷⁰⁵ Relato da Galera *Portuguesa, Pombinha de Lisboa*. Diário do Governo de Lisboa, nº 49, 26 de fevereiro de 1823.

¹⁷⁰⁶ Varnhagen, 1957, p., 329.

¹⁷⁰⁷ Cheche Galves, 2011 (C), p. 11.

empregado todos os meios possíveis para fazer brilhante aquelle acto”. Ao reportar o juramento a Lisboa, a Câmara de São Luís enviou manifesto para mostrar “nossa firmeza, e adhesão ao Systema Constitucional, e prosta por terra a calumnia com que se procurou denigrir perante Vossa Magestade, a conducta desta Provincia”¹⁷⁰⁸. O manifesto era expressão, segundo a Câmara, do “entusiasmo com que as Authoridades Civis, e Militares, o Clero, a Nobreza, e o Povo” mantinham com relação à causa constitucional. O ato de juramento em São Luís foi uma grande declaração de apoio a Lisboa, exatamente três meses após a aclamação de D. Pedro como Imperador, em 12 de outubro de 1822, e pouco mais de um mês após a coroação, no Rio de Janeiro.

Seis dias depois do juramento da Constituição portuguesa, o *Conciliador* publicou, com destaque, comunicação de Fidié à Junta de São Luís, de 22 de dezembro de 1822, da Vila da Parnaíba, na qual informava a entrada na cidade, a fuga dos promotores do 19 de outubro para o Ceará e os atos de vivas ao Rei e às Cortes. Fidié também mencionava a antecipação dos homens do Brigue *Infante Dom Miguel* em entrar na Parnaíba, “em consequência de algumas desagradáveis notícias que corrião”. O Governador das Armas do Piauí voltava a insistir na necessidade de envio de forças ao Ceará, para evitar o que avaliava ser uma minoria de “sediciosos” que sufocava a população¹⁷⁰⁹.

A evolução dos combates no Piauí foi acompanhada pelas autoridades maranhenses e pela própria população, por meio do *Conciliador*. Na edição de 1º de fevereiro de 1823, o jornal registrava ter chegado “finalmente a impostura, a seducção” dos facciosos em “perverter os habitantes da Província do Ceará”, por meio das medidas militares das tropas portuguesas. Pouco tempo depois, em 5 de fevereiro de 1823¹⁷¹⁰, o jornal reproduziu proclamação do Governador das Armas do Maranhão, sustentando que “he preciso ou destruir o mal na sua origem, ou obstar-lhe oaos progressos”. Reconhece a invasão do Piauí pelas tropas cearenses e a ocupação de Piracuruca.

Ao mesmo tempo, o *Conciliador* apontava para a necessidade de ser “indispensável pôr aquella grande, e interessante Villa (Caxias) a coberto de qualquer tentativa”. O Governador da Armas do Maranhão, por sua vez, relatou, que 311

¹⁷⁰⁸ In: *Conciliador*, edição nº 159, de 18 de janeiro de 1823.

¹⁷⁰⁹ “Não me pertence meter nos Negocios das outras Provincias, porém cumpre-me assegurar a Vossas Excellencias, que a tranquillidade, e bem ser da Provincia do Ceará, não depende se não, de huma força auxiliadora, que apoie os constitucionais daquela Provincia, que se achão soffucados, e oprimidos por meia dúzia de cobardes sediciosos, sem que livremente possam sem risco, respirar”. *Conciliador*, edição nº 159, de 18 de janeiro de 1823.

¹⁷¹⁰ Edição nº 165.

soldados de 1ª. linha estavam sendo enviados para completar a força de 414 praças já presentes. Reclamava, no entanto, da falta de efetivos para guarnecer outros pontos, pelo qual emitia aquela proclamação, para que voluntários se incorporassem às tropas. Nessa conclamação, prometia que “cessarão os privilégios; pois a Patria quer braços, e os privilégios lhos roubão”. O apelo resultou, dentre outros, na formação de uma “Companhia de Voluntários Constitucionais”¹⁷¹¹. Antes mesmo da Batalha do Jenipapo, portanto, Agostinho Antonio de Faria reconhecia, indiretamente, riscos para o interior maranhense, antecipando a centralidade de Caxias no destino do Maranhão.

A Junta de São Luís igualmente publicou manifesto no *Conciliador*, no mesmo dia, com igual tom marcial. Informava a mobilização da 1ª linha para os pontos estratégicos e indicava: “nada temamos de tão obscuros inimigos: a sua audácia he tão fragil qual a tosca estatua de barro (...) elles são lucífugos escravos das trevas do despotismo”. Interessante verificar essa mobilização ao mesmo tempo em que, em Oeiras, a Junta pró-Rio de Janeiro mantinha forte preocupação com potencial invasão maranhense pelo Parnaíba. Eram dúvidas e inseguranças, dos dois lados, típicas de uma guerra.

As edições seguintes do *Conciliador* continuaram a registrar¹⁷¹² a situação no Piauí (e também da Bahia¹⁷¹³ e de Pernambuco¹⁷¹⁴), a revolta em Oeiras e em Campo Maior, além da mobilização dos “dissidentes do Ceará”. Também informava da intensa mobilização das forças maranhenses. Em 19 de fevereiro de 1823¹⁷¹⁵, saiu no *Conciliador* informação de que os

“Commandantes dos Districtos do Brejo, Iguará, Carnaubeiras, e Ribeira das Preguiças, desde que a revolução da Parnaiba exige providencias para a segurança daqueles distribtos, os sobredictos Commandantes tem desenvolvido hum zelo Patriotico, e huma coragem própria de Portuguezes dignos deste nome”.

¹⁷¹¹ Oficializada no *Conciliador* de 22 de fevereiro de 1823, nº 169. Os nomes dos voluntários foram relacionados na mesma edição, ultrapassando o número de 60.

¹⁷¹² Vide edição nº 166, de 12 de fevereiro de 1823.

¹⁷¹³ Na edição de 12 de fevereiro de 1823, fala-se, por informação recebida de navio que aportou em São Luís, que Labatut “foi consecutivamente destruído por as Tropas Portugezas da Bahia”, e que Madeira realizou contra-ataque contra o cerco. Também informa que destacamento português teria recebido ordem de marchar até Alagoas.

¹⁷¹⁴ Menciona carta que relata a “completa anarchia” na Província de Pernambuco, com a existência de três partidos, um pró-D. Pedro, outro republicano e um terceiro, pró-Cortes.

¹⁷¹⁵ Edição nº 168.

A edição de 25 de fevereiro registrou, novamente, a ameaça enfrentada pela vila de Caxias, próxima às ações dos “dissidentes”. Aos poucos, a guerra ia se aproximando.

Em 8 de março de 1823, publicou-se a saída de Fidié de Parnaíba, à frente, segundo o *Conciliador*, de 900 a mil homens, dentre piauienses e maranhenses. No dia 26 do mesmo mês¹⁷¹⁶, foi dada a notícia de que Leonardo de Carvalho Castelo Branco, “o faccioso chefe dos insurgentes do Pihauhy”, apareceu no Porto de Repartição, após ter-se instalado na Fazenda das Melancias. Era o prelúdio da Batalha do Jenipapo, como visto anteriormente, que resultou na prisão de Leonardo de Carvalho e seu envio a Lisboa. A mobilização militar no Piauí alcançava, assim, o território maranhense, provocando agitações e proclamações.

A Batalha do Jenipapo em si foi mencionada em 29 de março de 1823¹⁷¹⁷, por meio de relato de Fidié sobre os acontecimentos, e sua decisão, por falta de suprimentos, de ir ao Estanhado. O resultado do Jenipapo foi celebrado pelo *Conciliador*¹⁷¹⁸, mas a forte retórica contra os “facciosos” dava a entender que a situação não se movia necessariamente a favor de Lisboa, haja vista a menção de muitas deserções em Caxias para o outro lado.

A reação pública da Junta aos insucessos no Piauí foi, desse modo, a de redobrar a mobilização “patriótica” e intensificar o confronto¹⁷¹⁹. Ainda em julho de 1823, quando a situação da Junta estava quase perdida, o *Conciliador* anunciava com entusiasmo a chegada de tropas portuguesas, vindas da Bahia, como reforço para a “causa”¹⁷²⁰. A partir de março de 1823, a guerra no Maranhão ampliou-se e tornou-se aberta, com o *Conciliador* publicando rotineiramente proclamações de autoridades civis e, principalmente, de oficiais, reforçando sua fidelidade a Lisboa e clamando à luta.

Com a evolução desfavorável das operações militares de Fidié, começavam a aparecer movimentos de apoio ao Rio de Janeiro no próprio Maranhão, como em Pastos Bons, em março de 1823, como se verá abaixo. Também em março de 1823, surgiram

¹⁷¹⁶ Edição nº 178.

¹⁷¹⁷ Edição nº 179.

¹⁷¹⁸ “Estas notícias tem tanto de jubilosas para os verdadeiros amigos da Constituição Portuguesa, como de enfadonhas e terríveis para quem for inimigo de tão Sagrada Causa, e sectário da desgraçada mania do independente império de barro, isto he: para fanáticos corcundas, e para esses miseráveis sans-culotes, que não tendo virtudes sociaes para licitamente adquirir querem roubar”. Edição nº 179, de 29 de março de 1823.

¹⁷¹⁹ “A influência dos sucessos do Piauí sobre o Maranhão era cada vez mais sensível. A Junta do Governo, incitada pelo *Conciliador*, era a primeira a provocar exaltação dos ânimos pelo rigor das constantes medidas repressivas (...) E como os perigos se avolumavam com os avanços da causa da independência, a Junta deixava sem resposta os ofícios de Fidié, receosa de ver em risco a segurança da cidade, desde que lhe mandasse os reforços pedidos”. Abdias Neves, 2006, p. 187.

¹⁷²⁰ Cheche Galves, 2013, p. 19.

denúncias em São Luís de mobilizações em prol da Independência. O Brigadeiro Palmerim foi novamente preso, junto com outros indivíduos, todos posteriormente enviados para Lisboa¹⁷²¹. Em abril, ocorreram novas denúncias e novas prisões e deportações, concomitantemente às comemorações do segundo aniversário da “adesão” à Revolução do Porto. Marcelo Cheche Galves aponta que um dos presos em abril de 1822, o padre José Constantino gomes de Castro sustentou ter sido acusado de “independentista” apenas por ter se recusado de participar das comemorações de 6 de abril¹⁷²².

Há dúvidas, assim, se houve efetivamente forte movimento independentista em São Luís, e nas suas proximidades, sem a influência externa. Há indícios de que o movimento era frágil, na capital e em seu entorno. O *Conciliador* de 25 de janeiro de 1823, por exemplo, registrou manifesto da Vila de Alcântara em prol da constituição.

Em outras vilas do interior maranhense, no entanto, surgiram movimentos pró-Rio de Janeiro em São José dos Matões, Manga e Pastos Bons. Uma boa parte desse movimento veio da tropa, que, é sempre bom lembrar, era constituída fundamentalmente de portugueses nascidos no Reino do Brasil. O baiano Salvador Cardoso de Almeida chegou a organizar tropa voluntária maranhense que se juntou às forças pró-Rio de Janeiro no Piauí, no dia 12 de março de 1823, na véspera da Batalha do Jenipapo. As regiões maranhenses próximas à fronteira com o Piauí sentiram os efeitos da evolução da causa da Independência mais rapidamente do que a capital.

Outro setor que registrou mudanças de posição foi o agrícola. Os principais produtores sentiram diretamente os efeitos da guerra e da invasão, especialmente na Região da Ribeira do Itapecuru (rio que ia até Caxias). Como aponta Cheche Galves, os produtores de algodão contribuíram, inicialmente, para a resistência portuguesa, mas os riscos sobre a lavoura e sobre os escravos, os fez refletir sobre uma mudança de posição: a permanência do lado de Lisboa apenas oferecia a perspectiva de manter as coisas como estavam, sem compensação dos prejuízos. Do lado contrário, se “bem dirigida” (evitando problemas com os escravos), a adesão ao Rio de Janeiro “poderia redefinir o papel político e econômico destes produtores”¹⁷²³.

É difícil, desse modo, saber se os movimentos pró-Independência foram pré-existentes ou se surgem exatamente no contexto dos combates vindos do Piauí, com as

¹⁷²¹ Varnhagen, 1957, p. 330.

¹⁷²² 2011 (C), p. 13.

¹⁷²³ Cheche Galves, 2013, p. 20.

influências e propagandas vindas de fora. Independentemente de ter existido ou não movimento anterior, o fato é que a onda em favor do Rio de Janeiro foi impulsionada principalmente pelos resultados dos combates no Piauí e o avanço das forças cearenses, piauienses e pernambucanas sobre o Maranhão¹⁷²⁴. As primeiras expressões em favor do Rio de Janeiro efetivamente surgiram no interior, já no contexto dos combates.

Observando-se o quadro político da Província em 1821-1823, é difícil imaginar o avanço da causa da Independência, no Maranhão, sem a marcha das tropas de outras Províncias, mesmo que existissem grupos maranhenses que apoiassem o Rio de Janeiro, rompendo com a ideia de fidelidade à causa constitucional. A invasão militar ocorreu, a partir de março de 1823 e encaminhou a solução. Cumpriu o papel, no Maranhão, de veículo da promoção da unidade do Império em torno do Governo do Rio de Janeiro.

c) O contra-ataque e o caminho para Caxias

É importante notar que, além da Batalha do Jenipapo, ocorreram outras batalhas que duraram cerca de 4 a 5 horas de luta, como a do Itapecurumirim e a do Morro das Tabocas, antes da prisão do Fidié. Outro aspecto relevante, neste contexto, diz respeito ao clima de violência, fome e penúria que se instalou na Província do Piauí, situação que piorou depois da Batalha do Jenipapo e se estendeu ao período posterior à prisão do Major Fidié¹⁷²⁵.

Como visto na seção sobre o Piauí, após a Batalha do Jenipapo Fidié seguiu com sua tropa para o Estanhado e atravessou o Parnaíba. Recebeu, em seguida, o convite para se dirigir a Caxias, em 3 de abril de 1823. O pedido ocorrera após episódio de insubordinação de tropas locais, que havia assustado as autoridades locais¹⁷²⁶.

O caso se relacionava com a proclamação da Independência em São José dos Matões, em fins de março de 1823. Situada ao sul de Caxias e próxima à fronteira com

¹⁷²⁴ A “adesão” – resultado do avanço das tropas oriundas do Ceará e Piauí e do desembarque, em São Luís, liderado pelo almirante Cochrane ante a resistência dos “portugueses” da província – deixou marcas profundas. Da Corte, não tardaram a chegar outras medidas de força, como o reenvio de tropas em 1824 a demissão do presidente da província no final do mesmo ano, e a prisão julgamento, nos tribunais do Rio de Janeiro, de dezenas de envolvidos nos tumultos que agitaram a cena provincial. Galves, 2011, p. 106.

¹⁷²⁵ Maria do Amparo Alves de Carvalho, 2014, p. 238.

¹⁷²⁶ Ofício com descrição dos eventos foi transcrito em Abdias Neves, 2006, p. 190. Vide também Vieira da Silva, 1862, p. 83.

o Piauí, a vila sofreu influencia direta do processo que se passava na outra margem do Parnaíba. Elementos vindos de lá lograram entrar na vila e mobilizar a população a aclamar D. Pedro Imperador.

Em reação, o Coronel Manuel de Sousa Pinto de Magalhães, comandante de Caxias, organizou tropa sob o comando do Capitão Picaluga, para avançar, em 31 de março, sobre São José dos Matões. Na véspera, no entanto, a tropa se revoltou ao receber a informação que Magalhães partiria para São Luís, por motivo de doença. Além de exigir a presença do oficial, demandavam pagamento de soldos e outras providências¹⁷²⁷. A calma apenas voltou quando o Major José Demétrio d'Abreu reuniu a tropa e conseguiu convencê-la (com a promessa de pagamento de soldos) da necessidade de cumprir as ordens e marchar contra São José dos Matões. A marcha, no entanto, durou pouco e a tropa se dispersou antes mesmo de deixar a cidade. Todo o processo deixou Caxias agitada, sendo que, em 2 de abril, muitos habitantes se mobilizavam para deixar a cidade¹⁷²⁸.

A decisão, em 3 de abril, foi de remeter toda a tropa revoltada para a Capital. Após passar por Itapecuru-Mirim, onde provocaram temores no seio da população, o contingente chegou a São Luís, sendo posteriormente preso¹⁷²⁹. Permaneceram em Caxias apenas alguns oficiais, equipamento e recursos da caixa militar.

A Câmara de Caxias emitiu, em reação à agitação, o convite para que Fidié e sua tropa assumissem o controle da cidade. Após passar pelo Estanhado, Fidié dirigiu-se ao sul e chegou a Caxias, em 17 de abril de 1823, acompanhado de 700 soldados¹⁷³⁰. Escolheu, como informou a Lisboa¹⁷³¹, estabelecer seu quartel-general no Morro da

¹⁷²⁷ “(...) dada a voz da marcha (a tropa) não obedeceu; levantando a voz alguns dos granadeiros da primeira linha disseram que não marchavam: primeiro, sem o Coronel; segundo, sem bandeiras; terceiro, sem que lhes pagassem o semestre; quarto, sem que se lhes adiantasse o soldo, além de outras requisições que de um e outro lado se faziam”. Documento transcrito in Abdias Neves, p. 191.

¹⁷²⁸ Viera da Silva, 1862, p. 85.

¹⁷²⁹ Viera da Silva, 1861, p. 86.

¹⁷³⁰ “Os moradores de Caxias, que por temor, ou adesão prestavam-se a fazer os surpimentos que deles se exigia, concorrerão para a edificação de uma casa neste morro, destinada para quartel e arrecadação da pólvora”. Vieira da Silva, 1862, p. 97

¹⁷³¹ “Ponderando sobre a defesa desta Villa axei procedente, que se fortificasse o monte da Taboca, que a domina, e de onde facilmente se pode obstar qualquer invasão que os Facciosos intentem sobre elle; podendo se fazer ás convenientes sortidas apiadas pela artilheria”. (OFÍCIO do [governador das Armas do Piauí], João José da Cunha Fidié, ao secretário de estado dos Negócios da Guerra, Manoel Gonçalves de Miranda, sobre os officios recebidos e as medidas tomadas para fortificar e defender a vila de Caxias, no Piauí, antes de seguir para a vila de Oeiras; e informando que no monte Taboca foram atacados pelos facciosos e os venceram, mas que estes querem atacar a vila e cortar as comunicações, pois esperam reforços do Ceará. Em 31 de maio de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_16, Cx. 32, D. 1688. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

Taboca, que foi fortificado com a contribuição dos moradores da vila. O plano do ex-Governador das Armas do Piauí, segundo expressou a Lisboa no ofício de 31 de maio de 1823, continuava sendo o de reorganizar suas tropas, recuperar as forças e avançar sobre Oeiras.

Fidié enfrentou, desde o início, dificuldades no reforço de seu contingente e com as movimentações de seus inimigos, cuja causa começava a se espalhar pelas redondezas e a transformar-se em ameaça. Reforços foram solicitados a São Luís, que chegou a remeter algum contingente e equipamentos, mas não em quantidade suficiente.

O ex-Governador das Armas do Piauí decidiu inicialmente partir para ofensiva. Mobilizou-se, em 21 de abril, para atacar São José dos Matões com a tropa de 1^a. linha. O avanço das tropas de Fidié foi detectado, e o comandante de Matões, Tenente Roberto José de Moura, solicitou reforços urgentes do lado dos independentistas, que se organizavam agora na Barra do Poti. Foram despachados, então, 400 soldados comandados pelo Capitão Alecrim, e outros 150, sob as ordens do Sargento-Mor Francisco Xavier Torres. Ao saber que essas forças haviam atravessado o Parnaíba, as forças de Fidié entrincheiraram-se em uma casa próxima a São José dos Matões¹⁷³².

Sem esperar a chegada de reforços, o comandante do destacamento de São José dos Matões atacou as trincheiras das forças de Caxias, em 29 de abril. A resistência foi dura e quase provocou a derrota brasileira. Segundo o relato do Mons. Joaquim Chaves¹⁷³³, foi ação individual do Tenente Roberto José, de esgueirar-se até a proximidade da casa e atear fogo nela, o que definiu o combate, com grandes perdas do lado português. Quase no fim, chegaram ao local as forças do Capitão Alecrim, que auxiliaram no combate, que resultou em 45 mortos e 13 feridos¹⁷³⁴. Os soldados de Fidié que lograram recuar acamparam, na sequência, em Pindoba, nas proximidades de Caxias.

Duas consequências derivaram do combate de São José dos Matões, de 29 de abril de 1823: após a derrota, Fidié optou por uma estratégia defensiva, concentrada no reforço de Caxias¹⁷³⁵. Continuariam as escaramuças em outras localidades, mas ficava claro que a iniciativa militar estava agora com as forças pró-Rio de Janeiro. Um número importante de tropas – aproximadamente 650 homens – cruzou o Parnaíba e estabeleceu cabeça-de-ponte em São José dos Matões. Essa tropa em pouco tempo voltaria a se

¹⁷³² Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 130.

¹⁷³³ 2006, p. 130.

¹⁷³⁴ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 131.

¹⁷³⁵ Vieira da Silva, 1862, p. 98.

mobilizar. Ganharia destaque, nesse processo, a figura do Capitão Alecrim, que na maior parte dos casos avançou contra as ordens do comando central, mas logrou conquistar pontos importantes para a construção do cerco sobre Caxias.

O episódio de São José dos Matões ocorreu, principalmente, em um contexto mais amplo de invasão do Maranhão pelas tropas pró-Rio de Janeiro. A Junta de Oeiras, como se recorda, estivera desde o início de sua adesão ao Império preocupada com a segurança das fronteiras do Piauí com o Maranhão, razão pela qual havia despachado reforços ao longo de toda a margem do Parnaíba, ao invés de concentrar-se na marcha de Fidié, que saíra de Parnaíba em direção a Oeiras. Essas bases ao longo do rio tiveram, ao fim, o condão de servir, inicialmente, de ponto de apoio para os contatos com civis e militares que se moveram em direção ao Império. Posteriormente, foram utilizadas como pontos de lançamento das forças combinadas.

A movimentação das tropas pró-Rio de Janeiro em direção ao Maranhão, começou, assim, pelas localidades ao longo do Rio Parnaíba e em vilas próximas, alongando-se em escaramuças regulares entre os dois lados, até que as ofensivas independentistas tivessem sucesso sobre vilas estratégicas e permitissem o cerco. Não foi um processo rápido. Terminou, ainda, com o cerco de Caxias por mais de três meses, durante os quais Fidié resistiu até não ter mais condições. Foram meses de longas marchas, dificuldades logísticas e de disciplina dos dois lados, além de constantes combates, que resultaram em significativas perdas.

Com forças de origens distintas atuando em prol do Rio de Janeiro, a invasão se deu de forma desorganizada, encavalando-se operações em diferentes pontos. Observando as dificuldades de organização dos diferentes corpos piauienses, cearenses, pernambucanos (além de alguns maranhenses), a Junta de Oeiras decidiu, em fins de março, descentralizar o Comando e criar a “Junta de Comissão Militar da Barra do Poti”, que teria como competência as ações no norte da Província, pelos pontos de Santo Antônio e Poti¹⁷³⁶. No sul, o comando continuaria sendo realizado diretamente por Oeiras.

Junta teria um Presidente e seis membros, mas demorou a se concretizar. Apenas em 26 de abril, foi instalada, liderada pelo Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins, e integrada por Manoel Lopes Teixeira e pelos Capitães Luís Rodrigues Chaves, Francisco Manoel de Araújo Costa e Claro Pereira de Abreu Bacelar. Em um

¹⁷³⁶ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 127.

primeiro balanço, a Junta observou contar com algo próximo a 800 soldados, que sofriam com a falta de pagamentos e de suprimentos e com a indisciplina¹⁷³⁷. Era necessário reforço dessa tropa, que foi solicitado, mas que não impediu que as operações continuassem, como se verá abaixo.

A partir do Estanhado e, um pouco mais ao norte, de Repartição e do Brejo, as forças brasileiras ingressaram em território maranhense e se dividiram, uma parte seguindo pelo norte, como se verá abaixo, a outra descendo em direção a Caxias. Outras forças cruzaram o rio mais ao sul, seguindo diretamente para o cerco em Caxias.

Três ações ocorreram praticamente ao mesmo tempo e a partir delas se moveram as forças pró-Rio de Janeiro. A primeira foi o já mencionado confronto em São José dos Matões. A segunda ação ocorreu em Pastos Bons, vila localizada ao sul de Caxias e próxima à fronteira com o Piauí. Varnhagen¹⁷³⁸ conta que, “temendo que baixassem do sertão forças brasileiras” as autoridades pró-Lisboa despacharam o Major Francisco de Paula Ribeiro, com 78 soldados, para defender o flanco maranhense na altura do Tocantins.

Já presente em Pastos Bons, elementos da tropa começaram a se revoltar. O Capitão Inácio Xavier Câmara, que comandava uma companhia de milicianos, tentou promover a causa da Independência, mas foi reprimido e fugiu com companheiros em direção ao Piauí¹⁷³⁹. Planejaram, na fuga, passar pela povoação da Manga, mas como esta tivesse ocupada militarmente, despacharam um emissário a Oeiras, e, 23 de março, a fim de solicitar apoio. A resposta veio em 12 de abril, com ordem para que os comandantes das bases brasileiras da região respondessem a pedidos de auxílio do outro lado da fronteira, caso fosse necessário¹⁷⁴⁰.

Ante a ameaça de que destacamento de Pastos Bons avançaria sobre Manga, o comandante Matias de Sousa Rebelo cruzou a fronteira e partiu para a cidade, despachando antes um pedido de reforços a Oeiras. Entrou em Manga com 60 soldados, proclamando a Independência e alterando o nome da povoação para Vila Nova Imperial de Nossa Senhora da Conceição. O relato de Abdias Neves dá conta de que o movimento do Comandante Matias teria sido motivado por “falso pretexto”, mas o

¹⁷³⁷ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 129.

¹⁷³⁸ 1957, p. 335.

¹⁷³⁹ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 117.

¹⁷⁴⁰ “Ordena, portanto, a V. Mercê que logo que qualquer cidadão da dita Província do Maranhão pedir auxílio para proclamar a Independência no território daquela Província, V. Mercê o socorrerá com toda ou parte da tropa do seu comando”. Ofício transcrito em Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 118.

Mons. Joaquim Chaves aponta que houve um pedido de socorro de alguns maranhenses¹⁷⁴¹.

Após o sucesso em Manga, Matias de Sousa Rebelo mobilizou-se para atacar Pastos Bons, solicitando novo apoio a Oeiras. A Capital Piauiense preferiu solicitar cautela, enquanto mobilizava as tropas, e sugeriu as operações se limitassem a “acossar o inimigo com guerrilhas”¹⁷⁴². A Junta de Oeiras recebeu, ao mesmo tempo, informações de que Matias de Sousa havia se desentendido com o líder civil maranhense pró-Rio de Janeiro, o fazendeiro José Dias de Matos, e de que o Major Paula Ribeiro cogitava aderir aos independentistas. Preocupada com essa situação, a Junta ordenou ao Capitão João Gomes Caminha, comandante de Jerumenha, que marchasse para Manga e assumisse as operações¹⁷⁴³. Caminha, já no comando, efetuou o pagamento dos soldos atrasados e preparou o avanço. Tinha instruções específicas para evitar que suas tropas não causassem “distúrbios ou violências aos habitantes dos territórios conquistados”.

A informação da possível adesão do Major Paula Ribeiro, no entanto, não se concretizou. O oficial português havia se retirado de Pastos Bons, o que permitiu a conquista da cidade sem lutas, em 10 de maio de 1823, e a aclamação da Independência, em 12 do mesmo mês. Em Cachoeira de Três Barros, no entanto, Paula Ribeiro sofreu ataques de partidários do Rio de Janeiro (todos civis, dos quais 250 índios Apinagés), liderados pelo fazendeiro José Dias de Matos¹⁷⁴⁴. Após resistir a um primeiro ataque, Paula Ribeiro foi obrigado a se render, na Ilha da Botica, após perder um capitão e nove soldados. Paula Ribeiro e o capelão foram, posteriormente, assassinados, antes de atingirem, com os outros prisioneiros, Pastos Bons. As tropas de Caminha, na sequência, receberam ordem de avançar sobre Caxias, para auxiliar no cerco.

A terceira ação concomitante se deu em Repartição e no Brejo, que estavam localizadas ao norte de Caxias, mais ou menos na altura Campo Maior, do outro lado da fronteira, no Piauí. A mobilização iniciou-se em 25 de abril, quando o Alferes Moraes Rego tentou avançar sobre Repartição, do outro lado do Parnaíba. Após um primeiro revés contra os 60 soldados comandados pelo Tenente Francisco Gonçalves Meirelles, no qual resultaram em cerca de 10 soldados portugueses mortos e vários feridos, além

¹⁷⁴¹ 2006, p. 119.

¹⁷⁴² Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 120.

¹⁷⁴³ Idem, p. 121

¹⁷⁴⁴ Varnhagen, 1957, p. 335

de 9 brasileiros feridos, houve um recuo e o envio de pedido de auxílio às forças brasileiras no local e à Junta Militar do Poti¹⁷⁴⁵.

Foram despachados aproximadamente 100 soldados, comandados por Salvador Cardoso de Almeida, que assumiu o comando da tropa. Uma tentativa de diálogo entre as duas partes não prosperou¹⁷⁴⁶. As forças brasileiras se desdobraram, então, em um ataque coordenado, em 15 de maio. Moraes Rego avançou sobre Repartição, ao passo que Salvador cruzou o rio e atacou diretamente a vila de São Bernardo do Brejo¹⁷⁴⁷. Cercada a Vila, não restou ao comandante local alternativa a negociar sua rendição, a qual lhe permitiu deixar a vila com 2 oficiais, 80 soldados e armas. Essas tropas portuguesas se instalaram próximas a Caxias, na Pindoba, e continuariam a sofrer a pressão das forças pró-Rio de Janeiro.

Após a captura do Brejo, as tropas pró-Rio de Janeiro se moveram em direção a Caxias. Uma parte se destacou desse movimento e seguiu ao norte, no caminho a São Luís, em direção a Manga do Iguará, tomada pelo Capitão João Isidoro Bezerra, em 23 de maio.

Uma vez que as forças brasileiras, ainda que deorganizada, já avançavam pelo interior do Maranhão, ao norte e ao sul de Caxias, a Junta Militar do Poti resolveu também se deslocar para a outra margem do Parnaíba, no início de maio de 1823¹⁷⁴⁸. Era, principalmente, uma resposta às movimentações indisciplinadas de alguns oficiais, especialmente Moraes Rego (que estava ao norte de Caxias) e Alecrim (que partira em direção ao norte, de Matões para Caxias)¹⁷⁴⁹. Determinou-se, para tanto, que as forças espalhadas pelas guarnições ao longo do Parnaíba se reunissem no Poti. Também ordenou-se ao Tenente Simplício José da Silva, que comandava Campo Maior, que enviasse suprimentos e montaria de burros¹⁷⁵⁰.

Após aguardar a chegada de reforços e suprimentos, Junta da Barra do Poti iniciou as ordens para a completa travessia do Parnaíba. No dia 2 de maio, foi expedida instrução para que o Coronel João de Araújo Chaves ocupasse a passagem de Santo Antônio. No dia seguinte, foi comunicado ao Capitão Manoel Carlos Saldanha que

¹⁷⁴⁵ Ofício do Tenente Simplício José da Silva, do quartel no Estanhado à Junta Militar, de 3 de maio de 1823, e ofício da Junta Militar do Poti ao Alferes Morais Rego, de 1º de maio de 1823, foram transcritos na obra do Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 150.

¹⁷⁴⁶ Viera da Silva, 1862, p. 101.

¹⁷⁴⁷ Vieira da Silva, 1862, p. 103.

¹⁷⁴⁸ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 158.

¹⁷⁴⁹ Abdias Neves, 2006, p. 209.

¹⁷⁵⁰ Abdias Neves, 2006, p. 205.

ocupasse a Fazenda São Miguel e dali “iniciasse hostilidades com o inimigo”¹⁷⁵¹. Movimentou-se igualmente o Sargento-Mor Xavier Torres, instruído a avançar sobre Buriti do Meio.

Foi, então, ordenada a travessia ¹⁷⁵², em 9 de maio, e a reorganização das tropas em 3 Divisões, comandadas pelo Sargento-Mor Luís Rodrigues Chaves e pelos Capitães João da Costa Alecrim e Francisco Manoel de Araújo Costa. A ordem aos comandos era a de se postar “em lugares que fortifiquem as estradas que seguem de Caxias para a passagem de Santo Antônio e aquela que de Caxias segue para este lugar Barra do Poti”. A primeira Divisão ficaria destacada na estrada entre Caxias e Barra do Poti, a segunda na rota entre Caxias e Passagem de Santo Antônio. A terceira Divisão ficaria entre as duas estradas, a fim de fechar caminhos por onde o inimigo poderia passar. Todos se manteriam a uma distância de 4 léguas de Caxias, com guarda avançada e prontidão para o combate, caso o inimigo se apresentasse.

Segundo o Mons. Joaquim Chaves¹⁷⁵³, mesmo com a nova organização, o Capitão Alecrim manteve-se na indisciplina. Contanto com aproximadamente 400 soldados, Alecrim enviou patrulhas que fustigavam constantemente as tropas de Fidié e, em 6 de maio, avançou sem ordens sobre a localidade de Buriti Cortado, passando depois para Sucuriú e Pindoba. Em 23 de maio, após boato de que uma força de brasileiros em Bonfim, próxima a Caxias, seria atacada, moveu-se com seus homens para dar apoio aos aliados, mas caiu em uma emboscada que resultou no recuo, alguns mortos, 23 prisioneiros e a perda de quarenta armas. O inimigo perdeu 7 soldados mortos, todos paraenses¹⁷⁵⁴.

A derrota afetou o Capitão Alecrim, que nem por isso se manteve inerte, mas não necessariamente contra o inimigo. Alecrim chegou a organizar uma tropa para atacar Luís Chaves, aliado que também lutava contra as tropas de Fidié. Foi então demitido do Comando da 2ª. Divisão e recebeu instrução para apresentar-se em Oeiras¹⁷⁵⁵. O Capitão Alecrim ainda voltaria ao teatro de operações em Caxias, no Comando de uma Divisão de Cavalaria, tendo assinado a capitulação de Fidié no posto de Tenente-Coronel. Terminaria sendo homenageado com a renomeação do Morro das

¹⁷⁵¹ Mons Joaquim Chaves, 2006, p. 158

¹⁷⁵² Reproduzida em Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 161.

¹⁷⁵³ 2006, p. 164.

¹⁷⁵⁴ Mons Joaquim Chaves, 2006, p. 173. Vide também Abdias Neves, 2006, p. 223, e Vieira da Silva, 1862, p. 113.

¹⁷⁵⁵ Segundo Abdias Neves, Alecrim foi a Oeiras pois lá estava o Exército Auxiliador do Ceará, no seio do qual poderia ser “bem acolhido, sob a proteção valiosa dos dois chefes seus patrícios”. 2006, p. 233

Tabocas de “Morro do Alecrim” e se tornaria uma das personagens interessantes da Guerra de Independência. Pouco tempo depois, participaria das revoltas contra o Rio de Janeiro, em 1824, como ocorreu com muitos outros atores importantes do Norte-Nordeste. Dificilmente o Rio de Janeiro, naquelas primeiras décadas de construção do Brasil, teria condições de promover a memória de atores importantes da Independência, que se tornaram posteriormente adversários, ameaçando a unidade nacional.

As escaramuças continuaram, então, por toda a região de Caxias, nos dias que se seguiram. Em 3 de junho, o Sargento-Mor Luís Rodrigues Chaves informou a ocupação, com 500 soldados, de localidade nomeada Codó. Continuaram a aparecer, em diferentes pontos da operação, expressões de insubordinação e de antiportuguesismo por parte das tropas pró-Rio de Janeiro, como foi o caso do Coronel João de Araújo Chaves e do Capitão José do Vale¹⁷⁵⁶.

Finalmente em 4 de junho, a Junta da Barra do Poti instalou-se no Quartel de Pindoba, bem próximo a Caxias, “onde assumiu diretamente a direção das operações” contra a cidade¹⁷⁵⁷. Ademais das tropas que já combatiam no Maranhão, preparava-se agora para a chegada de novos elementos, do Ceará e de Pernambuco. Neste último caso, eram 236 soldados, sob o comando do Capitão João Nunes Magalhães¹⁷⁵⁸.

Em 19 de junho de 1823, o cerco sobre Caxias estava completo. Surgiu nesse período, no entanto, boato de que tropas independentistas haviam sido derrotadas em Itapecuru-Mirim (mencionado mais abaixo) e que reforços portugueses se dirigiam a Caxias¹⁷⁵⁹. A notícia movimentou sitiados e sitiadores, fazendo com que a Junta Militar elaborasse um novo plano para o cerco. Aproveitou-se a medida, também, para apertar o sítio e impedir que Fidié se abastecesse de gado em áreas próximas de Caxias, ainda sob seu controle. Com a chegada de novos reforços, a Junta planejou mover-se para o Puraqué, pequena vila a 15 km de Caxias, enquanto suas divisões se movimentaram dos dois lados, para completar o novo sítio¹⁷⁶⁰, mas acabou desistindo da transferência¹⁷⁶¹.

Fidié ainda conseguiu manter acesso a fazendas na zona entre suas defesas e as linhas pró-D. Pedro, que se encontravam espalhadas por uma distância ampla. A fim de explorar suas alternativas, enviou em 27 de junho, um grupo de cavalaria para realizar operação de reconhecimento. Aproveitando-se da escuridão, a unidade passou elas

¹⁷⁵⁶ Mons Joaquim Chaves, 2006, p. 165.

¹⁷⁵⁷ Mons Joaquim Chaves, 2006, p. 167

¹⁷⁵⁸ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 178.

¹⁷⁵⁹ Abdias Neves, 2006, p. 235.

¹⁷⁶⁰ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 182.

¹⁷⁶¹ Abdias Neves, 2006, p. 236.

tropas brasileiras sem dificuldades. Na volta, no entanto, o corpo português foi descoberto e atacado, morrendo 10 soldados de Fidié e 1 dos independentistas¹⁷⁶².

Com o cerco a Caxias já em curso, nova força expedicionária passou a movimentar-se em direção à cidade. Era a força comandada pelo Brigadeiro Jozé Pereira Filgueiras, mencionada na seção sobre o Piauí. Filgueiras, Governador das Armas do Ceará, havia partido para o Crato em 29 de março de 1823, após ordem emitida pela Junta Provisória da Província, em 19 de março¹⁷⁶³. O Brigadeiro e seu vogal, Tristão Gonçalves, receberam da Junta “todos os poderes civis e militares (...) para que juntos, ou cada um de per si, si fôr necessário, possam dar todas as providencias adequadas a favor da cauza da pátria”¹⁷⁶⁴.

Mais importante ainda, Filgueiras recebeu comissão de D. Pedro, por Carta Imperial datada de 16 de abril de 1823, para realizar a marcha para “pôr a salvo os habitantes da província do Maranhão dos gravíssimos males, que têm soffrido, e que continuarão a sofrer enquanto ali existirem tropas lusitanas”¹⁷⁶⁵. A delegação imperial ressaltava o compartilhamento de poder com o Coronel Simplicio Dias da Silva, que também recebeu comissão da mesma natureza. Os dois deveriam realizar a tarefa “de commun acordo e inteligência”. Filgueiras tornou-se, então, chefe do «Exercito Auxiliador do Ceará, Piaui e Pernambuco»¹⁷⁶⁶.

A marcha de suas tropas, no entanto, foi lenta e demandou muito tempo na arregimentação e organização de soldados¹⁷⁶⁷, coleta de doações e suprimentos, além de devassas contra suspeitos de “lusitanismo”¹⁷⁶⁸ no Ceará e medidas contra a insubordinação. Os documentos sobre a expedição mostram, por exemplo, os meses de abril e maio, passados nos quartéis do Acati e do Crato, concentrados nestas tarefas de

¹⁷⁶² Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 182.

¹⁷⁶³ Os documentos referentes à expedição de Filgueiras, conforme mencionado na seção sobre o Piauí, foram compilados na "Expedição do Ceará em Auxilio do Piaui e Maranhão". *RIHGB* Tomo XLVIII, Parte I, 1885, p.246.

¹⁷⁶⁴ "Expedição do Ceará em Auxilio do Piaui e Maranhão", 1885, p. 247.

¹⁷⁶⁵ "Expedição do Ceará em Auxilio do Piaui e Maranhão", 1885, p. 546

¹⁷⁶⁶ Mencionado, por exemplo, na "Expedição do Ceará em Auxilio do Piaui e Maranhão", 1885, p. 489.

¹⁷⁶⁷ "(...) sabemos, que algumas das tropas de Sobral já não têm marchado por falta de armamento". Ofício de 30 de março de 1823. "Expedição do Ceará em Auxilio do Piaui e Maranhão, 1885, p. 248.

¹⁷⁶⁸ "Cartas officiaes das villas das Lavras e Crato nos annuncião, que gênios malfazejos, espíritos do erro, inimigos da cauza brasílica, sectários e talvez salarizados do congresso de Lisboa, têm trabalhado com todas as forças em persuadir aos homens pardos e pretos, de que adundão aquelles logares, que estão vendidos em Caxias, e que a notificação para a marcha em socorro de Piaui é uma intriga, que lhes queremos fazer para ali os embarcarmos" "Agitação no Crato e Lavras", ofício de 6 de abril de 1823. Vide também devassa realizada em 12 de maio de 1823 e prisões realizadas na mesma época. In: "Expedição do Ceará em Auxilio do Piaui e Maranhão, 1885, pp. 261, 425 e 449.

arregimentação de tropas, de suprimentos, com registros de insubordinações na tropa e dentre oficiais¹⁷⁶⁹.

Em 20 de maio, foi anunciado o início da marcha das forças do Crato, estabelecendo Filgueiras Quartel-General em Rosário, em 30 daquele mês. A entrada em Oeiras ocorreu em 15 de junho. Segundo Abdias Neves¹⁷⁷⁰, os dois mil soldados de Filgueiras chegaram “maltratados” e desequipados na capital piauiense, o que exigiu tempo para a recuperação, partindo-se da vila apenas em 4 de julho. A marcha continuou no mesmo ritmo até que as tropas de Filgueiras finalmente se juntaram ao cerco de Caxias, em 21 julho de 1823. Nesse momento, como se verá abaixo, o ponto de ruptura das tropas de Fidié estava quase atingido.

Paralelamente, às operações em Caxias, importante movimento militar pró-Rio de Janeiro ocorreu em Itapecuru-Mirim, cidade no caminho a São Luís e margeada pelo rio Itapecuru. Após a captura do Brejo, como visto, as tropas se dividiram. Salvador Cardoso de Almeida continuou sua marcha pelo norte e se dirigiu, em 25 de maio, 200 soldados em direção a Itapecuru-Mirim. Seu objetivo era cortar as ligações entre Caxias e São Luís.

A Junta maranhense estava atenta às ameaças sobre Itapecuru-Mirim, após o recebimento das notícias do cerco a Caxias¹⁷⁷¹. Havia decidido reforçar a guarnição daquela cidade e substituí-la, em fins de maio, o Coronel Antônio Sales Belford pelo Tenente-Coronel José Félix Pereira de Burgos. Sobre Belford recaíra a suspeita de “tramar contra o partido do Reino”¹⁷⁷². Foram enviados, também, 100 soldados, pólvora e munições, que posteriormente foram reforçados com mais 300 praças, além de 4 peças, tendo-se expedido ordem para que outros 500 milicianos fossem arregimentados¹⁷⁷³. Uma parte desse contingente, segundo o plano, partiria em reforço a Fidié, em Caxias. A Câmara de Itapecuru, no entanto, resistiu ao envio, “com maior

¹⁷⁶⁹ Filgueiras envia uma advertência ao Comandante do Icó, para manter a existência da “verdadeira disciplina militar”. In: “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão”, 1885, p. 265.

¹⁷⁷⁰ 2006, P. 251.

¹⁷⁷¹ “A notícia do cerco de Caxias voou á capital, e o governo, cedendo ao peso de tantos acontecimentos que se succedião e encadeavão, e que devera ter previsto, já não sabia o que deliberasse para socorrer todos os pontos atacados, e evitar o progresso das armas inimigas, que o ameaçavão”. Vieira da Silva, 1862, p. 117.

¹⁷⁷² “A politica de desconfiança, plantada na capital pelo periódico Conciliador, e adoptada pelo governo, foi parte para que se expedisse ordem a Antonio de Salles Nunes Belford, comandante-geral da ribeira do Itapecurú-mirim, e coronel do regimento de milicias, que se recolhesse imediatamente á capital”. Os comandantes das subunidades de Coroatá e Cantanhedes também foram ordenados a regressarem a São Luís. In: Vieira da Silva, 1862, p. 109. Vide também Abdias Neves, 2006, p. 239.

¹⁷⁷³ Vieira da Silva, 1862, p. 112.

terror a situação de Caxias e a aproximação das tropas de Salvador Cardoso de Almeida”¹⁷⁷⁴.

A notícia da aproximação das tropas pró-Rio de Janeiro chegou a Itapecuru-Mirim em 10 de junho de 1823. Foi imediatamente enviada patrulha, que caiu em uma emboscada e sofreu algumas baixas. Esse evento motivou, então, uma ofensiva portuguesa no mesmo dia, que enviou toda sua cavalaria sobre as tropas independentistas, além de um reforço de infantaria. Após mais de cinco horas de luta, as forças de Itapecuru-Mirim recuaram, mas não foram perseguidas pelos brasileiros, devido à falta de munições¹⁷⁷⁵. Pelo menos 30 soldados pró-Cortes teriam morrido na ação. Do lado pró-Rio de Janeiro, foram 20 feridos, alguns dos quais faleceram posteriormente. Houve também algumas deserções de independentistas, como relatou o Alferes Joaquim Carvalho de Almeida¹⁷⁷⁶.

Haja vista a ineficácia do ataque direto, as forças independentistas optaram por cercar a vila¹⁷⁷⁷. Em pouco tempo, a falta de suprimentos surtiu o efeito desejado e começou a colocar os sitiados em dificuldades. Houve uma segunda tentativa de ruptura, com o envio de tropas em duas barcas, pelo rio, para tentar desalojar os brasileiros. A ofensiva teve algum sucesso tático, com 2 independentistas mortos e um prisioneiro, mas pouco modificou a situação militar¹⁷⁷⁸. Influenciou, entretanto, mudança de postura dentre alguns dos sitiados, dentre eles o próprio Coronel Pereira de Burgos, que foi substituído do comando em 17 de junho, mas se revoltou a favor do Rio de Janeiro¹⁷⁷⁹.

Vendo a situação se degradar, os portugueses chegaram a enviar um ultimato às tropas brasileiras, em vão. Para piorar a situação dos sitiados, 120 soldados brasileiros chegaram para reforçar o cerco, recebendo ordem para um ataque à vila em 21 de junho. Os portugueses decidiram, então, tentar uma fuga, com o embarque das tropas e dos suprimentos à noite. Descobertos, foram atacados enquanto tentavam embarcar e

¹⁷⁷⁴ Abdias Neves, 2006, p. 241.

¹⁷⁷⁵ Abdias Neves, 2006, p. 242

¹⁷⁷⁶ “Houve sua mortandade de parte a parte, porém, não sabemos o cômputo de ambos, porque os inimigos puseram logo guardas nos corpos e nessa mesma noite desertou muita gente nossa. Esse o motivo por que, dirigidamente, se não sabe o prejuízo que houve (...) PS – da Batalha que houve no dia 10 saíram 20 e tantos feridos; destes já têm morrido alguns e outros já estão escapos”. Ofício transcrito in: Abdias Neves, op. cit., p. 245. Vieira da Silva registra (p. 117), no entanto, terem sido os mortos 23 (5 portugueses e 18 brasileiros) e mais de 20 feridos.

¹⁷⁷⁷ Vieira da Silva, 1862, p. 117.

¹⁷⁷⁸ Abdias Neves, 2006, p. 243

¹⁷⁷⁹ Vieira da Silva, 1862, p. 117.

abandonaram o projeto. No retorno, descobriram a mudança de lado do Coronel Burgos e de vários milicianos¹⁷⁸⁰, o que inviabilizava qualquer resistência.

Restou aos portugueses apenas negociar a rendição, que se deu em meio à adesão de grande parte das tropas, e de parte dos civis, à causa do Rio de Janeiro: “Os 400 soldados de linha que se achavam guarnecendo esta vila não quiseram mais embarcar para o Maranhão e reuniram-se a nós muito satisfeitos”¹⁷⁸¹. Após a adesão ao Rio de Janeiro, o Coronel Burgos foi eleito Governador das Armas da vila.

Como apontado acima, sobre a existência de um partido independentista no Maranhão, é difícil precisar se a tropa já mantinha essa vontade antes dos combates, reprimida pela disciplina militar, ou se a mudança de lado veio posteriormente, devido à guerra. Resta claro, de todo modo, que sem a pressão dos combates, dificilmente a causa do Rio de Janeiro teria avançado no Maranhão.

Com a vitória em Itapecuru-Mirim foram definitivamente cortadas as ligações entre São Luís e Caxias, e a possibilidade do envio de reforços da capital. De todo modo, segundo Abdias Neves¹⁷⁸², não restavam recursos à Junta maranhense para serem enviados, os últimos deles haviam sido remetidos a Itapecuru-Mirim. A própria capital passava a ficar ameaçada, pela presença das tropas independentistas em Itapecuru-Mirim, que foram reforçadas com elementos vindos de Manga do Iguará. Para completar a situação, Carnaubearas, vila ao norte do Maranhão, próxima à cidade piauiense de Parnaíba, também caíra nas mãos dos independentistas em 4 de junho, comandados pelo Tenente-Coronel Simplício Dias da Silva. Os 300 soldados que ocupavam a vila não resistiram, e a adesão ao Império foi realizada¹⁷⁸³.

d) A luta em Caxias: a resistência de Fidié

¹⁷⁸⁰ Vieira da Silva, 1862, p. 119.

¹⁷⁸¹ Ofício do Alferes Joaquin Carvalho de Almeida. In: Abdias Neves, 2006, p. 245.

¹⁷⁸² 2006, p. 241.

¹⁷⁸³ Abdias Neves, 2006, p. 228.



Fig. 4 — O isolamento e o cerco de Caxias pelos libertadores nordestinos colimou a vitória final da causa brasileira no Nordeste.

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1973, p. 145.

Em sua “Vária Fortuna de um Soldado Portuguez”¹⁷⁸⁴, que teve como objetivo apresentar seus serviços militares, Fidié ressalta a gravidade do desafio enfrentado no Piauí e, na sequência, no cerco a Caxias:

¹⁷⁸⁴ 2006, p. 120.

Resistir nesta posição por três meses e meio e até o último apuro, tirando do Campo do inimigo, à ponta da baioneta, os víveres preciosos para sustentar a minha Tropa, cheia de fadiga, e reduzida às circunstâncias mais penosas ... capitulei com os meus em pleno conselho ... o inimigo contava com 9 mil homens, não tendo eu já nessa ocasião os setecentos homens, maior parte de Milícias, com que defendi, e sustentei aquela posição por três meses e meio.

O militar português inclui como “cerco” quase todo o período de movimento das forças pró-Rio de Janeiro de entrar no Maranhão e manobrar para isolar Caxias. De fato, da perspectiva portuguesa, a ação se desenrolou como resistência a esse sítio, que falhou e terminou pelo encerramento das tropas de Fidié em Caxias e no Morro da Taboca. Sem reforços provenientes de São Luís, restou pouca alternativa aos “portugueses” do que o de tentar resistir.

Eram, conforme menciona o próprio Fidié, aproximadamente 700 soldados, que guarneciam uma vila que havia perdido muito de sua população, que fugia aos confrontos. No fim, não havia mais de 90 soldados ao lado de Fidié, no Morro da Taboca¹⁷⁸⁵. Do lado brasileiro, são muito variáveis as contas sobre as forças brasileiras indo de 3 mil, segundo Pedro Calmon¹⁷⁸⁶ e Varnhagen¹⁷⁸⁷, 6 mil, de acordo com Vieira da Silva¹⁷⁸⁸, até 18 mil, na versão de Tristão de Araripe¹⁷⁸⁹. Fidié fala em 9 mil soldados, número mais próximo de documento relativo à expedição cearense, na qual se mencionam 8 mil soldados¹⁷⁹⁰, valor também citado pelo Frei Paixão e Dores em seu diário da esquadra de Cochrane¹⁷⁹¹. Esse último número parece o mais confiável, por contar com versões próximas dos comandantes dos dois lados da contenda. Deve-se ressaltar, por outro lado, que esse número inclui as tropas cearenses de Filgueiras que se juntaram ao cerco apenas no fim da batalha.

Quando a tropa cearense chegou ao Maranhão, tendo em vista os problemas de coordenação que já haviam sido detectados quando das operações militares no Piauí, formou-se entre piauienses e cearenses uma “Junta de delegação expedicionária”, composta por Filgueiras e Tristão Gonçalves, pelo Ceará, e por Manoel de Souza Martins (Visconde da Parnaíba) e Joaquim de Souza Martins, pelo Piauí, além de Luiz

¹⁷⁸⁵ *Vária Fortuna*, 2006, p. 124.

¹⁷⁸⁶ 1923, p. 322.

¹⁷⁸⁷ Mons Joaquim Chaves, 2006, p. 333. Vide também Abdias Neves, 2006, p. 268.

¹⁷⁸⁸ 1862, p. 114.

¹⁷⁸⁹ Seriam 6 mil, em maio, e 18 mil, em junho. 1885, p. 165.

¹⁷⁹⁰ Documento “Estado das Providencias sobre a Independencia”. In: “Documentos relativos ao assedio e rendição de Caxias” / “Expedição do Ceará em Auxilio do Piaui e Maranhão”. P. 505

¹⁷⁹¹ 1938, p. 253.

Pedro, que era pernambucano e serviu como secretário¹⁷⁹². Essa organização militar procurou organizar as forças que já estavam em atuação no interior maranhense.

O período mais intenso do cerco a Caxias ocorreu no mês de julho de 1823. Assim como em todo o processo de invasão do Maranhão, o sítio foi realizado em meio a combates rotineiros, que custavam muito para os dois lados. Foram planejadas ações maiores sobre Caxias, que terminaram não ocorrendo¹⁷⁹³, ao passo que a situação das tropas de Fidié se tornava insuportável, especialmente em razão da escassez de comida, como haviam informado desertores portugueses, em 11 de julho¹⁷⁹⁴.

As limitações materiais não impediram que ocorressem períodos de combate intenso. O mais importante deles ocorreu entre 16 e 19 de julho. Fidié sofreu, no dia 16 de julho, ataque da artilharia brasileira, que foi intensamente respondido pelo fogo do Morro da Taboca e por ataques, em 17 e 18 de julho, sobre os pontos menos guarnecidos das linhas brasileiras¹⁷⁹⁵.

Fidié decidiu, então, lançar pessoalmente um último ataque, em 19 de julho. Com apoio da artilharia, liderou 400 soldados sobre as linhas brasileiras, numa tentativa de ruptura do cerco. A luta durou mais de 5 horas¹⁷⁹⁶, mas o ataque foi repellido, causando 9 mortos e 67 feridos portugueses¹⁷⁹⁷ e 4 mortos e 3 feridos do lado independentista¹⁷⁹⁸. Foi a última tentativa de Fidié, que veria, dois dias depois, as tropas brasileiras reforçadas com a chegada do corpo expedicionário cearense, fato providencial, pois quase todas as munições dos independentistas haviam sido gastas nos combates.

O quadro militar fora, com o reforço cearense, finalmente definido e permitiu que, em fins de julho, fossem iniciadas negociações para uma rendição¹⁷⁹⁹, beneficiadas por armistício. Do Quartel do Bomfim, em 23 de julho de 1823, Filgueiras enviou mensagem a Fidié para que se rendesse. Prometia paz e a não perseguição dos partidários de Lisboa. Mas a mensagem era clara da necessidade de rendição e, ao ameaçar a continuidade da guerra, Filgueiras recordava um importante traço das operações militares na Independência do Brasil, muitas vezes negligenciado: “V.S. bem

¹⁷⁹² Tristão de Araripe, 1885, p. 165.

¹⁷⁹³ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 206

¹⁷⁹⁴ Abdias Neves, 2006, p. 273.

¹⁷⁹⁵ Abdias Neves, 2006, p. 277

¹⁷⁹⁶ Abdias Neves, 2006, p. 278.

¹⁷⁹⁷ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 208. Abdias Neves fala em 63 feridos.

¹⁷⁹⁸ Abdias Neves, 2006, p. 279.

¹⁷⁹⁹ Todas as proclamações e documentos da rendição foram compilados na “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão”, 1885, p. 485 e seguintes.

sabe como póde ganhar uma taboa para salvar-se; não espere ter a sorte do teimoso Madeira de Mello, **pois que si a sua tropa tem alguma disciplina, não deixa de ser brasileira**¹⁸⁰⁰, e as continuadas deserções o devem convencer do seu constrangimento”¹⁸⁰¹.

Em 25 de julho, novo convite à rendição foi enviado, desta vez à Câmara de Caxias. Mais uma vez, as propostas de conciliação foram oferecidas sob a ameaça da ação militar: “este exercito pois espera só a voz de seus chefes para avançar, e reduzir-vos em cinzas”¹⁸⁰². A força independentista indicava, também, que a resistência seria inútil, já que “as nossas armas vencedoras já se acham estacionadas em todo o continente d’esta província até a Estiva”. Não seria esta a última proclamação aos habitantes de Caxias, que se mobilizavam, nesses dias, para tratar de seu futuro.

Mesmo ante a situação militar desfavorável, Fidié insistiu na resistência e recusou-se a enviar resposta a Filgueiras. Após as ameaças vindas dos independentistas, a Câmara de Caxias reuniu-se em 27 de julho, e mostrou-se mais favorável¹⁸⁰³ a um entendimento. Fidié, por essa razão, decidiu se demitir de suas funções, em 27 de julho de 1823. O comando foi passado para o Tenente-Coronel Luiz Manuel de Mesquita. Era a derrota militar do ex-Governador das Armas do Piauí, decisão que abria espaço para nova negociação, reiniciada nos dias seguintes.

A partir de 28 de julho foi enviado pedido para que fossem nomeados emissários, sendo apresentada, em 30 de julho, proposta de deputação¹⁸⁰⁴. Filgueiras ainda reclamou, no processo, não ter recebido a renúncia de Fidié¹⁸⁰⁵, mas esse fato não impediu o entendimento. As negociações não foram longas e em pouco tempo estavam os termos estabelecidos e acordados, em 31 de julho de 1823. A guarnição foi autorizada a partir, armada, assim como os habitantes de Caxias, sendo dados 8 dias para os preparativos e partida.

Em 1º de Agosto de 1823, as forças independentes finalmente entraram “na rica e opulenta vila de Caxias, onde o poder portuguez no Maranhão perdia o ultimo alento, porque na rezistencia de Caxias fundava a rezistencia da capital”¹⁸⁰⁶. Em 3 de agosto,

¹⁸⁰⁰ Grifo nosso.

¹⁸⁰¹ “Expedição do Ceará em Auxilio do Piaui e Maranhão”, 1885. p. 475.

¹⁸⁰² Idem, p. 478.

¹⁸⁰³ Abdias Neves, 2006, p. 284.

¹⁸⁰⁴ “Acta do Conselho autorizando a convenção”, assinada por Luiz Manoel de Mesquita. In: “Expedição do Ceará em Auxilio do Piaui e Maranhão”, 1885, pp. 484 e 485.

¹⁸⁰⁵ “Expedição do Ceará em Auxilio do Piaui e Maranhão”, 1885, p. 488.

¹⁸⁰⁶ Tristão de Araripe, 1885, p. 166.

finalmente, foi realizada a cerimônia de adesão de Caxias ao Império, levando ao fim do cerco. Três dias depois foi realizada nova eleição da Câmara de Caxias, que tomou posse no dia seguinte¹⁸⁰⁷.

Caxias permaneceria ocupada por tropas piauienses e cearenses por boa parte de 1823. Enfrentou forte instabilidade política e problemas com o comando militar ocupante, que buscou recursos no local para financiar-se¹⁸⁰⁸. Também houve muitos casos de indisciplina da tropa¹⁸⁰⁹. Um dos relatos dá conta que a tropa de Pernambuco teria sido a que mais se excedeu nas violências contra a população local¹⁸¹⁰. Todas elas, no entanto, causaram prejuízos em sua estada e deslocamento¹⁸¹¹, o que não fugia do padrão tradicional das guerras da época, não apenas no mundo português. Houve dificuldades, também, com a retirada das forças que haviam sido enviadas do Pará¹⁸¹², em reforço da tropa de Fidié.

Ainda em outubro de 1823, discutia-se a situação das forças independentistas, que se encontravam sem recursos e em dificuldades. Planejou-se o envio de parte delas de volta a suas bases de origem¹⁸¹³ até que, em 24 de outubro de 1823, foi dissolvida a Junta de Delegação Expedicionária e as tropas partiram. Na passagem do contingente cearense pelo Piauí continuaram a ser registrados problemas com as populações locais¹⁸¹⁴. Acompanharam as tropas aproximadamente trinta presos, dentre os quais Fidié. O caminho do ex-Governador das Armas do Piauí ainda seria longo, passando também pela Bahia, em 22 de fevereiro de 1824. De lá partiu pra o Rio de Janeiro e, depois, para Lisboa¹⁸¹⁵.

Enquanto Caxias encerrava o capítulo do cerco, São Luís já se adiantara na adesão ao Império, em 28 de julho de 1823.

¹⁸⁰⁷ “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão”, 1855. p. 513.

¹⁸⁰⁸ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 220.

¹⁸⁰⁹ Vide documentos relacionados na “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão”, 1885, pp. 530 e seguintes.

¹⁸¹⁰ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 221.

¹⁸¹¹ “Esta ocorrência foi provocada pelas tropas que requeriam soldos exorbitantes, além do previsto e sob a ameaça de disseminarem mais violência sobre a população das Províncias do Maranhão e Piauí. Além de que a devassa para arrecadar os proventos foi realizada de forma terrivelmente violenta contra os portugueses, que detinham maiores recursos. Muitos foram os assassinatos; houve roubos e espancamentos brutais”. Maria do Amparo Alves de Carvalho, 2014, p. 238.

¹⁸¹² “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão”, 1885, p. 564.

¹⁸¹³ Idem, p. 566.

¹⁸¹⁴ Mons. Joaquim Chaves, 2006, p. 225.

¹⁸¹⁵ Vide OFÍCIO do governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios de Guerra], Manuel Gonçalves de Miranda, sobre sua demissão e prisão, presumindo que será enviado para a Corte do Rio de Janeiro. Em 12 de agosto de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 32, D. 1691. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

e) A incorporação do Maranhão à Independência

Chegou a esquadra e comboio da Bahia, faltando onze embarcações, que foram com vergonha da nossa marinha apresadas por Lord Cochrane. Ainda conservamos o Maranhão e o Pará (receio que por pouco tempo), e esperamos ansiosamente respostas do Rio de Janeiro¹⁸¹⁶.

Enquanto Caxias sofria os últimos dias de seu cerco e a conquista de Itapecuru-Mirim representava ameaça direta sobre a capital, a Junta de São Luís permanecia fiel em seu apoio a Lisboa. Também estava por Lisboa os distritos de Alcântara e Guimarães.

Em 4 de junho de 1823, reunião entre as autoridades maranhenses decidiu “sustentar até á ultima extremidade a causa portuguesa, e providenciar sobre a defesa da cidade e da ilha, o que poucos dias depois se pôz em pratica, mandando-se levantar fortificações”¹⁸¹⁷. Foram tomadas medidas de proteção de São Luís, que incluíram ordem para que os navios mercantes da região oferecessem pessoal para ajudar nas canhoneiras (19 de junho), que foram reorganizadas em comando centralizado (26 de junho)¹⁸¹⁸. Aguardava-se, também, a chegada de reforços de Lisboa, o que, acreditava a Junta, possibilitaria a reversão do quadro militar no interior maranhense, que era claramente desfavorável.

Em meados de julho de 1823, uma notícia veio a completar a situação desfavorável da Junta: chegavam informações da Vilafrancada e da queda das Cortes¹⁸¹⁹. Como relatou o Frei Paixão e Doreis¹⁸²⁰, a notícia que chegara de Lisboa era a de que D. João VI “ter feito evaporar a Constituição e Côrtes, achando-se ao mesmo tempo arbitro dos destinos da Nação Portuguesa”. Como consequência, registrou o Frei: “permitam os Céos que isto se realize cedo, para se pôr termo a assoladora Guerra que mutuamente destróe duas Nações de Irmãos, que a não ser a sórdida ambição de alguns,

¹⁸¹⁶ Marquez de Palmella. Carta a D. Antonio de Saldanha, em 5 de outubro de 1823. 1851, p. 265.

¹⁸¹⁷ In: Vieira da Silva, 1862, p. 116.

¹⁸¹⁸ Vieira da Silva, 1862, pp. 145 e 147.

¹⁸¹⁹ Idem, p. 48.

¹⁸²⁰ 1938, p. 249.

ainda hoje formariam todas um Imperial respeitável”. A Vilafrancada tirava o sentido da defesa que se realizara até o momento, em Províncias brasileiras, em favor das instituições resultantes da Revolução do Porto.

Sugriram, então, disputas entre autoridades maranhenses favoráveis à manutenção do vínculo com Lisboa e outras que se viravam, agora, para uma aproximação com o Rio de Janeiro. Uma primeira tentativa de convocação da Câmara, aprovada pelo Conselho para 14 de julho, resultou em novos confrontos e em mortes. Esperava-se que a própria adesão ao Império poderia ocorrer nesse encontro, mas a aproximação de alguns oficiais, favoráveis à adesão, ao quartel onde estava reunida a tropa terminou em uma descarga de fuzilaria e em mortes e feridos, ademais de várias prisões¹⁸²¹.

A força ainda parecia estar nas mãos dos partidários de Lisboa, confiantes, apesar de tudo, na perspectiva de novos reforços, vindos especialmente da Bahia¹⁸²². Alguns elementos chegaram pela Escuna *Emilia* e em 7 outras embarcações¹⁸²³. Esperava-se, ademais, a chegada da Fragata *Pérola* e de outros transportes, os quais ao menos garantiriam a continuidade do funcionamento da Junta de São Luís, até que chegassem instruções de Lisboa. Ainda em 24 de julho era forte o partido da resistência¹⁸²⁴.

Os ventos, no entanto, mudavam de direção. Pressionada pelas mudanças em Lisboa, pelo crescimento do partido independentista e pelo avanço das tropas favoráveis ao Rio de Janeiro, que se aproximavam pelo interior (recordando-se a proximidade de Itapecuru-Mirim), a Junta maranhense tentou o último recurso, de negociar com o inimigo. Enviou o comerciante Antonio José Meireles e o cônego Francisco da Mai dos Omens a Itapecuru-Mirim, para tratar de um armistício¹⁸²⁵. Na interpretação da Junta, era preciso dar um tempo para que D. João VI, que retomara seus poderes absolutos, atingisse acordo com seu filho, o Imperador. Na interpretação de Tristão de Araripe, “isto significava o reconhecimento da nossa vitória. Estas autoridades só buscavam meios de cessar a resistência sem parecer infieis à metrópole”¹⁸²⁶.

¹⁸²¹ Varnhagen, 1957, p. 334.

¹⁸²² Segundo Cochrane (2003, p. 82), esses reforços estavam registrados em documentos apreendidos nas operações sobre a esquadra que abandonara a Bahia e no Brigue *Infante D. Miguel*.

¹⁸²³ Vieira da Silva, 1862, p. 151.

¹⁸²⁴ Vieira da Silva, 1862, p. 152.

¹⁸²⁵ Tristão de Araripe, 1885, p. 166.

¹⁸²⁶ Idem.

Não foi, no entanto, essa negociação que resultou na decisão da Junta maranhense e na conclusão do caso. Cochrane entrou finalmente em cena, nesse já adiantado momento da luta no Maranhão. Provocou, ainda assim, a ruptura.

Já nos mares próximos de São Luís, Cochrane fez com que o *Pedro Primeiro* fingisse ser a *Pérola*, esperada pela Junta, o que lhe permitiu aproximar-se e apreender o Brigue *Infante Dom Miguel*, que havia sido despachado para dar as boas-vindas à embarcação portuguesa e colocar-se às suas ordens. Segundo o relato do Frei Paixão e Dorez¹⁸²⁷, o Comandante do Brigue, Capitão Garção, chegou a descobrir o ardil e tentar fuga, mas não houve tempo e se viu obrigado a subir a bordo da Nau. Cochrane capturou papéis que traziam informações sobre o estado da Província, mas decidiu utilizar-se de artifício para pressionar a Junta (“por uma ficção que se tem por justificável na guerra”)¹⁸²⁸. Liberou o comandante do Brigue, informando-lhe que toda uma esquadra independentista estava a caminho.

O oficial levou a notícia a São Luís, que foi completada com cartas do Almirante brasileiro ao Governador e à Junta¹⁸²⁹, datadas de 26 de julho de 1823¹⁸³⁰. Na correspondência ao Governador, Cochrane escrevia que “da fuga das forças navais e militares portuguesas da Bahia V.Exa. está informado. Tenho agora de noticiar-lhe a tomada de dous terços dos transportes e tropas, com todos seus petrechos e munições”. Ameaçando com a força, Cochrane demandou o fim da resistência e exigiu o juramento a D. Pedro. Utilizou, inclusive, argumentos de que seria moderado no respeito à bandeira portuguesa, que facilitaria a harmonia entre os súditos do “Real pai e do Imperial filho”.

Logo no dia seguinte, segundo a informação de Cochrane¹⁸³¹ e do Frei Paixão e Dorez¹⁸³², a Junta e o Bispo da cidade foram a bordo do *Pedro Primeiro* e declararam sua adesão ao Império, com a entrega de todos os pontos militares da cidade. Foram publicadas, no mesmo dia, proclamações do Almirante brasileiro. À população, foi

¹⁸²⁷ 1938, p. 246.

¹⁸²⁸ Cochrane, 2003, p. 82.

¹⁸²⁹ Cochrane, 2003, p. 82.

¹⁸³⁰ Segundo relato do Frei Paixão e Dorez, o *D. Miguel* aproximou-se, em 26 de julho, com bandeira parlamentar, colocando-se às ordens, pois estimava que a Nau “vinha socorrer este ponto do Brasil no Maranhão”. Cochrane teria escondido os marinheiros portugueses e intimou o Comandante Garção que subisse à bordo do *Pedro Primeiro*, momento em que se descobriu o ardil. Garção tentou fugir, mas ante a reação de Cochrane, foi realizado o encontro e a entrega dos ofícios às autoridades maranhenses. À noite, chegou a resposta da Junta prometeu encontrar-se com Cochrane no dia seguinte, para “adherir espontaneamente” à Independência. 1938, p. 246.

¹⁸³¹ 2003, p. 84.

¹⁸³² 1938, P. 247.

anunciado que seriam realizados os juramentos “necessários” e eleito o Governo civil, em 1º de agosto de 1823.

Em 28 de julho de 1823, foi realizada a declaração de Independência, que motivou, na sequência a emissão de documento em que era declarada a “cessação de hostilidades na província”¹⁸³³. Cochrane justifica a celeridade do ato para que os opositores remanescentes não descobrissem sua “astúcia” (de dizer que uma esquadra inteira se aproximava).

Após o juramento ao Rio de Janeiro, foram tomadas providências para a reorganização do governo civil. Em 8 de agosto, foi eleito um Governo Provisório¹⁸³⁴. Houve, pouco antes, medidas para o embarque da tropa portuguesa, que incluía aproximadamente 840 soldados¹⁸³⁵. Esta inicialmente tentou resistir à ordem, pois, segundo Cochrane, “os portugueses começaram a suspeitar que tinham sido enganados, e muitos – apoiados pela milícia – recusaram a embarcar”¹⁸³⁶. Foi necessária uma intimação, que surtiu efeito e permitiu o embarque, em 1º de agosto. Em 2 de agosto, segundo o Capelão da Esquadra de Cochrane, a cidade estava “tranquila”¹⁸³⁷.

Muitos civis portugueses acompanharam as tropas, pois já sentiam os efeitos do antiportuguesismo¹⁸³⁸, tema que se tornou importante, na verdade, por todo o Império (vide Capítulo IX, abaixo). Todos os europeus que ocupavam cargos públicos, diz o Frei Paixão e Dorez¹⁸³⁹, foram demitidos bruscamente, com palavras como “é Europeo, morra de fome e sua família, ainda mesmo sendo aderente ao systema da Independencia!”. Paixão e Dorez¹⁸⁴⁰ também registra terem sido apreendidas, nas operações no Maranhão, 17 embarcações, entre brigues, sumacas, escunas e canhoneiras, 6 das quais foram enviadas ao Rio de Janeiro (o Brigue *Oriente*, tinha 280

¹⁸³³ Conforme documento incorporado na “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão”, 1885, p. 567.

¹⁸³⁴ 2003, p. 89.

¹⁸³⁵ Rodrigues, 2002, p. 296.

¹⁸³⁶ 2003, p. 88.

¹⁸³⁷ 1938, P. 252.

¹⁸³⁸ “As condições de incorporação do Maranhão ao novo país foram profundamente marcadas pela questão do elemento português, preponderante na vida administrativa da província (o que não foi exclusividade do Maranhão), no entanto, a historiografia sobre o tema “pasteurizou” os tipos, esquivando-se de explorar seus múltiplos sentidos. Neste caso, o critério do nascimento ganhou vida própria, explicando “em si” os conflitos que delinearam o período, sugerindo a presença de uma espécie de “proto-nacionalismo”, de difícil sustentação”. GALVES, Marcelo Cheche. “Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da Independência do Brasil”. In: Usos do Passado – XII Encontro regional de História. Anpuh-RJ, 2006. In: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Marcelo%20Cheche%20Galves.pdf> (acesso em 21/11/2014). P. 2.

¹⁸³⁹ 1938, p. 254.

¹⁸⁴⁰ 1938, p. 255.

escravos, que foram vendidos), e 9 delas permaneceram no Maranhão. O Brigue *Infante D. Miguel*, renomeado *Maranhão*, foi entregue a Grenfell e enviado ao Pará com ofícios sobre a Independência.

A chegada de Cochrane e sua atuação firme garantiram, portanto, resolução rápida ao processo político de adesão do Maranhão ao Império, a ponto de valer ao Almirante o título de Marquês do Maranhão, concedido por D. Pedro. Mas é algo muito distinto dizer, como fez o Almirante em um relato que servia de base para cobrar uma alegada dívida, que apenas sua “astúcia” garantiu o Maranhão para o Império ou que não houve derramamento de sangue.

Como no caso da Bahia, Cochrane foi inteligente em suas ações e rompeu o impasse político no qual havia submergido a Junta de São Luís. Não teria tido sucesso, no entanto, sem as forças brasileiras que cercavam Salvador, no caso da Bahia, ou daquelas que avançariam sobre São Luís, após o cerco a Caxias. Na verdade, no caso maranhense, apenas a capital e a vila de Alcântara ainda se encontravam longe das mãos dos independentes, naquele fim de julho de 1823. Entre os combates em Caxias e em outros pontos do interior do Maranhão, além das escaramuças na própria capital, foi grande, desse modo, a violência nesse processo que culminou na incorporação do Maranhão. Varnhagen¹⁸⁴¹ acusa Cochrane de, na sequência, ter saqueado a cidade, de ter exigido pagamentos e outras concessões, o que motivou protestos da Junta de Governo¹⁸⁴². Também em Caxias foi necessário realizar coletas para o pagamento das tropas pró-Rio de Janeiro¹⁸⁴³.

A estabilidade não se consolidou, entretanto, após a adesão¹⁸⁴⁴. Permaneciam muitos elementos favoráveis a Lisboa, outros contrários tanto à capital portuguesa quanto ao Rio de Janeiro, e outros ainda que haviam aderido, mas em poucos meses não veriam suas expectativas atingidas e se revoltariam. Como aponta Marcelo Cheche Galves:

“Por terra e mar, o avanço das forças ‘brasileiras’ serviu como ponto de partida para a imposição, com dificuldades, do projeto político centrado no Rio de Janeiro. Após o 28 de julho, cidadãos identificados politicamente como ‘portugueses’ foram presos, perseguidos ou deportados. Ao mesmo tempo, narrativas sobre o heroísmo dos ‘maranhenses’ que lutaram pelo Brasil foram

¹⁸⁴¹ 1957, p. 336.

¹⁸⁴² Vide, também, Vieira da Silva, 1862, p. 174.

¹⁸⁴³ Relação das contribuições dos habitantes de Caxias para as tropas encontra-se anexa à obra de Vieira da Silva, 1862, documento n° 7.

¹⁸⁴⁴ Idem, p. 181.

forjadas no calor da hora e encaminhadas ao imperador, sempre acompanhadas de alguma solicitação de cargo ou honraria. No plano geral, um tenso movimento de acomodação e expurgo ditou a dinâmica dos meses que se seguiram”¹⁸⁴⁵.

Às disputas políticas somaram-se as desordens que se observaram em muitas das Províncias do Norte e do Nordeste brasileiro, no processo que levou à Independência, resultantes do conflito. Cochrane retornaria ao Maranhão, em 1824, para conter nova revolta. Passou também pelo Ceará, igualmente convulsionado (vide capítulo IX, abaixo). Segundo o Almirante, ao chegar, em 9 de novembro de 1824, havia encontrado a cidade em “completo estado de anarquia”¹⁸⁴⁶, sendo que os chefes militares haviam se levantado contra o Presidente da Junta.

Foi necessária nova mobilização militar e o desarmamento dos revoltosos, para que a estabilidade fosse retomada. Assim se passaria por toda a região, que, segundo o Almirante¹⁸⁴⁷, não vira sua situação mudar com a adesão ao Império, nem as condições de seu povo se aprimorar, de modo que, “sem tal melhoramento era absurdo confiar nas profissões hiperbólicas de devoção ao Imperador”.

A situação apenas se acalmou, segundo Marcelo Cheche Galvez¹⁸⁴⁸, ao longo de 1825, “especialmente após a notícia da assinatura do Tratado de Reconhecimento da Independência, em agosto daquele ano”. O caso do Maranhão configura, portanto, um dos mais emblemáticos de como o primeiro momento de incorporação das Províncias do Norte-Nordeste deveu-se em grande medida pela ação militar, que logrou a adesão, mas não a fidelidade. Ainda seriam necessárias muitas medidas, políticas e militares, e um longo espaço de tempo, para que fosse construída a unidade pretendida por D. Pedro em seu projeto que redundou na Independência.

3) PARÁ: o início e o fim de um Processo

Primeiro do Reino a aderir à Revolução do Porto (ainda que a notícia tenha chegado ao Rio de Janeiro tardiamente, após informação sobre a Bahia), o Pará foi o

¹⁸⁴⁵ 2013, p. 22.

¹⁸⁴⁶ 2003, p. 170.

¹⁸⁴⁷ Idem, p. 175.

¹⁸⁴⁸ 2013, p. 23.

penúltimo se incorporar ao regime implantado no Rio de Janeiro e permitir a consolidação do Império nos contornos do antigo Reino do Brasil.

Por longo tempo prevaleceram na historiografia visões nacionalistas que atribuíram o atraso desse processo ao fato de que alguns poucos membros portugueses tolheram, em Belém, o caminho trilhado por uma identidade brasileira já existente. Outras teses sustentaram que bastou a chegada de Grenfell ao porto de Belém para a conquista. Aldrin de Moura Figueiredo¹⁸⁴⁹ aponta, nesse sentido, as particularidades do processo de construção da história da Independência no Pará, no qual, durante o início do século XX:

“a questão-chave para o soldalício era a de tentar, a todo custo, apagar das memórias as versões de que teria existido uma guerra de independência. (...) A principal tarefa desempenhada por esse historiador (o jurista Candido Costa) foi a de reescrever e acomodar a ação dos personagens envolvidos nas tramas da Independência, de tal modo que a história das lutas contrárias à formação da nacionalidade brasileira se transformasse exatamente no oposto”.

Os problemas com a reinterpretação historiográfica do início do século XX também são sublinhados por André Roberto de Arruda Machado¹⁸⁵⁰, que igualmente aponta para os trabalhos de criar uma imagem da incorporação do Pará¹⁸⁵¹ como uma “adesão”, ou seja, algo “espontâneo e entusiasmado”, que teria sido apenas resistido por algumas tropas.

Em suma, nessas visões historiográficas antigas

“substitui-se o caminho errático e contraditório do processo por uma história da América Portuguesa em que os homens do período têm clareza que a Colônia se tornará um Estado Nacional tal qual o conhecemos”¹⁸⁵².

Essas visões não mais se sustentam, dando lugar a processo mais complexo, caótico e não-linear, no qual variáveis como as imagens de “brasileiro”, de súdito português, de fidelidade ao Rei e a Lisboa, interesses econômicos, ideias liberais ou posições conservadoras flutuavam de forma caótica na política portuguesa, sendo aos

¹⁸⁴⁹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1893. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009. P. 180-181.

¹⁸⁵⁰ 2006, p. 23.

¹⁸⁵¹ Exercício que, como visto anteriormente, foi também realizado para outras Províncias do Brasil.

¹⁸⁵² Machado, 2006, p. 53.

poucos levados ao afunilamento progressivo nos polos carioca e lisboeta. A opção entre Rio de Janeiro e Lisboa refletiu a complexidade anterior, não sendo a escolha automática. Na verdade, como se sustenta aqui, em mais da metade do antigo Reino do Brasil, a opção ou não pode ser feita, permanecendo o impasse e o conflito. Em alguns casos, a pressão política funcionou, em outros, foi necessária a pressão militar. Na maior parte do Norte-Nordeste, foi a guerra.

No Pará, o binômio política-violência se traduziu, principalmente, no apoio a atividades militares fora da Província e em conflitos internos, que causaram muitas vítimas até a pressão final, representada pela chegada de Grenfell. Mas este era o fim do processo. A situação paraense, desse modo, foi bastante mais complicada, aproximando-se do ocorrido no Maranhão.

Maior Província do Reino, o Pará representava massa territorial importante, mas muito distante da Corte. Chegara, como se sabe, a compor uma colônia à parte, o Grão-Pará, fato que marcou praticamente toda a existência da Província. Mesmo com a instalação da Família Real no Rio de Janeiro, a partir de 1808, muitos paraenses ainda continuavam a se reportar diretamente a Lisboa¹⁸⁵³. Havia também uma dinâmica regional própria, que aproximava o Grão-Pará do Maranhão, do norte do Mato Grosso e de Goiás, e era incentivada pela própria Coroa, para efeitos de melhor controle, administração e dinamização econômica¹⁸⁵⁴. Esse conjunto de Capitânias, depois Províncias, desenvolveram realidade política, econômica e social própria, reforçando laços de solidariedade regional e com Lisboa. A crise econômica do início dos anos 1820 atingiu essa interação, mas “os laços que restavam eram suficientes não só para enxergar um bloco regional, mas também para perceber uma hierarquia entre as províncias”¹⁸⁵⁵.

Pouco populosa, a Província do Grão-Pará atingia, em meados do início do século XIX, aproximadamente 120 mil indivíduos¹⁸⁵⁶. A informação enviada pela Junta de Belém às Cortes, em ofício de 23 de janeiro de 1822¹⁸⁵⁷, falava em 62 mil habitantes do Grão-Pará, 6 mil na Ilha de Joannes (Ilha de Marajó) e 15 mil no Rio Negro. Esse número possivelmente excluía os escravos e boa parte dos indígenas, que compreendiam número importante da população, sendo empregados em serviços de

¹⁸⁵³ P. 63.

¹⁸⁵⁴ André Roberto de Arruda Machado, 2006, p. 87.

¹⁸⁵⁵ Idem, p. 88.

¹⁸⁵⁶ Idem, p. 61.

¹⁸⁵⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11714. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

diferentes naturezas. Como aponta André Roberto de Arruda Machado, na época da incorporação, a Província era habitada por maioria que ainda utilizava a “língua geral amazônica” e “não tinha o português como língua materna”¹⁸⁵⁸. Na década de 1820, os indígenas, especialmente os tapuios, haviam sido equiparados a homens livres¹⁸⁵⁹, mas permaneciam diferenças no tratamento. Era importante a presença de escravos africanos, mas os limites na importação fazia com que os indígenas tivessem papel essencial na formação da mão-de-obra¹⁸⁶⁰.

No campo militar, havia no Pará um corpo de policia, três regimentos de infantaria, um corpo de artilharia e um esquadrão de cavalaria (1ª linha). A 2ª. Linha era formada por dois regimentos e infantaria e duas companhias de artilharia montada. Na Ilha de Marajó havia uma legião mista, três regimentos e oito corpos ligeiros no interior¹⁸⁶¹. Relação da tropa do 3º Regimento de Infantaria “denominado de Extremôz”¹⁸⁶², com 82 oficiais, suboficiais e cadetes, mostra que parte da tropa era experiente das campanhas na Guiana Francesa, na década de 1810, e outra parte havia circulado por outras regiões da Colônia, depois Reino do Brasil.

Parte dos soldados era composta por tapuios, característica importante nas movimentações que a Força Armada teria no processo de Independência. Elemento central nas movimentações políticas do período, essa tropa desenvolveu suas próprias interpretações sobre as ideias e projetos que circulavam, tornando-se mais um elemento na complexa disputa política do período. Sua atuação tornou “ainda mais difícil que qualquer um dos grupos em disputa pudesse alcançar o poder, na esfera institucional do Estado, e mantê-lo de maneira estável”¹⁸⁶³.

¹⁸⁵⁸ A “Língua Geral Amazônica foi uma criação dos Jesuítas a partir do tupinambá, realizada no século XVII, que se pretendia “meio de comunicação supraétnica entre os indígenas de várias etnias que conviviam nas missões e entre estes e os colonizadores”. In: André Roberto de Arruda Machado, 2006, p. 63 e 65.

¹⁸⁵⁹ André Roberto de Arruda Machado, 2006, pp. 66 e 77.

¹⁸⁶⁰ Idem, p. 74.

¹⁸⁶¹ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou Historia dos Principaes Acontecimentos Politicos da Província do Pará, desde o anno de 1821 até 1835*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1865. In: Google Books, http://books.google.fr/books/about/Motins_politicos_ou_Historia_dos_princip.html?id=5Q9QAAAAYAAJ&redir_esc=y (acesso em 15/12/2014). P. 10.

¹⁸⁶² “Informações sobre a Idade, Antiguidade, diferentes Graduações, Conduta, e préstimo dos Officiaes, Officiaes Interiores e Cadetes do 3º Regimento de Infanteria de Linha denominado de Extremôz. Aprezantadas no 2º Semestre do Anno de 1821”. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_13, Cx. 152, D. 11710 In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

¹⁸⁶³ André Roberto de Arruda Machado, 2006, p. 68.

Economicamente, a maior atividade no Pará era o extrativismo, mas a agricultura lograra desenvolver-se e entrar no registro de exportações com o cacau, café e arroz. A madeira produzida no Pará era importante para o Arsenal de Lisboa, tendo sido enviadas quantidades expressivas do insumo para Portugal, ainda que não figurassem em alguns balanços das exportações da Província¹⁸⁶⁴. Segundo Francisco de Assis Costa¹⁸⁶⁵, a economia da Província, ainda que modesta em comparação às grandes unidades, como Bahia e Pernambuco, havia crescido entre 1720-1822 acima da média do resto do Império Colonial, a 3.2% ao ano, atingindo uma dimensão “40 vezes maior que o modesto porte no qual se havia mantido por cem anos”. Era um desenvolvimento importante não apenas para a atividade econômica em si, contribuindo igualmente para o desenvolvimento da infra-estrutura e da sociedade locais.

Nos anos precedentes ao processo que levou à Independência (1799-1820), entretanto, houve um “período desregulamentado”, com crescimento mais baixo do que a média e importante queda nas exportações (-2,7% ao ano)¹⁸⁶⁶. Assim como em outras regiões do Reino, o Pará enfrentava período de dificuldades econômicas, na época atribuídas, corretamente ou não, a fatores como a abertura dos portos e a presença da Corte no Rio de Janeiro.

A situação do Pará, desse modo, não era muito diferente daquela do Maranhão, distante do Rio de Janeiro, resistente ao recolhimento de impostos e crítico da abertura dos portos. Eram elementos que surgiam a partir de dificuldades econômicas enfrentadas por alguns setores locais. O quadro era favorável à mudança e, uma vez ela se concretizando, seria difícil um segundo movimento, de volta ao Rio de Janeiro.

Para analisar o processo de incorporação do Grão-Pará ao Império, portanto, é preciso sempre ter em mente a distância da Província com relação ao Rio de Janeiro (mesmo que existissem rotas terrestres, contatos diretos, etc), as relações sociais e econômicas próximas a Portugal, derivando em proximidades nas ideias e identidades. Manter-se fiel às Cortes não era ato contrário à identidade “brasileira” preexistente. Essa identidade ainda seria criada, com base em múltiplos elementos, inclusive em certa

¹⁸⁶⁴ Sobre a exportação da madeira do Pará para Portugal vide: CRUZ, Ernesto. “A Exportação da madeira do Pará para Portugal, no Século XVIII”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 234, janeiro-março de 1957. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013). P. 39.

¹⁸⁶⁵ COSTA, Francisco de Assis. “A Economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 197-219, abril de 2012. In: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21n1/08.pdf> (acesso em 19/12/2014). P. 201.

¹⁸⁶⁶ Francisco de Assis Costa, 2012, p. 209.

diferenciação entre nascidos na América ou na Europa, a qual não se traduzia, no entanto, em imagem de “nacionalidade”. Em 1821 e 1822, as Cortes continuavam a representar o avanço (pelo constitucionalismo) contra o atraso (o absolutismo), motivando muitos paraenses a permanecerem fieis a Lisboa.

O início de todo o processo, no Pará, se deu com a chegada da galera *Nova-Amazonas*, em 10 de dezembro de 1820¹⁸⁶⁷. Nesse tempo, Governava a Província o Conde de Vila Flor que, naquele fim de 1820, estava no Rio de Janeiro para casar-se, pormenor que contribuiu para a forma como se desenrolaram os eventos. Na *Nova-Amazonas* vinha o paraense Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, estudante de Coimbra que testemunhara a Revolução do Porto e partiu para o Brasil em 28 de outubro de 1820. Chegando em 10 de dezembro, Patroni começou contatos junto à elite local, aproximando-se de José Batista da Silva (sobrinho do Bispo D. Frei Caetano Brandão) e do Alferes Domingos Simões da Cunha, os quais, por sua vez, lograram aliciar o Coronel José Pereira Vilaça e Francisco Rodrigues Barata. Esses personagens conformaram o núcleo principal das conspirações¹⁸⁶⁸.

A figura de Patroni destaca-se nesse momento, mas não se deve atribuir exclusivamente a ele o início e a condução do movimento em direção ao vintismo. Ideias liberais circulavam antes da chegada do *Nova-Amazonas*, mesmo que de maneira limitada, como se passava no resto do Reino. Outras informações também chegaram pela embarcação que trazia o então estudante de direito. Ainda assim, estima-se que o papel de Patroni foi “relevante porque, ajustando-se aos ideais de Portugal, satisfazia aos grupos portugueses que dominavam o Pará”. Relativizando-se em parte a visão de “grupos portugueses” utilizada por José Honório Rodrigues¹⁸⁶⁹, ainda assim tem-se que a conjuntura local era favorável à adesão, bastando para tanto um indutor.

A articulação para a aclamação das Cortes foi rápida. Em todo dia 1º de cada mês era feita revista da tropa. Os batalhões da cidade desfilavam e se reuniam no largo do Palácio de Governo, em Belém¹⁸⁷⁰. Naquele 1º de janeiro de 1821, os conspiradores acordaram utilizar a revista para dar a expressão da adesão e, nesse movimento, limitar as chances de reação contrária. Assim, na passagem do 1º Regimento, o Alferes Simões dirigiu-se ao Coronel Vilaça dando “vivas à Constituição”. Obteve a resposta de todo o

¹⁸⁶⁷ Raiol, 1865, p. 10.

¹⁸⁶⁸ Varnhagen, 1957, p. 346.

¹⁸⁶⁹ 2002, p. 300.

¹⁸⁷⁰ Raiol, 1865, p. 11.

1º Regimento, ao que se juntou o 2º¹⁸⁷¹. Ao fim, quatro regimentos de infantaria e de milícias responderam à conclamação ao vintismo. A Artilharia e a Cavalaria, no entanto, conservaram-se nos quartéis, “dispostos ambos a desobedecerem as ordens de Villaça”¹⁸⁷². Um sinal de que o consenso não existia sobre o movimento.

Como nas outras Províncias, foi proclamada a Constituição e eleita uma Junta Governativa, de que fizeram parte o Vigário Romualdo Antônio de Seixas (presidente), Joaquim Pereira de Macedo, Tenente-Coronel Francisco José de Faria, Francisco Gonçalves Lima e José da Fonseca Freitas. Todos eram nascidos na Europa. Foram também incluídos, por essa razão, o Coronel Geraldo José de Abreu e José Rodrigues de Castro Góis, de origem local¹⁸⁷³. Ao mesmo tempo em que iniciaram as providências de organização do Governo, a nova Junta enviou emissários a Lisboa e ao Rio de Janeiro. Em 5 de fevereiro, partiu para Portugal o Alferes Domingo Simões da Cunha, com a notícia da adesão e juramento de obediência às Cortes¹⁸⁷⁴. O Tenente-Coronel Mariano de Oliveira Belo foi enviado ao Rio de Janeiro, com a mesma informação¹⁸⁷⁵.

Todo o início da operação do vintismo na Província do Pará foi realizado, sublinhe-se, sem instruções específicas, resultando em confusão ainda maior sobre como organizar o novo poder e selecionar seus representantes¹⁸⁷⁶. Essa dificuldade suscitaria disputas locais pelo poder, com consequências sobre as simpatias políticas gerais e as opções posteriores, pró-Lisboa ou pró-Rio de Janeiro, as quais parecem menos “naturais” (resultantes de identidade pré-estabelecida), e mais consequência dos conflitos políticos e das estratégias de enfrentamento destes.

Essa disputa de poder local estaria, por exemplo, na origem da briga que colocaria Patroni contra tanto Lisboa quanto Belém. O jovem foi inicialmente eleito “juiz do povo”, para “suplicar a Vossas Excellencias quanto fôr compatível com as circumstancias desta Provincia”¹⁸⁷⁷. Patroni partiu para Lisboa em dia 6 de fevereiro de 1821. Pretendeu, ao chegar a Lisboa, assumir a representação política da Província, mas não teve sorte em suas iniciativas, sendo recusado como representante. Foi, pouco depois acusado, de caluniar o Rei, em processo que teria consequências quando de sua volta ao Brasil, como se verá abaixo.

¹⁸⁷¹ Raiol, 1865, p. 11 e Varnhagen, 1957, p. 346.

¹⁸⁷² Raiol, 1865, p. 12.

¹⁸⁷³ Varnhagen, 1957, p. 346.

¹⁸⁷⁴ Ofício da Junta Provisória, de 5 de fevereiro, é transcrito em Raiol, 1865, p. 14.

¹⁸⁷⁵ Varnhagen, 1957, p. 346.

¹⁸⁷⁶ Em ofício de 6 de fevereiro de 1821, a Junta aponta a falta de instruções e a impossibilidade de eleger Deputado. In: Raiol, 1865, p. 15.

¹⁸⁷⁷ Ofício de 6 de fevereiro de 1821. In: Raiol, 1865, p. 15.

Alguns meses após a adesão foram finalmente recebidas instruções e realizada a eleição dos Deputados para as Cortes, em 10 de dezembro de 1821. Ganham o pleito José Cavalcante e Albuquerque, Francisco de Souza Moreira, João Lopes da Cunha e o Bispo Dom Romualdo de Souza Coelho, este que se tornaria um dos principais expoentes do grupo de representantes das Províncias do Brasil que se posicionaram contra a causa do Rio de Janeiro. Os representantes paraenses nas Cortes defenderiam, principalmente, a organização de mais de uma representação do Executivo no Brasil, para “não se manterem subordinados a um centro de poder no sul do continente”¹⁸⁷⁸. Na sessão das Cortes de 7 de agosto de 1822, o Bispo do Pará voltou a defender sua posição, de que “hajam duas delegações do Poder Executivo, dizendo, que tal é a vontade manifesta dos povos de sua província”¹⁸⁷⁹.

Nessa mesma sessão das Cortes, em que se discutia a existência de uma ou mais delegações do Executivo no Reino do Brasil, chegou a ser proposto que, no caso de unidade do Executivo, fosse feita exceção ao Pará e Maranhão. Esse tipo de visão mostrava projeto que, claramente, se chocava com os planos do Rio de Janeiro, não por oposição necessária a D. Pedro, mas por uma concepção distinta da realidade do Reino e dos projetos de como organizá-lo.

Ao longo de 1822, o espaço político paraense começou a dar sinais de agitação, inclusive contra supostos “excessos” da Junta de Belém¹⁸⁸⁰, mas ainda não se fazia sobre a opção entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Continuaram, pelo contrário, as demonstrações de ligação com Lisboa, especialmente na implementação dos Decretos das Cortes sobre a organização política, a eleição dos Deputados para as Cortes e a aplicação do Decreto de 29 de setembro de 1821. Como em outros pontos do Norte, a Junta de Belém não contestou a nova organização política decidida pelas Cortes naqueles decretos que, no Rio de Janeiro, motivaram o “Fico”. Pelo contrário, assim que recebido o Decreto, “Assecuramos a V Exa. que neste mesmo dia expedimos ao Ouvidor ordem para a prompta convocação dos Eleitores da Parochia, a fim de elegerem nova Junta Provisória na conformidade do mesmo Decreto”¹⁸⁸¹. A nova Junta, eleita em 10 de março de 1822, enviou repetidas expressões de fidelidade a D. João VI por

¹⁸⁷⁸ André Roberto de Arruda Machado, 2006, p. 85.

¹⁸⁷⁹ In: *Correio Braziliense*, vol. XXIX, nº 172, setembro de 1822, p. 337. In: Brasiliana USP.

¹⁸⁸⁰ Raiol, 1865, p. 24.

¹⁸⁸¹ Ofício de 23 de janeiro de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11714. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

ofícios¹⁸⁸², garantindo, também, que a Província se mantinha na adesão ao “Sistema Constitucional Português”. Outras medidas das Cortes, recebidas posteriormente, foram igualmente cumpridas¹⁸⁸³.

Os conflitos que se observaram no Pará, ao longo de 1821 e 1822, decorreram principalmente da continuidade dos problemas de organização interna e disputa do poder local. Um dos casos mais notórios, já mencionado, foi o caso de Filipe Patroni contra a Junta Governativa, que envolveu troca de acusações, a fundação do diário o *Paraense*¹⁸⁸⁴, por Patroni, sua prisão e o envio de ofício da Junta a Lisboa, defendendo-se das acusações feitas pelo primeiro¹⁸⁸⁵.

A prisão de Patroni, em 25 de maio de 1822, é normalmente caracterizada como exemplo da repressão contra os partidários da Independência do Brasil, fundamentada na imagem da existência de identidade nacional anterior que foi resistida, no Norte-Nordeste, por algumas poucas autoridades e tropas. Como se viu, Patroni fora, na verdade, um dos patrocinadores originários da revolução do Porto, que se dirigia exatamente contra o Rio de Janeiro e o poder absoluto. Ante as dificuldades encontradas pelo paraense em Lisboa, houve mudança de posição e a volta ao Pará, em fins de 1821, justificada pela suposta hostilidade das Cortes contra o Brasil. Patroni fora acusado, por outro lado, de causar problemas políticos e financeiros em Lisboa.

Denúncia à Junta de Belém pedindo a prisão de Patroni foi feita por José Ribeiro Guimarães em 2 de novembro de 1821¹⁸⁸⁶. O documento é interessante por mostrar a

¹⁸⁸² Carta da Junta Provisória do Governo Civil da província do Pará para o rei D. João VI, remetendo cópia do termo com os resultados da sua eleição, felicitando o monarca pelo seu governo e expressando obediência e adesão ao Sistema Constitucional Português. Em 13 de março de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11739. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014). Vide também: OFÍCIO da Junta Provisória do Governo Civil da província do Pará para o [ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino], Filipe Ferreira de Araújo e Castro, remetendo os autos do seu juramento e da tomada de posse, e manifestando a adesão dos membros daquela Junta, bem como dos habitantes da província, ao Sistema Constitucional Português. 22 de abril de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11756. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

¹⁸⁸³ Vide, por exemplo, o Ofício sobre recepção da Portaria de 16 de outubro de 1821 e decretos anexos. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11725. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

¹⁸⁸⁴ Edições completas disponíveis na Hermeroteca Digital Brasileira, <http://hemerotecadigital.bn.br/> (acesso em 30/12/2014).

¹⁸⁸⁵ Ofício da junta de 23 de Janeiro de 1822, informando das eleições dos Deputados das Cortes, defendendo-se das acusações de Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente; e acusa recepção do decreto da Corte de 29 de Setembro de 1821. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11714. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

¹⁸⁸⁶ O documento foi reproduzido em Raiol, 1865, p. 19.

complexidade política do momento, especialmente com relação à independência. Contra Patroni, afirmava Guimarães:

“(...) mas há poucos dias eu ouço soar vozes de independência americana e união á causa de Pernambuco; ainda mais proclamações se tem afixado, que persuadem este maldito systema!! Propagadores existem desta doutrina; alguns se inculcão precusores de Patroni, em quem confião, porque esperam para (o que elles chamão) a grande obra da salvação da Patria! Tudo isto sã oidéas novas, que jamais lembrarão á este povo fiel; são idéias só conhecidas, depois que chegou de Lisbôa o navio Deligente/ atalhe-se o mal na sua origem (...)).

A passagem revela, de fato, a existência de ideias de emancipação. Mas, observando-se atentamente, não é a causa de um Rio de Janeiro liderado por D. Pedro que se encontra na denúncia, até por que ela não existia, pois nem mesmo os Decretos das Cortes de setembro de 1821, que motivaram o “Fico”, haviam sido recebidos na capital carioca. A referência-chave é a “união á causa de Pernambuco”, ou seja, às ideias autonomistas que se desenvolveram nas terras pernambucanas contra a Corte de D. João VI no Rio de Janeiro, motivaram um apoio à Revolução do Porto, mas pelos fins de 1821 já se traduziam em resistência tanto ao Rio de Janeiro quanto a Lisboa. Como se viu no Capítulo IV, seriam ainda necessários meses, ao longo de 1822, e a queda de Gervásio Pires, para a aproximação de Pernambuco com o Rio de Janeiro.

As ideias, inclusive as emancipatórias, que circulavam por todo o Norte-Nordeste naquele ano de 1821 eram múltiplas, sem lograr uma definição muito clara de “partidos”. André Roberto de Arruda Machado sublinha que os projetos políticos que circularam pelo Norte também “levavam em conta uma lógica regional”, tendo presente, dentre outros, a própria realidade geográfica do Norte com relação ao Sul.

Filipe Patroni demonstrou essa distância ao rejeitar possibilidade de o Rio de Janeiro ser o centro político do Reino do Brasil, no *Paraense* de 29 de maio de 1822, ao reproduzir artigo do *Sentinela Constitucional Bahiense*¹⁸⁸⁷. Patroni utilizou-se várias vezes de escritos daquele periódico da Bahia. Ao fim, o controvertido personagem se colocava contra as Cortes, contra a Junta e contra o próprio Rio de Janeiro, no que diz respeito ao projeto centralizador. Observa-se por aí como os projetos eram mais

¹⁸⁸⁷ O texto no qual se rejeita a centralização no Rio de Janeiro, inclusive por dificuldades de navegação, não foi escrito por Patroni. Tratou-se de uma reprodução de artigo do *Sentinela Constitucional Bahiense*, reproduzido no *Paraense* nº 3, de 29 de maio de 1822. In: Hermeroteca Digital Brasileira, <http://hemerotecadigital.bn.br/> (acesso em 30/12/2014).

variados e complexos. Aquela ideia desenvolvida em torno de D. Pedro, portanto, ainda levaria algum tempo para chegar, ser aceito por alguns, resistido por muitos e resultar em “adesão” ou em “conquista”, apenas no segundo semestre de 1823.

Outro ponto de atrito na política paraense se deu na própria estrutura de Governo, especialmente entre as autoridades centrais, que respondiam cada uma diretamente a Lisboa. No caso da tropa, houve inicialmente uma disputa sobre o comando, pretendido pelo Coronel Villaça, mas entregue provisoriamente ao Coronel Joaquim Felipe dos Reis, militar mais antigo da Província¹⁸⁸⁸, até a chegada do Governador das Armas, Brigadeiro José Maria de Moura, em 1º de abril de 1822 (nomeado por portaria de 9 de dezembro de 1821).

Na chegada do Brigadeiro Moura a Belém e a tomada da posse no cargo, em 3 de abril, também surgiram problemas. Segundo ofício da Junta¹⁸⁸⁹, de 25 de abril de 1822, antes mesmo de Moura desembarcar, foram colocadas questões sobre a definição das esferas de poder, uma vez que o Brigadeiro havia solicitado espaço no palácio do Governo, ocupado pela Junta. O pedido não foi atendido e deu origem aos primeiros estremecimentos.

Na sequência, a Junta solicitou ao Governador das Armas (este, recorde-se, vinculado diretamente a Lisboa) a criação de nova força militar, que servisse como a Guarda Real de polícia de Lisboa. José Maria de Moura prendeu vários suspeitos de serem “facciosos”, a pedido da junta, mas resistiu à criação do corpo policial determinado pela Junta. Em longa carta às Cortes, datada de 20 de abril de 1822¹⁸⁹⁰, Moura disse ser “extremo desagradável, mas necessário, fazer sobir ao conhecimento das Cortes” o dissenso que tivera com o Governo Civil, registrando ter o apoio, em sua decisão, dos principais comandantes militares “os quaes terminante e concisamente declaram que, a seu parecer, não se deve condescender com a pretensão da Junta a este respeito”.

¹⁸⁸⁸ Raiol, 1865, p. 26.

¹⁸⁸⁹ OFÍCIO da Junta Provisória do Governo Civil da província do Pará, para o [ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino], Filipe Ferreira de Araújo e Castro, sobre o pedido do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, que solicitou à Junta o Palácio Nacional para sua habitação. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11769. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

¹⁸⁹⁰ “Ofício do Governador de armas da província do Pará (brigadeiro) José Maria de Xavier, sobre a pretensão da Junta Provisória do Governo da província do Pará em que se lhe ponha à disposição um destacamento de Tropa de 1ª Linha, com a designação de Corpo Provisório de Polícia, e regulado pelo decreto de criação da Guarda Real de Polícia de Lisboa, datado de 10 de dezembro de 1801”. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11751. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

A principal justificativa do Governador das Armas era a de que a Província

“se acha, e continuará provavelmente por muito tempo, em pleno soccego, e que o serviço tal qual se estabeleceu pela citada ordem, que ofereço por copia, e que he coerente com as leis existentes, põem a salvo os seus pacíficos Habitantes de qualquer inesperado malévolo procedimento, que se possa reear da parte d’aquella classe de Gente do Povo, que pelos seus vícios, e malfetorias costumão inquietar os Povos de todos os Países do Mundo”.

Ou seja, os movimentos políticos existentes, que apenas se iniciavam, não mostravam a necessidade de um corpo policial. Pela justificativa apresentada, André Roberto de Arruda Machado estima que José Maria de Moura resistira

“ou porque depositasse inteira confiança na tropa, ou porque não quisesse mostrar receio algum de sua parte, ou porque, emfim, não se julgasse autorizado de sua parte a effectuar semelhante criação, oppoz-se á esta requisição da junta”¹⁸⁹¹.

Há também outro aspecto a ser levado em conta, que recai sobre a situação política confusa daqueles tempos. Moura sublinha, em seu ofício, a autonomia do Governador das Armas com relação à Junta Provisória, estabelecida pelo Decreto das Cortes de 29 de setembro de 1821. Estimava que sua relação era com as Cortes, não com a Junta, ao passo que esta, conforme documento anexado ao ofício de Moura, estimava que os temas de polícia cabiam ao governo civil. Ao fim, o que se percebe é o conflito por poder entre as duas principais instituições criadas pelas Cortes. Nenhum dos dois lados se mostrava hostil a Lisboa. Pelo contrário, recorriam à capital para solucionar um impasse político local¹⁸⁹².

A tensão entre o Governador das Armas e a Junta continuaria até março de 1823. Cada lado, ao fim, buscava maior espaço, não se evitando o dissenso, inclusive com outras autoridades, no difícil ajuste da nova realidade determinada pelos Decretos das

¹⁸⁹¹ Varnhagen, 1957, p. 347.

¹⁸⁹² Vide OFÍCIO da Junta Provisória do Governo Civil da província do Pará, para o [ministro secretário de estado dos Negócios do Reino], Filipe Ferreira de Araújo e Castro, sobre a necessidade de se esclarecer de quem depende a polícia civil do Pará; informando ter criado dois correios para expediente externo da Secretaria da referida Junta e as medidas adoptadas pelo governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, na organização de uma Secretaria Militar. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11751. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

Cortes¹⁸⁹³. A realidade política paraense permanecia de tal forma que a adesão a Lisboa resistia, mas as fricções eram reais, ainda que não necessariamente a favor do Rio de Janeiro. Sobrava, mesmo assim, potencial de desentendimento que poderia ser aproveitado no espriamento da causa que se formava em torno de D. Pedro.

À parte o conflito entre o Governador das Armas e a Junta Provisória, cabe destacar que, no mesmo 20 de abril de 1822, quando enviou às Cortes reclamação contra a Junta (sobre a criação do Corpo de Polícia), José Maria de Moura escreveu outro ofício¹⁸⁹⁴, dando conta da situação política e de segurança do Pará¹⁸⁹⁵, Província “a qual achei em tranquilidade e sem que em algumas de suas Povoações se observasse o gérmen d’anarchia e de discórdia que se patenteou em Pernambuco d’onde vim para esta Província”.

O Brigadeiro Moura comparou, então, a situação do Pará com a de Pernambuco, onde a agitação política era intensa. Para o Governador das Armas,

“a situação geográfica e as relações de interesse comercial desta Província cujo maior numero de Habitantes industriosos são Europeos a tem posto e provavelmente continuará a pôr a salvo do contagio de ideias de Independência da Metrópole, que tem grassado em algumas Províncias de Barlavento, e que Deos queira se não generalizem a todas, que ficao ao sul do Cabo de São Roque”.

Havia, portanto, não apenas notícias do que se passava nos outros pontos do Reino, mas também a noção do perigo que poderia se aproximar.

¹⁸⁹³ Vide, por exemplo, documento, de 22 de abril de 1822, sobre problemas para a nomeação de novo Presidente da Junta da Justiça: OFÍCIO da Junta Provisória do Governo Civil da província do Pará, para o [secretário das Cortes Constituintes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa], João Baptista Felgueiras, sobre a questão da presidência da Junta da Justiça, a intromissão do ouvidor geral da comarca de Santa Maria de Belém do Pará, Francisco Carneiro Pinto Vieira de Melo, e a convocação de um Conselho para tentar resolver a decisão final tomada pela referida Junta Provisória. Anexo: ofícios (cópias). Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11754. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

¹⁸⁹⁴ “Ofício do governador de armas da província do Pará, (brigadeiro) José Maria de Moura, para o ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier, sobre sua chegada à província do Pará e o início do exercício das suas funções; do estado de anarquia em que se vive na província de Pernambuco, e tecendo importantes considerações quanto á situação vivida na província do Pará: sua tranquilidade política e civil, vantagens comerciais possibilitadas pela sua situação geográfica, e o papel dos jesuítas na civilização das aldeias indígenas. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11752. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

¹⁸⁹⁵ Na comunicação, interessantemente, Moura propõe a abertura da navegação do amazonas ao Peru e outros andinos.

A “causa do Rio de Janeiro” apresentou-se no Pará com a chegada da Escuna *Maria da Glória* ao Porto de Belém, em 6 de junho de 1822¹⁸⁹⁶. A embarcação trazia papéis do Rio de Janeiro, especialmente o Decreto de 16 de fevereiro, sobre a convocação do Conselho de Procuradores. Pela distância das comunicações, ainda não havia notícia da convocação da Assembleia Constituinte. Era, assim, uma tentativa direta do Rio de Janeiro de aproximação da Província, em movimento que José Bonifácio coordenava em todo o Reino. Um movimento que, como visto, teve resultados díspares, não atraindo necessariamente apenas simpatias.

A Junta reuniu-se para deliberar sobre as medidas e optou por recusar a aproximação da capital carioca. Duas comunicações, a Lisboa, em 8 de junho, e ao Rio de Janeiro, em 11 do mesmo mês, informaram a decisão de Belém de permanecer fiel às Cortes. A Junta, na verdade, não apenas não aceitou a aproximação, como adotou providências para mobilizar a Junta de Goiás e Matto Grosso, “para mutuamente se auxiliarem contra qualquer tentativa revolucionária do Rio de Janeiro á favor da independência”¹⁸⁹⁷ (vide Capítulo IV). O ofício da Junta paraense foi recebido “com especial agrado” pelas Cortes Gerais de Lisboa, em sessão de 17 de agosto de 1822, que mandaram publicar a íntegra da comunicação¹⁸⁹⁸, assim como de ofício semelhante da

¹⁸⁹⁶ Raiol, 1865, p. 28, e Varnhagen, 1957, p. 347.

¹⁸⁹⁷ Raiol, 1865, p. 29.

¹⁸⁹⁸ Foi o seguinte o documento registrado nas Atas das Cortes Gerais, em 17 de agosto de 1822: “Da junta provisória de Governo da província do Grão-Pará, concebido nestes termos: - Senhor. - No dia 6 do corrente appareceu e ancorou neste porto de Belém do Grão Pará a escuda Maria da Gloria, vinda do Rio de Janeiro, com escala pela Bahia, Pernambuco, e Maranhão, e trazendo para entregar a esta junta provisória do governo civil da provincia do Grão Pará, que com effeito entregou, o decreto rubricado por Sua Alteza o Príncipe Real, o Sr. D. Pedro de Alcântara, ora residente no Rio de Janeiro, de 10 de Fevereiro do corrente anno, incluso cos uma portaria do mesmo Príncipe, de 20 do mesmo mez e anno; sendo tudo assignado por José Bonifácio de Andrada e Silva: mal preparada se achava esta junta; para depois de consagrar ao Príncipe Real o mais decidido amor e respeito, não só como o destinado a ser o chefe da grande Nação portugueza, mas tambem pelas suas eminentes virtudes e qualidades, contrariado nas suas opiniões politicas; o solemne e voluntário juramento porém, que esta junta prestou á face desta província; de obedecer ao soberano e augusto Congresso em Portugal, a ElRei Constitucional, o Sr. D. João VI, e seus successores, á Constituição, e leis existentes e não derogodas; os interesses geraes desta província, e os votos unanimes de seus habitantes; tudo, Sr., tudo nos convida, e nos obriga a não annuirmos ás propostas do Príncipe Real, e a declararmos novamente na presença de Vossa Magestade, e á face do mundo inteiro, que ajunta provisória do governo civil da provincia do Grão Pará conserva, e conservará inviolável o juramento que prestou no acto da sua instalação, e que ella juntamente com os habitantes desta província (como se prova do documento incluso, n.º 3.º, e assignado conjuntamente pelas autoridades representantes do povo) e de boa, e espontânea vontade, reconhecem sómente no soberano e augusto Congresso nacional em Portugal, e em ElRei Constitucional, o Sr. D. João VI., o centro do poder legislativo e executivo, e que destes centros quer que dimanem todas as leis e providencias que devem felicitar esta providencia. Digne-se Vossa Magestade aceitar os nossos votos de união e adherencia, que esta junta, e mais autoridades, e habitantes desta província lhe tributão; é tomando em consideração estes votos, e interesses do povo paraense, não nos afastar de si, mas conservar-nos na costumada directa união, e dispensar com nosco as suas sabias providencias. Pará no palácio do Governo em 8 de Junho de 1822. - Antonio Corrêa de Lacerda, Presidente; João Pereira da Cunha e Queirós, Secretario; Joaquim Pedro de

Província de Alagoas, que também informava do não cumprimento das ordens de D. Pedro.

Apesar da decisão da Junta contrária ao Rio de Janeiro, o efeito da passagem da *Maria da Glória* foi o de apresentar aos atores da disputa local paraense uma via alternativa àquela de Lisboa, ainda que naquela época não estivesse completamente claro o objetivo da Independência. Varnhagen sustenta que a presença da embarcação “deixara algumas ideias favoráveis à Independência ou pelo menos à união da província ao Rio de Janeiro”¹⁸⁹⁹. A segunda hipótese será mais provável, pois, cabe insistir, ainda não havia no Rio de Janeiro a ideia da Independência, salvo a “Independência Moderada”. Aparecia, de todo modo, a ideia aproximação com o Rio de Janeiro. Logo após a passagem da *Maria da Glória*, foram realizadas prisões de acusados de defenderem causas próximas ao Rio de Janeiro¹⁹⁰⁰. Esse tipo de reação se tornou comum desde a adesão ao vintismo e se tornaria uma marca daqueles anos no Pará. Em agosto daquele ano, foram detidos os irmãos Fernandes de Vasconcelos, acusados de conspirar, junto com Felipe Patroni, a favor do Rio de Janeiro¹⁹⁰¹.

O afunilamento das opções demoraria ainda mais um pouco para se apresentar, antes prevalecendo a fidelidade às Cortes, ainda que houvesse uma heterogeneidade nos interesses e visões de como se relacionar com Lisboa. Como sublinha Machado¹⁹⁰²:

“(...) as instituições portuguesas estavam em pleno funcionamento na província (em 1822), ligando esta última aos acontecimentos políticos do Reino Europeu. Os sucessos ao sul do continente eram acompanhados com atenção, mas o centro da vida política ainda orbitava, em grande medida, nas tentativas de incorporar na província as novas ideias promovidas pelo Vintismo. (...) Naquele momento, a nação portuguesa, em nome do qual se justificaram as Cortes de Lisboa, era uma referência plena de significado político no Grão-Pará”.

Já no início de 1823, no entanto, o cenário se alterou. A Província foi obrigada a lidar, principalmente, com a guerra que ocorria não muito distante, envolvendo o Maranhão, o Piauí, o Ceará e outros, e que representava o avanço militar e político da causa do Rio de Janeiro. Esse movimento, sem dúvida, estimulava o crescimento e a

Moraes Bettencourt; José Joaquim da Silva; José Rodrigues Lima; Manoel Gomes Pinto; Baltasar Alvares Pestana”.

¹⁸⁹⁹ 1957, p. 347.

¹⁹⁰⁰ Varnhagen, 1957, p. 347, e Raiol, p. 30.

¹⁹⁰¹ Varnhagen, 1957, p. 346.

¹⁹⁰² 2006, p. 45.

adaptação de visões contrárias ao sistema vigente, em setores da elite e da população. A “propaganda” do Rio de Janeiro, que dava cores nacionais à resistência à “recolonização” começava a produzir algum efeito, ainda que limitado.

A reação dos partidários de Lisboa, foi a de reforçar suas demonstrações de fidelidade a Lisboa e de solidariedade com a Junta do Maranhão. Em 13 de janeiro de 1823, foi realizado o juramento da Constituição de Portugal¹⁹⁰³, continuando-se o envio de expressões – por diferentes setores e não apenas a Junta – de fidelidade da Província a Lisboa¹⁹⁰⁴. Em 1º de fevereiro, oficiais da 1ª. e 2ª. linha enviaram carta a D. João VI¹⁹⁰⁵ reiterando sua fidelidade. Os signatários se diziam, principalmente,

“injusta, e inconsideradamente (...) offendidos em huma representação da Junta Provisoria desta Provincia do Pará, àcerca de constestaçoens, que teve com o respectivo Governador das Armas José Maria de Moura, em a qual denuncia huma facção de Officiaes de 1., e 2ª Linha”.

O documento, assim, não apenas mostrava descontentamento com a Junta e apoio ao Brigadeiro Moura, como revelava suspeitas de que militares poderiam estar se movendo para a causa do Rio de Janeiro.

A mais importante expressão de fidelidade a Lisboa se deu, na verdade, em fevereiro de 1823. No dia 6 daquele mês, “a junta provisória communicou ao governador das armas, que o Maranhão estava ameaçado pelos independentes do Piahy e Ceará, e que o governo dali pedia auxilio”¹⁹⁰⁶. Decidiu-se, nessa oportunidade, pelo envio de 200 soldados em apoio ao Maranhão, no que foi a principal contribuição

¹⁹⁰³ Raiol, 1865, p. 34.

¹⁹⁰⁴ Vide, por exemplo, CARTA dos oficiais da Alfândega da província do Pará, para o rei [D. João VI], manifestando a sua adesão e obediência ao Sistema Constitucional Português e prestando homenagem ao Soberano Congresso e ao monarca. Anexo: officio e 2ª via. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 152, D. 11752. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

¹⁹⁰⁵ Publicado no *Conciliador* do Maranhão, nº 174, de 12 de março de 1823: “comunicando todos dos mesmos sentimentos do mais profundo respeito de submissão, e de fidelidade à Augusta e Real Pessoa de Vossa Magestade; julgarão de sua justiça o reclamarem a abrigo do Artigo 16 da nova e luminosa Ley fundamental da Monarchia, ante o Throno, e Presença de Vossa Magestade os seus Direitos,: protegida por aquelle Chefe, e pedindo providencias sobre este objeto, o que tudo se le transcripto (...) ferido da gravidade de huma imputação, que trazendo em si a mais injusta, e meditada calumnia (...) Como podem caber sentimentos facciosos nos coraçõens de Officiaes, que com assombro afugentarão de Cayenna as carnívoras aguas Francezas, para substituírem gloriosas as Quinas Portuguezas, dando tão heroicas demonstraçoens de sua fidelidade, honra, e brio á Nação? (...) não podem deixar de clamar contra a injustiça do ataque que se lhe dirige, de ser Chefe da facção que os Supplicants são offendidos e injuriados (...) Pará, 1º de fevereiro de 1823. In: Hemeroteca Digital Brasileira. In: <http://hemerotecadigital.bn.br/> (acesso em 06/01/2015)

¹⁹⁰⁶ Raiol, 1865, p. 35.

paraense para a guerra que se desenrolava nas Províncias vizinhas e que teria impactos diretos sobre o Pará.

Ao comunicar essa decisão a Lisboa, em 14 de fevereiro¹⁹⁰⁷, a Junta mencionou novos problemas no trato com o Governador das Armas, que havia resistido à medida, preocupado que estava com a situação da tropa no Pará, que já enfrentava o problema das “ações dissidentes” (como reconhecia a própria Junta)¹⁹⁰⁸. A justificativa do poder civil foi a de que o envio era “prova do quanto a Junta deseja conservar inalterável a união desta, e mais Provincias do Brazil com Portugal”, além de apoio ao “natural amigo”, Maranhão, este também um “verdadeiro ante-mural de segurança do Grão-Pará”. Por essas palavras e pelo contexto político em que se encontrava, é possível que o envio das forças ao Maranhão tenha sido tomado como meio da Junta Provisória reforçar sua imagem de fidelidade a Lisboa, ante aos abalos sofridos pelo confronto com a tropa e pela acusação, suscitada por alguns setores mais firmemente pró-Lisboa, de que o órgão favoreceria o partido independentista.

Apesar das medidas repressivas, o partido pró-Rio de Janeiro passou a ganhar densidade. Não adquiria força suficiente para prevalecer. Tampouco essa era causa que brotava naturalmente no Pará, do sentimento já presente na população. Em sua maioria, as adesões à causa carioca vieram de “indivíduos egressos de outros grupos que tiveram o seu projeto político primeiro inviabilizado e traziam aspirações diversas”¹⁹⁰⁹.

A insatisfação local, desse modo, amalgamou-se, em 1823, a uma causa externa, que vinha com promessas de vantagens que procuravam atingir tanto elites, quanto a população em geral. Daí a demora no aparecimento do partido pró-D. Pedro. Essa externalidade da causa do Rio de Janeiro tornou-a frágil, posteriormente, quando da

¹⁹⁰⁷ OFÍCIO da Junta Provisória do Governo Civil da província do Pará, para o [conselheiro do Conselho da Guerra], Cândido José Xavier, sobre o envio de duzentos militares para o Maranhão em socorro dos acontecimentos que tiveram lugar no Ceará e Piauí. Anexo: ofícios (cópias e extracto). Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 159, D. 12082. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 05/01/2015).

¹⁹⁰⁸ Em ofício do início de fevereiro, o Governador das Armas reclama da falta de homens na primeira linha e pede recrutamento de 500 a 600 homens: OFÍCIO do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda, remetendo certidão de juramento dos oficiais do Estado Maior e dos oficiais da Tropa de Linha e Milícias. Anexo: certidões, 2ª via, ofício (extracto). In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 158, D. 12064. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 05/01/2015). Vide também: OFÍCIO do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda, sobre a composição das hostes militares por degredados e a falta de homens nestes Corpos de fevereiro de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 158, D. 11065. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

¹⁹⁰⁹ André Roberto de Arruda Machado, 2006, p. 93.

eliminação do inimigo externo e o enfrentamento das contradições internas. Passaria de ser uma Guerra de Independência para tornar-se o longo período de efetiva unificação brasileira.

Já no início de 1823, portanto, a atuação dos partidários da Independência passou a ser objeto de constantes comunicações do Governador das Armas do Pará. Em dois ofícios de 8 de fevereiro¹⁹¹⁰, o Brigadeiro Moura relata esforços “insanos” para conter os independentistas. Diz que a situação era favorável na Capital, onde possuía os meios de repressão. No interior, no entanto, estava cada vez mais difícil conter “diligencias, que espíritos inquietos inimigos da Ordem” realizavam para “involver esta Província nas desordens que flagellão as mais Províncias do Sul”. A atividade Ilha de Marajó, informava a autoridade militar, era

“mais huma prova de que se trabalha com actividade por subverter as sans e constitucionais opiniões dos Povos desta Província (...) He hum dos planos dos Partedistas da Independencia inculcarem paz e segurança aonde a não há, atribuírem ás Authoridades constituídas, e aos bons Constitucionaes os males a que elles dão origem, e mentirem sempre que se trata de ocultar seus dissidentes procedimentos”.

O Brigadeiro Moura solicitava, principalmente, recursos de Lisboa para enfrentar os dissidentes, pois estimava que ainda era tempo para impedir a ampliação do movimento. As informações sobre o crescimento da dissidência foram completadas por ofício de 14 de fevereiro (mesmo dia em que a Junta informou o envio de tropa ao Pará), com novo registro¹⁹¹¹ do “elevado número de dissidências que têm ocorrido”, informação que também foi dada pela Junta Governativa, na mesma data¹⁹¹².

¹⁹¹⁰ OFÍCIO do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda, remetendo a correspondência do governador da ilha Grande de Joanes, informando que os redactores do periódico "Paraense" não invocaram o nome de D. João VI na lista da família real e a tentativa de alguém promover movimentos independentistas naquela ilha. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 158, D. 12052. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 03/01/2015). E OFÍCIO do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda, sobre a prisão do emissário Vitorino Marques e a devassa que se mandou realizar e a existência de um partido de dissidentes no Governo da província do Pará, sendo a paz é mantida pelos militares. Anexo: 2ª via e ofícios (cópias e extracto). In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 158, D. 12063. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 03/01/2015)

¹⁹¹¹ OFÍCIO do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda, sobre as dificuldades que tem tido para arregimentar pessoas que possam ajudar a província do Maranhão, solicitando o envio de tropas do Reino, atendendo ao elevado número de dissidências que têm ocorrido.

A própria situação do Governador das Armas mostrou a evolução da conjuntura política paraense. Fiel a Lisboa, adotando várias medidas de repressão, o Brigadeiro Moura foi desligado de suas funções em novembro de 1822, por ordem de Lisboa. Deveria partir no início de 1823, mas retardou a medida, segundo ele¹⁹¹³, a pedido de representantes locais, em razão da instabilidade observada na Província e do “dessocêgo” que sua partida havia causado entre os negociantes e militares.

O Governador das Armas disse ter recebido, nesse sentido, duas representações, uma das quais com mais de 300 assinaturas, pedindo que ficasse até a chegada de seu substituto. Justificou os pedidos “nos receios, que têm todos os Constitucionaes habitantes do Pará, de que animando-se o partido dissidente que tem grassado em todo o Brazil, com a minha retirada a Portugal antes da chegada de meu Sucessor”. O Ouvidor, responsável por perseguir os dissidentes, também teria pedido por sua permanência:

“He esta huma das collisões mais affictiva em que se pode achar hum Empregado Publico. He hum dever obedecer cegamente as Ordens do Soberano, mas também o he não abandonar huma Provincia Leal, e Constitucional, ás vicissitudes políticas em que se acha o Brazil”.

Moura de fato permaneceu na Província até a incorporação ao Império e foi responsável pela repressão ao partido independentista, que crescia em número e em força.

O confronto, de múltiplas fontes, tornou-se mais claro ao longo fevereiro e passou a alimentar a opção entre Lisboa ou o Rio de Janeiro, que foi se tornando mais clara. À parte os alertas do Governador das Armas sobre o aumento da dissidência, ampliou-se também o confronto entre as instituições civis e militares, o que dificultou ainda mais a administração da Província. Ainda no mesmo mês de fevereiro, após terem enviado carta de fidelidade a D. João VI (mencionada acima), os oficiais da 1ª. e 2ª.

In Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 158, D. 12090. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 04/01/2015)

¹⁹¹² OFÍCIO da Junta Provisória do Governo Civil da província do Pará, para o [ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino], Filipe Ferreira de Araújo e Castro, sobre os movimentos de contestação ao Sistema Constitucional. In Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 158, D. 12093. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 04/01/2015)

¹⁹¹³ OFÍCIO do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o ministro e secretário de estado de Negócios da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda, sobre o pedido de várias entidades para que não regressasse ao Reino sem que fosse substituído. Anexo: ofício, lembrete e 2ª via (extracto). 26 de janeiro de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 158, D. 12056. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

linha encaminharam ao Governador das Armas uma reclamação contra a Junta Governativa¹⁹¹⁴. O documento expressava, principalmente, as diferenças de visão e de procedimento entre o poder civil e militar. A própria Junta reconheceu¹⁹¹⁵, então, que o “gênio da discórdia” estava presente, tendo sido quebrada a harmonia entre “as repartições Civis entre si, e com a Militar”. Por esse motivo, também em 14 de fevereiro de 1822, a segunda Junta Governativa da Província do Pará pedia ao Rei D. João VI para ser dispensada de suas funções e nomeada novo corpo.

A situação do Governo civil, portanto, já era extremamente frágil e piorou ainda mais, pois, enquanto novos membros não fossem escolhidos, a Junta teria de continuar a administrar a Província, marcada pela forte tensão. Foi nesse contexto que se organizaram as eleições para a Câmara Municipal de Belém, em 25 daquele mês, pleito que deu a largada ao confronto aberto. O resultado da eleição foi o de que nenhum português de origem europeia teve maioria de votos, sendo todos os eleitos favoráveis ou simpáticos à emancipação¹⁹¹⁶.

A reação dos partidários de Lisboa foi a de proclamar a nulidade da eleição, por vícios no processo. A Junta Governativa não tomou, entretanto, medida imediata em relação à eleição, o que provocou, em 1º de março, revolta de forças militares comandadas pelo Coronel Villaça. Aproveitando, como fizera quando da adesão do Pará ao vintismo, a passagem da tropa realizada todo início de mês, frente ao Palácio do Governo, Villaça assumiu a tropa e iniciou uma revolta contra a Junta¹⁹¹⁷, prendendo todos seus membros.

Foi, em seguida, restabelecida a antiga Câmara municipal, em prejuízo daquela que fora eleita em fevereiro anterior. A Câmara elegeu nova Junta, liderada pelo Bisto D. Romualdo. Em suas medidas iniciais, a nova Junta determinou que “as pessoas consideradas pela opinião pública como agentes da facção dissidente, fossem arrestadas e mandadas para diversos lugares, em quanto as circunstancias da segurança pública

¹⁹¹⁴ OFÍCIO (extracto) do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, sobre uma representação dos corpos de 1ª e 2ª Linha que se queixam da Junta Provisória do Governo da província. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 159, D. 12084. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

¹⁹¹⁵ CARTA da Junta Provisória do Governo Civil da província do Pará, para o rei [D. João VI], sobre as dificuldades verificadas na governação da província, solicitando a dispensa das suas funções para que seja nomeada uma nova Junta. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_013, Cx 159, D. 12087. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 05/01/2015)

¹⁹¹⁶ Raiol, 1865, p. 35. Vide também José Honório Rodrigues, 2002, p. 302.

¹⁹¹⁷ Raiol, 1865, p. 36. Vide também Varnhagen, 1957, p. 348, e José Honório Rodrigues, 2002, p. 302.

urgissem a sua ausência da capital”¹⁹¹⁸ Reforçava-se, assim, a fidelidade a Lisboa e a disposição de reprimir movimentos contrários a ela, inclusive com o reforço no recrutamento de novas forças militares. No dia 4 de março, os comandantes militares publicaram manifestos justificando o golpe, acusando a Junta anterior de “ineptos, frouxos e dispostos a apoiar a causa da independência”. Por essa razão, registrou a nova Junta foram “depostos e deportados á bem do socego publico”.

O golpe de 1º de março teria convencido os partidários da Independência, segundo Raiol¹⁹¹⁹, da necessidade de encontrar apoio dentre as fileiras militares. Iniciaram-se, então, conspirações para atrair oficiais das forças estacionadas na Província. Alguns oficiais, como o Tenente-Coronel José Narciso da Costa Rocha, os Capitães Domiciano Ernesto Dias Cardoso e Boaventura Ferreira da Silva e o Alferes José Mariano de Oliveira Bello aderiram aos independentistas e começaram secretamente a preparar um levante.

Na noite de 13 de abril, no entanto, o Governador das Armas reuniu abruptamente seus oficiais e denunciou a existência de conspiração pró-Rio de Janeiro.

A atitude do Brigadeiro Moura assustou os rebeldes, que aceleraram o levante, para evitar que fosse desbaratado. No dia seguinte, em 14 de abril de 1823, estalou revolta pró-Rio de Janeiro. A maior parte do 2º Regimento aderiu à revolta, apoderando-se do parque de artilharia. A reação portuguesa, no entanto, foi dura. Ainda na disputa pela artilharia, o Comandante do agrupamento, Tenente-Coronel José Antônio Nunes, reagiu e iniciou ataque, no qual ficou ele próprio ferido e um artilheiro morreu. Outras forças também reagiram e, ameaçados de contra-ataque, na manhã do dia seguinte, dispersaram-se. Os chefes da conspiração fugiram de Belém, enquanto os soldados que permaneceram renderam-se por meio de reunião na qual deram “vivas à Constituição e ao Rei”¹⁹²⁰.

Ao relatar os eventos de 14 de abril à Câmara do Maranhão¹⁹²¹, o Governador das Armas mencionou que as “caballas, e as intrigas do perjuro partido dissidente conseguirão finalmente aliciar huma parte da Tropa desta Guarnição; e fazella aparecer n’aquella fatal madrugada como o principal e mais poderoso agente de seus perniciosos

¹⁹¹⁸ Apud Raiol, 1865, p. 37.

¹⁹¹⁹ 1865, p. 36.

¹⁹²⁰ Varnhagen, 1957, p. 348.

¹⁹²¹ Ofício do Governador das Armas, de 29 de abril de 1823, no qual informa “sobre acontecimentos revolucionários na Província do Pará e solicita ao Maranhão, reforço de tropas europeias (já solicitadas pelo Maranhão), até que cheguem as tropas europeias que ora o Pará solicita a Corte de Lisboa”. In: Manuscritos esquecidos, http://manuscritosesquecidos.blogspot.fr/2012/04/revolta-na-provincia-do-grao-para-1823_23.html (acesso em 02/01/2015)

planos”. Moura sustenta que foi possível “rebater-se o tumulto”, mas reconhecia ser necessário reforço de tropas europeias, uma vez que “o Pará está presentemente em maiores apuros, que o Maranhão”. Por essa razão, estimava ser importante que as duas Províncias “se auxiliem reciprocamente em suas necessidades Políticas”. Por isso demandava que a Junta maranhense enviasse imediatamente ao Pará as tropas europeias que lá chegassem.

As autoridades pró-Lisboa lograram, assim, segurar a situação por mais algum tempo, mas com medidas extremas. Eram atitudes enérgicas tomadas pelo Governador das Armas para tentar frear a causa independentista, cujo sucesso era dúbio. Novas ações de repressão foram colocadas em prática e muitos foram condenados à prisão.

Os participantes do levante de 14 de abril que conseguiram escapar reuniram-se na localidade de Muaná, na parte ocidental da Ilha de Marajó. Lá proclamaram, em 28 de maio de 1823, o apoio à causa do Rio de Janeiro¹⁹²². Era a primeira expressão dessa natureza na Província paraense. A reação da Junta foi o envio de força, que se bateu com os aproximadamente 200 rebeldes por mais de quatro horas. A vitória foi dos partidários de Lisboa, que aprisionaram os independentistas e os recolheram para Belém. Em 7 de junho de 1823, dezenas de prisioneiros foram enviados a Lisboa¹⁹²³.

Quase um ano depois, portanto, de ter escrito a Lisboa que a situação em Belém era tranquila, o Governador das Armas apresentava uma realidade distinta do Pará, que se encontrava “em maiores apuros”. A mudança ocorrera na virada do ano e com o avanço da causa do Rio de Janeiro, que por diferentes meios chegava nas notícias da Guerra na Bahia (recorde-se, por exemplo, as transcrições do *Sentinella Constitucional*, pelo Paraense) e no Ceará-Piauí-Maranhão. A causa da Junta de Belém se enfraquecia e o Governador das Armas tentava resistir, como fizera, no início de 1823, com o adiamento de sua partida. Em julho, ainda houve mudança no comando da Junta, quando o Bispo D. Romualdo a deixou para partir para Lisboa, acompanhado de Francisco José Rodrigues Barata, eleito deputado para as Cortes ordinárias portuguesas¹⁹²⁴. Ambos seriam capturados, na Barra de Lisboa, por John Taylor, que lá chegara em perseguição à esquadra portuguesa que abandonara Salvador.

¹⁹²² José Honório Rodrigues, 2002, p. 304

¹⁹²³ Idem, p. 303.

¹⁹²⁴ Idem, p. 304.

Também em julho de 1823, no dia 24, pelo navio *Palhaço*¹⁹²⁵, chegou a notícia da mudança do cenário político em Portugal, com a Vilafrancada. O Presidente da Junta, Bispo, reuniu-se com o Governador das Armas, decidindo-se manter o Governo, até a chegada de instruções, não se colocando em questão, no entanto, a “indissolubilidade” dos laços com Portugal. Tentou-se, inclusive, realizar uma nova proclamação de D. João VI. Um conselho reuniu-se em 5 de agosto, na tentativa de manter a situação inalterada até que fossem recebidas novas ordens.

Não foi possível, no entanto, acalmar os ânimos. Chegaram a Belém as notícias dos acontecimentos no Maranhão, em 28 de julho, que completava a incorporação do território composto por Ceará, Piauí e Maranhão ao Império. As movimentações de grupos pró-Rio de Janeiro na tropa paraense ganharam impulso, com expressões abertas de apoio à Independência¹⁹²⁶. A ebulição chegava ao ponto mais alto, apesar dos esforços do Governador das Armas.

Qual era, assim, a situação política do Pará no final do primeiro semestre de 1823, antes da chegada de Grenfell a Belém, em 11 de agosto de 1823? A Província mantinha-se oficialmente pró-Lisboa, assim como no Maranhão, o que não significa dizer que apenas pequeno grupo de portugueses e algumas tropas mantinham toda a Província como refém. Havia, por outro lado, múltiplos projetos em curso, representados por forças conservadoras, interesses econômicos locais, lealdades com Lisboa, mas também reações às medidas das Cortes e diferenças quanto às expectativas dos rumos da política. Alguns setores moveram-se para o lado da autonomia ou independência, como foi o caso de Patroni, ainda sem relação com o Rio de Janeiro.

A partir da passagem da *Maria da Glória*, o gérmen da causa do Rio de Janeiro se colocou e aos poucos obteve apoio. Uma visão, diga-se, que veio sustentada pelo avanço das forças militares independentistas sobre todo o Norte-Nordeste, particularmente, no caso paraense, sobre o Maranhão, e sem o qual o espaço para aquele partido “brasileiro” não teria sido aberto. Assim como no Maranhão, a perspectiva era de conflito continuado ou de manutenção da ordem das coisas caso prevalecesse Lisboa. Do outro lado, porém, vinha com força a causa do outro partido, com promessas de autonomia e outras benesses, e ameaças de ação militar. A incorporação ao Império se mostrava mais interessante com a possibilidade de adquirir novas vantagens.

¹⁹²⁵ José Honório Rodrigues, 2002, p. 305.

¹⁹²⁶ Idem, p. 306.

Em resumo, havia visões divergentes e uma crise política aberta, à qual se adicionou a Vilafrancada. André Roberto de Arruda Machado¹⁹²⁷ aponta, então, elemento central daquela conjuntura política:

(...) a disputa política na província tinha chegado a um impasse: a cisão era tamanha que nenhum partido era capaz de chegar ao poder e sustentá-lo de maneira estável. Por sua vez, se todos pretendiam ver triunfar o projeto político defendido por seu grupo, todos também sabiam que este equilíbrio de forças era um cenário perigoso para o conjunto dos estratos dominantes do Grão-Pará.

A ruptura teria de vir de fora e ocorreu, ao final, favoravelmente ao Rio de Janeiro. Em 11 de agosto de 1823, Grenfell, no comando do Brigue *Maranhão* (ex-*Infante D. Miguel*), apareceu em Belém. Foi “a única força externa que atracou em Belém, foi encarada como a possibilidade de desequilibrar a disputa em favor de um partido o que, conseqüentemente, pensava-se que asseguraria a manutenção da ordem interna”¹⁹²⁸.

Navegando para o Pará, Grenfell tinha recebido de Cochrane instruções¹⁹²⁹ para apresentar intimação às autoridades paraenses para que se incorporassem ao Império. Também fora instruído a empreender a mesma “astúcia” que o Primeiro Almirante utilizara no Maranhão, ou seja, de se apresentar como o primeiro navio de uma grande esquadra, que vinha para submeter a Província. “Conquistar” também poderia ser a palavra, dadas as intenções e os meios utilizados. Assim como no caso do Maranhão, não foi apenas a “astúcia” que garantiu a vitória no Pará, pois era patente que a situação já estava conflagrada, com o crescimento da força pró-Rio de Janeiro e com a perda de impulso do vintismo com a Vilafrancada. Grenfell foi o vetor da ruptura.

Ainda assim, a chegada e o ultimato de Grenfell, em 11 de agosto, não mudou automaticamente a posição do Governo da Província. Seis dias antes do aparecimento do navio brasileiro, autoridades civis e militares haviam se reunido para discutir mudanças na estrutura de Governo. Buscava-se meios de barrar o “partido dissidente”, com a unificação das instituições civis e militares. Esperava-se ganhar tempo até a chegada de instruções de Lisboa¹⁹³⁰.

¹⁹²⁷ 2006, p. 312.

¹⁹²⁸ André Roberto de Arruda Machado, 2006, p. 313.

¹⁹²⁹ 2003, p. 93.

¹⁹³⁰ André Roberto de Arruda Machado, 2006, p. 36.

O Governador das Armas ainda tentou se mobilizar contra o ultimato de Grenfell, convocando reunião da oficialidade¹⁹³¹. Mostrava-se desconfiado da efetiva força independentista, o que expressou em reunião ocorrida no mesmo dia, entre todas as autoridades civis e militares, para analisar o ultimato. Ao final, prevaleceu a posição favorável ao ultimato, declarando Moura que se via, então, desligado de suas funções¹⁹³². O Governador das Armas tentaria, naquela noite, um último levante dos militares, que não deu certo. Terminou preso, junto com o Coronel Villaça, abrindo espaço para a incorporação do Pará.

Em 12 de agosto de 1823, Grenfell desembarcou, após convite da Junta. Dois dias depois foi realizada eleição de novo Governo e, em 15 de agosto de 1823, ocorreu o juramento a D. Pedro. O Pará foi oficialmente incorporado ao Império, sendo também realizada, em 12 de outubro, a aclamação do Imperador. José Honório Rodrigues menciona¹⁹³³ informação de Varnhagen segundo a qual, ao longo dos tumultos do processo que se terminou com a incorporação do Pará, morreram cerca de 1 mil pessoas (incluindo os mortos no episódio do Brigue *Palhaço*, mencionado abaixo)

Ao fim, a incorporação ao Rio de Janeiro não se deu como plano bem elaborado por elites que se identificavam com seus homólogos do sul por sua formação intelectual ou por puro interesse na manutenção da ordem econômica ou da escravidão. Afinal, a manutenção da ordem, significava, no Norte, fidelidade a Lisboa. Adicionalmente, as eventuais dificuldades políticas internas ou com Lisboa não redundavam em movimento natural em direção ao Rio de Janeiro, como ocorreu no Centro-Sul. Distanciar-se das Cortes não se traduziu na aproximação de parcelas significativas das elites ao Rio de Janeiro. Outras possibilidades, como mostrou a posição de Filipe Patroni, eram também cogitadas. Nenhuma prevalecia.

As “adesões” das elites no Pará, na verdade, foram uma resposta à “necessidade de se adaptar ao rápido processo de mudanças que alterava, então, o cenário político externo e interno”¹⁹³⁴. Quando o Rio de Janeiro adquiriu a vantagem, principalmente pela força militar que arregimentou, parte da elite fez como a maranhense e outras. Obrigada a se adaptar, viu a chegada de Grenfell (e as promessas de novas forças militares, se necessário) “como a oportunidade dos estratos dominantes restabelecerem

¹⁹³¹ José Honório Rodrigues, 2002, p. 306.

¹⁹³² Idem, p. 307.

¹⁹³³ 2002, p. 309.

¹⁹³⁴ André Roberto de Arruda Machado, 2006, p. 311.

a ordem, coisa que então se julgava que só poderia ser alcançado com uma intervenção de forças militares externas”¹⁹³⁵.

Sem necessariamente compartilhar um plano ou uma identidade, a adesão paraense (e de grande parte do Norte-Nordeste, como visto) não tinha, ao contrário do Sul, a solidez que a “interiorização da metrópole” e as promessas/realizações da Corte haviam operado sobre as “Províncias Colligadas”. Sem medidas imediatas para mostrar as vantagens da nova ordem política, os problemas relacionados à estabilidade política – inclusive a revisão da “adesão” – voltaram rapidamente.

Havia ameaças de vários lados

“como a reconquista da província por Portugal ou a incorporação da mesma pela Confederação do Equador, mas também por projetos de futuro tidos como radicais, cuja defesa acabou fomentando a guerra civil que se iniciou poucas semanas depois do juramento de fidelidade a D. Pedro I”¹⁹³⁶.

A “adesão” ao Rio de Janeiro não significou de maneira alguma a resolução ou interrupção dos problemas políticos, pois foi em questão de semanas que eles ressurgiram. Os primeiros membros da Junta eram, segundo José Honório Rodrigues¹⁹³⁷, “adesistas” à causa independentista e não lograram alcançar a estabilidade da Província. O antiportuguesismo se mostrou presente e um novo foco de violência surgiu.

Foi numa expressão anti-portuguesa¹⁹³⁸, surgida no dia 15 de outubro de 1823, que soldados do 2º regimento de Artilharia, acompanhados de populares, saíram às ruas para atacar portugueses e pedir a demissão da Junta. Foi necessário recorrer à força naval e a Grenfell. Este determinou, ainda de madrugada, o desembarque de tropas, auxiliadas por marinheiros mercantes. Muitas pessoas foram presas. No dia 17, 5 indivíduos foram fuzilados e 256 soldados, inicialmente recolhidos na cadeia, foram encarcerados no Brigue *Palhaço*. Ocorreu, então, o episódio do confinamento desses presos em uma cela pequena, que gerou tumulto. Tiros da guarnição para “acalmar os ânimos” teriam provocado ainda maior movimentação, de modo que a cal que estava no

¹⁹³⁵ Idem, 2006, p. 312.

¹⁹³⁶ André Roberto de Arruda Machado, 2006, p. 31.

¹⁹³⁷ José Honório Rodrigues, 2002, p. 308

¹⁹³⁸ Idem, p. 308.

porão foi espalhada e fechou as aberturas. No dia seguinte, 252 soldados estavam mortos. Dos 4 sobreviventes, apenas um resistiu¹⁹³⁹.

A instabilidade política, ao final, não deixaria a Província do Pará antes de 1825, obrigando o Rio de Janeiro a enviar força naval ainda em 1824. Foi o reconhecimento da Independência por Portugal que eliminou os últimos bastiões de fidelidade a Lisboa, fechando importante foco de problemas, que não havia sido extinto em 1823 e ainda se aproveitava de conexões com Portugal para se manter vivo. Sobre esse ponto, afirmou Cochrane¹⁹⁴⁰ que a instabilidade no Pará mostrava

(...) “da parte das províncias um desejo de prosseguir cada uma sua carreira separada; provando o profundo efeito produzido pelos conselhos de Palmela para promover a anarquia com fomentar o amor-próprio provincial – como meio de exercitar a discórdia, e assim reduzir o Império novamente formado à insignificância e à ruína”.

Se, depois do Tratado de Reconhecimento, não havia mais a ideia de restabelecimento do vínculo com Lisboa, a ligação com o Rio de Janeiro ainda permaneceria frágil por anos, passando por revoltas como a Cabanagem, em 1835, até a definitiva consolidação do território e identidade nacional, já em meados do século XIX. O processo político que levou à Independência e a guerra tiveram, portanto, efeitos longos no tempo das Províncias do Norte-Nordeste do Brasil.

¹⁹³⁹ Aldrin Moura de Figueiredo, 2009, p. 177.

¹⁹⁴⁰ 2003, p. 203.

VIII – CISPLATINA: O CONFLITO NO SUL

A Cisplatina foi caso tão complexo quanto díspar do ocorrido no Norte-Nordeste. O território já era uma região em guerra, com presença constante de tropas portuguesas. Estas procuravam garantir a fronteira sul, a mais vulnerável e instável do Reino, por meio da ocupação de território originalmente fundado por portugueses, mas que era parte, até então, da Coroa espanhola, com habitantes de língua espanhola. Era, portanto, zona permanentemente em conflito e precariamente vinculada ao Reino do Brasil, ponto estratégico na relação com o mundo hispânico e entrada para o Prata, rio que facilitava o transporte até as Províncias centrais do Reino.

Foi no seio das forças militares portuguesas que surgiu a discórdia, derivada da obrigação de optar por Lisboa ou pelo Rio de Janeiro. A tropa se dividiu: o comandante geral, Lecor, aderiu a D. Pedro. Outros ficaram com Lisboa e deu-se início a embate que durou meses. As forças portuguesas resistiram ao cerco brasileiro em Montevideú, marcado por combates periódicos e períodos de relativa inação. Apenas em 1824 foi possível retirar as tropas inimigas, mas pouco tempo depois nova guerra se iniciou, desta vez contra forças vindas das Províncias Unidas do Prata. Era a guerra da qual nasceria o Uruguai.

A disputa que ocorreu ali em 1822-1823, desse modo, não foi decorrente da mobilização militar de elites e outros setores da população a favor ou contra o Rio de Janeiro. Foi a decisão, no seio da tropa já organizada, de optar por um dos dois. Os orientais, em sua maioria, assistiram a disputa, apesar de se posicionarem contra ou a favor, após a organização do Congresso de Montevideú, que definiu a incorporação da Cisplatina ao Reino do Brasil.

Foi na tropa que se jogou o xadrez pró-Cortes ou pró-D. Pedro. E na ação militar que a partida se resolveu. Por sua sensibilidade estratégica, a questão no Prata foi acompanhada de perto por Lisboa e pelo Rio de Janeiro.

1) A SITUAÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA

A Cisplatina foi "durante um século e meio (1680-1828) o centro e o símbolo das divergências entre Portugal e Espanha"¹⁹⁴¹. Busca de limites naturais, exercício de soberania e aproveitamento de espaços territoriais, a fronteira no Prata motivava o permanente jogo diplomático-militar entre espanhóis e portugueses. Naquele ponto do Atlântico “desaguavam três caudalosos rios que alongavam seu percurso até o centro da América do Sul”¹⁹⁴². O Prata facilitava todo o transporte do interior e mesmo do Pacífico, evitando o estreito de Magalhães. Era um ponto-chave da colonização do continente.

Ao estabelecimento de Buenos Aires pelos espanhóis, Portugal havia tentado responder com a fundação de Colônia do Sacramento, em 1680, na outra margem do rio¹⁹⁴³. A cidade e o território acabaram ocupados pela Espanha, em agosto de 1680, sendo restituídos aos portugueses em 1683. Pelas décadas seguintes, o território pendulou entre as duas metrópoles¹⁹⁴⁴. No início do século XIX, tanto Colônia do Sacramento quanto os Povos das Sete Missões estavam em mãos espanholas, desde 1776 (em operação que ocupou, inclusive a ilha de Santa Catarina), mas posteriormente as Sete Missões foram recuperadas.

Montevideú foi fundada em 1726, construída como uma praça forte destinada a proteger a produção agropecuária da Banda Oriental dos avanços portugueses, que operavam a partir da Colônia do Sacramento¹⁹⁴⁵. No contexto do Vice-Reinado do Prata, o caso de Montevideú se tornou particular, pois ao contrário das demais, que dependiam do porto de Buenos Aires, a cidade tinha seu próprio porto. "Essa posição

¹⁹⁴¹ In: ARAÚJO, João Hermes Pereira. "A Herança Cultural". Capítulo I. In: Três ensaios sobre diplomacia brasileira - João Hermes Pereira Araújo, Marcos Azambuja, Rubens Ricúpero. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1989. P. 5.

¹⁹⁴² MARTINS, Helio Leoncio. "A Província Cisplatina do ponto de vista brasileiro". In: Estudios Historicos – CDHRP. Año II, nº 4, Marzo 2010. In: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_4/helio-leoncio.pdf (acesso em 18/08/2014). P. 1

¹⁹⁴³ FERREIRA, Gabriela. "Conflitos no Rio da Prata". In: *O Brasil Imperial*, volume I: 1808/1831 / organização de Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009. P. 325.

¹⁹⁴⁴ A Colônia do Sacramento foi conquistada pelos espanhóis e destruída pelo Governador de Buenos Aires em agosto de 1680. Em 1683 os espanhóis devolvem o território aos portugueses e, em 1701, o novo Rei Felipe V renuncia a todo o direito sobre a Colônia. A Guerra de Sucessão espanhola, com Portugal tomando partido de Carlos de Habsburgo repercutiu na colônia e Sacramento voltou a ser invadida, em 1701-1705. Pelo Tratado de Utrecht, em 1715 voltou aos portugueses. Mais 35 anos e, no Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750, Portugal ofereceu a Colônia em troca dos Sete Povos das Missões, na margem esquerda do rio Uruguai. Novos conflitos se seguem, especialmente em 1776, quando expedição espanhola conquista inclusive a ilha de Santa Catarina. No Tratado de Santo Idefonso, em 1777, a Espanha devolveu a ilha, ficando com Colônia e os Sete Povos. Com as guerras napoleônicas em curso, os Sete Povos das Missões foi reconquistado. Ficava, então, aberta a questão da Banda Oriental. João Hermes Pereira Araújo, op. cit., pp. 7-8.

¹⁹⁴⁵ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. P. 53.

particular está na raiz de dois fatos marcantes: o espírito de autonomia de Montevideú e a rivalidade econômica com Buenos Aires"¹⁹⁴⁶.

As revoluções nas colônias espanholas na década de 1810 transformaram o cenário platino e vieram a abrir um novo capítulo da disputa entre Portugal e Espanha. Em maio de 1810, ante a informação da dominação espanhola por Napoleão, ocorreram as chamadas “Jornadas de Maio”, nas quais partidos locais (“criollos”) assumiram o poder e deram os primeiros passos para a independência do Prata, apenas consumada na década seguinte. Duas Juntas se sucederam em Buenos Aires, em meio a protestos populares. A segunda, de 25 de maio de 1810, era liderada por Cornélio Saavedra, e jurava fidelidade a Fernando VII (mas não ao Conselho de Regência).

Esta segunda formação tinha também a pretensão de reivindicar autoridade sobre todo o Vice-Reino do Prata. A partir desse momento, iniciou-se processo de indas e vindas em toda a região, entre governos revolucionários e reações da Espanha. Conforme aponta Gabriela Ferreira¹⁹⁴⁷:

Nesse período, portanto, reinava a incerteza acerca da melhor forma de organização política a ser assumida pelas Províncias Unidas do Rio da Prata. Basta dizer que até a adoção da forma monárquica de governo foi seriamente cogitada. (...) No Rio da Prata, a primeira década revolucionária foi de fato marcada pela coexistência conflituosa da soberania das cidades com a tendência dos governos centrais a buscar, além da independência em relação às autoridades da metrópole, a organização de um Estado que, sob a liderança de Buenos Aires, conformaria uma única soberania rio-platense.

Outras cidades resistiram às pretensões portenhas e, no choque dessas duas posturas, houve a desagregação no Prata. Buenos Aires chegou a enviar missões militares ao Paraguai, ao Alto da Bolívia e a Montevideú, mas seu sucesso foi limitado. Montevideú permaneceu, inicialmente, vinculada à Espanha, mas o governo do território alternou-se, no período, entre autoridades espanholas e Juntas Governativas¹⁹⁴⁸. Foi nesse contexto em que Buenos Aires passou a auxiliar os partidários orientais da independência contra a Espanha, movimento que resultou em

¹⁹⁴⁶ Idem, p. 53.

¹⁹⁴⁷ 2006, p. 315

¹⁹⁴⁸ Vide FERREIRA, Fábio. “O General Lecor, os Voluntários Reais e os Conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. In: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1408.pdf> (acesso em 14/08/2014)

guerrilhas que atingiam e provocavam insegurança na fronteira com o Reino do Brasil¹⁹⁴⁹.

No período surgiu também a figura de José Gervásio Artigas. Oficial do Exército espanhol, Artigas aderiu aos insurgentes de Buenos Aires, assumindo o comando da revolução no território oriental. A aliança não durou muito, rompendo Artigas com os portenhos. O comandante também polarizaria a elite oriental, sendo apoiado por alguns estancieiros, ao passo que os comerciantes de Montevideu permaneceram, em sua maioria, ao lado da Espanha¹⁹⁵⁰. Ainda em 1811, em 28 de fevereiro, ocorreu a primeira investida de Artigas, inicialmente restrita a um pequeno grupo de apoiadores que se rebelou nas margens do “Arroio Ascencio”¹⁹⁵¹. O líder oriental recebeu o apoio de 3 mil homens de Buenos Aires e obteve várias vitórias no interior da Banda Oriental. Marchou, então, para cercar Montevideu, onde se encontrava o Vice-Rei, Javier Elío, ainda fiel à Espanha¹⁹⁵².

Sem contar com apoio militar importante do lado espanhol, Elío apelou a D. João VI, no Rio de Janeiro. A resposta foi rápida e, ainda em 1811, tropas brasileiras comandadas pelo General Diogo de Souza ocuparam Montevideu. D. João VI, ademais de buscar reforço da segurança da fronteira e garantir “a integridade dos domínios dos familiares de Carlota Joaquina”, “tinha pretensões de estender seus domínios americanos ao Prata, sendo que o pedido de ajuda de Elío era uma excelente argumentação para que as tropas lusas ocupassem o território platino”¹⁹⁵³. Para além de seus interesses estratégicos, o monarca português agia, no Prata, como braço monárquico contra os revolucionários platinos.

A presença portuguesa durou, no entanto, apenas alguns poucos meses. Elío e Buenos Aires, sem a participação dos portugueses, chegaram a acordo em 20 de outubro de 1811. Os portenhos aceitaram sair da Banda Oriental, mas demandaram a retirada das tropas portuguesas. Essas ainda permaneceram um tempo, e, sem capacidade militar para expulsá-las, os orientais recorreram à Inglaterra, que pressionou o Rio de Janeiro pela saída¹⁹⁵⁴. Os ingleses, ao longo de toda a década, realizaram gestões políticas contra a presença portuguesa na Banda Oriental¹⁹⁵⁵.

¹⁹⁴⁹ João Hermes Pereira Araújo, 1989, p. 10.

¹⁹⁵⁰ Fábio Ferreira, 2012, p. 54

¹⁹⁵¹ Helio Leoncio Martins, 2010, p. 3.

¹⁹⁵² Fábio Ferreira, 2012, p. 54.

¹⁹⁵³ Idem, p. 54.

¹⁹⁵⁴ Idem, p. 55.

¹⁹⁵⁵ Idem, p. 55.

O período que se seguiu, até 1816, permaneceu agitado na Banda Oriental, com os mesmos personagens realizando marchas e contra-marchas. Artigas se deslocou até Entre Rios, acompanhado por algo como 15-16 mil pessoas¹⁹⁵⁶, no que ficou conhecido como o “Êxodo do Povo Oriental”. Em Entre Rios, foi aclamado Chefe dos Orientais, incluindo as Províncias de Santa Fé, Entre Rios e Corrientes. Sua relação com as Províncias Unidas permaneceu, ainda assim, sensível.

Uma nova Junta foi eleita em Buenos Aires, em 1813, e convocou uma Assembleia Geral, com representantes de todas as Províncias, destinada a tentar organizar a relação entre as colônias do Prata. A tendência da nova junta era de centralização do poder na capital portenha, o que chocou com interesses locais, inclusive de Artigas, que, fora de Montevideú, foi eleito Governador por uma Câmara de Deputados. A mesma Assembleia designou representantes para a Assembleia em Buenos Aires¹⁹⁵⁷, os quais seguiriam instruções decorrentes de encontro conhecido como “Congresso Oriental”. As “Instrucciones del Año XIII”, ao contrário da tendência de Buenos Aires, reivindicam de autonomia da Banda Oriental¹⁹⁵⁸.

Nesse contexto, novo ataque foi realizado contra Montevideú, em 20 de junho de 1814, na tentativa de derrubar o substituto de Javier Elío. A ação foi eficaz, principalmente em razão da atuação da Marinha portenha. Artigas participou inicialmente do cerco, mas depois abandonou-o por divergências com Buenos Aires. Partiu para o Norte, onde ampliou sua influência na Banda Oriental. Foi, por essa razão, declarado “infame, traidor da Pátria”. Após ocupação, houve princípio de reaproximação, com a assinatura, em 09 de julho de 1814, tratado com Alvear. Artigas foi perdoado, recebeu posto militar e se tornou responsável pela organização da província.

A aliança, mais uma vez, não durou muito. Mobilizando caudilhos locais, Artigas fez com que os portenhos abandonassem Montevideú em janeiro de 1815. O líder oriental assumiu o Governo¹⁹⁵⁹, mas não alcançou apoio de toda a elite, com parte da qual se indispôs. Essas rusgas, com Buenos Aires e com elites locais, tiveram grande

¹⁹⁵⁶ Helio Leoncio Martins, 2010, p. 4.

¹⁹⁵⁷ Idem, p. 5.

¹⁹⁵⁸ Fábio Ferreira, 2012, p. 56

¹⁹⁵⁹ Idem, p. 57.

influência posterior, na ocupação e gestão portuguesa do território¹⁹⁶⁰. Helio Leoncio Martins resume a situação da região no início de 1815:

As Províncias Unidas em grande desordem política e tendo abandonado a Banda Oriental, com operações militares no norte, sem capacidade de enfrentar Artigas, que estava com toda a força, influenciando mesmo em três províncias da União. Buenos Aires procurava um Governo que assumisse quando a União tivesse independência total, o que se aproximava, aceitando um príncipe estrangeiro, até da Casa de Bragança (ou Inca!). (...) Há insinuações históricas de que o Governo de Buenos Aires tenha pedido a invasão à Corte do Rio de Janeiro¹⁹⁶¹.

Com interesses estratégicos na região e uma conjuntura política instável que atingia as fronteiras de seu Reino, D. João VI organizou nova invasão da Banda Oriental. Estudos como o de e de Fernando Comiran¹⁹⁶² apontam a “anarquia” na região, especialmente pelas ações de Artigas, como o impulso determinante para a operação militar. “A prova dos seus excessos (de Artigas) é que os primeiros combates se deram em território brasileiro, isto é Santana, São Borja, Ibiracoái e vários outros”¹⁹⁶³.

Há diferentes interpretações, no entanto, sobre os objetivos da ocupação. Fernando Comiran aponta relação entre a ocupação da Banda Oriental com pendências na península ibérica (ocupação espanhola de Olivença, no contexto das guerras napoleônicas), que eram discutidas nos congressos diplomáticos em curso, pós-período napoleônico¹⁹⁶⁴. Assim, para o autor, “talvez esteja na política ibérica o verdadeiro

¹⁹⁶⁰ “Destaca-se que as medidas de Artigas iam no sentido oposto ao dos grandes proprietários. O líder oriental deixava, assim, o terreno aberto para a ocupação portuguesa e para a composição política entre estancieiros e portugueses. Estes proprietários uniram-se, em uma junta, em 11/08/1815, e anelavam a pacificação da campanha, a sujeição dos rebelados que apoavam Artigas e, por fim, ações que garantissem a posse do gado. Futuramente, ao entrar no território oriental, Lecor compromete-se a atender esses anseios”. Fábio Ferreira, 2012, p. 58.

¹⁹⁶¹ Também Fernando Comiran aponta que “neste sentido, o governo de Buenos Aires, mesmo avesso a qualquer política de conquista estrangeira, via na provável ocupação portuguesa na Banda Oriental uma possível forma de aniquilar com as forças artiguistas. De certo modo, havia uma convergência de interesses entre Buenos Aires e Portugal: o de combater a ameaça federalista alardeada por Artigas e seu Protetorado”. In: COMIRAN, Fernando. “Portugal no Uruguai: um debate sobre a intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai (1816)”. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. http://www.snh2011.anpuh.org/recursos/anais/14/1300893727_ARQUIVO_ANPUH2011_PortugalnoUruguai-umdebatesobreaintervencaoportuguesaanaBandaOrientaldoUruguai-1816.pdf (acesso em 14/08/2014). P. 7.

¹⁹⁶² Fernando Comiran, 2011.

¹⁹⁶³ RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Organização de Lêda Boechat Rodriues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. P. 112.

¹⁹⁶⁴ Palmella, segundo Comiran, liderava a missão diplomática em Viena e “encontrava-se em profundo impasse. Ao reivindicar a retomada do território de Olivença abria caminho para o pleito espanhol de recuperar as Missões Orientais do Uruguai. O intuito do diplomata era tornar tal episódio um elemento de

interesse lusitano em ocupar a Banda Oriental do Uruguai”¹⁹⁶⁵. Já Helio Leoncio Martins registra instruções dadas ao comandante da expedição militar portuguesa, Carlos Frederico de Lecor, em 6 de junho de 1816, na qual estaria clara a intenção de D. João VI de instalar a soberania portuguesa sobre a Banda Oriental¹⁹⁶⁶. Essa segunda interpretação, aliás, se relaciona à tradicional visão que Portugal tinha daquele território, considerado sua “fronteira natural”. Independentemente dos objetivos iniciais da operação, a invasão portuguesa da Banda Oriental traduziu-se no tempo pelo desejo de uma ocupação permanente.

A preparação para a invasão portuguesa iniciou-se ainda em 1814, com a organização da tropa. Pela ordem de 7 de dezembro de 1814, foi estabelecido um Corpo de Exército de Portugal, denominado “Divisão de Voluntários d’El Rei”, que viajou ao Brasil com a Divisão Auxiliadora, ao longo de 1815-1816. Parte da Divisão ficou no Rio de Janeiro e outra parte partiu diretamente para o Prata. Era composta por 2 batalhões de Caçadores – denominados Voluntários Reais (e, posteriormente, Voluntários d’El Rei), 3 esquadrões de cavalaria e 1 companhia de artilharia, totalizando 4.831 homens¹⁹⁶⁷. A tropa que desembarcou no Rio de Janeiro desfilou para D. João VI, em episódio que ficou registrado pelo pintor Debret¹⁹⁶⁸.

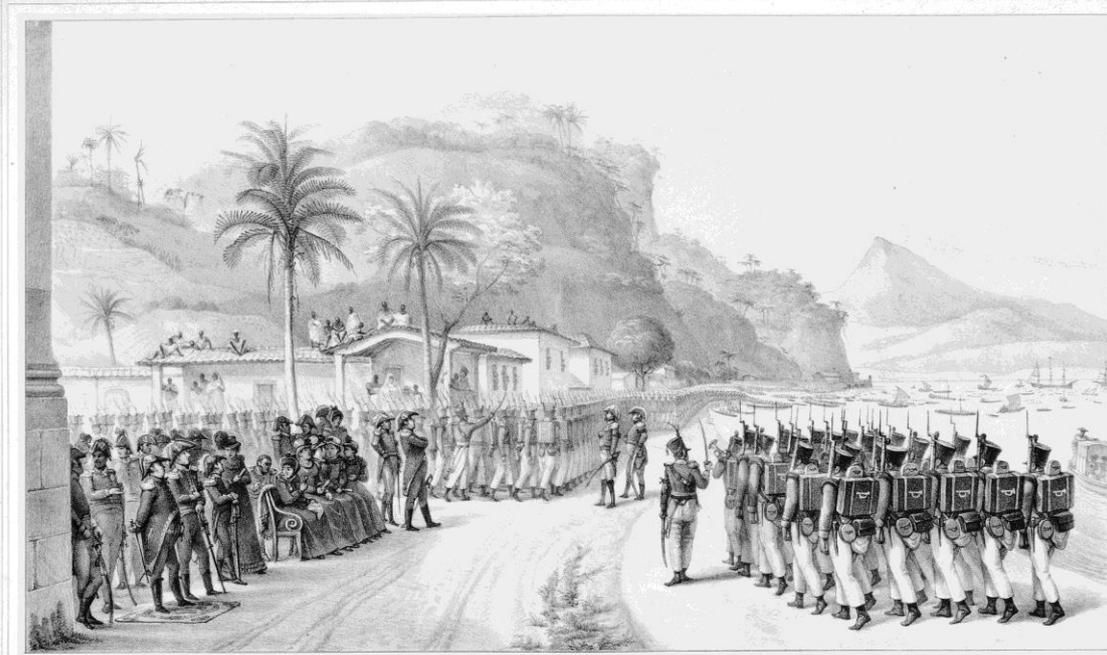
“barganha” nas negociações com a Espanha. Assim, poderia sugerir a troca de Olivença pelo território recém-conquistado, desde que ainda não se tivesse firmado com Buenos Aires a tão comentada “saída monárquica” na região platina”. A ação de Palmella após a invasão portuguesa será retomada abaixo. Op. cit., p. 8.

¹⁹⁶⁵ 2011, p. 1.

¹⁹⁶⁶ “Sua Majestade decidiu mandar ocupar a cidade de Montevideu e os territórios deste lado do Rio Uruguai e instalar capitania com um Governo separado e interno enquanto convenha à segurança de nossas fronteiras”. Apud Helio Leoncio Martins, op. cit., p. 7.

¹⁹⁶⁷ Gustavo Barroso, 2000, p. 34.

¹⁹⁶⁸ In: *Brasiliana* – USP. www.brasiliana.usp.br



J. B. Deberet del.

Lith. de Thierry Frères Succ^{rs} de Engelmann & C^o.

EMBARQUEMENT DES TROUPES A PRAHIA GRANDE,
pour l'Expédition contre Monte-Video.

Outra parte do contingente que atuou na Banda Oriental foi recrutada no próprio Reino do Brasil, especialmente no sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Também havia tropas de Pernambuco, que partiram para o sul após o fim da revolução de 1817¹⁹⁶⁹. Eram em torno de 2 mil homens, incluindo oficiais, dentre os quais o General Bernardo da Silveira Pinto, e duas figuras importantes da história do sul do País: Bento Manuel e Bento Gonçalves¹⁹⁷⁰.

Segundo mapa de tropas enviado pelo Ministro da Guerra de Portugal às Cortes de Lisboa¹⁹⁷¹, em 26 de março de 1822 a Cisplatina contava com 8.129 homens e 3.733 cavalos. Destes 3.678 eram da Divisão de Voluntários Reais, um número um pouco distinto do quadro inicial da Divisão, que chegara à Banda Oriental com 4.831 soldados. Essa disparidade poderá se referir às movimentações, baixas e outras medidas rotineiras em um processo longo de ocupação e posterior incorporação daquele território ao Reino português. As demais tropas, de Províncias brasileiras, totalizavam 4.416 soldados.

Essas tropas americanas permaneceram longo tempo no local, a ponto de a Assembleia Constitucional do Rio de Janeiro discutir, ao longo de julho de 1823, a

¹⁹⁶⁹ Oliveira Lima, 1997, p. 260.

¹⁹⁷⁰ J. B. Magalhães, 2001, p. 231

¹⁹⁷¹ Sessão de 20 de agosto de 1822. In: Atas das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa. Vide também, como mencionado no Capítulo V, José Honório Rodrigues, 2002, p. 217.

situação dos soldados paulistas, que já haviam ultrapassado seu tempo de serviço (dois anos). Os Deputados Paula Mello¹⁹⁷² e o Deputado Vergueiro¹⁹⁷³ se referiram à força de mais de mil paulistas que estariam na Cisplatina, Vergueiro adicionando a essa tropa de 1ª. linha mais 800 milicianos, sem contar outras “companhias de guerrilhas”, vindas de Curitiba. No dia 31 de julho de 1823, o Deputado Nogueira da Gama defendia a continuada presença dessas tropas e reforçava a imagem de que a ação luso-brasileira na Cisplatina era principalmente defensiva, contra os inimigos do Brasil, que incluíam elementos das ex-colônias espanholas e os portugueses. Nogueira da Gama insistia, assim, na necessidade das tropas paulistas, para terminar com a expulsão dos portugueses e para manter o “theatro da guerra fora do nosso território”¹⁹⁷⁴. A composição mista de tropas continentais e americanas, ao longo da presença portuguesa na Banda Oriental, seria dado importante, na região, para o processo Guerra de Independência do Brasil.

¹⁹⁷² Sessão de 17/06/1823. In: Diário da Assembleia Geral e Constituinte.

¹⁹⁷³ Sessão de 30/07/1823. In: Diário da Assembleia Geral e Constituinte..

¹⁹⁷⁴ “Quando pela vez primeira se fizarão marchar Tropas para o Sul, geralmente se pensou, que a campanha seria de muito pouca duração, segundo a face que apresentavão os negócios de Buenos-Ayres, e Monte-Video de modo que até se marcavão então os mezes que serião necessários para se conseguir a tranquilidade d’aquellas Provincias, de que tanto dependia o socego da Provincia do Rio Grande de S. Pedro continuamente inquietada pelas Tropas de Artigas, que a não serem desbaratadas, estenderião suas incursões, e commetterião routos até ás vizinhanças. (...) Poder-se-ha dizer que se devia tratar somente de defender a fronteira do Rio Grande, sem fazer marchar nossas Tropas para fora dos nossos limites: mas isto só dirá quem não tiver conhecimento Topografico daquela Provincia, e se esquecer da imensa linha, que forma a nossa fronteira, e que só poderia ser defendida com um muito considerável numero de Tropas, para poder obstar ás correrias de nossos inimigos, se tal fosse possível, á vista do sistema com que se faz a guerra no Sul. Estou persuadido de que não foi com espirito de conquista, e de aumento de território, que se mandarão nossas Tropas á Montevideo, e á Colonia do Sacramento: foi para buscarmos maior facilidade de destruir, ou ao menos conter nossos inimigos com muito menor numero de Soldados, e por consequência com muito menor despeza e sacrificios do Brasil: foi também com vistas de estabelecer o teatro da guerra fora do nosso território, no que sempre se ganha a favor dos estabelecimentos rurais, ainda contando-se com a mais exacta disciplina e subordinação da Tropa. Quanto a terem marchado Tropas da Provincia de S. Paulo, com a promessa, como se acaba de dizer, de voltarem no fin de dous anos, promessa que se não cumprio, pois que ainda existem no Sul, não posso deixar de admirar a facilidade com que se nota esta falta, e se pertende exigir o prompto cumprimento de semelhante promessa, o que envolve não pequena increpação ao Governo, sem primeiramente se saber, qual foi o motivo da demora, e se não resultarião males consideráveis para o Imperio, fazendo-se recolher as Tropas de S. Paulo, para serem substituídas por outras. Quando o Governo prometteo, que dentro de dous anos se recolherião estas Tropas, não teve certamente a menor tenção de entanar; naquele tempo, como já disse, todos pensarão que a duração da guerra seria de poucos mezes, e fazendo-se uma promessa com latitude de dous anos era bem de esperar, que podesse ser cumprida: se falharão as esperanças do Governo, se errarão todos os que contavão com a brevidade da decisão dos negócios do Sul, he manifesta injustiça o increpar de má fé o procedimento: certamente não houve tenção premeditada de enganar os honrados Paulistas; nem por mero caprixo: seria em verdade um grande erro, o fazer retirar agora as valentes Tropas Paulistanas da Campanha do Sul, onde tão grandes serviços tem feito com gloria e credito do valor Brasileiro, para serem substituídas por outras sem conhecimentos do local, e não afeitas ao clima, devendo-se esperar que antes de poucos mezes sejam expulsados de Montevideo os Lusitanos nossos inimigos (...)” In: Diário da Assembleia Geral e Constituinte. Ata de 31/07/1823.

Em 1816, as tropas de D. João VI enfrentaram a resistência de grupos orientais já na passagem da fronteira da Banda Oriental¹⁹⁷⁵. Após escaramuças ao longo do caminho, lograram entrar pacificamente em Montevidéu, em 20 de janeiro de 1817, após acordo com o Cabildo local. A tomada de Montevidéu não significou, no entanto, o fim da luta. Os combates continuaram, na verdade, até 21 de janeiro de 1820, na batalha de Taquarembó¹⁹⁷⁶. As tropas luso brasileiras foram constantemente reforçadas e apoiadas por elementos da Marinha que atuaram na região. Com a derrota de Artigas e com a conquista de Lecor, segundo Fábio Ferreira:

“A monarquia lusa desferiu um duro golpe no segmento mais radical da revolução platina, adquire um ponto estratégico relevante para a segurança e a defesa do Brasil, mais especificamente do Mato Grosso e do Rio Grande e, ainda, apropria-se de um território de grande riqueza pecuária”¹⁹⁷⁷.

O Comandante militar por trás da ação portuguesa sobre a Cisplatina, como citado anteriormente, foi o General Carlos Frederico Lecor, nascido em Portugal, em 1764. Era militar experiente das guerras napoleônicas, nas quais havia adquirido grande reputação, inclusive junto aos comandantes ingleses¹⁹⁷⁸. Liderança respeitada na tropa, o posicionamento de Lecor no conflito entre as Cortes de Lisboa e o Rio de Janeiro – em contraposição a seu subordinado, D. Álvaro da Costa – seria de grande importância para o Império brasileiro.

Na avaliação de Fábio Ferreira, a figura de Lecor é pouco valorizada no Brasil, talvez pelo fato de que, “fortemente vinculado ao projeto cisplatino, ou seja, de transformar o que é hoje o atual Uruguai em parte dos domínios bragantinos”, Lecor ficou associado com os resultados posteriores, desfavoráveis ao Império. Mas, ressalta o autor, a situação no início daquela década de 1820 era muito distinta do que veio depois. Pela importância estratégica da região e pela gravidade do conflito que lá ocorreu, “é

¹⁹⁷⁵ Vide José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus, 1995.

¹⁹⁷⁶ Helio Leoncio Martins, 2010, p. 12.

¹⁹⁷⁷ FERREIRA, Fábio. “A atuação do General Lecor na incorporação de Montevidéu e sua campanha à monarquia portuguesa: as divergentes interpretações historiográficas no Brasil e no Uruguai”. 2010. In: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H5-01.pdf> (acesso em 13/08/2014). P. 3

¹⁹⁷⁸ “No mês de setembro, mês da batalha do Buçaco, mais uma vez Wellesley orientava Hill através de seus despachos para entrar em contato com Lecor e que este era o mais capacitado a dar ao britânico as melhores informações acerca dos movimentos do inimigo em solo luso. Mais uma vez, detecta-se a confiança que Lecor angariou para si na interação com os ingleses, bem como a sua eficiência no teatro da guerra”. Idem, p. 19.

provável que se o projeto de estender o Brasil ao Prata tivesse vingado, houvesse espaço para Lecor na galeria de heróis nacionais”¹⁹⁷⁹.

O Comandante das forças portuguesas, instruído por D. João VI, não limitou sua ação à esfera militar. Desenvolveu todo um trabalho político no Governo da Banda Oriental e na delicada relação com os orientais. Lecor alcançou, nesse processo, apoio de parte da elite uruguaia, “descontente com a política artiguista; defecções importantes entre os seguidores de Artigas, como a de Fructuoso Rivera, deram mais força aos portugueses”¹⁹⁸⁰. Muitos desses aliados já eram figuras importantes, ligadas à Espanha ou mesmo a Artigas. Permaneceram em destaque mesmo após a independência uruguaia, como foi o caso de Rivera. Também foram incentivados casamentos entre portugueses e orientais, tendo o próprio Lecor casado-se com senhora da sociedade local.

Há controvérsias sobre a maneira como Lecor alcançou essa aliança com parte dos orientais. Foram distribuídos títulos, condecorações e feitas promoções na administração pública, o que foi interpretado por alguns como meios de “comprar” alguns orientais. Oliveira Lima utiliza tom crítico, em seu *O Movimento da Independência*, a todo o processo de ocupação da Banda Oriental¹⁹⁸¹. A interpretação dos atos de Lecor, ecoa, na verdade, debates posteriores sobre a história do Uruguai. Independentemente dos modos, o comandante das forças portuguesas teve algum sucesso nas ações políticas com os orientais, no sentido do “enraizamento da presença lusa na região”¹⁹⁸². Não foram eliminados, no entanto, os opositores, incentivados por Artigas, por Buenos Aires e, depois, pelos próprios portugueses que resistiam ao Rio de Janeiro.

Paralelamente às ações políticas e militares de Lecor na Banda Oriental, continuou a desenvolver-se no Rio de Janeiro e na Europa um intenso esforço diplomático sobre a questão cisplatina. A Espanha não aceitou a conquista e realizou gestões junto às potências europeias, que tentaram atuar como mediadoras do conflito¹⁹⁸³. Cabe lembrar, como mencionado acima, que as autoridades portuguesas

¹⁹⁷⁹ Idem, p. 29.

¹⁹⁸⁰ José Honório Rodrigues & Ricardo Seitenfus, 1995, p. 56.

¹⁹⁸¹ 1997, p. 257.

¹⁹⁸² FERREIRA, Fábio, “O discurso dos deputados orientais na criação do Estado Cisplatino”. In: Anais Eletrônicos do VII Encontro internacional da ANPHLAC. Campinas, 2006. In: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/fabio_ferreira_0.pdf (acesso em 02/03/2014). P. 1.

¹⁹⁸³ Em carta a D. Antonio Saldanha, de 10/11/1817, Palmella informa que o Ministro da Prússia e Encarregados de Negocios de outras quatro potências dirigiram nota comum à Chancelaria portuguesa,

trataram, paralelamente à questão da Banda Oriental, o caso de Olivença, ocupado pelos espanhóis durante as guerras napoleônicas.

Em suas memórias, o Conde de Palmella registrou importantes elementos da visão portuguesa e dos trabalhos diplomáticos realizados sobre a situação da Banda Oriental. A obra reproduz troca de notas entre o Marquês de Aguiar, representante português em Madri, e as autoridades espanholas, nas quais se registram as alegações de que o Governo português ocupara a Banda Oriental em razão do estado de anarquia que lá reinava e das ameaças às fronteiras brasileiras¹⁹⁸⁴. Em carta a D. Antonio de Saldanha da Gama, de 09 de setembro de 1817¹⁹⁸⁵, Palmella afirmava que “o grande negocio, que ocupa agora as atenções d’este Governo é o da America hespanhola”. Relatava o Conde as ações espanholas junto às Cortes europeias, inclusive pedidos de apoio contra as revoltas, a ponto de Palmella avaliar que “para obter esse fim (a Espanha) até se lhe não daria de repartir algumas das suas colônias entre as grandes potencias”.

A mediação europeia, no entanto, teve pouco resultado prático, além de pender a favor de Portugal. Em nova comunicação a D. Antonio Saldanha, em 10 de abril de 1819¹⁹⁸⁶, Palmella avaliava que os mediadores estavam “inclinando a nosso favor”. Por essa razão, planejava com o Marquês de Marialva a entrega de ultimatum à Espanha, exigindo uma indenização mensal, “por todo o decurso do tempo que tardar ainda em fazer tomar posse do seu território”. Na avaliação de Palmella, essa indenização cresceria a ponto de ser impossível pagá-la. Uma alternativa espanhola seria o envio de uma missão militar, contra a qual o Rio de Janeiro resistiria. Nas duas alternativas, segundo a estratégia de Palmella, Portugal adquiriria o direito de manter a Banda Oriental.

A expedição espanhola não ocorreu, assim como não prosperou a causa desta perante as potências europeias, que não foram além de tentativas de mediação. Com esse cenário diplomático favorável, com o aprofundamento das relações políticas e sociais entre portugueses e orientais, e com a derrota de Artigas em 1820, o caminho se

“fazendo representações contra a sahida de alguns reforços que se mandaram para Mondevideu. (...) Com que temos já a conferencia do Rio de Janeiro como a de París!”. 1851, p. 42.

¹⁹⁸⁴ “O Governo do Brasil foi obrigado a renovar a guerra que o armistício (de 1811) tinha suspenso, por causa da revolta de Artigas contra a Junta de Buenos-Ayres, por causa da desorganização total em que se achava a província de Montevideu; por causa da pilhagem e das hostilidades commettidas por Artigas nas fronteiras do Brasil; e pela necessidade urgente, e pelo incontestavel direito de preservar as mesmas fronteiras dos princípios revolucionários”. 1851, p. 29.

¹⁹⁸⁵ 1851, p. 39.

¹⁹⁸⁶ Idem, p. 48.

mostrava livre para que a Coroa portuguesa finalmente ampliasse seu território para incluir a Banda Oriental.

Nesse sentido, D. João VI ordenou, em 16 de abril de 1821, a realização de Congresso na Banda Oriental, cujo objetivo era de os orientais decidirem o futuro do território. Segundo Fábio Ferreira, a sociedade oriental vivia, nesse momento, “relativa paz, conseguindo, inclusive alguma recuperação econômica”¹⁹⁸⁷. Os setores produtivos também se interessavam em definir a situação com os portugueses, ao passo que, para o Governo de D. João VI, o evento permitiria legitimar, de uma vez por todas, a ocupação.

O Congresso iniciou suas atividades em 15 de julho de 1821, com 12 dos 18 Deputados originalmente previstos¹⁹⁸⁸. As discussões deveriam levar à escolha de uma de três opções: incorporação ao Brasil, incorporação às Províncias Unidas do Prata, ou independência. Os parlamentares favoráveis à primeira opção se apoiaram no risco de anarquia e nas dificuldades de se manter como Estado independente. O Deputado Larrañaga, como aponta Fábio Ferreira, “conclamou os deputados a afastarem a guerra e a desfrutarem da paz e da tranquilidade através da união da província à monarquia portuguesa”¹⁹⁸⁹.

Os sucessos militares e políticos de Lecor se traduziam, assim, no apoio dos Deputados orientais, que, em 18 de julho 1821, votaram de forma unânime pela incorporação à Coroa portuguesa. Foi redigida carta para a incorporação, que buscava preservar as particularidades da Banda Oriental no contexto do Estado português¹⁹⁹⁰. Em 31 do mesmo mês, Lecor aceitou a decisão em nome de D. João VI. Em 5 de agosto, foi realizado o juramento ao Rei de Portugal.

Impulsionado pelo momento liberal e convocado no apagar das luzes do Governo carioca de D. João VI (dez dias antes de sua partida do Rio de Janeiro), o Congresso resultou na incorporação da Banda Oriental ao Reino do Brasil, tornando-se a Província da Cisplatina. A medida, vislumbrada como meio de pacificação, não atingiria esse objetivo central, pois logo seria tragada pela batalha da Independência do Brasil e, na sequência, pela guerra entre o Império e as Províncias Unidas, que resultou no Uruguai independente.

¹⁹⁸⁷ 2006, p. 2.

¹⁹⁸⁸ Fábio Ferreira, 2006, p. 3.

¹⁹⁸⁹ 2006, p. 6.

¹⁹⁹⁰ Idem, p. 7.

2) ENTRE LISBOA E RIO DE JANEIRO

A nova Província da Cisplatina chegou à família portuguesa em momento de grande agitação política e teria, ao fim do complexo e longo processo de afunilamento das opções, que realizar a opção entre Lisboa ou o Rio de Janeiro, como as demais. Com o agravante da forte presença de tropas, de origem continental e americana, além das movimentações não extintas daqueles que desejavam transformar a Cisplatina em ente independente ou vinculado às Províncias Unidas do Prata. Nesse ponto estratégico da região, mais de uma disputa foi jogada naquele período.

A relação entre tropas europeias e americanas já era tensa em fins de 1820 e início de 1821, antes mesmo da realização do Congresso de Montevidéu. Ficou pior ainda a partir de 1º de dezembro de 1820, com a decisão de D. João VI de incorporar os Voluntários Reais ao Exército do Brasil¹⁹⁹¹. A insatisfação das tropas portuguesas foi grande, já em contexto no qual não eram incomuns motins e desordens causados pela tropa. Reclamava-se, principalmente, dos atrasos no soldo.

Foi nesse clima que a notícia da Constituinte portuguesa chegou à região. Em 20 de março de 1821, na ainda ocupada Banda Oriental, a oficialidade apresentou seu juramento à Constituição portuguesa. No manifesto sobre o juramento, também se voltou a protestar contra o decreto de sua incorporação ao Exército do Brasil. Pedia-se, ainda, a retirada da Divisão de Montevidéu¹⁹⁹². Os oficiais portugueses, no contexto da publicação desse manifesto, pressionaram para que Lecor igualmente jurasse a constituição e que D. João VI retornasse a Portugal. As tropas de origem brasileira, no entanto, demoraram mais tempo a aderir às medidas¹⁹⁹³, assim como Lecor.

¹⁹⁹¹ “Manda desligar do Exercito de Portugal a Divisão de Voluntarios Reaes de El-Rei que fica pertencente ao Exercito do Brazil”. In: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1820, Página 108 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). In: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39075-1-dezembro-1820-568664-norma-pl.html (acesso em 21/08/2014).

¹⁹⁹² “A Divisão dos Voluntários Reaes d’El-Rei, animada dos mesmos sentimentos, que tem manifestado o Exercito de Portugal, de que ella faz parte integrante na Santa Causa da Regeneração Política da Nação, jura a Constituição, que as Cortes daquelle Reino vão formar, e que o mesmo Exercito jurou; unindo desta maneira os seos votos aos dos seos Irmãos d’armas, para consolidarem a felicidade Nacional. (...) A Divisão faz o seo protesto authentico contra o Decreto, que desliga esta porção de Tropas do Exercito de Portugal; pois que ella não póde, nem deve prescindir do direito, que tem, de ser considerada como hum destacamento dele, segundo as promessas do seo Augusto e Amado Soberano (...) Esta Divisão espera, que El-Rei, e a Nação, atendendo aos seos serviços, e ao longo espaço de tempo, que está ausente de Portugal, a faça regressar áquelle Reino com a brevidade possível, mandando-a render por outro Corpo de Tropas”. In: LISBOA, José da Silva. *Historia dos Principaes Successos Politicos do Imperio do Brasil, dedicada ao Senhor D. Pedro I.* Parte X. Rio de Janeiro, Typographia Imperial Nacional, 1829. In: Brasiliana USP, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00858810> (acesso em 29/08/2014). P. 165.

¹⁹⁹³ FERREIRA, Fábio. “A administração Lecor e a Montevidéu Portuguesa: 1817-1822”. In: *Revista Tema Livre*. In: <http://www.revistatemalivre.com/lecor10.html> (acesso em 21/08/2014).

A tensão entre os dois lados apenas cresceu a partir de 1821, impulsionada dentre outros pelo Coronel Claudino Pimentel¹⁹⁹⁴, que liderara a proclamação de 20 de março e que continuou no movimento de reivindicação portuguesa, que pretendia reforçar o vínculo com as Cortes. A convocação do Congresso Cisplatino por D. João VI se inseriu, desse modo, em contexto de agitação política e controvérsia sobre a presença portuguesa na Cisplatina e em grande medida buscava oferecer resposta ao caso, estabelecendo quadro jurídico que solucionasse também o impasse interno na Província.

Em razão das crescentes disputas, os oficiais portugueses que reivindicavam a vinculação com Lisboa criaram um Conselho Militar. Este acabou presidido por Lecor, que ainda se mostrava favorável à política de Lisboa, para tratar da disciplina¹⁹⁹⁵. O Conselho, na verdade, se tornaria veículo de representação dos corpos da Divisão de Voluntários¹⁹⁹⁶ e constituiria a principal fonte de manifestos a favor de Lisboa e contra o Rio de Janeiro. Lecor estava em sua presidência principalmente por ser o Chefe, não por compartilhar necessariamente os mesmos anseios.

A adesão às Cortes marcou, ademais, a incorporação da Cisplatina em todo o imbróglio político que se passava dos dois lados do Atlântico em torno do projeto de construção do novo Estado português. Ainda no ano de 1821, como visto, a tensão entre tropas continentais e americanas já era grande.

Lecor enfrentava, para piorar, interpelações de Lisboa sobre a incorporação da Cisplatina, ilustradas especialmente pelas exigências de Silvestre Pinheiro para que o Comandante se explicasse quanto ao procedimento do Congresso de Montevidéu. Findo 1821, ano que marcou o momento de maior passividade de D. Pedro, o início do conflito do Rio de Janeiro com as Cortes aguçou o clima de tensão que já existia entre as tropas europeias e americanas, estas em sua maioria do Centro-Sul e Sul, ou seja, mais próximas ao Rio de Janeiro.

Duas relações paralelas se desenvolveram: tanto Lisboa quanto o Rio de Janeiro empreendem um diálogo direto com Lecor e a Cisplatina, e, com o avançar da disputa, procuram ganhar adesões no seio da tropa. A primeira relação, com Lisboa, foi a mais complicada. Hélio Leoncio Martins sugere que a posição de D. João VI, apesar de ter ordenado a realização da consulta, não foi necessariamente favorável à incorporação da

¹⁹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁹⁵ Hélio Leoncio Martins, 2010, p. 12.

¹⁹⁹⁶ Fábio Ferreira, 2012, p. 143.

Cisplatina¹⁹⁹⁷ ao Reino. Chanceler de D. João VI na volta a Lisboa, Silvestre Pinheiro Ferreira efetivamente posicionou-se contra a incorporação, enviando dois ofícios a Lecor, em dezembro de 1821, manifestando “indignação à anexação” e solicitando exposição dos fatos¹⁹⁹⁸. Nem D. João VI, nem as Cortes jamais ratificaram a incorporação da Cisplatina, ainda que a nova Província tenha elegido um Deputado às Cortes de Lisboa, D. Lucas José Obes. Este nunca chegou a Lisboa¹⁹⁹⁹, pois, fazendo escala no Rio de Janeiro e consultando D. Pedro, estimou este que era melhor que o oriental permanecesse na capital carioca. D. Lucas Obes se tornou, no momento seguinte, importante figura na gestão dos temas da Cisplatina no Rio de Janeiro e membro do Conselho de Procuradores convocado por D. Pedro.

A resposta de Lecor a Silvestre Pinheiro foi enviada em 29 de março de 1822²⁰⁰⁰. O Comandante português referiu-se às críticas de ter prejudicado as relações com a Espanha e de ter criado um “simulacro” de Assembleia para a incorporação da Província, que teria sido objetivo pessoal de Lecor e não interesse do Rei. Respondeu ter cumprido suas instruções, inclusive as enviadas pelas Cortes, em 16 de abril de 1821, e defendeu a validade do Congresso. Reiterava, ainda, sua vassalagem ao Rei. Lecor registrou o envio de documentos sobre suas medidas, os quais auxiliariam o Governo a entender o caso. Apontou, também, para a influência de outras nações no caso”:

“a parte lesada sempre se queixa, e as queixas dela nunca fazem regra; e como na Incorporação desta Província aos Dominios Portuguezes não é lesada so a Hespanha (...) é necessário estar de cautela contra o que digam outras Potencias acaso mais prejudicadas nisto que a mesma Hespanha, porque queriam este Paiz para si, outras porque sendo nosso não lhe rende tantos lucros”²⁰⁰¹.

A referência indireta recai principalmente sobre o Reino Unido, que tinha interesses estratégicos diretos na região. Nova correspondência do Comandante português no Prata foi enviada a Silvestre Pinheiro em 22 do mesmo mês, na qual reiterava sua defesa das medidas adotadas.

As Cortes Gerais discutiram, nesse período, a presença das tropas na Cisplatina. Alguns Deputados defendiam, já em 1821, que as forças portuguesas fossem retiradas

¹⁹⁹⁷ 2010, p. 15.

¹⁹⁹⁸ Fábio Ferreira, 2012, p. 132.

¹⁹⁹⁹ Oliveira Lima, 1997, p. 261.

²⁰⁰⁰ In: Fábio Ferreira, 2012, p.136.

²⁰⁰¹ Apud Fábio Ferreira, 2012, p. 138.

da região. Outros desejavam que as tropas fossem enviadas à Bahia, ponto que se tornou o centro da causa das Cortes no Brasil, em contraposição ao Rio de Janeiro.

Essa preocupação com o risco do reforço das tropas na Bahia com os Voluntários de el'Rey se manteve do lado brasileiro por todo o conflito. Madeira, como já observado no Capítulo anterior, efetivamente manteve correspondência com D. Álvaro da Costa e cogitou a transferência de suas forças para Salvador²⁰⁰², medida que também foi analisada pelas Cortes. A atuação da Marinha brasileira se tornava, nesse caso, ainda mais importante do que o simples cerco que se deu a Montevidéu. Ela foi o único meio de garantir que a operação de transferência – cujas implicações para a guerra na Bahia poderiam ter sido importantes – não ocorresse.

A Bahia, cabe ressaltar, mantinha relações comerciais com o Prata e com a Cisplatina²⁰⁰³. As combinações entre essas duas Províncias se colocava, naquele ano de 1822, como importante ameaça contra o Rio de Janeiro, ainda em processo de consolidação de sua autoridade no próprio seio das Províncias Colligadas. Em dezembro de 1822, antes de fechado o cerco a Montevidéu, como se verá abaixo, discutiu-se em Salvador²⁰⁰⁴ a possibilidade de envio de parte da Esquadra sob o comando do Almirante João Félix para auxiliar os Voluntários Reais. A decisão, após conselho dos principais oficiais de marinha, foi de privilegiar a defesa de Salvador, não enviando o reforço para o Sul. Este, se tivesse se efetivado, teria se colocado como forte adversário às tropas pró-Rio de Janeiro e complicado ainda mais a situação na Cisplatina. Os múltiplos teatros de guerra e a ausência de reforços europeus prejudicava a estratégia dos partidários das Cortes.

²⁰⁰² Os entendimentos entre os comandantes portugueses na Cisplatina e na Bahia também são relatados por Aline Pinto Pereira. A autora registra correspondência recebida por Luís Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, então Ministro da Guerra português, de 19/10/1822, a qual relatava que o “General Madeira tem proposto aos comerciantes para trazerem para cá a tropa que ocupa a Praça de Montevidéu e lhes deu prazo até dia 21 do corrente para considerarem sobre ela, mas ainda não sabemos qual será o resultado”. In: PEREIRA, Aline Pinto. *A Monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e a formação do Estado no Brasil*. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. In: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1390.pdf> (acesso em 21/08/2014). P. 89.

²⁰⁰³ Sobre esse relacionamento comercial vide JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e guerra cisplatina (1822-1831)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005. In: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11345/1/Dissertacao%20Lucas%20Junqueiraseg.pdf> (acesso em 22/08/2014).

²⁰⁰⁴ Anexo, de 21 de dezembro de 1822, ao OFÍCIO do (chefe de divisão e comandante da Esquadra), João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, sobre operações da Esquadra sob o seu comando e enviando o mapa geral do estado dos navios. In: Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_005, Cx 275 D. 19178 – 22 de dezembro de 1822. Arquivo da Biblioteca Nacional.

Em Lisboa, a questão cisplatina foi debatida com pormenor na sessão de 2 de maio de 1822²⁰⁰⁵, a partir de parecer da Comissão diplomática sobre a eventual evacuação de Montevidéu. Arrolaram-se, entre representantes a favor e contra da retirada dos soldados, argumentos sobre custos, legitimidade da ocupação e, especialmente, o tema da segurança do Brasil. Sobre a incorporação da Cisplatina, a maioria dos parlamentares defendeu a legalidade da posse do território, em alguns casos fazendo longas digressões sobre as disputas – jurídicas e armadas – entre portugueses e espanhóis. A fronteira portuguesa, por direito e fato, terminaria no Prata, visão defendida por muitos Deputados portugueses.

Era, contudo, o tema da segurança que se destacava nas razões dos parlamentares para que Montevidéu permanecesse protegida pelas Forças Armadas portuguesas. O relator do parecer, Deputado Borges Carneiro, se colocava contra a evacuação, sustentando:

Abandonado Monte-Video (sic) nós descuririamos a extensa fronteira de S. Pedro e S. Paulo St. Catharina, e exporíamos estas províncias á renovação das anteriores incursões, que farião os facciosos, logo que se apoderassem de Monte-Video: com o que irritaríamos e poríamos em maior desconfiança os moradores daquellas três províncias, em tempo que só devemos curar desconfianças, mitigar pretendidos agravos, e dar-lhes provas de que nosso animo He manter com elles vínculos de fraternidade e verdadeira união, como entre portuguezes.

A segurança do Brasil era, interessantemente, a mesma razão utilizada por aqueles que advogavam retirada da Província. Para esses deputados, a permanência das tropas em Montevidéu acirraria ânimos e poderia incentivar, ou dar motivos, a incursões de “revolucionários” em território “brasileiro”²⁰⁰⁶. Ademais, arrolavam-se os custos da manutenção das tropas em Montevidéu. Na visão dos defensores da retirada, as tropas de origem local seriam suficientes para manter a segurança da região, podendo os corpos profissionais ser utilizados em outros pontos nos quais fossem necessários.

Apesar das vozes em contrário, a ata de 2 de maio registra apoio majoritário à manutenção de forças em Montevidéu. Dessa discussão observa-se o caráter estratégico que a cidade (e a Província) possuía aos olhos portugueses. O tema ali era geopolítico, não se deixando de lado que o acesso pelo Prata era o caminho mais rápido às

²⁰⁰⁵ *Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, Atas*. In www.debates.parlamento.pt

²⁰⁰⁶ Vide ata da sessão de 02/05/1822, intervenção do Deputado Trigoso. In: *Atas das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*.

Províncias do Mato Grosso e de Goiás. Encaixava-se, ademais, diretamente na questão das relações entre Portugal e Brasil, terminando, ultimamente, a indicar aquela que seria a estratégia portuguesa na Guerra de Independência: posse das duas entradas fluviais para o interior do Brasil (o Grão-Pará estava do lado português) e a manutenção das Províncias ricas do Norte-Nordeste. Todos esses elementos podem ser observados nas intervenções dos Deputados ao longo do debate²⁰⁰⁷.

A decisão inicial foi pela manutenção de tropas. Em agosto de 1822, nova sessão das Cortes se voltou à Cisplatina²⁰⁰⁸. Os debates refletiam a perceptível tensão na Província – inclusive com relação às diferentes facções que formavam os próprios orientais²⁰⁰⁹ – e as alegações de Lecor de que não tinha condições de cumprir as instruções de Lisboa. Houve a autorização para a remoção das tropas, “como entendesse útil e honroso”²⁰¹⁰, sendo que o parecer da Comissão portuguesa negava legalidade ao ato de incorporação da Cisplatina ao Reino do Brasil, por ter sido feita por “método arbitrário do Barão da Laguna”.

A questão cisplatina não se desenvolveu em Lisboa, portanto, favoravelmente à posição de Comandante das forças portuguesas. Lecor perdeu muito de seu prestígio, abalado por motins no interior da Divisão dos Voluntários e pela reação do Executivo

²⁰⁰⁷ *Deputado Fernandes Ribeiro*: Não será a ambição de anexar uma província mais ao vasto reino do Brazil, será a necessidade de garantias para defesa.

Deputado Borges de Barros: (...) não devemos abandonar um povo que quer fazer parte do Reino do Brazil, por tanto da Nação portugueza, consideração muito attendível, mesmo prescindindo o lucro que da província tirarmos, de quanto he essencial para a segurança do Brazil ter por barreira um grande rio, que mostra ser a raia que lhe assignou a natureza, de todas as mais ponderosas razões que se tem extendido nesta e na passada sessão.

Deputado Bastos: (...) em assim como o Pará he chave do Brazil pela parte Norte, Monte Vídeo he pela parte do Sul: e consequentemente não pôde deixar de considerar-se da maior importância para a defeza e segurança do mesmo Brazil.

Deputado Vasconcellos: A minha opinião he que nós não podemos decidir uma matéria tão importante sem que cheguem noticias officiaes do Rio de Janeiro sobre os últimos acontecimentos, que ali tiverão lugar; e sem sabermos positivamente se aquellas províncias querem ou não ficarem unidas com nosco; qualquer medida que se tomar antes de sabermos o verdadeiro estado das províncias do sul he precipitada, e pode trazer grandes inconvenientes; porque abandonando já Monte Vídeo sem consultarmos os interesses dessas províncias, nossos irmãos do Brazil dirão que nós descobrimos as suas fronteiras, e que deixamos expostos ás correiras dos povos os quaes se achão em a maior anarquia.

²⁰⁰⁸ Sessão de 20 de agosto de 1822. In: Atas das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa, op. cit.

²⁰⁰⁹ “Não apparece prova de adhesão subsequente dos povos a este acto, antes o Barão de Laguna confessa estarem os habitantes divididos em partidos, querendo, sim, as pessoas mais instruidas, e conspicuas a união a Portugal, mas que outras se inclinavão, já para formarem um estado independente, já para se unirem á provincia de Buenos-Ayres, já á de Entre ambos os Rios, havendo-se propalado opposição ao acto de união com Portugal, depois delle celebrado, o que o Barão de Laguna attribue com fundamento a intrigas de Buenos-Ayres, eterno inimigo de Monto Video, cujo governo teve modo de ser informado das instrucções de 16 de Abril no Rio de Janeiro, por meio de seu agente naquella corte, muito antes de ellas chegarem ao Barão, a quem erão dirigidas”. Idem.

²⁰¹⁰ José Honório Rodrigues, 2002, p. 220.

português. A conclusão das Cortes pela manutenção, em um primeiro momento, da praça de Montevideú, pouco alterava a situação do então Comandante. Continuavam as demandas por explicações e, meses depois, chegava-se à conclusão da retirada. Na verdade, as Cortes optaram por substituir Lecor já nos primeiros momentos da questão.

Fábio Ferreira sugere que essa medida impulsionou a aproximação de Lecor com o Rio de Janeiro, favorecendo, posteriormente, sua adesão ao novo Império²⁰¹¹. Lecor, nessa interpretação, teria se aproximado de D. Pedro “em virtude dos seus interesses pessoais e do seu grupo político”²⁰¹². De todo modo, a Independência brasileira “abonou Lecor de qualquer explicação para com Portugal” (sobre sua ação para a incorporação da Cisplatina)²⁰¹³, livrando-o da necessidade de maiores explicações, como demandava o Chanceler português Silvestre Pinheiro.

As reações do Rio de Janeiro sobre a Cisplatina foram claramente melhores para Lecor do que as de Lisboa. Paralelamente aos debates com Lisboa, Lecor manteve diálogo com D. Pedro sobre a situação da Província e sobre a importância estratégica da região²⁰¹⁴. Já em 7 de fevereiro de 1822, o militar escreveu a D. Pedro para tratar da conjuntura cisplatina e dos desentendimentos com as Cortes. Lecor sustentou ter cumprido as instruções de D. João VI e defendeu seu posicionamento sobre o Congresso de Montevideú: “não tenho o mais pequeno receito de haver errado, mas o que temo (...) he que se passe por erro o que de certo não o foi”. Insistia, nesse sentido, nas vantagens estratégicas da manutenção da Cisplatina e já alertava D. Pedro sobre a situação dos Voluntários Reais. A reação do Regente foi positiva.

Também na imprensa o movimento político no Rio de Janeiro era mais favorável à política de Lecor. Em 13 de agosto de 1821, o *Revérbero Constitucional Fluminense* celebrou a incorporação da Cisplatina, posição que o periódico de Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo manteve ao longo de 1822²⁰¹⁵. Também o Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, escrevendo em 1829, registrou ter defendido a incorporação da Cisplatina, como se vê em sua *História dos Principaes Successos Politicos do Imperio do Brasil*²⁰¹⁶.

²⁰¹¹ 2010, p. 4.

²⁰¹² Fábio Ferreira, 2012, p. 135.

²⁰¹³ Idem, p. 16.

²⁰¹⁴ Idem, 2012, p. 133.

²⁰¹⁵ Aline Pinto Pereira, 2012, p. 84.

²⁰¹⁶ 1829, p. 165.

Aline Pinto Pereira registra²⁰¹⁷ que D. Lucas Obes, ainda presente no Rio de Janeiro, foi muito ativo em mobilizar os partidários de D. Pedro na resistência tanto à oposição que vinha do Prata, quanto à de Portugal. Crítico de Lisboa, Obes estimava que as Cortes humilhavam o Brasil e incitavam focos de rebeldia no Norte e no Sul. Pouco antes do 7 de Setembro, D. Lucas defendeu que “o Brasil precisava preparar-se para a guerra e armar-se, reestruturando o Exército e a Marinha, em defesa de suas fronteiras”.

A manutenção da Cisplatina era, principalmente, de fundamental importância para os projetos de José Bonifácio de construção de um grande Império na América: “a perda daquele território colocava em risco, por exemplo, o contato do Rio de Janeiro com o Mato Grosso”²⁰¹⁸. O Patriarca da Independência foi, então, o principal articulador dos contatos com a Cisplatina e com Lecor, na busca de convencer o comandante das forças portuguesas a aderirem à causa do Rio de Janeiro.

Já em fins de fevereiro, Lecor comunicou sua adesão à causa do Rio de Janeiro, segundo o relato de Mareschal²⁰¹⁹. O diplomata austríaco recebeu essa informação diretamente do Príncipe, segundo o qual três deputados orientais, destinados originalmente para as Cortes de Lisboa iriam ao Rio de Janeiro e lá ficariam, caso o Príncipe também permanecesse na capital carioca. Esse número informado por Mareschal é distinto daquele mencionado acima, que previa apenas o envio de D. Lucas Obes, que efetivamente chegou ao Rio de Janeiro e atuou como interlocutor de D. Pedro na causa da Cisplatina.

Ainda segundo Mareschal, a notícia do apoio de Lecor era importante, “no sentido que ela é uma prova do partido que adota esse General, a tropa portuguesa não deseja de maneira alguma deixar essa Província onde ela recebe um soldo bem alto e onde os habitantes que temem Buenos Aires querem mantê-la”²⁰²⁰. O apoio de Lecor, termina Mareschal, chegava com outras cartas de apoio de diferentes de Províncias, manifestamente do Pernambuco e do Piauí. Como se viu nas seções anteriores, esse

²⁰¹⁷ 2012, p. 86

²⁰¹⁸ Fábio Ferreira, 2012, p. 36.

²⁰¹⁹ Ofício de 2 de março de 1822, nº 7, letra A. In: Figueira de Mello, 1914, p. 37.

²⁰²⁰ *J'ai été hier faire ma cour à Madame la Princesse Royale dont la santé est toujours parfaite : en traversant les appartements j'ai rencontré le Prince Régent. Il m'adressa la parole et me fit l'honneur de me dire qu'il venait de recevoir un officier venant de la part du Général Le Cor, qui le prévenoit, au nom de la Province de Monte-Video, de son entière adhésion à la Cause du Brésil et de l'arrivée de trois députés, destinés originaiement pour les Cortès mais qui demeureroient à Rio de Janeiro si S.A.R y restoit ; cette nouvelle est importante en ce sens qu'elle est une preuve du parti que prend ce général, la troupe portugaise ne désire point quitter cette Province où elle reçoit une très haute solde et les habitans qui craignent Buenos Ayres désirent la conserver.*

apoio ainda era precário nas duas Províncias. Era ainda também frágil nas próprias Províncias Colligadas, naquele início de março de 1822, no qual a esquadra do Almirante Maximiliano, que trazia tropas portuguesas para o Rio de Janeiro, ainda ameaçava a situação do Regente.

Poucos dias depois, em 5 de março de 1822²⁰²¹, Mareschal relatou conversa na qual D. Pedro teria reclamado da falta de apoio da Cortes e, ao mencionar o caso da Cisplatina, criticou-as por voltar a pensar na hipótese da troca de Olivença pela Banda Oriental (essas informações são anteriores ao debate nas Cortes, mencionado acima). D. Pedro avaliava tratar-se de uma nova “loucura” das Cortes, pois a Província já aderira ao Rio de Janeiro. Ainda segundo o Regente, “teria sido melhor nunca a ter conquistado”, mas não havia como abandoná-la após tudo o que custou. Registre-se que, no mesmo dia do ofício de Mareschal, D. Álvaro da Costa remetia documento a Lecor, emitido pela Junta de Saúde Militar da Divisão de Voluntários Reais, reiterando apoio a Lisboa e “julgando prematuros os rumores sobre possível independência do Brasil”²⁰²².

Do lado do Rio de Janeiro, não houve, portanto, indecisão sobre como lidar com a Cisplatina. José Bonifácio emitiu proclamação em nome de D. Pedro, de 24 de maio de 1822, na qual declara que “sendo o Príncipe Regente Defensor Perpetuo do Reino do Brazil também o é da Provincia Cisplatina no mesmo Reino Incorporada”²⁰²³. O documento referia-se a dois ofícios de D. Lucas Obes, que permanecia no Rio de Janeiro. O primeiro agradecia a permanência do Regente no Brasil e o segundo lhe solicitava que D. Pedro também se declarasse a favor do “Estado Cisplatino”. D. Pedro, desse modo, respondeu a D. Lucas Obes dizendo, no decreto, que também era Defensor Perpétuo da Província da Cisplatina, que foi incorporada ao Reino do Brasil.

No mesmo mês em que Lisboa vacilava em discussões sobre manutenção ou não da tropa em Montevideú, o Rio de Janeiro emitia decisão clara de defender não só a manutenção da Cisplatina, mas também de incorporá-la à causa do Regente. D. Lucas Obes, representando a Cisplatina no Rio de Janeiro, foi signatário, em 3 de junho de 1822, da petição para a instalação da Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro, posicionando-se contra as as Cortes de Lisboa (vide Capítulo IV, terceira parte). A

²⁰²¹ Ofício de 5 de março de 1822, nº 8. Idem, p. 43.

²⁰²² In: Arquivo Ultramarino, Ofício de 5 de julho de 1822. In: AHU-Montevideú, cx. 3, doc. 6 (AHU_CU_065, Cx 3, D. 183).

²⁰²³ In: <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/981/digitalizacao/pagina/1>

Cisplatina teria 2 Deputados na Assembleia, conforme a decisão de 19 do mesmo mês²⁰²⁴.

Se em suas cartas ao Rio de Janeiro Lecor já indicara, desde o início, sua aproximação com D. Pedro, a concretização pública desse apoio tardou alguns meses. Mesmo com o posicionamento do Rio de Janeiro, o General teve dificuldades em adotar abertamente uma posição pró-D. Pedro, especialmente pela ação dos oficiais do Corpo de Voluntários, já mobilizados pela causa de Lisboa, como mencionara Mareschal no ofício citado acima.

Lecor ainda participou de encontros do Conselho Militar que discutiram a situação política portuguesa. Em 28 de junho de 1822, o Comandante Militar da Cisplatina assinou com Álvaro da Costa manifesto sobre o “descontentamento com as atitudes do governo do Rio de Janeiro que propunha a independência”²⁰²⁵. O Conselho Militar, manifestando-se em nome da Divisão dos Voluntários Reais, se dizia “magoado no fundo d’alma pela nova deliberação tomada por quatro províncias do Brasil, e aprovada por sua alteza o príncipe real do Reino Unido”. O documento atribuía a posse da Cisplatina, a qual “se diz coligada com as outras quatro para o novo sistema a que propões o Brasil”, aos esforços das tropas do Reino Unido e dos portugueses. Acusava o Rio de Janeiro de formar “causa separada” de Portugal. Proclamava, ainda, que o Conselho e a Divisão “não temos parte em tão ruinosos planos”, conclamando os Voluntários Reais a manterem seu juramento às Cortes. É difícil precisar qual era, naquele momento, a margem de manobra de Lecor, que parecia vacilar entre indicações de apoio a D. Pedro (expressas especialmente por D. Lucas Obes) e a vinculação ao Conselho Militar, de tendência claramente para as Cortes.

Três dias depois, em carta a José Bonifácio, de 1º de julho de 1822²⁰²⁶, Lecor relatou que situação se mostrava desfavorável a ele, “por me julgarem amigo da separação do Brasil”. Segundo o Comandante, fora exatamente a “exaltação dos espíritos” que fizeram com que se propusesse no Conselho Militar a elaboração e publicação do manifesto. O General registrava não ter tido poderes para impedir sua circulação, lamentando os efeitos de teria seu consentimento àquele documento. Lecor avaliava, ainda, que, para serem eficazes, as ordens de D. Pedro deveriam ter por objeto a retirada das tropas da Divisão, “se é que as correspondências que elas têm com as do

²⁰²⁴ In: <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/985/digitalizacao/pagina/4/>

²⁰²⁵ In: Arquivo Nacional. Coleção Cisplatina, caixa 977, fundo 1ª, 1819-1823.

²⁰²⁶ In: José Honório Rodrigues, 2002, p. 216.

comando do Brigadeiro Madeira na Bahia não influiriam também avessamente nesta medida”.

Conforme a sugestão de Lecor, a reação do Rio de Janeiro chegou em poucos dias e, seguindo o mesmo procedimento adotado no próprio Rio de Janeiro (em janeiro de 1822) e na Bahia, cujo conflito recrudescia naqueles meses de junho-julho de 1822, D. Pedro emitiu Decreto, em 20 de julho de 1822²⁰²⁷, mandando a Divisão de Voluntários Reais d’El Rei regressar a Portugal. No documento, o Regente recordava que D. João VI havia “mandado prometer” à Divisão seu pronto regresso, o que seria realizado quando as circunstâncias permitissem. Determinou, então, o regresso da tropa, ordenando que não recebessem pagamento os soldados que descumprissem a ordem. Autorizava, ainda, o Barão da Laguna (Lecor) a conceder baixa aos soldados que desejassem ficar (não como militares), referindo-se ao Comandante das tropas como “Commandante em Chefe do Exercito do Sul”.

Por essa menção, observa-se a força do apoio que o Rio de Janeiro conferiu a Lecor, o qual foi reiterado em decreto de 9 de agosto de 1822²⁰²⁸, no qual D. Pedro ordenou que o Barão da Laguna (Lecor) “continue a Commandar em Chefe as Tropas da Província de Montevidéu”. A diferença que se colocava nessa nova medida era que Lecor seria comandante das tropas que restariam após a retirada da Divisão de Voluntários Reais, da qual era desligado pelo Decreto²⁰²⁹. Por esse documento, portanto, criava-se situação de duplicidade de comando, compreensível naquela situação de confronto Rio de Janeiro-Lisboa, na qual a Divisão dos Voluntários Reais não mais tinha autoridade, do ponto de vista carioca. Essa tropa, por outro lado, se sentia ligada a Lisboa, não reconhecendo o Príncipe Regente. O típico caso de conflito militar por um território.

²⁰²⁷ Decreto de 22/07/1822. In: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1822, Página 31 Vol. 1 pt II. In: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38958-20-julho-1822-568308-publicacaooriginal-91682-pe.html (acesso em 25/08/2014).

²⁰²⁸ Decreto de 9 de agosto de 1822. In: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38970-9-agosto-1822-568335-publicacaooriginal-91698-pe.html

²⁰²⁹ “Tendo pelo Meu Real Decreto de 20 de Julho do corrente anno Mandado cumprir á Divisão dos Voluntarios Reaes d'El-Rei a promessa feita de seu immediato regresso para Portugal: Hei por bem, em utilidade do Serviço Publico, segurança e tranquilidade da Provincia de Montevidéu, que o Tenente General Barão da Laguna continue allí, como d'antes, a Commandar em Chefe as Tropas daquella Provincia, depois do embarque da Divisão, da qual o Hei por desligado. O Conselho Supremo Militar, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessários”.

Marechal registra²⁰³⁰, no início de setembro de 1822, que Lecor estaria conseguindo administrar a situação, mas que houvera risco relacionado com o Presidente da Junta do Rio Grande, João Carlos Saldanha. Este, como se viu no Capítulo IV, tentou demitir-se e partir para Montevidéu, onde, segundo os rumores, assumiria o comando da tropa europeia. Saldanha não obteve autorização para sair do Rio Grande. O Diplomata austríaco relata, ao contrário de seu ofício de março, que a tropa europeia não demandava outra coisa que ser enviada de volta à Europa, para o que já teriam sido organizado os navios, faltando apenas a escolta militar.

A informação de Mareschal estava, no entanto, ultrapassada por eventos que se passavam concomitante à elaboração de seus ofícios. Tanto a análise do diplomata quanto o Decreto de 9 de agosto de 1822, foram publicados já em contexto no qual a situação na Cisplatina e o conflito no seio da tropa atingiu seus momentos mais intensos. Circulavam, inclusive, rumores de destituição ou de prisão de Lecor pelas tropas portuguesas²⁰³¹.

Vendo-se ameaçado em Montevidéu por parte da tropa dos Voluntários Reais, Lecor decidiu sair da cidade. Alegando a necessidade de lidar com problemas relacionados a militares pernambucanos, que estavam em Canelones, o General deixou Montevidéu em 11 de setembro de 1822²⁰³². Informou que retornaria no dia seguinte, ou no posterior, o que não ocorreu. Lecor partira, cabe frisar, sem conhecimento da declaração da Independência.

O representante da Espanha no Rio de Janeiro, que, como se sabe, se opunha à presença portuguesa na Cisplatina, avaliou na época que Lecor “teve muita astúcia para separar e sair para o campo, sem oposição”. Antônio Luís Pereyra dizia que as tropas portuguesas estavam prontas para partir, mas que a operação se vislumbrava lenta e difícil²⁰³³. Em carta a José Bonifácio, em 1º de junho de 1823, Lecor justificou sua opção pela causa brasileira, culminada na saída de Montevidéu, alegando defender os

²⁰³⁰ Ofício de 13/09/1822, nº 26, letra A.. In: Figueira Mello, 1914, p. 98.

²⁰³¹ Fábio Ferreira, 2012, p. 143.

²⁰³² Fábio Ferreira, 2012, p. 143.

²⁰³³ Correspondência do diplomata espanhol Antônio Luís Pereyra, do Rio de Janeiro, em 17/10/1822: “Habiendo las tropas de Portugal q.e guarnecen á Montevidéo declaradose em contra de los planes del Brasil, el General Lecor tuvo bastante astucia para separar y hacer salir á la campaña, sin oposición, las tropas del país, que completaban dita guarnición y cuyo espíritu era enteramente contrario ál de las de Portugal. De este modo se declaro Lecor, ó aparece tal, adicto al partido del defensor del Brasil de lo qual, como es natural, se manifiesta muy satisfecho su A.R. Ultimamente, se assegura que las tropas de Portugal que queradon em la Ciudad de Montevidéo, convenieron com Lecor em embarcarse pacificamente para Lisboa. A tal intento este Gobierno se dedica á proporcionar transportes, pero como la mudanza del sistema no há aumentado la riqueza del país, parece que se encontra um poco embarazado em esta operación, que será, por tanto, lenta. In: Documentos para a História da Independência, op. cit., p. 429.

direitos do trono português contra o “partido espanhol”, que seria dominante nas Cortes de Lisboa. O futuro Barão da Laguna referiu-se também ao “cativoiro” de D. João VI e concluiu que “nada me pareceria mais digno do que obedecer a Seu Augusto Filho”²⁰³⁴. Eram palavras que ecoavam muito bem com o discurso oficial do Rio de Janeiro contra as Cortes.

Junto com Lecor, partiram nos mesmos dias vários aliados, luso-brasileiros e orientais. A posição do Comandante das tropas era expressão também dos corpos de origem no Reino, que realizavam o mesmo movimento em direção ao Rio de Janeiro, lembrando-se que a maior parte dos soldados era de São Paulo e do Rio de Janeiro, Províncias de origem do movimento que resultou na Independência. Uma última ordem do Comandante foi dirigida à fragata *Tétis*, para que bloqueasse o porto de Montevideu. O Comandante da embarcação, Almirante Rodrigo José Pereira Lobo, acatou a instrução, também optando pelo Rio de Janeiro²⁰³⁵. Mas a situação no mar, como se verá, era tão incerta quanto na terra – pela presença de outras embarcações que se mantiveram ao lado de Lisboa – e ainda apresentaria várias dificuldades para o Rio de Janeiro.

Lecor estabeleceu seu quartel-general inicialmente em Canelones e posteriormente em San José, de onde escreveu ofício ao Governo do Rio Grande, explicando sua atitude e informando das ações dos “facciosos” que haviam permanecido em Montevideu²⁰³⁶. Desde o início começou a preparar suas tropas e por em execução as ordens de D. Pedro, que incluíam a extinção do Conselho Militar e a retirada das

²⁰³⁴ “Quando eu renunciei aos interesses de um País, que me viu nascer, que me enchera de Honras, e onde outras me esperavam, e me liguei aos do Vasto Império do Brasil, tive em vista não só a justiça da Causa Sagrada que abraçava, mas o convencimento de que assim defendia os legítimos direitos do Herdeiro do Trono Português contra os planos evasivos do partido Espanhol, dominante nas Cortes de Lisboa, e porque no duro cativoiro de S.M.F. nada me parecia mais digno do que obedecer a Seu Augusto Filho, cujas virtudes e sublimes qualidades eu admirava: toda esta resolução, que é das que os homens da minha tẽmpera tomam uma só vez na vida, estava decidida a minha sorte, e quaisquer que fossem as alternativas da Política, elas já nada tinham comigo”. Carta de 01/06/1823. Transcrita in: <http://lecor.blogspot.fr/search/label/1823> (acesso em 28/08/2014).

²⁰³⁵ Idib, p. 143.

²⁰³⁶ “Havendo eu recebido Soberanos Decretos de Sua Alteza Real O Principe Regente do Brasil, e não podendo faze-los executar cercado como estava dentro da Praça de Montevideo por uma facção de súbditos inobedientes, que suffocava a minha legitima autoridade, e a que eu tinha mostrado alguma diferença na esperança (que me falhou) de os levar com prodencia, e tempo ao conhecimento de suas obrigações, marchei para o Quartel das Tropas, tão valentes, como subordinadas, que se achão ás ordens do Brigadeiro Manoel Marques de Sousa, e comecei daqui, na plena fruição do meo lugar, a expedir as providencias, que me era necessário tomar para que as determinações do Ministerio tivessem cumprimento. (...) e os facciosos até se atreverão a nomera o Brigadeiro D. Alvaro (que teve o desacordo de aceitar) Comandante interino, em quanto não chegava a Montevideu o Brigadeiro Saldanha, que eles pretendião por seo chefe (...)”. Ofício dirigido ao Governo da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul. Barão da Laguna, Quartel General na Villa de S. José, 8 de Outubro de 1822. In: *Diários da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*.

tropas portuguesas. Em Montevidéu, permaneciam a maioria dos Voluntários Reais, liderados por D. Álvaro da Costa, que já em setembro começou a publicar ordens como Comandante interino²⁰³⁷.

Havia também uma terceira parte nesse conflito, os próprios habitantes da Cisplatina, que se dividiram entre os dois lados da contenda ou em terceiro partido, que apoiava as pretensões das Províncias Unidas do Prata. Já com o conflito muito adiantado, em 28 de agosto de 1823, Buenos Aires enviou representante diplomático ao Rio de Janeiro para demandar a retirada das “tropas que ocupavam parte de seu território”²⁰³⁸. A resposta brasileira foi, logicamente, negativa. Era o prelúdio para o conflito que se seguiria, a Guerra da Cisplatina (1825-1828), cujo desenrolar não pode ser dissociado de todo o processo que se iniciara ainda em 1811 e que tinha no processo de emancipação brasileira um capítulo de suma importância.

As decisões quanto à escolha entre o Rio de Janeiro e Lisboa estavam adotadas, portanto, naquele setembro de 1822. Cada lado deveria consumir, agora, as ordens respectivas, a saída das tropas portuguesas ou a manutenção da Cisplatina sob as ordens de Lisboa. Na ausência de um acordo, a solução que se vislumbrava era a militar.

3) O CERCO A MONTEVIDÉU

Ao relatar a situação de Montevidéu, em 30 de janeiro de 1823²⁰³⁹, Mareschal aponta que desde a opção de Lecor pelo Brasil, estabelecendo seu Quartel-General em São José, iniciaram-se conversas com os portugueses em Montevidéu e Colônia do Sacramento para seu embarque. Lecor demandara do Governo os transportes necessários para a operação. Fora atendido com o envio das Fragatas *União* e *Carolina*, e da Corveta *Liberal*, comandadas pelo Comodoro norte-americano David Jewett. Não houve, no entanto, acordo, apesar da presença da esquadra brasileira e da aproximação das tropas brasileiras em torno de Montevidéu. Tampouco houve combates naquele momento, tendo a tropa portuguesa evitado a luta e expressado desejo de partir. Mas nenhuma medida prática confirmava essa decisão.

²⁰³⁷ Vide, por exemplo, circular de D. Álvaro da Costa, de 25/09/1823, na qual criticava a postura de Lecor. Costa considerava, interessantemente, o momento político da Independência “um caso tão novo na História Portuguesa”. In: Fábio Ferreira, 2012, p. 150.

²⁰³⁸ Hélio Leoncio Martins, 2010, p. 16

²⁰³⁹ Ofício de 30 de janeiro de 1823, nº 1, litt A. In: “Correspondência do Barão Wensel de Mareschal com o Príncipe de Metternich. Rio de Janeiro, janeiro/abril de 1823”. In: *RIHGB*, 1976, p. 159.

De fato, nos primeiros meses do conflito, até o fim de 1822 e início de 1823, a situação militar permaneceu relativamente calma. Dois movimentos concentravam as ações dos dois lados da contenda: a preparação e os movimentos de tropa, e as ações no plano político. Cada parte procurou reforçar sua posição e colocar em prática uma estratégia para vencer ou resistir.

Até janeiro de 1823, a atitude do Rio de Janeiro foi a de maior cautela, aguardando a saída voluntária da tropa portuguesa. Apenas nos meses seguintes, e especialmente no segundo semestre de 1823 (após a liberação de forças da Bahia) é que aumentou gradualmente a pressão militar sobre Montevidéu. No caso de Lecor e dos brasileiros, o objetivo era claro desde o primeiro momento: retirar da Cisplatina, particularmente de Montevidéu, as tropas lideradas por D. Álvaro da Costa, que resistiam a aceitar a subordinação ao Rio de Janeiro. Ainda em 13 de setembro de 1822, antes da chegada da notícia da declaração de Independência, Lecor escreveu a D. Álvaro informando do decreto de D. Pedro sobre o fim do Conselho e de outras ordens do Regente²⁰⁴⁰. O recado era claro: que a tropa se subordinasse às ordens do Rio de Janeiro e partisse.

Ao mesmo tempo, em Montevidéu, D. Álvaro da Costa e outros partidários de Lisboa também emitiam proclamações contrárias àquelas de Lecor, inclusive declarando este um “traidor”²⁰⁴¹, por ter se posicionado oficialmente como pró-Lisboa, enquanto se aproximava do Rio de Janeiro. Na circular de 25 de setembro de 1822, D. Álvaro referia-se ao “cazo tão novo na História Portuguesa” que era o processo de emancipação brasileira, e indicava estar assumindo “provisoriamente” o comando. O Conselho Militar, em Montevidéu, expedia ordens para que Lecor voltasse e exigia que o General partisse com a tropa de volta para Lisboa²⁰⁴².

Em 8 de outubro de 1822, o Conselho Militar publicou Manifesto e Declaração sobre sua situação, nos quais apontava seu desejo de partir²⁰⁴³. Apesar da clara indicação dessa vontade, havia condições, inclusive que fosse cumprido de forma completa o Decreto de D. Pedro, de 20 de julho de 1822, que determinara a partida da tropa. Requisitavam transportes para todo o corpo e recusavam a partida de algumas unidades (batalhões de caçadores) de forma antecipada. E, mais importante, recusam o envio de novas forças brasileiras para a Província, pois a presença destas, diziam, “lhe

²⁰⁴⁰ Fábio Ferreira, 2012, p. 144.

²⁰⁴¹ Idem, p. 145

²⁰⁴² Idem, p. 153.

²⁰⁴³ Publicado no Diário do Governo (Lisboa), nº 37, 12 de fevereiro de 1823. P. 280.

dará o direito de rebater por todos os modos, e logo que o julgue conveniente um ameaço feito á sua opinião e dignidade que sustentará em quanto tiver um Soldado dos que preferem antes a morte que a deshonra”²⁰⁴⁴.

Esse padrão de comunicado contraditório alongou-se por todo o período, em múltiplas comunicações entre Lecor e D. Álvaro ou proclamações do Conselho Militar. Os dois lados estabeleciam a mesma premissa: a Divisão devia partir. A forma como se daria a saída, no entanto, é que causava atritos e declarações explícitas dos dois lados sobre a ameaça da ação militar. Como no caso de Avilez, as informações sobre a disposição dos Voluntários Reais em partir era, desse modo, contraditória. Havia, de um lado, a questão do reconhecimento da autoridade, ou seja, de quem poderia ordenar a saída. Já com Montevideú sob cerco, em 25 de fevereiro de 1825²⁰⁴⁵, D. Álvaro reclamava da falta de instruções, sobre resistir ou partir, de modo que adotava as medidas que julgava necessárias, ou seja, aguardava e resistia. O Comandante interino apontava diretamente Lecor como responsável pelos problemas vividos então, inclusive pelas deserções motivadas pela partida do antigo Comandante.

Os Voluntários Reais reconheciam, assim, apenas as Cortes de Lisboa como competentes para dar instruções. Porém, suas comunicações referem-se, em alguns momentos, às ordens do Rio de Janeiro. Na sessão das Cortes de 15 de janeiro de 1823²⁰⁴⁶, o Deputado Gyrão diz ter recebido ofício do Conselho Militar no qual se relata o recebimento de ordens de D. Pedro. Dizia o Conselho que “apesar de reconhecer a incompetência do mandato”, colocara em voto da tropa (menciona 2 regimentos de Cavalaria, 2 de Infantaria e um corpo de Artilharia) as exigências de extinção do órgão e de dar baixa aos soldados que assim quisessem, para se unirem à causa do Rio de Janeiro. Os soldados teriam rejeitado as demandas e reiterado suas condições para partir.

²⁰⁴⁴ Idem, p. 281.

²⁰⁴⁵ “Os acontecimentos políticos dezastruos que n’esta Provincia tem havido desde a dezerção do Barão da Laguna e a insciência em que me acho d’instruções de Sua Magestade, terão talvez dado lugar a não ter acertado com os dezejos, e vistas do Soberano Congresso, e de Sua Magestade a respeito d’este território, mas se o tomar medidas que a nenhum respeito são decizivas , he o que taes circunstancias devia adoptar, tenho do modo que permite a situação politica em que me acho”. OFÍCIO do [brigadeiro ajudante-general e comandante interino da Divisão dos Voluntários Reais d’El Rei], D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, ao [secretário de estado da Guerra], Manoel Gonçalves de Miranda sobre a situação em Montevideú e a pressão exercida pelo barão de Laguna, [Carlos Frederico Lecor], agora aliado ao Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_065, Cx 4, D. 205. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 07/01/2015).

²⁰⁴⁶ Diário do Governo (Lisboa), nº 13, 15 de janeiro de 1823. P. 80.

É interessante apontar que as informações dadas pelo Deputado Gyrão, como ele mesmo menciona em seu discurso, chegavam por intermédio da Bahia. O parlamentar menciona, nesse sentido, a tentativa de mobilização de recursos em Salvador para auxiliar na retirada de Montevideú²⁰⁴⁷. O “corpo de comércio” de Salvador, relatou Gyrão, publicou declaração nesse sentido²⁰⁴⁸, no qual indicava o dinheiro mobilizado e oferecia comentários sobre a retirada. Pediam, inclusive, o bloqueio marítimo do Rio de Janeiro e a adoção de medidas de resistência no caso de tentativas de forçar a Divisão de Voluntários a partir. A coordenação entre Madeira e D. Álvaro da Costa, como se vê, era clara e de fato trazia risco importante à posição estratégica do Rio de Janeiro.

O recebimento de ordens de Lisboa não era, porém, o único elemento necessário para a partida. Mesmo quando essa ordem de Lisboa chegou a Montevideú, em julho de 1823²⁰⁴⁹, as forças comandadas por D. Álvaro da Costa ainda resistiram por mais de seis meses. Também complicava esse procedimento o ponto da “honra” mencionado na proclamação acima, que impedia uma “fuga” ou medida semelhante, que era expressado pela recusa da chegada de tropas brasileiras na região. Os portugueses alegavam, igualmente, que tinham o apoio da população local²⁰⁵⁰, que não poderiam abandonar, sob a ameaça da anarquia. Como se viu, essa relação entre portugueses e orientais, também envolvendo Buenos Aires, atizaria ainda mais o conflito regional, levando à etapa posterior da questão, a guerra da Cisplatina (1825-1828).

Não se pode descartar, por fim, que a questão financeira também estava presente: recebendo altos soldos na Cisplatina, os soldados ficaram sem pagamento todo o período do cerco. Ainda antes do início do confronto, alguns dos movimentos de tropas brasileiras ou portuguesas em Montevideú ocorriam em razão da falta de pagamento dos soldos. Assim, na manhã de 30 de dezembro 1821, o Regimento de Infantaria e o Batalhão de Pernambuco apareceram armados na Praça de

²⁰⁴⁷ *Idem*, p. 81.

²⁰⁴⁸ Transcrita no Diário do Governo, *idem*, p. 81.

²⁰⁴⁹ “Ofício do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Suberra [Manoel Inácio Pamplona Corte Real], ao brigadeiro ajudante-general e comandante interino da Divisão dos Voluntários Reais d’El Rei, D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, encaminhando-lhe uma carta régia que ordenava a retirada das forças de mar e terra da praça de Montevideú e da banda Oriental do Rio da Prata”. In: Arquivo Ultramarino, AHU-Montevideú, cx. 3, doc. 25 (AHU_CU_065, Cx. 4, D. 217).

²⁰⁵⁰ Vide, por exemplo, o “Ofício de 26 de julho de 1824, de José Agostinho Parral ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Suberra, [Manoel Inácio Pamplona Corte Real], sobre as notícias que recebera pelo brigue inglês Bela Carolina, revelando que a situação em Montevideú estava calma, embora quase toda a população estivesse contra as tropas brasileiras”. In: Arquivo Ultramarino, AHU-Montevideú, cx. 3-A, doc. 5 (AHU_CU_065, Cx. 4, D. 220).

Montevidéu²⁰⁵¹. Em audiência com Lecor, sublinharam o atraso de 18 meses de soldos e a penúria que isto causava. Lecor prometeu providências para saldar a dívida, inclusive com recurso ao comércio local, o que fez com que a tropa se acalmasse. Outros corpos, no entanto, seguiram o exemplo da tropa pernambucana, ampliando a confusão política naquele território. Recorde-se, também, que em Pernambuco o pagamento dos salários (inclusive três meses antecipados) foi elemento importante para a partida do Batalhão português. Nesse sentido, o Conselho Militar enviou ofício a Lisboa, em 29 de abril de 1823, no qual reconhecia a necessidade de evacuar a Cisplatina, mas reclamava da dificuldade financeira que passavam, e das tropas inimigas que “apareceram hostil defronte o porto”²⁰⁵².

Independentemente dos motivos, o fato é que a tropa portuguesa alongou sua permanência em Montevidéu e levou ao início da ação militar. A confirmação de que a força se tornaria necessária ocorreu por ocasião da passagem da primeira esquadra enviada pelo Rio de Janeiro, sob as ordens do Comodoro David Jewet, que assumia, sua primeira missão ao serviço imperial²⁰⁵³. Essa foi a primeira esquadra a navegar com a bandeira do Império independente²⁰⁵⁴, e incluía as Fragatas *União* e *Carolina*, a Corveta *Liberal* e os transportes *S. José Americano*, *Sete de Março*, *Duarte Pacheco* e *Conde dos Arcos*, todos com provisões para o transporte das tropas estacionadas na Cisplatina para Portugal. A corveta *Maria da Glória* também deveria ter partido, mas acabou permanecendo no Rio de Janeiro. De acordo com informação transmitida às Cortes de Lisboa pelo Comandante do navio *Portuguez*, que chegara a Lisboa proveniente do Brasil, não havia notícia de que cartas de corso haviam sido dadas aos navios da esquadra, mas, segundo o comandante do Português relatava que “se ameaçava muito com esse gênero de guerra”²⁰⁵⁵. É de se recordar, como visto no Capítulo IV, que Decreto de D. Pedro sobre o corso já havia sido publicado, autorizando-o.

No Prata, já se encontrava, além da Fragata *Thétis*, comandada pelo Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, outros navios de guerra de menor tamanho, tais como a

²⁰⁵¹ In: José Maria Lisboa, 1829, p. 172.

²⁰⁵² Ofício do Conselho Militar de Montevidéu ao [secretário de estado da Guerra], Manoel Gonçalves de Miranda, sobre a clareza que possuem quanto a necessidade de evacuar aquela província, sabendo que alguns oficiais irão ficar no Brasil, mesmo depois do embarque; da dificuldade financeira que estão passando; que as tropas inimigas apareceram de maneira hostil defronte o porto. In: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU-Montevidéu, cx. 3, doc. 28 (AHU_CU_065, Cx. 4, D. 209).

²⁰⁵³ Max Justo Guedes, 1973, p. 211.

²⁰⁵⁴ In: *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência – Apontamentos para a História*, 1880, p. 56. A informação sobre os componentes da Esquadra foi também relatada no Diário do Governo (Lisboa), nº 41, 17 de fevereiro de 1823. P. 331.

²⁰⁵⁵ Diário do Governo (Lisboa), nº 41, 17 de fevereiro de 1823, p. 331.

escuna *Maria Thereza*, comandada pelo Capitão-Tenente Francisco de Assis Cabral. A posição da oficialidade da Marinha ainda era incerta, apesar das indicações de que penderiam para o Brasil. Com a chegada do Comodoro Jewet, Rodrigo Lobo recebeu as instruções de D. Pedro, marcando a adesão e a incorporação da *Thétis* às forças brasileiras.

A partida naval, no entanto, não foi ganha de imediato. Uma das embarcações, a *Maria Thereza*, transitando entre Maldonado e Colônia, sofreu uma revolta dos marinheiros, que tomaram controle do navio e se dirigiram a Montevidéu, para se juntar às forças de D. Álvaro da Costa. Este também logrou armar outros navios²⁰⁵⁶, em primeiro lugar para resistir à esquadra brasileira e, meses depois, para tentar romper o cerco.

No último momento, os portugueses se recusaram a embarcar na esquadra enviada pelo Rio de Janeiro. Sem poder permanecer no Prata²⁰⁵⁷, Jewet partiu de retorno ao Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1823, com a notícia da resistência de D. Álvaro. Em 3 de fevereiro de 1823, o Almirante Lobo foi substituído pelo Capitão de Mar-e-Guerra Pedro Antonio Nunes, que ao longo do primeiro semestre de 1823 foi gradualmente recebendo os Brigues *Real Pedro*, *Guarany* e *Cacique*, a Corveta *Liberal*, as Escunas *Cossaca*, *Leopoldina* e *6 de Fevereiro*, destinados ao bloqueio de Montevidéu²⁰⁵⁸. Este só se efetivou, como se verá, a partir de outubro daquele ano.

Concomitantemente, Lecor movimentou suas forças para o cerco de Montevidéu. A tropa brasileira era, num primeiro momento, em número que se equilibrava com o que ficara ao lado de D. Álvaro da Costa. Eram 1340 soldados de todas as armas a favor do Brasil²⁰⁵⁹, como relatava o General ao Ministro da Guerra, em 11 de abril 1823²⁰⁶⁰. Esse contingente não parecia incluir, no entanto, tropas orientais

²⁰⁵⁶ A Galera *Conde dos Arcos* (26 canhões), o Brigue *Liguri* e a Corveta *General Lecor* (ambos com 16 canhões) e a *Maria Thereza* (14 canhões).

²⁰⁵⁷ Os navios eram necessários também para as operações no nordeste e Jewett logo depois foi responsável pelo transporte do Batalhão do Imperador para a Bahia. In: Max Justo Guerres, 1973, p. 211.

²⁰⁵⁸ In: *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência – Apontamentos para a História*. 1880, p. 57.

²⁰⁵⁹ “Apesar de ir nesta ocasião o Conselheiro Dom Lucas José Obes que de viva voz informará a Sua Majestade O Imperador, qual é o estado atual desta província, e quais as medidas que tenho tomado, com as pequenas forças que tenho, para destruir os planos das tropas europeias, que de mãos dadas com os revolucionários da Praça de Montevidéu, tem buscado todos os expedientes para pôr esta província em completa anarquia, e para malograr as minhas intenções; devo declarar a Vossa Excelência para conhecimento do Máximo Augusto Imperador, que as coisas tem tomado uma face bem agradável, quando ao princípio se anunciavam funestas consequências”.

²⁰⁶⁰ Ofício de 11 de abril de 1823. In: Arquivo Nacional, Fundo Coleção Cisplatina, Caixa 977, 1A.

favoráveis ao Brasil e outras destacadas para fazer a segurança em outros pontos do território da Cisplatina²⁰⁶¹, contra os portugueses ou contra Buenos Aires²⁰⁶².

Lecor reclamou, em todo o conflito, a necessidade de reforço em homens e materiais. Sua principal reclamação era contra a Província de Rio Grande²⁰⁶³, que tardava no envio de reforços para o cerco. O Rio Grande enviaria, depois, dois esquadrões de voluntários milicianos²⁰⁶⁴. O grosso da tropa de Lecor seria composta, ainda assim, pelos soldados de origem “brasileira” já presentes na Cisplatina, além de muitas adesões de membros dos Voluntários Reais e de tropas orientais.

Na verdade, houve um fluxo de deserções dos dois lados, movimentações que provocaram, em várias oportunidades novos confrontos entre as tropas brasileiras e portuguesas. A balança das deserções pendeu, no entanto, para o Brasil, mesmo que, em 5 de maio de 1823, D. Álvaro da Costa registrou uma diminuição da perda de militares para o lado brasileiro²⁰⁶⁵. Ao longo de todo o conflito Lecor procuraria também reforçar os laços com seus apoiadores orientais, na busca por enraizar a presença do Império e evitar as influências vindas das Províncias Unidas do Prata.

Além da falta de tropas, Lecor e seus subordinados muito reclamaram das limitações de seus equipamentos, tanto no cerco a Montevideú, quanto nas outras

²⁰⁶¹ Lecor cita, no ofício de 11/04/1823, a ida de Frutuoso Rivera, com 300 soldados, ao Departamento de Maldonado, para extinguir as atividades dos revoltosos portugueses.

²⁰⁶² No mesmo ofício de 11/04/1823, explica Lecor ter oficiado “ao mesmo tempo ao marechal de campo José de Abreu / como já tinha feito / para que se aproximasse quanto antes com a força de seu comando e com efeito já me participou que marchavas dos poteiros do Arapay, para o Uruguai donde mandei vir 500 homens, deixando 200 dos menos capazes de marchar para que unidos a força do dito marechal que consta de 900 homens, guarneçam todas aquelas posições, que presentemente devem estar em segurança, pois que a intriga de Montevideú tão bem se acha introduzida nas províncias de Santa Fé e Entre Rios, ainda que esta última está de prevenção contra tais maquinações todas tendentes à expelir desta província as tropas de Sua Majestade Imperial”.

²⁰⁶³ “Igualmente devo declarar a Vossa Excelência que a atual comoção desta província não teria existido, se o governo do Rio Grande me tivesse enviado as tropas que tantas vezes lhe pedi, resultando caírem em poder do inimigo um capitão e três soldados, de sete que vieram para o povo da Rocha, em lugar dos 200 que requisitei e que ali estivessem, de certo não haveria naquele departamento, nem ao menos a lembrança de pegar em armas, porém a falta de auxílios tem feito com que se verificassem as minhas bem fundadas desconfianças, de que a campanha devia tomar uma atitude hostil logo que fosse instigada pela capital, e protegida pela Divisão de Voluntários Reais, e de que quando eu me aproximasse ao sítio havia de ter que atender a outros pontos, porém em breve tempo espero ver tudo tranqüilo, e empregar as minhas forças somente contra a divisão e nos [sequazes]. Vossa Excelência pode assegurar a Sua Majestade Imperial que empregarei todos os esforços para pacificar esta província, porém que estes na parte que toca a introduzir a divisão na Praça de Montevideú, se não inúteis, se a província do Rio Grande continuar na apatia em que tem estado, relativamente à remessa de tropas”.

²⁰⁶⁴ Vide: MIRANDA, Marcia Eckert. “Ao Sul das Cortes: a Independência na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul”. In: Revista Nuevo Mundo. Debates, 2013. In: <http://nuevomundo.revues.org/65334?lang=pt> (Acesso em 25/08/2014). P. 69.

²⁰⁶⁵ Ofício ao Secretário de Estado da Guerra, em 5 de maio de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU-Montevideú, cx. 3, doc. 28 e 18. (AHU_CU_065, Cx. 4, D. 210).

operações militares que procuravam manter a segurança na Província. Em carta a Bonifácio, de 1º de junho de 1823²⁰⁶⁶, o Comandante relatou seus esforços,

“quando mais escassos eram os meios que eu tinha para o fazer; quando a sua longa estada neste País contra os seus engajamentos as trazia descontentes; sem pólvora; sem cartuchame; sem barracas; sem armamentos de reserva; porque a precipitação, com que saí de Montevideú, para cumprir as ordens de S.M.I., nada disto me deixou tirar, e que por certo tiraria, como naquela ocasião disse ao Síndico Procurador, e ao Brigadeiro Manoel Marques, se não tivesse que satisfazer as desconfianças que de mim havia, e que a minha Carta a S.M.I., ainda Príncipe Regente, devia ter desvanecido, e sacrificar assim o tempo, que precisava para salvar os dois Batalhões de Libertos; para extrair da Praça quanto conviesse às minhas Tropas, e quanto cumpria subtrair-se às da Divisão, e para tomar várias outras providências, cuja falta cada dia ha de ir sendo mais sensível, e rodeado de outros mil embaraços”.

Em outros relatos ao Rio de Janeiro, no entanto, Lecor enfatizava a motivação da tropa e afirmava que “as coisas tem tomado uma face bem agradável, quando ao princípio se anunciavam funestas consequências”²⁰⁶⁷. O projeto do General, como anunciou ao Ministro da Guerra, era intensificar as operações antes do início do inverno de 1823. Em sua avaliação, seria difícil um ataque frontal aos portugueses, sendo que a melhor estratégia seria a de realizar uma “guerra de recursos”²⁰⁶⁸, privando os Voluntários dos suprimentos essenciais. Essa estratégia seria logo colocada em prática.

O primeiro evento desse processo, como já adiantado, foi cercar as tropas de D. Álvaro da Costa em Montevideú. Apesar dos constrangimentos e de escaramuças, Lecor logrou isolar as forças portuguesas em janeiro de 1823. Segundo Condly Raguet, Cônsul dos EUA no Rio de Janeiro, o movimento havia efetivamente sitiado a cidade, com os postos avançados de Lecor postados a 3-4 léguas (algo em torno de 15 km) da cidade²⁰⁶⁹.

²⁰⁶⁶ In: http://lecor.blogspot.fr/2009/05/carta-161823-jose-bonifacio-andrada-e_09.html

²⁰⁶⁷ Ofício de 11/04/1823. In: Arquivo Nacional, Fundo Coleção Cisplatina, Caixa 977, 1A.

²⁰⁶⁸ Fábio Ferreira, 2012, p. 195.

²⁰⁶⁹ Ofício de 8 de Março de 1823. In: *Diplomatic Correspondence of the United States concerning the Independence of the Latin-American Nations*. 1925, p. 757.

Em 23 de janeiro de 1823, foi declarado oficialmente o cerco a Montevidéu. Carta Imperial foi publicada no Rio de Janeiro, cinco dias depois²⁰⁷⁰, intimando os Voluntários Reais a partirem e dando poderes ao Barão da Laguna para adotar as medidas necessárias para fazer a tropa portuguesa deixar a cidade. Ou seja, autorizava a ação militar. Ficavam suspensos, desde logo, quaisquer pagamentos de soldo ou fornecimento de víveres às tropas de D. Álvaro da Costa. D. Pedro também emitiu ordens para que se colocasse “debaixo da vigilância e uma activissima policia” os partidários da Independência ou da vinculação da Cisplatina a Buenos Aires²⁰⁷¹. Se algum destes partidários fossem empregados públicos, a determinação foi de demissão imediata. A partir desse anúncio do cerco e do Decreto imperial, o quadro para o confronto se completou concreta e formalmente.

A força que Lecor deveria enfrentar não era numerosa, mas possuía experiência de combate, conhecimento da região e a vantagem de estar em perímetro urbano. Fábio Ferreira, indica²⁰⁷² que, em janeiro de 1823, os portugueses possuíam 1,3 homens, dos quais 800 de infantaria e artilharia e 500 de cavalaria. Os números registrados em maio seguinte eram maiores, com 1,4 mil homens de infantaria, 400 de cavalaria, 100 de artilharia, 250 de milícia e de guerrilha dos orientais, ademais de dois batalhões de libertos²⁰⁷³. Chegavam, assim, a cerca de 2,5 mil homens. Esse valor era menor do que os originais 3.678 homens da Divisão de Voluntários, revelando que uma parte da tropa havia seguido Lecor. Publicação do Exército brasileiro utiliza número maior das tropas portuguesas, que teriam chegado a 4 mil ao longo dos 17 meses de cerco²⁰⁷⁴.

Os valores das tropas, na verdade, variaram bastante, em função das mencionadas mudanças de lado e de reforços recebidos pelos dois lados. Mareschal

²⁰⁷⁰ Carta Imperial de 28 de janeiro de 1823. In: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1823, Página 13 Vol. 1. In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carimp/anterioresal1824/cartaimperial-38726-28-janeiro-1823-567502-publicacaooriginal-90828-pe.html> (acesso em 02/09/2014)

²⁰⁷¹ “E desejando outrosim manter com romptas, e efficazes medidas a segurança, e tranquillidade publica deste Imperio, não só animando, e protegendo os meus honrados, e fieis subditos na luta em que se acham empenhados, mas frustrando os planos, e projectos detestaveis dos anarchistas, e demagogos; Ordeno que vós com todas as mais autoridades, assim civis, como militares, a quem este negocio competir, façaes sahir sem perda de tempo do paiz todos os individuos do Estado Cisplatino, que forem conhecidos como revoltosos, e que pretendam illudir os povos com o especioso pretexto da sua chimerica independencia, e prohibaes igualmente a entrada, e estabelecimento no paiz a todos os anarchistas, que vierem fugindo de Buenos Ayres e outraz Provincias, que se tenham mostrado inimigos declarados da boa ordem e ranquilidade publica das mesmas; ficando estes dous objectos debaixo da vigilancia de uma activissima policia”.

²⁰⁷² 2012, p. 190.

²⁰⁷³ Sobre a participação de escravos ou libertos no conflito, dos dois lados, vide ALADRÉN, Gabriel. “Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828)”. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 439-458, julho-dezembro de 2009.

²⁰⁷⁴ *O Exército na História do Brasil*, 1998, p. 52.

registra²⁰⁷⁵, por outro lado, que 300 soldados que acompanharam Lecor na saída de Montevideu, haviam mudado de posição e retornado às colunas portuguesas. Igualmente, em 17 de março de 1823, aproximadamente 80 milicianos passaram para o lado português²⁰⁷⁶. O referido ofício do diplomata austríaco, assim como outros documentos, registram a chegada de homens e de suprimentos de Buenos Aires, confirmando as ligações que se estabeleciam entre os portugueses em Montevideu e o Governo portenho. As movimentações anti-Rio de Janeiro dos orientais se tornaram um problema paralelo que Lecor teve de enfrentar, especialmente pelos entendimentos que os portugueses buscavam com esses elementos.

Enquanto discutiam sua saída, as tropas portuguesas reforçaram as defesas de Montevideu, construindo pontos de proteção, trincheiras e centros de apoio de artilharia pesada, chamados “serritos”²⁰⁷⁷. A cidade de Montevideu foi, desse modo, transformada em praça de guerra, bem defendida pelos portugueses, que aproveitavam a vantagem estratégica que o perímetro urbano lhes oferecia.

Já a partir do início do cerco a Montevideu iniciaram-se as hostilidades. No dia 29 de janeiro de 1823, tropas brasileiras e aproximadamente 600 orientais comandados por Frutuoso Rivera realizaram ataque a cidade²⁰⁷⁸. Não se tratava de tentativa de ocupação, mas sim operação para a apreensão de cavalos e gado, destinados ao suprimento das forças brasileiras. No dia seguinte, o Cabo Antonio Talala, acompanhado de seis marinheiros portugueses, atacou e reconquistou a escuna *D. Maria Teresa*, que havia aderido ao Barão da Laguna. A ação foi celebrada por D. Álvaro da Costa²⁰⁷⁹, que ganhou, com isso, reforço naval para Montevideu.

Novas ações, ocorreram em 11 e 27 de fevereiro. Nesse segundo caso, foram aprisionados 1 sargento e 3 soldados portugueses, muitas cabeças de gado e alguns cavalos. Na ação, 2 brasileiros foram mortos e 4 feridos²⁰⁸⁰. Mareschal registra²⁰⁸¹,

²⁰⁷⁵ Em 28/02/1823, 1976, p. 177.

²⁰⁷⁶ Fábio Ferreira, 2012, p. 192.

²⁰⁷⁷ Idem, p. 191.

²⁰⁷⁸ Idem, p. 191.

²⁰⁷⁹ OFICIO do (brigadeiro ajudante-general e comandante interino da Divisão dos Voluntários Reais d’El Rei) D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, sobre a retomada pelo cabo de esquadra Antonio Talala, da escuna *D. Maria Teresa*, do capitão-tenente Francisco de Assis Cabral, que havia aderido às forças do barão de Laguna, (Carlos Frederico Lecor). 1º de março de 1823. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_065, Cx 4, D. 206. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

²⁰⁸⁰ Fábio Ferreira, 2012, p. 191

²⁰⁸¹ Ofício de 28/04/1823. In: *RIHGB*, 1976, p. 193.

sobre o combate de 27 de fevereiro, que os portugueses eram apoiados diretamente por Buenos Aires, que lhes fornecia víveres e que “os engajava na resistência”.

Dias depois, em 17 de março de 1823, foi a vez dos Voluntários Reais contra-atacarem. Aproveitando o rumor de que três companhias de milícia haviam abandonado a causa brasileira, 1,1 mil portugueses avançaram logo cedo sobre a linha esquerda do sítio a Montevideú, composta por 400 soldados²⁰⁸², que era comandada pelo Coronel de milícias de Entre Rios Jeronimo Gomes Jardim. Segundo Fábio Ferreira²⁰⁸³, o objetivo dos portugueses era tentar chegar ao próprio acampamento de Lecor. De fato, de acordo com o relato do Cônsul norte-americano no Rio de Janeiro, o ataque avançou efetivamente sobre o quartel-general, “e o General escapou por pouco de ser tomado prisioneiro”. O diplomata norte-americano cita, na mesma comunicação, que Buenos Aires havia esposado a causa dos habitantes de Montevideú e estaria realizando gestões na Europa sobre o tema²⁰⁸⁴.

O combate foi duro, com brasileiros sendo feitos prisioneiros e posteriormente libertados em contra-ataque liderado pelo Coronel Jardim. A contra-ofensiva também desestruturou a ação portuguesa, que foi suspensa, com os Voluntários se retirando para Montevideú. Na ação, morreram 8 portugueses e mais de 20 ficaram feridos, alguns gravemente; 14 brasileiros foram feridos²⁰⁸⁵. Armas e cavalos foram deixados pelos portugueses, para benefício das tropas brasileiras, que continuavam a sofrer com a escassez de meios. A ação de 17 de março de 1823 foi relatada por Lecor ao Rio de Janeiro e registrada por Mareschal em ofício de 26 de maio de 1823²⁰⁸⁶. Segundo o diplomata austríaco, o Comandante das forças brasileiras, além de informar sobre os combates, também havia transmitido protesto, dele e da população do interior da Cisplatina, contra uma deputação de Buenos Aires e de Montevideú que estava prevista para ir ao Rio de Janeiro demandar a evacuação das tropas brasileiras da Banda Oriental.

Os atritos como estes de fevereiro/março de 1823, e escaramuças isoladas, continuaram ao longo de todo o cerco, entremeados por momentos de calmaria, e sem uma ação que se mostrasse decisiva. Há, nos registros de feridos e mortos do lado

²⁰⁸² Montevideú, ordem do dia de 20 de março de 1823. In: Arquivo Nacional, Fundo Coleção Cisplatina, Caixa 977, 1A.

²⁰⁸³ 2012, p. 192.

²⁰⁸⁴ Ofício do Cônsul Condé Raguet, de 8 de maio de 1823. In: Manning, 1925, p. 757.

²⁰⁸⁵ Idem, p. 192.

²⁰⁸⁶ Ofício de 26 de maio de 1823. Nº 16, litt. C. In: *RIHGB*, 1976, p. 193.

brasileiro²⁰⁸⁷, baixas registradas em 18 de abril, 18 de maio (documento português fala em 19 de maio), 20 de abril, 24 de junho, 15 de junho, 10 de agosto e 27 de setembro. Nos documentos portugueses²⁰⁸⁸, a ordem do dia de 21 de abril de 1823 menciona combate em 19 de abril, nas imediações do “Saladeiro de Duran”. Fala-se em 20 mortos, seis prisioneiros e muitos feridos do lado brasileiro, ao passo que os portugueses perderam 6 homens. Os registros portugueses mencionam, também, ações de menor dimensão, como escaramuça ocorrida em 14 de abril, quando 10 soldados obrigaram mais de 40 brasileiros a saírem do “Arroyo Miguelete” (resultando em 1 morto e 3 feridos), e uma nova ação de conquista de uma lancha brasileira, pelo Prático Manoel Joaquim Costa²⁰⁸⁹. Em 19 de abril, um grupo de 70 homens dos Voluntários Reais se chocaram com os inimigos. A guerra na Cisplatina foi, assim, uma guerra de atrito, distinta do confronto direto e brutal, como no caso do Piauí e Bahia.

Em abril de 1823, Lecor enviou nova informação ao Rio de Janeiro, dizendo que o ânimo da tropa era bom, e que os comandados de D. Álvaro permaneciam sitiados, “sem promoverem grandes ações, a não ser o cuidado com sua defesa”²⁰⁹⁰. No ofício de 11 de abril²⁰⁹¹, o Comandante transmitia otimismo sobre as operações. Dizia que seus Postos avançados estavam “a tal distancia que não he possível sahir hum homem sem ser visto”, além de ter reservas para socorrer qualquer lugar atacado. Mas dizia não ter meios de invadir Montevidéu. Registrava também entreveros no interior, das forças comandadas por Fructuoso Rivera. Pede, ainda, assim, mais tropas.

De sua parte, o Comandante português informava Lisboa, em 5 de maio de 1823²⁰⁹², que as forças brasileiras não haviam logrado avançar posição, frente à

²⁰⁸⁷ Relação dos Mortos, e Feridos, que teve o Exercito Imperial do Sul, em toda a Campanha do Sitio de Montevidéu contra a Divisão de Voluntários Reaes de Portugal, e Corpos a ella unidos desde Fevereiro deste anno, athe fim de Outubro ultimo. In: Arquivo Nacional, Fundo Coleção Cisplatina, Caixa 977, 1A.

²⁰⁸⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_065, Cx 4, D. 216. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

²⁰⁸⁹ Respectivamente, Ordens do dia de 14 e de 1º de abril de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_065, Cx 4, D. 216. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

²⁰⁹⁰ Fábio Ferreira, 2012., p. 198.

²⁰⁹¹ Arquivo Nacional, Coleção Cisplatina, caixa 977, fundo 1ª, 1819-1823.

²⁰⁹² OFICIO do (brigadeiro ajudante-general e comandante interino da Divisão dos Voluntários Reais d’El Rei), D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, ao (secretario de estado da Guerra), Manoel Gonçalves de Miranda, sobre a diminuição da deserção dos militares, apesar de alguns oficiais portugueses demonstrarem que gostariam de qualquer forma permanecer no Brasil; do combate tido com o inimigo e que a postura dos militares da Divisão fora digna do nome português; que os acontecimentos políticos têm influído no comércio, fazendo com que os rendimentos da alfândega tornem-se diminutos não cobrindo as despesas; e remetendo as Ordens do Dia. Cx 4 D. 210 – 5 de maio de 1823 Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_065, Cx 4, D. 206. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

resistência das tropas leais às Cortes, o que teria, inclusive provocado deserções em favor dos sitiados em Montevideu:

(...)“o inimigo ocupa as mesmas poziçoens junto ao Saladeiro do Pereira, como nos meus anteriores Officios participei a V. Exa., seus projectos lhe vão sendo por todos os modos contrariados, e a impostura com que publicou a voluntaria união dos habitantes da Campanha ao systema do Rio de Janeiro se há completamente conhecida e a toda luz provada a falcidade de tal asserção, pois que perto de quatro centos homens das Milicias que tem reunido, e que por seus particulares interesses estão com elle, o abandonarão, reunindo-se ás Tropas do meu Comando desde o dia 17 de Março, cujo comportamento deu lugar ao movimento feito n’este dia contra a Vanguarda inimiga, consegui pô-la em confusão, e fugir vergonhosamente, perdendo alguns homens mortos, e levando muitos feridos, sem que dos Voluntários Reaes perdesse-mos mais que dois soldados, e tivesse-mos quatro feridos, e das Tropas do Paiz quatro mortos e quatro feridos.

D. Álvaro da Costa reconheceu no mesmo ofício, por outro lado, que em Montevideu a situação política não era boa, uma vez que “os habitantes d’esta Praça já não tem entre si aquella boa harmonia que antes disfrutavão, já so lhe conhecem partido”. O Comandante português contava, ainda assim, com 2.724 soldados, inclusive dois Batalhões de Libertos, que reuniam 435 homens²⁰⁹³. Havia boa organização, controle da tropa e quantidade importante de equipamento. Era o suficiente para evitar uma invasão, mas os prejuízos no comércio eram visíveis, afetando as finanças da estrutura militar²⁰⁹⁴.

²⁰⁹³ Conforme registro de tropas de maio de 1823. OFÍCIO do [brigadeiro ajudante-general e comandante interino da Divisão dos Voluntários Reais d"El Rei], D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, ao [secretário de estado da Guerra], Manoel Gonçalves de Miranda, sobre o envio do mapa da força da Divisão dos Voluntários Reais d"El Rei e demais Corpos que se encontram debaixo de seu comando. Anexo: mapa. 8 de maio de 1823. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_065, Cx 4, D. 214. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

²⁰⁹⁴ OFÍCIO do [brigadeiro ajudante-general e comandante interino da Divisão dos Voluntários Reais d"El Rei], D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, ao [secretário de estado da Guerra], Manoel Gonçalves de Miranda, sobre a diminuição da deserção dos militares, apesar de alguns oficiais portugueses demonstrarem que gostariam de qualquer forma permanecer no Brasil; do combate tido com o inimigo e que a postura dos militares da Divisão fora digna do nome português; que os acontecimentos políticos têm influido no comércio, fazendo com que os rendimentos da alfândega tornem-se diminutos não cobrindo as despesas; e remetendo as Ordens do Dia. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_065, Cx 4, D. 218. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 01/01/2015).

As tropas brasileiras tiveram que enfrentar, paralelamente, movimentações dos partidários de Buenos Aires. Em abril, alguns destes, dentre os quais Lavalleja, tentaram se levantar em armas por toda a Cisplatina. Os três líderes do movimento foram presos e julgados, sendo que um deles, Oliveira, foi enforcado em Canelones²⁰⁹⁵. As movimentações pró-Independência da Cisplatina ou pró-Buenos Aires não pararam, inclusive nas combinações com os portugueses, como visto acima. Lecor destacara Frutuoso Rivera para combater essas ações, a maior parte das quais no interior da Cisplatina²⁰⁹⁶.

O comandante brasileiro buscou, a todo esse tempo, adotar medidas que arregimentassem os orientais para a causa brasileira, sugerindo ao Rio de Janeiro o “bom tratamento” de pessoas ricas e ilustradas da Província, por sua influência junto à população. Em documento de 1º de agosto de 1823²⁰⁹⁷, o General cita nomes de orientais de quem se aproximou, como D. Thomaz Garcia de Zuñiga e D. João Duran. Dizia que esses interlocutores defendiam a união, sendo melhor estarem no interior de um Estado forte, “preferindo a vantagem de ter hum Governo estável, seguro e pacífico, aos riscos da revolução e anarquia”. Duran permaneceu em Montevideu e auxiliou Lecor, mesmo com prejuízos financeiros.

Havia, ainda, um terceiro elemento a demandar atenção das forças brasileiras: a ação inglesa. O Prata era ponto estratégico para o Reino Unido, que desde o início dos processos de independência, como visto, havia atuado sobre a Banda Oriental. Os britânicos trabalhavam especialmente pela saída das tropas brasileiras, todas elas, evitando que aquele território ficasse nas mãos do Rio de Janeiro. Lecor sustenta, em documento de 31 de agosto de 1823²⁰⁹⁸, que os “revolucionários” de Montevideu, ou seja, grupos que negociavam com os portugueses e defendiam a Cisplatina fora do Brasil, pretendiam oferecer a Província ao Reino Unido. Por essa razão, defendia Lecor, era preciso acelerar e “concluir as operações contra aquella Praça”.

Houve uma possibilidade de solução política a partir da Vilafrancada e da retomada do controle pelo Rei. Em 23 de julho de 1823, foi emitida em Lisboa instrução

²⁰⁹⁵ Fábio Ferreira, 2012, p. 195

²⁰⁹⁶ Idem, p. 198.

²⁰⁹⁷ No Ofício de 1º de Agosto de 1823, Lecor recomenda “o bom tratamento, e contemplações (...) das pessoas ricas, ilustradas, e que figurão nesse Paiz (...) porque, em fim, se ellas tem emulos, maior he a influencia do seu dinheiro e da sua representação para com os seus paisanos do que tanto proveito me tem resultado”. In: Arquivo Nacional, Coleção Cisplatina.

²⁰⁹⁸ Arquivo Nacional, Coleção Cisplatina.

a D. Álvaro para que retirasse suas forças da Cisplatina²⁰⁹⁹, o que teria terminado com a questão. O problema foi a distância, que impediu que a ordem chegasse a tempo de evitar a continuidade do confronto. Com a ausência de instruções, de que muito reclamava, D. Álvaro continuou a resistir, apesar dos prejuízos causados pelos combates e pelo cerco, que afetavam as finanças de toda a cidade.

Pressionado por diferentes interesses, Lecor precisava agir rápido, mas não tinha capacidades para realizar um ataque frontal contra as tropas entrincheiradas em Montevideú.

A ruptura do impasse veio, ao fim, pelo mar. Em agosto de 1823, finalmente se completara a Esquadra comandada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Antonio Nunes²¹⁰⁰, que partiu para fechar o cerco marítimo a Montevideú. Como visto acima, faziam parte desse conjunto dois Brigues (*Real Pedro* e *Cacique*), uma Corveta (*Liberal*), e três Escunas (*Leopoldina*, *Cossaca* e *6 de Fevereiro*). Em 11 de outubro de 1823, a esquadra brasileira impôs o cerco ao porto de Montevideú.

Em 21 de outubro de 1823, deu-se, então, o combate decisivo. D. Álvaro da Costa buscou romper o cerco realizado por Antonio Nunes e ordenou, para tanto, que os quatro navios a sua disposição zarpassem do porto. O Comandante Pedro Antonio Nunes relatou ao Rio de Janeiro o combate²¹⁰¹, que se iniciou ao nascer do sol. Avistando o inimigo, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Nunes fez sinal para levantar âncora e determinou manobra “não só para ganhar barlavento ao inimigo, como também para o afastar do porto”. Executada a manobra, as embarcações viraram sobre a frota portuguesa, “por contramarcha engajando o combate em bordos desencontrados” A primeira a abrir fogo foi a *Liberal*, ao qual responderam os portugueses. O *Real Pedro* atacou o *Conde dos Arcos*, sendo depois atacado pelo *General Lecór*. Nova passagem dos navios brasileiros foi realizada, sempre com “vivo fogo”.

²⁰⁹⁹ Vide OFÍCIO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Suberra [Manoel Inácio Pamplona Corte Real], ao brigadeiro ajudante-general e comandante interino da Divisão dos Voluntários Reais d"El Rei, D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, encaminhando-lhe uma carta régia que ordenava a retirada das forças de mar e terra da praça de Montevideú e da banda Oriental do Rio da Prata. Anexo: carta régia. 23 de julho de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_065, Cx 4, D. 214. (In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate, <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> (acesso em 30/12/2014).

²¹⁰⁰ In: *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência*, 1880, p. 59. Vide também DORATIOTO, Francisco. “Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852)”. In: Revista Navigator, 2012. In: http://www.revistanavigator.com.br/navig12/dossie/N12_dossie1.pdf (acesso em 25/08/2014).

²¹⁰¹ “Parte oficial dada pelo Capitão de Mar e Guerra Graduado Pedro Antonio Nunes, relativa ao combate de 21 de Outubro de 1823”. In: *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência*, 1880, p. 78.

O embate terminou apenas às 4 horas da tarde, com a retirada das forças portuguesas de volta ao porto de Montevideu. O Comandante Nunes informou tentativa de perseguir o inimigo, que não teve sucesso. Segundo seu relato, as embarcações brasileiras tiveram várias avarias, especialmente a *6 de Fevereiro* e a *Leopoldina*, que tiveram rombos em seus cascos, os quais, no entanto, não impediam a continuidade das operações. Também os navios portugueses ficaram avariados. Não houve mortos ou feridos do lado brasileiro. Os portugueses, por sua vez, registraram 6 mortos e 18 feridos.

Após o combate de 21 de outubro de 1823, a pequena esquadra portuguesa chegou a realizar uma nova tentativa de saída do porto, no dia seguinte, mas não ultrapassou a linha da “boca do porto” até o por do sol, sem se disporem ao combate à esquadra brasileira, que se achava à vista²¹⁰². Não havia mais capacidade pró-Lisboa para empreender uma ação decisiva.

4) A PARTIDA DAS TROPAS PORTUGUESAS

Sem romper com o cerco marítimo, após perder o combate naval, poucas opções restavam a D. Álvaro da Costa, que não teve outra opção a não ser a negociação. Foram logo iniciadas as conversações, que terminaram em 18 de novembro de 1823, com a “Convenção para a Suspensão de Armas e Retiradas da Tropas Portuguesas de Montevideu”²¹⁰³. Nesta, regulava-se a presença das tropas portuguesas na cidade, até a partida, reabria-se o comércio e o porto, e regulava-se a questão da dívida contraída na praça. Estipulava-se, ademais, que a Fragata *Thétis*, já de posse dos brasileiros, ficaria “em depósito” até acordo entre Rio de Janeiro e Lisboa. A Escuna *Maria Thereza* e uma Corveta igualmente ficariam sob o comando brasileiro. Lecor e D. Álvaro não assinaram a Convenção, o que foi feito, do lado brasileiro, pelo Coronel da Legião de São Paulo, Ignacio José Vicente da Fonseca, e pelo Tenente-Coronel Comandante da Artilharia da Côte, Wenceslao de Oliveira Bello. O Coronel Felipe Nery Gorjão e o Major Ignacio da Cunha Gasparinho assinaram do lado português.

Mesmo com a conclusão da rendição de D. Álvaro, a partida das forças portuguesas foi lenta, concretizando-se apenas em 28 de fevereiro de 1824. Eram as

²¹⁰² Idem, p. 59.

²¹⁰³ O texto completo do instrumento pode ser encontrado em : http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1823/b_1/ (acesso em 02/09/2014).

últimas tropas portuguesas a partir do território brasileiro, consolidando a intenção do Império de fazer-se na mesma dimensão territorial do antigo Reino do Brasil. Lecor entrou em Montevideu em 2 de março de 1824, procedendo à aclamação de D. Pedro como Imperador. O Reino do Brasil se transformava, por inteiro, em Império do Brasil.

José Honório Rodrigues aponta que, no processo de expulsão dos portugueses, Lecor “teve algumas perdas, mas não eram consideradas graves”. De fato, Em 20 de novembro de 1823, Lecor enviou ofício ao Ministro da Guerra informando a relação de mortos e feridos do Exército Imperial “na campanha da praça de Montevideu contra a divisão de Voluntários Reais de Portugal e corpos a ela unidos”²¹⁰⁴. Segundo o documento, entre fevereiro e outubro de 1823, houve 46 baixas do lado brasileiro, das quais apenas 13 teriam morrido.

É preciso, no entanto, relativizar essa avaliação. As baixas registradas por Lecor não incluíram aquelas do período anterior, nem aquelas relacionadas à Marinha. Existe, ademais, uma contradição entre os relatos dos dois lados, haja vista que D. Álvaro da Costa relatava que o combate de 19 de abril havia, apenas ele, deixado 20 mortos e muitos feridos do lado brasileiro, ao passo que os Voluntários Reais teriam perdido 6 homens. Do lado português não foi encontrada indicação precisa do total das baixas.

Tomando-se como base o resultado brasileiro, em torno de 50-80 baixas (incluindo as anteriores a fevereiro de 1823 e as da Marinha), tem-se nos combates da Cisplatina algo como 150 baixas, dos dois lados. Um resultado que, pela dimensão do confronto, seria de fato limitado, ao passo que os prejuízos materiais foram importantes, seja na destruição causada pelo cerco a Montevideu, seja pelos combates nessa ação militar e em outras que ocorreram no interior da Província, principalmente voltados ao combate dos partidários de Buenos Aires. A guerra existiu, no entanto, independentemente do número de mortes.

O término da guerra entre Rio de Janeiro e Lisboa não significou, por fim, a conclusão da instabilidade política e do conflito na Cisplatina. Segundo Helio Leoncio Martins²¹⁰⁵, a mobilização para a incorporação da Cisplatina ao Império não foi seguida de atenção no mesmo nível por parte do Rio de Janeiro, em 1824. As tropas portuguesas não foram substituídas, as atenções políticas e militares se voltaram aos outros problemas que continuavam a ocorrer no Nordeste, com a Confederação do Equador.

²¹⁰⁴ In: Arquivo Nacional, Coleção Cisplatina, caixa 977, fundo 1^a, 1819-1823.

²¹⁰⁵ 2010, p. 17

Essa fragilidade estimulou o “espírito artiguista”, que já se manifestara, em outubro de 1823, com o Cabildo de Montevideú, ainda na presença dos Voluntários Reais, e reunião de opositores ao Rio de Janeiro que declarou nulo o Congresso que incorporou a Cisplatina ao Reino do Brasil, ao ver negado pedido ao Rio de Janeiro de retirada das tropas brasileiras da Província. As movimentações continuaram ao longo de todo o período de 1824-1825, culminando com a conhecida travessia do rio Uruguai por 33 refugiados das Províncias Unidas, liderados por Lavalleja e empunhando a bandeira de Artigas, em 19 de abril de 1825. O pequeno movimento ganhou adesões, inclusive de Frutuoso Rivera, enviado por Lecor para enfrentar a revolta, como fizera ao longo do ano de 1823²¹⁰⁶.

A rebelião, com apoio das Províncias Unidas do Prata, ganhou vulto. Em 10 de dezembro de 1825, o Império do Brasil declarou guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, por meio de um longo manifesto, no qual se apresentavam as razões da guerra. A Guerra da Cisplatina se iniciava.

²¹⁰⁶ Helio Leoncio Martins, 2010, p. 17

IX – O PÓS-GUERRA E O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

Esta Tese demonstrou que a Independência brasileira foi o resultado da disputa entre o Rio de Janeiro e Lisboa, que dragou todas as Províncias do Reino em um conflito que se transformou em guerra caracterizada por três frentes principais (Bahia, Norte, Cisplatina). A pergunta que resta é saber quando terminou o conflito. Seria no 2 de julho, quando a Província mais estratégica do Reino, a Bahia, foi finalmente incorporada pelo Império, no final dos combates no Norte, com a incorporação do Pará, em agosto de 1823, ou com a retirada dos Voluntários Reais da Cisplatina, já em 1824?

Duas indicações poderão ajudar nessa avaliação: os combates contra as forças ligadas a Lisboa terminaram em 1823, mas revoltas relacionadas às lealdades anteriores, principalmente no Maranhão e no Pará, continuaram vivas até o momento do reconhecimento da Independência do Império, em 1825. Esse também é o momento em que Portugal cessa de reclamar a volta dos territórios. Em Lisboa, os debates sobre a recuperação continuaram até o reconhecimento, tendo sido elaborados planos de reconquista, de difícil execução, e, como sugerido por Cochrane no final da seção sobre o Pará (Capítulo VII), gestões políticas de portugueses que desejavam colocar obstáculos à solidificação das adesões declaradas (e forçadas, em alguns casos) das diferentes Províncias do Império.

Sendo o processo de Independência, a partir do 7 de setembro, uma guerra em moldes tradicionais, a paz, portanto, chegou com o Tratado de Amizade e Aliança entre El-Rei o Senhor D. João VI e D. Pedro, Imperador do Brasil, de 29 de agosto de 1825²¹⁰⁷. É nesse momento em que cessaram oficialmente as hostilidades e terminam as reclamações de Portugal. O reconhecimento da Independência do Brasil foi intermediado pelo Reino Unido e terminou em acordo no qual, dentre outros, o novo Império pagaria a Lisboa a alta soma de 2 milhões de libras esterlinas.

²¹⁰⁷ Transcrições integrais do Tratado e da Convenção Adicional estão disponíveis na página da Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. In: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1825/b_2 (acesso em 12/01/2015)

Com o passar do tempo, a historiografia passou a caracterizar o reconhecimento brasileiro como um “péssimo negócio”, a origem da dívida externa brasileira ou mesmo uma traição de D. Pedro. Para José Honório Rodrigues²¹⁰⁸:

A diferença essencial entre a Independência dos Estados Unidos, do México, de toda a América espanhola, do Haiti francês e a do Brasil é a de que só o Brasil pagou aos seus antigos senhores. Uma vergonha sem igual na História da América, praticada por D. Pedro e seus serviçais ministros, aqueles que promoveram a contra-revolução, enquanto José Bonifácio sofria no exílio por ter sido sempre íntegro, independente, corajoso, culto, consciente e nacionalista.

Teria D. Pedro de fato traído o movimento inicial ou mesmo cedido por pressões e interesses, quando a conjuntura já lhe era favorável? A força das adesões e das conquistas nos anos de 1822-1823 poderia confirmar essa interpretação. Essa é a base utilizada por José Honório Rodrigues, por Amado Cervo & Clodoaldo Bueno e também mencionada por Rubens Ricúpero, para quem o interesse dinástico de D. Pedro (ganhar a Coroa portuguesa) prevaleceu, quando o Brasil já “não se encontrava ameaçado por ataque estrangeiro, já havia expulsado as tropas portuguesas de seu território, não era um aliado subalterno da Grã-Bretanha”²¹⁰⁹.

Esse movimento se relacionaria, como aponta José Honório Rodrigues, à “contra-revolução” promovida pelos portugueses em torno de D. Pedro, contra ideias como as de José Bonifácio, que teriam impulsionado o desenvolvimento do Brasil. A reação conservadora a partir de 1824, com as influências portuguesas sobre D. Pedro terão sido de fato elementos políticos do período. Explicariam, no entanto, o processo de reconhecimento?

O ano de 1825 não era o primeiro semestre de 1823, ou agosto de 1823, ou mesmo janeiro de 1824, quando se iniciaram as negociações. Muito tinha mudado na política, fosse na capital do Império, fosse nas Províncias. Influências externas ainda atuavam e a conjuntura política, na verdade, degingolou no que diz respeito à unidade que recém havia sido construída em torno do Rio de Janeiro. As capacidades de negociação da capital carioca diminuiriam no período e esse é o ponto que se faz

²¹⁰⁸ 2002, p. 334.

²¹⁰⁹ RICÚPERO, Rubens. “Parte 3: O Brasil no Mundo”. In: *História do Brasil Nação: 1808/2010. Volume 1: Crise Colonial e Independência (1808-1830)*. Coordenação: Alberto da Costa e Silva. Direção: Lilia Moritz Swarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

necessário explorar aqui, antes de se retornar à questão do “mau-negócio”, para o Brasil, que teria sido o Tratado de Reconhecimento da Independência. Quatro fatores servem de guia para essa análise: a conjuntura política no Rio de Janeiro, a situação das Províncias e seus vínculos com a capital do Império, a postura de Lisboa e, por fim, a intermediação inglesa. Eles serão explorados na primeira parte do presente capítulo. A segunda parte se concentrará nas negociações do reconhecimento.

1) CONJUNTURA BRASILEIRA E AS AÇÕES DE PORTUGAL E REINO UNIDO

Desde o início do processo que levou à emancipação, como visto no Capítulo IV, a relação de D. Pedro com os núcleos iniciais (como os representados por José Bonifácio e por Gonçalves Ledo) do projeto em torno do Rio de Janeiro e com elites das “Províncias Colligadas” foi sensível, como visto, por exemplo, nos episódios das viagens de D. Pedro a Minas Gerais e a São Paulo. A conjugação das diferentes visões e projetos levou tempo e muito esforço para ser alcançado. Ao final, foi a atitude hostil das Cortes que impulsionou a aproximação, levando a um acordo, mas não ao compartilhamento das mesmas aspirações. A convocação da Constituinte e a guerra de Independência contribuíram, finalmente, para que os conflitos internos fossem provisoriamente deixados de lado, ao menos no primeiro semestre de 1823.

Também contribuiu para essa aparente tranquilidade as medidas de força adotadas por José Bonifácio, em fins de 1822 e início de 1823, para eliminar a oposição ao Imperador. Jornais foram fechados e os adversários mais duros foram presos ou expulsos do Rio de Janeiro. Essas ações revelavam que, em 1822, em meio à declaração de Independência e à Coroação do Imperador, já havia divergências importantes no campo político. As questões não eram novas. Continuavam, na verdade, o debate que se iniciara em 1820, com a Revolução do Porto e a crise do antigo Regime, o que André Roberto de Arruda Machado chamou de a “quebra da mola real das sociedades”²¹¹⁰.

As diferenças, desse modo, subsistiam e foram ficando mais claras a partir dos preparativos os trabalhos da Assembleia Constituinte. Para a cerimônia inaugural da

²¹¹⁰ 2006, p. 1.

Constituinte, em 3 de maio de 1823, debateu-se, por exemplo, se D. Pedro deveria ingressar no Congresso descoberto ou com toda a ornamentação, esta símbolo do poder imperial. O Imperador terminou por ir à Assembleia com toda a ornamentação. Outro tema discutido na Assembleia Constituinte, ao longo de todos os seus trabalhos, foi o poder de veto do Imperador sobre os artigos da Constituição. Havia resistência de muitos constituintes em dar esse poder a D. Pedro, considerando que o Legislativo deveria manter sua precedência, como era a visão liberal. Os apoiadores do Imperador defendiam o reforço de sua autoridade. O debate permaneceu inconclusivo.

O próprio discurso de D. Pedro na sessão inaugural da Assembleia, em 3 de maio de 1823, causou controvérsia. As sessões após a abertura dos trabalhos repercutiram abertamente o trecho em que D. Pedro falava da aprovação de uma Constituição “se for digna de mim”. Muitas vezes se insurgiram contra a fala, suscitando longa discussão sobre o assunto e acusações de “despotismo” contra D. Pedro. Mareschal cita²¹¹¹, por exemplo, crítica do Deputado João Carlos Dias, de Minas Gerais (para o diplomata “um dos mais imbecis” parlamentares), que teria sustentado não ter aclamado D. Pedro.

Os ataques de alguns Deputados a D. Pedro levaram, inclusive, à reação de José Bonifácio, que em discurso na Assembleia sobre a primeira Fala do Trono criticou aqueles que reagiam à expressão do Imperador sobre a Constituição “digna de mim”²¹¹²: “todos nós queremos uma Constituição digna do Brasil, digna do Imperador e digna de nós”. O Patriarca defendia que a Carta deveria dar o grau de liberdade “da qual sejamos capazes”, limite que deveria ser visto em comparação com o que se passava no resto das Américas: “faz 14 anos que os homens se destroem, desde que eles saíram do Governo monárquico, não produziram nada mais que o sangue vertido”.

Junto com as reações às pressões do Imperador em manter precedência sobre a Assembleia (no caso das ornamentações e do veto), os debates revelavam as dificuldades dos constituintes em entrarem em acordo sobre a relação do Rio de Janeiro com as Províncias²¹¹³. Nos debates na Assembleia e nas outras expressões políticas,

²¹¹¹ In: Mareschal, ofício de 26 de maio de 1823. Retraduzido para o português. In: *RIHGB*, vol. 313, outubro-dezembro, 1976. P. 223.

²¹¹² In: Mareschal, ofício de 26 de maio de 1823. Retraduzido para o português. In: *RIHGB*, vol. 313, outubro-dezembro, 1976. P. 223.

²¹¹³ Vide, por exemplo, alocução do Deputado Souza Mello, em 26 de maio de 1823: “eu fui o primeiro que levantei a voz neste Augusto Recinto a respeito da organização dos Governos das Províncias, movido pelo clamor de todas ellas, pelo grito de todos os povos. Testemunha de muitos males, e desejando remedia-los, apresentei o meo Projecto em 7 do corrente, para promover assim um beneficio geral, em quanto se não organizava a Constituição Politica deste Imperio, único garante da felicidade do Brasil.

especialmente na imprensa e em proclamações públicas, o que se observava era uma nova disputa entre projetos distintos de organização do novo Estado.

Eliminado o inimigo externo (o conflito com as Cortes de Lisboa), acordava-se para o fato de que as alianças forjadas em 1822 não significavam, necessariamente, a concordância com uma mesma ideia de Estado. Assim, “apesar de certa aparente solidez do Império brasílico, continuava indecisa a questão fundamental da distribuição de poder entre a autoridade nacional no Rio de Janeiro e os governos provinciais”²¹¹⁴.

Em jogo estava principalmente qual seria o órgão representativo da soberania do novo Estado. Ainda que as alianças e interesses fossem fluidos e não houvesse partidos como hoje se conhece, havia duas tendências identificáveis nessa disputa política. De um lado, estava o grupo encabeçado por D. Pedro e, principalmente, por José Bonifácio, cujos planos se voltavam à centralização do poder, principalmente nas mãos do Imperador. De outro estava grupo autonomista, incluindo a maior parte dos representantes Provinciais, inicialmente ligados ao vintismo (e contra o Rio de Janeiro de D. João VI), mas que haviam se aproximado do Rio de Janeiro exatamente pelas diferenças com as Cortes e pelas promessas em torno da constituinte brasileira.

Esse era o caso da Província de Pernambuco, que chegou a aprovar instruções para seus representantes na Constituinte do Rio de Janeiro (“para não sermos bigodeados como já fomos pelas Cortes de Lisboa) frontalmente contrárias às ideias de Bonifácio e que traziam uma noção de “soberania provincial”, como aponta Evaldo Cabral de Mello²¹¹⁵. A questão do veto mostrava, particularmente, a disputa pela definição de relação hierárquica entre o Parlamento e o Executivo, como apontava o Deputado Dias, em sessão da Assembleia de 11 de junho de 1823:

Representantes como somos de uma Nação livre, que se constitue, não podemos em quanto nos constituímos, tratar o Imperador como superior á mesma Nação, mas sim como secundário á sua Soberania. Não o façamos tão metafísico, que não o vejamos delegado dela exercendo o Poder Executivos cujas metas inda não marcamos; competindo-lhe por ora mais deveres, que Direitos pois que não he constituído Imperador se não para a Nação que o constitue sujeito, e nunca superior ás leis, nem aos legisladores, nem quanto exercem o poder Soberano indivisível (...)

Esta matéria he a meo ver urgentíssima, e tal a considerou já esta Assembléa; eu espero que a tome em consideração, por ser da maior importância para o bem dos Povos, que tem sido vexados e oprimidos, pelas funestas consequências que trazem sempre consigo os Governos Populares, de cuja forma procedem immensos males, e todas as desordens das Provincias”.

²¹¹⁴ Lúcia Bastos Pereira das Neves, 2011, p. 100.

²¹¹⁵ “A Outra Independência”, 2014, p. 118.

Os trabalhos da Assembleia trouxeram à tona, portanto, as diferenças passadas e impulsionaram o conflito. “Fervia a disputa entre José Bonifácio e a Assembleia, com muitos ataques de parte a parte através do *Diário do Governo* e dos demais jornais que então circulavam na cidade”²¹¹⁶.

As diferenças ainda não chegavam, é bem verdade, ao ponto de ruptura. O Imperador ainda era visto como o Chefe do Estado e as tendências republicanas, mesmo existentes, não eram majoritárias. Ainda assim, desde o início dos trabalhos constituintes, os temores sobre os rumos da Assembleia e dos conflitos potenciais levavam à reflexão sobre alternativas. Em 11 de março de 1823²¹¹⁷, Mareschal escreveu a Viena avaliação de que aos problemas na Assembleia havia alternativa, “um meio sempre perigoso, é verdade, mais que aqui, segundo o espírito do povo, teria sucesso infalível: dissolver a Assembleia pela força e promulgar uma Constituição”. Mareschal apontava que muitos apoiavam a ideia e estimavam que D. Pedro já deveria ter promulgado uma Carta quando de sua coroação. A ideia de dissolução da Constituinte, como indica o diplomata austríaco, não surgiu apenas no final de 1823. E, o que é interessante no relato de Mareschal, havia apoio à ideia.

Foi estabelecimento de um terceiro grupo político, muito ativo, que ampliou o conflito político. Esse grupo formou-se com a saída de José Bonifácio do Governo, em 16 de julho de 1823. Mareschal registra, em 19 de julho²¹¹⁸, um clima de “intrigas” no Palácio imperial, que foram agravadas pela queda de D. Pedro de seu cavalo e o resguardo por dias, afastando-se da gestão do Estado. Essa ausência exacerbou as conspirações e, ao fim, provocaram a queda de José Bonifácio, uma ruptura de tal maneira, que, segundo o diplomata austríaco “é quase impossível qualquer tipo de reconciliação (com o Imperador)”. Preocupado com o resultado dos eventos, Mareschal informava Viena ter buscado contato com D. Pedro para “o convencer de que o momento requeria demonstração de segurança, que era de necessidade absoluta para a manutenção de sua autoridade, para o que teria o apoio das potências europeias”. D. Pedro teria respondido positivamente à gestão. José Bonifácio, de sua parte, pareceu a Mareschal “abatido e fatigado”.

²¹¹⁶ Isabel Lustosa, 2006, p. 257.

²¹¹⁷ In: *RIHGB*, vol. 313, outubro-dezembro de 1976, p. 179.

²¹¹⁸ *RIHGB*, n° 314, janeiro-março, 1977, p. 319.

As negociações para a formação do novo Governo foram cercadas de segredo, mas terminaram com a composição de Gabinete considerado “português” e, para muitos, de baixa qualidade²¹¹⁹. Restabelecia-se, nesse momento, a influência “portuguesa” em torno de D. Pedro, a “contra-revolução” afirmada por José Honório Rodrigues²¹²⁰, que o distanciaria de importantes figuras do movimento da Independência. O novo Gabinete teria como oposição figuras como José Bonifácio, Cochrane e antigos chefes militares provinciais da guerra de Independência, estes que se vinculariam, em 1824, à Confederação do Equador.

D. Pedro anulou, em julho de 1823, as investigações abertas por Bonifácio em São Paulo, consideradas mais fruto de rivalidades provinciais do que de sedições contra a ordem. Uma outra portaria, segundo Mareschal, acusava Bonifácio de ter “alienado”, por seus atos de vingança, as Províncias do Norte e a própria Assembleia. O Patriarca da Independência se tornava, pela pena do Imperador, o responsável pela maior parte dos problemas existentes naquela conjuntura política brasileira. Essa visão, logicamente, não convencia o diplomata austríaco, para quem o Príncipe errava em achar que os problemas de consolidação do Império haviam se restringido ao apoio em várias Províncias à Portugal, em outras palavras, à guerra.

As acusações de D. Pedro e de seus novos assessores contra Bonifácio tiveram, no entanto, o condão de acirrar ainda mais a disputa. Os irmãos Andrada, de sua parte, reagiram à mesma altura. Fundaram o jornal *Tamoio*, a partir do qual realizaram ataques tanto aos radicais quanto ao Governo, acusado de “português”. Como aponta Isabel Lustosa, a passagem para a oposição, “não aproximou os Andradas dos seus antigos adversários”²¹²¹.

A atuação dos Andrada e de outros atores fez com que, a partir do segundo semestre de 1823, renascesse “o clima febril do ano anterior (1822), com a multiplicação dos jornais que se posicionavam em relação aos debates na Assembleia”²¹²². Não havia, é bem verdade, partidos organizados, mas “correntes de opinião, que se agrupavam ou se dividiam no desenrolar dos debates”, de acordo com

²¹¹⁹ Segundo Mareschal : *le veritable conseil du Prince se compose du Ministre de la Guerr, de trois ou quatre serviteurs du Palais, tous portugais, incapables de lui conseiller bien et sous tous rapports indignes de as confiance (...)*. Ofício de 6 de setembro de 1823. In : *RIHGB*, volume 315, abril-junho, 1977, p. 303.

²¹²⁰ 2002.

²¹²¹ Isabel Lustosa, 2006, p. 259.

²¹²² Lúcia Bastos Pereira das Neves, 2011, p. 103.

ideologias e interesses²¹²³. Ainda assim, o conflito entre o Imperador e setores liberais, republicanos e com os Andradas se tornava aberto. Na avaliação de Mareschal²¹²⁴, se a rusga entre D. Pedro e José Bonifácio não tivesse sido tão “envenenada”, suscitando um “espírito de vingança”, a solução para a crise política estaria na volta do Patriarca ao Governo. Segundo o diplomata austríaco, apesar das faltas pessoais, de sua família e do seu partido, Bonifácio “ao menos tinha um plano para o conjunto geral das coisas que era bom e praticável e, se como o acusaram, ele abusava da autoridade de seu Mestre, sem dúvida realizava sua prerrogativa e seus direitos com vigor”.

Sem essa solução, o distanciamento entre o Imperador e a Assembleia se ampliou. Em 23 de agosto de 1823²¹²⁵, Marechal informava de “discussões muito violentas”, com os membros do que chamava de “partido democrata” ameaçando se retirar às suas Províncias. Os irmãos Andrada também se tornavam mais agressivos, na Assembleia e no combate ao Ministério “português”, ainda que, na opinião do diplomata austríaco, José Bonifácio não participava diretamente do que se passava. A questão do veto imperial às decisões da constituinte permanecia como ponto de discórdia.

O problema foi agravado pelo próprio procedimento da constituinte, lento e permeado por discussões que não se relacionavam apenas com a elaboração da Constituição. Os trabalhos levaram tempo demais para avançar, quando a conjuntura demandava resultados rápidos, para garantir a estabilidade²¹²⁶. A permeabilidade da Assembleia a outros temas, não necessariamente políticos, ecoava situação que havia ocorrido, recorde-se, com as Cortes portuguesas, também contaminadas por temas estranhos à organização constitucional, os quais foram um dos fatores de forte dissenso dentro do mundo português.

Foi exatamente um desses temas exógenos que se tornou o estopim para a confrontação que levou ao fechamento da Constituinte. No clima exacerbado de 1823, os jornais traziam ataques constantes de lado a lado, ofensivas em alguns casos

²¹²³ Idem, p. 102.

²¹²⁴ Ofício de 5 de agosto de 1823. In: *RIHGB*, nº 314, janeiro-março, 1977, p. 332.

²¹²⁵ *RIHGB*, nº 314, janeiro-março, 1977, p. 342.

²¹²⁶ Na avaliação de Mareschal: *Je crois aussi qu'il faudra bon gré mal gré, en venir là et que c'est toujours déjà un bien d'avoir un projet de Constitution fait par les membres les plus éclairés de l'Assemblée et choisis par elle; que l'on puisse présenter comme Charte; mais ce qui eut été facile et sûr il y a six semaines, est devenu et sera, de jour en jour plus périlleux, l'adoption de mesures fortes, d'un système suivi, deviendrait indispensable si l'on ne veut pas voir dans peu l'Empire réduit au Rio-de-Janeiro et il n'y a dans ce Parti et en général, personne qui en paraisse capable.* Ofício de 6 de setembro de 1823. In: *RIHGB*, volume 315, abril-junho, 1977, p. 304.

difamatórias e agressivas. O *Tamoio* dos Andrada era contraposto pelo *Correio do Rio de Janeiro*, pelo *Espelho* e pelo *Diário do Governo*, que em linhas gerais defendiam o Imperador. A batalha política da e na imprensa do Rio de Janeiro foi amplamente explorada por Isabel Lustosa em sua obra “Insultos Impressos”²¹²⁷:

“o vigor com que a imprensa participou e conduziu os debates em torno das questões definidoras do regime que seria adotado e a efetiva ação de seus jornalistas no processo político em evolução encontraram seu lugar num contexto em que preponderava a indefinição das formas que assumiria o regime político que se estava fundando”²¹²⁸.

Em um dos casos da imprensa excitada, o diário “*A Sentinela da Liberdade na Guarita da Praia Grande*”, de José Estevão Grondona, publicou série de artigos assinados com o pseudônimo “brasileiro resoluto”, que atacava ferozmente o Governo Imperial. O diário era próximo ao *Tamoio* dos Andrada. Não compartilhava necessariamente o mesmo projeto, mas “era conveniente para ele aliar-se aos paulistas no combate aos portugueses para ver se, expulsos estes, sairia com eles do Brasil o imperador e, quem sabe, se instauraria no Rio de Janeiro uma república”²¹²⁹. Os artigos do “brasileiro resoluto” provocaram revolta nos grupos portugueses, que planejaram uma reação.

Em 5 de novembro, sem muito precisar quem era o autor, o Sargento-Mor Joze Joaquim Januario Lapa e o Capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire agrediram David Pamplona Corte Real, acusando-o de ser o “brasileiro resoluto”. David Pamplona apresentou, em reação, requerimento à Comissão de Justiça Civil e Criminal da Assembleia, acusando os dois militares pela agressão sofrida no dia anterior. É curioso que a Justiça tenha sido buscada por David Pamplona no Legislativo e não no Judiciário. Mas esse era o caso da porosidade da Constituinte, na qual alguns de seus membros viam nesses episódios corriqueiros oportunidade para ação política. A Assembleia “vinha se constituindo no desaguadouro de todas as queixas populares”²¹³⁰.

Antonio Carlos e Martim Francisco tomaram partido da vítima, deixando de lado o fato de que Pamplona era europeu de nascimento. A opção entre “brasileiros” e “portugueses” não era necessariamente pela origem geográfica (Europa ou América),

²¹²⁷ A obra inclui artigo publicado em 2006, e livro, em 2010.

²¹²⁸ Idem, 2006, p. 266.

²¹²⁹ Isabel Lustosa, 2006, p. 260.

²¹³⁰ Idem, p. 260.

mas pela posição política. Era uma oportunidade aos Andrada explorar o caso, que permitia atacar tão diretamente o “partido português”. Na sessão da Assembleia Constituinte de 10 de novembro, Antônio Carlos reclamou providências urgentes, “ao que lhe retrucou o Ministro do Império que via no caso o resultado dos ‘libelos difamatórios’ dos jornais”²¹³¹. Os debates foram se acirrando e, para piorar o clima, o povo foi aceito nas galerias e no próprio Plenário. Os Andrada, em discursos inflamados, lograram mobilizar a população que estava presente no local, que se preparou para sair às ruas em protesto. A sessão parlamentar foi finalmente suspensa e o clima de tensão se ampliou para fora da Assembleia. D. Pedro, em reação, mandou formar a tropa e toda a guarnição de São Cristóvão se armou.

No dia seguinte, a sessão se iniciou sob os protestos contra a mobilização militar. Chegava, também, por oficial despachado pelo Ministro do Império, ordem para que a Assembleia tomasse providencia contra os jornais *Tamoio* e *Sentinela*. Ante a reação do Executivo, comissão especial que incluía Vergueiro, Felisberto Caldeira e José Bonifácio propôs que a Assembleia se instalasse em sessão permanente, o que foi aprovado.

Se iniciaria o que ficou conhecida como a “noite da agonia”²¹³², na qual foram pronunciadas muitas críticas a D. Pedro. Na madrugada de 11 para 12 de novembro, tropas imperiais cercaram e invadiram o Parlamento e dissolveram a Assembleia, com fundamento em Decreto do Imperador. Vários Deputados foram presos, incluindo os dois Andradas. José Bonifácio foi, na sequência, exilado. Terminava, naquela madrugada, a Constituinte de 1823.

Em decreto de 13 de novembro de 1823²¹³³, D. Pedro justificou a dissolução por ter se tornado a Assembleia “perjura”. Afirmava não confundir os representantes da “facção” que dominava o corpo com os “legítimos representantes do Povo Brasileiro”, tendo sido obrigado a enfrentar os “facciosos que anhelavam vingança ainda á custa dos horrores da anarchia”. Era praticamente a mesma linguagem utilizada contra as Cortes, no processo que levou à Independência e que revelava, fundamentalmente, uma diferença entre o corpo Legislativo e o Executivo sobre o projeto de organização do Estado, entre a autonomia provincial e a centralização.

²¹³¹ Octávio Tarquínio de Sousa, *José Bonifácio*, 2002, p. 216.

²¹³² Parte das transcrições da sessão encontram-se nos documentos publicados na obra *José Bonifácio de Andrada e Silva*, 2002, p. 244.

²¹³³ *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 441

Havia, nesse caso, duas perspectivas em jogo. Os constituintes e grupos dirigentes provinciais atinham-se ao entendimento com D. Pedro, feito durante o processo que resultou na emancipação, de que a manutenção da unidade do antigo Reino viria junto com a autonomia provincial, uma das razões pelas quais se havia lutado contra Lisboa e a favor do Rio de Janeiro. Outras resistências diziam respeito a grupos ainda favoráveis a Lisboa, ou tendências mais radicais, republicanas.

O projeto do Imperador, de sua parte, era claro na centralização do poder no Rio de Janeiro, ante o risco, já percebido nas discussões anteriores à partida de D. João VI, em 1821, da “anarquia”. As operações militares contra as Cortes de Lisboa, ademais, mostravam os riscos de fragmentação. Da briga imediata e pessoal do monarca e de seus próximos contra os Deputados e a oposição dos Andrada sobressaiam diferenças fundamentais sobre o Estado, uma diferença que também acabaria sendo resolvida, em última instância, pela força.

O interessante do decreto de dissolução da Constituinte é que ele não dizia respeito ao simples fechamento do Legislativo. Ao mesmo tempo em que fechava uma, D. Pedro convocava, no Decreto²¹³⁴, outra Constituinte,

“na forma das instruções feitas para a convocação d’esta que se acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projecto de Constituição, que Eu lhe dei de em breve apresentar, que será duplicadamente mais liberal do que a que extinta Assembléa acabou de fazer”.

O objetivo inicial, desse modo, era voltar a reunir o corpo constituinte, o que terminou não ocorrendo. Ao fim, novo projeto de Constituição foi apresentado em 20 de dezembro de 1823 e submetido a consultas nas Câmaras Municipais²¹³⁵. Após terem sido recebidos apoios municipais ao projeto e à promulgação direta, sem a instalação da Assembleia prometida, a Constituição do Império do Brasil foi promulgada em 25 de março de 1824.

²¹³⁴ *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 441

²¹³⁵ É interessante notar relato feito a Lisboa, sobre esse momento, em que “três Camaras do Imperio aviaio pedido absolutismo, constava mais que o imperador já por huma portaria tinha respondido as ditas Camaras, que não convinha ao Imperio do Brazil o sistema”. In: OFÍCIO de Francisco Antônio de Miranda ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José de Monteiro Torres, sobre as notícias obtidas com a chegada do Rio de Janeiro da galera Fama; informando que três câmaras do Império haviam pedido a implantação do regime absolutista e que o imperador já tinha respondido negativamente às mesmas com uma portaria. Em 15 de julho de 1825. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx 294, D. 20831.



D. PEDRO E A CONSTITUIÇÃO, por Manuel de Araújo Porto-Alegre - Museu Histórico Nacional

A dissolução da Constituinte e a promulgação da Constituição de 1824 não terminaram com as tensões, na Corte ou nas Províncias. Pelo contrário, houve uma exacerbação das tensões ao longo de 1824-1825. No Rio de Janeiro, ampliou-se, inclusive, a dissonância entre brasileiros e portugueses, “aos quais se atribuía influência na decisão do imperador de praticar aquele golpe de Estado”²¹³⁶. Também continuava a oposição ao Imperador, como se observa, por exemplo, em devassa realizada em 8 de março de 1824, sobre “o movimento subversivo”. O Decreto²¹³⁷ que autorizou a investigação falava em forças “incendiárias” que atentavam contra a ordem e o sistema liberal, e punham “em dúvida a Constitucionalidade”. O documento aponta especialmente para a ação de “proclamações incendiárias e pasquins insolentes”. Alguns indivíduos já estavam, segundo o Decreto, presos. A devassa se destinava a prender os cúmplices, que “só por inquirição de testemunhas poderá verificar-se cabalmente”.

²¹³⁶ Isabel Lustosa, 2006, p. 175.

²¹³⁷ In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 459.

Nas Províncias a situação foi ainda pior. Ao longo dos últimos capítulos do presente trabalho, relatou-se que, apesar do esforço militar e da adesão/incorporação ao Império, Províncias como Pernambuco, Ceará, Pará ou Maranhão continuaram a sofrer com forte instabilidade política. Na Cisplatina, em pouco tempo estouraria nova guerra. A aceitação ou, em alguns casos, a imposição da unidade em torno do Rio de Janeiro era frágil, dependendo de acordos, por exemplo, sobre a Constituinte, ou de medidas de força. A partir de 1824, essas fragilidades se tornaram mais claras, uma vez que o problema externo, os grupos sociais e tropas que apoiavam Lisboa, desaparecera. Alguns destes elementos pro-Lisboa permaneciam no Brasil, complicando ainda mais a equação.

Mesclaram-se, então, disputas locais, projetos distintos sobre a organização provincial, sobre a relação com o Rio de Janeiro e sobre a figura de D. Pedro. A guerra que havia devastado o Norte-Nordeste não foi seguida, como visto anteriormente, pela estabilidade e pela recuperação econômico-social. Províncias como Pernambuco, Maranhão e Pará, sofriam com as disputas internas e também com controvérsias relacionadas às medidas e aos debates políticos no Rio de Janeiro. A substituição das Juntas Governativas por Governadores designados por D. Pedro foi o primeiro sinal de polêmica²¹³⁸. Em abril de 1823, Cipriano Barata fundou o *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, onde publicou artigos alertando para o risco de dissolução da constituinte e concentração de poder nas mãos do Imperador²¹³⁹.

Pernambuco, de fato, constituiu o caso mais claro dos problemas decorrentes da disputa entre autonomia e centralização. A instabilidade política, na verdade, não foi interrompida nem com a queda de Luís do Rego, nem com a de Gervásio Pires, nem com a adesão a D. Pedro e o apoio decisivo nas operações na Bahia e no teatro Piauí-Maranhão. Eram os mesmos motivos, as mesmas diferenças, que foram se acirrando ao longo do primeiro semestre de 1824:

Em lados opostos, autonomistas e centralistas ameaçavam a paz da província e estavam, mais uma vez à beira da guerra civil. (...) O confronto entre autonomistas e centralistas encerrava, em última análise, o conflito entre diferentes visões acerca da independência, da formação do Estado e da nação. Tais visões conviviam no mesmo contexto provincial, mas acenavam para as

²¹³⁸ Lúcia Bastos Pereira das Neves, 2011, p. 102.

²¹³⁹ In: Lúcia Bastos Pereira das Neves, 2011, p. 103.

diferentes formas pelas quais então se construía o pacto mais amplo entre governadores e governados.²¹⁴⁰

Foi a disputa pelo poder local, agravada pelo conflito da organização do Império que se tornou o estopim do confronto. A dissolução da Assembleia Constituinte se tornou um pano de fundo grave a esse processo. Em dezembro de 1823, o Frei Caneca iniciou a publicação do *Typhis Pernambucano*, jornal em que criticou abertamente o fechamento da constituinte, avaliando a medida como “nefasta” para a liberdade do Brasil²¹⁴¹ e conclamando à resistência. Frei Caneca não era o único, em Pernambuco, que se colocava nessa posição, ampliando-se as movimentações dos grupos “federalistas” e autonomistas.

Na verdade, como aponta Evaldo Cabral de Mello²¹⁴², o próprio José Bonifácio havia pressentido os riscos em Pernambuco e sugerido ao Imperador (com quem permanecia rompido), por intermédio de Mareschal, um “golpe parlamentar”. Bonifácio, opondo-se à proposta de submissão do projeto de Constituição às Províncias e concebeu plano pelo qual a Constituição seria rapidamente aprovada, a legislatura ordinária eleita, e realizada intervenção militar em Pernambuco. “Urgia cortar o mal pela raiz, pois as províncias do Sul já começavam a se intoxicar com o ‘maligno vapor pernambucano’”²¹⁴³.

A disputa ao mesmo tempo local e geral foi assim agravada pela dissolução da Constituinte, que levou à constituição de um novo Governo provisório no Recife, em 13 de dezembro de 1823 (no dia seguinte à chegada da notícia da dissolução), de tendência federalista:

“a tomada de poder pelos federalistas não teria sido factível sem a onda de indignação provocada pela dissolução da Constituinte, a qual se estendeu a parte dos unitários que se sentia lograda pela perfídia imperial, como ilustra o gesto do próprio (Coronel) Barros Falcão de arrancar em público a condecoração que o Imperador lhe concedera pela campanha da Bahia”²¹⁴⁴.

²¹⁴⁰ Luiz Geraldo Santos da Silva, “O avesso da independência: Pernambuco (1817-1824)”, 2006, p. 353.

²¹⁴¹ In: Lúcia Bastos Pereira das Neves, 2011, p. 104.

²¹⁴² 2014, p. 153

²¹⁴³ Idem.

²¹⁴⁴ Evaldo Cabral de Mello, 2014, p. 162.

A insatisfação foi ampliada com a promulgação da Constituição de 1824. Apesar da ação de grupos fieis ao Rio de Janeiro pela aceitação do texto²¹⁴⁵, especialmente nas Províncias vizinhas, a situação pernambucana era instável e abria pouco espaço para a conciliação. Tentativas de sublevação militares ocorreram em março. Logo no final do mês, uma flotilha comandada por Taylor tentou negociar a nomeação de Francisco Paes Barreto para o Governo Provincial, em detrimento de Manoel Paes de Carvalho. Também buscava a desmobilização da tropa. Houve, na sequência, nova tentativa de negociação, com a designação de uma terceira opção, José Carlos Mayrinck da Silva Ferrão. Tampouco houve sucesso nessa negociação, sofrendo Mayrinck forte oposição para assumir o Governo, tema que se tornou uma das principais fontes de conflito. Taylor declarou, então, o porto de Recife bloqueado.

Em meio a essa tentativa de acordo, chegavam notícias de que, no Ceará, a informação da dissolução da Constituinte havia provocado reações nas Câmaras de Quixeramobim e do Icó, que haviam proclamado a República. Os problemas tanto no Ceará quanto em Pernambuco, aponta Evaldo Cabral de Mello²¹⁴⁶, influenciavam diretamente as Províncias vizinhas, como Rio Grande e Paraíba. Manifestos surgiram em Recife, em 27 de abril e em 1º de maio, contra o Imperador.

Em 2 de junho, houve tentativa de posse de Maryrinck feita com apoio da força de Taylor, provocando caos em Recife. A operação, apenas “açulou o ódio nativista”²¹⁴⁷. Taylor, no entanto, não deu sequência à ação militar, tendo sido chamado de volta ao Rio de Janeiro. Na capital do Império, D. Pedro havia recebido informações de preparativos de uma expedição portuguesa, que atacaria a Corte a partir de Santa Catarina²¹⁴⁸. Era necessário preparar a defesa, especialmente no plano naval. O tema da “reconquista” portuguesa será tratado abaixo, mas o episódio do bloqueio de Recife dá conta de como a notícia foi recebida no Rio de Janeiro.

No vácuo deixado pela retirada de Taylor, o confronto em Pernambuco foi acentuando-se até estourar, em 2 de julho de 1824 (exatos 1 ano após a saída das tropas portuguesas da Bahia), na Confederação do Equador. O movimento pretendia reorganizar o Estado brasileiro, com base em uma confederação. Não era, necessariamente, movimento separatista²¹⁴⁹. Foi com o desenvolvimento do conflito,

²¹⁴⁵ Evaldo Cabral de Mello, 2014, p. 174.

²¹⁴⁶ 2014, p. 190.

²¹⁴⁷ Evaldo Cabral de Mello, 2014, p. 201.

²¹⁴⁸ Idem, p. 203.

²¹⁴⁹ Idem 2014, p. 214.

com a ampliação do movimento no Norte e sua rejeição pelo Sul, que a ruptura se colocou. A Confederação teve, ao contrário da Revolta de 1817, forte participação popular, o que fez ampliar o conflito²¹⁵⁰.

A reação do Rio de Janeiro teve de ser imediata e nela se observa a influência que o processo tinha sobre a conjuntura de 1824, quando se desenrolavam as negociações do reconhecimento. Como aponta Evaldo Cabral de Mello,

“na reação da Corte, pesou fortemente a avaliação das repercussões internacionais da Confederação. Ao patentear a fragilidade do Império, elas prejudicavam não só as negociações sobre o reconhecimento da Independência, como também o desembolso das demais parcelas do empréstimo levantado em Londres, para cuja amortização se haviam hipotecado as rendas das alfândegas”.

Assim como no caso da primeira etapa da emancipação e construção do Estado brasileiro, na guerra de Independência, a reação à Confederação do Equador e às ameaças de fragmentação tinha de ser militar. Foi organizada tropa no Rio de Janeiro, que partiu para Pernambuco em 2 de agosto de 1824. A esquadra era comandada por Cochrane e levava 1,2 mil homens sob o comando do Brigadeiro Lima e Silva. As tropas desembarcaram em Alagoas. Aos poucos, grupos fieis à monarquia foram engrossando o contingente pró-Rio de Janeiro, que ultrapassou 3 mil soldados. O apoio à Confederação do Equador não era unânime nas Províncias onde o conflito se desenrolou.

Cochrane, por sua vez, bloqueou o porto de Recife. A atitude do Almirante inglês, que bombardeou a cidade em 28 de agosto de 1824, mas não mostrou a mesma energia de operações anteriores, suscitou críticas no Rio de Janeiro por suposta falta de firmeza. Ainda assim, a Capital pernambucana rendeu-se em 17 de setembro. A esquadra seguiu, depois, para o Ceará e para o Maranhão. Muitos revoltosos retiraram-se para o interior da Província e das vizinhas, onde continuaram o conflito, vencido pelas forças do Rio de Janeiro nos finais de novembro de 1824. Os combates se espalharam por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, conforme o mapa abaixo:

²¹⁵⁰ Evaldo Cabral de Mello, 2014, p. 226.



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO. *O Exército na História do Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrecht, 1998.

A Confederação do Equador não foi, por fim, movimento isolado do processo de Independência, mera expressão de descontentamento interno em algumas Províncias. A instabilidade provincial também esteve presente no Pará e no Maranhão, como visto no Capítulo VII. Na Cisplatina vivia-se o preâmbulo da guerra. Outras Províncias também experimentavam a mesma situação, que continuou a ameaçar a unidade do Império, em 1825, apesar da derrota do movimento confederal²¹⁵¹.

²¹⁵¹ Evaldo Cabral de Mello, 2014, p. 236.

Descontados os exageros motivados pela cobrança da dívida de Cochrane contra o Estado brasileiro, o relato do Primeiro Almirante do Brasil dá conta do relativo abandono a que foram relegadas as Províncias do Norte após sua incorporação ao Império, o que muito alimentou o descontentamento. A origem dessa insatisfação, para Cochrane, estava no “sistema de governo antibrasileiro que no Rio de Janeiro se prosseguia”²¹⁵². No caso do Ceará, envolvido na Confederação do Equador, Cochrane apontava diretamente o fechamento da Constituinte como origem do conflito político com o Imperador²¹⁵³. Mais do que isso, como citado no final do Capítulo VIII:

No Maranhão, como em outras províncias setentrionais do Império, não se tinha dado melhoramento algum na condição do povo, e sem tal melhoramento era absurdo confiar nas profissões hiperbólicas de devoção ao Imperador que agora eram abundantemente alardoadas pelos que antes da minha chegada tinham sido os primeiros em promover e animar o distúrbio²¹⁵⁴.

Nesse contexto:

Nada, pois, era para admirar, que os habitantes destas longínquas províncias, que, havia apenas um ano, me tinham recebido tão bem e saudado como seu libertador da opressão portuguesa, e como o representante da autoridade constitucional, estivessem agora descontentes do que com razão consideravam sistema de governo antinacional (a influencia dos portugueses sobre D. Pedro) – preferindo submeter-se a mau governo de sua própria escolha antes que a outro assim arbitrariamente imposto²¹⁵⁵.

Revelava-se, nessas múltiplas confusões, o problema subsistente do processo de emancipação, a fragilidade dos laços e dos próprios entendimentos políticos entre os diferentes pontos do Império, cuja união tinha se dado por acordos, de níveis diferentes de fiabilidade, ou pela guerra. Figuras conhecidas da guerra de Independência, como o Coronel Lacerda (comandante dos pernambucanos na Bahia) ou o Capitão Alecrim (figura controversa da guerra no Maranhão) em menos de um ano haviam passado de aliados a inimigos do Rio de Janeiro. A ideia que havia unido em 1822-1823, contra Portugal, não garantira a unidade do País, que continuou a exigir a conjugação da negociação com a força militar, pelo menos até 1840. Em 1824-1825, essa fragilidade era flagrante.

²¹⁵² 2003, p. 166.

²¹⁵³ Idem, p. 177.

²¹⁵⁴ Idem, p. 175.

²¹⁵⁵ Idem, p. 166.

Havia, ademais, outro problema que contribuía para a instabilidade e que dificultava em muito a vida de D. Pedro: apesar de derrotado militarmente, Portugal não havia se conformado com a perda do Reino e trabalhava contra o Rio de Janeiro. Ainda no primeiro semestre de 1825, D. João VI ostentava o título de “Dom João por Graça de Deos, e pela Constituição da Monarquia, Rei, do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, d’aquem e d’além Mar em Africa”²¹⁵⁶. Não se reconhecia a separação. Pelo contrário, trabalhava-se contra a Independência declarada pelo novo Imperador.

A situação em Portugal, logicamente, era mais complexa, dividindo-se entre aqueles que julgavam o Brasil definitivamente perdido e outros que ainda enxergavam a possibilidade de reunião. A segunda opção prevaleceu por algum tempo. Após a Vilafrancada, a própria Coroa portuguesa estimou que, findo o problema com as Cortes liberais, era chegada a hora da reconciliação. D. João VI enviou emissários ao Brasil, para que entregassem a D. Pedro carta na qual havia ordem expressa para se fazer cessar “o derramamento de sangue que desgraçadamente resulta de guerra civil entre dois povos”²¹⁵⁷. Não houve sucesso nas missões, que serão também mencionadas abaixo, no contexto das negociações sobre o reconhecimento. Como aponta Valentim Alexandre²¹⁵⁸:

Tornava-se evidente o equívoco que fora toda a «malfadada expedição»: reduzir o conflito entre o Brasil e Portugal a uma simples consequência do descontentamento provocado pela política das cortes liberais era nada compreender da força e motivações profundas do movimento autonomista brasileiro e da fragilidade das posições de D. Pedro, obrigado, para se manter no trono, a afastar a mais leve suspeita de entendimento com os Portugueses. Malograda a diligência em que a corte de Lisboa depositava o melhor das suas esperanças, tornava-se necessário repensar a política a seguir na questão brasileira.

Duas iniciativas se destacaram, então, na tentativa de Lisboa de tentar recuperar o Brasil, ou ao menos parte dele. A primeira foi a ação diplomática encabeçada pelo

²¹⁵⁶ In: Gazeta de Lisboa, nº 69, 22 de março de 1825. Coleção de Diários de Harvard College Library. Digitalizado por Google Books. In: http://books.google.fr/books?id=Yw8wAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=d.%20joao&f=false (acesso em 27/01/2015).

²¹⁵⁷ In: ALEXANDRE, VALENTIN. “A desagregação do império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826). In: *Análise Social*, vol. XXVIII, 1993 (2º), 309-341. P. 310.

²¹⁵⁸ P. 312

Conde de Palmella, que buscou apoio junto às potências europeias para a causa de Portugal. Outra foi a ação direta, na reativação de apoios no Brasil e no desenho de uma operação militar de “reconquista”, ainda que a primeira medida da volta de D. João VI ao poder absoluto, após a VilaFrancada, tivesse sido exatamente a de ordenar que as tropas portuguesas cessassem os combates no Brasil. A ordem, ao final, havia sido inócua, pois chegou às tropas fieis a Lisboa quando a maior parte delas já havia sido derrotada.

Em 1824/1825, Portugal restava como parte ativa na política brasileira, doméstica (consolidação da união) e externa, neste segundo caso atuando contra o reconhecimento. Como se recorda do Capítulo IV, Palmella, nas instruções ao representante português em Londres, considerava o “assumpto do Brasil” como segundo em ordem de importância, após a questão envolvendo a Espanha. O Chanceler reconhecera a legitimidade inicial a D. Pedro contra as Cortes. Depois, restabelecido D. João, julgava o Chanceler necessária a reconciliação e a retomada da união. O Chanceler cogitava, em 1823, apoio a D. Pedro militarmente no caso de ampliação da “anarquia”.

Não havia, no entanto, considerações sobre o reconhecimento da Independência²¹⁵⁹:

“em quanto ao reconhecimento de uma independência total, ou renúnciação á Soberania, dividindo-se a Monarchia portuguesa entre dois ramos da Casa de Bragança, não pensa El-Rei meu Senhor que a sua consciência, nem o interesse da sua Corôa, nem os interesses mesmos de seu Filho consintam semelhante concessão”.

O primeiro passo do reconhecimento, portanto, seria convencer Portugal em aceitar a própria ideia.

Uma das series documentais mais interessantes sobre o Brasil, desse período de 1824-1825, é a reflexão demandada pelo Conde de Palmella sobre as relações de Portugal com o Brasil²¹⁶⁰. A consulta, que incluía particularmente a pergunta aos Ministros portugueses sobre a oportunidade ou não de uma expedição militar de reconquista, mostra as percepções sobre o Brasil e as tentativas de ação de um Portugal que não aceitava a perda da maior parte de seu território.

²¹⁵⁹ Correpondência do Conde de Palmella, 1851, p. 276.

²¹⁶⁰ In: *Documentos para a História da Independência*, 1923, p. 85 e seguintes.

Palmella, em seu documento inicial, de 9 de janeiro de 1824, apresentou avaliação geral das causas da Independência, e dos primeiros passos das negociações entre D. João VI e D. Pedro I. Para o Chanceler português, as causas imediatas da “insurreção” no Brasil eram o regresso de D. João VI para a Europa, que teria “ofendido” a “ vaidade daqueles Povos”, e o “espírito vertiginoso da inovação e da Democracia”, que “seduzio o pequeno nº de homens q. domina naquele Paiz huma multidão de escravos”. A essas causas Palmella adicionou a “culpa das Cortes”, que tiveram o condão de “excitar fermentações entre aquelles Povos”.

Assim como nos documentos apresentados no Capítulo IV, o documento do Conde de Palmella é condescendente com D. Pedro em um primeiro momento, quando as Cortes dominavam. Mas refletia que, “assim que S. Magestade recuperou o livre exercício de Sua Autoridade”, a tarefa era de retomar os laços anteriores, para o que o Chanceler mobilizava os contatos junto às Cortes europeias. Palmella reconhecia, no entanto, que apenas o Reino Unido tinha efetiva capacidade de lidar com a situação, ao que também aponta que Londres “olharia com o maior ciúme para a intervenção collectiva das Potencias Continentaes da Europa nas questões das Colonias Americanas, e que qualquer passo desta natureza bastaria” para que o Reino Unido reconhecesse as Independências.

Palmella perguntava, então, qual deveria ser a reação de Portugal: reagir e recorrer às armas, ou negociar? E em quais termos negociar?

O parecer mostra que Palmella avaliava todos os europeus como próximos da causa de Portugal, pelos laços de legitimidade monárquica. Essa imagem contrastava, no entanto, com outras referências britânicas, francesas (que propôs uma negociação direta com o Rio de Janeiro, como se verá abaixo) e austríacas (pelos escritos de Mareschal), que indicavam simpatia por D. Pedro e não se colocavam necessariamente contra o Império. Essa percepção da legitimidade da causa portuguesa ganhou a historiografia, para quem as Cortes europeias estavam contra o Rio de Janeiro. A situação era um pouco mais complexa, mas o fato é que os Ministros portugueses acreditavam no apoio europeu a sua causa, de modo que tinham poucos incentivos a negociar.

O interessante dos pareceres ministeriais contidos na série supramencionada também foi a avaliação sobre a conjuntura brasileira. Apesar de apresentarem equívocos de percepção sobre a realidade do que se passava no Rio de Janeiro e da força que tinha o Imperador, todas as opiniões apontam para o perigo da “anarquia” que vigorava no

País, para os efeitos das ideias dos “facciosos”, da “Democracia” e do “carbonarismo”. O Conde de Suberra atribuiu a Independência aos “clubs” de facciosos, que buscariam não apenas a independência, mas também o “estabelecimento de huma democracia descarnada”. Nos pareceres estava presente a avaliação da confusão política que vigorava no Brasil, as dissensões internas, a diferença entre as percepções e os projetos entre o Norte e o Sul. Tomás Antonio de Villanova Portugal chegou a estimar, em comentário a seu parecer, que D. Pedro, ao fim, teria de pedir o auxílio de Portugal para conter a anarquia que imperava no Brasil. Também o pensava Palmella. As opiniões eram muito próximas, portanto, em ver a manutenção da unidade em torno do Rio de Janeiro como algo frágil e transitório, fundamentado na força militar e não no consenso político ou em uma identidade nacional, como se convencionou olhar a história do Brasil.

Nesse sentido, é interessante o ofício ao Secretário da Guerra português enviado por cidadão chamado José Pedro Neto Albuquerque, que morava no Império, no qual apontava para a facilidade em se recuperar o Norte do Brasil “onde não há um inimigo de Portugal que ele não conheça”²¹⁶¹. Albuquerque sustentava que “todos os que, como eu, teem pleno conhecimento d’aquelle Paiz, contão com a restauração d’elle, e com a indemnização de tão exorbitantes prejuízos, que o selvagem futur braziliense tem cauzado a Portugal”. Por essa razão “nada mais fácil do que subjugar o Norte do Brasil desde o Rio de S. Francisco athe Rio Amazonas, cuja porção de terreno tenho pizado muitas vezes, e onde não há hum só inimigo de Portugal, que eu não conheça”. Albuquerque dizia-se, em particular, pronto para assumir uma secretaria de governo em qualquer das Províncias do norte. Seu pedido de cargo fragiliza um pouco sua avaliação, que poderia estar exagerando a situação para convencer Lisboa, mas, ainda assim, não estaria sendo completamente inventada a análise.

De sua parte, o Conde de Suberra, após olhar as causas do movimento, atribuiu a derrota portuguesa no Brasil:

²¹⁶¹ OFÍCIO de José Pedro Neto Albuquerque ao [secretário de estado da Guerra e interinamente da Marinha e Ultramar e ministro assistente ao Despacho, conde de Suberra], Manoel Inácio Pamplona Corte Real, sobre a situação política na Corte do Rio de Janeiro, os prejuízos para Portugal, da sua confiança na restauração do poder português; e da facilidade em se dominar o Norte do Brasil, onde não há um inimigo de Portugal que ele não conheça; oferecendo-se para uma secretaria de governo de qualquer das províncias do norte, visto os conhecimentos que tem do Piauí, Ceará e Maranhão. Em 22 de fevereiro de 1824. In: Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx. 292, D. 20646.

Ao máo emprego das forças que os dois Chefes de mar e terra commandavão na Bahia: A pouca inteligência do que dirigio as operações no Maranhão: O desacôrdo do Governador do Pará, junto ao ataque que a estes dois pontos dirigio o Almirante Cochrane, fizeram com que as aclamações á independência do Brasil, excepto Montevideo sobre o Rio da Prata, que se sustenta unido a Portugal, se estendessem a todo o Paiz.

A opinião dos Ministros apresentou, ao fim, variações sobre o mesmo recurso, o de privilegiar o uso das armas, com as negociações correndo em paralelo, não pelo reconhecimento, mas para a retomada dos laços tradicionais. Não se vislumbrava o reconhecimento, pois se acreditava na legitimidade da causa portuguesa.

A recuperação do Brasil era o objetivo, para o que os meios poderiam variar entre uma grande expedição ou expedições menores. Uma delas foi a ideia de ocupar a Ilha de Santa Catarina, que serviria como ponta de lança sobre o Rio de Janeiro. Tomás Antônio de Villanova Portugal reconheceu a dificuldade de realizar operação de grande envergadura ou ataque direto à capital do Império. Atribuiu essas limitações às dificuldades de se mobilizar recursos em Portugal e não ao fato de que o Brasil possuía tropas e uma Marinha, capazes de se unir em operações com participação de várias Províncias (como na Bahia) e que haviam expulsado as forças portuguesas pela guerra. Esse equívoco de percepção levou a interpretações errôneas também dos historiadores, que viram nessas avaliações mais uma indicação da ausência da guerra. Os Ministros portugueses desestimavam, conscientemente ou não, a derrota militar que haviam sofrido.

A principal estratégia dos pareceristas era, na verdade, aproveitar a confusão que reinava em diversos pontos do Brasil, ampliando o conflito entre o Norte e o Rio de Janeiro, tal como Cochrane acusou Palmella de incitar a confusão (conforme apontado acima). Deveriam aproveitar-se os pontos onde se observava a “anarquia”, onde subsistiam fieis vassallos de Portugal, tal como no Maranhão, Pará e Pernambuco. Tanto o Conde de Suberra quanto Villanova Portugal sugeriam essa estratégia:

Em diferentes pontos de Pernambuco hum partido forte levantou bandeira, e empunhou as armas a favor de Portugal, e á data das ultimas noticias não ficava decidido o conflictto a que isto tinha dado lugar: No certão do Maranhão succedêo o mesmo: E a préssa com que na Bahia, e Pernambuco procuravão expelir a força Portugueza q. alli arribára, he hum indicio manifesto de quanto receavão que a sua presença não viesse a apoiar o grande partido Europêo existente na Terra, e que sobre o Brasil tem a preponderância da indústria, e da riqueza.

As Províncias do Brazil são corpos separados; p.a ocupar huma, o q. há a considerar he que forças tem, e q. pessoas a Governão; nem o Maranhão se pode socorrer de Pernambuco; nem vice versa. Protanto calculemse as forças de Portugal, a face das q. há em Pernambuco ou no Ceara, no Maranhão ou no Para; e tomemse as empresas a proporção das forças; se as forças não são bastantes para ocupar três Províncias, ou quatro, ocupemse duas; e tendo essas já a força relativa he maior e capaz de se ocupar terceira, e depois quarta pois a força aumentasse tanta a física, como a força moral do exemplo á proporção que se forem ocupando mais.

O segundo parecer, de Villanova Portugal, ignorava a capacidade que as forças militares brasileiras haviam demonstrado em se unir nos três principais teatros de operação da guerra de Independência. As batalhas no Piauí e no Maranhão contaram com cearenses, piauienses, pernambucanos e outros vizinhos. Na Bahia, como visto, havia toda uma coalizão de forças provinciais em ação. Todas eram apoiadas, em maior ou menor grau, pela Armada Nacional.

Ao final, o projeto de reconquista militar ou de mobilização dos grupos pró-Lisboa não prosperou, mas preparativos foram efetivamente realizados para a operação militar. Nesse sentido, três ofícios de aspectos de pessoal e logístico mostram como houve um início de mobilização: no primeiro, Antônio José de Siqueira oferecia “30 mil rações de vinho para a expedição que vai para o Brasil”; no segundo documento, o Tentente-Coronel José Bernardo de Lacerda solicitava ser incorporado ao Batalhão “na expedição que vai ao Rio de Janeiro; o último documento registra o oferecimento de navios, por parte de comerciantes do Porto, para a expedição²¹⁶². Movimentos, portanto, foram feitos. Não havia, ao fim, como prosperar o plano, pela própria limitação militar do portuguesa.

²¹⁶² OFÍCIO do [secretário de estado da Guerra e interinamente da Marinha e Ultramar e ministro assistente ao Despacho], conde de Subserra, [Manoel Inácio Pamplona Corte Real], ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, remetendo o ofício de Antônio José de Siqueira que ofereceu. Em 1º de junho de 1824. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx 292, D. 20670. REQUERIMENTO do tenente coronel reformado da Brigada Real da Marinha, José Bernardo de Lacerda, ao [secretário de estado da Marinha], solicitando ser efetivo, ficando agregado ao Estado Maior do seu mesmo Corpo ou no comando de um batalhão na expedição que vai ao Rio de Janeiro. 1 junho de 1824. AHU_ACL_CU_017, Cx 292, D. 20669. OFÍCIO do [chanceler da Relação do Porto], Sebastião Correia de Sá, ao [secretário de estado da Guerra, da Marinha e Ultramar e ministro assistente ao Despacho], conde de Subserra, [Manoel Inácio Pamplona Corte Real], sobre as declarações dos comerciantes do Porto que se sentiram iludidos pelo escrivão piloto da barra, Francisco Antônio de Miranda, devido ao oferecimento que fizeram dos navios para compor a expedição que vai para o [Rio de Janeiro]; indicando que se forem necessárias algumas embarcações para este fim, ali podem ser obtidas algumas. 19 de setembro de 1824, AHU_ACL_CU_017, Cx 292, D. 20723.

Também contribuía para esse limite o fato de que a influência de Portugal nas Províncias era contrarrestada pela realidade brasileira, ainda que subsistissem grupos favoráveis a Lisboa. Se os portugueses ainda tinham alguma capacidade de influir sobre grupos que lhes eram simpáticos, a demonstração pública dessa simpatia, no Brasil, esbarrava-se na forte antipatia que se desenvolveu, pós-1822-23, ao “elemento português”. De Norte a Sul do novo país, o “antiportuguesismo” tornou-se moda, não apenas nas ruas, mas nos atos sociais e, interessantemente, nas medidas oficiais. Sua influência foi importante, ademais, para a formação da imagem da Independência pacífica, razão pela qual é preciso tratar brevemente do fenômeno.

Se bem que esteve presente em todo o Império, o antiportuguesismo teve facetas distintas que não permitem reduzi-lo à simples reação de “brasileiros”, que já teriam previamente à Independência uma imagem nacional de si mesmos, aos grupos portugueses que permaneceram no País após o divórcio com Portugal, motivado pelas Cortes. Houve nuances regionais de grande importância, além do fato de que a ação não se destinava necessariamente a todos os nascidos em Portugal, mesmo por que muitos deles estavam do lado do Rio de Janeiro.

O antiportuguesismo foi, em última instância, contrário aos apoiadores das Cortes de Lisboa e não necessariamente a todos os nascidos no Brasil. Houve, como visto no caso do Pará, expressões de ódio a todo português que se encontrava em Belém. O mesmo se passou com comunidades inteiras no Norte-Nordeste, como no caso da Bahia, onde muitos portugueses deixaram o interior para se instalar na Salvador ainda controlada por Madeira. Não há como ignorar que o fato de se ter nascido na Europa trouxe, naqueles anos, alguma complicação.

Ocorre, porém, que muitos europeus de nascimento foram também partidários do Rio de Janeiro, o ao menos anti-Cortes. João das Botas, Lecor, muitos soldados e voluntários, em todas as operações militares ou demonstrações de força, eram de origem portuguesa, assim como o próprio Imperador. A origem do nascimento não era, desse modo, a fonte principal do antiportuguesismo. Como dito, eram os empregados públicos, comerciantes, setores das elites e do próprio povo, que permaneceram ao lado de Lisboa, que se tornaram alvo dos ataques após o fim da primeira etapa da Independência, que foi a ruptura política em 1822 e a guerra entre 1822 e 1823.

Não se tratou, nesse caso, apenas de reação das ruas. Foi também objeto de atos oficiais. A administração do Império teve de lidar com o fato de que muitas autoridades e empregados públicos, que não haviam partido junto com as tropas e os grupos pró-

Lisboa, tinham sido aberta ou discretamente simpáticos às Cortes. A situação se dava tanto no Rio de Janeiro quanto nas Províncias que haviam resistido até o fim, como no caso do Maranhão e do Pará.

Ao longo de todos seus trabalhos, a Assembleia Constituinte, no Rio de Janeiro, debateu a questão. Tratou da permanência das tropas portuguesas aprisionadas na Bahia (capturadas por Cochrane e posteriormente incorporadas ao Exército brasileiro, vide Capítulo V) e de originários de Portugal nos Governos nacional e regionais. Discussões sobre a naturalização dos portugueses e a permanência nos empregos públicos dividiam o Parlamento. Em 7 de agosto de 1823, por exemplo, discutiu-se a sorte dos funcionários públicos baianos que haviam ficado junto a Madeira. Alguns Deputados eram pela manutenção dos empregos, pois muitos teriam sido “obrigados” a ficar ao lado de Lisboa, por não terem conseguido fugir para o Recôncavo. Outros Deputados, porém, eram mais revanchistas e propunham a pura demissão, ou mesmo a expulsão dos antigos partidários as Cortes.

Também em outras Províncias foi necessário lidar com os remanescentes do regime anterior, especialmente naquelas áreas onde a guerra havia ampliado significativamente a animosidade entre as partes. A esse sentimento se somavam os interesses de grupos ou de indivíduos, em ocupar postos importantes no Governo e na sociedade, antes preferencialmente oferecidos aos portugueses de nascimento. Em ofício encaminhado ao Imperador em 26 de agosto de 1823²¹⁶³, a Junta Governativa do Maranhão comunicou a decisão de demitir os portugueses dos empregos públicos,

a fim de serem substituídos por filhos do país, e principalmente por aqueles, que na presente crise mais dignos se mostraram da pública estimação; havemos com efeito felizmente começado esta reforma, tão consentânea ao desejo geral dos habitantes desta Província, quando eles estavam persuadidos, que de se acharem nos principais empregos tanto civis, como militares em mãos dos portugueses, é ao que deviam atribuir todas as suas desgraças e opressões.

Na reação ao violento processo de emancipação do Brasil e nos interesses político-econômicos, formulou-se o combustível do antiportuguesismo. A intensidade,

²¹⁶³ In: GALVES, Marcelo Cheche. “Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da Independência do Brasil”. In: Usos do Passado – XII Encontro regional de História. Anpuh-RJ, 2006. In: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Marcelo%20Cheche%20Galves.pdf> (acesso em 21/11/2014). P. 3.

por outro lado, foi distinta no Norte e no Sul do país, em grande medida refletindo a forma como a transição havia operado, entre a predominância da política, no caso das “Províncias Colligadas”, e da guerra, no Norte-Nordeste. Marechal confirma²¹⁶⁴ essa distinção da intensidade do antiportuguesismo entre o Norte e o Sul:

No sul, onde a permanência da Corte e um clima menos ardente levaram muitos portugueses a se estabelecer, eles não apenas permaneceram mais foram reforçados pela maior parte daqueles expulsos de outras Províncias. No norte da Bahia, incluindo esta Província, pode-se admitir que eles (portugueses) foram quase inteiramente obrigados a parir”.

Marechal segue seu relato apontando sentimento de “inveja” existente na Bahia contra o Rio de Janeiro, em razão da mudança da capital do Reino. Também aponta que a Bahia e Pernambuco mostraram tendência à ideias republicanas e que a ação do Governo, depois da chegada de D. João VI ao Brasil, nunca tinha sido bem vista, em razão dos impostos cobrados. Em 1825, Mareschal recordava os problemas que haviam levado ao apoio massivo do Norte-Nordeste ao vintismo, contra o Rio de Janeiro. Se a política depois se movera em direção ao conflito entre Rio de Janeiro e Lisboa, que obrigou as Províncias a optar ou a se submeterem (pela guerra), sentimentos dúbios com relação aos portugueses e ao Rio de Janeiro subsistiam.

Essa combinação é essencial para a compreensão de um dos elementos da imagem da Independência pacífica, originada já nos primeiros momentos do Império. O antiportuguesismo no Norte teve impacto direto: não apenas expulsou muitos portugueses, mas fez com que todos os “adesistas à Independência”, nascidos nos dois continentes, procurassem após 1823 apagar suas pegadas pró-Lisboa e se declarar independentistas “desde sempre”. A ideia de que apenas poucos comerciantes e algumas tropas resistiram ao movimento natural da emancipação teve como um de seus pilares essa tentativa dos próprios apoiadores de Lisboa, posteriormente sustentadores do Rio de Janeiro, em apagar seus traços, a fim de evitar as represálias. Isso se passou também no sul, como visto, mas em menor escala e com força decrescente.

No sul, aliás, o crescimento da presença portuguesa em volta de D. Pedro e a instabilidade no Norte-Nordeste acabaram se tornando fundamento para a desvalorização da guerra de Independência, até por que, como visto, grande parte dos principais atores das batalhas estavam, em 1824, contra o Rio de Janeiro. Com o acordo

²¹⁶⁴ Ofício de 8 de janeiro de 1825. In: *RIHGB*, nº 328, julho-setembro de 1980, p. 207.

com Portugal, em 1825, D. Pedro adquirira nova fonte de legitimidade de seu poder centralizador. Sobravam, assim, poucos incentivos para a valorização da Guerra. O mito da emancipação pacífica estava no seu nascedouro.

Enfrentando esse antiportuguesismo que mantinha seus apoiadores de cabeça baixa e as próprias dificuldades de se armar para enviar uma expedição militar ao Brasil, Portugal voltou-se, como era a ideia de Palmella, à negociação. Ainda assim, deve-se considerar as movimentações em Portugal como fatores agravantes da situação de D. Pedro que, do Rio de Janeiro, tentava manter o Império unido e obter o reconhecimento do novo Estado. Viável ou não, a ameaça de reconquista mobilizou forças no Brasil. Em uma conjuntura marcada pela instabilidade e pelas movimentações de “populares” e de “escravos” não seria impossível que a causa de Lisboa voltasse a ganhar apoio como meio de restabelecimento da ordem. Assim acreditava, como visto, Palmella e Subserra.

A maior prova do impacto da ação de Portugal foi demonstrada pelo próprio D. Pedro. Como se viu no caso dos momentos que precederam a Confederação do Equador, o Imperador chamou Taylor de volta ao Rio de Janeiro por temores com relação ao plano de ataque português a Santa Catarina. Apenas essa ameaça e a consequência de ter retirado a esquadra do Recife, abrindo o caminho para a revolta pernambucana já é suficiente para mostrar o efeito da ação portuguesa sobre o Império, em 1824-1825.

D. Pedro oficializou a percepção do risco, atribuindo a Portugal os problemas em Pernambuco: em Proclamação de 10 de junho de 1824, antes de estourar a Confederação do Equador, o Imperador acusou diretamente o Governo português de influenciar os pernambucanos e de atuar pela separação da Província “da união geral de todas as Províncias, indispensável para a consolidação, e segurança da nossa Independência”. O Imperador também apontou que “circulão entre nós boatos de expedições Militares e Portugal contra este Imperio”. D. Pedro diz que nada havia de temer, pois havia capacidades de defesa, apoiadas principalmente na vastidão do território, que as forças inimigas não poderiam ocupar.

Apesar do antiportuguesismo que se desenvolvia na sociedade imperial, a ação de Portugal, portanto, era um fator de instabilidade que se somava às dificuldades enfrentadas por D. Pedro no seio das “Províncias Colligadas” e no resto do Império, especialmente no Norte-Nordeste. A união era frágil e ameaçava arrebrandar-se, com o

risco da fragmentação. A força militar fora mais uma vez necessária, para conquistar e para transmitir segurança.

Essas necessidades enfraqueciam a posição do Rio de Janeiro em buscar o reconhecimento direto, que também era atrapalhado pela ação portuguesa, ademais ativa na negação de qualquer possibilidade de negociação direta. Numa conjuntura difícil como D. Pedro vivia em 1824-1825, a posição de força se invertia e se tornava necessário oferecer algo a Lisboa. Daí a fragilidade em resistir às exigências que foram aparecendo ao longo do processo de reconhecimento.

Para estabelecer e avançar a negociação, tornava-se, adicionalmente, necessário que um terceiro ator entrasse naquele jogo, a fim de pressionar os dois lados. O Reino Unido, principal potência naval, capaz de controlar o tráfico no Atlântico e, com isso, paralisar tanto Lisboa quanto o Rio de Janeiro, era de fato o mais indicado para essa tarefa, ainda que fosse, ao mesmo tempo, intermediário e parte interessada. Com seu papel de garante de Portugal, derivado dos tratados de assistência, como ocorrera em 1808, o Governo britânico tinha entrada no mundo português e “brasileiro”, sustentava-se com o poder naval, que poderia interromper o fluxo comercial dos dois lados do Atlântico e buscava evitar as influências de outras potências, especialmente a França.

Em 1824, o próprio Reino Unido já havia reconhecido a Independência das Províncias Unidas do Prata e da Grã-Colômbia, de modo que trabalhava no reconhecimento apenas como uma questão de tempo. Em 1822, as gestões de Caldeira Brant já tinham avançado, esbarrando-se, dentre outros, no problema do tráfico de escravos. A separação completa do Império contribuiu, no entanto, para o atraso na decisão britânica, que até então vinha trabalhando com a ideia da “independência moderada” defendida por José Bonifácio.

Londres era antigo aliado de Portugal (o que levava Palmella a pensar que o Reino Unido os defenderia), mas tinha seus claros interesses nas Américas. Segundo Cervo & Bueno²¹⁶⁵, já em 1822 o Reino Unido definiu sua posição, que entendia o reconhecimento inevitável e via como condições a preservação da monarquia na América do Sul, em mãos dos Braganças, e a composição de “possível herança de parte a parte”. Nesse processo, a Coroa britânica esperava alcançar também seus interesses, políticos (com relação à atuação das outras potências e ao tráfico de escravos) e comerciais, nesse caso a manutenção dos acordos que já prevaleciam no Brasil, desde a

²¹⁶⁵ História da Política Exterior do Brasil, 2002, p. 33.

chegada da família Real. Cabe recordar que exatamente esses acordos haviam nutrido a insatisfação em algumas Províncias do Norte, servindo de impulso para o apoio ao vintismo no Brasil.

O Reino Unido era, portanto, intermediário e parte interessada, fosse no comércio, fosse na questão do território da Cisplatina, sobre o qual José Bonifácio temia que os britânicos pretendessem transformar Montevideú em uma nova Gibraltar²¹⁶⁶. Atuava também em um ambiente em que, apesar da centralidade de Londres, outros atores também participavam do jogo.

O Conde de Palmella aponta que D. João VI pediu inicialmente a mediação do Imperador da Áustria, ao que o Reino Unido teria se movido para atuar como único mediador oficial. Em fins de 1824, de outro lado, a França propôs, segundo Mareschal²¹⁶⁷, o reconhecimento do Império em troca de um tratado de Comércio. O acordo foi apresentado pelo Conde de Gestas, representante francês, que se dizia autorizado a entrar em negociações de um tratado, que, se presumia, estaria relacionado ao comércio. Nesse primeiro momento, D. Pedro teria evitado as negociações, a fim de aguardar a chegada de Sir Charles Stuart, que servia de intermediário entre o Império e Portugal, uma vez que o Imperador entendia já haver um compromisso com os britânicos. Da leitura dos arquivos diplomáticos de França e do Reino Unido, observa-se a atenção dos representantes locais às atividades de seus adversários, especialmente no que se refere ao Prata, e tentativas constantes de anular os avanços do outro lado. D. Pedro resistiria ao francês, mas teria a proposta em mente, na negociação com o representante britânico.

Londres precisava, ainda assim, jogar entre dois interesses, em uma conjuntura em que outras potências também atuavam. Correu o risco, apesar de sua força, de não satisfazer ninguém. Essa situação é comum no universo diplomático, onde o resultado final, alcançado por cessões e pressões de lado a lado, sempre parece pior para o público, pois os constrangimentos que levaram a ele ficam reservados aos arquivos secretos e aos círculos restritos. Mas, normalmente, esse resultado aparentemente “subótimo” é o que era possível para encontrar uma solução pacífica, que desse conta das necessidades de cada lado, naquela conjuntura específica.

²¹⁶⁶ João Alfredo dos Anjos, 2008, p. 289.

²¹⁶⁷ Ofício de 1º de janeiro de 1825. In: *RIHGB*, nº 332, julho-setembro, 1981. P. 266.

2) O DESENVOLVER DAS NEGOCIAÇÕES

Autores como Rubens Ricúpero²¹⁶⁸, Rodrigues & Seitenfus²¹⁶⁹, Valentim Alexandre²¹⁷⁰ e Cervo & Bueno²¹⁷¹ costumam resumir o processo de reconhecimento em duas fases e três questões centrais. As fases estariam divididas entre agosto de 1822-junho de 1823 e janeiro de 1824-agosto de 1825. As primeiras tratativas foram levadas a cabo pelo Chanceler José Bonifácio, ao passo que a segunda fase foi conduzida diretamente por D. Pedro, apoiado por Ministros acusados, no Rio de Janeiro, de serem “portugueses”. Os principais pontos do processo negociador foram (i) os direitos de sucessão ao trono português e os direitos de D. Pedro; (ii) a dívida contraída por Portugal, no Reino Unido, para financiar as operações contra a Independência; e, (iii) A transmissão do poder soberano, em que D. João VI assumiria o Império e o transmitiria a D. Pedro, medida classificada por Oliveira Lima como “ vaidade senil” de D. João²¹⁷².

O período de José Bonifácio foi marcado por tentativas de reconhecimento da Independência sem negociação com Portugal. A conjuntura de agosto-1822/junho-1823 (estendendo-se, também, por parte do segundo semestre) era de guerra contra Portugal e de gestões intensas junto a potenciais aliados para o reconhecimento direto da Independência. No primeiro semestre de 1823, os avanços na guerra davam vantagem ao Brasil, a ponto de se tornar difícil algum tipo de negociação com concessões a Lisboa. O próprio Mareschal reconhecia, do Rio de Janeiro, que as ambições portuguesas de reunião eram apenas uma “quimera”. Pelo contrário, avaliava o diplomata austríaco que o interesse de D. João VI deveria ser o de reconhecer a Independência, a fim preservar o Brasil para sua família e “pelo bem dos povos”²¹⁷³.

As instruções enviadas aos diversos representantes brasileiros nas Cortes Europeias e a Buenos Aires, como visto no Capítulo IV, colocavam o tema do

²¹⁶⁸ 2011, p. 144,

²¹⁶⁹ 1995, p. 128

²¹⁷⁰ 1993.

²¹⁷¹ 2002, p. 33.

²¹⁷² Ricúpero, 2011, p. 144.

²¹⁷³ (...) *toute réunion future des deux pays est une chimère, elle est devenue impossible ; en y travaillant le Portugal s'épuiserait entièrement, sans rien obtenir et on compromettrait et finirait par perdre dans ce pays la cause monarchique ; (...) j'ignore si le Gouvernement de S.A.R a fait ou non quelques démarches en Europe, pour faire sentir la nécessité où Elle se trouve de rester inébranlable dans la ligne de conduite qu'Elle a cru devoir adopter ; j'en doute parce que le Ministère des Affaires Etrangères est le plus mal mené de tous, mais je le croirais d'autant plus urgent que je ne puis penser que S.M. renonce jamais volontairement à cette belle partie de ses domaines, elle est cependant bien décidément perdue pour Elle, et la vaine gloire d'en apporter le titre dans la tombe ne devrait point entrer en ligne de compte quand il s'agit d'en assurer la possession à sa famille, e du bien réel des peuples.* Ofício de 6 de setembro de 1823. In : RIHGB, volume 315, abril-junho, 1977, p. 305.

reconhecimento como uma das prioridades da ação diplomática do Rio de Janeiro. O ponto importante das instruções era o meio de alcançá-lo: o convencimento direto das potências sobre a legitimidade da causa brasileira, sem passar por negociações com Portugal, e o risco de ter de ceder em alguns pontos.

Era uma posição de força, que não excluía negociações, por exemplo, com o Reino Unido, ocorridas em 1822, como mencionado na seção anterior, e que incluíram o tema do fim do tráfico de escravos. Caso essa medida fosse adotada, o Ministro britânico George Canning teria indicado ao representante brasileiro em Londres a hipótese do reconhecimento direto pelo Reino Unido. O compromisso não foi aceito, mas tanto britânicos quanto outras potências europeias refletiram sobre a demanda brasileira, assim como os EUA, que em 1824 foram os primeiros a reconhecer, sem contrapartida, o Império do Brasil. A maior parte das potências, cabe frisar, reconhecia a Independência “de fato”, uma vez que mantinham representantes diplomáticos no Rio de Janeiro. Apesar dos títulos de Cônsul que os estrangeiros mantinham²¹⁷⁴, e do fato de Mareschal continuar a tratar D. Pedro como “Príncipe Regente”, e não como Imperador, a atuação daqueles diplomatas equivalia, ao fim, ao tratamento do Brasil como um Estado, como se verá abaixo, em ofício do Chanceler britânico a Chamberlain, que em 1825 reassumiria o cargo de Cônsul-Geral no Rio de Janeiro.

Não era, porém, apenas Bonifácio que mantinha a posição firme no trabalho pelo reconhecimento, e contrário a Portugal, nem essa postura derivou apenas do caráter do Patriarca da Independência. Também a Assembleia Constituinte refletia o tom daquele momento, demonstrando que a posição com relação ao reconhecimento não se restringia ao Chanceler brasileiro. Ao referir-se a Portugal, sobre a possibilidade de volta da união e a relação entre as duas Cortes, afirmavam os Deputados Henriques Resende e Carneiro da Cunha, em 28 de agosto de 1823²¹⁷⁵:

“(…) porque todos os Brasileiros sabem que pela declaração de nossa independência nada mais temos com Portugal nem com a Dynastia de Bragança, porque nossa Casa Reinante começa com o actual Imperador, sem que aquella Dynastia possa nunca aspirar ao throno deste Imperio.

²¹⁷⁴ Um Estado pode manter mais de um Consulado junto a outro, mas a representação diplomática é uma só. Oficialmente, portanto, a presença de “Cônsules” no Rio de Janeiro não significava o reconhecimento “de direito”, pois não havia uma relação propriamente diplomática com o Rio de Janeiro.

²¹⁷⁵ Diário da Assembleia Constituinte, em 28 de agosto de 1823.

Sejamos coerentes, e mostremos nestas mesmas pequenas cousas, que nem esperanças nem sombras há de se renovar a união Sr. Presidente! Nós não reconhecemos por nosso Monarca se não o Senhor Dom Pedro Primeiro, todos os mais são estrangeiros para nós, e o Rei de Portugal o he tanto como qualquer outro Soberano da Europa. (...) Também nós fomos Portuguezes, e hoje somos Brasileiros; e o Brasil que foi parte da Monarquia Portuguesa he hoje livre e Independente.

Em setembro de 1823, a questão do reconhecimento já era abertamente discutida na Assembleia, assim como as diferentes movimentações feitas por Portugal, para tentar mobilizar os países da Santa Aliança, que até aquele momento se dividiam entre simpatia (por exemplo, a Áustria) e crítica a D. Pedro (por exemplo, a Rússia). Nesse contexto, apontava o Deputado Andrada Machado, em 9 de setembro:

Anuncia-se-me que o Conde de Palmella trabalha com muita atividade para metter a Santa Alliança na questão entre o Brasil e Portugal; isto pelo celeberrimo principio de legitimidade que os Srs. Reis da Europa querem estabelecer a todo custo. Verdade he que a noticia não me assusta muito, porque os interesses da Inglaterra pedem que as outras Potencias não tomem parte nestes negócios da America²¹⁷⁶.

Na mesma sessão, o Deputado Rodrigues de Carvalho mencionou informações do Ministro dos Negócios do Reino, sobre encontro que havia solicitado o emissário português Luiz Paulino, emissário de D. João VI. A resposta do Ministro brasileiro teria sido a de que se o português “trazia instrucções para reconhecer a Independencia seria ouvido, e que a não as trazer nem desembarcaria”. Luiz Paulino havia viajado ao Brasil para entregar documento de cessação dos combates na Bahia, onde havia parado antes de seguir ao Rio de Janeiro. Mas a comissão que trazia ao Rio de Janeiro não tinha instruções sobre o reconhecimento.

Na sessão do dia 10 de setembro²¹⁷⁷, os Deputados brasileiros reagiram à presença de Luiz Paulino, acusando-o de tentar tramar a reunião da Bahia com Portugal. Sobre a relação com Portugal, Deputados como o Sr. França rejeitam terminantemente a volta da união, “por ir de encontro ao Sistema da Independência que os Povos Brasileiros querem”. Por essa razão, estimavam que não deveria haver correspondência

²¹⁷⁶ Diário da Assembleia Constituinte, em 9 de setembro de 1823, nº 69.

²¹⁷⁷ Diário da Assembleia Constituinte, em 10 de setembro de 1823, nº 70.

com os “agentes” portugueses, “sem que primeiramente se faça pelo Governo a que pertencem acto de reconhecimento da Independência do nosso território”.

Nova missão portuguesa, do Conde do Rio Maior e de Francisco José Vieira, chegou ao Rio de Janeiro em novembro de 1823. O relato das duas autoridades²¹⁷⁸ dá conta da hostilidade com que foram recebidos, a ponto de terem sido obrigados a arriar a bandeira portuguesa da Corveta *Voadora*, pois se tratava de “bandeira inimiga”. Os emissários traziam cartas de D. João VI a D. Pedro, para tratar dos “negócios da reconciliação” e “fazer sumir toda a ideia de guerra” entre Brasil e Portugal. D. Pedro, no entanto, não os recebeu, indicando que o fazia apenas se os emissários tivessem poderes para reconhecer a “independência e integridade do Império do Brasil”.

A reação de diferentes figuras políticas brasileiras, portanto, foi a de não negociar com Portugal no primeiro momento, e sim de alcançar o reconhecimento de outras potências e forçar Portugal a fazer o mesmo, sem concessões. Essa postura inspirava-se na conjuntura política favorável, nos ventos da vitória militar e das adesões/incorporações ao Império. Nesse clima de relativo triunfo, ou ao menos de otimismo, era muito difícil conceber-se um resultado como aquele obtido em 1825, quando se incluiu o pagamento de indenização ao perdedor da guerra.

Ainda assim, já em 1823, surgiam visões contrastantes, que apontavam para o risco de fragmentação do Brasil e, posteriormente, de que a crise entre D. Pedro e a Assembleia Constituinte poderia romper o entendimento entre D. Pedro e diferentes lideranças locais, que tinham expectativa de autonomia provincial. Em março de 1823, ainda no contexto da guerra, o Cônsul dos EUA no Rio de Janeiro apontava²¹⁷⁹ as dificuldades de navegação entre o Norte e o Sul do Brasil, e os prejuízos que essa realidade causava para a consolidação da unidade. Na avaliação de Condy Raguet, bastaria que uma das Províncias se declarasse independente do Rio de Janeiro para que seu exemplo fosse seguido por outras.

Esse risco de fragmentação estava presente nas considerações de diplomatas e do próprio Governo do Rio de Janeiro. Assim avaliava o diplomata espanhol José Delavat y Rincon, em ofício de 6 de novembro de 1823, para quem as recentes “adesões” do Maranhão e do Pará não escondiam os problemas existentes em outras Províncias,

²¹⁷⁸ OFÍCIO dos comissários reais ao Rio de Janeiro, conde do Rio Maior, [D. Antônio de Saldanha Oliveira Jusarte e Sousa], e Francisco José Vieira, ao [secretário de estado da Guerra], conde de Suberra, [Manoel Inácio Pamplona Corte Real], informando a maneira hostil como foram recebidos no Rio de Janeiro; remetendo correspondência trocada com o imperador [D. Pedro]. Em 27 de novembro de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx., 292, D. 20635.

²¹⁷⁹ Ofício a John Quincy Adams, em 8 de março de 1823. In: Manning, 1925, p. 755.

dentre as quais Pernambuco e Bahia, que “continuan obrando em absoluta Independencia”²¹⁸⁰. A crise política, avaliava o espanhol, em 13 de novembro²¹⁸¹, havia estourado, com o fechamento da Assembleia, o que, em sua avaliação:

No es fácil calcular em este momento el resultado que tendrá este acontecimiento, pues dependerá em gran parte del modo com que las provincias de Minas Generales, Sn. Pablo, Rio Grande y demas del interior reciban. En cuanto á Bahia y Pernambuco no me parece dudoso el partido que tomaran que será proclamando-se independientes. (...) Si las otras siguen este exemplo, parece que no le quedará outro arbítrio al Emperador sino entenderse com el Portugal, com los auxílios que de ali reciba ver si las puede sugetar por la fuerza”²¹⁸².

Dois meses após essa avaliação, em janeiro de 1824, foi iniciada a segunda fase das negociações sobre o reconhecimento, conduzida diretamente por D. Pedro. O ano que se iniciava seria, como visto acima, muito distinto de 1823. A conjuntura já não era mais favorável, vivendo-se, em 1824-1825, momento de crise política aguda.

É imprescindível ter em mente os elementos dessa segunda fase, apresentados na primeira parte do presente capítulo, fase para se compreender o resultado do processo negociador: as dificuldades políticas no Rio de Janeiro, o risco evidente de fragmentação do Império, por meio de revoltas como a Confederação do Equador, a ação de Portugal e intermediação interessada do Reino Unido.

O Imperador, apesar das ações de força como o fechamento da Assembleia, estava em uma posição frágil. Agora era ele quem tinha interesse em negociar.

O processo da segunda rodada de negociação foi impulsionado pela renomeação de Caldeira Brant como representante brasileiro em Londres, em 3 de janeiro de 1824. Dois meses antes, em 24 de novembro de 1823, haviam sido enviadas instruções a

²¹⁸⁰ (...) apesar de estas ventajas (adesão do Maranhão e Pará) la posición del Emperador y su Ministerio no dexo de ser muy criticas, pues Pernambuco y Bahia continuan obrando em absoluta Independencia. V.E. verá em los referidos Diarios, que al único cuerpo que se mantenía em la dependência de esta Corte em la última de dichas Ciudades debían embarcarlo para aquí com el Governador Militar que ali habia. (...) Igualmente hallará V.E. de la terrible oposición q. dhos Diputados han declarado al actual Ministerio acusandolos de adictos á los Portugueses y de poco liberales. (...) Me temo que se van reuniendo elementos para uma crisis, pues sé que el Emperador está muy disgustado com dichas ideas de los Andrades y com las disposiciones que manifesta la Asamblea de cortarle las facultades que se le conceden em el proyecto de Constitución. In: Documentos para a História da Independência, p. 446.

²¹⁸¹ Documentos para a História da Independência, p. 448.

²¹⁸² Cabe recordar que o Conde de Palmela de fato mencionou que eventual operação militar portuguesa no Brasil, em 1824, ocorreria em apoio a D. Pedro, não contra ele.

Manoel Gameiro Pessoa, inicialmente designado para chefiar a representação no Reino Unido, nas quais o reconhecimento “autêntico e formal da independência, integridade e dinastia do Império do Brasil” era o tema principal²¹⁸³. Gameiro era orientado a expor “com energia e firmeza os motivos que teve o Brasil:

- 1° para ressentir-se da retirada d’El-Rei Fidelíssimo o sr. d. João VI;
- 2° conservar em seu seio o seu augusto primogênito;
- 3° recusar o jugo tirânico que as cortes demagógicas de Lisboa preparavam à sua boa-fé;
- 4° aclamar por seu Defensor Perpétuo ao mesmo augusto príncipe;
- 5° abraçar um governo representativo;
- 6° separar-se, enfim, de uma metrópole a que não podia mais permanecer unido senão nominalmente, quando a política, os interesses nacionais, o ressentimento progressivo do povo e até a própria natureza tornaram de fato o Brasil independente;
- 7° aclamar conjuntamente ao herdeiro da monarquia, de que fazia parte, conciliando os princípios da legitimidade com os da salvação do Estado e interesses públicos; 8° conferindo o título de Imperador por certa delicadeza com Portugal, por ser conforme às idéias dos brasileiros, pela extensão territorial e, finalmente, por anexar ao Brasil a categoria que lhe deverá competir, no futuro, nas listas das outras potências do continente americano”.

Observa-se, nas próprias instruções, certa contradição nas razões da separação: por um lado acusa-se o “jugo tirânico” das Cortes e o ressentimento da partida de D. João VI, ao mesmo tempo em que se sustenta que a independência não foi um efeito das Cortes, pois “já de muito estes povos desejavam (a separação)”. Esse argumento, que se fundamentava na retórica utilizada pelo Rio de Janeiro para lutar pela união do Reino em torno de D. Pedro, mas era pouco condizente com a realidade o processo de emancipação (como visto nos capítulos anteriores), tinha como objetivo principal, no trabalho de Gameiro, evitar que a “amizade existente entre a Inglaterra e o governo de Portugal” se tornasse obstáculo ao reconhecimento. Tentava-se, assim, criar uma imagem de unidade e autonomia anterior a 1822, destinada a reforçar o argumento pró-reconhecimento nas Cortes europeias e minimizar o vínculo com Portugal.

Gameiro também era instruído a sublinhar o exemplo da Colômbia e

²¹⁸³ Instruções de Luís José de Carvalho e Melo, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, encarregado de negócios na Inglaterra. Despacho de 24 nov. 1823 (AHI 417/03/27). In: Cadernos do CHDD, ano 7, nº 12, 1º semestre de 2008. Pp. 35.

“insinuará destramente que os próprios interesses de Inglaterra pedem esse reconhecimento, pois não seria estranho que o governo britânico tratasse exclusivamente com outra potência a este respeito, estipulando-se condições que pudessem afetar os interesses comerciais da Grã-Bretanha neste Império?”.

Apontava-se, no ofício, que a Prússia já teria proposto um tratado de comércio ao Brasil, que D. Pedro, “por ora, não julgou necessário responder”. O representante brasileiro era instruído, finalmente, a buscar que o Reino Unido servisse de mediador nas negociações do Império com Portugal, “mediação que S.M.I aceitaria de boa vontade, ficando, todavia, reservadas para deliberação futura as condições que Portugal quisesse propor”.

Ainda que reconhecesse a importância da Inglaterra no processo de reconhecimento, o Rio de Janeiro continuou a realizar gestões nas demais Cortes europeias²¹⁸⁴, utilizando-se dos mesmos argumentos enviados nas instruções a Gameiro. Essas ações paralelas serviam também como mecanismo de pressão sobre o Reino Unido, como nos mencionados casos dos tratados de comércio propostos por França e Prússia. Em novas instruções para a representação em Londres, já liderada por Felisberto Caldeira Brant, em 3 de janeiro de 1824²¹⁸⁵, os argumentos pelo reconhecimento eram reforçados com a indicação de que “outras nações da Europa estão convencidas das razões recontadas e que só esperam que a Inglaterra dê o sinal de o querer para também se declararem a favor do reconhecimento”. Não funcionando essa linha, o diplomata brasileiro poderia ir além, dizendo que outras nações “estão dispostas a reconhecer, e o farão”, uma vez que o próprio Reino Unido já o havia feito no caso do Chile e da Colômbia. Os “interesses nacionais”, insistia Bonifácio, falariam mais alto, fundados no próprio fato de que as Américas já eram em sua maior parte independentes.

Aceitava-se que a Inglaterra pressionaria por concessões a Portugal, pois seria difícil aceitar a Independência “sem que este (Portugal) fique de algum modo satisfeito e contemplado”. Dava-se aos negociadores, então, liberdade para tratar dessas condições, desde que “limpo de embaraços que venham afrontar a opinião pública dos

²¹⁸⁴ Vide, por exemplo, despacho de 24 nov. 1823 Instruções. de Luís José de Carvalho Melo, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Domingos Borges de Barros, encarregado de negócios na França. In: Cadernos do CHDD, nº 12, 1º semestre de 2008, p. 31

²¹⁸⁵ Despacho de 3 de janeiro de 1824 (AHI 417/03/28) Instruções de Luís José de Carvalho e Melo, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Felisberto Caldeira Brant Pontes e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, enviados extraordinários e ministros plenipotenciários na Inglaterra. In: Cadernos do CHDD, 2008, p. 40.

brasileiros”. Esse último ponto já seria mais difícil de seguir, haja vistas as pressões exercidas sobre o Brasil para aceitar as demandas portuguesas.

É interessante apontar que, naquelas instruções de janeiro de 1824, eram também expostas as razões do fechamento da Assembleia Constituinte, “pelo excesso de alguns deputados que pretenderam desorganizar a marcha progressiva da consolidação, com sinistros fins, e isto, ao primeiro aspecto, fizesse estremecer as províncias da Bahia e Pernambuco”. Ainda não havia estourado a Confederação do Equador, mas a preocupação com a agitação política interna era clara, justificando-se a promulgação da Constituição de 1824 pela necessidade de “sossegar” os povos do Sul e do Norte.

Era de interesse britânico, argumentava-se nas instruções, a manutenção nas Américas de uma potência “monárquico-constitucional”, com a grandeza e força “que o Império do Brasil há de vir a ter”, que pudesse se opor às influências republicanas, em particular os EUA. “Muito se recomenda aos negociadores que chamem a este ponto a consideração do governo britânico, insistindo em mostrar os esforços que S. M. Imperial tem feito para sufocar a influência democrática dos Estados vizinhos”. Democracia nesta época, cabe lembrar, não tinha o mesmo sentido do atual e era vista negativamente, contrária aos princípios políticos em voga. O termo servia principalmente para atacar as ameaças de “anarquia”, o problema das “facções” e a instabilidade que poderiam criar. Por essas mesmas razões, não era julgado conveniente entrar, nas negociações do reconhecimento, na questão da abolição do tráfico de escravos. Instruções específicas foram emitidas sobre esse ponto, para evitar que as duas questões fossem tratadas conjuntamente²¹⁸⁶.

De posse dessas orientações, Caldeira Brant retomou suas atividades e procurou tratar diretamente com os britânicos. Em abril, porém, recebeu indicações de que o reconhecimento britânico dependeria de entendimento prévio entre Brasil e Portugal, que deveria estar em curso. Nessa época, havia partido ao Rio de Janeiro o Conde de Rio Maior, com instruções para negociar com D. Pedro a retomada dos laços diretos. A missão, logicamente, não teve sucesso. Paulino, como visto na seção anterior, não foi recebido no Rio de Janeiro, sendo objeto de debates na Assembleia Constituinte.

Tanto portugueses quanto brasileiros continuavam tentavam pressionar o Governo britânico. Em 4 de março de 1824, o Conde de Vila Real visitou o Reino

²¹⁸⁶ Despacho de 3 de janeiro de 1824 (AHI 417/03/28) Instruções de Luís José de Carvalho e Melo, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Felisberto Caldeira Brant Pontes e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, enviados extraordinários e ministros plenipotenciários na Inglaterra. Idem, p. 45.

Unido para exigir da Coroa britânica o respeito aos tratados anteriores, que garantiam a proteção inglesa. Poucas semanas antes, em fevereiro, os negociadores brasileiros haviam sugerido ao Governo inglês que o Imperador poderia realizar mudanças nas tarifas alfandegárias brasileiras para, num prazo de 15 anos, levantar as preferências que a coroa inglesa gozava no Brasil²¹⁸⁷. Essas ações mostram que, ademais dos próprios interesses britânicos, que procuravam preservar a relação com Portugal, mas tinham dinâmica própria com relação às Américas, as duas partes da contenda viam no Reino Unido um intermediário importante, cujo apoio poderia ser altamente vantajoso.

Londres ainda hesitou em atuar diretamente na questão, procurando servir como facilitador e não como intermediário. Georges Canning, incentivou, inicialmente, as tratativas diretas, oferecendo como apoio um projeto de conciliação por ele desenhado²¹⁸⁸. O “projeto de reconciliação e amizade entre Portugal e Brasil”, reconhecia a Independência e levava a D. Pedro a renunciar aos seus direitos da Coroa portuguesa, ao menos inicialmente, pois caberia às Cortes portuguesas a decisão sobre a sucessão²¹⁸⁹.

As negociações entre brasileiros e portugueses se desenrolaram, em Londres, entre 14 de junho de 1824 e 18 de fevereiro de 1825. Nesse período, apareceram as principais questões da sucessão real, da manutenção de algum tipo de laço entre Lisboa e Rio de Janeiro, e a própria necessidade de arranjo financeiro. Como aponta Valentim Alexandre²¹⁹⁰, Portugal apresentou contraproposta ao projeto elaborado por Canning, no qual era mantida a soberania de D. João VI no Brasil. A instruções eram de que os representantes diplomáticos portugueses poderiam interromper as negociações se esse ponto não fosse aceito. Portugal insistia, portanto, na subordinação brasileira a D. João VI, mesmo que novo arranjo de Governo fosse encontrado. O Chanceler britânico considerou o contraprojeto português “desarrazoado e inadmissível” e tentou, inicialmente, continuar as negociações em Londres, com os representantes diplomáticos dos dois países, sem muito sucesso²¹⁹¹. O principal obstáculo era a resistência portuguesa em aceitar a emancipação.

²¹⁸⁷ Rodrigues & Seitenfus, 1995, p. 129.

²¹⁸⁸ Idem, p. 128.

²¹⁸⁹ Valentim Alexandre, 1993, p. 315.

²¹⁹⁰ 1993, p. 315.

²¹⁹¹ PEREIRA DE ARAÚJO, João Hermes. “Capítulo I - A Herança Colonial”. In: Três ensaios sobre diplomacia brasileira. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1989. P. 19.

Dadas as resistências brasileiras, Lisboa chegou a enviar José Antônio Soares Leal ao Rio de Janeiro, para tratar diretamente com D. Pedro²¹⁹². A missão Soares Leal, assim como as negociações diretas falharam, frente à negativa do Imperador de negociar algo distinto do reconhecimento de direito da realidade, que era o Brasil independente.

O impasse foi rompido pelo Reino Unido, que em fins de 1824 reconheceu as independências das colônias espanholas e passou a atuar de forma intensa no caso brasileiro. Os britânicos, de fato, tinham estabelecido como base de sua postura a negociação entre as duas partes e a mediação.

As instruções confidenciais ao Cônsul-Geral do Reino Unido no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, datadas de 12 de janeiro de 1825²¹⁹³, continham o essencial da posição britânica sobre a negociação do reconhecimento. E, mais interessante, estabeleciam uma diferença fundamental da posição britânica sobre as ex-colônias espanholas e o Brasil. No documento, o Chanceler Britânico da época e um dos grandes responsáveis pela política inglesa com relação às Independências americanas, Georges Canning, anunciava a Chamberlain o reconhecimento do México, Colômbia e Buenos Aires. Autorizava que o Cônsul comunicasse a decisão ao Rio de Janeiro, mas ponderava que “penso necessário se preparar para qualquer sentimento de ciúme o qual (ainda que irrazoável) possa surgir do que poderia parecer uma prioridade dada ao estabelecimento de relações com os Estados espano-americanos sobre aquela do Brasil²¹⁹⁴. Canning sublinhou que essa percepção seria equivocada por parte do Rio de Janeiro.

O Chanceler britânico apontou, então, que a política do Reino Unido com o Brasil foi “essencialmente diferente desde o começo” daquela com a América Espanhola. Segundo Canning, as relações com as ex-colônias espanholas eram limitadas àquelas que se desenvolveram do comércio, “sem estipulação ou acordo ou reconhecimento de qualquer natureza”, e sem que lá, antes de 1824, houvesse agente britânico para tratar dos interesses de Londres. No caso brasileiro, havia, dizia o Chanceler, um tratado de comércio, “escrupulosamente respeitado dos dois lados” e a presença de um representante no Rio de Janeiro, um Cônsul-Geral, “mas na prática um agente político ativo, mantendo contato político e exercendo para todos os aspectos

²¹⁹² Rodrigues & Seitenfus, 1995, p. 130.

²¹⁹³ George Canning to Henry Chamberlain. Ofício nº 1 “confidencial”, de 12 de janeiro de 1825, F.O. 13/7. In: Webster, 1938, p. 248.

²¹⁹⁴ *I think it necessary to prepare you for any feeling of jealousy which (however unreasonable) may possibly be excited by what may at first sight appear to be a priority given to the establishment of relations with the Spanish American States over that of Brazil.*

práticas funções diplomáticas”. Com isso, dizia Canning, o reconhecimento da forma como se passara no caso das ex-colônias espanholas, não ia além de estabelecer uma realidade que já existia com o Brasil.

Também contava, segundo o Chanceler britânico, a diferença nas relações do Reino Unido com a Espanha e com Portugal, além do fato de que, apenas no caso do Brasil, a Coroa britânica estava atuando oficialmente como mediadora, o que foi aceito pelas duas partes. Na visão de Canning, essa tarefa seria levada a cabo, inclusive com prejuízos, pois a mera preservação dos interesses britânicos seria mais fácil sem o desempenho da mediação, a qual se justificava por “melhores esperanças” do que nas relações com a América Espanhola.

Canning seguiu na exposição da posição britânica sobre a mediação e deixou clara a posição de favorecer o reconhecimento das Independências, sobre o que “nem a Espanha nem Portugal teriam nada a temer”. Sobre os tratados de defesa com Portugal, o Chanceler britânico alegou que não se aplicariam às colônias, mas haveria disposição para acomodar as mudanças do tempo, possivelmente referência indireta à elevação do Brasil a Reino Unido. Mais uma vez, insistia Canning, a comparação com as ex-colônias espanholas não se aplicava, pois as circunstâncias, a atuação e os interesses britânicos eram essencialmente distintos. A continuidade da guerra nesses países era indiferente para Londres.

Outro era o caso de Portugal, para quem D. Pedro tinha legitimidade, assim como seu pai, de modo que “não seria um impulso para o filho, mas um desrespeito ao pai” deixar que os laços da Casa de Bragança se rompessem de forma violenta. Mais ainda, pela existência da guerra e a obrigação de respeito aos tratados com Portugal, o reconhecimento direto do Brasil, interpretava Canning, o colocaria como potência inimiga de Lisboa, legitimando o pedido desta de auxílio inglês, criando uma situação paradoxal para Londres. Na visão britânica era necessário, portanto, um acordo entre as duas partes para o reconhecimento do Reino Unido, que não viria, desse modo, unilateralmente. É interessante no ofício a informação de que, segundo as informações disponíveis aos britânicos, D. Pedro não pretendia renunciar a seus direitos à sucessão de D. João VI, o que, ao fim e ao cabo, significaria uma reunião de Portugal e Brasil debaixo do mesmo soberano. Na visão de Londres, essa ideia não poderia prosperar se a Independência viesse da guerra e do reconhecimento externo, sem arranjo bilateral.

A posição de Londres era, assim, clara: os laços com Portugal, dizia Canning, cuja “preservação muito custou ao Tesouro britânico e ao sangue britânico” (em

referência às guerras napoleônicas), deveriam ser preservados. Mas esses sentimentos, dizia, não se manteriam contra uma indefinida e irrazoável recusa de Lisboa em negociar com o Brasil, o que significava que Londres, apesar de tudo, mantinha uma porta aberta ao reconhecimento direto. Essa porta seria mencionada, posteriormente, a Lisboa, como pressão para aceitar a negociação. Canning também indicava a Chamberlain que a mediação levada a cabo pela Áustria era positiva, mas que o Rio de Janeiro ainda não teria se dado conta de seu valor.

Para o Reino Unido, portanto, o reconhecimento brasileiro demandava um arranjo com Lisboa, mesmo que “o fato da Independência já estivesse praticamente assegurado”. Tentativas de intimidar Portugal pouco adiantariam, na visão de Londres. Da mesma forma, apontava Canning, ainda não era tempo para uma conferência entre as duas partes, que apenas agravaria a situação. D. Pedro deveria conter sua impaciência, pois a negociação se encontrava, na prática, suspensa, “mas não abandonada”. E, insistia Canning no documento, a situação era distinta da América Espanhola, onde a alternativa havia sido entre submissão ou Independência, sobre o que o Reino Unido optou pela segunda.

A reação de D. Pedro à transmissão de alguns desses elementos por Chamberlain teria sido, segundo relato do diplomata britânico a Londres²¹⁹⁵, relativamente positiva. O Imperador teria feito várias perguntas sobre o processo de reconhecimento das ex-colônias espanholas e mantido intensa interação com Chamberlain quando este comentou a posição britânica, informada no ofício confidencial nº 1, interrompendo-o a todo momento. D. Pedro também sublinhou que vinha cumprindo o tratado de 1810 à risca, mas discordou da interpretação que a velha aliança se aplicaria a Lisboa contra o Rio de Janeiro. Em sua visão, este, assim como o acordo de comércio de 1810, também estaria englobado o Brasil (não se poderia ter interpretações distintas para os dois tratados, segundo D. Pedro), o que significava que o Reino Unido também estaria obrigado a vir em socorro do Império. D. Pedro teria reiterado a Chamberlain seu desinteresse pela sucessão em Lisboa, perguntando-se “por que Portugal não poderia ser dado a D. Miguel?”. Por fim, o Imperador teria se mostrado desconfiado com relação à Áustria e a Mareschal e sublinhado sua consideração ao Reino Unido. Segundo o diplomata britânico, o Imperador teria dito que “a Grã-Bretanha e o Brasil unidos podem conquistar o mundo”.

²¹⁹⁵ Henry Chamberlain to George Canning – 22 February 1825 – F.O. 13/8. In: Webster, 1938, p. 257.

Nesse meio de tempo, as negociações entre Rio de Janeiro e Lisboa, que corriam em Londres, não encontraram resultado. Com o insucesso, Canning decidiu ampliar a pressão e designou Charles Stuart como enviado britânico, com instruções para viajar à Lisboa e ao Rio de Janeiro e negociar o reconhecimento²¹⁹⁶. Stuart era diplomata experiente e influente, tendo sido Ministro em Lisboa e, posteriormente, Embaixador na França.

O primeiro ofício de instruções de Canning a Charles Stuart²¹⁹⁷ é um dos documentos históricos mais interessantes, seja pela visão que tinha do processo de emancipação nas Américas, seja por sua precisão e visão diplomática. Canning insistia na diferença entre o que se passara na América espanhola e no Brasil, justificando o reconhecimento rápido das primeiras e o processo mais lento no Brasil. Para o Chanceler britânico, a posição britânica não tinha nada de impensada ou perigosa. “A separação das colônias espanholas da Espanha, ou das colônias portuguesas de Portugal”, registrou, “não foi nem (o resultado do) nosso trabalho nem nosso desejo”. O Reino Unido, defendeu, teria agido para garantir seus interesses e, mais ainda, para lidar pragmaticamente²¹⁹⁸ com uma situação sem volta (as independências), o que, na opinião do Chanceler, teria sido inclusive melhor para a situação da Europa.

No caso do Brasil, Canning voltou a tratar a mediação como “uma obrigação moral”, sem perder de vista o interesse na manutenção do tratado de comércio de 1810, tanto com Portugal quanto com o Brasil. Nesse sentido, a instrução a Stuart era a de que não deixasse o Brasil sem um novo arranjo comercial. Essa era a porta para um eventual reconhecimento unilateral, caso Portugal se mantivesse inflexível.

O ofício seguiu na análise da situação brasileira e na justificativa da ação britânica. A visão britânica era claramente favorável a D. Pedro, inclusive em negar o caráter “revolucionário” de sua ação. Canning sustentou que, por sucessivos atos de D. João, após 1808, o Brasil tinha deixado de ser colônia, se tornado uma jurisdição independente, depois Reino. Havia sido previsto, inclusive, no contexto das guerras napoleônicas, opção pela qual se tornaria independente de Lisboa, por ato do próprio Governo. Em suma, na visão de Canning o Brasil já tinha uma identidade política, tendo inclusive ganhado predominância sobre Lisboa.

²¹⁹⁶ Rodrigues & Seitenfus, 1995, p. 132.

²¹⁹⁷ George Canning to Charles Stuart – 14 March 1825 – F.O. 13/1. In: Webster, 1938, p. 270.

²¹⁹⁸ Reiterado em outro despacho, de 25 de abril. In: Webster, 1938, p. 271.

Os atos subsequentes de D. Pedro, na visão britânica, haviam se fiado nessas bases e na ideia da proteção da monarquia. O Regente, a partir dos poderes deixados pelo pai, teria agido quando “a autoridade do Rei foi suplantada pela facção democrática”, que emitiu ordens em nome daquele e que teria provocado, se D. Pedro as tivesse seguido, a mesma revolução no Brasil. Para Londres, D. Pedro teria tido “coragem em salvar a monarquia no Brasil”, o que teria feito “sem sacar a espada”.

Essa última avaliação, como visto, não condiz com o que efetivamente ocorrera no Rio de Janeiro, em janeiro de 1822, e no Norte-Nordeste do Reino. Canning avaliou, também, que a convocação da constituinte foi algo que já havia sido feito pelo pai e que apenas reforçou a união das Províncias, prevenindo a guerra civil (o que não aconteceu, haja visto os combates registrados na guerra de Independência). O Chanceler britânico, nesse ponto, se mostrou contraditório em falar na manutenção do Brasil “sem espada” ou prevenindo a guerra civil, quando, em ofício posterior a Stuart²¹⁹⁹, mostrava preocupação com a “renovação” da guerra entre Portugal e Brasil, o que, em sua opinião, não era interessante para nenhuma das partes envolvidas²²⁰⁰. Não havia, desse modo, dúvidas da existência de um estado de beligerância entre Lisboa e o Rio de Janeiro.

O Chanceler britânico também advogou que o título de “Defensor Perpétuo” fora anteriormente utilizado por João I e pelo Governador Vieira, este na luta contra os holandeses em Pernambuco, no século XVII. O título, desse modo, não tinha “nada de novo ou de origem democrática”, sem representar “motivo revolucionário”. O próprio título de “Imperador”, que incomodava as monarquias europeias por seu tom napoleônico, teria sido uma “concessão ao partido democrático no Brasil, que era forte o suficiente para derrubar a monarquia inteira, se desafiado, e uma usurpação menor dos direitos do pai do que se tivesse assumido como Rei”. Por essa razão, inclusive, Londres era contra D. João assumir o Império e transferi-lo para D. Pedro, pois faltaria a “eleição” que o filho tivera no Brasil, ao congregar os apoios ao longo do processo que levou à emancipação.

Haja vista a realidade de 1825, a visão britânica era a de que a pergunta principal não era se o Brasil deveria retornar ou não a Portugal. O principal seria “como deve-se salvar a monarquia na América?” Para Londres, era necessário o reconhecimento, para

²¹⁹⁹ George Canning to Charles Stuart – nº 17, 10 May 1825 – F.O. 13/1. In: Webster, 1938, p. 277.

²²⁰⁰ *The failure of the negotiation may, or may not, lead to a renewal of war between Portugal and Brazil. Your Excellency will use your utmost endeavours to avert that renewal (...)*. Idem, p. 278.

preservar a casa de Bragança nas Américas, ainda que separada de Lisboa. Canning referiu-se, inclusive, à possibilidade de ação do Imperador contra Portugal: em sua visão, ao reconhecer o Brasil, este se tornaria poder independente e Lisboa se veria protegida de qualquer ação do Rio de Janeiro, em razão do tratado de proteção que tinha com o Reino Unido.

Com essas reflexões em mente, as instruções a Charles Stuart eram a de trabalhar pelo reconhecimento, preferencialmente por Decreto Real e não por tratado, renunciando Lisboa qualquer exercício sobre a soberania brasileira (“qualquer concessão que não a Independência substantiva terá pouco valor”²²⁰¹). Stuart deveria pressionar Lisboa a aceitar esse ponto central. Deveria também convencer D. João a nomeá-lo emissário de Portugal, para tratar do reconhecimento, como portador do Decreto Real, ou como plenipotenciário, para assinar tratado bilateral. Em qualquer dos casos, com sucesso ou não, Stuart deveria negociar os termos do comércio do Reino Unido com o Brasil e com Portugal.

Em comunicação posterior, de 25 de abril²²⁰², Canning continuou a recusar a demanda de D. João VI em assumir o Império, sempre com o argumento de que D. Pedro obtivera o título por “eleição e aclamação”. Ante as resistências do Rio de Janeiro, reportadas por Henry Chamberlain, Canning estimava que o melhor era esperar a chegada de Charles Stuart ao Brasil para avançar na negociação. Já em 30 de abril²²⁰³, Canning informava Stuart que teria obtido dos franceses apoio à mediação britânica e que havia tentado ao máximo atrasar a partida de Caldeira Brant para o Rio de Janeiro. Ainda assim, o Chanceler britânico preferia que Brant assumisse o contato com Stuart no lugar do Chanceler brasileiro, pois este teria um “espírito de suspeição e caráter intratável”.

Charles Stuart foi instruído, então, a assumir papel protagonista na mediação, servindo de enviado ou mesmo de plenipotenciário de D. João VI em sua passagem pelo Brasil. Passando inicialmente por Lisboa, Stuart pressionou D. João VI a aceitar as condições do reconhecimento. Os ofícios de Canning a Stuart mostram que as questões do título de Imperador a D. João e outros temas continuaram a ser duramente negociados em Lisboa, com diferentes versões da Carta Régia que deveria ser emitida, reconhecendo a Independência. Para romper a inflexibilidade portuguesa, Londres

²²⁰¹ (...) *That any concession short of substantive Independence must be altogether unavailing.*

²²⁰² “George Canning to Sir Charles Stuart”, nº 7, April 25, 1825. F.O. 13/1. In: Webster, 1938, p. 272.

²²⁰³ “George Canning to Sir Charles Stuart”, nº 9, April 30, 1825. F.O. 13/1. Webster, 1938, p. 273.

ameaçou, então, com o reconhecimento direto britânico do Brasil, via assinatura de acordo de comércio com o Rio de Janeiro. Era uma janela necessária, inclusive, para dar conta dos avanços de outras potências, como visto anteriormente, especialmente a França. Os ofícios de Canning a Charles Stuart revelam, nesse sentido, preocupação com a ação francesa²²⁰⁴.

A gestão de Stuart surtiu efeito, tendo também contribuído a mudança política em Portugal, com a queda do Conde de Suberra (fortemente contrário ao reconhecimento), o que permitiu que as negociações em Lisboa avançassem entre março e maio de 1825²²⁰⁵. O Governo português aceitou, então, a ideia da Independência, mas teve como compensação a aceitação inglesa de insistir em que D. Pedro cedesse nas condições do reconhecimento, dentre os quais a forma particular de realização do ato, que era a de D. João assumir o Império e o transmitir, por sua “vontade”, ao filho. Um dos pontos essenciais do acordo, ademais das condições do reconhecimento era a “cessação imediata das hostilidades”.

Sustenta João Hermes Pereira de Araújo²²⁰⁶ que as ambições de Charles Stuart em suceder a Canning no Foreign Office o levaram a buscar um resultado rápido, o qual, somado a suas tendências “absolutistas e legitimistas”, “o levaram a condescender com certas pretensões absurdas do governo português”. Não foi, porém, apenas a ambição de Stuart que levou os britânicos a aceitarem as exigências portuguesas. A atuação de Palmella, que deixara a Chancelaria portuguesa para se tornar Embaixador em Londres, também foi essencial para convencer os ingleses a encamparem as demandas de Lisboa²²⁰⁷, as quais, sublinhe-se, já eram uma flexibilização importante em sua posição original de não reconhecer a Independência.

Surgiu, nesse contexto, a ideia de que o Brasil deveria assumir parte da dívida pública de Portugal, em razão dos bens deixados no País pela Coroa de Portugal²²⁰⁸, e indenizar os antigos donatários das anteriores capitanias brasileiras. Após longas negociações, entre março e junho de 1825, o próprio Stuart seguiu para o Brasil como plenipotenciário português, com poderes de concluir o tratado de reconhecimento²²⁰⁹.

²²⁰⁴ Ofício de Charles Stuart a George Canning, em 26 de julho de 1825. F.O. 13/4. In: Webster, 1938, p. 282.

²²⁰⁵ Valentim Alexandre, 1993, p. 318.

²²⁰⁶ 1989, p. 20.

²²⁰⁷ Valentim Alexandre, 1993, p. 322.

²²⁰⁸ Idem, p. 319.

²²⁰⁹ Cervo & Bueno, 2002, p. 34.

O representante britânico chegou ao Rio de Janeiro em 17 de julho de 1825 e encontrou resistências também fortes aos termos do acordo de reconhecimento. O próprio Stuart informou a Canning²²¹⁰ que, em sua chegada, foi cortado de encontros com pessoas favoráveis ao Reino Unido, por determinação de D. Pedro. Mesmo o diplomata austríaco, Barão de Mareschal, teria confidenciado a Stuart ter-se mantido distante dele, a fim de evitar qualquer represália do Imperador. Os contatos iniciais do emissário britânico foram com pessoas hostis ao Reino Unido, provavelmente uma tática negociadora de D. Pedro²²¹¹.

A correspondência de Mareschal²²¹², por sua proximidade com D. Pedro e por sua distância do núcleo negociador (Brasil-Portugal-Reino Unido, mesmo que a Áustria tivesse interesses no caso) mostra meandros interessantes dessa fase do processo de mediação britânica. Aponta, especialmente, para fortes resistências por parte do Rio de Janeiro em aceitar as demandas portuguesas, particularmente a indenização. Ao longo do processo, Mareschal relata, principalmente, a oposição de D. Pedro aos termos que vinham sendo negociados por seus representantes com os portugueses, intermediados pelos britânicos. Não se tratou, cabe frisar, de resistência do Monarca apenas nas fases iniciais da negociação. Em ofício de 11 de julho de 1825, Mareschal registra o relato do General Brant, que, em encontro em 5 de julho, teria constatado que D. Pedro “muito se opunha à ideia de que seu pai tivesse o título de Imperador, assim como à sucessão em Portugal e a um sacrifício pecuniário”. No dia seguinte, entretanto, D. Pedro teria mudado de ideia, dizendo que (a sucessão) em Portugal poderia ser “boa”, para ser entregue a uma de suas filhas²²¹³.

Sobre o título de Imperador, ao contrário da interpretação britânica (da necessidade de compromisso com o “partido democrático”), Mareschal afirmava se tratar de questão de “ vaidade ” de D. Pedro, o mais recente monarca a adquirir o título, ademais de dificuldade em voltar à trás na palavra, vez que D. Pedro havia renegado a Coroa de Portugal. A postura do diplomata austríaco nessa avaliação deve ser relativizada, pois seus ofícios mostram gestões de representantes estrangeiros para que D. Pedro passasse a utilizar o título de Rei e não de Imperador, uma vez que esta

²²¹⁰ Ofício de Charles Stuart a George Canning, em 20 de agosto de 1825. F.O. 13/20. In: Webster, 1938, p. 284.

²²¹¹ *The first step which His Highness adopted was the selection of those persons for the conduct of the negotiation whose hostility, not to Portugal, but to Great Britain, has at all times been the most prominent.*

²²¹² “Correspondencia do Barão de Mareschal”, *RIHGB*, nº 332, julho-setembro de 1981, pp. 268 e seguintes; e *RIHGB* outubro-dezembro de 1981, pgs 93 e seguintes.

²²¹³ Marechal. In: *RIHGB*, 1981, p. 268

designação para o novo Estado não seria vista com olhos simpáticos, seja por evocar uma inspiração “napoleônica”, seja pela antipatia de Imperadores de maior antiguidade, como o austríaco e o russo.

Mareschal estimava que a chegada do representante inglês, Charles Stuart, colocaria as coisas no lugar. Em ofício do mesmo dia 11 de julho, mais uma vez transcreve relato de Brant, “que me disse que o Príncipe Regente, com quem ele teve várias conferências, se mostra ainda em forte oposição às propostas portuguesas e que o mesmo espírito foi manifestado no Conselho (de Estado)”. Em transcrição da conversa, o diplomata austríaco aponta que D. Pedro resistia a conceder o título a seu pai, não pretendia voltar a Portugal e não concordava em ampliar a dívida brasileira com novos encargos, decorrentes do reconhecimento.

O diplomata austríaco avaliava que parte dessa resistência viria da proposta francesa de tratado comercial, que traria em si o reconhecimento. O diplomata austríaco desestimava a efetiva capacidade do Conde de Gestas, representante francês, em concluir essa negociação, mas temia que a proposta travasse os entendimentos com Portugal. Brant, segundo o relato de Mareschal, esperava, no entanto, que “Sir Charles Stuart terá sucesso no fim, mas prevê muitas dificuldades”.

Apesar das dificuldades iniciais relatadas a Londres, a chegada de Charles Stuart, desse modo, trouxe novo impulso às negociações e, principalmente, aumentou, pelos que se depreende do relato de Mareschal, a pressão para que D. Pedro cedesse às demandas de Portugal. No relato de 27 de julho de 1825, o diplomata austríaco relatou satisfação do representante britânico com o Príncipe, o qual “considera como infinitamente mais capaz de tudo que o circunda”. D. Pedro estaria em posição ameaçada, pelo que se passava na Cisplatina, e pela “total ausência de meios”. Não parecia amainar, ainda assim, a oposição do Imperador, que também recusava a alteração do Império para Reino. Mareschal, no fim, achava difícil que D. Pedro fosse voltar a trás nesse ponto²²¹⁴.

O cenário das resistências e das negociações, no entanto, pouco mudou no relato de Mareschal sobre as etapas finais. Em ofício de 20 de agosto de 1823, Mareschal relatou novos desentendimentos de brasileiros os britânicos. O protocolo da 5ª Conferência entre Stuart e os brasileiros, de 13 de agosto, registrou o “ressentimento” (“chagrin”) com que terminara a reunião anterior, de 3 de agosto. Ressentimento

²²¹⁴ Vide ofício de 27 de julho de 1823.

também foi a expressão utilizada por Stuart, que por nota de 28 de julho, segundo Mareschal²²¹⁵, havia transmitido sua surpresa ao

“espírito de hostilidade manifestado nas conferências e à hesitação em admitir as bases do acordo proposto por S.M.T.F., após as mesmas bases terem sido negociadas por ele (Charles Stuart), em nome de S. M. britânica e adotada pelo Rei, com base no parecer e nos comentários dos plenipotenciários em Londres, Srs. Brant e Gameiro”.

Charles Stuart afirmava ainda que o Reino Unido não teria apresentado a proposta, sem o consentimento dos plenipotenciários das duas nações.

Ainda segundo Mareschal, Charles Stuart era menos esperançoso em “ver a questão do dinheiro terminar satisfatoriamente, pois me disse nunca ter visto igual obstinação àquela mostrada na véspera pelos plenipotenciários brasileiros”. Segundo o relato de Valentim Alexandre²²¹⁶, a ideia em si da indenização era aceita por alguns representantes brasileiros, mas o montante a ser pago foi objeto de séria controvérsia, uma vez que o cálculo brasileiro era significativamente menor do que a demanda portuguesa. Foi pela pressão inglesa que o Governo brasileiro chegou ao valor de 2 milhões de libras.

²²¹⁵ Ofício de 20 de agosto de 1825 : *Le jour même du départ du paquebot Sir Ch. Stuart désirant ramener les Plenipotentiaires Brésiliens à la question, leur passa une Note en date du 28 Juillet où il exprimait son étonnement et son chagrin de l'esprit hostile manifesté dans les conférences et de l'hésitation mise à admettre les bases de l'arrangement proposé par S.M.T.F., lorsque ces mêmes bases avaient été négociés par lui, au nom de S.M. Britannique et adapté par le Roi Très Fidèle, sur l'avis et les remarques des PP.BB.ens à Londres, Mrs. Brant et Gameiro, sans l'assentiment des quelles le Gouvernement Britannique ne se serait jamais engagé dans cette démarche, citant les points convenus qui avoient formés la base de ses instructions et se plaignant de l'espèce de supercherie par laquelle on l'avait fait venir ici et la disgracieuse perspective où il se trouvait d'avoir à annoncer à Londres que son envoi avait été sans résultat.*

Le 29 dans la 3eme conference les PP Brésiliens présentèrent leur réponse, en faisant l'apologie de leur gouvènement ils s'excusent sur l'ignorance dans laquelle ils se trouvaient de la partie des instructions de Sir. Ch. Stuart, qu'il leur avait communiqué par sa Note du 28 et de la part qu'y avaient eu les PP.BB.ens à Londres, lesquelles n'y avaient jamais été autorisés' ; ajoutant que la reserve qu'ils avaient mis à accepter la condition posé par le Plenipotentiaire Anglais dans la dernière conférence, n'avait jamais pu être considérée comme un refus, puisque si même ils eussent été en parfait connaissance des antécédens, ils auraient toujours du en référer à la volonté de leur Auguste Maître.

Ils admettaient donc les trois Articles, à laquelle phrase, Sir. Ch. Stuart, leur fit substituer les principes, sur lesquels on avait agis, mais trouvaient des difficultés dans quelques parties de la lettre patente, difficultés qui tenaient au décorum et la délicatesse de la Nation Brésilienne et à la situation difficile de son gouvernement, laquelle méritait assurément toute considération ; que cela rendait donc une altération dans la rédaction de cet acte désirable et que l'on ne doutait point que le cœur paternel au Roi ne serait disposé à y accéder. (...) Cette note datée du 29 était dans le stile le plus poli. (...) Mr. Le Chev. Stuart, voyant leurs objection leur offrit de leur remettre confidentiellement des copies des 3 lettres patentes; les invitant à en extraire les passages qu'ils trouvaient des difficultés à admettre ; ils les reçurent en promettant de le faire et décidèrent de continuer en attendant la discussion du traité. (...) Sir. Ch. Stuart proposa de nouveau son projet d'armistice , l'idée de terminer l'affaire en bloc, qui l'avait fait écarter n'ayant pu se réaliser, ils l'agréèrent et promirent d'y répondre à la conférence suivante.

²²¹⁶ 1993, p. 327.

A análise mais importante de Mareschal, no entanto, não se relaciona apenas com as cláusulas do tratado e os encontros dos representantes, nos quais Stuart pressionou D. Pedro, mas com o contexto político de sua negociação. Em outro ofício de 20 de agosto de 1825, o diplomata austríaco, que, recorde-se, desde o início mostrara simpatias ao Rio de Janeiro, avaliava o acordo como necessário a D. Pedro, apesar das fortes resistências brasileiras ao pagamento da indenização de 2 milhões de libras:

O estado das Províncias do Norte, a insurreição na Banda Oriental, a questão de Chiquitos e as disposições suspeitas do Governo de Buenos Aires, de Bolívar e de Sucre formam conjunto de fatos muito inquietantes, aos quais se deve adicionar reunião da Assembleia, que, haja vista o montante considerável dos sacrifícios pecuniários exigidos do Brasil, torna-se indispensável²²¹⁷.

Ou seja, Mareschal sublinha a conjuntura desfavorável ao Rio de Janeiro, no contexto das negociações do reconhecimento, a fim de mostrar as pressões que D. Pedro sofria para manter o Império do Brasil nos contornos do antigo Reino, com ele à testa do Estado, como Imperador. Essa fragilidade é ponto fundamental para se compreender a diferença entre resistências de D. Pedro nas negociações e o resultado final destas, que exatamente colocavam D. João transmitindo o cargo ao filho, regulavam a sucessão e indenizavam Portugal.

O acordo foi, finalmente, assinado em 29 de agosto de 1825. Seria ratificado, do lado brasileiro, no dia seguinte, no que também foram necessárias pressões inglesas e da

²²¹⁷ *J'ai l'honneur de transmettre ci-joints de Litt. R. à N. inclusivement, à Votre Altesse, la Suite de la négociation avec le Portugal ; les dispositions que m'a montrés S.A.R dans l'entretien de ce matin me confirment de plus en plus dans l'opinion qu'elle sera bientôt et heureusement terminée. Depuis que ce Prince a cédé sur le titre que se reservoit son Auguste Père, il me ssembleroit injuste de ne pas lui tenir compte des difficultés réelles de sa position, qui l'empêchent d'accepter et de publier la lettre patente dans son état actuel ; j'avoue franchement que je suis loin de penser que Les craintes et appréhensions de S.A.R et de son conseil à cet égard, aient été mal-fondés et il me semble que quoi-qu'il ne doit certainement pont régler sa conduite sur les désirs du Parti Republicain, il setait également peu judicieuse de ne pas éviter autant que possible, tout ce qui pourroit lui servir de levier pour remuer l'esprit public, les graves considérations me semblent devoir influencer la détermination de S.M.T.F et l'engager à ratifier simplement et sans la publication de la lettre patente, le traité qui j'espère ne tardera pas à être signé et transmis à Lisbonne ; d'autant plus que d'un côté, le Préambule, met principe de la légitimité entièrement à couvert et que de l'autre la position du Prince son fils relativement au Brésil est loin d'être rassurante. **L'état des Provinces du Nord, l'insurrection dans la Banda Orientale, l'affaire de Chiquitos et les dispositions peu douteuses du Gouvernement de Buenos-Aires et de Bolivar et Sucre, forment une ensemble de faits très inquiétants et il faudra encore y ajouter la réunion de l'assemblée, que le montant considérable des sacrifices pécuniaires exigés du Brésil, rendra probablement indispensable.** (...) Sir Charles Stuart au quel j'ai communiqué la démarche que j'ai fait ce matin, ne partage pas mes espérances de voir l'affaire d'argent se terminer à sa satisfaction, il me dit qu'il n'avoit jamais vu une obstination pareille à celle montré la veille par les Plenipotenciares Brésiliens ; il me semble qu'elle provenoit d'abord, de l'idée que c'étoit le moyen de rabattre encore quelque chose et ensuite de l'émulation entre le Prince et son conseil de rejeter autant que possible l'un sur l'autre le poids d'une responsabilité qui les épouvantent également. (grifo nosso)*

influência, segundo Isabel Lustosa²²¹⁸, de D. Domitila de Castro, em concertação com Charles Stuart, para vencer as resistências de D. Pedro. Em 18 de outubro, Brasil e Reino Unido assinaram, no Rio de Janeiro, acordo comercial e um arranjo sobre a extinção do tráfico de escravos²²¹⁹. Em 15 de novembro, o Governo português admitiu a entrada de navios brasileiros em seus portos, em razão do tratado de paz²²²⁰.

O ponto sobre o pagamento da indenização a Portugal foi objeto de Convenção Adicional, assinada no mesmo dia 29 de agosto. Esse ponto do acordo foi mantido em segredo por algum tempo, tendo surgido apenas com a reabertura da Assembleia, em 1826, quando foi objeto de ferozes críticas. Criou-se, assim, uma imagem de que o segredo se destinava a esconder uma negociata contrária aos interesses do Brasil. Uma interpretação alternativa poderia sugerir que D. Pedro tinha consciência do prejuízo, ao qual ele mesmo se opunha, e das reações, atrasando a publicação para permitir a assinatura do Tratado de Reconhecimento e a resolução do problema maior que tinha, relacionado à própria unidade do Império.

Mesmo o ponto de D. João VI ter assumido e transmitido o Império pode ser visto por um prisma distinto daquele da mera “ vaidade senil do Rei de Portugal”. Ao assumir um Império fundamentado no território que era “ seu” e passá-lo a seu filho, D. João VI reforçava a legitimidade da transmissão do ponto de vista monárquico, eliminando, de certo modo, o elemento revolucionário de todo o processo. Era assim que se posicionava o Governo português, conforme aponta Valentim Alexandre²²²¹, para quem o simbolismo era muito importante, vendo a ação da transmissão como meio de legitimação do título de Imperador, “ apagando a ilegalidade que estava na origem da autoridade soberana de D. Pedro”.

Em uma conjuntura legitimista daquela década, influenciada pela Santa Aliança (como visto na citação do Deputado Andrada Machado, de 9 de setembro de 1823), essa passagem facilitava a sustentação do poder de D. Pedro junto às monarquias europeias. Entre vaidades dos dois lados (D. João em assumir, D. Pedro em ser mais, em ser o

²²¹⁸ 2006, p. 211.

²²¹⁹ Rodrigues & Seitenfus, 1995, p. 132.

²²²⁰ AVISO (cópia) do [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], Joaquim José Monteiro Torres, para o [marquês de Viana], major-general [da Armada, D. João Manoel de Menezes], ordenando que sejam admitidos nos portos do Reino e nos domínios ultramarinos os navios tanto de guerra como mercantes com bandeira brasileira, visto o tratado de paz e aliança firmado no Rio de Janeiro entre o rei de Portugal e Algarves, D. João VI e o imperador do Reino do Brasil, seu filho, D. Pedro. Em 15 de novembro de 1825. In: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_017, Cx. 295, D. 20922.

²²²¹ 1993, p. 320.

primeiro Imperador), transmitia-se simbolicamente o retorno da harmonia no seio da família Real, eliminando, inclusive a marca da guerra (alimentando-se, nesse caso, o mito da Independência pacífica).

Ao fim e ao cabo, as versões do reconhecimento como “traição” do Imperador, como egoísmo voltado a proteger a Casa de Bragança, ou de que D. Pedro se opunha ao acordo e sofreu pressões externas para engoli-lo, resultam na mesma constatação: em uma conjuntura desfavorável, o novo tratado ajudava D. Pedro em seu projeto de centralização e consolidação do Império. O tempo, desse modo, era fator importante naquela conjuntura de 1825. Sofrendo com oposição na Corte e, principalmente, nas Províncias, onde ventos de fragmentação se faziam presentes, D. Pedro teve no reconhecimento importante apoio. Para obtê-lo, foi obrigado a ceder, mesmo que não concordasse, assim como o fez D. João VI.

O resultado não agradou ninguém, mas solucionou a questão. Visto desse prisma, o negócio não parece tão ruim como se convencionou acreditar. Caro ou não, o reconhecimento resolveu um problema muito maior do que as duas milhões de libras esterlinas. Como se viu, a rebelião no Norte perdeu força com o reconhecimento, que oficializava a separação e terminava de vez com veleios de reunificação, seja em Portugal, seja no Brasil.

A partir de 1826, as outras potências europeias reconheceram o Brasil. A França adotou a medida em 8 de janeiro de 1826, seguida pela Áustria (30 de junho), pela Prússia (9 de julho), e por outros Estados²²²². Os EUA, primeiros a reconhecer o Brasil, ainda em 1824, reafirmaram o ato em 12 de dezembro de 1828. A iniciativa norte-americana fora importante como elemento simbólico, em meio à instabilidade de 1824, mas o país ainda não possuía força suficiente para ter o peso de influenciar o desenrolar das negociações, que dependeram, no fim, das pressões inglesas e da influência da conjuntura política doméstica, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Vantajoso ou desvantajoso, portanto, o negócio do reconhecimento brasileiro, por sua natureza e pela conjuntura em que ocorreu, foi importante pilar para a consolidação territorial do novo Império, contribuindo para evitar uma fragmentação que ameaçava o novo Estado naquele momento, e continuaria a ameaçá-lo por alguns anos, até a solidificação da nova nação.

²²²² Rodrigues & Seitenfus, 1995, p. 134.

CONCLUSÃO

Em 2022, o Brasil completará 200 anos de sua Independência. Observando-se o país hoje, com seus desafios e problemas, é fácil esquecer que em um território de dimensões continentais existe um Estado consolidado e, mais importante, os brasileiros se veem, de norte a sul, como uma nação única. Indo mais além e apesar de muitos problemas ainda subsistentes, a capacidade de integração de culturas distintas dentro da mesma ideia de “brasileiro” é destaque em um contexto no qual as particularidades culturais ou locais voltam a ganhar impulso no mundo.

Há quase duzentos anos, esse processo de consolidação do Estado e de seu território se iniciou. Pela solidez que adquiriu, a partir de meados do século XIX, muitas visões, ideologizadas ou não, estimaram que a força desse processo vinha do fato de que, mesmo antes da Independência, existia no Brasil uma identidade nacional, ademais de um Estado embrionário, que se consolidou na chegada da família Real, em 1808, e a partir do qual se ultrapassou o ponto de não-retorno. As Cortes Gerais de Lisboa, produto da Revolução do Porto, provocaram a ruptura, mas uma ruptura leve, um “divórcio pacífico”. Muitas das interpretações críticas subsequentes não modificaram essa imagem, apenas a explicaram por supostas confabulações entre elites, líderes subalternas do sistema capitalista internacional. Ao fim, tanto visões nacionalistas quanto marxistas ou de outra tendência, por motivos distintos, caíram no mesmo erro.

As pesquisas mais recentes mostraram, no entanto, que o desenvolvimento do Estado e da nação brasileira não foi nem natural, nem suave como se convencionou. Na verdade, foi um processo conturbado que teve como resultado a Independência, mas que poderia também ter resultado em outros arranjos ou soluções. Não foi um “processo de independência”, mas um “processo que resultou, que teve como consequência, vislumbrada ou não, a Independência”.

Na época, não havia identidade “brasileira”. O que é hoje o Brasil era um vasto território mal ocupado por portugueses, índios e escravos. Havia ligações entre os pontos desses territórios, mas eram difíceis e lentas, a ponto de o contato do Norte do Brasil, via marítima, ser mais rápido com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. A colônia era, fundamentalmente, formada por “pequenas pátrias” complexas, que misturavam elementos de identidade comum “portuguesa” e de dispersão de interesses,

formando múltiplas camadas de aproximação e distanciamento, organizadas em torno de um Norte: o Rei. Todos estavam submetidos a D. João VI e, de uma maneira mais próxima ou mais distante, pertenciam à nação portuguesa. Esses eram os vínculos comuns. Cada pessoa, ao mesmo tempo, tinha sua característica regional, do lugar de seu nascimento. A forma como cada ponto do país se desenvolveu contou muito para o desenrolar do processo de emancipação.

A visão tradicional da Independência do Brasil concentrou-se por demais no Rio de Janeiro. Transformou pequenos episódios na Capital em grandes eventos políticos, substituindo ou deixando de lado a realidade do resto colônia, depois Reino. Salvador e Recife rivalizavam com o Rio de Janeiro em importância econômica. O que hoje classificamos como Nordeste era a região populosa e economicamente importante. Em Pernambuco toda uma história de resistência e busca por autonomia na administração dos temas de interesse local havia redundado na Revolução de 1817, dirigida contra o Rio de Janeiro. O Maranhão e o Pará viviam realidades próprias, muito mais próximas de Lisboa do que do Rio de Janeiro.

O Norte-Nordeste distinguia-se, em grande medida, do Sul do Reino, como expressaram, na época, vários atores, inclusive nas Cortes Gerais de Lisboa e na própria Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro. Essas duas regiões também se dividiam em realidades locais, interesses particulares, que se misturavam às questões regionais, como o comércio ou a cooperação interprovincial, e aos temas gerais da Colônia/Reino, que chegavam e eram discutidos – dentro das possibilidades – em cada Província, em cada região. Todos influíam nas posições que seriam tomadas sobre os rumos da nação portuguesa.

Havia, ademais, uma diferenciação entre nascidos na colônia americana e os originários do território europeu, sem que isso chegasse a constituir a separação necessária para que os nascidos nas Américas se vissem como “nação”. Essa característica não chegava à divisão verificada nas colônias espanholas, onde os americanos eram discriminados em tudo, principalmente nos cargos públicos. Apesar do acesso restrito e desigual, muitos nascidos na colônia foram figuras importantes da monarquia portuguesa, frequentavam a mesma universidade, o que facilitava a identidade comum, ainda que, ao final, cada um vivia em regiões distintas, com interesses e relações diferentes.

A separação entre “Europa” e “América” portuguesa era, no fim, mais social do que política, sem ainda ter uma conotação relacionada à formação de um Estado-Nação.

Não havia ainda uma conexão direta entre os preconceitos de alguns portugueses contra os “brasileiros” (inclusive preconceitos oficiais, por exemplo, nas forças armadas) e um projeto de construção de um “Brasil” independente. As ações das Cortes Gerais reforçaram essa dicotomia “brasileiro” e “português” e impulsionaram a diferenciação, que também foi utilizada na campanha da causa do Rio de Janeiro, fundada na ideia da ameaça de “recolonização”. Foi principalmente no contexto do processo de Independência e da guerra que essa distinção entre “portugueses” e “brasileiros” transformou-se em elemento político, iniciando o processo de formação de uma identidade nacional, a qual demandaria décadas para se consolidar.

Tampouco houve, no processo de 1821-1823, tranquilidade na transição política para a Independência. A revolução do Porto e o advento do vintismo, como apontou Andre Roberto de Arruda Machado²²²³, abriu um novo momento da política portuguesa, caracterizado pela “quebra da mola real da sociedade” e pelo surgimento de múltiplos projetos políticos sobre como reorganizar o Estado português. Muitos desses projetos eram próximos, mas não podem ser confundidos. Assim se deu, por exemplo, nas ideias de emancipação surgidas em Pernambuco (e que repercutiram até no Maranhão), que se ligavam ao desejo de autonomia regional e não tinham relação com a causa que D. Pedro passou a esposar a partir de 9 de janeiro de 1822.

Mais importante ainda, a administração dos projetos e das lealdades com Lisboa ou com o Rio de Janeiro não dependia apenas das reações locais com relação às causas das duas capitais. Cada Província tinha dinâmica política própria, que misturava disputas locais com as regionais e com as nacionais. Interesses econômicos próximos de Lisboa ou do Rio de Janeiro, ideias liberais, reações às Cortes ou a D. Pedro, disputas locais sobre a formação das Juntas Provisórias, tudo entrava no caldeirão político de 1821-1823, naquele esforço de reorganizar o Estado português e, dentro dele, o Brasil, unidade juridicamente autônoma e não mais colônia, desde 1815, quando foi elevado a Reino Unido.

Nada naquele Reino do Brasil de 1821-1823 era garantido, nenhum caminho era seguro, resultados distintos eram possíveis. Tampouco havia ideia unânime ou consenso em torno de uma figura, tal como D. Pedro. Não havia, desse modo, caminho automático ou único em direção à Independência do Brasil, como ocorrida em 1822 e que formou o Estado que hoje conhecemos.

²²²³ 2006, p. 1.

Essa fragilidade, logo percebida pelos historiadores a partir de fins da década de 1970, suscitou questionamentos sobre o que, então, teria levado o Brasil a permanecer unificado. Elementos essenciais para a compreensão da unidade brasileira, como a relativa homogeneidade intelectual da elite portuguesa, toda ela egressa de Coimbra, o medo das rebeliões de escravos (o “haitianismo”) durante a instabilidade política de 1821-1823, e os interesses econômicos em jogo, principalmente com relação ao Reino Unido, foram estudados por diferentes historiadores.

O objetivo desta Tese foi exatamente o de reexaminar o processo político da emancipação brasileira adicionando novo ingrediente essencial para a construção da unidade em torno de D. Pedro: a guerra, inicialmente guerra civil, e, depois da Independência, guerra em seu sentido tradicional. Não se analisou, portanto, apenas as operações militares. Isoladas, elas pouco serviriam de argumento sobre o processo de manutenção da unidade brasileira. O fio condutor foi a evolução política da disputa entre Lisboa e Rio de Janeiro, que se impôs a cada Província, absorvendo os debates e conflitos que ocorriam no plano local e regional.

Em jogo estava a reconstrução do Estado português, após a Revolução do Porto, de 1820. Os próprios conselheiros de D. João VI, já no início do vintismo, fizeram propostas para resistir ao movimento ou, pelo menos, controlá-lo, a fim de que não liberasse todas as forças e ideias presentes no o Império e, principalmente, para que não derivasse em um conflito que já poderia ser vislumbrado, na disputa entre as duas Capitais. A proposta de convocação de constituinte no Rio de Janeiro, ainda que se prestasse aos interesses da Coroa de controlar o processo, também mostrava a realidade de que parte do Reino do Brasil, o centro-sul, era também metrópole.

Houve, desde o início, potencial choque de interesses, entre os vintistas que pretendiam recuperar a supremacia de Lisboa (para todos os efeitos reduzida a papel subalterno entre 1808 e 1820) e aqueles que haviam se beneficiado e a quem interessava manter a centralidade política do Rio de Janeiro. Esse conflito não era o único que se desenrolava naquele período. Havia outros interesses, outras ideias, incluindo visões unitárias, centralizadas em um ponto do Reino, e teses descentralizadoras, esposadas, por exemplo, pelos Deputados pernambucanos, que tornavam o processo ao mesmo tempo rico e caótico.

O conflito que se criou entre Rio de Janeiro e Lisboa foi um no meio de muitos, mas foi aquele que ganhou força, congregou outros e se tornou causa. E que serviu de fio condutor do processo que levou à Independência, nas particularidades históricas que

ela teve. As Cortes Gerais, reunidas em Lisboa, escancararam esse conflito entre capitais e a dinâmica que se desenvolveu ao longo de 1822 foi a da gradual dissensão e da tendência à guerra. Mesmo que não houvessem partidos sólidos e os interesses dos constituintes tivessem pontos de convergência e de confronto, o fato é que as visões que passaram a prevalecer, inclusive com o apoio de muitos Deputados do Reino do Brasil, chocavam-se com aquelas que eram predominantes no centro-sul brasileiro.

O avançar das discussões em Lisboa ampliou a fratura, passando a incluir setores que inicialmente se opunham ao Rio de Janeiro, mas que passaram a ver nas Cortes um mal maior e ensaiaram entendimento com D. Pedro. Em um processo de pouca previsibilidade, iniciado a partir da volta de D. João VI a Lisboa, observou-se que D. Pedro, inicialmente frágil e titubeante, aos poucos foi se unindo a grupos em torno do Rio de Janeiro, cujos interesses se ligavam à presença da Corte nas Américas e que tinham a esperança de manter a capital carioca ao menos no mesmo patamar de importância que Lisboa.

D. Pedro era figura de atração, simbólica pelo fato de ser o herdeiro da Coroa, com legitimidade, mas pouco poder efetivo. Os grupos políticos que terminaram se aproximando dele tinham capacidades econômicas e sociais, mas pouca legitimidade política. Eram, também, forças heterogêneas, entre produtores agrícolas que se beneficiavam da “interiorização da metrópole”, funcionários públicos cujos empregos dependiam da manutenção da estrutura de poder no Rio de Janeiro e apoiadores das ideias liberais, que pretendiam promover reformas. Projetos para o Reino Unido existiam, como era o caso daquele elaborado por José Bonifácio, contido nas instruções à representação de São Paulo nas Cortes Gerais. Outros projetos transitavam pela maçonaria, pelos círculos restritos da sociedade e pela própria imprensa que começava a dar seus passos.

Nas incertezas políticas que reinavam no Rio de Janeiro de 1821-1823, foi preciso um evento político maior, vindo de fora, para selar o pacto inicial. As Cortes ofereceram essa oportunidade ao confirmarem seus interesses em concentrar o poder em Lisboa. Atingiram, com isso, diretamente os múltiplos interesses presentes no centro-sul e em alguns grupos do Nordeste. Também tiveram o condão de atingir pessoalmente D. Pedro e provocá-lo à decisão. O Fico, em 9 de janeiro de 1822 marcou a aliança entre diferentes grupos de interesse, unidos em torno da figura de D. Pedro.

Separados, todos eram frágeis. Juntos, em torno de um herdeiro da Coroa, liberal, catalizador do imaginário político das camadas mais baixas da sociedade, os

grupos que formaram as “Províncias Colligadas”, tinham força. Assim mostraram nos dias seguintes ao Fico, quando as tropas portuguesas tentaram repetir a intimidação que por duas vezes funcionara contra D. Pedro, em 1821. A reação dos apoiadores do Fico, a mobilização militar no Campo de Sant’Ana, como visto, mudou a lógica do jogo. No quase confronto militar deu-se a primeira ação que resultaria no Império. Essa lógica político-militar seguiria por todo o processo.

O novo grupo formado em torno do Príncipe precisava, logicamente, de um projeto político, de uma visão. Dentre as diferentes propostas, ganhou destaque, num primeiro momento, o projeto de José Bonifácio, cujas ideias não eram únicas, mas tiveram apelo junto a D. Pedro. O projeto do “Patriarca da Independência” buscava a reorganização política, mantinha a autonomia do Reino e o Rio de Janeiro como seu centro, em pé de igualdade com Lisboa. Não estava ali o gérmen da Independência. O máximo que se chegou foi à “independência moderada”, a qual, para todos os efeitos, já existia na figura do “Reino Unido”. Foi o conflito que fez a Independência e exigiu, depois, a mobilização de tropas.

A partir da formação das “Províncias Colligadas”, o conflito antes esparso e caótico se afunilou entre as perspectivas do Rio de Janeiro e de Lisboa. Fala-se aqui em “perspectiva” consciente de que não havia unidade de pensamento em nenhuma das duas capitais. Na verdade, o conflito entre Rio de Janeiro e Lisboa teve uma linha condutora, fundada na oposição entre as correntes mais “fortes” em cada capital, ainda que houvessem posições diferentes e mesmo ensaios de conciliação, que buscavam atingir um equilíbrio entre os Reinos.

As diferenças de perspectiva ganharam força e redundaram na construção de imagens opostas. À “regeneração”, que fundamentava a legitimidade pretendida pelo vintismo, surgiu no Rio de Janeiro a reação à “recolonização”. Nas duas imagens, havia ideias claras e interesses ocultos. A regeneração combatia o despotismo, mas trazia em si o “rancor” ao papel subalterno de Lisboa. A luta contra a recolonização indicava de fato contrariedade à ação das Cortes Gerais, que reduzia as capacidades do Brasil como “Reino Unido”, mas não havia um projeto efetivo de redução do Reino ao estado anterior de colônia. A recolonização, em grande medida, foi peça de propaganda.

A ação das ideias de regeneração x recolonização foram o elemento central do conflito, que foi se agravando e passando de uma diferença interna para a ruptura. Os grupos em torno de D. Pedro não pretendiam, como dito acima, essa ruptura. Falavam em “independência moderada”, com o Reino do Brasil independente de Lisboa, mas não

da Coroa. A soberania seria a mesma, o Governo não. A continuidade do conflito político, já derivado, em meados de 1822 na guerra civil que se desenrolava na Bahia, levou a uma ruptura não planejada.

A contenda também se apoiou também em nas imagens derivadas de “rebelião” e na “anarquia”. Rebelião foi a visão das Cortes Gerais sobre os apoiadores do Rio de Janeiro, os “facciosos”. A resposta tradicional para esse problema era o uso da força, como ocorrera em Pernambuco, em 1817. Do lado do Rio de Janeiro, lutar contra a “recolonização” exigia também esforços contra a “anarquia”, o desgoverno, que não advinha apenas da ameaça de rebelião escrava, retendo-se, principalmente, a imagem dos períodos mais radicalizados da Revolução francesa. Em 1822, a principal imagem dessa anarquia era o que se passava nas ex-colônias espanholas, fragmentadas e vítimas do caos político, e fundamentava o projeto do Príncipe Regente de se manter como poder central do Brasil.

O confronto desses conceitos opostos teve seu ponto de ruptura na convocação da Constituinte no Brasil, em 3 de junho de 1822, mesmo que não se falasse ainda em quebra da soberania de D. João VI. Como se viu, circulavam ideias de separação total, mas, no projeto em curso com D. Pedro, ainda não se colocava abertamente a hipótese. A guerra do Rio de Janeiro contra as Cortes foi declarada, em agosto, com a qualificação das tropas portuguesas inimigas e com o manifesto às Nações. Insistia-se, ainda assim, na manutenção de D. João VI como soberano. A ideia de Reino Unido era esticada, dos dois lados, aos limites da submissão (por Lisboa) e da autonomia (pelo Rio de Janeiro). A guerra que já se iniciava na Bahia, e as atitudes cada vez mais hostis de lado a lado, provocaram a emancipação total, declarada em 7 de setembro e consumada em 12 de outubro de 1822. Mais uma vez, tratou-se de processo complexo e incerto, no qual a independência como conhecemos não estava planejada.

O conflito político entre Rio de Janeiro e as Cortes, portanto, foi o “casus belli” para a guerra de Independência, na qual se jogava não a criação de um Estado qualquer, mas a disputa do território do Reino do Brasil entre Lisboa e o Rio de Janeiro. O Imperador tinha a imagem da manutenção do Brasil unido em torno de si, com base na imagem anterior do Reino Unido e da liderança da Casa de Bragança. Para alcançar esse objetivo, precisou agir política e militarmente. Em grande parte do território, não houve adesão, mas sim incorporação de Províncias ao Império, ou mesmo conquista.

O conflito entre o Rio de Janeiro e Lisboa obrigou, ao fim e ao cabo, todas as Províncias a optar ou a se submeter. Não foi um processo natural. Na verdade, a pressão

veio de fora e, como apontado, se misturou com as imagens particulares de cada Província com relação ao Rio de Janeiro e com Lisboa.

A relação entre as Províncias do Brasil, após a chegada da família Real, em 1808, não era harmônica. Para as Províncias próximas ao Rio de Janeiro, a chegada do Rei e a implantação da Corte no Rio de Janeiro representou um grande avanço. Houve um salto no desenvolvimento econômico, social e urbano da cidade e de seus arredores. Minas Gerais e São Paulo passaram a manter relações políticas e econômicas diretas com as Cortes e adquiriram, ademais dos negócios, maior acesso ao mundo político. Em termos simbólicos, a “interiorização da metrópole”, conforme a expressão de Maria Odila L. da Silva Dias, tornava a região em torno do Rio de Janeiro o centro do Império português, não mais implantado em uma colônia, mas em um Reino que se pretendia igual ao território europeu.

O Centro-Sul também presenciou o desenvolvimento de ideias liberais e anti-absolutistas, as quais levaram ao apoio, após 1820, à Revolução do Porto. No Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, no entanto, essas ideias conviviam também com elementos próximos do absolutismo e com o valor decorrente da ideia de “centralidade” política em torno da Coroa. Na Capital do Reino, os responsáveis pela sua administração trabalhavam com imagens amplas do território Governado, vendo no Brasil uma unidade que as Províncias, de sua perspectiva, não tinham condições de ver.

O Norte-Nordeste beneficiou-se menos dessa presença da Corte na capital carioca. Na verdade, a situação era quase reversa em muitos casos: as vias de comércio e a conexão sócio-política, tradicionalmente feita diretamente com Lisboa, foram cortadas durante as guerras napoleônicas. Depois, mesmo restabelecidas as comunicações, enfrentavam a realidade de um território europeu que havia perdido importância. Também sentiam o peso dos impostos exigidos do Rio de Janeiro e a concorrência dos comerciantes ingleses. Havia, logicamente, grupos mais próximos do Rio de Janeiro, elementos absolutistas e relações de comércio com o sul, os quais viam com simpatia a causa do Rio de Janeiro. Existiam também grupos de pensamento autônomo, regional ou local, que chegaram a levantar a bandeira da emancipação, como ocorreu nas ex-colônias espanholas.

O Norte-Nordeste de 1821-1823 comportava elementos que aproximava sua realidade política daquela das ex-colônias espanholas. Elementos de aproximação que se chocavam com elementos de fragmentação. Em muitos casos, era a fidelidade à Lisboa que servia de estabilizador.

O apoio inicial da maior parte das Províncias do Norte-Nordeste ao vintismo tinha, desse modo, como componente central a rejeição ao Rio de Janeiro absolutista. Em muitos pontos do Norte-Nordeste, o vínculo com Lisboa era “natural”, fiava-se em ideia que havia sido legitimada em todo o Reino, em 1820-1821, a do constitucionalismo-liberal. Mover-se dessa causa e de Lisboa era, para muitos, a traição, o “facciosismo”. Daí a fidelidade que, para além de seus interesses econômicos, alguns grupos mantiveram com Lisboa: não eram os partidários de Lisboa quem mudaram de posição em 1822, pois estes se fiavam no acordo atingido no ano anterior, de adesão ao constitucionalismo; era o Rio de Janeiro quem inovava.

A rejeição ao Rio de Janeiro tendia, assim, a durar, não fosse a atitude das Cortes Gerais. Independentemente das causas profundas da emancipação, as razões imediatas vieram, de fato, dos conflitos nascidos nas Cortes, que, no caso do Norte-Nordeste que contrariou interesses de grupos políticos de algumas Províncias, como Pernambuco, e os empurrou de volta a um Rio de Janeiro que acenava, agora com D. Pedro, com as mesmas promessas que Lisboa não soubera cumprir (especialmente uma organização constitucional descentralizada).

Muitos desses grupos já estavam em conflito com outros por interesses locais, e o avanço dessas disputas foi aos poucos se inserindo no movimento nacional, adquirindo cores nacionais, de apoio ao Rio de Janeiro ou a Lisboa, que não tinham em sua origem. Onde havia uma maioria, a mobilização política prevaleceu sobre o aspecto militar, na opção pelo Rio de Janeiro ou por Lisboa. Onde não havia consenso, a guerra estourou rapidamente, como foi o caso da Bahia, cujo conflito se iniciou por razões locais, mas depois adquiriu tons nacionais.

Depois da formação do núcleo das Províncias Colligadas e da adesão de Pernambuco, que trouxe consigo o apoio de Províncias algumas vizinhas, a mobilização se tornou geral no Reino, desdobrando-se em três focos principais de conflito. Em 1823, a guerra continuou, avançando sobre as Províncias que haviam se colocado a favor de Lisboa, no caso do Maranhão e Pará. Ao fim e ao cabo, as operações militares foram ferramenta essencial para a manutenção do território do Reino, transformado em Império. Não foram a única razão da unidade, mas sem elas o impasse não teria sido rompido. Nem teria sido possível manter as conquistas, onde os acordos eram frágeis.

A Guerra de Independência do Brasil, desse modo, não determinou a criação ou não de um Estado em torno de D. Pedro e do Rio de Janeiro, ainda que operações militares tenham sido necessárias para a conformação do núcleo inicial das Províncias

Colligadas. Para o Norte-Nordeste (incluindo aqui o norte de Mato Grosso e Goiás), a incorporação ao Império só pode ser realizada, como visto, com a pressão da política e pela força das armas. O ingrediente do “consenso” ou de acordos entre as elites, presentes nas interpretações mais tradicionais (homogeneidade das elites, medo do “haitianismo”, etc), precisa dar espaço à constatação de que, em boa parte do território, não houve acordo. A incorporação ao Império foi conquistada pela guerra.

Uma guerra de fato e de direito. Houve declarações inequívocas dos dois lados sobre o estado de beligerância entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Neste segundo caso, D. Pedro tomou medidas oficiais de declarar as tropas portuguesas inimigas, proferir ultimatos contra todos os que apoiavam Lisboa e, medida típica da guerra da época, de permitir o curso. Já avançada no terreno, a guerra foi entendida como existente “de direito”, no encontro do Conselho de Procuradores, no Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1822 (vide parte final do Capítulo IV). Um dos pontos principais das negociações pelo reconhecimento da Independência foi exatamente o fim das hostilidades entre Portugal e Brasil.

A guerra mobilizou milhares de brasileiros e portugueses, de todas as regiões, e estrangeiros, recursos de grande monta e resultou em milhares de mortes e de feridos. Demonstrou-se que Portugal tinha estrutura militar na Europa e no Brasil e que foi gradual a separação entre as forças pró-Rio de Janeiro e pró-Lisboa, seguindo-se mobilização de lado a lado. Cada oponente definiu sua estratégia, que, ao fim e ao cabo, concentrava-se em um teatro principal e dois secundários.

Na Bahia jogou-se a partida principal e para lá Portugal mandou o grosso das forças disponíveis. Durante a mobilização, em 1823, Lisboa sofreu com ameaças no próprio continente europeu, que limitaram sua capacidade de enviar tropas ao Brasil. D. Pedro, de sua parte, conseguiu mobilizar número maior de tropas e de equipamentos. O grosso dos combates no Norte-Nordeste, de todo modo, foi realizado e financiado por forças locais, atuando em nome ou em causa do Rio de Janeiro.

Praticamente todas as Províncias participaram das operações militares, que foram intensas e custaram muitas vidas e bens. As forças dos dois lados sofreram dificuldades de abastecimento, de organização e de mobilização de tropas. Os dois lados cometeram atrocidades, os dois participaram em destruições. E os dois lutaram duramente, em grandes batalhas ou nas escaramuças diárias.

Nos três casos, Bahia, Norte e Cisplatina, a Marinha foi providencial para romper o impasse terrestre, ainda que não tenha sido o fator único. A entrada de

Cochrane na luta rompeu as linhas de comunicação dos portugueses e acelerou a derrota. Em todos os casos, no entanto, foi a guerra terrestre que efetivamente determinou o resultado. Não houve os casos de “estratagema” de Cochrane ou Taylor que, sozinhos, enganando os portugueses com esquadras imaginárias, ganharam o Maranhão e o Pará. Foi a combinação dos milhares de soldados que caminhavam por terra com a Marinha que derrotou os portugueses.

Tendo presente que a guerra tem como componente central o conflito político que deriva em violência, a dinâmica do conflito entre Rio de Janeiro e Lisboa, que redundou em operações militares, é suficiente para confirmar a hipótese da Guerra de Independência do Brasil, não importando os números de mobilizados ou mortos. Mesmo se guerra no Brasil tenha tido menor mortandade que na América espanhola, isso não significa que foi “menos guerra”. Esses dois eventos históricos, aliás, foram muito diferentes no tempo em que se desenrolaram, de modo que não se pode comparar o processo brasileiro, concentrado em praticamente pouco mais de um ano, com a longa década que marcou a emancipação das colônias espanholas.

Ainda assim, é interessante revisitar alguns números. Somadas as médias das avaliações de tropas terrestres e de marinha mobilizadas, pelos dois lados, no Rio de Janeiro²²²⁴ (em janeiro de 1822), na Bahia²²²⁵, na Cisplatina²²²⁶ e no Ceará-Piauí-Maranhão-Pará²²²⁷, tem-se que a guerra no Brasil envolveu pelo menos 60 mil militares, em 1822-1823. Esse número não inclui as variações provocadas pelas baixas, deserções e novas incorporações, realizadas ao longo do tempo, de modo que os valores serão maiores. Tampouco foram adicionadas as tropas de outras Províncias, onde houve agitações, como em Goiás ou em Mato Grosso, ou mesmo conflitos, mas anteriores ao processo de emancipação em torno do Rio de Janeiro, como no caso de Pernambuco, em 1821.

²²²⁴ Em janeiro de 1822, com aproximadamente 6 mil brasileiros e 1,7 mil portugueses. Também se inclui aqui os 1,1 mil soldados de São Paulo, que foram reforçar a defesa da capital, mais o contingente de Marinha, que era superior, como apontado no Capítulo V, a 3 mil homens.

²²²⁵ Uma média de 10-15 mil brasileiros e 8-10 mil portugueses, aos quais se adiciona os aproximadamente 5 mil marinheiros portugueses, a maioria concentrada na Bahia, mas outros em atuação em outros pontos do Brasil. Vide Capítulo VI.

²²²⁶ Aproximadamente 3 mil brasileiros e 2,5-3 mil portugueses. Vide Capítulo VIII.

²²²⁷ Cerca de 1,5 mil portugueses lutaram no Jenipapo, aos quais devem ser adicionadas as tropas que lutaram no Maranhão, atingindo-se uma mínima de 2 mil homens. Do lado brasileiro, eram 2,5-3 mil no Jenipapo, número que se manteve, em média, nas operações iniciais sobre o Maranhão. Depois, chegaram aproximadamente 8 mil homens da força vinda do Ceará. No Pará, as movimentações envolveram fundamentalmente as forças armadas, podendo-se utilizar uma média de 1-2 mil homens. Vide Capítulo VII.

Tomando como base uma população de 4,5 milhões de habitantes, em 1822, temos que algo em torno de 1,5-1,8% da população esteve engajada nas Forças Armadas. Um número próximo, por exemplo, da guerra do Paraguai (1864-1870), que mobilizou aproximadamente 1,5% da população da época, entre 120-150 mil homens, de uma população de 9 milhões.

Eram, como visto, tropas provenientes de quase todas as Províncias do Brasil e de Portugal. Também estiveram presentes muitos estrangeiros. Caracterizados como “mercenários”, a maior parte de fato partiu para o Brasil para ganhar dinheiro e retornar aos países de origem. Muitos, no entanto, fizeram uma opção pelo Brasil, permaneceram no País e nele morreram. Esse foi o caso de Pierre Labatut, comandante das tropas brasileiras na Bahia até sua destituição em maio de 1823. Labatut viveu todo o resto de sua vida no Brasil. Ao ter lutado no processo de independência e optado por estabelecer-se no País, deveria ele ser relegado ao papel de estrangeiro, por seu nascimento, ao passo que muitos nascidos na Europa, como o próprio D. Pedro, se tornaram “brasileiros” com a emancipação? Labatut talvez merecesse ser incluído no panteão de figuras históricas brasileiras, independentemente de sua origem francesa.

Os números sobre baixas da guerra são imprecisos e quase impossíveis de serem determinados com precisão. Nem mesmo os registros dos campos de batalha permitem números claros. Ainda assim, é possível realizar algumas estimativas, com as mortes variando entre 2-3 mil na Bahia, 500-1 mil no Piauí-Ceará-Maranhão, 100 na Cisplatina e, utilizando-se a avaliação de Varnhagen, 1 mil no Pará. Chega-se, assim, ao número possível de 3 a 5 mil mortos na Guerra de Independência. No caso das baixas, que incluem feridos e prisioneiros, esse valor poderia dobrar. Sublinhe-se, como dito acima, que esses valores estimados ocorreram em pouco mais de um ano de conflito. Os números das batalhas na América espanhola dizem respeito a quase dez anos de luta, do início da década de 1810 até o início da década de 1820. A comparação é, assim, relativamente difícil de ser feita.

Como apontou uma das personagens da guerra no Norte, o Coronel Simplício Dias, do Piauí, a guerra de Independência foi dura, violenta e mobilizou amplamente a sociedade no Norte do que se transformou no Brasil. Sua particularidade foi ter-se desenrolado, fundamentalmente, no Norte-Nordeste do país, o que fez com que esses acontecimentos fossem perdendo importância relativa na medida em que se consolidou, ao longo do século XIX e, principalmente, no século XX, o centro-sul do país como centro político, econômico e cultural. Uma realidade distinta do início do século XIX,

que tinha o Norte-Nordeste como forças econômicas, populacionais e políticas significativas.

Nesse processo de análise histórica, desequilibrou-se a avaliação dos acontecimentos de 1821-1823: as peripécias de D. Pedro ou o dia a dia da guerra na Capital ganharam importância maior do que as batalhas do Pirajá ou do Jenipapo, o cerco a Caxias, ou o fato de que algumas dessas Províncias poderiam ter se mantido com Lisboa e quebrado o Reino Unido. A análise do processo de emancipação do Brasil e, especialmente, das razões da manutenção da unidade territorial, apenas pode ser feita com o reequilíbrio das perspectivas regionais. A Independência no Norte-Nordeste mostra a realidade de uma emancipação que precisou da guerra para se firmar e consolidar a união territorial.

As operações militares da guerra de Independência do Brasil terminaram, fundamentalmente, com a retirada dos Voluntários Reais da Cisplatina no início de 1824.

A cessação das hostilidades, oficialmente, terminou apenas com o acordo de reconhecimento do Brasil, em 1825. Esse acordo, assinado em 29 de agosto de 1825, concluiu a etapa da Independência e a guerra. Suas condições não eram favoráveis ao Rio de Janeiro, que simbolicamente recebia o poder de D. João VI e ainda teria de pagar uma grande indenização a Lisboa.

A conjuntura de 1824-1825, no entanto, era negativa para D. Pedro, diferentemente do que havia sido em fins de 1822-início de 1823, quando a busca pelo reconhecimento não passava por uma negociação com Portugal. O Rio de Janeiro vivia a instabilidade política e as Províncias do Norte-Nordestes ameaçavam com a fragmentação. Foram adotadas medidas autoritárias, como a dissolução da Constituinte e o envio de tropas para enfrentar os focos de resistência à centralização do poder no Rio de Janeiro, principalmente a Confederação do Equador.

Nessa conjuntura, tornou-se possivelmente essencial para o Imperador alcançar entendimento rápido com Lisboa, que reforçasse sua legitimidade e eliminasse o foco de instabilidade representado pela possibilidade de volta da união. A negociação passou pelas mãos do Reino Unido, que terminou por pressionar as duas partes a ceder em algum ponto, como sempre ocorre em negociações diplomáticas. Outras potências tinham interesses nesse processo e chegaram a oferecer, como a França, caminhos alternativos, que não foram utilizados em razão da influência política dos britânicos.

Bom ou mal negócio, o reconhecimento cumpriu seu papel e fortaleceu a posição de D. Pedro sobre o conjunto do território de um Império que ainda se construía, não com base em uma nacionalidade preexistente, mas entre forças de convergência e de fragmentação, que não necessariamente levariam ao Brasil que se conhece hoje.

Nos anos de 1824 e seguintes, muito mais do que 1822-1823, estão presentes os elementos que deram início ao mito da Independência pacífica do Brasil. Na conjuntura de 1824-1825, nos problemas políticos no Rio de Janeiro e nas Províncias, no antiportuguesismo e no processo de reconhecimento da Independência brasileira por Portugal são encontrados, e elementos importantes de origem do mito. Os teatros de operação haviam sido relativamente distantes do Rio de Janeiro e a guerra havia sido levada, salvo na Bahia, de forma descentralizada, liderada por grupos que não compunham necessariamente o núcleo em torno do Rio de Janeiro e, em muitos casos, tinham interesses de autonomia que se chocavam com o projeto centralizador do Imperador. Muitos dos atores-chave da guerra depois se colocaram contra o Rio de Janeiro, tornando impossível, na sequência prestar-lhes homenagens. Valorizar esses personagens seria, após 1824, destacar causas que provocavam, naquela época, a instabilidade regional e a possibilidade de fragmentação. Conceder importância aos grupos regionais que haviam lutado pela Independência em nome do Rio de Janeiro seria atribuir-lhes um mérito que D. Pedro, em seu projeto de consolidação da união territorial, não poderia facilmente aceitar.

Na distância do Rio de Janeiro com o teatro de operações e com as elites que as haviam liderado, na influência do “partido português” no paço imperial, no entendimento posterior de D. Pedro com Portugal, que lhe conferiu uma legitimidade nova, encontramos as origens do mito. Nas décadas seguintes, as necessidades da construção da identidade nacional brasileira levaram ao programa historiográfico fundamentado na ideia de uma nação preexistente, da nacionalidade brasileira consumada já em tempos anteriores ao século XIX. Essa imagem tornou-se incompatível com a guerra, já desvalorizada pelo próprio Império e que trazia em si o significado de um processo mais caótico, incerto e que não era natural ou automático. A guerra mostrava o conflito, não apenas com Lisboa, mas dentro do Brasil, quando o que se precisava transmitir era a imagem da união em torno do Imperador.

Após percorrer todo o caminho do conflito político, guerra e paz, a conclusão que se chega, ao incluir a guerra como elemento importante na construção de um Brasil

que não existia antes de 1822, é a da perda definitiva da “naturalidade” que se via o Brasil unido. Não é mais possível se ver a Independência como um passo natural e lógico de uma nação já estabelecida e em formato específico.

Ao se aceitar que o Império não foi a continuidade natural de uma nação já existente, valoriza-se a obra em torno do Estado e da identidade, por meio dos esforços empregados por todos aqueles que, ao longo da história, o criaram. Isso não significa que a Guerra de Independência deva ser julgada moralmente (e, desse modo, contra o sentido da pesquisa histórica) como “positiva”. Compreender esse processo pelo qual se chegou à Independência é, fundamentalmente, passo importante para conhecer o período da gênese do Estado brasileiro e obter um balanço mais equilibrado de seus desenvolvimentos.

FONTES

1) ARQUIVOS BRASILEIROS E PORTUGUESES

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. *ACERVO DIGITAL*. In: <http://bndigital.bn.br/>

_____. SANTOS, Antonio Pio dos. “Comunicações a D. João VI dando conta das informações obtidas nos barcos recém chegados, sobre Portugal”. Rio de Janeiro: [s.n.], 1821. In: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1289253/mss1289253.pdf (Acesso em 22 de junho de 2015).

_____. *Documentos diversos sobre a Bahia*. I-31,6,7. Rolos de Microfilme: MS 512 (65), nº 1318-1323; MS 512 (67), nº 1330.

_____. *Documentos para a História da Independência*. Rio de Janeiro: Gráfica da Biblioteca Nacional, 1923.

_____. Documentos Avulsos do Projeto Resgate (Arquivo Histórico Ultramarino) – Bahia.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. *Fundo Coleção Cisplatina, Caixa 977*.

PORTUGAL. ARQUIVO DO CONSELHO ULTRAMARINO. Disponíveis eletronicamente por meio do Projeto Resgate. In: Biblioteca Virtual do Projeto Resgate UnB: <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>

2) CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA

ÁUSTRIA. “Correspondência do Barão Wensel de Mareschal com o Príncipe de Metternich. Rio de Janeiro, abril 1823”. Lata 349, Arquivo do I.H.G.B. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 313, outubro-dezembro de 1976. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 13/11/2013).

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. MANNING, William R. (organizador). *Diplomatic Correspondence of the United States Concerning the Independence of the Latin-American Nations*. Vol. II. New York: Oxford University Press, 1925. In: www.archive.org.pdf (acesso em 16/09/2014).

FRANÇA. Ministério dos Negócios Estrangeiros (Quai d’Orsay). “Correspondance politique – Brésil”. *Arquivos Diplomáticos*. Volume 2, P 16777.

REINO UNIDO. WEBSTER, C. K. (Ed). *Britain and the Independence of Latin America (1812-1830)*. *Select documents from the Foreign Office Archives*. Vol. I. London: Oxford University Press, 1938.

3) PUBLICAÇÕES OFICIAIS E DOCUMENTOS PUBLICADOS EM LIVROS E REVISTAS

AMARAL, Braz do. *Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional*. Coletânea de Documentos. Salvador: EDUFBA, 2005.

BAHIA. *Offícios e Documentos dirigidos ao Governo para serem presentes as Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa e a Sua Magestade o Senhor Dom João VI, pela Junta Provisoria do Governo da Provincia da Bahia, com a data de 8 e 13 de março de 1822*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013)

BRASIL. *Diários da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. In: <http://books.google.com> (acesso em 15/02/2013)

_____. *Decretos e Proclamações (1822-1823)*. In: www2.camara.leg.br.

_____. *Manifesto de 1º de Agosto de 1822. Esclarece os Povos do Brazil das causas da guerra travada contra o Governo de Portugal*. In: Câmara dos Deputados, http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_35.pdf (acesso em 10/12/2013)

_____. *Coleção das Leis e Decretos do Imperio do Brasil desde a feliz epoca de sua Independencia*. Rio de Janeiro: Imperial Typographia de P. Plancher-Seignot, 1827. In: http://books.google.fr/books?id=8QJLAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gb_s_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (acesso em 16/04/2014)

_____. *Coleção de Provisões do Conselho Supremo Militar e de Justiça do Imperio do Brasil, de 1823 a 1856*. Publicadas por ordem do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H Laemmert, 1861. Senado do Brasil. Coleção de Obras Raras. In: [www.2senado.gov.br](http://www2.senado.gov.br) (acesso em 10/05/2014).

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. “Instruções 1822-1840”. *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*. Ano 7, nº 12, primeiros semestre, 2008. In: Fundação Alexandre de Gusmão, www.funag.gov.br (acesso em 04/03/2012).

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia & BASILE, Marcello (organizadores). *Às armas cidadãos! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. 1ª. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

DE ALCÂNTARA, Dom Pedro. *Cartas e mais peças officiaes dirigidas a sua Magestade, o Senhor Dom João VI*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Exemplar mantido pela Universidade de Harvard. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013)

DOM JOÃO VI. *Carta de Lei. Permite a permanência de D. Pedro no Brasil. Publicada em 24/07/1822.* In: Sessão de Obras Raras da Biblioteca Digital do Senado Federal. www.senado.gov.br. (acesso em 05/07/2013)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Coleção completa da Revista do IHGB. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php> (acesso em 16/04/2013).

_____ “Memoria sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de abril de 1821 na Praça do Commercio do Rio de Janeiro, escripta em Maio do mesmo anno por uma testemunha presencial. Offerecida ao Instituto em Sessão de 16 de Março de 1839 pelo Sócio José Domingues de Atahide Moncorvo” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXVII, parte primeira, 1864.. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 14/12/2013).

_____ “Memoria sobre a maneira de cobrir militarmente a cidade do Rio de Janeiro de qualquer ataque, que uma expedição inimiga tentasse desembarcando ao sul da barra da mesma cidade”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVII, Parte II, 1914. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 15/01/2014).

_____ “Cartas Ineditas da 1ª. Imperatriz D. Maria Leopoldina (1821-1826)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXV, Parte 2, 1912. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/11/2013).

_____ “Excursão do Principe Regente D. Pedro de Alcântara à Provincia de Minas Geraes em março e abril de 1822”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXVII, Parte I, 1904. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013).

_____ “Excursão do Principe Regente D. Pedro de Alcantara à Provincia de S. Paulo, em agosto e setembro de 1822”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXVII, Parte I, 1904. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013).

_____ “Nos Archivos de Hispanha, relação dos manuscriptos que interessam ao Brasil”. Organizada por Pedro Souto Maior. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo nº 81 (1917), 1918. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/11/2013). P. 224.

_____ “Documentos relativos à História da Capitania, depois Provincia, de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. Compilação do Barão Homem de Mello. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLII, Parte I, 1879. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> (acesso em 10/10/2013).

_____ “Memoria sobre a declaração de independência, escripta pelo major Francisco de Castro Canto e Mello, gentil-homem da imperial câmara, comendador da ordem de Christo, oficial da do Cruzeiro e cavaleiro da de Aviz, etc. Anexo à biografia do “Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel”, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLI, Parte Segunda, 1878. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 23/10/2013).

_____ “Descrição dos factos de Marinha, que se deram desde que se projectou a Independência do Imperio do Brasil, até o final da luta (Manuscripto copiado do Archivo Publico)” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXXVII, Parte Primeira, 1874. <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013).

_____ “Mappa dos navios apresados pela Esquadra Brasileira durante a guerra da independência do Brasil, desde 21 de Março de 1823 a 12 de Fevereiro de 1824, com designação de seus valores e mais circumstancias abaixo designadas que serviram de base para a partilha da quantia de 252:351\$656, votada para indemnização das mesmas presas pelos reclamantes que foram julgados com direitos a ellas, de conformidade com a Lei nº 834 de 16 de Agosto de 1855 e Decreto nº 1708 de Dezembro do mesmo anno”. Organizado por Garcez Palha, com bse em original existente no arquivo da Contadoria de Marinha. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo L, 3º Folheto de 1887, 1887. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 18/12/2013).

_____ “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piauí e Maranhão para proclamação da independência nacional”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> (acesso em 10/11/2013).

_____ “Actas da Camara do Crato, de 11 de maio de 1817, até 27 de janeiro de 1823”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXV, 1862. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> (acesso em 29/07/2014).

_____ “Considerações sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a sahida d’El-Rei de Lisboa em 1807 até o presente”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume XXVI, 1863. <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/08/2014).

_____ ANÔNIMO. “*Considerações sobre o Estado de Portugal e do Brasil desde a sahida d’El-Rei de Lisboa em 1807 até ao presente (indicando algumas providencias para a consolidação do reino unido)*”. Londres, 04/06/1822. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXVI, 1863. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 03/01/2014).

MENDONÇA, Mário F. & VASCONCELOS, Alberto. *Repositório de nomes dos navios da esquadra brasileira*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1959.

PORTUGAL. *Diário do Governo*. Edições a partir de janeiro de 1823. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013).

_____ *Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, Atas*. In www.debates.parlamento.pt

_____ “Ofício do governador das Armas do Piauí, major João José da Cunha Fidié, ao (secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra), Cândido José Xavier, sobre a adesão dos corpos militares e da população ao sistema constitucional e a

perfeita harmonia entre a sua Secretaria e a Junta Governativa do Piauí”. Oeiras do Piauí, 5 de setembro de 1822. In: Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Piauí existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. AHU-Piauí, cx. 24. Doc 47 (AHU_CU_016, Cx. 31, D. 1659”. In: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc016/CU-Piaui.pdf> (acesso em 21/07/2014).

4) MEMÓRIAS E RELATOS

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. *Proclamação de 13/06/1821 aos Habitantes do Brazil*. Biblioteca do Senado. www2.senado.gov.br (acesso em 05/05/2013).

ANONIMO, *Exposição dos Serviços Prestados pelo Coronel José de Barros Falcão de Lacerda, em diferentes épocas e províncias do Imperio, desde 1788 até 1848, com especialidade nos anos de 1817, 1821, 1822, 1823 e 1824. Por um Contemporâneo*. Pernambuco: Typographia M. F. de Faria, 1849. In: *Brasiliana USP*, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?&fq=dc.subject%3ALacerda%2C%5C+Jos%C3%A9%5C+de%5C+Barros%5C+Falc%C3%A3o%5C+de> (acesso em 22/10/2014)

ARAGÃO E VASCONCELLOS. *Memorias sobre o Estabelecimento do Imperio do Brazil ou Novo Imperio Luzitano*. Annaes da Biblioteca Nacional. Volume XLIII-IV, 1920-1921. Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1931.

AVILEZ. Jorge d’Avillez Juzarte de Souza Tavares. *Participação, e documentos dirigidos ao Governo pelo General Commandante da tropa expedicionária, que existia na Provincia do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa: e remetidos pelo Governo ás Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. In: Senado Federal. Biblioteca Digital - <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179481> (acesso em 15/07/2015)

CALMON DU PIN E ALMEIRA, Miguel. “*Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia em Prol da Regência e do Imperio de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro I e da Independência Política do Brazil*”. Bahia, Typographia Nacional, 1823. In: Biblioteca Nacional, Hermeroteca Digital Brasileira. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=130605&pasta=ano%20182&pesq> = (acesso em 19/10/2014)

COCHRANE, Thomas John. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “*Cartas sobre a Revolução do Brazil pelo Conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira*”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LI, Primeiro Folheto de 1888. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 11/12/2013).

FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária Fortuna de um Soldado Portugues*. Terezina: FUNDAPI, 2006.

GAMA, Bernardo Jose da, (Visconde de Goyana). *Memoria sobre as Principaes Cauzas, por que deve o Brasil reassumir os seus direitos e reunir as suas Provincias. Offerecida ao Principe Real por B.J.G.* 1º Anno da Regeneração do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822. In: Senado Federal, <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/185625> (acesso em 06/02/2014).

GRAHAM, Maria. *Diary of a Voyage to Brazil*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown & Green, 1824. In: <http://fr.scribd.com/doc/65591366/Journal-of-a-Voyage-to-Brazil-1821-1823-Maria-Graham> . Acesso em 19/11/2013.

_____. *Esboço biográfico de Dom Pedro I, com uma notícia do brasil e do Rio de Janeiro*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1938. In: Biblioteca Nacional, acervo digital: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_060_1938.pdf (acesso em 03/06/2013)

LISBOA, José da Silva. *Historia dos Principaes Successos Politicos do Imperio do Brasil, dedicada ao Senhor D. Pedro I*. Parte X. Reio de Janeiro, Typographia Imperial Nacional, 1829. In: Brasiliana USP, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00858810> (acesso em 29/08/2014).

MACHADO, Francisco Xavier. “Memoria Relativa ás Capitancias do Piauhy e Maranhão”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 3ª Serie, nº 13, 1º Trimestre de 1854. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/01/2014).

MADEIRA DE MELO, General Inácio Luís. *Officios e Cartas dirigidos ao Governo pelo Governador das Armas da Provincia da Bahia com as datas de 7 e 9 de julho deste anno e que forão presentes às Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013)

_____. *Officios e Cartas dirigidos ao Governo pelo Governador das Armas da Provincia da Bahia com as datas de 8 e 13 de março deste anno e que forão presentes às Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013)

MENDONÇA, José Alves Ribeiro de. (editor). *Carta que ao Ilustre Deputado o Senhor Luiz Nicolao Fagundes Varella escreveo hum Zellozo Patriota dada á luz por José Alves Ribeiro de Mendonça*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. In: Brasiliana USP, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/2/search?&fq=dc.subject%3APol%C3%ADtica%5C+e%5C+governo%5C+%5C-%5C+S%C3%A9c.%5C+XIX%5C+%5C-%5C+Brasil&fq=dateissued.year%3A1822> (acesso em 24/02/2014).

PALMELLA, Duque de. *Despachos e Correspondência do Duque de Palmella*. Tomo Primeiro: desde 9 de abril de 1817 a 25 de janeiro de 1825. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851. In: Centro de Estudos Históricas da Universidade Nova de Lisboa,

http://books.google.fr/books?id=IMDAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:06tseqmN7Fw6IvTc7gD8bO&hl=pt-PT&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false (último acesso em 06/01/2014).

PAIXÃO E DORES, Frei Manoel Moreira da. *Diário do Capelão da esquadra de Lord Cochrane*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Gráfica do Ministério da Educação, 1938. In: Biblioteca Nacional, acervo digital: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_060_1938.pdf (acesso em 03/06/2013)

PARÁ, João Francisco de Madureira. *O Despotismo Desmascarado ou a Verdade Denodada. Decidido ao Memorável dia 1º de janeiro de 1821, em que a Província do Grão-Pará deo princípio à Regeneração do Brasil oferecido ao Soberano Congresso da Nação Portuguesa*. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822. In: http://books.google.fr/books/about/O_despotismo_desmascarado_ou_A_verdade_d.htm?id=ICk0AQAAIAAJ&redir_esc=y. (acesso em 08/01/2016).

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo). “Memórias do Visconde de S. Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, compiladas e postas em ordem pelo Conselheiro Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXXVII, Parte Segunda, 1874. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 15/01/2014).

REBOUÇAS, Antonio Pereira. *Recordações Patrióticas (1821-1838)*. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1879. Biblioteca do Senado – Obras raras. In: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242446> (acesso em 01/10/2014).

REGO BARRETO, Luiz. *Memoria Justificativa sobre a conducta do Marechal de Campo Luiz do Rego Barreto, durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco, Presidente da Junta*. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822. Coleção da Harvad College Library. In: Google Books, <http://books.google.com> (acesso em 10/02/2013)

SÃO PAULO. *Representações que, à Augusta Presença de Sua Alteza Real o Principe regente do Brasil, Levarão o Governo, Senado da Câmara, e Clero de S. Paulo; por meio de seus respectivos Deputados; com o Discurso, que, em Audiência Pública do dia 26 de Janeiro de 1822, dirigio em nome de todos ao Mesmo Augusto Senhor, o Concelheiro José Bonifácio d'Andrade e Silva, Ministro, e Secretário d'Estado dos Negocios do Reino, e Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. In: *Brasiliana USP*. <http://www.brasiliana.usp.br/> (acesso em 05/07/2013)

VASCONCELOS DE DRUMMOND, Antonio de Menezes. *Anotações de A.M. Vasconcelos de Drummond à sua biografia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

XAVIER, Manoel António, “Memória sobre o Decadente Estado da Lavoura e Comércio da Província do Maranhão e outros ramos públicos, que obstão à prosperidade e aumento de que é susceptível”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 231, abril-junho de 1956. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013).

4) JORNAIS, REVISTAS E DOCUMENTOS ESPARSOS

BRASIL. *DIÁRIO DO GOVERNO*. Edições de 1822 e 1822. In: Hermeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional, <http://memoria.bn.br/>.

O CONSTITUCIONAL. Salvador, 1822. In: Biblioteca Nacional, Hermeroteca Digital Brasileira. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749630&pasta=ano%20182&pesq> = (acesso em 20/10/2014)

O CONCILIADOR MARANHENSE. Disponível digitalmente na Hermeroteca Digital da Biblioteca Nacional. In: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=749524> (acesso em 26/11/2014).

CORREIO BRAZILIENSE. Londres: W. Lewis, Paternoster, 1822. In: *Brasiliana USP*. <http://www.brasiliana.usp.br/>

LISBOA, João Soares. *Correio do Rio de Janeiro (1822)*. In: Google Books, http://books.google.fr/books?id=FzxKAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (acesso em 17/03/2014).

O PARAENSE. Belém, 1821-1822. Edições disponíveis na Hermeroteca Digital Brasileira, <http://hemerotecadigital.bn.br/> (acesso em 30/12/2014).

PERNAMBUCO, Província. *Diário da Junta do Governo*. Pernambuco, nºs 1, 6, 7 e 14, fevereiro/maio de 1823. In: Biblioteca Brasiliana e Guita José Midlin, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/06003410> (acesso em 19/05/2014).

PORTUGAL. *Diário do Governo*. Edições a partir de janeiro de 1823. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013).

5) ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVROS

AGUIAR DE SENA, Ana Lúvia. “As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa: Espaço do Cidadão Maranhense na Resolução de suas Querelas”. *II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista*. São Luís, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 7 a 10 de junho de 2011. In: www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/sena.pdf (acesso em 30/11/2014)

ADRIÃO NETO. “A Epopéia do Jenipapo e a polêmica criada por Renato Marques”. Ensaio. In: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=8682&cat=Ensaios> (acesso em 21/07/2014)

ALADRÉN, Gabriel. “Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828)”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 439-458, julho-dezembro de 2009.

ALGRANTI, Leila Mezan. “Tabernas e Botequins: Cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821)”. In: *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, no 2, p. 25-42, jul/dez 2011. In: www.revistaacervo.an.gov.br (acesso em 26/02/2014).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Resenha sobre o livro de Fernando Novais – *Brasil e Portugal na Crise do Antigo Sistema Colonial*. In: *Revista Novos Estudos*, nº 59, março de 2001, p.221.

ALEXANDRE, Valentim. “A desagregação do Império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826)”. In: *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º), 309-341. In: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223290651A0nXZ4uu3Yj11RW5.pdf> (acesso em 27/05/2014).

ALVES DE CARVALHO, Maria do Amparo. “Cultura Material da Batalha do Jenipapo”. In: XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH). Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013. In: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371320248_ARQUIVO_Artigo-C.M.BatalhadoJenipapo_revisaofinal_.pdf (acesso em 16/07/2014). P. 11

ARARIPE, Tristão de Alencar. “Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão”. Publicado originalmente em 1885. In: www.institutodoceara.org (acesso em 02/07/2013).

_____. “Independência no Maranhão. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Tomo XLVIII, Parte II, 1885 (A).

ARAÚJO PINHO, José Wanderley de. “A Guerra da Independência. Crônica de toda a Campanha (transcrição do poema PARAGUAÇU por Ladislau dos Santos Titara)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. volume 278, janeiro-março, 1968. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/09/2014).

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “A guerra da Bahia”. In: “2 de julho: A Bahia na Independência Nacional”. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014)

AVELINO, Jarbas Gomes Machado. “Piracuruca e o curso do movimento de adesão do Piauí à Independência do Brasil”. In: <http://krudu.blogspot.fr/2012/04/batalha-do-jacare-em-piracuruca.html> (acesso em 04/08/2014).

AZEVEDO, Moreira de. “O 9 de Janeiro de 1822. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Dr. Moreira de Azevedo”. In: *Revista do Instituto Histórico*

e *Geográfico Brasileiro*. Tomo XXXI, 1868. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 08/12/2013).

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. “Liberais constitucionalistas entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa”. In: Revista *Tempo*, vol. 12, nº 24. Niterói, 2008. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042008000100006 (acesso em 02/09/2013)

BARRETO, Dalmo. “Da Independência à Constituinte”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. nº 312, julho-setembro de 1976. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013).

BERBEL, Márcia Regina. “A Constituição Espanhola no mundo Luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Índias*, 2008, vol. XVIII, nº 242, 225-254. www.revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/641/707. Último acesso em 12/07/2012.

_____. “Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/1822)”. In: *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Organização de Jurandir Malerba. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Capítulo 5.

BITTENCOURT, Armando de Senna. “Da Marinha de Portugal forma-se uma Marinha para o Brasil, 1807 a 1823”. In: http://www.casadatorre.org.br/FORMA-SE_A_MARINHA_DO_BRASIL.pdf (acesso em 02/05/2014)

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. “Um Héroe na Campanha da Libertação da Bahia: a vida do Sargento-Mór Pedro Ribeiro de Araujo”. In: *Ilustração Brasileira*, ano 4, nº 34, 1923. In: Hermeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107468&pasta=ano%20192&pesq=jequitaia> (acesso em 19/10/2014).

BORGES, Luiz Adriano. “Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência”. In: *Almanack*. Guarulhos, n.06, p. 61-80, 2º semestre de 2013. In: www.almanack.unifesp.br (acesso em 15/07/2015).

BRASIL. MARINHA DO BRASIL. “A Marinha Imperial e a Independência do Brasil”. In: www.mar.mil.br (acesso em 12/01/2012).

BRAZ DO AMARAL, “A Bahia na Independência Nacional”. In: “2 de julho: A Bahia na Independência Nacional”. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014)

BRITO, Adilson Junior Ishihara. “A ‘invasão de desertores’: as representações senhoriais sobre a ‘soldadesca’ na Independência”. In: *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, vol. 20, nº 2, pp. 161-174, jul/dez, 2004.

BROTHERHOOD, Karina. “Trabalho e organização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na década de 1820. In: Revista *Navigator*, nº 3, 2006. In: http://www.revistanavigator.com.br/navig3/art/N3_art1.pdf, acesso em 05/04/2014.

CALMON MONIZ DE BITTENCOURT, Pedro. “A evolução para a Independência”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 94, vol. 148, 1923. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/10/2014).

CALMON, Jorge. “As lutas pela Independência nos mares da Bahia”. In: “*2 de julho: A Bahia na Independência Nacional*”. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014).

CAVALCANTE, Juliana Rodrigues & DE MORAES, Maria Dione Carvalho. “Da tradição oral da Batalha do Jenipapo e dos diálogos com a política nacional de patrimônio imaterial”. In: *Revista FSA – Teresina – nº 8*, 2011. In: <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/449> (acesso em 24/07/2014)

CARVALHO SOUZA, Iara Lis. “A adesão das Câmaras e a figura do imperador”. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, nº 36. São Paulo, 1998. IN: www.scielo.br (acesso em 05/06/2012).

COMIRAN, Fernando. “Portugal no Uruguai: um debate sobre a intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai (1816)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300893727_ARQUIVO_ANPUH2_011_PortugalnoUruguai-umdebatesobreaintervencaoportuguesanaBandaOrientaldoUruguai-1816.pdf (acesso em 14/08/2014).

CRUZ, Ernesto. “A Exportação da madeira do Pará para Portugal, no Século XVIII”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 234, janeiro-março de 1957. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013).

CUTRIM, Luísa Moraes. “João Rodrigues de Miranda: relações com as Cortes Portuguesas e disputas políticas na província do Maranhão (1821-1822)”. In: *II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista*. Universidade Estadual do Maranhão, 2011.

D’ALENCASTRE, José Martins Pereira. “Memoria chronologica, histórica e corographica da Provincia do Piauhy”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX, 1857. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013).

DA GAMA, Edina Laura Nogueira. “As Forças Armadas e a Construção Nacional (1822-1850): breve análise sobre sua formação e consolidação”. *XXXVII Conferência de História Militar*. Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2011. In: www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/.../56.pdf

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. “A Milícia em Armas: o soldado brasileiro da guerra de Independência”. Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Internacional de História Militar. Rio de Janeiro, setembro de 2011. In: www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/.../30.pdf (acesso em 04/07/2013).

DE LUCENA, Ana Priscilla Barbosa. “Os Corpos Militares na Capitania de São Paulo: um esboço acerca da organização e situação das Tropas de 1ª Linha (1760 -1820)”. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. In: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Paineis/Ana%20Priscilla%20Barbosa%20de%20Lucena.pdf> (acesso 28/05/2014).

DE SOUZA, Adriana Barreto. “A metamorfose de um militar em nobre: trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro joanino”. In: *Revista Tempo*, nº 24, 2007. In: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a04v1224.pdf> (acesso em 25/8/2015).

DIAS TAVARES, Luis Henrique. “A Independência como Decisão da Unidade do Brasil”. In: *Luso-Brazilian Review*. Vol. 12, nº 1 (Summer, 1975), pp. 58-64. www.jstor.org/stable/3512926.

_____. “Uma Leitura do *Manifesto* de Cipriano Barata à Bahia em 1823”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 149, Nº 360, julho-setembro de 1988. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013)

DORATIOTO, Francisco. “Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852)”. In: *Revista Navigator*, 2012. In: http://www.revistanavigator.com.br/navig12/dossie/N12_dossie1.pdf (acesso em 25/08/2014).

FERREIRA, Fábio. “A atuação do General Lecor na incorporação de Montevideu e sua campanha à monarquia portuguesa: as divergentes interpretações historiográficas no Brasil e no Uruguai”. 2010. In: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H5-01.pdf> (acesso em 13/08/2014).

_____. “O discurso dos deputados orientais na criação do Estado Cisplatino”. In: *Anais Eletrônicos do VII Encontro internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006. In: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/fabio_ferreira_0.pdf (acesso em 02/03/2014).

_____. “A administração Lecor e a Montevideu Portuguesa: 1817-1822”. In: *Revista Tema Livre*. In: <http://www.revistatemalivre.com/lecor10.html> (acesso em 21/08/2014).

FIGUEIRA MELLO, Jeronymo de A.. “A Correspondencia do Barão Wenzel de Marschall (Agente diplomático da Austria no Brasil de 1821 a 1831)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVII, Parte I, 1914. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 29/11/2013).

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1893. In: *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009.

FROTA, Guilherme de Andréa. *A Marinha do Brasil nas Lutas da Independência*. Palestra realizada em Soamar, São Paulo. São Paulo: Marinha do Brasil, 1986.

_____. “Organização Militar do Império do Brasil em Decorrência da Emancipação Política (07.09.1822). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro. In: <http://www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/36.pdf> (acesso em 14/11/2013).

GALVES, Marcelo Cheche. “‘Aderir’, ‘jurar’ e ‘aclamar’: o Império no Maranhão (1823-1826). In: *Almanack*. Guarulhos, nº 1, p. 105-118, 1º semestre de 2011.

_____. “Sobre lutas contra a Independência na América Portuguesa: os “portugueses” da Província do Maranhão”. Universidade Estadual do Maranhão, 2013. In: <http://fr.scribd.com/doc/151820775/Texto-Marcelo-Galves-1> (acesso em 04/12/2014).

_____. “Os impressos e as formas de lembrar: memórias produzidas sobre o jornal Conciliador, Maranhão, 1821-1823”. In: *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*. Ano 1, nº 1, Agosto-Dezembro de 2011 (A). In: <http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo/article/view/263> (acesso em 20/11/2014).

_____. “Demandas provinciais nas Cortes constitucionais portuguesas: Izidoro Rodrigues Pereira, Maranhão, 1822”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011 (B). In: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312478607_ARQUIVO_ANPUH-SP.pdf (acesso em 24/11/2014).

_____. “Comemorações vintistas no Maranhão (1821-1823)”. In: *Revista Outros Tempos*. Volume 8, número 12, dezembro de 2011 (C) – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana.

_____. “Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da Independência do Brasil”. In: *Usos do Passado – XII Encontro regional de História*. Anpuh-RJ, 2006. In: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Marcelo%20Cheche%20Galves.pdf> (acesso em 21/11/2014).

GUEDES, Max Justo. “A Marinha nas Lutas da Independência”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 298, janeiro-março de 1973. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013).

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G.. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Carlos Guilherme Mota (organizador) – 2ª edição. São Paulo: Editada SENAC, 2000.

KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o ‘recrutamento’ de escravos na Guerra da Independência na Bahia”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 109-126, 2002. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid (acesso em 26/06/2013).

_____. “Muralhas da Independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825)”. In: *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Organização de Jurandir Malerba. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. “Erro Vitorioso”. In: *Revista de História*, 2011. In: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/erro-vitorioso> (acesso em 15/10/2014).

LACOMBE, Américo Jacobina. “A Constituinte Brasileira”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 298, janeiro-março de 1973. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/10/2013).

LEITÃO DE CARVALHO, General E.. “Forças Armadas”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 195, abril-junho de 1947. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 24/11/2013).

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. “A Independência Brasileira: considerações historiográficas”. In: *Ibéria revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos*. Ano III, nº 13, Juiz de Fora, março-junho/2010. http://www.academia.edu/1821825/A_INDEPENDENCIA_BRASILEIRA_CONSIDERACOES_HISTORIOGRAFICAS (acesso em 16/05/2013)

MADALENO GERALDO, José Custódio. “A Transferência da Família Real para o Brasil: suas consequências”. In: *Revista Militar*, nº 2472, Lisboa, janeiro de 2008. In: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=257 (acesso em 12/05/2014).

MALERBA, Jurandir. “Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c 1980-2002)”. In: *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Organização de Jurandir Malerba. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. “Crescimento Histórico da População Brasileira até 1872”. IN: www.cebrap.org.br. Acesso em 18/02/2013.

MARTINS, Helio Leoncio. “A Província Cisplatina do ponto de vista brasileiro”. In: *Estudios Historicos – CDHRP*. Año II, nº 4, Marzo 2010. In: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_4/helio-leoncio.pdf (acesso em 18/08/2014).

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. “Famílias, poderes locais e redes de poder: estratégias e ascensão política das elites coloniais no Rio de Janeiro (1750-1808). In: Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Lisboa, 18 a 21 de maio de 2011. www.iict.pt/pequenanobreza/arquivo/Doc/t5s1-02.pdf (acesso em 17/06/2013)

MAXWELL, Kenneth. “Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Carlos Guilherme Mota (organizador) – 2a edição. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. “Frei Caneca ou a outra independência. In: *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Organização de Evaldo Cabral de Melo. São Paulo: E. 34, 2001.

MENDONÇA, Sonia Regina de. “Independência do Brasil em Perspectiva Historiográfica”. In: *Revista Pilquen. Sección Ciencias Sociales. Dossier Bicentenario*. Año XII, nº 12, 2010.

MIRANDA, Marcia Eckert. “Ao Sul das Cortes: a Independência na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul”. In: *Revista Nuevo Mundo. Debates*, 2013. In: <http://nuevomundo.revues.org/65334?lang=pt> (Acesso em 25/08/2014).

MORGATO, Sérgio Roberto Dentino. “Os combates de Itaparica e Pirajá”. In: “2 de julho: A Bahia na Independência Nacional”. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014).

NEVES, Lúcia Bastos P. “Parte 2 – A Vida Política. In: *História do Brasil Nação: 1808/2010. Volume 1: Crise Colonial e Independência (1808-1830)*. Coordenação: Alberto da Costa e Silva. Direção: Lilia Moritz Swarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

_____. “A ‘Guerra de Penas’: os impressos políticos e a independência do Brasil”. In *8Tempo*, Agosto de 1999. www.historia.uff.br. Acesso em 15-06-2012.

_____. “Estado e política na Independência”. In: *O Brasil Imperial*, volume I: 1808-1831. Organização Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. “O Império Luso-Brasileiro redefinido: o debate político da Independência (1820-1822)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 387, abril-junho de 1995. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 04/12/2013).

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. “D. Pedro e o Processo de Independência do Brasil”. Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 1011-1018. In: www.ler.letras.up.pt (acesso em 29/03/2012).

_____. “Autonomia e Separatismo”. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Nº 30.1, 2012. <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/260> (acesso em 15/05/2013)

NUNES, Francivaldo Alves. “A Amazônia e a formação do Estado Imperial no Brasil: unidade do território e expansão de domínio”. In *Almanack*. Guarulhos, nº 3, p. 54-65, 1º semestre de 2012.

OBERACKER JR., Carlos H.. “Por que D. Pedro declarou a Independência do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 349, outubro-dezembro de 1985. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013).

OLIVEIRA, Mayra Cardoso Baêta de. “As Companhias Milicianas de Pedrestres no Maranhão (Década de 1820). *II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista*. São Luís, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 7 a 10 de junho de 2011. In: www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/sena.pdf (acesso em 30/11/2014).

OLIVEIRA RAMOS, Luís A. de. A Revolução de 1820 e a Revolução Francesa. Palestra proferida em 25/01/1985, na Universidade de Bordeaux. In: www.ler.letras.up.pt (acesso em 25/04/2012).

PAIVA ABREU, Marcelo de & CORREIA DO LAGO, Luiz Aranha. “A economia brasileira no Império, 1822-1889. In: *Textos para Discussão, nº 584*. Departamento de Economia PUC-Rio. In: <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td584.pdf> (acesso em 20/11/2013)

PARENTE, Paulo André Leira. “A construção de uma nova História Militar”. In: *Revista Brasileira de História Militar*. Ano I, Edição Especial de Lançamento. Dezembro de 2009. www.historiamilitar.com.br/Artigo1RHBM0.pdf (acesso em 10/05/2013)

PASCOAL, Isaías. “Fundamentos econômicos da participação política do sul de Minas na construção do Estado brasileiro nos anos 1822-1840”. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n2 (33), p. 133-157, agosto de 2008.

PELEGRINO, Humberto. “História Militar da Independência (Circunstâncias e contradições)”. In: *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Nº 326, janeiro-março, 1980. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20www.ihgb.gov.br>, acesso em 19/03/2013)

PEDREIRA, Jorge Miguel. “Capítulo 1 – Economia e Política na explicação da independência do Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (organizador). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PEREIRA DE ARAÚJO, João Hermes. “Capítulo I - A Herança Colonial”. In: *Três ensaios sobre diplomacia brasileira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1989.

PEREIRA, Marcos Henrique de Faria. “Uma leitura historiográfica de três contribuições do Livro *A Experiência do Tempo*”. In: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Julho/ Agosto/ Setembro de 2009 Vol. 6 Ano VI nº 3. <http://www.revistafenix.pro.br> (acesso em 21/05/2013).

PIMENTA, João Paulo G.. “A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico”. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, nº 3, setembro de 2009, pfs 53-82. www.historiadahistoriografia.com.br/revista (acesso em 15/01/2013)

_____. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. In: *Almanack Braziliense*, nº 3, maio de 2006. In: http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/almanack_03_1322177388.pdf (acesso em 10/04/2015).

RABELO, Alberto. “O Papel de Chachoeira nas Lutas de Independência”. In: “*2 de julho: A Bahia na Independência Nacional*”. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014) .

REIS, Arthur Cezar Ferreira. “Portugal no seu esforço de independência e autonomia do Brasil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 249, outubro-dezembro de 1960. <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 03/12/2013).

RICÚPERO, Rubens. “Parte 3: O Brasil no Mundo”. In: *História do Brasil Nação: 1808/2010. Volume 1: Crise Colonial e Independência (1808-1830)*. Coordenação: Alberto da Costa e Silva. Direção: Lilia Moritz Swarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011

RIOS, José Arthur. “Estrutura agrária brasileira na época da Independência”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 298, janeiro-março de 1973. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 04/12/2013).

RUBIM, Braz da Costa. “Memoria sobre a Revolução do Ceará em 1821”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXIX, Parte Segunda, 1866. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013).

SANCHES, Marcos Guimarães. “A Guerra: problemas e desafios do campo da História Militar Brasileira”. In *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Ano 66 – nº 94 Especial – 2007 e 2008. (www.ighmb.gov.br, acesso em 19/03/2013)

SANTOS, Francisco Ruas. “A Independência do Brasil do ponto-de-vista militar terrestre. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 298, janeiro-março, 1973. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 23/09/2013).

SANTOS DA SILVA, Luiz Geraldo. “O avesso da independência: Pernambuco (1817-24)”. In: *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Organização de Jurandir Malerba. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Capítulo 10.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (c. 1780-1830)”. In: *A Independência Brasileira. Novas Dimensões*. Organização de Jurandir Malerba. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. “Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino”. In: *O Brasil Imperial*, volume I: 1808-1831. Organização Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHWATZ, Stuart B.. “‘Gente da terra braziliense da nação’. Pensando o Brasil: a construção de um povo”. In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Carlos Guilherme Mota (organizador) – 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

SENA, Ana Livia Aguiar de. *As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa: espaço do cidadão maranhense na resolução de suas querelas*. II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. São Luís, 2011.

SOARES, Luiz Carlos. O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007. In: www.books.google.fr (acesso em 26/02/2014).

SOBRINHO, Antonio de Araújo de Aragão Bulcão. “A Bahia nas Côrtes de Lisboa de 1821”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol 226, janeiro-março de 1955. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 15/12/2013).

SOUZA, Márcio. “Afiml, quem é mais moderno neste país?”. In: *Estudos Avançados*, nº 19 (53), 2005.

SOUZA, Antonio Moniz. “Entrada do Exército Pacificador na Bahia”. In: “2 de julho: A Bahia na Independência Nacional”. Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/>(acesso em 29/09/2014).

SOUZA FILHO, Agemiro Ribeiro de. “Projetos políticos na revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822)”. In: *Almanack Braziliense*. Nº 07, maio de 2008.

_____. “Entre a Bahia e o Rio de Janeiro: articulações políticas e o reordenamento do poder no tempo da Independência (1821-1823). In: *Revista Binacional Brasil Argentina*. Vol. 1, nº 2, p. 33 a 53. Vitória da Conquista, dezembro de 2012. In: <http://periodicos.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1962> (acesso em 30/09/2014).

VALE, Brian, “English and Irish Naval Officers in the War for Brazilian Independence”. *Irish Migration Studies in Latin America*, vol. 4, nº 3, July 2006. In: http://irlandeses.org/0607_102to114.pdf (acesso em 28/05/2014).

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “Salvador, rainha destronada? (1763-1823)”. In: *História* (São Paulo), v. 30, nº 1, p. 174-188, jan-jun 2011. In: www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a08.pdf . Último acesso em 02/09/2013

VIANNA, Hélio. José Bonifácio e os Imperadores D. Pedro I e Dom Pedro II”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 260, julho-setembro de 1963. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013).

_____. “A Independência e o Império”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 263, abril-junho de 1964. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/10/2013).

VIEIRA, Martha Victor. “Cunha Mattos em Goiás: os conflitos de jurisdição entre o Governo das Armas e o Governo civil (1823-1826)”. In: *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, vol. 5, nº 2, julho-dezembro 2012. In: <http://www.pphhis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/search/titles?searchPage=3> (acesso em 10/03/2014).

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. “Administração Provincial em Minas Gerais”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. A. 160, número 403, abril-junho de 1999. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 16/11/2013).

WEHLING, Arno. “Constitucionalismo e engenharia social no contexto da independência”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 150 (363), abril-junho de 1989. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 25/11/2013).

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. “Exército, Milícias e Ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações”. In: Revista Da Cultura, ano VIII, nº 14, 2008. In: www.funab.org.br (acesso em 21/05/2013)

6) TESES E LIVROS

ALVES DE CARVALHO, Maria do Amparo. “Batalha do Jenipapo: reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS, 2014. In: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/6740> (acesso em 11/08/2014).

ANJOS, João Alfredo dos. *José Bonifácio: primeiro Chanceler do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ARAÚJO, João Hermes Pereira. "A Herança Cultural". Capítulo I. In: *Três ensaios sobre diplomacia brasileira* - João Hermes Pereira Araújo, Marcos Azambuja, Rubens Ricúpero. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1989.

ARMITAGE, John. *História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador Dom Pedro Primeiro, em 1831*. Rio de Janeiro, J. Vileneuve, 1837. In: Brasiliana USP, Coleção . In: www.brasiliana.usp.br (acesso em 20/04/2013)

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Os Fuzileiros Navais na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2008. In: www.mar.mil.br/cgcfm/.../Livro_Historico_FN.pdf (acesso em 10/05/2013).

BONAPARTE, Luigi. *A Guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *Les Écoles Historiques*. Paris: Points, 1997. P. 364.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. *O Exército na História do Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrecht, 1998.

BRASIL. MARINHA DO BRASIL. *História Naval Brasileira*. Volume Primeiro, Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1975.

_____. *História Naval Brasileira*. Segundo Volume, Tomo II, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1979.

_____. *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência – Apontamentos para a História*. Rio de Janeiro: Typographia de J. D. de Oliveira, 1880. In: Senado Federal. Obras Raras. In: www.senado.gov.br (acesso em 15/10/2013).

BUARQUE de HOLANDA, Sérgio (direção). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. 1º Volume: O Processo de Emancipação. 2ª Edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

BRITO, Anísio. O Município de Piracuruca (Separata do O Piauí no Centenário de Sua Independência). Piracuruca, reedição de Haroldo Barros, 2000. In: <http://www.piracuruca.com/index.php/revistas-e-livros> (acesso em 01/08/2014).

CARNEIRO, José García. *La racionalidad de la guerra. Borrador para una crítica de la razón bélica*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite Imperial. Teatro de Sombras: a política Imperial*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2008.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002

CHAVES, Monsenhor Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Hertfordshire: Wordsworth, 1997.

COSTA E SILVA, Alberto. “Capítulo I”, *História do Brasil Nação: 1808/2010. Volume 1: Crise Colonial e Independência (1808-1830)*. Coordenação: Alberto da Costa e Silva. Direção: Lilia Moritz Swarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

DA SILVA, Alfredo Pretextato Maciel. *Os Generaes do Exercito Brasileiro – de 1822 a 1889. Traços Biographicos*. Rio de Janeiro: Impressores M. Orosco & Cia, 1906. In: <https://archive.org/stream/osgeneraesdoexr00silvgoog#page/n5/mode/2up> (acesso em 22/05/2014).

DELFIM, Maria Elisa Ribeiro. *Viva a Independência do Brasil!: a atuação da elite política sanjoanense no processo de Independência (1808-1822)*. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei, 2011. In: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoMariaElisa.pdf> (acesso em 10/02/2015).

DIAS TAVARES, Luís Henrique. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

_____. *História da Bahia*. 11ª Edição. São Paulo: Editora da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. P. 200.

DIEGUES, Fernando. *A Revolução Brasileira: o projeto político e a estratégia da Independência*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil*. 8ª ed. Sao Paulo: EDUSP, 2000.

FERREIRA, Oliveiros Silva. *Os 45 Cavaleiros Húngaros: uma leitura dos cadernos de Gramsci*. São Paulo: Hucitec, 1986.

FERREIRA, Fábio. *O General Lecor, os Voluntários Reais e os Conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. In: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1408.pdf> (acesso em 14/08/2014).

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Revolução Burguesa no Brasil*. Coleção Intérpretes do Brasil. Coordenação de Silviano Santiago. Volume III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao Público Sincero e Imparcial: imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. www.historia.uff.br/stricto/td/1199.pdf (acesso em 15/12/2012)

CHAVES, Monsenhor Joaquim. *O Piauí nas lutas de independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

GODIN, Christian. *La Guerre*. Nantes: Éditions du Temps, 2006.

GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GOMES DE CARVALHO, M.E. *Os Deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*. Porto: Livraria Chardron, 1912. (in: www.gutenberg.com. Acesso em 25/04/2012)

GONÇALVES, Paulo Frederico Ferreira. *As Cortes Constituintes (1821-1822) e a Independência do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Porto, Universidade Portucalense, 1997. In: <https://alpha.sib.uc.pt/?q=content/cortes-constituintes-1821-1822-e-independ%C3%A2ncia-do-brasil> (acesso em 13/03/2013).

GUERRA FILHO. Sérgio Armando Diniz. *O Povo e a Guerra: participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004. www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/O_Povo_e_a_Guerra.pdf (acesso em 05/07/2011)

IGLESIAS, Francisco. *Trajetoria Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e guerra cisplatina (1822-1831)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005. In: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11345/1/Dissertacao%20Lucas%20Junqueiraseg.pdf> (acesso em 22/08/2014).

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência, 1821-1822*. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1908. In: <http://www.yumpu.com/pt/document/view/12657111/dom-joao-vi-no-brazil-1808-1821> (acesso em 27/01/2014).

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. *Honradas Famílias: poder e política no Maranhão do Século XIX (1821-1823)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009. In: http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2009_mest_edyene_lima.pdf (acesso em 21/11/2014).

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Dom Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUZ SORIANO, Simão José da. “*História de El-Rei Dom João VI, Primeiro Rei Constitucional de Portugal e do Brasil*”. Lisboa: Typographia Universal, 1866. Cópia pertencente à Universidade da Califórnia. In: <http://books.google.com> (acesso em 05/12/2013).

MACHADO, André Roberto de Arruda. *A Quebra da Mola Real das Sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2014 (2ª Edição).

_____. *A educação pela guerra: Leituras cruzadas de história colonial*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. *Parnaíba: Educação e Sociedade na Primeira República*. Dissertação de Mestrado. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2007. In: [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Fco%20Iweltman%20Mendes\(1\).pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Fco%20Iweltman%20Mendes(1).pdf) (acesso em 15/02/2014).

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié. Uma epopéia brasileira na luta pela independência*. 4ª ed. . Teresina: Fundapi, 2006.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009. www.dominiopublico.gov.br/ (acesso em 23/11/2012)

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Segunda edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

PEREIRA, Aline Pinto. *A Monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e a formação do Estado no Brasil*. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. In: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1390.pdf> (acesso em 21/08/2014).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Coleção Intérpretes do Brasil. Coordenação de Silviano Santiago. Volume III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguiar, 2002.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou Historia dos Principaes Acontecimentos Políticos da Provincia do Pará, desde o anno de 1821 até 1835*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1865. In: Google Books, http://books.google.fr/books/about/Motins_politicos_ou_Historia_dos_princip.html?id=5Q9QAAAAYAAJ&redir_esc=y (acesso em 15/12/2014).

REIS, Amada de Cássia Campos. *História e Memória da Educação em Oeiras – Piauí*. Dissertação de Mestrado. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2006. In: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2006/historia_oeias-amada.pdf (acesso em 23/07/2014)

RIO BRANCO, Barão do. “Esboço da História do Brasil”. In: *Obras do Barão do Rio Branco VIII: estudos históricos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

ROCHA, Antônio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: História de uma invenção historiográfica*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ROHLOFF de MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2002.

RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Organização de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2008. In: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5134/1/2008_NeumaBRodrigues.pdf?origin=publication_detail (acesso em 06/05/2014).

SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Coleção Temas Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª Edição. São Paulo: Alameda, 2005.

SIQUARA SILVA, Marcelo Renato. *Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. In: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/Independ%C3%Aancia-ou-morte-em-Salvador.pdf> (acesso em 25/09/2014).

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *José Bonifácio*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as narrativas da piauiensidade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008. In: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp104679.pdf (acesso em 25/07/2014).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. Lilia Moritz Schwarcz com Paulo Cesar de Azevedo e Angela Marques da Costa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TAUNAY, Visconde de. *A Retirada da Laguna*. Coleção Obra-Prima de Cada Autor. São Paulo: Martin Claret, 2005.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: E. E. H. Laemmert, 1857. Disponibilizado em Google Books, http://books.google.com.br/books?id=GI0OAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (acesso em 20/06-2013)

_____. *História da Independência do Brasil*. 3ª. Edição São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

WRIGHT, Quincy. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

VALE, Brian. *Una guerra entre ingleses*. 1ª Edição. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2005.

VIEIRA DA SILVA, Luiz Antonio. História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828). Maranhão: Typographia do Progresso, 1862. Acervo da Universidade da Califórnia. Digitalizado pelo Google Books. In: Hathi Trust, <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b3630975;view=1up;seq=8> (acesso em 28-11-2014).

VIOTTI DA COSTA. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.